QUATROCENTOS ANOS DE PERCURSOS DA PRÉ-HISTÓRIA EM PORTUGAL E SEUS PRINCIPAIS PROTAGONISTAS

JOÃO LUÍS CARDOSO



ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS

Volume 36

CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS

2025

QUATROCENTOS ANOS DE PERCURSOS DA PRÉ-HISTÓRIA EM PORTUGAL E SEUS PRINCIPAIS PROTAGONISTAS

JOÃO LUÍS CARDOSO
Professor Catedrático de Arqueologia e Pré-História
Investigador Coordenador convidado do ICArEHB / Universidade do Algarve
Sócio efectivo da Academia das Ciências de Lisboa
Académico de Número da Academia Portuguesa da História
Coordenador do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras
(Câmara Municipal de Oeiras)



ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS

Volume 36

CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS
2025

Estudos Arqueológicos de Oeiras é uma revista de periodicidade anual, publicada em continuidade desde 1991, que privilegia, exceptuando números temáticos de abrangência nacional e internacional, a publicação de estudos de arqueologia da Estremadura em geral e do concelho de Oeiras em particular, sem prejuízo daqueles que possam valorizar o conhecimento das antiguidades oeirenses, para além de contributos sobre a História da Arqueologia e de comunicações apresentadas a reuniões científicas, especialmente às organizadas pelo Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras/Câmara Municipal de Oeiras.

Possui um Conselho Assessor do Editor Científico, assim constituído:

– Professor Doutor Nuno Bicho (Universidade do Algarve)

– Professor Doutor Alfredo Mederos Martín (Universidade Autónoma de Madrid)

– Professor Doutor Martín Almagro Gorbea (Universidade Complutense de Madrid)

– Professora Doutora Raquel Vilaça (Universidade de Coimbra)

– Professor Doutor Jorge de Oliveira (Universidade de Évora)

– Professor Doutor Mário Barroca (Universidade do Porto)

ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS
Volume 36 • 2025 ISSN: 0872-6086
DOI: 10.5281/zenodo.18196532

Editor Científico – João Luís Cardoso
Desenho e Fotografia – Autores ou fontes assinaladas
Produção – Gabinete de Comunicação / CMO
Correspondência – Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras
Fábrica da Pólvora de Barcarena
Estrada das Fontainhas
2730-085 BARCARENA

Os artigos publicados são da exclusiva responsabilidade do Autor.
É expressamente proibida a reprodução de quaisquer imagens sobre as quais existam direitos de autor sem o prévio consentimento dos signatários dos artigos respectivos.

Aceita-se permuta
On prie l'échange
Exchange wanted
Tauschverkhr erwunscht

Orientação Gráfica e
Revisão de Provas – João Luís Cardoso
Paginação – César Antunes
Impressão e Acabamento – Graficamares, Lda. - Amares - Tel. 253 992 735
Depósito Legal: 97312/96

ÍNDICE GERAL

ISALTINO MORAIS
Apresentação 5

LUIZ OOSTERBEEK
Prefácio 7

I. Coleccionadores de fósseis: os dentes de tubarão miocénicos das estações pré-históricas portuguesas 11

II. O mais antigo registo conhecido da escavação de uma estação pré-histórica em Portugal. São Torpes e a sua sepultura da foz da ribeira da Junqueira (Sines) 29

III. Os estudos arqueológicos na Academia Real da História Portugueza 47

IV. Em busca das nossas origens pré-históricas: uma resenha da Historiografia portuguesa 73

V. Primórdios dos estudos pré-históricos em Portugal: Os concheiros mesolíticos de Muge (Salvaterra de Magos) e a Memória pioneira de Francisco António Pereira da Costa sobre o concheiro do Cabeço da Arruda 91

VI. Báculos e placas de xisto: os primórdios da sua investigação 121

VII. Carlos Ribeiro (1813-1882), a segunda parte da "Descripção do solo quaternário das bacias hydrographicas dos rios Tejo e Sado", o "Homem terciário" e os concheiros mesolíticos do vale do Tejo 131

VIII. Carlos Ribeiro e Oeiras. Razões de uma Homenagem 139

IX. Joaquim Filipe Nery Delgado (1835-1908), arqueólogo 149

X. A primeira escavação arqueológica metodologicamente moderna foi realizada em portugal em 1879/1880: a intervenção de Nery Delgado na gruta da Casa da Moura (Óbidos, Portugal) ... 171

XI. Frederico de Vasconcelos Pereira Cabral, pioneiro da Geologia do Quaternário e da Pré-história portuguesas 189

XII. As explorações arqueológicas realizadas em Monte Real (Leiria em 1865 por Frederico Augusto de Vasconcelos Pereira Cabral ou a história de uma placa de xisto gravada pré-histórica 205

XIII. A investigação da antiguidade do Homem no Portugal de Oitocentos: um contributo para a História da Ciência 219

XIV. Nos 190 anos do nascimento de Sebastião Philippes Martins Estácio da Veiga (1828-1891) 243

XV. José Leite de Vasconcelos (1858-1941): o médico, o humanista e o homem. 259

XVI. António dos Santos Rocha, arqueólogo e pré-historiador. 275

XVII. Francisco Tavares de Proença Júnior (1883-1916) no quadro da Arqueologia portuguesa do início do século XX. 285

XVIII. António Inácio Marques da Costa (1857-1933), Setúbal, Tróia e a Arrábida: percursos de um pioneirodos estudos arqueológicos regionais em Portugal vistos pela correspondência enviada a José Leite de Vasconcelos 301

XIX. Manuel Vieira Natividade (1860-1918) e a Arqueologia de Alcobaça no centenário do seu nascimento 323

XX. Joaquim Fontes, primórdios de um arqueólogo 343

XXI. Arqueólogos portugueses nas Astúrias nos inícios do Século XX. 351

XXII. Olhares pioneiros: a obra arqueológica de Aristides de Amorim Girão 375

XXIII. O Professor Mendes Corrêa e a Arqueologia portuguesa: breve síntese. 391

XXIV. O Professor Mendes Corrêa (1888-1960) e as investigações sobre o *Homo afer taganus* dos concheiros mesolíticos de Muge. 399

XXV. A defesa do Património Arqueológico em confronto na segunda década do século XX: o caso do dólmen de Pedralta (Côta, Viseu) 421

XXVI. Manuel Heleno, arqueólogo: nos 50 anos da sua última lição 435

XXVII. Abel Viana (1896-1964): uma vida de arqueólogo 447

XXVIII. Afonso do Paço, Eugénio Jalhay e as escavações de Vila Nova de São Pedro (1937-1967): os contributos científicos possíveis e sua projecção internacional 499

XXIX. Henri Breuil e a Arqueologia portuguesa. Primórdios de uma longa actuação 519

XXX. Reconhecidos a Georges Zbyszewski (Palavras Proferidas na Sessão Inaugural do Encontro) 531

XXXI. Georges Zbyszewski (1909-1999) 541

XXXII. O. da Veiga Ferreira (1917-1997): sua vida e obra científica 553

XXXIII. Uma colaboração de afectos. Vera Leisner (1885-1972) e O. da Veiga Ferreira (1917-1997). 609

XXXIV. A Lapa do Bugio (Sesimbra): história das escavações realizadas 631

XXXV. Manuel Farinha dos Santos (1923-2001) 657

XXXVI. José Pires Gonçalves: um médico no "Paraíso megalítico" de Reguengos de Monsaraz. 661

XXXVII. Para a História das investigações pré-históricas em Cascais: um breve ensaio, lembrando João Cabral 677

CARLOS FABIÃO
Posfácio 705

APRESENTAÇÃO

O volume 36 dos *Estudos Arqueológicos de Oeiras* que tenho agora a honra de apresentar, integra, não por acaso, 37 capítulos, simbolizando cada um deles um número da revista já publicado, sendo que o 37.º evoca o próximo número, que já se encontra no prelo. Assim se homenageia o sucesso deste projecto editorial do Município de Oeiras que, pela valia adquirida, atingiu patamar de referência nacional e internacional. Com efeito, o conjunto publicado nas páginas desta revista reflecte o longo caminho percorrido desde 1991, legitimando, com o seu prestigioso passado, o futuro que já é presente.

Publicam-se agora os contributos dedicados à Historiografia da Pré-História portuguesa que o Prof. João Luís Cardoso considerou mais relevantes de sua autoria, que vieram a lume em diversas revistas portuguesas, ao longo dos últimos 20 anos, apenas com ligeiras modificações de forma, que não de conteúdo. A obra foi prefaciada pelo Prof. Luiz Oosterbeek, que procurou enquadrar a informação apresentada numa perspectiva de conjunto.

Cada um dos capítulos aborda, sucessivamente, temáticas respeitantes às várias etapas da investigação do tempo histórico a que se convencionou chamar Pré-História, desde o século XVI, altura em que se encontram documentados os primeiros trabalhos de campo realizados no território português, até à década de 1960.

Deste modo, os capítulos que integram a obra acompanham e reflectem o desabrochar desta nova ciência, e, depois, a sua plena afirmação, verificada a partir dos meados do século XIX. Até essa altura, foi um tempo em que o conhecimento pré-científico imperou, limitando as interpretações que se faziam dos monumentos pré-históricos. O ponto de viragem, em Portugal, foi corporizado pela conferência de Martinho de Mendonça à Academia Real da História Portuguesa, em 1733, sobre o significado das antas, evidentes na paisagem de diversas regiões do país, as quais despertaram a curiosidade daquele Académico. Mais tarde, a metodologia adoptada por Joaquim Filipe Nery Delgado na escavação da gruta da Casa da Moura (Peniche), em 1879, constituiu um outro marco científico, que faz deste português um precursor mundial, apesar de, só em 2020 tal ter sido cabalmente revelado pelo autor desta obra.

E é essa afirmação paulatina da Pré-História, como área científica de natureza eminentemente transdisciplinar, que transparece na sucessão dos capítulos apresentados, organizados diacronicamente como estudos independentes, uns dedicados ao conhecimento das trajectórias dos mais notáveis pré-historiadores que até o presente trabalharam em Portugal, outros abordando aspectos particulares ou específicos por eles investigados.

O resultado deste labor individual, cujo ponto de partida foram as muitas personalidades que pontuaram o avanço do Conhecimento, porém via de regra desconhecidas do grande público, materializa-se no presente volume de 700 páginas. A sua leitura dá bem a ideia do notável esforço desenvolvido pelo Prof. João Luís Cardoso na investigação da História da Ciência em Portugal, nesta obra respeitante aos tempos pré-históricos, da qual tem sido o mais lídimo obreiro entre nós, conforme agora se reafirma de modo insofismável.

A obra encerra com um posfácio da responsabilidade do Prof. Carlos Fabião, outro destacado investigador da Historiografia arqueológica portuguesa, que muito a valoriza.

Deste modo, o volume 36 dos *Estudos Arqueológicos de Oeiras* constituirá, doravante, um instrumento de trabalho incontornável a todos quantos se interessam ou cultivam os estudos da História da Ciência em Portugal, neste volume circunscrita ao plano arqueológico, que desde cedo assumiram um papel relevante nesta revista. Bastaria esta evidência para manifestar, da minha parte, ao Prof. João Luís Cardoso, o meu muito apreço e agradecimento pela realização desta obra, a qual é apenas a mais recente expressão do seu extraordinário trabalho que tem a vindo a realizar em Oeiras em prol da Arqueologia municipal e nacional.

Oeiras, 28 de novembro de 2025

O PRESIDENTE



(Isaltino Afonso Morais)

PREFÁCIO

As abordagens à história da arqueologia, especialmente mercê de influências de origem anglo-saxónica, têm-se orientado para a identificação de correntes teóricas e para a inscrição dos diferentes investigadores em uma ou outra delas. Esta não é a tradição intelectual dominante na história das ideias na Europa continental, no qual tendeu a prevalecer uma certa noção de continuidade territorial das expressões intelectuais, combinada com a construção dos perfis individuais dos seus protagonistas. Mas, apesar do opúsculo de Jorge de Alarcão [1], que já em 1996 questionava o evolucionismo linear e dicotómico do chamado pós-processualismo, o que hoje mais se ensina é uma vulgata de superficial entendimento epistemológico e teórico, que "arruma" a produção académica dos últimos 150 anos numa suposta sequência evolutiva globalizada, que culminaria na valorização recente da contextualização dos vestígios materiais do passado e na compreensão da dimensão imaterial que a eles subjaz. Não é este o momento de discutir essa ingenuidade, alimentada pelo desconhecimento do que foram as origens da pré-história e da arqueologia oitocentistas, pois disso nos ocupámos recentemente [2]. Mas, ao reler a presente obra de João Luís Cardoso, a primeira observação que nos ocorre fazer é a de que, em coerência com décadas de investigação, se trata de um contributo historiográfico totalmente avesso àquela simplificação superficial.

O volume, como anunciado na apresentação do mesmo, é a compilação de uma seleção dos artigos anteriormente publicados pelo autor sobre a formação do campo de investigação da pré-história nos últimos quatro séculos. A estrutura do volume evidencia uma dimensão importante do pensamento do autor: não se organiza em "partes", assim sugerindo um fluxo contínuo, mas a sequência dos capítulos, não correspondendo à cronologia da sua publicação original, tão pouco se ordena numa temática pré-estabelecida em função de opções teóricas. A leitura conduz o leitor a inscrever a arqueologia pré-histórica no campo mais amplo dos registos materiais do passado, na dupla dimensão do interesse da investigação atual sobre tais vestígios, mas também da atenção das comunidades pré-históricas sobre os vestígios de tempos também para elas remotos.

Intencional ou não, o primeiro capítulo, sobre a ocorrência de dentes de tubarão miocénicos em estações arqueológicas, contém essa dupla dimensão, e de certa forma conduz o leitor para uma chave de leitura que se apoia, sempre, no cruzamento das dimensões espacial/cartográfica e cronológica/estratigráfica, mais do que em qualquer outra variável. A exceção, aparente, é a caracterização do pensamento dos investigadores, mas

---

[1] ALARCÃO, J. (1996) – *Para uma Conciliação das Arqueologias*. Lisboa: Afrontamento.

[2] OOSTERBEEK, L. (2025) – *Arqueologia, Transdisciplinaridade e Praxis territorial*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.

ela só se torna evidente quando o autor foca os trabalhos a partir do século XIX: a compreensão dos percursos individuais, não apenas académicos, e do estado da arte nos seus tempos, é muito clara a partir do capítulo IV, que oferece uma panorâmica geral da temática do livro, desde André de Resende.

Este "tardio" destaque às bio-bibliografias, que dominarão os capítulos seguintes, permite que o leitor comece por entender o quadro de referência, que é o da arqueologia pré-histórica como *praxis* multi- e interdisciplinar que se apoia sempre nos vestígios materiais, para depois poder valorizar os indivíduos no seu devido contexto e não como protagonistas avulsos. A Arqueologia que se enuncia ao longo de cerca de 700 páginas, é claramente parte da História, mas de forma igualmente clara uma forma específica de fazer História que é indissociável das ciências da terra e da vida.

Cremos que é esta concatenação específica dos artigos que mais justifica a sua publicação como um todo coerente: ela oferece ao leitor, e em particular aos estudantes e aos não especialistas, uma didática que os pode estimular na reflexão crítica e não apenas na coleção de curiosidades sobre o passado.

Este é, também, um trabalho de grande erudição, apoiado em rigorosa investigação de documentos inéditos, mas que não se limita à sua divulgação, sempre procurando situá-los no quadro bibliográfico-científico internacional culminando numa apreciação autoral. Como Hegel destacou[3], uma história "que não passe de pura enumeração de opiniões, não constitui senão um objeto de inútil curiosidade ou, quando muito, de investigação erudita, uma vez que a erudição consiste em saber quantidade de coisas inúteis desprovidas .de interesse intrínseco, a não ser o interesse de serem conhecidas." (Hegel, 1974, p.50). Para logo acrescentar "que não é destituído de toda utilidade o aplicar-se a conhecer as opiniões e pensamentos alheios, na medida em que este exercício estimula a energia da mente, sugere alguma boa ideia, e do choque das várias opiniões faz nascer uma nova opinião: pois que a ciência consistiria precisamente neste evoluir duma opinião para outra." (*idem, ibidem*).

Para além de revelar o pensamento do autor, a compilação deste volume estimula o leitor a, no confronto comentado das ideias, ganhar consciência de que o conhecimento consiste sobretudo nesta vontade de acrescentar algo ao que já se conhece, começando pela leitura interpretativa. O que, por sua vez, implica a humildade de reconhecer o contributo dos predecessores, não através de um seguidismo acrítico, mas do respeito pelas suas contribuições, que implica a capacidade de, a um tempo, os admirar e eventualmente criticar. Característica dominante nesta obra, que encontra nos autores individuais a sua trave-mestra.

Não se procure neste livro, no entanto, um compêndio biográfico. Todos os textos são necessariamente curtos e o seu foco principal não são os autores e sim a formação do conhecimento sobre a pré-história em Portugal. Percebem-se raízes metodológicas a partir do renascimento, que vão para além do antiquarismo e possuem relevância metodológica para o futuro, tal como se entende a aceleração científica oitocentista e o lugar central da arqueologia Portuguesa em alguns capítulos desse processo.

Os autores são, porém, os pilares desse processo formativo, e os seus perfis ajudam a explicar os rumos da investigação: o leitor descobre hipóteses sobre a importância da formação médica de alguns protagonistas para a sua compreensão interdisciplinar, tal como entende como os pequenos conflitos entre personalidades contribuem para a estagnação do conhecimento. O foco nos autores, é sempre reportado às temáticas da investigação (paleolítico, concheiros, megalitismo, arte rupestre, etc.), aos seus contextos e quadros científicos de debate (como a influência de correntes filosóficas como o positivismo, as descobertas de novas evidências em distintos países, ou as interações com outros pré-historiadores europeus) e aos contextos institucionais e

---

[3] HEGEL, G.W.F. (1974) [1816] – *Introdução à história da filosofia*. Coimbra: Arménio Amado Ed.

políticos relevantes (especialmente nos ciclos de maior tensão ideológica e política). Desta forma, João Luís Cardoso afasta-se de periodizações fáceis, apresentando as personalidades a que se refere a partir da sua capacidade de melhor contribuírem para avanço do conhecimento em cada momento e região.

Para além do interesse didático que decorre do que acima se argumentou, caracterizando a arqueologia como um campo científico interdisciplinar, este volume sobre "Quatrocentos anos de percursos da pré-história em Portugal e seus principais protagonistas" também refere, amiúde, a importância dos "não protagonistas": desde logo os coletores, muitas vezes nomeados, mas também os trabalhadores anónimos, por vezes maioritariamente mulheres, cujo labor foi essencial para a construção do conhecimento da pré-história. Vislumbra-se aí, mesmo se tal não é enunciado pelo autor, pois tão pouco era assumido pelos arqueólogos, a importância dos saberes não académicos, que naturalmente dominavam os gestos desses trabalhadores e, por essa via, contribuíram para um resultado que, desde cedo, foi transdisciplinar.

Da mesma forma, é muito evidente a bem conhecida pujança da arqueologia portuguesa oitocentista, incluindo nas suas expressões regionais, não isentas de tensões com o centralismo de Lisboa, protagonizado com sucesso por Leite de Vasconcellos, que se prolongaria até aos nossos dias (embora com menos sucesso e com perfil mais institucional do que científico). Mas o autor evidencia como a formação do conhecimento pré-histórico em Portugal, sobretudo no que se refere ao século XIX, não se limitou à ilustração neste território de avanços conceptuais desenvolvidos para lá da fronteira, oferecendo diversas evidências de pioneirismo, sobretudo no plano metodológico, o que, de algum forma, se pode interpretar como herdando a abordagem experimentalista que, desde o século XV, marcou as declinações em Portugal das grandes tendências globais que caracterizaram os avanços epistemológicos do humanismo ao iluminismo e seus sucedâneos. Um experimentalismo particularmente adequado a um campo científico em que as materialidades e a experimentação cedo tiveram relevância central.

A valorização do rigor, para a época, do registo de uma escavação do monumento megalítico de S. Torpes no século XVI, foco do capítulo II, desde cedo evidencia esse pioneirismo da arqueologia em Portugal. Mas é sobretudo na fase de formação da arqueologia pré-histórica enquanto campo científico que são mais relevantes as contribuições portuguesas, ignoradas pela literatura académica internacional e que importa reconhecer e difundir, para melhor compreender o quadro intelectual e científico oitocentista. Destaca-se a escavação do Cabeço da Arruda em 1864, encetando um debate sobre a natureza antrópica dos concheiros, que era negada por muitos com o argumento de não serem admissíveis construções monumentais desse porte por parte do Homem pré-histórico (argumento parecido ao que, anos mais tarde, levaria Cartailhac e a maioria da comunidade científica a negar a antiguidade Paleolítica da arte rupestre de Altamira … e que nos nossos dias fundamenta a dificuldade de muitos em reconhecer a arte rupestre inicial como sendo feita pelos neandertais). Destaca-se, igualmente, o rigor dos estudos estratigráficos já em 1865, em escavações como a Gruta da Casa da Moura, e a invenção precoce do método de escavação com quadricula e registo tridimensional dos achados, com Nery Delgado, em 1879-80. Ou, ainda, a proposta de Estácio da Veiga para a normalização das legendas e sinalética da cartografia arqueológica histórica em 1884, bem como a sua argumentação "ocidentalista" a respeito das *tholoi* megalíticas, muito antes de os modelos coloniais aplicados ao megalitismo terem sido postos em causa, quase um século depois.

É este fervilhar teórico e metodológico, participante ativo do movimento científico internacional, que explica a realização, em 1880, da IX Sessão do Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia Pré-Histórica, predecessor da atual União Internacional das Ciências Pré-Históricas e Proto-Históricas (curiosamente, Portugal também viria a acolher a XV e última Sessão da Associação, em 1930, nascendo em seguida a UISPP). É ele, também, que explica a criação da primeira Cátedra de Antropologia, Paleontologia Humana

e Arqueologia Pré-Histórica em 1885, na Universidade de Coimbra. E se o século XX viria a conhecer muitos outros relevantes pesquisadores, este volume também destaca as suas dificuldades para conseguirem os apoios necessários, sobretudo financeiros, para poderem manter esse pioneirismo internacional.

Mas, e também este é um contributo importante de João Luís Cardoso, este não é um volume de queixumes, de denúncias ou de julgamentos anacrónicos: uma lição de como, para a história do conhecimento, o que finalmente perdura são os resultados do labor de quem se não deixou desviar para causas menores. A longa duração, que é o tempo da pré-história, é também o tempo da sua historiografia, pois só a compreensão dos processos nessa escala é que permite compreender a natureza mais estruturante ou conjuntural de episódios como certas descobertas fundamentais, como a natureza antrópica dos concheiros, ou de certas personalidades e suas abordagens.

E a longa duração é a coluna vertebral deste volume.

Luiz Oosterbeek

Instituto Politécnico de Tomar, Centro de Geociências. Academia Europeia (Londres),
Academia Portuguesa da História, Academia das Ciências de Lisboa.

I

COLECCIONADORES DE FÓSSEIS: OS DENTES DE TUBARÃO MIOCÉNICOS DAS ESTAÇÕES PRÉ-HISTÓRICAS PORTUGUESAS [1]

A Carlos Tavares da Silva, naturalista e humanista do século XXI, com admiração e amizade

1 – INTRODUÇÃO

Há já mais de 25 anos foi publicado estudo sobre os exemplares então conhecidos de dentes de tubarões miocénicos identificados em estações pré-históricas portuguesas (ANTUNES & CARDOSO, 1995) e colocadas diversas hipóteses acerca da sua utilização, as quais se mantém plenamente actuais. Entretanto, foram identificados novos exemplares em outras estações pré-históricas há muito exploradas e, nestas, observados ainda outros, que em 1995 não foi possível localizar, os quais, pelo seu interesse, justificaram a apresentação deste trabalho, que completa significativamente o anteriormente publicado. Com efeito, depois da publicação do referido trabalho, apenas foram dadas a conhecer mais duas ocorrências de dentes de tubarão em estações pré-históricas portuguesas, identificadas no povoado calcolítico fortificado de Vila Nova de São Pedro (ARNAUD et al., 2005) e nas grutas artificiais da Quinta do Anjo (GONÇALVES et al., 2018; CORTÉS-SÁNCHEZ et al., 2020).

2 – NOVAS OBSERVAÇÕES

As novas observações apresentadas neste trabalho resultam do estudo de materiais inéditos e de outros, que, embora já conhecidos, se encontravam ainda insuficientemente estudados, provenientes de diversas estações arqueológicas (Fig. 1).

Os materiais inéditos provêm todos da gruta da Amoreira (Óbidos) e constituem o conjunto mais numeroso até agora identificado em uma única estação pré-histórica do território português, com cinco exemplares representando duas espécies, juntando-se assim aos conjuntos já publicados do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras), e da necrópole de Vale da Carvalho (Alcácer do Sal) (ANTUNES & CARDOSO, 1995). Estes, por seu turno, vieram reunir-se às ocorrências assinaladas por Estácio da Veiga em 1886 (VEIGA, 1886): caverna da Sinceira (Aljezur) e necrópole de Aljezur, esta última identificada na área urbana da vila, o monumento mega-

[1] CARDOSO, J. L. (2021) – Coleccionadores de fósseis: os dentes de tubarão miocénicos das estações pré-históricas portuguesas. *Estudos oferecidos a Carlos Tavares da Silva*. Lisboa: Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (UNIARQ), p. 249-268. Modificado.

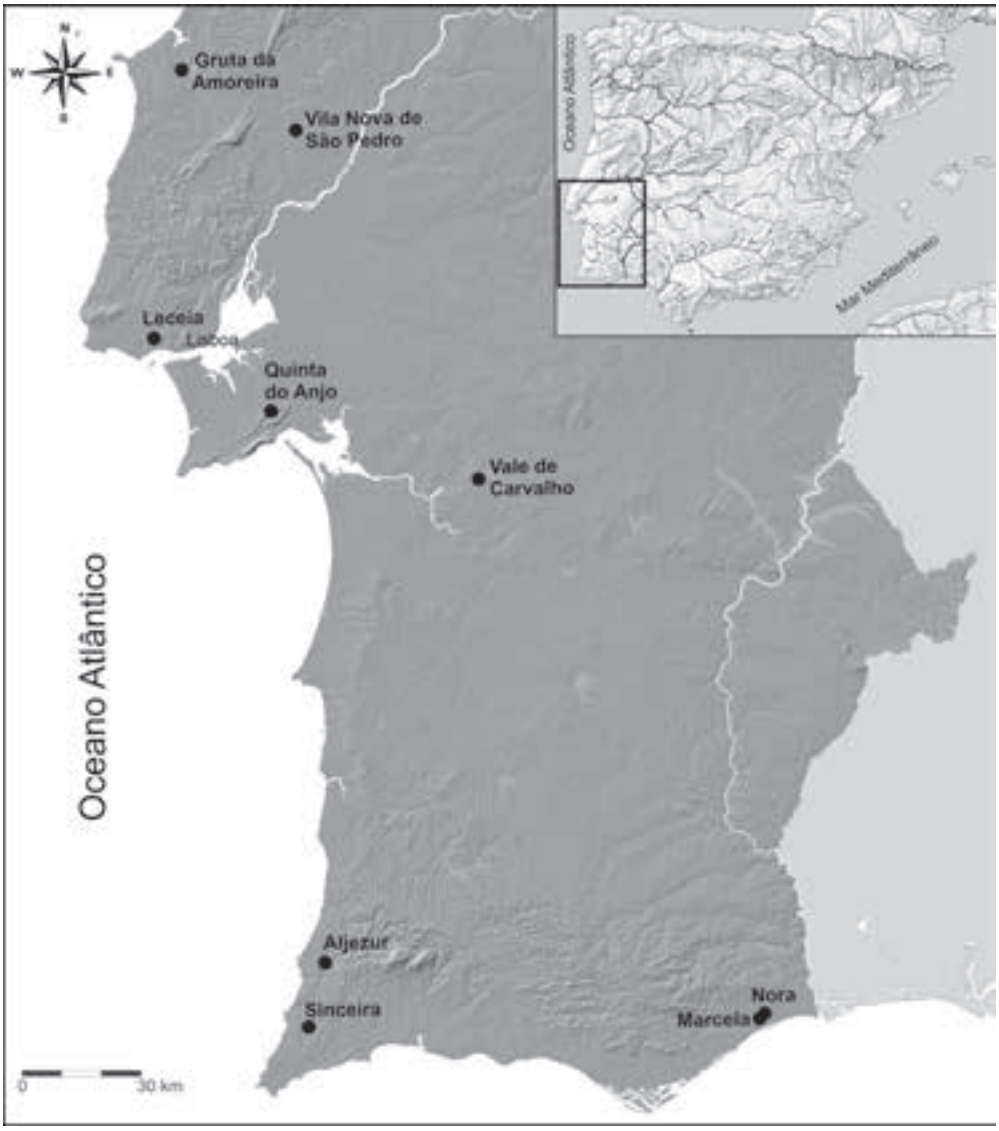


Fig. 1 – Estações arqueológicas do território português que forneceram dentes de tubarão fósseis.

lítico de Nora e o *tholos* de Marcela (ambos em Cacela). Destas, apenas os espólios oriundos das duas últimas foram agora reestudados por integrarem os exemplares que foi agora possível rever no Museu Nacional de Arqueologia: os exemplares das duas primeiras jazidas não se conservam presentemente entre as colecções daquele Museu, embora tal falta seja suprida pelos desenhos publicados por Estácio da Veiga em 1886 suficientes para a diagnose já efectuada em estudo anterior (ANTUNES & CARDOSO, 1995)

2.1 – Gruta da Amoreira (Óbidos)

Trata-se de cavidade natural existente nos calcários jurássicos em local cuja localização rigorosa se perdeu, explorada em 1906 por Bernardo de Sá, então funcionário do Museu Etnológico Português, ao serviço do qual efectuou numerosas escavações, que pouco antes tinha explorado o povoado do Outeiro de São Mamede

(Cardoso & Carreira, 1903). A única informação até ao presente conhecida sobre esta intervenção arqueológica é a fornecida por J. Leite de Vasconcelos: "*No mesmo mês [Junho de 1906], exploração da Lapa prehistorica da Amoreira de Óbidos por Bernardo de Sá…*" (VASCONCELOS, 1915, p. 329). Contudo, ao contrário das escavações pouco tempo antes efectuadas no Outeiro de São Mamede, as quais se podem acompanhar pelas sucessivas missivas por enviadas a Leite de Vasconcelos, desconhecem-se as condições da intervenção na gruta da Amoreira, que não foi objecto de qualquer correspondência remetida para este.

Os espólios presentemente conservados no Museu Nacional de Arqueologia encontram-se inéditos, e em curso de estudo pelo signatário. O conjunto arqueológico observado indica a utilização funerária da gruta durante o Neolítico e o Calcolítico, tendo presente a tipologia dos materiais arqueológicos observados, não sendo deste modo possível atribuir a nenhum destes dois períodos em particular o conjunto de dentes de tubarão agora pela primeira vez publicado (Fig. 2):

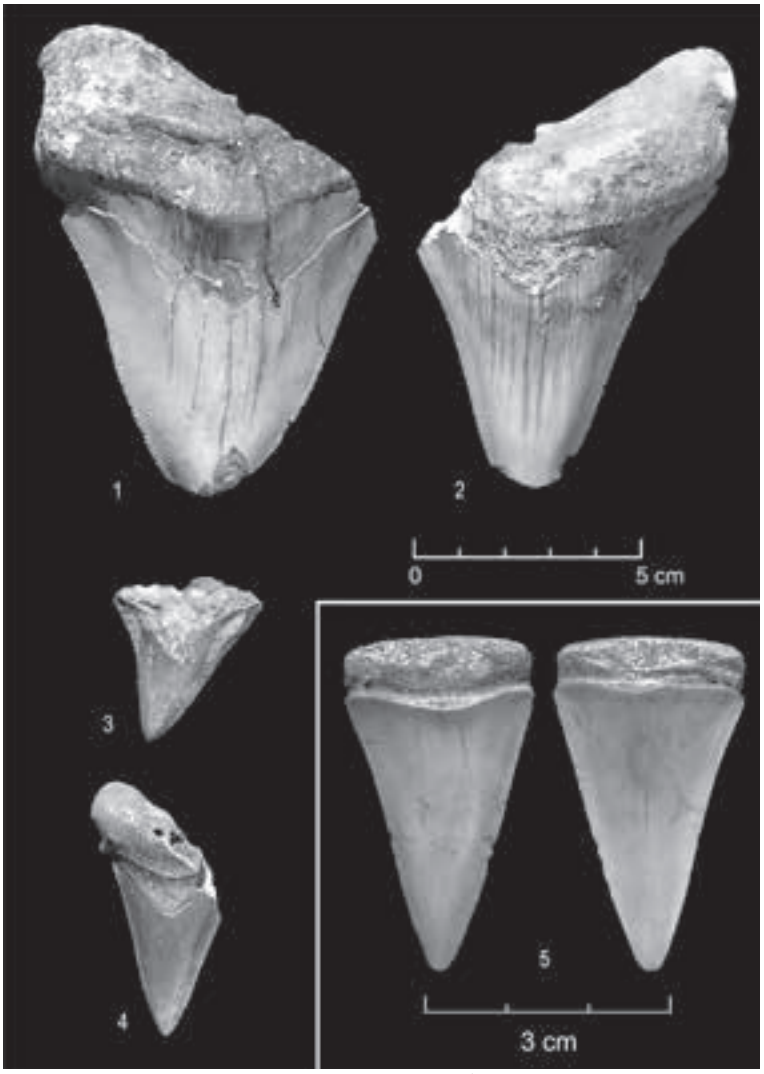


Fig. 2 – Dentes de tubarão da gruta da Amoreira (Óbidos). *Carcharocles megalodon* (Agassiz): 1, 2, 3 e 4 ; *Cosmopolitodus (Isurus) hastalis* : 5. Museu Nacional de Arqueologia. Fotos de João Luís Cardoso.

- dois dentes de *Carcharocles megalodon* (Agassiz), incompletos na zona da raiz, devido a fracturas aparentemente acidentais e sem vestígios de utilização secundária (Fig. 2, n.ºs 1 e 2);
- dois dentes de *Carcharocles megalodon* (Agassiz) de pequeno tamanho, um deles com total ablação da raiz (Fig. 2, n.º 3), o outro com a mesma quase completa, devido a fractura acidental (Fig. 5, n.º 4);
- um dente de *Cosmopolitodus (Isurus) hastalis* (Agassiz) (Fig. 5, n.º 5), com a raiz totalmente transformada por polimento, associada a um sulco perimetral entre esta e a base da coroa, relacionado com o seu aproveitamento como pendente.

2.2 – Grutas artificiais da Quinta do Anjo (Palmela)

Aquando da revisão de espólios desta notável necrópole estremenha conservados no Museu Geológico (LNEG), efectuada pelo signatário em 2016, foram identificados três dentes de tubarão, mas sem registo de

proveniência; conservam concreções carbonatadas aderentes à superfície, semelhantes às observadas em outras peças das grutas da Quinta do Anjo, pelo que a sua atribuição a estas não se afigura duvidosa, apesar de nas obras monográficas a ela dedicadas (LEISNER; ZBYSZEWSKI & FERREIRA, 1961; LEISNER, 1965), os mesmos nunca terem sido referidos, o que se pode compreender tratando-se de estudos estritamente arqueológicos nos quais estes espólios não teriam justificação.

Estes exemplares foram entre-tanto objecto de publicação (GONÇALVES et al., 2018); porém, a diagnose proposta por estes autores foi já corrigida (CORTÉS-SÁNCHEZ et al., 2020): na verdade, não se trata de dentes de um tubarão actual, como foi indicado por aqueles autores, mas sim de duas espécies diferentes, ambas extintas há vários milhões de anos. Deste modo, reproduzem-se de novo, com as diagnoses correctas, dois desses exemplares, correspondendo o terceiro a outro exemplar de *Cosmopolitodus (Isurus) hastalis* (Agassiz).



Fig. 3 – Dentes de tubarão das grutas artificiais da Quinta do Anjo (Palmela). *Cosmopolitodus (Isurus) hastalis* (Agassiz): 1 e Hemipristis serra Agassiz: 2. Museu Geológico (LNEG). Fotos de João Luís Cardoso.

– um dente de *Cosmopolitodus (Isurus) hastalis* (Agassiz) (Fig. 3, n.º 1), com parte da raiz em falta por fractura aparentemente acidental;
– um dente de *Hemipristis serra* Agassiz (Fig. 3, n.º 2) completo, a que se soma mais um exemplar, não reproduzido.

2.3 – *Tholos* de Marcela (Cacela, Vila Real de Santo António)

Monumento funerário calcolítico explorado por Estácio da Veiga que forneceu exemplar de dente de tubarão conservado no Museu Nacional de Arqueologia, embora não citado pelo autor (VEIGA, 1886). Tal situação, que contrasta com o cuidado que o mesmo teve em descrever os exemplares recolhidos em outras estações que estudou (caverna da Sinceira, necrópole de Aljezur, monumento megalítico de Nora) justificou a hipótese de este exemplar não pertencer à estação em causa. Tal atribuição foi agora de novo confirmada,

consultando-se o inventário do Museu Nacional de Arqueologia, tendo-se reproduzido neste estudo o exemplar em causa, pela primeira vez em fotografia, completando o desenho anteriormente apresentado (ANTUNES & CARDOSO, 1995, Fig. 3, n.º 2).

– dente de *Cosmopolitodus (Isurus) hastalis* (Agassiz) aparentemente sem sinais de manipulação. Possui o seguinte n.º de inventário: 985.48.2 M. Zoo. MNA-228.2 (Fig. 4, n.º 1).



Fig. 4 – Dentes de tubarão do tholos de Marcela (Vila Real de Santo António), de *Cosmopolitodus (Isurus) hastalis* (Agassiz): 1; e do monumento megalítico de Nora de *Carcharocles megalodon* (Agassiz): 2 e 3. Museu Nacional de Arqueologia. Fotos de João Luís Cardoso.

2.4 – Monumento megalítico de Nora (Cacela, Vila Real de Santo António)

Neste sepulcro colectivo do Neolítico Final/Calcolítico recolheu Estácio da Veiga dois notáveis exemplares, por ele correctamente atribuídos a *Carcharocles megalodon* (Agassiz). Apesar de não os reproduzir, é afirmativo quanto à existência de marcas de utilização em ambos, sendo também rigoroso ao admitir que poderiam ter sido recolhidos nas imediações do monumento, visto "*que os terrenos litoraes de Cacela pertencem geologicamente ao terciário marino, onde já têm sido achados outros dentes d´aquelle extincto monstro* (...)" (VEIGA, 1886, p. 257). Aquando da elaboração do primeiro estudo sobre esta temática, estes dois exemplares não foram localizados no Museu Nacional de Arqueologia (ANTUNES & CARDOSO, 1995, p. 202), situação que só agora se conseguiu ultrapassar. Pelo facto de ambos ainda nunca terem sido reproduzidos, considerou-se de interesse incluí-los também no presente trabalho:

– dente de *Carcharocles megalodon (*Agassiz), com vestígios de manuseamento ou rolamento, possuindo desgaste ao longo dos dois bordos laterais, tal como já havia sido notado por Estácio da Veiga, e marcas de percussão na extremidade distal, que fez ressaltar o esmalte. O fino serrilhado marginal originalmente existente desapareceu completamente pelo uso ou rolamento, o que suportou a conclusão de Estácio da Veiga de que foram utilizados como instrumentos para "a acção de serragem até desaparecerem os últimos vestígios da denticulação que lhes é própria." (idem, ibidem).

Apesar dos intensos indícios de desgaste, natural ou em resultado de manipulação, os quais são extensíveis à raiz, o exemplar apresenta-se completo, possuindo o n.º de inventário 985.42.40 M. Cont. 626, Vol. 2. Zoo. MNA-603.1 (Fig. 4, n.º 2);

– dente de *Carcharocles megalodon* (Agassiz) semelhante em dimensões ao anterior, correspondendo aos dois maiores exemplares recolhidos por Estácio da Veiga, conforme é declarado pelo próprio. Tal como o anterior, exibe intensos sinais de desgaste nos bordos e indícios de percussão na extremidade distal, que podem ser naturais – e neste caso resultarem de rolamento – ou intencionais, em resultado da sua utilização como artefactos. Possui o n.º de inventário 985.42.39 M. Cont. 626, Vol. 2. Zoo. MNA-603.1 (Fig. 4, n.º 3).

2.5 – Necrópole de Alcalar (Portimão)

Deste notável sítio arqueológico calcolítico conhece-se apenas a referência a dentes de tubarão, presumivelmente *Carcharocles megalodon*, que ali teriam sido recolhidos por Estácio da Veiga e por José Formosinho (FERREIRA & CASTRO, 1948, p. 8). Porque não se conhecem detalhes de tais achados, considera-se não existirem de momento evidências inquestionáveis da sua cabal existência.

3 – DISCUSSÃO

3.1 – Os dentes de tubarão no imaginário das populações europeias desde os tempos paleolíticos

A forma dos dentes de tubarão fósseis, por vezes de assinaláveis dimensões, pois podem atingir cerca de 15 cm de comprimento, como é o caso de alguns exemplares de *Carcharocles megalodon*, o seu atraente aspecto superficial, de um brilho intenso e colorações variadas, do negro ao branco acetinado, e do avermelhado ao amarelado e ao azulado, ou ainda abrangendo diversas gamas de acastanhados e esverdeados, constituíram justificação para a atenção que lhes foi concedida pelas comunidades pré-históricas europeias, desde pelo menos o Paleolítico superior (MAYOR, 2001, p. 166). Com efeito, remontam a essa época a ocorrência de um número já abundante de exemplares, associados por vezes a circulação a longa distância, motivada pelas características acima referidas. Assim, registaram-se desde o século XIX ocorrências de dentes de tubarão fósseis em diversas estações francesas daquela época, algumas delas já indicadas anteriormente (Antunes & Cardoso, 1995), a que se poderiam juntar outras, como Pincevent, ou Tuc d´Audoubert , atribuível a jazida que pelo menos se situaria a centena e meia de quilómetros de distância (OAKLEY, 1975, p. 16, 17).

Na Península Ibérica, existem igualmente evidências do apreço que os dentes de tubarão fósseis despertaram nas comunidades do Paleolítico Superior, tendo sido recentemente inventariados (CORTÉS-SÁNCHEZ et al., 2020): na gruta de Parpalló identificaram-se dois exemplares, e outros três se recolheram na gruta de Altamira, em ambos os casos de utilização indefinida, a que se juntam um exemplar da gruta de Aitzbitarte – IV e outro da gruta de Rascaño. Registaram-se ainda mais dois exemplares da gruta de Parpalló, pertencentes ao Epipaleolítico. Ao Neolítico e ao Calcolítico assinalaram-se quatro exemplares em Los Castillejos e um no Dolmen de Soto. Enfim, à Idade do Bronze reportaram mais um exemplar em Los Castillejos, outro em Fuente Álamo e ainda um terceiro de La Pedrera. A estes, devem ainda somar-se os seguintes exemplares espanhóis não registados no inventário destes autores: da necrópole neolítica da Cueva de Los Toyos, dois dentes aparentemente de *Charcarias taurus* conforme se pode deduzir dos desenhos publicados dos mesmos (Siret e Siret,

1880, Lám. 2, P; e da sepultura n.º 334 da necrópole de El Argar, um dente aparentemente de *Cosmopolitodus (Isurus) hastalis*, conforme evidencia o desenho publicado (SIRET & SIRET, 1880, Lám. 52, 334).

Apenas em um exemplar de *Cosmopolitodus (Isurus) hastalis* proveniente de um contexto neolítico da gruta Hedionda – IV se observaram duas perfurações na raiz, transformando-o provavelmente em pendente (CORTÉS-SÁNCHEZ et al., 2020, Fig. 11 A).

Esta ocorrência junta-se aos dentes perfurados de tubarão fósseis conhecidos em contextos pré-dinásticos de Fayum, ca. 4500 a.C. ou coevos da primeira dinastia, 3100 a.C., de Maadi (Cairo) (MAYOR, 2001, p. 175), que comprovam a sua utilização como ornamento pessoal. Sendo objectos raros e exóticos, os dentes de tubarão fósseis justificavam as diversas formas por que eram vistos, profana, simbólica ou, mais provavelmente, a um tempo profana e simbólica.

Em 1888, Sir Arthur Evans adquiriu um pendente proveniente de um túmulo etrusco do século VI a.C. de Ascoli, correspondente a um grande dente de tubarão fóssil miocénico, de aspecto translúcido e vermelho-acinzentado, proveniente do Mediterrâneo Oriental, provavelmente da ilha de Malta, engastado em filigrana de ouro (MAYOR, 2001, p. 171). Nesta ilha, o culto associado a dentes de tubarão, ali abundantes, encontra-se documentado desde o 4.º milénio a.C. tendo mais tarde, entre 2500 e 1500 anos a.C. os oleiros da ilha utilizado os bordos serrilhados dos grandes dentes de *Carcharocles megalodon* como matrizes para a decoração dos vasos (MAYOR, 2001, p. 172).

Os dentes de tubarão fósseis, de dimensões e morfologias muito variáveis, que por vezes ocorriam em assinaláveis quantidades em certas regiões, faltando absolutamente noutras, não poderiam deixar de atrair o interesse dos primeiros naturalistas, que procuraram encontrar explicação para a sua ocorrência, tal qual o verificado com a presença de outros corpos estranhos e que escapavam à compreensão comum. É o caso das Ceráunias, os machados de pedra polida que, ainda na actualidade, para muitas das populações rurais portuguesas, se associam à queda dos raios, durante as tempestades: daí a designação de "pedras de raio" ou "coriscos", questão que foi recentemente discutida e sumariada (CARDOSO & GONÇALVES, 2020): também para os dentes de tubarão fósseis, foram adiantadas explicações semelhantes. Com efeito, J. Leite de Vasconcelos informa que "*Também no nosso povo, no Sul, os dentes de esqualo são tidos como "pedras (sic) de raio"; possuo um, que obtive ao pé de Cacilhas*." (VASCONCELOS, 1897, p. 127, 128, nota 5). Assim, pode concluir-se que tal utilização apotropaica prosseguiu entre nós, pelo menos, até o início do século XX, de acordo com muitos outros testemunhos, expressivamente corporizados em pendentes montados em metais preciosos, como o que Émile Cartailhac reproduziu do Museu de Toulouse, da época moderna ou já da época contemporânea (CARTAILHAC, 1878, Fig. 67), comparável à jóia etrusca de Ascoli acima referida.

Plínio o Velho (23-79 d.C.) na sua *História Natural* admitiu que os dentes fósseis de tubarão que se encontravam por vezes a grandes distâncias do mar e em altas montanhas correspondiam a corpos caídos do céu durante os eclipses lunares.

Mais tarde, conotaram-se tais exemplares a línguas de cobra, as que São Paulo teria petrificado em castigo por uma mordedura sofrida na ilha de Malta; com efeito, como acima se referiu, os dentes fósseis de tubarão eram ali particularmente abundantes, o que certamente esteve na origem daquela superstição; e a semelhança só aparentemente era forçada, explicando-se facilmente pelo facto de a raiz dos referidos dentes, frequentemente bifurcada, se assemelhar de facto à língua bífida daqueles répteis. Surgiu assim o termo *Glossopetra*, ou "*língua de pedra*", também conhecidas por "línguas de São Paulo", ou "*línguas de cobra ou de serpente*" que passou a reportar-se aos corpos petrificados em forma de língua bífida, que se considerava possuírem propriedades mágicas contra venenos, designadamente as mordeduras de cobra ou poções diluídas num copo de vinho, prática muito comum de envenenamento na Europa medieval e renascentista,

para além de constituírem objectos protectores contra diversas outras enfermidades ou mau-olhado. Daí o serem utilizados como pendentes ou amuletos, por vezes guardados secretamente na indumentária. Em Portugal, o rei D. Manuel I guardava, em 1522 um dente de tubarão fóssil engastado em ouro e a rainha D. Catarina possuía dois, das quais um havia pertencido ao Bispo de Coimbra, a quem foi adquirido em 1550 (GOMES, 2002, p. 381). As peças mais cobiçadas provinham da ilha de Malta, de onde eram exportadas em grandes quantidades, dada a abundância natural ali existente, como acima se referiu; as suas propriedades protectoras e curativas foram acreditadas até época muito recente, como em Inglaterra, onde se tornaram conhecidas por "cramp stones".

No século XVI, Guillaume Rondelet em 1554 assinalou a semelhança das *Glossopetrae* com os dentes de tubarão actuais que teve a oportunidade de observar no mercado de peixe de Montpellier. Estas observações foram seguidas por outros naturalistas da época: foi o caso de Fabio Colonna que em 1616 publicou dissertação sobre as *Glossopetrae*, na qual já apontava para a sua verdadeira natureza (CUTLER, 2003), antecedendo a cabal demonstração, 50 anos depois, devida ao dinamarquês Niels Stensen, ou Nicolaus Steno (1638-1686) (DAVIDSON, 2000).

Em outubro de 1666, um tubarão branco foi capturado por dois pescadores de Livorno. A cabeça deste foi enviada a Steno, por ordem do Duque da Toscânia, tendo sido por ele dissecada e publicada em 1667, num estudo que revelou definitivamente a verdadeira natureza e significado destes exemplares. A célebre gravura em madeira então por ele publicada, foi reproduzida ulteriormente em diversas obras. Entre estas, conta-se a célebre obra Metallotheca Vaticana, de Michele Mercati (1541-1593), médico papal e director do Jardim do Vaticano, redigida cerca de 1574, sob Sisto V, tendo a primeira e única edição, de 1717, sido reimpressa em 1719 (MERCATI, 1719). A obra utilizou o texto deixado pelo autor, bem como as chapas de cobre abertas no século XVI, na larga maioria também por ele preparadas, contendo a reprodução de muitos dos espécimes da colecção papal. Foi no entanto necessário proceder à actualização de certos conhecimentos, a cargo de Giovanni Maria Lancisi, explicando-se deste modo a inclusão da gravura de Steno inserta a p. 333 (Fig. 5), indispensável à cabal compreensão das Glossopetrae. Com efeito, tratando-se de um catálogo do século XVI das colecções papais de História Natural, os dentes de tubarão fósseis, que se conservavam no Nono Armário da Metallotheca, estão nela muito bem representados, encontrando-se ilustrados no texto, em três gravuras, sendo classificados de acordo com o seu tamanho em grandes (Fig. 6), médias (Fig. 7) e pequenas (Fig. 8); a qualidade dos desenhos é mais do que suficiente para se poderem classificar sem dificuldade a nível específico.

Mais importante do que a demonstração de que as *Glossopetrae* eram na verdade dentes de tubarão fósseis, o contributo de Steno abriu as portas à moderna Geologia estratigráfica ao discutir os processos que conduziram à ocorrência de tais corpos no interior das rochas, sendo igualmente pioneiro quanto à discussão do modo de formação destas, enunciando princípios fundamentas da Estratigrafia, como o da horizontalidade da formação e o da sobreposição das camadas sedimentares, postulando que as mais modernas assentavam nas mais antigas: trata-se de uma evidência hoje indiscutível, mas que aos espíritos da época não se afigurava evidente. Na verdade as explicações avançadas por Steno sobe a verdadeira natureza dos fósseis era concordante com as defendidas por outros naturalistas seus contemporâneos, como John Ray e Robert Hooke, que consideraram igualmente que os fósseis eram vestígios de antigos organismos vivos, explicação favorecida pela evidente semelhança existente entre alguns deles: uma coisa para nós óbvia, mas que assim não se afigurava no século XVII, até por corresponder a situação, difícil de explicar, da ocorrência de um corpo sólido dentro de um outro corpo sólido (a própria rocha); esta realidade levou-o a escrever em 1669 a obra *De solido intra solidum naturaliter contento dissertationis prodromus*.



Fig. 5 – Gravura publicada por Nicolaus Steno, e depois reproduzida várias vezes e por diversos autores (MERCATI, 1719), reproduzindo a cabeça e dentição de um grande tubarão branco capturado em Livorno, e por aquele dissecado, confirmando a verdadeira natureza das *Glossopetrae*. Seg. MERCATI, 1719, mod. Reprodução fotográfica de João Luís Cardoso.

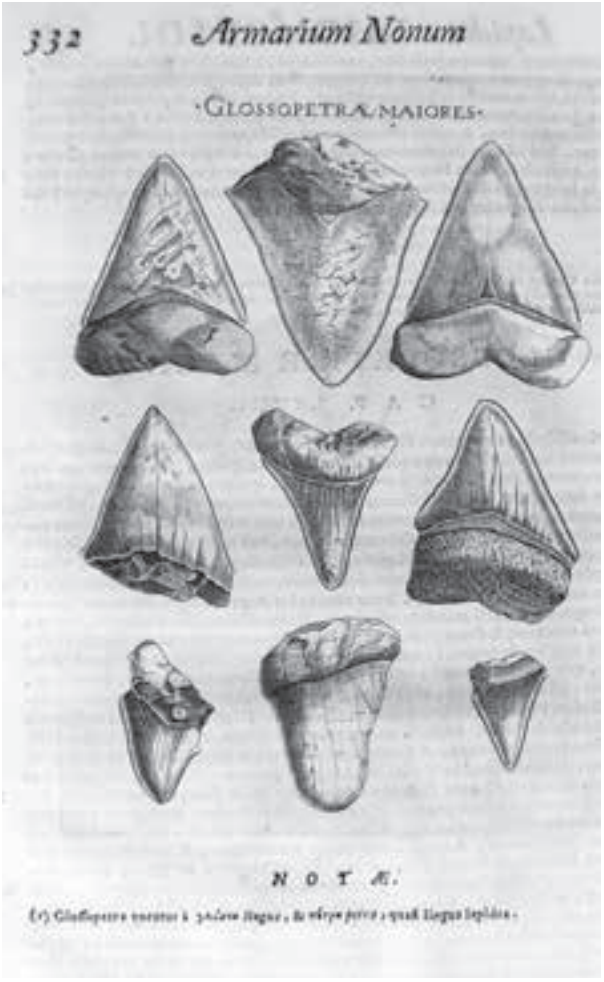


Fig. 6 – *Glossopetrae* de maior tamanho, conservadas na colecção do Vaticano. Seg. Mercati, 1717, mod. Reprodução fotográfica de João Luís Cardoso.

E, com efeito, ainda na segunda metade do século XVIII, antes da generalização da classificação dicotómica dos seres vivos e da afirmação da Paleontologia, dentes fósseis de tubarões de diversas espécies de tubarão foram apresentadas na célebre obra *Encyclopédie*, de Denis Diderot (DIDEROT, 1774), na qual se apresenta, ainda, a antiga designação de *Glossopetrae* (Fig. 9).

3.2 – Os dentes de tubarão fósseis nas sociedades tribais do Novo Mundo

No Novo Mundo (América e Oceânia), os dentes de tubarão foram até época recente utilizados por diversas populações como instrumentos, para o corte da madeira ou para a a preparação de alimentos para além de serem integrados em diversas armas e em pontas de projécteis, neste caso por algumas tribos de índios do Brasil (CAMPBELL, 2006). Foram também utilizados como elementos de adorno, como colares e braceletes, observados pelo autor no Museu de Périgueux em Abril de 1995 provenientes da Oceânia.

Na América do Norte, existe abundante bibliografia relativa à ocorrência de dentes de tubarão fósseis ou actuais em contextos arqueológicos. Tratando-se de comunidades humanas muito distintas daquelas que interessam a este estudo, com os inerentes riscos de extrapolações comparativas indevidas, não se justifica desenvolvida análise da realidade ali estudada. Pode contudo referir-se que ficou provado o uso para diversas finalidades, desde as mágico-religiosas às de natureza prática, incluindo o aproveitamento na indumentária, comprovada pela presença de dentes fósseis perfurados (não identificados nas colecções portuguesas) e o assinalável comércio destes objectos, pela importância especial que lhes era atribuída (LOWERY; GODFREY & ESHELMAN, 2011; BETTS; BLAIR & BLACK, 2012; COLVIN, 2012).


GLOSSOPETRÆ MEDIÆ.
CAP. LXX.
Glossopetræ mediæ angustiores sunt, & bifurca basi avium linguas imitantur tantæ formæ æmulatione, ut facilius vulgò persuadeam eis usus
GLOSSOPETRA MINORES

Fig. 7 – *Glossopetrae* de tamanho médio, conservadas na colecção do Vaticano. Seg. Mercati, 1717, mod. Reprodução fotográfica de João Luís Cardoso.

3.3 – Os exemplares pré-históricos portugueses: estatuto e utilização

Face ao exposto, importa apresentar as observações possíveis acerca do estatuto e utilizações dos exemplares até agora reconhecidos em sítios pré-históricos portugueses.

3.3.1 – Circulação e comércio

A primeira conclusão a tirar é a de que a larga maioria dos exemplares até ao presente registados provêm de locais cujas condições geológicas poderiam proporcionar a sua recolha, ou, em alternativa, provirem de curta distância. É o caso de todas as estações mencionadas por Estácio da Veiga, tanto as duas agora revistas: monumento megalítico de Nora e o *tholos* de Marcela, como as que agora não foram mencionadas por não terem produzido novas observações face às anteriormente apresentadas a tal respeito (ANTUNES & CARDOSO, 1995): a caverna da Sinceira e a necrópole de Aljezur, embora esta tenha sido aberta nos afloramentos xisto-grauváquicos do Carbonífero.

A estas, poderia juntar-se os exemplares entretanto registados nas grutas da Quinta do Anjo, escavadas em afloramento carbonatado do Miocénico Médio, ou, em alternativa, terem provindo das proximidades. Assim se explica igualmente a ocorrência dos exemplares anteriormente dados a conhecer de Leceia: embora o povoado pré-histórico se encontre assente em bancadas de calcários recifais do Cenomaniano superior, a cerca de 5 km de distância conhecem-se afloramentos miocénicos susceptíveis de terem fornecido os exemplares recolhidos. A mesma realidade explica a ocorrência de dentes de tubarão na necrópole de Vale de Carvalho, a qual, embora implantada em terrenos paleozóicos, se encontra próxima dos afloramentos miocénicos pertencentes à Formação de Alcácer do Sal (ANTUNES & CARDOSO, 1995).

Assim, de todas ocorrências conhecidas, apenas os exemplares da gruta da Amoreira (Óbidos) se afiguram incompatíveis com a geologia local e regional. É de excluir, até nova ordem, a eventualidade de terem sido obtidos nos depósitos fossilíferos do Pliocénico Superior marinho da região de Caldas da Rainha (DOLLFUS & COTTER, 1909; ZBYSZEWSKI, 1959; CARDOSO, 1984). Com efeito, embora as duas espécies de tubarões identificadas na referida gruta tenham sobrevivido no Pliocénico, não existe referência de qualquer dos afloramentos pliocénicos conhecidos ter alguma vez fornecido algum dente fóssil de tubarão. Deste modo, a alternativa mais provável é a de serem oriundos dos afloramentos miocénicos marinhos da região de Lisboa, muito mais importantes que os seus homólogos pliocénicos e por se caracterizarem, precisamente, pela presença insistente de exemplares daquelas duas espécies, situando-se a cerca de 70 km para sul em linha recta da gruta em causa. Não causa surpresa a circulação de tais exemplares entre as duas regiões; tal realidade tem paralelo em muitas outras evidências identificadas, a começar pelas produções cerâmicas, cujas características formais e decorativas eram partilhadas pelas populações que no decurso do Calcolítico habitavam esta faixa do território entre o Tejo e o Oceano, realidade que pressupõe a mesma natureza cultural, consubstanciada no termo "Calcolítico da Estremadura". Também ao Miocénico marinho da região de Lisboa são de atribuir, por maioria de razão, dois exemplares de *Carcharias taurus* recolhidos no povoado calcolítico fortificado de Vila Nova de São Pedro, sítio mais próximo dos afloramentos em causa, publicados em 2005 (ARNAUD et al., 2005, n.º 1084-1085, p. 211).


336 Armarium Nonum

GLOSSOPETRÆ PARVÆ.

CAP. LXXI.

TERTIUM Glossopetrarum genus non solùm ex secundo deducimus, sed interest quid discriminis peculiare, ut erat inter illas, & primas. Describebantur enim latæ, sæpius serrato utrinque latere: mediæ tenues, & in furcam diducta radice: hæ verò parvæ sunt non latæ, non bifurca basi. Et nisi aculei forma, materia, nitor, color, idemque frequenter natalis omnium locus jubissent illis superioribus annumerari adinvenissem, quibus rectius

GLOSSOPETRAE MINIMAE.

Fig. 8 – *Glossopetrae* de menor tamanho, conservadas na colecção do Vaticano. Seg. Mercati, 1717, mod. Reprodução fotográfica de João Luís Cardoso.

3.3.2 – Transformações e uso

Os dois belíssimos exemplares de *Carcharocles megalodon* do monumento megalítico de Nora (Fig. 4, n.ºs 2 e 3) exibem assinalável patina e desgaste dos bordos laterais que conduziram ao apagamento do serrilhado dentário. Tal resultado foi atribuído por Estácio da Veiga à sua utilização como utensílios de corte, a par de outros, recolhidos pelo mesmo arqueólogo, na necrópole de Aljezur (VEIGA, 1886, p. 151). Apesar de essa utilização se encontrar comprovada no registo arqueológico no Novo Mundo, nos dois exemplares em causa tal opção é duvidosa, atendendo ao aspecto geral de ambos, cujo desgaste se estende também à raiz. Por outro lado, não se observaram micro-traços de corte, mas simples lascamentos ocasionais marginais, que se concentram na extremidade distal de ambos, o que é explicável por percussões acidentais, especialmente naquele

sector mais frágil, que não pressupõem a hipótese de utilização. Assim a explicação da realidade observada por via do rolamento natural é a hipótese mais aceitável.

Outros exemplares evidenciam a falta da raiz, a qual, embora constitua a parte mais frágil do dente, não pode ser explicada simplesmente com tal argumento. Assim, é plausível que se tenha tratado de um acto intencional, pois a ablação desta facilitaria o encastoamento em diversos suportes, com a ajuda de resina ou de outra qualquer substância. Situação análoga se observa em exemplar de *Hemipristis serra* da gruta da Amoreira (Fig. 2, n.º 3) e de um exemplar com ablação parcial da raíz de *Cosmopolitodus (Isurus) hastalis* de Leceia (Fig. 10, n.º 3). Terá sido também com tal finalidade que se procedeu ao polimento parcial da raiz de um pequeno exemplar de *Carcharocles megalodon* de Leceia, aliás com assinalável rolamento, já depois de ter sido parcialmente



Fig. 9 – Estampa VII da *Encyclopédie*, de Denis Diderot, na qual se apresenta, ainda, a antiga designação de *Glossopetrae* para os diversos dentes de tubarão reproduzidos. Seg. DIDEROT, 1774. Reprodução fotográfica de João Luís Cardoso.

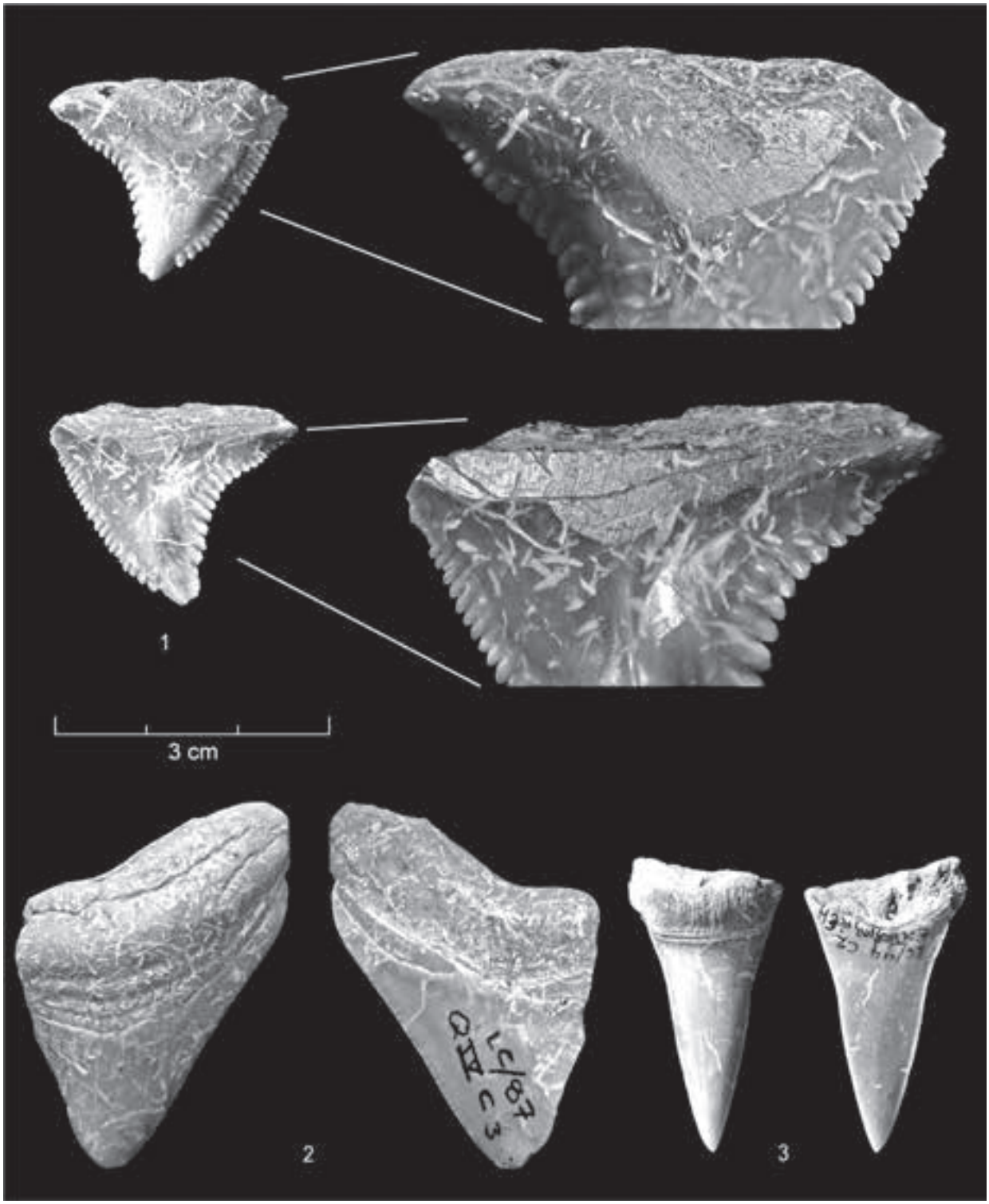


Fig. 10 – Dentes de tubarão do povoado pré-histórico de Leceia, com modificações relacionadas com o seu aproveitamento. *Hemipristis serra Agassiz*, com serragem executada em ambas as faces conducente à eliminação da raiz (Neolítico Final, C4): 1 e 2; *Carcharocles megalodon* (Agassiz), correspondente a exemplar previamente rolado e incompleto, com vestígios de polimento na zona da raiz (Calcolítico Inicial, C3); *Cosmopolitodus (Isurus) hastalis* (Agassiz), com ablação parcial da raiz, por fractura intencional (Calcolítico Pleno/Final, C2). Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras/Câmara Municipal de Oeiras. Fotos de B. Ferreira e de João Luís Cardoso.

fracturado (Fig. 10, n.º 2). Tal opção é especialmente visível num dente de *Hemipristis serra* recolhido em Leceia na Camada 4, do Neolítico Final, com a remoção total da raiz por intenso polimento, a partir de ambas as faces (Fig. 10, n.ºs 1 e 2).

Apenas um exemplar evidencia claramente a utilização como adereço: trata-se de pendente executado em exemplar de *Cosmopolitodus (Isurus) hastalis* da gruta da Amoreira, mediante a execução de uma goteira contínua em redor da base da coroa do dente, executada por abrasão e polimento (Fig. 2, n.º 5).

Embora não observado directamente, por não constar das colecções presentemente conservadas no Museu Nacional de Arqueologia, importa referir um exemplar de *Carcharochles megalodon* recolhido na necrópole de Aljezur. Dali, Estácio da Veiga dá conta de vários exemplares de dentes de tubarão, já anteriormente classificados com base nas figuras apresentadas como sendo de *Galeocerdo aduncus*, *Hemipristis serra* e *Carcharocles megalodon* (ANTUNES & CARDOSO, 1995, Fig. 1), sem contudo precisar o número dos desta última espécie, os quais se encontravam "*reunidos ao empilhamento dos machados de pedra* (...)" (VEIGA, 1886, p. 151). Trata-se de um dente que ostenta dois entalhes laterais justificados "*para mór segurança dos dedos*" (VEIGA, 1886, Est. D, n.º 18, p. 152). Com efeito, ainda que se não tenha podido observar directamente esta peça, por se encontrar desaparecida, tais entalhes afiguram-se intencionalmente produzidos, podendo explicar-se para a fixação da peça a um suporte de natureza desconhecida.

Sem se poder entrar em maiores detalhes quanto à utilização dos exemplares até agora reconhecidos em estações pré-históricas portuguesas é possível desde já sublinhar nalguns casos o seu uso elementos de adorno explicando-se as ocorrências em contextos funerários, por se associarem à indumentária dos sepultados. É o caso dos exemplares de pequenas dimensões das grutas da Quinta do Anjo, e da Amoreira, a que se somam os exemplares das necrópoles algarvias de Aljezur e da Nora e os da necrópole de Vale de Carvalho, estes já da Idade do Bronze. Exemplares homólogos ocorrem também, naturalmente, em povoados, onde seriam utilizados pelos respectivos habitantes: é o caso dos exemplares recolhidos em Leceia e em Vila Nova de São Pedro.

Situação distinta é a que respeita aos grandes exemplares de *Carcharocles megalodon*, sobretudo os identificados no *tholos* de Marcela, os maiores que Estácio da Veiga recolheu, como declara, e a que se poderiam juntar os dois exemplares da gruta da Amoreira. Nenhum deles apresenta modificações secundárias evidentes, pelo que pode admitir-se que valeriam por si mesmos, constituindo objectos de prestígio, face à sua evidente beleza e raridade, ainda que não seja possível associá-los a nenhuma crença ou simbolismo. A este propósito, é interessante referir a forma como alguns dentes se encontravam depositados na necrópole de Aljezur, de mistura com o empilhamento de machados de pedra polida, conforme as palavras de Estácio da Veiga acima reproduzidas, configurando sem dúvida um depósito funerário complexo, hoje em dia difícil de reconstituir.

3.3.3 – Cronologia das ocorrências

É possível atribuir uma cronologia segura aos seguintes exemplares: três exemplares de Leceia, cada um deles pertencente ao Neolítico Final, ao Calcolítico Inicial e o ao Calcolítico Pleno/Final; dois exemplares do *tholos* de Marcela e outros dois do povoado de Vila Nova de São Pedro, do Calcolítico; e cinco exemplares da necrópole do Bronze do Sudoeste de Vale de Carvalho. Os restantes exemplares podem reportar-se tanto ao Neolítico Final, como a diversas etapas do Calcolítico: é o caso dos três exemplares das grutas da Quinta do Anjo; dos cinco da gruta da Amoreira, dos quatro da necrópole de Aljezur, e dos únicos exemplares recolhidos na gruta de Sinceira e no monumento megalítico de Nora.

3.3.4 – distribuição por espécies

A espécie mas comummente representada é *Carcharocles megalodon*, com as seguintes ocorrências: caverna de Sinceira (Aljezur) 1; necrópole de Aljezur (2); tholos de Marcela (2); povoado de Leceia (1); gruta da Amoreira (2), totalizando 8 exemplares; segue-se *Cosmopolitodus (Isurus) hastalis*, presente nas seguintes jazidas: monumento megalítico de Nora (1); grutas artificiais da Quinta do Anjo (2); povoado pré-histórico de Leceia (1); gruta da Amoreira (1), totalizando 5 exemplares; *Hemipristis serra* foi espécie reconhecida na necrópole de Aljezur (1 ex.); nas grutas artificiais da Quinta do Anjo (1 ex.) e no povoado de Leceia (1 ex.), totalizando 3 exemplares; a presença de *Charcarias taurus* foi identificada na necrópole do Bronze do Sudoeste de Vale de Carvalho (5 ex.) e no povoado de Vila Nova de São Pedro (2 ex.), totalizando 7 exemplares; enfim, *Galeocerdo aduncus* foi reconhecido apenas na necrópole de Aljezur (1 ex.).

Além da sua presença em contextos pré-históricos portugueses, alguns dentes de tubarão, seguramente de *Carcharocles megalodon* e eventualmente de outras espécies foram reconhecidos em contextos de época histórica. Na necrópole visigótica de Poço dos Mouros (Silves) foi encontrado numa sepultura exemplar desta espécie (GOMES, 2002, p. 380), com paralelos nas sepulturas provavelmente da mesma época de Vale de Carro (Albufeira) (FERREIRA & CASTRO, 1948, p. 8), em continuidade com a prática romana, da qual, contudo, não se conhece por ora nenhuma evidência do território português.

4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos do presente estudo completam e actualizam os que foram apresentados pelo autor em 1995, sublinhando a utilização de dentes de tubarão miocénicos pelas populações pré-históricas do território português, desde o Neolítico Final, até à Idade do Bronze, com prolongamento documentado na época visigótica, na região algarvia.

Com base na análise da distribuição geográfica dos 24 exemplares recolhidos em estações pré-históricas até ao presente inventariados, verifica-se que a sua distribuição geográfica evidencia relação próxima com a geologia, ou seja com a disponibilidade de obtenção dos exemplares. É o caso da situação observada no Algarve e no Baixo Alentejo, tal como na Baixa Estremadura. Mesmo as duas estações cuja localização geográfica se não pode relacionar directamente com quaisquer afloramentos do Miocénico marinho – a gruta da Amoreira e o povoado de Vila Nova de São Pedro – a distância que separa a primeira dos afloramentos susceptíveis de poderem ter fornecido os exemplares ali recolhidos não é superior a 70 km, em linha recta, inscrevendo-se ambas na mesma área cultural das estações situadas mais a sul onde ocorrem os afloramentos miocénicos em causa, o Calcolítico da Estremadura.

Nas áreas do Centro e Norte do País, onde não ocorrem afloramentos susceptíveis de fornecerem exemplares desta natureza, estes são de facto desconhecidos, indício de que o seu uso, ainda que sejam elementos exóticos, não se encontrava associado a comércio transregional.

Importa destacar a ocorrência de exemplares de morfologia e tamanhos muito distintos, o que pressupõe também utilizações diferentes: assim, os dois grandes exemplares de *Carcharocles megalodon* do *tholos* de Marcela, a par dos dois exemplares maiores da mesma espécie da gruta da Amoreira, valeriam por si mesmos, devendo constituir objectos com significado especial. As suas características estéticas faziam delas peças de excepção, importantes no mundo dos vivos e também no dos mortos, embora o seu significado nos escape em absoluto.

Já os exemplares de menores dimensões possuem características compatíveis com adornos, podendo também ser utilizados na indumentária. Embora se não conheçam nenhuns dentes perfurados, como em Espanha, apesar de apenas representado por uma ocorrência, no Neolítico, a presença de uma goteira na base da coroa do exemplar de *Cosmopolitodus (Isurus) hastalis* da gruta da Amoreira torna plausível a sua utilização como pendente de colar. Outros exemplares evidenciam ablação da raiz, por fractura ou serragem, a partir de ambas as faces, como evidencia um exemplar de Leceia. Tais modificações estão associadas ao aproveitamento como enfeites, fixados no vestuário ou em adereços de couro ou outras substâncias, à semelhança do observado em sociedades tribais da Oceânia.

Em síntese, pode concluir-se que a utilização de dentes de tubarão miocénicos na Pré-História do território português assumiu um carácter excepcional, embora insistente e generalizado, dada a sua representação geográfica alargada, mas sempre relacionada com a sua disponibilidade local ou regional, a qual, em qualquer dos casos, seria escassa, resultando de recolhas ocasionais e desprovidas carácter sistemático, ao contrário do que se verificava, na mesma época, com a exploração de outras matérias-primas de origem geológica, como as contas de minerais verdes, especialmente do grupo da variscite. Em qualquer caso, a sua utilização por parte das comunidades pré-históricas do território português não se poderia associar à sua origem marinha biológica primária, sendo certo que o seu simbolismo, a existir, valorizaria os atributos intrínsecos à morfologia exótica de tais exemplares.

AGRADECIMENTOS

Ao Dr. António Carvalho, Director do Museu Nacional de Arqueologia, e a Luísa Carvalho, funcionária do mesmo Museu, pelas facilidades e apoio concedidos no estudo dos espólios arqueológicos da gruta da Amoreira e no acesso aos dentes de tubarão exumados por Estácio da Veiga e ali conservados.

Ao Eng. Jorge Sequeira pelo apoio concedido no estudo dos dentes de tubarão conservados no Museu Geológico, de que é responsável.

À Prof.ª Doutora Ausenda Cáceres Balbino, pela confirmação que teve a gentileza de fazer das determinações do autor de alguns dos exemplares de *Carcharocles megalodon* da gruta da Amoreira.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, M. T. & CARDOSO, J. L. (1995) – Dentes de tubarões miocénicos em contextos pré-históricos portugueses. Estudo comparado dos materiais de Leceia (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 5, p. 199-211.

ARNAUD, J. M.; GOMES, M. V.; SOARES, A. M. Monge; FERREIRA, S. D. & ESTRELA, C. L. (2005) – Vila Nova de São Pedro : uma fortificação calcolítica do litoral estremenho. In ARNAUD, J. M. & FERNANDES, C. V. (ccord.) *Construindo a memória. As colecções do Museu Arqueológico do Carmo*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 141-219.

BETTS, M.; BLAIR, S. E. & BLACK, D. (2012) – Perspectivism, mortuary symbolism, and human-shark relationships on the Maritime Peninsula. *American Antiquity*, 77 (4), p. 621-645.

CAMPBELL, S. (2006) – "Shark-Tooth Weapons". *Warrior Arts and Weapons of Ancient Hawaii*. Berkeley: Blue Snake Books. ISBN1-58394-160-6OCLC65400291.

CARDOSO, J. L. & GONÇALVES, M. I. Rebelo (2020) – Mercati, a *Metallotheca Vaticana* e as representações de artefactos pré-históricos na Europa do Renascimento. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 26, p. 105-122.

CARDOSO, J. L. (1984) – O Pliocénico marinho de Caldas da Rainha e de Pombal. Sedimentologia e micropaleontologia. Enquadramento paleográfico e paleoecológico. *Volume d´Hommage au géologue Georges Zbyszewski*. Paris : Éditions Recherche sur les Civilisations, p. 155-201.

CARTAILHAC, É. (1878) – *L´Age de Pierre dans les souvenirs e superstitions populaires*. Paris: C. Reinwald et Cie.

COLVIN, G. H. (2011) – The presence, source and use of fossil sherk teeth from Ohio archaeological sites. *Ohio Archaeologist*, 61 (4), p. 26-46.

CORTÉS-SÁNCHEZ, M.; SIMON-VALLEJO, M. D. ; CORRAL, J. C.; LOZANO-FRANCISCO, M. C. ; VERA-PELÁEZ, J. L. ; JIMÉNEZ-ESPEJO, F. J.; GARCÍA-ALIX, A.; de las HERAS, C.; MARTÍNEZ-SÁNCHEZ, R.; BRETONES GARCÍA, M. D.; BARANDIARÁN_MAESTU, I.; MORALES-MUÑIZ, A. (2020) – Fossils in Iberian prehisory: a revie of the palaeozoologicl evidence. *Quaternary Science Reviews* https://doi.org/10.1016/j.quascirev.2020.106676

CUTLER, A. (2003) – *The Seashell on the Mountaintop.* New York: Dutton (Penguin Group), p. 56-58.

DAVIDSON, J. (2000) – Fish tales: Attributing the first illustration of a fossil shark's tooth to Richard Verstegan (1605) and Nicolas Steno (1667) . *Proceedings Academy of Natural Sciences*. 150, p. 329-344.

DIDEROT, Denis (1774) – Recueil de planches, sur les Sciences, les Arts libéraux, et les Arts Méchaniques: avec leur explication. *Encyclopédie, ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers.* Cinquieme livraison, ou Sixieme volume, avec 295 planches. Troisième edition. À Livourne, de l´Imprimerie des Éditeurs.

DOLLFUS, C. F. & COTTER, J. C. B. (1909) – Mollusques tertiaire du Portugal. Le Pliocène au N du Tage (Plaisancien). Lisboa : *Memórias da Commisão do Serviço Geológico de Portugal.*

FERREIRA, O. da Veiga & CASTRO, L. de Albuquerque e (1948) – A estação pré-histórica de Vale de Carro (Albufeira). *Estudos, Notas e Trabalhos do Serviço de Fomento Mineiro*. Porto. 4 (1), 16 p. (separata).

GOMES, M. V. (2002) – A necrópole visigótica do Poço dos Mouros (Silves). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 5 (2), p. 339-391.

GONÇALVES, V. S.; SOUSA, A. C. & SANTOS, M. (2018) – *A necrópole de grutas artificiais do Casal do Pardo (Quinta do Anjo, Palmela)*. Palmela : Câmara Municipal de Palmela.

LEISNER, V. (1965) – *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel. Der Westen.* Berlin : alter de Gruyter & Co.

LEISNER, V.; ZBYSZESKI, G. & FERREIRA, O. da Veiga (1961) – *Les grottes artificielles de Casal do Pardo (Palmela) et la Culture du vase campaniforme*. Lisboa : Serviços Geológicos de Portugal (Memória n.º 8 N. S.).

LOWERY, D.; GODFREY, S. J. & ESHELMAN, R. (2011) – Integrated Geology, Paleontology, and Archaeology: native american use of fossil shark teeth in the Chesapeake bay region. *Archaeology of Eastern North America*, 39, p. 93-108.

MAYOR, A. (2001) – *The first fossil hunters. Paleontology in Greek and Roman times.* Princeton and Oxford: Princeton University Press.

MERCATI, M. (1719) – *Metallotheca Vaticana*. Roma: Typographum Vaticanum.

SIRET, E. & SIRET, L. (1880) – *Las primeras edades del metal en el Sudeste de España.* Álbum. Barcelona: Imprenta de Henrich y Cia.

VASCONCELOS, J. Leite de (1897) – *Religiões da Lusitania*. 1. Lisboa: Imprensa Nacional.

VASCONCELOS, J. Leite de (1915) – *Historia do Museu Etnologico Português.* Lisboa: Imprensa Nacional.

OAKLEY, K. P. (1975) – *Decorative and Symbolic Uses of Vertebrate Fossils*. Oxford: Pitt Rivers Museum (Occasional Papers on Technology, 12).

VEIGA, S. P. M. Estacio da (1886) – *Antiguidades Monumentaes do Algarve*. Lisboa : Imprensa Nacional, vol. 1.

ZBYSZEWSKI, G. (1959) – *Étude structurale de la vallée typhonique de Caldas da Rainha*. Thèse doctorat d´État Fac. Sc. Paris. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal (Memória n.º 3, N. S.).

II

O MAIS ANTIGO REGISTO CONHECIDO DA ESCAVAÇÃO DE UMA ESTAÇÃO PRÉ-HISTÓRICA EM PORTUGAL. SÃO TORPES E A SUA SEPULTURA DA FOZ DA RIBEIRA DA JUNQUEIRA (SINES) [1]

1 – INTRODUÇÃO

Em Dezembro de 1905, J. Leite de Vasconcelos efectuou uma prolongada excursão à por ele designada Estremadura Transtagana, correspondente actualmente ao Baixo Alentejo litoral. O relato dessa excursão, das muitas que, ao longo da sua operosa e longa vida, efectuou no País, foi registado anos depois nas páginas de *O Arqueólogo Português* (VASCONCELOS, 1914) e, mais tarde transcrito no *De Terra em Terra*, notável repositório de informações colhidas por todo o País e reunidas depois nos dois volumes que constituem a obra (VASCONCELOS, 1927, p. 105-108), que bem justificam a expressiva designação do fundador do Museu Nacional de Arqueologia como "Peregrino do Saber" (COITO, CARDOSO & MARTINS, 2008).

A sua ida a Sines teve o propósito de, como o próprio declara, verificar se ainda ali se conservavam os materiais arqueológicos recolhidos em 1591 junto à foz da ribeira da Junqueira, a Sul de Sines, os quais haviam já sido por si noticiados em 1897, no primeiro volume das *Religiões da Lusitania* (VASCONCELOS, 1897, p. 21), com base no livro setecentista de Estêvão de Liz Velho (VELHO, 1746), em parte dedicado ao estudo da vida de São Torpes (Fig. 1). Com efeito, este era um dos exemplos mais interessantes de associação de vestígios arqueológicos a uma tradição popular, para mais quando esta fora detalhadamente registada na época.


EXEMPLAR
DA
CONSTANCIA DOS MARTYRES
EM A VIDA DO GLORIOSO
S. TO'RPES,
MORDOMO, E VALI'DO DE NERO,
NA QUAL SE EXPÕE DESDE O SEU NASCIMENTO
até o seu glorioso tirando, e se relata a vinda prodigiosa do seu
sagrado corpo a este Reino á Villa de Sines, onde Santa Cele-
rina, conhecendo-o por especial revelação de Deos, lhe deo de-
centes sepultura, construindo-lhe hum magnifico Templo, que
foy o primeiro da Europa, e segundo da Christandade, o que se
justifica com indubitaveis fundamentos, deduzidos dos mais an-
tigos, verdicos Escritores, com differtações, e noticias muito
curiosas sobre o mais, que contém a mesma Historia,
DEDICADO
A' M. ILLUSTRE, E ESCLARECIDA MARTYR
SANTA CELERINA,
PORTUGUEZA.
ESCRITO POR
ESTEVÃO DE LIS VELHO.
LISBOA,
Na Officina de MIGUEL MANESCAL DA
Impreſſor do Santo Officio.
ANNO M. DCC. XLVI.
Com todas as licenças neceſſarias.

Fig. 1 – Folha de rosto da obra setecentista de Estevão de Liz Velho. Original da Biblioteca Nacional de Portugal.

[1] CARDOSO, J. L. (2017) – O mais antigo registo conhecido da escavação de uma estação pré-histórica em Portugal. São Torpes e a sua sepultura da foz da ribeira da Junqueira (Sines). *Al-Madan.* Almada. Série II, 21, p. 132-141. Modificado.

A circunstanciada discussão que Leite de Vasconcelos apresenta em 1897, da história e condições dos achados, e dos próprios achados, com base no referido livro, levou-o a considerar a atribuição do conjunto a uma anta; com efeito, Liz Velho menciona a existência de duas pedras toscas, no local onde supôs ter sido feito o achado, declarando a tal propósito: "*não encontrey mais do que duas pedras toscas, que levantadas sinalavão o comprimento da dita sepultura*", as quais foram então transportadas para a porta da matriz de Sines.

O que Leite de Vasconcelos não referiu, nesta sua primeira menção aos ditos testemunhos, é que algumas das detalhadas informações apresentadas por Liz Velho se basearam em um manuscrito, do qual nunca chegou a ter conhecimento, enquanto outras, apresentadas por este autor, não poderão senão ser consideradas como invenções, que se enquadram, naturalmente, na época em que foram escritas. Tudo o que se encontra registado no livro de Lis Velho tem naturalmente um propósito, que nada tem a ver com a natureza científica da moderna Arqueologia.

Mais tarde, José Leite de Vasconcelos (VASCONCELOS, 1914), referiu que os achados acima mencionados foram inventariados em 1591, tendo tal inventário, a par das respectivas condições de jazida, sido em boa hora transcrito em documento de 1695, aquando da abertura da arca onde tais restos jaziam, uma vez que o documento original de 1591 se não conservou. Liz Velho, onde Leite de Vasconcelos se baseou, teve conhecimento do termo de abertura de 1695, do qual transcreveu as passagens mais relevantes, embora com algumas incorrecções.

Com efeito, o original do termo de abertura da arca onde se encontravam as relíquias atribuídas ao Santo, a que Liz Velho teve acesso, integra um códice conservado na secção dos Reservados da Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), onde possui a cota COD. 146. Com 33 fls. de 30 cm de altura, tem o título genérico *Memorias para a Historia Ecclesiastica do Arcebispado d'Evora por Antonio Rosado Bravo* (BRAVO, 1721) (Fig. 2). De acordo com a catalogação da BNP, trata-se de "Notícias coligidas para a Academia Real da História Portuguesa", as quais, contudo, jamais se publicaram.

O códice é constituído por diversos documentos com distintas caligrafias, sendo o manuscrito que agora interessa redigido e assinado por Sebastião de Oliveira Fogaça e por um conjunto de testemunhas que presenciaram o acto de abertura da arca.

Possui evidente interesse conhecer na íntegra esse interessante documento para a História da Arqueologia portuguesa, porque corresponde, entre outras razões, ao mais antigo relato rigoroso e coevo de uma exploração arqueológica realizada em Portugal, independentemente dos objectivos de ordem religiosa, que determinaram, ao mais alto nível eclesiástico e temporal, a investigação efectuada no terreno no ano de 1591.

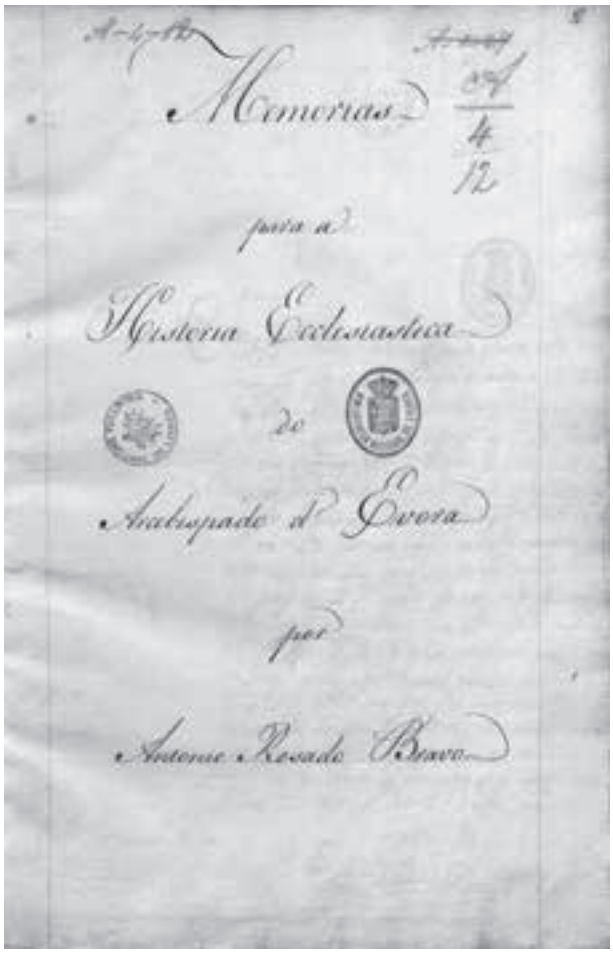

Memorias
para a
Historia Ecclesiastica
do
Arcebispado d' Evora
por
Antonio Rosado Bravo

Fig. 2 – Folha de rosto do Códice 146 da Biblioteca Nacional de Portugal.

Obtida, junto da Directora da Biblioteca Nacional de Portugal, a Dr.ª Inês Cordeiro, a digitalização integral do Códice, a qual ainda se não encontrava realizada, esta foi disponibilizada ao signatário em Abril de 2016, sendo possível efectuar a transcrição, na íntegra, das três páginas do códice relativas ao termo de abertura do cofre, que contém também o desenho da célebre placa de xisto nele guardada.

2 – O TERMO DE ABERTURA DE SEBASTIÃO DE OLIVEIRA FOGAÇA

O auto (ou termo) de abertura da arca que continha os restos humanos, alguns deles atribuídos a São Torpes, e demais objectos arqueológicos que os acompanhavam, integrado no Códice 146 da BNP (Figs. 3 a 5), foi redigido no dia 6 de Fevereiro de 1695 por Sebastião de Oliveira Fogaça; contém a cópia do manuscrito também ali depositado em 1591, aquando da recolha de tais restos na dita arca, da autoria de Pedro Lopes. Embora este manuscrito fosse já conhecido, ainda que de forma imperfeita, por ter sido transcrito em 1746 por Estêvão de Liz Velho, que certamente teve acesso ao hoje designado Códice 146 da BNP, o documento onde aquele se encontra integrado mantinha-se inédito, apesar do seu evidente interesse informativo, sendo por isso agora transcrito na íntegra (ver adiante, **Termo de Abertura**).

A transcrição deste importante documento vem esclarecer cabalmente as condições dos achados, permitindo o desenvolvimento das considerações adiante apresentadas. Importa desde já sublinhar a funda impressão que produziu a intervenção efectuada em 1591, a ponto de, ainda em 1640, as memórias de várias pessoas sobreviventes que foram testemunhas do acontecimento, cujos nomes são conhecidos, terem sido registadas em carta remetida pelo então Prior de Sines a Frei Manuel Ferreira (CARDOSO, 1666, p. 299) (Fig. 6).

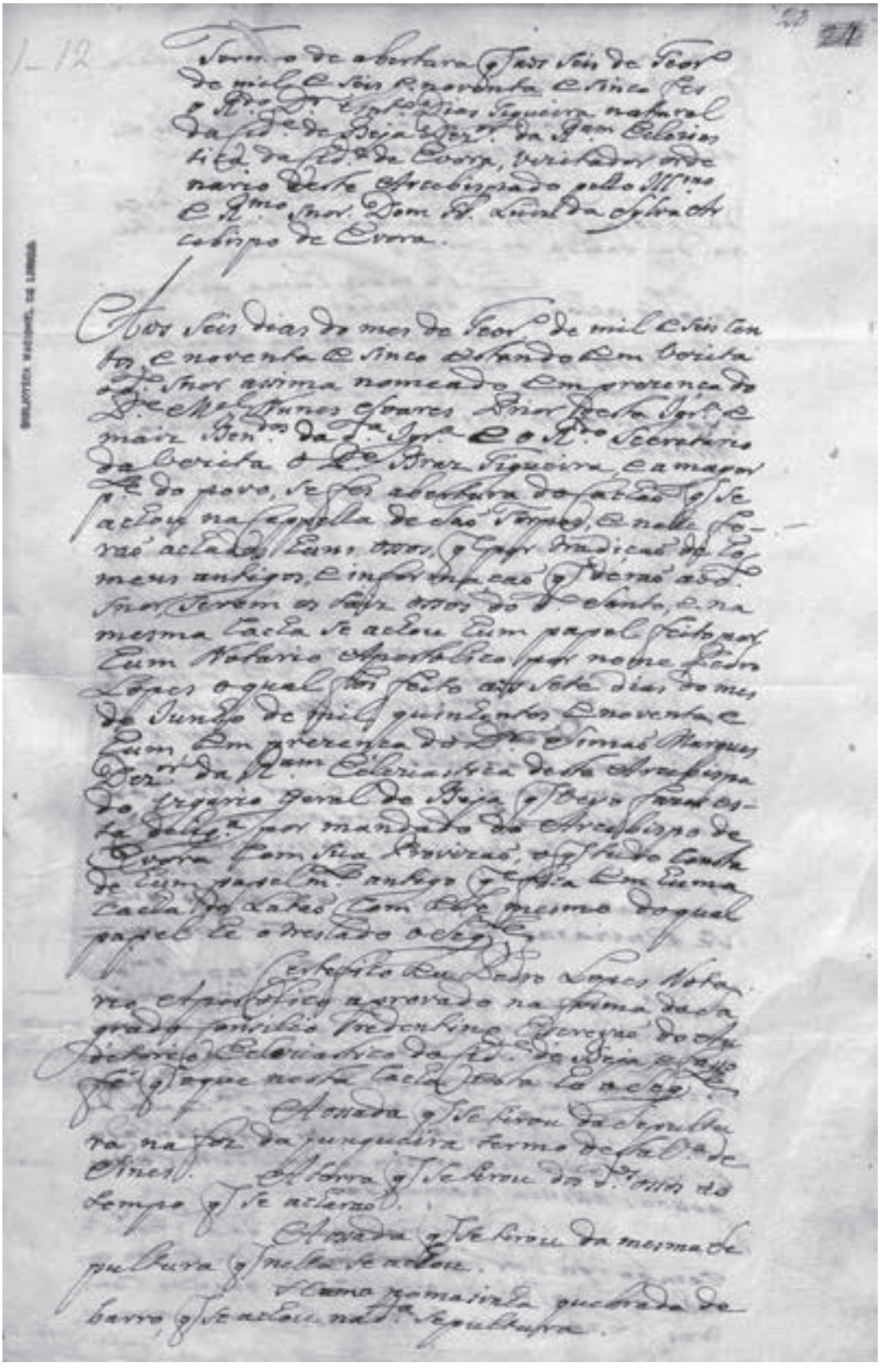
3 – A TIPOLOGIA DA SEPULTURA

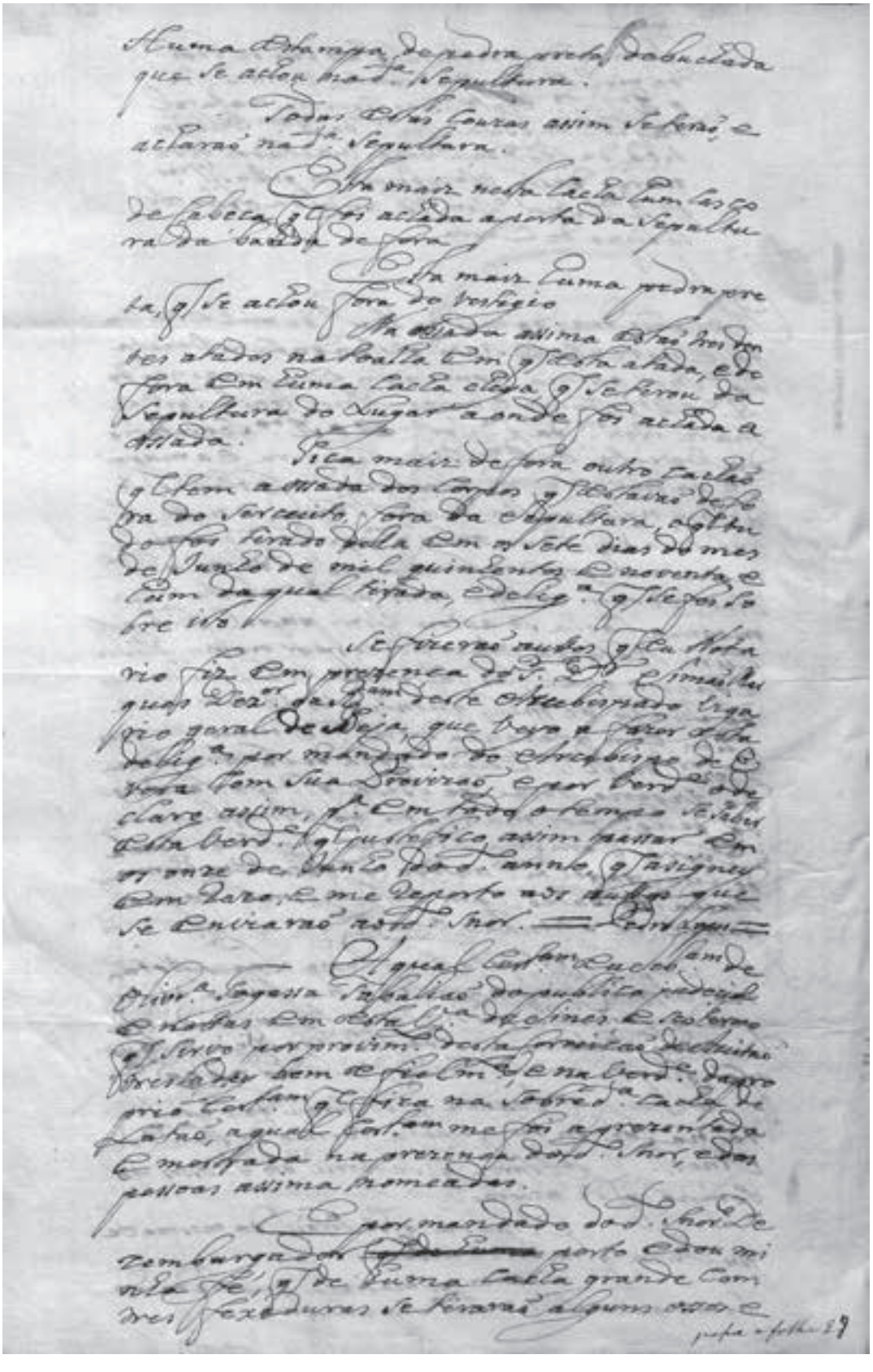
A leitura do documento permite admitir que se tratava de um monumento megalítico, embora em nenhuma parte do mesmo seja referida a existência das grandes pedras assinaladas por Liz Velho no seu livro. Caso as mesmas existissem, aquando da descoberta, é de estranhar que não tivessem sido devidamente valorizadas e descritas. No entanto, não se vê alternativa a tal hipótese, pois, como defendeu J. Leite de Vasconcelos, com base no testemunho de Liz Velho, as pedras por este transportadas para Sines corresponderiam ao que restava do monumento. É plausível que a sepultura não tenha sido descrita na altura da descoberta por tal se afigurar secundário, face à importância do seu recheio.

Com efeito, apenas este é minuciosamente descrito, sendo escassas as referências à sepultura propriamente dita, e que apenas existem quando havia interesse em situar os achados no terreno.

Deste modo, pode concluir-se que a sepultura possuía uma porta - possivelmente correspondente ao espaço definido por dois ortóstatos - com base na referência de "*hum casco de cabeça q foi achado a porta da sepultura da banda de fora*", associada à existência de um recinto, ou "*sercuito*", como é mencionado no documento - por certo correspondente à câmara - referindo-se ainda, a reforçar esta ideia, a recolha de ossos humanos "*fora da sepultura*".

Tal situação levou Leite de Vasconcelos a concluir "*que não haveria só uma anta, e pelo contrário haveria várias*" (VASCONCELOS, 1914, p. 319), conclusão que parece forçada. Na verdade, seria estranho que assim fosse, dado que as antas se não construíam em espaços contíguos; o que se afigura mais provável é que existi-





Huma estampa de pedra mto bem lavrada
que se achou na d.ª Sepultura.

Todas estas cousas assim se levarão e
acharão na d.ª Sepultura.

Em mais mostra cada hum lasso
de fabeca q foi achada aberta da Sepultu
ra da banda de fora.

Em mais huma pedra pre
ta, q se achou fora do Jazigo

Na cidade de Lima estão hum dos
testadores na Roalla com q está calada, e do
fora em huma cada cabeça q se levou da
Sepultura do Lugar aonde foi achada a
dita.

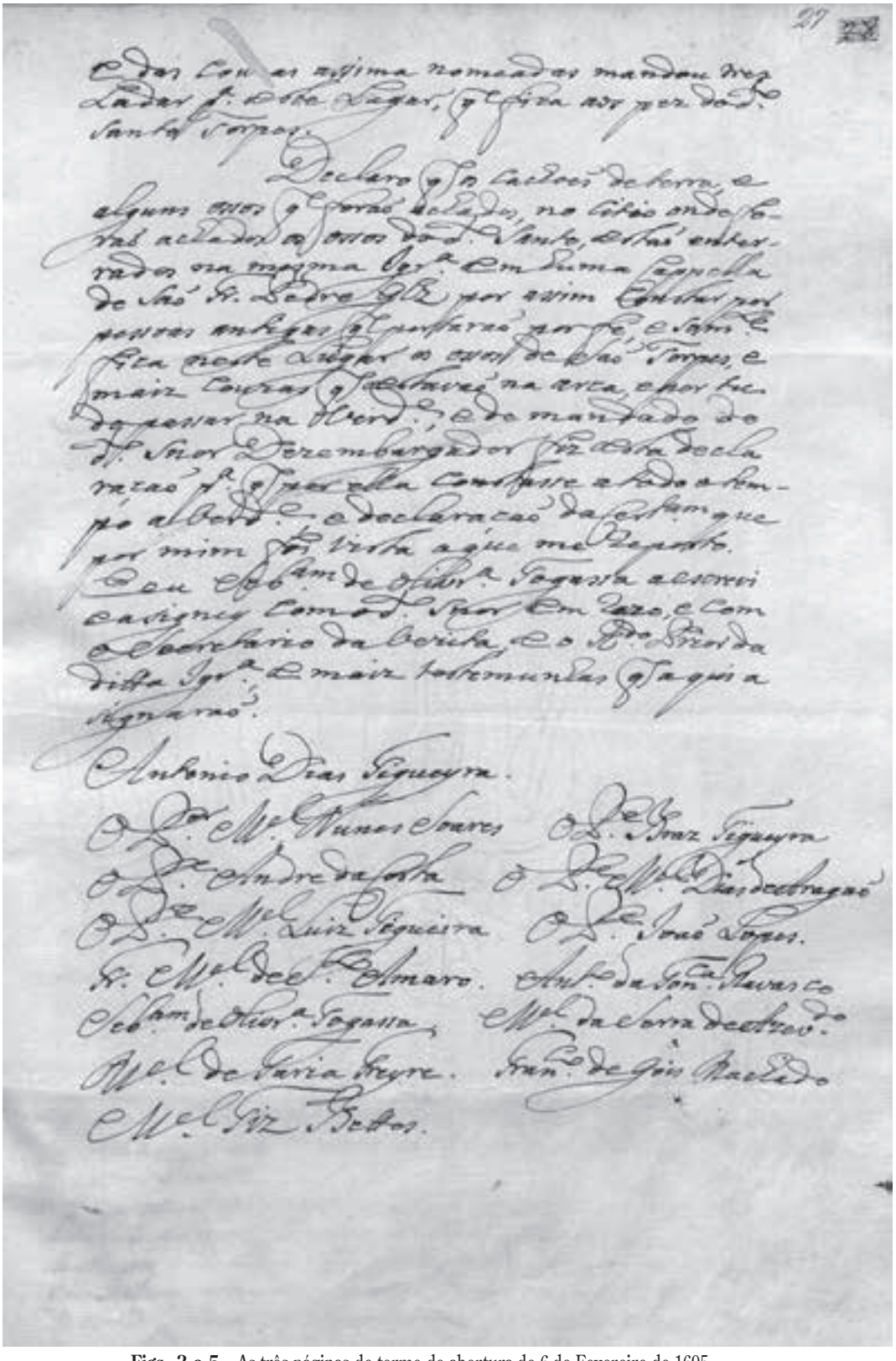
Item mais: de fora outro tanto
q estam a dita dos Condes q estavão de fo
ra do Jazigo, fora da Sepultura, q tu
dos foram feitos pela em 7 de Julho de mil quinhentos e noventa, e
hum de agosto de dita q se fez os
testamentos

Se virarão muitos q[ue] pela Nota
rio fiz em presença dos Ex.mos Ministros
gundo Deão, Juiz de fora Ouvidor e Provedor
Provedor geral de Vaga, que todos a fazer o dito
dilig.ª por mandado do Ex.mo Provedor de
fora com sua Provisão, e por bem de
clarar assim, q.ª em todo o tempo se ache
dita verd.ª q justifico assim passar em
vinte de Junho de mil, q.ª assigney
com Faro, e me reporto aos ditos que
se enviarão aos ditos Ex.mos. — Em branco —

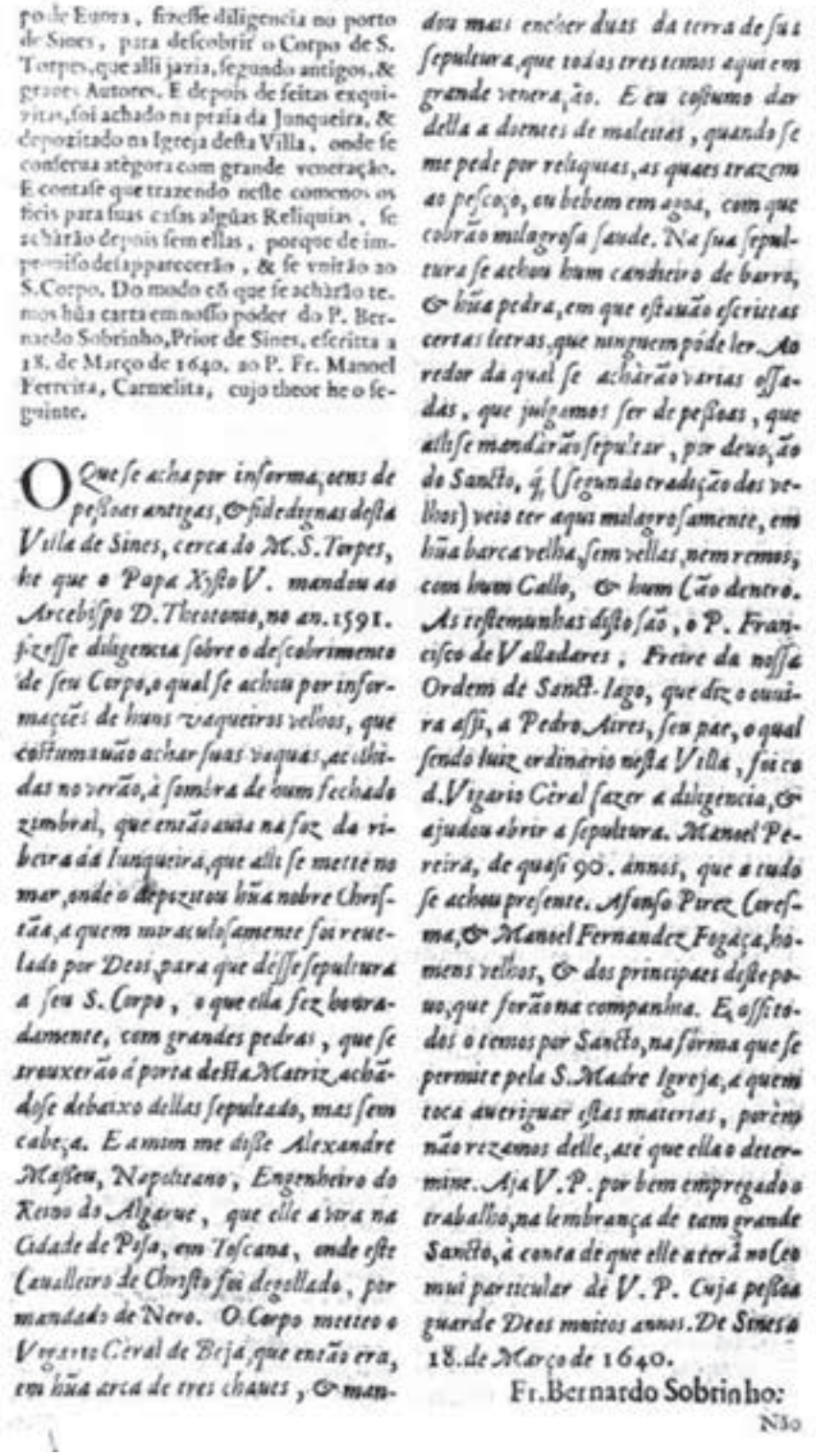
O qual Cartório de Lucas em de
Privilegio segunda Provisão do auditor judicial
e Notas em esta Cid.e de Goiana e seu termo
e Serro por provisão desta forma e theor
Verdadeyra bem e fielmente e na verd.e dapre
sente Cartório q[ue] fiz na fabrica da Cada de
Lima, aqual Cartório me foi apresentada
e mostrada na presença dos ditos Ex.mos e
pessoas adima nomeadas.

E por mandado do d.o Ex.mo de
Pernambuco do Porto e Barra mi
nha Pe, q de huma Carta grande com
dois sextadurias se levarão alguns nos e

pasa a folha 29



Figs. 3 a 5 – As três páginas do termo de abertura de 6 de Fevereiro de 1695, integrado no Códice 146 da Biblioteca Nacional de Portugal.



po de Evora, fizesse diligencia no porto de Sines, para descobrir o Corpo de S. Torpes, que alli jazia, segundo antigos, & graues Autores. E depois de feitas exquisitas, foi achado na praia da Junqueira, & depozitado na Igreja desta Villa, onde se conserua atègora com grande veneração. E contase que trazendo neste comenos os fieis para suas casas algũas Reliquias, se achàrão depois sem ellas, porque de impremisto desappareceràõ, & se vnitão ao S. Corpo. Do modo cõ que se achàrão temos hũa carta em nosso poder do P. Bernardo Sobrinho, Prior de Sines, escritta a 18. de Março de 1640. ao P. Fr. Manoel Ferreira, Carmelita, cujo theor he o seguinte.

O Que se acha por informaçoens de pessoas antigas, & fidedignas desta Villa de Sines, cerca do M. S. Torpes, he que o Papa Xysto V. mandou ao Arcebispo D. Theotonio, no an. 1591. fizesse diligencia sobre o descobrimento de seu Corpo, o qual se achou por informaçõẽs de huns vaqueiros velhos, que costumauão achar suas vaquas, accolhidas no verão, à sombra de hum fechado zimbral, que então auia na foz da ribeira dá Iunqueira, que alli se mette no mar, onde o depozitou hũa nobre Christãa, a quem miraculosamente foi reuelado por Deos para que désse sepultura a seu S. Corpo, o que ella fez honradamente, com grandes pedras, que se trouxerão á porta desta Matriz achãdose debaixo dellas sepultado, mas sem cabeça. E assim me disse Alexandre Masseu, Napolitano, Engenheiro do Reino do Algarue, que elle a vira na Cidade de Posa, em Toscana, onde este Cauallero de Christo foi degollado, por mandado de Nero. O Corpo mettco o Vigario Geral de Beja, que então era, em hũa arca de tres chaues, & mandou mais encher duas da terra de sua sepultura, que todas tres temos aqui em grande veneração. E eu costumo dar della a dornes de maleitas, quando se me pede por reliquias, as quaes trazem ao pescoço, ou bebem em agoa, com que cobrão milagrosa saude. Na sua sepultura se achou hum candieiro de barro, & hũa pedra, em que estauão escrittas certas letras, que ninguem póde ler. Ao redor da qual se achàrão varias ossadas, que julgamos ser de pessoas, que alli se mandàrão sepultar, por deuoção do Sancto, q̃ (segundo tradição dos velhos) veio ter aqui milagrosamente, em hũa barca velha, sem vellas, nem remos, com hum Gallo, & hum Cão dentro. As testemunhas disto são, o P. Francisco de Valladares, Freire da nossa Ordem de Sancti-Iago, que diz o ouuira assi, a Pedro Aires, seu pai, o qual sendo Iuiz ordinario nesta Villa, foi co d. Vigario Geral fazer a diligencia, & ajudou abrir a sepultura. Manoel Pereira, de quasi 90. annos, que a tudo se achou presente. Afonso Perez Coresma, & Manoel Fernandez Fogaça, homens velhos, & dos principaes deste pouo, que serão na companhia. E assi todos o temos por Sancto, na forma que se permite pela S. Madre Igreja, a quem toca auerigiuar estas materias, porèm não rezamos delle, até que ella o determine. Aja V. P. por bem empregado o trabalho, na lembrança de tam grande Sancto, à conta de que elle a terá no Ceo mui particular de V. P. Cuja pessoa guarde Deos muitos annos. De Sines a 18. de Março de 1640.

Fr. Bernardo Sobrinho:

Não

Fig. 6 – Transcrição da carta remetida pelo então Prior de Sines, Padre Bernardo Sobrinho, a Frei Manuel Ferreira, Carmelita, datada de Sines a 18 de Março de 1640, na obra *Agiologio Lusitano* (CARDOSO, 1666, p. 299). Esta missiva evidencia a importância de São Torpes na vida espiritual dos habitantes de Sines.

riam corpos inumados dentro do espaço definido pelos esteios do monumento e outros sepultados do seu lado externo.

Mas poderá ainda admitir-se outra hipótese, aventada por Leite de Vasconcelos, em 1897, para explicar a ocorrência de restos humanos no exterior do sepulcro: "*Como as antas erão providas muitas vezes, senão sempre, de galerias mais baixas, em que também se enterrava, é provavel que os fragmentos osseos exhumados do lado de fóra da camara sepulcral estivessem na galeria, que, por ser de pedras pequenas, ou por já se não conservar, não foi reconhecida como fazendo parte do tumulo*" (VASCONCELOS, 1897, p. 22). Enfim, é de considerar ainda uma última hipótese, que é a de atribuir a ocorrência de ossos humanos no exterior da sepultura à acção de remeximentos ulteriores, como se verifica na quase totalidade dos monumentos deste tipo.

Ao longo do tempo, foram introduzidas observações falaciosas sobre as condições da descoberta: por exemplo, Estêvão de Liz Velho (VELHO, 1746) declara que o corpo do Santo se encontrava debaixo de várias pedras, afirmação que não é suportada pelo documento cuidadosamente elaborado aquando da escavação de 1591, que não deixaria de registar tal situação, caso a mesma se tivesse de facto verificado.

Com efeito, importa sublinhar o cuidado com que todos estes vestígios foram levantados do terreno aquando da intervenção realizada em 1591, anotando-se a posição dos mesmos face à estrutura funerária, o que se explica pela veneração desde logo atribuída aos restos exumados tanto no interior como no exterior do sepulcro. Este constituiria, indubitavelmente, monumento colectivo do Neolítico Final, como já anteriormente se havia concluído (SILVA e SOARES, 1981, p. 25).

No entanto, a cronologia do sepulcro, tendo presentes os espólios encontrados, pode ser dilatada até ao início do Calcolítico. Tenha-se presente, a tal propósito, que o recipiente de barro designado em 1591 como "*pomazinha quebrada de barro*", reproduzido por Leite de Vasconcelos (VASCONCELOS, 1914, Fig. 46), corresponde a um vaso bitroncocónico que se afigura muito idêntico ao recolhido em possível sepultura do tipo *tholos* de S. Bartolomeu da Serra, Santiago do Cacém (SOARES, 2014, Fig. 8).

Termo de Abertura

Termo de abertura q aos seis de Fevereiro
de mil e seis e noventa sinco fez o R.do
Dr. Ant.° Dias Figueira natural da cidade
de Beja Dez.or da R.am Eclesiastica da
Cid.e de Evora, vezitador ordenaria deste
Arcebispado pello Ill.mo e R.mo Snor.
Dom Fr. Luiz da Sylva Arcebispo
de Evora.
Aos seis dias do mez de Fev.° de mil e seis
centos e noventa e sinco estando em vezita
ao d.to Snor assima nomeado em presença
do Dr. M.el Nunes Soares Prior desta Igr.a
e maiz Rev.dos da S.ta Igr.ª e o R.do
Secretario d vezita o P.e Braz Figueira e a
mayor parte do povo, se fez abertura do
caixão q se achou na Capella de São
Torpes, e nelle forão achados huns ossos,

q por tradição de homens antigos,
e informação q derão ao d.to S.nor,
srem os taiz ossos do d.to Santo, e na
mesma caixa se achou hum papel feito por
hum Notaria Apostolico por nome Pedro
Lopes o qual foi feito aos sete dias do mes
de Junho de mil quinhentos e noventa e
hum, em prezença do Dr. Simão Marques
Dez.or da R.am Ecleziastica deste
Arcebispado vigario geral de Beja q beyo
fazer essa delig.ª por mandado do Arcebispo
de Evora com sua provisão, o q tudo consta
de hum papel m.to antigo q fica em huma
cacha de sabão com este mesmo do qual
papel he o treslado o seg.te
Certifico eu Pedro Lopes Notaria
Apostolico aprovado na forma do Sagrado
Consilio Tredentino Escrevão do
Audictorio Ecleziastico da Cid.e de Beja,
e fasso fé q o que nesta cacha esta he o
Seg.te
A ossada q se tirou da sepultura da foz
da junqueira termo desta V.ª de Sines.
A terra q se tirou dos d.os ossos do
tempo q se acharão.
A ossada q se tirou da mesma q se tirou
da mesma sepultura q nella se achou.
Huma pomazinha quebrada de barro,
q se achou na dt.ª sepultura.
Huma estampa de pedra preta
debuchada que se achou na dt.ª
sepultura.
Todas estas couzas assim se terão,
e acharão na dt.ª sepultura.
Esta mais nesta cacha hum casco de
cabeça q foi achado a porta da
sepultura da banda de fora.
Esta mais huma pedra preta que se
achou fora do vestigio.
Na ossada assima estão três dentes atados
na toalha com q esta foi atada, e de fora em
huma cacha cheya q se tirou da sepultura
do lugar aonde foi achada a ossada.

Fica mais de fora outro cachão q ctem
a ossada dos corpos q estavam de fora do
sercuito, fora da sepultura, o q tudo foi
tirado della em os sete dias do mes de
Junho de mil quinhentos e noventa e hum
da qual tirada, e delig.ª q se fes sobre isto se
fizeram outros q eu Notario fiz em presença
do Dr. Simão Marques Dez.or da R.am
d'este Arcebispado vigário geral de Beja,
que veyo a fazer esta delig.ª por mandado
do Arcebispo de Evora com sua provisão e
por verd.e o declara assim, p.ª em todo o
tempo se saber esta verd.e q (???) assim
passar em os onze de Junho do d.to anno,
q asigney em razo, e me reporto aos outros
que se enviarão ao dt.o Snor. ====
Pedro Lopes
A qual Cert.am eu Seb.am de Olivr.a
Fogassa tabalião do publico judecial e notas
em esta V.ª de Sines e seo termo q sirvo por
provim.º desta correição de Azeitão (?)
tresladey bem e fielm.e, e na verd.e da
própria Cert.am q fica na sobred.ª cacha de
Latão, a qual certidam me foi aprezentada
e mostrada na prezença do dt.º Snr,
e das pessoas acima nomeadas.
E por mandado do dt.º Snr Dezembargador
ponho (?) e dou minha fé, q de huma cacha
grande com tres fexaduras se tirarão alguns
ossos e das couzas assima nomeadas
mandou tresladar p.ª este Lugar, q fica
aos pez do dt.o Santo Torpes.
Declaro q os cachóes de terra, e alguns
ossos q forão achados, no citio onde forão
achados os ossos do dt.º Santo, estão
enterrados na mesma Igr.ª em huma capella
de São Fr. Pedro Alz por assim constar por
pessoas antigas q porvarão por fé, e san.de
fica neste Lugar os ossos de São Topes,
e mais couzas q estavão na arca, e por tudo
passar na verdade, e de mandado do dt.º
Snr Dezembargador fiz esta declaração.ª
q por ella constasse a todo o tempo a verd.e

e declaração da Cert.am que por mim foi
vista a que me reporto.
E eu Seb.am de Olivr.ª Fogassa a escrevi e
asigney com o dt.º Snor em razo, e com o
Secretario da vezita, e o R.do Prior da ditta
Igr.ª e mais testemunhas q aqui asignarão.
Antonio Dias Figueyra
O Prior M.eI Nunes Soares
O Pe. Braz Figueyra
O Pe. Andre da Costa
O Pe. M.eI Dias de Aragão
O Pe. M.eI Luiz Figueira
O Pe. João Lopes
Fr. M.eI de St.° Amaro
Ant.º da Fons.ª Ravasco
Seb. Am de Olivr.ª Fogassa
M.el da Serra de Azev.do
M.eI de Faria Freyre
Fran.co de Gois Machado
M.el Liz (???)

Nota: entre parêntesis com um ponto de interrogação, as palavras duvidosamente lidas; entre parêntesis, com três pontos de interrogação, as palavras que não foi possível ler.

4 – OS ESPÓLIOS RECOLHIDOS

José Leite de Vasconcelos declara que os objectos que viu em Sines, de entre os recolhidos em 1591, guardados num cofre conservado no sacrário da igreja da Misericórdia, eram os seguintes (VASCONCELOS, 1914, p. 319):

– Uma calote craniana (osso frontal e resto dos dois parietais) provavelmente oriunda do interior da sepultura. Esta calote craniana não pode ser confundida com a recolhida à entrada do sepulcro e atribuída a Santa Celerina. Com efeito, Leite de Vasconcelos, aquando da sua visita a Sines, em Dezembro de 1905, deparou-se, conforme as suas palavras, com "*um busto de mulher, de madeira, com restos de um crânio dentro […] e um braço de madeira pintado, com um osso comprido dentro […]. Diz a lenda que o crânio é de Santa Celerina, e o osso é de S. Torpes*" (VASCONCELOS, 1914: 319, nota 2). O crânio corresponde provavelmente ao "*casco de cabeça*" recolhido "*a porta da sepultura e da banda de fora*", o qual tinha sido já atribuído por Liz Velho a Santa Celerina (VELHO, 1746: 189 e segs.), por oposição aos ossos de São Torpes, que jaziam apenas no interior da sepultura. Sendo assim, os fragmentos de crânio vistos por Leite de Vasconcelos, por exclusão de partes, bem poderiam ter pertencido ao próprio S. Torpes ... não fosse o caso do seu crânio se conservar, segundo a tradição, em Pisa, "*num Convento de Frades Minimos, consagrado a seu nome & fundado sobre aas casas que forão do mesmo Sancto Martyr, como querem os Chronistas desta Ordem […]*" (CARDOSO, 1666, p. 300);

– Esquírolas ósseas aglutinadas com terra (espécie de brecha óssea). Este conjunto de terra com ossos poderá corresponder "*A terra q se tirou dos d.os ossos do tempo q se acharão*", tendo-se guardado uma amostra da mesma, enquanto a maioria dos restos humanos, de mistura com a terra oriunda da sepultura, foram enterrados na Igreja da Misericórdia, em 1591, conforme testemunhos orais recolhidos em 1695 e registados no Termo de Abertura acima transcrito;
– Parte de uma vasilha grossa e tosca de barro, com fracturas antigas e sem roda de oleiro (VASCONCELOS, 1914, Fig. 46). Trata-se do vaso bitroncocónico afim das taças carenadas, tipologicamente comparável a exemplares do Neolítico Final da Estremadura e Sul de Portugal, conforme já atrás referido, o qual, como bem assinala Leite de Vasconcelos, corresponderá à "*pomazinha*" mencionada no manuscrito como tendo sido recolhida na sepultura;
– Um "*medalhão ou placa*" de lousa, ornamentada de um lado e com um friso do outro, segundo a descrição de Leite de Vasconcelos. Esta placa de xisto, com a comum decoração de triângulos preenchidos interiormente, foi desenhada por Guilherme Gameiro, desenhador do Museu, que acompanhou Leite de Vasconcelos na sua digressão (VASCONCELOS, 1914, Fig. 47), sendo reproduzida na Fig. 7 do presente estudo. Comparando tal desenho com o publicado por Liz Velho (Fig. 8), verifica-se que é grande a semelhança entre ambos. O desenho inserido no manuscrito de 1695 (Fig. 9) afigura-se, contudo, mais completo que os anteriores, ao apresentar, de ambos os lados da parte superior da placa, correspondente à cabeça, a representação simétrica do que poderão ser as tatuagens faciais ou os olhos da figura



Figs. 7 e 8 – Desenhos da placa de S. Torpes. À esquerda, realizado por Guilherme Gameiro (VASCONCELOS, 1914, Fig. 47); à direita, publicado por Estevão de Liz Velho em 1746, reproduzida do exemplar da Biblioteca Nacional de Portugal.

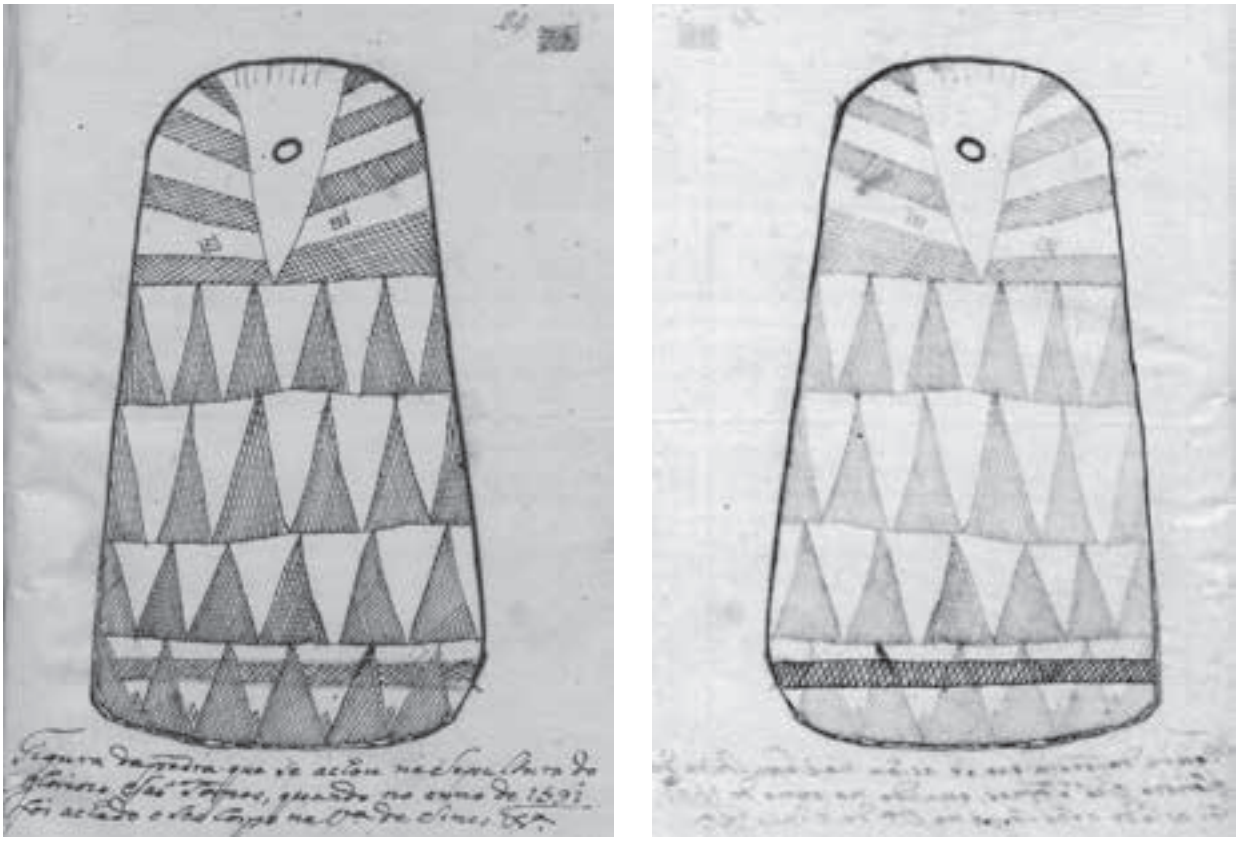


Fig. 9 – Desenho da placa de S. Torpes correspondente às duas faces da mesma, incluído no termo de abertura de 6 de Fevereiro de 1695, pertencente ao Códice 146 da Biblioteca Nacional de Portugal.

antropomórfica nela representada, através de dois rectângulos preenchidos interiormente por cruciformes, os quais estão ausentes das representações de Liz Velho e de Leite de Vasconcelos. É também o único que representa o reverso da placa, com uma banda horizontal preenchida interiormente na sua parte inferior. Tal decoração do reverso tinha sido já assinalada por Leite de VASCONCELOS (1914), embora, como acima se disse, o não tenha reproduzido, tal como Liz Velho, que se limitou igualmente a figurar o anverso da placa. É interessante notar que o significado da decoração geométrica patente na placa foi objecto de discussão por parte de Liz Velho, que, entre outras considerações, admitiu tratar-se de emblema ou expressão pública usada pelos Romanos, entre outros povos, o que se coadunava bem com a cronologia atribuída ao sepulcro (VELHO, 1746, p. 179 e segs.). Não deixa de ser curioso que tal interpretação tenha sido adaptada recentemente aos mesmos objectos, procurando-se assim interpretar a diversidade das decorações exibidas nas placas de xisto, através de anacronismo insustentável pela própria realidade social da época a que agora se pretendia aplicar (LILLIOS, 2008), pouco tempo depois rebatido de forma irrefutável (GARCÍA RIVERO & O'BRIEN, 2014);

– O último objecto arqueológico mencionado no manuscrito de 1591 é "*huma pedra preta que se achou fora do vestígio*". Este objecto não foi visto por Leite de Vasconcelos na sua visita a Sines, em Dezembro de 1905, sendo provável, ao contrário do que afirmou em 1897, que não fosse um singelo seixo rolado (VASCONCELOS, 1897, p. 22), mas sim um machado de pedra polida, em rocha metamórfica ou eruptiva de cor escura, categoria de objectos muito comum em monumentos megalíticos.

5 – DISCUSSÃO

Neste estudo transcreve-se na íntegra, pela primeira vez, o Termo de Abertura de 1695, o qual, por seu turno, integra o texto do manuscrito encontrado dentro do cofre, datado de 11 de Junho de 1591, onde se descrevem detalhadamente as condições de descoberta das relíquias nele guardadas, recolhidas a 7 de Junho do mesmo ano, da autoria de Pedro Lopes. Este manuscrito, já então (1695) em muito mau estado, não se conservou.

A transcrição efectuada do mesmo em 1695, que consta do Termo de Abertura do cofre, foi aproveitada por Estêvão de Liz Velho, Governador da Praça de Sines, tendo-a incluído, ainda que com algumas inexactidões, no seu livro de 1746. Leite de Vasconcelos, que não teve conhecimento do referido Termo de Abertura, limitou-se ao que leu na obra de Liz Velho.

A indicação de que existiam ossos humanos dentro e fora da sepultura é indício de que se tratava de túmulo colectivo, mas pode ter outras causas, sendo a mais provável a de ter existido remeximento do interior do recinto funerário, que corresponderia, muito provavelmente, a uma anta.

O manuscrito de 1591 não fornece nenhuma indicação sobre o destino dos restos humanos recuperados fora da sepultura e guardados em caixa de madeira. É provável que estes tenham sido enterrados no chão da igreja matriz de Sines, em época pouco posterior, pois o Termo de Abertura de 1695 refere essa realidade, com base no testemunho de pessoas idosas da localidade.

A ossada que se tirou do interior da sepultura, e por tal motivo atribuída a São Torpes, teria sido guardada, em 1591, no cofre que se abriu em 1695. Estes ossos poderiam também ter sido enterrados no chão da igreja matriz de Sines, exceptuando-se um, o crânio, representado pelo osso frontal e por dois pedaços dos parietais, ainda vistos por Leite de Vasconcelos em 1905 num cofre conservado no sacrário daquela igreja. Porém, tal crânio jamais poderia ter sido atribuído a S. Torpes, já que a tradição informa que o mesmo fora enterrado em Itália. O dito sacrário conservava uma relíquia em madeira munida de um vidro protector de um osso longo, atribuído a São Torpes, o qual, em 1928, ainda existia na Igreja da Misericórdia de Sines, onde foi visto e atribuído a um rádio (SILVA, 1928).

Com os fragmentos de outro crânio, foi feita outra relíquia. Trata-se de cabeça esculpida em madeira, com o dito crânio no seu interior, protegido por um vidro.

A sua atribuição a Santa Celerina é coeva da escavação realizada em 1591, embora o manuscrito datado daquele ano seja omisso a tal respeito. Em 1746, tal relíquia existiria já, pois Liz Velho assinala a atribuição do crânio à dita santa, sendo deste modo possível que tal relicário fosse executado pouco tempo depois da abertura do cofre em 1695, conjuntamente com o anterior.

No respeitante aos artefactos pré-históricos recolhidos em 1591, o de maior interesse é claramente a placa de xisto decorada. Esta peça foi, ao longo do tempo, reproduzida por três vezes. O desenho mais antigo da mesma remonta a 1695, integrado no termo de abertura do cofre. Trata-se do desenho mais completo e importante, por ser o único a reproduzir o reverso da placa, decorado com uma linha horizontal junto à base, preenchida por reticulado. O anverso deste desenho foi reproduzido por C. Tavares da Silva e J. Soares (SILVA & SOARES, 1981), dando-o erradamente como sendo o publicado por Estêvão de Liz Velho. Estes autores consideraram-no, e bem, mais completo que o reproduzido por Leite de Vasconcelos. A segunda vez que esta placa foi reproduzida foi em 1746, na obra de Liz Velho. A representação da placa limita-se ao anverso, afigurando-se muito semelhante ao desenho de Guilherme Gameiro, hábil desenhador do Museu Etnológico, que acompanhou Leite de Vasconcelos a Sines, em 1905.

Os restantes objectos observados por Leite de Vasconcelos em 1905, e que ainda se conservavam em 1928 no mesmo local, correspondem na íntegra aos inventariados em 1591.

Em síntese, pode concluir-se que o testemunho mais antigo de uma escavação de um vestígio pré-histórico em território português, devidamente registada, corresponde à sepultura identificada em 1591 na foz da ribeira da Junqueira, a Sul de Sines, na zona actualmente assinalada pelo topónimo São Torpes. Evidenciou-se o cuidado posto na recuperação dos restos, no seu registo, transporte e ulterior acondicionamento, realidade propiciada por terem desde logo sido correlacionados com os restos daquele santo mártir, morto no ano de 65 d.C. (reinado de Nero), em Pisa. Outra santa do panteão católico, Santa Celerina, desde logo associada à piedosa recolha de tais restos, teria merecido, por tal facto, sepultura junto dos mesmos. A atribuição do crânio a esta mulher e a sua intervenção nesta questão não espanta, pois a sua naturalidade foi atribuída a Évora, onde teria vivido no tempo de Sertório.

A devoção a S. Torpes na região de Sines perdurou no tempo. Em 1783, foi erguido um monumento na margem esquerda da foz da ribeira da Junqueira, assente nas dunas modernas, do qual apenas subsiste o embasamento (Fig. 10).



Fig. 10 – Base epigrafada do Calvário erguido no local da suposta sepultura de São Torpes, na margem esquerda da foz da ribeira da Junqueira, em 1783. (Foto: João L. Cardoso).

Trata-se de bloco paralelepipédico de calcário branco e duro, conservando no topo, moldurado, o encaixe do braço vertical da cruz, hoje desaparecida, e apresentando a seguinte inscrição de capitais bem delineadas, na face voltada para terra:

O S.R S. TORPES
EST. CAL=
UR.º MD FA
TAR
ZER. E A SN.
O CAP.AM ALX.E
DE CAMPOS
BR.º
AN. DE NO
1783

A leitura da epígrafe, agora apresentada, que se saiba, pela primeira vez, é a seguinte:

> O Sr. S. Torpes/ Este Calvario m[an]d[ou] fa/
> zer e assen[tar]/ o Cap[it]am Alex[andr]e/ de Campos/
> Br.° [Brito] (?)/ An[no] de/ 1783.

José Leite de Vasconcelos termina o testemunho sobre a sua ida a Sines, em 1905, declarando que todos os objectos que na altura viu e descreveu, os deixou, tal como os encontrara, no cofre do sacrário da igreja matriz de Sines. A decisão só poderia considerar-se correcta, não fosse o facto de, entretanto, tais objectos terem desaparecido. Todas as relíquias por ele observadas ainda se conservavam, no sacrário da Igreja da Misericórdia, em 1928 (SILVA, 1928), o que leva à conclusão do seu desaparecimento nada ter a ver com a época anticlerical da 1.ª República, aliás bem presente em Sines por aquele tempo: basta lembrar que o periódico em que foi publicada a referida notícia, A Folha de Sines, tinha por subtítulo: "*Jornal republicano de defeza e propaganda de Sines*". Seja como for, o juízo premonitório de Leite de Vasconcelos, que temia pelo futuro das relíquias, conforme declarou em 1914, confirmou-se, como muito bem previu; mas o desmando não se ficou a dever a um qualquer sentimento oposto ao que tinha determinado a recolha piedosa de tais restos, mais de trezentos anos antes...

6 – CONCLUSÕES

Pela primeira vez, transcreveu-se e publicou-se na íntegra o Termo de Abertura de um cofre então existente na Igreja Matriz de Sines, efectuado a 6 de Fevereiro de 1695, redigido por Sebastião de Oliveira Fogaça, bem como o auto, elaborado em 1591 pelo Notário Apostólico Pedro Lopes, relativo à escavação de uma sepultura pré-histórica e aos espólios nela então recolhidos, cujo original se guardava, juntamente com as relíquias exumadas, no referido cofre.

Apresentam-se ainda outras informações clarificadoras relativas aos espólios recolhidos. Entre estes, destaca-se uma placa de xisto, cujo reverso, igualmente decorado, foi agora publicado pela primeira vez.

Face aos elementos compilados e agora discutidos de forma sistemática, a escavação, realizada em 1591, da sepultura pré-histórica (provavelmente uma pequena anta ou uma cista megalítica) existente na foz da ribeira da Junqueira, desde logo atribuída a São Torpes e a Santa Celerina, pode considerar-se a primeira intervenção arqueológica efectuada em Portugal em uma estação pré-histórica de que há registo detalhado e credível.

Tal ocorrência arqueológica, actualmente assinalada pela base de um calvário colocado no local em 1783, com inscrição cuja leitura foi também agora apresentada pela primeira vez, embora celebrizada de há muito, carecia de exaustiva caracterização e discussão do ponto de vista estritamente arqueológico; tal foi o objectivo que presidiu à elaboração deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

A Maria Leonor Machado de Sousa, já falecida, antiga Directora da Biblioteca Nacional de Portugal, por ter providenciado, junto da actual Directora, Inês Cordeiro, a digitalização do Códice 146 daquela Instituição, sem a qual não seria possível a realização deste trabalho. Para ambas as colegas, vão os meus agradecimentos.

A Maria de Fátima Reis, Professora Associada da Faculdade de Letras de Lisboa, por ter esclarecido algumas dúvidas da leitura do "Termo de Abertura" redigido por Sebastião de Oliveira Fogaça, agora integral-

mente transcrito, bem como a leitura da epígrafe da base do Calvário existente na foz da ribeira da Junqueira, assinalando o local da suposta sepultura de São Torpes.

A Vítor Serrão, Professor Emérito da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, pelo interesse com que acompanhou a elaboração deste trabalho e as trocas de impressões, sempre sugestivas e produtivas, embora breves, que a elaboração do mesmo suscitou.

A Joaquina Soares, Directora do Museu de Arqueologia e Etnografia de Setúbal, pelas informações relativas aos paralelos conhecidos para o recipiente recolhido em 1591, a "pomazinha de barro", como então foi designado.

NOTA FINAL

Este contributo pretendeu caracterizar a componente estritamente arqueológica da escavação da sepultura pré-histórica da foz da ribeira da Junqueira, a qual ainda não tinha sido devidamente valorizada, até porque um dos documentos fundamentais para a sua caracterização: o Códice 146 da BNP, que só agora foi devidamente lido, transcrito e estudado na parte que diz respeito à matéria em apreço. Não se pretendeu, assim, voltar a reapreciar aspectos de natureza religiosa e eclesiástica que estão na origem da exploração da sepultura da foz da ribeira da Junqueira e da sua imediata atribuição a São Torpes, objecto de investigações recentes (SERRÃO, 2015, p. 189-192; PEREIRA, 2013) e sumariamente abordadas em exposição que esteve patente ao público no Museu Nacional de Arqueologia, em 2016.

REFERÊNCIAS

BRAVO, Antonio Rosado (1721) – *Memorias para a Historia Ecclesiastica do Arcebispado d'Evora*. Códice 146 da Biblioteca Nacional de Portugal.

CARDOSO, Jorge (1666) – *Agiologio Lusitano dos actos e varoens ilustres em virtude do Reino de Portugal e suas conquistas*. Lisboa: Na oficina de Antonio Craesbeeck de Mello. Tomo III.

COITO, L. C.; CARDOSO, J. L. & MARTINS, A. C. (2008) – *José Leite de Vasconcelos. Fotobiografia*. Lisboa: Editorial Verbo / Museu Nacional de Arqueologia.

GARCÍA RIVERO, D. & O'BRIEN, M. J. (2014) – De entre los muertos. Las placas de pizarra grabadas del Neolítico Final del Suroeste de la Península Ibérica. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 21, p. 81-108.

LILLIOS, K. T. (2008) – *Heraldry for the Death. Memory, Identity, and the Engraved Stone Plaques of Neolithic Iberia*. Austin: University of Texas Press.

PEREIRA, R. E. (2013) – "A Descoberta do Túmulo de São Torpes em 1591". In *Arqueologia em Portugal 150 Anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 49-56.

SERRÃO, V. (2015) – *Arte, Religião e Imagens em Évora no Tempo do Arcebispo D. Teotónio de Bragança, 1578-1602*. Vila Viçosa: Fundação da Casa de Bragança.

SILVA, Ferreira da (1928) – "Velharias. Lendas de Portugal. S. Torpes e Santa Celarina". *A Folha de Sines*. Sines. 33 (1928-06-18): 1 e 2.

SILVA, C. Tavares da & SOARES, J. (1981) – *Pré-História da Área de Sines*. Lisboa: Gabinete da Área de Sines.

SOARES, J. (2014) – "Sepultura megalítica de Corte de Baixo S. Bartolomeu da Serra (Santiago do Cacém). Uma colecção à procura de contexto. *Musa*. Setúbal. 4, p. 63-74.

VASCONCELOS, J. Leite de (1897) – *Religiões da Lusitania*. 1. Lisboa: Imprensa Nacional.

VASCONCELOS, J. Leite de (1914) – "Excursão Arqueológica à Extremadura Transtagana". *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 19, p. 300-323.

VASCONCELOS, J. Leite de (1927) – *De Terra em Terra*. Lisboa: Imprensa Nacional. Vol. II, "Excursão à Extremadura Transtagana", p. 81-117.

VELHO, Estevão de Liz (1746) – *Exemplar da constancia dos martyres em a vida do glorioso S. Tórpes*. Lisboa. Na Officina de Miguel Manescal da Costa.

III

OS ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS NA ACADEMIA REAL DA HISTÓRIA PORTUGUEZA

João Luís Cardoso [1]

No seculo XVIII a Academia real de historia portugueza, fundada em 1720 por D. João V, apresentou, pela primeira vez, investigações propriamente históricas em substituição à literatura, por assim dizer, monástica em que se haviam baseado até então todas as indagações históricas e archeologicas

Emilio Hübner, 1872, p. 3

1 – NOTA PRÉVIA

Importa desde já referir que, nesta comunicação, os estudos arqueológicos desenvolvidos na Academia Real da História serão circunscritos apenas aos testemunhos pré-históricos, não se incluindo assim um dos mananciais mais ricos e interessantes contidos nas *Collecçam dos Documentos e Memorias da Academia Real da Historia Portugueza,* respeitantes à Antiguidade Clássica, como é o caso dos monumentos epigráficos, dos vestígios de natureza arquitectónica, ou ainda dos testemunhos numismáticos.

Preferiu-se, dada a extensão do tema e o rigor que a sua abordagem requeria, valorizar, por ora, apenas aquele tipo de vestígios, então particularmente mal conhecidos, por não se enquadrarem no quadro epistemológico da época, apesar de, como é sabido, serem especialmente abundantes no território português.

Na origem de tais estudos, importa destacar um documento cuja importância agora justamente se celebra, o Alvará de Ley de 1721 respeitante à protecção do património arqueológico, no âmbito das comemorações dos 300 anos da sua publicação, o qual, ainda que já mencionado em anteriores ocasiões, foi pela primeira vez objecto de um estudo monográfico da autoria de um ilustre Académico de Número desta casa, e aqui publicado. Trata-se Tenente-Coronel Afonso do Paço que, na sessão de 18 de Janeiro de 1957, apresentou comunicação intitulada: "A Academia Real da História Portuguesa e a sua lei de protecção a monumentos arqueológicos" (PAÇO, 1958). Como bem salientou então o ilustre arqueólogo (Fig. 1), a importância na época deste documento encontra-se claramente revelada pela visibilidade que então atingiram o estudo e publicação das ocorrências arqueológicas, frequentemente dadas a conhecer nos trabalhos dos académicos. Tal verificou-se não apenas nos diversos volumes das Memórias da Academia joanina, mas também na correspondência expedida

---

[1] CARDOSO, J. L. (2021) – Os estudos arqueológicos na Academia Real da História. *300 anos da fundação da Academia Real da História Portugueza e do Alvará de Lei de 1721.* Actas do Colóquio Comemorativo dos 300 Anos de Fundação da Academia Real da História Portuguesa e do Alvará de outorga à Academia Real de poderes e obrigações na defesa do património histórico-arqueológico português (Lisboa, 2020). Lisboa: Academia Portuguesa da História, p. 187-235. Modificado.

e recebida na Academia, em boa hora publicada, na parte correspondente ao período entre Janeiro de 1722 e Dezembro de 1723: em muitas das centenas de missivas evidencia-se a importância então assumida pelas notícias acerca dos testemunhos da antiguidade (ACADEMIA, 1924, 1929) e por conseguinte o apreço que lhes reservavam os Académicos.

A eficácia do documento residia na sua flexibilidade e facilidade de intervenção do poder régio, através da Academia, em estreita articulação com as Câmaras Municipais, providenciando a rápida salvaguarda dos achados, contrastando, como bem salienta Afonso do Paço, com a burocracia centralista e paralisante dos nossos dias, ainda hoje verificada.

Ainda que na altura não tenham sido identificados quaisquer sítios ou vestígios atribuídos a época pré-histórica, uma vez que a noção de Pré-História, associada à antiguidade da espécie humana surgiu apenas em meados do século XIX, os académicos da Academia Real da História Portugueza, sem terem os recursos susceptíveis de conduzirem à sua correcta interpretação, nem por isso chegaram a conclusões menos coerentes, no quadro conceptual de então.



Fig. 1 – Afonso do Paço (1895-1968).
Foto arquivo João Luís Cardoso/Octávio da Veiga Ferreira.

Tais estudos constituíram a expressão da genuína vontade de os Académicos de há 300 anos explicar de forma racional a realidade observada, recusando antigos dogmas ou crenças de natureza religiosa ou profana, nisso residindo porventura um dos aspectos mais relevantes deste contributo, ao procurar conferir-lhes a merecida visibilidade.

2 – AS ANTAS NO IMAGINÁRIO PORTUGUÊS

Em 1912 José Leite de Vasconcelos apresentou ao Congresso Internacional de Arqueologia, reunido em Roma, uma comunicação relativa à importância da informação toponímica para o conhecimento do povoamento pré-histórico do território português. Para o efeito, baseou-se nos topónimos relacionados com monumentos megalíticos, ou dos montículos que por vezes ainda os cobriam, como Anta, Antas, Antela/Antelas, Antinha, Arca/Arcas, Arcainha, Mama, Mamaltar, Mamoa, Mamoinha, Mamunha, Orca, Pála, Paradanta, Paradantas, Perafita, entre muitos outros. Um estudo exaustivo de todos os topónimos relacionados com a ocorrência de dólmenes no território português e sua explicação linguística foi publicado pelo etnógrafo e arqueólogo Luís Chaves (CHAVES, 1951). Foi assim possível demonstrar a ocorrência de tais topónimos de forma ampla e generalizada no território português, revelando, no entender de J. Leite de Vasconcelos, a maior ou menor intensidade do seu povoamento pré-histórico, consoante as regiões. A abundância dos mesmos na actualidade seria proporcional à densidade da população nos tempos pré-históricos no território português, nas diversas regiões que o integram (VASCONCELOS, 1912, p. 156) (Fig. 2).

No entanto, a admissão de esta possibilidade veio a ser contrariada, e bem, por Virgínia Rau, com o argumento de que a referida abundância toponímica, por ser apenas de origem medieval e moderna, resultar simplesmente da densidade demográfica da população actual (RAU, 1952). Assim se explicaria a elevada quantidade de topónimos situados na região minhota, por ser aquela que maior densidade demográfica presentemente possui. A contraprova para esta conclusão, para a autora, seria a assinalável presença de dólmenes – mais de trezentos – identificados e explorados por Manuel Heleno na região de Coruche-Montemor-o-Novo, a qual, por corresponder espaço geográfico pouco povoado, escassos vestígios possuem na toponímia.

A distribuição actualizada dos dólmenes no território português (Fig. 3) dá razão à autora referida, pois nota-se evidente contraste entre a sua presença no terreno e a quantidade de topónimos correspondentes, em regiões pouco povoadas, como o Alentejo, onde a palavra "anta" e seus derivados, é predominante, enquanto topónimos como "orca", "arca", mamôa" e seus derivados são característicos do centro interior e do norte do território português.

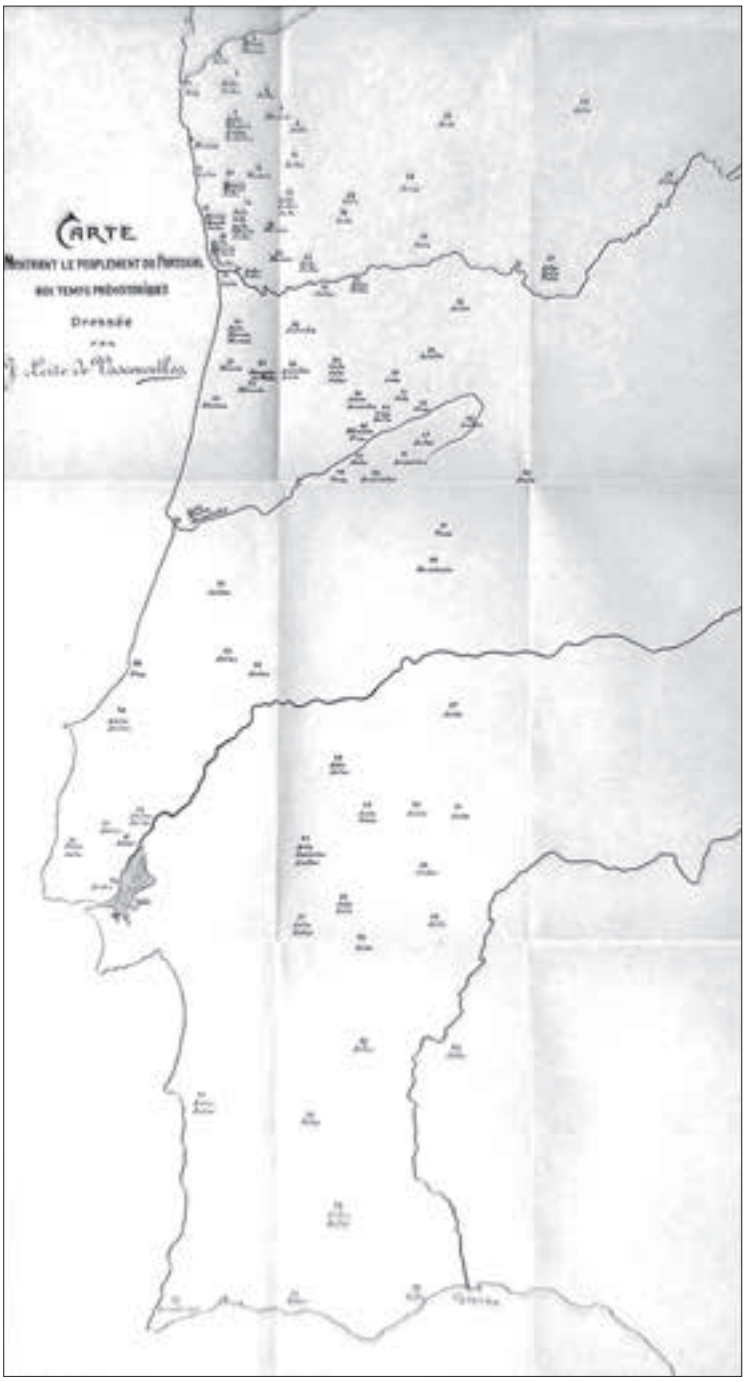


Fig. 2 – Distribuição dos topónimos no território português relacionados com a palavra anta e palavras correlativas (seg. VASCONCELOS, 1912).

Note-se que nomes como "orca", "arca", e seus derivados se explicam pela morfologia dos próprios monumentos, lembrando uma caixa em pedra constituída pelos esteios e pelo chapéu, ou mesa, assente sobre aqueles, enquanto a designação de "mamôa" se explica nos casos de ainda se conservarem os *tumuli* correspondentes, constituídos por acumulações de terra ou de blocos, com o formato hemisférico, lembrando os seios femininos.

Quanto à palavra "anta", a explicação para a sua origem afigura-se mais elaborada, e é de origem erudita, ainda que tenha sido adoptada popularmente de forma generalizada: "Os Latinos chamarão *Antae* ás columnas grandes, e quadradas, que guarneciam as entradas dos Templos, e Palacios: bem póde ser que os monstruosos



Fig. 3 – Distribuição dos dólmenes no território português (seg. KALB, 1980).

penedos, que estavão fronteiros de algumas terras notáveis, e por entre os quês corrião estradas metaforicamente se chamassem *Antas* (...)" (VITERBO, 1798, Anta, p. 120). Assim sendo, a designação popular teria origem erudita, de natureza arquitectónica, conforme notou Leite de Vasconcelos (VASCONCELOS, 1897, p. 25, 252, 309). O mesmo autor, discorrendo sobre o significado de *Antas* considera-o sinónimo de *Aras*, atribuindo-as a altares seguindo assim a interpretação de Martinho de Mendonça de Pina e de Proença, académico da Academia Real que sobre as mesmas se ocupou, décadas antes, conforme adiante se verá.

Antas, mamôas e seus derivados, seriam assim a expressão, já consignada desde pelo menos o século IX para monumentos dolménicos que pontuavam o território, conforme refere em Viterbo: "Desde o IX. até o Sec. XII, se escreverão em Portugal, e Hespanha muitos Doc., em que as *Mamóas*, ou *Mamûas* se dizem *Mamólas* segundo o Latim daqueles tempos" (VITERBO, 1799, Mamóa, p. 109), exemplificando com documentos portugueses dos séculos XIII e XIV. O mesmo autor sublinha que a utilização deste grupo de topónimos na delimitação territorial era uma realidade desde pelo menos a Alta Idade Média: "Pelas actas do Concilio de Lugo de 569 consta, que o Rei Theodomíro fez demarcar os limites dos bispados, e Igrejas pelas *Villas*, *montes, ou Castellos antigos, vel archarum confinia"*.

Em documento de cerca de 760, que Viterbo não especifica, diz-se: "*Pro ut dividit cum alias Villas per petras fixas, & mamolas antiquas*". E muitos outros casos se poderiam invocar, como os apesentados por José Leite de Vasconcelos, no já citado estudo (VASCONCELOS, 1912, p. 258) ou no seu antecedente, de 1897 onde também apresenta a etimologia de anta e de orca, como se referiu acima.

Virgínia Rau acrescenta mais alguns exemplos do uso arcaico deste dois grupos de topónimos, em documentos de 1156, 1165 e 1171, evidenciando o pleno uso dos mesmos no século XII como referências visuais na delimitação das terras (RAU, 1952, p. 217, nota 1).

Ainda que tal situação seja mais comum nas terras a norte do Tejo, com a Reconquista e o povoamento por cristãos das terras a sul do Tejo, verifica-se a mesma prática em territórios que então careciam de delimitação, recorrendo para tal aos mesmos marcadores visuais. É o caso, assinalado por Rui Mataloto (MATALOTO, 2020), do foral de Monsaraz, de 1276, outorgado por D. Afonso III em que se refere uma anta como marco de delimitação da área concelhia: "e vai a umas antas de uma arca de tempo antigo" (Fig. 4). É interessante assinalar a correlação entre as duas designações: a de antas no sentido de portal, conforme acima se referiu, definido por pedras colocadas verticalmente (os esteios), que no conjunto configuravam uma estrutura designada como "arca". Também importante é registar a sua atribuição a um "tempo antigo", cuja antiguidade se desconhecia mas se tinha como certa.

Em outros documentos oficiais da região alentejana, também valorizados por Rui Mataloto, como o Foral de Redondo (Fig. 5), se menciona um Vale da Anta, no concelho de Redondo, correspondendo à anta ali existente e que deu o nome à herdade onde se encontra (MATALOTO, 2019). No foral deste concelho, dado em 1318 por D. Diniz, menciona-se que "fezerõ hu(m)a cruz na pedra da d(i)ta ãta que se situava no alto de uma "mamoa". Esta alusão vem evidenciar a clara associação das duas designações: a anta, enquanto estrutura pétrea em forma de portal, implantada no centro da mamoa que, sabemo-lo hoje, a cobria originalmente na sua totalidade. A referida cruz ainda hoje é visível (Fig. 6), sacralizando um monumento cuja existência passaria a ficar subordinada ao símbolo maior do cristianismo. Na verdade, por toda a Europa medieval se observam casos comparáveis de apropriação para o cristianismo de monumentos antigos, num esforço de integração e legitimação dos mesmos, outrora levantados pelos "hereges", cuja purificação se impunha, para manterem intacta a sua relevância simbólica (MORTILLET, 1866).

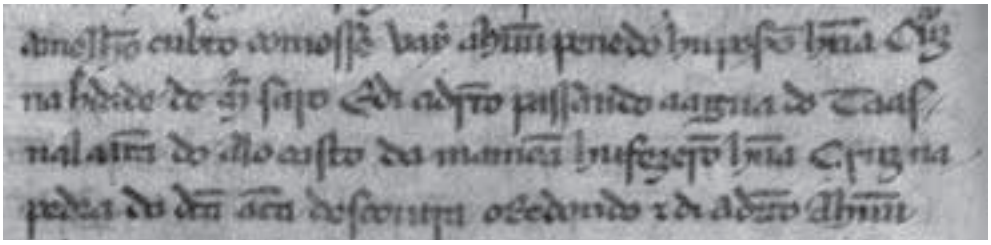


Fig. 4 – Excerto do Foral de Monsaraz outorgado em 1276 por D. Afonso III na parte em que se refere a inclusão de uma anta como marco de delimitação concelhio (seg. MATALOTO, 2020).

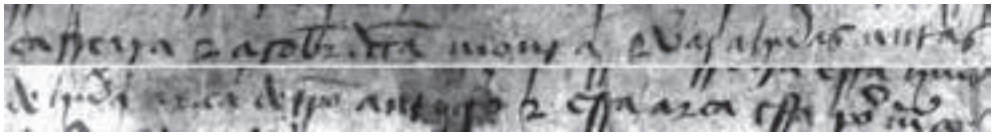


Fig. 5 – Excerto do Foral de Redondo dado em 1318 por D. Dinis em que se menciona uma anta como marco de delimitação concelhio: "alto da mamoa onde fizeram uma cruz na pedra da dita anta descontra o Redondo" (seg. MATALOTO, 2020).

Com efeito, no imaginário popular persistiu durante muito tempo, e nalguns casos até à actualidade, a ideia de as antas se encontrarem associadas a crenças pagãs. Um dos casos mais evidentes corresponde à anta da Pedra dos Mouros (Sintra), a qual, até ao início do seculo XX era anualmente visitada pela população participante na romaria do Senhor da Serra. Fotografia de J. Benoliel, de 1907 (BOAVENTURA & CARDOSO, 2014, Fig. 5), documenta essa particular devoção pelo monumento pré-histórico (Fig. 7), a qual estaria associada a prática propiciatória da fecundidade feminina: as mulheres que pretendiam engravidar escorregavam ao longo do esteio de maiores dimensões, em contacto directo com a superfície do mesmo (informação verbal fornecida pelo saudoso arqueó-



Fig. 6 – Cruz executada na anta do Colmeeiro (Redondo), provavelmente a mesma que se encontra mencionada no Foral do concelho de Redondo de D. Diniz (seg. MATALOTO, 2020).



Fig. 7 – Foto de J. Benoliel datada de 1907 da anta da Pedra dos Mouros, Belas (Sintra), no dia da romaria do Senhor da Serra (seg. BOAVENTURA & CARDOSO, 2014).

logo O. da Veiga Ferreira), que a terá ainda presenciado na sua juventude. Reportando-se ao mesmo dólmen, Vergílio Correia assinala exactamente a mesma prática, mas omitindo o seu carácter ritual, limitando-se a referir que o monumento seria "aproveitado pelos romeiros alegres para exercícios de *glissagem de fundilhos*" (CORREIA, 1913, p. 351). Com efeito, esta mesma prática ritual de escorregamento e fricção foi identificada em França, a par do escalamento (SÉBILLOT, 1902, p. 176), tendo ambas coexistindo, como se viu, na Pedra dos Mouros. Esta prática pode ter significado propiciatório, que favorecendo a fertilidade feminina, como se referiu, quer como augúrio matrimonial: Luís Chaves reportou precisamente as práticas de escorregamento observadas neste dólmen como "provas de experiência e adivinhação de namorados ou pretendentes" (CHAVES, 1951, p. 112), o que não deixaria de ter uma componente lúdica, como o próprio refere.

Tais ocorrências podem observar-se também em penedos naturais: tais são os casos identificados em Portugal na Povoa da Lanhoso e em Prazins (Guimarães), entre outros referidos por Luís Chaves (CHAVES, 1917, p. 59), citando Leite de Vasconcelos.

Outro topónimo dos dólmenes no território português, clara reminiscência de práticas pagãs de natureza propiciatória, foi igualmente referenciado por aquele autor e decorre das próprias características arquitectónicas dos dólmenes em melhor estado de conservação, com os esteios cobertos por uma lage horizontal, constituindo uma mesa e configurando a forma de altares. Trata-se da palavra "altar", com as suas variantes: "Altar de Vale de Fachas", ou "Mamaltar de Vale de Fachas" (Viseu), é dólmen celebrizado na região de Côta desde o conhecido estudo de José Coelho (COELHO, 1912) (Fig. 8), a que se poderiam juntar outros topónimos da mesma família: "Mamaltar" / "Mama do Altar" e "Pedra de Altar" ou "do Altar", na Beira Baixa, como assinala Luís Chaves (CHAVES, 1951, p. 97). Com efeito, a semelhança arquitectónica de alguns dólmenes com altares, explica a prática propiciatória de origem pagã neles registada em época medieval relacionada com o sucesso das colheitas: ainda em 1951, e baseado em Leite de Vasconcelos, Luís Chaves assinalou "o exemplo de uma anta, próximo de Pinhel, onde se queimam as primícias dos frutos do ano (...); depois, tira-se da direcção do fumo o oráculo das colheitas agrícolas, nas terras a que pertenceram as primícias cremadas; conforme a direcção seguida, a obliquar à direita ou à esquerda, o ano é bom ou mau" (CHAVES, 1951, p. 112). Facilmente se poderia substituir o áugure moderno, pelo romano ou pré-romano, para se ter uma ideia impressiva da sobrevivência deste culto, desde provavelmente os tempos pré-romanos, até à modernidade.

A queima dos frutos sobre as mesas das antas, funcionando como altares rurais, no que respeitava à


JOSÉ COELHO

ESTUDOS PRÈISTÓRICOS

A PRÈISTÓRIA E O SEU ENSINO

MAMALTAR DO VALE DE FACHAS

FACULDADE DE LÉTRAS.

TYPOGRAPHIA MINERVA

Fig. 8 – Capa da monografia dedicada ao monumento megalítico designado por Mamaltar de Vale de Fachas (COELHO, 1912).

prática da dízima, foi pois prática divinatória até época recente conforme assinalou Luís Chaves. Pelo interesse do testemunho registado em 1758 nas Memorias Paroquiaes, respeitante à anta da Paranheira, próxima da povoação de Soutelo (Vila Verde), de características em tudo semelhantes às observadas no exemplo anterior, aqui se volta a transcrever o mesmo, recolhido por Pedro de Azevedo (AZEVEDO, 1903, p. 270, 271):

> "Há nesta freguesia de Soutello hua antiguidade no lugar da Cachada e bem a ser hua pedra Redonda terá des ou doze palmos de diâmetro, de grossura competente levantada da terra de altura athé seis palmos sobre sete pedras; cuja obra tosca custaria muito a duzentos homens polla assim, que mais parese seria assim obrado detro da terra, e esta com a continuação dos tempos e das chuvas a poderia descobrir (chamasse a paranheira) cuja analogia bem condis nesta Provincia, como vyo para que se aplicava; servia não sey se de bayxo se em cima de queimar em sacrifício os frutos como Abel porque depois de terem dizimado dos frutos que lhe ficavão tomando algua parte lhe punhão fogo e o fumo que dahy sahia se observava que subindo direito para o ceo achavão tinhão dizimado bem e se o fumo se afastava para os lados entendiam tinhão dizimado mal e tornavam a dizimar."

Esta realidade, que todos os anos se podia observar pelos campos, por certo influenciou as interpretações dos primeiros eruditos quem em Portugal se debruçaram sobre o significado das construções dolménicas. Foi o caso de Fr. Martinho de S. Paulo que, em carta de 1571, transcrita por Fr. Manuel de S. Caetano Damásio (DAMÁSIO, 1793, p. 3, 4), interpreta as antas existentes na serra d´Ossa como altares erigidos pelos Lusitanos, comemorando a vitória sobre os exércitos romanos: "passada a batalha, ofereciam Sacrificios aos seus Deoses em gratificação da vitoria alcançada".

Igual interpretação foi a apresentada por Manuel Severim de Faria, que, na viagem que realizou no dia 24 de Novembro de 1604 entre Sernancelhe e Ranhados, comentou que as antas situadas próximo da povoação do mesmo nome, perto de Sarzedas, serviam para "sacrifícios gentílicos" (SERRÃO, 1974, p. 109-110).

Na verdade, a tradição das antas corresponderem ou serem utilizadas como altares remontará pelos menos aos próprios Romanos, que os mantiveram, como sugeriu Leite de Vasconcelos, baseado numa referência toponímica contida no Itinerário de Antonino Pio: *Ad Septem Aras*, designa lugar na via de *Olisipo – Emerita* podendo significar lugar onde se implantavam sete antas, ou várias antas, atendendo à utilização do número sete com carácter simbólico ou mágico, de expressão generalizada a toda a Europa, exprimindo a noção de conjuntos de elementos homólogos associado à noção de quantidade (VASCONCELOS, 1912, p. 208).

Em síntese, a sacralização de massas rochosas naturais ou de natureza arqueológica foi situação comum em Portugal e também em Espanha e remete para tempos anteriores ao cristianismo; um estudo exaustivo deste fenómeno, no respeitante aos penedos sagrados foi realizado recentemente por Martín Almagro, situando a sua génese em época proto-histórica, associada à presença céltica (ALMAGRO GORBEA, 2015), tendo-se mantido em época romana e chegado à modernidade.

Enfim, não é despiciendo o significado mágico dos dólmenes nas tradições populares portuguesas. Sem querer entrar em detalhes sobre este interessante tema, é de referir que, no imaginário popular, os dólmenes encontravam-se muito frequentemente conotados a espaços sobrenaturais, associados a mouros ou a mouras encantadas, que "por ali vivem encantados a penar ou a guardar misteriosos tesouros" (CHAVES, 1917, p. 62): tal associação encontra-se claramente registada na toponímia, de norte a sul do país, como é o caso da Pedra dos Mouros em Belas, acima referida.

*** *** ***

O quadro conceptual acima descrito respeitante às antas no imaginário popular, manter-se-ia até à actualidade, e só excepcionalmente, e por via eventual da ocorrência casual de ossos, se associavam os dólmenes ao seu uso sepulcral primordial. É o caso de uma "sepultura dos Mouros", referida por Santos Rocha no concelho da Figueira da Foz (idem, ibidem, p. 68).

Já a atribuição a S. Torpes da bem conhecida sepultura da foz da ribeira da Junqueira, , no litoral a sul de Sines, remete para uma outra ordem de factores, de origem erudita e eclesiástica, que está na origem da primeira escavação arqueológica de um sítio pré-histórico do território português, se não mesmo a nível europeu (CARDOSO, 2017).

A partir do século XVI, os estudos respeitantes à Antiguidade Clássica e seus autores era já do conhecimento generalizado dos eruditos, que os utilizavam de forma exaustiva, com o propósito de integrar as informações resultantes dessas leituras, na interpretação dos monumentos cuja verdadeira antiguidade e finalidade ainda não tinham sido reveladas pela Arqueologia (SERRÃO, 2015). Embora se desconheça a tipologia da mesma, tudo aponta para uma pequena anta ou cista dolménica, da qual no século XVIII ainda estariam conservados dois esteios. Tal disposição foi suficiente para a sua atribuição à sepultura daquele mártir cristão, cujo corpo teria dado à costa naquele mesmo local, sendo ali sepultado. Explorado o sepulcro em 1591, efectuou-se registo detalhado dos trabalhos e recolheram-se os espólios arqueológicos e antropológicos em uma arca, cujo termo de abertura, datado de 6 de Fevereiro de 1695 se conserva (Códice 146 de Biblioteca Nacional de Portugal) (Fig. 9). A memória do local da referida sepultura, foi assinalada por um cruzeiro, do qual hoje apenas se conserva a base, datado de 1793 (Fig. 10). De entre os espólios arqueológicos então recolhidos, destaca-se

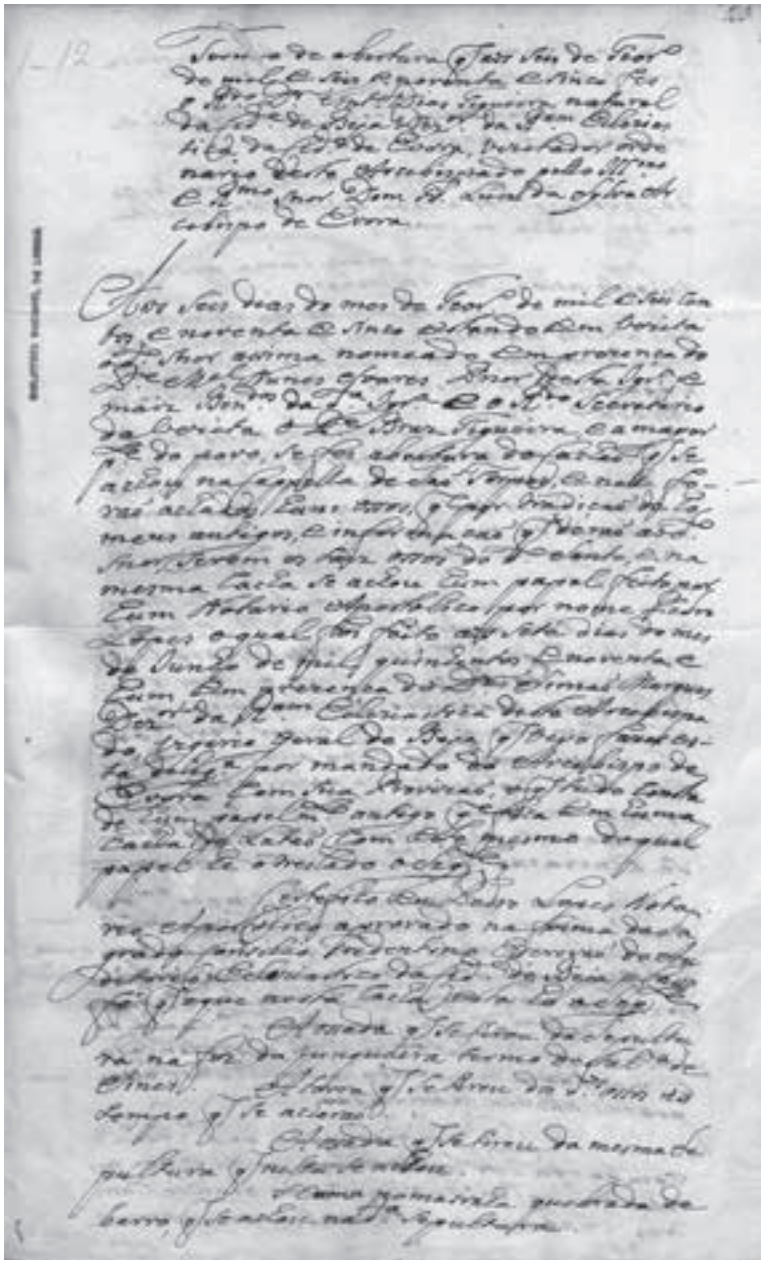


Fig. 9 – Uma página do códice 146 da BNP, datado de 6 de Fevereiro de 1695, respeitante ao termo de abertura da arca onde se guardavam, desde 1591, os espólios recuperados nas escavações arqueológicas então realizadas na suposta sepultura de S. Torpes, na foz da ribeira da Junqueira, a sul de Sines. Por deferência da Biblioteca Nacional de Portugal.



Fig. 10 – Base do cruzeiro erigido em 1793 na foz da ribeira da Junqueira, a sul de Sines, para assinalar o local da sepultura de S. Torpes (foto de João Luís Cardoso).

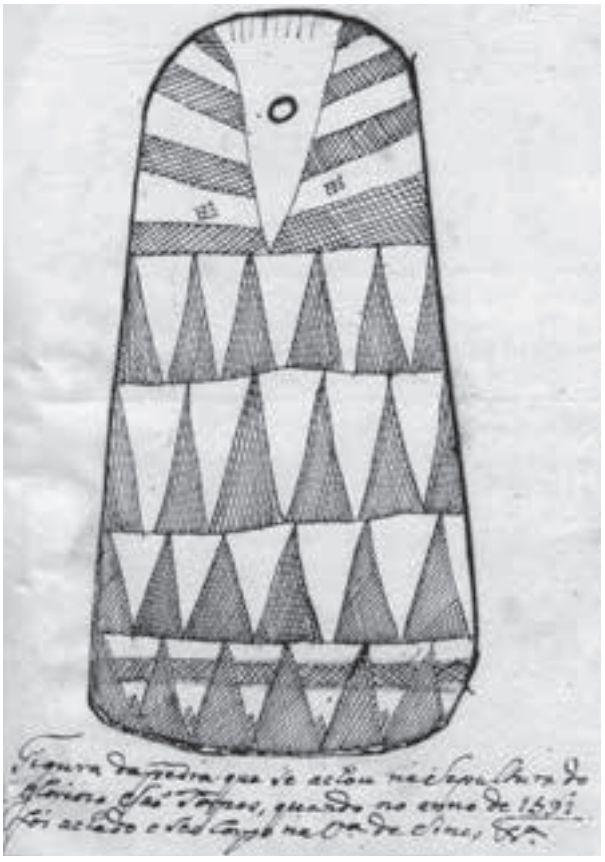


Fig. 11 – Desenho à pena da placa de xisto recolhida na suposta sepultura de S. Torpes, integrante do códice 146 da BNP, datado de 6 de Fevereiro de 1695, correspondendo, que se saiba, à primeira representação de um objecto simbólico pré-histórico a nível mundial. Por deferência da Biblioteca Nacional de Portugal.

uma placa de xisto, a qual se encontra desenhada no referido códice de 1695 (Fig. 11), sendo talvez a mais antiga publicação a nível internacional de um objecto cultual pré-histórico, depois reproduzida na obra de Liz Velho, em 1746, dedicada à vida de São Torpes (VELHO, 1746). Por coincidência feliz, este exemplar, situável no Neolítico Final, cerca de 3300-2900 a.C., integra-se no mais característico e emblemático grupo das produções artísticas da Pré-História portuguesa, as célebres placas de xisto decoradas, que Leite de Vasconcelos designava por "chapões".

É de notar que o documento lavrado em 1695 e, mais provavelmente, o livro de Estêvão de Lis Velho, serem necessariamente do conhecimento de D. Fr. Manuel do Cenáculo. Este, já Bispo de Beja, realizou na sua jornada pastoral de 9 de outubro de 1791 escavações nas dunas do litoral de S. Torpes, na tentativa de encontrar o que restaria do primeiro templo destinado à conservação das mesmas, esquecida a verdadeira natureza da sepultura pré-histórica. E, de facto, ao "fazer algumas escavações naqueles sítios achei no interior daquella *Praia* vestígios de paredes grossas, e antiquíssimas; e junto ao mar eu mesmo descobri nos difficultosos Médos de areia muitas sepulturas, e pedaços de bronze (...)" (CENÁCULO, 1949, p. 427). Na verdade, as paredes poderiam bem ser romanas e as sepulturas corresponderem a cistas da Idade do Bronze, como outras que, na actualidade, têm vindo a ser ali encontradas (SILVA & SOARES, 1981). Mais tarde, na visita pastoral

realizada ao longo do litoral do seu bispado, procurando conhecer o território e as suas gentes, recolhendo ao mesmo tempo elementos para a sua História, realizou de novo escavações na foz da ribeira da Junqueira, na manhã de 28 de Julho de 1794 (DEUS, MATIAS & VALE, 2016, p. 36), um ano depois da erecção do cruzeiro acima referido. Porém, antes deste ter sido ali colocado, já existiria uma cruz no local, conforme se registou nas Memórias Paroquiais de 1758: "Na foz desta Ribeira de Junqueyra que he na praya está a sepultura de São Torpes asignalada com huma crux (...)" (AZEVEDO, 1903, p. 268).

Importa referir que a tradição de associar sepulturas de santos a dólmenes encontra outro exemplo na anta ou lapa de S. Fraústo (versão popular de Fausto), perto da vila do Torrão, tendo sido construído sobre a mesma um nicho para a sua imagem conforme foi observado e publicado em 1897 por J. Leite de Vasconcelos (in CHAVES, 1951, p. 109).

Outro exemplo notável da precoce atracção das populações portuguesas pelo passado inexplicável, mas que hoje se sabe corresponder a outra manifestação artística dos tempos pré-históricos do 3.º milénio a.C. é o painel rochoso pintado no Cachão da Rapa, sobre o rio Douro (concelho de Carrazeda de Anciães). A *Recreaçam Proveytosa* de Custodio Jesam Baratta (1728), anagrama de João Bautista de Castro, refere-se-lhe nos seguintes termos: "Melhor será (...) convertermos os olhos para aquella celebre, & grande lage, que está no sitio do Cachaõ junto ao Douro. Nella se vem certas pinturas negras, & vermelhas matizadas pela disposição de Xadrez, & em dous quadros, com huns finaes, & riscos malformados, que de tempo imemorável se conservaõ da mesma forma; & dizem os naturaes, que estas pinturas se envelhecem humas, & renovaõ outras. Vede que prodígio." (BARATTA, 1728, p. 257, 258). A informação, conforme é dito, foi retirada da Corografia, do Padre António Carvalho da Costa, 1, p. 436 (COSTA, 1706, p. 436). Na verdade, este afloramento granítico, situado cerca de 25 metros acima do leito do rio Douro, era de há muito conhecido pelas populações locais, envolto em lendas e mistérios, a tal ponto que se acreditava ter um clérigo que ousou penetrar numa gruta situada sob o rochedo, no ano de 1687, emudecido para sempre, tal foi o susto que apanhou, ficando assim incapaz de relatar o que tinha visto. Tais prodígios foram relatados para a Academia Real por Antonio de Sousa Pinto e o Reitor João Pinto de Moraes. O Académico Padre Jerónimo Contador de Argote baseou-se em tal documentação para o relato publicado em 1734 no segundo tomo das suas *Memorias para a Historia Ecclesiastica do Arcebispado de Braga* (ARGOTE, 1734), recheadas de outras informações de natureza arqueológica relativas aos vestígios romanos registados no território do Arcebispado. Na verdade, este ilustre padre trentino utilizou sistematicamente naquela sua célebre obra os relatórios que os Académicos provinciais remetiam para Lisboa, hoje conservados na Biblioteca Nacional de Portugal, conforme informa Manuel Heleno, nas suas aulas de disciplina de Arqueologia, na Faculdade de Letras de Lisboa (in CARDOSO, ed., 2013, ficha A 164 1958-1959, p. 278).

O relato de Argote encontra-se ilustrado com uma belíssima gravura sobre cobre, ao gosto barroco, da autoria de Debrie, datada de 1735, provavelmente a primeira representação de arte rupestre a nível mundial (Fig. 12). Bastaria tal facto para justificar a sua inclusão obrigatória em qualquer manual de Pré-História ou de Arqueologia Europeia, o que infelizmente não sucede, pela fraca visibilidade internacional que teve, até época recente, a investigação arqueológica desenvolvida em Portugal. Importa referir que este importante monumento arqueológico, depois de ter sido localizado com rigor por Possidónio da Silva (SILVA, 1887), caiu no esquecimento, até que, em 1930 J. R. dos Santos Júnior o levanta graficamente com detalhe (SANTOS JÚNIOR, 1934), podendo ainda presentemente serem admiradas as pinturas conservadas ao longo de mais de 4000 anos a céu aberto (Fig. 13), para o que pode ter contribuído a existência de matéria betuminosa natural, aparentemente exsudada pela rocha granítica, preservadas aquando da abertura da linha férrea do Douro, pois ficaram sobre o túnel ferroviário ali existente.

Santos Júnior escavou uma das pequenas plataformas constituídas por depósitos terrosos, adjacentes à penedia, tendo encontrado numerosos fragmentos de cerâmica manual, alguns decorados, pertencentes ao Calcolítico (op. cit., Fig. 10), sendo deste modo da época das pinturas, vindo juntar-se aos vasos de barro recolhidos na base da penedia, em escavação relatada no documento remetido à Academia, dos quais, como ali se refere "ainda se achaõ fragmentos (...)" (ARGOTE, 1734, p. 488), por certo alguns dos que Santos Júnior recolheu, mais de 200 anos depois, no mesmo local.



Fig. 12 – Gravura sobre cobre de Debrie, datada de 1735, do penedo pintado pré-histórico do Cachão da Rapa (Carrazeda de Anciães), inserida no volume 2 das *Memorias para a Historia Ecclesiastica do Arcebispado de Braga* (ARGOTE, 1734). Trata-se da primeira representação mundial de uma estação de arte pré-histórica. Exemplar e fotografia de João Luís Cardoso.

*** *** ***

Foram importantes e intensas as investigações desenvolvidas pelos Académicos um pouco por todo o País, especialmente no Norte, a par dos documentos e papéis dos cartórios dos mosteiros, relativas a vestígios de materiais arqueológicos, sobretudo romanos. É evidente a emulação assim criada nos seus espíritos, empenhados em objectivos bem definidos, que perseguiram com empenho e de forma consequente. Os resultados assim obtidos juntavam-se, por seu turno, no sul do País, aos desenvolvidos por outros Académicos, com destaque para o Marquês de Abrantes, relativamente às antiguidades de Alcácer do Sal, a antiga *Salacia* e de Santiago do Cacém, a *Merobriga* dos Romanos. Na Conferência que fez na Academia a 31 de Julho de 1721 publicou, proveniente uma epígrafe dali proveniente dedicada a Esculápio, por um médico natural de *Pax Iulia* (Beja). E muitos outros exemplos se poderiam invocar, evidenciados pela correspondência da e para a Academia, em parte já publicada, a que anteriormente se fez referência.

3 – *NOTICIAS DA CONFERENCIA QUE A ACADEMIA REAL DA HISTORIA PORTUGUEZA FEZ EM 30 DE JULHO DE 1733*

É no movimento acima referido de interpretação erudita dos vestígios do passado, conduzido pela Academia Real e protagonizado por alguns dos seus mais operosos membros, deliberadamente alheios a qualquer resquício da tradição popular historicamente não sustentada eventualmente associada aos referidos vestí-

gios, que se explica a conferência de Martinho de Mendonça de Pina e de Proença Homem, de seu nome completo (GOMES, 1964, p. 17), usualmente conhecido por Martinho de Mendonça, apresentada na sessão académica de 30 de Julho de 1733 sobre as antas (MENDONÇA, 1733) (Fig. 14), prontamente publicada nas Memórias da Academia naquele mesmo ano de 1733 (Fig. 15).

Este ilustre académico, que sobre tal assunto nada mais publicou, apesar da sua actuação na Academia ser conhecida desde a fundação da mesma, ficou sobretudo conhecido pela vertente pedagógica dos seus estudos, exemplarmente expressa através da obra "Apontamentos para a educação de hum menino nobre", publicada logo em 1734 e dedicada ao Marquês de Alegrete (MENDONÇA, 1734), que na época era o Secretário da Academia Real, a quem competia a organização e publicação das obras dos académicos. A importância desta obra sobre temática tão inovadora como esta, foi objecto do doutoramento em Filosofia na Universidade de Coimbra, de Joaquim Ferreira Gomes, que foi membro desta Academia Portuguesa da História, no qual se apresenta a biografia detalhada do seu autor (GOMES, 1964). Nela se inclui interessante apreciação sobre a conferência que será objecto central da presente contribuição.



Fig. 13 – Foto dos inícios da década de 1970 do Cachão da Rapa, observando-se as representações pintadas de carácter geométrico. Arquivo João Luís Cardoso/Manuel Farinha dos Santos.

Martinho de Mendonça encontrava-se munido de importante suporte documental, como era habitual nos Académicos seus contemporâneos, que lhe permitiu sustentar e discutir, com base na análise exaustiva dos textos o significado dos monumentos megalíticos e sua antiguidade, que constituía o objectivo da sua comunicação. Importa desde já dizer que atingiu plenamente os objectivos a que se propôs, pois o seu texto, longe de se confundir com um balofo e inconsequente exercício de erudição, perseguiu um caminho lógico que lhe permitiu chegar a conclusões bem concretas, como se irá ver.

Logo no seu início dá conta do seu objectivo: "Ainda que tantos, e tão diligentes Escritores tenhaõ ilustrado as antiguidades Portuguezas, com tudo deixaraõ campo aos modernos, em que se podessem exercitar, ficando por explicar muitos monumentos, entre os quaes me parece o mais considerável aquelles antiquíssimos, e rudes Altares, que se achaõ em varias partes de Portugal, e que vulgarmente se chamaõ antas, que por servirem, segundo a tradiçaõ, e as nossas conjecturas, a uso Sacro, naõ ficaõ fóra do objecto de quem escreve parte da Historia Sagrada de Portugal " (MENDONÇA, 1733, p. 1).

E que conjecturas foram aquelas, que apresentou nas 22 páginas da sua comunicação e qual a sustentação da mesmas, no quadro da demonstração que delas pretendia fazer, servido por um notável domínio das línguas essenciais para tal efeito, incluindo o hebraico?



Num. XVI.

NOTICIAS
DA
CONFERENCIA,
QUE A ACADEMIA REAL,
da Historia Portugueza fez em 30.
de Julho de 1733.

FOY Director desta Conferencia o Conde da Ericeira por impedimento do Marquez de Alegrete; e depois que se distribuirão as Noticias da antecedente (por se não achar nesta o Padre D. Manoel do Tojal, a quem tocava dar conta dos seus estudos em primeiro lugar) fez o Director final a Martinho de Mendoça de Pina, o qual deu a conta seguinte.

Ainda que tantos, e taõ diligentes Escritores tenhaõ illustrado as antiguidades Portuguezas, com tudo deixaraõ campo aos modernos, em que se possão exercitar, ficando por explicar muitos monumentos, entre os quaes me parece o mais consideravel aquelles antiquissimos, e rudes Altares, que se achaõ em varias partes de Portugal, e que vulgarmente se chamaõ Antas, que por servirem, segundo a tradiçaõ, e as noſſas conjecturas, a uſo Sacro, naõ ficaõ fóra do objecto de quem escreve parte da Hiſtoria Sagrada de Portugal.

Junto da Cidade da Guarda, em distancia de legoa e meya

Fig. 14 – Primeira página impressa da Conferência de Martinho de Mendonça na Academia Real, apresentada a 30 de Julho de 1733. Foto de João Luís Cardoso do exemplar da Academia Portuguesa da História.



COLLECÇAM
DOS
DOCUMENTOS,
E MEMORIAS
DA
ACADEMIA REAL
DA HISTORIA PORTUGUEZA,
Que no anno de 1733. se compuzeraõ, e se imprimiraõ por ordem dos seus Censores,
DEDICADA
A ELREY NOSSO SENHOR,
SEU AUGUSTISSIMO PROTECTOR,
E ordenada pelo Marquez de Alegrete
MANOEL TELLES DA SYLVA,
SECRETARIO DA MESMA ACADEMIA.
PARTE SEGUNDA.

LISBOA OCCIDENTAL,
Na Officina de JOSEPH ANTONIO DA SYLVA,
Impreſſor da Academia Real.
M. DCC. XXXIII.

Fig. 15 – Página de rosto do volume da Colecção dos Documentos e Memórias da Academia Real respeitante ao ano de 1733, contendo o texto da conferência realizada a 30 de Julho por Martinho de Mendonça. Foto de João Luís Cardoso do exemplar da Academia Portuguesa da História

1 – Em primeiro lugar, justificou a conclusão, de que "Ninguem vera cinco, ou seis pedras grandes levantadas, e sobre ellas huma grande mesa de pedra, que duvide ser edifício artificial, e naõ producçaõ da natureza" (p. 3). Concluiu, deste modo, pela inquestionável origem humana destas ocorrências (coisa que para a época não era situação evidente, recorde-se a interpretação dada aos fósseis, considerados como jogos da Natureza), e estabeleceu comparações com as grandes construções do Perú onde também não se evidenciavam marcas de instrumentos de ferro na sua confecção.

2 – Segue-se a constatação de nenhum autor clássico ter feito alusão a estes monumentos, "nem discorre sobre o seu fim, e uso" (p. 4), o que aumentava a dificuldade da discussão, rejeitando tratar-se de monumentos funerários pelas características das pedras, que são lisas e adequadas para "se executarem os holocaustos" (p. 4), envolvendo cerimoniais de fogo. Deste modo, associou o nome "Antas" aos pórticos romanos com colunas quadradas, citando diversos autores latinos tal respeito, especialmente Vitrúvio que no livro 3 capítulo I "trata das Antas, na significação de parastatas" (p. 7). Vê-se, pois, que nesta matéria antecedeu em quase 70 anos a explicação contida no dicionário de Viterbo, a que anteriormente se fez referência.

3 – Passando à discussão da época da construção das antas, concluiu que estas remontam a tempos anteriores à invasão árabe da Península Ibérica, "porque os mahometanos naõ tem altar, nem a sua ley lhes permite o uso dos sacrifícios (…) naõ havendo noticia de semelhante antigualha em Arabia, ou nas mais prvincias da Asia, ou Africa, em que ainda dura a seita Mahometana" (p. 8).

Também não parecem obra dos povos germânicos que ocuparam a Península Ibérica, pois "quando entraraõ estas naçoens, já tinhaõ conhecimento de Christo, e nã exercitavam a Idolatria (…)" (p. 8). A referência aos monumentos escandinavos, também não passou em claro, acrescentado que nas Antas se não observam as inscrições rúnicas dos monumentos daqueles povos nem se parecem com eles, "ainda que nesta matéria fallamos menos seguramente" (p. 9), dada a dificuldade de acesso aos autores da literatura rúnica "que debalde se buscaõ nas melhores Livrarias de Portugal, Castela, França, e Italia". Estes cuidados confirmam ser autor meticuloso e sério, que só era levado a apresentar conclusões depois de uma análise cuidada de toda a documentação disponível, realidade que transparece ao longo de todo texto da conferência.

Continuando, acrescenta que as antas também não seriam obra dos Romanos, nem dos Gregos ("de cujas Colonias se tem escrito mil Fabulas", p. 10), pela qualidade com que afeiçoavam a pedra, e também porque se assim fosse, dificilmente se explicaria que estivessem ainda de pé, dada a forma como os cristãos procuraram destruir as edificações daqueles povos idólatras.

Muito menos foram obra dos Fenícios, pois se assim fosse seria natural que estivessem nos portos de mar, e não no interior, em sítios montanhosos como é o caso.

Concluiu assim, por exclusão de partes, que as "Antas mostraõ claramente a rudeza do seculo em que se erigiraõ, e serem daquelas idades áureas, em que o ferro escondido nas entranhas da terra, naõ tinha ainda ou lavrado, ou despedaçado as producçoens informes da natureza (…)" (p. 10, 11).

4 – Assim sendo, as Antas, correspondendo a construções anteriores a quaisquer dos povos acima mencionados, só poderiam reportar-se aos antigos habitantes da Península Ibérica, os últimos povos do aro mediterrâneo que abandonaram "o culto de hum Deos Omnipotente" (p. 13), adoptando o politeísmo. Assim, os primitivos altares, "que primeiro se dedicaraõ ao verdadeiro Deos, que às falsas Divindades" (p. 14), seriam representados pelas Antas, que deste modo "tiveraõ o seu principio na mais remota antiguidade, e primeiros Povoadores da Lusitania antiga, que ainda viviaõ dispersos pelos montes" (p. 14).

A antiguidade da construção das antas, onde se não observava o uso de instrumentos de ferro, é aliás conforme a passagem do Êxodo (capítulo 20) que refere o fabrico, (enquanto se naõ preparava o Tabernaculo) de "hum altar de pedra, que não fosse cortada ao ferro (…) para distinção dos Idolatras, que fabricavaõ os Altares, primorosamente lavrados ao cinzel (…)" (p. 15). Face ao exposto, concluiu que as Antas dos primitivos Lusitanos seriam a imitação dos antigos Altares, "que de pedras toscas erigiraõ sucessivamente os Patriarchas (…)" (p. 15).

Outra evidência da antiguidade da construção das Antas era o facto de estas não se situarem em geral no alto dos montes, à semelhança do Altar que fizeram os Israelitas junto ao Jordão ao Deus Verdadeiro, concluindo por analogia, que "não seraõ temerarias conjecturas, as que nos inclinaõ a crer que as nossas Antas foraõ dedicadas, pelos primeiros povoadores da Lusitania, ao verdadeiro Deos, que adorou Israel, e veneraõ os Christãos" (p. 17), numa tradição que perdurou até muito tempo depois da mesma ter sido substituída nas regiões de onde proveio, explicada pela grande distância, e isolamento das populações habitantes das paragens do extremo ocidental da Europa.

Destas suas conjecturas, o autor concluiu que "bem se póde afirmar, que saõ as Antas o mais antigo monumento artificial, que há em Hespanha, e tal vez no Mundo todo, porque naõ se mostrará edifício, a que se possa

atribuir igual antiguidade. Dissemos monumento artificial, porque as conchas petrificadas, que se achaõ em alguns montes, e se vem a casa passo nas vizinhanças de Lisboa, saõ monumentos, que a natureza deixou da universal inundação, e medalhas antigas do Diluvio" (p. 19).

5 – O texto desta conferência evidencia o espírito critico de Martinho de Mendonça e o cuidado e rigor com que utilizou todas as fontes documentais à sua disposição, num exercício de erudição, mas que ao contrário do que verificava em muitos dos seus contemporâneos, tinha na realidade um propósito bem definido e consequente. Na realidade, com base na informação disponível – e realmente outra não havia a que pudesse recorrer – conseguiu demonstrar a antiguidade da edificação das antas por populações anteriores aos mais antigos povos com escrita da Península Ibérica, atribuindo-as aos Lusitanos. Foi, outrossim, levado a considerar, como a generalidade dos eruditos do seu tempo, que as antas eram altares, até pela natureza etimológica da palavra. Mas nisso, como acima se referiu, não residiu o principal mérito do estudo do nosso Académico. Na verdade, era voz corrente, pelo menos entre os eruditos portugueses – via de regra eclesiásticos – que, nos séculos XVI e XVII se referiram à utilização das antas, a sua associação a altares, até pelas práticas de natureza propiciatória/adivinhatória que então, todos os anos, por altura das colheitas dos primeiros frutos, nelas se fazia. Conforme já foi referido (FABIÃO, 2016), o elemento novo aduzido por Martinho de Mendonça e que seguramente terá tido consequências entre a elite culta do seu tempo, foi o de ter conseguido demonstrar, não que as antas eram altares, pois tal ideia era já de há muito adquirida, mas sim que, apoiado em textos então consideradas credíveis, as mesma foram construídas por comunidades oriundas da Judeia, adoradoras de um Deus único, as quais, chegadas a este extremo do mundo conhecido, mantiveram esse culto, entretanto abandonado nas regiões de onde provieram, com a adopção generalizada das práticas politeístas. Disse-se anteriormente que este argumento pode ter tido consequências nas elites cultas do seu tempo, que veriam na demonstrada prática religiosa monoteísta destes seus antepassados, mais um argumento legitimador da sua própria religiosidade, também ela baseada na adoração de um Deus único.

Outra importante consequência subentendida no discurso de Martinho de Mendonça residia na vantagem de as populações do extremo ocidente terem conservado suas tradições herdadas dos textos dos Patriarcas de um Deus único, mantendo-as intactas, e ao abrigo das novas ideias panteístas, que então dominavam paragens mais cosmopolitas.

6 – A estreita relação que Martinho de Mendonça estabeleceu entre as antigas populações pré-romanas construtoras das antas e os habitantes da Terra Prometida do tempo do Antigo Testamento era ainda sublinhada por evidências que hoje diríamos de carácter arqueológico e que só agora serão valorizadas: trata-se da prática evidenciada pelos construtores de dólmenes, segundo Martinho de Mendonça, intencionalmente, não utilizarem instrumentos de ferro para lavrarem a pedra, distinguindo-se assim dos povos idólatras que com tais instrumentos, conseguiam construções mais regulares. Com efeito, as antas não só não evidenciavam marcas de instrumentos de ferro, mas respeitavam pela sua aparente imperfeição e rudeza, as características construtivas que seriam supostas possuir, por parte dos que seguiam a um só Deus. Estava assim estabelecida a filiação dos Lusitanos nos povos que, oriundos da Judeia, estariam na sua origem, sendo que o fio condutor entre ambos consistia no facto comum de adorarem a um Deus único.

Esta realidade poderia levar facilmente à conclusão de que os Portugueses, enquanto descendentes dos Lusitanos, serem de origem judaica, o que, numa época em que a Inquisição ainda estava bastante activa em Portugal, na perseguição de todos aqueles que não adoptassem a fé católica, poderia conduzir a contradição insanável na lógica da sua própria missão. Numa altura em que todas as obras destinadas a publicação eram objecto de censura prévia, é interessante verificar que aquela interpretação que eventualmente fragi-

lizaria a actuação da Inquisição, fosse viabilizada pela própria Academia, que, aliás se encontrava isenta do cumprimento daquele preceito, pois possuía um mecanismo interno destinado a tal finalidade, na figura dos "Censores", eles próprios Académicos de nomeada e confrades do autor desta conferência. Será que se pode vislumbrar neste pormenor alguma vontade de manifestar a independência da Academia nas suas actividades científicas e literárias?

Para responder a esta questão, importa antes de mais ter presente que o autor desta Conferência era desde 23 de Janeiro de 1722, portanto já há mais de 10 anos, Familiar do Santo Ofício, sendo pouco tempo depois, e a seu pedido, considerado "em o numero dos familiares privilegiados" distinção que lhe foi concedida a 19 de Junho do mesmo ano. Tratava-se, pois de um importante membro da Inquisição, tendo por isso total respaldo da mesma naquilo que escrevesse, mesmo que susceptível de produzir interpretações em seu desfavor. Esta contradição não passou despercebida a contemporâneos seus, como o Cavaleiro de Oliveira, assumida por um "estrangeirado", como ele, como adiante se verá, (GOMES, 1964, p. 48, nota 1), nem a Jaime Cortesão, na actualidade (idem, ibidem, nota 2).

4 – MARTINHO DE MENDONÇA, UM ACADÉMICO DO SEU TEMPO

Importa conhecer a personalidade e a importância de Martinho de Mendonça na sociedade do seu tempo, em geral, e na Academia Real, em particular, tendo-se recorrido essencialmente às informações contidas na obra de Joaquim Ferreira Gomes (GOMES, 1964. p. 18 e seg.), o qual, por seu turno, se baseia grandemente no autor do Elogio Fúnebre, José Gomes da Cruz, que se baseou, por seu turno, no seu biógrafo, José Gomes da Cruz, para além de outros, como Manso de Lima, para além das informações contidas em outras fontes com destaque para a Colecção dos Documentos e Memórias da Academia Real.

O autor desta conferência era, à época em que a mesma foi apresentada, um dos mais importantes Académicos da Academia Real (Fig. 16).

Obtido o grau de Bacharel em Filosofia na Universidade de Coimbra, interrompeu os estudos provavelmente por falta de saúde; mas o seu gosto em aprender era tanto que, ainda adolescente, no retiro da quinta de seus Pais, perto da Guarda, onde existia uma rica biblioteca, se dedicou ao estudo da Matemática do Grego e do Direito Público, para alem da Filosofia, tendo-se dedicado com tal ardor a tais estudos que adoeceu. Segundo o seu biógrafo, José Gomes da Cruz, o seu pai viu-se "obrigado a ordenar-lhe que se apartasse da comunicação dos livros" (op. cit. p. 20). Uma vez restabelecido, e como era usual em alguns nobres do seu tempo, decidiu melhorar os seus conhecimentos do mundo através de um "gyro da Europa", frequentando as cortes estrangeiras. De Espanha, passou a França e à Itália, daí atingiu a Áustria e a Hungria, animado a servir na guerra contra os Turcos. Com cerca de 24 anos tomou parte na Belgrado, a 16 de Agosto de 1717, onde ganhou uma bandeira ao inimigo, que lhe valeu o reconhecimento do comandante do exercito imperial, Principe Eugénio de Sabóia e do Embaxador português, o Conde de Tarouca, a qual vinculou ao seu Morgado, em Portugal. Terminada a guerra, passou por Praga e Leipzig, cidade onde em 1718 publicou um panegírico

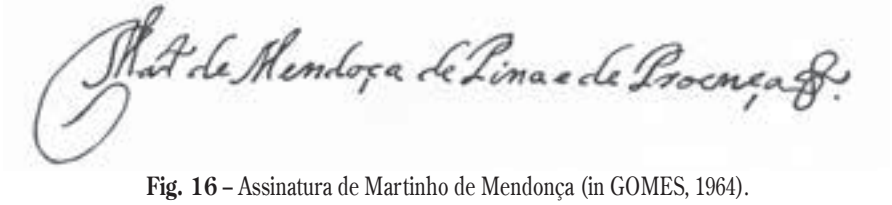


Fig. 16 – Assinatura de Martinho de Mendonça (in GOMES, 1964).

em latim dedicado ao referido Príncipe. Passou depois aos Países Baixos, onde exerceu o cargo ao longo de todo o ano de 1718 de "Mestre das Mathematicas e outras sciencias" do Infante D, Manuel, irmão de D. João V. Dali em companhia do Infante, chegou a Paris, onde frequentou "as sociedades litterarias". Tendo o Rei ordenado a seu irmão que regressasse a Portugal, este preferiu seguir para a Alemanha. Martinho de Mendonça, sabedor do desejo real, optou por regressar ao reino; sabe-se residia na Corte 4 de Março de 1720, tendo participado activamente na fundação da Academia Real, mobilizando para tal todos os conhecimentos acumulados no seu périplo europeu. Importa ter presentes, a este propósito as suas próprias palavras: "Sahi de Portugal, e vagando por quasi toda Europa, de caminho procurey alcançar alguma noticia dos Systemas mais modernos; tive ocasião de conversar em Saxolnia com Wolfio e em Holanda com o S′ Gravesande, cujas conferencias me deraõ alguma luz dos engenhosos Systemas, e princípios de Leibnitio e Newton (…)" (in GOMES, 1964, p. 24). Como muito bem refere este autor, Martinho de Mendonça foi assim transformado num daqueles estrangeirados que tanta influência exerceram no ambiente cultural português da época. Nele se confluíam as novidades do Iluminismo a par do conservadorismo político, social e religioso, que explica o pedido de ingresso, em 1722, no Tribunal do Santo Ofício, onde foi desde logo acolhido, corporizando as tensões e contradições do seculo XVIII em Portugal.

Foi neste contexto que se destacou como Académico da Academia Real, muito tendo contribuído para tal a sua formação europeia e alguns dos amigos que por lá conheceu, que facilitaram a sua introdução na Corte. Numa tarde do ano de 1719, em presença do Rei "lhe perguntaram (…) vários pontos de gramatica, filosofia, historia, critica, geografia, e matemática com bom sucesso" (op. cit., p. 25), espalhando-se os seus méritos rapidamente. O Rei encarregou-o, em meados de 1720, da Biblioteca Real e foi assim que, naturalmente, participou activamente na criação da Academia Real, fundada a 8 de Dezembro daquele mesmo ano e da qual viria a ser por designação régia, um dos 50 académicos fundadores.

O seu papel na Academia e nos trabalhos académicos foi importante; logo no primeiro ano da sua existência, evidenciou intensa actividade: em resultado da distribuição dos "empregos dos Académicos", isto é das tarefas distribuídas por cada um deles, foi incumbido de redigir uma história do reinado de D. Duarte, em Português, a par da História do Arcebispado de Braga e da do bispado de Lamego, em Latim. Da primeira, sabe-se que teria a obra em estado muito adiantado quando faleceu, das restantes sabe-se que ao longo dos anos ia remetendo para a Academia informações do curso de realização dos trabalhos, que, como Académico do Número lhe competia dar cinta, mas que na realidade eram realizadas em articulação com outros Académicos, designadamente provinciais. É interessante verificar que o estudo de documentos nos cartórios era compaginado pela recolha de inscrições romanas e respectiva análise no decurso da sua jornada pela Beira Interior de 1721, conforme foi relatado na Conferência de 14 de Agosto de 1721, sendo para destacar as investigações realizadas na Idanha-a-Velha, a antiga *Egitania*, de onde remeteu à Secretaria da Academia varias inscrições romanas. Esta intensa actividade justificou ter sido nomeado para falar no dia 22 de Outubro, dia do aniversário do Rei, em que era costume a Academia ir ao Paço, tendo então comunicado que a História do reinado de D. Duarte estava pronta, aguardando ainda alguns documentos dos Arquivos, a qual, porém, jamais vira a ser publicada, estando as outras duas em curso por "seus eruditos autores". Sublinhou os méritos de D. Duarte, o primeiro a juntar livraria ao seu palácio, e destacou o período de desenvolvimento cultural então conhecido, comparável ao então experimentado pela instituição da Academia, tendo sido este discurso reproduzido logo em 1727 na Historia da Academia, do Marquês de Alegrete (SILVA, 1727, p. 376-381).

No ano de 1725 a sua participação na Academia foi insignificante, o mesmo se verificando de 1726 a 1729, ocupado que esteve em missão diplomática em Espanha para tratar, entre outras matérias, do casamentos reais dos filhos de D. João V e de Filipe V. Prova de que, no entanto, a sua presença era importante, e por certo em

resultado da sua missão, foi nomeado para falar na Conferência do da 7 de Setembro de 1729, no dia de anos da Rainha, pronunciada, como era usual, no Paço, a qual se encintra transcrita no volume XI da Colecção dos Documentos.

No ano de 1730 a sua participação nos trabalhos da Academia continuou a ser muito discreta, mas com dois pontos de inegável interesse: o primeiro refere-se à cópia de "huns caracteres que lhe remetteo Manoel Garcia de Oliveira, Capitaõ mor das Minas de Ajuruoca, avisando-o que se acharaõ dentro de huma lapa no Certaõ, junto ao seu districto" (Colecção dos Documentos, vol. IX; GOMES, 1964, p. 40), evidenciando o seu interesse pelos documentos de cronologia recuada e natureza ou significado incertos, com era o caso, que depois se confirma plenamente pela sua conferência de 30 de Julho de 1733; o segundo contributo que se lhe dve naquele ano de 1730 corresponde à análise ("Censura") que elaborou da obra "História genealógica da Casa Real Portuguesa", considerada sensata e equilibrada, digna de um académico a quem preocupa "o cuidado da verdade histórica" conforme é dito na reimpressão do volume 1 da dita obra, em 1946, sob a direcção de M. Lopes de Almeida e C. Pegado (GOMES, 1964, p. 41). O interesse pela agremiação mantinha-se apesar de a sua presença física ser diminuta, comunicando por escrito o progresso dos estudos de que tinha sido incumbido, o qual foi lido na Conferência de 12 de Abril de 1731.

Em 1732 tomou parte na Conferência realizada a 26 de Junho onde deu conta do prosseguimento dos seus trabalhos.

Já em 1733 compareceu por duas vezes na Academia, a primeira no dia 23 de Janeiro para dar continuidade ao relato dos progressos realizados na História do arcebispado de Braga, escrita em Latim, dando pormenores da investigação realizada, dos documentos transcritos e daqueles que importava obter cópia.

Foi de novo orador em 3 de Julho de 1733 para dar conta da Conferência que agora é estudada em pormenor, que se considera, em concordância com Joaquim Ferreira Gomes, o seu mais importante contributo académico.

O seu impacto na sociedade culta de então conheceu uma via importante de disseminação, através da notícia publicada na Gazeta de Lisboa sobre a mesma, no seu número 36, de 3 de Setembro de 1733 (in Gomes, 1964, p. 46, nota 1), que se transcreve, pelo seu evidente interesse:

> *"Na Conferencia que a Academia Real da Historia Portugueza fez no dia 30 de julho (...) o Academico Martinho de Mendonça de Pina, Bibliotecario de Sua Magestade leu um eruditíssimo discurso, sobre a antiguidade, e uso das Antas (ou Altares) formados de grandes pedras toscas, em figura de mezas quadrangulares, que se achaõ em algumas partes deste Reyno, e serviaõ de fazer os Sacrificios, e queimar as victimas nos primeiros seculos do Mundo, pedindo a todos os curiosos, queiraõ participarlhe as noticias que tiverem de semelhantes monumentos, com a descripçaõ dos sítios em que se achaõ, e as medidas, e mais circunstancias que observarem".*

Na verdade, nem pelos antecedentes de vida de Martinho de Mendonça, nem pela sua trajectória subsequente, nada faria prever este contributo, que surpreende também pela clareza dos resultados obtidos, afastando-se da norma da sua época.

A conferência proferida na Academia Real a 30 de Julho de 1733 por Martinho de Mendonça corresponde, com efeito, a um dos contributos mais originais e consequentes que, na primeira metade do século XVIII se escreveram na Europa acerca de monumentos megalíticos, procurando uma explicação plausível para a sua existência através da sistemática exploração do registo documental então disponível, fosse ele de natureza sagrada ou profana. Constitui, assim, caso exemplar da investigação setecentista europeia de temas pré-históricos, sendo apenas conhecido de um número muito limitado de investigadores portugueses, e quase sempre

de forma muito superficial (CORRÊA, 1947; SANTOS, 1987), ou, com raras excepções, destacando alguns aspectos considerados mais relevantes (COSTA, 1868; GOMES, 1964; FABIÃO, 2016). Procurou-se, agora, abordagem analítica sistemática e, tanto quanto possível, exaustiva, do conteúdo deste notável documento, devidamente integrado na sua época e tendo presente a trajectória pessoal do seu autor, conduzindo ao desenvolvimento de novas conclusões, evidenciando pela primeira vez a sua real importância, no quadro dos estudos históricos do Iluminismo português.

Os estudos de natureza arqueológica de épocas anteriores à presença humana no território português, assim em boa hora iniciados na Academia Real por Martinho de Mendonça, não foram continuados elo próprio, que logo a partir daquele ano de 1733 partiu para o Brasil, onde permaneceu até 1738, tendo exercido o cargo de Comissário Régio, e depois o complexo cargo de Governador de Minas Gerais, encontrando dificuldades cuja resolução estaria acima da sua disposição, preparação e entendimento. Regressado à Metrópole, nos inícios de 1738, o entendimento do seu desempenho pelo monarca não foi desfavorável, tendo-o logo nomeado membro do Conselho Ultramarino, onde a sua actividade se encontra documentada por numerosos pareceres; retomou igualmente o seu lugar na Academia, sendo eleito Censor para o ano de 1739, chegando mesmo a ser Director da Academia, segundo o seu biógrafo José Gomes da Cruz, que dele traçou o elogio fúnebre (in GOMES, 1964). Retomou igualmente o seu lugar de Bibliotecário da Biblioteca Real, sendo nomeado desembargador da Casa da Suplicação, e ainda Intendente dos Diamantes.

Por carta régia de 28 de Agosto de 1742 foi nomeado Guarda-Mór da Torre do Tombo, tendo vindo a falecer, em virtude dos achaques provocados elos muitos compromissos e trabalhos em que se envolvera, agravados por saúde frágil, a 12 de Março de 1743. Foi enterrado na capela da quinta do Pombo, perto da uarda, onde foi arvorado um dos estandartes que conquistara em Belgrado (GOMRD, 1964, p. 89, nota 6).

5 – EPÍLOGO

Ao longo dos séculos XVII e XVIII, e mesmo até no século XIX, os dólmenes foram associados invariavelmente a altares dos Druidas, expressão da cultura Celta, realidade que viria a ser paulatinamente alterada: uma das primeiras obras de síntese sobre as construções dolménicas no território europeu já as atribuía, correctamente, a sepulturas (BONSTETTEN, 1865). Importa sublinhar que esta obra antecedeu em apenas três anos a primeira publicação científica portuguesa sobre a mesma matéria, da autoria de Francisco Pereira da Costa (COSTA, 1868), na qual onde se descrevem os resultados das escavações realizadas em antas da região de Castelo de Vide. O autor não deixa de fazer referência desenvolvida à conferência de Martinho de Mendonça, afastando definitivamente a teoria de que fossem altares, como este admitiu, em consonância com a época em que escrevia.

E, no entanto, ainda, nos finais daquele século, havia em Portugal quem defendesse que as antas eram altares; não se veja, porém, nesse texto anacrónico, argumento para diminuir a obra meritória e relevante do Padre Joaquim José da Rocha Espanca (ESPANCA, 1894), fruto de alguma incompreensão pela emergência de uma insuspeitada antiguidade para a presença humana, comprovada pela Ciência (Fig. 17). Na verdade, no Portugal do final de Oitocentos, aquele investigador incansável das antiguidades alentejanas não estava sozinho, pois era acompanhado por algumas outras individualidades, eclesiásticas ou não. Provavelmente tal interpretação tinha ficado ainda mais vincada nos espíritos, tendo presente a existência de assinalável número de antas – cerca de uma vintena – transformadas em capelas, ou com capelas associadas, conforme estudo realizado por O. da Veiga Ferreira e colaboradores (FERREIRA; LEITÃO & NORTH, 1980), seguido por outro,

mais completo (OLIVEIRA; SARANTOPOULOS & BALESTEROS, 1997). Algumas são de reconhecida importância, como a enorme anta-capela dedicada a S. Diniz, actualmente situada no centro de Pavia (Mora) (Fig. 18).

Enfim, há que considerar que ambas as finalidades – a utilização simultânea como locais de sepulcro e de culto – não são mutuamente exclusivas e tal conclusão seria, aos olhos dos literatos dos séculos XVIII e XIX não só possíveis, como prováveis, como aliás explicita Martinho de Mendonça, ao declarar: "que se fossem sepulcros ainda teriam logar as nossas conjecturas de serem aras, pois estas e os templos da idolatria tiveram principio nos monumentos fúnebres".

Sem querer alargar em demasia a discussão destas conjecturas, importa referir que existem de facto algumas evidências em certas antas exploradas modernamente no território português para que ambas as utilizações se conjugassem no tempo e mesmo espaço físico. Mas a ignorância com que hoje em da se debate o arqueólogo não é inferior àquela que Martinho de Mendonça teve de enfrentar, com inegável sucesso, devido tanto à sua mestria como à sua humildade.


OPUSCULOS

I

ESTUDO

SOBRE AS ANTAS

E SEUS CONGENERES

DISSERTAÇÃO ARCHEOLOGICA

PELO

PADRE JOAQUIM JOSÉ DA ROCHA ESPANCA

VILLA-VIÇOSA

1894

Fig. 17 – Capa da brochura do Padre Joaquim Espanca sobre as antas (ESPANCA, 1894).

Aquela postura encontra-se claramente evidenciada pelas palavras com que conclui a sua conferência (PINA, 1733, p. 22): "A imperfeição, e falta de noticias, e livros necessários, com que escrevemos esta Conta, nos obriga a pedir, que se não imprima, se somente se peçaõ noticias, e descripçoens de todas as Antas, que houver em Portugal, e dos sítios, em que se achaõ, para que outro algum Academico, mais erudito, possa tratar esta matéria com mais exacçaõ."

A conferência de Martinho de Mendonça sobre as antas, de âmbito e natureza absolutamente inovadoras para a época, suscitou interesse por parte dos Académicos; podemos imaginar a sua curiosidade e surpresa, ao serem confrontados com uma realidade que para eles era completamente nova e insuspeita. Tal realidade motivou o interesse pela investigação das antas por parte de outros académicos, no seio da própria Academia: logo no ano seguinte, na conferência realizada no dia 1 de Abril de 1734 se pode ler que o "Padre Fr. Affonso da Madre de Deus Guerreiro participara na Secretaria da Academia (...) huma collecçaõ de Memorias, na qual se acha a de 315. Antas, de que se faria huma relação particular para se comunicar ao Academico, que pedio esta noticia" (NOTICIAS, 1734, p. 5; CORRÊA, 1947, p. 121). Infelizmente, desconhece-se o nome do referido Académico, e, sobretudo, não se sabe o paradeiro deste inventário, o primeiro de natureza arqueológica que se realizou no Mundo (CARTAILHAC, 1886, p. 149): teria por certo grande valor historiográfico, caso um dia se viesse a encontrar, no conjunto da documentação da Academia Real ainda conservada na Biblioteca Nacional de Portugal.



Fig. 18 – Anta de S. Diniz, no centro da povoação de Pavia (Mora), transformada em capela. Da esquerda para a direita: motorista Serrano, dos Serviços Geológicos de Portugal; O. da Veiga Ferreira; Konrad Spindler; e Georges Zbyszewski. Arquivo João Luís Cardoso/Octávio da Veiga Ferreira.

Após este impulso inicial bem sucedido, o interesse pelo estudo das antas na Academia Real esmoreceu, em linha com o declínio das suas actividades; contudo, o interesse não estiolou: pouco depois, D. Fr. Manuel do Cenáculo, já Bispo de Beja, cargo do qual tomou posse logo após a queda de Pombal, em 1777, reacende as atenções para estes monumentos (Fig. 19), também existentes, embora raramente, no Baixo Alentejo: disso é prova as informações que Pereira da Costa menciona na correspondência que foi remetida ao prelado pacense pelo Padre José Gaspar Simões, Prior de S. Teotónio (Odemira) (COSTA, 1868, p. VII), conservada na Biblioteca de Évora, contendo elementos relativos a antas, cuja publicação seria do maior interesse, tendo presente o extraordinário manancial de informações arqueológicas de época romana contidas na documentação recentemente publicada de Cenáculo relativa a Santiago do Cacém (DEUS, 2016).

Face ao exposto, pode considerar-se que os contributos para o conhecimento das antiguidades pré-históricas do território hoje português tiveram na Academia Real um veículo de difusão importante, ainda que com limitações impostas pela própria natureza do quadro conceptual da época. Os únicos vestígios materiais que se afiguravam anteriores à Antiguidade Clássica eram as antas, atribuídas a altares foram remetidos, por Martinho de Mendonça para obra dos Lusitanos, tal qual se verificava além-Pirenéus, neste caso como sendo obra dos Celtas. Contudo, no caso português, o erudito Académico foi mais longe: tendo verificado a ausência de marcas de instrumentos de ferro no corte dos monólitos e a sua evidente rusticidade, associou-os à tradição

construtiva hebraica assinalada no Antigo Testamento. Desta observação, resultou a conclusão de as antas terem sido construídas por comunidades isoladas dali oriundas, as quais, neste extremo ocidental da Europa, conservaram aquela tradição, associada ao culto do Deus único, que se manteve até à conquita romana. Ainda que esta conclusão fosse de molde a valorizar aqueles ascendentes directos do Portugueses, a mesma tinha uma outra consequência evidente, que era a de os Portugueses possuírem, por essa via, longínquas origens hebraicas, numa época em que a Inquisição ainda tinha um grande poder e ascendência em Portugal. Seria interessante verificar as relações então existentes entre a Academia Real e a Inquisição, sendo certo que a Academia, gozando de protecção real, se encontrava ao abrigo das regras de censura para a publicação de obras impostas noutros casos.



Fig. 19 – D. Frei Manuel do Cenáculo Vilas-Boas (1724-1814). Academia das Ciências de Lisboa. Foto de João Luís Cardoso.

Portugal pode, pois, considerar-se pioneiro da investigação Pré-Histórica a nível mundial, por via da conferência proferida por Martinho de Mendonça na Academia Real, a 30 de Julho de 1733, e publicada nesse mesmo ano, no respeitante aos monumentos dolménicos, acertadamente considerados como das mais antigas construções da Humanidade, já que, sabemo-lo hoje, podem remontar no território português aos inícios do 4.º milénio a.C, no caso dos dólmenes, e, no caso de alguns menires, ao 5.º milénio a.C.

Igualmente pioneira a nível europeu foi a publicação do penedo com pinturas rupestres do Cachão da Rapa, reproduzidas em bela gravura sobre cobre executada por Debrie, em 1735, situáveis no 3.º milénio a.C., e que um acaso da sorte permitiu que se conservassem até à actualidade, depois de terem sido, que se saiba, pela primeira vez referidas em 1706 pelo Padre António Carvalho da Costa, na sua famosa Corografia e mais tarde por Cristóvão Jesão Barata (aliás, João Bautista de Castro), em 1728. Tais publicações fazem dos Académicos Martinho de Mendonça de Pina e de Proença Homem, e do Padre Jerónimo Contador de Argote pioneiros dos estudos de arqueologia pré-histórica a nível internacional. Bastariam estas duas referências sobre a investigação setecentista dos tempos humanos de antes da escrita, para fazerem da Academia Real referência incontornável no campo da historiografia arqueológica portuguesa.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA (1924) – O livro 2.º da correspondência expedida e recebida pela Academia Real de História. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 24, p. 37-163.

ACADEMIA (1929) – O livro 2.º da correspondência expedida e recebida pela Academia Real de História. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 27, p. 57-128.

ALMAGRO-GORBEA, M. (2015) – *Sacra Saxa*. "Peñas Sacras" propiciatórias y de adivinación de la *Hispania céltica*. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 22, p. 329-410.

ARGOTE, J. Contador de (1734) – *Memorias para a Historia Ecclesiastica do Arcebispado de Braga. Tomo Segundo*. Lisboa Occidental: Na oficina de Joseph Antonio da Sylva.

AZEVEDO, P. A. (1903) – Extractos archeologicos das "Memorias parochiaes de 1758". 467. Sines (Alemtejo); 472. Soutello (Entre-Douro-e-Minho). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 7, p. 268-271.

BARATA, C. J. (1928) – *Recreaçam Proveytosa*. Lisboa: Na oficina de Antonio Pedrozo Galram.

BOAVENTURA, R. & CARDOSO, J. L. (2014) – Carlos Ribeiro (1813-1882) e as antas de Belas: um contributo para a História da Ciência em Portugal no século XIX. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 21, p. 35-80.

BONSTETTEN, Baron de (1865) – *Essai sur les dolmens*. Genève: Imprimerie de Jules-Guillaume Fick.

CARDOSO, J. L., ed. (2013) – *Manuel Heleno pioneiro do ensino e da investigação arqueológica em Portugal (1923-1964)*. Lisboa: Museu Nacional de Arquelogia/Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

CARDOSO, J. L. (2017) – O mais antigo registo conhecido da escavação de uma estação pré-histórica em Portugal. São Torpes e a sua sepultura da foz da ribeira da Junqueira (Sines). *Al-Madan*. Série II, 21, p. 132-141.

CENÁCULO, M. (1949) – Sisenando mártir e Beja sua pátria. *Arquivo de Beja*. Beja. 6 (3/4), p. 426-463.

CHAVES, L. (1917) – Sobrevivências neolíticas de Portugal. Vestígios líticos, em concordância ou paralelismo, e na toponímia. *Arquivo da Universidade de Lisboa*. Lisboa. 4, p. 55-81.

CHAVES, L. (1951) – As antas de Portugal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série 2, 1, p. 95-115.

COELHO, J. (1912) – *A Préistòria e o seu ensino Mamaltar de Vale de Fachas*. Famalicão: Typographia Minerva.

CORRÊA, A. A. Mendes (1947) – Histoire des recherches préhistoriques en Portugal. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 11 (1/2), p. 115-170.

CORREIA, V. (1913) – As antas. *Ilustração Portuguesa*. Lisboa. 369, p.350-352.

COSTA, António Carvalho da (1706) – *Corografia portugueza e descripçam topografica do famoso Reyno de Portugal*. Tomo primeyro. Lisboa: mna oficina de Valentim da Costa Deslandes.

COSTA, F. A. Pereira da (1868) – *Descripção de alguns dolmins ou antas de Portugal*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias.

DAMASIO, Fr. Manuel de S. Caetano (1793) – *Thebaida portugueza: compendio histórico da congregação dos monges pobres de Jesu Christo da Serra de Ossa*. Lisboa: Officina de Simão Thadeu Ferreira.

DEUS, M. (2016) – "Quando o objecto desafia a curiosidade": a actividade arqueológica de Cenáculo e seus colaboradores em Santiago do Cacém. In DEUS, M. de, *Dom Frei Manuel do Cenáculo Itinerários por Santiago do Cacém*. Santiago do Cacém: União de Freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra, p. 65-84.

DEUS, M.; MATIAS, J. & VALE, F. (2016) – D. Fr. Manuel do Cenáculo: percursos por Santiago do Cacém. In *Dom Frei Manuel do Cenáculo Itinerários por Santiago do Cacém*. Santiago do Cacém: Junta de Freguesia da União de Freguesas de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra, p. 29-40.

ESPANCA, Padre J. J. Rocha (1894) – *Estudos sobre as antas e seus congéneres*. Vila Viçosa: Typ. particular do autor e editor.

FABIÃO, C. (2016) – Os altares dos "primeiros povoadores da Lusitânia": visões do megalitismo ocidental. *Estudos em Homenagem a Victor S. Gonçalves*. Lisboa: Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, p. 45-67 (Estudos & Memórias, 9).

FERREIRA, O. da Veiga; LEITÃO, M. & NORTH, C. T. (1980) – Breves apontamentos sobre as antas-capela em Portugal. *Estudos Italianos em Portugal*. Lisboa. 40/42, p. 119-126.

GOMES, J. Ferreira (1964) – *Martinho de Mendonça e a sua obra pedagógica*. Coimbra: Universidade de Coimbra, Instituto de Estudos Filosóficos.

HÜBNER, E. (1872) – Noticias archeologicas de Portugal. *Memorias da Academia Real das Ciências de Lisboa*. Lisboa. Nova Série, 4 (1), p. 1-110.

KALB, P. (1980) – O "Bronze Atlântico" em Portugal. Guimarães: *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*. 1, p. 113-120.

MATALOTO, R. (2019) – Valdanta: o vale da anta que nunca foi… *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 22, p. 31-42.

MATALOTO, R. (2020) – Antas e seus congéneres: algumas reflexões em torno do megalitismo a partir da aba sul da serra d´Ossa. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 27, p. 141-180.

MENDONÇA, Martinho de (1733) – Noticias da conferencia que a Academia Real da Historia Portugueza fez em 30 de Julho de 1733. *Documentos e Memorias da Academia Real da Historia Portugueza*. Lisboa Occidental: Na oficina de Joseph Antonio da Sylva.

MENDONÇA, M. de (1734) – *Apontamentos para a educação de hum menino nobre, que para seu uso particular fazia Martinho de Mendonça de Pina e de Proença*. Lisboa Occidental: na oficina de Joseph Antonio da Sylva.

MORTILLET, G. (1866) – *Le signe de la croix avant le Christianisme*. Paris: Ch. Reinwald.

NOTICIAS (1734) – Noticias da conferenia que a Academia Real da Historia Portugueza fez no primeiro de Abril de 1734. *Documentos e Memorias da Academia Real da Historia Portugueza*. Lisboa Occidental: Na oficina de Joseph Antonio da Sylva.

OLIVEIRA, J.; SARANTOPOULOS, P. & BALESTEROS, C. (1997) – *Antas-capelas e capelas junto a antas no território português*. Lisboa: Edições Colibri.

PAÇO, A. do (1958) – A Academia Real da História Portuguesa e a sua lei de protecção a monumentos arqueológicos. *Anais da Academia Portuguesa da História*. Lisboa. Série 2, 8, p. 29-40.

RAU, V. (1952) – La toponymie et le peuplement du Portugal aux temps préhistoriques. *Compte-Rendu du XVI Congrès International de Géographie*. Lisboa: Centro Tip. Colonial, p. 213-217.

SANTOS JÚNIOR, J. R. (1934) – As pinturas prè-históricas do Cachão da Rapa. *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*. Porto. 6(3), p. 185-222.

SANTOS, M. Farinha dos (1987) – Os estudos de Pré-História e Arqueologia na Academia Portuguesa da História. *Cinquentenário da Academia Portuguesa da História*. Actas. Lisboa: Academia Portuguesa da História, p. 313-332.

SÉBILLOT, P. (1902) – Le culte des pierres en France. *Revue de l´École d´Anthropologie*. Paris. 12, p. 176.

SERRÃO, J. V. (1974) – *Viagens em Portugal de Manuel Severim de Faria 1604-1609-1625*. Lisboa: Academia Portuguesa da História.

SERRÃO, V. (2015) – *Arte, religião e imagens em Évora no tempo do Arcebispo D. Teotónio de Bragança, 1578-1602*. Óbidos: Fundação da Casa de Bragança.

SILVA, C. T. & SOARES, J. (1981) – *Pré-História da Área de Sines*. Lisboa: Gabinete da Área de Sines.

SILVA, J. da (1887) – Explicação da estampa n.º 77. *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*. Lisboa. Série 2, 5 (5), p. 78-80.

VASCONCELOS, J. Leite de (1897) – *Religiões da Lusitânia*. Volume 1. Lisboa: Imprensa Nacional.

VASCONCELOS, J. Leite de (1912) – Le peuplement du Portugal aux temps préhistoriques. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 17, p. 255-265.

VELHO, E. de Lis (1746) – *Exemplar da constancia dos martyres em a vida do glorioso S. Tórpes.* Lisboa: na oficina de Miguel Manescal da Costa.

VITERBO, Frei J. de Santa Rosa (1798, 1799) – *Elucidario das palavras, termos, e frases que em Portugal antiguamente se usárão*. Tomo Primeiro (e Tomo Segundo). Lisboa. Na Typographia Regia Silviana.

IV

EM BUSCA DAS NOSSAS ORIGENS PRÉ-HISTÓRICAS: UMA RESENHA DA HISTORIOGRAFIA PORTUGUESA [1]

A temática, difícil e de tratamento sempre incompleto, que me propus tratar, cruza-se com as grandes ideias filosóficas e políticas que, desde o século XVI, influenciaram os sucessivos autores que abordaram, nas suas obras, de finalidades e naturezas muito destintas, as origens do povo português.

André de Resende, que foi o primeiro humanista português a discutir esta ideia, utilizou o vocábulo "Lusíadas" como sinónimo de Portugueses em 1531, repetindo-o em 1534. Finalmente, nas suas "Antiguidades da Lusitânia" iria sustentar com evidências materiais, de que "somos sucessores e descendentes dos Lusitanos" conceito este que segundo Herculano "passou a crença nacional" (HERCULANO, 1846, 1, p. 40). Resende, ao estudar numerosas inscrições romanas que pacientemente recolheu e publicou, em especial na região de Évora (RESENDE, 1593), onde vivia, não resistiu à tentação de criar outras, com conteúdos por si elaborados, com o intento de valorizar a superioridade moral dos Lusitanos perante os Romanos, que os subjugaram. Algumas dessas inscrições ainda podem apreciar-se no museu de Évora, não devendo confundir-se com simples falsificações para glória de quem as publicou, mas antes como expressão da afirmação do patriotismo "lusitano" numa época em que já era evidente o declínio do império.

Note-se que a primeira edição desta obra, impressa em Évora, remonta a 1593 já depois da perda da independência e do falecimento do seu autor.

A utilização da palavra "Lusitanos", como sinónimo de portugueses, remonta, tanto quanto se pode concluir, a 1473, quando o bispo de Évora, D. Garcia de Meneses, numa oração recitada perante o Papa Sixto IV numa sua intervenção pública em Roma, fixou aquela designação para o futuro, já plenamente arreigada, tanto no espirito erudito como no popular, no decurso do século seguinte, como bem demonstra o nome da obra maior na nossa literatura: "Os Lusíadas" de Luís de Camões.

Foi também essa a época em que o cronista-mor do reino Frei Bernardo de Brito (1569-1617) compôs a sua obra monumental "Monarchia Lusitana", eivada de considerandos fantasiosos e de origem não histórica que tiveram os seus seguidores até tarde. No seu livro primeiro refere que, no ano 400 do dilúvio correspondente ao ano 2056 da criação do mundo ou 906 antes do nascimento de Cristo, se reportam os feitos d'el Rei Brigo, senhor de Espanha e do particular amor que teve aos Lusitanos tendo no seu território fundado muitas cidades *"onde a memória deste rei foi mais celebrada, porque a todos os povos, que fundavam novamente, lhes davam o nome de Briga. Como são no Reyno do Algarve Lacobriga, junto donde agora está a villa de Lagos, Cetobriga, perto de Setuval, Conimbriga, cidade famosissima, & huma das mais principais de Lusytania, onde as sciencias estão florentissimas, & a fazem huma segunda Athenas; a quem devemos todos os Portugueses a honra*

---

[1] CARDOSO, J. L. (2025) - Em busca das nossas origens pré-históricas. Uma resenha da historiografia portuguesa. Al-madan. Almada. Série II, 28, p. 146-153. Modificado.

& fama, que temos entre as nações estrangeiras." (BRITO, 1806, p. 67). Sem nos determos sobre outros considerandos fantasiosos de semelhante teor, comuns em escritores dos séculos XVII e XVIII em resultado das interpretações pretensamente eruditas que faziam dos escassos relatos de época que nos chegaram, avultam dois nomes que importa relembrar por razões opostas: o primeiro, é o de Frei Henrique de Santo António. Nas suas "Crónicas dos Eremitas da Serra d'Ossa" (Fig. 1) publicadas em 1745, interpretou a existência das antas existentes naquele lugar como correspondendo a lugares sacrificiais: *"E estas Antas he certo, que erão as aras, ou altares, em que os vencedores passada a batalha offerecião sacrifício a seus Deoses em gratificação da vitória alcançada (...)"* (SANTO ANTÓNIO, 1745, p. 82). A passagem transcrita evoca um tempo ainda muito longe do pensamento histórico-arqueológico, mas já em que as evidências materiais facilmente observadas no terreno suportavam as interpretações então possíveis. É neste contexto que sobressai, na mesma época, mas por razões opostas, o segundo autor que importa destacar. Trata-se de Martinho de Mendonça de Pina e de Proença Homem, que apresentou a 30 de julho de 1733 Conferência sobre a antiguidade dos dólmens no território português, publicado nesse mesmo ano nas memórias da Academia Real da História Portuguesa (Fig. 2). O texto, já estudado em detalhe pelo signatário (CARDOSO, 2022), revela um pensamento pré-científico, ao rejeitar a associação dos monumentos megalíticos aos Lusitanos, ao contrário do que faziam antes dele, a generalidade dos autores portugueses. Com efeito, a análise das superfícies dos enormes blocos que o constituem os dólmenes por ele directamente observados, levou o erudito académico a rejeitar a possibilidade de terem sido utilizados instrumentos de ferro reportando-os,


CHRONICA
DOS
EREMITAS
DA SERRA DE OSSA
TOMO PRIMEIRO
D. JOAO V.
NOSSO SENHOR
CARDEAL DA MOTTA
Fr. HENRIQUE DE SANTO ANTONIO
LISBOA

Fig. 1 – Folha de rosto e ilustração da "Crónica dos eremitas da serra de Ossa" (SANTO ANTÓNIO, 1745). Exmeplar e foto de João Luís Cardoso.


Num. XVI.
NOTICIAS
DA
CONFERENCIA,
QUE A ACADEMIA REAL
da Hiſtoria Portugueza fez em 30.
de Julho de 1733.

Fig. 2 – Primeira página da Conferência apresentada à Academia Real da História Portuguesa a 30 de julho de 1733 por Martinho de Mendonça de Pina e de Proença Homem e nesse mesmo ano publicada (MENDONÇA, 1733). Exemplar da Academia Portuguesa da História, foto de João Luís Cardoso.

em alternativa, a comunidades judaicas muito mais antigas, fixadas no território português, dado que, conforme nos informa o Antigo Testamento, na construção dos templos e altares judaicos estava interdita a utilização de instrumentos de ferro, como de facto aquelas superfícies comprovavam. Trata-se da primeira vez em que a análise de uma situação concreta, por via da aplicação do método da observação, resultou em uma conclusão científica, ainda que esta se encontrasse balizada pelo quadro conceptual da época. A situação só muito lentamente viria a mudar, tendo sido necessário esperar mais de um século para que tal se verificasse.



Fig. 3 – Busto de Alexandre Herculano, na cidade de Santarém. Foto de João Luís Cardoso.

Entretanto, grassava por toda a Europa a "Celtomania" que só em meados do século XIX começou a perder força. Data dessa época (1846) a publicação do primeiro volume da História de Portugal de Alexandre Herculano (Fig. 3). O objectivo do grande historiador foi o de estabelecer *"os quadros sócio-jurídicos do Estado Português nos sécs. XII e XIII através da documentação escrita (...)"* (MACEDO, 1970, p. 10). De facto, como bem salientou Jorge Borges de Macedo, a discussão de questões anteriores à Nacionalidade, como as influências fenícias e cartaginesas, a questão do despovoamento (ermamento) e a destruição ou substituição de populações, é elaborada sem recorrer a dados arqueológicos, o que não significa um desprendimento de Herculano em relação à Arqueologia. Simplesmente, tais dados não existiam à época, até porque a Arqueologia, à data da 1.ª edição da sua História de Portugal estava ainda nos seus primórdios, sendo *"mais uma curiosidade que uma técnica ordenada de trabalho."* (op. cit., p. 12). Mas a prova de que Herculano era sensível a utilizar os argumentos da Arqueologia, existissem eles à época, é a sua afirmação de que *"o verdadeiro mister da história é "averiguar qual foi a existência das gerações que passaram"* (HERCULANO, 1846, 1, p. 7).

Herculano, não obstante ter negado a relação entre Lusitânia e Portugal, soube reconhecer o significado dos castros do Norte de Portugal, admitindo que dessas *"cabanas circulares construídas de pedras soltas" muito se poderia tirar para apreender o passado."* (MACEDO, 1970, p. 21). Mas, como as regras que conhecia não podiam ser aplicadas a esse tipo de documentos materiais, para ele, era uma exigência científica não os utilizar.

Diz Herculano: *"Temos examinado as relações que se poderiam dar entre nós e aquela porção de tribos célticas denominadas os lusitanos. – Qual é o resultado de tudo o que fica dito? – que é impossível ir entroncar com elas a nossa história ou delas descer logicamente a esta. Tudo falta: a conveniência de limites territoriais, a identidade da raça, a filiação da língua, para estabelecermos uma transição natural entre esses bárbaros e nós."* (HERCULANO, 1846, 1, p. 46)

Impunha-se fazer uma revisão das ideias de Herculano e ultrapassar as suas críticas, o que só seria possível recorrendo a novos dados. *"E foi à procura desses elementos (…) que a Arqueologia em Portugal dedicou, durante muito tempo, os seus esforços. Para isso não poderia deixar de ser cientificamente concebida e praticada."* (MACEDO, 1970, p. 18); a súmula apresentada por Fernando de Almeida no ciclo das comemorações do 1.º centenário da morte de Alexandre Herculano levadas a cabo pela Academia Portuguesa da História dá uma pálida ideia dos progressos realizados desde então em tal domínio (ALMEIDA, 1977).



Fig. 4 – Medalha de prata com a efígie de José Leite de Vasconcelos, da autoria do escultor Raul Xavier, executada em 1958 por ocasião dos 90.º aniversário do seu nascimento ((7-8-1858) e do 5.º aniversário da sua nomeação para professor de numismática. Arquivo e foto de João Luís Cardoso.

Com efeito, para suprir aquelas afirmações, que resultavam simplesmente da falta de informação, avultou, em primeiro lugar, José Leite de Vasconcelos (Fig. 4); as "Religiões da Lusitânia", escritas com base na investigação nova por ele realizada, sobretudo no terreno constituía primeira resposta cabal à critica de Herculano. Ao referir as populações que habitavam o vale da ribeira de Muge no Mesolítico Final, declarou que foram aqueles humildes povos, a par dos que lhes sucederam no Neolítico *"os nossos mais antigos avós. D´elles proviemos physica ou moralmente. Humildes, digo, mas nem por isso menos dignos de que lhes tributemos a glória eterna, pois na sua humildade forão heroes, forão os precursores da civilização de que gozamos (...). "Elles povoarão pela primeira vez o território em que nascemos; os seus castros roqueiros derão origem ás nossas aldeias, ás nossas villas, às nossas cidades: Cale, Aeminium, Collipo, Scallabis, Olisipo… de certo constituirão primitivamente mesquinhos logarejos entaliscados no coruto dos outeiros (…)"* (VASCONCELOS, 1897, p. 67, 68). Mais tarde, em 1923, publicou resumo do primeiro capítulo do segundo volume da "Etnografia Portuguesa", a outra obra maior da bibliografia leiteana, cujo primeiro volume só foi impresso dez anos depois (VASCONCELOS, 1933). A propósito das origens do povo português, declarou então o seguinte: *"a origem do povo português ascende à época lusitana. Os elementos étnicos primordiais ou fundamentais que o compõem são prehistoricos e protohistoricos (uns e outros muito variados e misturados), aos quais no processo do tempo se agregaram elementos romanos (igualmente muito complexos) e germânicos."* (VASCONCELOS, 1923, p. 1).

Esta perspectiva conduz a abordar a difícil questão da etnogénese dos Lusitanos sobre a qual tanto se tem escrito. Poderíamos mesmo fazer um colóquio sobre tal matéria, e muito ainda iria ficar por concluir.

Martins Sarmento (Fig. 5) que, antes de Leite de Vasconcelos, abordou esta questão, considera que os Lusitanos seriam formados por um grupo de velhas tribos de origem ariana que se manteve no noroeste peninsular com a sua língua e costumes até à conquista romana. Esta visão, sumarizada em 1880 (SARMENTO, 1880), 145 anos depois, mantém-se actual na sua essência.

Já no século XX, são de destacar os contributos de Mendes Corrêa que, em 1924, publicou obra de grande divulgação e aceitação, "Os Povos Primitivos da Lusitânia". Na senda de Leite de Vasconcelos, considerou que

os Lusitanos seriam o resultado *"da evolução das populações indígenas do território mestiçadas mais ou menos por elementos estranhos, entre os quais os Celtas possivelmente com nova penetração de sangue dos Iberos da Ibéria ss (...)"* (CORRÊA, 1924, p. 138, 139).

Adolf Schulten, que recorreu às fontes clássicas, a par das informações arqueológicas, parece oscilar entre o iberismo e o celtismo desde as suas primeiras obras publicadas. Em 1940, reflectindo a onda nacionalista da época, produziu ensaio dedicado ao caudilho lusitano, situando aquele povo, como desde muito antes sempre defendeu, desde o Guadiana ao Douro, diferenciados dos *Celtici* do sudoeste com base em autores clássicos como Políbio, Estrabão e Diodoro (SCHULTEN, 1940) (Fig. 6). Tal tem sido também o critério seguido pela generalidade dos autores portugueses.

Data também da década de 1920 a primeira síntese de Pedro Bosch Gimpera (Fig. 7) sobre a Etnografia pré-histórica da Península Ibérica (BOSCH GIMPERA, 1922), seguida por outras obras ulteriores, de que deve ser destacada a publicada em 1945 (BOSCH GIMPERA, 1945). Nela, admite os Lusitanos como um povo ibérico, oriundo da área mediterrânea da Espanha donde teriam emigrado em data anterior ao século VI a.C. visto que, para ele, já são citados na "Ora Marítima", obra baseada em périplo massaliota do século VI a.C., compilada no século IV d. C. por *Rufius Festus Avienius*.

Trata-se da tão discutida expressão "pernix ligus" ou "lusis", em que alguns autores vêem uma referência aos antepassados dos Lusitanos, ou aos próprios Lusitanos, como é o caso de Mendes Corrêa (1924) e de Justino Mendes de Almeida (ALMEIDA, 1967), que também aceita naquele passo a alusão aos Lusitanos mas



Fig. 5 – Francisco Martins Sarmento (1833-1899). In Ilustração Portuguesa, 1904.



Fig. 6 – Capa do opúsculo "Viriato", de Adolf Schulten (1940). Arquivo e foto de João Luís Cardoso.

sugere, por razões métricas a emenda para "Lycis". Bosch Gimpera, na sua última obra de síntese dedicada à Etnogénese dos antigos povos peninsulares (BOSCH GIMPERA, 1974) admite que os Lusitanos eram populações indígenas com origem pré-histórica, no Neolítico e no Calcolítico do Ocidente Peninsular, região onde de facto se assinalam particularidades no registo arqueológico que a individualizam. Assim é com a distribuição dos monumentos dolménicos realidade bem evidenciada por Bosch Gimpera desde 1922 (Fig. 8), aos quais foi desde cedo reconhecida identidade própria, ainda que erroneamente filiada no Mediterrâneo oriental (DANIEL, 1941) (Fig. 9). Tais monumentos têm fornecido, especialmente na região alentejana, largas centenas de placas de xisto decoradas (Fig. 10), produções de natureza simbólica que reforçam a identidade cultural daquela região entre os finais do 4.º milénio a.C. e os meados do milénio seguinte (LILLIOS, 2008) (Fig. 11). Às placas de xisto somam-se os chamados



Fig. 7 – Pedro Bosch Gimpera (1891-1974).

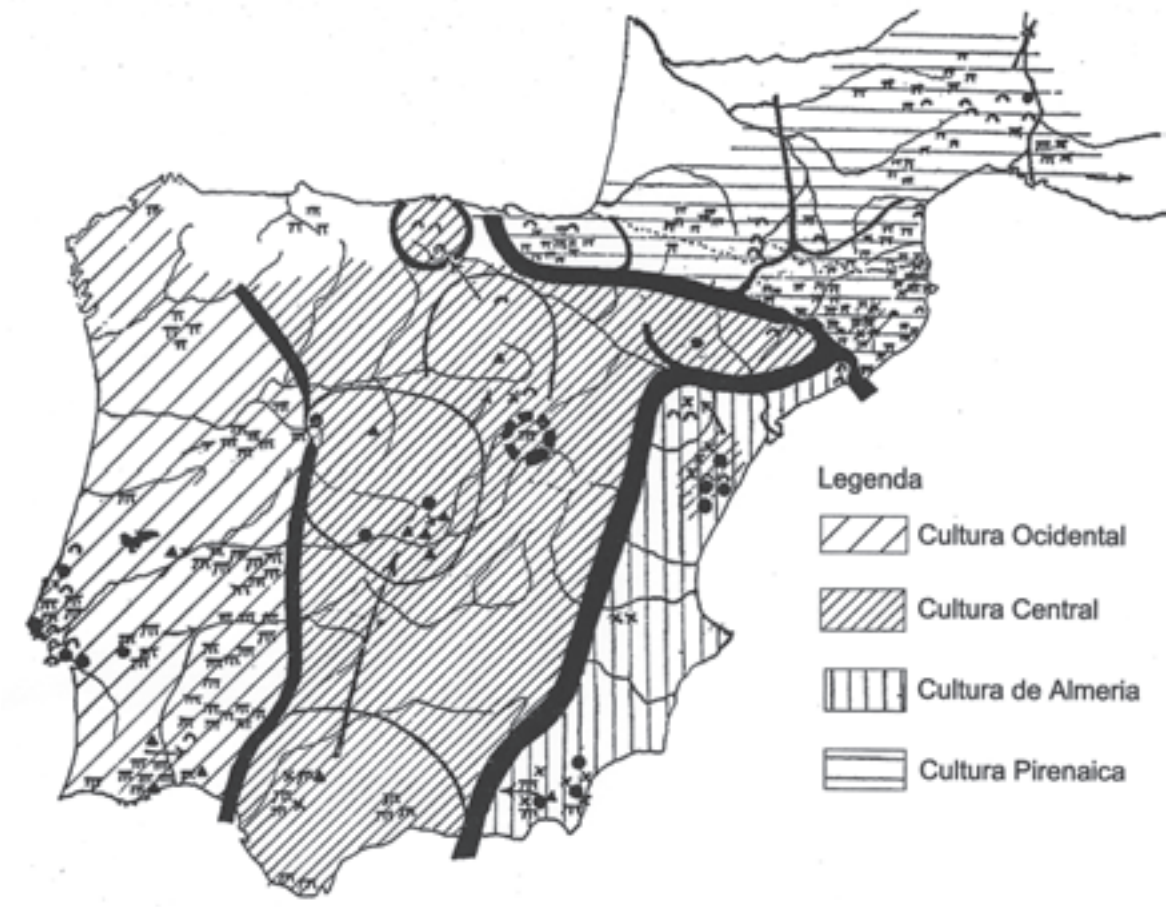


Fig. 8 – Delimitação da "Cultura Dolménica Ocidental", seg. P. BOSCH GIMPERA, 1922.



Fig. 9 – Génese do megalitismo do "Grupo Lusitaniano" supostamente nos *tholoi* cretenses da Idade do Bronze. Seg. GLYNN DANIEL, 1941.

báculos de xisto (Fig. 12), de expressão geográfica mais restrita e com evidentes incidências sociais, que reforçam a identidade cultural própria da bordadura do centro-oeste peninsular (CARDOSO, 2021) (Fig. 13).

A esta visão localista sobre as origens pré-históricas dos Lusitanos, contrapôs-se Scarlat Lambrino (LAMBRINO, 1957), que defendeu origem céltica indo-europeia e alóctone para os Lusitanos na região alpina baseado em argumentos toponímicos e antroponímicos.

Na verdade, tem sido de há muito admitida a chegada ao Ocidente Peninsular de populações Célticas portadoras da "cultura dos Campos de Urnas" praticando incinerações. A primeira vaga reportada ao Bronze Final e aos inícios do primeiro milénio a.C., encontra-se corporizada no território português pelas necrópoles do Tanchoal e do Meijão na região de Alpiarça e, mais a montante, no vale do Tejo pela incineração em contexto doméstico no Monte de S. Domingos, no Tejo Internacional (CARDOSO, CANINAS & HENRIQUES, 1998) (Fig. 14), a que se somam outras necrópoles de incineração, da mesma época, conhecidas na região de Viseu. Essas ocorrências corporizam de facto a chegada de populações oriundas, via Catalunha, da Europa Central.

Em meados do 1.º milénio a.C., e com a mesma origem geográfica, novas populações célticas terão chegado ao território português conforme documentam as necrópoles da região de Elvas e de Alcácer do Sal.

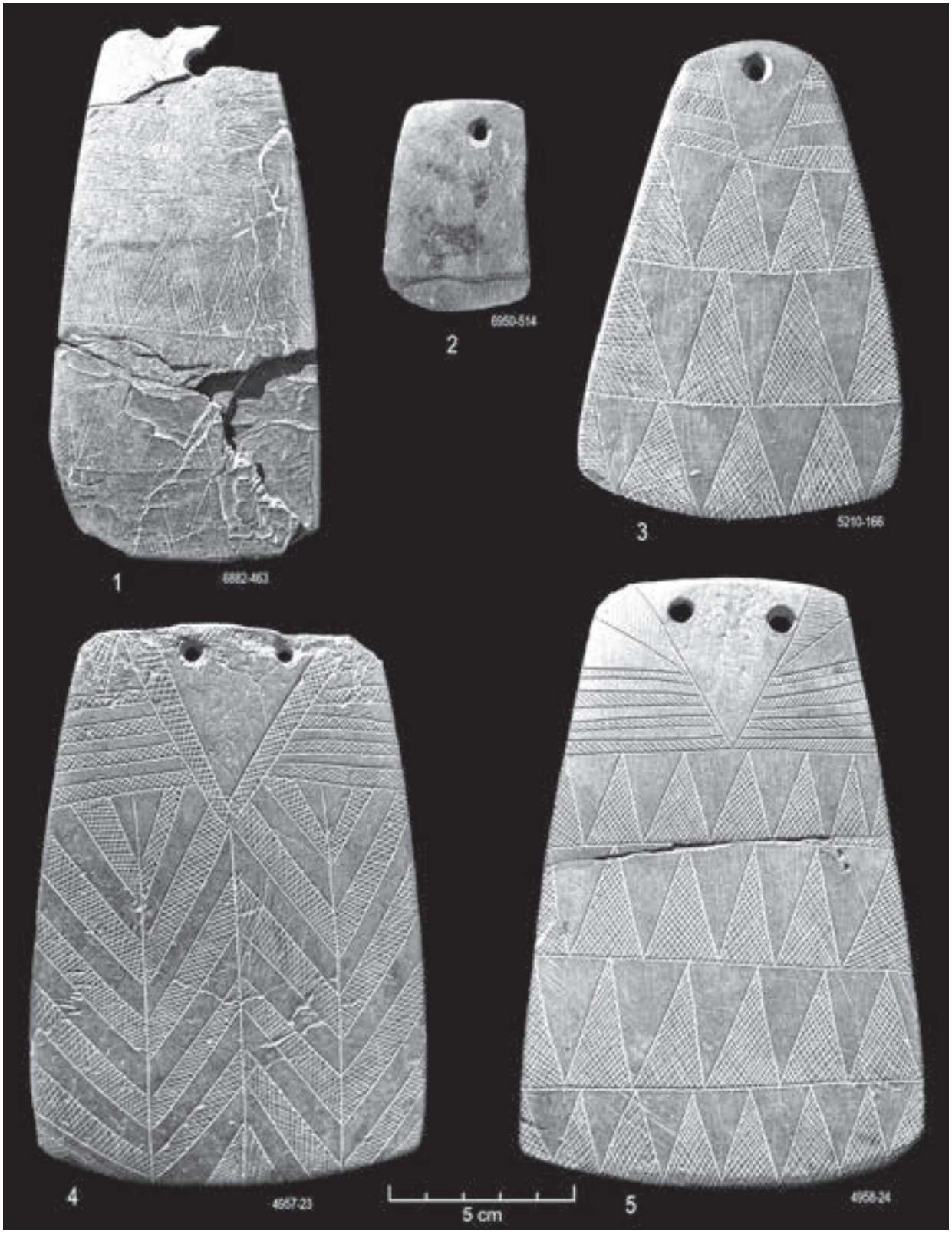


Fig. 10 – Placas de xisto decoradas da gruta artificial de S. Paulo (Almada).
Fotografias de João Luís Cardoso.

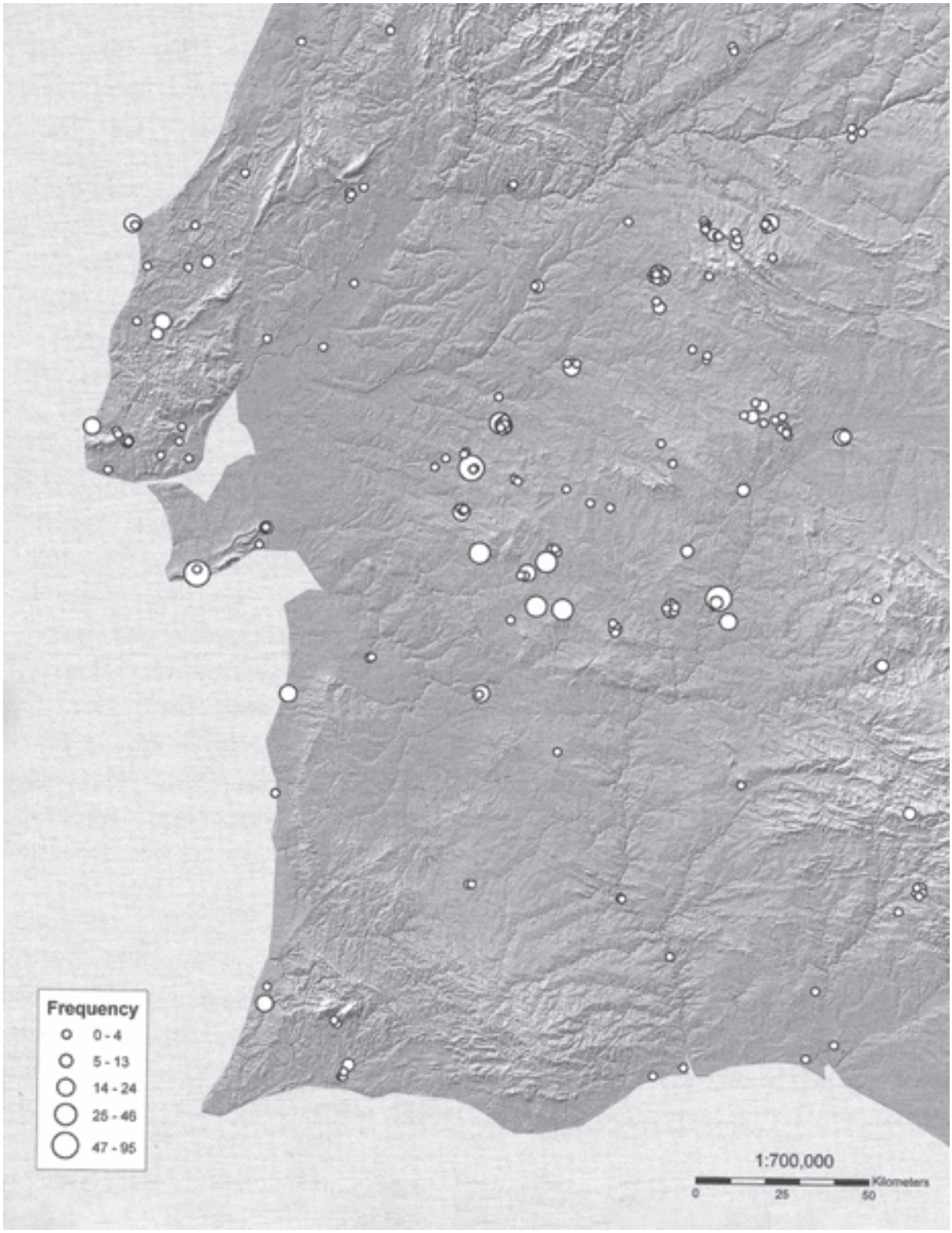


Fig. 11 – Distribuição geográfica das placas de xisto, evidenciando a sua ocorrência quase exclusiva no território português. Seg. LILLIOS, 2008.

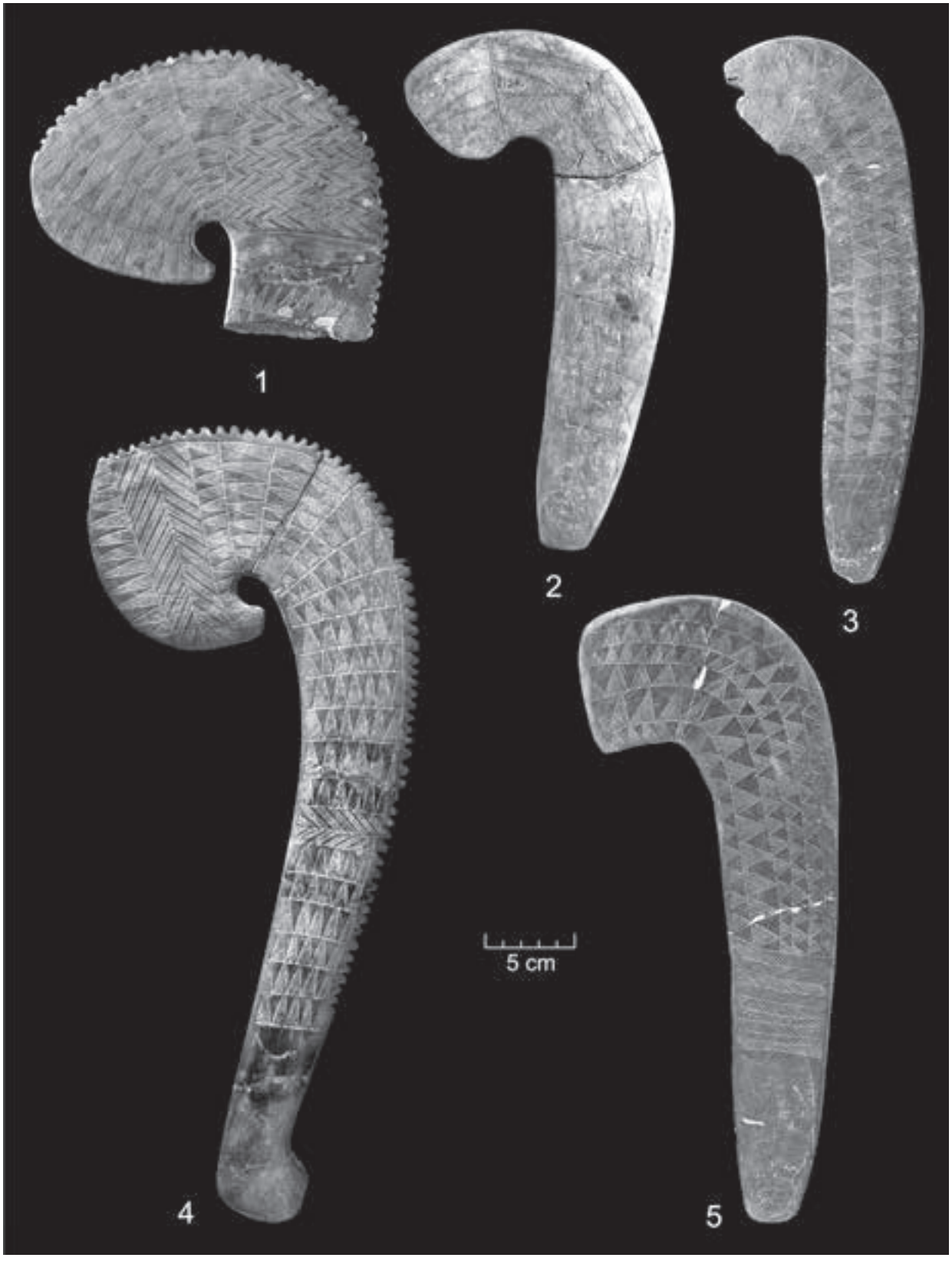


Fig. 12 – Báculos de xisto decorados de diversos monumentos megalíticos alto-alentejanos. Seg. CARDOSO, 2021.

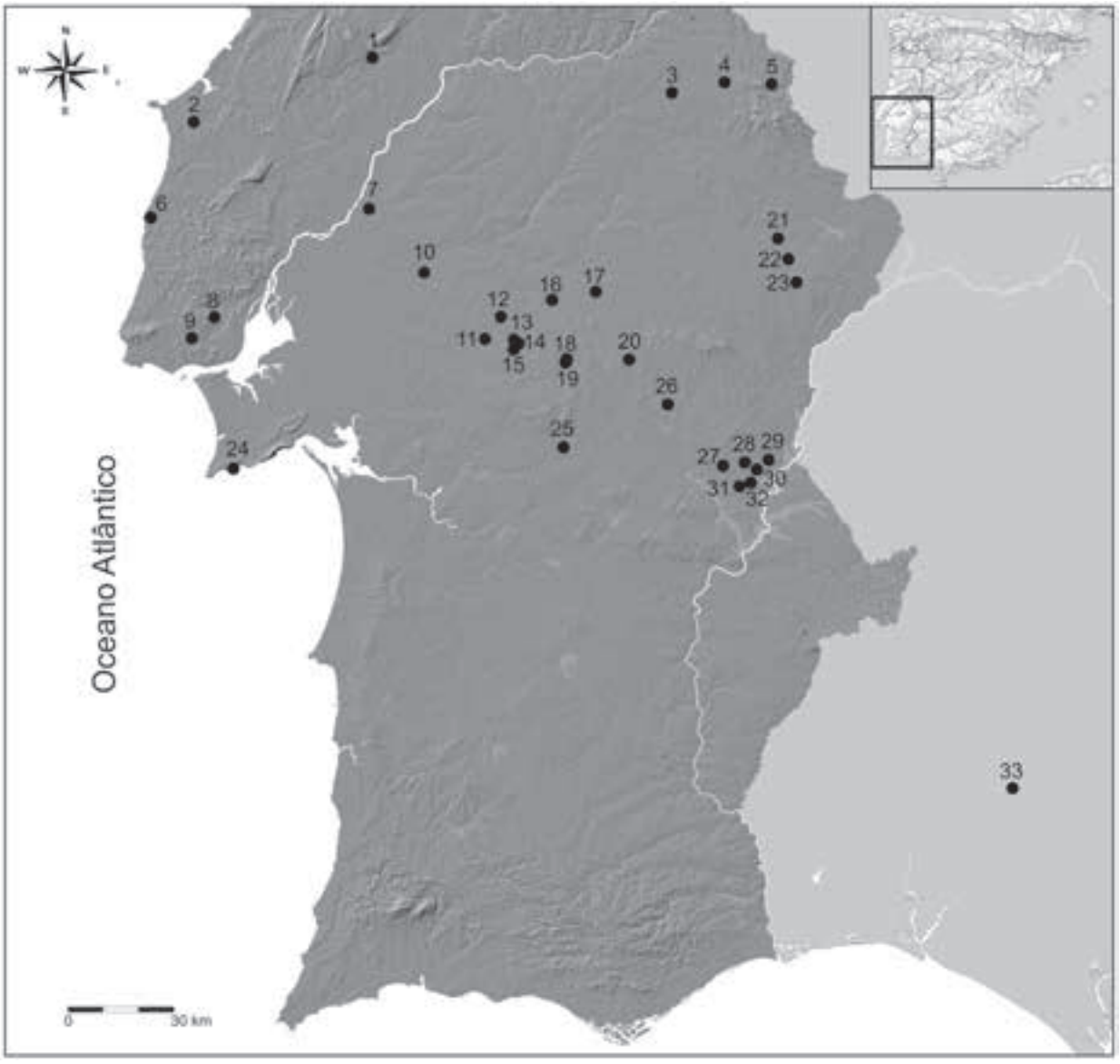


Fig. 13 – Distribuição geográfica dos báculos de xisto, evidenciando a sua ocorrência uase exclusiva no território português. Seg. CARDOSO, 2021.

Tal teoria encontra-se sumarizada graficamente na obra de Pedro Bosch Gimpera de 1939, Two Celtic waves in Spain (BOSCH GIMPERA, 1939), a que Martín Almagro Gorbea faz corresponder uma única vaga migratória, prolongada no tempo, alicerçada em investigação pessoal sobre a etnogenia dos povos peninsulares que o Autor, desde há meio século, vem desenvolvendo (ALMAGRO GORBEA, 2023).

Aquela perspectiva tem sido seguida por outros estudiosos, que não confundem, e bem, a presença de populações célticas no território hoje português com os Lusitanos, que já cá estavam aquando daquelas chegadas, os quais foram então confrontados com estas novas presenças.

Os Lusitanos seriam, pois, *"povos pré-celtas que sofreram a influência celta"* (CORRÊA, 1924, p. 303). Mas o significado real desta designação continua a ser objecto de discussão, não se encontrando, por exemplo, registado o seu nome no conjunto dos *populi* que contribuíram para a construção da ponte de Alcântara,



Fig. 14 – Cabana do Bronze Final do Monte de S. Domingos, no Tejo Internacional, contendo uma urna cinerária enterrada no interior da habitação, ilustrando a progressão da tradição deste tipo de tumulação ao longo do vale do Tejo. Escavações e fotografia de João Luís Cardoso.

sobre o Tejo, em plena Lusitânia romana, no reinado de Trajano entre 102 e 104 d.C., cuja inscrição original se conservou (ALARCÃO, 1991) (Fig. 15). Assim, a designação de "Lusitanos", poderia ter sido dada pelos romanos a um conjunto de diversos *populi* da Beira Interior, ou, inversamente, a um "grande povo que, estabelecido na Beira, em diferentes territórios, se teria cindido em diferentes *populi* que teriam adquirido designações próprias e particulares", sendo ambas as hipóteses aceitáveis para Jorge de Alarcão (ALARCÃO, 1988, p. 47). Em qualquer caso, terá sido o poder e o prestígio desta formação social, granjeado pelo sucesso das lutas travadas contra o invasor romano, que justificou, da parte destes, a fixação do seu nome entre todos os outros. Tenha-se presente que a língua lusitana ficou registada no alfabeto latino em diversas inscrições rupestres votivas, que abarcam as Beiras e se entendem ao Alto Alentejo das quais a mais célebre é a do Cabeço das Fráguas (Guarda) (Fig. 16).

Enfim, para Amílcar Guerra (GUERRA, 2016, p. 24), "A Lusitânia e os lusitanos apresentam-se como uma realidade pré-romana de longa tradição, cuja origem se discute, mas que se faz geralmente remontar aos inícios do primeiro milénio a.C. "Deste modo, o autor aceita que os primórdios destas populações, estabelecidas em quase todo o actual território português ascenderia ao Bronze Final, tendo presente os testemunhos arqueológicos presentemente conhecidos e publicados.

Com efeito, os testemunhos materiais revelados pela Arqueologia levam a aceitar a origem longínqua das populações lusitanas de entre Guadiana e Douro no Bronze Final as quais teriam, como antepassadas directas, as comunidades neolíticas e calcolíticas que anteriormente habitaram as mesmas regiões. O seu rasto poderia traçar-se desde os finais do 3.º milénio a.C., e aos tempos campaniformes e epicampaniformes,

conforme a perspectiva de Martín Almagro Gorbea, invocando para tal a estela do chefe guerreiro de Longroiva (Fig. 17) e as suas sucedâneas, as chamadas estelas de Guerreiro do Bronze Final, cuja última expressão são, para o referido autor, as estátuas Galaico-Lusitanas do final da Idade do Ferro (Fig. 18), expressão acabada dos chefes heroicizados dos castros do Noroeste peninsular.

Quanto a estes, Armando Coelho Ferreira da Silva (SILVA, 2007) demonstrou que a chamada Cultura dos Castros no Noroeste peninsular teve de facto origem no Bronze Final, conforme evidenciaram as suas escavações no castro do Couto da Pena (Caminha) e na cividade de Terroso (Póvoa de Varzim), correspondendo à sua Fase I. É neste quadro que poderão integrar-se os primeiros vestígios proto-célticos da região. A Fase II,



Fig. 15 – Registo da inscrição existente na ponte romana de Alcântara, elencando os diversos *populi* que contribuíram para a sua construção, no tempo de Trajano. Seg. ALARCÃO, 1991.

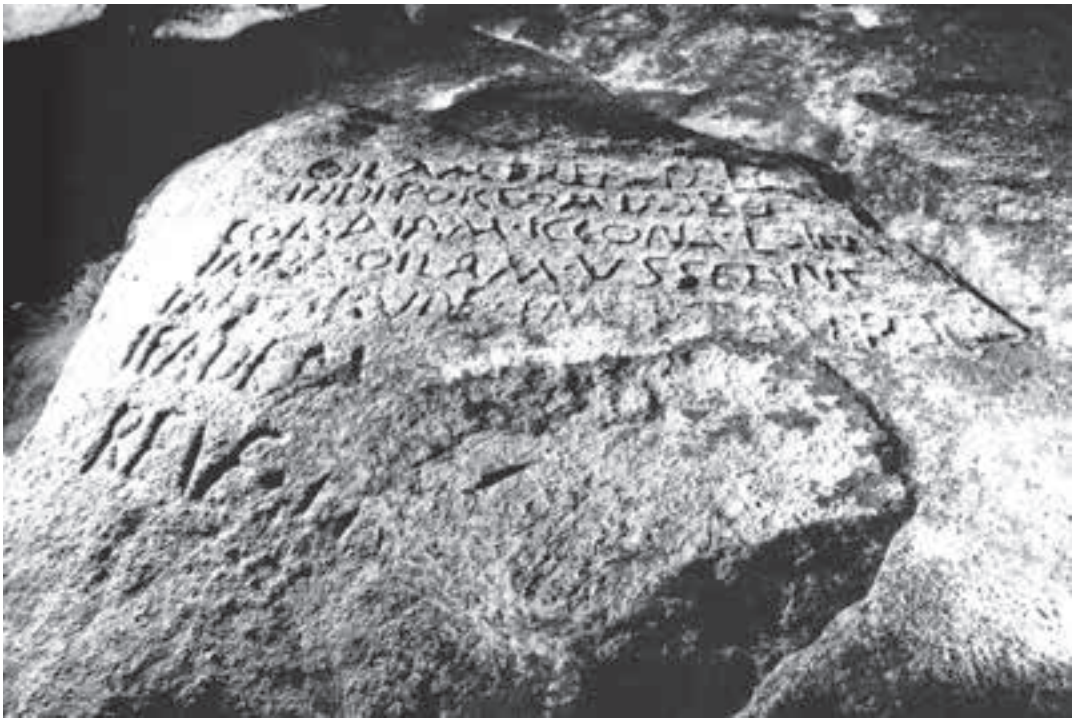


Fig. 16 – Inscrição rupestre votiva lusitana em alfabeto latino de Cabeço das Fráguas, Guarda. Seg. ALMAGRO GORBEA, 2023.



Fig. 17 – Estela epicanpaniforme de Longroiva, representando guerreiro armado de arco, punhal e de uma alabarda na mão direita. Foto arquivo João Luís Cardoso/Manuel Farinha dos Santos.

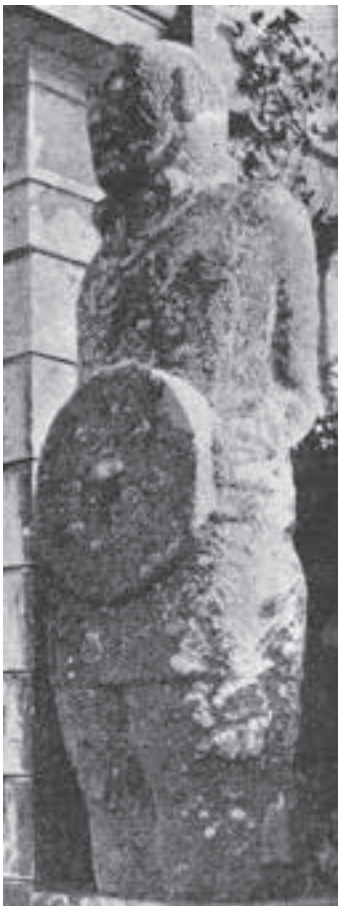


Fig. 18 – Estátua de guerreiro galaico-lusitano de Outeiro Lezenho, Boticas, outrora existente à entrada do Jardim Real da Ajuda (Lisboa) e hoje no Museu Nacional de Arqueologia. Seg. BOSCH GIMPERA, 1932.

iniciada, segundo o referido Autor, em meados do 1.º milénio a.C., absorveu estímulos célticos pós-hallstáticos, bem visíveis na estrutura e decoração de numerosas jóias, que se foram vulgarizando na decoração da cerâmica, a par de produções púnicas, dos séculos IV-III a.C., juntamente com cerâmicas áticas com a mesma cronologia. Enfim, o início da Fase III coincidiria com a campanha de *Decimus Iunius Brutus*, sendo manifesto o ordenamento proto-urbano dos castros, certamente conexo com a reorganização territorial (Citânias de Sanfins e Briteiros e Cividade de Âncora), já no quadro da romanização.

Porém, este ambiente de profundas modificações administrativas e políticas, foi também, ao mesmo tempo, marcado por evidentes continuidades, as quais jamais colocaram em causa a essência destas populações e a existência de particularidades culturais de incidência geográfica: *"se, em bloco, é inegável a integração do Norte de Portugal na unidade cultural do Noroeste peninsular, com a sistematização do conjunto de materiais para o seu estudo tornaram-se mais claros os contornos de uma subunidade meridional centrada no Entre Douro e Minho e que terá pervivido no interior dos limites do convento bracaraugustano (...)."* (SILVA, 2007, p. 465).

Foram estas mesmas populações que, com a romanização desceram aos vales, onde desenvolveram novas actividades económicas, que tiveram, também elas, evidente continuidade, após o fim do império romano, sem embargo da chegada de novos senhores: os que, primeiramente, organizaram o reino suevo, seguidos, a curto

trecho, da afirmação da monarquia visigótica, associada a novas transformações no ordenamento e gestão do território, que persistiram com poucas alterações até ao século XII. Mas, importa sublinhar, tais transformações, como as anteriormente verificadas, desde pelo menos o Bronze Final, fizeram-se sob o signo da continuidade demográfica e cultural.

Não deixa de ser interessante verificar a coincidência em boa parte verificada do breve reino dos Suevos com o território do Condado Portucalense, conforme bem assinalou Oliveira Marques (MARQUES, 1970). De facto, o magistral estudo de Alberto Sampaio, publicado primeiramente em sucessivos números da "Revista de Guimarães", e depois, na Revista "Portugalia" (SAMPAIO, 1903), a que modestamente deu o nome de "*As `Villas´ do Norte de Portugal*" demonstrou que a estrutura da sociedade tardo-romana persistiu por mais de mil anos naquela região, embora os senhores se tenham sucedido. Deste modo parece lícito admitir que, salvaguardadas as contribuições de muitas e diversas origens, o fundo populacional permaneceu, na sua essência, o mesmo.

Mas, se a continuidade das características populacionais desta região parece demostrada desde os primórdios da Cultura Castreja, onde já se evidenciavam algumas particularidades distintivas relativamente à região da Galiza, já a formação do reino de Portugal é uma realidade completamente distinta. Orlando Ribeiro em conferência realizada em 1939 no Centro Cultural de Bruxelas (RIBEIRO, 1939), declarou: *"não há nada em História mais obscuro que identificar a formação de uma nação e o desenvolvimento do sentimento nacional até este se tornar vontade política"*. E é o mesmo autor a observar que *"a vontade dos homens vale muito, mas ao lado existem outras forças mais obscuras, mais persistentes e sobretudo mais permanentes que as contingências da História"*. Para ele, foi o Estado, numa palavra, que criou a Nação aproveitando como elementos catalisadores a individualidade imanente das populações que desde há milénios ocupavam a região mais ocidental da Península Ibérica: *"Portugal possui um pendor atlântico que voltou costas a Espanha para se abrir ao Atlântico. Toda a sua história traz essa marca. Outra marca é o seu isolamento: vai-se lá para ficar, ou para mudar de continente, constituindo a frente marítima o fim do mundo europeu, pelo que o território possui em si as condições para uma vida independente e uma actividade marítima quase necessária"*.

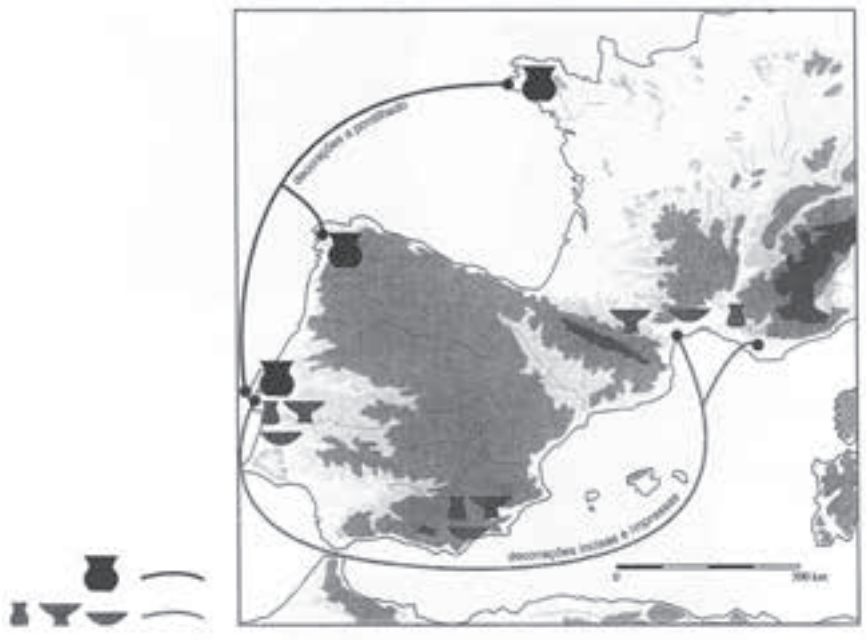


Fig. 19 – Difusão dos vasos campaniformes por via marítima a partir do estuário do Tejo. Seg. SALANOVA, 2000.

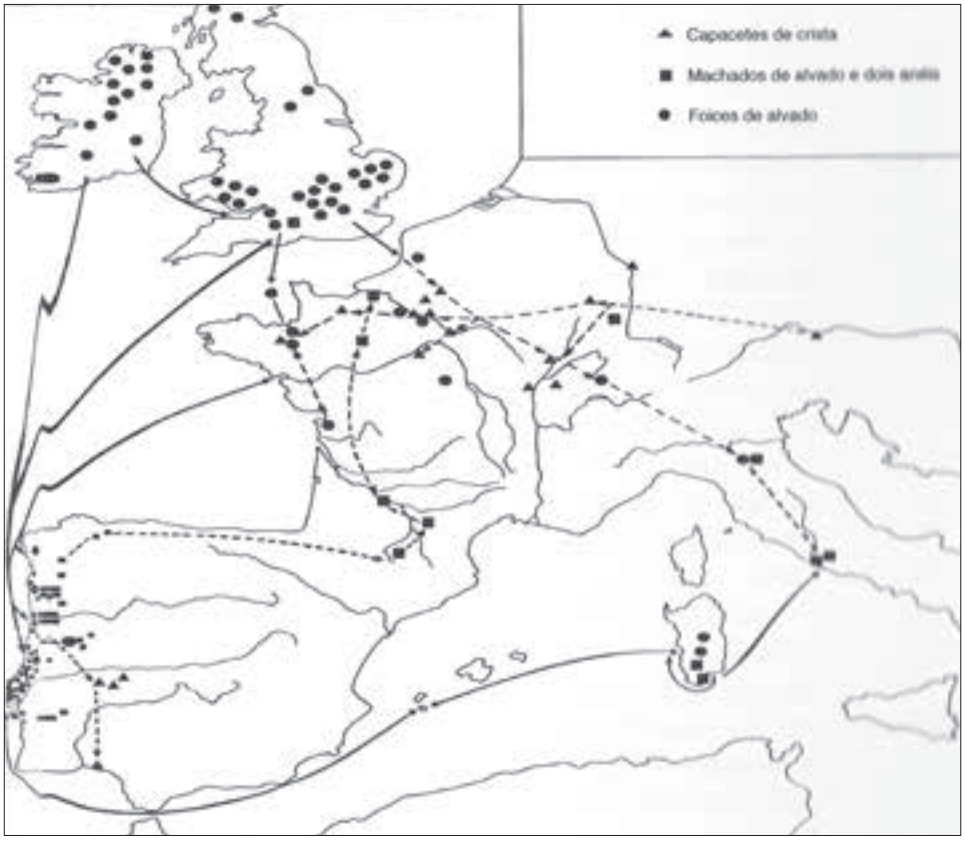


Fig. 20 – Comércio atlanto-mediterrâneo de diversos tipos de artefactos de bronze, assumindo a região do estuário do Tejo importante papel. Seg. COFFYN, 1985.

Com efeito, reforçando a perspectiva de Orlando Ribeiro, e dos que o antecederam, na busca das raízes mais profundas das populações portuguesas, as marcas identitárias das mesmas ascendem pelo menos a meados do 3.º milénio a.C., quando as comunidades campaniformes, então estabelecidas na região do estuário do Tejo, difundiram a produção daquelas cerâmicas, por via marítima especialmente para Norte (Fig. 19). É importante sublinhar que tal realidade teve continuidade, muito mais tarde, no Bronze Final, na viragem do 2.º para o 1.º milénio a.C. (Fig. 20) quando esta mesma região serviu como placa giratória entre o Norte Atlântico e o Sul mediterrânico, difundindo produções metálicas aqui produzidas e recebendo, em contrapartida, produtos manufacturados de ambas oriundos. Era o espírito comercial e mercantilista que emergia, antecedente das grandes navegações oceânicas dos portugueses.

REFERÊNCIAS

ALARCÃO, Jorge de (1988) – Os Montes Hermínios e os Lusitanos. *Livro de Homenagem a Orlando Ribeiro*. Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, 2, p. 41-48.

ALARCÃO, Jorge de (1991) – *O domínio romano em Portugal*. Mem Martins: Europa-América.

ALMAGRO GORBEA, Martín (2023) – Sobre los orígenes de *Lusitania. Estudos Arqueológicos de Oeiras.* Oeiras. 32, p. 249-262.

ALMEIDA, Fernando de (1977) – As origens do povo português e Alexandre Herculano. In *Alexandre Herculano à luz do nosso tempo*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, p. 141-177.

ALMEIDA, Justino Mendes de (1967) – A "orla Maritima" portuguesa num texto do século VO antes de Cristo. *Boletim do Centro de Estudos do Museu Arqueológico de Sesimbra*. Sesimbra. 4, p. 61-64.

BOSCH GIMPERA, Pedro (1922) – Ensayo de uma reconstrucción de la Etnología de la Península Ibérica. *Boletín de la Biblioteca Menendez y Pelayo*. Santander. Año 4, num. 1, p. 11-50; num. 2, p. 104-137; 3, p. 227-281.

BOSCH GIMPERA, Pedro (1932) – Etnologia de la Península Ibèrica. Barcelona: Editorial Apha.

BOSCH GIMPERA, Pedro (1939) – Two celtic waves in Spain. *Proceedings of the British Academy.* London 26, 126 p. (separata).

BOSCH GIMPERA, Pedro (1945) – *La formacion de los pueblos de España.* . Mexico: Imprenta universitaria.

BOSCH GIMPERA, Pedro (1974) – *Paleontología de la Península Ibérica: colección de trabajos sobre los celtas, iberos, vascos, griegos y fenicios*. Graz: Akademische Drck.

BRITO, Frei Bernardo de (1806) – *Monarquia Lusitana*. Livro primeiro. In Colecção dos principais autores da História Portuguesa, publicada com notas pelo director da Classe de Literatura da Academia Real das Ciências. Lisboa: Na tipografia da mesma Academia, Tomo I.

CARDOSO, João Luís (2021) – Os «báculos» das sociedades agropastoris do Sul do 'território português (último quartel do 4.º milénio/inícios do 3.º milénio a. C.). In P. BUENO RAMÍREZ & Jorge SOLER DÍAZ (coord. cient.), *Ídolos. Olhares milenares. O estado da arte em Portugal.* Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia/Imprensa Nacional, p. 171-199

CARDOSO, João Luís (2022) – A conferência de Martinho de Mendonça de Pina e de Proença Homem de 30 de Julho de 1733 na Academia Real da História Portuguesa, ou o primeiro ensaio pré-científico sobre a antiguidade dos dólmenes. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 30, p, 189-216.

CARDOSO, João Luís; CANINAS, João Carlos & HENRIQUES, Francisco (1998) – Duas cabanas circulares da Idade do Bronze do Monte de São Domingos (Malpica do Tejo, Castelo Branco). *Estudos Pré-Históricos*. Viseu. 6, p. 325 – 345.

COFFYN, André (1985) – *Le Bronze Final atlantique dans la Péninsule Ibérique*. Paris: Diffusion De Boccard.

CORRÊA, Mendes (1924) – *Os povos primitivos da Lusitânia*. Porto: Casa editora de A. Figueirinhas.

DANIEL, Glyn (1941) – The dual nature of megalithic colonisation of Prehistoric Europe. *Procedings of the Prehistoric Society*. Londres. 1 (separata).

GUERRA, Amílcar (2016) – O olhar do outro: Lusitânia pré-romana. In *Lusitânia romana: origem de dois povos*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia/ Imprensa Nacional-Casa da Moeda, p. 24-33.

HERCULANO, Alexandre (1846) – *História de Portugal*. Lisboa. 1.

KALP, P. (1980) – Zur Atlantischen Brozenzeit in Portugal. Germania. 58, p. 25-59.

LAMBRINO, Scarlat (1957) – Les Lusitaniens. *Euphrosyne*. Lisboa. 1, p. 117.

LILLIOS, Katina (2008) – *Heraldry for the dead*. Austin: University of Texas Press.

MACEDO, Jorge Borges de (1970) – Alexandre Herculano e a Arqueologia. *Arqueologia e História.* Lisboa. Série IX, 2, p. 9-2.

MARQUES, A. H. de Oliveira (1973) – Histór i de Portugal. Lisboa: Edições Ágora. 3.ª edição.

MENDONÇA, Martinho de (1733) – Noticias da conferencia que a Academia Real da Historia Portugueza fez em 30 de julho de 1733. *Documentos e Memorias da Academia real da Historia Portuguesa.* Lisboa occidental: na oficina de Joseph Antonio da Sylva.

RESENDE, André de (1593) – *De antiquitatibus lusitaniae. Libri quatuor*. Évora: Martinus Burgensis.

RIBEIRO, Orlando (1939) – *La formation du Portugal*. Conférence faite le 24 avril 1939 à l'Instituto de Cultura Portuguesa, à Bruxelles. Bruxelas: Instituto de Cultura Portuguesa.

SALANOVA, Laure (2000) – Mécanismes de diffusion des vases campaniformes: les liens franco-portugais. *Actas do III Congresso de Arqueologia Peninsular (Vila Real, 1999)*. Porto: DECAP, 4, p. 399-409.

SAMPAIO, Alberto (1903) – As "villas" do norte de Portugal. *Portugalia*. Porto. 1, p. 97-128; 281-324, 549-584; 757-806.

SANTO ANTÓNIO, Frei Henrique de (1745) – *Crónica dos eremitas da serra de Ossa*. 1. Lisboa: Na oficina de Francisco da Silva.

SARMENTO, Francisco Martins (1880) – *Os Lusitanos*. Porto: Tipografia António José da Silva Teixeira.

SCHULTEN, Adolf (1940) – *Viriato.* Porto: Livraria Civilização.

SILVA, Armando Coelho Ferreira da (2007) – *A Cultura Castreja*. Paços de Ferreira: Câmara Municipal de Paços de Ferreira, 2.ª edição.

VASCONCELOS, José Leite de (1897) – *Religiões da Lusitânia*. 1. Lisboa: Imprensa Nacional.

VASCONCELOS, José Leite de (1923) – *Origem histórica e formação do povo português*. Lisboa: Oficinas gráficas da Biblioteca Nacional.

VASCONCELOS, José Leite de (1933) – *Etnografia portuguesa*. 1. Lisboa: Imprensa Nacional.

V

PRIMÓRDIOS DOS ESTUDOS PRÉ-HISTÓRICOS EM PORTUGAL: OS CONCHEIROS MESOLÍTICOS DE MUGE (SALVATERRA DE MAGOS) E A MEMÓRIA PIONEIRA DE FRANCISCO ANTÓNIO PEREIRA DA COSTA SOBRE O CONCHEIRO DO CABEÇO DA ARRUDA [1]

1 – INSTITUIÇÕES E INTERVENIENTES

Por decreto de 8 de agosto de 1857, foi criada a 2.ª Comissão Geológica de Portugal, dependendo do diretor dos Trabalhos Geodésicos do reino, o general Filipe Folque, e funcionando no âmbito do Ministério das Obras Públicas, sendo ministro o conselheiro Carlos Bento da Silva (Fig. 1).

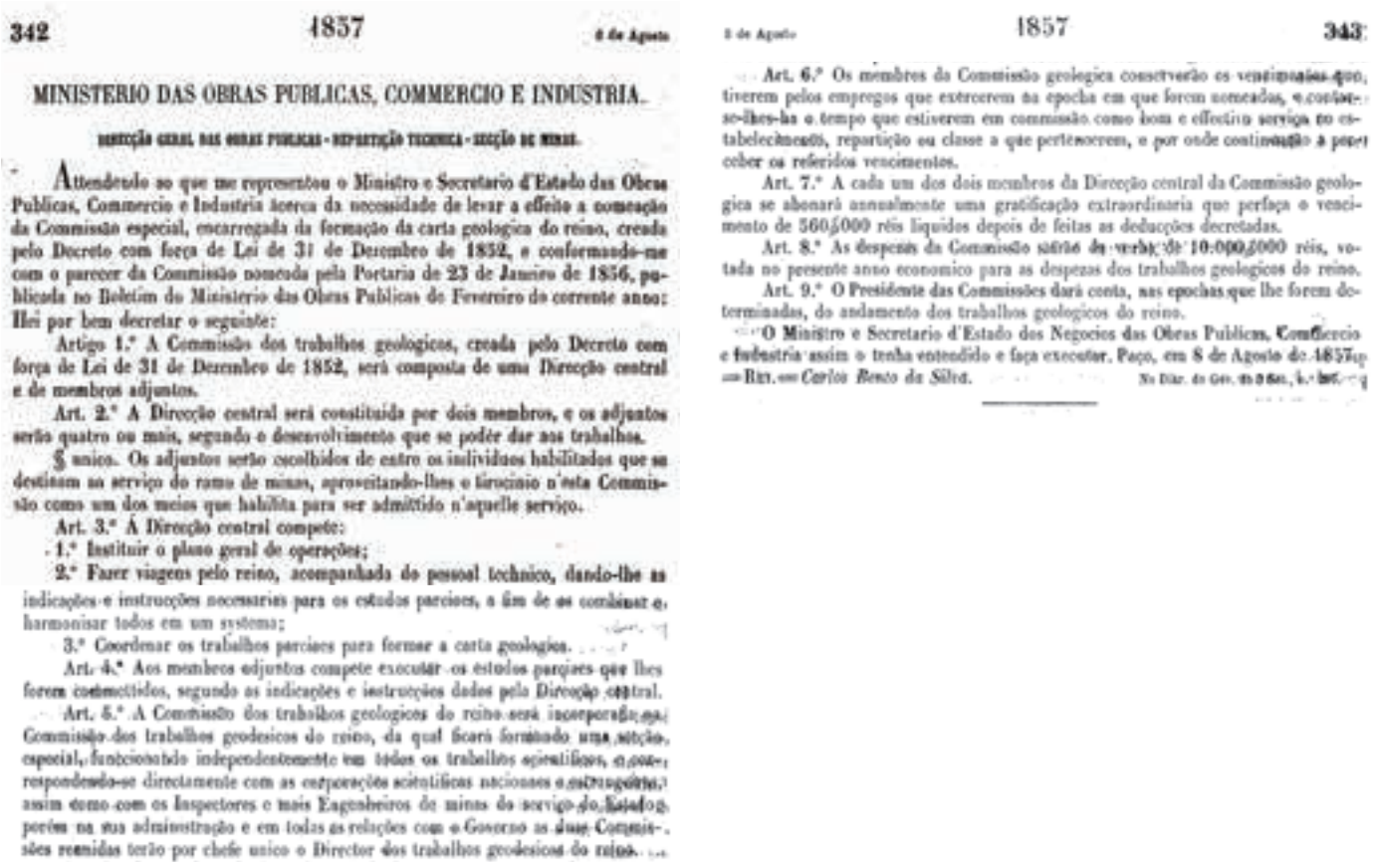
Conforme refere Pedro de Aguiar (AGUIAR, 1941), casado com uma neta de Carlos Ribeiro, o ministro pretendia que fosse este a ocupar o lugar, em virtude de desempenhar, desde que o referido ministério tinha sido criado, em 1852, e a convite do então ministro António Maria de Fontes Pereira de Melo, o lugar de chefe da Secção de Minas; mas, reconhecendo-se a evidente vantagem de a referida comissão ter alguém particularmente vocacionado para os estudos paleontológicos, considerados, e bem, como indispensáveis, foi Carlos Ribeiro (1813-1882) (Fig. 2), ao que parece por vontade própria, cooptado na direção do recém-criado serviço com Francisco António Pereira da Costa (1809-1889) (Fig. 3), tendo como adjunto de ambos Joaquim Filipe Nery da Encarnação Delgado (1835-1908) (Fig. 4).

Pereira da Costa, já então lente de mineralogia e de geologia na Escola Politécnica, tinha anteriormente trabalhado, de forma profícua, com o então capitão graduado de artilharia Carlos Ribeiro: ambos haviam redigido a Lei das Minas, publicada em 31 de dezembro de 1852, a qual vigorou por largo tempo. Existiam, pois, confiança e estima mútuas entre ambos, as quais, ulteriormente, se desvaneceram, por divergências que adiante serão abordadas com mais detalhe.

Tratava-se de uma verdadeira aliança entre dois homens complementares: Carlos Ribeiro, com uma larga experiência de trabalhos geológicos de campo e de índole variada, desde a prospeção de águas até à construção de estradas e exploração mineira, servida por adequada preparação militar e gosto por tal tipo de trabalhos; e Pereira da Costa, formado em medicina, de hábitos sedentários e citadinos, especialmente vocacionado para trabalhos de gabinete, especialmente a identificação e descrição de fósseis terciários, em que se tornou especialista conceituado. Assim, tudo indicava que a relação funcional entre estas duas personalidades tão diferentes seria altamente profícua, dando Pereira da Costa o apoio paleontológico às investigações no terreno de Carlos Ribeiro, no respeitante à idade das formações geológicas cuja cartografia estava a seu cargo.

---

[1] CARDOSO, J. L. (2018) – Primórdios dos estudos pré-históricos em Portugal: os concheiros mesolíticos de Muge (Salvaterra de Magos) e a *Memória* pioneira de Francisco António Pereira da Costa sobre o concheiro do Cabeço da Arruda. In *Obras Pioneiras da Cultura Portuguesa. 2. Primeiros textos de Pré-História, História e Heráldica* (dir. FRANCO, J. E. & FIOLHAIS, C.) (2018) Lisboa: Círculo de Leitores, 2, p. 91-112. Modificado.



342 1857 8 de Agosto

MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS, COMMERCIO E INDUSTRIA.

DIRECÇÃO GERAL DAS OBRAS PUBLICAS - REPARTIÇÃO TECHNICA - SECÇÃO DE MINAS.

Attendendo ao que me representou o Ministro e Secretario d'Estado das Obras Publicas, Commercio e Industria ácerca da necessidade de levar a effeito a creação da Commissão especial, encarregada da formação da carta geologica do reino, creada pelo Decreto com força de Lei de 31 de Dezembro de 1852, e conformando-me com o parecer da Commissão nomeada pela Portaria de 23 de Janeiro de 1856, publicada no Boletim do Ministerio das Obras Publicas de Fevereiro do corrente anno: Hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.º A Commissão dos trabalhos geologicos, creada pelo Decreto com força de Lei de 31 de Dezembro de 1852, será composta de uma Direcção central e de membros adjuntos.

Art. 2.º A Direcção central será constituida por dois membros, e os adjuntos serão quatro ou mais, segundo o desenvolvimento que se poder dar aos trabalhos.

§ unico. Os adjuntos serão escolhidos de entre os individuos habilitados que se destinam ao serviço do ramo de minas, aproveitando-lhes o tirocinio n'esta Commissão como um dos meios que habilita para ser admittido n'aquelle serviço.

Art. 3.º A Direcção central compete:

1.º Instituir o plano geral de operações;

2.º Fazer viagens pelo reino, acompanhado do pessoal technico, dando-lhe as indicações e instrucções necessarias para os estudos parciaes, a fim de os combinar e harmonisar todos em um systema;

3.º Coordenar os trabalhos parciaes para formar a carta geologica.

Art. 4.º Aos membros adjuntos compete executar os estudos parciaes que lhes forem commettidos, segundo as indicações e instrucções dadas pela Direcção central.

Art. 5.º A Commissão dos trabalhos geologicos do reino será incorporada na Commissão dos trabalhos geodesicos do reino, da qual ficará formando uma secção especial, funccionando independentemente em todos os trabalhos scientificos, e correspondendo-se directamente com as corporações scientificas nacionaes e estrangeiras, assim como com os Inspectores e mais Engenheiros de minas do serviço do Estado, porém na sua administração e em todas as relações com o Governo as duas Commissões reunidas terão por chefe unico o Director dos trabalhos geodesicos do reino.

8 de Agosto 1857 343

Art. 6.º Os membros da Commissão geologica conservarão os vencimentos que tiverem pelos empregos que exercerem na epocha em que forem nomeados, e contar-se-lhes-ha o tempo que estiverem em commissão como bom e effectivo serviço no estabelecimento, repartição ou classe a que pertencerem, e por onde continuarão a perceber os referidos vencimentos.

Art. 7.º A cada um dos dois membros da Direcção central da Commissão geologica se abonará annualmente uma gratificação extraordinaria que perfaça o vencimento de 360$000 réis liquidos depois de feitas as deducções decretadas.

Art. 8.º As despezas da Commissão serão do verba de 10:000$000 réis, votada no presente anno economico para as despezas dos trabalhos geologicos do reino.

Art. 9.º O Presidente das Commissões dará conta, nas epochas que lhe forem determinadas, do andamento dos trabalhos geologicos do reino.

O Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios das Obras Publicas, Commercio e Industria assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 8 de Agosto de 1857. = Rei. = Carlos Bento da Silva.

Fig. 1 – Decreto de 8 de agosto de 1857 que instituiu a 2.ª Comissão Geológica.

A confiança estabelecida entre Carlos Ribeiro e Nery Delgado era comprovada pelo facto de a primeira sede da Comissão Geológica presidida por ambos se situar na própria residência particular de Pereira da Costa, na rua de São Roque (DELGADO, 1905), onde esteve instalada entre novembro de 1857 e abril de 1859 (ALMEIDA & CARVALHOSA, 1974, p. 239-265), altura em que passou a ocupar o andar superior do extinto Convento de Jesus, já então propriedade da Academia das Ciências de Lisboa, onde ainda hoje se mantém o Museu Geológico, presentemente na dependência do Ministério do Ambiente.

Carlos Ribeiro foi um pioneiro: sabendo que o desenvolvimento do país dependia, em parte, do conhecimento geológico que dele se tivesse, cedo empreendeu estudos de índole geológica nas suas diversas vertentes. Sem descurar a chamada «geologia pura», onde se integrava a cartografia geológica, desenvolveu, a partir dela, múltiplos campos de trabalho no domínio do reconhecimento dos recursos minerais e hidrogeológicos. Para tal, cedo empreendeu, a par com Nery Delgado, nomeado, desde logo, adjunto da Comissão Geológica, prolongadas estadas no terreno, de que resultou a publicação das primeiras cartas geológicas, em 1866 e em 1867, à escala 1/100 000; estas duas cartas, que, embora impressas, jamais chegaram a ser distribuídas, devido à extinção da Comissão Geológica de Portugal, em 1868, constituíram a primeira tentativa séria para a cartografia geológica do país (ZBYSZEWSKI, 1949). Em trabalho recente, explicaram-se as razões de natureza científica que levaram a que, mesmo depois de restaurada a Comissão Geológica, logo em finais de 1869, tais cartas se tivessem mantido em depósito, por decisão de Carlos Ribeiro, uma vez que do ponto de



Fig. 2 – Carlos Ribeiro (1813-1882).
Arquivo e fotografia de João Luís Cardoso.



Fig. 3 – Francisco António Pereira da Costa (1809-1889).



Fig. 4 – Joaquim Filipe Nery da Encarnação Delgado (1835-1908).
Arquivo e fotografia de João Luís Cardoso.

vista logístico poderiam ter sido então distribuídas (CARDOSO, 2013, p. 27-88).

Carlos Ribeiro era, pois, um homem do terreno e de acção, ainda que não descurasse a publicação científica dos resultados das suas explorações. Nascido em 1813, filho de um fundidor da prata da Casa da Moeda, cedo teve de ganhar a vida como marçano: aos 10 anos, trabalhava numa mercearia da rua de São João da Mata, em Lisboa. Conta-nos o seu principal biógrafo, o já então general de divisão Nery Delgado, em 1905, que aquele estabelecimento era frequentado por rapazes de boas famílias, que dele faziam centro de reunião. Entre os mais assíduos contava-se Filipe Folque, então aluno-cadete da Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho e que se assumiu como protetor do esperto marçano. Carlos Ribeiro adquiriu uma gramática da língua francesa e, em pouco tempo, estava habilitado a aproveitar-se da leitura dos livros que Folque lhe emprestava, o que lhe permitiu, aos 19 anos, a 4 de agosto de 1833, assentar praça em artilharia, abra-

çando a causa constitucional, em desarmonia com seu pai, que era absolutista. A partir daí, não poderia esperar dele o menor auxílio, estava entregue a si próprio e aos apoios que soubesse cativar, pelas suas qualidades e comportamento. A vida movimentada de Carlos Ribeiro, foi, aliás, objeto de curto mas tocante romance de Camilo Castelo Branco, intitulado *O general Carlos Ribeiro (recordações da mocidade)*, publicado dois anos depois do falecimento do seu antigo condiscípulo na Academia Politécnica do Porto (CASTELO BRANCO, 1884).

Pelo contrário, Francisco Pereira da Costa, médico nascido em Lisboa a 11 de outubro de 1809, era o protótipo do investigador de gabinete, de hábitos regulares e sedentários. Como Carlos Ribeiro, combateu pelo liberalismo, no batalhão académico, concluindo, logo depois do triunfo da causa constitucional, o curso de medicina, na Universidade de Coimbra. Aquando da fundação da Escola Politécnica, em 1837, Pereira da Costa, que se sentia muito mais atraído pelo estudo das ciências naturais do que pela medicina, concorreu a um lugar de lente da cadeira de mineralogia e geologia, do qual só viria a tomar posse em 1840.

Dotado de um espírito meticuloso, Pereira da Costa interessou-se, durante o período em que decorreu a reconstrução do edifício da Escola Politécnica, depois do grande incêndio de 1843, pela catalogação das colecções do Museu de História Natural, então sediado na Academia das Ciências de Lisboa, onde provisoriamente continuou a reger as suas aulas (GOMES, 1903/1904, p. VII-IX). Nas coleções de história natural, o núcleo mais importante era constituído pela Colecção Real da Ajuda, transferida para a Academia. Boa parte desta coleção foi, em resultado da intervenção de Pereira da Costa, incorporada ulteriormente na Escola Politécnica, onde acabou por ser destruída em 1978 aquando do terrível incêndio que ali lavrou. Compreende-se, pois, a falta de entusiasmo de Pereira da Costa no crescimento diário das colecções da Comissão Geológica, em concorrência, ao menos parcial, com as da Politécnica, apesar de ser o autor de importante proposta, apresentada na sequência da reforma da Academia das Ciências de Lisboa de dezembro de 1851, na sessão de 10 de março de 1852 e de que a seguir se dá curta descrição:

> "*Entre os meios que o Decreto da Reforma da Academia Real das Ciências de Lisboa aponta para satisfazer-se aos fins desta instituição, mencionam-se os dois seguintes: 1.º O estudo especial do solo português tanto no continente, como nas províncias ultramarinas, considerado em si mesmo, e em relação às artes industriais. 2.º Ampliar as colecções da Academia de produtos naturais. – Pertence à secção de Ciências Histórico-Naturais, tratar da execução destes dois preceitos de lei, e a mim, como encarregado até agora da classificação do Museu, indicar o que me parece mais conveniente fazer a tal respeito* [...]" (COSTA, 1949).

Esta tomada de posição tinha, no entanto, um destinatário preciso: Charles Bonnet, e as coleções que este reunira enquanto responsável pela 1.ª Comissão Geológica, insistentemente solicitadas por Pereira da Costa, que «julgava indispensável agrupar em um único local todos os elementos de estudo das Ciências Histórico-Naturais que se encontravam dispersos em Lisboa, e ministrar o ensino no estabelecimento onde esses elementos ficassem reunidos, dando-lhe carácter "decididamente prático". Para tanto, alvitrava que passassem para o Museu da Academia não só a colecção existente na Casa da Moeda – iniciada por Eschwege [...] – mas, também, as da Escola Politécnica e as, no seu dizer, da "Comissão da Carta Geológica do Reino", correspondentes às reunidas pela 1.ª Comissão Geológica, dirigida por Charles Bonnet (COSTA, 1949).

Pereira da Costa não conseguiu os seus intentos, bem pelo contrário, porque, por um lado, fora entretanto restabelecido o ensino na Escola Politécnica, depois da reconstrução do edifício na sequência do incêndio de 1843, e, por outro, a decisão governamental de restaurar a Comissão Geológica no âmbito do Ministério das Obras Públicas acabava por esvaziar completamente o projeto de ser a Academia das Ciências de Lisboa a liderar tal processo. Desvanecida a importância da Academia no reconhecimento geológico do país, pela

criação, agora no âmbito do Ministério das Obras Públicas, 8 de agosto de 1857, da 2.ª Comissão Geológica, aliás, rapidamente enriquecida pelos materiais de estudos e comparação trazidos por Carlos Ribeiro, em resultado da missão ao estrangeiro efetuada de 4 de julho a 14 de dezembro de 1858 (DELGADO, 1905), só restaria a Pereira da Costa entender-se com aquele, com quem, de resto, desenvolveu de início boas relações.

Tais relações de trabalho, sob o princípio da complementaridade antes enunciada, manter-se-iam até 1866/1867. Contudo, a crescente má vontade acumulada em Pereira da Costa pela trajectória da Comissão Geológica, aproveitando verbas postas à disposição da instituição, mas onde não se fazia ensino, em detrimento do Museu da Politécnica, a que Pereira da Costa continuava a pertencer e onde ensinava, e que lutava, como sempre com falta de verbas, e ainda a convicção deste de que só servindo o ensino é que o museu teria sentido, terão estado em parte na origem de desentendimentos insanáveis.

Mais uma vez, recorre-se a Nery Delgado, que, discretamente, os menciona:

"*Tendo sido autorizada uma verba especial para o reconhecimento geologico geral do paiz […], começaram os trabalhos do reconhecimento em 18 de maio de 1866, partindo Carlos Ribeiro para o Alemtejo em companhia do adjunto da Commissão (o próprio Nery Delgado). Regressaram ambos a Lisboa em novembro, e em abril de 1867 saíram para o norte do reino, ficando terminados os trabalhos d'este primeiro reconhecimento no fim de setembro d'este anno. Datam d'esta epoca as desintelligencias entre os dois membros directores da Commissão geologica, as quaes tiveram tão funestos resultados. Por um motivo qualquer, que não será fácil comprehender, Pereira da Costa oppoz-se tenazmente á execução do reconhecimento, criando-lhe as possiveis difficuldades, e negando-se abertamente a collaborar no trabalho e a fiscalizar as despesas, como fazia para a verba ordinaria da Commissão". […] Testemunha presencial d'esta lucta desde o seu começo, não pude nunca descortinar qual fosse o seu verdadeiro fundamento. Na correspondencia particular de Carlos Ribeiro apparece como causa proxima a sua desavença com Pereira da Costa, o desaccordo sobre um ponto de administração; mas eu creio que esta dissidencia facilmente poderia compor-se, dadas as relações de intima amizade que os ligavam, se outra causa occulta não contribuisse para aquelle resultado. Mesmo na sua correspondencia parece ver-se que, por detrás das razões apresentadas, havia outra causa mais intima de rompimento. Talvez um mal entendido, uma desconfiança que depois se tornou em offensa grave, é que deu origem áquella lucta desgraçada, que inutilizou um dos contendores, e em que o outro nada ganhou com o triumpho*" (DELGADO, 1949, p. 23-24).

Esta era a razão de fundo, de natureza funcional e estratégica para o futuro dos trabalhos que, objectivamente esteve na origem dos desentendimentos insanáveis que separaram os dois membros co-directores da 2.ª Comissão Geológica, e que determinou a sua extinção, sem ser necessário procurar razões de natureza amorosa como tem sido usual. Pedro de Aguiar foi o único que, até o presente, indicou pistas concretas para a desavença entre os dois colegas. Diz ele:

"*O meu querido amigo e tio por afinidade, […] José Vitorino Damásio Ribeiro, contou-me, ainda que veladamente, que tinha sido um mal entendido ou susceptibilidade refinada do Dr. Pereira da Costa. Apesar duma certa idade, o Dr. Pereira da Costa tinha uns ocultos amores que o entusiasmaram. Carlos Ribeiro sempre delicado, talvez lhe tivesse dito mesmo alguma coisa de que o Dr. Pereira da Costa não gostou. Daí o possível ressentimento e depois divergência, porque as ofensas de amor não se perdoam*" (AGUIAR, 1941, p.25).

Esta versão foi também apontada como causa imediata do conhecido e desastroso desfecho por Miguel Telles Antunes (ANTUNES, 1989, p. 127-160), ainda que este não cite Pedro de Aguiar, seguindo, antes, Carrington da Costa (COSTA, 1949, p.13), que também atribuiu a dissensão a uma disputa amorosa entre

ambos, seguindo neste aspecto Pedro de Aguiar, sem, contudo, a fundamentar. Porém, por detrás destas mundanidades, que podem ter o seu fundo de verdade, ou não, outras realidades, mais profundas e imperiosas, explicarão melhor o sucedido.

Sem recorrer a especulações sobre a vida sentimental de Carlos Ribeiro (CASTELOBRANCO, 1884), nem à do aparentemente austero lente da Politécnica, este tinha motivos objetivos, que justificariam a tentativa de neutralização da 2.ª Comissão Geológica, e já acima indicados, agravados pela maneira oposta de ver o prosseguimento dos estudos geológicos em Portugal. Este aspeto seria suficiente, por si só, para não avalizar a utilização da referida verba extraordinária, de que fala Nery Delgado, em trabalhos de campo, como pretendia Carlos Ribeiro.

Com efeito, se, para Carlos Ribeiro, a prioridade estava no reconhecimento geológico do país, de que resultou a publicação das duas primeiras folhas na escala 1/100 000, em 1866 e 1867, acima aludidas, e logo, em 1876, a primeira edição da Carta Geológica de Portugal metropolitano, na escala 1/500 000, para Pereira da Costa, tal linha de orientação apenas tinha interesse se lhe fornecesse matéria-prima para as publicações científicas, sem dúvida importantes e cientificamente úteis, mas igualmente de altos custos. Recorde-se, a título de exemplo, o notável estudo sobre os gastrópodes terciários do território português, envolvendo a execução de numerosas litografias dos melhores exemplares, o que envolveu custos elevados (COSTA, 1866/1867). Por outras palavras, para Pereira da Costa, os estudos de terreno não constituíam um fim em si mesmo, ao contrário do que acontecia com Carlos Ribeiro, mas sim um meio para proporcionarem novas descobertas de belos exemplares fósseis, depois por si cuidadosamente estudados e publicados.

Por seu turno, Carlos Ribeiro poder-se-ia sentir injustiçado pelo facto de os seus contributos para os referidos estudos científicos jamais terem sido valorizados e terem sido publicados com indicações de partilha de autoria. No entanto, não devemos exagerar demasiadamente esta realidade, à luz dos critérios éticos e científicos vigentes na atualidade. A combinação feita previamente no respeitante ao trabalho de um e de outro na Comissão Geológica cobria, necessariamente, tal situação, que hoje em dia se nos afigura pouco ética. Era este, pois o espírito envenenado protagonizado em 1866 e 1867 pelos dois membros codiretores da Segunda Comissão Geológica. A breve trecho, sobreveio a extinção da mesma, por decreto de 1 de fevereiro de 1868. Para tal, foi decisiva a intervenção direta de Pereira da Costa, valendo-se das suas relações com o ministro das Obras Públicas, seu antigo colega na escola Politécnica, que lhe entregou a direção dos estudos geológicos no país, confirmada pelo decreto de 23 de dezembro de 1868. Este diploma dava o golpe final na herança científica da 2.ª Comissão Geológica, ao determinar a passagem para a Escola Politécnica de todos os materiais de estudo reunidos, incluindo livraria, coleções e mobília (DELGADO, 1905, p. 24-24).

Pereira da Costa conseguia, assim, ainda que fugazmente, atingir o objetivo por que lutava desde há muito: a reunião num único estabelecimento público de um grande museu que servisse simultaneamente ao ensino e à investigação, e a direção no país da atividade geológica. Esforço inglório, porquanto, menos de um ano volvido sobre a data deste último diploma, quando as condições políticas o permitiram, foi de novo restaurada a Comissão Geológica, por decreto de 18 de dezembro de 1869, assinado pelo ministro das Obras Públicas. Pereira da Costa, até ao final da sua longa vida de cerca de 80 anos (nasceu a 11 de outubro de 1809, faleceu a 3 de maio de 1889), continuou a dedicar-se à manutenção e aumento, por compra, das coleções de geologia (petrografia), paleontologia e mineralogia do Museu da Politécnica, sem porém voltar a publicar qualquer obra de vulto, como as que caracterizaram a fase anterior da sua actividade (COSTA, 1866/1867).

Deve referir-se que parte das coleções da Comissão Geológica nunca foram entregues à Escola Politécnica, como o signatário teve a ocasião de verificar pessoalmente, em 1977, antes do incêndio que, em 1978, destruiu as preciosas coleções do Museu de História Natural, instalado na então Faculdade de Ciências de Lisboa,

o mesmo não se verificando com as respetivas edições, mormente as belíssimas *Memórias* editadas pela Comissão Geológica e da autoria de Pereira da Costa, que ainda se encontravam à venda, na década de 1980, por preços irrisórios, na secção de Mineralogia e Geologia do Museu, então em fase de reorganização.

Em que medida as relações pessoais e os acontecimentos delas decorrentes e atrás relatados condicionaram e determinaram as explorações científicas realizadas nos concheiros de Muge, é o que se procurará averiguar de seguida.

2 – HISTÓRIA DAS INVESTIGAÇÕES E TRABALHOS REALIZADOS

Foram aqueles dois homens, de personalidades tão díspares e com visões igualmente muito distintas quanto ao desenvolvimento dos estudos geológicos em Portugal, suas metodologias, objetivos e prioridades, que se encontram indissociavelmente ligados às primeiras investigações efetuadas nos concheiros mesolíticos de Muge, hoje mundialmente conhecidos.

Devem-se ao próprio Carlos Ribeiro as primeiras descobertas dos vestígios das mais antigas atividades humanas no Baixo Tejo, em 1863, ano igualmente memorável no progresso dos conhecimentos sobre a origem do homem, não só devido à publicação de Charles Lyell, *The geological evidences of the antiquity of man* (LYELL, 1863), mas também pela descoberta no vale do Somme em Moulin-Quignon, perto de Abbeville, de uma mandíbula humana (PERTHES, 1864), que, conforme se veio a verificar pouco depois, correspondia à tentativa de forjar uma prova direta insofismável, que até então faltava, sobre a demonstração da presença humana em tão recuados tempos.

Apesar de verificada a fraude, Lyell, que a discutiu detalhadamente, manteve-se firme na defesa da autenticidade dos achados de artefactos líticos anteriormente efectuados, suficientes para a demonstração da referida antiguidade, conforme consta de adenda que então produziu ao seu célebre livro (LYELL, 1864, p. 14-19).

Em Portugal, estavam deste modo criadas as condições para Carlos Ribeiro assumir como prioritárias as investigações da mesma índole no vale do Tejo, o que veio a acontecer ao mesmo tempo que em França se desenrolavam os acontecimentos acima referidos:

> "*Foi à custa de não pouco trabalho e de bastantes contrariedades, que no anno de 1863 e seguintes descobrimos, e fizemos colligir sob nossa exclusiva e immediata direcção, tantos os restos de esqueletos humanos, de animaes vertebrados e molluscos no Cabeço de Arruda, Salvaterra e outros logares dentro do valle do Tejo, como a maior parte dos numerosos objectos de arte humana pre-historica que em 1868 se viam no museu da Commissão Geologica. Deu origem a estas investigações e descobertas, a necessidade de reconhecermos pelo exame dos factos geologicos, quaes tinham sido os movimentos mais importantes occorridos no nosso solo depois da abertura dos valles de primeira ordem que actualmente o cortam, e indicar quaes d'esses movimentos foram contemporaneos da especie humana; questões estas da mais alta importancia, e que interessam não só á geologia da peninsula hispanica, como á hydrographia e aos difficeis problemas hydraulicos, que a engenharia tem de resolver para a restauração e conservação dos nossos portos e barras*" (RIBEIRO, 1871, p.1).

É interessante observar que Carlos Ribeiro menciona a data de 1868 como correspondendo àquela em que os espólios recuperados se podiam ainda ver no Museu da Comissão Geológica, antes da transferência das coleções para a Escola Politécnica, determinada em dezembro daquele ano, como acima se referiu. A transferência dos espólios obtidos nas escavações de Muge de 1864, terá sido, de facto, efetuada, ao contrário

de outros espólios, dado tratar-se de materiais cujo estudo tinha sido realizado e já publicado por Pereira da Costa (COSTA, 1865).

Compulsando o caderno de campo de Carlos Ribeiro (Fig. 5), passados a limpo na época pelo próprio (Fig. 6), verifica-se que foi nos dias 13 e 14 de abril de 1863 que se realizaram as primeiras descobertas, continuadas no dia 24 de abril do mesmo ano:

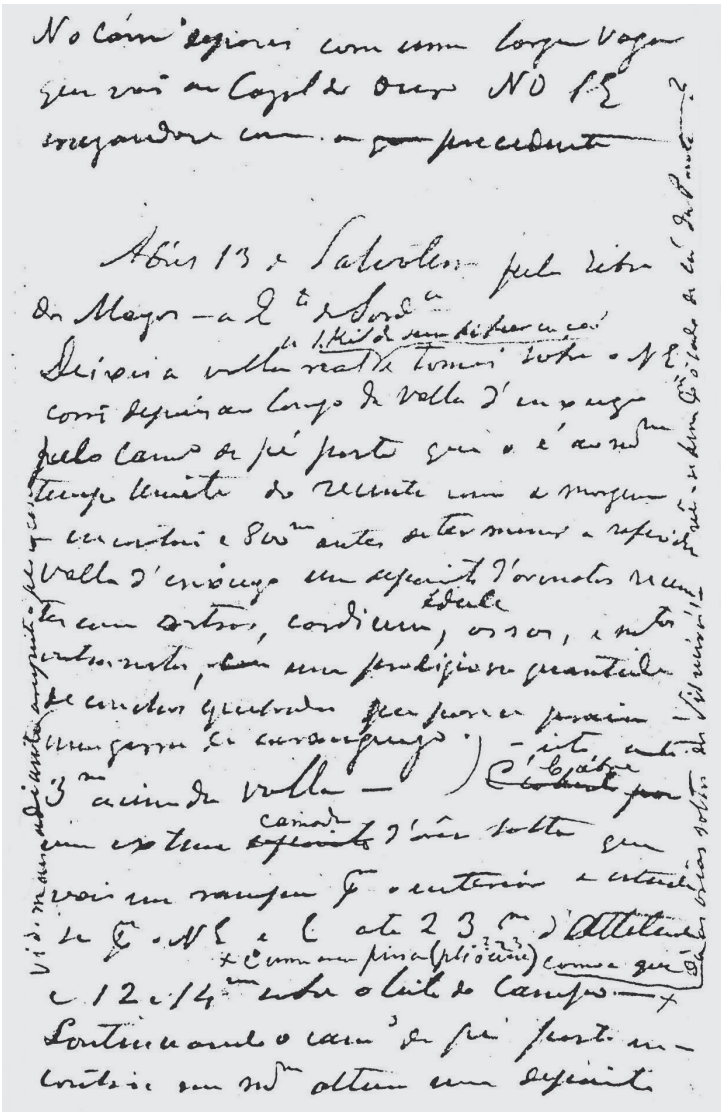


Fig. 5 – Página do caderno de campo de Carlos Ribeiro de 13 de abril de 1863, correspondente à identificação dos primeiros concheiros, no vale da ribeira de Magos. Arquivo Histórico do LNEG (in CARDOSO & ROLÃO, 1999/2000).

"Abril 13 e 14. Digressão ao paul dos Magos e determinação de limites. A margem esquerda do vale do Tejo apresenta-se em esplanada mui suave desde o Casal ou Quinta do Sargento-Mor até Salvaterra. No vale do paul de Magos é a margem direita abatida e a esquerda abrupta. As alturas relativas às margem desde a coroa da esplanada até ao campo andam por 10 a 15,0m. Ao da Quinta da Sardinha, obra de 1 quilómetro para O no sítio do Corte Grande e, em propriedades do Arneiro do Roquete, depara-se com uma mui grande quantidade de fragmentos de conchas recentes de mistura com areia solta semi-grosseira. Os fragmentos são numa tal quantidade, que embranquecem o solo às manchas segundo a acumulação é maior ou menor. O seu aspeto é exatamente o de areia das praias que têm muitos fragmentos de concha. Por entre esta areia ou na superfície encontra-se muitos bocados destes ou conglutinados com os fragmentos das conchas, parecendo-se com muitas conglutinações que se encontram nas arenatas da linha de costa, como, por exemplo, no sítio das Sete Bicas entre a Foz de Albufeira e a Foz da Fonte. A extensão que ocupa é pequena, mas chega a 400,0 m. É coberto pelas areias finas pliocenes, mas as que o vento tem posto em movimento a sua altitude vai até 14m. Começando do campo ou de uma pequena valeta, forma uma pequena rampa que precede uma planura onde acabam os tais restos animais.
Os restos que ali se encontram são: uma falange que parece de digitígrado. Um fragmento de vértebra de mamal terrestre. Um fragmento de crânio (osso espesso). Idem fragmentos de ossos dos membros locomotores. Idem fragmentos de costelas. Idem pequenos ossos delgados e fragmentos de outros.
Garras de caranguejo.

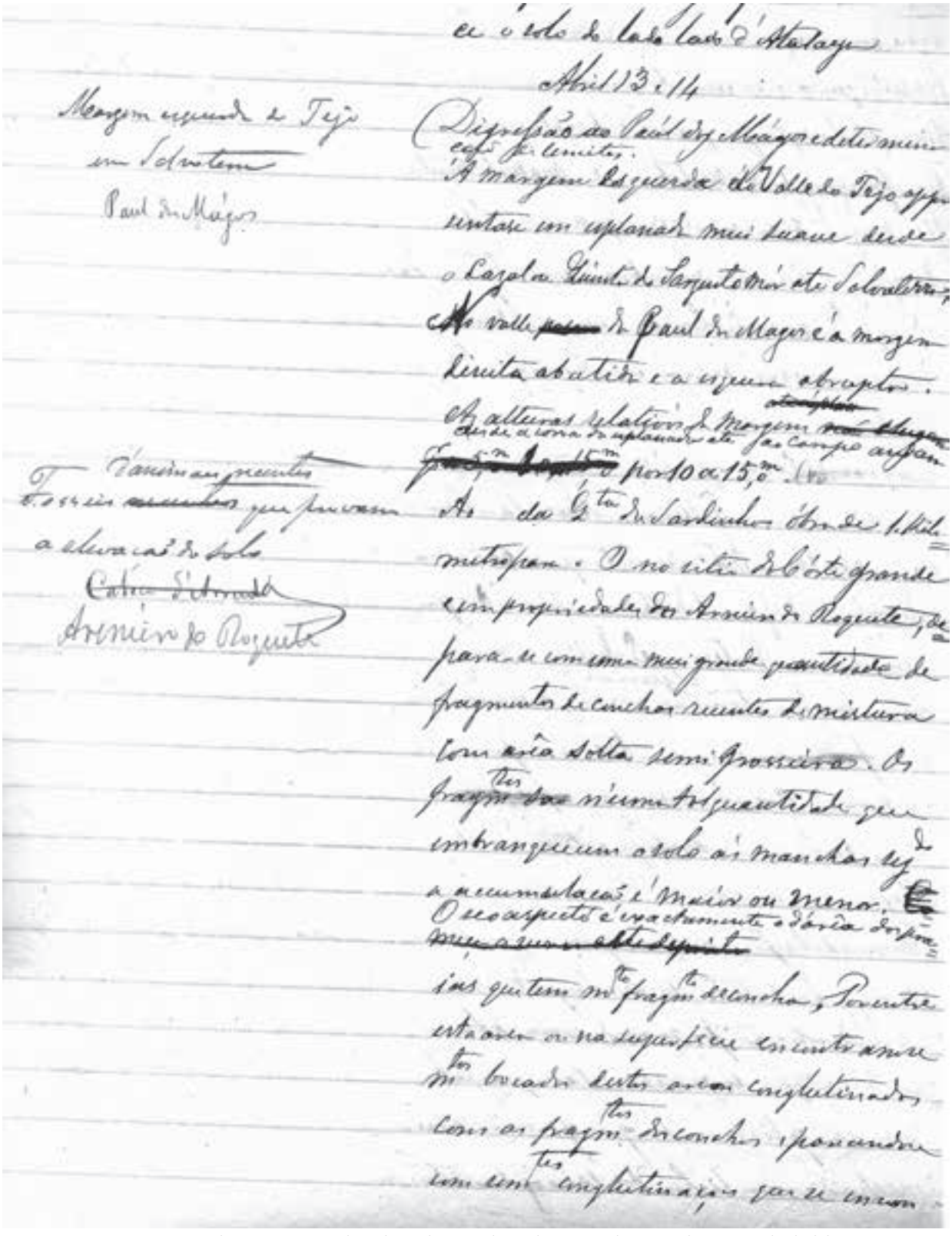


Fig. 6 – Passagem a limpo feita por Carlos Ribeiro do seu caderno de campo relativo aos dias 13 e 14 de abril de 1863. Arquivo de João Luís Cardoso/Octávio da Veiga Ferreira.

Buccinum – Tellina – Nucula – Cardium edule – Ostra *recente […] esta no estuário do Tejo* – Chitton *(sic)* – *Idem – e que se come* – Pecten – Solen.

Estas conchas têm algumas as cores, o nacarado, e as outras têm a frescura de conchas novas. São indícios do antigo estuário do Tejo.
[…]
Abril 24 – Digressão pela Raposa, vale de Postigo e Machadinhos.
*Por cima das camadas de grés avermelhado trigueiro pliocene que formam a escarpa que denominam a Fonte da Burra, próximo às Pontes do Ralão logo à saída de Mugem, há as arenatas com abundantes restos de conchas (*Cardium, Tellina*, etc.) a um nível de 12m acima dos campos de Mugem dentro do paul. Segui pela Mota da Vala até meter na estrada que vai à Raposa e, ao lado dela ¼ de hora depois de deixar a Mota, encontra-se um pequeno cabeço denominado Cabeço de Arruda. Ele está uns 6,0m acima do paul. Apresenta para o lado do paul uma escarpa abrupta formada por uma lumachela de conchas marinas e ossos de animais terrestres, tendo 3,0m de possança visível. Ali encontrei o* Cardium edule*, um único bocado de valva de* Solen*, uma pequena* Cypraea*, sendo a lumachela formada na maior parte de fragmentos e conchas quebradas pela maior parte e tudo bivalves. Encontrei também um bocado de mandíbula de mamal terrestre com dentes; uma porção de mandíbula de roedor, uma falange, e diferentes ossos de roedores e de outros animais.*
No mesmo depósito do Cabeço de Arruda encontram-se calhaus de quartzite até ao tamanho de ovos de perua, dispersos dum modo irregular no interior da massa e com o seu eixo maior diversamente inclinado ao plano horizontal, segundo o qual o depósito se manifesta. Tudo […] que é um depósito de transporte feito por uma corrente violenta que parece ter seguido paralela ao eixo do vale do Tejo e numa época em que já se tinha feito os depósitos pliocenes. Encontram-se neste depósito muitos fragmentos de madeira completamente carbonizada […]" (CARDOSO, 2015. p.1-18).

São estas as primeiras referências sobre as descobertas de concheiros nos vales da ribeira de Magos (o Arneiro do Roquete) e da ribeira de Muge, então designada Paul do Duque, onde Carlos Ribeiro se deparou com o concheiro do Cabeço da Arruda.

Com base nas descrições apresentadas, conclui-se que os reconhecimentos geológicos se iniciaram pelo vale da ribeira de Magos, prosseguindo depois para montante, atingindo o vale da ribeira de Muge, também ela tributária da margem esquerda do rio Tejo, onde são presentemente conhecidos diversos concheiros, dos quais os mais importantes se assinalam na Fig. 7.

Na ribeira de Magos, o único concheiro a ter sido identificado nesta primeira prospeção foi o Arneiro do Roquete, confirmando as informações publicadas por Carlos Ribeiro anos depois (RIBEIRO, 1884. p. 279-289). Este concheiro foi também designado pelo topónimo de Quinta da Sardinha, nome que Afonso do Paço haveria ulteriormente de correlacionar com duas outras designações, a Cova da Onça e o Monte dos Ossos, ambos situados na margem direita da ribeira de Magos (PAÇO, 1938, p. 66-75). Deste modo, pode concluir-se que os três topónimos correspondem a apenas um único sítio arqueológico (CARDOSO & ROLÃO, 2000, p. 83-240), mais conhecido na terminologia arqueológica por Cova da Onça. Na verdade, é a este concheiro que se reporta um assinalável número de restos humanos, correspondentes a mais de 30 indivíduos, atualmente conservados no Museu Geológico, entretanto estudados (CUNHA & CARDOSO, 2000/2003, p. 171-183).

Carlos Ribeiro, na sua única publicação, já editada postumamente, dedicada aos concheiros do vale do Tejo, apresentada ao Congresso Internacional de 1880, declara que, por oposição do proprietário, não lhe foi possível proceder a escavações arqueológicas no local desse concheiro (RIBEIRO, 1884, p. 280). Deste modo, os restos humanos dali provenientes resultaram de intervenção arqueológica realizada em data ulterior a 1880.

Já na ribeira de Muge, então designada por Paul do Duque, o primeiro concheiro identificado por Carlos Ribeiro foi o da Fonte da Burra, situado a pouca distância da povoação e na encosta esquerda da ribeira, o qual foi ulteriormente denominado Moita do Sebastião. Prosseguindo de jusante para montante, ao longo da margem esquerda da ribeira de Muge, Carlos Ribeiro não se apercebeu da existência do concheiro do Cabeço da Amoreira, a 1,5 km do anterior e do mesmo lado do vale, apesar de bem evidente na paisagem, pelo montículo de conchas que o constitui. O referido concheiro só foi reconhecido posteriormente, talvez em 1864, aquando da realização das escavações no Cabeço da Arruda, pois o mesmo é mencionado em 1865 (COSTA, 1865).

Prosseguindo para montante, Carlos Ribeiro atravessou o Paul do Duque e, já na margem direita do vale, identificou o concheiro do Cabeço da Arruda, que foi aquele onde se iniciaram as escavações, em 1864, alargadas em 1880, quando foram visitadas pelos participantes da IX Sessão do Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia Pré-Histórica, na excursão a Muge, então organizada. Ainda antes de 1880, foram identificados os concheiros da Fonte do Padre Pedro e do Cabeço da Amoreira (RIBEIRO,1884, p. 280), todos eles objeto de escavações ou de simples sondagens ainda no século XIX.



Fig. 7 – Localização dos principais concheiros mesolíticos dos vales tributários da margem esquerda do Baixo Tejo. 1 – Fonte da Moça 1; 2 – Fonte da Moça 2; 3 – Fonte do Padre Pedro; 4 – Flor da Beira; 5 – Cabeço da Arruda; 6 – Moita do Sebastião; 7 – Cabeço da Amoreira; 8 – Cova da Onça; 9 – Monte dos Ossos; 10 – Magos de Cima; 11 – Cabeço da Barragem; 12 – Cabeço dos Morros; 13 – Magos de Baixo.

As escavações efetuadas em 1864, por iniciativa de Carlos Ribeiro, no concheiro do Cabeço da Arruda, foram as primeiras que, com método científico, se realizaram em Portugal. O corte estratigráfico então executado do lado sudoeste do concheiro, voltado para o Paul do Duque, e que atravessou todas as camadas constituintes da acumulação, evidenciou bem a disposição das camadas arqueológicas, com a característica disposição inclinada, resultante de sucessivos despejos realizados que estiveram na origem do crescimento do montículo artificial (Fig. 8).

Os resultados obtidos no concernente aos restos humanos foram publicados por Pereira da Costa, que utiliza, sem citar a fonte, toda a informação de campo recolhida por Carlos Ribeiro naquela que foi a primeira monografia sobre uma estação pré-histórica do território português. No longo título da publicação, *Da exis-*



Fig. 8 – Corte estratigráfico registado certamente por Carlos Ribeiro em 1865 na frente do concheiro do Cabeço da Arruda voltado para a ribeira de Muge, então designada por Paul do Duque aquando das escavações ali realizadas no ano anterior (in COSTA, 1865).

tência do homem em épocas remotas no vale do Tejo – primeiro opúsculo. Notícia sobre os esqueletos humanos descobertos no Cabeço da Arruda, era já patente a preocupação de demonstrar a antiguidade do povoamento humano do território português (COSTA, 1865) (Fig. 9).

O autor demonstra pleno domínio do objeto de análise, e, centrado no estudo antropológico de alguns dos restos humanos recuperados, não deixa de evidenciar a atualização científica dos seus conhecimentos, nomeadamente através do uso da bibliografia mais relevante que estava disponível ao tempo. Pode-se, contudo, estranhar o facto de Carlos Ribeiro não ter sido associado como autor à referida publicação, uma vez que foi ele a reconhecer o sítio arqueológico e a dirigir as escavações de que resultaram os espólios estudados por Pereira da Costa (CARNEIRO et al., 2013). Mas esta é uma questão que não pode ser abordada pelos critérios científicos vigentes na atualidade. Com efeito, a atribuição a Pereira da Costa da plena autoria da referida *Memória* foi objecto do prévio acordo estabelecido com Carlos Ribeiro, no âmbito da separação de funções cometidas a cada um dos membros codiretores da Comissão Geológica. É o próprio Carlos Ribeiro que o declara em manuscrito recentemente publicado pelo signatário:

"*Ao Sr. F. A. P. da Costa também Membro Director da Commissão Geologica cedemos a descripção destes restos humanos, fornecendo-lhe para este fim todos os esclarecimentos que a observação dos factos nos próprios logares nos tinha sugerido*" (CARDOSO, 2015, p. 86).

Numa outra passagem do mesmo manuscrito, pode ler-se:

"*Ao nosso colega da Commissão Geologica o Sr. F. A. Pereira da Costa cedemos a descripção dos esqueletos humanos como mais habilitado do que nós em conhecimentos ostheologicos; descripção que foi publicada em 1865*" (CARDOSO, 2015, p. 86).

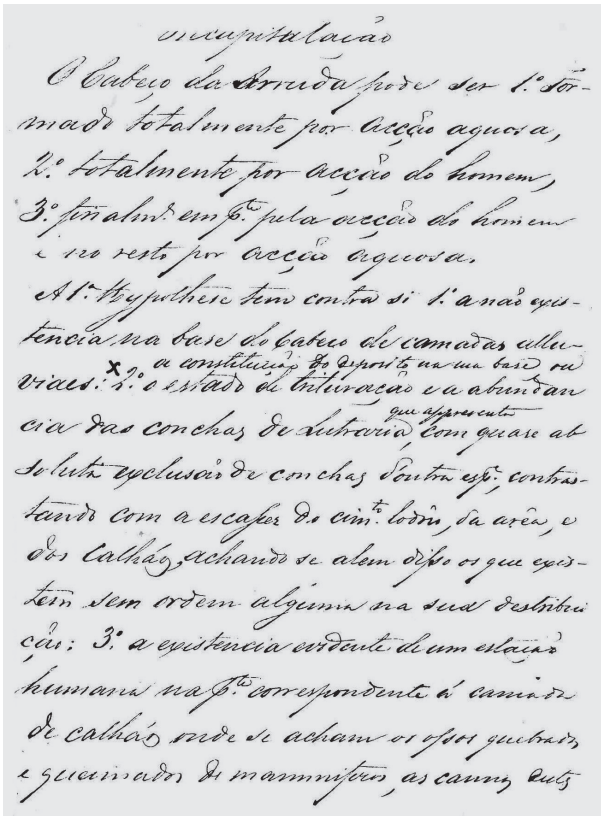
Estas duas passagens do manuscrito publicado pelo signatário em 2015 não deixam dúvida quanto ao acordo estabelecido entre ambos no respeitante à publicação da monografia e à sua autoria.

Por outro lado, a própria separação das tarefas atribuídas aos dois membros codiretores da Comissão Geológica fazia de Carlos Ribeiro o responsável dos trabalhos de cartografia geológica e de Pereira da Costa o autor dos estudos de gabinete sobre os materiais obtidos no terreno, mesmo que tivessem resultado da atividade do próprio Carlos Ribeiro. No caso em apreço, é mesmo provável que Pereira da Costa jamais se tenha deslocado ao local do concheiro em causa.

Sabe-se que, nas escavações do concheiro do Cabeço da Arruda de 1864, se empregaram nas explorações dos concheiros em causa dois coletores, conforme referido na p. 97 do *Relatório da Commissão Geologicade Portugal* relativo ao ano económico de 1864/1865 (Relatorio da Commissão Geológica de Portugal correspondente ao anno económico 1864-65, Lisboa, Arquivo Histórico do Laboratório Nacional de Energia e Geologia, 1865). Também se sabe que as escavações foram acompanhadas por Nery Delgado, então adjunto da Comissão


COMMISSÃO GEOLOGICA DE PORTUGAL

DA EXISTENCIA DO HOMEM EM EPOCHAS REMOTAS NO VALLE DO TEJO


O Cabeço da Arruda pode ser 1.º formado totalmente por acção aquosa, 2.º totalmente por acção do homem, 3.º principalmente pela acção do homem e no resto por acção aquosa.

A 1.ª hypothese tem contra si 1.º a não existencia na base do cabeço de camadas alluviaes. 2.º a constituição do deposito em uma base ou estado de betturação e a abundancia das conchas de betturia que apparecem com quase absoluta exclusão de conchas d'outra esp.ª contrastando com a escassez do cim.º todo da area, e dos calhaus, achando se alem d'isto os que existem sem ordem alguma na sua destribuição: 3.º a existencia evidente de uma estação humana na p.te correspondente á camada de calhaus onde se acham os ossos quebrados e queimados de mammiferos, as cannas [illegible]

Fig. 9 – À esquerda: capa da monografia publicada pela Comissão Geológica de Portugal em 1865, da autoria de Pereira da Costa, dedicada ao concheiro do Cabeço da Arruda. Arquivo de João Luís Cardoso. À direita: folha autógrafa do manuscrito de Pereira da Costa dedicado ao concheiro do Cabeço da Arruda, com correcções do próprio. Arquivo Histórico do LNEG (in CARDOSO & ROLÃO, 1999/2000).

Geológica, que recordou, na ocasião, as semelhanças entre o concheiro em questão e os célebres concheiros da Dinamarca, conforme declara Carlos Ribeiro, em manuscrito já publicado (CARDOSO, 2013, pp. 89-100). Tal ideia terá sido suscitada pelo mencionado livro de Lyell, saído no ano anterior (LYELL, 1863), o qual era do conhecimento dos membros da Comissão Geológica.

É interessante verificar que, em 1863, Carlos Ribeiro atribuiu a formação dos concheiros do Armeiro do Roquete e Cabeço da Arruda a causas naturais, e não à atividade antrópica. Esta, no entanto, foi rápida e devidamente valorizada, aquando das escavações realizadas no Cabeço da Arruda, logo em 1864, ao tornar-se evidente pela presença de numerosos esqueletos humanos, que então atingiam os 45 indivíduos (CARDOSO, 2013, p.460 e ss.), número muito aumentado pelas escavações realizadas em 1880, sendo alguns deles fotografados *in situ*, o que constitui o primeiro registo deste tipo publicado em Portugal (RIBEIRO, 1884) (Fig. 10).

Aquando das escavações efetuadas em 1864, realizou-se a um corte que atravessou todas as camadas constituintes do concheiro, no lado sudoeste do mesmo, voltado para o Paul do Duque, as quais foram minuciosamente descritas e interpretadas por Carlos Ribeiro, conforme se pode ler na monografia assinada apenas por Pereira da Costa (Fig. 7.

Não admira, pois, que Carlos Ribeiro se sentisse no direito de, ulteriormente, quando as relações já estavam cortadas entre ambos, sublinhar, de forma concisa e objetiva a efetiva autoria da identificação e dos trabalhos arqueológicos então realizados naquelas que são umas das mais notáveis estações mesolíticas europeias, conforme acima se demonstrou por transcrições da palavras do próprio a tal respeito.



Fig. 10 – Vista parcial da camada basal do concheiro do Cabeço da Arruda escavada em 1880, observando-se diversos enterramentos então postos a descoberto, atestando a qualidade do trabalho realizado sob a diecção de Carlos Ribeiro (in RIBEIRO, 1884).

O impacto internacional destas descobertas muito contribuiu para a realização, em setembro de 1880, da IX Sessão do Congresso Internacional de Arqueologia e de Antropologia Pré-Históricas, na qual coube a Carlos Ribeiro desempenhar o papel de anfitrião e de principal responsável pela organização da reunião, na qualidade de secretário-geral.

Ali apresentou Carlos Ribeiro, já diminuído fisicamente pela moléstia de que viria a falecer dois anos volvidos, uma comunicação, ilustrando os trabalhos nesse ano realizados nos concheiros do Cabeço da Arruda e da Moita do Sebastião, merecendo destaque especial o número acrescido de esqueletos humanos postos a descoberto em ambos os locais. Tal trabalho só viria a ser publicado postumamente, em 1884, nas actas desta célebre reunião científica (RIBEIRO, 1884), do qual se fez separata (Fig. 11).

Verifica-se, assim, que Carlos Ribeiro desde cedo perspetivou a investigação em arqueologia pré-histórica como importante fonte de conhecimento, indispensável à geologia do quaternário e à geologia aplicada. Tal posição só espanta por ser pioneira, e sobretudo porque, infelizmente, não teve o desenvolvimento que mereceria: quantas dificuldades no terreno e dinheiro mal gasto do erário público se teriam poupado se os projetistas de obras públicas dos dias de hoje tivessem a simplicidade e a clarividência demonstradas por Carlos Ribeiro, ele próprio personificando a importância da existência de um conhecimento sincrético, que, englobando a geologia, a arqueologia e a engenharia civil e de minas, tornaram mais sustentável e valorizaram indiscutivelmente a sua atuação, tanto no terreno como nos relatórios e trabalhos que produziu.

3 – A MEMÓRIA PUBLICADA EM 1865

Esta Memória respeita essencialmente ao estudo dos restos humanos recuperados nas escavações realizadas no concheiro do Cabeço da Arruda no ano anterior, referindo-se sucessivamento ao modo de formação da acumulação antrópica, e respectiva estratigrafia, aos materiais recolhidos, dando especial atenção aos restos faunísticos, e à sua classificação e integração. As obras consultadas e citadas revelam evidente actualização de conhecimentos, resultante do domínio da principal bibliografia então existente.


CARLOS RIBEIRO

LES KIOEKKENMOEDDINGS

DE

LA VALLÉE DU TAGE

LISBONNE

Fig. 11 – Capa da separata da autoria de Carlos Ribeiro da sua comunicação ao Congresso de 1880, publicada postumamente 4 anos depois (RIBEIRO, 1884).

O autor começa por referir os contributos de geólogos e arqueólogos que, desde os finais da primeira metade do século XIX, foram decisivos para demonstrar, em termos científicos, a antiguidade da presença humana. Entre todos, destaca Boucher de Perthes, que, ao longo de porfiados trabalhos de campo nos terraços do vale do Somme, conseguiu demonstrar a coexistência de produtos da atividade humana com espécies de grandes mamíferos há muito extintas (PERTHES, 1847/1864).

Com efeito as investigações desenvolvidas pelo pioneiro da arqueologia pré-histórica no vale do Somme motivaram muitas e acaloradas discussões, também realizadas no terreno, as quais conduziram, finalmente, ao consenso dos mais eminentes geólogos e arqueólogos franceses e ingleses, que aceitaram a efetiva associação entre as indústrias pré-históricas e os restos fósseis recuperados de espécies de há muito desaparecidas. Estes estudos tiveram, por seu turno, forte incentivo pela polémica que estalou aquando da publicação, em 1859, da célebre obra de Darwin (DARWIN, 1859).

Pereira da Costa utilizou também outra importante obra, há pouco publicada, da autoria de Charles Lyell (KYELL, 1863). Para as conclusões por ele apresentadas muito contribuíram as discussões em que participou acerca da efetiva associação de instrumentos pré-históricos a espécies de grandes mamíferos extintas recuperadas nos depósitos aluvionares do rio Somme, como era invocado por Boucher de Perthes, com os quais Pereira da Costa estabelece correlações. Ainda que tais considerando hoje se afigurem ultrapassados, o simples facto de utilizar tais termos de comparação evidencia a identificação, pela via científica, das causas que estiveram na origem das acumulações em apreço.

O concheiro assentava em depósito aluvionar fino, designado por "arenata do Plioceno Novo" o qual corresponde, na moderna terminologia, a um depósito de areias finas atribuídas ao Pliocénico (ROCHE, 1960). Carlos Ribeiro – pois foi ele o autor da descrição geológica – tinha, pois, razão ao considerar, em 1865, tais depósitos como pertencentes a tal época.

A formação do concheiro evidenciava a existência de leitos inclinados e imbricados, devidamente registados no corte publicado e atrás reproduzido (ver Fig. 8). A ocorrência destes leitos com pendores de cerca de 45º explica-se por ser o ângulo de repouso (o ângulo máximo formado com o plano horizontal correspondente ao depósito em materiais granulares sem intervenção humana) resultado do despejo a céu aberto dos restos alimentares, essencialmente constituídos por conchas, produzido a partir de um plano mais alto, originando assim o crescimento do concheiro em diversas direções. Esta descrição é importante, não só porque ainda hoje mantém atualidade, mas também porque corresponde ao primeiro corte estratigráfico realizado em Portugal numa estação arqueológica.

A discussão sobre as causas que terão provocado a acumulação do concheiro do Cabeço da Arruda – naturais ou de origem antrópica? – foi avançada, na monografia, exatamente nos mesmos moldes apresentados por Carlos Ribeiro, em 1863, conforme se verifica em originais manuscritos recentemente publicados (CARDOSO, 2013 a; CARDOSPO, 2013 b; CARDOSO, 2015 a; CARDOSO, 2015 b) (ver Fig. 5 e Fig. 6), indicando que a autoria desta parte da memória foi escrita pelo próprio Carlos Ribeiro, ou, pelo menos, baseou-se em apontamentos por ele cedidos a Pereira da Costa. Note-se que alguns investigadores, em obras recentes, quiseram ver, de forma exagerada, a omissão do nome de Carlos Ribeiro como um dos motivos para a dissensão ocorrida entre ambos em 1868, que esteve na origem da extinção da Segunda Comissão Geológica, tal como acima se referiu. Aliás, a transcrição parcial do estudo de Daniel Sharpe, de 1848 (SHARPE, 1848), a qual tinha já sido anteriormente efectuada por Carlos Ribeiro, reforça o facto de esta parte da *Memória* se lhe dever, e não a Pereira da Costa.

Ainda em relação aos processos de formação destes concheiros, não existe presentemente nenhum argumento que apoie a hipótese, discutida por Pereira da Costa, de os leitos superiores se terem formado "debaixo de água, em um lugar sujeito a cheias periódicas". Com efeito, a influência das cheias da ribeira de Muge na deposição de finos leitos arenosos intercalados na camada conquífera do concheiro do Cabeço da Arruda, já invocada (ROCHE & FERREIRA, 1957) não se afigura provável, pois nesse caso seria a própria camada arqueológica a ser removida ou ravinada, dada a sua baixa coesão e fina granulometria. É possível que a formação destes leitos se fique a dever à deposição de finas areias eólicas, rapidamente acumuladas aquando de curtas paragens nos despejos efetuados, ou simplesmente à deposição antrópica, no sentido de regularizar a superfície do concheiro.

Assim, a atribuição da formação do depósito superior à acção conjugada de «cheias periódicas» e do abatimento (ou assentamento) das camadas, com base na estratificação observada, não tem fundamento. A aludida disposição em camadas resultou da forma como os sucessivos despejos se acumularam a céu aberto, A interpretação de Pereira da Costa resulta, segundo se crê, da impossibilidade de conceber, à época, a formação de um depósito das dimensões do concheiro do Cabeço da Arruda através da exclusiva acção antrópica.

O Autor observa que teria existido uma etapa precoce da ocupação do Cabeço da Arruda correspondente a uma atividade cinegética representada por ossos de grandes mamíferos selvagens observados sobretudo na parte inferior da sequência estratigráfica. No entanto, as intervenções, ulteriores são omissas a tal respeito. Por outro lado a associação daqueles restos de grandes mamíferos a seixos estalados pelo fogo faz sentido, na medida em que estes estariam relacionados com empedrados aquecidos sobre os quais as peças de carne seriam grelhadas. Estes contextos integram o "depósito inferior" que Pereira da Costa admite ser de origem antrópica, o mesmo onde ocorriam os restos humanos postos a descoberto. Já o mesmo poderia não se ter verificado no tocante às acumulações mais modernas na parte mais alta do concheiro, que resultariam das aludidas causas naturais. Dado o impasse a que Pereira da Costa chegou na tentativa de explicar a formação da parte superior do concheiro do Cabeço da Arruda por mecanismos exclusivamente geológicos, acabou por

admitir que o mesmo tivesse resultado, tal como o depósito inferior, da ação humana, "apesar da sua aparência de estratificação". Esta ressalva sublinha a impossibilidade de o autor conceber a existência de depósitos estratificados por causas antrópicas,

Merece menção a observada abundância de *Lutraria compressa* (= *Scrobicularia plana*), na constituição do próprio concheiro, nome científico para a lamejinha, molusco comestível existente em ambientes salobros, como os do estuário do Tejo da actualidade, onde tal espécie existe ainda.

A presença nos concheiros de Muge de espécies que requerem uma maior salinidade da actualmente observada por alturas de Muge, conforme foi assinalado correctamente por Pereira da Costa, explica-se pela maior progressão da cunha salina para montante, em relação com a oscilação das marés, relativamente à observada na atualidade. Tal situação era então facilitada pelo facto de o leito do Tejo ainda se não encontrar totalmente assoreado por efeito da transgressão flandriana (van der SCHRIEK et al., 2007). Logo que tal se verificou, as espécies de moluscos que detinham importante papel na alimentação das populações para-sedentárias mesolíticas de Muge deixaram de ter ali condições de vida adequadas, com o seu consequente desaparecimento, de que resultou o abandono dos próprios concheiros, cerca de 5000 cal. BC. (BICHO, 2009).

Pereira da Costa menciona outros concheiros já então conhecidos no vale da ribeira de Muge. É o caso do concheiro do Cabeço da Amoreira o qual não tinha sido identificado por Carlos Ribeiro aquando da sua primeira prospeção, em abril de 1863. As escavações ali ulteriormente realizadas, ainda no século XIX, puseram a descoberto, na base do concheiro, um assinalável número de sepulturas, ainda desconhecidas na época em que esta *Memória* se publicou. Algumas delas foram observadas, em 1880, pelos participantes na IX Sessão do Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia Pré-Históricas, aquando da sua visita às escavações do Cabeço da Arruda (RIBEIRO, 1884).

Outro concheiro mencionado na Memória é o da Fonte do Padre Pedro, situado na margem direita da ribeira de Muge, a jusante do Cabeço da Arruda (ROCHE, 1960) no qual apenas se realizaram trabalhos ligeiros por iniciativa de Carlos Ribeiro (RIBEIRO, 1884., p. 281), o qual foi totalmente destruído na década de 1920. Era o menos importante dos quatro reconhecidos no vale da ribeira de Muge.

Enfim, é de notar que Pereira da Costa não menciona um quarto concheiro, já então conhecido, o primeiro a ser identificado por Carlos Ribeiro, em abril de 1863, o da Fonte da Burra, conhecido ulteriormente pela designação de Moita do Sebastião. Ali foram realizadas escavações, ainda no século XIX, por Francisco de Paula e Oliveira (OLIVEIRA, 1888/1889) e, mais tarde, em meados do século XX, por Jean Roche e Octávio da Veiga Ferreira (cf. CARDOSO & ROLÃO, 1999/2000).

No tocante às observações sobre os restos humanos que estudou, e que constituíaram o objecto principal da sua Memória, Pereira da Costa refere a existência de uma "pasta" constituída por fragmentos de conchas, carvões e outros elementos, que envolvia os esqueletos humanos, os quais se concentravam, sobretudo, na base do concheiro. Tal fenómeno, como bem refere, possui causas exclusivamente naturais, tendo resultado da precipitação do carbonato de cálcio existente nas conchas, anteriormente lixiviadas pelas águas das chuvas, em contacto com o substrato geológico do concheiro, de natureza siliciosa, possuindo a acidez necessária à precipitação do carbonato de cálcio. Foi este fenómeno que explica a boa conservação dos ossos humanos, envolvidos numa ganga carbonatada endurecida, corretamente designada neste trabalho por "tufo" ou "tufo calcário".

Depois de discutir as causas das deposições dos corpos, com base nas posições no terreno dos restos respectivos, Pereira da Costa afirma que tais restos foram rapidamente cobertos, o que explica o seu bom estado de conservação. Porém, importa sublinhar que a causa da rápida cobertura dos corpos se deveu ao facto de os mesmos terem sido sepultados, e não abandonados em um qualquer depósito coberto por outros

sedimentos devido a causas naturais. Esta ideia, contudo, é depois contrariada, conforme se deduz da continuação da leitura. A citação de autores coevos e a utilização das informações por estes apresentadas, com evidente interesse para a discussão em apreço, mostra a atualização dos conhecimentos do autor.

Embora seja evidente em todos os concheiros do vale da ribeira de Muge explorados por escavações mais ou menos extensas – Cabeço da Arruda, Moita do Sebastião e Cabeço da Amoreira – uma concentração de sepulturas na base dos concheiros, tal evidência parece ser mais aparente do que real. Com efeito, no concheiro da Moita do Sebastião apenas foi explorada a camada arqueológica basal, onde se dispersavam numerosas sepulturas, pois o resto do concheiro foi arrasado, sem acompanhamento arqueológico. Por outro lado, as escavações realizadas nas décadas de 1950 e de 1960 naquele e nos outros dois concheiros privilegiaram a regularização de cortes das antigas escavações do século XIX e da década de 1930, efetuadas sob a égide de Mendes Corrêa, pelo que, nestas circunstâncias, dificilmente se poderiam evidenciar sepulturas nos depósitos médios e superiores dos concheiros, por se ter privilegiado um registo vertical. Mas a prova de que ao longo do tempo em que os concheiros foram ocupados se efetuaram tumulações, nos depósitos que ali foram sendo sucessivamente acumulado, foi obtida pelas escavações realizadas no concheiro do Cabeço da Amoreira, primeiro por iniciativa de José Rolão e, mais tarde, de Nuno Bicho, as quais se prolongaram até ao presente, em que foram encontradas, até muito perto da atual superfície daquele concheiro, diversas sepulturas mais ou menos bem conservadas.

Acerca de alguns aspectos tafonómicos observados por Pereira da Costa, é de referir a possibilidade de esmagamento por pressão dos terrenos ter estado na origem das alterações observadas nos ossos humanos recuperados, por ele já admitida. No entanto, importa também ter em consideração a existência de violência intra ou intercomunitária, que explicaria certos esmagamentos e lesões traumáticas devido a impacto (ANTUNES & CUNHA, 1992/1993; ANTUNES, 2009). É interessante que, logo no primeiro trabalho dedicado ao estudo dos restos humanos mesolíticos de Muge, se tenha colocado a hipótese de tais fraturas ou esmagamentos se deverem também a violência humana. A actualização dos conhecimentos de Pereira da Costa revela-se também noutras observações, ao atribuir a fraturas intencionais a fragmentação dos ossos de animais utilizados na alimentação. Por outro lado, as observações rigorosas sobre o posicionamento relativo dos segmentos ósseos, bem como a presença de ossos estranhos aos esqueletos junto aos quais jaziam, revelam o rigor com que se fez a escavação e o ulterior levantamento dos esqueletos, trazendo-os do terreno em conexão anatómica para serem estudados em Lisboa por Pereira da Costa. O autor chegou à conclusão certa, no respeitante à origem antrópica das tumulações, porém ao fim de um longo caminho em que foram discutidas hipóteses que à partida deveriam ter sido classificadas como espúrias e sem fundamento, mesmo para a época. Ao considerar plausível o "enterramento dos homens feito por submersão em um pego", provavelmente por influência dos enterramentos da Idade do Bronze nas turfeiras norueguesas, prova o seu total desconhecimento das condições reais da jazida, que facilmente poderia observar no terreno, no caso de ter lá ido, ao menos uma vez. Tal seria suficiente para, mesmo não sendo geólogo, evitar hipótese fantasiosa como esta, podendo em caso de dúvida aconselhar-se com os seus colegas Carlos Ribeiro e Nery Delgado, geólogos experientes e que não deixariam de o elucidar cabalmente, até porque ambos conheciam bem os trabalhos de campo efetuados.

De facto, a posição que os esqueletos conservavam nos depósitos resulta exclusivamente daquela em que foram intencionalmente colocados nos respetivos covachos (STEJERNA, 2016) e não a quaisquer alterações pós-deposicionais sofridas em virtude de ações mecânicas naturais, como as inundações, invocadas por Pereira da Costa. Assim sendo, a referência à escassez de "esqueletos inteiros" no Cabeço da Arruda dever-se-á, essencialmente, às técnicas de escavação utilizadas na campanha de 1864,a qual terá privilegiado essencialmente



Fig. 12 – Corte transversal do concheiro do Cabeço da arruda, executado no decurso das escavações de 1865, com a localização das trincheira então aberta. Note-se a inclinação da frente do corte, para assegurar a estabilidade dos depósitos, seguindo técnica que, em Inglaterra vinha sendo também seguida pelo General Pitt Rivers nas suas escavações (in COSTA, 1865).

a execução de cortes geológicos, seguindo os princípios metodológicos da Geologia (Fig. 12), de que resultaram, naturalmente, a recuperação de importantes restos osteológicos humanos (Fig. 13).

As escavações ulteriores, a começar pelas efectuadas em 1880 no mesmo concheiro e igualmente sob a direcção de Carlos Ribeiro, evidenciaram esqueletos completos, mercê das escavações em área então realizadas (ver Fig. 10).

É de destacar a identificação de cáries nas séries dentárias observadas por Pereira da Costa, característica especialmente rara no Mesolítico de Muge, à semelhante de outras estações da mesma época. Com efeito, em 428 dentes examinados provenientes do concheiro de Moita do Sebastião, apenas quatro exibem seguramente cáries, a que se somam mais seis com reservas (FEREMBACH, 1974).



Fig. 13 – Restos humanos recolhidos no concheiro do Cabeço da Arruda em 1864, estudados e publicados no ano seguinte por Pereira da Costa (in COSTA, 1865).

A comparação dos restos humanos do Cabeço da Arruda com a mandíbula de Moulin-Quignon, ensaiada por Pereira da Costa, sabemo-lo hoje, é espúria, porque, logo em 1864, foi demonstrado por Charles Lyell que a mandíbula de Moulin-Quignon é moderna. É curioso, no entanto, observar que Pereira da Costa, tendo acesso ao estudo de Lyell (LYELL, 1864), publicado na mesma obra coletiva dedicada ao estudo da mandíbula de Moulin-Quignon e de outros restos humanos antigos do território francês, que aliás utilizou, não tenha dado importância à opinião daquele eminente geólogo.

O crânio de Engis, recuperado em caverna perto de Liège e publicado por Schmerling em 1833, foi também referido por Pereira da Costa no quadro da discussão comparativa dos restos humanos do Cabeço da Arruda. Mas o exemplar em causa não corresponde ao crânio de criança que foi no século XX atribuído ao Neandertal. Trata-se de um exemplar que, na época, foi considerado, conjuntamente com outros, de idade paleolítica, mas que se verificou depois ser de época mais tardia. De facto, referida caverna havia crânios de várias épocas,

embora, na altura em que Pereira da Costa escreveu esta memória, todos eles fossem considerados paleolíticos e, portanto, mais antigos que os do Cabeço da Arruda, com os quais - e especialmente o exemplar citado – foram comparados. Ver nota 62. De salientar, nesta e em outras referências bibliográficas, uma vez mais, a atualização científica de Pereira da Costa, pois, tendo sido aquelas investigações divulgadas em 1863, logo chegaram ao conhecimento do português. Os materiais humanos remontam ao Paleolítico Superior, podendo representar uma variedade de Cro-Magnon recente e grácil (cf. Bernard Vandermeersch, «Bruniquel», in André Leroi-Gourhan (ed.), *Dictionnaire de la Préhistoire*, Paris, Presses Universitaires de France, 1988).

Sublinhe-se o método científico seguido por Pereira da Costa na caracterização, discussão e comparação dos espólios osteológicos humanos recuperados no Cabeço da Arruda, recorrendo para tal às informações disponíveis na escassa bibliografia especializada da época, analisando ponto a ponto os caracteres morfológicos considerados mais importantes. Pode ser que tal exercício seja hoje considerado espúrio, mas, como princípio metodológico, é exemplar e ilustra bem a qualidade científica do autor.

A aludida escassez de indústrias líticas deve-se sobretudo ao facto de estas serem de pequenas dimensões e, consequentemente, de difícil identificação, por não se terem crivado as terras da escavação. Tendo presente a quase ausência à sua menção na memória de 1865, com excepção de alguns macro-artefactos, a atribuição dos restos de moluscos encontrados à alimentação humana terá resultado, sobretudo, da existência de paralelos já então conhecidos, constituídos pelos aludidos concheiros da Dinamarca, remontando já ao Neolítico e a épocas ulteriores. É interessante notar que Pereira da Costa considerou-os mais modernos que os depósitos "associados em França a ossadas de mamíferos de espécies perdidas", referindo-se claramente às jazidas acheulenses do vale do Somme, investigadas por Boucher de Perthes, o que estava certo.

Entre as escassas referências a materiais arqueológicos, é de registar a menção a uma placa com marcas de utilização como dormente, à semelhança de outras, uma delas reproduzido na única obra de Carlos Ribeiro dedicada às escavações por si dirigidas no Cabeço da Arruda, recolhida no concheiro da Moita do Sebastião (RIBEIRO, 1884, Pl. III, n.º 3). Estas placas serviam como dormentes para o esmagamento de diversos produtos, por exemplo, corantes (hematite) para a execução de adornos corporais, ou unguentos. A coloração avermelhada observada por Pereira da Costa pode justamente explicar-se pela utilização no esmagamento da hematite. Outro exemplar mencionado por Pereira da Costa é um percutor que poderia ter tido vários usos, correspondendo provavelmente ao reaproveitamento de um seixo rolado de quartzito, como outros recolhidos nos diversos concheiros (cf. RIBEIRO, 1884, PI. III, n.º 2). Enfim, é de assinalar peça que poderia corresponder a brunidor/polidor, dada a presença de faces ativas, ostentando desgaste.

As observações apresentadas no respeitante à fracturação intencional dos ossos das espécies caçadas são muito pertinentes e evidenciam a argúcia de Pereira da Costa na interpretação das marcas exibidas por tais restos, pertencentes às espécies selvagens caçadas pelos habitantes dos concheiros, entre as quais o auroque, o veado, o cavalo e o javali. A correlação dos diversos tipos de fraturas antrópicas identificadas com os fins que se pretendiam atingir antecede em muitas dezenas de anos os primeiros estudos experimentais e etnoarqueológicos realizados, conducentes à interpretação funcional de tais fraturas, já corretamente identificadas por Pereira da Costa. Para tal, muito terá contribuído a sua formação de base como médico.

O autor assinala e representa também alguns instrumentos de osso, entre os quais punções e espátulas, uma delas executada numa costela de grande mamífero, por polimento (COSTA, 1865, Pl. VII). Mas as escassas indústrias humanas estudadas por Pereira da Costa não permitiam a atribuição a uma época específica. Peças tipologicamente mais características, como micrólitos de sílex, não foram então recolhidas devido à sua pequenez, uma vez que as terras não foram crivadas, como anteriormente se referiu.

A monografia publica também diversos restos de mamíferos recuperados nas escavações (Fig. 14). A hemimandíbula de maiores dimensões (Pl. VI, n.º 2) pertence à espécie *Lynx pardina* L., o lince ibérico, praticamente extinto no território nacional no final do século XX, sendo objeto de modernas tentativas de reintrodução. A hemimandíbula mais pequena pertence ao gato-bravo, *Felis sylvestris* L., ainda hoje presente em Portugal (CARDOSO, 1993, p. 453)

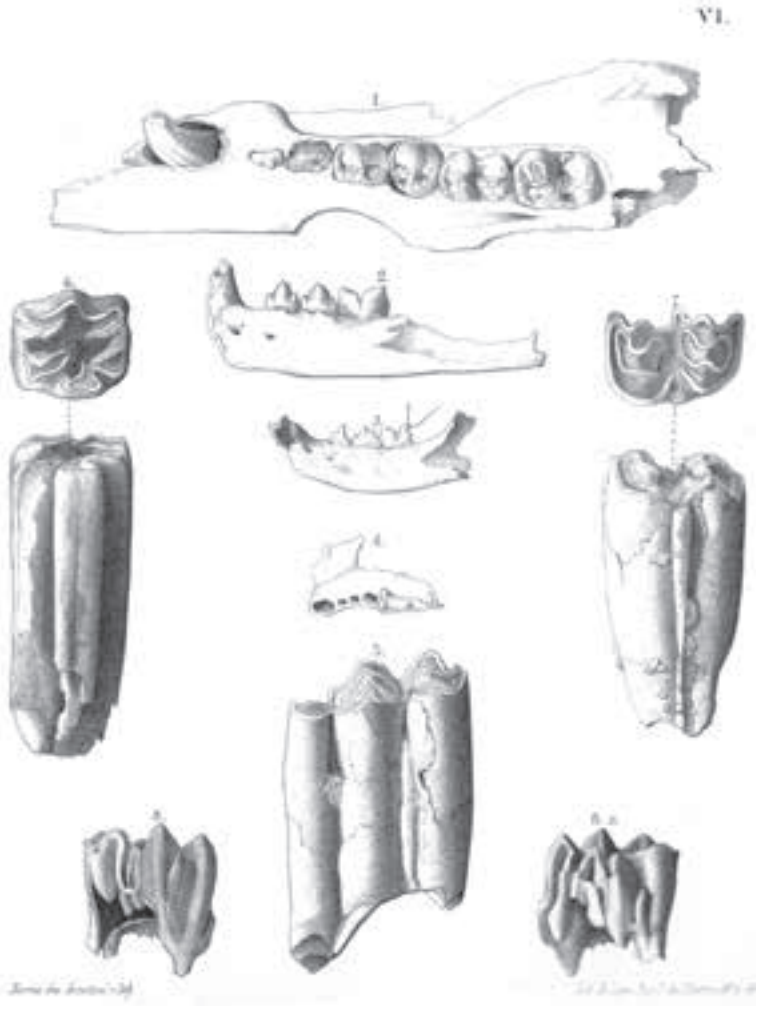


Fig. 14 – Restos faunísticos pertencentes a diversas espécies de mamíferos, estudados e publicados no ano seguinte por Pereira da Costa (in COSTA, 1865).

Outro exemplar mereceu atenção: trata-se de fragmento de maxilar com a carniceira superior (último pré-molar) e o único molar (o terceiro molar superior). As dimensões do último pré-molar são também compatíveis com o gato-bravo, *Felis sylvestris* L. (cf. Ibidem, p. 472). A atribuição deste exemplar ao género *Gulo* sp., por Pereira da Costa, embora com reservas, é de rejeitar. O glutão é mamífero característico de climas muito mais rigorosos do que o existente, no Mesolítico, na região de Muge; mesmo durante o Plistocénico, os rigores de frio que são indicados pela presença deste género não teriam sido atingidos no território português, pelo menos durante intervalo de tempo suficiente para a instalação da espécie, o que explica o facto de esta não ter sido reconhecida até ao presente no registo fóssil do nosso território.

Na Pl, VI, n,º 6 reproduz-se também dente jugal superior de cavalo, *Equus caballus* L. mas a sua presença do cavalo na Europa não se pode associar à presença humana, ao contrário do admitido por Pereira da Costa sendo certo, no entanto, que nas estepes da Ásia viviam manadas de cavalos, que permaneceram selvagens até à atualidade (*Equus caballus przewalskii*). No território português, o cavalo constituía, no decurso do Paleolítico Médio e do Paleolítico Superior, uma das espécies mais abundantes de grandes mamíferos, tendo-se mesmo aqui identificado uma subespécie de carácter geográfico: *Equus caballus antunesi* (CARDOSO & EISENMANN, 1989). Com o final do Plistocénico, o cavalo selvagem torna-se muito raro, podendo mesmo ter desaparecido totalmente de vastas regiões europeias, com exceção da Península Ibérica, tendo sido apenas reintroduzido no território português, já no estado doméstico, em fase final do Calcolítico, tornando-se a breve trecho essencial para as atividades económicas humanas (transporte de pessoas e de mercadorias) (LIBRADO et al., 2024). A presença de restos de cavalo selvagem nos concheiros mesolíticos de Muge, documentada

pelo dente reproduzido por Pereira da Costa, comprovou, no território português, a sua sobrevivência no Holocénico, estando igualmente presente em outros contextos pré-históricos mais modernos do nosso país (CARDOSO, 1995). Neste caso concreto, Pereira da Costa agiu com prudência ao não se comprometer com uma designação específica. Trata-se, no entanto, como hoje se sabe, do cavalo selvagem europeu, *Equus caballus* L., também designado como *Equus caballus ferus* ou, simplesmente, *Equus ferus*.

A presença de auroque encontra-se documentada por três dentes: para além do exemplar da Pl. VI, n.º 7 que Pereira da Costa atribuiu prudentemente a *Bos* p. é o caso do representado na Pl. VI, n.º 5 correspondente a um terceiro molar inferior esquerdo de auroque e que erradamente atribuiu a *Cervus* sp. O boi selvagem, *Bos primigenius* Boj., constituía espécie que na época era abundante no atual território português; os últimos exemplares aqui seguramente caracterizados remontam ao final do Calcolítico, época em que se terá assistido à extinção da espécie devido à pressão humana. Na Europa Oriental, o auroque sobreviveu até ao século XVII, tendo-se conservado nas florestas polacas, onde era caçado pela aristocracia; o último exemplar foi ali abatido em 1627 (CARDOSO, 1993, p. 176). Também o dente fragmentado representado na Pl. VI, n.º 8 e 8a não pertence a veado, *Cervus elaphus* L., como julgava Pereira da Costa, mas a um molar superior lacteal de auroque, *Bos primigenius* Boj. Deste modo, embora a presença do veado no concheiro do Cabeço da Arruda fosse já conhecida pela ocorrência de «paus», ou seja, porções das armações recuperadas pelos habitantes do concheiro para o fabrico de diversos instrumentos, como corretamente referiu Pereira da Costa, não se pode inferir através da existência desta espécie através dos dentes reproduzidos, por terem sido incorretamente a ela atribuídos.

O javali foi outra espécie documentada por Pereira da Costa. Na pl. VI, n.º 1 representa-se um fragmento do maxilar esquerdo de javali, *Sus scrofa* L., com a dentição completa, conservando-se o terceiro molar totalmente escondido ainda no alvéolo, correspondendo, assim, a um exemplar subadulto. Compreende-se o cuidado de Pereira da Costa em se ficar pela designação genérica, pois, do ponto de vista estritamente anatómico, esta peça não é diferenciável do porco doméstico. Desta forma, é o contexto cultural mesolítico de onde provém, com total ausência de animais domésticos, com excepção do cão, que permite a sua atribuição a espécies selvagens.

Estudos ulteriores vieram comprovar uma idade pós-glaciária para os concheiros do vale do Tejo, compatível com a ausência de espécies de grandes mamíferos extintas no final do Plistocénico, as quais estão presentes em jazidas mais antigas do território português (CARDOSO, 1993). Deste modo, o critério de ausência de tais espécies no Cabeço da Arruda constituía já um bom indicador da relativa modernidade da estação pelo que, invocando embora critérios hoje ultrapassados, o Autor chegue à conclusão correta de os machados de pedra polida (então designados por «celts») serem mais modernos do que o concheiro do Cabeço da Arruda, onde não encontrou nenhum destes instrumentos.

Na verdade, o concheiro do Cabeço da Arruda, tal como os restantes concheiros da região de Muge, integra-se, sabemo-lo hoje, no Mesolítico, o qual, na época, ainda não tinha sido devidamente caracterizado. Tal período, como o seu nome indica, corresponde a uma etapa cultural intermédia entre o Paleolítico e o Neolítico, designações propostas naquele mesmo ano de 1865 por John Lubbock, enquanto o termo «Mesolítico» foi proposto apenas em 1873 por M. Reboux. Contudo, ainda em 1880, no Congresso de Lisboa, esta designação ainda não era utilizada para designar os concheiros em apreço, prova de que ainda se não encontrava plenamente aceite pelos arqueólogos.

Enfim, e em jeito de conclusão, verifica-se que a Memória apresentada por Pereira da Costa dedicada ao concheiro do Cabeço da Arruda evidencia capacidade de síntese e de objetividade. Verifica-se, no entanto, uma mal disfarçada preocupação em manter aberta a improvável possibilidade de esta estação arqueológica serem tão antigos quanto os mais antigos até então identificados além-Pirenéus, pois, com os dados recolhidos, poderia ter concluído de forma mais segura e óbvia, embora menos sugestiva, pela sua menor antiguidade.

O destino de todos os materiais publicados por Pereira da Costa nesta Memória do Cabeço da Arruda, permaneceram na Comissão Geológica até finais de 1868, quando foi ordenada a sua transferência para a Escola Politécnica. Embora se saiba que, pelo menos uma parte das coleções reunidas até 1868 reunidas não saiu das instalações da Comissão, estabelecida no 2.º andar do edifício da Academia das Ciências de Lisboa, como é o caso de espólios das grutas da Furninha e da Casa da Moura (CARDOSO, 2015 c), os espólios antropológicos ora estudados terão sido para ali conduzidos, até porque o responsável por tal decisão governamental, na sequência da extinção da 2.ª Comissão Geológica, naquele mesmo ano de 1868, foi o próprio Pereira da Costa, depois do diferendo ocorrido com Carlos Ribeiro, conforme anteriormente se referiu.

4 – REPERCUSSÃO INTERNACIONAL DAS INVESTIGAÇÕES

A repercussão internacional das descobertas e, em particular, da *Memória* de Pereira da Costa contribuíram para a realização da IX Sessão do Congresso Internacional de Arqueologia e de Antropologia Pré-Históricas. Os congressistas tiveram a oportunidade de observar as escavações no dia 24 de setembro de 1880, numa memorável viagem em comboio especial até Santarém e dali por estrada em atrelagens de muares. Seguiu-se almoço volante, servido sob uma grande tenda armada no próprio local das escavações, cuja ementa diz bem da qualidade dos acepipes então servidos (Fig. 15).


EXCURSION A MUGE

Le 24 Septembre 1880

MENU

Fig. 15 – Menu do almoço volante servido no Cabeço da Arruda aos participantes da excursão realizada no âmbito da IX Sessão do Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia Pré-Históricas, reunido em Lisboa em Setembro de 1880. Arquivo de João Luís Cardoso.

É de destacar a relevante importância dada pelas autoridades locais ao acolhimento dos congressistas à chegada à estação de Santarém, e também pelos habitantes de toda a região, que se mobilizaram maciçamente, acompanhando os visitantes ao longo de todo o trajeto até Muge, passando o Tejo pela ponte de ferro ainda não completamente acabada e seguindo, depois, por Almeirim e Benfica do Ribatejo. Chegados a Muge, as descrições da visita efetuada apresentadas por dois dos mais ativos membros do congresso, Émile Cartailhac e Gustave Cotteau, que as publicaram pouco depois (CARTAILHAC, 1881; COTTEAU, 1889), são idênticas. Transcreve-se do primeiro os seguintes parágrafos, já que o relato do segundo foi publicado há poucos anos (CARDOSO & ROLÃO, 2000, p. 83-240):

"*Il était midi lorsque nous arrivions au monticule énorme de Mugem. Au sommet nous nous trouvons au bord d'une vaste et profonde excavation. On a laissé en place lettes humains rencontrés dans la fouille : l'apparition est saisissante ! Et tandis que deux mille personnes, du sommet des tranchées, regardent curieuses et étonnés,*

nous étudions la situation relative de ces squelettes, la composition du tumulus entièrement formé de débris de coquilles comestibles, de galets entiers et brisés apportés par l'homme et associés à des charbons, à de rares ossements et silex ; et les discussions vont leur train ! Mais l'heure passe ; il faut faire honneur au lunch servi sous la même tente qui nous abritait à Otta ; il semble qu'une baguette de fée ait tout ordonné ! Tandis que la majeure partie des excursionistes jouit d'une fraîcheur très-relative sous les grands arbres qui couvrent les flancs de la coline artificielle, nous nous rendons, en suivant la chaussée que traverse les marais, au tumulus voisin, au Cabeço d'Arruda. Là nous trouvons de plus nombreux squelettes humains ; ils sont à des hauteurs variées, il devient positif pour tous qu'ils sont contemporains des mangeurs de coquilles. Le système de formation du monticule nous apparaît clairement ; les os, les silex sont très-nombreux et nous pouvons faire ample provision de souvenirs. Plusieurs kilomètres de marche pénible à travers les sables brûlants nous séparaient de la route où nous retrouvons les voitures ; nous parcourons le chemin suivi le matin, enchantés de cette journée, une des plus belles, assurément, qu'aient vues les Congrès internationaux!" (CARTAILHAC, 1881, p. 16)[2]

Verifica-se que o primeiro concheiro a ser observado pelos congressistas foi o da Moita do Sebastião, por ser o que se encontrava mais perto da povoação de Muge, o qual era facilmente acessível por estrada de terra batida, a mesma que ainda hoje permite o acesso ao local do concheiro, infelizmente arrasado até á base pelas instalações agrícolas que a Casa Cadaval ali construiu no início da década de 1950, viabilizando, contudo, trabalhos arqueológico entre 1952 e 1954, que permitiram a identificação de numerosos enterramentos na base do mesmo, a única parte conservada (CARDOSO & ROLÃO, 1999/2000, p. 83-240).

Outra constatação é a de que foi ao concheiro do Cabeço da Arruda que os congressistas dedicaram maior atenção, a que não foi estranha a publicação de Pereira da Costa, de que todos teriam conhecimento. Com efeito, pouco antes da visita e já naquele ano de 1880, ali se pôs a descoberto a maior parte das sepulturas, na base do concheiro, destinadas a serem observadas *in situ* pelos participantes da excursão. Esta afirmação é corroborada por Paul Choffat, que publicou o relato da visita, declarando que esta foi guiada por Nery Delgado (CHOFFAT, 1884, p. 68-72).

Foi também no Cabeço da Arruda que se recolheu, nas escavações efetuadas pouco antes da realização do congresso, um esqueleto inteiro de cão doméstico, correspondendo à mais antiga sepultura desta espécie documentada em território português, conforme comprova a datação obtida, achado que, por razões desconhecidas, se manteve inédito. Só recentemente tal achado foi acidentalmente identificado numa gaveta dos reservados das coleções arqueológicas do Museu Geológico, tendo sido já publicado (DETRY & CARDOSO, 2010). No entanto, importa salientar que, desde as escavações de Carlos Ribeiro tal espécie já tinha sido ali reconhecida.

---

[2] "Era meio-dia quando chegámos ao enorme montículo de Muge. No cimo, achámo-nos à beira de uma vasta e profunda depressão. Deixámos no lugar os vários esqueletos humanos encontrados na escavação: a visão é impressionante! E enquanto duas mil pessoas, do topo das trincheiras, olham curiosas e espantadas, nós estudamos a posição relativa destes esqueletos, a composição do montículo totalmente formado de restos de moluscos, de seixos inteiros e partidos trazidos pelo homem e associados a carvões, a raros ossos e sílex; e as discussões prosseguem livremente! Mas as horas passam; devemos honrar o almoço servido sob a mesma tenda que nos abrigou na Ota; parece que uma varinha mágica providenciou tudo! Enquanto a maioria dos excursionistas aproveita alguma frescura sob as grandes árvores que cobrem os flancos da colina artificial, nós vamos, seguindo a estrada que atravessa os pauis, para o montículo vizinho, no Cabeço de Arruda. Lá encontramos mais esqueletos humanos; jazem a várias profundidades, torna-se claro para todos que pertencem aos seus antigos ocupantes. O sistema de formação do montículo é claro; os ossos e os sílex são muito numerosos, e podemos fazer ampla provisão de lembranças. Vários quilómetros de penosa marcha pelas areias ardentes separavam-nos da estrada onde reencontramos os carros; percorremos o caminho feito de manhã, encantados com este dia, um dos mais belos, certamente, dos congressos internacionais!» (tradução nossa)".

As atenções dispensadas aos visitantes, a par da importância científica excecional dos achados que lhes foram mostrados, alguns dos quais puderam mesmo, como era costume na época, levar para os seu países, colocados num montículo à sua disposição, como era então habitual, provocaram nesse grupo de estrangeiros um sentimento de grande admiração pela investigação conduzida em Portugal pelos membros da Comissão Geológica e, em geral, pelos portugueses.

Carlos Ribeiro, na sua única publicação dedicada às explorações que efetuou nos concheiros de Muge, em 1864 e em 1880, a qual foi apresentada ao congresso, mas só publicada dois anos após o seu falecimento (RIBEIRO, 1884, p. 279-289), elenca os quatro concheiros reconhecidos ao longo do paul do Duque, atravessado pela ribeira de Muge: Fonte do Padre Pedro, destruído na década de 1920 pelo plantio de uma vinha; Cabeço da Arruda; Cabeço da Amoreira; e Moita do Sebastião. Todavia, só descreve circunstancialmente os dois primeiro, o que poderá dever-se à doença que o vitimou. Basta, no entanto, o que deixou escrito, para bem se perceber a importância deste complexo arqueológico: face aos 45 esqueletos identificados, e acima referidos, no Cabeço da Arruda em 1864, em 1880 esse número já ascendia, conjuntamente com os restos recolhidos no concheiro da Moita do Sebastião, a 120 (RIBEIRO, 1884, p. 285).

Porém, muitas interrogações permaneciam em aberto, a começar pelo enquadramento cultural dos montículos artificiais, já que, não correspondendo claramente a estações da época paleolítica, também não possuíam os objetos característicos do Neolítico, como as produções cerâmicas, os objetos de pedra polida e os animais domésticos, salvo o cão, logo identificado por Carlos Ribeiro. Esta foi, aliás uma das questões que constituiu matéria principal de discussão do congresso, já que, no conjunto das questões a debater, apresentadas no início do volume das respetivas atas, se admitia explicitamente que tais acumulações pertenciam ao Neolítico (RIBEIRO, 1884, p. 289).

Procurando estabelecer um compromisso com a realidade material observada, Carlos Ribeiro atribuiu, com base nos conhecimentos da época, em que o termo "Mesolítico" ainda não tinha sido cabalmente aceite na terminologia arqueológica (ORLIAC, 1988, p. 686), as estações por si descobertas e exploradas ao início do Neolítico (RIBEIRO, 1884, p. 288). Por outro lado, a identificação, ainda que com reservas, de duas populações distintas, uma braquicéfala, outra dolicocéfala, por Francisco de Paula e Oliveira, com base no material antropológico exumado até 1880, e nesse mesmo ano apresentado ao congresso de Lisboa (OLIVEIRA, 1884, p. 291-305), constituía questão do maior alcance científico, que só na segunda metade do século seguinte ficou definitivamente esclarecida (CARDOSO, 2011, p. 229-297). Mesmo entre a população citadina, afastada destas polémicas científicas, a questão despertou interesse, na sequência da visibilidade que teve o congresso então realizado, o que explica a edição de Francisco de Paula e Oliveira, logo no ano seguinte, de uma brochura destinada ao grande público, em que realçava a existência de uma população braquicéfala, ainda que representada por escassos e mal conservados crânios (OLIVEIRA, 1881). Impunha-se, assim, o prosseguimento dos trabalhos de campo.

Ciente da importância científica das descobertas até então efetuadas e do prestígio que, por esta via, advinha para o país, Nery Delgado, nomeado diretor da Comissão dos Trabalhos Geológicos em 1882, logo após o falecimento de Carlos Ribeiro, encarregou Francisco de Paula e Oliveira, também ele oficial do exército adstrito à instituição, de continuar dos trabalhos de campo. Sob sua direção realizaram-se duas campanhas de escavações, em 1884 e em 1885, nos concheiros do Cabeço da Arruda, Moita do sebastião e Cabeço da Amoreira, com excelentes resultados, que, infelizmente, ficaram por publicar, devido à morte prematura do seu autor, excetuando uma pequena nota póstuma (OLIVEIRA, 1889).

*** *** ***

Terminava assim a primeira fase da brilhante investigação promovida pela Comissão Geológica de Portugal e depois pela Secção dos Trabalhos Geológicos, inaugurada por Carlos Ribeiro e prosseguida fugazmente após a sua morte.

Importa destacar o interesse da comunidade científica internacional, desperta para a importância excecional deste conjunto de estações, na sequência do sucesso do congresso de Lisboa. Um dos principais participantes no congresso, Cartailhac, tendo sido encarregado pelo governo francês, logo após o seu regresso a França, de redigir uma obra de síntese sobre a Pré-História da Península Ibérica, não deixa de dedicar às estações em causa desenvolvidas referências, onde são mais as perguntas que as respostas, como as relativas à invocada ausência de ornamentos corporais, de rituais funerários, de hierarquização nos enterramentos, manifestada pela desordem dos mesmos, colocando até a hipótese de poderem estar presentes sacrifícios humanos:

"*chaque détail ajoute à notre surprise et à notre embarras*" (CARTAILHAC, 1886, p. 58)

O Autor francês, porém, não deixou de dar o devido destaque na sua obra às escavações realizadas em especial no Cabeço da Arruda, tendo reproduzido em gravura a fotografia das escavações, já anteriormente publicada por Carlos Ribeiro (Fig. 16).

Cartailhac rejeitou, contudo, a hipótese de canibalismo, por não ter observado nos ossos quaisquer evidências de tal prática.

Tais considerações tiveram à época repercussão generalizada, nomeadamente em Portugal. Assim, Ricardo Severo, um dos principais promotores da Sociedade Carlos Ribeiro, fundada no Porto, cujo exemplo de vida e obra científica tomou como patrono, tendo como mote a "Propaganda das Sciencias Naturaes e Sociaes em Portugal" (CARDOSO, 1999/2000, p. 33-54), publicou, sob a égide desta efémera agremiação científica de fins ecléticos, brochura dedicada na íntegra à análise científica daquela monografia, na qual a parte relativa aos concheiros de Muge ocupa extensão próxima da do texto que esteve na sua origem (SEVERO, 1888, p. 38-42).

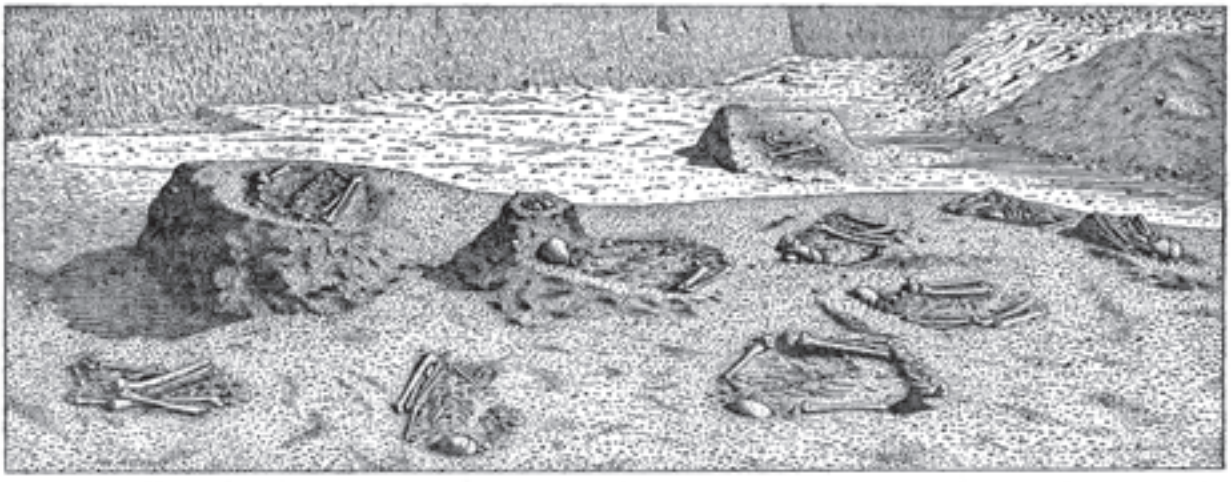


Fig. 69

VUE D'UNE TRANCHÉE OUVERTE DANS LE KJŒKENMŒDDING DIT LE CABEÇO D'ARRUDA, ET AU NIVEAU RENFERMANT DES SQUELETTES HUMAINS.

(D'après les photographies de la Section géologique).

Fig. 16 – Gravura das escavações realizadas por Carlos Ribeiro em 1880 no concheiro do Cabeço da Arruda, com base em fotografia por ele publicada (in CARTAILHAC, 1886).

Pela mesma época, o primeiro volume da *História de España*, escrita por membros numerários da Real Academia de la Historia, apresentava desenvolvida síntese das investigações realizadas, da autoria de Juan de Vilanova y Piera, que comparecera no congresso de Lisboa, conhecendo, portanto, pessoalmente as escavações efetuadas em Muge (VILANOVA Y PIERA & RADA Y DELGADO, 1891, p. 474-482). Levado pelas aparências atribuiu a autoria das escavações a Pereira da Costa, bem como todas as observações de campo contidas na monografia por este assinada, desde o modo de formação das estações às condições de jazida dos esqueletos humanos, o que se explica por ter sido apenas o seu nome a constar da autoria da obra publicada em 1865. Contudo, conhecendo pessoalmente Carlos Ribeiro, com quem estivera em Lisboa em 1880, seria natural que reconhecesse neste a autoria dos trabalhos realizados.

Também insólita é a afirmação feita por estes conceituados autores segundo a qual as escavações na Moita do Sebastião tinham resultado de informações prestadas aos «diligentes geólogos portugueses» (VILANOVA Y PIERA & RADA Y DELGADO, 1891, p. 477) por um caçador que, perseguindo um coelho, metera a mão numa toca, tirando de lá os primeiros ossos humanos – como se a realização das escavações tivesse resultado de um simples acaso, e não de um propósito maduramente pensado e programado, como de facto se verificou. Conforme se conclui do que atrás ficou dito, a identificação do concheiro da Moita do Sebastião (ou da Fonte da Burra), foi realizada logo em 1864, ao mesmo tempo que se realizavam as escavações no concheiro do Cabeço da Arruda.

Outro aspecto mencionado na monografia de 1865, e valorizado pelos dois académicos espanhóis, diz respeito à dominância de ossos de grandes mamíferos nas camadas superiores dos concheiros, a qual foi então interpretada como o resultado da substituição de um grupo humano comedor essencialmente de mariscos, por um outro, caçador de animais. Esta hipótese, que os geólogos e arqueólogos espanhóis dizem que "nada oferece de extraordinário" (VILANOVA Y PIERA & RADA Y DELGADO, 1891, p. 80-81), é matizada por Cartailhac, considerando duvidosa a substituição tão brusca de um grupo humano por um outro.

Aquela questão entronca diretamente numa outra, então muito mais relevante à escala europeia, a da coexistência de duas populações antropologicamente muito distintas, uma dolicocéfala, considerada mais antiga, outra braquicéfala. Tal hipótese, como se viu, foi sustentada pelo estudo efetuado por Francisco de Paula e Oliveira, que Carlos Ribeiro teve o cuidado de imediatamente relativizar, sabendo que só com mais e melhores dados seria possível chegar a resultados fiáveis; e talvez por isso seja omisso em relação àquela discutível evidência de terreno, por ele próprio registada em 1864, no seu derradeiro trabalho dedicado aos concheiros de Muge, postumamente publicado (RIBEIRO, 1884, pp. 279-289).

5 – EPÍLOGO

As questões científicas suscitadas pelas investigações conduzidas por Carlos Ribeiro nos concheiros de Muge, que identificou e escavou, assumiram um papel de primeira importância à época, não só pela relevância excecional intrínseca das próprias estações, mas também pelos problemas suscitados pelos resultados obtidos, tanto arqueológicos como antropológicos, justificando outros estudos, desde logo empreendidos. Neste âmbito, avulta a monografia dedicada ao estudo dos restos recuperados nas escavações efetuadas por iniciativa de Carlos Ribeiro, em 1864, no concheiro do Cabeço da Arruda, especialmente os de natureza antropológica, trabalho da autoria de Pereira da Costa e publicado logo no ano seguinte, constituindo a primeira obra consagrada a uma estação pré-histórica portuguesa. Esta memória conheceu de imediato ampla divulgação científica internacional, o que motivou, em parte, a reunião em Lisboa, em 1880, da IX Sessão do Congresso

Internacional de Antropologia e de Arqueologia Pré-Históricas. Na deslocação efetuada a Muge, como se disse, em 24 de setembro de 1880, os congressistas tiveram a oportunidade de presenciar as novas escavações, acabadas de realizar naquele concheiro, igualmente efetuadas sob a égide de Carlos Ribeiro, reforçando a convicção de que se estava perante uma ocorrência internacional de primeira grandeza.

Terminava assim a primeira fase da brilhante investigação promovida pela Comissão Geológica de Portugal entre 1857 e 1868, e, logo depois, pela Secção dos Trabalhos Geológicos, dirigida desde 1869 por Carlos Ribeiro até à sua morte, ocorrida em 1882.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, P. (1941) – *Os generais José Vitorino Damásio e Carlos Ribeiro*. Porto: Tip. Empresa Guedes.

ALMEIDA, F. M. & CARVALHOSA, A. B. (1974) – Breve história dos Serviços Geológicos de Portugal. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 58, p. 239-265.

ANTUNES, M. T. (1986) – Sobre a história da paleontologia em Portugal. *História e desenvolvimento da ciência em Portugal*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, p. 773-814 (*Memórias da Academia de Ciências de Lisboa,* 27).

ANTUNES, M. T. (1989) – Sobre a história do ensino da geologia em Portugal. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 75, p. 127-160.

BICHO, N. (2009) – Sistemas de povoamento, subsistência e relações sociais dos últimos caçadores-recolectores do vale do Tejo», *Estudos arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 17, p. 133-156.

CARDOSO, J. L. (1993) – *Contribuição para o conhecimento dos grandes mamíferos do Plistocénico Superior de Portugal*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras.

CARDOSO, J. L. (1995) – Os ídolos falange do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras). Estudo comparado. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 5, p. 213-232.

CARDOSO, J. L. (2000) – As investigações de Carlos Ribeiro e de Nery Delgado sobre o "homem terciário": resultados e consequências na época e para além dela. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 8, p. 33-54.

CARDOSO, J. L. (2011) – O professor Mendes Corrêa (1888-1960) e as investigações sobre o *Homo afer taganus* dos concheiros mesolíticos de Muge. *Estudos Arqueológicos de Oeiras.* Oeiras. 18, p. 631-656.

CARDOSO, J. L. (2011) – O professor Mendes Corrêa e a arqueologia portuguesa. *Anais da Academia Portuguesa da História*. Lisboa. 3ª série, 2, p. 229-297.

CARDOSO, J. L. (2013 a) – Carlos Ribeiro, a "Breve notícia acerca do terreno quaternário de Portugal" e a questão do homem terciário em Portugal». *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 20, p. 27-88.

CARDOSO, J. L. (2013 b) – Carlos Ribeiro e o reconhecimento do solo quaternário do vale do Tejo: enquadramento geológico dos concheiros mesolíticos das ribeiras de Magos e de Muge», *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 20, p. 89-100

CARDOSO, J. L. (2015 a) – Carlos Ribeiro and Francisco António Pereira da Costa: dawn of the Mesolithic shellmiddens of Muge (Salvaterra de Magos)», in BICHO, N. *et al.* (eds.), *150th: the 150th anniversary of the discovery of Mesolithic shellmiddens*, Newcastle upon Tyne, Cambridge Scholars Publishing, p. 1-18.

CARDOSO, J. L. (2015 b) – Carlos Ribeiro (1813-1882), as formações quaternárias portuguesas e a antiguidade do homem: um manuscrito desconhecido. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 22, p. 43-92.

CARDOSO, J. L. (2015 c) – A investigação da antiguidade do Homem no Portugal de Oitocentos: um contributo para a História da Ciência. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 22, p. 9-42.

CARDOSO, J. L. (2018) – Primórdios dos estudos pré-históricos em Portugal: os concheiros mesolíticos de Muge (Salvaterra de Magos) e a *Memória* pioneira de Francisco António Pereira da Costa sobre o concheiro do Cabeço

da Arruda. In *Obras Pioneiras da Cultura Portuguesa. 2. Primeiros textos de Pré-História, História e Heráldica,* dir. FRANCO, J. E. & FIOLHAIS, C. Lisboa: Círculo de Leitores, 2, p. 91-112.

CARDOSO, J. L. (2023) – Carlos Ribeiro, a *Breve notícia acerca do terreno quaternário de Portugal* e a questão do homem terciário em Portugal. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 20, p. 27-88.

CARDOSO, J. L. & EISENMANN, V. (1989) – *Equus caballus antunesi*, nouvelle sous-espèce quaternaire du Portugal. *Palaeovertebrata*. Montpellier. 19 (2), 1989, p. 47-72.

CARDOSO, J. L. & ROLÃO, J. M. (1999/2000) – Prospecções e escavações nos concheiros mesolíticos de Muge e de Magos (Salvaterra de Magos): contribuição para a história dos trabalhos arqueológicos efectuados. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 8, p. 83-240.

CARNEIRO, A. et al. (2013) – *O chão que pisamos. A geologia ao serviço do Estado (1848-1974),* Lisboa: Colibri.

CARTAILHAC, É. (1880) – *Congrès International d'Anthropologie et d'Archéologie Préshistoriques. Rapport sur la session de Lisbonne*. Paris : Eugène Boban.

CARTAILHAC, É. (1886) – *Les âges préhistoriques de l'Espagne et du Portugal.* Paris : Ch. Reinwald.

CASTELO BRANCO, C. (1884) – *O general Carlos Ribeiro (recordações da mocidade)*. Porto: Livraria Civilização cf. Miguel Telles Antunes e Armando Santinho Cunha, «Violência, rituais e morte entre os "bons selvagens" de Muge», *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa. Classe de ciências*, vol. 31, 1992/1993, pp. 197-239; Miguel Telles Antunes, «Violence and death rituals among Mesolithic men from Muge (Portugal): evidence from Moita do Sebastião», *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, vol. 17, 2009, pp. 117-131)

CHOFFAT, P. (1884) – Excursion a Mugem. *Congrès International d'Anthropologie et d'archéologie Préshistoriques : compte rendu de la neuviéme session à Lisbonne, 1880*. Lisboa : Académie Royale des Sciences, p. 68-72.

COSTA, F. A. Pereira da (1865) – *Da existência do homem em épocas remotas no vale do Tejo. Notícia sobre os esqueletos humanos descobertos no Cabeço da Arruda*. Lisboa: Imprensa Nacional.

COSTA, F. A. Pereira da (1866/1867) – *Molluscos fosseis. Gasteropodes dos depositos terciarios de Portugal.* 2 vols. Lisboa: Comissão Geológica de Portugal

COSTA, J. Carríngton da (1949) – Aspectos da evolução dos serviços encarregados do estudo geológico de Portugal», Lisboa: *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa. Classe de Ciências*. Lisboa. 5 (separata).

COTTEAU, G. (1889) – *Le préhistorique en Europe. Congrès – Musées – Excursions*. Paris : Librairie J.-B. Baillière et Fils.

COTTEAU, G. H. (1881) – *Congrès International d'Anthropologie et d'Arquéologie Préshistoriques. Session de Lisbonne. Notes de voyage*. Auxerre : Imprimerie de Georges Rouillé.

CUNHA, E. & CARDOSO, F. (2000/2003) – New data on Muge shell middens: a contribution to more accurate numbers and dates. *Estudos Arqueológicos de Muge*. Salvaterra de Magos. 1, p. 171-183

DARWIN, Ch. (1859) – *On the origin of species by means of natural selection or The preservation of favoured races in the struggle for life*.

DELGADO, J. F. Nery (1905) – *Elogio histórico do general Carlos Ribeiro.* Lisboa: Imprensa Nacional.

DETRY, C. & CARDOSO, J. L. (2010) – On some remains of dog (Canis familiaris) from the Mesolithic shellmiddens of Muge, Portugal. *Journal of Archaeological Science*. 37 (11), p. 2762-2774.

FEREMBACH, D. (1974) – *Le gisement mésolithique de Moita do Sebastião. Muge. Portugal. II – Anthropologie*, Lisboa: Direcção-Geral dos Assuntos Culturais.

GOMES, J. P. (1903/1904) – Notice biographique sur Francisco Antonio Pereira da Costa. In

DOLLFUS, G. F. et al. (coord.), *Mollusques tertiaires du Portugal. Planches de céphalopodes, gastéropodes et pélécypodes laissés par F. A. Pereira da Costa accompagnées d'une explication sommaire et d'une esquisse géologique*. Lisbonne : Imprimerie de l'Académie Royale des Sciences, p. VII-IX.

LIBRADO, P. et al. (2024) – Widespread horse-based mobility arose around 2,200 BCE in Eurasia. *Nature.* 202, (junho 2024), 39 p.

LYELL, C. (1863) – *The geological evidences of the antiquity of man, with remarks on theories of the origin of species by variation*. London: John Murray.

LYELL, C. (1864) – Découverte suppose d'un os maxillaire inférieure humain dans la couche supérieure du terrain de Moulin-Quignon, dans les environs d'Abbeville. In *L'ancienneté de l'homme. Appendice*. Paris : J. B. Baillière et Fils, p. 14-19.

OLIVEIRA, F. Paula e (1881) – *Anthropologia prehistorica. As raças dos kioekkenmoeddings de Mugem*. Lisboa: Typographia Popular.

OLIVEIRA, F. Paula e (1884) – Notes sur les ossements humains qui se trouvent dans le usée de la Section Géologique de Lisbonne. *Congrès International d'Anthropologie et d'Archeologie Préshistoriques : compte rendu de la neuviéme session à Lisbonne, 1880.* Lisboa : Académie Royale des Sciences, p. 291-305.

OLIVEIRA, F. Paula (1889) – Nouvelles fouilles faites dans les kioekkenmoeddings de la vallée du Tage par Francisco de Paula e Oliveira. Mémoire posthume. *Communicações da Commissão dos Trabalhos Geológicos de Portugal.* Lisboa. 2 (1), separata.

ORLIAC, M. (1988) – Mésolithic. In André LEROI-GOURHAN (dir.*), Dictionnaire de la Préhistoire*. Paris : Presses Universitaires de France, p. 686.

PAÇO, A. (1938) – Novos concheiros do vale do Tejo. *Brotéria*. Lisboa. 27 (1), p. 66-75.

PERTHES, J. Boucher de (1847/1864) – *Antiquités celtiques et antédiluviennes. Mémoire sur l'industrie primitive et les arts à leur origine*, 3 vols. Paris : Treutel & Wurtz, Libraires.

PERTHES, J. Boucher de (1864) – *De la mâchoire humaine de Moulin-Quignon : nouvelles découvertes en 1863 et 1864.* Paris : Jung-Treuttel, Derache, Dumoulin, V. Didron.

RIBEIRO, C. (1871) – *Descripção de alguns sílex e quartzites lascados encontrados nas camadas dos terrenos terciário e quaternário das bacias do Tejo e Sado. Memoria apresentada à Academia real das Sciencias de Lisboa*. Lisboa: Typografia da Academia.

RIBEIRO, C. (1884) – Les kiokkenmoeddings de la vallée tu Tage. *Congrès International d'Anthropologie et d'Archéologie Préhistoriques : compte rendu de la neuviéme session à Lisbonne, 1880*. Lisboa : Académie Royale des Sciences, p. 279-289.

ROCHE, J. (1960) – *Le gisement mésolithique de Moita do Sebastião (Muge – Portugal)*. *Archéologie*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1960),

ROCHE, J. & FERREIRA, O. da Veiga (1957) – Nota sobre a estratigrafia dos concheiros de Muge. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 38 (2), p. 261-268.

SCHRIEK, T. van der *et al.* (2007) – The palaeogeography of Mesolithic settlement-subsistence and shell midden formation in the Muge valley, lower Tagus basin, Portugal. *The Holocene*, 17 (3), p. 369-385.

SEVERO, R. (1888) – *Paleoethnologia portugueza. Les ages préhistoriques de l'Espagne et du Portugal de M. Émile de Cartailhac*. Porto : Typographia Occidental, p. 38-42.

SHARPE, D. (1848) – On the secondary rocks of Portugal. *Quart. Journ. Geol. Soc.* Londres. 17, p. 138.

STJERNA, R. Peyroteo (2016) – *On death in the Mesolithic*. Uppsala Universitet.

VILANOVA Y PIERA, J. & RADA Y DELGADO, J. D. (1891) – Geologia y Protohistoria ibéricas. In A. Cánovas del CASTILLO (dir.), *Historia general de España escrita por indivíduos de numero de la Real Academia de la Historia*. Madrid: El Progreso, p. 80-81; p. 474-482.

ZBYSZEWSKI, G. (1949) – *Deux cartes géologiques inédites, œuvres de Carlos Ribeiro et J. F. Nery Delgado*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.

VI

"BÁCULOS" E PLACAS DE XISTO: OS PRIMÓRDIOS DA SUA INVESTIGAÇÃO [1]

1 – ANTECEDENTES

A identificação de placas de xisto em Portugal como objectos pré-históricos remonta aos inícios da segunda metade do século XIX, embora ainda na primeira metade do século XVIII Estêvão Lis Velho tenha desenhado uma placa de xisto, recolhida em 1591 em depósito funerário existente junto à praia de São Torpes (Sines) (VELHO, 1746), atribuído à sepultura daquele santo, falecido em Pisa, no ano de 65 d.C. Tal placa conservou-se, a par de alguns restos humanos e de um recipiente de barro, observados por Leite de Vasconcelos, que desenhou de novo a placa (VASCONCELOS, 1914), reconhecendo-lhe o seu verdadeiro significado arqueológico (SILVA & SOARES, 1981).

As placas de xisto só voltam a ser tratadas, agora pela primeira vez numa perspectiva científica, por Francisco António Pereira da Costa, Lente de Mineralogia da Escola Politécnica e membro co-director da segunda Comissão Geológica de Portugal (1857-1868). Foi ele quem primeiro valorizou tais artefactos, no âmbito das tarefas desenvolvidas naquela comissão, envolvendo o inventário, registo e exploração dos monumentos megalíticos do território português. Tendo sido nomeado membro correspondente do Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia Pré-Históricas, realizado em Paris em Agosto de 1867, Pereira da Costa enviou uma Memória ao Congresso, abordando em parte os monumentos megalíticos portugueses, que constitui o primeiro contributo de base científica sobre tais manifestações no território português. Os monumentos megalíticos que ocupam a maior parte da Memória, com a inventariação de trinta e nove dólmenes, distribuídos pelo Alentejo, Estremadura, Beira e Trás-os-Montes. Tal Memória, cuja apresentação oral foi ilustrada por moldes em gesso expressamente preparados em Lisboa para o efeito foi incluída no volume das actas, sob a forma de notícia apresentada por Gabriel de Mortillet (MORTILLET, 1868 a, b), resultou em boa parte de trabalhos de campo realizados por outros membros da Comissão Geológica, designadamente Carlos Ribeiro e Nery Delgado, a par de outros, como Frederico de Vasconcelos Pereira Cabral, com a ajuda preciosa dos colectores, cujo papel foi determinante nos primeiros reconhecimentos geológicos do país, embora usualmente seja esquecido (CARNEIRO, 2005; CARNEIRO, MOTA & LEITÃO, 2013).

A participação de Pereira da Costa no Congresso de 1867 intitulada "Monuments mégalithiques du Portugal", respeitou, no entanto, a temática muito mais abrangente, distribuída por seis questões principais, das quais a relativa aos dólmenes correspondia a uma delas; nela se apresenta o inventário dos trinta e nove monumentos então registados (MORTILLET, 1868 b, p. 181 e seg.). As outras questões, em plena sintonia com as temáticas mais importantes discutidas na referida reunião, são as seguintes:

---

[1] CARDOSO, J. L. (2016) – "Báculos" e placas de xisto: os primórdios da sua investigação. In Terra água. Escolher sementes, invocar a deusa. *Estudos em Homenagem a Victor S. Gonçalves.* Lisboa: Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa/Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, p. 69-80. Modificado.

1.ª – Traces des plus anciennes de l´existence humaine;
2.ª – Habitation des cavernes, etc., etc.;
3.ª – Monuments mégalithiques;
4.ª – Apparition du bronze;
5.ª – Époque du fer;
6.ª – Races humaines préhistoriques.

Os comentários, ainda que muito sintetizados, relativos a cada um dos tópicos indicados correspondem à primeira síntese no que ao território português dizia respeito, ao nível do melhor que então se fazia além-Pirenéus, já que a qualidade e a diversidade da investigação então produzida em Portugal sobre os tempos pré-históricos não era acompanhada pela efectuada em Espanha, na década de 1860, apesar de existirem notáveis contributos isolados, sem enquadramento oficial, como o de D. Manuel de Góngora y Martinez, ao contrário do que sucedia em Portugal na mesma época (GÓNGORA Y MARTINEZ, 1868).

Esse impulso na investigação arqueológica desenvolvida pelo Estado, veio a ser confirmado logo no ano seguinte, com a publicação de monografia sobre esta temática – uma das primeiras sínteses de carácter geográficos a ser produzida em todo o mundo – (COSTA, 1868) apenas três anos após a vinda a lume da conhecida obra de A. de Bonstetten, "Essai sur les dolmens" (BONSTETTEN, 1865), obra aliás frequentemente citada, entre outras, por Pereira da Costa na sua obra monográfica. Nela se publica conjunto de elementos por si coligidos em 1867, que bem evidenciam a actualização dos conhecimentos do seu autor. Declarou então Pereira da Costa: "desejoso de dar ao congresso uma noticia sobre estes monumentos do nosso paiz, fiz uma digressão, em que empreguei apenas treze dias, e fui ver e explorar as Antas, que ainda hoje se acham em melhor ou peior estado no concelho de Castello de Vide, na provincia do Alemtéjo." (COSTA, 1868, p. VII). Desta missão resultou lista de treze antas, das quais visitou oito e promoveu a escavação de quatro, ainda que com fracos resultados. Além daqueles dados, coligiu ainda informações de outros cinquenta sepulcros megalíticos, baseando-se noutros autores, aparentemente, sem a sua confirmação in loco.

Daí a importância do seu desafio:

> "*Oxalá que este fraco começo disperte nas pessoas que se acharem em condições opportunas para ampliar os conhecimentos a este respeito, o desejo de fazerem conhecidos a existencia, e o estado d'estes monumentos, que apesar da devastação a que teem estado sujeitos, ainda abundam em algumas das nossas provincias, principalmente no Alemtejo e nas Beiras. Só depois de bem conhecida a distribuição d'estes monumentos no nosso paiz, é que se poderá conhecer a marcha que n'elle executou o povo que os construiu*." (COSTA, 1868, p. VIII).

Esta memória mereceu análise e divulgação além-fronteiras; com efeito, logo no mesmo ano, Gabriel de Mortillet apresenta notícia da mesma nos seus "Matériaux pour l´Histoire de l´Homme" reproduzindo o inventário dos dólmenes identificados em Portugal apresentado por Pereira da Costa (MORTILLET, 1868 a).

Foi pena que o diferendo que se estabeleceu nessa altura entre Pereira da Costa e Carlos Ribeiro, o outro membro-director da Comissão Geológica (CARDOSO, 2015), tivesse, a curto prazo, ditado, na Primavera de 1868, o fim da instituição (CARDOSO, 2013) e, com ele, o da intensa investigação, tanto a nível paleontológico como antropológico e arqueológico que Pereira da Costa nela vinha desenvolvendo.

Mas a dissensão já teria antecedentes, que explicam a suspensão da execução dos trabalhos tipográficos de um álbum ilustrado por litografias coloridas de exemplares pré-históricos coligidos pela Comissão Geológica, o qual se destinava a apresentação na Exposição Universal de Paris de 1867. É o próprio Pereira da Costa que o declara (COSTA, 1868, p. V):

"*Por ocasião da Exposição que se projectou fazer, fui encarregado, por uma resolução da Commissão directora dos Trabalhos Geologicos, de fazer um catalogo descriptivo e ilustrado com figuras dos principais objectos existentes na colecção da Commissão geológica, e que pertencem à anthropologia e à arqueologia prehistoricas do nosso paiz.*
Depois de ter feito a escolha e descripção dos objectos que deviam ser enviados à Exposição Universal de Paris, e depois de se acharem representados em estampas os mais importantes d´esses objectos, occorreram circumstancias pelas quaes, me foi impraticável a conclusão d´este trabalho (...)."

Esse conjunto de estampas, foi, entretanto publicado (CARREIRA & CARDOSO, 1996), permanecendo ainda por dar à estampa um belíssimo conjunto de dez litografias representado dolmens, e outros artefactos neles recuperados, cuja localização, salvo excepções, se desconhece. É nesse conjunto de dez litografias, até ao presente inéditas, com excepção de uma, representando dezasseis dólmenes (CARDOSO, 2002), que se integra uma única estampa reproduzindo alguns dos exemplares neles recolhidos, entre os quais um báculo e quatro placas de xisto, uma delas incompleta, que constituirão o objecto deste contributo.

2 – OS MATERIAIS

A Estampa X, a última do conjunto de dez litografias representando dólmenes, realizadas sob orientação de Pereira da Costa, possui, como as restantes as dimensões de 0,50 por 0,32 m, apresentando-se impressa em papel encorpado, tendo sido litografada por Castro, cujo nome se encontra impresso no canto inferior esquerdo. Os desenhos foram feitos a carvão e possuem uma sobrecarga de coloração cinzenta-clara, procurando-se reproduzir assim, de forma aproximada, a cor original dos objectos reproduzidos.

Trata-se de nove desenhos de materiais arqueológicos (Fig. 1), sem indicação de proveniência. Tal facto tornava esta estampa quase desprovida de interesse científico, não fosse a possibilidade de, mediante estudo o comparativo realizado e o recurso a documentação inédita do arquivo de Estácio da Veiga, conservado no Museu Nacional de Arqueologia, ter sido possível recuperar tal informação, nos exemplares que a este trabalho interessam particularmente e que são os seguintes:

Fig. 1, n.º 1 – Báculo de xisto, decorado de um só lado, com o comprimento máximo aproximado de cerca de 28,5 cm. Em 1878 Augusto Filipe Simões reproduz este exemplar, mas não a partir de presente litografia, referindo-se-lhe nos seguintes termos:

"*No museu da Escola Polytechnica há uma espécie de báculo (...) de schisto negro e com ornatos parecidos aos das placas. Appareceu na Sepultura de Martim Affonso juntamente com facas de sílex (...) e com a ponta de lança (Fig. 15)*" (SIMÕES, 1878, Fig. 33, p. 53 e 54).

Trata-se, com efeito, de uma alabarda de sílex, de belo trabalho bifacial, conservada no Museu Nacional de Arqueologia, onde foi desenhada, conjuntamente com o báculo, ambos ulteriormente publicados por Georg e Vera Leisner (LEISNER & LEISNER, 1959, Tf. 44, n.º 12, 1 e 2).

Esta peça foi decalcada na década de 1880 sobre folha de papel de seda fino, por Estácio da Veiga (Fig. 2), no âmbito da preparação do seu estudo sobre placas de xisto, inserido no volume 2 das suas "Antiguidades Monumentaes do Algarve" VEIGA, 1887), com a menção: "*Sepultura de Martim Affonso/Coll. da Esc. Polytechnica de Lisboa*".



Fig. 1 – Estampa litografada até ao presente inédita, representando um conjunto de artefactos provenientes de monumentos pré-históricos portugueses executada por iniciativa da Comissão Geológica de Portugal antes de 1868. Os que interessam a este estudo são os seguintes: 1 – báculo de xisto com decoração numa única face, proveniente da sepultura de Martim Afonso (Muge); 2 – placa de xisto do depósito funerário de Monte Real (Leiria); 3 e 7 – placas de xisto recolhidas aquando da abertura do caminho de ferro, perto de Viana do Alentejo; 8 – fragmento de placa de xisto de origem desconhecida. Arquivo de João Luís Cardoso.

Desconhece-se qual o tipo de sepultura em causa, sendo provável que não se tratasse de uma anta, pois nesse caso a existência dos grandes esteios não passariam despercebidos, e a referência ao monumento teria obrigatoriamente sido registada por Pereira da Costa, que em 1868 inventariou todos os monumentos daquele tipo até então conhecidos em Portugal (COSTA, 1868). Com efeito, Estácio da Veiga refere-se ao sítio simplesmente como deposito mortuário, o qual ficaria a curta distância do concheiro do Cabeço da Arruda (VEIGA, 1887, p. 459), sendo assim provável que o mesmo tivesse sido identificado e explorado aquando das escavações de 1864 ali realizadas, sob a iniciativa de Carlos Ribeiro.

Fig. 1, n.º 2 – Placa de xisto com o comprimento máximo aproximado de 13,0 cm, igualmente reproduzido por Augusto Filippe Simões (SIMÕES, 1878, Fig. 31). A peça foi ulteriormente decalcada em folha de papel de seda fino por Estácio da Veiga (Fig. 3), com a menção:

"*Monte Real (Leiria)/Coll. Da Esc. Polytechnica de Lisboa. Enviada pelo Sr. Fred. A. de Vasconcellos Pereira Cabral – com a nota de sepultura antiga – onde havia muitos ossos, sílex, etc*."

Fig. 1, n.º 3 – Placa de xisto com o comprimento máximo aproximado de 17,0 cm. Este exemplar foi decalcado por Estácio da Veiga em folha de papel de seda fino (Fig. 4), com a seguinte legenda:

"*Vianna do Alentejo/Coll. da Esc. Polytechnica de Lisboa. – O original tem o mesmo rotulo que o outro de Vianna, já descripto, dizendo ter sido achado em excavação feita para o caminho de ferro próximo a Vianna*".

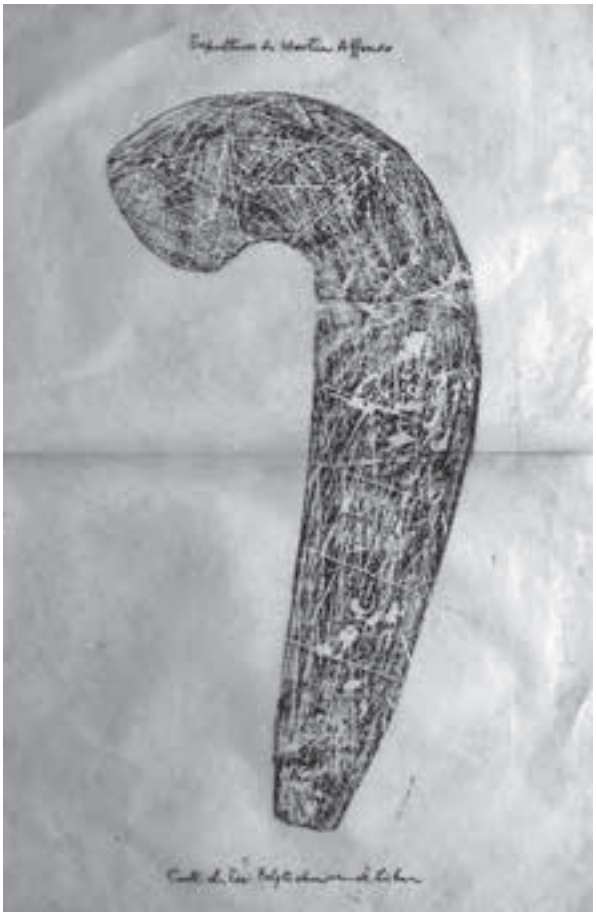


Fig. 2 – Báculo da sepultura de Martim Afonso (Muge). Decalque até ao presente inédito de S. P. M. Estácio da Veiga. Arquivo do Museu Nacional de Arqueologia. Fotografia de João Luís Cardoso.



Fig. 3 – Placa de xisto do depósito funerário de Monte Real (Leiria). Decalque até ao presente inédito de S. P. M. Estácio da Veiga. Arquivo do Museu Nacional de Arqueologia. Fotografia de João Luís Cardoso.

Foi publicado por Estácio da Veiga (VEIGA, 1887, Est. IX) (Fig. 5).

Fig. 1, n.º 7 – Placa de xisto com o comprimento máximo aproximado de 13,8 cm. Este exemplar, até agora inédito, foi decalcado em folha de papel de seda fino (Fig. 6) com a menção:

"*Vianna do Alentejo/ Coll. da Esc. Polytechnica de Lisboa – o original tem o seguinte rotulo: oferecido pelo sr. Antonio José de Sousa, clinico em Vianna do Alentejo, tendo-a recebido do engenheiro alemão Gustavo Moellhausen encarregado da construção do caminho de ferro da Casa Branca a Beja, que disse havel-a encontrado com outros objectos em uma excavação feita para o caminho próximo a Vianna*."

Os dois exemplares de Viana do Alentejo foram referidos por Estácio da Veiga nos seguintes termos:

"*Duas placas de schisto com gravuras existem no museu mineralógico da escola polytechnica de Lisboa, achadas n´um trabalho de desaterro para o caminho de ferro.Suppõe-se que tenham pertencido a um dolmen coberto então destruído.* " (VEIGA, 1887, p. 457).

É possível que se tratasse de um tholos, à semelhança de outros existentes na região.



Fig. 4 – Placa de xisto recolhida aquando da abertura do caminho de ferro, perto de Viana do Alentejo. Decalque até ao presente inédito de S. P. M. Estácio da Veiga. Arquivo do Museu Nacional de Arqueologia. Fotografia de João Luís Cardoso.

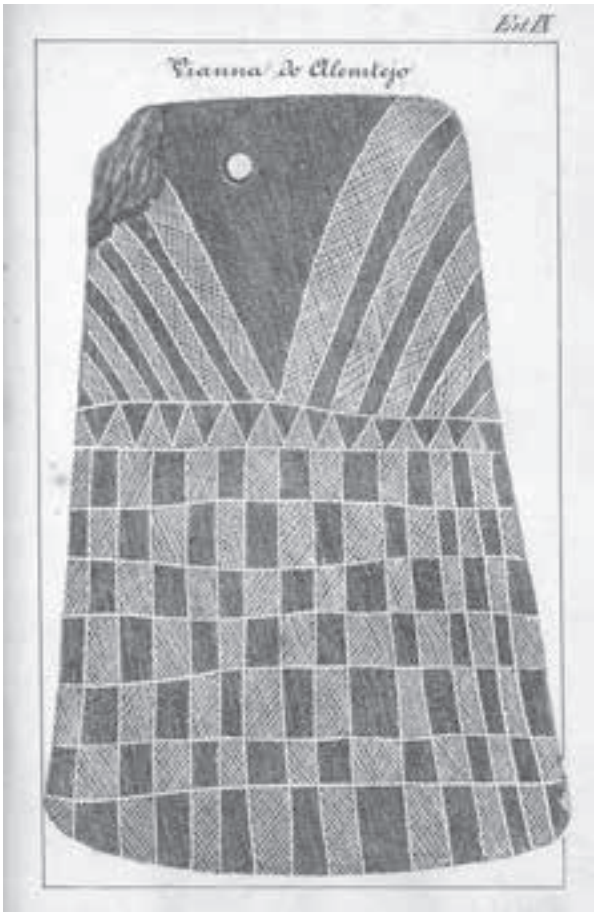


Fig. 5 – A mesma placa da figura anterior, publicada em 1887 (VEIGA, 1887, Est. IX).

Com efeito, com base na informação apresentada por Estácio da Veiga, Georg e Vera Leisner, em 1959, descrevem sumariamente as duas placas, que observaram no Museu Nacional de Arqueologia, sem as reproduzir, dando-as como provenientes de uma anta (LEISNER & LEISNER, 1959, p. 240).

Fig. 1, n.º 8 – Fragmento de placa de xisto, cuja origem se desconhece.

3 – DISCUSSÃO

O báculo e as três placas de xisto cuja origem se conhece resultaram das actividades no domínio da Arqueologia desenvolvidas pela Comissão Geológica de Portugal. É o caso do báculo de Martim Afonso e da placa de Monte Real, recolhidas no âmbito daquelas actividades, enquanto as duas placas de Viana do Alentejo foram oferecidas por particular, consequência por certo da valia da actuação que atribuía àquela instituição.

Deste modo, pode concluir-se que, antes da extinção da mesma, todas elas integravam os seus valiosos espólios arqueológicos.

Decreto datado de 23 de Dezembro de 1868 determinou o transporte para a Escola Politécnica de todos os pertences da extinta Comissão Geológica, incluindo a livraria e colecções (CARDOSO, 2008, 2013, 2015), na sequência da extinção da mesma a 1 de Fevereiro de 1868. Porém, quando a situação política mudou, um ano depois, por Decreto 18 de Dezembro de 1869, a direcção da Comissão Geológica, de novo reconstituída nas mesmas instalações, embora com outro nome, o de Secção dos Trabalhos Geológicos de Portugal, foi entregue a Carlos Ribeiro, já sem Pereira da Costa, tendo Nery Delgado como Adjunto, mas os seus anteriores pertences, na sua maior parte, permaneceram na Escola Politécnica, o que obrigou a reconstituir as colecções.

Tal situação explica que, já na década de 1880, Estácio da Veiga, aquando da reunião de elementos para a redacção do notável estudo sobre as placas de xisto inserido no volume 2 das suas "*Antiguidades Monumentaes do Algarve*" (VEIGA, 1887), tenha visto e decalcado, na Escola Politécnica de Lisboa, os exemplares em apreço, que não retornaram ao seu local de origem. Falta saber as razões que motivaram a nova transferência para o Museu Nacional de Arqueologia, onde actualmente se encontram.



Fig. 6 – Placa de xisto até ao presente inédita, recolhida aquando da abertura do caminho de ferro, perto de Viana do Alentejo. Decalque de S. P. M. Estácio da Veiga. Arquivo do Museu Nacional de Arqueologia. Fotografia de João Luís Cardoso.

Ainda que não se conheçam em detalhe os motivos de tal opção, é contudo conhecida a época e os protagonistas que a corporizaram. Com efeito, em 1905, J. Leite de Vasconcelos noticiou nas páginas de "*O Arqueólogo Português*" que, em Junho de 1905:

> "*O Sr. Director da Escola Polytechnica cedeu ao Museu, com autorização do Governo, numerosos objectos que estavam na mesma Escola, os quaes terão menção especial noutro fasciculo*" (VASCONCELLOS, 1905).

Compreende-se bem o interesse de Leite de Vasconcelos no engrandecimento do seu Museu, numa altura em que procurava preencher o vasto espaço que lhe tinha sido alocado, correspondente auma das alas do Mosteiro dos Jerónimos, inaugurado logo no ano seguinte, em 1906 (COITO, CARDOSO & MARTINS, 2008).

Embora a lista dos espólios oriundos da Escola Politécnica nunca viesse a publicar-se, ela envolvia materiais das grutas da Furninha e da Casa da Moura, ambas exploradas em 1865 e 1866 por Nery Delgado, bem como do povoado pré-histórico da Rotura, dos quais alguns exemplares se encontram reproduzidos na colecção de estampas litográficas já publicada. Assim se explica a actual existência destes e de outros espólios oriundos da então Escola Politécnica no Museu fundado por Leite de Vasconcelos, quando, na verdade, a solução mais lógica fosse a sua devolução à instituição de origem, a então designada Comissão do Serviço Geológico de Portugal, que conservava e conserva, até à actualidade, os espólios decorrentes das explorações subsequentes daquelas estações, especialmente das grutas da Furninha e da Casa da Moura.

A placa de Monte Real possui historial mais complexo, que só agora foi possível conhecer, com base na análise bibliográfica realizada. Com efeito, Manuel Heleno, no início da sua carreira como arqueólogo, publicou monografia dedicada a Monte Real, sua terra natal. Tratando das ocupações humanas mais antigas, refere que em 1864 foi descoberto acidentalmente, por quatro cabouqueiros uma gruta sepulcral de onde se extraíram numerosos restos humanos, os quais foram enterrados no cemitério local, supondo que se tratavam de vítimas dos Franceses (HELENO, 1922, p. 7). No entanto, acrescenta, logo houve quem entendesse que tais restos ascendiam a uma época muito mais recuada, visto tais restos se encontrarem acompanhados de utensílios líticos, entre os quais "*objectos de lousa, ornamentados de um só lado, que pela descrição que me fizeram reconheci serem chapões preìstóricos*." (op. cit., p. 8). É evidente que, em 1864 a conotação de tais restos humanos a populações pré-históricas só poderia ter sido feita por quem tivesse alguns conhecimentos na matéria, atribuindo Manuel Heleno ao deão da Sé de Leiria tal conclusão, desconhecendo que a mesma se devia ao geólogo da Comissão Geológica de Portugal Frederico de Vasconcelos Pereira Cabral, que elaborou relatório datado de 20 de Junho de 1866, presentemente em curso de publicação (CARDOSO, 2020), dirigido ao Presidente da Comissão Geológica de Portugal, General Filipe Folque. Ali dá conta das explorações por ele conduzidas no terreno, de que resultou a recolha de diversos materiais arqueológicos, entre os quais a placa de xisto em apreço, a qual deu entrada nas colecções da Comissão Geológica. Trata-se de um depósito de facto constituído por muitos restos humanos, acumulados no que parece corresponder a uma fenda do substrato geológico e não a uma gruta, como supôs Manuel Heleno.

Apesar de Manuel Heleno ter declarado que a suposta gruta teria fornecido diversos chapões de lousa, o mesmo optou, no citado estudo, por atribuir ao único exemplar conservado, uma proveniência distinta, atribuindo-o a uma anta, a pretensa "anta de Monte Real" (HELENO, 1922, p. 8). Compreende-se tal opção, perante a seguinte passagem da autoria de Augusto Filipe Simões:

> "*As placas de schisto riscadas parece terem sido usadas pelos constructores das antas, por se encontrarem algumas d´ellas nas antas de Bellas e de Pavia. Em Bellas, Ancião, Monte Real e Cova da Estria encontraram-se juntamente facas de sílex* (...)" (SIMÕES, 1878, p. 52).

Note-se que, neste texto, não é clara a atribuição do monumento de Monte Real a uma anta, a qual, na verdade, nunca existiu, provindo a única placa conservada do dito depósito mortuário, de onde foi levada para a Comissão Geológica por Frederico de Vasconcelos Pereira Cabral.

Esta, como Manuel Heleno declara na obra já referida, foi por si desenhada no Museu Nacional de Arqueologia, sendo proveniente, como o próprio declara (HELENO, 1922, p. 8), da Escola Politécnica, acompanhada de um machado de pedra polida e de uma lâmina de sílex, também por si reproduzidos.

4 – CONCLUSÕES

O báculo e as placas de xisto reproduzidos em bela litografia mandada executar pela Comissão Geológica de Portugal, antes de 1868, até ao presente inédita – a décima e última de um conjunto que representa dezenas de monumentos dolménicos portugueses – possuem uma longa história que reflecte, até certo ponto, a própria história da investigação arqueológica em Portugal e das instituições a ela associadas, até ao início do século XX. O autor encontra-se identificado no canto inferior esquerdo da gravura, pelo apelido Castro, correspondente ao do desenhador Angelino da Cruz Silva e Castro, que integrou o "Pessoal Artístico e Auxiliar" da Comissão

Geológica de Portugal (1857-1868), que é também o autor da maioria das litografias de peças arqueológicas já publicadas pelo signatário e por J. R. Carreira, em 1996.

O báculo de Martim Afonso foi recolhido primeiro no Museu da Comissão Geológica de Portugal, desde a época da sua identificação no terreno, presumivelmente 1864, no decurso da exploração do vizinho concheiro do Cabeço da Arruda, até 1868; neste ano sobreveio a extinção da dita Comissão, o que motivou a sua ida para o Museu da Escola Politécnica de Lisboa, por intervenção directa de Pereira da Costa, onde se conservou até 1905; de então em diante, conserva-se no actual Museu Nacional de Arqueologia, mercê do interesse de Leite de Vasconcelos no engrandecimento das colecções do Museu que fundou, mal se decidiu a instalação do mesmo numa das vastas alas do Mosteiro dos Jerónimos, inaugurada em 1906.

As vicissitudes do paradeiro desta peça aplicam-se também às duas placas de xisto de Viana do Alentejo, ocasionalmente recolhidas aquando da abertura das trincheiras para o caminho de ferro do Alentejo: primeiro, na Comissão Geológica de Portugal; depois, no Museu da Escola Politécnica de Lisboa; e, finalmente, no Museu Nacional de Arqueologia. Destas duas placas, uma permaneceu estranhamente até agora inédita, a correspondente à Fig. 3, n.º 7, apesar de Estácio da Veiga a ter decalcado, para o seu notável estudo sobre placas de xisto integrado no volume 2 das suas "*Antiguidades Monumentaes do Algarve*", publicado em 1887 e de Geog Vera Leisner as terem observado no local onde ainda hoje se conservam.

Enfim, foi possível clarificar, com base em documento inédito de Francisco de Vasconcelos Pereira Cabral, a natureza do depósito funerário de onde provém a placa de xisto de Monte Real, até agora dada erroneamente como provindo de uma anta, a "anta de Monte Real", monumento que, como agora seguramente se conclui, jamais existiu.

AGRADECIMENTOS

Ao Dr. Luís Raposo, então Director do Museu Nacional de Arqueologia, por ter autorizado o acesso e estudo do Arquivo de Estácio da Veiga, de que resultaram já várias publicações.

REFERÊNCIAS

BONSTETTEN, A. de (1865) – *Essai sur les dolmens*. Genève : Imprimerie de Jules-Guillaume Fick.

CARDOSO, J. L. (2002) – *Pré-História de Portugal*. Lisboa: Editorial Verbo.

CARDOSO, J. L. (2008) – Joaquim Filipe Nery Delgado, arqueólogo. In RAMALHO, M. M. (coord.), *Nery Delgado (1835-1908) geólogo do Reino*. Lisboa: Museu Geológico/INETI/Centro de História e Filosofia da Ciência – FCTUNL, p. 65-81.

CARDOSO, J. L. (2013) – Carlos Ribeiro, a "Breve notícia acerca do terreno quaternario de Portugal" e a questão do Homem terciário em Portugal. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 20, p. 27-88.

CARDOSO, J. L. (2015) – Carlos Ribeiro and Francisco António Pereira da Costa: dawn of the Mesolithic shellmiddens of Muge (Salvaterra de Magos). In BICHO, N., DETRY, C.; PRICE, T. D. & CUNHA, E., *Muge 150th: The 150th Anniversary of the Discovery of Mesolithic Shellmiddens*. Cambridge Scholars Publishing, p. 1-18.

CARDOSO, J. L. (2020) – As explorações arqueológicas realizadas em Monte Real (Leiria) em 1865 por Frederico Augusto de Vasconcelos Pereira Cabral ou a história de uma placa de xisto gravada pré-histórica. *Estudos Arqueológicos de Oeiras***.** Oeiras. 26, p. 243-258.

CARNEIRO, A. (2005) – Outside government Science, "Not a single tiny boné to cheer us up!" The Geological Survey of Portugal (1857-1908), the involvement of common men, and the reaction of civil society to geological research. *Annals of Science*, 62, p. 141-204.

CARNEIRO, A.; MOTA, M. S. & LEITÃO, V. (2013) – *O chão que pisamos. A Geologia ao serviço do Estado (1848-1974)*. Lisboa: Edições Colibri.

CARREIRA, J. R. & CARDOSO, J. L. (1996) – Um conjunto de litografias arqueológicas inéditas da Comissão Geológica de Portugal. *Comunicações do Instituto Geológico e Mineiro*. Lisboa. 82, p. 145-168.

COITO, L. C.; CARDOSO, J. L. & MARTINS, A. C. (2008) – *José Leite de Vasconcelos. Fotobiografia*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia/Editorial Verbo.

COSTA, F. A. Pereira da (1868) – *Descripção de alguns dolmins ou antas de Portugal*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias.

GÓNGORA Y MARTINEZ, M. de (1868) – *Antiguedades prehistóricas de Andalucía*. Madrid: Imprenta a cargo de C. Moro.

HELENO, M. (1922) – *Antiguidades de Monte Real*. Lisboa: Imprensa Nacional.

LEISNER, G. & LEISNER, V. (1959) – *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel. Der Westen*. Berlin: Walter de Gruyter & Co. (Madrider Forschungen Band 1).

MORTILLET, G. de (1868 a) – Dolmens de Portugal. *Matériaux pour l´Histoire Primitive de l´Homme*. Paris. 4, p. 336-339

MORTILLET, G. de (1868 b) – Monuments mégalithiques du Portugal. *Congrès International d'Anthropologie et d'Archéologie Préhistoriques. Deuxiéme Session (Paris, 1867)*. Paris: C. Reinwald, p. 180-185.

SILVA, C. Tavares da & SOARES, J. (1981) – *Pré-História da área de Sines*. Lisboa: Gabinete da Área de Sines.

SIMÕES, A. F. (1878) – *Introducção à Archeologia da Península Ibérica. Parte primeira Antiguidades prehistoricas*. Lisboa: Livraria Ferreira.

VASCONCELOS, J. Leite de (1905) – Acquisições do Museu Ethnologico Português. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 11, p. 89-92.

VASCONCELOS, J. Leite de (1914) – Estudos sobre a Época do Bronze em Portugal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 13, p. 300-323.

VEIGA, S. M. P. Estacio da (1887) – *Antiguidades Monumentais do Algarve*. Tempos prehistoricos. Volume 2. Lisboa: Imprensa Nacional.

VELHO, E. de Liz (1746) – Exemplar da constancia dos martyres em a vida do glorioso S. Tórpes. Lisboa. Na Officina de Miguel Manescal da Costa.

VII

CARLOS RIBEIRO (1813-1882), A SEGUNDA PARTE DA "DESCRIPÇÃO DO SOLO QUATERNÁRIO DAS BACIAS HYDROGRAPHICAS DOS RIOS TEJO E SADO", O "HOMEM TERCIÁRIO" E OS CONCHEIROS MESOLÍTICOS DO VALE DO TEJO [1]

1 – INTRODUÇÃO

Em 1866 Carlos Ribeiro publicou monografia dedicada à caracterização dos depósitos quaternários das bacias sedimentares do Tejo e do Sado, acompanhada de uma carta geológica com a delimitação de tais terrenos, e de cortes geológicos que abarcaram toda a largura do território nacional, os quais, por quase 120 anos, constituíram os únicos no seu género realizados em Portugal (RIBEIRO, 1866) (Fig. 1).

Tal memória, onde apenas se caracterizam os depósitos quaternários mais antigos, correspondentes ao Grupo Inferior, deveria ser seguida pela publicação de outra, aliás explicitamente prevista, já que a própria capa da brochura da única parte publicada refere que se trata do 1.º Caderno, o que pressupõe a impressão ulterior de pelo menos outro. Com efeito, o sumário da obra apresenta já aspectos respeitantes aos Grupos Médio e Superior, a par do alargamento geográfico das observações, pelo que, aquando da publicação do primeiro caderno, a futura obra já se encontrava claramente delineada no espírito do Autor.

O manuscrito ora estudado, foi objecto de transcrição integral, já publicada (Cardoso, 2013 a). Nele, a caracterização dos depósitos quaternários, que no trabalho publicado em 1866 se limitava à região a sul do Tejo, é agora alargado



Fig. 1 – Carta geológica dos terrenos quaternários das bacias do Tejo e do Sado à escala de 1/500 000 (RIBEIRO, 1866, Est. A).

[1] CARDOSO, J. L. (2015) – Carlos Ribeiro (1813-1882), a segunda parte da "Descripção do solo quaternário das bacias hydrographicas dos rios Tejo e Sado", o "Homem terciário" e os concheiros mesolíticos do vale do Tejo. CuPAUAM. Madrid. 41, p. 13-22. Modificado.

a todo o País, sendo acompanhado de um mapa à escala de 1 / 2 000 0000 (Fig. 2), registando afloramentos desde Trás-os-Montes ao Algarve, o qual se manteve inédito, tal como o manuscrito, onde se caracterizam os depósitos até então conhecidos repartidos pelos três grupos estratigráficos considerados. Trata-se, pois de um assinalável avanço face à obra publicada em 1866, decorrente de um notável trabalho de campo, de registo e descrição dos depósitos, em resultado de observações efectuadas sempre *in loco*.

Por outro lado, a redacção do manuscrito teve origem próxima no convite endereçado por De Verneuil, Presidente da Sociedade Geológica de França, a 23 de Maio de 1867, para que Carlos Ribeiro, na sequência da publicação da primeira parte da sua memória sobre os depósitos quaternários portugueses, apresentasse àquela Sociedade síntese sobre o referido tema.

Este respondeu-lhe afirmativamente, ten- do aquela comunicação sido apresentada na sessão de 17 de Junho de 1867, e ulteriormente publicada no respectivo Boletim (RIBEIRO, 1867) (Fig. 3).



Fig. 2 – Carta geológica dos terrenos quaternários de Portugal.
Original não publicado na época, que acompanha o manuscrito agora estudado.

Carlos Ribeiro recebeu, pouco depois, a 16 de Julho do mesmo ano, ou seja, menos de um mês após a leitura pública do seu trabalho em Paris, uma nova carta de De Verneuil, onde este apresenta diversas dúvidas sobre as conclusões então produzidas (RIBEIRO, 1871: 53, nota 1):

> "*Je suis toujours un peu étonné de l´épaisseur de votre terrain quaternaire et des circonstances suivantes que vous mentionnez:*
> *1.º Le quaternaire a 400 mètres;*
> *2.º Il est soulevé et quelquefois en stratification inclinée jusqu'à la verticale;*
> *3.º Il contient des masses de calcaire dur semblable à du calcaire secondaire;*
> *4.º Enfin, et ce qu'il y a de plus curieux, on y trouve des haches fabriqués de main de l'homme en silex et en quartzite, et c'est à la base du terrain que l'on trouve ces instruments, c'est-à-dire que depuis leur confection il s'est formé un dépôt de 400 mètres d'épaisseur*".

Estas observações exigiam cuidadosa reflexão, que Carlos Ribeiro não tinha anteriormente dispensado à redacção da comunicação, aliás extensa, pois abarca 20 páginas do Boletim. Com efeito, como ele próprio declara, o convite apanhou-o desprevenido, pois encontrava-se de partida para trabalho de campo nas Beiras e, porque não queria deixar de responder positivamente ao mesmo, viu-se privado, no decurso da redacção, de apontamentos, de tempo e de sossego, do que resultou obra imperfeita, como é referido pelo próprio:

"*Quando recolhemos do campo e lemos com algum vagar a minuta daquele trabalho conhecemos quanto precisava de ser revisto e corrigido antes de ser entregue á estampa. É por isso que nos resolvemos redigir sobre aquella nota a presente memoria juntando-lhe uma pequena carta com o esboço geológico do terreno quaternário de Portugal e oferece-la à nossa Academia Real das Sciencias de Lisboa*" (2.º caderno).

Está, pois, explicada as razões que determinaram concretamente a redacção do manuscrito agora estudado.

2 – CARACTERÍSTICAS DO DOCUMENTO

O manuscrito é constituído por quatro versões, escritas por punhos diferentes, subordinadas ao título "Breve noticia acerca do terreno quaternário de Portugal", escritas em cadernos de características distintas, a maioria com as dimensões de 31 por 21 cm, embora também tenham sido utilizadas folhas lisas de papel de menores dimensões.

1.º Caderno – é o único inteiramente escrito pelo punho de Carlos Ribeiro (Fig. 4). Apresenta a caracterização completa dos três grupos de depósitos, ordenados do mais antigo para o mais moderno: Grupo Inferior, Grupo Médio e Grupo Superior. Este Caderno integra ainda uma versão mais moderna do Grupo Inferior, passada a limpo por copiador (por certo funcionário administrativo da Comissão Geológica de Portugal), com correcções autógrafas de Carlos Ribeiro.

2.º Caderno – escrito por copiador, inclui igualmente a caracterização dos três grupos de depósitos, sendo aquele onde as correcções autógrafas de Carlos Ribeiro são mais extensas, recorrendo frequentemente a tiras de papel coladas (Fig. 5), ou mesmo aproveitando o verso de uma carta que lhe foi remetida para Mirandela, datada de 13 de Setembro



NOTE DE M. RIBEIRO. 692

EXTRAIT DU BULLETIN DE LA SOCIÉTÉ GÉOLOGIQUE DE FRANCE, 2e série, t. XXIV, p. 692, séance du 17 juin 1867.

Note sur le terrain quaternaire du Portugal;
par M. C. Ribeiro.

Dans la première livraison, publiée vers la fin de 1866, de notre *Description du terrain quaternaire de la partie la plus occidentale du Tage et du Sado*, nous avons partagé ces dépôts en trois groupes que nous avons nommés : groupe inférieur, groupe moyen et groupe supérieur. Nous suivrons dans cette notice la même division (1).

GROUPE INFÉRIEUR.

Situation et étendue géographique. — Les couches de ce groupe se montrent sur le littoral de l'*Algarve*, depuis le fleuve *Guadiana* jusqu'au cap de *Saint-Vincent*, sur une longueur de 150 kilomètres, mesurés de l'est à l'ouest. Elles constituent de petits lam-

(1) Les personnes que la lecture de cette notice peut intéresser doivent avoir sous les yeux la nouvelle Carte géographique, publiée par l'Institut géographique, 1867.

Fig. 3 – Primeira página do artigo resultante da comunicação apresentada por Carlos Ribeiro à Sociedade Geológica de França, a 17 de Junho de 1867 (RIBEIRO, 1867).

de 1867, importante para estabelecer uma data *post quem* para a redacção do manuscrito.

3.º Caderno – é em parte escrito pelo copiador do Caderno n.º 2, possuindo também correcções autógrafas de Carlos Ribeiro, que escreveu pelo seu punho a última parte do texto relativo ao Grupo Inferior, faltando os textos dos Grupos Médio e Superior.

4.º e último caderno – é escrito por outro copiador dos dois cadernos anteriores, sem correcções de Carlos Ribeiro e interessando apenas o Grupo Inferior.

Verifica-se que, no processo de construção do texto final, intervieram pelo menos três copiadores, que foram passando a limpo as sucessivas minutas revistas por Carlos Ribeiro. Mas foi apenas a parte da memória relativa ao Grupo Inferior – a qual, numa versão mais extensa, tinha sido já publicada, em 1866 – a única que se pode considerar concluída.

O manuscrito apresenta-se, pois, longe de terminado, apesar de se conhecer a sua extensão total, com base nas duas versões mais antigas, as únicas que se apresentam completas. É inegável o árduo e exigente trabalho envolvido na sua preparação, que por certo terá exigido muito tempo e esforço a Carlos Ribeiro.

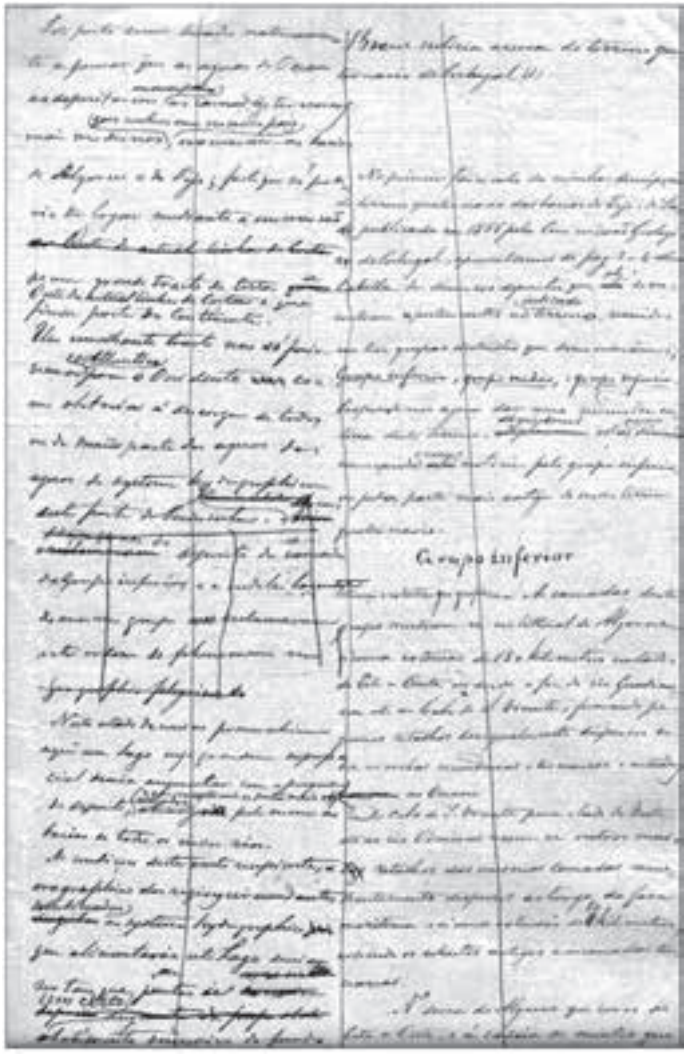


Fig. 4 – Primeira página da versão mais antiga (Caderno n.º 1) do manuscrito estudado, escrita e emendada por Carlos Ribeiro.

3 – ASPECTOS CIENTÍFICOS DE CARÁCTER GERAL E A IMPORTÂNCIA DA INFORMAÇÃO ARQUEOLÓGICA

Importa evidenciar diversos aspectos patentes no manuscrito:

1 – O conhecimento de terreno do Autor, revelado pela descrição pormenorizada dos afloramentos, sequências estratigráficas, características litológicas e mineralógicas dos depósitos, desde Trás-os-Montes ao Algarve. Tais registos só podiam ter sido obtidos no decurso de prolongados reconhecimentos geológicos de campo, iniciados pelo próprio em 1863, de que resultaram a carta geológica que acompanha o manuscrito. Note-se que a primeira edição da Carta Geológica de Portugal à escala de 1/500 000 data de 1876 e é da autoria de Carlos Ribeiro e de Nery Delgado, pelo a carta ora publicada é o mais antigo documento cartográfico de natureza geológica que abarca a totalidade do território continental.

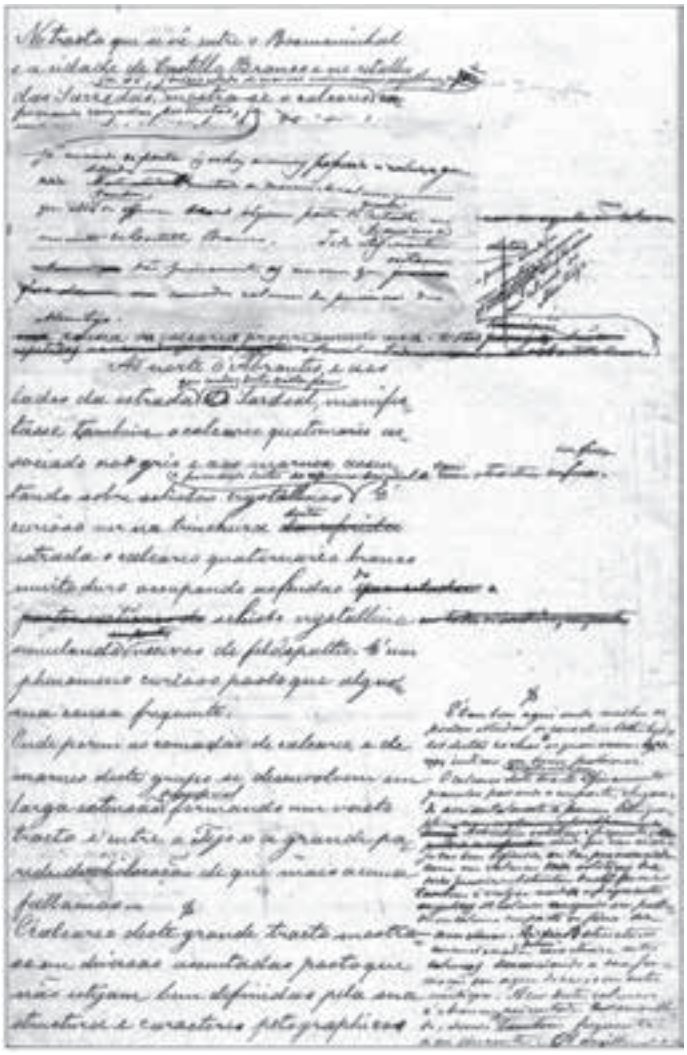


Fig. 5 – Página da segunda versão do manuscrito estudado, com letra do copiador e correcções autógrafas de Carlos Ribeiro.

2 – A importância conferida às observações de De Verneuil sobre a idade quaternária dos depósitos estudados, é atestada pela desenvolvida resposta, estruturada em dez pontos, que evidenciam um pensamento científico claro e organizado.

3 – A alusão frequente à ocorrência de materiais talhados pelo Homem pré-histórico, o que justificava, no quadro conceptual da época, a atribuição ao Quaternário dos depósitos correspondentes, não deixando Carlos Ribeiro de se surpreender com tal conclusão: "É realmente admirável extrahir um sílex ou um quartzite do seio d'uma camada que tem por cima, assentadas de outras camadas com 50, 100 e 200 metros de espessura em cujas peças se reconhece que antes de ali se sepultarem já tinham passado pela mão do homem!" (2.º Caderno).

4 – A atenção dada à evolução do território nos últimos tempos geológicos, com a valorização dos concheiros mesolíticos das ribeiras de Magos e de Muge, alguns deles por ele identificados em 13, 14 e 24 de Abril de 1863 (CARDOSO & ROLÃO, 2001/2002; CARDOSO, 2013; CARDOSO, 2015), num dos quais (o concheiro do Cabeço da Arruda), Carlos Ribeiro tinha já realizado escavações em 1864 (COSTA, 1865).

Da implantação no terreno do concheiro do Cabeço da Arruda, e com base nas espécies de moluscos identificadas, Carlos Ribeiro concluiu, e bem, que a sua formação antecedeu imediatamente a última colmatação sedimentar do vale do Tejo, onde, nas camadas subjacentes às férteis terras da lezíria, veio a encontrar, em sondagens por si mandadas realizar, grandes concentrações das mesmas espécies de moluscos que constituem aqueles amontoados artificiais:

> "*Todos estes factos dizem-nos que as aguas do Oceano avassalavam todo o valle do Tejo até Santarém pelo menos na epocha em que viveram os homens do Cabeço d'Arruda e por conseguinte em tempo que o nosso paiz, estava ainda alguns metros mais baixo do que hoje se vê* (...)" (2.º Caderno).

A valorização dos movimentos tectónicos ascensionais foi, assim, preferida, à explicação eustática, da subida do nível do mar, que é aquela que, na verdade, justifica a última fase do assoreamento do vale do Tejo. Idêntica explicação é dada para os cordões lumachélicos que se desenvolvem a diversas altitudes ao longo do litoral meridional da serra da Arrábida, que foi o primeiro a reconhecer.

4 – POR QUE RAZÃO CARLOS RIBEIRO NÃO CONCLUIU ESTE MANUSCRITO?

Tratando-se de manuscrito claramente inacabado, apesar de ser constituído por quatro versões sucessivamente alteradas e melhoradas pelo seu Autor, importa averiguar as razões do desinteresse de Carlos Ribeiro pela sua conclusão.

A redacção desta obra deve ter avançado muito na segunda metade do ano de 1867, já que se impunha dar rápida resposta às observações de De Verneuil. Para tal conclusão concorre também a carta utilizada no 2.º Caderno como rascunho, datada de 13 de Setembro de 1867, bem como a alusão à monografia de Nery Delgado dedicada à Gruta da Casa da Moura, então ainda no prelo da Imprensa da Academia Real das Ciências, datada igualmente de 1867 (Delgado, 1867). Deste modo, pode concluir-se que o trabalho, em configuração próxima da actual, se encontrava concluído nos finais de 1867. Em 1868, o trabalho pouco ou nada terá avançado. Com efeito, as perturbações que sobrevieram na Comissão Geológica de Portugal, e que conduziram à sua consequente extinção, a 1 de Fevereiro de 1868, levaram a que os então Major de Artilharia Carlos Ribeiro e o Tenente de Engenharia Nery Delgado fossem incumbidos, pelo director do Instituto Geográfico, dos quais ambos dependiam, o General Filipe Folque, da redacção de relatório sobre a arborização geral do país, recorrendo para tanto às observações anteriormente registadas por todo o país, em resultado das suas prolongadas missões no terreno, tendo efectivamente tal relatório saído dos prelos da Tipografia da Academia Real das Ciências nesse mesmo ano de 1868 (RIBEIRO & DELGADO, 1868).

Sabe-se que Carlos Ribeiro introduziu melhorias no presente manuscrito em 1869, pois uma nota infrapaginal, contida no 4.º Caderno, o mais moderno de todos, alude à impossibilidade do próprio consultar documentação por si recolhida em virtude da aplicação do Decreto de 23 de Dezembro de 1868, que determinou a transferência para a Escola Politécnica, da livraria, colecções e outra documentação da já então extinta Comissão Geológica. Deste modo, importa encontrar os motivos que estiveram na origem da não conclusão do trabalho após a reconstituição, em Dezembro de 1869, daquela Comissão, embora com outro nome – Secção dos Trabalhos Geológicos de Portugal – e com Carlos Ribeiro à frente da mesma.

O que se pode concluir é que nessa altura se verificou mudança de opinião de Carlos Ribeiro sobre a idade das camadas dos seus Grupos Inferior e Médio, que já não seriam quaternárias, como julgava até então, mas sim terciárias. Para tal foram decisivas as informações chegadas de além-fronteiras. Em França, discutia-se abertamente, então, a hipótese da existência de uma Humanidade pré-quaternária. Assim, o Abade Bourgeois, publicou em 1867 os sílices terciários recolhidos na base dos calcários de Beauce, trabalho citado por Carlos Ribeiro, no seu estudo de 1871 (Fig. 6), no qual declara, em defesa de uma humanidade terciária:

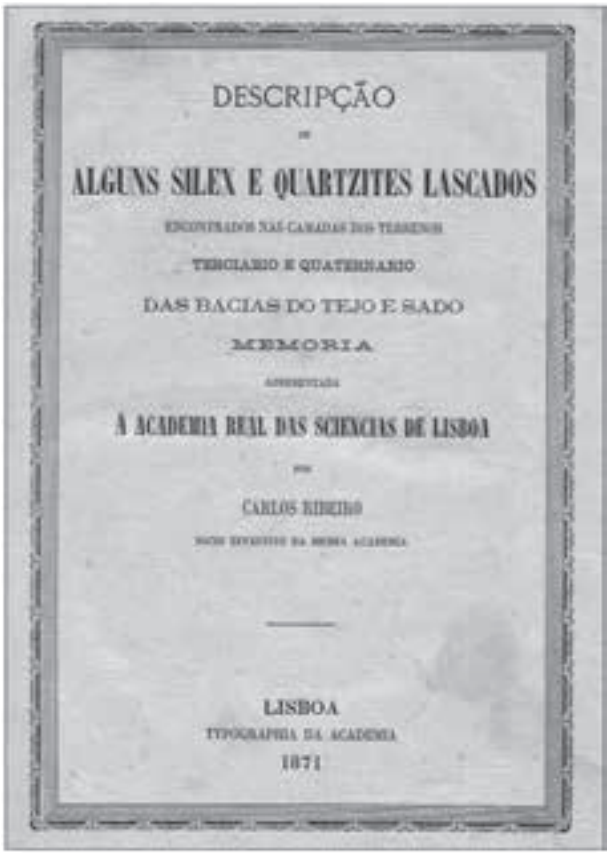
> "*Hoje acabaram para nós todas as hesitações e dúvidas, que se tinham levantado no nosso espírito, nascidas unicamente da idéa preconcebida – que a espécie humana não tinha precedido na serie dos tempos geológicos o período diluvial ou quaternário –; e assim devia acontecer, depois dos estudos que ultimamente fizemos*" (RIBEIRO, 1871, p. 53).

Percebe-se bem o alívio de Carlos Ribeiro nesta declaração, que assim lhe permitia resolver um problema científico, para o qual não conseguira reunir explicações convincentes às observações apresentadas por De Verneuil, ou seja, a ocorrência de depósitos quaternários com mais de 400 m de potência, com base no critério da presença de indústrias líticas (os eólitos), que, na verdade, não possuíam, como depois se verificou quaisquer traços de trabalho humano. Trata-se de um interessante exemplo de como um erro científico, pode, na verdade, contribuir para o avanço dos conhecimentos, pois no caso em apreço, foi a incorrecta admissão de uma humanidade terciária, por via da atribuição de intencionalidade aos "eólitos", que esteve na origem da

correcta integração estratigráfica dos depósitos do Grupo Inferior no Miocénico, pelo próprio Carlos Ribeiro, logo em 1871 (RIBEIRO, 1871). Apenas os depósitos do Grupo Superior mantiveram neste último trabalho a sua integração no Quaternário, pertencendo os do Grupo Médio ao Mio/Pliocénico.

Na época, o novo paradigma, imediatamente abraçado por Carlos Ribeiro, foi a certidão de óbito do manuscrito que, tão empenhada e proficientemente preparara nos anos anteriores, no afã de demonstrar a idade quaternária dos depósitos dos Grupos Inferior, Médio e Superior; assim, do manuscrito, apenas se aproveitaram as principais observações estratigráficas, as quais, depois de revistas à luz do novo critério cronostratigráfico, foram incorporadas no seu estudo de 1871.

Esta mudança de paradigma teve, na época, outras consequências. É o caso da não distribuição de duas folhas da Carta Geológica de Portugal à escala de 1/100 000, impressas em 1866 e 1867, por atribuírem ao Quaternário formações doravante consideradas – e bem – como terciárias, apesar dos altos custos da impressão cromolitográfica, as quais foram dadas a conhecer apenas em 1941 por outro ilustre geólogo e arqueólogo, o Doutor Georges Zbyszewski (ZBYSZEWSKI, 1949), que com propriedade se pode considerar o continuador da obra de Carlos Ribeiro, até por ter sido, conjuntamente com Henri Breuil a esclarecer, em 1942, o mistério dos eólitos da Ota, recolhidos por Carlos Ribeiro mais de sessenta anos antes (BREUIL & ZBYSZEWSKI, 1942; CARDOSO, 1999/2000).


DESCRIPÇÃO

DE

ALGUNS SILEX E QUARTZITES LASCADOS

ENCONTRADOS NAS CAMADAS DOS TERRENOS

TERCIARIO E QUATERNARIO

DAS BACIAS DO TEJO E SADO

MEMORIA

APRESENTADA

Á ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS DE LISBOA

POR

CARLOS RIBEIRO

SOCIO EFFECTIVO DA MESMA ACADEMIA

LISBOA

TYPOGRAPHIA DA ACADEMIA

1871

Fig. 6 – Capa da brochura da memória apresentada por Carlos Ribeiro à Academia Real das Ciências de Lisboa em 1871 (RIBEIRO, 1871).

REFERÊNCIAS

BREUIL, H. & ZBYSZEWSKI, G. (1942) – *Contribution à l'étude des industries paléolithiques du Portugal et de leurs rapports avec la géologie du Quaternaire. 1 – Les principaux gisements des deux rives de l'ancien estuaire du Tage*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal. Lisboa (Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal, 26).

CARDOSO, J. L. (1999/2000) – As investigações de Carlos Ribeiro e de Nery Delgado sobre o "Homem Terciário: resultados e consequências na época e para além dela. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 8, p. 33-54.

CARDOSO, J. L. (2013 a) – Carlos Ribeiro, a "Breve noticia acerca do terreno quaternario de Portugal" e a questão do Homem Terciário em Portugal. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 20, p. 27-88.

CARDOSO, J. L. (2013 b) – Carlos Ribeiro e o reconhecimento do *solo quaternario* do vale do Tejo: enquadramento geológico dos concheiros mesolíticos das ribeiras de Magos e de Muge. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 20, p. 89-100.

CARDOSO, J. L. (2015) – Carlos Ribeiro and Francisco António Pereira da Costa: dawn of the Mesolithic shellmiddens of Muge (Salvaterra de Magos)". In N. BICHO et al. (eds.): *Muge 150th: The 150th Anniversary of the Discovery of Mesolithic Shellmiddens*. Cambridge Scholars Publishing p. 1-18.

CARDOSO, J. L. & ROLÃO, J. M. (1999/2000) – Prospecções e escavações nos concheiros mesolíticos de Muge e de Magos (Salvaterra de Magos): contribuição para a história dos trabalhos arqueológico efectuados". *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 8, p. 83-240.

COSTA, F. A. Pereira da (1865) – *Da existencia do Homem em epochas remotas no valle do Tejo. Primeiro opusculo. Noticia sobre os esqueletos humanos descobertos no Cabeço da Arruda*. Lisboa: Imprensa Nacional.

RIBEIRO, C. (1866) – *Estudos geologicos. Descripção do solo quaternario das bacias hydrographicas do Tejo e Sado. 1.º Caderno*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias.

RIBEIRO, C. (1867) – Note sur le terrain quaternaire du Portugal. *Bulletin de la Société Géologique de France*. Paris. Série 2, 24, p. 692-717.

RIBEIRO, C. (1871) – *Descripção de alguns sílex e quartzites lascados encontrados nas camadas dos terrenos terciário e quaternário das bacias do Tejo e Sado. Memoria apresentada à Academia Real das Sciencias de Lisboa*. Lisboa: Typographia da Academia. Lisboa.

RIBEIRO, C. & DELGADO, J. F. Nery (1868) – *Relatorio acerca da arborização geral do Paiz*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias.

ZBYSZEWSKI, G. (1949) – *Notice sur deux cartes géologiques inédites, œuvres de Carlos Ribeiro et J. F. Nery Delgado*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.

VIII

CARLOS RIBEIRO E OEIRAS. RAZÕES DE UMA HOMENAGEM [1]

1 – INTRODUÇÃO

Carlos Ribeiro (1813-1882) teve, como geólogo e arqueólogo, um intenso e recorrente contacto com o território Oeirense. Ao proceder ao reconhecimento geológico dos arredores da capital, trabalho realizado em diversas ocasiões e que em parte se relacionou com abastecimento de água a Lisboa, trabalhos de que existe registo desde a década de 1850 até à de 1870, cartografou os afloramentos geológicos de diversas épocas que ocupam este tracto de terreno, representados na Carta Geológica de Portugal na escala de 1/500 000, em co-autoria com J. F. Nery Delgado, seu adjunto na Secção dos Trabalhos Geológicos, cuja primeira edição data de 1876, logo seguida de segunda edição, dois anos volvidos. No decurso desses levantamentos geológicos, identificou duas estações arqueológicas de grande relevância no território concelhio: o povoado pré-histórico de Leceia e a necrópole da gruta natural da Ponte da Lage, na margem esquerda da ribeira de Lage, fronteira à povoação do mesmo nome.

2 – O POVOADO PRÉ-HISTÓRICO DE LECEIA

As explorações conduzidas no povoado pré-histórico de Leceia por Carlos Ribeiro ocorreram ao longo do ano de 1876 (N/A, 1878), porquanto a 2 de Fevereiro de 1877 iniciou a redacção da memória que viria a publicar no ano seguinte; a data mencionada encontra-se aposta no início do respectivo manuscrito (Fig. 1), indício de que as explorações já haviam terminado no terreno, tendo delas resultado memória apresentada à Academia Real das Ciências de Lisboa em 1878 (RIBEIRO, 1878) (Fig. 2).

As explorações realizadas em Leceia conduziram Carlos Ribeiro a identificar a plataforma do Moinho da Moura, correspondente a um afloramento de calcários recifais sub-cristalinos do Cenomaniano superior, dominando do alto da encosta direita o vale da ribeira de Barcarena, como a área correspondente ao núcleo do antigo povoado pré-histórico, em virtude do elevado número de artefactos arqueológicos que recolheu, e que fez transportar para o Museu da então Secção dos Trabalhos Geológicos, onde actualmente se conservam. A sua formação militar conduziu-o a considerar muito mais vasta do que era na realidade, a área ocupada por aquela comunidade pré-histórica. Na verdade, repugnava-o a ideia de que, situando-se o núcleo principal na plataforma do moinho da Moura, já o espaço situado a Oeste, de cotas superiores, correspondente à actual povoação de Leceia, não fosse ocupado, pois isso, de acordo com os princípios do século XIX corresponderia a uma posição indefensável perante um ataque. Desta forma, a área que supostamente tinha sido ocupada

---

[1] CARDOSO, J. L. (2013) – Carlos Ribeiro e Oeiras. Razões de uma Homenagem. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 20, p. 11-20. Modificado.

em tempos pré-históricos foi delimitada, na carta que fez acompanhar o seu trabalho, por uma imaginária linha de entricheiramento, seguindo o contacto entre os calcários recifais do Cenomaniano superior – o qual, na verdade, por vezes forma cornija abrupta – e as bancadas subjacentes de calcários e margas do Cenomaniano inferior e médio (Fig. 3).

Tendo presente, por outro lado, a sua formação como geólogo, não poderia deixar passar em claro as observações petrográficas sobre as matérias-primas em que foram confeccionados os diversos tipos de artefactos. Assim, no respeitante aos materiais de pedra polida, foi o primeiro a verificar a utilização de anfibolitos, que naturalmente teriam origem exógena. A este propósito, importa salientar que certos trabalhos publicados na actualidade, tidos como metodologicamente inovadores, por abordarem certas questões, supostamente pela primeira vez, já de há muito estas tinham sido discutidas em bases bem mais sérias, mas entretanto caídas, por alguns, no esquecimento. Também as variedades de sílex com que se deparou lhe mereceram atenção, sublinhando a presença de sílex negro, o qual, na verdade pode ter sido obtido localmente, em finos leitos tabulares interestratificados nas bancadas calcárias, enquanto o "pyromacho", de colorações avermelhadas, pode ter provindo da região de Rio Maior (CARDOSO & MARTINS, 2013). Com efeito, apesar de, localmente, ser assinalável a disponibilidade de sílex, especialmente de colorações acinzentadas, tal qual o encontrado em antigas explorações da região de Lisboa (CHOFFAT, 1889; CARDOSO & COSTA, 1992; CARDOSO & NORTON, 1997/1998; FORENBAHER, 1999), a abundância e qualidade do existente na região de Rio Maior, com evidentes semelhanças com algumas das produções de Leceia, autoriza aquela conclusão.

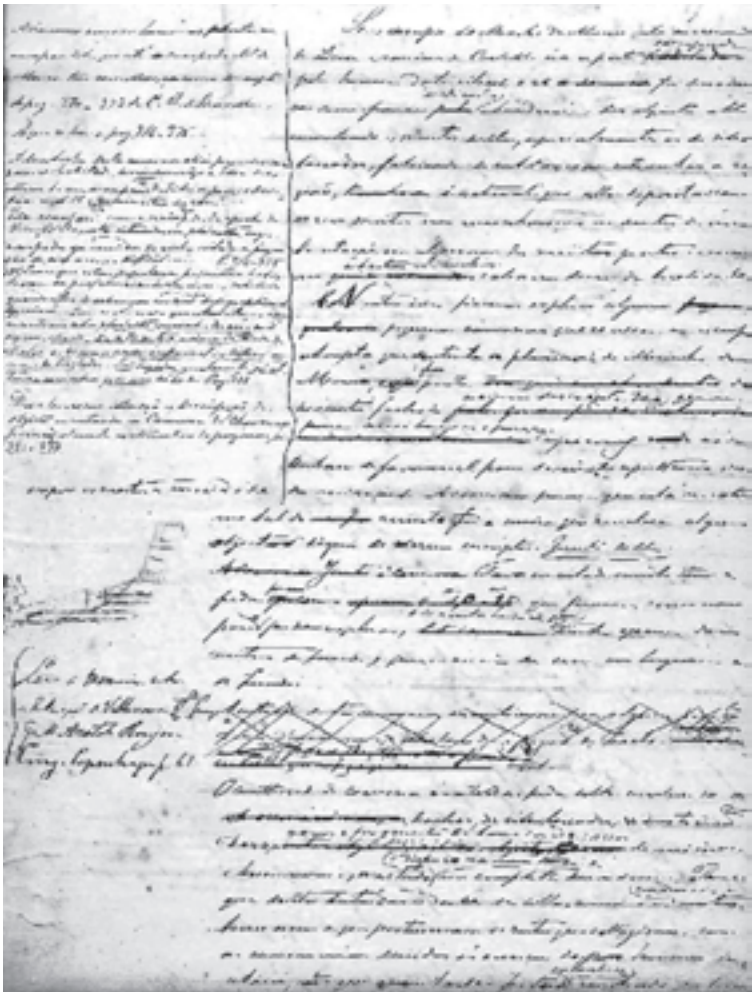


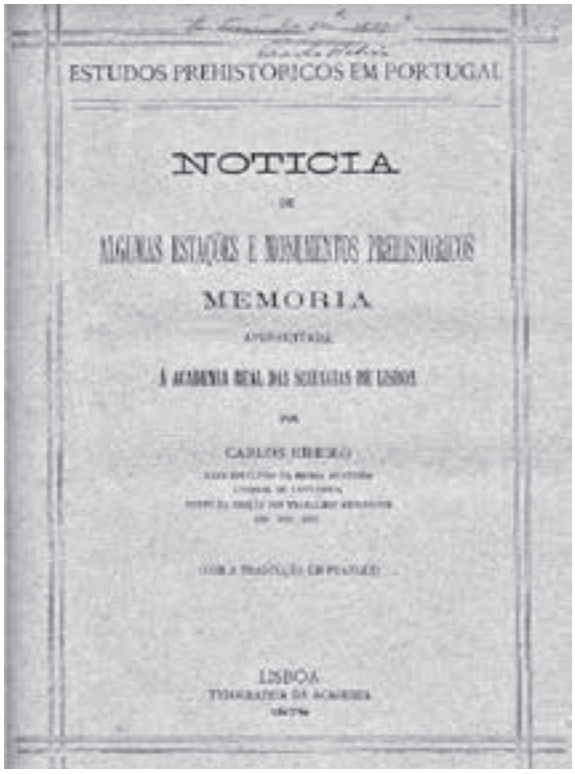
Fig. 1 – Página original autógrafa de Carlos Ribeiro, pertencente à minuta da monografia dedicada a Leceia, datada de Fevereiro de 1877, publicada nas Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa em 1878 (Tomo V, parte 2.ª).

Outra faceta em que se revela a formação de geólogo de Carlos Ribeiro, é a importância que confere à classificação dos restos faunísticos recolhidos, prática que só no dealbar do último quartel do século XX voltou a ser valorizada no nosso País, igualmente pela via geológica e paleontológica (ANTUNES, 1987; CARDOSO, 1992).

A própria presença dos afloramentos calcários nos quais se implantou o povoado pré-histórico, foi explicada por efeito de uma falha situada a Norte, que provocou a deslocação destas camadas face às formações

basálticas mais modernas, pondo-as em contacto. Tal falha assinala-se na carta geológica ulteriormente publicada, revelando bem a competência do geólogo.

Do ponto de vista arqueológico, onde a exploração efectuada por Carlos Ribeiro se revelou mais profícua foi numa pequena cavidade natural existente na escarpa do moinho da Moura, voltada a Este, para o vale da ribeira de Barcarena, a qual foi por si reproduzida num belo desenho a carvão (Fig. 4). Ali veio a encontrar amálgama de ossos humanos e vasos cerâmicos, embalados em terras e cinzas, evidenciando um depósito secundário. Os ossos humanos foram também por si estudados, revelando também neste domínio, uma assinalável capacidade de intervenção. Mais tarde, os mesmos materiais foram reapreciados, bem como datados, o que conduziu a diversas conclusões (CARDOSO, CUNHA & AGUIAR, 1991). Em síntese, afigura-se que a distribuição etária e por sexos que foi encontrada é compatível com as características esperáveis numa comunidade que tivesse ocupado o povoado pré-histórico. Com efeito, recolheram-se segmentos anatómicos pertencentes a todas as regiões do esqueleto, embora se tenha notado uma escassez de restos vertebrais e cranianos, facto que pode explicar-se pela maior fragilidade dos mesmos, aquando do transporte para a cavidade. O conjunto representa um mínimo de 5 indivíduos, incluindo dois adultos com menos de 35 anos (1 masculino e outro feminino), um adolescente, entre os 16 e os 20 anos e 2 indivíduos infantis, um entre 4 e 6 anos, outro entre 5 e 7 anos. A datação de radiocarbono obtida sobre um conjunto de restos de diversos indivíduos, deu o seguinte resultado: ICEN-737 – 3920 +/–70 BP, 2580-2190 cal BC (2 σ), compatível com a ocupação do povoado pré-histórico no decurso do Calcolítico Pleno/Final.


ESTUDOS PREHISTORICOS EM PORTUGAL

NOTICIA

MEMORIA

LISBOA

Fig. 2 – Leceia. Capa da brochura da separata do estudo publicado nas Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa em 1878 (Tomo V, parte 2.ª).

Estes resultados são de assinalável interesse, até porque respeitam às escassíssimas colecções antropológicas pré-históricas portuguesas susceptíveis de se poderem associar directamente a um local habitado. Mas não é só por isso que o sítio merece a notoriedade que actualmente detém. Com efeito, entre os três mais importantes povoados fortificados calcolíticos da Estremadura, o de Leceia foi até agora o único que permitiu o estabelecimento de uma correlação estreita, estabelecida no decurso das escavações, entre a cronologia absoluta das diversas ocupações, a sucessão cultural observada e as diversas fases construtivas evidenciadas.

Para tal, foram realizadas aproximadamente 40 datações de radiocarbono, que, articuladas com a sequência estratigráfica e construtiva, permitiu apresentar um modelo de ocupação das sucessivas comunidades ali instaladas, sintetizando vinte anos de escavações arqueológicas entre 1983 e 2002.

A primeira ocupação arqueológica remonta ao Neolítico Final da Estremadura, entre cerca de 3300 e 2900 BC. Depois de um curto período de abandono, que pode ter durado no máximo 150 anos, edificou-se logo no início do Calcolítico Inicial, cerca de 2800 BC, um imponente dispositivo defensivo, constituído por três linhas de muralhas, reforçadas exteriormente por bastiões semi-circulares, completando as defesas naturais já existentes, correspondentes a duas escarpas de calcários recifais cretácicos constituindo esporão debruçado



Fig. 3 – Leceia. Planta de Carlos Ribeiro, contendo a localização do povoado de Leceia, na plataforma do Moinho da Moura, e delimitação da linha de entricheiramento por ele considerada (RIBEIRO, 1878, Est. II, Fig. I).

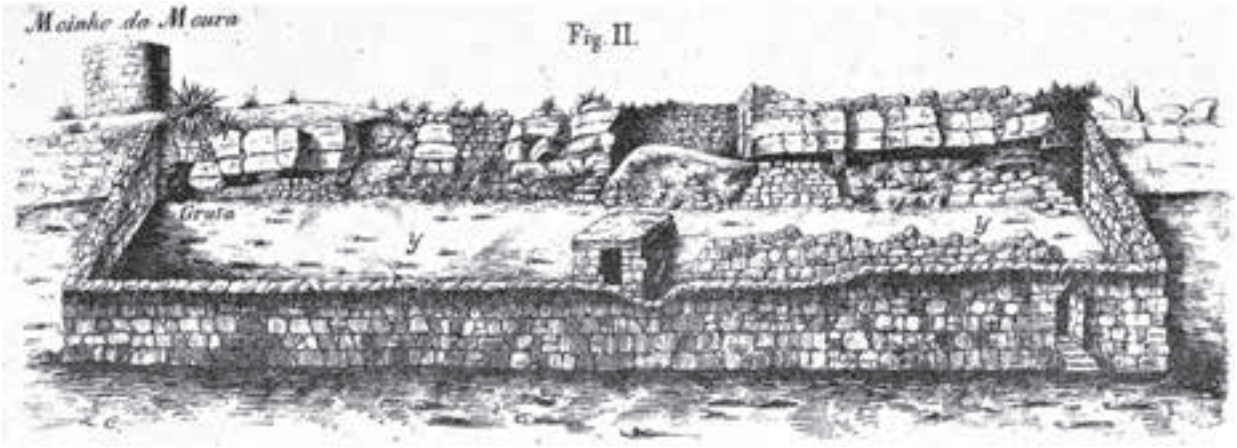


Fig. 4 – Leceia. Construção de planta rectangular, supostamente pré-histórica, encostada á escarpa do moinho da Moura, na base da qual se assinala pequena cavidade natural completamente preenchida por materiais antropológicos e arqueológicos (RIBEIRO, 1878, Est. II, Fig. II).

sobre o vale (Fig. 5). Este dispositivo defensivo foi sendo sucessivamente remodelado e reforçado, no decurso dos 300 anos seguintes, o que bem evidencia o clima de instabilidade e de competição social então vivido pela comunidade que o ocupava e nele vivia em permanência. Cerca de meados do milénio, entre 2600/2500 BC (inícios do Calcolítico Pleno/Final), as construções defensivas anteriormente construídas entram em declínio, ao mesmo tempo que a área ocupada intramuros se vai progressivamente retraindo em torno da zona central do povoado, antecedendo o seu definitivo abandono, cerca de 2000 BC.



Fig. 5 – Leceia. Fotografia aérea, evidenciando-se as três linhas muralhadas, defendidas por bastiões. Foto de Guilherme Cardoso.

Assim, deve-se a Carlos Ribeiro a prioridade de ter identificado e depois publicado, apesar de nele jamais ter efectuado escavações, aquele que, por muitos anos, foi o único exemplo cientificamente confirmado de um povoado pré-histórico no território português, e que, mercê das escavações nele efectuadas mais de um século após a sua identificação e publicação, se veio a tornar num dos sítios mais importantes, no seu género, do território peninsular. Por isso, nas imediações do local onde há mais de 5000 anos se implantou o celebrizado povoado pré-histórico, foi inaugurado arruamento com o seu nome (Fig. 6).



Fig. 6 – Leceia. Placa toponímica de arruamento com o nome de Carlos Ribeiro. Fotografia de Conceição André.

O interesse que despertou na comunidade científica portuguesa e internacional a publicação de Carlos Ribeiro encontra-se atestado pela frequência das referências bibliográficas, a começar por José Leite de Vasconcelos, que em sucessivas visitas dominicais, se interessou pelo local ao ponto de ter publicado em *O Arqueólogo Português* artigo de sua autoria (VASCONCELOS, 1917) e de ter recopiado a carta de localização de Carlos Ribeiro, assinalando a distribuição dos materiais pré-históricos na plataforma do moinho da Moura, cuja designação alterou para moinho do Pires (Fig. 7) (in COITO, CARDOSO & MARTINS, 2008, p. 142).

Importa sublinhar que, em homenagem às escavações realizadas por Carlos Ribeiro em Leceia, decidiu a Câmara Municipal de Oeiras através do seu Centro de Estudos Arqueológicos, inaugurar a série Estudos Arqueológicos de Oeiras com a publicação em fac-símile da monografia de 1878 dedicada àquele povoado pré-histórico, com notas e comentários do signatário (Fig. 8), a qual foi apresentada no Dia do Município, 7 de Junho de 1991. Deste modo, a figura tutelar de Carlos Ribeiro continuou presente nos trabalhos arqueológicos empreendidos naquela e em outras estações arqueológicas oeirenses, nesta nova etapa de investigações sob a égide do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras/CMO.



Fig. 7 – Leceia. Planta de José Leite de Vasconcelos, decalcada da de Carlos Ribeiro, mas com anotações sobre a distribuição de espólios arqueológicos no terreno (COITO, CARDOSO & MARTINS, 2008, p. 142). Arquivo do Museu Nacional de Arqueologia.

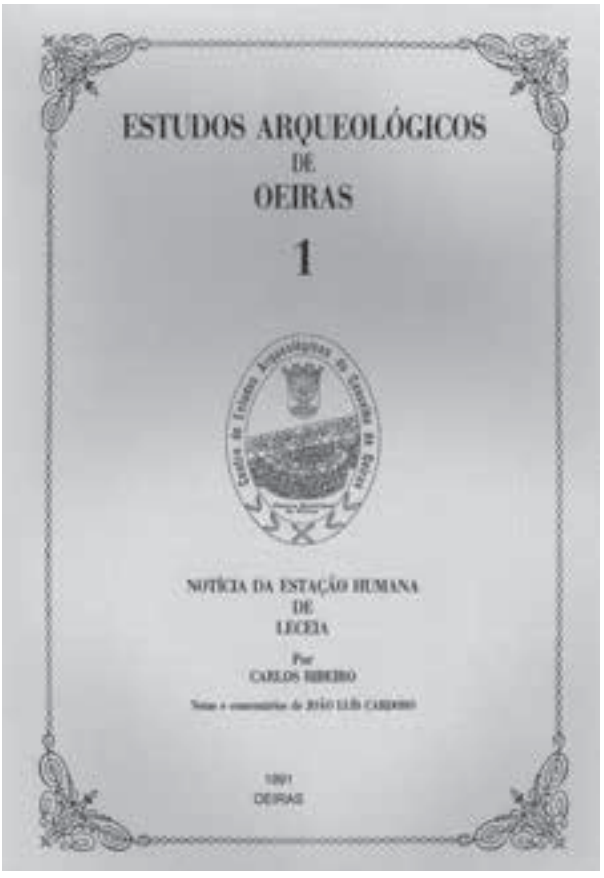


Fig. 8 – Capa do 1.º volume dos Estudos Arqueológicos de Oeiras (1991), onde se apresentou reprodução integral em *fac-símile* da memória original de Carlos Ribeiro, com notas e comentários de João Luís Cardoso.

3 – A GRUTA DA PONTE DA LAGE

O outro sítio arqueológico oeirense ligado ao nome de Carlos Ribeiro é a gruta da Ponte da Lage, situada perto da margem esquerda da ribeira da Lage, numa pequena cornija de calcários sub-cristalinos muito tectonizados do Cenomaniano superior (Fig. 9), tendo a curvatura da entrada da gruta lembrado a O. da Veiga Ferreira afeiçoamento, à maneira das grutas artificiais. As explorações tiveram lugar entre princípios e finais de Maio de 1879, conforme etiquetas apostas em algumas peças (9 de Maio de 1879; 28 de Maio de 1879; 30 de Maio de 1879) (Fig. 10). A designação já então dada a esta gruta pressupõe a existência de uma ponte anterior àquela actualmente existente no mesmo local.

É crível que a intervenção tivesse sido motivada pela realização, em Setembro do ano seguinte, da IX Sessão do Congresso Internacional de Arqueologia e de Antropologia Pré-Históricas, cujas reuniões decorreram na Academia Real das Ciências de Lisboa, dada a necessidade de engrossar a colecção de materiais arqueológicos susceptíveis de serem mostrados aos congressistas. Com efeito, esta intervenção foi coeva da ordenada por Carlos Ribeiro, com a mesma finalidade, em outras grutas naturais da região, como é o caso da gruta de Porto Covo e das chamadas furnas de Poço Velho, situadas actualmente na área urbana de Cascais.

As publicações que recentemente lhes foram dedicadas permitem situar as explorações na primeira entre 29 de Janeiro e 27 de Fevereiro de 1879 (GONÇALVES, 2008 a); contudo, os trabalhos prosseguiram até pelo



Fig. 9 – Gruta da Ponte da Lage. Vista da implantação da gruta (ao centro), em pequena escarpa calcária na margem esquerda da ribeira da Lage, situada em primeiro plano. Foto de G. Zbyszewski (1942 ?). Arquivo de Georges Zbyszewski. Reprodução de João Luís Cardoso.

menos o mês de Março, dado que, em 19 de Março de 1879 António Mendes remeteu a Carlos Ribeiro uma carta de Porto Covo, dando conta das despesas e dos pagamentos dos trabalhos efectuados (GONÇALVES, 2008 b, p. 33, 34), o que explica a referência ao mês de Março contida em escassas etiquetas respeitantes a algumas peças dos espólios exumados. No que respeita às furnas de Poço Velho, as etiquetas apostas nas respectivas peças exibem datas entre 26 de Março de 1879 e 15 e Maio de 1879, correspondendo inequivocamente às datas em que foram exumadas e não às correspondentes à sua inventariação. Desta forma, é possível que as escavações na gruta da Ponte da Lage tenham começado quando as de Cascais terminavam, prolongando-se depois para além delas, como sugere as datas das etiquetas, e, tal como aquelas, dirigidas directamente pelo colector António Mendes, coordenando outros funcionários da instituição, cujos nomes ficaram registados no que às explorações de Cascais diz respeito.



Fig. 10 – Gruta da Ponte da Lage. Etiqueta colada a um artefacto com a data da colheita (30 de Maio de 1879) e localização, a 11 m da entrada da gruta e à profundidade de 0,30 m. Museu do LNEG (Lisboa). Fotografia de João Luís Cardoso.

Das escavações realizadas, elaborou-se planta e corte, pertencentes ao Arquivo Histórico do LNEG, aqui reproduzidos pela primeira vez (Figs. 11 e 12).

Os espólios recuperados conservam-se, tal como os de Leceia, no Museu Geológico do LNEG, a eles se somando os obtidos nas explorações realizadas entre 3 e 15 de Novembro de 1958 por de O. da Veiga Ferreira e colaboradores (Fig. 13), ainda a tempo dos resultados serem apresentados em Dezembro daquele ano ao I Congresso Nacional de Arqueologia, tendo sido publicados nas respectivas actas (VAULTIER, ROCHE & FERREIRA, 1959). Contudo, o caderno de campo de O. da Veiga Ferreira relativo a esta intervenção (arquivo O. da Veiga Ferreira/ João Luís Cardoso), regista outras datas, mais fidedignas, para a dita intervenção de campo, que de facto se teria realizado entre 3 e 13 de Outubro de 1958.

Os motivos que estiveram na origem desta segunda intervenção justificaram-se por ter sido recolhido por Carlos Ribeiro um conjunto de artefactos atribuíveis ao Mustierense e ao Paleolítico Superior, que só vieram a

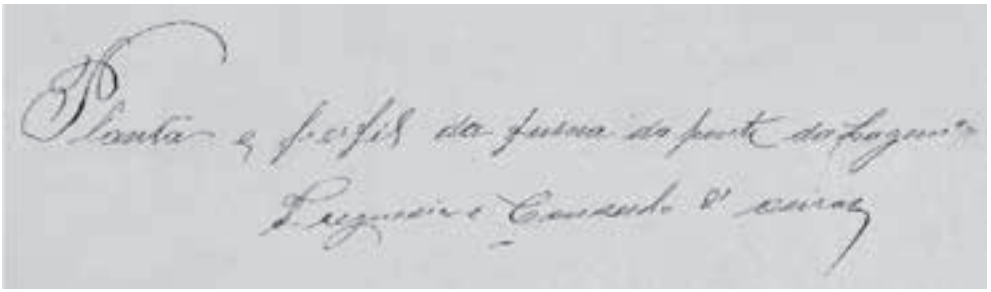


Fig. 11 – Gruta da Ponte da Lage. Capa da pasta com o levantamento da planta e corte da gruta da Ponte da Lage. Arquivos Históricos do LNEG.

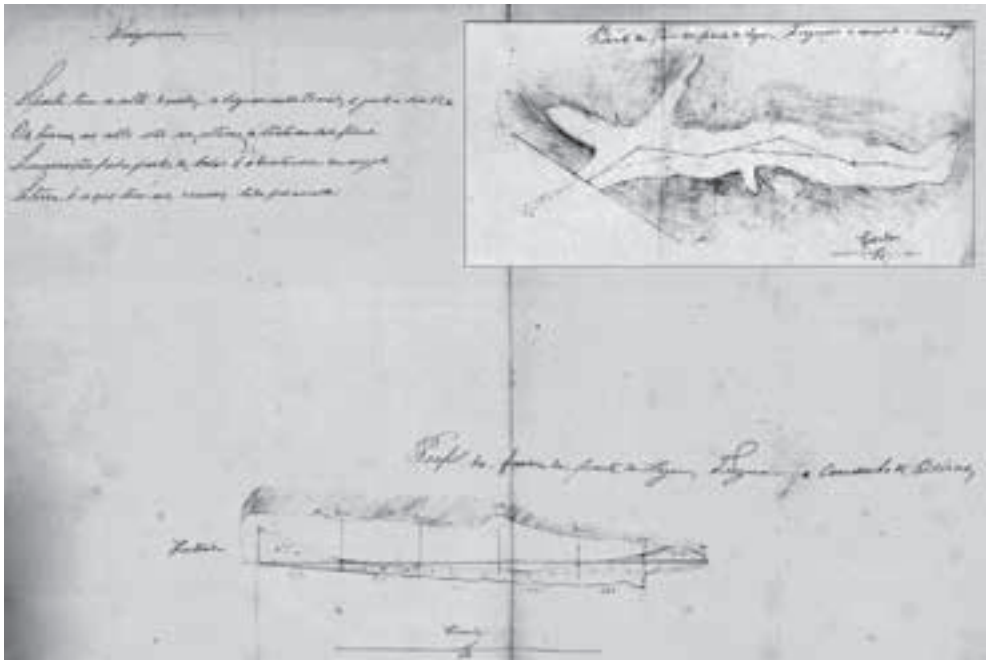


Fig. 12 – Gruta da Ponte da Lage. Planta e corte longitudinal. Arquivos Históricos do LNEG.

ser publicados muitos anos depois (BREUIL & ZBYSZEWSKI, 1942); nestes termos, importava avaliar a possibilidade de ainda se conservar algum depósito intacto daquelas épocas no interior da cavidade, o que não se verificou, confirmando-se que aquela fora quase completamente esvaziada no tempo de Carlos Ribeiro. Apenas a área adjacente à entrada, não escavada no século XIX, veio a revelar uma única tumulação neolítica, encostada à parede da gruta, com um corpo depositado em decúbito dorsal (VAULTIER, ROCHE & FERREIRA, 1959).

Enfim, em 1993, efectuou-se uma derradeira intervenção na cavidade, dirigida pelo signatário, com o objectivo de proceder à sua limpeza e registar a existência de eventuais divertículos ainda não sinalizados, bem como averiguar a presença de um espaço na parte mais profunda da gruta mencionado no estudo de 1959. Tais trabalhos foram motivados pela construção dos acessos ao complexo empresarial Lagoas Parque, o que motivou a alteração do traçado de um daqueles acessos, por forma a não intersectar o sector mais interior da gruta. Tais trabalhos foram acompanhados pela revisão dos espólios mustierenses e dos atribuídos ao Paleolítico Superior exumados nas escavações anteriormente realizadas, tendo sido identificado artefacto inquestionavelmente do Paleolítico Superior, que até então fora confundido com uma ponta se seta pedunculada neolítica: trata-se de rara ponta de projéctil solutrense de cuidadoso talhe bifacial, com paralelos na gruta das Salemas (CARDOSO, 1995, Fig. 6, n.º 11).

Deste modo, verifica-se que, dos espólios recolhidos na intervenção de Carlos Ribeiro, apenas os materiais paleolíticos tinham sido já devidamente caracterizados (CARDOSO, 1995), a que se juntou o conjunto atribuído à Idade do Bronze (CARDOSO & CARREIRA, 1996). Faltava proceder de igual modo ao estudo sistemático dos espólios atribuíveis ao Calcolítico, já objecto de anterior publicação (ZBYSZEWSKI, FERREIRA & VIANA, 1957), representados quase exclusivamente por produções campaniformes, tanto cerâmicas como metálicas, as quais tinham sido apenas objecto de análises pouco desenvolvidas que mereciam ser retomadas (FERREIRA, 1966; HARRISON, 1977), objectivo que se concretizou com a publicação de um estudo no presente volume (CARDOSO, 2013).

Em suma, as investigações arqueológicas promovidas e realizadas por Carlos Ribeiro no concelho de Oeiras desenvolveram-se nos anos de 1877, no respeitante a Leceia, e de 1879, no respeitante à gruta da Ponte da Lage, embora só as primeiras tivessem sido publicadas pelo autor, que foi, deste modo, o primeiro arqueólogo a realizar trabalhos na região, estendendo-os, na mesma época, à exploração de diversos monumentos megalíticos do aro de Sintra (em 1878), e, no concelho de Cascais, às grutas de Porto Covo e de Poço Velho (em 1879), todos eles de inquestionável pioneirismo e qualidade.



Fig. 13 – Gruta da Ponte da Lage. Trabalhadores à entrada da gruta, aquando da intervenção de Outubro de 1958, dirigida por O. da Veiga Ferreira. Arquivo de João Luís Cardoso/Octávio da Veiga Ferreira.

AGRADECIMENTOS

À Dr.ª Paula Serrano, do Núcleo de Biblioteca e Arquivos Históricos do Laboratório Nacional de Energia e Geologia que em tempo curtíssimo conseguiu localizar e digitalizar o caderno com a planta e cortes da gruta da Ponte da Lage, ora reproduzida.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, M. T. (1987) – O povoado fortificado calcolítico do Monte da Tumba. IV – mamíferos (nota preliminar). *Setúbal Arqueológica.* Setúbal. 8, p. 103-144.

BREUIL, H. & ZBYSZEWSKI, G. (1942) – *Contribution à l´ étude des industries paléolithiques du Portugal et de leurs rapports avec la géologie du Quaternaire. Les principaux gisements des deux rives de l´ ancien estuaire du Tage*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal (Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal, 23/1).

CARDOSO, J. L. & CARREIRA, J. R. (1996) – Materiais cerâmicos da Idade do Bronze da gruta da Ponte da Lage (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 6, p. 341-350.

CARDOSO, J. L. (1992) – *Contribuição para o conhecimento dos grandes mamíferos do Plistocénico superior de Portugal*. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras.

CARDOSO, J. L. (1995) – Novas escavações na gruta da Ponte da Lage (Oeiras). Revisão dos materiais paleolíticos. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 5, p. 49-66.

CARDOSO, J. L. (2013) – A necrópole campaniforme da Gruta da Ponte da Lage (Oeiras): estudo dos espólios cerâmicos e metálicos e enquadramento da respectiva cronologia absoluta. *Estudos Arqueológicos de Oeiras.* Oeiras. 20 (neste volume).

CARDOSO, J. L. & COSTA, J. B. (1992) – Estação pré-histórica de Barotas (Oeiras). *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 9-10, p. 229-245.

CARDOSO, J. L. & CARREIRA, J. R. (1996) – Materiais cerâmicos da Idade do Bronze da gruta da Ponte da Lage (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 6, p. 341-350.

CARDOSO, J. L.; CUNHA, A. Santinho & AGUIAR, D. (1991) – O Homem pré-histórico no concelho de Oeiras. Estudos de Antropologia Física. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 2, 85 p.

CARDOSO, J. L.; NORTON, J. & CARREIRA, J. R. (1997/1998) – Ocupação calcolítica do Monte do Castelo (Leceia, Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras* (1996). Oeiras. 6, p. 287-299.

CHOFFAT, P. (1889) – *Étude géologique du tunnel du Rocio*. Lisboa: Comissão dos Trabalhos Geológicos de Portugal.

COITO, L. C.; CARDOSO, J. L. & MARTINS, A. C. (2008) – *José Leite de Vasconcelos. Fotobiografia*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia/Editorial Verbo.

FERREIRA, O. da Veiga (1966) – *La culture du vase campaniforme au Portugal*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal (Memória 12 – Nova Série).

FORENBAHER, S. (1999) – *Production and exchange of bifacial flaked stone artifacts during the Portuguese Chalcolithic*. Oxford: BAR International series 756.

GONÇALVES, V. S. (2008 a) – *A utilização pré-histórica da gruta de Porto Covo (Cascais). Uma revisão e algumas novidades*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais.

GONÇALVES, V. S. (2008 b) – *As ocupações pré-históricas das Furnas do Poço Velho (Cascais)*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais.

HARRISON, R. J. (1977) – *The bell beaker cultures of Spain and Portugal*. Harvard University: American School of Prehistoric Research/Peabody Museum.

RIBEIRO, C. (1878) – *Noticia de algumas estações e monumentos prehistoricos. I – Notícia da estação humana de Licêa*. Memoria apresentada à Academia Real das Sciencias de Lisboa. Lisboa: Typographia da Academia.

(N/A, 1878) – *Direcção Geral dos Trabalhos Geodesicos, topográficos, hydrographicos e Geologicos do Reino. Relatorio do primeiro semestre de 1876 e do anno económico de 1876-1877*. Lisboa: Imprensa Nacional.

VASCONCELOS, J. Leite de (1917) – Arqueologia liceense. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 22, p. 203-206.

VAULTIER, M.; ROCHE, J. & FERREIRA, O. da Veiga (1959) – Novas escavações na gruta da Ponte da Lage (Oeiras). *I Congresso Nacional de Arqueologia (Lisboa, 1958)*. Actas. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1, p. 111-114.

ZBYSZEWSKI, G.; FERREIRA, O. da Veiga & VIANA, A. (1957) – A gruta pré-histórica da Ponte da Laje (Oeiras). *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 38 (2), p. 389-400.

IX

JOAQUIM FILIPE NERY DELGADO (1835-1908), ARQUEÓLOGO [1]

1 – PREÂMBULO

Engenheiro militar, geólogo e arqueólogo português (Elvas, 26 de Maio de 1835 – Figueira da Foz, 3 de Agosto de 1908), Joaquim Filipe Nery da Encarnação Delgado (Fig. 1) frequentou o Colégio Militar e, depois, a Escola Politécnica, tendo-se diplomado em Engenharia Militar, na Escola do Exército, em 1855, tendo sido promovido na carreira militar até o posto de General de Divisão, embora desempenhando sempre funções oficiais estranhas à vida castrense. Adjunto à Segunda Comissão Geológica de Portugal, desde a sua organização, em 1857, assumiu em 1882 o cargo de Director da mesma, que viria a desempenhar até o seu falecimento, vitimado por dupla pneumonia, quando na sequência da realização de trabalhos de geologia na região do Bussaco.



Fig. 1 – Joaquim Filipe Nery da Encarnação Delgado. Litografia. Arquivo e fotografia de João Luís Cardoso.

Naquela Instituição viria a desenvolver notável actividade, reconhecida pelas sucessivas promoções na carreira militar, até atingir o posto de general-de-divisão. Encontrava-se em plena actividade no campo como geólogo, quando a morte o surpreendeu, na sequência de uma pneumonia dupla, sendo então director do organismo incumbido dos estudos geológicos no País, que serviu durante cinquenta e um anos.

O prestígio que granjeou pela alta qualidade da sua produção científica no domínio da geologia e da arqueologia, foi reconhecido internacionalmente e, também, no seu próprio país: foi vice-presidente da 1.ª Classe da Academia Real das Ciências de Lisboa.

---

[1] Baseado em CARDOSO, J. L. (2008) – Nery Delgado (1835-1908), Geólogo do Reino. Lisboa: Museu Geológico/INETI/Centro de História e Filosofia das Ciências/FCT/UNL, p. 65-79 e CARDOSO, J. L. (2020) – A primeira escavação arqueológica metodologicamente moderna foi realizada em Portugal em 1879/1880: a intervenção de Nery Delgado na gruta da Casa da Moura (Óbidos, Portugal). Estudos Arqueológicos de Oeiras. Oeiras. 26, p. 123-242. Modificado.

Nery Delgado notabilizou-se, primeiro, através da colaboração activa que prestou a Carlos Ribeiro, co-director da Comissão Geológica de Portugal, no reconhecimento geológico do País, sucedendo-lhe à frente da Instituição, aquando da morte daquele, ocorrida em 1882. De tal actividade resultou a edição da Carta Geológica de Portugal, na escala de 1: 500 000, publicada em 1876, logo seguida da segunda edição, dois anos volvidos. Além da cartografia geológica do País, ocupou-se activamente da caracterização estratigráfica e paleontológica dos respectivos terrenos, especialmente dos de idade paleozóica. Destacam-se, neste âmbito, os estudos dedicados às Bilobites dos quartzitos das Beiras e os relativos aos terrenos paleozóicos do Alentejo (CHOFFAT, 1908).

Como arqueólogo, a sua contribuição no âmbito dos estudos que, à época, se desenvolviam por toda a Europa, foi, igualmente, ímpar. Merecem especial destaque as escavações que efectuou em 1865 e 1866 na gruta da Casa da Moura (Óbidos), cujos resultados foram publicados em magnífica memória, datada de 1867, que bem evidencia a acuidade e actualidade das observações e dos conhecimentos que detinha, no âmbito da ciência oitocentista. Tais escavações foram prosseguidas anos depois, em 1879 e 1880, com resultados que só muito depois foram devidamente valorizados e publicados, obtidos através de metodologias à época desconhecidas e das quais foi o precursor incontestado, conforme recentemente se demonstrou.


CONGRÈS INTERNATIONAL
D'ARCHÉOLOGIE ET D'ANTHROPOLOGIE
PRÉHISTORIQUES
9ème SESSION À LISBONNE
ÉDIFICE DE L'ACADÉMIE ROYALE DES SCIENCES
Du 20 au 29 Septembre 1880
CARTE PERSONNELLE DE MEMBRE
N° 12a
M. Joaquim Filippe
C. Nery Delgado
SIGNATURE

Fig. 2 – Cartão de Congressista da IX Sessão do Congresso Internacional de Arqueologia e de Antropologia Pré-Históricas reunido em Lisboa em Setembro de 1880 passado em nome de Nery Delgado e por ele próprio assinado. Arquivo Histórico do LNEG, documento transmitido por Ana Carneiro.

Outro exemplo da qualidade do seu trabalho é o notável estudo da gruta da Furninha (Peniche), cuja escavação dirigiu, em 1879 e 1880, para logo a apresentar à IX Sessão do Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia Pré-Históricas, (Lisboa, 1880), de que foi vice-presidente e em cujas actas, organizadas sob sua responsabilidade, se encontra publicado (DELGADO, 1884) (Fig. 2).

Deste modo, Nery Delgado, a par de Carlos Ribeiro e de Francisco Pereira da Costa, corporizam o desabrochar e a plena afirmação, em Portugal, da arqueologia pré-histórica, de base científica, estreitamente ligada aos estudos geológicos, dos quais aproveitou o método, bem patente nestes primeiros trabalhos.

Nesta evocação serão valorizadas as duas contribuições maiores de Nery Delgado para a arqueologia portuguesa: as escavações das grutas da Casa da Moura e da Lapa Furada, no planalto da Cesareda (Óbidos) e as da gruta da Furninha, presentemente situada sobre o mar (Peniche); mas não se devem esquecer as colaborações que prestou, do ponto de vista institucional, a inúmeros arqueólogos do seu tempo, na qualidade de director da única instituição pública que desenvolvia actividades de investigação no domínio da arqueologia – especialmente no da arqueologia pré-histórica – então integrada no Ministério das Obras Públicas.

Importa notar, porém, que esta actividade esmoreceu após o falecimento de Carlos Ribeiro, ocorrido em 1882 vindo mesmo a ser preterida e claramente secundarizada pelo próprio Nery Delgado, após a criação do Museu Etnográfico Português, em 1893 – o actual Museu Nacional de Arqueologia – que contou com o seu apoio decisivo.

A propósito do decisivo apoio que a afirmação da investigação arqueológica em Portugal recebeu por parte de Nery Delgado, basta lembrar que a primeira instalação daquele museu, em 1894 (VASCONCELOS, 1915), até à altura da sua transferência, em 1903, para o local que ainda hoje ocupa, no Mosteiro dos Jerónimos (foi aberto ao público somente a 22 de Abril de 1906), só foi possível graças a cedência de uma sala (depois acrescentada de outra), da então designada Direcção dos Trabalhos Geológicos de Portugal, presidida por Nery Delgado, no segundo andar do edifício da Academia das Ciências de Lisboa, à qual o museu dirigido por J. Leite de Vasconcelos esteve adstrito, até 1899. As relações entre os dois eminentes cientistas foram sempre cordiais, até porque, pelo facto de Nery Delgado se não considerar arqueólogo, nem desejar a manutenção dessa valência na instituição que dirigia (exceptuando a Antropologia Física), deixou a J. Leite de Vasconcelos o espaço necessário para este afirmar plenamente os seus invulgares dotes de arqueólogo polifacetado, como veio a verificar-se. Cordiais foram, também, as relações estabelecidas com outros ilustres arqueólogos do seu tempo, como se verifica da correspondência já publicada com Estácio da Veiga (CARDOSO, 2006) e com Francisco Martins Sarmento (FERREIRA, 1970).

A admiração que, de forma generalizada, lhe era dedicada pela generalidade dos que então desenvolviam em Portugal actividade arqueológica, nos diversos domínios em que Nery Delgado também intervinha, explica a sua eleição, em 1900, como Presidente da Sociedade Arqueológica Santos Rocha, constituída na Figueira da Foz por iniciativa de António dos Santos Rocha.

2 – AS ESCAVAÇÕES DE NERY DELGADO NA GRUTA DA CASA DA MOURA

A gruta da Casa da Moura é a mais importante das cavidades cársicas abertas em calcários do Jurássico que se dispersam pelo planalto das Cesaredas, cerca de 1,5 km a SE de Serra d' EI Rei (Peniche), possuindo as seguintes coordenadas: 39° 17' 50" lat. N; 9° 15' 15" long. W de Greenwich (concelho de Óbidos).

As primeiras escavações ali realizadas por Nery Delgado em 1865 e 1866, foram descritas numa das primeiras, senão a primeira, monografia arqueológica dedicada a uma estação pré-histórica em gruta, publicada na Península Ibérica (DELGADO, 1867). O seu título desde logo evidencia a principal preocupação do seu autor, aliás em sintonia com uma das questões filosóficas e científicas mais candentes da sua época: a demonstração da antiguidade da espécie humana, por critérios científicos. A designação escolhida, *Da existência do Homem no nosso solo em tempos mui remotos provada pelo estudo das cavernas. Primeiro opúsculo Notícia acerca das grutas da Cesareda*, é, por outro lado, expressiva da influência da obra de Charles Lyell, cuja primeira edição inglesa, de 1863, foi logo, no ano seguinte, traduzida para francês, *The Geological Evidences of the Antiquity of Man* (LYELL, 1863).

A cavidade tem uma entrada em poço, de pequena altura, que comunica com uma sala ampla, a qual se encontra separada de outra, contígua, por uma massa rochosa correspondendo a uma passagem íngreme e baixa; a outra sala, idêntica à primeira, prolonga-se por uma galeria estreita, terminando num poço vertical (Fig. 3). Delgado reconheceu duas unidades principais: o depósito superior, mais recente, anegrado e incoerente, com abundantes restos humanos e indústrias, líticas e ósseas, do Neolítico e Calcolítico; e outra, plistocénica, adiante caracterizada, o designado depósito inferior.

É clara a preocupação metodológica do autor na exploração dos depósitos arqueológicos: *Levantando o entulho, uma camada após a outra, fácil nos foi recolher todos estes objectos, sabendo-se sempre a altura a que tinham sido achados n'um ou n'outro ponto da gruta* (DELGADO, 1867, p. ???). Com efeito, em alguns dos materiais arqueológicos actualmente conservados no Museu Geológico, pode observar-se ainda a indicação da data da respectiva colheita, relativa ao ano de 1865 (Fig. 4).

Caso a publicação de Nery Delgado tivesse atingido, na época, um público mais alargado, talvez o morfotipo humano de Cro-Magnon fosse conhecido por um nome português (ZILHÃO, 1993; CARDOSO, 1997), dada a descoberta de um crânio, talvez recolhido no depósito inferior, ter prioridade sobre a efectuada na homónima gruta francesa. Com efeito, o autor, que o representa na Fig. 1 da monografia publicada em 1867 (Fig. 5), dá-o como proveniente da parte mais profunda do entulho remexido, ou seja, da base do depósito superior, já de época neolítica. Infelizmente, esta peça extraviou-se há muito das colecções do Museu Geológico, conservando-se actualmente apenas um molde da mesma. Assim, não é possível avaliar a sua idade absoluta. Porém, à época, o impacto da descoberta foi, mesmo assim, significativo: W. Boyd Dawkins, na sua conhecida obra *Cave Hunting, Researches on the Evidence of Caves Respecting the Early Inhabitants of Europe* (BOYD DAWKINS, 1874), apresenta uma desenvolvida análise da gruta, a pp. 145-147, que merece transcrição. Assim, a propósito do crânio mencionado, refere:



Fig. 3 – Vista do interior da sala principal da gruta da Casa da Moura. Fotografia de 1987 de João Luís Cardoso.



Fig. 4 – Dois fragmentos de cerâmica pré-histórica com etiquetas datadas da primeira intervenção arqueológica realizada na gruta da Casa da Moura, em 1865 e 1866. Museu Geológico do LNEG. Fotografia de João Luís Cardoso.

A human skull wilh lower jaw was dug out the deepest part, but, since the matrix had been disturbed, it had probably been interred after the accumulation of the deposit. lt is recognized by Professor Busk (Ethnolo. Journ. N. N. 7, p. 43) as belonging to the same long type as the skulls of the caves of Gibraltar and the Basque graveyard …

Boyd Dawkins fez também desenvolvidos comentários aos materiais recolhidos no depósito superior, correspondente a sucessivas utilizações funerárias no decurso do Neolítico e do Calcolítico, realçando as centenas de restos humanos, todos muito fragmentados e incompletos, abordando ainda a questão da antropofagia, tão cara a Nery Delgado. Menciona, ainda, a atribuição, pelo eminente arqueólogo inglês John Evans, de uma ponta de Palmela e de uma placa de xisto à Idade do Bronze, *probably to an early stage, when stone was being superseded by bronze, since many stone Celts were found in the same spot* (p. 147).

A importância e visibilidade internacionais granjeada por este e outros trabalhos, encontra-se evidenciada pela correspondência entre eminentes investigadores e Nery Delgado, a qual envolvia, nalguns casos, como era usual na época, a permuta de materiais arqueológicos. É tal prática que explica a remessa, por Nery Delgado, a John Evans, de uma colecção de objectos pré-históricos portugueses (CARDOSO & MELO, 2001) (carta n.º 8), entre os quais alguns da Casa da Moura.

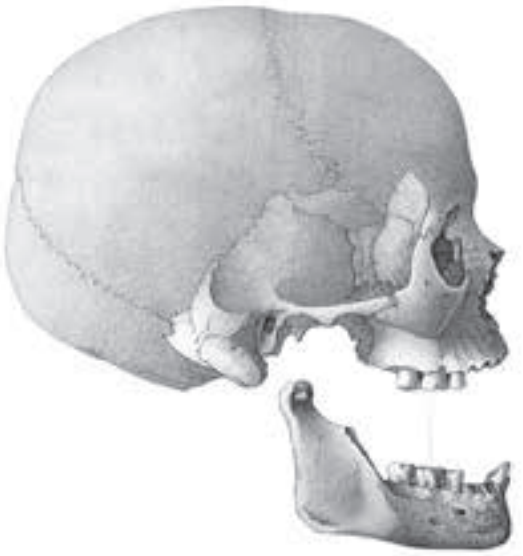


Fig. 5 – Crânio da gruta da Casa da Moura, recolhido em contexto indefinido, podendo este ser do Paleolítico Superior, o qual por tal motivo foi devidamente valorizado por Nery Delgado, que o reproduz na monografia de que foi autor (DELGADO, 1867, Fig. 1).

O abundante espólio antropológico recolhido, de época pós-paleolítica, a que Nery Delgado atribuía justificada importância, foi abordado em curta nota de F. de Paula e Oliveira, subordinado de Nery Delgado, publicada a título póstumo (PAULA E OLIVEIRA, 1888/1889). Quanto ao espólio arqueológico, tendo-se revelado demasiado moderno para os objectivos definidos por Nery Delgado, que consistiam na demonstração da antiguidade da presença humana no território português, foi na prática ignorado por este, tanto na publicação de 1867, como ulteriormente, pois apenas se lhe refere numa curta nota publicada em França, conjuntamente com os resultados sumários das explorações efectuadas na Furninha (DELGADO, 1880). Contudo, a importância científica do mesmo, não deixou de ser, à época, devidamente valorizada; assim, A. Bensaúde apresentou ao Congresso de Lisboa de 1880 um estudo pioneiro, sobre a natureza mineralógica e petrográfica de alguns artefactos pré-históricos conservados no Museu da então designada Secção dos Trabalhos Geológicos, entre os quais alguns da Casa da Moura, de fluorite, fibrolite e amazonite, considerados desconhecidos em território português (BENSAÚDE, 1884); mais tarde, É. Cartailhac reproduziu diversos exemplares mais significativos recolhidos nas escavações de 1879/1880 na sua célebre obra sobre a Pré-História peninsular (CARTAILHAC, 1886). Porém, o notável espólio funerário da Casa da Moura só viria a ser integralmente publicado – reunindo os conjuntos actualmente conservados no Museu Geológico e no Museu Nacional de Arqueologia – quase cento e quarenta anos depois das primeiras escavações na gruta (CARREIRA & CARDOSO, 2001/2002), na sequência do estudo sistemático do espólio faunístico plistocénico recolhido por Nery Delgado (CARDOSO, 1993).

O envio de materiais arqueológicos da Casa da Moura para o Museu Nacional de Arqueologia – onde aina hoje se conservam – remonta a 1905, por acordo estabelecido entre a Direcção da Escola Politécnica – onde se encontravam desde 1869, os recolhidos na campanha de 1865, na sequência da extinção da Comissão Geológica, em 1868 – e José Leite de Vasconcelos (VASCONCELOS, 1906), portanto ainda em vida de Nery Delgado – confirmando a sua já aludida opção de alijar as responsabilidades do estabelecimento que dirigia da actividade arqueológica, com excepção da Antropologia Física.

Com efeito, é interessante verificar que algumas das peças actualmente conservadas no Museu Nacional de Arqueologia já tinham sido reproduzidas na colecção de litografias executadas por iniciativa de Pereira da Costa e destinadas a uma publicação sobre a arqueologia portuguesa, no âmbito da Exposição Universal de Paris, de 1867, as quais só recentemente foram publicadas (CARREIRA & CARDOSO, 1996).

A extinção da Segunda Comissão Geológica de Portugal, em 1868, resultou na transferência, no ano seguinte, dos materiais recolhidos nas escavações de 1865, dos quais apenas uma parte terá voltado, ulteriormente, à instituição (tal como se verificou com alguns dos materiais da Furninha, exumados em 1865, conforme se documenta na Fig. 3 do presente trabalho). Assim, houve necessidade de reconstituir as colecções, no âmbito da realização, em Lisboa, em Setembro de 1880, da IX Sessão do Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia Pré-Históricas. Tal necessidade explica as intervenções dirigidas por Nery Delgado na Casa da Moura em 1879 (CARDOSO, 2020 e em outras grutas da Estremadura, como na gruta da Furninha, adiante referida, e nas grutas da Furada e da Malgasta, cujos espólios só recentemente foram também integralmente estudados (CARREIRA & CARDOSO, 1992).

Assim, a totalidade dos restos atribuíveis ao Plistocénico, actualmente existentes no Museu Geológico, resultou da exploração realizada em 1879, já que os da primeira se conservaram na Escola Politécnica, até à sua destruição, em 1978, pelo incêndio que consumiu parte do recheio do edifício. Prova desta realidade é o facto de nenhum dos restos da espécie mais abundante, *Canis lupus* (indício de que o local funcionou como refúgio deste predador, no decurso do Würm recente) corresponder aos figurados por Nery Delgado, na sua memória de 1867.

Alguns materiais líticos do Paleolítico Superior foram, muito mais tarde, separados do conjunto neolítico e atribuídos ao Magdalenense (ROCHE, 1951; ROCHE, 1979), aliás na sequência da atribuição à referida época de várias porções de zagaias, de osso, por H. Breuil, em 1918. A recente revisão destas peças (CARDOSO & GOMES, 1994) não se afigurou concludente quanto à respectiva integração cultural, contrariamente à conclusão de J. Zilhão, de 1997, que, excluindo liminarmente a presença magdalenense, as atribuiu *com toda a probabilidade* ao Gravettense. Estaria ainda representado o Solutrense, através de seis peças líticas, que levaram Camarate França e colaboradores (FRANÇA, ROCHE & FERREIRA, 1961) a admitir a existência de uma presença solutrense e de outra magdalenense.

Porém, para J. Zilhão (ZILHÃO, 1997, p. 38), *a consequência lógica das descobertas de 1961 devia ter sido, de facto, a atribuição da totalidade da série paleolítica ao Solutrense*. Magdalenenses e solutrenses, ou só solutrenses, ou nem uma coisa nem outra: J. Zilhão, admitiu, no referido trabalho de 1997, a existência de dois conjuntos, um do Gravettense e outro do Solutrense, onde avultam as célebres pontas pedunculadas do tipo Parpalló. Estes escassos materiais paleolíticos proviriam do topo do depósito inferior, arenoso, com cimento carbonatado e cor avermelhada, que Nery Delgado, na sua memória de 1867, admite ter sofrido intervenção humana, com base na presença de seixos, areias, ossos e carvões. A existência das areias foi explicada pela sua acumulação intencional junto da entrada, em poço, para facilitar a descida, tendo-se, ulteriormente, espalhado pelo interior. O carvão, atribuiu-o a lareiras. A abundância de ossos de coelho e de aves foi explicada supondo-os restos de alimentação. Assim, o autor admite que a formação do depósito inferior, assente num

manto estalagmítico, foi contemporânea da utilização da gruta como *uma estação de caçadores, que com toda a probabilidade só era ocupada temporariamente, e era abandonada logo depois de terem terminado as refeições* (ZILHÃO, 1997, p. 39). Os leitos carbonosos diminuíam para a parte inferior do depósito, bem como a abundância dos restos faunísticos. Pode, pois, concluir-se pela existência de ocupação(ões) humana(s) paleolítica(s), correspondente(s), ao menos, à formação da parte superior do depósito plistocénico. Inferiormente ao leito principal de carvão, Nery Delgado observou um nível lenticular de areia solta, com extensão de cerca de 1,0 m e 0,2 m de espessura, que aumentava em direcção à entrada da gruta, ao contrário do que se verificava com o depósito superior.

A maior parte dos ossos de macrovertebrados apareceu numa anfractuosidade da parede, *misturados como nos outros pontos do depósito inferior, com grande porção de ossos de coelho e de aves* (DELGADO, 1867, p. 29).

Em suma: os trabalhos de Nery Delgado de 1865, consistiram essencialmente na abertura de uma vala, na sala principal, de orientação N-S, a toda a largura; a espessura dos dois depósitos variava entre 2 e 4 m, até uma dura camada estalagmítica que o autor admitiu assentar sobre calcários jurássicos, que não chegou a atravessar totalmente, tendo, porém, cortado leitos arenosos interestratificados, estéreis. A espessura do depósito plistocénico não ultrapassaria 1 m no lado sul, aumentando para os lados norte e oriental.

O signatário observou, em 1987, vestígios destes trabalhos, e confirmou a natureza do depósito inferior e a escavação quase integral efectuada por Nery Delgado. Neste mesmo ano, realizou-se nova intervenção, cujos resultados foram publicados (STRAUS et al., 1988). A escavação na primeira sala, perto da entrada, levou à confirmação de que Nery Delgado tinha removido todo o enchimento plistocénico com interesse paleontológico e arqueológico, penetrando, ainda, no manto estalagmítico. Apenas uma área de 2,75 m^2, se verificou como possuindo ainda interesse, na extremidade ocidental, a qual permitiu confirmar a descrição de Nery Delgado; de cima para baixo, observou-se:

C. 1a – depósito húmico, antropogénico, castanho-anegrado. Restos humanos e fragmentos de cerâmica frequentes; escassos restos faunísticos (0,10 - 0,35m);

C. 1b – areias siltosas compactas, castanho-claras, com fragmentos de estalagmites. Escassos restos humanos e cerâmicos podendo ter vindo do nível superior, visto se concentrarem junto do contacto, nem sempre nítido; restos abundantes (particularmente numerosos os roedores e lagomorfos) incluindo lobo (na base) e artefactos líticos escassos e atípicos (0,40 - 0,50m). Na base de C. 1b, ocorrem areias avermelhadas no contacto com o manto estalagmítico; este, sobe até atingir o limite da sala, sugerindo a hipótese de, no Paleolítico Superior, a entrada poder ser horizontal, situando-se deste lado da sala; porém, tanto no Solutrense como depois, a entrada da gruta deveria corresponder à actual.

A frequência intermitente da gruta, por pequenos grupos humanos, poderia ter alternado com a de lobos, ou de outros carnívoros, em muito menor número (CARDOSO, 1993). Uma mandíbula de lobo, recolhida na base da C. 1b (correlacionada com o depósito inferior de Delgado), foi datada pelo radiocarbono: TO-1102 – 25 090 ± 220 BP. Indica a idade da base do depósito, anterior às ocupações gravettenses e solutrenses, correlacionáveis com a parte superior daquele, corporizadas, como se referiu, por partículas ou leitos carbonosos.

No Relatório dos trabalhos da Comissão Geológica de Portugal relativa ao ano económico de 1865/1866, e na parte respeitante ao então jovem Tenente Nery Delgado (1835–1908) pode ler–se o seguinte:

"A descoberta n´esta região de varias grutas, nas quaes existiam restos humanos misturados com objectos de industria do homem referíveis á segunda idade da pedra, e alguns a uma epocha posterior ao conhecimento do cobre, determinou o referido membro da comissão a fazer um estudo especial de alguma d´ essas grutas,

e a intentar a sua descripção, acompanhando-a da dos restos humanos e dos despojos de animaes, que n´ ellas foram achados" (RELATÓRIO, 1866, p. 17).

Reportando-se à gruta da Casa da Moura, prossegue o relato:

> "A descripção de uma d´ essas grutas, que por si só formará um fasciculo, poderá ser impressa logo que algum desenhador da comissão possa fazer a representação dos objectos que é indispensável exhibir pelo desenho para completa intelligencia do texto." (op. cit., p.17).

Com efeito, conforme refere João Zilhão (ZILHÃO, 1997, p. 182), com base na leitura dos cadernos de campo de Nery Delgado, o início dos trabalhos de campo realizaram-se entre 19 e 23 de Janeiro de 1865, e prosseguiram, conforme se pode verificar pelas etiquetas coladas em alguns fragmentos cerâmicos pré-históricos ainda hoje conservados nas colecções do Museu Geológico do LNEG, conforme anteriormente já se referiu, ao longo daquele mesmo ano e do ano seguinte (etiquetas datadas de 28-7-1865 e 28-1-1866, cf. Fig. 4).

O Relatório da Comissão Geológica de Portugal relativo ao ano económico de 1865/1866, embora seja omisso relativamente a trabalhos de campo relacionados com a exploração da gruta da Casa da Moura, refere que se encontrava em curso de execução tipográfica a memória sobre as grutas de Cesareda, da autoria de Nery Delgado, a qual, de facto, veio a sair do prelo da Tipografia da Academia das Ciências no ano seguinte (DELGADO, 1867). Como se referiu anteriormente, esta monografia aborda apenas aos resultados obtidos na escavação dos depósitos do Plistocénico, deixando por estudar os espólios arqueológicos mais recentes, correspondentes à instalação de uma necrópole no Neolítico, prosseguida no Calcolítico, por opção do próprio Nery Delgado.

Apesar de secundarizadas, as peças de arqueológicas de maior interesse de época pós-paleolítica foram na mesma época valorizadas pelo membro co-director da Secção Geológica, Francisco Pereira da Costa, tendo sido, por sua iniciativa, reproduzidas em belas litografias que se destinavam à preparação de um álbum a ser apresentado aquando da Exposição Universal de Paris de 1867 por aquele coordenado, propósito jamais concretizado (CARREIRA & CARDOSO, 1996).

Esta foi uma das consequências imediatas e directas da degradação das relações de trabalho entre os dois membros co-directores da Comissão, o próprio Pereira da Costa e Carlos Ribeiro, que já se faria sentir ao logo do ano de 1867. Essa dissensão teve resultados catastróficos. Como já anteriormente se referiu, após a extinção da Comissão Geológica de Portugal, pelo decreto de 1 de Fevereiro de 1868, a generalidade dos espólios arqueológicos e antropológicos foram levados para a então Escola Politécnica, onde Pereira da Costa era Professor, por força do decreto de 23 de Dezembro de 1868, que determinou a passagem para aquele estabelecimento de ensino de todo o espólio da extinta Comissão Geológica (incluindo livraria, colecções e mobília (CARDOSO, 2018, p. 98).

Na Escola Politécnica mantiveram-se apenas os espólios antropológicos recolhidos na gruta em 1866, os quais viriam a ser destruídos pelo incêndio de 1978.

Deste modo, compreende-se que, aquando da realização da IX Sessão do Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia Pré-Históricas, em Lisboa, em Setembro de 1880, não fosse possível à Secção dos Trabalhos Geológicos de Portugal, então dirigida unicamente por Carlos Ribeiro, mostrar aos participantes nenhum exemplar que representasse aquela notável gruta pré-histórica, a primeira a ser objecto de escavações logo seguida da publicação da respectiva monografia, na Península Ibérica, cujo impacto foi assinalável a nível internacional. Em 1879/1880, os objectivos da realização das escavações eram, pois, mais abrangentes do que os definidos em 1865/1866, conferindo acrescida importância à exploração da camada com espólios neolíticos e calcolíticos, tendo presente a própria natureza da reunião científica onde deveriam ser presentados, com uma

presença dominante de arqueólogos de épocas pós–paleolíticas e de antropólogos, aos quais a apreciação dos restos humanos deveria espertar interesse. No entanto, o estudo antropológico destes, incompreensivelmente, só em 2008 foi realizado, e mesmo assim no respeitante aos crânios exumados (ANTUNES, CARDOSO & CUNHA, 2008)

Os trabalhos realizados em 1879/1880 foram cometidos de novo por Carlos Ribeiro a Nery Delgado, então já Major do Exército Português e os resultados obtidos justificaram largamente os esforços empreendidos, conforme foi expressamente declarado no respeitante ao desempenho de Nery Delgado no Relatório da Secção dos Trabalhos Geológicos respeitante ao ano económico de 1879-1880: "(...) se a primeira exploração d´estas grutas, feita há treze anos, fôra assaz productiva dando assumpto para uma memoria que o mesmo oficial então publicou sobre este objecto, as explorações que ultimamente se repetiram excederam a espectativa mais exigente pela importância e numero dos objectos obtidos" (RELATORIO, 1881, p. 19). No relatório respeitante ao ano económico de 1880-1881 a referência aos trabalhos de gabinete que se sucederam, é igualmente muito clara quanto à importância dos resultados obtidos: "Uma outra gruta da Cesareda, conhecida pelo nome de *Casa da Moura*, a qual, como se disse no relatório anterior, forneceu uma colheita abundantíssima, sobretudo de restos humanos e de produtos da industria da epocha neolythica, também foi minuciosamente estudada pelo mesmo adjuncto da secção, e os exemplares obtidos devidamente classificados e catalogados." (RELATORIO, 1882, p. 15).

Porém, como só recentemente se concluiu, os trabalhos de campo foram na prática assegurados por Miguel Pedroso, colector da Secção dos Trabalhos Geológicos de Portugal nos anos de 1879/1880 (CARNEIRO, 2005, p. 163). O teor das cartas remetidas por este colector a Nery Delgado, foram em 2020 transcritas e comentadas (CARDOSO, 2020) evidenciando bem as dificuldades sentidas no terreno, já que a exploração da gruta foi realizada á luz de archotes, conferido escassa visibilidade aos trabalhos, para além das insuficiências técnicas sentidas pelo próprio colector, que, ao longo dos muitos meses de trabalho, no ano de 1879 e inícios do ano de 1880, só recebia orientações por carta por parte de Nery Delgado.

O rigor científico com que a escavação realizada em 1879/1880 fora executada, apesar das insuficiências da preparação do colector Miguel Pedroso, já tinha sido constatada pelo signatário, ao observar a forma como as peças se encontram individualmente etiquetadas, com pequenas etiquetas que indicam ter sido o espaço escavado dividido por quadrícula (letra) e registada a respectiva profundidade de colheita de cada uma delas, correspondente ao número inscrito a seguir às referidas letras (CARDOSO, 2008).

Trata-se de uma letra maiúscula ou minúscula, seguida de uma medida em metros (variando esta entre 0,20 m e 2,0 m). A segunda etiqueta, quando existe, refere-se a uma data, que corresponde à da recolha no decurso da intervenção arqueológica (Fig. 5).

A plena confirmação do significado destas marcações foi garantida apenas em 2020 com o estudo da documentação relativa à intervenção de 1879/1880 na gruta da Casa da Moura, a qual foi recuperada por O. da Veiga Ferreira, então funcionário dos Serviços Geológicos de Portugal, dos despejos acumulados na via pública aquando da limpeza do sótão daquela instituição, em 1975/1976, para a instalação de novos gabinetes, à semelhança de outra documentação entretanto estudada e publicada (CARDOSO, 2015 a, p. 14).

Na abundante documentação escrita a que se teve acesso, avulta o inventário exaustivo, pelo punho de Nery Delgado, realizado sector por sector, reportado pelas letras acima referidas, com as respectivas profundidades de colheita, registadas em grandes folhas manuscritas (Fig. 6). A cabal demonstração de que tais registos correspondiam a sectores graficamente diferenciados em planta, com equivalente no terreno, onde foram impostos e escavados individualmente uns dos outros, foi concretizada pela identificação de uma folha lisa, onde tais sectores se encontram identificados, no interior da gruta (Fig. 7). Trata-se de peça desenhada prepa-

rada por Miguel Pedroso, de acordo com as indicações recebidos de Nery Delgado, no qual as dimensões reais de cada um dos sectores se encontra indicada. Ficou assim demonstrada a prioridade de Nery Delgado a nível mundial no registo tridimensional dos achados de uma escavação arqueológica recorrendo a sistema de quadrícula de referenciação, progredindo aquela em profundidade respeitando as marcações previamente impostas.

O Museu Geológico do LNEG conserva numerosas peças arqueológicas das escavações de 1879/1880 com etiquetas contendo esta dupla referenciação: letra/profundidade, as quais só depois de conhecida a planta dos trabalhos então realizados puderam assumir a sua significação plena (Fig. 8).

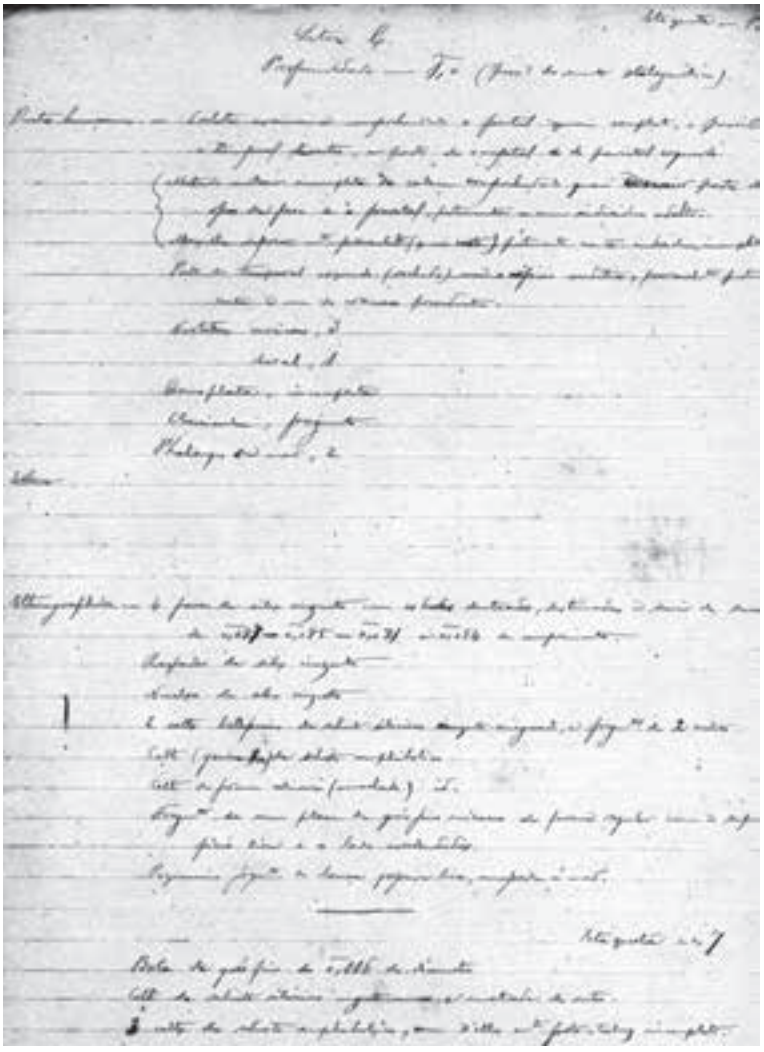


Fig. 6 – Exemplo da forma como Nery Delgado registou os achados realizados na gruta da Casa da Moura, no decurso das escavações realizadas em 1879/1880 de acordo com as marcações previamente impostas no terreno, correspondendo a letra ao sector definido em cada caso e o número à profundidade a que foram recolhidos os espólios inventariados, de natureza arqueológica e antropológica. No caso, trata-se do sector C, escavado à profundidade de 1,0 m. Arquivo e fotografia de João Luís Cardoso.

É possível que Nery Delgado se tenha inspirado na escavação da gruta de Kent´s Cave, realizada em 1865 por William Pengelly. Com efeito, este já tinha adotado um sistema semelhante, baseado em blocos de sedimentos designados por "jardas", resultando na sobreposição vertical de jardas sucessivas (CARDOSO & BICHO, 2020). Comparativamente à metodologia de William Pengelly, a principal diferença residia no facto de o sistema de referência adoptado por Nery Delgado ser mais fácil de utilizar, envolvendo uma grelha mais regular, identificando unidades básicas aproximadamente subquadrangulares com áreas facilmente ajustáveis à geometria preexistente da gruta.

De facto, as unidades de escavação rígidas e alongadas definidas por Pengelly eram difíceis de aplicar na escavação de uma gruta e poderiam ser vantajosamente substituídas, em termos práticos, por volumes isométricos como os adotados por Nery Delgado e ainda utilizados hoje em muitas escavações arqueológicas, ainda que adoptando uma rígida rede ortogonal.

Como não há qualquer indicação, em nenhuma das obras e cartas de Delgado de que ele tivesse conhecimento dos métodos de Pengelly, é igualmente possíve que os dois tenham desenvolvido os seus métodos de forma independente.

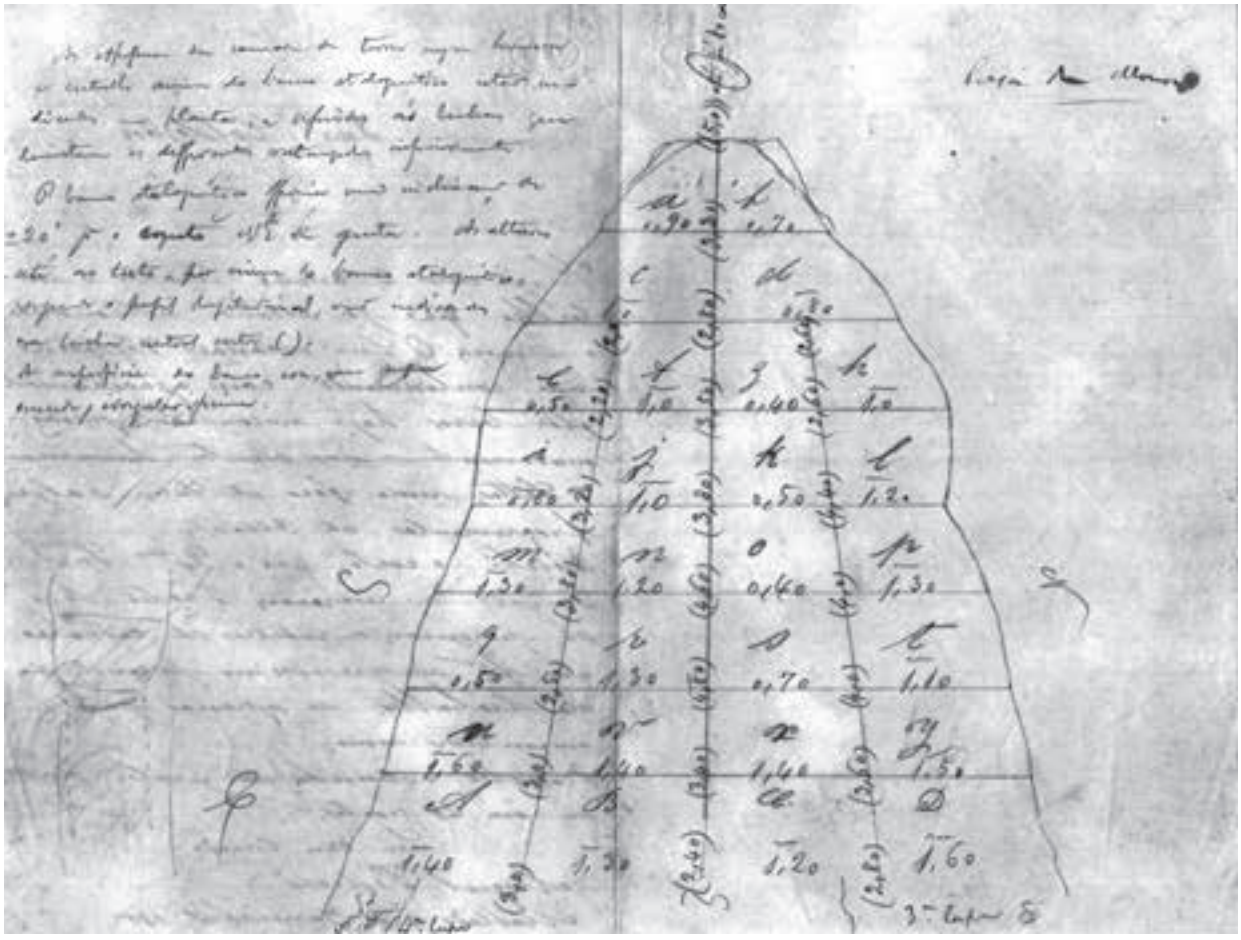


Fig. 7 – Gruta da Casa da Moura. Planta a lápis desenhada por Nery Delgado efectuado a partir das indicações fornecidas por Miguel Pedroso, ocupando todo o verso da carta que este enviou a 2 de Janeiro de 1880 a Carlos Calderon. Indicam-se os 28 sectores delimitados na 1.ª sala da gruta, sucessivamente escavados em profundidade. Note-se a entrada da gruta, por poço vertical, situado no vértice do desenho; as distâncias rigorosamente marcadas relativas a cada um dos sectores previamente delimitados; a indicação da 3.ª lapa, situada a norte e da 4.ª lapa, do lado meridional, de ambos os lados do grande bloco de abatimento do tecto que separou a 1.ª sala da 2.ª sala da gruta. Arquivo e fotografia de João Luís Cardoso.

Transcreve-se o apontamento manuscrito aposto por Nery Delgado: *A espessura da camada de terra negra humosa e entulho acima do banco stalagmitico estão indicados na planta, e referidos às linhas que limitam os differentes rectangulos inferiormente.*

O banco stalagmitico offerecia uma inclinação de ± 20º para o canto N.E. da gruta. As alturas até ao tecto, por cima do banco stalagmitico, segundo o perfil longitudinal, vão indicados na linha central entre ( ).

A superficie do banco era, como sempre succede irregularissima.

A contribuição original de Delgado para a metodologia do trabalho de campo arqueológico, utilizando uma quadrícula, e a progressiva escavação dos depósitos em profundidade, por níveis artificiais, permitindo o registo tridimensional dos artefactos e a realização de inventários sistemáticos dos conjuntos por sectores e de acordo com a profundidade da escavação à medida que esta progredia, coloca-o claramente entre os pioneiros da arqueologia mundial. Nery Delgado é, por via das recentes contribuições que deram a conhecer a sua actividade arqueológica, um dos mais notáveis arqueólogos europeus do século XIX (CARDOSO, 2020; CARDOSO & BICHO, 2020).

3 – AS ESCAVAÇÕES DE NERY DELGADO NA GRUTA DA FURNINHA

Na gruta da Furninha os trabalhos foram iniciados em Setembro de 1879 em simultâneo com os da Casa da Moura, tendo sido objecto de um pequeno estudo conjunto publicado pouco depois, em Junho de 1880, ainda antes das escavações na gruta Casa da Moura se terem concluído (DELGADO, 1880).

Esta primeira notícia, que contém, de forma muito resumida, algumas das linhas de força do pensamento de Nery Delgado sobre o significado dos factos de observação obtidos em ambas as grutas, antecedeu imediatamente a realização em Lisboa da IX Sessão do Congresso Internacional de Anropologia e de Arqueologia Pré-Históricas, reunido em Setembro desse mesmo ano. Nela, os espólios recolhidos foram apresentados aos congressistas no Museu da Secção dos Trabalhos Geológicos, tendo os resultados das escavações da gruta da Furninha sido os únicos apresentados sob a forma de comunicação. Esta suscitou acesa polémica no que respeitava à prática da antropofagia, firmemente defendida pelo autor (DELGADO, 1884). Veremos que essa conclusão foi também firmemente por si defendida, tanto na comunicação apresentada e discutida ao referido Congresso, como nos textos manuscritos inéditos de sua autoria, só recentemente publicados pelo signatário (CARDOSO, 2020).



Fig. 8 – Conjunto de etiquetas coladas em espólios arqueológicos recuperados nas escavações de 1879/1880 da gruta a Casa da Moura, conservando a dupla indicação da sua proveniência no terreno (Letra) e profundidade de colheita (número). Museu Geológivo do LNEG. Fotografias de João Luís Cardoso.

Do ponto de vista geológico, trata-se de cavidade cársica situada em escarpa do litoral meridional da península de Peniche, constituída por calcários do Jurássico, cujas coordenadas são: 39° 21' 23" lat. N; 9° 26' 14" long. W de Greenwich (concelho de Peniche).

A península de Peniche, cuja topografia tabular corresponde a uma superfície de abrasão, cerca de 30 m acima do actual nível do mar, encontrava-se imersa, em épocas de níveis marinhos elevados, no decurso do Plistocénico, podendo estar ligada ao continente no decurso das fases glaciárias, ou, como hoje, através de um simples tômbolo arenoso, formado recentemente, em épocas de níveis marinhos mais baixos. Ao longo do litoral sul da península, observam-se, com efeito, testemunhos de diferentes níveis marinhos, através do

entalhe de rechãs, ou da conservação de retalhos de depósitos detríticos, nas cavidades do lapiás, a diversas altitudes. O nível de praia de 15 m, formado no decurso do último período interglaciário, está representado defronte da entrada da gruta por uma rechã nítida (Fig. 9). Foi durante este período que se terá efectuado a abertura da gruta, devida a erosão marinha; o subsequente abaixamento do nível do mar terá sido responsável pela formação, no seu interior, de um poço vertical, cujo fundo, preenchido por conglomerado, pode correlacionar-se com o nível marinho, mais moderno, de 5-8 m, observado no exterior da gruta. Esta, com cerca de 30 m de comprimento total, tem planta pouco ramificada: depois da entrada, em forma de ferradura, desenvolve-se um corredor de orientação N-S com cerca de 9 m e largura aproximada de 3 m; o corredor termina na sala principal; do lado oposto da sala, em comunicação com ela por estreita abertura, situa-se uma pequena câmara de planta oval. A partir do chão desta, sob um depósito de características funerárias de época neolítica (depósito superior de Nery Delgado), desenvolve-se um poço vertical, completamente colmatado de sedimentos: é o depósito inferior de Nery Delgado, assim diferenciado do correspondente à necrópole neolítica, cujos depósitos, essencialmente, são de idade plistocénica (Fig. 10).



Fig. 9 – Vista da entrada da gruta da Furninha, do lado do mar, situando-se ao centro das diversas entradas de cavidades relacionadas com a superfície de abrasão marinha de 15 m acima do nível do mar. Fotografia de João Luís Cardoso.

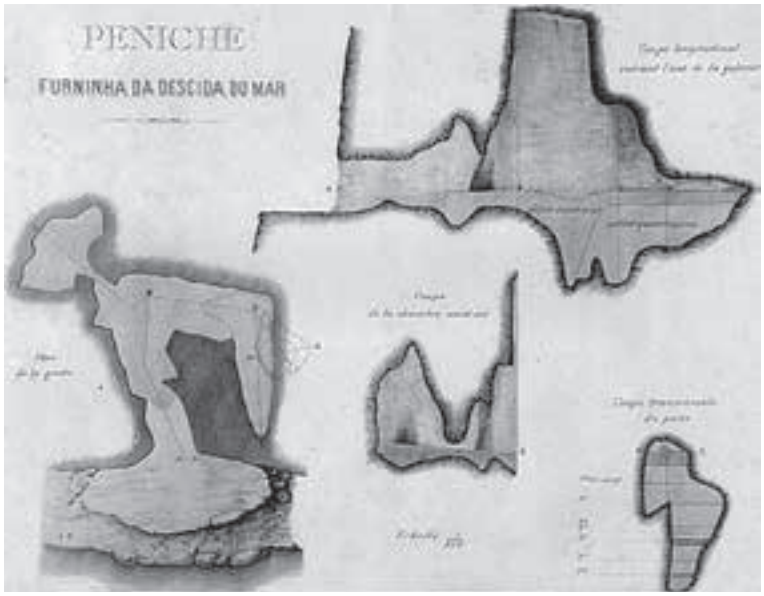


Fig. 10 – Planta da gruta da Furninha (DELGADO, 1884, s. n.º)

No relatório dos Trabalhos Geológicos relativos ao ano económico de 1879-1880, publicado pela Imprensa Nacional, pode ler-se (RELATORIO, 1881, p. 19-20):

O adjunto da secção, o major Nery Delgado, nos dois primeiros mezes d'este anno económico occupou-se em apartar os fosseis e compor as estampas que deviam acompanhar a descripção que começára, do terreno siluriano do Alentejo, sendo em seguida encarregado no principio do mez de Setembro especialmente de

dirigir a exploração de diversas grutas, começando pelas de Maceira, que aliás foram pouco produtivas, e passando depois ás de Cesareda e de Peniche, onde já em 1866 se haviam obtido provas evidentes de terem servido de habitação durante a epocha neolithica. Infelizmente as collecções então obtidas não existiam no museu da secção geológica, tendo sido transferidas em 1869 para a escola polytechnica juntamente com as collecções paleontologicas da antiga commissão geológica, o que obrigou o executar os trabalhos como se nada de facto existisse. Entretanto, se a primeira exploração d'estas grutas, feita há treze anos, fora assas productiva dando assumpto para uma memoria que o mesmo official então publicou sobre este objecto, as explorações que ultimamente se repetiram excederam a espectativa mais exigente pela importância e número dos objectos obtidos.

Na gruta de Peniche, que foi totalmente despejada, alem dos objectos colligidos no deposito superior ou da epocha neolithica, que bem revela os hábitos predominantes da tribu que habitou a gruta n'essa epocha, obteve-se no deposito inferior e em differentes níveis successivos, que representam outros tantos períodos de habitação da gruta separados por intervallos em que as aguas penetraram dentro d'ella os representantes de uma fauna em parte extincta, e que evidentemente foi contemporânea do homem, como se prova pelas numerosas lascas de ossos partidos longitudinalmente, acompanhando lascas de sílex e alguns instrumentos d'esta mesma substancia, em que é patente uma acção intencional ou intervenção de um ser intelligente ....

Como trabalhos de campo este official fez algumas excursões de curta duração aos sítios onde se executavam as explorações das grutas, que immediatamente lhe cumpre examinar.

Esta longa descrição permite verificar: 1) que Nery Delgado não se encontrava em permanência nas referidas escavações, bem pelo contrário, como anteriormente se refriu a respeito das escavações da Casa da Moura; 2) a existência de antecedentes que justificaram as explorações realizadas em 1879, ainda que fosse nesse ano que a efectiva exploração da gruta se efectuou, rectificando o afirmado por M. Diniz (DINIZ, 1994), que atribuiu a intervenção apenas ao ano de 1865.

Sem dúvida que o interesse arqueológico desta gruta era já conhecido anteriormente, graças à intervenção nela preliminarmente realizada; comprova-o o facto de uma das peças resultantes das primeiras explorações na gruta – um pequeno boião calcolítico decorado, de osso ou de marfim – ter sido reproduzido numa das já mencionadas litografias realizadas sob direcção de Pereira da Costa. Assim sendo, justifica-se a opção de Carlos Ribeiro, que, desejoso de apresentar novos materiais arqueológicos e paleontológicos aos sábios reunidos em 1880 em Lisboa, no âmbito da celebração da IX Sessão do Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia Pré-Históricas, encarregou Nery Delgado de providenciar a retoma da exploração da gruta, embora por certo estivesse longe de imaginar a efectiva importância científica dos resultados das explorações realizadas na mesma.

Outra das realidades a que o texto transcrito alude, e que importa valorizar desde já, é a referência a ossos fracturados intencionalmente no depósito inferior, alguns deles reproduzidos por Nery Delgado (DELGADO, 1884), realidade que só muito mais tarde se veio a confirmar, em outros contextos do Mustierense, dos quais este foi o primeiro que, em Portugal, se identificou. Com efeito, os artefactos líticos ali recolhidos foram assim pela primeira vez classificados por Joaquim Fontes (FONTES, 1923), classificação que, mais tarde, foi confirmada por H. Obermaier e H. Breuil (BREUIL & ZBYSZEWSKI, 1942). O mesmo se verificou no tocante à existência de utensílios ósseos da mesma época; embora a intencionalidade das fracturas daquelas peças ósseas, no caso da Furninha, seja discutível, Nery Delgado teve o mérito de chamar, pela primeira vez, a atenção para essa realidade, depois confirmada em outras estações do território português, como é o caso da Gruta Nova da Columbeira, situada no vizinho concelho do Bombarral (CARDOSO, RAPOSO & FERREIRA, 2002).

A importância que, na transcrição apresentada, é conferida à água na formação dos depósitos arenosos estéreis que separam os diversos níveis ossíferos – que Nery Delgado volta a sublinhar no seu trabalho de 1884 – merece discussão. Com efeito, tal hipótese, que fazia do local um alvo frequente das acções das vagas, não é compatível com a presença dos diversificados e abundantes restos faunísticos de grandes mamíferos, constituindo camadas interestratificadas nos referidos depósitos arenosos; tal presença atesta, pelo contrário, a forte influência de vastas áreas emersas, situação que só é compatível com a existência de baixo nível marinho. Se atendermos à cronologia obtida para o 3.º nível ossífero, a 7,5 m de profundidade: 80 886 + 42 423; - 31265 BP (CARDOSO, 1993) pelo método das séries de U, facilmente se conclui que no início da última glaciação, as áreas postas a descoberto, pela regressão marinha, propiciariam sedimentos arenosos, os quais, remobilizados pelos ventos, viriam a colmatar sucessivamente o poço situado no interior da gruta, em épocas em que declinava a presença dos animais que a frequentavam (ursos e hienas, são as espécies mais frequentes), com destaque para esta última, que utilizava a gruta, então aberta sobre uma vasta planície litoral, como local de vida e de procriação. Aliás, a classificação de tais restos, que se distinguiam desde logo dos da grande hiena das cavernas, levou Nery Delgado a recorrer ao auxílio de Albert Gaudry, como dá conta a interessante troca de correspondência estabelecida entre ambos, já publicada pelo signatário (CARDOSO, 2021).

A formação do depósito inferior, acumulado no poço, terá ocorrido, pois, no decurso do baixo nível do mar no início da última glaciação. Desta forma, a sucessão sedimentar acima do nível conglomerático da praia de 5-8 m deve ser contemporânea do Würm Antigo, como indica a datação absoluta obtida. Assim, na gruta da Furninha observa-se a existência de dois complexos principais, integralmente explorados por Nery Delgado e por ele descritos em pormenor.

O depósito superior, com cerca de 1 m de potência, correspondente à necrópole neolítica, possuía textura arenosa, como o inferior, mas apresentava-se negro, rico em matéria orgânica, com restos de diversas espécies, alguns talvez oriundos dos níveis inferiores.

Aparentemente provenientes desta camada encontraram-se, na revisão efectuada por H. Breuil e G. Zbyszewski (BREUIL & ZBYSZEWSKI, 1942), algumas pontas de loureiro solutrenses, a que J. Roche (ROCHE, 1972) acrescentou outros materiais, atribuíveis ao Paleolítico Superior. A escavação deste depósito, no estreito corredor oriental que parte da grande sala, pôs a descoberto a boca de um poço vertical, com 3 a 4 m de diâmetro, preenchido em toda a sua altura, cerca de 9 m, por uma sucessão de camadas atribuíveis ao Würm, cuja datação absoluta foi acima referida: trata-se do depósito inferior, que forneceu a Nery Delgado quase todos os restos plistocénicos de mamíferos actualmente conservados, tal como os materiais mustierenses conservados no Museu Geológico. O enchimento desta cavidade, sob a camada neolítica, era constituído por 8 m de areias amareladas, em leitos alternantes com seis níveis ossíferos; os ossos, em bom estado de conservação, apresentam frequentemente dendrites maganesíferas; os conteúdos de cada um dos níveis são bastante uniformes, correspondendo *à une seule faune* (HARLÉ, 1910/1911). De baixo para cima, com base na descrição apresentada por Nery Delgado (DELGADO, 1884), a sucessão era constituída por sete níveis ossíferos, separados por níveis de areias soltas estéreis, de origem eólica, corporizando o abandono temporário da gruta, tanto por carnívoros, como por humanos.

Nery Delgado recolheu indústrias sobre lascas de sílex, de quartzo e de quartzito atribuíveis ao Paleolítico Médio, que só foram estudadas em pormenor recentemente (BICHO & CARDOSO, 2011), bem como um biface de sílex, do Acheulense Superior (Fig. 11), a 5,80 m de profundidade, mas não no poço; a peça jazia a montante, no corredor, pelo que não se pode estabelecer correlação directa com os materiais encontrados no mesmo nível do poço.

A sucessão assim minuciosamente descrita por Nery Delgado, revela a ocupação cíclica da gruta após a retirada do mar grimaldiano, representado pelo nível de 5-8 m: nas fases de abandono, depositar-se-iam os níveis estéreis, arenosos. Nos episódios em que a gruta se encontrava ocupada por hienas, acumular-se-iam, no poço, níveis formados, sobretudo, à custa de animais que capturavam (cavalo, veado, boi-selvagem, eventualmente urso) e dos seus próprios restos (além dos coprólitos, os ossos de hiena são dos mais abundantes em todos os níveis, juntamente com os de urso). A gruta teria servido de refúgio temporário a outros carnívoros (por ordem decrescente de importância: urso, lobo e lince) e ao homem, cuja presença se encontra documentada por materiais líticos e por um fragmento de mandíbula de criança (DELGADO, 1884, Est. IA, n.º 1), recolhido no nível ossífero mais rico (o 3.º). Esta peça, é de evidente interesse, dado pertencer, com toda a probabilidade, a um resto de um jovem neandertal, conservando-se presentemente nas colecções do Museu Geológico.

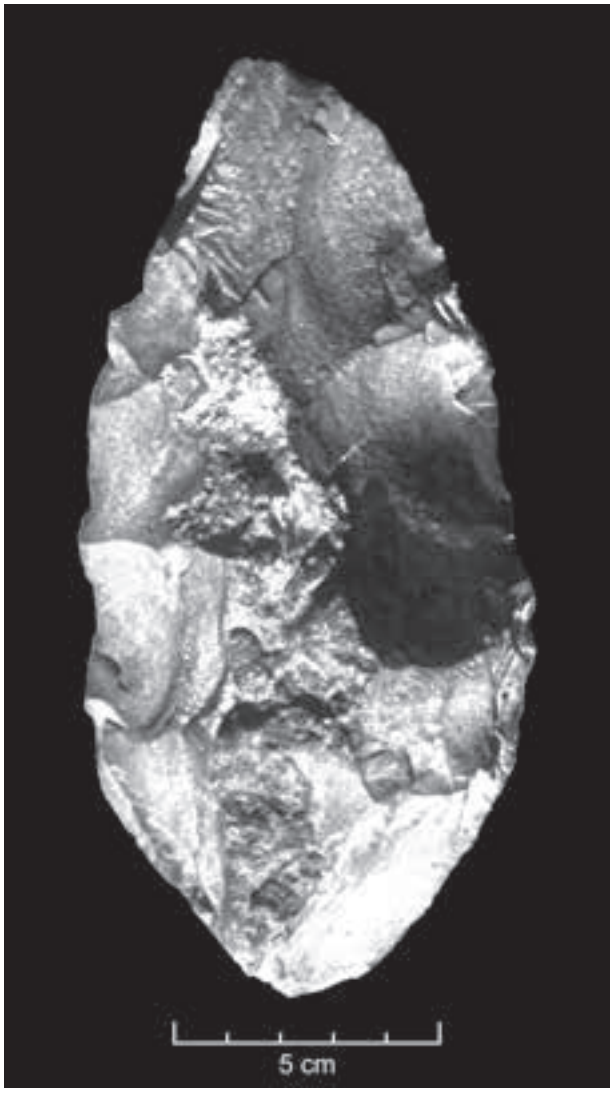


Fig. 11 – Biface acheulense recolhido por Nery Delgado gruta da Furninha (Delgado, 1884, pI. 1). Arquivo João Luís Cardoso / Octávio da Veiga Ferreira.

Na descrição do corte apresentada, podem distinguir-se três conjuntos de características diferentes, antecedendo a instalação da necrópole neolítica:

- Na base, um nível de praia representado por cascalheira com *Patella* sp., *Littorina littorea*, aves, coelho, urso e carnívoros indeterminados. É correlativo da formação do nível marinho de 5-8 m, integrável nos primórdios da última glaciação.
- Na parte média, um espesso conjunto de areias esbranquiçadas, separado da cascalheira da base por uma crosta estalagmítica, evidenciando descontinuidade na sedimentação; este complexo integra seis níveis ossíferos, fauna homogénea e indústrias mustierenses; a deposição das camadas arenosas estéreis, soltas, deve-se atribuir essencialmente à acção eólica.
- Na parte superior, um nível com 1,5 m de espessura, de areias finas, brancas e micáceas, de aspecto loéssico, correlativas do máximo glaciário. Evidenciam também deposição essencialmente eólica. É a este nível que se deverá reportar a origem primária das cerca de quarenta peças atribuídas ao Paleolítico Superior por H. Breuil e G. Zbyszewski, e que uma revisão de J. Zilhão (ZILHÃO, 1997) permitiu reduzir substancialmente, a qual não foi no entanto confirmada pelo estudo sistemático de toda a utensilagem realizado mais tarde, a qual permitiu, ao contrário, alargar a presença a outras fases cronológico-culturais do Paleolítico Superior até então não identificadas na gruta (BICHO & CARDOSO, 2011).

A classificação da fauna plistocénica recuperada na gruta da Furninha foi feita, de início, pelo próprio Nery Delgado; a limitada bibliografia que tinha ao seu dispor, em Portugal, explica as dificuldades com que se defrontou. Não sendo especialista em faunas quaternárias, algumas determinações de certos táxones revelam as dúvidas com que se defrontou, designando-os sucessivamente por sp., dentro do mesmo género (caso de *Felis*). Uma das determinações mais interessantes respeita à hiena raiada fóssil, *Hyaena hyaena prisca*, que separou erradamente em duas espécies distintas, pelo tamanho (Fig. 12). Trata-se de um dos mais modernos restos desta espécie conhecida no continente europeu, e que evidencia o papel de área-refúgio que o Ocidente peninsular oferecia, mercê das condições propícias: isolamento geográfico, baixa latitude e proximidade oceânica.

Correspondência trocada em 1885 por Nery Delgado com o eminente paleontólogo do MNHN de Paris, Albert Gaudry, já acima referida (CARDOSO, 2021) evidencia o nível de Nery Delgado como observador, sem prejuízo de, reconhecendo a vantagem de apresentar um trabalho especializado, ter solicitado ulteriormente a colaboração de Edouard Harlé, com quem também se correspondeu em 1897 a propósito da classificação da Hiena da Furninha. O paleontólogo francês, por via da solicitação de Nery Delgado, encarregou-se do estudo dos restos faunísticos plistocénicos conhecidos até então no território português (HARLÉ, 1910/1911), os quais lhe foram remetidos para Toulouse, antecedido da publicação de contributos mais limitados, dedicados ás faunas das gruta das Fontainhas (HARLÉ, 1908) e da própria gruta da Furninha (HARLÉ, 1909).



Fig. 12 – Crânio de Hyaena hyaena prisca, recolhido na gruta da Furninha e estudado por E. Harlé (HARLÉ, 1910/1911, modificado).

O depósito superior de Nery Delgado engloba duas ocupações neolíticas, ambas de carácter funerário, que não foram diferenciadas estratigraficamente: a mais antiga, reporta-se ao Neolítico Antigo evolucionado, podendo inscrever-se, globalmente, na primeira metade do V milénio a. C. e encontra-se caracterizada por um conjunto de recipientes cerâmicos, entre os quais merece destaque um vaso em forma de saco, que tem sido repetidamente reproduzido, em publicações nacionais e internacionais, a começar pelo próprio Nery Delgado; a mais recente corresponde à instalação de outra necrópole, no final do Neolítico, entre a segunda metade do IV milénio a. C. e os primórdios do milénio seguinte, dada a presença de placas de xisto e de alfinetes com cabeça postiça canelada. Reporta-se, aliás, a um destes objectos, a primeira datação absoluta conhecida para esta necrópole: OxA-5505 - 4335+/- 65 BP (CARDOSO & SOARES, 1995), a qual depois de calibrada para dois sigma corresponde ao intervalo de 3100-2780 cal BC, resultado consentâneo com a cronologia usualmente

atribuída às ditas peças. Mais tarde, a globalidade do conjunto arqueológico reportado ao Neolítico foi objecto de estudo sistemático, permitindo confirmar a referida cronologia e precisar a respectiva integração cultural, dentro do Neolítico Final da Estremadura portuguesa (CARDOSO & CARVALHO, 2010/2011).

A importância arqueológica do conjunto do Neolítico Antigo tinha, no entanto, sido devidamente salientada muito antes, por J. Guilaine e O. Veiga Ferreira, no seu estudo pioneiro de 1970 (GUILAINE & CARDOSO, 1970), que conduziu depois o primeiro dos autores a isolar o chamado *horizonte da Furninha* (GUILAINE, 1976).

Do ponto de vista metodológico, é notória a importância conferida por Nery Delgado à descrição do depósito plistocénico, cujo cuidadoso registo vai ao ponto de os milhares de peças recolhidas se encontrarem marcadas individualmente, com a indicação do nível e da respectiva profundidade de colheita, o que, mesmo na actualidade, constitui prática pouco usual entre os arqueólogos. Este cuidado e minúcia, que tem paralelo no registo pouco tempo antes realizado na gruta da Casa da Moura, foi acompanhado pelo rigor das determinações faunísticas, contrastastando com a análise sumária do depósito superior, a ponto de lhe ter passado despercebida a existência de duas ocupações distintas.

Na verdade, a profundidade da análise do conjunto plistocénico foi muito distinta da dispensada ao conjunto neolítico, revelando bem que o objecto do estudo de Nery Delgado se centrava na ocupação mais antiga, aquela que poderia fornecer elementos sobre a antiguidade da presença humana na gruta, com base na determinação das espécies extintas, que ali se encontravam conservadas: como bem sublinhou M. Diniz (DINIZ, 1994), trata-se de um bom exemplo de adaptação de metodologias de investigação aos pressupostos que se pretendem demonstrar.

Importa sublinhar que uma questão central, da maior importância da investigação da época, foi colocada, de forma objectiva e premente, no respeitante aos materiais humanos neolíticos, tendo motivado apaixonado debate por parte dos congressistas de 1880: segundo Nery Delgado, a comunidade humana cujos despojos se conservaram na Furninha – tal como o observado em outras grutas que explorou, como a da Casa da Moura – praticava em alto grau a antropofagia. Esta foi, com efeito, a conclusão a que chegou, com base em factos de observação que considerou irrefutáveis:

- a fracturação intencional evidenciada pela maioria dos ossos humanos, situação que também observou na gruta da Casa da Moura;
- a assinalável desproporção verificada entre as diferentes peças ósseas do esqueleto, a qual não se poderia explicar simplesmente pela inumação sucessiva de corpos no mesmo local, nem pelas modificações produzidas pelos carnívoros, nem tão-pouco por outras causas naturais.

Esta questão mobilizou uma das discussões mais acesas havidas no decurso do Congresso de 1880, tendo os participantes dividido as opiniões A questão retomou nos últimos anos grande actualidade, quando se demonstrou a existência de violência entre diversas sociedades neolíticas e calcolíticas europeias, aliás com origens mesolíticas, justificando a manutenção da atenção para os materiais exumados por Nery Delgado, a requerem reapreciação.

A comissão para apreciação da questão da antropofagia na Furninha, por proposta de Shaaffhausen, constituída por Barbosa du Bocage, Capellini, Cartailhac, Hildebrand, de Mortillet, Schaaffhausen, Virchow e Vasconcelos Abreu, apresentou, um relatório com as declarações de voto de todos os seus elementos, cujo resultado foi o seguinte: a favor - 2; provável - 2; duvidosa - 1; contra - 3. Nery Delgado assistiu ao debate sem nele participar, e, no final, pediu a palavra, para sublinhar os seus pontos de vista, aludindo à existência de inúmeros ossos humanos partidos intencionalmente e parcialmente queimados pelo fogo; a propósito da

conclusão obtida pela Comissão, declarou: *L'arrêt qu'elle vient de prononcer n'est pas décisif: je puis, cependant, assurer ao Congrès que dans le cas même où cet arrêt eut été défavorable à mon hypothèse, je ne serais pas convaincu* (DELGADO, 1884, p. 272).

A gruta da Furninha constituiu, pois, um importante ossário colectivo, dispersando-se os restos por vasta área da cavidade, desprovidos já de conexões anatómicas, como bem observou Nery Delgado. Estranhamente, mais de cento e quarenta anos após tão notável descoberta, ainda não foi realizado o estudo de todo o espólio antropológico exumado.

A esta matéria, de grande relevância científica, juntou-se uma outra descoberta notável: uma calote craniana com vestígios de início de trepanação, que se juntou ao exemplar exumado na gruta da Casa da Moura, este com trepanação incompleta.

Uma das mais importantes consequências, no plano científico, da célebre reunião de Lisboa, foi a criação da cadeira de Antropologia, Paleontologia Humana e Arqueologia Pré-Histórica, em 1885, na Universidade de Coimbra: era, na verdade, a síntese programática da própria actuação da Segunda Commissão Geologica, de 1857. Foi seu primeiro lente proprietário Bernardino Machado, a quem se deve, enquanto ministro, a fundação, cm 1893, do Museu Ethnologico Português, o actual Museu Nacional de Arqueologia, sob a direcção de José Leite de Vasconcelos. Estava, assim, assegurada, a continuidade da investigação, tão brilhantemente iniciada pelos pioneiros da 2.ª Comissão Geológica, da qual fazia parte Joaquim Filipe Nery da Encarnação Delgado.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, M. Telles; CARDOSO, J. L. & CUNHA, A, Santinho (2009) – Espólio humano da gruta da Casa da Moura (Cesareda): observações osteológicas crânio-faciais. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. 1 Oeiras. 7, p. 175-221.

BENSAÚDE, A. (1884) – Note sur la nature minéralogique de quelques instruments de pierre trouvés en Portugal. *Congrès International d'Anthropologie et d'Archéologie Préhistoriques, Compte-Rendu de la Neuvième Session à Lisbonne* (1880). Lisbonne: Typographie de l'Academie Royale des Sciences, p. 682-698.

BICHO, N. & CARDOSO, J. L. (2010) – Paleolithic occupations and lithic assemblages from Furninha cave, Peniche (Portugal). *Zephyrvs*. Salamanca. 66, p. 17-37.

BREUIL, H. Breuil & ZBYSZEWSKI, G. (1942) – Contribution à l'étude des industries paléolithiques du Portugal et de Ieurs rapports avec la géologie du Quaternaire. 1 - Les principaux gisements des deux rives de l'ancien estuaire du Tage. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 26, p. 1-139.

CARDOSO, J. L. (1993) – *Contribuição para o conhecimento dos grandes mamíferos do Plistocénico superior de Portugal*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras.

CARDOSO, J. L. (1997) – As grutas, os grandes mamíferos e o Homem paleolítico: uma aproximação integrada ao território português. *Estudos do Quaternário*. 1, p. 13-23.

CARDOSO, J. L. (2006) – Estácio da Veiga e a arqueologia: um percurso científico no Portugal oitocentista. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 14, p. 293-520.

CARDOSO, J. L. (2008) – Nery Delgado (1835-1908), Geólogo do Reino. Lisboa: Museu Geológico/INETI/Centro de História e Filosofia das Ciências/FCT/UNL, p. 65-79.

CARDOSO, J. L. (2018) – Primórdios dos estudos pré-históricos em Portugal: os concheiros mesolíticos de Muge (Salvatera de Magos) e a *Memória* pioneira de Francisco António Pereira da Costa sobre o concheiro do Cabeço

da Arruda. In *Obras Pioneiras da Cultura Portuguesa. 2. Primeiros textos de Pré-História, História e Heráldica* (dir. FRANCO, J. E. & FIOLHAIS, C.). Lisboa: Círculo de Leitores. 2, p. 91-112.

CARDOSO, J. L. (2020) – A primeira escavação arqueológica metodologicamente moderna foi realizada em Portugal em 1879/1880: a intervenção de Nery Delgado na gruta da Casa da Moura (Óbidos, Portugal). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 26, p. 123-242.

CARDOSO, J. L. (2021) – Among hyenas: Nery Delgado, Albert Gaudry, Edouard Harlé and the hyenas of Furninha cave (Portugal). In *Themes in Old World – Zooarchaeology from the Mediterranean to the Atlantic*. Oxford: Oxbow Books, p. 61-70.

CARDOSO, J. L. & BICHO, N. (2020) – Nery Delgado, Pioneer of Archaeological Excavation Methods at the Casa da Moura Cave (Portugal) in 1879–1880. *European Journal of Archaeology*, p. 1-17.

CARDOSO, J. L. & CARVALHO, A. F. (2010/2011) – A gruta da Furninha (Peniche): estudo dos espólios das necrópoles neolíticas. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 18, p. 333-392.

CARDOSO, J. L. & GOMES, M. V. (1994) – Zagaias do Paleolítico Superior de Portugal. *Portugália*. Porto. Nova Série, 15, p. 7-31.

CARDOSO, J. L. & MELO, A. A. (2001) – Correspondência anotada de Carlos Ribeiro e de Nery Delgado: contribuição para a história da arqueologia em Portugal. *Comunicações do Instituto Geológico e Mineiro*. Lisboa. 88, p. 309-346.

CARDOSO, J. L. & SOARES, A. M. Monge (1995) – Sobre a cronologia absoluta das grutas artificiais da Estremadura portuguesa. *Al-Madan*. Almada. Série II, 4, p. 10-13.

CARDOSO, J. L. Cardoso & SOARES, A. M. Monge (1995) – Sobre a cronologia absoluta das grutas artificiais da Estremadura portuguesa. *AI-Madan*. Almada. Série II, 4, p. 10-13.

CARDOSO, J. L.; RAPOSO, L. & FERREIRA, O. da Veiga (2002) – *A Gruta Nova da Columbeira (Bombarral)*. Bombarral: Câmara Municipal do Bombarral.

CARNEIRO, A. (2005) – Outside government science, "Not a single tiny boné to cheer us up!" The Geological Survey of Portugal (1857-1908), the involvement of common men, and the reaction of civil society to geological research. *Annals of Science*. 62 (2), p. 141-204.

CARREIRA, J. R. & CARDOSO, J. L. (2001/2002) – A gruta da Casa da Moura (Cesareda, Óbidos) e sua ocupação pós-paleolítica. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 10, p. 249-361.

CARREIRA, J. R. & CARDOSO, J. L. (1992) – Escavações de Nery Delgado no planalto da Cesareda nas grutas da Lapa Furada e da Malgasta (Peniche): estudo do espólio arqueológico. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 78, 2, p. 145-153.

CARREIRA, J. R. & CARDOSO, J. L. (1996) – Um conjunto de litografias arqueológicas inéditas da Comissão Geológica de Portugal. *Comunicações do Instituto Geológico e Mineiro*. Lisboa. 82, p. 145-168.

CARTAILHAC, É. (1886) – *Les âges préhistoriques de l'Espagne et du Portugal*, Paris: C. Reinwald.

CHOFFAT, P. (1908) – Notice nécrologique sur J. F. Nery Delgado (1835-1908). *Jornal de Sciencias Mathematicas, Physicas e Naturaes*. Lisboa. Série II, 7 (28), 14 p. (separata).

DAWKINS, W. Boyd (1874) – *Cave hunting, researches on the evidence of caves respecting the early inhabitants of Europe*. London: Macmillan & Co.

DELGADO, J. F. Nery (1867) – *Da existência do Homem no nosso solo em tempos mui remotos provada pelo estudo das cavernas. Notícia acerca das grutas da Cezareda*. Lisboa: Commissão Geológica de Portugal.

DELGADO, J. F. Nery (1880) – Les grottes de Peniche et Casa da Moura, Portugal, station et sépulture néolithique. *Matériaux pour l'Histoire Primitive et Naturelle de l'Homme*. ??? Série II, 11, 7 pp. (separata).

DELGADO, J. F. Nery (1884) – 'La grotte de Furninha a Peniche, *Congrès International d'Anthropologie et D'Archéologie Préhistoriques. Compte-Rendu de la Neuvième Session à Lisbonne* (1880). Lisbonne: Typographie de l'Académie Royale des Sciences, p. 207-278.

DINIZ, M. (1994) – *Acerca das cerâmicas do Neolítico Antigo da gruta da Furninha (Peniche) e da problemática da neolitização do centro/sul de Portugal*. Trabalho de síntese apresentado no âmbito das provas de aptidão pedagógica e capacidade científica. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

FERREIRA, O. da Veiga (1970) – Correspondência epistolar entre Martins Sarmento e Nery Delgado. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série III, 3, p. 235-259.

FONTES, J. (1923) – *O homem fóssil em Portugal*. Lisboa: Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional.

FRANÇA, J. Camarate; ROCHE, J. & FERREIRA, O. da Veiga (1991) – Sur l'existence probable d'un niveau solutréen dans les couches de la grotte de Casa da Moura (Cesareda). *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 45, p. 365-370.

GUILAINE, J. & FERREIRA, O. da Veiga (1970) – Le Néolithique Ancien au Portugal. *Bulletin de la Société Préhistorique Française*. Paris. 67, 1, p. 304-322.

GUILAINE, J. (1976) – *Premiers bergers et paysans de l'occident mêditerranéan*. Paris: Mouton.

HARLÉ, E. (1910/1911) – Les mammifères et oiseaux quaternaires connus jusqu'ici en Portugal. *Comunicações da Comissão do Serviço Geológico de Portugal*. Lisboa. 8, p. 22-85.

HARLÉ, E. (1908) – Faune de la grotte das Fontainhas (Portugal). *Bulletin de la Société Géologique de France*. Paris. Série IV, 8, p. 460-466.

HARLÉ, E. (1909) – Faune de la grotte à Hyènes rayées de Furninha et d'autres grottes du Portugal. *Bulletin de la Société Géologique de France*. Paris. Série IV, 9, p. 85-99.

OLIVEIRA, F. de Paula e (1888/1889) – Caracteres descriptivos dos crâneos da Cesareda. *Comunicações da Comissão dos Trabalhos Geológicos de Portugal*. Lisboa ??? p. l09-118.

RELATÓRIO (1866) – *Relatório dos trabalhos executados do Instituto Geographico durante o anno economico de 1865-1866*. Lisboa: Imprensa Nacional

RELATÓRIO (1881) – *Relatorio dos trabalhos geodésicos, opographicos hydrographicos e geológicos do Reino pertencente ao anno económico de 1879-1880*. Lisboa: Imprensa Nacional.

RELATÓRIO (1882) – *Relatório do anno económico de 1880-1881 da Direcção-Geral dos Trabalhos Geodesicos, Topographicos, Hydrographicos e Geologicos do Reino*. Lisboa: Imprensa Nacional.

RIBEIRO, C. (1881) – *Relatório dos trabalhos geodésicos, topográficos, hydrographycos e geológicos do Reino pertencente ao Anno Económico de 1879-1880. 4ª. Classe, Trabalhos geológicos*. Lisboa: Imprensa Nacional, p. 17-21.

ROCHE, J. (1951) – Le niveau paléolithique superieur de la grotte de Casa da Moura (Cesareda). *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 32, p. 103-123.

ROCHE, J. (1972) – Faunes du Pleistocenes Supérieur et Final de l'Estremadura, Portugal. *Annales de Paléontologie* (Vértébrés). Paris. 58, 2, p. 229-242.

ROCHE, J. (1979) – Le Magdalénien portugais. In *La fin des temps glaciaires en Europe*.2. Paris: CNRS, p. 753-758.

STRAUS, L. G.; ALTUNA, J.; JACKES, M. & KUNST, M. (1988) – New excavations in Casa da Moura (Serra d'EI Rei, Peniche) and at the Abrigos de Bocas (Rio Maior), Portugal. *Arqueologia*. Porto. 18, p. 65-95.

VASCONCELOS, J. L. de (1906) – Acquisições do Museu Ethnologico Portuguez. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 11, p. 89-92.

VASCONCELOS, J. Leite de (1915) – *História do Museu Etnológico Português* (1893-1914). Lisboa: Imprensa Nacional.

ZILHÃO, J. (1993) – As origens da arqueologia paleolítica em Portugal e a obra metodologicamente precursora de J. F. Nery Delgado. *Arqueologia e História*. Lisboa. Série X, 3, p. 111-125.

ZILHÃO, J. (1997) – *O Paleolítico Superior da Estremadura portuguesa*. 2. Lisboa: Colibri

X

A PRIMEIRA ESCAVAÇÃO ARQUEOLÓGICA METODOLOGICAMENTE MODERNA FOI REALIZADA EM PORTUGAL EM 1879/1880: A INTERVENÇÃO DE NERY DELGADO NA GRUTA DA CASA DA MOURA (ÓBIDOS, PORTUGAL) [1]

1 – INTRODUÇÃO

A gruta da Casa da Moura é uma cavidade de origem cársica existente no planalto da Cesareda, do concelho de Óbidos, em calcários do Jurássico inferior, e possui as seguintes coordenadas geográficas (Fig. 1):

Latitude – 39° 19′ 36′′ lat. Norte
Longitude – 9° 15′ 14′′ long. Oeste de Greenwich

Do local de onde a gruta se abre, domina-se vasta paisagem para Norte, embora a entrada daquela se encontre dissimulada pelos próprios afloramentos calcários, sendo apenas visível de muito próximo. Com efeito, encontra-se voltada para o céu, correspondendo-lhe uma pequena chaminé ou algar.

Situa-se a cerca de 160 m de altitude, no rebordo setentrional do planalto da Cesareda, distando apenas cerca de 25 m da escarpa limítrofe daquela vasta superfície, que constitui a linha divisória entre a bacia hidrográfica do Tejo e as bacias dos cursos de água que afluem ao Oceano, situado para Ocidente cerca de 6 km.

O planalto da Cesareda, parte integrante dos contrafortes setentrionais da serra de Montejunto, corresponde a unidade geomorfológica de contorno alongado, de orientação geral Nordeste-Sudoeste, dominando o vale da Columbeira, a Norte, e o de S. Bartolomeu, a poente, os quais se encontram ligados por uma profunda depressão, que completa, daquele lado, o seu limite. Do lado oriental, a elevação das Cesaredas prolonga-se por outras, mais baixas, que formam o flanco esquerdo do vale do rio Real. A sul, liga-se ao Alto das Castelhanas.

Do ponto de vista espeleológico, a estreita chaminé quase vertical correspondente à entrada na gruta, com uma largura máxima de 3 m e uma altura de cerca de 4 m, dá acesso a uma sala, de planta irregular, de tendência sub-triangular, separada de uma outra, mais interior, por um grande bloco, abatido do tecto (Fig. 2). Porém, ambas as salas comunicam através de dois estreitos corredores laterais, existentes ao longo do bloco tombado, já assinalado nas plantas elaboradas no tempo de Nery Delgado e agora dadas a conhecer. Uma galeria superior assegura também a comunicação entre ambas. A soleira da primeira sala, onde actualmente aflora na sua totalidade o substrato geológico, inclina para o interior do maciço rochoso, acompanhando o andamento geral do tecto, baixo e irregular; ao contrário, na segunda sala, aquele forma cúpula com cerca de 6 m de altura. O tecto desta segunda sala possui uma estreita fenda vertical, que comunica com a superfície

[1] CARDOSO, J. L. (2020) – A primeira escavação arqueológica metodologicamente moderna foi realizada em Portugal em 1879/1880: a intervenção de Nery Delgado na gruta da Casa da Moura (Óbidos, Portugal). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 26, p. 123-242. Modificado.

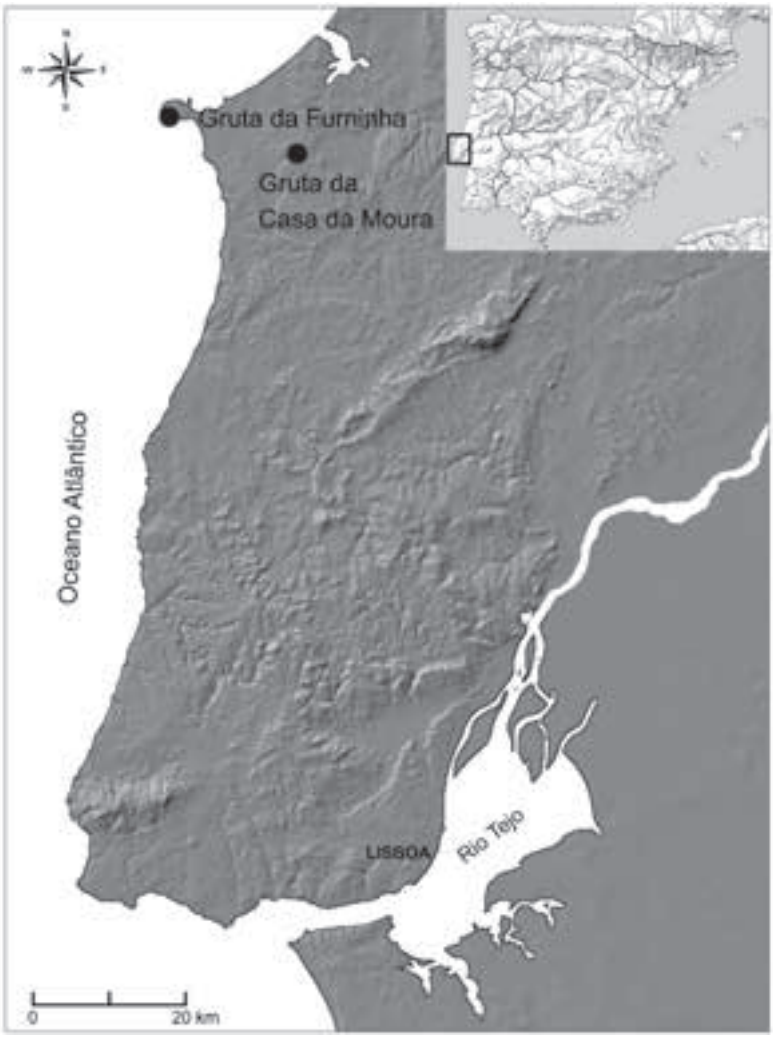


Fig. 1 – Gruta da Casa da Moura. Localização geográfica, conjuntamente com a gruta da Furninha.

(o "ouvido da Casa da Moura"). Por seu turno, esta sala vai estreitando e inclinando, até terminar num poço vertical cuja terminação só recentemente foi reconhecida, conforme a planta levantada pelo Espeleo Clube de Torres Vedras (Fig. 3).

2 – OS TRABALHOS DE NERY DELGADO DE 1865-1866

No Relatório dos trabalhos da Comissão Geológica de Portugal relativa ao ano económico de 1865/1866, e na parte respeitante a este membro-adjunto da Comissão, o então jovem Tenente Nery Delgado (1835-1908) pode ler-se o seguinte:

"*A descoberta n'esta região de varias grutas, nas quaes existiam restos humanos misturados com objectos de indústria do homem referíveis á segunda idade da pedra, e alguns a uma epocha posterior ao conhecimento do cobre, determinou o referido membro da comissão a fazer um estudo especial de alguma d'essas grutas, e a intentar a sua descripção, acompanhando-a da dos restos humanos e dos despojos de animaes, que n'ellas foram achados*" (RELATÓRIO, 1866, p. 17).

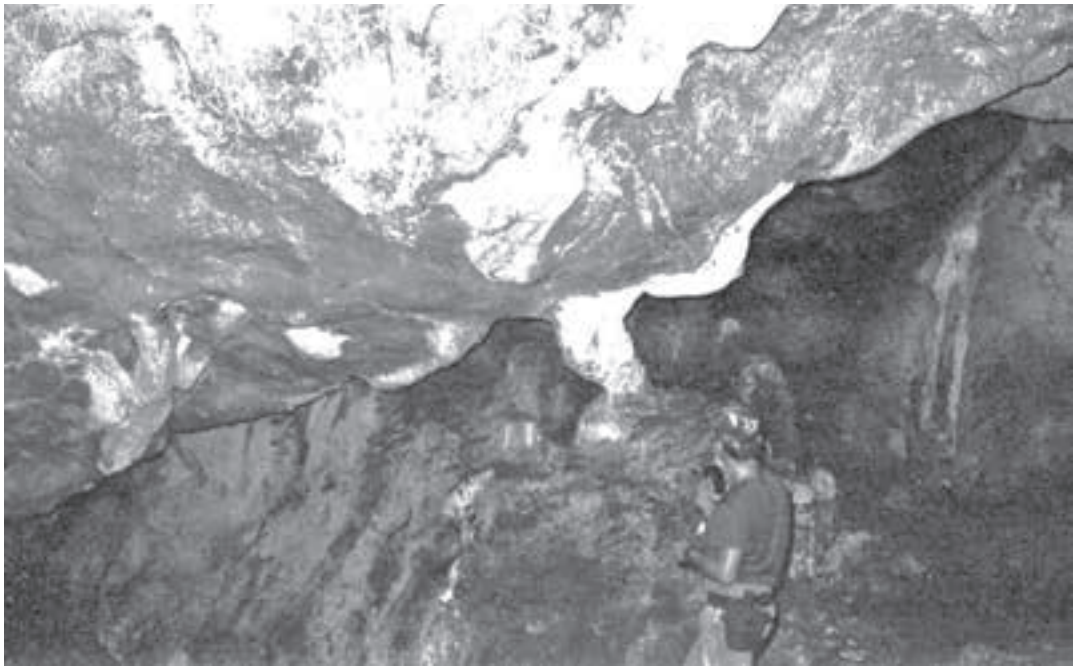


Fig. 2 – Gruta da Casa da Moura. Foto do interior (1987) a partir da 1.ª sala. Fotografia de João Luis Cardoso.

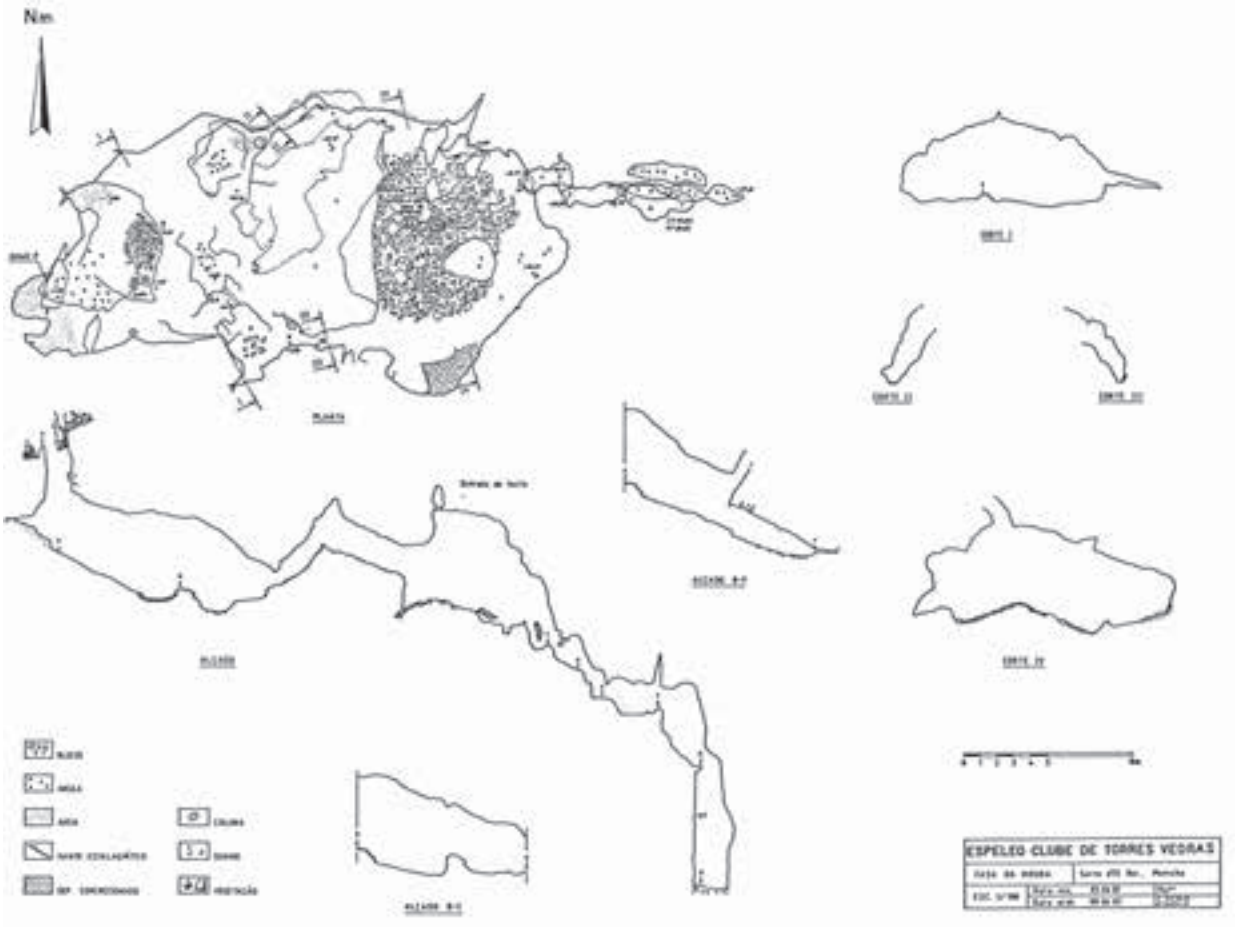


Fig. 3 – Gruta da Casa da Moura. Planta da gruta. Levantamento do Espeleo Clube de Torres Vedras (1987).

Reportando-se à gruta da Casa da Moura, prossegue o relato:

"*A descripção de uma d'essas grutas, que por si só formará um fasciculo, poderá ser impressa logo que algum desenhador da comissão possa fazer a representação dos objectos que é indispensável exhibir pelo desenho para completa intelligencia do texto.*" (*op. cit.*, p. 17).

Como refere João Zilhão (ZILHÃO, 1997, p. 182), com base na leitura dos cadernos de campo de Nery Delgado, o início destes verificou-se entre 19 e 23 de Janeiro de 1865, prosseguindo, conforme se pode verificar pelas etiquetas coladas em alguns fragmentos cerâmicos pré-históricos ainda hoje conservados nas colecções do Museu Geológico do LNEG, ao longo daquele mesmo ano e do ano seguinte (etiquetas datadas de 28-7-1865 e 28-1-1866) (Fig. 4).

O Relatório da Comissão Geológica de Portugal relativo ao ano económico de 1865/1866, embora seja omisso relativamente a trabalhos de campo relacionados com a exploração da gruta da Casa da Moura, refere que se encontrava em curso de execução tipográfica a memória sobre as grutas de Cesareda, da autoria de Nery Delgado, a qual de facto veio a sair do prelo da Tipografia da Academia das Ciências no ano seguinte (DELGADO, 1867) (Fig. 5). A mesma trata apenas dos resultados obtidos na escavação dos depósitos do Plistocénico, deixando por estudar os espólios arqueológicos mais recentes que nessa época se recolheram, correspondentes à instalação de uma necrópole no Neolítico, prosseguida no Calcolítico.



Fig. 4 – Gruta da Casa da Moura. Fragmentos de cerâmica com etiquetas datadas de 28-7-1865 e de 28-1-1866, comprovando a realização de trabalhos arqueológicos naquelas datas. Museu Geológico do LNEG. Fotografia de João Luís Cardoso.

Os materiais arqueológicos recolhidos nos depósitos mais modernos conservaram-se em grande parte até à actualidade. Para além de escassos fragmentos cerâmicos de diminuto interesse conservados no Museu Geológico do LNEG, como os dois exemplares cerâmicos acima referidos, as peças de maior interesse foram reproduzidas em belas litografias que se destinavam à preparação de um álbum a ser apresentado aquando da Exposição Universal de Paris de 1867 coordenado pelo membro co-director da Comissão, Francisco Pereira da Costa. Contudo, este propósito jamais chegou a concretizar-se, mantendo-se aquelas ilustrações inéditas até época

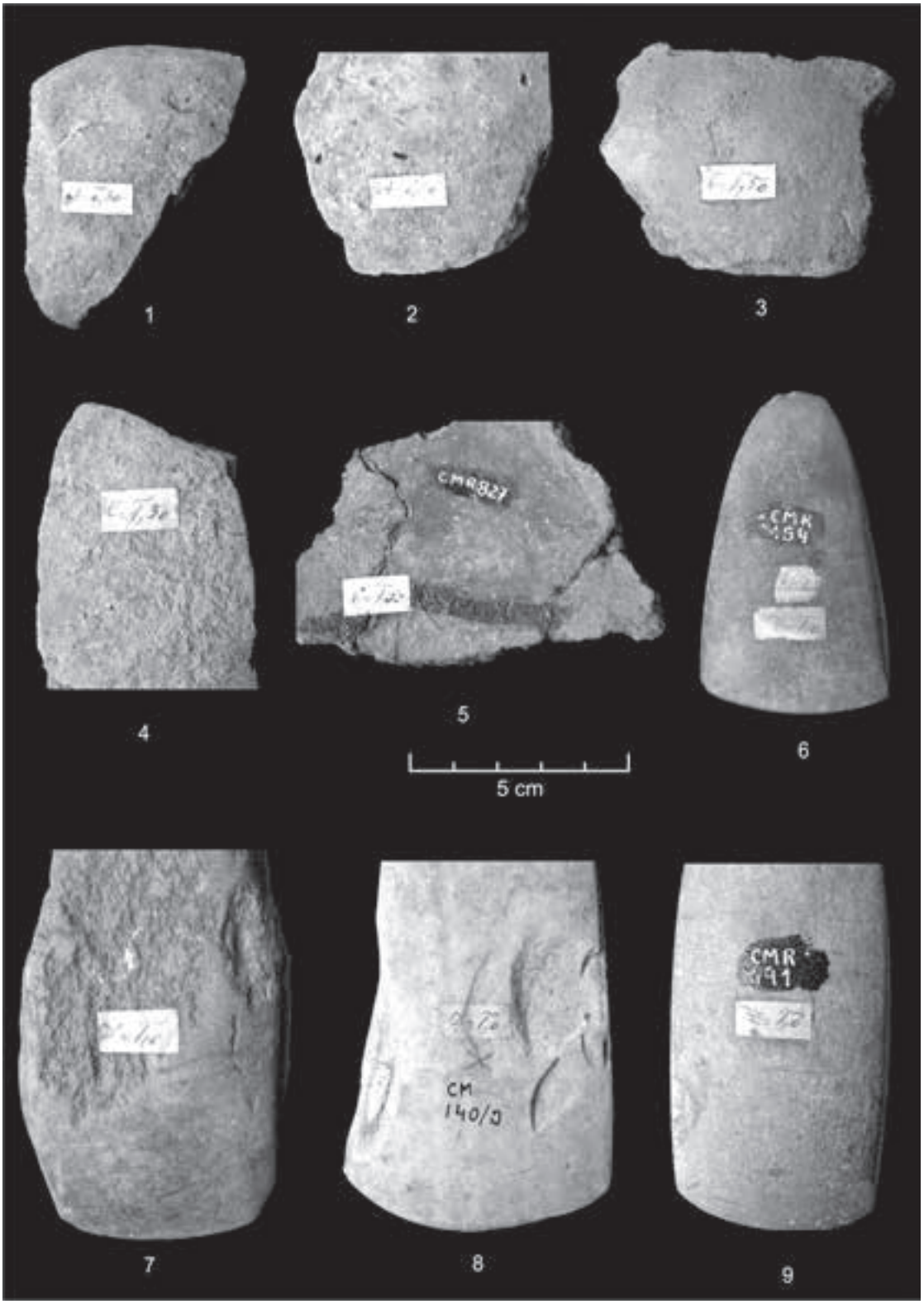


Fig. 5 – Gruta da Casa da Moura. Conjunto de artefactos recolhidos em 1879/1880 conservando etiquetas com uma letra e um número, correspondentes à respectiva localização em planta (ver Fig. 7) e profundidade de colheita. Museu Geológico do LNEG. Fotografias de João Luís Cardoso.

recente (CARREIRA & CARDOSO, 1996), em resultado da degradação das relações de trabalho entre os dois membros co-directores da Comissão, o próprio Pereira da Costa e Carlos Ribeiro, que já se faria sentir ao logo do ano de 1867. Essa dissensão teve resultados catastróficos. Com efeito, após a extinção da Comissão Geológica de Portugal, pelo decreto de 1 de Fevereiro de 1868), a generalidade dos espólios arqueológicos e antropológicos foram levados para a então Escola Politécnica, onde Pereira da Costa era Professor, por força do decreto de 23 de Dezembro de 1868, que determinou a passagem para aquele estabelecimento de ensino de todo o espólio da extinta Comissão Geológica (incluindo livraria, colecções e mobília (CARDOSO, 2018, p. 98).

Da Escola Politécnica, os espólios arqueológicos das escavações de Nery Delgado de 1865/1866 foram levados em 1905 para o então Museu Etnológico Português (actual Museu Nacional de Arqueologia), por acordo então estabelecido entre os directores de ambos os estabelecimentos (VASCONCELOS, 1906), portanto ainda em vida de Nery Delgado, onde ainda hoje se conservam.

Na Escola Politécnica mantiveram-se apenas os espólios antropológicos, os quais viriam a ser destruídos pelo incêndio de março de 1978.

Deste modo, compreende-se que, aquando da realização da IX Sessão do Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia Pré-Históricas, em Lisboa, em Setembro de 1880, não fosse possível à Secção dos Trabalhos Geológicos de Portugal, então dirigida por Carlos Ribeiro, mostrar aos participantes nenhum exemplar que representasse aquela notável gruta pré-histórica, a primeira a ser objecto de escavações arqueológicas na Península Ibérica, e que deram origem à primeira memória publicada no território peninsular, cujo impacto foi assinalável a nível internacional (CARDOSO, 2008; CARREIRA & CARDOSO, 2001/2002; CARDOSO, MEDEIROS & MARTINS, 2018).

É nesta perspectiva que se inscrevem os trabalhos efectuados em 1879/1880 na gruta da Casa da Moura, sob orientação de Nery Delgado, então já Major do Exército Português, mas na verdade conduzidos no terreno por Miguel Pedroso, colector da Secção dos Trabalhos Geológicos de Portugal nos anos de 1879/1880 (CARNEIRO, 2005, p. 163; CARNEIRO; MOTA & LEITÃO., 2013).

3 – OS TRABALHOS REALIZADOS EM 1879-1880

A monografia de Nery Delgado de 1867, resultante dos trabalhos realizados em 1865-1866 teve como objectivo essencial a publicação dos resultados da exploração do depósito plistocénico, identificado logo na primeira sala da gruta, para onde se desce por um pequeno algar com cerca de 3 a 4 m de altura.

Ali, sob uma camada de terras pouco consolidadas castanho-anegradas com abundantes restos humanos, e materiais neolíticos e calcolíticos, desenvolvia-se depósito essencialmente arenoso, de idade plistocénica, de coloração avermelhada, com uma potência média estimada em 2,0 m, mais ou menos endurecido e concrecionado pela precipitação de carbonato de cálcio, resultante da circulação das águas de infiltração na cavidade. Assentava em camada estalagmítica basal, constituindo uma espécie de soleira, regularizando a rocha viva, constituída, como se referiu, por calcários jurássicos e continha abundantes restos de Carnívoros, Lagomorfos e Aves, dos quais os primeiros foram objecto de especial atenção na memória de 1867.

Em 1879/1880, os objectivos eram mais abrangentes, conferindo idêntica importância à exploração da camada com espólios neolíticos e calcolíticos, tendo presente a própria natureza da reunião científica onde deveriam ser presentados, com uma presença dominante de arqueólogos de épocas pós-paleolíticas e de antropólogos.

Os trabalhos, iniciados em Setembro de 1879 nas grutas de Furninha e da Casa da Moura, inscreviam-se já nessa ordem de preocupações, sendo os resultados coroados de êxito, conforme foi então expressamente declarado no respeitante ao desempenho de Nery Delgado no Relatório respeitante ao ano económico de 1879-1880:

"(…) *se a primeira exploração d'estas grutas, feita há treze anos, fôra assaz productiva dando assumpto para uma memória que o mesmo oficial então publicou sobre este objecto, as explorações que ultimamente se repetiram excederam a espectativa mai exigente pela importância e número dos objectos obtidos*" (RELATORIO, 1881, p. 19).

No relatório respeitante ao ano económico de 1880-1881, a referência aos trabalhos de gabinete que se sucederam aos trabalhos de campo entretanto concluídos em ambas as grutas conduzidos por Nery Delgado, é clara quanto à sua importância:

"*Uma outra gruta da Cesareda, conhecida pelo nome de Casa da Moura, a qual, como se disse no relatório anterior, forneceu uma colheita abundantíssima, sobretudo de restos humanos e de produtos da indústria da epocha neolythica, também foi minuciosamente estudada pelo mesmo adjuncto da secção, e os exemplares obtidos devidamente classificados e catalogados.*" (RELATORIO, 1882, p. 15).

De facto, as escavações nas duas grutas prosseguiram em simultâneo e foram objecto de um pequeno estudo conjunto publicado em Junho de 1880, ainda as escavações na Casa da Moura decorriam (DELGADO, 1880). Esta primeira notícia, que contém de forma muito resumida, algumas das linhas de força do pensamento de Nery Delgado sobre o significado dos factos de observação obtidos em ambas as grutas, antecedeu imediatamente a realização em Lisboa da IX Sessão do Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia Pré-Históricas, reunido em Setembro desse mesmo ano. Nela, os espólios recolhidos foram apresentados aos congressistas no Museu da Secção dos Trabalhos Geológicos, tendo os resultado obtidos na Furninha sido os únicos apresentados sob a forma de comunicação, que suscitou acesa polémica no que respeitava à interpretação da presença da antropofagia, firmemente defendida pelo autor (DELGADO, 1884). Veremos que essa conclusão foi também firmemente defendida pelo autor, tanto na comunicação produzida logo depois (DELGADO, 1880), como nos textos manuscritos inéditos de sua autoria, agora publicados.

Para além da gruta da Casa da Moura, outras grutas, menos importantes, foram exploradas nas imediações na mesma época, como as grutas de Lapa Furada e de Malgasta (Peniche) (CARREIRA & CARDOSO, 1992).

*** *** ***

O rigor científico com que a escavação na gruta da Casa da Moura em 1879/1880 foi executada já tinha sido constatado pelo signatário, no Museu Geológico (LNEG), ao observar há já mais de 30 anos, a forma como as peças se encontram individualmente etiquetadas, com pequenas etiquetas que indicam ter sido o espaço escavado dividido por quadrícula (letra) e registada a respectiva profundidade de colheita de cada uma delas, correspondente ao número inscrito a seguir às referidas letras (CARDOSO, 2008; CARREIRA & CARDOSO, 2001/2002; CARDOSO, MEDEIROS & MARTINS, 2018).

Com efeito, o conjunto depositado no Museu Geológico, resultante da intervenção de 1879/1880 possui, no verso de algumas peças este tipo de etiquetas, com uma letra maiúscula ou minúscula, seguida de uma medida em metros (variando esta entre 0,20 m e 2,0 m). A segunda etiqueta, quando existe, refere-se a uma data, que corresponde à da recolha no decurso da intervenção arqueológica (Fig. 6).

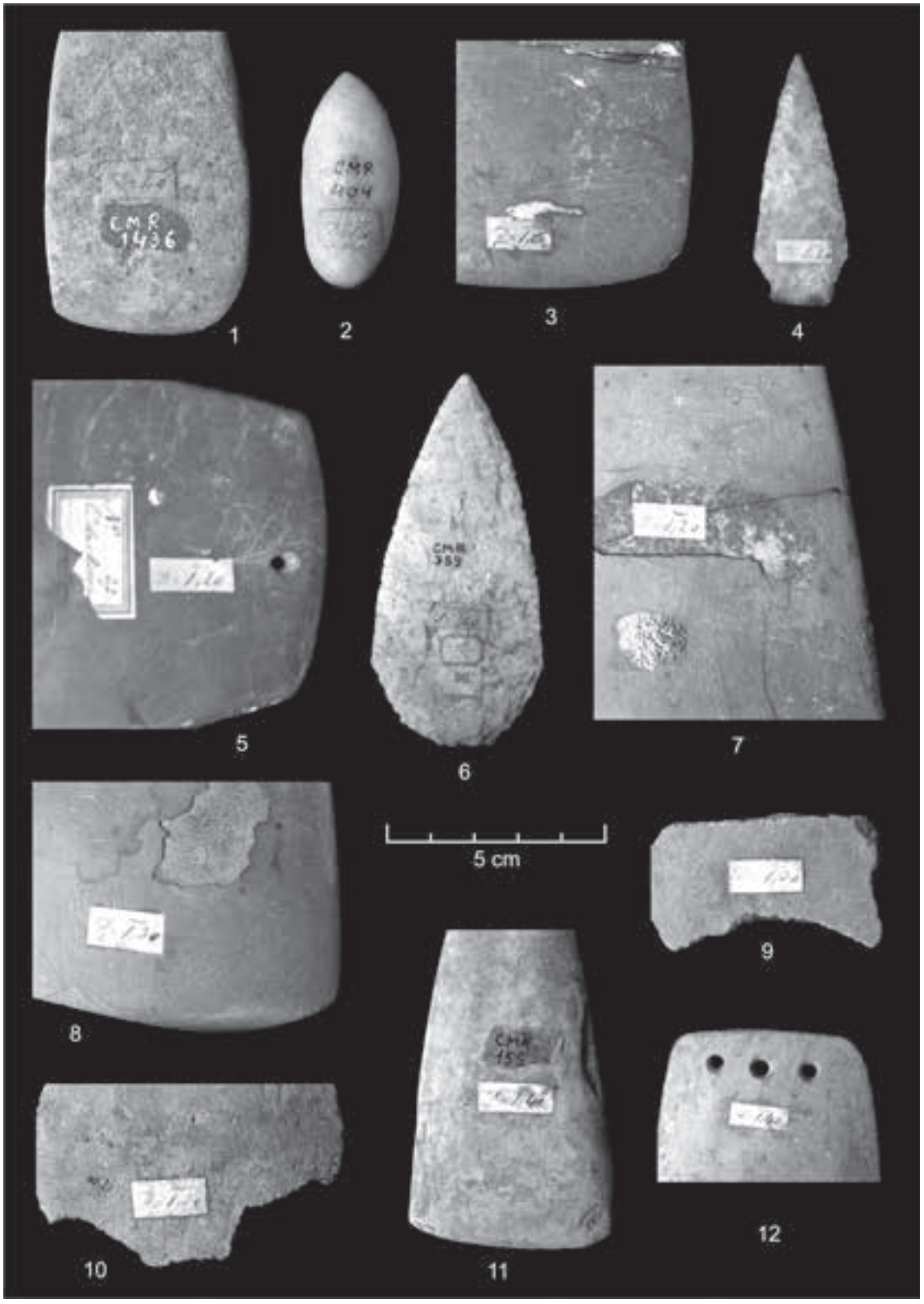


Fig. 6 – Gruta da Casa da Moura. Conjunto de artefactos recolhidos em 1879/1880 conservando etiquetas com uma letra e um número, correspondentes à respectiva localização em planta (ver Fig. 7) e profundidade de colheita. Museu Geológico do LNEG. Fotografias de João Luís Cardoso.

A plena confirmação do significado destas marcações foi confirmada com o estudo da documentação ora publicada relativa à intervenção de 1879/1880 na gruta da Casa da Moura.

Tal documentação foi recuperada por O. da Veiga Ferreira, então funcionário dos Serviços Geológicos de Portugal, dos despejos acumulado na via pública aquando da limpeza do sótão daquela instituição, em 1975/1976, para a instalação de novos gabinetes, à semelhança de outra documentação entretanto estudada (CARDOSO, 2015 a, p. 14).

O conjunto então recolhido permitiu reconstituir em detalhe os trabalhos realizados na gruta da Casa da Moura no decurso de 1880, nos meses que antecederam a realização da IX Sessão do Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia Pré-Históricas, reunida em Lisboa em Setembro de 1880.

Não foi estudada a documentação que possa ainda eventualmente existir no Arquivo Histórico do LNEG sobre esta intervenção, porque o conjunto reunido era já suficientemente rico e elucidativo para atingir o principal objectivo deste estudo: a demonstração da prioridade de Nery Delgado a nível mundial no registo diferenciado dos achados recorrendo a sistema de quadrícula de referenciação, progredindo o aprofundamento da escavação respeitando aqueles.

*** *** ***

A documentação agora publicada, de que se destaca a planta da área escavada no interior da gruta, repartida em sectores designados cada um deles por uma letra, cujas dimensões reais se indicam na referida figura (Fig. 7) configura a primazia de Nery Delgado na aplicação do método que ainda hoje é utilizado na escavação arqueológica e que consiste na imposição no terreno de um sistema de referência susceptível de proporcionar o conhecimento da posição de cada peça recolhida. Este objectivo foi devidamente levado à prática, no caso da escavação da gruta da Casa da Moura realizada em 1879/1880. Com efeito, a planta da área explorada no interior da gruta, foi acompanhada dos inventários dos espólios recolhidos em cada um dos sectores previamente delimitados no terreno, apresentando-se uma das folhas do referido inventário no presente trabalho, respeitante à Letra C e à profundidade de recolha de 1,0 m (Fig. 8). Note-se que o inventário foi discriminado por categorias de achados recuperados: restos humanos, e materiais arqueológicos (Ethnographia), sendo que cada um destes foi individualizado com etiquetas próprias, como as acima referidas, com a indicação do sector e da profundidade de colheita. Nery Delgado procedeu, no final deste árduo trabalho de inventário, a elaboração de tabelas gerais com a distribuição da totalidade dos materiais recolhidos as quais se apresentaram no trabalho anteriormente publicado (CARDOSO, 2020, Figs. 20; Fig. 21). Note-se que os resultados de estes árduos trabalhos de gabinete, envolvendo a identificação de milhares e peças, tanto antropológicas como arqueológicas, jamais foi publicado, apesar de a preparação da respectiva memória ter sido iniciada pelo próprio, exemplificada por uma das páginas manuscritas, contendo alterações do próprio (Fig. 9). Apenas em 2009 foi publicado o estudo antropológico dos materiais cranianos e mesmo assim justificando desenvolvimentos de natureza biométrica (ANTUNES; CARDOSO & CUNHA, 2009).

Note-se que a preocupação de providenciar a localização precisa dos achados arqueológicos resultantes da escavação não era inédita à época: já nas escavações de Kent´Cavern, em 1866/1868, William Penguelly tinha adoptado método semelhante, consistindo na escavação de prismas com uma jarda de comprimento e um pé de altura e de largura (McFARLANE & LUNDBERG, 2005, Fig. 1), dando origem a uma sobreposição na vertical de sucessivos prismas desenvolvidos na horizontal segundo uma linha única de referência como se apresenta na Fig. 10, de acordo com um desenho original de William Penguelly (WARREN & ROSE, 1994, Fig. 10). Na escavação de 1879/1880 da gruta da Casa da Moura, Nery Delgado elegeu a sala principal da gruta (ou 1.ª

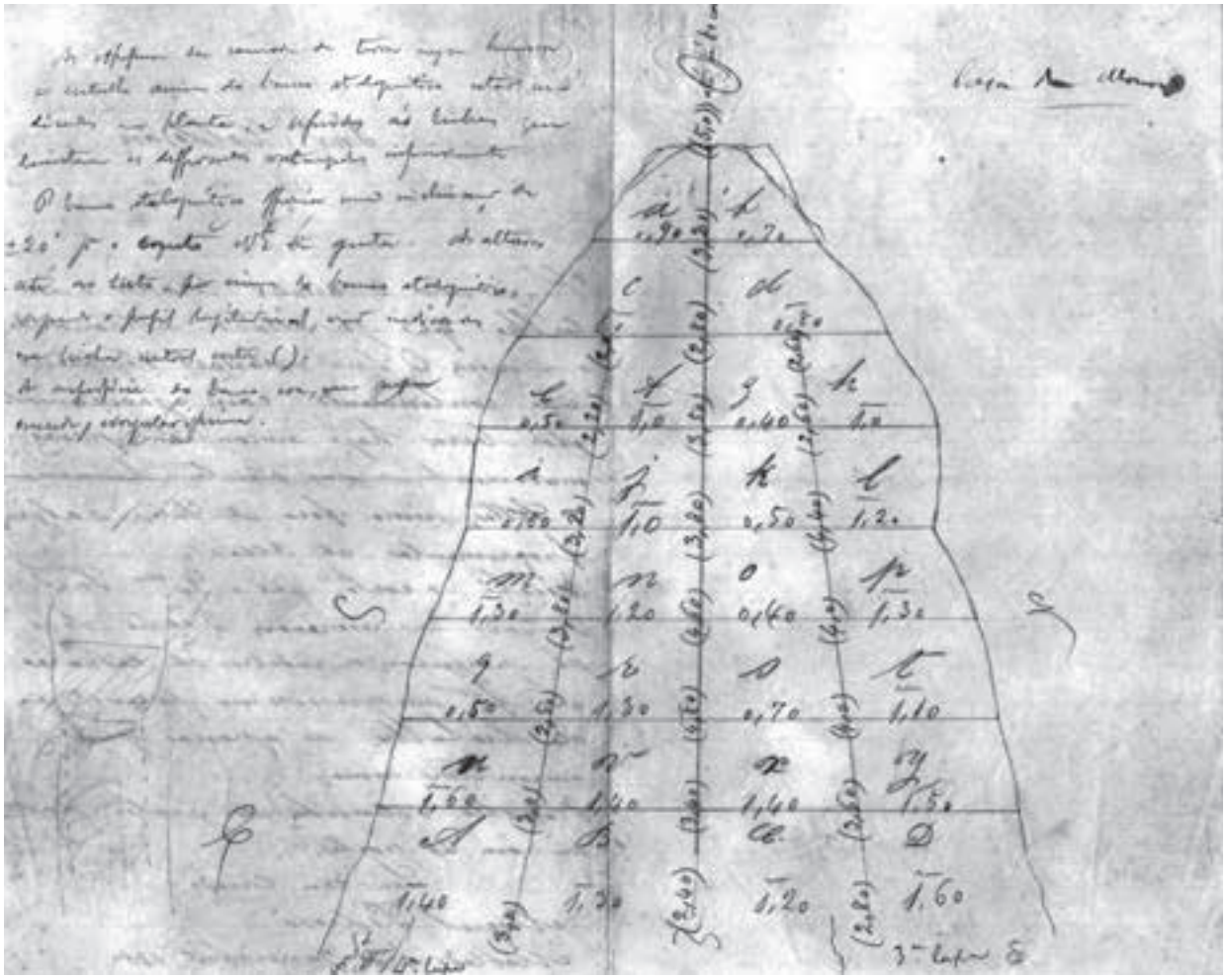


Fig. 7 – Gruta da Casa da Moura. Planta a lápis de Miguel Pedroso, ocupando todo o verso da carta que este enviou a 2 de Janeiro de 1880 a Carlos Calderon. Indicam-se os 28 sectores delimitados na 1.ª sala da gruta, sucessivamente escavados em profundidade. Note-se a entrada da gruta, por poço vertical, situado no vértice do desenho; as distâncias rigorosamente marcadas relativas a cada um dos sectores previamente delimitados; a indicação da 3.ª lapa, situada a norte e da 4.ª lapa, do lado meridional, de ambos os lados do grande bloco de abatimento do tecto que separou a 1.ª sala da 2.ª sala da gruta. Arquivo e fotografia de João Luís Cardoso. Transcreve-se o apontamento manuscrito aposto por Nery Delgado: *A espessura da camada de terra negra humosa e entulho acima do banco stalagmitico estão indicados na planta, e referidos às linhas que limitam os differentes rectangulos inferiormente.*
O banco stalagmitico offerecia uma inclinação de ± 20º para o canto N.E. da gruta. As alturas até ao tecto, por cima do banco stalagmitico, segundo o perfil longitudinal, vão indicados na linha central entre ( ).
A superficie do banco era, como sempre succede irregularissima.

sala), possuindo contorno piriforme e ocupando a zona mais próxima da entrada o respectivo vértice, sendo delimitada do lado oposto por um grande bloco caído do tecto, para a aplicação deste novo método.

A principal diferença relativamente à metodologia de William Pengelly residia na maior facilidade de referenciação adoptada por Nery Delgado, ao impor à superfície do solo a escavar uma malha mais regular, definindo unidades elementares aproximadamente sub-quadrangulares e com áreas semelhantes, mais facilmente ajustáveis à geometria pré-existente da gruta, conforme consta do desenho que acompanhava a carta de Miguel Pedroso de 2 de Janeiro de 1880 (ver Fig. 7).

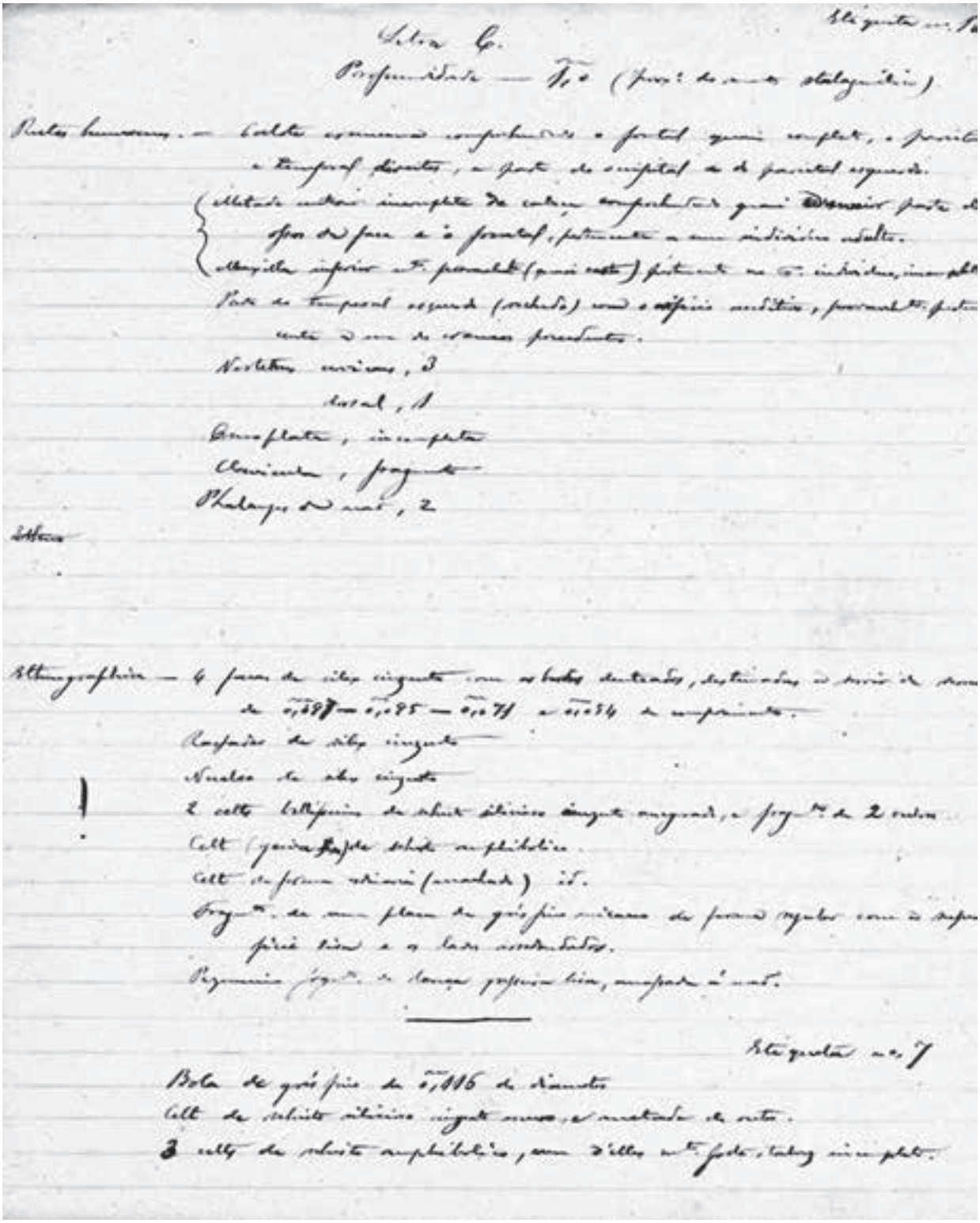


Fig. 8 – Gruta da Casa da Moura. Folha autógrafa de Nery Delgado, com anotações sobre os resultados das escavações efectuadas e acrescentos a lápis. O conjunto da documentação engloba diversas folhas semelhantes a esta e corresponde a preparativos para a monografia projectada, logo após a publicação, em França, em Junho de 1880 da síntese dos principais resultados obtidos (DELGADO, 1880), imediatamente após a conclusão das escavações. Arquivo e fotografia de João Luís Cardoso.

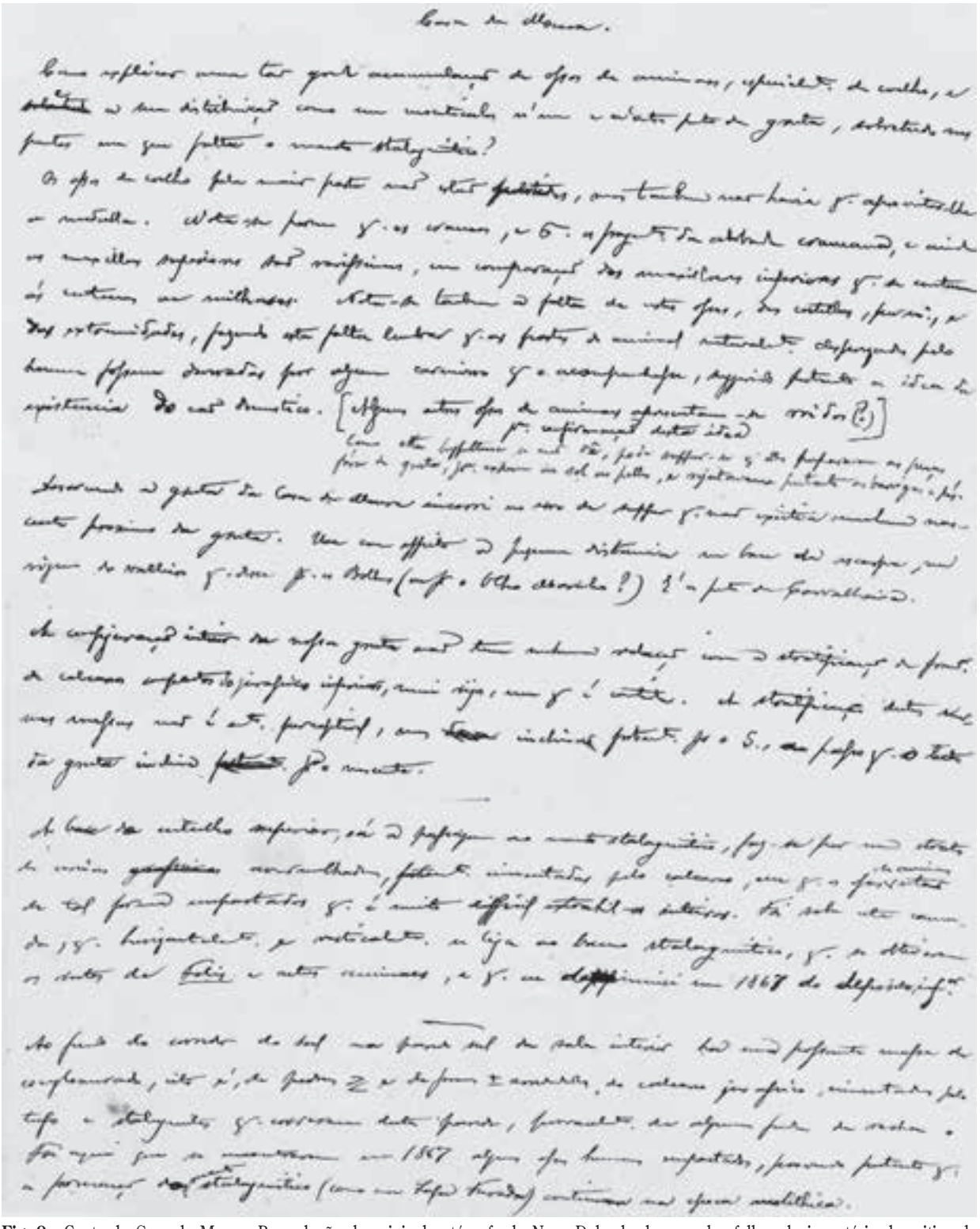


Fig. 9 – Gruta da Casa da Moura. Reprodução do original autógrafo de Nery Delgado de uma das folhas do inventário descritivo da totalidade dos espólios recolhidos em cada um dos sectores previamente definidos com indicação das respectivas profundidades de colheita: no caso desta folha, trata-se das recolhas efectuadas no sector correspondente à Letra C e à profundidade de 1,0 m, próxima do manto estalagmítico. Arquivo e fotografia de João Luís Cardoso.

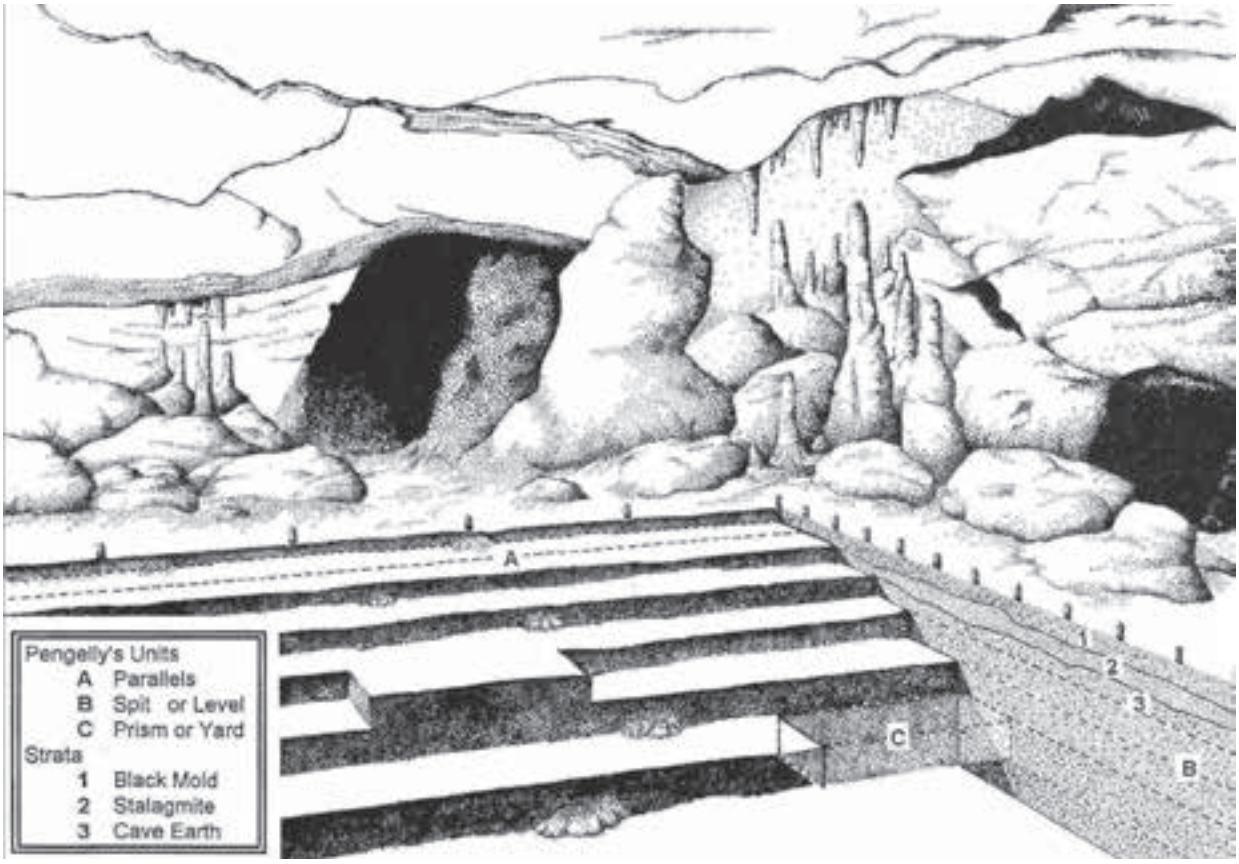


Fig. 10 – Desenho esquemático das escavações de William Pengelly em Kent´s Cavern em 1866/1868, ilustrando o modo de constituição das suas unidades de escavação (in WARREN & ROSE, 1994, Fig. 10).

A imposição deste sistema de referência no terreno respeitou um eixo de simetria definido por uma linha que dividia a galeria da gruta a escavar em duas partes sensivelmente iguais, a partir da qual se desenvolveu um sistema de linhas ortogonais, paralelas entre si, que conduziram às áreas de escavação elementares, definidas univocamente por uma letra do alfabeto, as quais foram sucessivamente escavadas em profundidade segundo níveis artificiais previamente definidos.

Deste modo, o nome de Joaquim Filipe Nery Delgado, até hoje ignorado como pioneiro da metodologia da escavação arqueológica, fica assim definitivamente ligado à própria História da Arqueologia, sublinhando a qualidade técnica do seu trabalho, já anteriormente reconhecida (ZILHÃO, 1993; CARDOSO, 2008).

No entanto, importa não esquecer que se deve ao colector Miguel Pedroso a parte mais importante do trabalho de escavação da gruta em 1979/1880, conforme se demonstra pelo acervo das cartas a que se teve acesso por ele remetidas para Lisboa dando conta do progresso das escavações. O conjunto documental assim reunido, já foi integralmente transcrito (CARDOSO, 2020), comentado e estudado, permitindo perspectivar com detalhe os trabalhos realizados e os resultados obtidos.

Com efeito, as cartas enviadas por Miguel Pedroso a Nery Delgado ou a Carlos Calderon, funcionário da Secção dos Trabalhos Geológicos de Portugal, remetidas entre 2 de Janeiro de 1880 e 3 de Julho de 1880, revelam que o trabalho de campo por aquele conduzido teve escassa participação de Nery Delgado que, por carta, ou em pontuais visitas no decurso dos trabalhos, dava as instruções necessárias para que a metodologia

por ele definida fosse seguida no terreno por Miguel Pedroso, chefiando uma pequena equipa constituída por homens contratados localmente.

É hoje difícil imaginar as contrariedades sentidas por este humilde colector, sem qualquer experiência anterior neste tipo de trabalhos, pois a sua presença na Secção dos Trabalhos Geológicos de Portugal cinge-se aos anos de 1879/1880 coincidindo com a escavação da Casa da Moura (CARNEIRO, 2005, Table 4).

Sem uma formação técnica ou científica adequada – pois é ele próprio que declara não saber realizar cortes e perfis topográficos, pedindo para tal o conselho de Nery Delgado – acabou por ter ultrapassado com sucesso tais insuficiências, como se comprova pelos levantamentos remetidos para Lisboa (CARDOSO, 2020, Figs. 11, 12, 16, 17 e 19).

Também difíceis de imaginar são as dificuldades de escavação no interior da gruta, apenas iluminada à luz de archotes e em terreno muito irregular e difícil, exigindo por um lado o recurso a dinamite, e o rebaixamento da escavação a vários metros de profundidade, mas ao mesmo tempo requerendo grande minúcia, exigida a trabalhadores cujas lacunas de sensibilidade e preparação para este tipo de trabalhos só eram colmatadas pela dedicação e empenho com que os realizavam: tais eram os desafios colocados a este colector, a quem cabe indiscutivelmente o sucesso dos trabalhos realizados.

As cartas de Miguel Pedroso publicadas na íntegra pelo signatário em 2020 não são as únicas existentes. Na correspondência dos colectores conservada no Arquivo Histórico do LNEG da qual o signatário teve conhecimento através de informação amavelmente cedida pela Prof.ª Doutora Ana Carneiro, conclui-se que as escavações se iniciaram pelo menos em Outubro de 1879.. Pode concluir-se, na verdade, que a escavação, em finais de Dezembro de 1879 ia já muito adiantada, o que se confirma pelo facto de, logo a 2 de Janeiro de 1880, carta de Miguel Pedroso para Calderon, acima transcrita, conter esboço de Nery Delgado, com a definição dos sectores escavados ou ainda a escavar (CARDOSO, 2020, Fig. 10, actual Fig. 7).

Após a escavação integral da sala principal da gruta a que se aplicou o sistema de referenciação referido – apenas um pequeno retalho ficou incólume, onde se efectuou nova escavação em 1987, que confirmou as observações de Nery Delgado (STRAUS et al., 1988) – os trabalhos prosseguiram mais para o interior da gruta onde se identificou uma segunda sala, praticamente desprovida de depósitos arqueológicos, separada da primeira por um grande bloco de abatimento do tecto mas em comunicação com a primeira por duas estreitas passagens, situadas a norte e a sul do referido bloco (CARDOSO, 2020, Fig. 16). A escavação por baixo desse bloco resultou na abertura de duas cavidades artificiais designadas respectivamente por 3.ª e 4.ª grutas ou lapas (CARDOSO, 2020, Fig. 11). Estes foram os dois únicos locais da escavação em que o sistema da referenciação ortogonal não se aplicou, efectuando-se apenas a recolha dos materiais com registo das profundidades respectivas.

4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escavação dirigida por Nery Delgado em 1865/1866 na gruta da Casa da Moura correspondeu à primeira escavação de uma gruta com ocupação pré-histórica realizada na Península Ibérica. Nessa altura, a preocupação essencial foi a de caracterizar o depósito plistocénico, assente numa bancada estalagmítica que cobria o substrato geológico que constitua o chão primitivo da gruta, a qual, por sua vez, cobria o substrato geológico constituído por calcários do Jurássico Inferior nos quais a gruta foi aberta. Tal conclusão é corroborada pela afirmação contida no manuscrito em análise de que em 1866 o "entulho superior" fora simplesmente removido de um para outro ponto da gruta, indício de que não era o objectivo principal da escavação realizada.

No entanto, o autor na memória publicada em 1867 – a qual corresponde à primeira publicação deste género a nível peninsular – não deixa de abordar a questão da formação do depósito superior, correspondente à instalação de uma necrópole neolítica (DELGADO, 1867). Com efeito, reconheceu a existência de enterramentos múltiplos e secundários, o que explicaria a ausência de peças em conexão anatómica e a elevada presença de ossos fracturados (p. 64-65). Esta realidade era compatível com a aludida falta de vértebras, costelas, ossos do carpo e do tarso, bem como de falanges, "que todos são mui raros", e a menor abundância das cabeças articulares dos ossos longos (p. 118), para além de diversas observações de carácter antropológico sobre os restos recuperados.

Tais observações não desceram a maior detalhe, pois o objectivo da memória era outro, centrando-se na demonstração da antiguidade da presença do Homem no território português, objectivo que aliás se encontra logo expresso no próprio título. Nestes termos, na memória de 1867 apenas foi valorizado um crânio, com a respectiva mandíbula, recolhido no contacto entre os dois depósitos, podendo provir originalmente do depósito mais antigo ou, em alternativa, ter sido nele enterrado. A peça extraviou-se, pelo que nenhuma conclusão sobre a sua verdadeira idade pode ser presentemente avançada. Caso este crânio fosse de facto plistocénico, tratar-se-ia do mais antigo testemunho do Homem anatomicamente moderno recolhido a nível mundial, antecedendo as recolhas da caverna de Cro–Magnon (ZILHÃO, 1997). No entanto, logo na própria época surgiram fundadas dúvidas sobre a antiguidade desta peça; Boyd Dawkins, em 1874, apresentou sobre a questão o seguinte comentário: "A human skull with lower jaw as dug out the deepest part, but, since the matrix has been disurbed, it had probably been interred after the accumulation of the deposit." (DAWKINS, 1874, p. 145 e seg.).

A oportunidade de esclarecer esta e outras questões, designadamente a exploração do depósito superior, ainda muito insuficientemente estudado, surgiu aquando do agendamento para Lisboa da IX Sessão do Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia Pré-Históricas, o qual se efectuou em Setembro de 1880.

Sendo necessário apresentar aos congressistas espólios arqueológicos de diversas épocas, foram determinadas novas escavações na gruta da Casa da Moura, tal como na da Furninha, ambas interrompidas desde 1865/1866.

A escavação na Casa da Moura realizada em 1879/1880, a qual foi, na realidade executada quase na sua totalidade por colectores, sob a orientação prática de Miguel Pedroso, conduziu à exploração integral do que restava do depósito inferior, de época plistocénica, e onde a presença humana era residual, bem como à exploração total do depósito superior, o chamado "entulho superior". Este, correspondia à instalação de uma necrópole neolítica cujos abundantes espólios arqueológicos tinham sido aparentemente negligenciados na escavação anterior, atendendo à escassez das peças arqueológicas então recolhidas, as quais ainda hoje se conservam no Museu Nacional de Arqueologia.

Foi também a oportunidade para ensaiar metodologia de escavação mais rigorosa. Em 1879/1880 levou-se a prática cuidadosa de escavação, já evidenciada anteriormente, ao ponto de ser possível localizar cada peça no interior da gruta, dividindo-a previamente em sectores como acima se referiu, encontrando-se as peças inventariadas reportadas individualmente a cada um deles, de acordo com a profundidade a que foram recolhidas. O rigor metodológico evidenciado foi acompanhado por escavação cuidadosa.

Importa referir que as alterações a lápis introduzidas no manuscrito pelo punho do autor mostra que se tratava de original em fase de melhoria. A existência de várias versões manuscritas do mesmo original foi já identificada aquando dos estudos dos originais produzidos por Carlos Ribeiro, mas jamais publicados por este, ilustrando um processo de revisão lento mas consistente. No entanto, enquanto que no caso de Carlos

Ribeiro as versões sucessivamente melhoradas por via da introdução das modificações nelas introduzidas pelo autor eram copiadas integralmente umas das outras (CARDOSO, 2013; CARDOSO, 2015 b), no caso em apreço trata-se de uma única versão escrita por Nery Delgado e por ele pontualmente alterada. Tal significa que o original destinado a publicação ainda não corresponderia à presente versão.

Em síntese, com a publicação dos inventários exaustivos e sistemáticos dos materiais recolhidos por cada sector escavado e de acordo com a progressão da escavação em profundidade em cada um deles, ficou demonstrada a excepcional qualidade do trabalho de Nery Delgado como arqueólogo, e o seu contributo original para a metodologia das técnicas de escavação, pelo que se deverá inscrever entre um dos pioneiros mais notáveis da Arqueologia europeia.

AGRADECIMENTOS

Ao Dr. José Carlos Henrique, meu colaborador desde há mais de vinte anos, pela transcrição preliminar da documentação que integra o trabalho exaustivo sobre a documentação das escavações realizadas na gruta da Casa da Moura em 187971880, pela dedicação requeridos para a execução de tão árdua tarefa cumprida com o empenho e interesse habituais.

Ao Doutor Miguel Ramalho e ao Dr. José António Anacleto, pelo apoio na obtenção de fotos de exemplares de espólios arqueológicos da Casa da Moura conservados no Museu Geológico do LNEG com as respectivas etiquetas que atestam os locais e profundidades de recolha.

À Prof.ª Doutora Ana Carneiro pela cedência da transcrição da correspondência dos colectores existente no Arquivo Histórico do LNEG.

Ao Prof. Doutor João Zilhão, pelo interesse demonstrado por este estudo, tendo cedido informação bibliográfica sobre a escavação de William Pengelly em Kent´s Cavern.

Ao Dr. Sérgio Medeiros, do GPS – Grupo Protecção Sicó, por ter providenciado a planta da Casa da Moura levantada na década de 1980 pelo Espeleo Clube de Torres Vedras.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, M. Telles; CARDOSO, J. L. & CUNHA, A. Santinho (2009) – Espólio humano da gruta da Casa da Moura (Cesareda): observações osteológicas crânio-faciais. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. 17, p. 175-221.

CARDOSO, J. L. (2008) – Joaquim Filipe Nery Delgado, arqueólogo. In *Nery Delgado (1835-1908), Geólogo do Reino*. Lisboa: Museu Geológico/INETI/Centro de História e Filosofia das Ciências/FCT/UNL, p. 65-79.

CARDOSO, J. L. (2013) – Carlos Ribeiro, a "Breve notícia acerca do terreno quaternario de Portugal" e a questão do Homem terciário em Portugal. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 20, p. 27-88.

CARDOSO, J. L. (2015 a) – Carlos Ribeiro and Francisco António Pereira da Costa: dawn of the Mesolithic shellmiddens of Muge (Salvaterra de Magos). In Bicho, N., Detry, C.; Price, T. D. & Cunha, E., *Muge 150th: The 150th Anniversary of the Discovery of Mesolithic Shellmiddens*. Cambridge Scholars Publishing (2015), p. 1-18.

CARDOSO, J. L. (2015 b) – Carlos Ribeiro (1813-1882), as formações quaternárias portuguesas e a antiguidade do Homem: um manuscrito desconhecido. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 22, p. 43-92.

CARDOSO, J. L. (2018) – Primórdios dos estudos pré-históricos em Portugal: os concheiros mesolíticos de Muge (Salvaterra de Magos) e a *Memória* pioneira de Francisco António Pereira da Costa sobre o concheiro do

Cabeço da Arruda. In *Obras Pioneiras da Cultura Portuguesa. 2. Primeiros textos de Pré-História, História e Heráldica* (dir. FRANCO, J. E. & FIOLHAIS, C.). Introdução, p. 91-112. Da existência do Homem em épocas remotas no vale do Tejo. Noticia sobre os esqueletos humanos descobertos no Cabeço da Arruda. Transcrição revista, comentada e anotada, p. 441-499. Lisboa, 2018: Círculo de Leitores.

CARDOSO, J. L. (2020) – A primeira escavação arqueológica metodologicamente moderna foi realizada em Portugal em 1879/1880: a intervenção de Nery Delgado na gruta da Casa da Moura (Óbidos, Portugal). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 26, p. 123-242.

CARDOSO, J. L. & CARREIRA, J. R. (1992) – Escavações de Nery Delgado no planalto de Cesareda nas grutas da Lapa Furada e da Malgasta (Peniche): estudo do espólio arqueológico. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 78 (2), p. 145-173.

CARDOSO, J. L.; MEDEIROS, S. & MARTINS, F. (2018) – 150 anos depois: uma rara placa de xisto decorada encontrada na gruta da Casa da Moura (Óbidos). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 21, p. 57-69.

CARNEIRO, A. (2005) – Outside government science, "Not a single tiny boné to cheer us up!" The Geological Survey of Portugal (1857-1908), the involvemt of common men, and the reaction of civil society to geological research. *Annals of Science*. 62 (2), p. 141-204.

CARNEIRO, A.; MOTA, T. S. & LEITÃO, V. (2013) – *O chão que pisamos. A Geologia ao serviço do Estado (1848-1974)*. Lisboa: Colibri.

CARREIRA, J. R. & CARDOSO, J. L. (1996) – Um conjunto de litografias arqueológicas inéditas da Comissão Geológica de Portugal. *Comunicações do Instituto Geológico e Mineiro*. Lisboa. 82, p. 145-168.

CARREIRA, J. R. & CARDOSO, J. L. (2001/2002) – A gruta da Casa da Moura (Cesareda Óbidos) e sua ocupação pós-paleolítica. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 10, p. 249-361.

DAWKINS, W. Boyd (1874) – *Cave hunting, researches on the evidence of caves respecingthe early inhabitants of Europe*. London: MacMillan & Co.

DELGADO, J. F. N. (1867) – *a existência do Homem no nosso solo em tempos mui remotos provada pelo estudo das cavernas. Primeiro opusculo. Noticia acerca das grutas da Cesareda.* Lisboa: Commissão Geologica de Portugal.

DELGADO, J. F. N. (1880) – Les grottes de Peniche et Casa da Moura, Portugal. Station et sépulture néolithique. *Matériaux pour l´ Histoire Primitive et Naturelle de l´ Homme*. Paris. 2.ª Série, 11, p. 241-247.

DELGADO, J. F. N. (1884) – La grotte de Furninha a Peniche. Congrès International d´Anthropologie e d´Archéologie Préhistoriques. *Compte-Rendu de la IX éme Session à Lisbonne (1880)*. Lisbonne: Typographie de l´Académie Royale des Sciences, p. 207-278.

MCFARLANE, D. & LUNDBERG, J. (2005) – The 19th century excavation of Kent's Cavern, England. *Journal of Cave and Karst Studies*, 67, 1, p. 39-47.

RELATÓRIO (1866) – *Relatorio dos trabalhos executados do Instituto Geographico durante o anno economico de 1865-1866*. Lisboa: Imprensa Nacional.

RELATÓRIO (1881) – *Relatorio dos trabalhos geodésicos, opographicos, hydrographicos e geológicos do Reino pertencente ao anno económico de 1879-1880*. Lisboa: Imprensa Nacional.

RELATÓRIO (1882) – *Relatorio do anno económico de 1880-1881 da Direcção-Geral dos Trabalhos Geodesicos, Topographicos, Hydrographicos e Geologicos do Reino*. Lisboa: Imprensa Nacional.

STRAUS, L.; ALTUNA, J.; JACKES, M. & KUNST, M. (1988) – New excavations in Casa da Moura (Serra d'El Rei, Peniche) and at Abrigo de Bocas (Rio Maior), Portugal. *Arqueologia*. Porto. 18, p. 65-95.

VASCONCELOS, J. Leite de (1906) – Acquisições do Museu Etnologico Português. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 11, p. 89-92.

WARREN, C. N. & ROSE, S. (1994) – *William Pengelly´s spits, yards and prisms. The forerunners of modern excavation methods and techniques in Archaeology*. Torquay Natural History Society.

ZILHÃO, J. (1993) – As origens da arqueologia paleolítica em Portugal e a obra metodologicamente precursora de J. F. Nery Delgado. *Arqueologia e História*. Lisboa. Série X, 3, p. 111-125.

ZILHÃO, J. (1997) – *O Paleolítico Superior da Estremadura Portuguesa*. 2 volumes. Lisboa: Colibri.

XI

FREDERICO DE VASCONCELOS PEREIRA CABRAL, PIONEIRO DA GEOLOGIA DO QUATERNÁRIO E DA PRÉ-HISTÓRIA PORTUGUESAS [1]

Frederico Augusto de Vasconcelos Pereira Cabral nasceu no Porto a 25 de Abril de 1820, filho de Frederico Pinto Pereira de Vasconcelos Cabral e Almeida, Senhor das Casas do Outeiro, do Outeiral e do Choupelo e faleceu com o posto de Tenente-Coronel graduado, em comissão de serviço na Secção dos Trabalhos Geológicos de Portugal, a 12 de setembro de 1886.

Obteve o grau de Bacharel em Filosofia pela Universidade de Coimbra com formação em Matemáticas Puras e Mecânicas, o que lhe conferiu o título profissional de Engenheiro de Minas. Entrou ao serviço da Secção dos Trabalhos Geológicos de Portugal (nome por que foi esta oficialmente designada entre 1869-1886) em Junho de 1877 como adjunto, possuindo o posto de capitão de Engenharia (SIMÕES, 1922, p. 55), na qualidade de engenheiro de minas, e já com importantes publicações produzidas neste domínio (CHOFFAT, 1918).

Respiga-se, da documentação arquivada no seu Processo Individual conservado no Arquivo Histórico Militar, consultada em Agosto de 2023, as seguintes informações respeitantes à progressão na carreira militar, como engenheiro, no Ministério das Obras Públicas à qual, conforme preceito da época, se encontrava equiparado.

1869 – Frederico Augusto de Vasconcelos Almeida Pereira Cabral, engenheiro, por decreto de 19 de janr^{o}. de 1869, foi-lhe concedida a graduação honorifica de tenente, contando a antiguidade de 29 de dez^{o}. de 1865.

1873 – Frederico Augusto de Vasconcelos Almeida Pereira Cabral, engenheiro civil com a graduação honorifica de capitão, por decreto de 25 de junho de 1873.

1881 – Frederico Augusto de Vasconcelos Almeida Pereira Cabral. Engenheiro civil com a graduação em Capitão. Concedida a graduação de major por decreto de 20 de outubro de 1881.

1885 – Frederico Augusto de Vasconcelos Almeida Pereira Cabral – Engenheiro Civil com a graduação em Major em comissão nas Obras Publicas Grad^{o}. em Tenente-coronel Decreto 26/3/85 Ordem n.º 3.

1885 – "Engenheiros civis a que foram decretadas graduações militares honorificas por estarem compreendidos nas disposições do artigo 12.º do decreto com força de lei de 30 de outubro de 1868":

N° 13 – Frederico Augusto de Vasconcelos Almeida Pereira Cabral – Tenente coronel – 26 – 3.º – 85. Publicado na "Lista Geral de Antiguidades dos Officiaes e Empregados Civis do Exercito" de 1888, pág. 29.

---

[1] CARDOSO, J. L. (2023) – Frederico de Vasconcelos Cabral pioneiro da Geologia do Quaternário e da Pré-História portuguesas. *Al-madan*. Almada. 2ª Série, 26, p. 151-161. Modificado.

O primeiro trabalho que Frederico de Vasconcelos Cabral deu à estampa remonta a 1851 e respeita á sua actividade no Brasil. Intitulado "Memoria geologica sobre os terrenos de Curral-Alto, e Sêrro do Roque na Província de S. Pedro do Sul", foi publicado em Porto Alegre, tendo resultado da incumbência que recebeu do governo imperial brasileiro para a realização do reconhecimento geológico de Rio Grande do Sul e, em particular, dos jazigos carbonosos ali existentes. A obra, de 162 páginas, contém uma carta geológica e uma estampa com perfis geológicos e desenhos de vegetais fósseis, dando de si, desde logo, a imagem de um técnico desperto para os estudos de geologia pura (CABRAL, 1851).

Desconhece-se o desempenho técnico e científico de Frederico de Vasconcelos Cabral nos anos seguintes, visto que os trabalhos elencados por Ed. Bureau e Paul Choffat (BUREAU, 1887, p. 333; CHOFFAT, 1918, p. 275) cronologicamente mais próximos da data da publicação deste livro remontam a 1865 e respeitam a temas de geologia portuguesa, tal como todos os que se lhe seguiram, até à sua morte, ocorrida em 12 de setembro de 1886, pelo que se pode concluir que o seu regresso a Portugal se tenha verificado antes de 1865. Neste mesmo ano, foi nomeado, entre outras individualidades, para a presidência da 3.ª secção da Comissão Central Directora dos trabalhos preparatórios para a Exposição Universal de Paris, que se iria realizar em Paris, em 1867 (Decreto de 12 de Julho de 1865, in Boletim do Ministério das Obras Publicas, Commercio e Industria, 8 (1865), p. 132-135), cargo de real importância e que foi a consequência dos trabalhos naquela época por si realizados no domínio da Geologia económica.

Naquele mesmo ano de 1865 publicou dois estudos sobre geologia mineira respeitantes um deles à mina de cobre da serra da Caveira e o outro sobre o estado da exploração dos recursos mineiros na 3.º Circunscrição Mineira, ambos no Boletim do Ministério das Obras Públicas e na Revista de Obras Públicas e Minas (BUREAU, 1887; CHOFFAT, 1918).

Foi no âmbito dos trabalhos de campo relacionados com a mina de cobre da serra da Caveira, no concelho de Grândola, que teve a oportunidade de proceder a observações de efectivo interesse arqueológico sobre a recolha de artefactos de pedra polida relacionados com uma gruta funerária perto da povoação de Melides e a identificação, por si realizada, de dois monumentos megalíticos. Esta gruta foi uma das que forneceram importantes espólios antropológicos e arqueológicos neolíticos, em resultado das explorações ulteriormente nelas realizadas por pessoal dos Serviços Geológicos de Portugal, ainda conservados no Museu Geológico do LNEG, os quais foram estudados pelo Eng. A. de Mello Nogueira (NOGUEIRA, 1927).

Tais observações, constam de relatório elaborado pelo próprio e datado de 20 de junho de 1866, o qual foi enviado ao General Filipe Folque, superior hierárquico de Carlos Ribeiro (Fig. 1). O documento, que foi já objecto de leitura (SANTOS, 1972), merece ser de novo apreciado, pela forma rigorosa como as ocorrências arqueológicas são descritas e interpretadas, reveladoras das qualidades de observação do seu autor e da sua capacidade científica, numa matéria que, então estava a dar os seus primeiros passos em Portugal e para a qual o autor não tinha tido anteriormente qualquer formação ou preparação. Pelo seu interesse se apresenta na íntegra, no final deste trabalho (ANEXO).

Em 1866 publicou outro estudo sobre combustíveis fósseis do distrito de Leiria e em 1867 deu seguimento aos estudos de natureza regional de Geologia mineira, também publicados na primeira daquelas revistas (BUREAU, 1887, p. 333; CHOFFAT, 1918, p. 275).

Mais uma vez, foi a permanência do autor, no âmbito de estudos de Geologia mineira a que então procedia na região de Leiria, que lhe deu o ensejo para intervir no campo da Arqueologia Pré-história. Os resultados obtidos constam de um segundo relatório apresentado ao General Filipe Folque, datado, tal como o anterior, de 20 de junho de 1866.

Com efeito, perto da aldeia de Monte Real, identificou uma gruta natural há pouco esvaziada do seu conteúdo funerário pré-histórico por populares, tendo-lhe sido ainda possível recolher alguns restos osteológicos e materiais arqueológicos. A cuidadosa descrição geológica do local da jazida, conduziu-o a classificar o local como necrópole colectiva pré-histórica.

Merecem destaque a qualidade das observações realizadas e as deduções delas decorrentes, em resultado da formação técnico-científica do autor.

A intervenção arqueológica levada a cabo por Frederico de Vasconcelos Pereira Cabral em Monte Real foi das mais precoces realizadas no nosso país, dado ter sido feita apenas um ano depois das escavações efectuadas em 1864 no concheiro mesolítico do Cabeço da Arruda por Carlos Ribeiro e coeva das realizadas em 1865 nas grutas do planalto das Cesaredas – Casa da Moura (Peniche), por Joaquim Filipe Nery Delgado.

Em Monte Real foi identificada, pela primeira vez, no mesmo ano das recolhidas na Casa da Moura por Nery Delgado, em 1865, uma placa de xisto, como artefacto pré-histórico, cuja história pôde ser finalmente completada mediante a publicação do presente relatório, clarificando a sua verdadeira origem, desde há muito atribuída à "anta de Monte Real", que na verdade nunca existiu (CARDOSO, 2020).

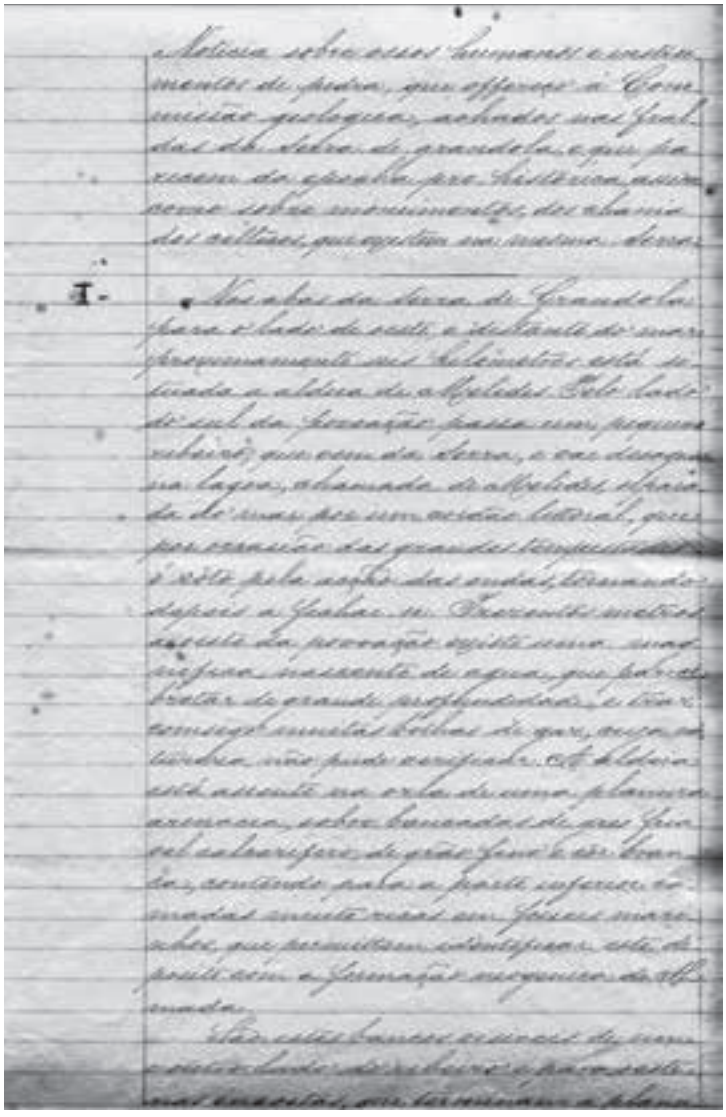


Fig. 1 – Primeira página do Relatório redigido por Frederico de Vasconcelos Cabral sobre descobertas arqueológicas pré-históricas da região de Grândola, datado de 20 de junho de 1866. Arquivo e fotografia de João Luís Cardoso.

Verifica-se, pois, que Frederico de Vasconcelos Cabral possuía já nome respeitado e reconhecido como engenheiro, antes do seu ingresso na Comissão dos Trabalhos Geológicos de Portugal, verificado como acima se referiu, apenas em 1877. Este foi certamente justificado pela sua já importante folha de serviços; neste mesmo ano, publica importante estudo dedicado à mina de antracite do Pejão. A partir desta época, e por indicação de Carlos Ribeiro, depois confirmada por Nery Delgado, a sua atenção passou a ser dirigida essencialmente para a Geologia do Quaternário, e é por isso que esta pequena evocação se justifica.

Compulsando as referências ao seu nome constantes dos relatórios publicados da Direcção-Geral dos Trabalhos Geodésicos, Topográficos, Hidrográficos e Geológicos do Reino, publicados anualmente, com coordenação do seu Director, o General Filipe Folque, verifica-se que a primeira vez em que o seu nome é refe-

rido respeita ao ano económico de 1878-1879, encontrando-se então na foz do Douro, estudando os depósitos quaternários ali existentes e as rochas que denunciariam vestígios das acções glaciárias.

Importa sublinhar, contudo, que o estudo de esta temática constituía já uma sua antiga preocupação, uma vez que, em 1870, tinha já publicado, na Revista de Obras Públicas e Minas, uma notícia sobre a ocorrência de rochas estriadas nesta mesma região (CABRAL, 1870).

As observações por si desde então realizadas no terreno conduziram-no a relacionar a presença de tais rochas, tal qual foram observados no Castelo do Queijo, na margem norte da Foz do Douro, onde se apresentavam polidas, com sulcos e com estrias, com os depósitos detríticos quaternários correlativos. Tais observações foram prosseguidas a sul da foz do Douro, passando também pela caracterização petrográfica das rochas metamórficas e eruptivas ali aflorantes, que eram então, pela primeira vez, objecto de tais estudos.

Tendo recolhido à capital a 16 de julho, voltou ao terreno a 6 de outubro, depois de ter obtido a necessária permissão para prosseguir até 18 de novembro,, mesmo sem a ajuda de custo de viagem a que tinha direito, por ter o serviço esgotado a verba para tal disponível na Secção dos Trabalhos Geológicos, conforme consta do Relatório do serviço respeitante ao ano económico de 1878-1879, tal era o empenho e vontade que manifestamente possuía (RELATÓRIO, 1880, p. 19).

No período respeitante ao ano económico de 1879-1880, estes trabalhos prosseguiram, sendo enquadrados no âmbito da caracterização mineralógica e petrográfica das rochas portuguesas. Com a aproximação da data de realização em Lisboa da IX Sessão do Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia Pré-Históricas, em Setembro de 1880, pediu e obteve autorização para a apresentação de comunicação sobre os resultados até então obtidos, conforme se encontra expresso no respectivo Relatório: "O adjuncto a esta secção, Frederico de Vasconcellos, foi encarregado pelo chefe de dirigir e fazer os estudos de mineralogia e petrologia concernentes às rochas do paiz e para servirem à descripção do solo portuguez; como, porém, manifestasse desejos de fazer algum trabalho para o congresso, escolhendo os assumptos que abaixo se mencionam, o mesmo chefe anuiu a este desejo." (RELATÓRIO, 1881, p. 20).

O objectivo essencial de Frederico de Vasconcelos Cabral era o de caraterizar e, depois, relacionar, a formação dos depósitos detríticos por si identificados na região da foz do Douro, com a presença de glaciares que teriam modelado o relevo do sector terminal do vale, que ali corre entre colinas graníticas e gneissicas, das quais descreveu a morfologia e o enquadramento envolvente, com extensas plataformas culminantes. Verificou que as superfícies destas plataformas se apresentavam cobertas, de ambos os lados do rio, correspondentes às cidades do Porto e de Gaia, por grandes extensões por depósitos detríticos poligénicos mais ou menos grosseiros, que designou por "aluviões antigas", tendo descrito de forma detalhada a sua composição ´petrográfica e características sedimentológicas. Verificou que estas séries detríticas, de assinalável potência, se desenvolviam, por sua vez, sobre depósitos argilosos, especialmente visíveis no contacto com o soco cristalino antigo, conforme se observou do lado sul do rio. Do lado norte, as "aluviões antigas" foram observadas em corte nalguns locais da cidade do Porto, a cerca de 80 m de altitude, nas obras de expansão urbana então em curso, como foi o caso da Rotunda da Boavista, assentes directamente no substrato granítico subjacente. Ali, a ocorrência de grandes blocos graníticos embalados nos depósitos detríticos, levou-o a concluir que a deposição destes foi contemporânea da formação do próprio depósito. Registou a enorme dimensão de dois destes blocos, dos quais o maior possuía um peso superior a 7 toneladas, a par de ténues vestígios de polimento e de esmagamento observados na sua superfície.

Cerca de 3 km a Oeste, ao longo da linha do carro-eléctico que conduz à Foz, foram observados a uma altitude mais baixa, de cerca de 60 m, depósitos comparáveis, com seixos rolados de granito e de gneiss, a cerca de 1,5 km do litoral. Faziam parte de uma plataforma litoral, no prolongamento da plataforma norte corres-

pondente à cidade do Porto, a qual recebeu a designação de plataforma de Paços, sendo cortada pelo vale de Ervilha, com a exposição de diversos cortes por si registados.

À semelhança da plataforma da margem esquerda do rio, verificou que também a da margem direita inclinava gradualmente em direcção à linha de costa. Ali, verificou que os depósitos detríticos foram cortados por linhas de água e por diversos fossos relacionados com o Reduto Saldanha, construído em 1832 aquando do célebre cerco do Porto, no quadro da implantação do Liberalismo em Portugal.

Foi nos cortes realizados aquando da construção dos fossos daquela fortificação que se recolheram, no fundo e a profundidades superiores a 3 m, seis exemplares angulosos e sub-angulosos essencialmente de quartzito contrastando com os seixos rolados que constituíam a maioria dos mesmos. Um sétimo exemplar encontrava-se tão firmemente embutido no depósito, "qu´il a fallu employer le ciseau et le marteau pour les désagréger." (CABRAL, 1884 a, p. 170). Comparando este exemplar com dois outros, recolhidos à superfície dos depósitos, verificou-se ser evidente a semelhança existente entre eles, pelo "que l´idée d´intention dans la production de ces formes vient tout naturellement à l´esprit; et une comparaison plus minutieuse des trois quartzites tend à confirmer cette idée." (op. cit. p. 170). Representa-se na Fig. 2 o exemplar extraído do depósito (op. cit. Pl. II, n.º 1).

O autor prossegue, com considerações acerca da intencionalidade do talhe exibido por estes três exemplares, não deixando de valorizar o único exemplar recolhido *in situ*, acrescentando que, tendo este e os restantes, sido apresentados a Carlos Ribeiro, este foi favorável àquela conclusão. Um outro exemplar, encontrado à superfície dos depósitos aflorantes no Reduto Saldanha, foi igualmente representado no trabalho em apreço (Pl. II, n.º 3, 3 a) e, por possuir parte da sua superfície estriada, logo foi admitido como podendo ser o resultado da acção glaciária.



Fig. 2 – Exemplar reproduzido na Pl. II, n.º 1 (CABRAL, 1884 a), recolhido *in situ* num dos fossos do Reduto.

Assim, as acções de talhe intencional evidenciadas por alguns exemplares associar-se-iam às acções naturais supostamente provocadas pela deslocação dos gelos naquele sector do litoral, concluindo o autor do seguinte modo: "Si celles-ci sont effectivement le résultat d´un travail refléchi, et si eles étaient striées par l´action glaciaire, il faudrait admettre, que la quartzite, après avoir été taillée par l´homme, avait été abandonnée, ou perdue par lui, et ensuite transportée par les glaces dans des conditions, qui auraint donnée lieux aux frottements énergiques, qu´elle a subi; et qu´enfin elle est restée enfouie dans les alluvions anciennes, qui pourraient être, eles-mêmes, un produit de transport glaciaire" (op. cit. p. 173).

O trabalho prossegue e termina com a detalhada descrição de outros exemplares onde admitiu igualmente talhe humano, a que se segue a caracterização dos depósitos a que aqueles se encontravam associados, com a descrição de extensos cortes geológicos que bem revelam a qualidade das observações e do registo de campo realizados.

Foi assim possível evidenciar a existência de uma plataforma inferior à de Paços e representada por um nível de depósitos a altitudes entre 5 e 15 m, observados em corte na linha do carro-eléctrico que se dirige para Oeste, em direcção à Foz, no sector de Ervilha representando assim uma série de aluviões mais modernas desenvolvidas a cotas mais baixas que as anteriormente registadas. Também nestas foram observados e descritos depósitos grosseiros constituídos por seixos rolados, entre os quais se recolheram alguns exemplares de quartzito, que admitiu igualmente possuírem talhe humano. E, de facto, alguns deles possuem-no incontestavelmente. É o caso de um exemplar reproduzido (Pl. III, n.º 2) (Fig. 3), recolhido *in situ* em local rigorosamente registado do corte geológico então executado, observado na trincheira norte do corte executado no sítio de Ervilha, pela linha de carro-eléctrico do Porto à Foz (Fig. 4) e que corresponde a um biface acheulense, e um outro exemplar, igualmente recolhido in situ na cascalheira quaternária mais baixa da série descrita, cuja tipologia é compatível igualmente com talhe acheulense, ou mais moderno (PL. III, n.º 5) (Fig. 5). Possui rolamento acentuado produzido pelas águas, distinguindo-se assim dos exemplares que apresentam apenas ligeiro desgaste ou as arestas vivas, embora tipologicamente todos se afigurassem semelhantes, aos olhos do autor.



Fig. 3 – Exemplar de biface acheulense reproduzido na Pl. III, n.º 2 (CABRAL, 1884 a), recolhido *in situ* na trincheira norte do corte da linha de carro-eléctrico do Porto à Foz, no sítio de Ervilha, recolhida a 6,50 m a este do ponto *a* do perfil geológico então executado (ver Fig. 4), conforme indicação prestada pelo autor (CABRAL, 1884 a, p. 178).

Em complemento das observações geológicas e estratigráficas então realizadas, e das colheitas sistemáticas dos materiais que admitiu poderem ser intencionalmente lascados, dando especial importância aos que recolheu *in situ*, Frederico de Vasconcelos Cabral realizou a colheita de "une douzaine d'éclats de gneiss strié, qui ont été tous

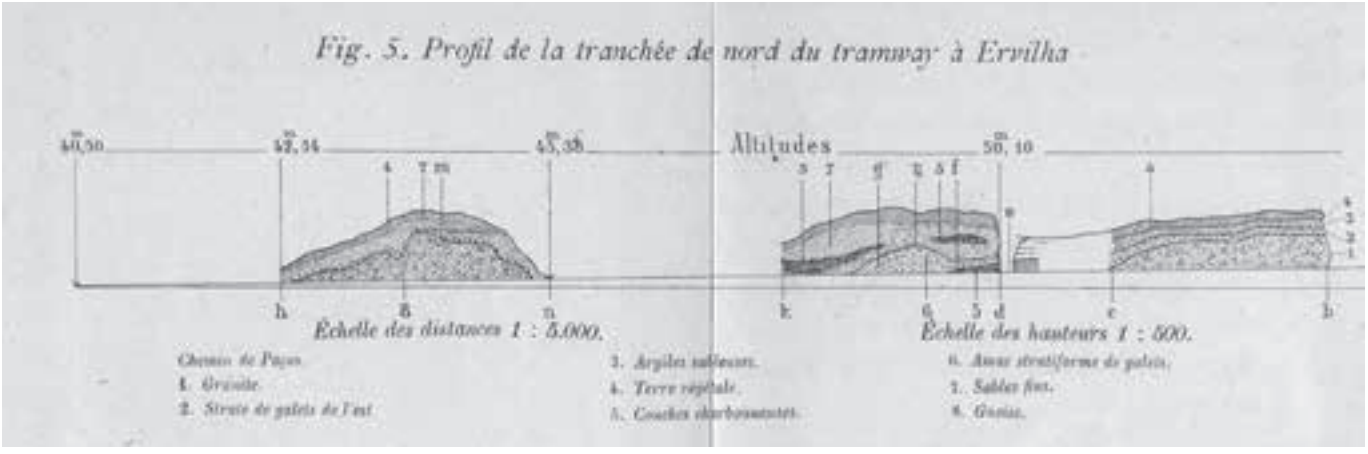


Fig. 4 – Corte estratigráfico da trincheira norte do corte da linha de carro-eléctrico do Porto à Foz, no sítio de Ervilha (CABRAL, 1884 a, Pl. I, Fig. 5).

déposés à la Section Géologique" (op cit., p. 188), onde hoje ainda se encontram, montados numa mesa da mesma época, conjuntamente com exemplares da serra da Estrela também por ele colhidos (Fig. 6; Fig. 7; Fig. 8). De facto, com base nas informações disponíveis na época e com as evidências recolhidas no terreno, era plenamente justificada a conclusão tirada pelo autor, valorizando alguns exemplos em que o estriado se apresentava entrecruzado, de que representa um exemplar (op. cit., PL. IV).

Com base neste conjunto de observações que detalhadamente coligiu, articulou e descreveu, o autor apresenta uma proposta sequencial dos fenómenos geológicos ocorridos na região da foz do Douro no decurso dos tempos quaternários, correlacionando de forma clara, a ocorrência de fenómenos supostamente glaciários, com a formação de depósitos marinhos a diversas altitudes e a presença correlativa de seixos rolados supostamente talhados, de quartzito, que também descreveu com o maior rigor e publicou.

A importância, vista à distância de mais de 140 anos, de este estudo pioneiro, passa, não tanto por terem sido ou não confirmados a autenticidade dos vestígios glaciários identificados ou o talhe humano dos exemplares publicados, mas pela qualidade com que o autor apresentou os seus argumentos e a respectiva discussão, mantendo sempre a dúvida sobre as interpretações apresentadas. Hoje, sabe-se, por critérios de ordem climatológica desconhecidos no tempo de Frederico de Vasconcelos Cabral, que seria impossível a ocorrência de glaciares ao nível do mar à latitude da cidade do Porto, no decurso do último máximo glaciário; de igual modo, é de menor importância o facto de a maior parte dos exemplares angulosos de quartzito por si recolhidos serem, com base em critérios depois estabelecidos, de facto, desprovidos de talhe humano.



Fig. 5 – Exemplares talhados sobre seixos de quartzito recolhidos no Castelo do Queijo, o de cima recolhido à superfície, o de baixo recolhido *in situ* (CABRAL, 1884 a, Pl. III, n.º 5 e 6, p. 185, 186)..

O importante foi a aproximação metodológica e conceptual por si desenvolvida, pioneira para a época, relacionando conhecimentos de origem e natureza muito diversas: de natureza geomorfológica, geológica e arqueológica, ao ter identificado e correlacionado entre si diversos níveis detríticos, a altitudes decrescentes em relação ao nível do mar actual, a que fez correctamente corresponder níveis de praias quaternárias ou de terraços fluviais do antigo estuário do rio Douro, constituídos por depósitos mais ou menos grosseiros, tendo considerado, na formação de tais depósitos, um contributo importante devido à acção glaciária, coeva da presença humana, representada por exemplares talhados e alguns deles também glaciados.

Note-se, contudo, que, em nenhuma passagem do seu trabalho, Frederico de Vasconcelos Cabral foi, afirmativo ou concludente, quanto à confirmação de glaciares ou de peças intencionalmente talhadas, mantendo-se sempre no campo prudente das hipóteses, de quem sabia estar a trilhar um caminho novo e desconhecido

e onde se impunha antes de apresentação de quaisquer conclusões, proceder, como procedeu, à análise e descrição rigorosa, detalhada e exaustiva, de todos os factos de observação susceptíveis, depois, de conduzirem à indispensável conclusão: foi um cientista, na verdadeira acepção da palavra.

A apresentação dos resultados obtidos e sumarizados na comunicação apresentada aos congressistas reunidos em Lisboa em setembro de 1880 terá agradado, como transparece das palavras publicadas nas actas, proferidas pelo ilustre Professor da Universidade Central de Madrid Juan de Vilanova y Piera, célebre geólogo e arqueólogo, ele próprio investigador dos terraços do Manzanares em San Isidro, perto de Madrid e das suas indústrias paleolíticas, pelo que era a pessoa mais indicada, na altura, para se pronunciar sobre a valia dos resultados apresentados: "(...) J′ ai eu l′avantage d′ examiner les objects que M. Vasconcellos a recueillis, et qui sont réellement d′un grand intérêt. L′ayant poussé a les faire connaître, il a bien voulu me charger de donner une idée du travail qu′il a très habilement rédigé. Je n′ai pas eu le temps d′étudier ce sujet; j′ose donc l′inviter à laisser de côté la méfiance qu′il a de ses propres forces, et à lire lui-même son intéressant mémoire" (VILANOVA, 1884).



Fig. 6 – Vista geral do expositor existente no Museu Geológico do LNEG, contendo amostras de rochas cristalinas com estrias e polimento (gneisses e granitos), recolhidas por Frederico de Vasconcelos Cabral na foz do Douro e na serra da Estrela (fotografia de J. A. Anacleto).



Fig. 7 – Pormenor de rocha polida (gneiss) recolhido por Frederico de Vasconcelos Cabral na foz do Douro e incluída no expositor existente no Museu Geológico do LNEG (fotografia de J. A. Anacleto).

O claro voto de confiança concedido pelo catedrático espanhol ao investigador português, que então já tinha 60 anos de idade, explica-se também pelo facto de o trabalho por si apresentado dar seguimento aos seus próprios estudos, os quais possuíam antecedentes comuns, por via dos trabalhos pioneiros que, a nível mundial, foram realizados nos mesmos terraços do Manzanares por Casiano de Prado, mais de um quarto de século antes, e onde recolheu os primeiros instrumentos paleolíticos de sílex, depois por ele mesmo publicados (PRADO, 1864, p. 186 e seg.) (Fig. 9).

Importa sublinhar a boa aceitação que esta comunicação de Frederico de Vasconcelos Cabral teve também em Carlos Ribeiro, secundado por Nery Delgado, reflexo da sua qualidade científica e novidade, por um lado, e, por outro, da própria personalidade do seu autor, que sem dificuldade se pode imaginar ser profissional alta-

mente empenhado e rigoroso. Prova da consideração pessoal que estes lhe dispensavam e do apreço que atribuíam ao seu trabalho é o facto de, logo no ano seguinte ao desta sua comunicação ao congresso de Lisboa – a qual, porém, só foi publicada 4 anos depois (CABRAL, 1884 a) – ter sido dada à estampa uma extensa memória da Secção dos Trabalhos Geológicos de Portugal, correspondente ao desenvolvimento da comunicação apresentada no Congresso de 1880. Esta publicação é referida no Relatório respeitante ao ano económico de 1880/1881 da Secção dos Trabalhos Geológicos. Referindo-se ao seu autor, lê-se: "Terminou a redacção d'este estudo em portuguez para ser, como foi, impresso no decurso d'este anno económico. Tem-se occupado em seguida na coordenação e descripção dos numerosos exemplares que tinha recolhido como documentos comprovativos d' aquelle seu estudo, e que representam factos de grande alcance para a historia dos últimos periodos geológicos do nosso paiz." (RELATÓRIO, 1882, p. 15).

Nesta memória, as principais conclusões do estudo dos depósitos superficiais da foz do Douro mantêm-se, embora os factos de observação que lhes deram origem sejam, como seria de esperar, muito mais detalhadamente caracterizados ao longo das suas 87 páginas (CABRAL, 1881) (Fig. 10), encontrando-se ilustrada com os mesmos cortes geológicos, embora o número de estampas de exemplares supostamente lascados seja menor, pois foram apenas reproduzidos 5 dos 8 exemplares impressos nas actas do Congresso: tendo a memória sido dada à estampa em 1881, e as actas só em 1884, houve tempo para se proceder à gravação de mais três exemplares, por certo considerados especialmente significativos (PL. III, n.º 2, 4 e 5), entre os quais os dois exemplares acheulenses já acima referidos e reproduzidos.

Pode concluir-se que era intenção de Frederico de Vasconcelos Cabral prosseguir os seus trabalhos na foz do Douro, pois no Relatório da Secção dos Trabalhos Geológicos respeitante aos trabalhos realizados no ano económico de 1881-1882, lê-se o seguinte: "O engenheiro adjunto Frederico Augusto de Vasconcellos saiu no mez de setembro para o norte do paiz, a fim de conti-



Fig. 8 – Conjunto das amostras de rochas cristalinas (gneisses e granitos) recolhidas por Frederico de Vasconcelos Cabral na foz do Douro e na serra da Estrela, em expositor da época, existente no Museu Geológico do LNEG (fotografia de J. A. Anacleto).



Fig. 9 – Exemplar de biface acheulense recolhido em San Isidro, no vale do rio Manzanares, Madrid (PRADO, 1864, Fig. 89).

nuar o estudo dos depósitos superficiaes da bacia do Douro; infelizmente, porém, viu-se obrigado a interromper o trabalho e regressou a Lisboa em fins de outubro por efeito de uma queda desastrosa, que o impossibilitou de trabalhar por algumas semanas." (RELATÓRIO, 1883, p. 13), tendo depois prosseguido no gabinete os seus trabalhos de classificação das rochas anteriormente colhidas no terreno.


ESTUDO DE DEPOSITOS SUPERFICIAES

DA

BACIA DO DOURO

LISBOA

Fig. 10 – Capa da memória publicada em 1881 por Frederico de Vasconcelos Pereira Cabral. Arquivo e fotografia de João Luís Cardoso.

Depois da publicação da importante memória de 1881, facilmente se compreende que Frederico de Vasconcelos Cabral se tenha embrenhado no aprofundamento do estudo do glaciarismo português, escolhendo para tal a área mais promissora do País para o desenvolvimento de tais estudos, correspondente à serra da Estrela, dando origem, uma vez mais, a notáveis resultados, os primeiros que, efectivamente, se obtiveram no nosso país sobre a existência de modelado glaciário, publicados postumamente (CABRAL, 1887). Assim se revelava, uma vez mais, a excepcional qualidade científica do seu autor, tanto mais que não tinha sido preparado previamente para a realização de estudos tão especializados como estes, pois não se conhece qualquer estágio na especialidade que lhe tenha sido oferecido, o qual seria possível no quadro dos contactos e colaborações internacionais estabelecidas então pelo estabelecimento já dirigido por Nery Delgado, apos o falecimento de Carlos Ribeiro, em 1882.

Estes trabalhos de campo encontram-se referidos no Relatório respeitante ao ano económico de 1883-1884, onde se lê que, após o serviço para o qual fora encarregado pelo Governo de caracterizar o terreno do Carbónico existente na região do Bussaco, o que revela a manutenção das suas competências técnicas como Engenheiro de Minas, "seguiu no dia 8 de agosto para as proximidades da serra da Estrela, com o fim de ocupar-se do estudo dos terrenos quaternários, de que anteriormente tinha sido incumbido por esta secção. No dia 15 subiu ao alto da serra com o propósito de lá permanecer por alguns dias, como conseguiu, e com o fim especial de procurar vestígios da acção glaciária, que julgava deverem ali existir, e que effectivamente encontrou (...)" (RELATÓRIO, 1885, p. 16).

Com efeito, conforme é declarado pelo próprio na introdução ao seu trabalho sobre o glaciarismo da serra da Estrela (CABRAL, 1887), foi Nery Delgado, na qualidade de Director da secção dos Trabalhos Geológicos, que o encarregou de proceder ao estudo dos terrenos quaternários do país, em que se inscrevia esta iniciativa.

Na verdade, o trabalho publicado em francês a título póstumo 1887 nas páginas das "Comunicações da Comissão dos Trabalhos Geológicos de Portugal", foi antecedido pela publicação da versão do mesmo estudo em português, inserida em revista técnica que, conforme declarou Nery Delgado na nota explicativa que acompanhou a publicação deste trabalho, só acidentalmente se encontraria entre as mãos de geólogos (DELGADO, 1887, p. 189); esta primeira versão do estudo em apreço foi publicada ainda em vida do seu autor, em dois números sucessivos da "Revista de Obras Públicas e Minas", em 1884, de se fez separata (CABRAL, 1884 b)



Fig. 11 – Capa do opúsculo publicado em 1884, correspondente à reunião das duas partes do mesmo trabalho publicadas em números sucessivos da Revista de Obras Públicas e Minas (CABRAL, 1884 b). Arquivo e fotografia de João Luís Cardoso.

(Fig. 11), embora desprovida das litografias de alta qualidade, feitas a partir das fotografias de campo então realizadas, e do mapa geral da área estudada, impresso em cromolitografia, os quais constam apenas da publicação póstuma.

Tendo falecido a 12 de setembro de 1886, a doença prolongada que o viria a vitimar impediu-o de continuar a realizar de trabalhos de campo; conforme se refere no Relatório respeitante ao ano económico de 1884-1885, nesses últimos meses de trabalho continuou, entre outros afazeres, "a redacção da notícia descriptiva dos phenomenos glaciários por elle observados na serra da Estrela, mas não poude completal-a" (RELATÓRIO, 1886, p. 20). Ainda assim, do estudo preliminar que ainda teve oportunidade de, em vida, ver publicado, transparece a sua preocupação pelo rigor científico das suas considerações acerca do glaciarismo da serra da Estrela, a par da modéstia científica que o caracterizava: "Não queremos de modo algum inculcar-nos, como autoridade em matéria tão geralmente reconhecida como espinhosa. A pezar da nossa edade já provecta [tinha então 64 anos de idade], bem tarde e por mero acaso principiámos a fixar a atenção sobre factos. Que nos pareceu revelarem acção glaciaria. Nunca visitámos nenhum dos paizes clássicos para o estudo d´este género de fenómenos. As primeiras rochas e burgos striados, que vimos, collibimol-os pelas nossas mãos em Portugal, e reconhecemol-os pela lição, que tínhamos colhido nos escriptos dos mestres n´este ramo de estudos. Considerámo-nos pois noviços na matéria, o que nos captará indulgencia para os erros, que nos nossos escriptos tenhamos cometido, alguns dos quaes já reconhecemos." (CABRAL, 1884 b, p. 26).

Assim, a publicação póstuma deste seu derradeiro trabalho científico, traduzido na íntegra para francês, constituiu preito de homenagem pessoal e institucional de Nery Delgado às qualidades do seu autor, colega e amigo desaparecido, e uma clara expressão da consideração pessoal e apreço científico que por ele nutria: "Comme un dernier témoignage à sa mémoire et pour répandre dans le monde scientifique la connaissance de la découverte interessante qu´il fit dans la Serra d´Estrella" (DELDADO, 1887, p. 189).

Com efeito, a cuidadosa caracterização dos depósitos glaciários encontrados na serra da Estrela, pela primeira vez descritos, é acompanhada da reprodução das ocorrências mais importantes registadas: "Rochas glaciadas", "Penedos erráticos" e "Morenas", aspectos bem documentados fotograficamente (CABRAL, 1887) (Fig. 12), no seguimento da qualidade já demonstrada aquando do estudo dos depósitos da foz do Douro.

A obra científica de Frederico de Vasconcelos Cabral pode assim caracterizar-se por quatro linhas de força, que conviveram no tempo:

– como engenheiro de minas que, tendo-se iniciado, com trabalhos de prospecção de recursos minerais metálicos e não-metálicos que desde a década de 1840 até à de 1880 prosseguiu, compaginando com a de geólogo e de petrógrafo;

– como quaternarista, sedimentólogo e geomorfólogo, merecem destaque as suas investigações pioneiras sobre os depósitos quaternários da foz do rio Douro e as que, logo depois, dedicou ao estudo do glaciarismo na serra da Estrela;
– como petrógrafo, foi incumbido da caracterização petrográfica das rochas que constituíam o substrato cristalino das áreas que cartografou, embora não tenha publicado nenhum estudo sobre os resultados obtidos;
– enfim, como arqueólogo, deve-se a Frederico de Vasconcelos Cabral as primeiras identificações e descrições de materiais do Paleolítico Inferior do território português, valorizando a posição estratigráfica dos mesmos, a par de investigações sobre manifestações funerárias neolíticas na Estremadura (gruta de Monte Real) e no Baixo Alentejo (megalitismo na região de Grândola), cujo rigor e qualidade das descrições apresentadas pode ser aquilatado pela transcrição dos dois relatórios produzidos, ambos datados de 1866, tendo-se publicado o primeiro no quadro de estudo anteriormente dado à estampa (CARDOSO, 2020), apresentando-se o segundo na íntegra como anexo ao presente contributo.

Deste modo, Frederico Augusto de Vasconcelos Pereira Cabral pode ser considerado como um dos pioneiros mais sólidos e relevantes da investigação arqueológica e pré-histórica em Portugal. Nome injustamente esquecido, porquanto os seus trabalhos sobre os pretensos testemunhos glaciários na bacia do Douro, conduziram, não obstante não se terem confirmado, à publicação, em Portugal, dos primeiros materiais paleolíticos, associados à cuidadosa descrição dos depósitos quaternários correlativos. Bastaria tal facto para inscrever o nome deste hoje esquecido engenheiro, adjunto à Secção dos Trabalhos Geológicos de Portugal, entre os dos fundadores da arqueologia pré-histórica no nosso país, a par de Carlos Ribeiro e de Nery Delgado, seus colegas e superiores hierárquicos, em conformidade com as informações agora reunidas e apresentadas.



Fig. 12 – Moreias da serra da Estrela, identificadas e fotografadas em 1883 por Frederico de Vasconcelos Cabral (CABRAL, 1887).

AGRADECIMENTOS

Ao Dr. Bernardo L. Ferreira, Técnico Superior do CEACO/CMO, pelas recolhas de informação no Arquivo Histórico Militar, bem como ao Dr. António Pais, Técnico Superior daquele Arquivo pelo apoio prestado a esta pesquisa.

Ao Dr. José António Anacleto, do Museu Geológico/LNEG pelas fotografias realizadas das rochas colhidas na foz do Douro e na serra da Estrela poe Frederico de Vasconcelos Cabral e expostas naquela instituição.

REFERÊNCIAS

BUREAU, Ed. (1887) – Bibliographia. Lista das publicações de Frederico A. de Vasconcellos de A. Pereira Cabral. *Comunicações da Comissão dos Trabalhos Geológicos de Portugal*. Lisboa. 1 (2), p. 333.

CABRAL, F. V. A. P. (1851) – *Memoria geologica sobre os terrenos de Curral-Alto, e Sêrro do Roque na provincia de S. Pedro do Sul*. Porto Alegre: Typographia de F. Pomatelli.

CABRAL, F. A. V. A. P. (1870) – Noticia sobre rochas estriadas da bacia do Douro. *Revista de Obras Públicas e Minas*. Lisboa. 1, p. 27-31.

CABRAL, F. V. A. P. (1881) – *Estudo de depósitos superficiaes da bacia do Douro*. Lisboa: Secção dos Trabalhos Geológicos de Portugal.

CABRAL, F. V. P. (1884 a) – Résumé d´une étude sur quelques dépôts superficiels du bassin du Douro présence de l´Homme, vestiges d´action glaciaire. *Congrès International d´Anthrpologie et d´Archéologie Préhistoriques. Compte-Rendu de la Neuvième Session (Lisbonne, 1880)*. Lisboa: Tipografia da Academia Real das Ciências de Lisboa, p. 155-189.

CABRAL, F. A. V. P. (1884 b) – *Vestigios glaciarios na serra da Estrella – rochas striadas, penedos erráticos, morenas*. Lisboa: Imprensa Nacional.

CABRAL, F. A. V. P. (1887) – Traces d´actions glaciaires dans la serra d´Estrella – roches striées, blocs erratiques, moraines. *Comunicações da Comissão dos Trabalhos Geológicos de Portugal*. Lisboa, 1 (2), p. 189-210.

CARDOSO, J. L. (2020) – As explorações arqueológicas realizadas em Monte Real (Leiria) em 1865 por Frederico Augusto de Vasconcelos Pereira Cabral ou a história de uma placa de xisto gravada pré-histórica. *Estudos Arqueológicos de Oeiras***.** Oeiras. 26, p. 243-258.

CHOFFAT, P. (1918) – Biographies de géologues portugais. XI à XIII F. A. de Vasconcelos de A. Pereira Cabral / Carlos Ribeiro / Vicente de Sousa Brandão. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 12, p. 275-283.

DELGADO, J. (1887) – Nota infrapaginal ao artigo de CABRAL, F. A. V. P. (1887) – Traces d´actions glaciaires dans la serra d´Estrella – roches striées, blocs erratiques, moraines. *Comunicações da Comissão dos Trabalhos Geológicos de Portugal.* Lisboa, 1 (2), p. 189.

NOGUEIRA, A. M. (1927) – Estação neolítica de Melides. Grutas sepulcrais. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 16, p. 41-49.

PRADO, C. (1864) – *Descripcion física y geológica de la provincia de Madrid.* Madrid: Imprenta Nacional.

RELATÓRIO (1880) – Direcção-Geral dos Trabalhos Geodesicos, Topographicos, Hydrographicos e Geologicos do Reino. *Relatorio pertencente ao anno economico de 1878-1879.* Lisboa: Imprensa Nacional.

RELATÓRIO (1881) – Direcção-Geral dos Trabalhos Geodesicos, Topographicos, Hydrographicos e Geologicos do Reino. *Relatorio pertencente ao anno economico de 1879-1880*. Lisboa: Imprensa Nacional.

RELATÓRIO (1882) – Direcção-Geral dos Trabalhos Geodesicos, Topographicos, Hydrographicos e Geologicos do Reino. *Relatorio do anno economico de 1880-1881*. Lisboa: Imprensa Nacional.

RELATÓRIO (1883) – Direcção-Geral dos Trabalhos Geodesicos, Topographicos, Hydrographicos e Geologicos do Reino. *Relatorio do anno economico de 1881-1882*. Lisboa: Imprensa Nacional.

RELATÓRIO (1885) – *Relatorio dos trabalhos geodésicos, topographicos, hydrographicos e geologicos do Reino pertencente ao anno económico de 1883-1884.* Lisboa: Imprensa Nacional.

RELATÓRIO (1886) – *Relatorio dos trabalhos geodésicos, topographicos, hydrographicos e geologicos do Reino pertencente ao anno económico de 1884-1885.* Lisboa: Imprensa Nacional.

SANTOS, M. C. (1972) – Noticias sobre monumentos e objectos pré-históricos de Monte Real, concelho de Leiria, e das vizinhanças de Grândola e de Melides (Esremadura). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série III, 5, p. 37-49.

SIMÕES, J. M. O. (1922) – *Os Serviços Geológicos em Portugal*. Lisboa: Museu Comercial anexo ao Instituto Superior de Comércio de Lisboa.

VILANOVA, J. (1884) – Comentário à comunicação de Cabral, F. V. P., Résumé d´une étude sur quelques dépôts superficiels du bassin du Douro présence de l´Homme, vestiges d´action glaciaire. *Congrès International d´Anthrpologie et d´Archéologie Préhistoriques. Compte-Rendu de la Neuvième Session (Lisbonne, 1880)*. Lisboa: Tipografia da Academia das Ciências de Lisboa, p. 155.

ANEXO

Conjunto de 4 folhas pautadas "Almasso / Marianaia / Thomar", manuscritas em ambas as páginas, com 22,2x32,8 cm.

Noticia sobre ossos humanos e instrumentos de pedra, que offereço à Commissão geologica, achados nas fraldas da Serra de Grandola, e que parecem da epocha pre-historica, assim como sobre monumentos, dos chamados celticos, que existem na mesma Serra.

I Nas abas da Serra de Grandola para o lado de oeste, e distante do mar proximamente seis kilometros está situada a aldeia de Melides. Pelo lado do sul da povoação passa um pequeno ribeiro, que vem da Serra, e vae desaguar na lagoa, chamada de Melides, separada do mar por um cordão littoral, que por occasião das grandes tempestades é rôto pela acção das ondas, tornando depois a fechar-se. Trezentos metros a oeste da povoação existe uma magnifica nascente de agua, que parece brotar de grande profundidade, e traz consigo muitas bolhas de gaz, cuja natureza não pude verificar. A aldeia está assente na orla de uma planura arenacea, sobre bancadas de gres friavel calcarifero, de grão fino e côr branca, contendo para a parte inferior camadas muito ricas em fosseis marinhos, que permitem identificar este deposito com a formação neogenica de Almada.

São estes bancos visiveis de um e outro lado do ribeiro e para oeste nas encostas, que terminam a planura arenacea, limitando o piqueno valle de denudação em que este corre; e passam gradualmente para a parte superior as areias ferruginosas com stratos subordinados de calhaus rolados.

Na margem esquerda do ribeiro, mesmo defronte da aldeia a encosta é bastante abrupta, e está coroada por um moinho de vento, pertencente, assim como as terras circundantes, ao Snr João Antonio Rodrigues.

Estão alli bem patentes os gres brancos calcariferos; e para léste do moinho, a meia encosta, existe uma pequena caverna, hoje quasi completamente obstruida pelos detreitos do gres.

É este alli bastante consitente em alguns bancos, para poder ser empregado em construcções, o que deu logar à extracção de pedra perto da bocca da caverna. Este trabalho pôz a descoberto, há nove ou dez annos, uma cavidade, em que se encontraram muitos ossos humanos, que foram disseminados pelo campo contiguo, encobertos com terras para alli trazidas para eleval-a, e fracturados depois pelo arado, de modo que as pequenas pesquizas, que fiz, apenas me permittiram recolher alguns fragmentos.

Pela descripção, que me fizeram do modo, porque se encontraram os ossos, parece provavel, que estivessem elles depositados n'uma sepultura dos tempos pre-historicos; probabilidade, que é corroborada pelo facto de se terem achado quatro machados de pedra nas proximidades da sepultura; uns na crista da encosta, outros no campo baixo contiguo.

Nenhum d'estes machados é de silex. Um parece de rocha feldspathica finamente granular, com grãos de quartzo, a que adherem escamas brilhantes, que mais parecem de talco, que de mica. Outro é de uma rocha quasi negra, que parece amphibolica, ou pyroxenica, e é muito similhante á do machado, que acompanhava os ossos humanos de Monte-real. O terceiro é de uma rocha quasi negra, de textura compacta, homogenea, de fractura algum tanto exquirulosa, manifestando as esquirulas, ligeiramente translucidas uma côr esverdeada. Contem esta rocha crystaes microscopicos de pyrites, e a acção atmospherica decompol-a à superficie, tornando-a quasi branca. Parece ser um trapp piritifero, ou um schisto metamorphico. Por ultimo o quarto é de uma rocha de structura, ao parecer, schistosa, indicada mais pelo aspecto listado, que pela fractura, e é essencialmente constituido por um mineral de textura compacta, de apparencia seroide, e de côr ligeiramente esverdeada, parecendo o feldspatho tenaz, e contendo alguns crystaes de mica ou de talco. Deve ser uma rocha metamorphica comparavel a algumas, que se encontram na Serra de Grandola, ou nas suas proximidades. Tanto estes machados de pedra, como os ossos, que recolhi em Melides, parecem indicar, que foi aquelle logar muito frequentado pelo homem nos tempos pre-historicos.

II Nas visinhanças d'esta aldeia, proximamente dois kilometros para nord'este existe ainda um monumento, dos chamados selticos, que consiste em trez grandes pedras toscas de gres, que estiveram cravadas no chão quasi verticalmente, fechando um pequeno espaço, mas que foram posteriormente desviadas da sua posição, talvez com o fim de procurar alli algum thesouro. É possivel, que tanto os machados de pedra, como este monumento, pertençam à mesma epocha.

III Na estrada, que segue a margem direita do ribeiro de Grandola, a dez kilometros d'esta villa, e perto da Serra da Caveira, achei ainda um utensilio de pedra affeiçoado pela mão do homem, e que me parece muito digno de attenção. É de uma rocha dura com o aspecto da diorite, apresentando grãos de um mineral branco, provavelmente feldspathico, e de um mineral negro de apparencia compacta. Parece ser da natureza de certas rochas de origem obscura, que tanto abundam na Serra de Grandola, e que umas vezes se assemelham aos trapps eruptivos, outras a rochas metamorphicas.

Tem uma forma similhante à que produziriam duas secções parallelas ao eixo maior de um quasi ellipsoide, muito alongado, e mais agudo n'uma extremidade do eixo, que fossem justa-postas, sem que com tudo ficasse apparente a aresta de juncção dos dois planos. A extremidade mais ponteaguda (ou mais estreita) d'este instrumento tem a forma observada em muitos dos machados de pedra, patenteando as superficies de fractura, e certas arestas alongadas no sentido do instrumento, que se observam tambem n'elles. A extremidade opposta e mais obtusa, em vez de terminar em dois planos, que convergindo formassem a aresta, ou fio, como nos machados, conserva a forma, que produziriam as duas secções de ellipsoide justa-postas, mas sim superficies

de fractura, que parecem indicar o preparatorio e mais tosco trabalho de affeiçoamento. As duas superficies oppostas e mais largas do instrumento, sobre tudo uma, estão quasi lisas pela fricção. As pequenas depressões, que apresenta, estão cobertas por uma argilla ferruginosa avermelhada, contendo pequenos grãos quartzosos adherentes à pedra. Isto parece indicar, que esteve este instrumento enterrado n'alguma camada de grés friaveis argillo-ferruginosos, similhantes aos que constituem, alternando com conglomerados grosseiros os bancos neogenicos, que a leste da Serra de Grandola cobrem assentadas de gres calcarifero contendo conchas quebradas, em que se destinguem fragmentos de pectens (deve ser fragmentos de ostras, e de conchas do genero *Pecten*), e de ostras, e a oeste da mesma Serra cobrem as camadas de gres, tambem calcarifero com fosseis marinhos, similhantes aos das escarpas de Almada.

Com isto não quero affirmar, que estivesse esta pedra contida nos mencionados gres e conglomerados grosseiros, mas só indicar a possibilidade, de que o tenha estado, sendo certo, que até agora nada achei n'elles, que permitta referil-os à epocha quaternaria. A posição, em que foi encontrado este instrumento, mesmo no caminho, que borda o ribeiro de Grandola, juncto à Serra da Caveira, nenhuma luz nos dá, para fixarmos a sua edade, porque podia provir dos conglomerados, em que fallei, ou de alluviões antigas, mais modernas, do que estes, tendo eu com tudo a convicção, de que esteve enterrado em depozito, que não tinha os caracteres de recente.

Será esta pedra um instrumento apenas esboçado, ou já acabado, e que teve applicação? O seu aspecto inculca mais a ideia, de que chegou a ter uso, e parece ter sido empregado para triturar pela fricção substancias, que podiam ser mesmo vegetaes. Tambem é elle de um trabalho muito mais tosco, que os machados encontrados em Melides, e supponho-o de uma epocha mais antiga.

IV Na estrada que segue da mina de cobre da Serra da Caveira para a aldeia dos Bairros, proximamente duzentos metros a sudoeste do monte ou herdade da Algeda, vi ainda um monumento de pedras toscas, analogo ao de Melides, mas muito maior, e mais bem conservado, consistindo em oito ou nove grandes lages cravadas verticalmente no chão, e formando um circulo, que terá de diametro 4 a 5 metros. Algumas das pedras sobresahem ao solo ainda mais um metro. Tem este monumento muita similhança com os que na Bretanha chamam *men-hir*, e pode considerar-se muito bem conservado, estando apenas uma única pedra desviada da sua posição primitiva, se não me engano, tendo examinado este curioso monumento muito superficialmente ao fechar da noute e sem apear-me.

Lisboa, 20 de junho, 1866.
(Assinado) Frederico Augusto de Vasconcellos Pereira Cabral.

XII

AS EXPLORAÇÕES ARQUEOLÓGICAS REALIZADAS EM MONTE REAL (LEIRIA) EM 1865 POR FREDERICO AUGUSTO DE VASCONCELOS PEREIRA CABRAL OU A HISTÓRIA DE UMA PLACA DE XISTO GRAVADA PRÉ-HISTÓRICA [1]

1 – ANTECEDENTES

A identificação de placas de xisto em Portugal como objectos pré-históricos remonta aos inícios da segunda metade do século XIX, embora ainda na primeira metade do século XVIII Estêvão Lis Velho tenha desenhado uma placa de xisto, recolhida em 1591 em depósito funerário existente junto à praia de São Torpes (Sines) (VELHO, 1746), atribuído à sepultura daquele santo, falecido em Pisa, no ano de 65 d.C. Tal placa conservou-se, a par de alguns restos humanos e de um recipiente de barro, observados por Leite de Vasconcelos, que desenhou de novo a placa (VASCONCELOS, 1914), reconhecendo-lhe o seu verdadeiro significado arqueológico (SILVA & SOARES, 1981).

Francisco António Pereira da Costa, Lente de Mineralogia da Escola Politécnica e membro co-director da segunda Comissão Geológica de Portugal (1857-1868). No âmbito das tarefas desenvolvidas naquela comissão, apresentou em 1867 ao Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia Pré-Históricas, realizado em Paris em Agosto de 1867 comunicação onde abordou os monumentos megalíticos portugueses, que ocupam a maior parte da mesma, correspondente à inventariação de trinta e nove dólmenes, distribuídos pelo Alentejo, Estremadura, Beira e Trás-os-Montes. Tal comunicação, cuja apresentação oral foi ilustrada por moldes em gesso expressamente preparados em Lisboa para o efeito foi incluída no volume das actas, sob a forma de notícia apresentada por Gabriel de Mortillet (MORTILLET, 1868 a, b), resultou em boa parte de trabalhos de campo realizados por outros membros da Comissão Geológica, designadamente Carlos Ribeiro e Nery Delgado, a par de outros, como Frederico de Vasconcelos Pereira Cabral, com a ajuda preciosa dos colectores, cujo papel foi determinante nos primeiros reconhecimentos geológicos do país, embora usualmente seja esquecido (CARNEIRO, 2005; CARNEIRO, MOTA & LEITÃO, 2013).

No ano seguinte, Pereira da Costa publicou memória sobre os monumentos dolménicos a cujo conhecimento teve acesso, constituindo o desenvolvimento da comunicação apresentada em Paris, na qual reproduz assinalável conjunto de dólmenes, em belos desenhos a carvão, a par de diversos artefactos de pedra polida; porém, nenhuma placa de xisto é representada nem mencionada no texto, apesar das escavações que realizou se trem centrado no Alto Alentejo norte-oriental, onde tais artefactos são comuns (COSTA, 1868).

---

[1] CARDOSO, J. L. (2020) – As explorações arqueológicas realizadas em Monte Real (Leiria) em 1865 por Frederico Augusto de Vasconcelos Pereira Cabral ou a história de uma placa de xisto gravada pré-histórica. *Estudos Arqueológicos de Oeiras.* Oeiras. 26, p. 243-258. Modificado.

É neste contexto que surge o interesse pelas placas de xisto como objectos arqueológicos, as quais, sendo comuns em dólmenes alto-alentejanos, foram consideradas pela primeira vez numa perspectiva científica pelo próprio Pereira da Costa, que os explorou em primeiro lugar, ainda que, como acima se referiu, não tenha em nenhum deles encontrado qualquer placa de xisto.

2 – HISTÓRIA DE UMA PLACA DE XISTO

Foi pena que o diferendo que se estabeleceu entre Pereira da Costa e Carlos Ribeiro, o outro membro-director da Comissão Geológica (CARDOSO, 2015), tivesse, a curto prazo, ditado, na Primavera de 1868, o fim da instituição (CARDOSO, 2013) e, com ele, o da intensa investigação, tanto a nível paleontológico como antropológico e arqueológico que Pereira da Costa nela vinha desenvolvendo.

Mas a dissensão já teria antecedentes, que explicam a suspensão da execução dos trabalhos tipográficos de um álbum ilustrado por litografias coloridas de exemplares pré-históricos coligidos pela Comissão Geológica, o qual se destinava a apresentação na Exposição Universal de Paris de 1867. É o próprio Pereira da Costa que o declara (COSTA, 1868, p. V):

"*Por ocasião da Exposição que se projectou fazer, fui encarregado, por uma resolução da Commissão directora dos Trabalhos Geologicos, de fazer um catalogo descriptivo e ilustrado com figuras dos principais objectos existentes na colecção da Commissão geológica, e que pertencem à anthropologia e à arqueologia prehistoricas do nosso paiz.*

Depois de ter feito a escolha e descripção dos objectos que deviam ser enviados à Exposição Universal de Paris, e depois de se acharem representados em estampas os mais importantes d´esses objectos, occorreram circumstancias pelas quaes, me foi impraticável a conclusão d´este trabalho (…)."

Esse conjunto de estampas, realizadas sob orientação de Pereira da Costa foi entretanto publicado (CARREIRA & CARDOSO, 1996), permanecendo ainda por dar à estampa um belíssimo conjunto de dez litografias representado dolmens, e outros artefactos neles recuperados, cuja localização, salvo excepções, se desconhece. É neste segundo conjunto de dez litografias que ocorre uma, reproduzindo alguns dos exemplares neles recolhidos, entre os quais um báculo e quatro placas de xisto, uma delas incompleta, que constituirão o objecto deste contributo.

A Estampa X, a última do conjunto acima referido, possui, como as restantes as dimensões de 0,50 por 0,32 m, apresentando-se impressa em papel encorpado, tendo sido litografada por Castro, cujo nome se encontra impresso no canto inferior esquerdo. Os desenhos foram feitos a carvão e possuem uma sobrecarga de coloração cinzenta-clara, procurando-se reproduzir assim, de forma aproximada, a cor original dos objectos reproduzidos. Os nove desenhos de materiais arqueológicos nela existentes (Fig. 1) não possuem indicação de proveniência. Tal facto tornava esta estampa quase desprovida de interesse científico, não fosse a possibilidade de, mediante estudo o comparativo realizado e o recurso a documentação inédita do arquivo de Estácio da Veiga, conservado no Museu Nacional de Arqueologia, ter sido possível recuperar tal informação para a maioria exemplares nela representados (CARDOSO, 2016).

Na estampa em causa, a placa n.º 2 (Fig. 2) é a que interessa a este trabalho em particular; foi dada como proveniente de Monte Real, com base em nota manuscrita de Estácio da Veiga aposta na mesma folha de papel de seda onde executou o decalque da peça (Fig. 3), conservada no Arquivo do arqueólogo algarvio



Fig. 1 – Estampa litografada representando um conjunto de artefactos provenientes de monumentos pré-históricos portugueses executada por iniciativa da Comissão Geológica de Portugal antes de 1868. Os que interessam a este estudo são os seguintes: 1 – báculo de xisto com decoração numa única face, proveniente da sepultura de Martim Afonso (Muge); 2 – placa de xisto do depósito funerário de Monte Real (Leiria); 3 e 7 – placas de xisto recolhidas aquando da abertura do caminho de ferro, perto de Viana do Alentejo; 8 – fragmento de placa de xisto de origem desconhecida. Arquivo de João Luís Cardoso.

conservado no Museu Nacional de Arqueologia onde foi identificada pelo signatário, que entretanto a publicou (CARDOSO, 2016, Fig. 3). Tal nota consta do seguinte:

"*Monte Real (Leiria)/Coll. da Esc. Polytechnica de Lisboa. Enviada pelo Sr. Fred. A. de Vasconcellos Pereira Cabral – com a nota de sepultura antiga – onde havia muitos ossos, sílex, etc*."

A mesma placa foi reproduzida por Augusto Filippe Simões (SIMÕES, 1878, Fig. 31) (Fig. 4) na sua obra de síntese precocemente redigida sobre a Pré-História da Península Ibérica, embora nada diga quanto às características da estação arqueológica de onde provém.

Foi com base nestes escassos elementos, sobretudo o decalque de Estácio da Veiga, no qual se informa que tal placa foi recuperada pelo Dr. Frederico Augusto de Vasconcelos Pereira Cabral, então adjunto à Secção dos Trabalhos Geológicos de Portugal, que se procurou recuperar a história deste exemplar, o qual se manteve na posse da sua antecessora, a Comissão Geológica de Portugal, até à extinção da mesma, em 1868.

Com efeito, sabe-se que, pelo Decreto de 23 de Dezembro de 1868, foi determinado o transporte para a Escola Politécnica de todos os pertences da extinta Comissão Geológica, incluindo a livraria e colecções (CARDOSO, 2008, 2013, 2015), na sequência da extinção da dita Comissão a 1 de Fevereiro de 1868. Tal foi a razão pela qual Estácio da Veiga a observou e decalcou já na Escola Politécnica, na década de 1880, no âmbito da preparação da obra Antiguidades Monumentais do Algarve, em cujo volume 2 (VEIGA, 1887) insere um notável estudo sobre a presença deste tipo de peças no território português.

As razões que motivaram a nova transferência desta peça, da Escola Politécnica para o Museu Nacional de Arqueologia, onde actualmente se encontra, por acordo estabelecido entre o então Director da Escola e José Leite de Vasconcelos, conforme este último informa (VASCONCELOS, 1905) não são difíceis de entrever: resultaram da opção então tomada pelos responsáveis pelas colecções daquele estabelecimento científico de não terem interesse na conservação de materiais arqueológicos, desprovidos de interesse para o ensino superior de natureza científica e técnica nele ministrado. Ao contrário, os espólios antropológicos provenientes das antigas colecções da Comissão Geológica de Portugal conservaram-se naquela instituição onde ainda foram ali vistos pelo signatário antes trágico incêndio de 1978.

Após a sua entrada no Museu Etnológico Português (actual Museu Nacional de Arqueologia), a placa de Monte Real só voltou a ser referida em 1922. Com efeito, Manuel Heleno, no início da sua carreira como arqueólogo, publicou monografia dedicada a Monte Real, sua terra natal. Tratando das ocupações humanas mais antigas, refere que em 1864 foi descoberto acidentalmente, por quatro cabouqueiros uma gruta sepulcral de onde se extraíram numerosos restos humanos, os quais foram enterrados no cemitério local, supondo que se tratavam de vítimas dos Franceses (HELENO, 1922, p. 7). No entanto, acrescenta, logo houve quem entendesse que tais restos ascendiam a uma época muito mais recuada, visto se encontrarem acompanhados de utensílios líticos, entre os quais "*objectos de lousa, ornamentados de um só lado, que pela descrição que me fizeram reconheci serem chapões preìstóricos.*" (op. cit., p. 8).

É evidente que, em 1864, a conotação de tais restos humanos a populações pré-históricas só poderia ter sido feita por quem tivesse alguns conhecimentos na matéria, atribuindo Manuel Heleno ao deão da Sé de Leiria tal conclusão, desconhecendo que a mesma se devia ao adjunto da Comissão Geológica de Portugal Frederico António de Vasconcelos Pereira Cabral.

Apesar de Manuel Heleno ter declarado que a suposta gruta teria fornecido diversos chapões de lousa, o mesmo optou, no citado estudo, por atribuir ao único exemplar



Fig. 2 – Pormenor da Fig. 2, correspondente à placa n.º 2, proveniente de Monte Real. Arquivo de João Luís Cardoso.



Fig. 3 – Decalque da placa de Monte Real efectuada em papel de sede por S. P. M. Estácio da Veiga, quando a mesma se encontrava depositada na Escola Politécnica, e por ele mencionada (VEIGA, 1887). Arquivo do Museu Nacional de Arqueologia. Fotografia de João Luís Cardoso.



Fig. 4 – A placa de xisto recolhida em Monte Real, con- forme foi reproduzida por A. F. Simões em 1878 (SIMÕES, 1878, Fig. 31).



Fig. 5 – A placa de xisto de Monte Real, conforme foi reproduzida por Manuel Heleno (HELENO, 1922, Fig. 5).

conservado, uma proveniência distinta, atribuindo-o a uma anta, a pretensa "anta de Monte Real" (HELENO, 1922, p. 8) nos seguintes termos:

> "*Anta de Monte Real. – à anta de Monte Real referiram-se acidentalmente Filippe Simões e Estácio da Veiga, mas nenhum deles descreve o pequeno espólio lá encontrado, a não ser um chapão. Êste espólio veio do Museu Mineralógico da Escola Politécnica para o Museu Etnológico Português (…)*".

No entanto, a passagem da obra de Augusto Filipe Simões não autoriza a concluir pela existência de qualquer anta: "As placas de schisto riscadas parece terem sido usadas pelos constructores das antas, por se encontrarem algumas d´ellas nas antas de Bellas e de Pavia. Em Bellas, Ancião, Monte Real e Cova da Estria encontraram-se juntamente facas de sílex (…)" (SIMÕES, 1878, p. 52).

É provável que este lapso tenha sido incidentalmente devido a Estácio da Veiga ao declarar o seguinte (VEIGA, 1887, p. 460):

> "*Monte Real. – O dr. A. F. Simões (…) refere-se á anta de Monte Real, perto de Leiria, onde foi achada uma placa de schisto gravada, que representa com o n.º 31. O original, de que tenho copia, está no museu mineralógico da escola polytechnica.*"

Esclarecida a não existência de qualquer anta em Monte Real, ainda assim o contributo de Manuel Heleno foi meritório, ao ter de novo desenhado a placa de xisto com maior rigor que as reproduções anteriormente apresentadas (HELENO, 1922, Fig. 5) (Fig. 5). Note-se que, à época, nem a gravura da Comissão Geológica,

nem o decalque efectuado por Estácio da Veiga tinham sido publicado. Heleno fez acompanhar o desenho da placa dos desenhos de um machado de pedra polida e de uma lâmina de sílex, oriundos do mesmo depósito e por si então publicados pela primeira vez (HELENO, 1922, p. 8).

3 – FREDERICO AUGUSTO DE VASCONCELOS PEREIRA CABRAL E O SEU RELATÓRIO DE 1866

Tendo a origem da placa de xisto de Monte Real ficado esclarecida, importava conhecer melhor, se possível, as condições do seu achado.

Para tal, concorreu decisivamente a identificação do relatório elaborado por Frederico Augusto de Vasconcelos Pereira Cabral datado de 20 de Junho de 1866, cuja existência até agora tinha sido apenas referida (CARDOSO, 2016), dirigido ao Presidente da Comissão Geológica de Portugal, General Filipe Folque. Ali dá conta das explorações por ele conduzidas no terreno, de que resultou a recolha de diversos materiais arqueológicos, entre os quais a placa de xisto em apreço, a qual deu entrada nas colecções da Comissão Geológica.

Trata-se de um depósito constituído por muitos restos humanos, acumulados de forma natural pelos agentes meteóricos, como defendeu Frederico de Vasconcelos Pereira Cabral no que parecem constituir fendas ou cavidades do substrato geológico e não em uma gruta.

Pelo seu interesse, dado esclarecer definitivamente as condições dos achados e também pelo facto de constituir intervenção pioneira numa estação pré-histórica, muito bem caracterizada e descrita, procedeu-se à sua transcrição integral, com base na cópia manuscrita executada por funcionário da antiga Comissão Geológica de Portugal.

Este relatório foi remetido ao Presidente da Comissão Geológica de Portugal, General Filipe Folque acompanhado de Ofício de 20 de Junho de 1866 do seguinte teor, que encerra o manuscrito (Fig. 6):

"Ill.mo Ex.mo Snr.

Tenho a honra de apresentar a V. Ex.ª alguns ossos humanos e instrumentos de pedra, achados n´uma sepultura antiga na collina em que está assente a aldeia de Monte Real, do concelho de Leiria, assim como alguns ossos humanos e machados de pedra, achados em diversos pontos do concelho de Grandola; o que tudo ofereço á ilustrada Commissão geológica de Portugal, que V. Ex.ª dignamente preside.
Acompanham estes objectos duas noticias acerca das localidades e das condições em que eles foram encontrados.

Deus Guarde a V. Ex.ª 0 Lisboa, 20 de junho de 1866= Ill.mo Ex.mo Snr Conselheiro Filippe Folque Presidente da Commissão geologica de Portugal=(assignado) Frederico A. de Vasconcellos Pereira Cabral."

Importa assim registar o mérito deste pouco conhecido adjunto da Secção dos Trabalhos Geológicos de Portugal como pioneiro esquecido das investigações pré-históricas em Portugal. Por tal motivo, considera-se plenamente justificada a curta caracterização do que foi a sua actividade científica, objecto de nota necrológica publicada aquando do seu passamento (DELGADO, 1887).

Frederico Augusto de Vasconcelos Pereira Cabral nasceu no Porto a 25 de Abril de 1820. Entrou ao serviço da Secção dos Trabalhos Geológicos de Portugal (1869-1886) em Junho de 1877 como adjunto, sendo capitão de Engenharia (SIMÕES, 1922, p. 55), na qualidade de engenheiro de minas com importantes provas e publicações já produzidas (CHOFFAT, 1918). Em 1881 publicou uma memória sobre os depósitos quaternários

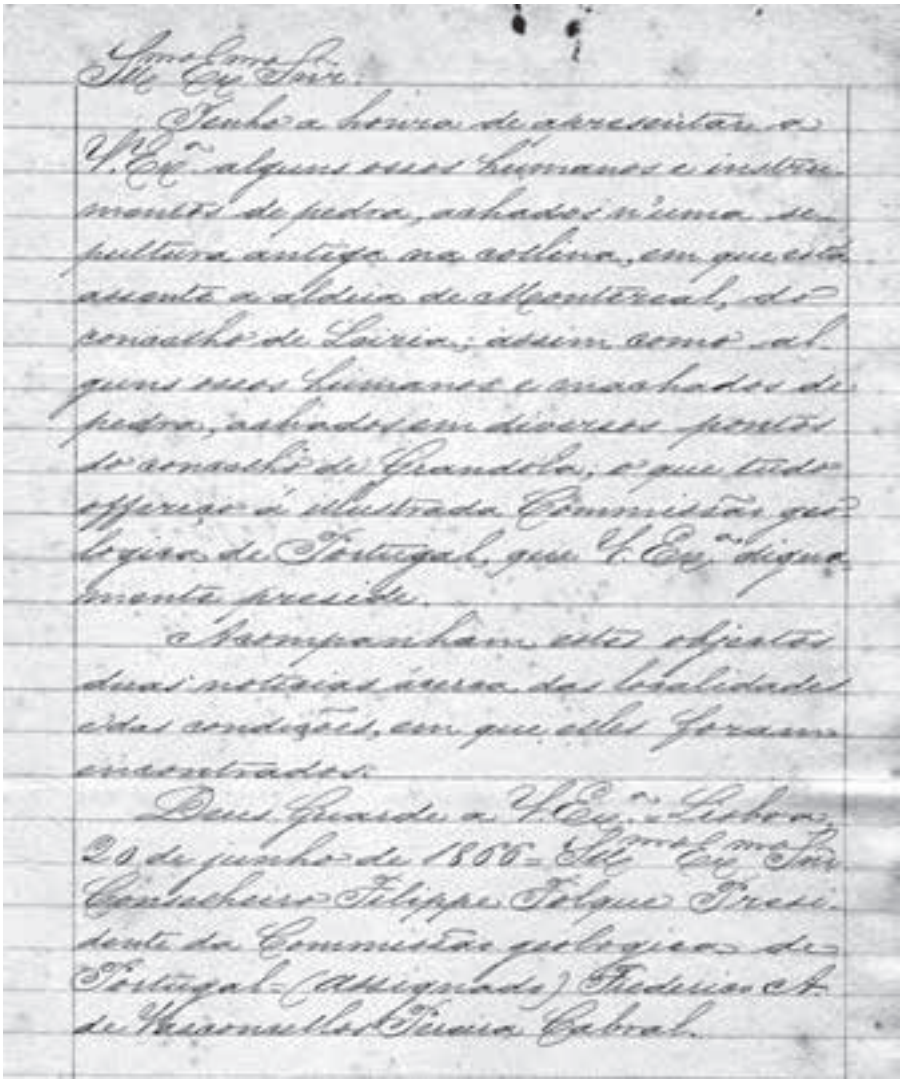


Fig. 6 – Ofício datado de 20 de Junho de 1866 que acompanhou o envio do relatório elaborado por Frederico de Vasconcelos Pereira Cabral para o Presidente da Comissão Geológica de Portugal, General Filipe Folque. Cópia manuscrita da época. Arquivo de João Luís Cardoso.

da bacia do Douro, onde aborda a presença de testemunhos glaciários por si supostamente ali identificados (CABRAL, 1881). Se o autor se equivocou no respeitante aos testemunhos glaciários, é no entanto importante o seu contributo para o estudo das formações sedimentares quaternárias na região, devendo ainda ser lembrado pelo facto de naquela memória se apresentarem diversos instrumentos lascados, executados sobre seixos rolados, entre eles alguns indubitáveis (op. cit., Est. 2, n.º 3), que constituem os primeiros artefactos paleolíticos publicados em Portugal.

Desta memória, o autor apresentou um resumo a pedido de Carlos Ribeiro, à IX Sessão do Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia Pré-Históricas, realizado em Lisboa em 1880 (CABRAL, 1884 a), ilustrada com mais artefactos líticos talhados em seixos de quartzito, destacando-se os da Pl. III, n.º 2, que corresponde indubitavelmente a um biface acheulense, e o n.º 5, que tudo indica seja um pico de tipo asturiense, sendo neste caso o primeiro exemplar publicado, cabendo ao autor a prioridade da identificação em

Portugal destas indústrias, só muitos anos volvidos cabalmente aqui identificadas, primeiro por Rui de Serpa Pinto, logo depois por Eugénio Jalhay, Joaquim Fontes e Abel Viana (CARDOSO & COITO, 2014/2015).

Em 1884, mantendo o interesse sobre a temática, publicou estudo sobre os vestígios glaciários da Serra da Estrela, estudo realizado por incumbência de Nery Delgado cujos trabalhos de campo decorreram no mês de Agosto de 1883 (CABRAL, 1884 b). O elevado interesse dos resultados obtidos, que vieram demonstrar, pela primeira vez, a presença de testemunhos glaciários no nosso país justificaram a publicação póstuma deste estudo, em francês, acompanhado de fotos e de um mapa que não constava da primeira versão do trabalho, agora publicado nas "Comunicações da Comisão dos Trabalhos Geológicos de Portugal" (CABRAL, 1887), por iniciativa de Nery Delgado. Assim se prestou uma última homenagem pública àquele investigador, falecido a 12 de Setembro de 1886, que depois de se ter dedicado a estudos de engenharia de minas, se mostrou particularmente interessado pelo estudo do quaternário português e da Pré-História, como se comprova pelo relatório inédito dado agora a conhecer.

"***Noticia ácerca da descoberta de uma sepultura antiga, contendo ossos humanos e instrumentos de pedra, na aldeia de Montereal, concelho de Leiria.***

Na collina, em que assenta a pequena aldeia de Monte-real, na margem esquerda do Lys, a 11 kilometros da sua foz, no districto e concelho de Leiria observa-se um pequeno grupo de rochas sedimentares, encostadas a um acervo de rocha ignea, e que o manto das arenatas supra-cretaceas não pôde abarcar inteiramente. A serie de camadas a descoberto é muito limitada, apparecendo só nas ladeiras para léste e sueste, encostada ao cabeço dioritico de Monte-real, que forma o nucleo da collina. Em dois logares pude observar a direcção e inclinação dos estratos, sendo n'um a direcção no rumo de N. 77º E., e a inclinação de 88º para S. 13º E., e no outro a direcção para N. 53º O., e a inclinação de 45º para N. 37º E.

Consistem as camadas sedimentares em calcareos mais ou menos argillosos de côres, amarella, cinzenta, ou negra, já em bancos de alguns decimetros de espessura, já em stratos delgados. Não apresentam fosseis, a não serem vestigios raros de bivalves de formas semilhantes às de agua doce, encontradas nas camadas dos Barros-da-Granja, dois kilometros para oesnoroeste, ainda na margem esquerda do Lys, e que pertencem à mesma formação de Monte-real.

Esta serie sedimentar em vista das suas relações de posição, e da presença quasi exclusiva de fosseis de agua doce, Cyclades, Planorbis*, provavelmente deve referir-se ao Grupo Valdense.*

Está este depósito cortado por fendas, mais ou menos proximas da vertical, e sensivelmente perpendiculares à direcção dos bancos, variando a sua largura desde alguns milimetros até mais de um metro. Há ainda outras fendas, perpendiculares a estas, e parallelas à direcção dos bancos, mas em alguns casos com menos continuidade, que as primeiras, communicando com estas, e podendo então considerar-se como fazendo parte da mesma fractura, que seguiu por algum tempo a direcção das camadas como planos de menor resistencia.

Tendo em conta todos os factos, que se observam n'esta collina, não podem deixar de attribuir-se as fracturas à intrusão da rocha ignea.

Uma parte das fendas está cheia de argilla vermelha, ou amarellada, misturada n'alguns casos com pequenos fragmentos angulares das rochas, que constituem a collina. Outras estão vasias, e cobertas de incrustações e stalactites calcareas, que n'um logar pelo menos, ainda estão em via de formação, parecendo com tudo, que as causas, que concorreram para estas incrustações diminuiram muito de intensidade até à epocha presente. Pode verificar-se n'um ou n'outro ponto, que uma parte pelo menos das incrustações é anterior ao enchimento das cavidades pela terra argillosa.

Não é raro que as fracturas cheguem alli a alargar-se, a ponto de formarem pequenas cavernas, uma das quaes, muito circunscripta, a única, em que hoje se pode entrar, examinei, sem encontrar depositos ou restos organicos, que merecessem attenção. Dizem com tudo os habitantes de Monte-real, que existe pelo menos outra, muito maior, em que se podia andar em pé, depois de passar-se à entrada, que está hoje obstruida.

A terra argillosa, que enche uma parte das fendas, não apresenta indicio algum de ter sido para alli arrastada por grandes correntes de agua, que a teriam espalhado por todas as fendas, parecendo antes devida à acção lenta exercida por forças de intensidade analoga à das que presentemente alli actuam à superficie da terra, e que foram precipitando para aquellas das cavidades, que estavam abertas superiormente, as terras e detritos mais ou menos finos, resultantes da desaggregação das rochas superficiaes, a que se junctavam as provenientes das paredes das fendas, encontrando-se ainda entre ellas algumas raras, conchas de caracoes recentes.

A existencia de fendas e cavernas n'aquelle logar deve chamar tanto mais a attenção, quanto que n'uma d'ellas, que seguia a direcção dos estratos, se encontraram em Abril de 1864 ossos humanos, que foram enterrados no cemiterio de Monte-real.

O local em que estes foram casualmente descobertos, ainda pode ser examinado, apezar de ter sido arrancada a parte da rocha, que os occultava, e ainda lá encontrei alguns, entre elles um pedaço de uma maxilla superior com quatro dentes molares, apresentando a corôa de trez d'estes uma superficie muito gasta, e quasi raza, apezar do individuo, a quem pertenceu a maxilla ter morrido muito moço, como o prova a incompleta desinvolução do último molar, que não chegava ainda à altura dos outros, nem apresentava vestigios de gastamento. Não tem nenhum dos dentes signal de carie.

*Com estes ossos se achavam diversos objectos, que caracterisam a edade de pedra; facas de silex, que parecem não ter sido usadas: machados de grunstein; laminas de louza de forma quadrangular, determinada por quatro linhas ligeiramente curvas; tendo um buraco, como para passar-se um fio, pelo qual se traziam as laminas suspendidas, e apresentando n'uma das faces desenhos toscos, que consistem em series transversaes e sobrepostas de triangulos sensivelmente isosceles, cuja base é menor, que qualquer dos outros lados (1). Alem d'estes objectos, fui informado, de que se acharam, tambem misturados com os ossos, vieiras (*pecten*) de grandes dimensões, e encontrei ainda uma valvula de mexilhão da especie comum (*mytilus edulis*). Não appareceu porem objecto algum de metal.*

Os ossos achados pertenciam a talvez mais de quinze esqueletos, reunidos n'uma cavidade de fórma alongada, onde não poderiam de modo algum ter cabido conjunctamente quinze corpos humanos; que fazia parte de uma fenda longitudinal, ou no sentido da direcção da camadas; - e cujo prolongamento ainda se vê. É para notar, que os ossos conservavam proximamente as suas respectivas posições, com relação ao esqueleto, e indicavam, que os corpos, que tinham pertencido a individuos de todas as edades, sem exceptuar crianças, tinham sido todos deitados para o mesmo lado.

Repouzavam estes ossos sobre uma superficie quasi horisontal da rocha in situ, e que constituia o fundo da cavidade. Não pude achar vestigios, de que esta fosse feita artificialmente; mas as investigações, que fiz, foram limitadissimas, e alêm disso a ablação de uma parte das rochas, que a fechavam, torna impossivel a observação de circunstancias, cujo conhecimento muito interessaria. Com tudo devo advertir, que o facto de apresentar o fundo da cavidade uma superficie quasi horisontal de rocha na maxima parte da sua extensão, explica-se facilmente, sem invocar a intervenção do trabalho humano, lembrando-nos, que as camadas sedimentares da collina affectam posições quasi verticaes, e estão muito fracturadas em diversos sentidos; e que uma das fendas, que corre na direcção dos stratos podia ter seguido por alguma extensão um plano proximamente perpendicular a elles, que os tivesse cortado, dando logar o afastamento das paredes da fenda à formação de um degrau ou saccada, como o representa o seguinte esboço (Fig. 7).

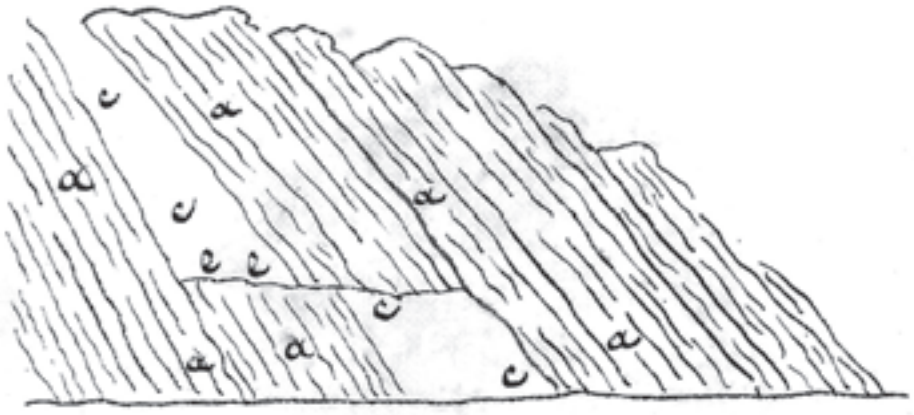


Fig. 7 – Corte esquemático das condições geológicas observadas no local do depósito funerário, correspondente a acumulações de brecha óssea nas fendas concordantes com a estratificação dos calcários ali aflorantes. Desenho em folha solta da autoria de Frederico de Vasconcelos Pereira Cabral que acompanha o respectivo relatório e dele faz parte integrante. Arquivo de João Luís Cardoso.

aaa bancos de rocha.

ccc fenda longitudinal.

eee parte horisontal da parede da fenda, em que podiam repouzar ossos.

De um e outro lado do jazigo, e cortando perpendicularmente a fenda, que o constituia, existem outras duas fendas transversaes à stratificação, à distancia proxima de dois metros uma da outra. Na intersecção de uma d'estas com a que constituia o jazigo, existia naturalmente um adito mais amplo para este, e que, ou offerecia a largura precisa para descer os corpos, ou foi alargado, do que hoje, não se podem colher provas.

Esta noticia tem por fim registrar factos bem averigoados, mas que hoje não podem observar-se, por ter sido em parte destruido este interessante jazigo de ossos humanos. As condições, em que estes foram encontrados, conhecê-as por informações conformes de diversas pessoas de Monte-real, e particularmente do Snr Antonio de Araujo Lacerda, professor de instrucção primaria, e que presidiu à recollecção dos ossos, enterrados depois no cemiterio da parochia; assim como ao pedreiro Joaquim Ferreira Rito, o mesmo, que os descobriu; concorreu à sua exhumação, e recolheu muitos productos d'arte, que com elles se achavam. Tanto a um, como a outro devo o favor de ter, podido recolher alguns d'estes objectos, como uma faca de silex, um machado de grunstein, e uma lamina de louza, que já descrevi, e que offereço à Commissão geologica.

Tanto o fragmento de maxilla superior, como outros ossos, e o fragmento de concha de mexilhão, achei-os uns entre o entulho tirado da cavidade, que continha os ossos, e outros entre a terra argillosa, que enche as suas fendas transversaes, que limitavam o jazigo de um e outro lado, e com elle communicavam. Os ossos, quando o pedreiro Rito os encontrou, estavam envolvidos, ou parcialmente cobertos por uma terra avermelhada, similhante à que enche algumas das fendas da collina. Na mesma superficie da pedra, em que repouzavam, ainda vi, e ainda lá deixei alguns, de pequenas dimensões, empastados na terra argilloza avermelhada, e endurecida, provavelmente pelo elemento calcareo, proveniente d'elles, de modo que apresentam o aspecto de uma verdadeira brecha ossea.

Devo notar, que, o que eu mesmo vi n'este local, um anno depois de exhumada a maxima parte dos ossos, e o que provavelmente ainda hoje alli se pode observar, se explicaria perfeitamente, suppondo, que os ossos humanos, existentes à superficie da terra, tivessem cahido, ou sido arrastados pela acção da agua para fendas da rocha, de mistura com as terras e detritos, produzidos pela acção erosiva dos agentes atmosphericos. Mas os factos comprovados pelo testemunho conforme de diversas pessoas, que viram o jazigo, e assistiram à exhumação, não

permittem acceitar esta explicação, que daria uma ideia erradissima da proveniencia d'aquelles, e tiraria muita importancia à sua descoberta. A inspecção do local não permitte a menor hesitação em attribuir a brecha ossea, e os ossos disseminados nas terras das fendas lateraes, à dispersão de uma parte dos ossos do jazigo pelos agentes naturaes, sabendo-se, que alli se encontraram accumulados um numero consideravel de esqueletos humanos.

De tudo o exposto creio poder concluir-se com segurança o seguinte:

1º – Encontrou-se n'uma fenda ou cavidade, aberta, ao que parece, naturalmente, nas rochas calcareas da collina de Monte-real, uma accumulação de ossos humanos, que pela grandesa do espaço, que occupavam não deixavam a menor duvida, de que provinham de corpos, que alli foram inhumados, periodica, e não simultaneamente.

2º – Estes ossos provinham de individuos de todas as edades, não exceptuando impuberes.

3º – Os dentes, ainda presos ao fragmento de maxilla superior, que pôde ser recolhido, apresentam os signaes de gastamento, que é caracteristico dos dentes humanos, encontrados em outros logares, e que pertenceram a individuos das epochas pre-historicas.

4º – A presença dos objectos de pedra, como facas de silex, machados de grunstein, laminas de louza lavradas e tambem a de conchas marinhas recentes, achadas com estes ossos, não se explica plausivelmente, senão suppondo estes objectos depositados n'aquella sepultura, juncto com os corpos humanos.

Relação dos objectos, que offereço à Commissão geologica, achados na sepultura antiga de Monte-real.

Uma faca de silex em perfeito estado, e não indicando ter sido muito usada.

Uma lamina de louza, de forma quadrangular, affeiçoada, tendo um pequeno buraco, como para poder trazer-se suspensa, e desenhos toscos de forma triangular n'uma das faces.

Um machado de rocha amphibolica, ou pyroxenica, a que chamei grunstein.

Um pedaço de concha de mexilhão, achada com os ossos.

Um fragmento de maxilla superior humana tendo ainda implantados quatro dentes molares, e que pertenceu a um individuo adulto, mas jovem, dos que foram enterrados na sepultura antiga de Monte-real.

Uma porção de ossos humanos de diversas partes do corpo, e que tinham cahido do jazigo para as fendas lateraes da rocha.

Uma queixada, que parece de cão, outra, que parece de coelho, outra de um pequeno reptil, achadas nas fendas da rocha em communicação com a sepultura, misturadas com outros ossos talvez dos mesmos animaes.

Lisboa, 20 de junho de 1866.

(assinado) Frederico Augusto de Vasconcellos Pereira Cabral."

4 – CONCLUSÕES

Este estudo permitiu obter diversas conclusões, destacando-se as seguintes:

1 – Com base na cuidadosa descrição geológica do local da jazida efectuada por Frederico de Vasconcelos Pereira Cabral, cerca de um ano depois de terem sido recolhidos os restos humanos, sepultados no cemitério da povoação, permitiu clarificar a natureza da ocorrência arqueológica. A abordagem, de natureza eminentemente científica adoptada pelo autor do relatório na interpretação do depósito funerário pré-histórico, com base em factos de observação por ele descritos, conduziu-o a classificar o local como necrópole colectiva pré-histórica, utilizada durante um determinado período de tempo e não apenas num único momento. Merecem destaque a qualidade das observações e as deduções delas

decorrentes, em resultado da formação técnico-científica do autor, na qualidade de engenheiro adjunto à Secção dos Trabalhos Geológicos.

2 – É interessante que, em 1922, se conservava ainda na memória colectiva da população de Monte Real a transladação para o cemitério da povoação dos restos humanos, conforme se encontra registado por mencionado Heleno, que ele refere ter sido realizada em 1864, no que estava correcto, ainda que não tivesse conhecimento do relatório, agora pela primeira vez publicado.

3 – A caracterização apresentada por Frederico de Vasconcelos Pereira Cabral leva à conclusão de que o depósito mortuário correspondia a brecha óssea constituída por ossos que ainda conservavam em alguns casos conexão anatómica, pertencentes a indivíduos de diversas idades. Conforme refere essa acumulação verificar-se-ia em diversas fendas existentes no maciço calcário concordantes com a estratificação, acidentalmente posta à vista talvez devido a trabalhos agrícolas, proporcionando a recolha de espólios arqueológicos e antropológicos pela população. O processo de acumulação de tais restos nas fendas das rochas, segundo o autor do relatório, teria sido natural, em resultado da actuação dos agentes meteóricos; porém, a aludida presença de elementos em conexão anatómica deixa em aberto a possibilidade de se estar perante um depósito funerário secundário, onde tais restos tivessem sido depositados, já desprovidos das partes moles; em abono desta última hipótese é de reter a observação de que o espaço disponível não seria suficiente para albergar quinze corpos que ali pudessem ter sido depositados.

4 – Foi neste depósito funerário que se recolheu a placa de xisto, dita de Monte Real, o qual nada tem a ver com uma anta, a "anta de Monte Real", monumento que, como agora seguramente se conclui, jamais existiu.

5 – A intervenção arqueológica levada a cabo por Frederico de Vasconcelos Pereira Cabral em Monte Real foi das mais precoces realizadas no nosso país, dado ter sido feita apenas um ano depois das escavações efectuadas em 1864 no concheiro mesolítico do Cabeço da Arruda por Carlos Ribeiro e coeva das realizadas em 1865 nas grutas do planalto das Cesaredas – Casa da Moura (Peniche), por Joaquim Filipe Nery Delgado. Deste modo, foi também o sítio onde se recolheu, pela primeira vez, a par da Casa da Moura, uma placa de xisto identificada como artefacto pré-histórico, cuja história pôde ser finalmente completada mediante a publicação do presente relatório.

Deste modo, o nome de Frederico Augusto de Vasconcelos Pereira Cabral pode ser considerado como um dos pioneiros da investigação pré-histórica em Portugal. Nome injustamente esquecido, porquanto os seus trabalhos sobre os pretensos testemunhos glaciários na bacia do Douro, conduziram, não obstante, à publicação, em Portugal, dos primeiros materiais paleolíticos, associados à cuidadosa descrição dos depósitos quaternários correlativos. Bastaria tal facto para inscrever o nome deste hoje esquecido engenheiro adjunto da Secção dos Trabalhos Geológicos de Portugal entre os dos pioneiros da arqueologia pré-histórica do nosso país, posição que a qualidade do relatório agora publicado de sua autoria, claramente vem confirmar.

AGRADECIMENTOS

Ao Dr. Luís Raposo, então Director do Museu Nacional de Arqueologia, por ter autorizado o acesso e estudo do Arquivo de Estácio da Veiga, de onde se reproduziu o decalque da placa de Monte Real.

REFERÊNCIAS

CABRAL, F. V. Pereira (1881) – *Estudo de depósitos superficiaes da Bacia do Douro*. Lisboa: Secção dos Trabalhos Geológicos de Portugal.

CABRAL, F. V. Pereira (1884 a) – Résumé d´une étude sur quelques dépôts superficiels du bassin du Douro. Présence de l´ homme, vestiges d´action glaciaire. *IX Sessão do Congresso Internacional de Anthropologia e de Arqueologia Pré-Históricas (Lisboa, 1880)*. Actas. Lisboa: Tipografia da Academia Real das Ciências, p. 155-189.

CABRAL, F. V. Pereira (1884 b) – Vestigios glaciários na serra da Estrella. Rochas striadas, penedos erráticos, morenas. *Revista de Obras Públicas e Minas*. Lisboa. 177 e 178 (separata de 26 p.).

CABRAL, F. V. Pereira (1887) – Traces d´actions glaciaires dans la serra d´Estrella. Roches striées, blocs erratiques, moraines. *Comunicações da Comissão dos Trabalhos Geológicos de Portugal*. Lisboa. 1 (2), p. 189-210.

CARDOSO, J. L. (2008) – Joaquim Filipe Nery Delgado, arqueólogo. In RAMALHO, M. M. (coord.), *Nery Delgado (1835-1908) geólogo do Reino*. Lisboa: Museu Geológico/INETI/Centro de História e Filosofia da Ciência – FCTUNL, p. 65-81.

CARDOSO, J. L. (2013) – Carlos Ribeiro, a "Breve notícia acerca do terreno quaternario de Portugal" e a questão do Homem terciário em Portugal. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 20, p. 27-88.

CARDOSO, J. L. (2015) – Carlos Ribeiro and Francisco António Pereira da Costa: dawn of the Mesolithic shellmiddens of Muge (Salvaterra de Magos). In BICHO, N., DETRY, C.; PRICE, T. D. & CUNHA, E., *Muge 150th: The 150th Anniversary of the Discovery of Mesolithic Shellmiddens*. Cambridge Scholars Publishing, p. 1-18.

CARDOSO, J. L. (2016) – Báculos e placas de xisto: os primórdios da sua investigação. In *Terra e água. Escolher sementes, invocar a deusa. Estudos em Homenagem a Victor S. Gonçalves*. Lisboa: Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa/Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (2016), p. 69-80.

CARDOSO, J. L. & COITO, L. C. (2014/2015) – Correspondência de Abel Viana a José Leite de Vasconcelos: do mérito ao reconhecimento. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série V, 4/5, p. 21-83.

CARNEIRO, A. (2005) – Outside government Science, "Not a single tiny bone to cheer us up!" The Geological Survey of Portugal (1857-1908), the involvement of common men, and the reaction of civil society to geological research. *Annals of Science*, 62, p. 141-204.

CARNEIRO, A.; MOTA, M. S. & LEITÃO, V. (2013) – *O chão que pisamos. A Geologia ao serviço do Estado (1848-1974)*. Lisboa: Edições Colibri.

CARREIRA, J. R. & CARDOSO, J. L. (1996) – Um conjunto de litografias arqueológicas inéditas da Comissão Geológica de Portugal. *Comunicações do Instituto Geológico e Mineiro*. Lisboa. 82, p. 145-168.

CHOFFAT, P. (1918) – VIII. Biographies de géologues portugais. 11. Frederico A. de Vasconcelolos de A. Pereira Cabral. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa 12, p. 275.

COSTA, F. A. Pereira da (1868) – *Descripção de alguns dolmins ou antas de Portugal*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias.

DELGADO, J. F. Nery (1887) – Préface. *Comunicações da Comissão dos Trabalhos Geológicos de Portugal*. Lisboa 1 (2), p. V-VII.

HELENO, M. (1922) – *Antiguidades de Monte Real*. Lisboa: Imprensa Nacional.

LEISNER, G. & LEISNER, V. (1959) – *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel. Der Westen*. Berlin: Walter de Gruyter & Co. (Madrider Forschungen Band 1).

MORTILLET, G. de (1868 a) – Dolmens de Portugal. *Matériaux pour l´Histoire Primitive de l´Homme*. Paris. 4, p. 336-339

MORTILLET, G. de (1868 b) – Monuments mégalithiques du Portugal. *Congrès International d'Anthropologie et d'Archéologie Préhistoriques. Deuxiéme Session (Paris, 1867)*. Paris: C. Reinwald, p. 180-185.

SIMÕES, A. F. (1878) – *Introducção à Archeologia da Península Ibérica. Parte primeira Antiguidades prehistoricas*. Lisboa: Livraria Ferreira.

SIMÕES, J. M. Oliveira (1922) – *Os Serviços Geológicos em Portugal*. Lisboa: Museu Comercial anexo ao Instituto Superior de Comércio de Lisboa.

VASCONCELOS, J. Leite de (1905) – Acquisições do Museu Ethnologico Português. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 11, p. 89-92.

VASCONCELOS, J. Leite de (1914) – Estudos sobre a Época do Bronze em Portugal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 13, p. 300-323.

VEIGA, S. M. P. Estacio da (1887) – *Antiguidades Monumentais do Algarve*. Tempos prehistoricos. Volume 2. Lisboa: Imprensa Nacional.

VELHO, E. de Liz (1746) – *Exemplar da constancia dos martyres em a vida do glorioso S. Tórpes*. Lisboa: Na oficina de Miguel Manescal da Costa.

XIII

A INVESTIGAÇÃO DA ANTIGUIDADE DO HOMEM NO PORTUGAL DE OITOCENTOS: UM CONTRIBUTO PARA A HISTÓRIA DA CIÊNCIA [1]

1 – ANTECEDENTES

Com a descoberta do Novo Mundo, a velha Europa teve os primeiros contactos com populações com costumes bem mais primitivos que os seus, o mesmo se verificando com a África negra. Dispondo de termos de comparação directos, observados e descritos pelos viajantes, começou a despontar, nas elites renascentistas, a ideia da existência de uma Humanidade europeia primitiva, anterior à época Clássica, aliás patente nos enigmáticos monumentos do Egipto faraónico, já antigos no tempo dos Gregos. Embora os séculos XVI e XVII correspondam ainda a uma época de total desconhecimento da Pré-História, a redescoberta das civilizações clássicas levou à leitura de autores como Lucrécio, que já indicava uma idade em que depois da utilização da pedra, se tinha descoberto o uso do bronze e, finalmente o do ferro, para a confecção de armas e utensílios.

É também no sentido de atribuir uma alta antiguidade, por vezes sacralizada, aos instrumentos líticos, que autores romanos referem o uso de instrumentos de sílex: Tito Lívio afirma que, antes de combaterem, os Horácios procediam a um ritual onde o animal a imolar era retalhado por sílices; e Heródoto menciona facas de sílex, utilizadas nos embalsamamentos egípcios; a própria Bíblia fala do uso de facas especiais de sílex utilizadas na prática da circuncisão. Neste mesmo sentido, começam a produzir-se obras sobre as então consideradas mais recuadas provas da humanidade primitiva. É o caso da *Metallotheca* da autoria de Mercati (1541-1593), director do Jardim Botânico do Vaticano, escrita em 1535 mas apenas impressa em 1717 (MERCATI, 1717), na qual se apresenta, pela primeira vez, uma terminologia erudita aplicada às indústrias líticas pré-históricas; assim, o termo *Ceraunea cuneata* referia-se aos machados de pedra e o de *Ceraunea vulgatis* às pontas de flecha (Figs. 1 e 2). É nessa linha de trabalho, que também se insere a obra do padre jesuíta Lafitau, um estudo comparativo entre os artefactos dos índios norte-americanos e os dos primeiros tempos da Humanidade europeia, descritos pelos autores antigos (LAFITAU, 1724).

Um ano antes (1723), Jussieu apresentou uma Memória à Academia Real das Ciências de Paris intitulada *Da origem e utilização das Pedras de Raio*. Por "Pedras de Raio" eram e ainda hoje são designados, pelas gerações campesinas mais antigas do nosso País, os machados de pedra polida, que acreditam caídos do céu, correspondendo à ponta do raio, cuja força do impacto os escondeu na terra, onde são frequentemente recuperados no decurso dos trabalhos agrícolas. É nesta obra que, verdadeiramente, são lançados os fundamentos para uma tipologia comparada de tais artefactos, concluindo o autor que a Europa já havia sido habitada por populações que fabricavam armas e utensílios iguais aos ainda então em uso no Novo Mundo, correspondendo-lhes, por isso, estádios civilizacionais comparáveis.

---

[1] CARDOSO, J. L. (2015) – A investigação da antiguidade d Homem no Portugal de oitocentos: um contributo para a História da Ciência. Estudos Arqueológicos de Oeiras. Oeiras. 22, p. 9-42. Modificado.

Outros autores franceses do século XVIII também se distinguiram na procura do conhecimento das raízes mais longínquas do passado histórico da Europa, tomando como comparação a realidade etnológica oferecida pelos povos primitivos, à época cada vez melhor conhecidos: é o caso de Mahudel, que alargou a classificação dos utensílios pré-históricos para sete tipos ou variedades. É a fase dos pioneiros e dos coleccionadores de antiguidades, muito influenciados pelos escritores clássicos e pela cronologia bíblica nas suas interpretações do passado pré-histórico europeu: ainda que tivessem presentes os princípios da Etnologia comparada, conducentes a trabalhos inovadores como os referidos, faltava-lhes o suporte científico, sem o qual não passavam de meros exercícios especulativos, mais ou menos eruditos. Neste âmbito se incluem as explicações avançadas para os estranhos monumentos megalíticos existentes na Europa atlântica, cuja auto- ria, completamente desligada da memória dos homens, foi atribuída, ao longo dos séculos XVI a XIX, aos povos célticos e, em particular, a altares ou recintos sagrados, destinados a cerimónias religiosas conduzidas pelos druidas (Fig. 3).


Lapides ΙΔΙΟΜΟΡΦΟΙ. 241

LOCULO XI.

CERAUNIA CUNEATA, QUÆ SOTACI Ageratus Bætulus.

CAP. XV.

TRia sunt Ceraunıarum genera Cuneata, figura, colore inter se distincta. Duo Sotacus vetustissimus auctor tradidit nigras, rubentesque. Tertium addiderunt raras admodum, & Parthorum magis quæsitas, colore virides, ut nos animadvertimus. (1) Putantur omnes fulminibus dejici cœlo, ac tertium genus non aliubi inveniri, quàm in loco fulmine icto. Nostra ætate mechanicis notæ sunt mutato nomine, nempe ex Græcæ vocis interpretatione. Appellant enim *Folgora*, quo nomine etiam fulmina vulgò intelligimus. Germani à cæteris lapillis, qui cadere de cœlo creduntur, appositè distinguunt *der glatte Donnerstein* nominantes. Mirum, non fuisse è recentioribus, qui tam notis lapidibus vetus Ceraunıarum nomen instauraverit. Utuntur iis aurifices no-

LAPIS FVLMINEVS VVLGO FVLGVR.

Fig. 1 – *Ceraunea cuneata* (MERCATI, 1717, p. 241). Arquivo de João Luís Cardoso.

Alguns portugueses do século XVIII também não foram indiferentes aos testemunhos pré-históricos, embora dessem, como seria de esperar, maior importância aos vestígios da antiguidade clássica, mais fáceis de identificar e de estudar, proporcionando, além disso, fértil campo para cultivar e desenvolver os mais diversos e eruditos considerandos, por vezes fantasiosos, sobre tais vestígios.

Gerónimo Contador de Argote publicou, no segundo volume das suas *Memorias para a Historia Ecclesiastica do Arcebispado de Braga* (ARGOTE, 1734), bela gravura sobre cobre, representando, ao gosto barroco da época, um painel insculturado, com representações artísticas esquemáticas e abstractas, patente em uma rocha sobre o Douro no "*termo da villa de Anciaens*". Trata-se da célebre estação de arte rupestre do Cachão da Rapa, referenciada pela primeira vez pelo Padre António Carvalho da Costa no volume 1 (1706), p. 436, da sua célebre *Chorografia portuguesa e descripçam topografica do famoso Reyno de Portugal* (COSTA, 1706-1712), sendo, sabemo-lo hoje, integrável no ciclo artístico esquemático do Calcolítico/Idade do Bronze da



Fig. 2 – *Ceraunea* (MERCATI, 1717, p. 244). Arquivo de João Luís Cardoso.

região galaico-portuguesa. A estação, que se julgava perdida depois de ter sido de novo registada graficamente em meados do século XIX, foi redescoberta por J. R. dos Santos Júnior e por este, finalmente, adequadamente publicada (SANTOS JÚNIOR, 1934).

Esta gravura setecentista corresponde à primeira representação da arte pré-histórica europeia; só isso, para além da sua beleza artística, justificaria que fosse internacionalmente conhecida, como merece; o esquecimento verificado explica-se, como em outros casos, pela periférica posição de Portugal no âmbito da circulação de ideias científicas, desde o século XVII até aos nossos dias. A rocha em causa, adquiriu celebridade entre a elite letrada da época, logo após ser dada a conhecer por Carvalho da Costa: assim, em 1719, foi descrita por Cristóvão Jesão Barata, anagrama de João Baptista de Castro na sua *Recreaçam proveytosa*, obra de divulgação de conhecimentos científicos, apresentados, muito ao gosto do "século das luzes", por três amigos que entre si discorriam sobre os mais diferentes assuntos. No caso, é por Teodósio que o autor transmite a informação: "*melhor sera* […] *convertermos os olhos para aquella celebre, & grande lage, que está no sitio do Cachaõ junto ao Douro. Nella se vem certas pinturas negras, & vermelhas matizadas pela disposiçaõ de Xadrez, & em dous quadros, com huns sinaes, & riscos malformados, que de tempo immemoravel se conservaõ da mesma forma; & dizem os naturaes, que estas pinturas se envelhecem humas, & renovaõ outras. Vede que prodigio.*" (BARATA, 1719, p. 257-258).

Portugal dispunha, então, de uma Academia Real dedicada aos estudos históricos, a Academia Real da História Portuguesa, fundada em 8 de Dezembro de 1720 por D. João V, uma das mais antigas da Europa no seu género, com o objectivo de realizar "*a Historia Ecclesiastica destes Reynos, e depois tudo o que pertencer a Historia delles, e de suas Conquistas*". A Academia funcionou com grande pujança, vindo porém a sua actividade a decair, cessando as manifestações públicas ao longo da segunda metade do século XVIII, sem, no entanto, jamais se declarar oficialmente extinta.

Logo no ano seguinte ao da criação, a 17 de Agosto de 1721, é publicado um "Alvara de Ley" que previa a obrigação de, tanto as entidades privadas como públicas, com destaque para as Câmaras Municipais, "*promoverem a defesa e salvaguarda de bens patrimoniais móveis e imóveis, desde que com interesse para a História*

pátria, incluindo os da antiguidade". Assim, nele se determinava o seguinte: "[...] q*ue daqui em diante nenhuma pessoa, de qualquer estado, qualidade, e condição que seja, desfaça, ou destrúa em todo, nem em parte, qualquer edificio, que mostre ser daquelles tempos, ainda que em parte esteja arruinado; e da mesma sorte as estatuas, marmores, e cippos, em que estiverem esculpidas algumas figuras, ou tiverem letreiros Phenîces, Gregos, Romanos, Goticos e Arabicos; ou laminas, ou chapas de qualquer metal, que contiverem os ditos letreiros, ou caracteres; como outro-si medalhas, ou moédas, que mostrarem ser daquelles tempos, nem dos inferiores até o reynado do Senhor Rey D. Sebastiaõ.*"



Fig. 3 – Druída (ROWLANDS, 1723, p. 65). Arquivo de João Luís Cardoso.

Tais disposições, como é evidente, não abrangiam os testemunhos pré-históricos, ainda então completamente desconhecidos como tal: a maior antiguidade do nosso território é atribuída à presença fenícia. No documento *Reflexoens sobre o estudo Academico*, datado de Lisboa de 18 de Dezembro de 1720, estabelecia-se que as matérias seriam divididas pelos académicos por ordem cronológica, "*escrevendo o primeiro as memorias da antiga Lusitania atè a Conquista dos Romanos* [...]". Com o objectivo de se recolherem informações de todo o reino sobre as matérias do âmbito académico, organizou-se um extenso questionário, cujas respostas deveriam ser enviadas ao Secretário da Academia.

Os resultados que entretanto se obtiveram, no respeitante à que hoje se reporta à Pré-História, foram em parte objecto de uma memória, publicada em 1733, de Martinho de Mendonça de Pina e de Proença Homem, sobre as antas, que atribuiu a altares (MENDONÇA, 1733). Resultantes de uma comunicação à Academia. No ano seguinte, o Padre Afonso da Madre de Deus Guerreiro apresentou à Academia um inventário de 315 monumentos desse tipo, o qual infelizmente se perdeu.

2 – NA MADRUGADA DE UMA NOVA CIÊNCIA

Depois da publicação, no ano de 1733, da memória sobre as antas, do Académico Martinho de Mendonça de Pina, foi preciso esperar mais de 120 anos para que o estudo dos vestígios da época pré-histórica fosse retomado em Portugal, agora de forma sustentada e por via de especialistas já devidamente apetrechados. Com efeito, ainda em 1746 se publicaram os achados de uma sepultura pré-histórica, encontrada a 7 de Junho de 1591 na foz da ribeira da Junqueira, a sul de Sines, como sendo de São Torpes, ainda que nela se tivessem identificado artefactos então desconhecidos, como uma placa de xisto decorada, o primeiro exemplar dos muitos que, a partir dos meados do século XIX viriam a ser recolhidos em Portugal (VELHO, 1746).

Logo no início do século XIX despontou, com bases científicas, a Geologia, ciência nova vocacionada para o estudo da Terra e para o conhecimento das características e antiguidade dos seres vivos que a habitaram, com base nos vestígios conservados nos terrenos. Contudo, os próprios dados geológicos observados em diversos países, tanto do Velho como do Novo Mundo, serviram, inicialmente, de argumento para rebater a ideia de uma alta antiguidade da espécie humana. Os mais sólidos considerandos nesse sentido foram aduzidos por Cuvier, que demonstrou que os restos supostamente humanos (conforme julgava Scheuchzer) pertencentes a uma vítima do Dilúvio Universal, encontrado no século XVIII nos calcários mesosóicos dos Alpes suíços – o *Homo diluvii testis* – pertenciam na verdade a uma salamandra. Cuvier, que se notabilizou pelas reconstituições anatómicas de espécies extintas há muitos milhões de anos, com base nas suas semelhanças anatómicas com animais vivos, lançando assim as bases da Anatomia Comparada (CUVIER, 1812), postulou que a evolução da crosta terrestre fora pautada por curtos períodos de convulsões generalizadas, interrompendo longas épocas de acalmia (a teoria catastrofista), muito anteriores à presença do Homem, visto que, de entre os milhares de restos observados oriundos de camadas geológicas anteriores às da época actual, jamais reconheceu um, que se pudesse atribuir à espécie humana. Na sexta edição da sua obra mais conhecida, *Discours sur les révolutions de la surface du Globe*, editada ainda em vida do autor (Fig. 4), este é claro a tal respeito (CUVIER, 1830, p. 135-136): "*Il est certain qu'on n'a pas encore trouvé d'os humains parmi les fossiles* [...]. J*e dis que l'on n'a jamais trouvé d'os humains parmi les fossiles, bien entendu parmi les fossiles proprement dits, ou, en d'autres termes, dans les couches régulières de la surface du globe; car dans les tourbières, dans les alluvions, comme dans les cimetières, on pourrait aussi bien déterrer des os humains que des os de chevaux ou d'autres espèces vulgaires [...]; mais dans les lits qui recèlent les anciennes races, parmi les palaeothériums, et même parmi les éléphants et les rhinocéros, on n'a jamais découvert le moindre ossement humain.*"

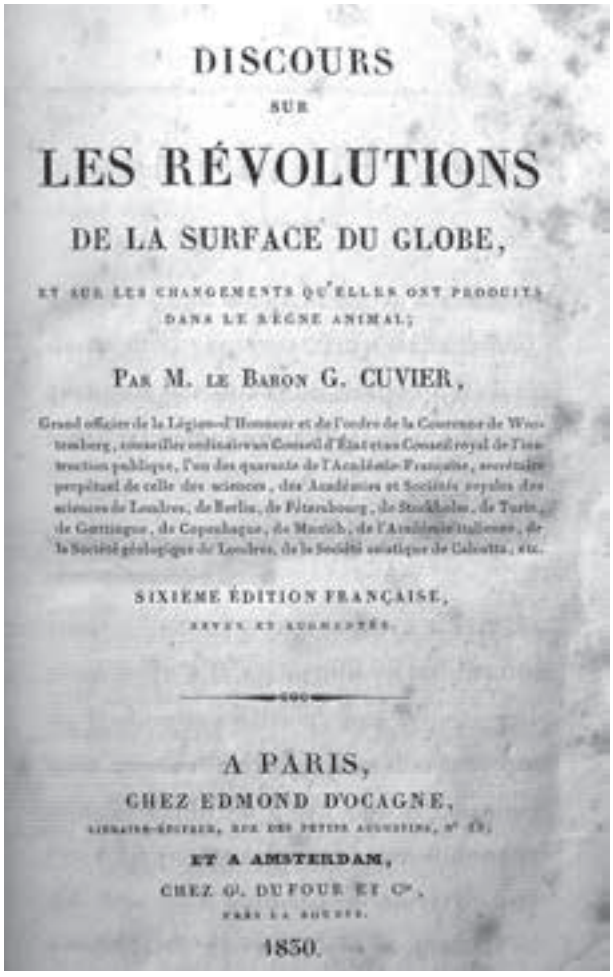

DISCOURS
SUR
LES RÉVOLUTIONS
DE LA SURFACE DU GLOBE,
ET SUR LES CHANGEMENTS QU'ELLES ONT PRODUITS DANS LE RÈGNE ANIMAL;
PAR M. LE BARON G. CUVIER,
SIXIÈME ÉDITION FRANÇAISE,
REVUE ET AUGMENTÉE.
A PARIS,
CHEZ EDMOND D'OCAGNE,
ET A AMSTERDAM,
CHEZ G. DUFOUR ET Cie,
1830.

Fig. 4 – Folha de rosto dos *Discours sur les révolutions de la surface du Globe* 6.ª edição (CUVIER, 1830). Arquivo de João Luís Cardoso.

Nestes termos, facilmente se compreende a polémica que estalou em França, onde a autoridade de Cuvier era indiscutível, quando se pretendeu, pela primeira vez, comprovar a antiguidade da espécie humana, pela associação de produtos da sua actividade – os artefactos talhados em sílex – a restos de espécies extintas, nos depósitos aluviais do vale do Somme, perto de Abbeville, onde, por essa mesma época, começaram a ser recolhidos em grande quantidade. Com efeito, tais peças ocorriam associadas a restos de espécies extintas – precisamente elefantes e rinocerontes, entre outras, realidade que, poucos anos antes, fora negada por Cuvier – primeiro por Casimir Picard, logo depois por Boucher de Perthes, que se pode considerar verdadeiramente o primeiro pré-historiador; este justo título baseia-se na sua monumental obra, *Antiquités celtiques et antédilu-*

viennes, na qual, a par de reproduções fantasistas de artefactos supostamente talhados, apresen- tou outros inquestionavelmente afeiçoados, retirados por ele próprio das camadas geológicas onde jaziam (PERTHES, 1847-1864) (Fig. 5).

Face a estes resultados, a Academia das Ciências de Paris decidiu nomear uma comissão, a qual, não obstante as diligências de Boucher de Perthes, nunca se deslocou ao terreno. O empenho deste não esmoreceu. Em 1859, uma delegação de geólogos ingleses visitou os locais em causa e, de impugnadores, passam a defensores das descobertas; entre eles destaca-se Charles Lyell, que, depois de ter publicado os *Principles of Geology* (1.ª edição, 1833), que o celebrizou, deu à estampa outra obra directamente ligada à discussão da antiguidade do Homem, *The Geological Evidences of the Antiquity of Man* (LYELL, 1863), em resultado de muitas observações que compilou, tanto pessoais, como obtidas por outros geólogos e naturalistas (Fig. 6). Ainda em 1859, Albert Gaudry apresentou à Academia das Ciências de Paris uma comunicação em que admitiu a coexistência do Homem com espécies extintas, cujos restos apareciam associados; uma evidência, para nós hoje incontroversa, arrastar-se-ia de modo inconclusivo, nos meados do século XIX, tendo suscitado a mais viva das polémicas e ocupado os mais brilhantes especialistas de então. A esta discussão, não era estranha a publicação, no final do ano de 1859, da célebre obra de Charles Darwin, *On the Origins of Species by Means*


ANTIQUITÉS

CELTIQUES

ET

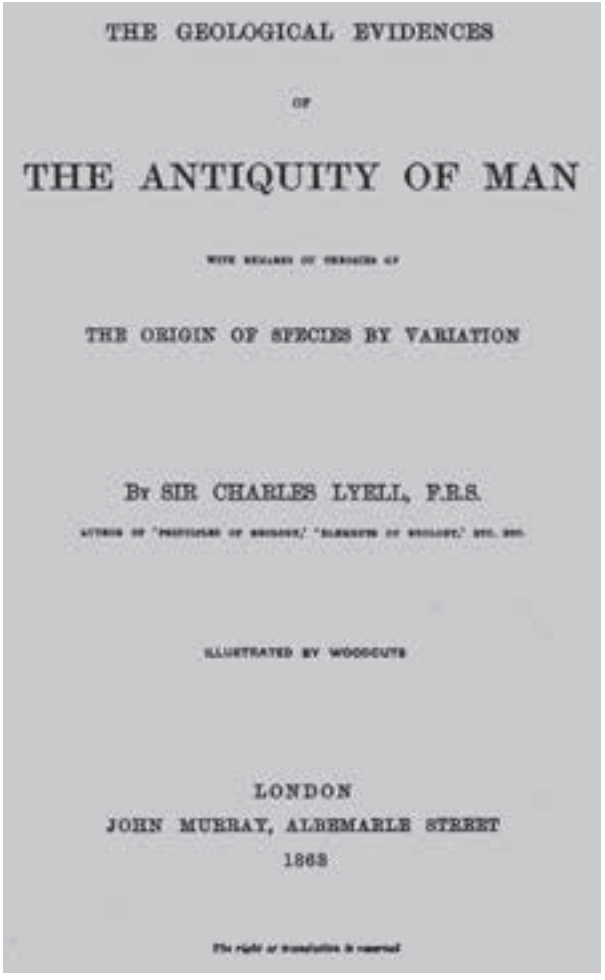
ANTÉDILUVIENNES

MÉMOIRE

M. BOUCHER DE PERTHES

PARIS

Fig. 5 – Folha de rosto do primeiro tomo das *Antiquités celtiques et antédiluviennes* (PERTHES, 1847). Arquivo de João Luís Cardoso.


THE GEOLOGICAL EVIDENCES

OF

THE ANTIQUITY OF MAN

THE ORIGIN OF SPECIES BY VARIATION

By SIR CHARLES LYELL, F.R.S.

ILLUSTRATED BY WOODCUTS

LONDON

JOHN MURRAY, ALBEMARLE STREET

1863

Fig. 6 – Folha de rosto da obra *The Antiquity of Man* (LYELL, 1863). Arquivo de João Luís Cardoso.

of Natural Selection (DARWIN, 1859). Em Portugal, ainda no último quartel do século XIX se publicava, com o patrocínio do clero conimbricense, obra que negava a simples existência do Homem Pré-Histórico (AZEVEDO, 1889), bem como a das três Idades, da Pedra, do Bronze e do Ferro, já há muito claramente demonstradas por Thomsen em 1837.

Em 1863, um fragmento de mandíbula humana foi encontrada na base de um corte nos depósitos de terraço do vale do Somme em Moulin-Quignon, perto de Abbeville (Fig. 7) (PERTHES, 1864); este achado assumia, assim, importância primordial, pois era o primeiro resto humano que poderia demonstrar, de forma directa, a antiguidade da espécie humana, caso se confirmasse pertencer à camada geológica onde foi recolhido, assunto que constituiu polémica, como seria previsível.

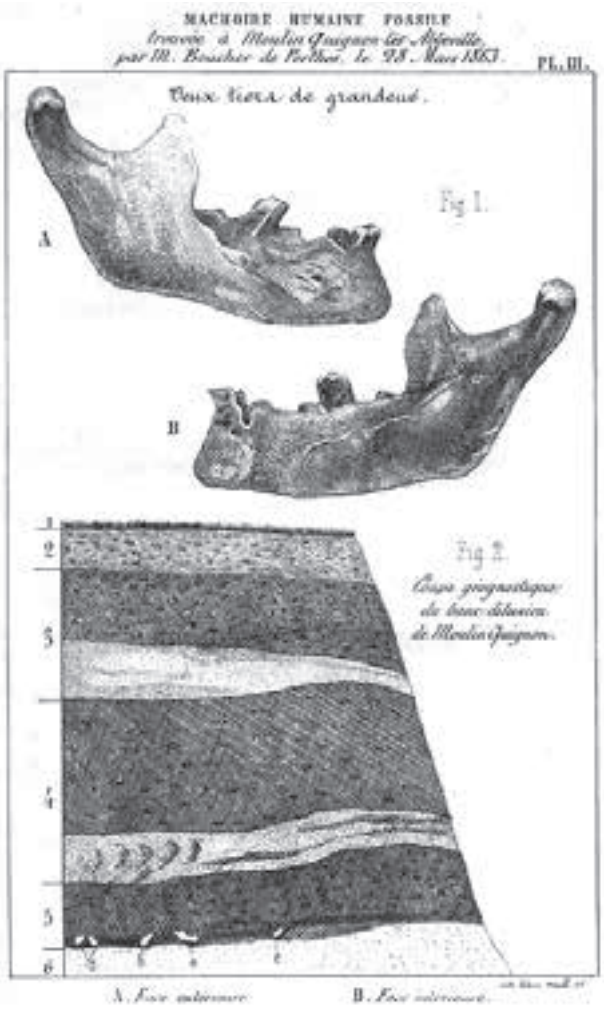


Fig. 7 – Corte de Moulin-Quignon, assinalando-se, na base do mesmo, o local onde supostamente jazia a mandíbula humana (PERTHES, 1864). Arquivo de João Luís Cardoso.

Poucos dias depois de efectuado o achado, Boucher de Perthes acompanhou uma alta personalidade inglesa (que não identifica) ao local do achado, tendo esta declarado: "*Je crois à votre fossile et vous félicite de tout mon cœur de cette découverte, mais ne vous flattez pas qu'elle passera facilement en Angleterre: la science peut y admettre l'ancienneté de l'homme, mais notre public n'en veut pas, et chez nous le public a toujours raison, même contre la science. Préparez-vous au combat.*" (PERTHES, 1864, p. 30). Com efeito, como o próprio declara (*op. cit.*, p. 50-51), uma coisa era a descoberta de artefactos lascados, cuja idade ninguém sabia precisar, mesmo quando associados a restos de animais extintos. Outra coisa, completamente diferente, era a descoberta de um resto humano num depósito que fora situado numa idade ante diluviana. Com efeito, o *Times*, seguindo a opinião pública, declarou a mandíbula como recente, pondo em causa as conclusões a que chegaram os eminentes geólogos ingleses Falconer, Prestwich e John Evans que, após a apreciação in loco dos achados de artefactos líticos, feita em 1859, anteriormente à descoberta da mandíbula, se declaram a favor da sua antiguidade e autenticidade.

A importância do novo achado justificou a reunião, em Paris, e depois em Abbeville, no próprio local, de uma comissão constituída pelos mais eminentes académicos franceses e ingleses, cujos nomes são conhecidos (*op. cit.*, p. 61, nota infrapaginal).

De Quatrefages, prestigiado membro do Instituto, considerou-a da mesma época dos depósitos onde jazia, e manteve tal posição ao longo dos debates, reunindo consenso dos seus colegas franceses, incluindo Milne Edwards, o relator do processo verbal da sessão realizada na Academia das Ciências de Paris a 18 de Maio de 1863, ao contrário da generalidade dos britânicos, que negaram a autenticidade tanto da mandíbula, como das

peças líticas provenientes da camada negra onde aquela foi encontrada. Assim, enquanto a comunidade científica francesa aceitava a autenticidade das descobertas de Boucher de Perthes, os sábios ingleses recuaram, como Prestwitch, Busk, Evans, Carpenter e Falconer. Não existindo consenso, decidiu a comissão deslocar-se de imediato a Moulin-Quignon, para ali continuar a discussão.

A apreciação feita directamente das condições do achado, conjuntamente com diversos paleontólogos franceses que quiseram associar-se ao grupo, como de Vibraye, Gaudry e Bourgeois, envolveu o alargamento, por sectores verticais, da escavação já existente. Tal procedimento conduziu à recolha de cinco artefactos *in situ*, cuja autenticidade não foi posta em causa por ninguém, concluindo-se unanimemente que, dadas as condições da realização da escavação, seria impossível qualquer introdução de tais objectos nas camadas onde jaziam. Por outro lado, verificou-se que o sedimento arenoso acinzentado que preenchia o fundo do alvéolo onde se conservava o único dente da mandíbula, era semelhante a fino leito dessa mesma cor situado poucos centímetros acima da camada negra onde aquela jazia, concluindo-se que tal fenómeno tirava força ao argumento anteriormente apresentado por alguns membros da comissão no sentido da mandíbula ser originária de outro local. Assim, apesar de, na altura, não se ter recolhido mais nenhum resto humano, a comissão, por unanimidade, concluiu que a mandíbula jazia em um nível geológico que não tinha sido remexido e cuja alta antiguidade era comprovada pelos achados das peças líticas recuperados pelos próprios membros da comissão. Milne-Edwards, concluiu o seu relatório, do seguinte modo: "*La nouvelle découverte de M. Boucher de Perthes pourra donc, sans contestation ultérieure, prendre place à côté de celles de Schmerling, de Tournal, de M. Lartet, de M. de Vibraye, et des autres paléontologistes qui ont constaté précédemment des faits du même ordre*." (MILNE -EDWARDS, 1863).

Eis como um rotundo erro científico, se veio a revelar, afinal, altamente favorável ao progresso dos conhecimentos da ciência nascente, pela motivação acrescida que conferiu aos investigadores, incitando-os a intensificarem as pesquisas de terreno e a publicação dos respectivos resultados.

Com efeito, pouco tempo volvido, a descoberta começou a levantar dúvidas por parte de eminentes geólogos. Charles Lyell, em adenda à sua obra *The Antiquity of Man*, publicada em 1863, no mesmo ano da identificação da mandíbula, que por tal razão nela não é referida, considerou, logo no ano seguinte, que não estavam reunidas todas as condições para atribuir autenticidade à mandíbula de Moulin-Quignon: "*Le doute émis par plusieurs géologues anglais, qui ont visité Abbeville depuis que le véritable état du fossile en question a été discuté, me semble tout à fait naturel.*" (LYELL, 1864, p. 19).

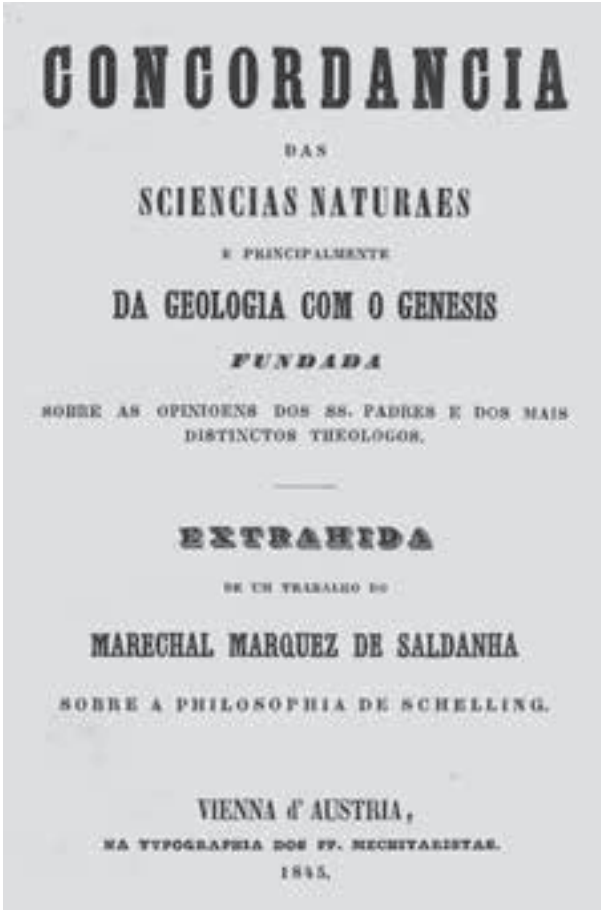
Talvez a polémica que se instalara em Inglaterra em finais de 1859, aquando da publicação da célebre obra de Charles Darwin atrás referida influenciasse de início os sábios ingleses: a opinião pública, em parte instigada pela Igreja Anglicana, constrangia a comunidade científica, e, apesar de aqueles depois se terem rendido às supostas evidências de terreno, tinham de início razão, nas dúvidas expressas na memorável reunião no Muséum de Paris, visto a mandíbula de Moulin-Quignon ser uma mistificação, da qual foi vítima, em primeira mão, Boucher de Perthes.

E, no entanto, a realidade arqueológica não se afigurava incompatível com a tradição bíblica, no concernente ao Dilúvio Universal. Como bem assinalou M. Farinha dos Santos (SANTOS, 1980, p. 254), "*O Dilúvio existiu, reflectindo, na memória colectiva, um grande acontecimento natural que ocorreu há milénios, a última glaciação e suas esmagadoras consequências* [...]."

Logo no início do período pós-glaciário, que inaugurou nova época geológica, o Holocénico, cerca de 10 000 anos atrás, o contínuo aquecimento climático provocou nova subida do nível do mar, de cerca de 40 m em apenas 2000 anos, o qual, há cerca de 8000 anos, atingia a batimétrica –20 m (DIAS et al., 1997), induzindo novas perturbações na vida das populações ribeirinhas, as quais se terão conservado na memória colectiva de

algumas comunidades mais atingidas do oriente mediterrâneo, dando origem ao mito diluviano. Mais recentemente, o acontecimento que ficou conhecido por "evento 8.2 Ka" está associado a uma brusca entrada de milhões de metros cúbicos de água doce no Atlântico Norte, oriunda do lago Agassi, na região dos Grandes Lagos da América do Norte, originando súbita subida do nível do mar, que, apanhando as populações ribeirinhas desprotegidas, poderá estar na origem da memória diluviana. O evento teve também consequências climáticas, originando período de frio sentido em todo o hemisfério norte.

Não se esqueça, por outro lado, que as preocupações de concatenar os progressos científicos com os dogmas da Igreja preocupou desde o início do século XIX vários membros das elites políticas liberais, e não apenas os teólogos. De entre os Portugueses daquela época que se interessaram pela discussão de tão sensível assunto, merece referência especial o Marechal-Duque de Saldanha, que, na sua obra *Concordancia das Sciencias Naturaes e principalmente da geologia com o Génesis*, publicada sucessivamente em Viena de Áustria (SALDANHA, 1845) (Fig. 8) e em Roma (SALDANHA, 1863), declarou (1845, p. 48) (Fig. 9): "*Mas a possibilidade de serem as regioens que o homem habitava submergidas não é uma idea nova de Cuvier, não é uma supposição gratuita; porque, se a sciencia prova evidentemente que muitas das regioens que os homens hoje habitam já foram mares, que os mares occupam agora terrenos que já foram habitados pelos homens é um facto provado pelas palavras de Moises, que clara e positivamente assim affirma no v. 3 c. 14 do Genesis: 'Todos estes Reis se ajuntáram no Valle das Arvores, aonde agora é o Mar Salgado'.*"


CONCORDANCIA

DAS

SCIENCIAS NATURAES

E PRINCIPALMENTE

DA GEOLOGIA COM O GENESIS

FUNDADA

SOBRE AS OPINIOENS DOS SS. PADRES E DOS MAIS DISTINCTOS THEOLOGOS.

EXTRAHIDA

DE UM TRABALHO DO

MARECHAL MARQUEZ DE SALDANHA

SOBRE A PHILOSOPHIA DE SCHELLING.

VIENNA d' AUSTRIA,

NA TYPOGRAPHIA DOS PP. MECHITARISTAS.

1845.

Fig. 8 – Folha de rosto da 1.ª edição da obra do Marechal Duque de Saldanha (nesta altura ainda Marquês de Saldanha) editada em Viena em 1845. Arquivo de João Luís Cardoso.


CONCORDANZA

DELLE

SCIENZE NATURALI

E PRINCIPALMENTE

DELLA

GEOLOGIA CON LA GENESI

FONDATA

SOPRA LE OPINIONI DEI SANTI PADRI E DI ALTRI DISTINTI TEOLOGI

PER IL

MARESCIALLO DUCA DI SALDANHA

ROMA

1863

Fig. 9 – Folha de rosto da 2.ª edição da obra do Marechal Duque de Saldanha editada em Roma em 1863. Arquivo de João Luís Cardoso.

Nesta obra, o autor admitiu a existência de uma Humanidade antediluviana, considerada à luz do texto sagrado.

Data também dessa época a afirmação da Arqueologia nos Países Nórdicos, onde os testemunhos de várias épocas se conservaram excelentemente nas turfeiras, exibindo características próprias, sem influências das culturas clássicas, uma vez que ali jamais chegaram Gregos ou Romanos. Foi, no entanto, no Norte Escandinavo, que o texto de Lucrécio, sobre a existência das três idades sucessivas na marcha da Humanidade: da Pedra; do Bronze; e do Ferro foi, pela primeira vez, cabalmente confirmado por Thomsen e estas depois subdivididas por Worsaae, tornando evidentes a qualidade e o avanço da arqueologia nórdica.

Por todo o lado, os nacionalismos encontravam-se então em plena formação. Não espanta que as descobertas arqueológicas, enquanto fornecedoras de argumentos científicos devidamente creditados por prestigiados investigadores, também fossem utilizadas para os justificar, legitimando prioridades ou diferenças, sem esquecer que os primórdios da Humanidade a todas as nações cultas dizia respeito, sendo, assim, um contributo que estas deviam prestar para viverem em comunhão com as restantes.

3 – A SEGUNDA COMISSÃO GEOLÓGICA DE PORTUGAL E OS SEUS CONTRIBUTOS PARA O CONHECIMENTO DA ANTIGUIDADE DO HOMEM EM SOLO PORTUGUÊS

Em Portugal, o espírito que animava os pioneiros da Segunda Comissão Geológica, desde o momento da sua criação, em 1857, não diferia muito do vivido, pela mesma altura, pelos seus colegas além Pirenéus. Não ignoravam os progressos produzidos na Arqueologia além-fronteiras: disso é prova a abundante correspondência de âmbito arqueológico trocada com os seus pares (CARDOSO & MELO, 2001) e, ainda, a abundância de citações que pontua as suas obras, resultado de leituras que denotam a actualização dos seus conhecimentos.

Deste modo, os trabalhos de Carlos Ribeiro (1813-1882), Pereira da Costa (1809-1889) e Nery Delgado (1835-1908), vieram provar que, também em Portugal, à semelhança de outros países europeus onde os estudos pré-históricos tinham começado há mais tempo e se encontravam mais desenvolvidos, era possível alcançar o conhecimento de um passado humano muito para além dos documentos escritos, ou da tradição oral, apoiado nos testemunhos materiais que nos chegaram, os quais eram então pela primeira vez retirados dos vastos arquivos das grutas e dos terrenos onde jaziam, e interpretados, tal como hoje, respectivamente, com base nos métodos estratigráfico e tipológico, nisso revelando notável modernidade.

Cabe, porém, a Nery Delgado, a autoria, em 1865, da primeira escavação arqueológica em uma gruta ocupada pelo homem pré-histórico, onde os testemunhos paleontológicos de espécies extintas aparentemente coexistiam com os arqueológicos. O rigor científico seguido por Nery Delgado, tanto na escavação como na monografia dedicada à referida gruta, designada da Casa da Moura (Óbidos), onde eram bem patentes as preocupações de sublinhar a antiguidade da presença humana ali documentada (DELGADO, 1867), ecoaram além-fronteiras.

Logo no ano seguinte, os resultados apresentados na referida memória foram noticiados por Gabriel de Mortillet nos *Matériaux pour l'Histoire de l'Homme*, evidenciando a rápida difusão da publicação portuguesa pelos centros científicos mais relevantes da época (MORTILLET, 1868 a). É interessante sublinhar que o achado de um crânio humano, reproduzido por Nery Delgado (Fig. 10) (DELGADO, 1867, Pl. 1), foi devidamente valorizado pelo ilustre arqueólogo francês, sublinhando, a partir das informações de Nery Delgado que "*pourrait bien être plus ancien et appartenir à l' assise inférieure*." (MORTILLET, 1868 a, p. 59).

Com efeito, caso essa situação se confirmasse, como defendeu João Zilhão, tratar-se-ia do mais antigo testemunho do Paleolítico Superior conhecido, retirando a prioridade ao Homem de Cro-Magnon, publicado apenas no ano seguinte ao do exemplar português (ZILHÃO, 1991, p. 114). Tal crânio encontra-se hoje desaparecido, dele apenas sobrevivendo um molde em gesso, realizado por Pereira da Costa para representar a Comissão Geológica na Exposição Universal de Paris de 1867, pelo que nenhuma confirmação da sua antiguidade será possível. Mercê da publicidade dada logo a esta descoberta, foi a mesma foi noticiada em obras de síntese por essa época publicadas. É o caso de W. Boyd Dawkins, na sua bem conhecia obra, *Cave Hunting, Researches on the Evidence of Caves Respecting the Early Inhabitants of Europe*, publicada Londres em 1874, onde apresenta uma desenvolvida referência não só a esta descoberta, mas aos trabalhos efectuados na gruta e principais resultados obtidos (DAWKINS, 1874).

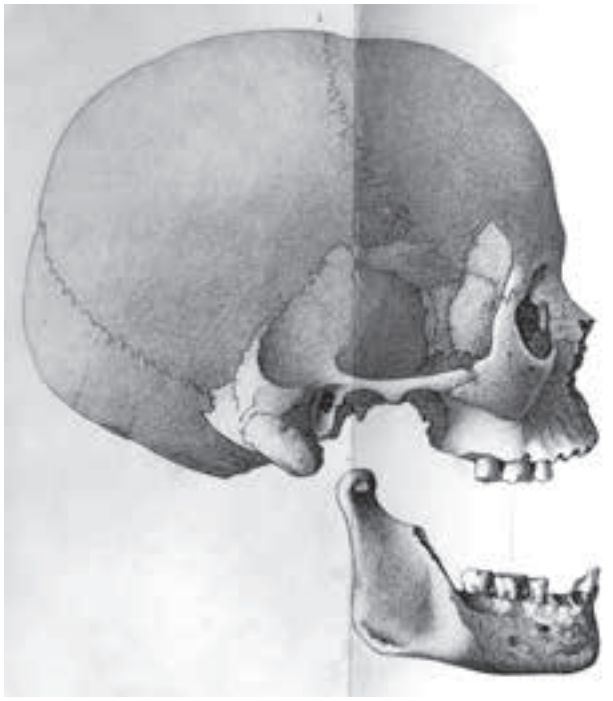


Fig. 10 – Crânio humano supostamente paleolítico proveniente da gruta da Casa da Moura (DELGADO, 1867).

A monografia arqueológica dedicada à Casa da Moura (DELGADO, 1867), publicada apenas um ano depois de finalizada a primeira série de intervenções ali efectua- das em 1865 e 1866, conforme mostram as datas das etiquetas apostas a algumas peças do espólio ainda hoje conservado no Museu do LNEG, desde logo evidencia a principal preocupação do autor, aliás em sintonia com uma das questões científicas mais candentes, a que já se fez referência: a demonstração cabal da antiguidade da espécie humana, através de critérios geológicos e paleontológicos. Como acima se referiu, o próprio título: *Da existencia do Homem no nosso solo em tempos mui remotos provada pelo estudo das cavernas – primeiro opusculo, Noticia acerca das grutas da Cesareda*, é bem expressivo de tal preocupação, em total sintonia com o espírito dos seus colegas que, por toda a Europa, procuravam coligir provas daquela antiguidade. Nesta obra, é notório o cuidado dispensado à própria exploração, decapando os depósitos, camada por camada, prática a que não era estranha a sua formação geológica, como acontecia com a maioria dos pré-historiadores europeus da sua época: "*Levantando o entulho, uma camada após outra, fácil nos foi recolher todos estes objectos, sabendo-se sempre a altura a que tinham sido achados n'um ou n'outro ponto da gruta.*" (DELGADO, 1867, p. 46).

Outra evidência da qualidade científica de Nery Delgado é a sua intervenção na gruta da Furninha (Peniche), cuja exploração inicial, tal como a da Casa da Moura, remonta a 1865, conforme a data das etiquetas coladas a alguns dos exemplares então recuperados (Fig. 11). A técnica de escavação ali adoptada, nas escavações que subsequentemente ali foram dirigidas por Nery Delgado em 1879 e 1880, ainda hoje se pode considerar modelar. Tal conclusão é, com efeito, apoiada pela forma como as peças se encontram individualmente etiquetadas, com menção das respectivas camadas e profundidades de colheita. Tal realidade é sublinhada, no caso da gruta da Casa da Moura, cujas etiquetas das peças mostram ter sido o espaço escavado previamente dividido por quadrícula, em relação à qual aquelas foram referenciadas. Desta forma, foi Nery Delgado

o primeiro a registar, a nível mundial, a referenciação tridimensional dos achados, décadas antes de o método ter sido aplicado por Mortimer Wheeler.

Com efeito, a importância internacional granjeada pelas investigações arqueológicas desenvolvidas pela Segunda Comissão Geológica de Portugal encontra-se bem evidenciada pela correspondência mantida pelos seus dirigentes com os mais importantes investigadores da época, a qual se estendia, frequentemente, à troca de espécimes arqueológicos entre as diversas instituições. Foi essa prática, então comum, que justificou o envio a John Evans, eminente arqueólogo inglês, de uma colecção de objectos pré-históricos portugueses (CARDOSO & MELO, 2001, carta n.º 8), entre os quais alguns da Casa da Moura. Essas peças ainda hoje se encontram conservadas no Ashmolean Museum, em Oxford.



Fig. 11 – Etiqueta aposta em artefacto paleolítico da gruta da Furninha conservado no Museu Geológico, comprovativa da sua exploração em 1865, correspondente à primeira fase dos trabalhos ali dirigidos por Nery Delgado. Fotografia de João Luís Cardoso.

No ano de 1863, efectuaram-se as primeiras identificações de estações pré-históricas de ar livre, os concheiros mesolíticos das ribeiras de Magos e de Muge (concelho de Salvaterra de Magos), afluentes da margem esquerda do rio Tejo, por iniciativa de Carlos Ribeiro, seu descobridor, inaugurando os trabalhos ali efectuados (CARDOSO & ROLÃO, 1999-2000; CARDOSO, 2015), os quais foram prosseguidos até à actualidade, tornando aquelas estações no mais notável núcleo do Mesolítico europeu.

Logo em 1864 Carlos Ribeiro mandou realizar ali a primeira escavação arqueológica, que na verdade foi a primeira que, com método científico foi efectuada em Portugal, escolhendo para tal efeito o concheiro do Cabeço da Arruda, tendo os resultados daqueles trabalhos sido publicados por F. Pereira da Costa (COSTA, 1865), beneficiando das informações que lhe foram fornecidas pelo seu colega da Comissão Geológica. No título da publicação, *Da existencia do Homem em epochas remotas no valle do Tejo – primeiro opusculo. Noticia sobre os esqueletos humanos descobertos no Cabeço da Arruda*, era já patente a preocupação da demonstração da antiguidade do povoamento humano do território hoje português. Pereira da Costa mostra pleno domínio do objecto do seu estudo, estando bem informado dos progressos efectuados além-fronteiras neste tipo de depósitos, confirmando a alta valia científica do seu trabalho.

A monografia dedicada ao concheiro mesolítico do Cabeço da Arruda, corresponde, pois, à primeira obra de carácter científico relativa a uma estação pré-histórica portuguesa (1865).

Tendo sido nomeado membro correspondente do Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia Pré-Históricas, realizado em Paris em Agosto de 1867, Pereira da Costa enviou uma Memória ao Congresso, intitulada *Monuments mégalithiques du Portugal*. A Memória abordou, no entanto, temática muito mais abrangente, distribuída por seis questões principais; a relativa aos dólmenes correspondia à mais desenvolvida de todas, apresentando-se o inventário de trinta e nove monumentos distribuídos por todo o país (MORTILLET, 1868 d, p. 181 e segs.). As outras questões apresentadas, em plena sintonia com as temáticas mais importantes discutidas na referida reunião, foram as seguintes:

1.ª – Traces les plus anciennes de l'existence humaine;
2.ª – Habitation des cavernes, etc., etc.;
3.ª – Monuments mégalithiques;
4.ª – Apparition du bronze;
5.ª – Époque du fer;
6.ª – Races humaines préhistoriques.

Os comentários, ainda que muito sintetizados, correspondem à primeira síntese sobre as evidências dos tempos pré-históricos no território português, ao nível do melhor que então se fazia além-Pirenéus, já que a qualidade e a diversidade da investigação então produzida em Portugal não era acompanhada pela efectuada em Espanha, na década de 1860. À apresentação oral desta Memória, a qual foi ilustrada por moldes em gesso expressamente preparados em Lisboa para o efeito – como o crânio da casa da Moura, antes referido – seguiu-se a sua publicação no volume das actas, sob a forma de notícia, por Gabriel de Mortillet (MORTILLET, 1868 b, c).

Embora tenha resultado em boa parte de trabalhos de campo realizados por outros membros da Comissão Geológica, designadamente Carlos Ribeiro e Nery Delgado, a par de outros, como Frederico de Vasconcelos Pereira Cabral, é inegável a capacidade de Pereira da Costa para compilar informação e apresentar um discurso original e sustentado cientificamente.

Em 1868, o mesmo autor dá à estampa monografia sobre esta temática, onde publica conjunto de elementos por si coligidos em 1867, os quais são discutidos com outras informações, que bem evidenciam a actualização dos conhecimentos do seu autor (COSTA, 1868). Esta obra constitui a primeira tentativa sistemática de registo e caracterização de monumentos dolménicos no território português e uma das mais precoces efectuadas na Europa. Declarou então Pereira da Costa: "[…] *desejoso de dar ao congresso uma noticia sobre estes monumentos do nosso paiz, fiz uma digressão, em que empreguei apenas treze dias, e fui ver e explorar as Antas, que ainda hoje se acham em melhor ou peior estado no concelho de Castello de Vide, na provincia do Alemtéj*o." (COSTA, 1868, p. VII). Desta missão resultou lista de treze antas, das quais visitou oito e promoveu a escavação de quatro, ainda que com fracos resultados. Além daqueles dados, coligiu ainda informações de outros cinquenta sepulcros megalíticos, baseando-se noutros autores, aparentemente, sem a sua confirmação *in loco*. Daí a importância do seu desafio: "*Oxalá que este fraco começo disperte nas pessoas que se acharem em condições opportunas para ampliar os conhecimentos a este respeito, o desejo de fazerem conhecidos a existencia, e o estado d'estes monumentos, que apesar da devastação a que teem estado sujeitos, ainda abundam em algumas das nossas provincias, principalmente no Alemtejo e nas Beiras. Só depois de bem conhecida a distribuição d'estes monumentos no nosso paiz, é que se poderá conhecer a marcha que n'elle executou o povo que os construiu*." (COSTA, 1868, p. VIII).

Esta memória mereceu análise e divulgação além-fronteiras; com efeito, logo no mesmo ano, Gabriel de Mortillet apresenta notícia da mesma nos seus *Matériaux pour l'Histoire de l'Homme* reproduzindo o inventário dos dólmenes identificados em Portugal segundo a lista apresentada por Pereira da Costa (MORTILLET, 1868 b) (Fig. 12).

Foi pena que o diferendo que se estabeleceu nessa altura entre os dois membros-directores da Comissão Geológica, ele próprio e Carlos Ribeiro (CARDOSO, 2015), tivesse, a curto prazo, ditado, a 1 de Fevereiro de 1868, o fim da instituição (CARDOSO, 2013 a; CARNEIRO, MOTA & LEITÃO, 2013) e, com ele, o da intensa investigação que Francisco Pereira da Costa nela vinha desenvolvendo. Com efeito, a dissensão já teria antecedentes, que explicam a suspensão da execução dos trabalhos tipográficos de um álbum ilustrado por litografias

coloridas de exemplares pré-históricos coligidos pela Comissão Geológica, o qual se destinava a apresentação na Exposição Universal de Paris de 1867. É o próprio Pereira da Costa que o declara (COSTA, 1868 b, p. V). Esse conjunto de estampas, foi, entretanto publicado (CARREIRA & CARDOSO, 1996), permanecendo ainda inédito um belíssimo conjunto de dez litografias representado dolmenes, e outros artefactos neles recuperados (Fig. 13), cuja localização no terreno, salvo excepções, se desconhece.

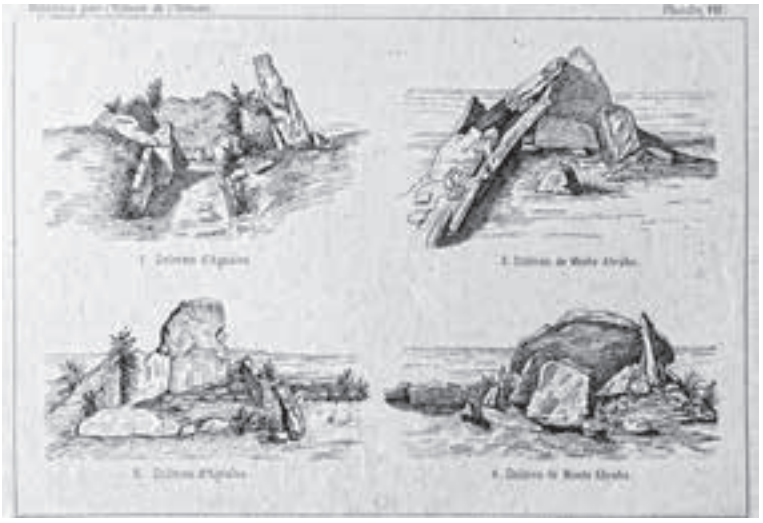


Fig. 12 – Dólmenes da região de Belas reproduzidos na revista "Matériux pour l´ Histoire Primitive de l´Homme" (RIBEIRO, 1878 a). Arquivo de João Luís Cardoso.

Finda assim, de forma abrupta, a actividade arqueológica de Pereira da Costa, no domínio do megalitismo, tendo tal lugar sido preenchido por Carlos Ribeiro.

O interesse de Carlos Ribeiro pelo estudo dos dólmenes da região de Belas remonta à década de 1870, tendo publicado em 1880 os resultados das escavações por si conduzidas (RIBEIRO, 1880), antecedidos por comunicação apresentada à Secção de Antropologia da Associação Francesa para o Progresso das Ciências, reunida em 1878 em Paris, intitulada *Dolmens et grottes sépulcrales du Portugal* (RIBEIRO, 1878 a). Nela dá notícia do início das escavações dos monumentos da região de Belas: "*A présent on a commencé des fouilles dans le groupe de Bellas, à 15 kilomètres N.-O. de Lisbonne; un dolmen est sans galerie au lieu dit Pedra dos Mouros, trois sont avec galerie, à Monte Abrao, à Estria, à Agualva*." Tal notícia encontra-se ilustrada por duas estampas, uma delas alusiva aos dólmenes de Carrascal/Agualva e de Monte Abraão, outra aos objectos neles encontrados.



Fig. 13 – Gravura de dólmenes portugueses, integrando conjunto de dez folhas litografadas executado por iniciativa de Pereira da Costa no âmbito da Comissão Geológica de Portugal, extinta em Fevereiro de 1868, até ao presente inédito. Arquivo de João Luís Cardoso.

As antas referidas somam-se a outras, também identificadas no decurso dos reconhecimentos geológicos então efectuados na região de Lisboa, como as de Pedras Grandes, Alto da Toupeira 1, Batalhas, Casal do Penedo e Carcavelos. Também a publicação das quatro grutas artificiais do Casal do Pardo, exploradas pelo colector António Mendes em 1876, tinha sido planeada por Carlos Ribeiro, mas não foi concretizada, ao contrário da publicação da gruta artificial da Folha das Barradas, na Granja do Marquês, publicada em 1880, tal como o *tholos* do Monge, situado na serra de Sintra (RIBEIRO, 1880).

A par destas estações, foram exploradas no final da década de 1870 as grutas naturais da Cova da Raposa/ Cova Grande e Cova do Biguino, na região de Olelas (Sintra), só publicadas muito mais tarde e de forma genérica (NOGUEIRA, 1931), do Moinho da Moura (associada ao povoado de Leceia) (RIBEIRO, 1878 b), da Ponte da Laje, Oeiras (CARDOSO, 2013 b), e das grutas de Porto Covo e do Poço Velho, Cascais (GONÇALVES, 2008 a, 2008 b).

Enfim, a identificação do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras), e a sua ulterior exploração sumária, já que Carlos Ribeiro se limitou à recolha de objectos dispersos à superfície do solo, corresponde a um novo passo no conhecimento do homem pré-histórico no território português, já que constituía, então, o único sítio de carácter habitacional de época neolítica conhecido em Portugal, publicado sob a forma de uma bem documentada memória (RIBEIRO, 1878 b).

*** *** ***

Plenamente comprovada na Europa a antiguidade quaternária (ou antediluviana) da espécie humana na década de 1860, importava ir ainda mais longe na busca das origens da Humanidade. É nessa preocupação, comum a investigadores diversos da Europa Ocidental, que se devem inscrever as investigações de Carlos Ribeiro sobre o "Homem terciário português". Com efeito, Carlos Ribeiro contava-se entre os poucos pré-historiadores de então que tinham contribuído, com achados efectivos, para a discussão do Homem Terciário, que se tinha instalado na Europa da segunda metade do século XIX. Remonta a 1866 a primeira publicação sobre os depósitos quaternários das bacias cenozóicas do Tejo e do Sado (RIBEIRO, 1866). A importância destas investigações, associando as minuciosas observações de terreno a uma cartografia geológica de qualidade, levaram De Verneuil, então Presidente da Sociedade Geológica de França a convidar Carlos Ribeiro a apresentar comunicação àquela Sociedade, a qual se realizou no dia 17 de Junho de 1867 (RIBEIRO, 1867). Mas a inclusão no Quaternário de espessas séries de depósitos, que atingiam cerca de 400 m de potência, para além das assinaláveis deformações neles evidenciadas, estando alguns deles deslocados até à vertical, levou o referido geólogo, em carta pouco depois remetida a Carlos Ribeiro, a duvidar daquela classificação. Compreende-se que Carlos Ribeiro, com base nos critérios vigentes, tenha classificado como quaternárias a totalidade daquelas formações, dado que, nas assentadas mais antigas das mesmas, recolheu artefactos supostamente talhados pelo Homem.

A incorporação no Quaternário da totalidade dos depósitos que faziam parte do seu Grupo Inferior, Médio e Superior, manteve-a Carlos Ribeiro até aos finais da década de 1860. Data dessa altura a redacção de um manuscrito, no qual defendia minuciosamente a cronologia proposta, só recentemente publicado (CARDOSO, 2013 a). Só quando tomou pleno conhecimento da possibilidade de, já no Terciário, ter existido um ser inteligente autor dos exemplares que ele admitia serem intencionalmente talhados, é que mudou de posição.

Com efeito, Carlos Ribeiro, em memória publicada em 1871, onde retoma muitas das observações contidas no manuscrito que não chegou a dar à estampa, incluiu, pela primeira vez, os terrenos do Grupo Inferior e do Grupo Médio no Terciário (Miocénico e Pliocénico, respectivamente), reservando ao Quaternário apenas os do Grupo Superior, declarando a tal propósito o seguinte: "*Hoje acabaram para nós todas as hesitações e dúvidas, que se tinham levantado no nosso espirito, nascidas unicamente da idéa preconcebida – que a espécie humana não tinha precedido na serie dos tempos geológicos o período diluvial ou quaternário –; e assim devia acontecer, depois dos estudos que ultimamente fizemos.*" (RIBEIRO, 1871, p. 53).

Admite-se que a mudança de paradigma tenha resultado, não de novas observações de terreno, mas simplesmente de um amadurecimento das ideias por via de leituras entretanto efectuadas. Com efeito, o aparecimento de materiais por si considerados intencionalmente lascados nos depósitos do Grupo Inferior (Fig. 14) deixou de constituir impedimento, a partir da segunda metade da década de 1860, para que eles

não pudessem ser terciários: por toda a Europa, comprovada a antiguidade do Homem quaternário, procuravam-se afanosamente vestígios de uma humanidade muito mais antiga, remontando ao Terciário. E as leituras de obras dedicadas à questão, citadas exaustivamente no seu estudo de 1871, como o estudo do Abade Bourgeois sobre os sílex lascados da base do calcário de Beauce, apresentado em 1867 (RIBEIRO, 1871, p. 47), acabaram por dissipar no espírito do nosso geólogo as derradeiras dúvidas sobre a verdadeira idade das camadas dos seus Grupos Inferior e Médio.

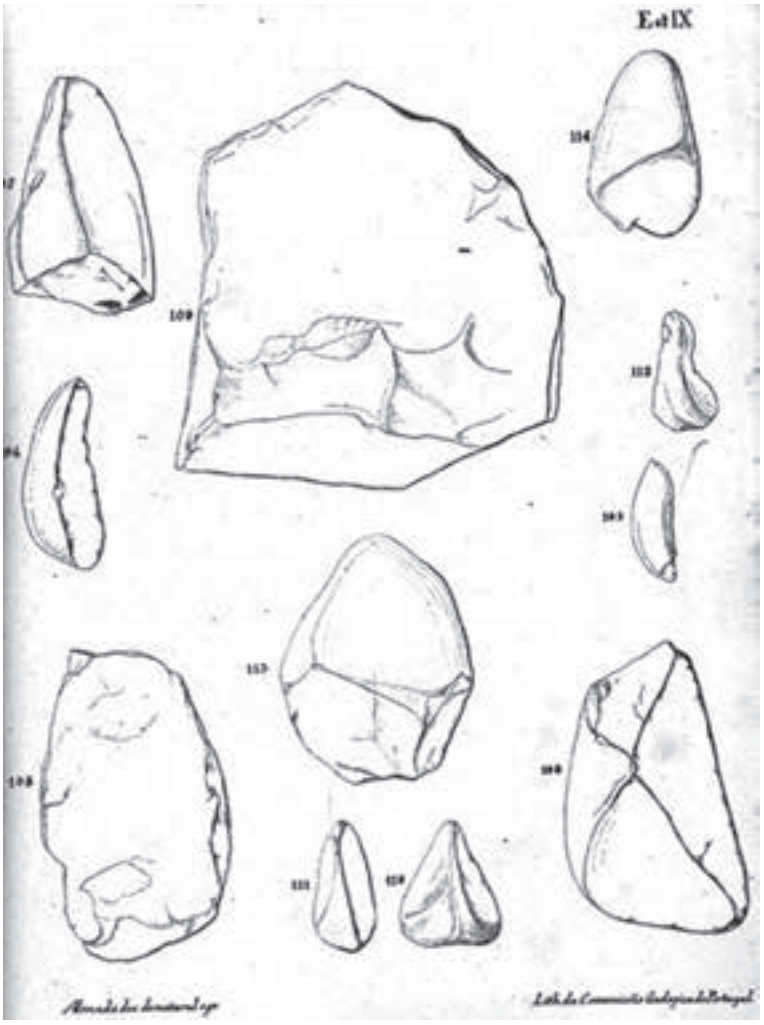


Fig. 14 – Materiais supostamente talhados intencionalmente provenientes dos depósitos terciários da bacia do Tejo (RIBEIRO, 1871, Est. IX). Arquivo de João Luís Cardoso.

Mas, mesmo antes, quando ainda admitia que tais camadas pudessem apenas remontar aos primeiros tempos do Quaternário, não deixava de exprimir o seu entusiasmo sobre a antiguidade da presença humana nestas regiões, como se pode ler noutra passagem do manuscrito (2.º Caderno) (in CARDOSO, 2013 a): "*É realmente admiravel extrahir um silex ou um quartzite do seio d'uma camada que tem por cima, assentadas de outras camadas com 50, 100 e 200 metros de espessura em cujas peças se reconhece que antes de ali se sepultarem já tinham passado pela mão do homem! Citaremos para exemplo: 1.º um silex trabalhado extrahido por nós de uma camada de grés com pasta calcarea das visinhanças d'Alenquer e ao Norte desta villa, cuja camada vai metter por (baixo) da assentada de camadas de calcareo mais antiga do grupo. 2.º uma faca de silex por nós tambem extrahida de uma camada de grés vermelho que afflora ao Sul e proximo da ponte d'Otta e pertencente à primeira assentada arenosa que cobre aquellas camadas de calcareos; 3.º diversas peças de silex trabalhadas e colligidas tanto por nós como pelos Collectores da Comissão Geologica nas assentadas arenosas mais inferiores entre Rio Maior e Malaqueijo no Caminho de Santarem; 4.º quartzites trabalhadas e nucleos da mesma rocha que servio para extrahir aquellas peças encontradas por nós em muitas diversas camadas que affloram na trincheira do Caminho de ferro entre as estações d'Abrantes e do Crato*."

Estas conclusões mereciam divulgação internacional, potenciada pela projecção do seu autor. Uma selecção dos melhores destes exemplares foi por ele apresentada na Sexta Sessão do Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia Pré-Históricas, reunida em 1871 em Bruxelas, logo no ano seguinte ao da publicação portuguesa (RIBEIRO, 1873) (Fig. 15). Os resultados foram, no entanto, recebidos globalmente

com cepticismo, levantando-se dúvidas, ou sobre a autenticidade das peças apresentadas, ou, cumulativamente, sobre a idade dos próprios terrenos onde jaziam, que, para alguns congressistas, poderiam ser mais recentes do que julgava Carlos Ribeiro. O esclarecimento desta questão motivou outra intervenção, no mesmo congresso, igualmente publicada nas Actas. Não desanimou, porém, o nosso geólogo. Por ocasião da Exposição de Ciências Antropológicas de Paris, realizada no âmbito do respectivo Congresso Internacional de 1878, Carlos Ribeiro levou consigo 95 exemplares que então ali foram expostos. Deste conjunto, Cartailhac, separou vinte e dois, nos quais admitiu vestígios irrefutáveis de trabalho humano, reproduzindo oito deles em 1879 (CARTAILHAC, 1879) (Fig. 16). Também em 1885, na segunda edição do seu manual de Arqueologia Pré-Histórica, de larga difusão internacional, *Le Préhistorique*, Gabriel de Mortillet referiu que, já em 1878 tinha considerado os mesmos artefactos como possuindo vestígios de trabalho intencional (MORTILLET, 1885, p. 99, nota 1). Começava, pois, a dar frutos, a persistência de Carlos Ribeiro: era o próprio que, a tal respeito, declarava, em 1871, o seguinte: "*A indifferença, e mais ainda a opposição que, no animo da maior parte das pessoas dedicadas ao estudo des sciencias e de litteratura, encontraram as descobertas relativas ao homem primitivo ou ante-diluviano, tiveram diversas causas entre as quais podemos mencionar: a duvida que se manifesta sempre em receber factos e descobertas novas, quando se não harmonizam ou estão em desaccordo com as idéas geralmente recebidas; os preconceitos e o fanatismo cego que muitos homens teem pelas theorias, preferindo antes morrer abraçados a ellas do que prestar homenagem à evidencia dos factos e à verdade; e por fim a pouca vontade do maior numero em trocar os gozos e confortos domesticos pelos incommodos inevitaveis das viagens e explorações, quando teem um fim puramente scientifico*." (RIBEIRO, 1871, p. 33).

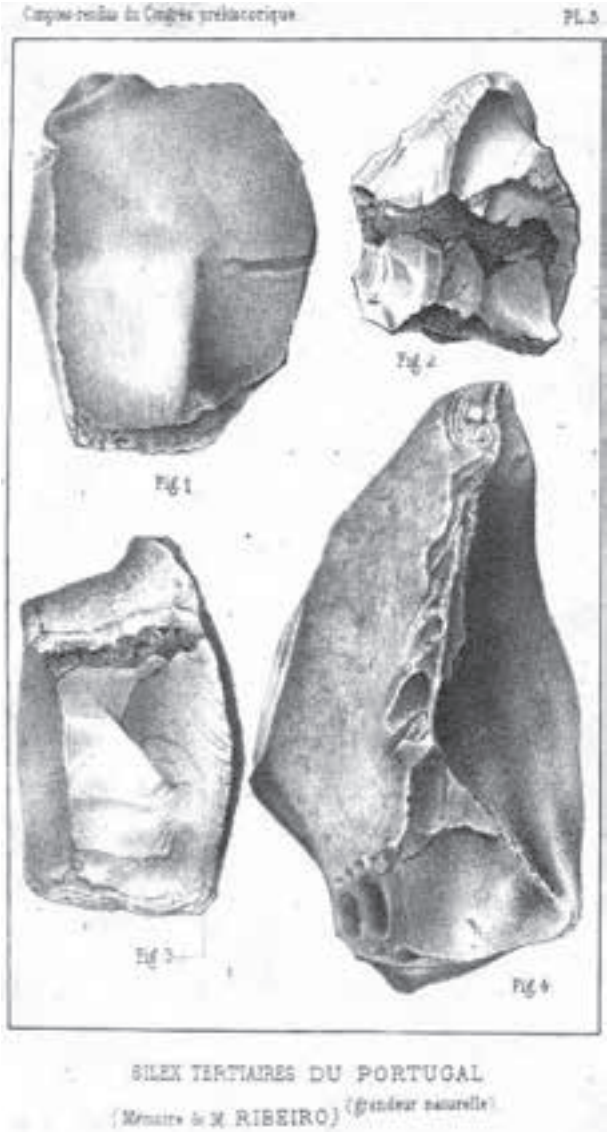


Fig. 15 – Materiais supostamente talhados intencionalmente provenientes dos depósitos terciários da bacia do Tejo apresentado em Bruxelas ao Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia Pré-históricas em 1872 (RIBEIRO, 1873, Pl. 5). Arquivo de João Luís Cardoso.

A predisposição da comunidade científica para a discussão mais pormenorizada desta questão tinha sido, no entanto, conseguida, reunindo-se as condições para se efectivar em Lisboa, em 1880, a Nona Sessão do Congresso Internacional de Arqueologia e de Antropologia Pré-Históricas, em que Carlos Ribeiro teve papel decisivo (Fig. 17).

A história deste Congresso, que reuniu os mais notáveis pré-historiadores e antropólogos europeus da época, já foi minuciosamente descrita (GONÇALVES, 1980; CARDOSO, 1999/2000). É de destacar o papel

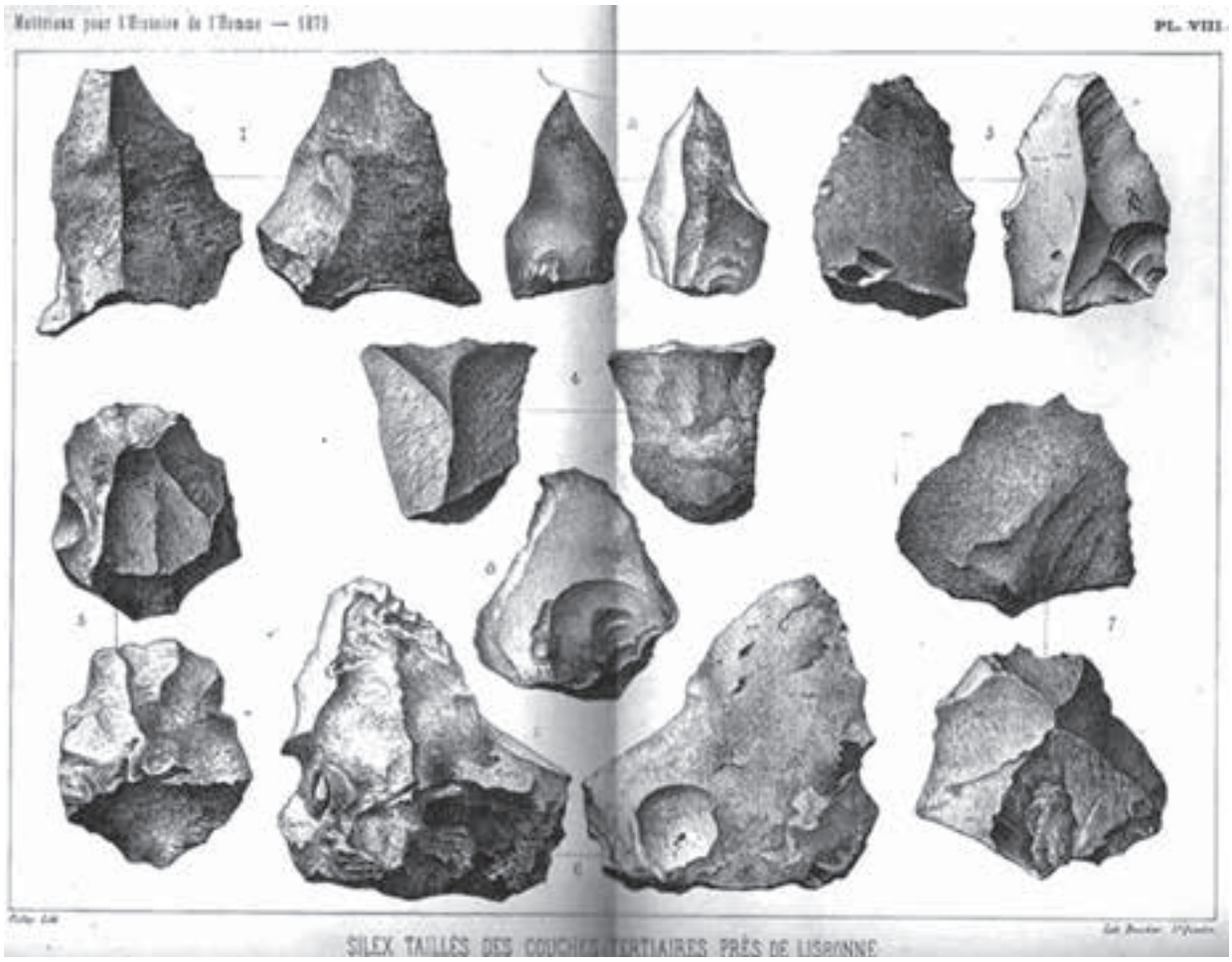


Fig. 16 – Materiais supostamente talhados intencionalmente provenientes dos depósitos terciários da bacia do Tejo, misturados com outros verdadeiramente trabalhados, recolhidos em retalhos de terraços quaternários que não foram diferenciados dos anteriores (CARTAILHAC, 1879, Pl. VIII). Arquivo de João Luís Cardoso.

no Congresso dos membros da então designada Secção dos Trabalhos Geológicos de Portugal, onde Nery Delgado apresentou notável estudo sobre a gruta da Furninha, Peniche (DELGADO, 1884), tendo Carlos Ribeiro, nomeado Secretário-Geral da reunião, encerrado a sua contribuição para o conhecimento dos concheiros de Muge com comunicação, publicada postumamente (RIBEIRO, 1884 a), onde se apresenta fotografia das extensas escavações realizadas nesse mesmo ano no concheiro do Cabeço da Arruda, visitado pelos congressistas, e que bem evidencia a qualidade com que foram realizadas as mesmas.

A 21 de Setembro de 1880, Carlos Ribeiro apresentou a comunicação *L'Homme tertiaire en Portugal* (RIBEIRO, 1884 b), a única a que o Rei D. Luís assistiu. No final, foi constituída uma comissão, a qual reuniu, após a excursão à região de Ota, realizada no dia seguinte. Nela, já não participou Carlos Ribeiro, devido à doença que o viria a vitimar dois anos depois.

Reunida a Comissão, o resultado saldou-se a desfavor da intencionalidade de talhe das peças consideradas como recolhidas *in situ* e portanto da legitimidade do "Homem terciário português", por seis votos contra cinco. Virchow, o eminente professor de Antropologia da Universidade de Berlim e declarado opositor da autenticidade das descobertas, na qualidade de presidente da Comissão, encerrou o memorável debate –

pormenorizadamente transcrito por P. Choffat (CHOFFAT, 1884) – nos seguintes termos (p. 118): "*Personne ne demandant la parole, la séance va être levée. Ce n'est par une méthode scientifique que de trancher les questions a la majorité des votants. Il faut donc remettre la décision à un autre Congrès.*"

Declarado defensor do Homem terciário português, Gabriel de Mortillet, autor da já referida obra de larga divulgação internacional *Le Préhistorique*, levou tal convicção ao extremo de baptizar o autor destes supostos artefactos (os eólitos), com o nome científico de *Anthropopithecus ribeiroii* (MORTILLET, 1885, p. 105), convicção que explica a reprodução de um dos exemplares, já apresentado por Cartailhac em 1879, e ainda mantida em 1905 pelo próprio, na edição mais recente da referida obra.

O nome arrevezado desta latinização forçada não passou despercebido ao humor ácido de Camilo Castelo Branco, num livrinho intitulado *O General Carlos Ribeiro (recordações da mocidade)* (CASTELO BRANCO, 1884) (Fig. 18).

As questões científicas discutidas tiveram larga repercussão na opinião pública da época, merecendo especialmente extensas reportagens na revista *Occidente* e no jornal humorístico *O António Maria* onde, pela pena de Rafael Bordalo Pinheiro, os diversos acontecimentos ocorridos e os próprios congressistas foram implaca-


OCCIDENTE

REVISTA ILLUSTRADA DE PORTUGAL E DO ESTRANGEIRO

Fig. 17 – Sessão inaugural da IX Sessão do Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia Pré-Históricas, realizado na biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa em Setembro de 1880 (revista *Occidente*, de 15 de Outubro de 1880). Arquivo de João Luís Cardoso.


O GENERAL

CARLOS RIBEIRO

(RECORDAÇÕES DA MOCIDADE)

POR

CAMILLO CASTELLO BRANCO

PORTO

LIVRARIA CIVILISAÇÃO

DE

RICHARDO DA COSTA SANTOS — EDITOR

Fig. 18 – Capa da brochura do livro de Camilo Castelo Branco, *O General Carlos Ribeiro (recordações da mocidade)* (CASTELO BRANCO, 1884). Arquivo de João Luís Cardoso.

velmente retratados, merecendo Carlos Ribeiro e o seu Homem Terciário uma especial atenção, de respeito afectuoso (Fig. 19), também patente numa outra caricatura, em que tenta furtar um osso da sacola de outro Congressista, o Prof. Pigorini, entretido a admirar com outro colega o conteúdo de uma vitrina, por ser a única prova que faltava para demostrar cabalmente a autenticidade do Homem terciário.

A questão do Homem Terciário, no que respeita ao nosso país, só foi encerrada definitivamente em 1941-1942, por Henri Breuil e Georges Zbyszewski (BREUIL & ZBYSZEWSKI, 1942).

Uma das mais importantes consequências, no plano científico, da célebre reunião de Lisboa, foi a criação da Cadeira de Antropologia, Paleontologia Humana e Arqueologia Pré-Histórica, em 1885, na Universidade de Coimbra: era, na verdade, a síntese programática da própria actuação da Segunda Commissão Geologica de 1857 no domínio do Homem Fóssil. Foi seu primeiro "lente proprietário" Bernardino Machado, a quem se deve, enquanto Ministro das Obras Públicas, a fundação, em 1893, do Museu Ethnologico Português, o actual Museu Nacional de Arqueologia, sob a direcção de José Leite de Vasconcellos (1858-1941). Assim se



CARLOS RIBEIRO; O DESCOBRIDOR DO HOMEM TERCIARIO PORTUGUEZ.—Quando alguns dos sabios nacionaes viram posta em duvida a authenticidade d'este descobrimento elles jubilaram muito, porque não ha coisa que mais alegre um sabio ambiguo do que encontrar um outro que lhe parece mais ambiguo ainda. Não obstante isso, o nome d'este forte e honrado trabalhador ficará gloriosamente ligado para todo e sempre a um dos mais importantes factos da sciencia europeia n'este seculo.

Fig. 19 – Caricatura de Carlos Ribeiro, da autoria de Rafael Bordalo Pinheiro (in *O António Maria*, de 30 de Setembro de 1880) sustentando o "Homem terciário português", correspondente à personificação do Duque de Ávila, que pouco tempo antes havia sido 1.º ministro de um governo de pouca duração, em resultado do descontentamento popular gerado. Arquivo de João Luís Cardoso.

encerrou a primeira fase da investigação da Arqueologia pré-histórica portuguesa, corporizada pelos membros da segunda Comissão Geológica de Portugal, talvez a mais inovadora, original e brilhante de todas elas até à actualidade, apesar da sua curta duração, luminoso momento, que, por ser tão fugaz, mais destacou o prestígio e a excepcionalidade dos seus escassos protagonistas.

AGRADECIMENTOS

Ao Doutor Miguel Ramalho e ao Sr. José António Anacleto por, respectivamente, terem autorizado e ajudado a obtenção de registos fotográficos de espólios arqueológicos recolhidos por iniciativa de Nery Delgado na gruta da Casa da Moura, conservados no Museu Geológico do LNEG.

REFERÊNCIAS

ARGOTE, J. C. (1732-1747) – *Memorias para a historia ecclesiastica do arcebispado de Braga*, 4 vols. Lisboa: Officina de Joseph Antonio da Silva.

AZEVEDO, E. (1889) – *O Homem prehistorico*. Coimbra: Typographia das instituições christãs.

BARATTA, C. J. (1718-1719) – *Recreaçam proveytosa*, 2 vols. Lisboa: Antonio Pedrozo Galram.

BREUIL, H. & ZBYSZEWSKI, G. (1942) – *Contribution à l'étude des industries paléolithiques du Portugal et de leurs rapports avec la géologie du Quaternaire. 1 – Les principaux gisements des deux rives de l'ancien estuaire du Tage*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal (Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal, 26).

CARDOSO, J. L. (1999-2000) – As investigações de Carlos Ribeiro e de Nery Delgado sobre o "Homem Terciário": resultados e consequências na época e para além dela. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 8, p. 33-54.

CARDOSO, J. L. (2013 a) – Carlos Ribeiro, a "Breve noticia acerca do terreno quaternário de Portugal", e a questão do Homem terciário em Portugal. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 20, p. 27-88.

CARDOSO, J. L. (2013 b) – Carlos Ribeiro e Oeiras. Razões de uma homenagem. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 20, p. 11-20.

CARDOSO, J. L. (2015) – Carlos Ribeiro and Francisco António Pereira da Costa: dawn of the Mesolithic shellmiddens of Muge (Salvaterra de Magos). In BICHO, N., DETRY, C.; PRICE, T. D. & CUNHA, E. – *Muge 150th: The 150th Anniversary of the Discovery of Mesolithic Shellmiddens*. Cambridge Scholars Publishing, p. 1-18.

CARDOSO, J. L. & MELO, A. A. (2001) – Correspondência anotada de Carlos Ribeiro e de Nery Delgado: contribuição para a história da Arqueologia em Portugal. *Comunicações do Instituto Geológico e Mineiro*. Lisboa. 88, p. 309-346.

CARDOSO, J. L. & ROLÃO, J. M. (1999-2000) – Prospecções e escavações nos concheiros mesolíticos de Muge e de Magos (Salvaterra de Magos): contribuição para a história dos trabalhos arqueológicos efectuados. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 8, p. 83-240.

CARREIRA, J. R. & CARDOSO, J. L. (1996) – Um conjunto de litografias arqueológicas inéditas da Comissão Geológica de Portugal. *Comunicações do Instituto Geológico e Mineiro*. Lisboa. 82, p. 145-168.

CARTAILHAC, E. (1879) – L'Homme tertiaire. *Matériaux pour l'Histoire Primitive de l'Homme*. Toulouse. 11, p. 433-439.

CASTELO BRANCO, C. (1884) – *O General Carlos Ribeiro (recordações da mocidade)*. Porto: Livraria Civilisação.

CHOFFAT, P. (1884) – Excursion a Mugem. *Congrès International d'Anthropologie et d'Archéologie Préhistoriques (Lisbonne, 1880)*. Compte-Rendu de la neuvième session. Lisbonne: Typographie de l'Académie Royale des Sciences, p. 68-72.

COSTA, A. C. (1706, 1708, 1712) – *Chorografia portuguesa e descripçam topografica do famoso Reyno de Portugal*, 3 vols. Lisboa: Officina de Valentim da Costa Deslandes.

COSTA, F. A. P. (1865) – *Da existencia do Homem em epochas remotas no valle do Tejo. Noticia sobre os esqueletos humanos descobertos no Cabeço da Arruda*. Lisboa: Comissão Geológica de Portugal.

COSTA, F. A. Pereira da (1868) – *Descripção de alguns dolmins ou antas de Portugal*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias.

CUVIER, G. (1812) –*Recherches sur les ossemens fossiles de quadrupèdes*, 4 vols. Paris: Deterville.

CUVIER, G. (1830) – *Discours sur les révolutions de la surface du Globe*, 6.ª edição. Paris: Edmond d'Ocagne.

DARWIN, C. (1859) – *On the Origin of Species by Means of Natural Selection, or the Preservation of Favoured Races in the Struggle For Life*. Londres: John Murray.

DAWKINS, W. B. (1880) – *Early Man in Britain and His Place in the Tertiary Period*. London: MacMillan & Co.

DELGADO, J. F. N. (1867) – *Noticia acerca das grutas da Cesareda*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias.

DELGADO, J. F. N. (1880) – Les grottes de Peniche et Casa da Moura, Portugal. Station et sépulture néolithique. *Matériaux pour l'Histoire Primitive de l'Homme*. Toulouse. 11, p. 241-247.

DELGADO, J. F. N. (1884) – La grotte de Furninha a Peniche. *Congrès International d'Anthropologie et d'Archéologie Préhistoriques (Lisbonne, 1880)*. Compte-Rendu de la neuvième session. Lisbonne: Typographie de l'Académie Royale des Sciences, p. 207-278.

DIAS, J. A.; RODRIGUES, A. & MAGALHÃES, F. (1997) – Evolução da linha de costa em Portugal, desde o último máximo glaciário: síntese dos conhecimentos. *Estudos do Quaternário*. Lisboa. 1, p. 53-66.

GONÇALVES, V. S. (1980) – *O IX Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-Históricas (Lisboa, 1880): uma leitura, seguida da "crónica" de Bordalo Pinheiro*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa.

LAFITAU, J. (1724) – *Mœurs des sauvages ameriquains comparées aus mœurs des premiers temps*. 2 vols. Paris: Saugrain & Hochereau.

LYELL, C. (1863) – *The Antiquity of Man with Remarks on Theories of the Origin of Species by Variation*. London: John Murray.

LYELL, C. (1864) – Découverte supposé d'un os maxillaire inférieure humain dans la couche supérieure du terrain de Moulin-Quignon, dans les environs d'Abbeville. In *L'Ancienneté de l'Homme. Appendice*. Paris: J. B. Baillière et Fils, p. 14-19.

MENDONÇA, Martinho (1733) – Noticias da conferencia que a Academia Real da Historia Portuguesa fez em 30 de Julho de 1733. *Collecçam dos documentos e memorias da Academia Real da História Portuguesa*. Parte segunda. Lisboa: Joseph António da Sylva.

MERCATI, M. (1717) – *Metallotheca*. Roma: Ex Officina Jo. Mariae Salvioni.

MILNE-EDWARDS, H. (1863) – Sur les résultats fournies par une enquête relative à l'authenticité de la découverte d'une Mâchoire humanine et de Haches en silex, dans le terrain diluvien de Moulin-Quignon. Note. *Compterendus de l'Académie des Sciences Paris*. Paris, 56, séance du 18 mai 1863.

MORTILLET, G. (1868 a) – Objets préhistoriques de Portugal. *Congrès International d'Anthropologie et d'Archéologie Préhistoriques. Deuxième Session (Paris, 1867)*. Paris: C. Reinwald, p. 31-33.

MORTILLET, G. (1868 b) – Grottes de Cesareda, Portugal. *Matériaux pour l'Histoire Primitive de l'Homme*. Paris. 4, p. 57-60.

MORTILLET, G. (1868 c) – Dolmens de Portugal. *Matériaux pour l'Histoire Primitive de l'Homme*. Paris. 4, p. 336-339

MORTILLET, G. de (1868 d) – Monuments mégalithiques du Portugal. *Congrès International d'Anthropologie et d'Archéologie Préhistoriques. Deuxième Session (Paris, 1867)*. Paris: C. Reinwald, p. 180-185.

MORTILLET, G. (1885) – *Le Préhistorique*, 2.ª edição. Paris: C. Reinwald.

NOGUEIRA, A. M. (1931) – Estação prehistórica de Olelas. Elementos para o seu estudo. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 17, p. 105-124.

PERTHES, B. (1847, 1857,1864) – *Antiquités celtiques et antédiluviennes. Mémoire sur l'industrie primitive et les arts à leur origine*, 3 vols. Paris: Treuttel & Wurtz, Libraires.

PERTHES, B. (1864) – *De la mâchoire humaine de Moulin-Quignon : nouvelles découvertes en 1863 et 1864*. Paris: Jung-Treuttel, Derache, Dumoulin, V. Didron.

RIBEIRO, C. (1866) – *Estudos geologicos. Descripção do solo quaternario das bacias hydrographicas do Tejo e Sado*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias.

RIBEIRO, C. (1867) – Note sur le terrain quaternaire du Portugal. *Bulletin de la Société Géologique de France*. Paris. Série 2, 24, p. 692-717.

RIBEIRO, C. (1871) – *Descripção de alguns sílex e quartzites lascados encontrados nas camadas dos terrenos terciário e quaternário das bacias do Tejo e Sado. Memoria apresentada à Academia Real das Sciencias de Lisboa*. Lisboa: Typographia da Academia.

RIBEIRO, C. (1873) – Sur des silex taillés découverts dans les terrains miocène et pliocène du Portugal. *Congrès International d'Anthropologie et d'Archéologie Préhistoriques (Bruxelles, 1872)*. Compte-Rendu de la sixième session. Bruxelles : C. Muquardt, p. 95-100.

RIBEIRO, C. (1878 a) - Dolmens et grottes sépulcrales du Portugal. *Matériaux pour L'Histoire Primitive de L'Homme*. Paris, Série II, 9, p. 446-447.

RIBEIRO, C. (1878 b) – *Estudos prehistoricos em Portugal. Notícia de algumas estações e monumentos prehistoricos. I – Notícia da estação humana de Licêa.* Lisboa: Academia Real das Sciencias de Lisboa. Reedição de 1991 – *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras. 1. Notas e comentários de J. L. CARDOSO.

RIBEIRO, C. (1880) – *Estudos prehistoricos em Portugal. Notícia de algumas estações e monumentos prehistoricos. II – Monumentos megalithicos das visinhanças de Bellas*. Lisboa: Academia Real das Sciencias de Lisboa.

RIBEIRO, C. (1884 a) – Les Kioekkenmoeddings de la vallée du Tage. *Congrès International d'Anthropologie et d'Archéologie Préhistoriques (Lisbonne, 1880)*. Compte-Rendu de la neuvième session. Lisbonne: Typographie de l'Académie Royale des Sciences, p. 279-289.

RIBEIRO, C. (1884 b) – L'Homme tertiaire en Portugal. *Congrès International d'Anthropologie et d'Archéologie Préhistoriques (Lisbonne, 1880)*. Compte-Rendu de la neuvième session. Lisbonne : Typographie de l'Académie Royale des Sciences, p. 81-92.

ROWLANDS, H. (1723) – *Mona antiqua restaurata*. Dublin: Printed by Aaron Rhames, for Robert Owen.

SALDANHA, Marechal Marquez de (1845) – *Concordancia das Sciencias Naturaes e principalmente da Geologia com o Genesis*. Vienna d'Austria: Typographia dos PP. Mechitaristas.

SALDANHA, Marechal Duque de (1863) – *Concordanza delle Scienze Naturali e principalmente della Geologia com la Genesi*. Roma: Tipografia Salviucci.

SANTOS JUNIOR, J. R. (1934) – As pinturas pré-históricas do Cachão da Rapa. *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*. Porto. 6 (3), p. 185-222.

SANTOS, M. Farinha dos (1980) – Estudos de Pré-História em Portugal de 1850 a 1880. *Anais da Academia Portuguesa da História*. Lisboa. Série II, 26 (2), p. 253-297.

VELHO, E. de Liz (1746) – *Exemplar da constancia dos martyres em a vida do glorioso S. Torpes, mordomo, e valido de Nero*. Lisboa: Na oficina de Miguel Manescal da Costa.

ZILHÃO, J. (1993) – As origens da arqueologia paleolítica em Portugal e a obra metodologicamente precursora de J. F. Nery Delgado. *Arqueologia e História*. Lisboa. Série X, 3, p. 111-125.

XIV

NOS 190 ANOS DO NASCIMENTO DE SEBASTIÃO PHILIPPES MARTINS ESTÁCIO DA VEIGA (1828-1891) [1]

"Fiel ao seu programma, e firme no seu posto, Estacio morreu pensando na archeologia e no Algarve, que tão querido lhe era!"

José Leite de Vasconcelos (VASCONCELOS, 1904)

Obtida a autorização por parte do então Director do Museu Nacional de Arqueologia e meu particular Amigo, Dr. Luís Raposo, para o estudo integral da documentação do Arquivo de Estácio da Veiga, conservado naquela centenária Instituição, em Março de 2005, foram pouco tempo volvido publicados extensos contributos, tendo a totalidade da correspondência mais importante de carácter arqueológico sido apresentada, em obra apresentada em 2007, distinguida com o prémio de História Joaquim Veríssimo Serrão, da Fundação Engenheiro António de Almeida, outorgado pela Academia Portuguesa da História.

Esta curta evocação tratará de uma temática central do trabalho do ilustre arqueólogo algarvio, nascido em Tavira a 6 de Maio de 1828: a *Carta Arqueológica do Algarve*, estreitamente associada à obra *Antiguidades Monumentaes do Algarve*, cujo volume V preparava, na sua residência do Largo de Arroios, em Lisboa, escrevendo-o na cama, até ao fatídico dia 7 de Dezembro de 1891! Felizmente, a parte que deixou escrita desse volume, depois de ter sido parcialmente postumamente publicada por iniciativa de J. Leite de Vasconcelos nas páginas de *O Arqueólogo Português*, volumes 9, 10 e 15, foi já apresentada na íntegra, por iniciativa conjunta do Museu Nacional de Arqueologia e da Câmara Municipal de Silves, em 2006, aquando do congresso reunido naquela cidade algarvia em sua homenagem (VEIGA, 2006).

Não restam dúvidas de que a conclusão daquela obra genial era o propósito de há muito perseguido por Estácio da Veiga (Fig. 1). É o próprio que o declara, em carta autógrafa dirigida ao Secretário-Geral da Academia das Ciências de Lisboa, a 4 de Junho de 1891 e conservada no seu Processo Académico, acompanhada do volume IV, saído dos prelos da Imprensa Nacional nesse mesmo ano (Fig. 2): "A Carta Archeologica do Algarve, *de que há poucos mezes remeti á Academia um exemplar, acompanhará o quinto volume e ficará regendo todas as antiguidades históricas já verificadas naquelle território* [...]."

Na verdade, a *Carta Archeologica do Algarve*, relativa aos tempos históricos já se encontrava concluída em 1890, pois a 18 de Dezembro desse ano, Estácio remeteu um exemplar ao Presidente da Segunda Classe da Academia das Ciências, conforme consta da carta com que o fez acompanhar.

---

[1] CARDOSO, J. L. (2018) – Nos 190 anos do nascimento de Sebastião Philippes Martins Estácio da Veiga (1828-1891). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 24, p. 523-540. Modificado.

Porém, a dita carta arqueológica só foi publicitada postumamente, em 1910, em *O Arqueólogo Português*; com a titulação seguinte:

PORTUGAL
CARTA ARCHEOLOGICA DO ALGARVE
TEMPOS HISTORICOS
Representativa das épocas preromana, romana,
visigothica e árabe,
Comprovada com o Museu Archeologico
do Algarve, fundado em 1880,
e com os descobrimentos effeituados
até 1889

A elaboração desta carta arqueológica, que deveria ser inserida no volume V das *Antiguidades Monumentaes* sucede-se à publicação da carta dedicada aos tempos pré-históricos, que acompanha o volume I, publicado em 1886 pela Imprensa Nacional, constituindo o segundo documento cartográfico produzido por Estácio, no decurso da sua missão governamental do levantamento arqueológico da então província do Algarve, do qual havia sido incumbido em 1877, tendo a primeira versão daquela mesma carta sido apresentada em finais de 1878.

A titulação da versão de 1886, com base nos achados efectuados até 1882, é a seguinte:



Fig. 1 – Estácio da Veiga na época do seu casamento com Amélia de Claranges Lucotte. Reprodução fotográfica colorida emoldurada no volante esquerdo de um porta-retratos, correspondendo o seu volante direito ao retrato de sua Mulher. Arquivo da família. Fotografia de J. L. Cardoso.

CARTA ARCHEOLOGICA DO ALGARVE
Tempos prehistoricos
Representando o período Neolithico, a transição deste período para a Idade
do Bronze, esta Idade e a Idade do Ferro
Elaborada em 1878, comprovada em 1880 com a fundação do Museu Archeologico
do Algarve, apresentada no mesmo anno ao Congresso de Anthropologia e de Archeologia
Prehistorica reunido em Lisboa e recentemente muito ampliada pelos descobrimentos
feitos em 1882

Importa salientar o extremo cuidado metodológico havido na preparação da legenda de ambos os documentos. Assim, a legenda da carta arqueológica relativa aos tempos pré-históricos seguiu as convenções internacionais já então em vigor, com as quais Estácio se encontrava familiarizado, até por ter apresentado aquela carta ao Congresso Internacional de Lisboa de 1880, embora não publicada nas actas, o que se explica, provavelmente, pelo muro de silêncio que se procurou fazer em torno da sua actividade arqueológica. Ao contrário, no que respeitava aos tempos históricos, não existia uniformidade de critérios. Para obviar aos inconvenientes

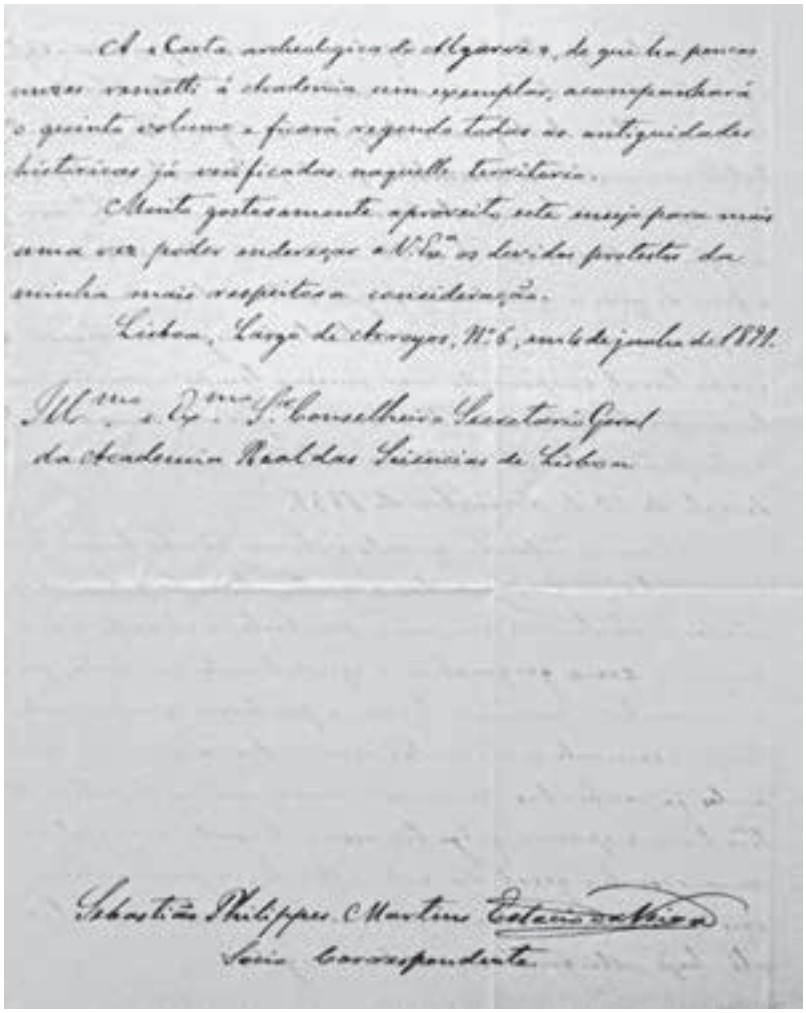


Fig. 2 – Segunda e última página autógrafa da carta dirigida por Estácio da Veiga ao Secretário-Geral da Academia das Ciências de Lisboa, datada de 4 de Junho de 1891. Processo Individual, Academia das Ciências de Lisboa, fotografia de J. L. Cardoso.

de uma multiplicação de símbolos, que dificultavam a consulta de documentos similares produzidos em outros países, ou por diferentes arqueólogos, Estácio enviou ao Congresso da Sociedade Francesa de Arqueologia de 1884 "*uma proposta para a regulação da legenda internacional que deve ser empregada nas cartas de archeologia histórica* [...] *semelhantemente ao que ficou ordenado para as cartas de archeologia prehistorica*" (VEIGA, 1887, p. 5, 6). Na sequência desta apresentação, foi Estácio da Veiga encarregue de organizar uma "*relação das épocas, com a indicação das antiguidades históricas de cada uma, que devam ser symbolisadas nas futuras cartas parciaes ou geraes de Portugal, sendo cada epigraphe precedida de um signal arbitrário*" (*idem*., p. 6).

Assim, enquanto a cooperação institucional não se afirmasse, a proposta do Autor aplicar-se-ia exclusivamente ao Algarve; vale a pena, pois, transcrever os critérios definidos por Estácio para a representação dos diferentes vestígios, aquando da apresentação da correspondente carta à Academia das Ciências de Lisboa:

> "*Com referencia ao Algarve, dividi os tempos históricos, comprehendendo a instituição da monarchia portuguesa, em tantos períodos, quantas foram as nacionalidades que senhorearam aquelle território, sendo cada período subdividido em épocas e estas representadas por seus mais typicos característicos* [...]." (*idem*, p. 7).

Os antecedentes objectivos, tanto da carta, como dos quatro volumes das Antiguidades publicados em vida do autor são já bem conhecidos: trata-se da incumbência do Governo, atribuída a Estácio da Veiga, para que procedesse ao reconhecimento arqueológico do Algarve (Portaria de 15 de Janeiro de 1877), sendo presidente do ministério Fontes Pereira de Melo e Ministro do Reino António Rodrigues Sampaio (CARDOSO & GRADIM, 2004), na sequência das grandes cheias do Guadiana do Inverno de 1876, que puseram a descoberto, nos campos de Mértola, assinalável quantidade de ruínas. Importaria contudo averiguar se outra razão não existiria no ânimo do Autor para meter ombros à "obra maior" da sua bibliografia. Esta resposta encontrava-se no próprio arquivo de Estácio da Veiga depositado no Museu Nacional de Arqueologia. Ali deparou o signatário com grosso conjunto de folhas manuscritas. Trata-se do original, apenas mencionado anteriormente na bibliografia (PEREIRA, 1981), intitulado "Varias Antiguidades do Algarve", o qual se pode considerar o antecedente directo da sua obra maior, as "Antiguidades Monumentaes do Algarve" (Fig. 3).

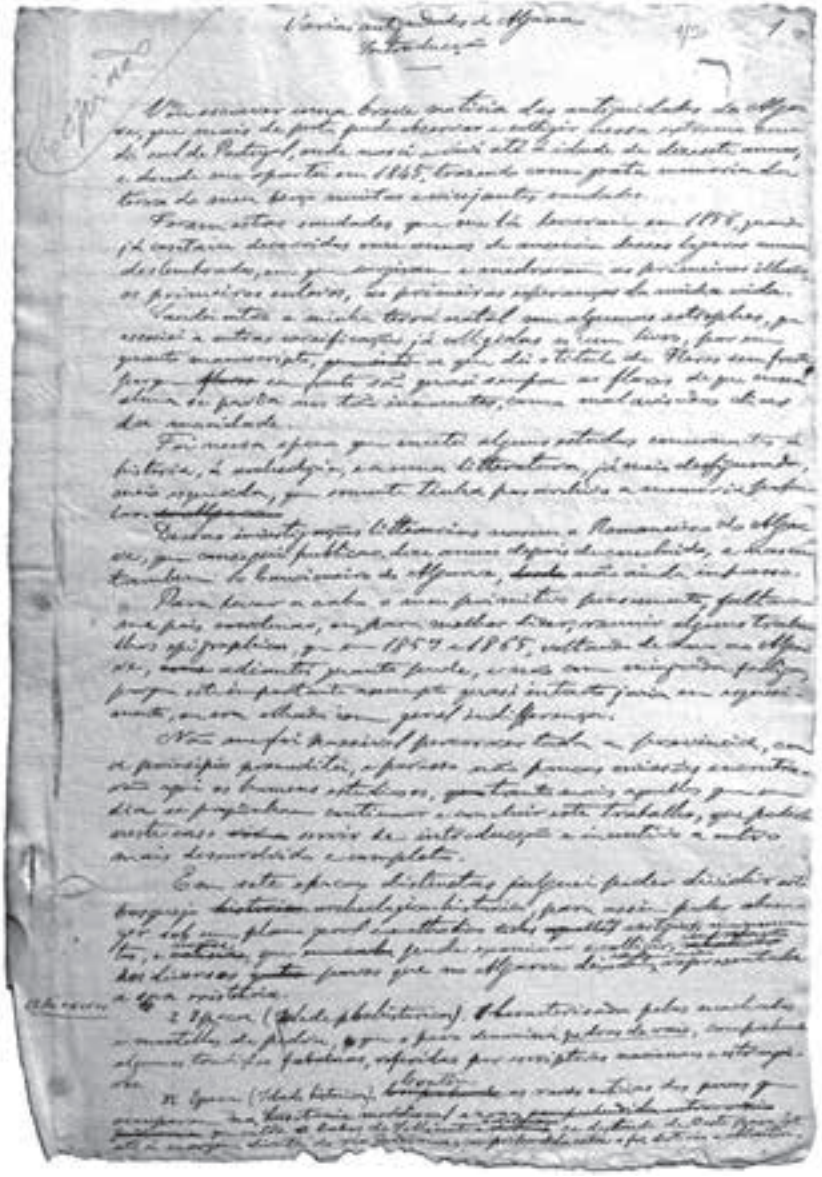


Fig. 3 – Primeira página do manuscrito autógrafo de Estácio da Veiga *Varias Antiguidades do Algarve*. Arquivo Histórico do Museu Nacional de Arqueologia, fotografia de J. L. Cardoso.

Como Estácio declara na "Introdução" desta sua obra, inédita até 2009 (VEIGA, 2009), "*Não me foi possivel percorrer toda a provincia, como a principio premeditei, e por isso não poucas omissões encontrarão aqui os homens estudiosos, tanto mais aquelles que um dia se propônham continuar e concluir este trabalho, que poderá neste caso servir de introdução e incentivo a outro mais desenvolvido e completo.*"

Estaria então o Autor longe de imaginar que essa oportunidade lhe viria a surgir pouco mais de dois anos depois... Com efeito, Estácio da Veiga encontrava-se ocupado com a redacção desta obra a 16 de Março de 1874, conforme declara em carta datada desse dia enviada a Possidónio da Silva (PEREIRA, 1984, p. 17, in *Correspondência artística e científica nacional e estrangeira de Joaquim Possidónio da Silva*, vol. VI, n.º 1012, AN/TT; PEREIRA, 1981, nota 45).

Convém recuar ainda mais no tempo.

Tais indagações campestres, depois de uma pequena incursão em terras da antiga cidade romana de Balsa (VEIGA, 1866), de onde estudou algumas inscrições com a ajuda de E. Hübner, foram iniciadas verdadeiramente em Mafra, a partir da Quinta da Rapoza, onde então vivia; delas resultou a obra *Antiguidades de Mafra* (VEIGA, 1879), consequência da sua permanência naquele concelho, entre 1867 e 1875, como funcionário da então Direcção-Geral das Postas e Correios do Reino. O 4.º Conde de Mafra, Tomaz de Mello Breyner, cuja residência particular se situava numa das alas do Convento regista, nas suas Memórias, a presença em Mafra de Estácio nos seguintes termos: "[...] *Estacio da Veiga, que era gentilíssimo, perguntou com bonitos modos o caminho para a bibliotheca. A serviçal conhecia a livraria, mas ignorava a significação da palavra exquisita que acabava de ouvir e, depois de uma reflexão, levou o sábio até á porta d' uma das numerosas sentinas fradescas*. [...]. *Estácio da Veiga era um homem alto e magro, de porte distincto. Tinha cabelleira, bigode e pêra loiros. Os olhos eram azues, d' aquelles que dão a impressão de deixarem ver o que se está passando por detraz deles. Tinha as honras de* moço fidalgo com exercício *e, quando em Lisboa ia ao beija-mão do Paço da Ajuda, nunca deixava á volta de ir á Junqueira visitar minha Mãe. Estou a vê-lo de casaca encarnada, calça branca com galão doirado, espadim e chapeu armado*." (BREYNER, 1930, p. 172).

A obra *Varias Antiguidades do Algarve*, a cujo título não deve ser estranho o da obra *Varias Antiguidades de Portugal*, do seu antepassado renascentista Gaspar Estaço (PEREIRA, 1981), segue um plano ambicioso, timidamente ensaiado na pequena monografia de Mafra e, mais tarde nas *Memorias das Antiguidades de Mértola* (VEIGA, 1880). Porém, do plano original, o autor concluiu apenas a "I Epoca (Idade prehistorica)", na qual aborda os machados de pedra polida recolhidos no Algarve, seguido da análise e discussão dos escassos artefactos pré-históricos de cobre e de bronze (CARDOSO, 2009) (Fig. 4). A leitura desta obra não revela assinalável investimento no trabalho de campo, por parte de Estácio da Veiga, como aliás é reconhecido pelo próprio; valeram-lhe, sobretudo, os seus relacionamentos pessoais, aliás devidamente referidos nominalmente ao longo do texto. É também assinalável o domínio da bibliografia relacionada com as descobertas que então se vinham produzindo em França, revolucionando os conhecimentos até então vigentes sobre a antiguidade da humanidade; a esse respeito, são elucidativas as citações feitas em primeira mão das obras de Boucher de Perthes, Charles Lyell, Paul Gervais e Alcide d'Orbigny, entre outros, que certamente integravam a sua biblioteca.

Do exposto, conclui-se que Estácio da Veiga teve o ensejo de concretizar, nas *Antiguidades Monumentaes do Algarve*, os projectos já delineados anteriormente, e em parte já então publicados, tanto no respeitante a Mafra como a Mértola, conferindo agora aos trabalhos de campo a importância que eles efectivamente mereciam, como eloquentemente evidenciam os quatro volumes publicados em vida do autor (VEIGA, 1886, 1886, 1889, 1891) (Fig. 5).

Os trabalhos de campo a que meteu ombros no Algarve, em continuidade imediata da missão arqueológica de que tinha sido incumbido pelo Governo nos campos de Mértola, só foram possíveis por via dos apoios

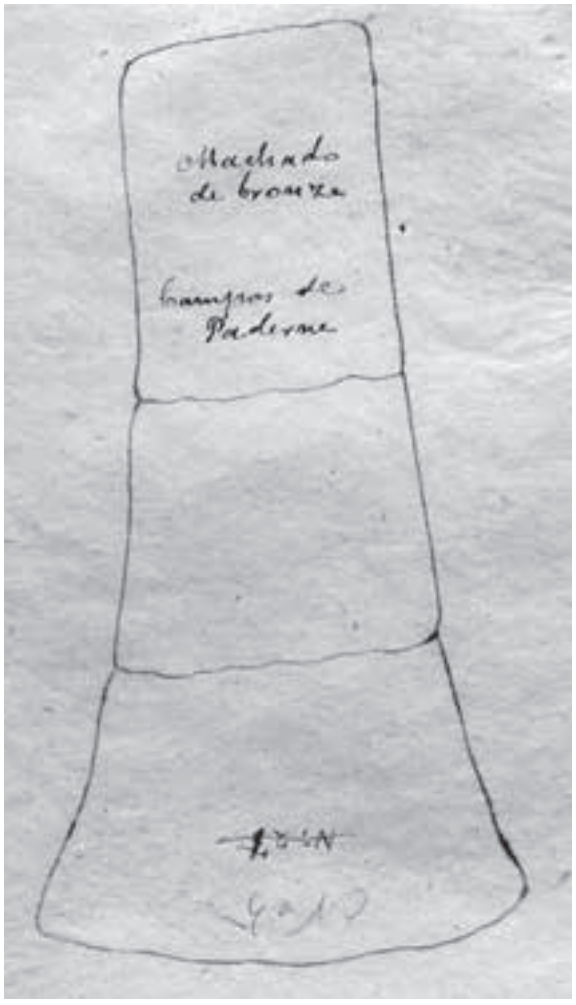


Fig. 4 – Desenho de machado plano dos Campos de Paderne, incluído no manuscrito "Varias antiguidades do Algarve", que se manteve inédito até à sua publicação integral em 2009 (VEIGA, 2009), com notas e comentários do signatário (CARDOSO, 2009).



Fig. 5 – Folha de rosto do primeiro dos cinco volumes publicados das *Antiguidades Monumentaes do Algarve. Arquivo e* fotografia de J. L. Cardoso.

financeiros por este disponibilizados, embora sempre tardiamente e de má vontade, como se conclui da numerosa correspondência já publicada (CARDOSO, 2007). Importa, a tal propósito, referir que Estácio auferiu, enquanto durou a subvenção do Estado para os trabalhos de campo, de uma remuneração anual de 600.000 reis apenas para a coordenação destes, sendo a ferramenta e os trabalhadores dispensados pela Direcção de Estradas do Distrito de Faro, realizando-se o seu alojamento em domicílios de pessoas conhecidas.

Iniciados em Alcoutim, tais trabalhos progrediram no terreno de Este para Oeste, até atingirem o litoral ocidental do Algarve (Aljezur); neste contexto, foram determinantes as indicações providenciadas por colaboradores dedicados, cujos nomes jamais omitiu, proporcionando a realização de extensas e prolongadas escavações, únicas no panorama arqueológico internacional da época.

Cada um dos volumes das *Antiguidades* apresenta, a par e passo, a recapitulação das matérias tratadas nos volumes anteriores, incluindo as de carácter geral ou teórico, como se o Autor, à medida que ia escrevendo a obra, tivesse necessidade de rever ou reajustar conceitos, sugeridos por novas interpretações da

realidade observada, decorrentes de leituras, que constantemente lhe eram proporcionadas pelos livros que lhe chegavam.

Nos quatro volumes publicados em vida do autor, bem como no volume V, dedicado às antiguidades da época romana, publicado postumamente (VEIGA, 2006) transparece o rigor do observador – exemplarmente evidenciado nas plantas das escavações por si executadas – em parte decorrente da preparação técnica conferida pelo do curso de minas que frequentou na Escola Politécnica (Fig. 6); os desenhos dos mosaicos, foram, frequentemente da autoria de sua mulher, evidenciando-se a qualidade artística dos mesmos (Fig. 7).

A par do conhecimento dos autores clássicos, necessário para a elaboração da parte relativa à presença pré-romana e romana do Algarve, somava o de áreas científicas que na altura se afirmavam com vigor, como a Geologia, a Arqueologia Pré-histórica e a Paleontologia, as quais não só dominava, como sabia relacionar entre si. Aliás, a vertente naturalista encontra-se expressa em obras notáveis e de carácter altamente especializado já anteriormente por si publicadas: é o caso, entre outros, do notável estudo *Orquídeas de Portugal*

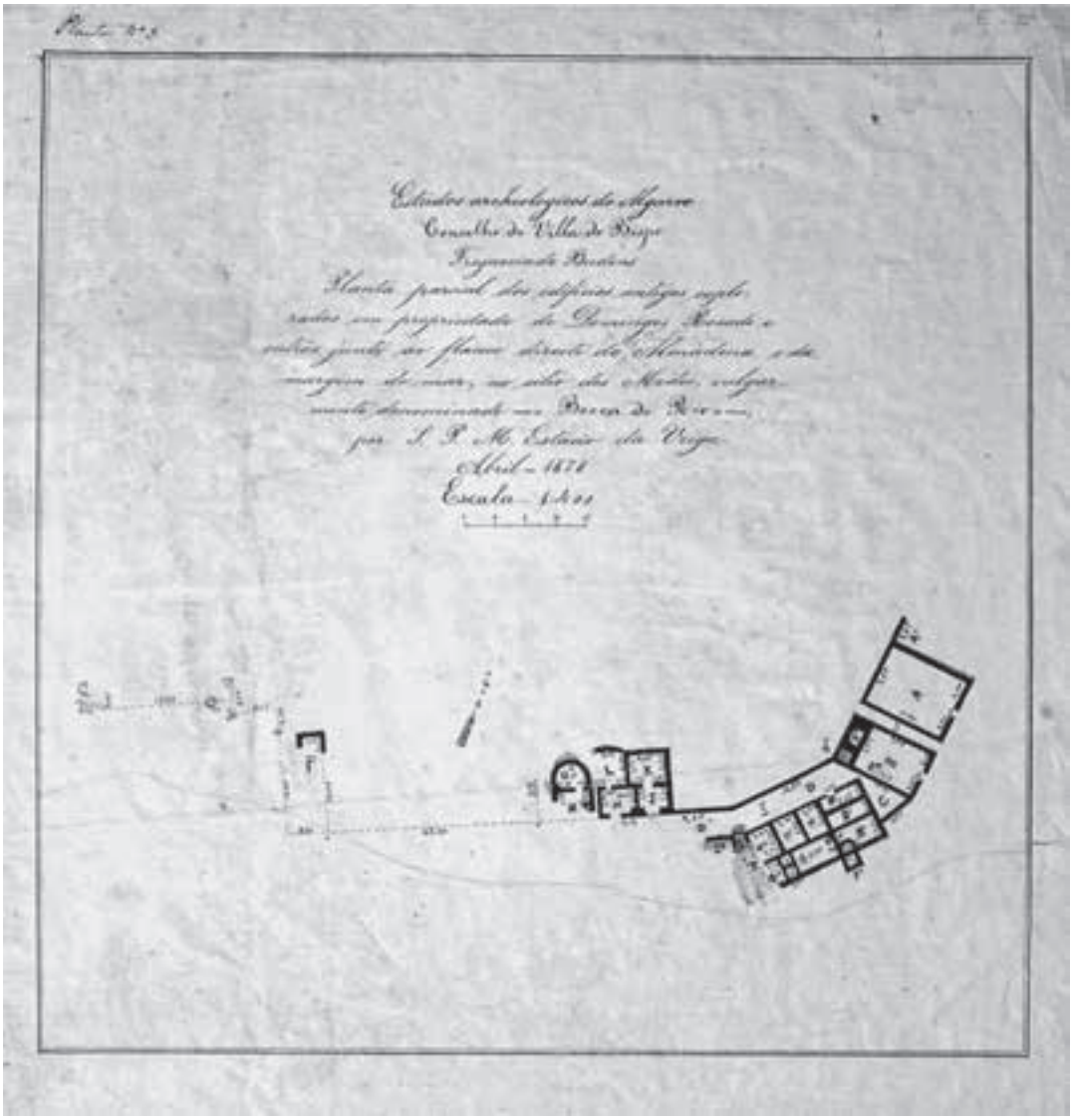


Fig. 6 – Planta das escavações feitas nos edifícios romanos da Boca do Rio, Freguesia de Budens, em Abril de 1878. Arquivo Histórico do Museu Nacional de Arqueologia, fotografia de J. L. Cardoso.

publicado pela Academia das Ciências de Lisboa em 1886, Instituição que, em 1869, havia já publicado a obra *Plantas da serra de Monchique observadas em 1866*, ainda antes de Estácio pertencer a esta Agremiação. Compaginava-se nele, como em nenhuma outra personalidade do seu tempo, muito menos da actualidade, a vertente do naturalista consagrado à do humanista e ao mesmo tempo do homem prático de terreno; por isso é tão peculiar a obra e o pensamento de Estácio da Veiga, servido por uma prosa elegante e objectiva, sempre crítica e não raras vezes mordaz, cáustica ou irónica.



Fig. 7 – Desenho de um dos mosaicos escavados por Estácio da Veiga na Boca do Rio, Freguesia de Budens, em Abril de 1878, desenhado pela sua Mulher, Amélia de Claranges Lucotte Estácio da Veiga. Arquivo Histórico do Museu Nacional de Arqueologia, fotografia de J. L. Cardoso.

É esta a realidade que, a par e passo, transparece da leitura das *Antiguidades Monumentaes do Algarve*, obra a todos os títulos genial, constituindo um todo coerente, onde recorrentemente se evidencia a actualização dos conhecimentos científicos do autor, expressos por numerosas citações, conduzindo-o, contudo, nalguns casos a conclusões que hoje sabemos erradas, como a preferência do princípio poligénico para a espécie humana, depois de discutir os argumentos dos defensores do princípio monogénico, especialmente os apresentados por Quatrefages. A confrontação entre ambas as teorias é feita de modo sintético e objectivo, no volume V (VEIGA, 2006), possuindo grande interesse histórico, exemplificando o nível do debate científico atingido em Portugal nos finais do século XIX.

Também se equivocou ao atribuir aos últimos tempos pré-históricos as inscrições hoje ditas do alfabeto do sudoeste, apresentadas no final do volume IV, que na verdade são da plena Idade do Ferro, realidade que Leite de Vasconcelos logo comentou, esquecendo-se que Estácio estava então a desbravar sozinho caminhos totalmente desconhecidos, em que tudo o que fizesse era absolutamente novo.

Defensor declarado das teses ocidentalistas, como estando na origem remota da formação cultural da Europa Pré-Histórica, que, deste modo, nada devia às brilhantes civilizações coevas do Próximo Oriente, rebateu, fundamentadamente, a tese orientalista, preferida pela maioria dos pré-historiadores e linguistas do seu tempo. Quanto a estes últimos, citando D'Arbois de Joubainville, que refuta, acusa-os de não terem em consideração os documentos arqueológicos, mas apenas os testemunhos dos autores clássicos e as elucubrações por estes produzidas. Entre outras evidências deste pensamento independente, vigoroso e criativo, é a forma como defendeu a existência de uma Idade do Cobre independente e anterior da Idade do Bronze na Península Ibérica, apoiando neste particular Juan de Vilanova, bem como a antiguidade das arquitecturas

tumulares recorrendo à técnica da falsa cúpula, face às *tholoi* do Mediterrâneo Oriental, mais modernas. Para tal, apoiou-se nos resultados arqueológicos por ele obtidos nas escavações da notável necrópole da Idade do Cobre de Alcalar, em Portimão, que explorou com a ajuda do pároco de Bensafrim Nunes da Glória (Fig. 8).

Para que tais conclusões fossem possíveis, o registo empírico por si recolhido foi sistematicamente valorizado: no caso, a existência de peças de cobre no território português oriundas reconhecidamente de contextos pré-históricos foi útil para demonstrar a alta antiguidade da actividade metalúrgica aqui desenvolvida, que nada devia aos povos orientais.

Foi na defesa objectiva de uma investigação articulada e coerente, tendo presente os testemunhos históricos e linguísticos, mas tomando sempre como ponto de partida e de aferição as evidências materiais, que só a Arqueologia poderia proporcionar, que reside um dos aspectos principais da praxis defendida por Estácio. O evidente sucesso da adopção deste princípio encontra-se demonstrado pelo facto de, 120 anos volvidos, muitas das considerações e conclusões apresentadas nos quatro volumes das *Antiguidades* terem mantido interesse e ainda serem lidas com proveito, para além do manancial de informações objectivas ali apresentadas, por ele directamente recolhidas no terreno.

Em virtude da sua formação científica de naturalista, Estácio da Veiga soube valorizar com sucesso a evidência empírica, como só os arqueólogos-geólogos do seu tempo, como Carlos Ribeiro e Nery Delgado sabiam fazer; contudo, ao contrário destes, que se concentraram nos períodos mais recuados da humanidade então representados no território português, Estácio soube valorizar igualmente a informação histórica, e os autores clássicos; e foi dessa articulação, caldeada pelas leituras das obras mais importantes de Geologia, de Paleontologia e de Antropologia do seu tempo, que resultou um pensamento único, expresso por obra criadora e metodologicamente original.

Esta nova maneira de investigar a realidade arqueológica não se coadunava, naturalmente, com nenhuma das duas correntes dominantes: assim se explica o estranho silenciamento de Estácio no Congresso de Lisboa de 1880, de que era Secretário-Geral Carlos Ribeiro, realizado em Setembro daquele ano em Lisboa. Apesar de ter sido um dos Secretários-Adjuntos do Congresso, a apresentação da primeira versão da *Carta*

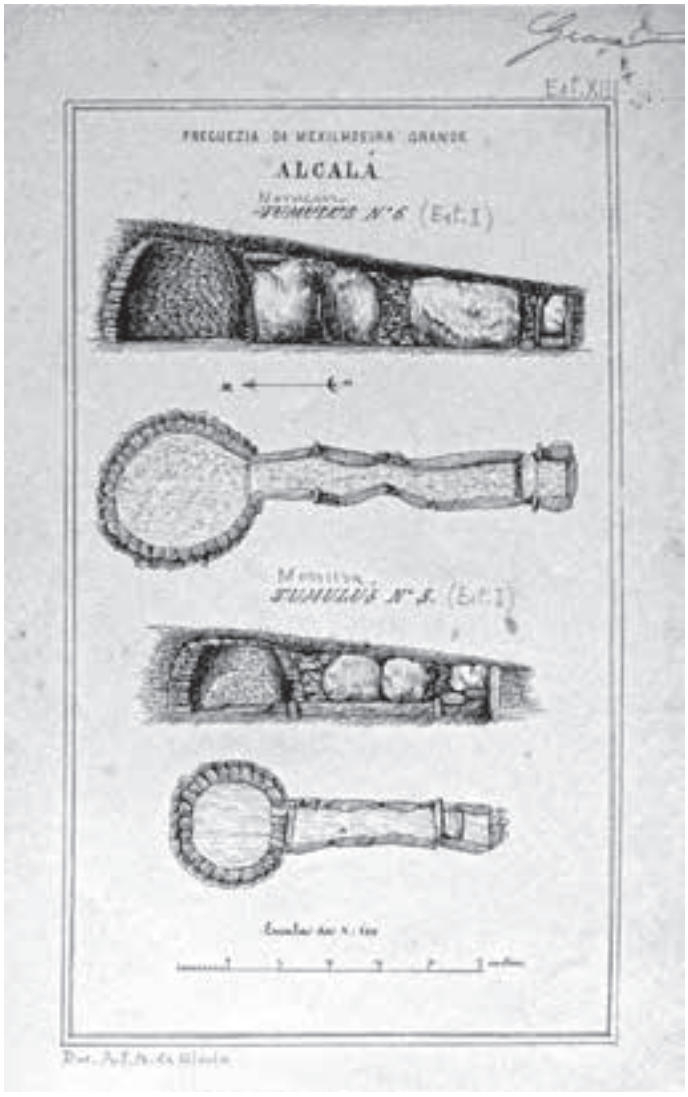


Fig. 8 – Alcalar 6, uma das *tholoi* escavadas por Estácio da Veiga daquela necrópole calcolítica da Freguesia da Mexilhoeira Grande, segundo desenho original da autoria do Padre Nunes da Glória. Arquivo Histórico do Museu Nacional de Arqueologia, fotografia de J. L. Cardoso.



Fig. 9 – Foto do pátio da Academia de Belas Artes ocupado pelo Museu Arqueológico do Algarve. De pé, três homens, Estácio da Veiga à esquerda e seus dois colaboradores, João Dionel da Franca Matos e Joaquim dos Reis Neto, respectivamente escriturário e servente do Museu. Observe-se, entre ambos, o torso da estátua de Apolo, proveniente do Álamo (Alcoutim) e diversas peças escultóricas de Marim. Arquivo Histórico do Museu Nacional de Arqueologia, fotografia de J. L. Cardoso.

Archeologica do Algarve, relativa aos tempos pré-históricos não consta das actas da reunião, como acima se referiu. É sintomático, também, o verdadeiro boicote que então se fez da abertura do *Museu Archeologico do Algarve*, organizado por Estácio nas instalações da Academia das Belas-Artes (Fig. 9), o qual, com espanto, quase só por acaso foi "descoberto" por alguns dos congressistas (PEREIRA, 1981), como Émile Cartailhac e Rodolph Virchow. E isto apesar de todos os esforços envidados para que a sua inauguração, verificada a 26 de Setembro de 1880, coincidisse com a realização em Lisboa, daquela importante reunião científica, o que sublinha o deliberado silêncio de que foi alvo, pois tal inauguração, para a qual Estácio tanto pugnou coincidisse com a realização do Congresso, é totalmente omitida do programa oficial deste (Fig. 10).



Fig. 10 – Fotografia dos participantes no Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia pré-Histórica, reunido em Lisboa, em Setembro de 1880. Estácio da Veiga é o oitavo, em segundo plano, a contar da direita. Prova em papel existente no Laboratório Nacional de Energia e Geologia (Alfragide), fotografia de J. L. Cardoso.

Se as relações com os geólogos-arqueólogos do seu tempo não se baseavam na confiança por parte destes, também as existentes com os arqueólogos-antiquários, congregados na Associação dos Arqueólogos Portugueses, dirigida por Joaquim Possidónio da Silva eram ainda mais problemáticas. Tal realidade resultava das diferentes concepções museológicas que deveriam presidir á organização das colecções, em consequência da natureza muito diversa das formações científicas respectivas. Tal realidade esteve na origem da saída de Estácio daquela agremiação em 1875, facto que terá apressado o seu ingresso na Academia das Ciências, cuja proposta se encontra datada de 18 de Novembro daquele ano, tendo sido aprovada por unanimidade pelo júri constituído para o efeito a 11 de Maio de 1876.

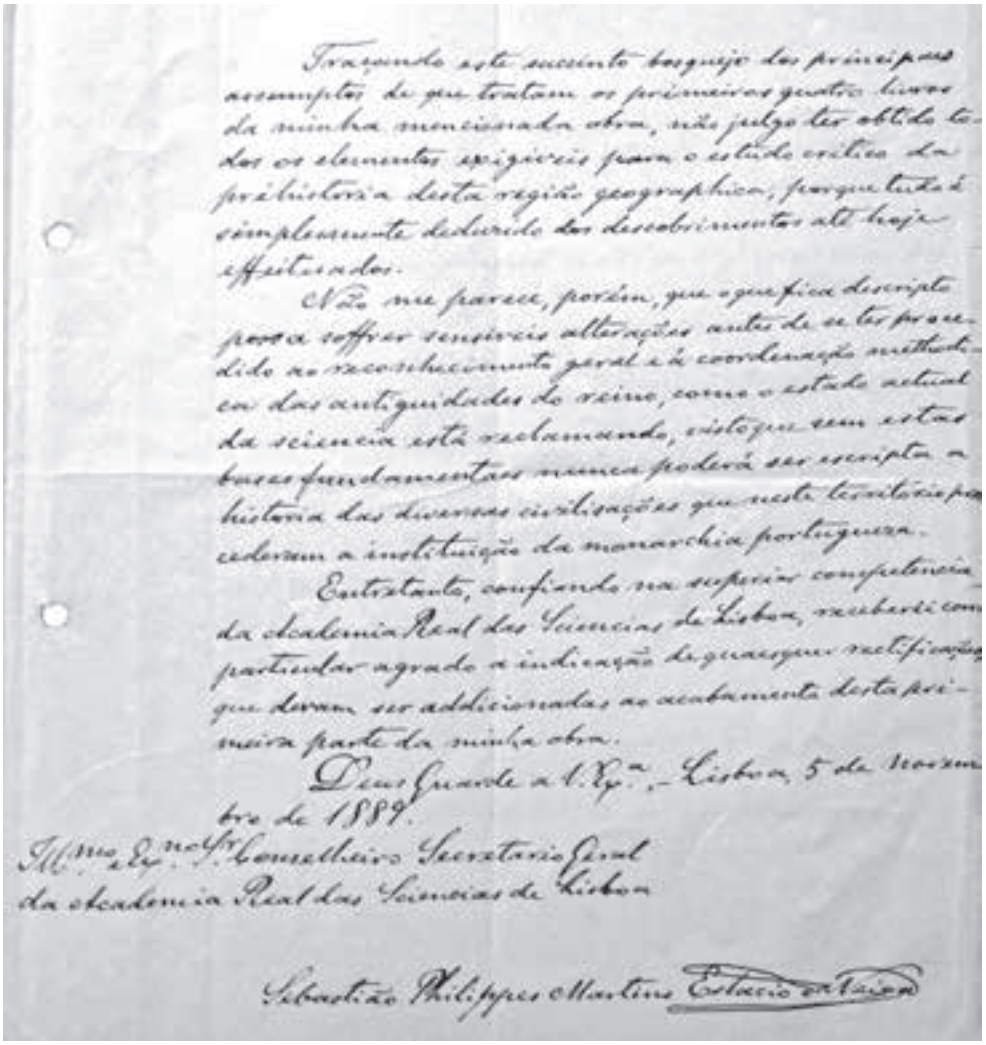
Para melhor se compreender o entendimento que o próprio autor tinha das *Antiguidades Monumentaes do Algarve*, e da importância dos resultados por si obtidos, importa transcrever trecho da carta remetida ao Secretário Geral da Academia das Ciências de Lisboa, a 5 de Novembro de 1889, acompanhando o terceiro volume da referida obra (Fig. 11):

"*Nos dois primeiros livros occupei-me principalmente dos característicos respectivos ao período neolithico por mim descobertos na zona do Algarve e por alguns distinctos investigadores n'outros logares do reino, e refutando as theorias e conceitos não adaptáveis ás manifestações paleoethnologicas até então verificadas nesta região da Europa, julgo ter deixado determinada a significação congruente a taes antiguidades e de todo o ponto destruída a affirmação geral da sua estranha proveniência.*

Com o terceiro volume penso ter attingido um similhante resultado; pois estabelecendo as bases que me pareceram ser mais genuínas para a inquirição e reconhecimento dos primórdios da metallurgia neste território, impugno todas as proposições contrarias á mais segura hermenêutica dos factos e cuido ter reinvidicado o valor local com que elles mostram reagir contra os conceitos que os estavam empobrecendo e desfigurando.

Com este livro presumo demonstrar, que em toda a península hispânica uma "idade do cobre" sem a mínima intervenção de estranhas migrações, succedeu immediatamente á ultima idade da pedra, e exhibindo as condições archeologicas em que os mais rudimentares artefactos de cobre se hão achado em estações inquestionavelmente neolithicas, apresento em seguida as plantas, os perfis e a descripção de sete monumentos que explorei na famosa necrópole de Alcalá em o concelho de Portimão, a qual considero ser, por emquanto, a única estação clássica que neste paiz caracterisa a transição do período neolithico para a primeira idade dos metaes.

Com o quarto volume, já coordenado, devo concluir o estudo geral da paleoethnologia do Algarve, sendo os característicos das idades metallicas, que apresento e demonstro com estações especiaes, comparados aos das outras estações synchronicas até agora conhecidas em todo o reino e em algumas províncias da Hispanha. É esse livro que hade patentear a successão ordinal das mais typicas civilisações que no território peninsular existiram até os primeiros assomos dos tempos históricos, assim como a incalculável antiguidade da linguagem escripta, deduzida da idade, archeologicamente comprovada, em que a paleografia indígena já tinha assumido as formas epigraphicas. [...]".



Tratando este succinto bosquejo dos principaes assumptos de que tratam os primeiros quatro livros da minha mencionada obra, não julgo ter olvidado todos os elementos exigiveis para o estudo critico da prehistoria desta região geographica, porque tudo é simplesmente deduzido dos descobrimentos até hoje effectuados.

Não me parece, porém, que o que fica descripto possa soffrer sensiveis alterações antes de se ter procedido ao reconhecimento geral e á coordenação methodica das antiguidades do reino, como o estado actual da sciencia está reclamando, visto que sem estas bases fundamentaes nunca poderá ser escripta a historia das diversas civilisações que neste territorio precederam a instituição da monarchia portugueza.

Entretanto, confiando na superior competencia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, receberei com particular agrado a indicação de quaesquer rectificações que devam ser addicionadas ao acabamento desta primeira parte da minha obra.

Deus Guarde a V. Ex.ª. – Lisboa, 5 de Novembro de 1889.

Ill.mo Ex.mo Sr. Conselheiro Secretario Geral da Academia Real das Sciencias de Lisboa

Sebastião Philippes Martins Estacio da Veiga

Fig. 11 – Terceira e última página autógrafa da carta dirigida por Estácio da Veiga ao Secretário-Geral da Academia das Ciências de Lisboa, datada de 5 de Novembro de 1889. Processo Individual, Academia das Ciências de Lisboa, fotografia de J. L. Cardoso.

O quarto volume das *Antiguidades* veio efectivamente a ser publicado no ano seguinte ao desta missiva, o qual foi também enviado ao Secretário-geral da Academia das Ciências de Lisboa, acompanhado de carta datada de 4 de Junho de 1891, da qual já acima se transcreveu pequeno trecho. Tem interesse conhecer o julgamento do autor:

"*Com o referido quarto volume ponho termo á representação e exame dos característicos das diversas idades préhistoricas por mim descobertos e classificados naquella zona geographica e symbolisados na carta que acompanha o primeiro livro; e por terem sempre sido cuidadosamente comparados com os das estações correspondentes já conhecidas no reino e ainda com os de outras do território hispânico, julgo ter assim chegado a registrar uma resenha geral da paleoethnologia peninsular e reivindicando muitas origens, propriamente occidentaes, até hoje attribuidas a outras regiões.*"

Enfim, a questão do *Museu Archeologico do Algarve* é outro dos aspectos maiores da trajectória científica de Estácio da Veiga, estreitamente relacionado com a Carta Arqueológica, cuja demonstração prática deveria ser pelo Museu assegurada, através das peças ali expostas. Mas a organização tal Museu constituiu desde cedo um rosário de dissabores e decepções que amarguraram os últimos tempos da existência de Estácio. Como o próprio declara, numa bem significativa passagem do volume V, não faltaria quem, depois da sua morte, que já então pressentia, cobiçasse o produto do seu trabalho insano…

A opinião de Estácio não foi sempre uniforme a respeito do local onde deveria ser fundado o *Museu Archeologico do Algarve*. Com efeito, depois de sugerir que as peças por si coligidas, finda a primeira etapa do levantamento arqueológico oficial do Algarve, integrassem um museu arqueológico a constituir na Academia das Ciências de Lisboa, conforme carta datada de 7 de Julho de 1877 dirigida ao Presidente da Segunda Classe da Academia, propósito que não teve seguimento, conseguiu que o museu se instalasse na sede da Academia de Belas-Artes, de cuja organização fora incumbido oficiosamente em dia aziago, 1 de Abril de 1880. Apesar da fragilidade das bases contratuais e jurídicas da sua criação, chegou a possuir papel timbrado e etiquetas (Fig. 12).

Hoje compreende-se que aquele projecto não tivesse vingado na Academia das Belas Artes, onde contou sempre com a pertinaz oposição, entre outros, do Conde de Almedina e de Thomaz Ribeiro, poeta publicista e político.

Na verdade, não se descortinam razões fundamentadas para uma Academia – para mais de Belas-Artes – sedeada em Lisboa ceder, a título permanente, espaços próprios, no âmbito de uma exposição de carácter regional, por mais interessante que os materiais expostos fossem, e seguramente não eram, para muitos daqueles académicos.

Por outro lado, importa ter presente que Estácio, pequeno fidalgo da província, não frequentador dos salões da capital, carecia naturalmente de apoios políticos de peso, sendo excepção a compreensão e indiscutível confiança que sempre lhe dispensou o Director-Geral da Instrução Pública, o Conselheiro António Maria de Amorim, personalidade que, a nível governamental sempre promoveu, acompanhou e protegeu o desempenho de que Estácio estava incumbido no Algarve.

Assim, a breve trecho, foi o Museu encaixotado por ordem da referida Academia, e os espólios transferidos em Agosto de 1881 para os fundos do velho edifício do antigo convento de São Francisco, onde foram vistos por E. Cartailhac em Setembro daquele mesmo ano, que de novo se deslocara a Portugal propositadamente no âmbito da redacção da obra *Les Âges préhistoriques de l'Espagne et du Portugal*, encomendada pelo Governo francês (CARTAILHAC, 1886).

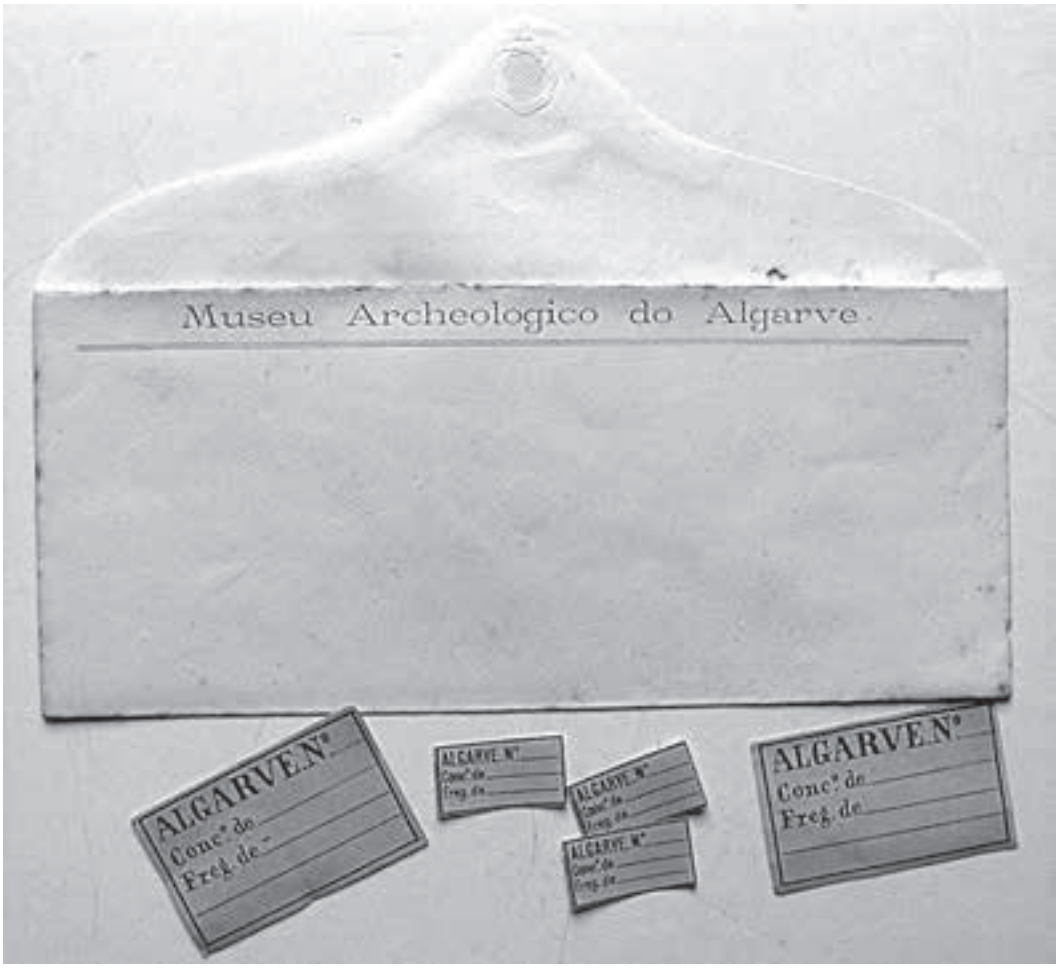


Fig. 12 – Envelope timbrado e etiquetas do Museu Arqueológico do Algarve.
Arquivo Histórico do Museu Nacional de Arqueologia, fotografia de J. L. Cardoso.

Impedido de reorganizar o *Museu Archeologico do Algarve* na capital e também em Faro, para onde pretendia que as peças por si coligidas fossem transferidas, o que jamais aconteceu tratou de refazer as colecções de raiz, recorrendo para tal aos seus amigos e conhecidos. Permanecia, porém, o problema do espaço para albergar os espólios assim de novo reunidos, para o qual não encontrou solução, depois de abortada a criação do *Instituto Archeologico do Algarve*.

Os espólios arqueológicos em causa mantiveram-se em sua posse, na sua casa de Cabanas de Tavira, até à aquisição da totalidade do conjunto pelo Estado, depois da morte de Estácio ocorrida em Lisboa a 7 de dezembro de 1891, em finais de 1893, por um conto de réis, verba disponibilizada pelo Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, sendo Ministro da pasta Bernardino Machado. Logo J. Leite de Vasconcellos (L. C. C., 2004, p. 494), se apressou a ir ao Algarve, para tomar conta do acervo. Este veio a constituir o núcleo principal inicial do Museu Etnográfico Português, recém-criado naquele mesmo ano de 1893, em espaço cedido pela Secção dos Trabalhos Geológicos de Portugal, no 2.º andar do edifício da Academia das Ciências de Lisboa. Assim se salvaguardou, para os vindouros, os resultados de um labor insano, vindo ulteriormente as colecções que se conservavam na Academia das Belas Artes a integrar o também Museu de Leite de Vasconcelos, acabando todo o acervo arqueológico ter ficado reunido sob o mesmo tecto, por sua iniciativa.

É caso para dizer que a totalidade do trabalho desenvolvido por Estácio da Veiga não se perdeu, bem pelo contrário, contra todas as previsões que se poderiam traçar nesse sentido, graças à iniciativa de José leite de Vasconcelos, que assim obteve uma preciosa colecção arqueológica de natureza regional, a qual continua a servir a Arqueologia portuguesa e os seus cultores.

Poder-se-á, em jeito de síntese conclusiva, considerar a vida científica de Estácio da Veiga no domínio da Arqueologia pontuada por acontecimentos marcantes, integrando três fases principais, que também pontuaram a sua própria vida:

1.ª Fase – desde as suas primeiras produções escritas sobre diversas temáticas, com destaque para os *Povos Balsenses*, datado de 1866, até ao início do reconhecimento arqueológico dos campos de Mértola e do Algarve, a 3 de Março de 1877;

2.ª Fase – desde 3 de Março de 1877, até à apresentação da primeira versão da Carta Arqueológica do Algarve, em Outubro de 1878;

3.ª Fase – desde Outubro de 1878, passando pela assinatura do contrato de redacção das *Antiguidades Monumentaes do Algarve* em 29 de Maio de 1879 com o Governo e pela instituição oficiosa do Museu Arqueológico do Algarve, a 1 de Abril de 1880, até à data da morte a 7 de Dezembro de 1891.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Doutor Miguel Telles Antunes, então Director do Museu da Academia das Ciências de Lisboa, por ter providenciado a consulta do Processo Individual de Estácio da Veiga e a reprodução da documentação que ilustra o presente estudo.

Ao Dr. Luís Raposo, então Director do Museu Nacional de Arqueologia, que autorizou o estudo do Arquivo de Estácio da Veiga, conservado naquela Instituição e à Dr.ª Lívia Cristina Coito, responsável pelo Arquivo Histórico daquele Museu, pela cordialidade do acolhimento naquele Museu.

À Dr.ª Maria Luísa Estácio da Veiga da Silva Pereira e sua Exm.ª Família, pela autorização da consulta e reprodução fotográfica pelo signatário de diversos retratos de Estácio da Veiga, alguns dos quais se conservavam inéditos, como o agora publicado.

Ao Doutor Miguel Magalhães Ramalho, já falecido que, enquanto Vice-Presidente do extinto Instituto Geológico e Mineiro, autorizou a reprodução da foto dos participantes no Congresso de 1880, conservada naquela Instituição.

REFERÊNCIAS

BREYNER, T. de Melo (1930) – *Memorias do Professor Thomaz de Mello Breyner 4.º conde de Mafra*. Volume 1. Lisboa: Parceria de Antonio Maria Pereira.

CARDOSO, J. L. (2007) – Estácio da Veiga e a Arqueologia: um percurso científico no Portugal oitocentista. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 14, p. 293-520.

CARDOSO, J. L. (2009) – Nota introdutória e comentários a Veiga, S. P. M. Estácio da, "Várias antiguidades do Algarve". *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 17, p. 617-696.

CARDOSO, J. L. & GRADIM, A. (2004) – Estácio da Veiga e o reconhecimento arqueológico do Algarve: o concelho de Alcoutim. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 22, p. 67-112.

CARTAILHAC, É. (1896) – *Les Âges Préhistoriques de l'Espagne et du Portugal*. Paris: C. Reinwald.

L. C. C. [Lívia Cristina Coito] (2004) – Documentos para a história do MNA. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 22, p. 491-513.

PEREIRA, M. L. E. V. (1984) – *Estácio da Veiga cientista algarvio pioneiro da Arqueologia em Portugal*. Lisboa: Casa do Algarve (Estudos Algarvios, 17).

PEREIRA, M. L. E. V. A. S. S. (1981) – O Museu Archeologico do Algarve (1880-1881). Subsídios para o estudo da Museologia em Portugal no século XIX. Faro: *Anais do Município de Faro*, 219 p. (separata).

VASCONCELLOS, J. Leite de, in VEIGA, S. P. M. E. (1904) – Antiguidades Monumentaes do Algarve (elementos para o volume V da obra que com este título começou a ser publicada por Estacio da Veiga, – por elle deixados em manuscrito). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 9, p. 200-210.

VEIGA, S. P. M. Estácio da (1866) – *Povos Balsenses. Sua situação geographico-physica indicada por dous monumentos romanos recentemente descobertos na Quinta da Torre d'Ares distante seis kilometros da cidade de Tavira*. Lisboa: Livraria Catholica.

VEIGA, S. P. M. Estácio da (1879) – *Antiguidades de Mafra. Memoria apresentada à Academia Real das Sciencias de Lisboa*. Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias de Lisboa.

VEIGA, S. P. M. Estácio da (1880) – Memoria das antiguidades de Mértola observadas em 1877 e relatadas por… Lisboa: Imprensa Nacional.

VEIGA, S. P. M. Estácio da (1886, 1887, 1889 e 1891) – *Antiguidades Monumentaes do Algarve*. 4 volumes. Lisboa: Imprensa Nacional.

VEIGA, S. P. M. Estácio da (1887) – Projecto de legenda symbolica para a elaboração e interpretação da Carta de Archeologia Historica do Algarve. *Jornal de Sciencias Mathematicas Physicas e Naturaes*. Lisboa. 11, p. 3-7.

VEIGA, S. P. M. Estácio da (2006) – *Antiguidades Monumentaes do Algarve. Volume 5. Tempos Históricos*. Introdução de João Luís Cardoso. Comentários de João Luís Cardoso e Alexandra Gradim. Silves: Câmara Municipal de Silves / Museu Nacional de Arqueologia.

VEIGA, S. P. M. Estácio da (2009) – Várias antiguidades do Algarve. Nota introdutória e comentários de João Luís Cardoso. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 17, p. 617-696.

XV

JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS (1858-1941): O MÉDICO, O HUMANISTA E O HOMEM [1]

> *"Estou a vê-lo, a barba hirsuta, às vezes menos do que modestamente vestido, singelo no trato, acanhado nas maneiras, quási envergonhado da glória que caminhava com ele, como uma auréola. A maleabilidade e a flexibilidade necessárias no comércio da vida e dos homens, nunca as possuiu; era rude e austero; mas, do fundo da alma, bondoso. (...). Há, todos nós o sabemos, uma espécie de bondade nativa, instintiva, fundamental, peculiar às naturezas simples e delicadas, mesmo que não sejam cultas; e há a bondade que irradia da própria inteligência e que constitui, com ela, o complexo de Superioridade a que os velhos romanos chamavam "virtude". Em José Leite de Vasconcelos, a virtude foi tão digna de veneração como o saber; a excelência do sentimento confundiu-se com a riqueza do espírito, na definição de uma ética superior em que havia, co o em toda a sua personalidade, reflexos da idade antiga. O "justo" igualou o "sábio".*
>
> Júlio Dantas, *in Sessão de Homenagem ao insigne sábio e académico Prof Dr. José Leite de Vasconcelos.* Academia das Ciências de Lisboa, *15 de Dezembro de 1941* (DANTAS, 1941).

1 – A MEDICINA E O ABANDONO RÁPIDO E DEFINITIVO DA SUA PRÁTICA

José Leite de Vasconcelos nasceu na vila de Ucanha, a 7 de julho de 1858 e faleceu em Lisboa a 17 de maio de 1941. A sua formação académica fê-la no domínio da Medicina: tendo-se matriculado no ano lectivo de 1881/1882 na Escola Médico-Cirúrgica do Porto, ali viria a obter o respectivo diploma em 1886, com a mais alta classificação do seu curso, que lhe valeu o prémio Macedo Pinto. Após fugaz exercício no Porto, em 1887 assumiu o lugar de Subdelegado de Saúde no Cadaval, terra onde tinha pertences e parentes, mas por escassos seis meses. Os doentes queixavam-se... "Boa pessoa; mas se ele tratasse com tanto carinho e paixão os doentes como trata as pedras! ..." (MURTA, 1970, p. 396). A Medicina foi definitivamente abandonada logo no ano seguinte, ao tomar posse do lugar de Conservador da Biblioteca Nacional, lugar onde permaneceu até ser contratado como Professor Extraordinário da recém-criada Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em 1911, antes mesmo de obter a equivalência do grau de "Doctorat de l'Université", obtido na Universidade de Paris, em 1901 (VASCONCELOS, 1901), com uma tese intitulada "Esquisse d'une dialectologie portugaise" (Fig. 1), trabalho notável e pioneiro, que viria a ser republicado em Portugal muito tempo depois, em 1970.

O precoce desinteresse pelo exercício da medicina encontra-se sublinhado pela declaração do próprio quando, convidado ilustre das cerimónias comemorativas do I Centenário da Escola Médico-Cirúrgica do Porto,

---

[1] CARDOSO, J. L. (2008) – José Leite de Vasconcelos (1858-1941): o médico, o humanista e o homem. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Lisboa, 126 (1-12), p. 73-83. Modificado.


ESQUISSE

D'UNE

DIALECTOLOGIE PORTUGAISE

Thèse pour le Doctorat de l'Université de Paris

J. LEITE DE VASCONCELLOS

AILLAUD & Cie

PARIS

LISBOA

1901

Fig. 1 – Capa da tese de doutoramento de J. Leite de Vasconcelos apresentada à Universidade de Paris e publicada em 1901. Arquivo de João Luís Cardoso.


I CENTENÁRIO DA REGIA ESCOLA DE CIRURGIA DO PORTO

A FIGA

ESTUDO DE ETNOGRAFIA COMPARATIVA, PRECEDIDO DE ALGUMAS PALAVRAS A RESPEITO DO "SOBRENATURAL" NA MEDICINA POPULAR PORTUGUESA

CONFERENCIA LIDA NA FACULDADE DE MEDICINA DO PORTO EM 25 DE JUNHO DE 1925

POR

J. LEITE DE VASCONCELLOS

Fig. 2 – Capa da obra "A figa", publicada em 1925 no âmbito das comemorações do centenário da Escola Médico-Cirúrgica do Porto. Arquivo de João Luís Cardoso.

onde se formou, declarou, no preâmbulo da obra resultante da Conferência ali apresentada a 25 de Junho de 1925 "A figa estudo de Etnografia comparativa, precedido de algumas palavras a respeito do "sobrenatural" na medicina popular portuguesa" (Fig. 2): "Há 39 anos que me despedi da Escola Médico-Cirúrgica do Porto, cujas tradições vós continuais e honrais. (...) tendo eu saído daqui Médico-cirurgião, acumulado de favores, transviei-me quase logo; e em vez de vos trazer frutos de experiência clínica, que pudésseis aproveitar no vosso exercício, venho entreter-vos uns momentos com assuntos menos práticos, de Etnografia e de História – Desculpai" (VASCONCELOS, 1925, p. 5, 6).

Pode, pois, perguntar-se o porquê da frequência do Curso de Medicina. Nada há, na correspondência enviada pelo próprio ou da recebida de familiares e amigos que se consultou (COITO, CARDOSO & MARTINS, 2008) que autorize a qualquer suposição. Assim, torna-se provável que tal opção tenha decorrido mais da ausência de alternativas no Porto, para onde foi trabalhar, ocupando humildes tarefas em estabelecimentos de ensino secundário, ao mesmo tempo que prosseguia os estudos, no colégio de S. Carlos, a partir de 1876. Com efeito, naquele estabelecimento de ensino foi distinguido com a atribuição de um primeiro prémio em Latim, no ano lectivo de 1876/1877, prenunciando já a sua notável aptidão para a Filologia.

Aliás, é o próprio que confirma a sua vocação pelas ciências humanas, ao declarar, ao ingressar no curso de medicina, o seguinte: "Nascido numa aldeia da Beira-Alta, e tendo passado a juventude em convivência diária com o povo, eu possuía em mim mesmo um bom numero de factos, quando em 1876, dos 17 para os

18 annos, edade em que vim para o Porto, comecei enthusiasmado pelo grande movimento scientifico do século, a occupar-me do *Folk-Iore*, esboçando e dando a lume os meus primeiros ensaios em 1878 (na *Aurora do Cavado*, de que é redactor o snr. Dr. Rodrigo Velloso)" (VASCONCELOS, 1882, p. XI). Nenhuma alusão à Medicina, portanto...

O facto de pertencer a uma família empobrecida da nobreza rural, poderia levá-lo a admitir o seu futuro como médico, profissão de prestígio e que permitia vida respeitável. Importa, por outro lado, não esquecer a influência familiar, até por possuir ascendentes directos com tal profissão: é o caso do seu avô paterno, Rodrigo Cardoso Pinto (1775-1819), de quem Leite de Vasconcelos diria: "Este meu avô é fama que exerceu a sua arte com muita distinção. Foi Médico do Exército, Médico do Convento de Salzedas, delegado físico-mor do reino" (COITO, CARDOSO & MARTINS, 2008, p. 16).

Na discussão desta questão atente-se na argumentação de A. A. Mendes Corrêa que, além de ilustre antropólogo, era também médico e próximo do nosso homenageado:

> "A frequência da Escola Médica do Porto aparece, à primeira vista, como um caprichoso e inútil desvio na trajectória lógica daqueles estudos [a literatura e o latim]. Não penso assim. Humanidades sem biologia humana, estudos clássicos e históricos sem conhecimento concreto do ser humano, dos seus males e sofrimentos, são visões incompletas, lacunares, do homem e das suas actividades, da sua herança genética e cultural, das suas tendências reais." (CORRÊA, 1958, p. 305, 306.)

Atenda-se, por outro lado ao facto de, muito precocemente, em 1877, ainda antes de ingressar no curso de Medicina, Leite de Vasconcelos ter proclamado a sua adesão ao Positivismo, que a filiação na teoria darwinista, só confirmou poucos anos depois, já no final da frequência do Curso; com efeito, no livrinho de divulgação "Portugal Pré-Histórico" escrito em 1885, um ano antes de terminado o curso de medicina (Fig. 3), declara:

> "A theoria evolucionista, a que se acham vinculados os nomes illustres de Lamarck e Darwin, é das mais brilhantes e extraordinárias nos seus factos, das mais fecundas nas suas applicações. Por ella não só se explica um certo numero de phenomenos (inexplicáveis de outro modo), como, por exemplo, os órgãos rudimentares; – mas o homem adquire um conhecimento mais seguro e mais extenso de si, pois que deixa agora de ser o rei da creação (...) – e fica, pelo contrário, occupando apenas um logar na escala zoológica." (VASCONCELOS, 1885, p. 17).



Fig. 3 – Capa da obra de divulgação "Portugal Pré-Histórico", publicada em 1885 quando J. Leite de Vasconcelos cursava ainda a Escola Médico-Cirúrgica do Porto. Arquivo de João Luís Cardoso.

Quanto à metodologia de trabalho poder-se-ia argumentar, como o fez Mendes Corrêa, que a mesma se ficou a dever-se à sua preparação científica prévia no

campo da Medicina, enquanto ciência multidisciplinar. Para a discussão desta questão, é elucidativo o seguinte caso: ainda estudante, Leite de Vasconcelos elaborou, em 1885, estudo de dermatologia, que foi analisado pelo médico e Professor Juvenal Esteves, em 1949. Admitiu o ilustre clínico que esta área da Medicina o tenha atraído em virtude de proporcionar uma observação directa, rigorosa e sistemática das patologias, conducentes à respectiva classificação, tão ao gosto leiteano. Por outro lado, esta era uma área que favorecia o contacto com as populações, e estabelecer relações entre as patologias observadas e os hábitos de vida, a distribuição geográfica das doenças, as classes etárias e respectivos estatutos sociais dos doentes. Todos estes indicadores constituíam, em suma, campos fecundos para "o espírito de naturalista que é bem patente em toda a sua obra de etnógrafo" (ESTEVES, 1949, p. 194). Pode, pois, concluir-se que, por via da dermatologia, Leite de Vasconcelos obteria o tão desejado contacto directo com as populações, consistindo os estudos naquela área, essencialmente, um meio para a aproximação ao objecto de estudo, à pessoa humana e à sua polifacetada realidade.

A importância do método seria, aliás, um dos traços dominantes do seu labor científico, não se afigurando, face ao exposto, a conclusão de tal característica ter sido obtida pela frequência do curso médico, porque fazia seguramente parte da sua personalidade, aplicada nos mais ínfimos pormenores, como a administração da sua casa, anotando diariamente os gastos domésticos efectuados (COITO, CARDOSO & MARTINS, 2008, p. 243).

Recorramos ainda ao testemunho do Prof. A. A. Mendes Corrêa, que descreveu na primeira pessoa a impressão que o método leiteano lhe causou: "A propósito de arquivos pessoais, recordo o do erudito Leite de Vasconcelos na sua casa de Campolide, onde tantas vezes o visitei. Ofereceu-me um dia de jantar. Falámos de etnografia da região em que eu passara as férias. No fim do jantar, fez vários verbetes com as minhas informações e distribuiu-os, segundo os assuntos, pelas numerosas caixas do seu ficheiro. Como eu admirasse a grandeza deste, Leite disse-me, sem quebra de modéstia: "Ninguém na Europa tem reunido mais materiais do que eu!" (CORRÊA, 1946, p. 16).

Fernando de Almeida, que, depois de uma bem sucedida carreira médica, abraçou, ele também, a de Professor de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, evoca pitoresco episódio que envolveu dois irmãos, Joaquim e Victor Fontes, também eles futuros médicos e Catedráticos da Faculdade de Medicina de Lisboa, um deles igualmente ilustre arqueólogo, Joaquim Fontes e um outro colega, Santa Rita, futuro Professor na Faculdade de Letras de Lisboa: "… ao vê-los, aos três jovens arqueólogos, contemplando um ficheiro, o Mestre explicou as vantagens que ele dava.

– "Diz uma palavra", pediu, dirigindo-se ao Victorzinho. Este respondeu:

– "Perna".

Imediatamente saíram dezenas de fichas sobre "pernas". E os rapazes acreditaram nas vantagens" (ALMEIDA, 1973, p. 30).

Estes dois episódios ilustram o método rigoroso que Leite utilizou para compilar elementos, relacionar e comparar factos e, enfim, apresentar sínteses, sobre a multiplicidade de simples informações que permanentemente registava nos seus papéis, um verdadeiro quebra-cabeças para os que aceitaram a difícil missão de se constituírem postumamente como seus compiladores e editores.

2 – O HUMANISTA

Já antes de ingressar no curso de Medicina, Leite de Vasconcelos detinha no seu currículo importantes contributos publicados no domínio da recolha da Etnografia – é o caso dos artigos primeiramente publicados no Jornal "Aurora do Cavado", dirigido pelo seu amigo, Dr. Rodrigo Veloso. Esta vertente da sua actividade

foi claramente incrementada no decurso da frequência do referido Curso. Com efeito, em 1882 vêm a lume três obras marcantes, as "Tradições populares de Portugal", volume de 320 páginas (Fig. 4), o "Anuário para o estudo das tradições populares portuguesas" (Fig. 5), onde pretendia reunir contributos de "todos os folkloristas portugueses", e ainda a obra "O Dialecto Mirandês", obra que foi premiada no Concurso Filológico da Sociedade de Línguas Românicas de Montpellier. Iria cultivar esta linha de estudos ao longo das décadas seguintes, tendo expressão maior na obra editada em dois tomos pela Imprensa Nacional em 1900/1901, "Estudos de philologia mirandesa", obra maior publicada pela Imprensa Nacional em 1900/1901 (VASCONCELOS, 1900/1901). A "descoberta" do Mirandês, na perspectiva da sua pertença de pleno direito entre as línguas românicas, foi descrito pelo próprio, onde facilmente se entrevê a emoção que nessa altura viveu, bem expressa na transcrição que adiante se apresentará. Desde logo lhe dedicou pequeno opúsculo, constituído por versos escritos em mirandês, e na maioria datados de 7 e 8 de setembro de 1883 da *Tiêrra de Miranda* (VASCONCELOS, 1884), escritos pouco tempo depois da identificação linguística a que procedera, aliando a sua veia poética ao rigor das regras gramaticais de língua que assim ficou fixada por escrito (Fig. 6). A importância deste labor, precocemente expresso ao mais alto nível, bastaria para alcandorar o seu nome à galeria dos mais ilustres linguistas portugueses, pois deve-se a Leite de Vasconcelos a glória de ter demonstrado ser o Mirandês uma verdadeira língua românica e não uma mera degenerescência do português. O sucesso do seu estudo encontra-se espelhado nestas palavras, de uma carta endereçada por essa altura ao


TRADIÇÕES POPULARES

DE

PORTUGAL

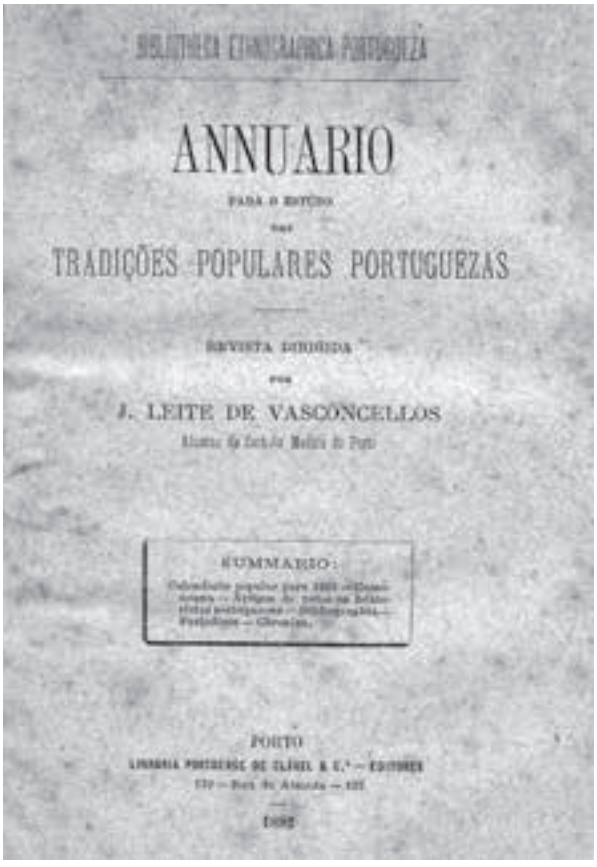
COLLIGIDAS E ANNOTADAS

POR

J. LEITE DE VASCONCELLOS

PORTO

Fig. 4 – Capa da obra "Tradições populares de Portugal", de J. Leite de Vasconcelos, publicada no Porto em 1882, reveladora dos interesses precocemente revelados pelo seu autor pelos estudos etnográficos. Arquivo de João Luís Cardoso.


ANNUARIO

PARA O ESTUDO

DAS

TRADIÇÕES POPULARES PORTUGUEZAS

REVISTA DIRIGIDA

POR

J. LEITE DE VASCONCELLOS

SUMMARIO:

PORTO

Fig. 5 – Capa do primeiro e único volume publicado do "Anuário para o estudo das tradições populares portuguezas", publicado no Porto em 1882, dirigido por J. Leite de Vasconcelos. Arquivo de João Luís Cardoso.

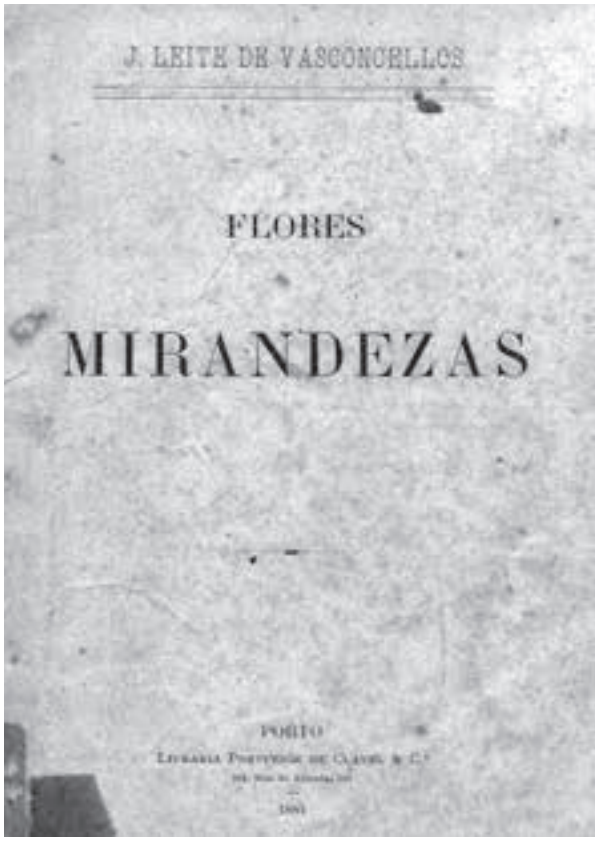


Fig. 6 – Capa do opúsculo "Flores mirandesas", constituído por versos escritos em mirandês por J. Leite de Vasconcelos, escritos maioritariamente na Terra de Miranda em 7 e 8 de setembro de 1883 e publicados no Porto, no ano seguinte. Arquivo de João Luís Cardoso.

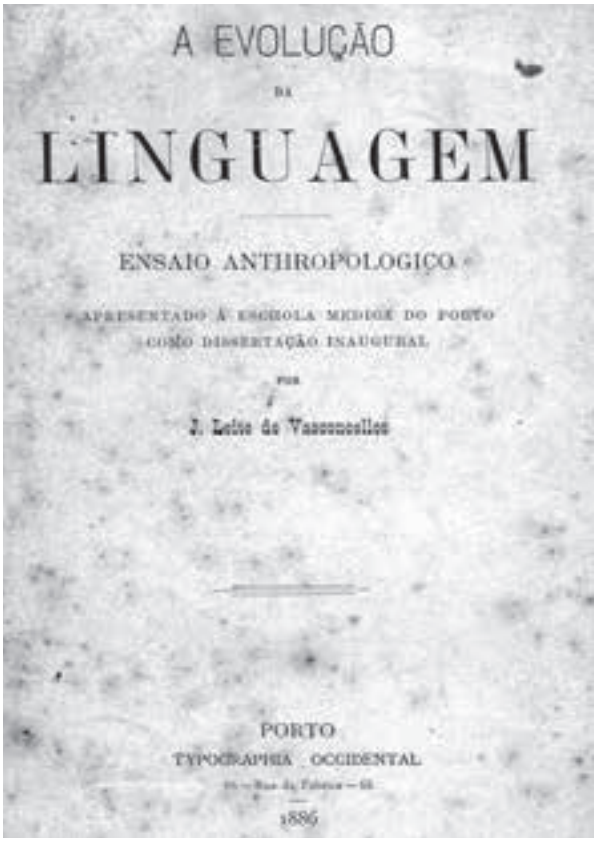


Fig. 7 – Capa da obra "A evolução da linguagem", publicada no Porto em 1886 e que constituiu a dissertação final de J. Leite de Vasconcelos para a obtenção do diploma em Medicina.

seu amigo de Elvas, António Tomás Pires: "Eu estou ainda mais enthusiasmado com a linguística do que com as tradições populares. Enquanto não explorar todo os dialectos portugueses intra e extra-continentaes não descanço" (Cartas de Leite de Vasconcelos a António Tomás Pires, 1964, p. 50).

Importa referir que a "dissertação inaugural" do curso de Medicina (equivalente ao trabalho final, ou estágio, dos tempos modernos), publicada em 1886, no Porto, intitula-se "A evolução da linguagem. Ensaio anthropologico" (VASCONCELOS, 1886) (Fig. 7), obra que pode considerar-se do domínio da linguística médica, na qual o autor analisa sucessivamente a fisiologia da voz, a produção da fala, seguida da análise da linguagem, abordando, finalmente, a patologia da voz e da fala. Aliás, já em 1884 tinha publicado na revista "A Saúde Publica" artigo sobre a "Patologia da linguagem".

Pode dizer-se, pois, que a linguística descobriu, em Portugal, os seus fundamentos anátomo-patológicos através destes estudos pioneiros de Leite de Vasconcelos, sendo de destacar o método, verdadeiramente trans-disciplinar, que presidiu à sua elaboração.

O que fazia, pois, mover o ânimo deste homem que, renunciando a ter vida familiar própria, se entregou à colossal tarefa de reunir todas as informações úteis ao conhecimento da sua terra e do povo a que pertencia? Crê-se que era, essencialmente, o prazer que lhe advinha da descoberta e, porque não dizê-lo, o amor devotado à Pátria em que nascera. Foi assim com a identificação e fixação do Mirandês, tal como em tantas outras

situações, brotando da sua personalidade, algo reservada e tímida, que lhe conferia ar grave, surpreendentes manifestações de um entusiasmo genuíno e ingénuo. Recorda-se apenas um desses episódios: "O Dr. João de Barros, num francês correctíssimo e elegante, começa a apresentação:

– É-me muito honroso apresentar o Senhor (Monsieur le ...) ao grande Mestre...

– Mas caso inesperado! O Dr. Leite de Vasconcelos que havia descoberto que o sábio belga tinha um alfinete de gravata com um escudo romano, logo no começo da apresentação do Ministro, agarra-se á gravata do sábio e exclama jovial e triunfante: Isto é um escudo romano! Isto é um escudo romano!" (MURTA, 1970, p. 399).

Foi, pois, o entusiasmo, a paixão e o prazer da descoberta, servido por método inflexível e por disciplina férrea, que cumpriu até o fim, que explica o sucesso da obra leiteana no estudo do povo português, o qual considerava só ser possível, na sua plenitude, desde que se investigassem os seus antecedentes, mesmo os mais longínquos. Tal entendimento explica, aliás, a sua notável actividade arqueológica, especialmente até à conclusão da sua obra mais relevante no domínio da Arqueologia e da Epigrafia, as "Religiões da Lusitânia", obra publicada pela Imprensa Nacional entre 1897 e 1913, onde reuniu a informação acerca do passado pré-histórico, proto-histórico e romano, em boa parte obtido pelas suas próprias mãos, ou apoiado nos inúmeros colaboradores de que dispunha, espalhados por rodo o país. Com efeito, admitia, contra a opinião de Herculano, as raízes proto-históricas do povo português, conferindo-lhe identidade própria. Essa identidade podia e devia encontrar-se devidamente demonstrada, através da sua obra maior – o próprio "Museu Etnológico Português" – que entendia dever constituir o repositório da herança do Povo Português, nas sua polifacetadas expressões, que numa entrega total, procurou reunir, registar e publicar, ao longo da sua vida fecunda, literalmente até o último alento. Tal desiderato foi corporizado pela publicação da obra "Etnografia Portuguesa", cujos dois primeiros volumes, editados pela Imprensa Nacional, foram os únicos, dos dez publicados até 1988, que vieram a lume ainda em vida do autor (Fig. 8), seguidos a longo trecho dos restantes, organizados por Manuel Viegas Guerreiro, e Paulo e Alda Caratão Soromenho, sob a égide de Orlando Ribeiro, um dos testamenteiros do Mestre.



Fig. 8 – Capa do primeiro volume da obra monumental de J. Leite de Vasconcelos, "Etnografia Portuguesa", publicado ainda em vida do autor em 1933. Arquivo de João Luís Cardoso.

* * *

Como cientista social, Leite de Vasconcelos desde cedo abraçou, como acima se referiu, o Positivismo, como se verifica pela intervenção efectuada no Colégio de S. Carlos, em 29 de Novembro de 1977: "As ciências, durante os dois últimos séculos e o corrente têm, na verdade, sofrido um adiantamento espantoso... Das ruínas de um mundo velho provém um mundo novo, aureolado e puro; a humanidade passa por uma transformação que nunca supôs" (*in* GUERREIRO, 1960, p. 128).

3 – EM BUSCA DO HOMEM POR DETRÁS DO ERUDITO

Crente no progresso científico que haveria um dia de libertar o Homem, convicção que repetidamente proclamou, tanto em verso (em "Balladas do Occidente", 1885, no "Hymno Académico do Porto", composto a pedido dos seus colegas), como em prosa, já na maturidade da vida. Assim, em 1903, declara: "Predominam [nas nossas populações] por toda a parte as ideias religiosas misturadas de superstições de toda a espécie, mas tudo isso vai decaindo. Triunfa, enfim, a ciência, e não virá talvez longe o dia em que os cruzeiros desapareçam dos caminhos, e os homens das montanhas, despindo a capucha e a nisa, desçam a tomar parte no convívio intelectual dos povos cultos" (*in* COITO, CARDOSO & MARTINS, 2008, p. 251). Nada indica que, com o tempo, tenha alterado as suas ideias, nem tão pouco a sua posição perante Deus. Tendo-se confessado em 1938 ao Prior de Barrancos, aquando da estada naquela vila raiana para estudar o Barranquenho, viria a declarar-lhe: "Sim, eu creio em Deus; não sabendo bem o que vamos encontrar d 'além campa, é melhor seguir o caminho mais seguro" (Gonçalves, José de Jesus, Cónego, "O Dr. José Leite de Vasconcelos era crente e confessou-se em Barrancos em 1938", "Novidades", Lisboa, 28 de Junho de 1958 (in COITO, CARDOSO & MARTINS, 2008, p. 251).

A dádiva total que constituiu a sua vida em prol da Ciência, até quase ao limite do absurdo, especialmente nos anos derradeiros em que "alquebrado, quasi cego, a cabeça esvaída, o velho lutador continuava a resistir" (RIBEIRO, 1942, p. 22), só se pode explicar, além de ter constituído um sacerdócio a que voluntariamente se submeteu, pelo prazer fugaz, no momento da publicação de mais um livro, que, como é referido por Orlando Ribeiro, considerava filho do seu espírito, sendo festejado em companhia dos impressores. Esse prazer, resultava do sentimento de uma missão que importava ver cumprida, consubstanciada por um derradeiro e monumental contributo que deixou incompleto: a já referida obra "Etnografia Portuguesa", que se propusera erguer sobre o Povo Português, oferecendo-a ao Povo Português.

O prazer que lhe era proporcionado pela investigação, seguida da escrita e da sua publicação, longe de constituir um triunfo pessoal e mesquinho, só seria próximo do prazer de viajar, que lhe proporcionava novas e sempre úteis informações, por via das quais engrandecia permanentemente o seu caderno de campo, num afã que lhe devorava a existência desde a adolescência. Prova desta actividade criadora, encontra-se registada na forma como recordou a sua "descoberta" do Mirandês. Vale a pena recordar, uma vez mais, a empolgante descrição que o próprio fez desta descoberta, tantas vezes já evocada (VASCONCELOS, 1900, p. 4, 5), a que quis associar o nome do jovem que tão providencialmente lhe facultou a descoberta:

> "Branco de Castro, reclinado sobre a cama, no seu pequeno quarto de estudante, recitava vocábulos, conjugava verbos, declinava nomes; eu, sentado numa cadeira ao pé, ia apontando fervoroso tudo o que lhe ouvia, e que para mim era como aquellas maçãs de ouro que, segundo um conto popular bem conhecido, saíam da bôca de uma virgem bem fadada quando fallava ao seu noivo.
> Dizia ele a princípio: "isto é uma gíria de pastores, uma *fala charra*, não tem regras, nem normas!". Mas, quando eu lhe mostrava que as correspondências d'ella com o latim eram certas, que a conjugação seguia com ordem, ele pasmava, e admirava-se que entre os *cabanhaes* de Genizio, e em meio dos *hortos* de Ifánez se pudesse ter feito cousa tão regular como era a lingoa que velhos cabreiros lhe haviam ensinado em pequeno. E também se enthusiasmava, e começava comigo a venerar esta desherdada e perdida filha do latim".

Importa dizer que muitas das suas investigações eram frequentemente incompreendidas na sua época, o que pouco lhe importava ("Trabalhe nas cousas do seu gosto, e deixe zoar a carvalheira, como se diz na Beira", recomendava ele em carta a António Tomás Pires, em 1906), assumiram-se, mais tarde, preciosos elementos

identitários da Nação. Foi justamente o caso do Mirandês, devendo-se sem dúvida a Leite de Vasconcelos um papel determinante na preservação, através da fixação da escrita, ainda no século XIX. Igualmente, muitos dos registos do "Cancioneiro" e do "Romanceiro" foram por ele salvos de uma perda mais do que certa, o mesmo se verificando com os preciosos espólios etnográficos e arqueológicos, a par das respectivas condições de recolha, que fez transportar para o Museu que fundara e que, muito justamente, considerava "seu".

Leite de Vasconcelos pautou-se, sempre, pelo rigor e pelo método da investigação, olhando com desconfiança aqueles que praticavam os princípios contrários, que ele designava por "literatos": "Dos litteratos nem fallemos" (Cartas de Leite de Vasconcelos a António Tomás Pires, 1964, Carta 56, 2 de Abril de 1889, p. 97); são bem conhecidas as divergências com colegas como Adolfo Coelho ou Teófilo Braga, tornando-se célebre a polémica que manteve com Cândido de Figueiredo, defendendo com vigor e ironia temíveis as suas próprias ideias, ou, num outro plano, a forma como se defendeu das acusações infundadas levantadas na Câmara dos Deputados logo a seguir à implantação da República, das quais foi completamente ilibado, e até louvado, no seguimento da sindicância realizada, para a qual elaborou e publicou extendo e bem documentado documento onde demonstrou o notável trabalho realizado no Museu que fundara e dirigia (VASCONCELOS, 1913) (Fig. 9).


DEFENSÃO

DO

MUSEU ETNOLOGICO PORTUGUES

CONTRA AS ARGUIÇÕES QUE UM SR. DEPUTADO LHE FEZ NO PARLAMENTO

POR

D.r J. LEITE DE VASCONCELLOS

LISBOA
LIVRARIA CLASSICA EDITORA
de A. M. TEIXEIRA

Fig. 9 – "Defensão do Museu Etnológico Português" obra publicada em Lisboa em 1913 na sequência de uma sindicância à sua actuação enquanto director daquela instituição, na sequência de denúncias apresentadas, logo após a proclamação da República, em 1911, na Câmara dos Deputados. Arquivo de João Luís Cardoso.

Não se pense, porém, que era um empedernido sábio (palavra que, aliás repudiava). Viu-se já como o podia tocar a emoção da descoberta. Ver-se-á que a sua sensibilidade, pudicamente oculta, poderia manifestar-se da forma mais inesperada, para um observador que apenas atentasse à natureza da sua produção científica.

Aquando de uma das suas muitas viagens ao estrangeiro, que constituíam autênticas peregrinações aos templos mais nobres do saber, onde recolhia sempre preciosas informações e documentos, não deixava de visitar locais que para uma alma apaixonada como a sua detinham forte carga simbólica e emotiva. Foi o caso da sua ida às ruÍnas da Abadia de Melrose, em 1913, aquando de um périplo pela Europa Ocidental.

Àquelas vetustas pedras, Walter Scott tinha dedicado poema que, ainda estudante liceal, muito impressionara Leite de Vasconcelos, a ponto de ter publicado tradução, em dois humildes periódicos regionais, o "Campeão de Bouças" e o "Tirocínio", de 5 de Julho de 1882.

Compreende-se, pois, a emoção do Mestre quando, desembarcando do comboio que o levou a Melrose, percorreu, em escassos dois ou três minutos o caminho que o separava da cena tão pungentemente descrita nos versos de Walther Scott, "pois desde então nunca mais eles me saíram do pensamento" (VASCONCELOS, 1915, p. 107). É a tradução desses versos, por ele republicados em 1915, que a seguir se transcreve:

Se queres ver Melrose, vai lá quando
Pálida e meiga a lua no ar avulta,
Pois o clarão do sol, sobredoirando
As baças ruínas, como que as insulta
À hora em que nas sombras as arcadas
Adormeçam; as góticas janelas
O luar as esbata, e em ondas belas
Banhe a luz fria as torres derrocadas;
Sejam os botareus alternamente
Negros de ébano, brancos de marfim;
Cada estatua em seu tumulo jacente
De alvor de prata se revista, e assim
As volutas que tétricas o exornam
E a vida à morte semelhante tornam;
Nas campas pie o mocho funerário,
E se escute gemer ao longe o Tweed:
Vai então, e visita solitário
Os restos da mansão de S. David.
À volta jurarás que nunca viste
Scena alguma tão linda, nem tão triste!

A mesma emoção que sentiu ao descobrir o Mirandês, entrevêmo-la também aqui, na fria Escócia, perante as ruínas impressivas daquela abadia medieval. Foi, ainda, essa emoção que sentimos perpassar-lhe pelo espírito, ao descobrir aqui e ali, ao sabor das indicações do povo humilde, vetustas ruínas ou milenárias inscrições falando de deuses e deusas há muito desaparecidos. É ainda ao médico, Prof. Fernando de Almeida, que se recorre para transcrever o fim de uma Ode composta aquando de uma das suas viagens ao Fundão, causada pelo deslumbramento que lhe causou a descoberta, gravada numa rústica ara de granito, da deusa indígena *Trebaruna* (ALMEIDA, 1962, p. 8):

"Eu fiz-te renascer, eu dei-te vida nova!
Quando pois eu dormir p'ra sempre, tu hás-de ir,
Linda deusa beirã, guardar a minha cova,
Embalar o meu somno, a cantar e a sorrir..."

A sensibilidade da sua alma, só conhecida de poucos, encontra-se aqui belamente espelhada, comparável ao terno amor que dedicava à memória de sua mãe, de quem beijava o retrato todas as noites (HELENO, s/d, p. 7), tal como à memória de sua noiva, falecida poucos dias antes do matrimónio.

Fernando de Almeida relatou episódio, que lhe foi contado por Manuel Heleno, discípulo dilecto que lhe sucedeu à frente do seu querido Museu, que, com tanta teimosia e pertinácia, conseguiu fundar e engrandecer, ocorrido em uma ocasião, quando Leite de Vasconcelos, já perto dos oitenta anos, regressava de uma viagem de comboio ao estrangeiro: "Aconteceu-me uma grande desgraça nesta viagem!". Perante a ansiedade do seu interlocutor, confessou: "Esqueci-me de levar comigo o retrato de minha Mãe" (ALMEIDA, 1962, p. 6).

O amor que dedicava a sua Mãe encontra-se evidenciado nas palavras dramáticas e desesperadas, rabiscadas a lápis num pedaço de papel, aquando do seu falecimento:

"Sabbado, 16-VI-94 ás 11 h. da manhã O dia mais doloroso da minha vida!! Fiquei só no mundo!" (COITO, CARDOSO & MARTINS, 2008, p. 30).

É ainda o mesmo sentimento que transparece no belo poema, intitulado "Mãi Carme poliglótico (a um poeta que me pediu lhe traduzisse a palavra "mãi" em várias lingoas)", folha belamente impressa em 1912 pela Imprensa da Universidade de Coimbra (VASCONCELOS, 1914) (Fig. 10):

Da Grécia, ao sol que recebeu Apolo,
Sei meter; máthir *sei da Irlanda fria;*
Da Índia, do santo Ganges posta ao colo,
Sei mãta, *– e ela d'isto se inebria;*
Da Germânia, em florestas seculares
Meia oculta, onde a Dónar, deus aereo,
Nas arvores há templos com altares,
Sei múoter, *voz velada de misterio;*
Mater *do Lacio, que a seus pés suspensa*
E submetida vê a terra inteira;
Maire, *em trovas volantes, da Provença;*
Nai *da Galiza, do Oceano á beira...*
Nem que em todas as lingoas que o homem fala
Eu pudesse ou tentar dizer "mãi",
Exprimiria, porque nada o iguala,
O eterno encanto que essa ideia tem.



Fig. 10 – "Mãi carme poliglótico" poema que J. Leite de Vasconcelos dedicou a sua Mãe e que constitui expressão dos seus conhecimentos linguísticos compaginados com a sensibilidade da sua alma, publicado no Boletim da 2.ª Classe da Academia das Ciências de Lisboa. Arquivo de João Luís Cardoso.

O relato feito por outro dos seus discípulos, Manuel Viegas Guerreiro, quando o funeral conduziu o corpo do Mestre ao jazigo que mandara construir para seus Pais e para si, é também elucidativo: *"Entre o caixão de pedra do pai e o da mãe ficou o seu. A lápis, o Mestre venerando havia escrito num o nome de Pater e, no outro, o de Mater. Faltou só que alguém escrevesse no dele o de Filius e* amantissimus, *porque bem o merecera"* (GUERREIRO, 1960, p. 137).

4 – O RECONHECIMENTO EM VIDA E PELOS VINDOUROS

José Leite de Vasconcelos foi objecto de muitas homenagens em vida, mercê dos laços pessoais e científicos estabelecidos com centenas de colegas, que rapidamente se tornavam amigos, admiradores e colaboradores, como bem evidenciam as publicações que lhe foram dedicadas em vida (como a "Miscelânea Scientífica e Literária" publicada em 1934 pela Universidade de Coimbra) (Fig. 11) ou outras editadas ulteriormente, com destaque para a obra organizada na Faculdade de Letras de Lisboa e editada pela Imprensa Nacional em 1960, inserindo, entre outros contributos valiosos, o depoimento de Manuel Viegas Guerreiro e o levantamento bibliográfico a cargo de Isabel Vilares Cepeda, que dá bem a imagem da obra polifacetada do mestre (Fig. 12).

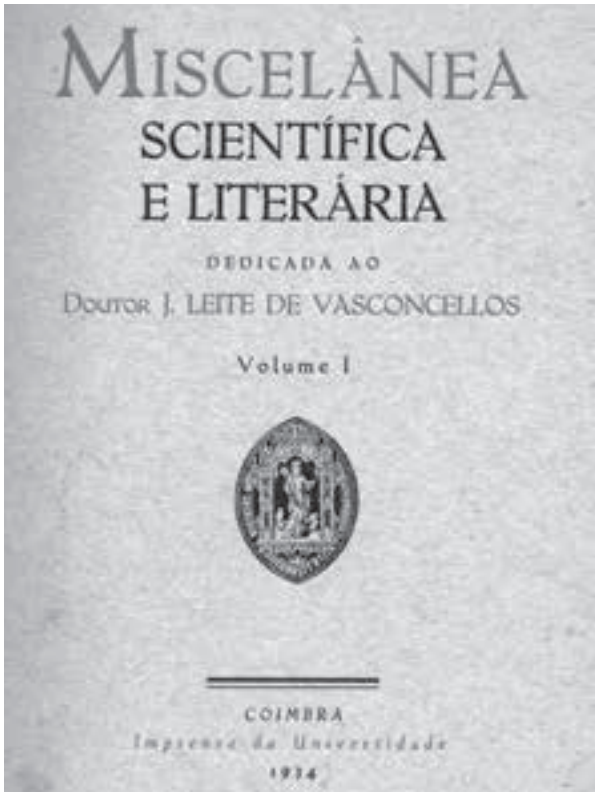


Fig. 11 – Capa do primeiro e único volume publicado em 1934 pela Universidade de Coimbra de homenagem a J. Lite de Vasconcelos. Arquivo de João Luís Cardoso.



Fig. 12 – Capa da obra publicada em 1960 pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, no âmbito das comemorações do primeiro centenário do nascimento de J. Leite de Vasconcelos. Arquivo de João Luís Cardoso.

Em 1958, no 90.º aniversário do seu nascimento, comemorando também o 50.º aniversário de nomeação de professor de Numismática, foi cunhada uma medalha, em prata e em bronze, da autoria do escultor Raúl Xavier (Fig. 13), mas já muitos anos antes o seu busto em bronze tinha sido descerrado no Museu que adoptou o seu nome, em 1937, numa cerimónia presidida pelo Presidente da República, afirmações publicadas do prestígio granjeado pelo seu labor incessante e sempre realizado de forma tão desinteressada quanto empenhada.

Bastaria, para tanto, atender ao seu Epistolário, contendo o levantamento de quase 4 mil correspondentes, conservado no Museu Nacional de Arqueologia (COITO, 1999), ou o levantamento documental do seu legado documental na Faculdade de Letras de Lisboa (CASTRO, 2019). Com efeito, o seu legado tem dado azo a múltiplos estudos, publicados ora sob a forma de artigos (CARDOSO, 2004, 2012, 2013; 2016/2017; 2018; CARDOSO & COITO, 2014/2015), ora em actas das sessões a que foram apresentados (CARDOSO, 2009; CARVALHO & RAPOSO, 2015), ora ainda em volumes comemorativos, como o editado por iniciativa do Museu Nacional de Arqueologia, que lhe consagrou um número, em 2008, de "O Arqueólogo Português", revista fundada pelo Mestre em 1895. Tais estudos prosseguem na actualidade, assim se constituindo como um legado vivo e em regeneração permanente.

A actividade de Leite de Vasconcelos espraiou-se por diversas instituições; para além da Biblioteca Nacional, onde regeu a Aula de Numismática, de que resultou depois a publicação de notável obra sobre esta área científica (VASCONCELOS, 1923) e da Faculdade de Letras de Lisboa, onde regeu disciplinas das áreas

da Filologia, Literatura, Arqueologia e Numismática, entre outras, importa destacar a Sociedade de Geografia de Lisboa, a Associação dos Arqueólogos Portugueses e a Academia das Ciências de Lisboa.

Na primeira, Leite de Vasconcelos desenvolveu longa e assídua actividade; admitido em 1890 como Sócio nº. 1674, em sessão da Direcção de 3 de Novembro, desempenhou vários cargos, primeiro na então designada Secção de Etnografia e Viagens: Secretário (1891); Vice-Presidente (1894 e 1898); e Presidente (1900); depois, na Secção de Etnografia (1916), que sucedeu àquela, da qual, em 1916, foi designado Presidente. A sua participação na vida da SGL exprimiu-se por importantes contributos publicados de sua autoria. Logo em 1892, sob a égide da Instituição, veio a lume o opúsculo "Sur les religions de la Lusitanie", publicado pela Imprensa Nacional, resumo de comunicação preparada para a X Sessão do Congresso Internacional dos Orientalistas que se previa viesse a reunir-se em Lisboa, o que, porém, não se verificou. Mais tarde, no âmbito das comemorações do IV Centenário da chegada de Vasco da Gama à Índia, a SGL promoveu a publicação do primeiro volume de uma das suas obras maiores, as "Religiões da Lusitânia" (VASCONCELOS, 1897) (Fig. 14), já atrás referida. Pode, pois, concluir-se que Leite de Vasconcelos contribuiu, de forma relevante e perene, para a vida científica e cultural daquela Sociedade.

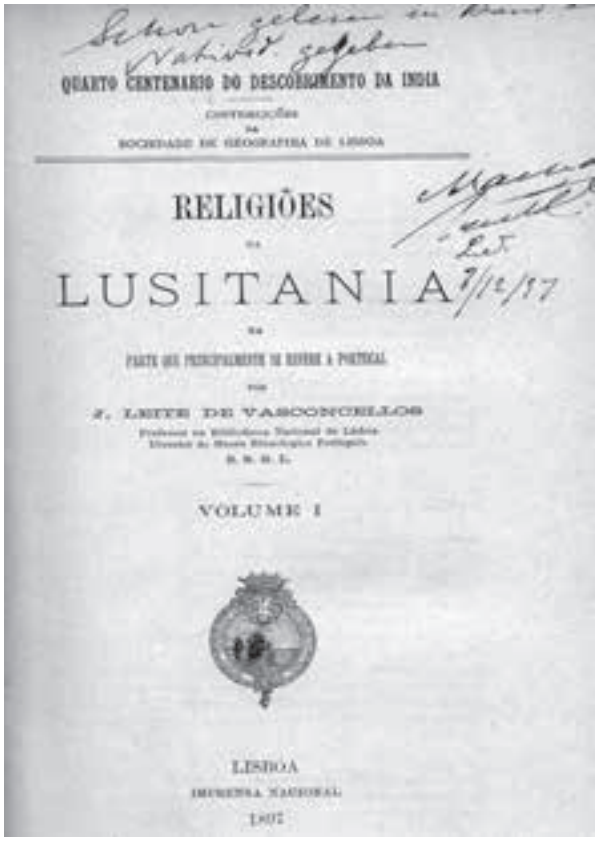


Fig. 13 – Medalha de prata executada em 1948 no âmbito das comemorações do nonagésimo aniversário do nascimento de J. Leite de Vasconcelos (n. 1858) e do cinquentenário da sua nomeação como professor de Numismática, da autoria do escultor Raúl Xavier. Arquivo e fotografia de João Luís Cardoso.

Na Associação dos Arqueólogos Portugueses, teve também longa e prestigiante actividade, conferindo dignidade à vida associativa, o que justificou a sua ascenção a Presidente de Honra da instituição.

Enfim, na Academia das Ciências de Lisboa exerceu relevantes funções, com assiduidade e empenho, já objecto de caracterização anterior (ANTUNES, CARDOSO & RAPOSO, 2018). Foi eleito correspondente a 10 de maio de 1894 para a secção de História e Arqueologia, da Classe de Ciências Morais, Políticas e Belas Letras, ascendendo a sócio efectivo da referida secção a 17 de novembro de 1910. Destaca-se o cargo de Director do Museu da Academia, exercido entre 1913 e 1933, no âmbito do qual promoveu o engrandecimento das colecções e o estudo das mesmas. Foi membro do Conselho Administrativo e Presidente da Comissão do Dicionário da Língua (1917), o que explica a passagem, em 1919, para a secção de Literatura e, mais tarde, para a de Filologia, de que viria a ser eleito presidente em 1927, depois designada de Ciências Filológicas, em 1937, da qual manteve a presidência.

Pode dizer-se que a actividade científica prodigiosa de Leite de Vasconcelos se espaiou por diversas áreas, tendo em todas elas alcançado a excelência. Tal foi também o caso no domínio da Arqueologia Pré-Histórica, o que justifica plenamente a inclusão do seu nome nesta colectânea respeitante a pré-historiadores portugueses. Bastaria, para tal, ter presente o manancial de informação sobre estações e monumentos pré-históricos que escavou ou registou nas páginas da revista que dirigia, "O Arqueólogo Português", órgão do Museu


QUARTO CENTENARIO DO DESCOBRIMENTO DA INDIA

RELIGIÕES
DA
LUSITANIA
DA
PARTE QUE PRINCIPALMENTE SE REFERE A PORTUGAL

J. LEITE DE VASCONCELLOS

VOLUME I

LISBOA
IMPRENSA NACIONAL
1897

Fig. 14 – Folha de rosto do primeiro volume da obra de J. Leite de Vasconcelos "Religiões da Lusitânia", editada sob a égide da Sociedade de Geografia de Lisboa em 1897 no âmbito das comemorações do quarto centenário da descoberta do caminho marítimo para a Índia. Arquivo de João Luís Cardoso.



Fig. 15 – J. Leite de Vasconcelos, ao centro da fotografia, de pé, fotografado em Mértola no decurso das escavações por si dirigidas em 1908 na necrópole alto-medieval do Rossio do Carmo (Arquivo do Museu Nacional de Arqueologia, in CARDOSO, 2006).

Etnológico Português por si fundado em Lisboa. Tal afã criador era acompanhado pela recolha e transporte para Lisboa de milhares de espólios pré-históricos e de muitas outras épocas (Fig. 15), por si obtidos por todo o país, sem outra preocupação que não fosse o de registar e inventariar tais ocorrências, certo de que não o fizesse, a voragem do tempo se encarregaria de as fazer desaparecer! O interesse que dispensava à Pré-História era justificado, pois aquelas "pedras" representavam o passado mais longínquo protagonizado pelas populações antecessoras dos actuais portugueses, cujas origens incessantemente procurou, por via das investigações desenvolvidas nas diversas áreas científicas que cultivou, num exercício pioneiro de multidisciplinaridade.

5 – EPÍLOGO

Sob uma aparência distante e austera, escondia-se uma alma solitária, expressa na poesia que cultivou quase até o fim da vida, numa existência talvez mesmo infeliz nos seus últimos anos, procurando compensar no trabalho e nos amigos dedicados, a falta de uma família verdadeira. Daí a sua divisa, integrada no seu ex-libris

heráldico, com as armas de Cardoso, Melo, Vasconcelos e Pereira, proclamando, na língua de Atenas, uma verdade que era, de todos, o primeiro a cumprir:

"No estudar consiste o prazer".

A nobreza do seu sangue beirão não desmerecia a da sua alma.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Fernando de (1962) – *Trebaruna* deusa lusitana. *Estudos de Castelo Branco*. Castelo Branco. 6, p.67-74.

ANTUNES, M. Telles; CARDOSO, J. L. & RAPOSO, L. (2018) – Leite de Vasconcellos, Joaquim Fontes e a estação paleolítica de Casal do Monte. *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*. Classe de Ciências. Lisboa, 45, p. 105-123.

CARDOSO, J. L. (2004) – Correspondência anotada de David Lopes a José Leite de Vasconcelos. *Colectânea de Estudos em Homenagem ao Académico de Mérito Professor Dr. José Pedro Machado*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, p. 451-504.

CARDOSO, J. L. (2006) – Sebastião Philippes Martins Estácio da Veiga, José Leite de Vasconcellos e a necrópole do Rossio do Carmo em Mértola. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 24, p. 151-165.

CARDOSO, J. L. (2008) – José Leite de Vasconcelos (1858-1941): o médico, o humanista e o homem. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Lisboa, 126 (1-12), p. 73-83.

CARDOSO, J. L., coord. (2009) – *150 anos do nascimento do Doutor José Leite de Vasconcelos*. Actas da Jornada Evocativa (28 de junho e 2008). Lisboa: Academia Portuguesa da História.

CARDOSO, J. L. (2012) – José Leite de Vasconcelos (1858-1941) e Joaquim Fontes (1892-1960) vistos através da correspondência conservada nos Arquivos do Museu Nacional de Arqueologia e do Laboratório Nacional de Energia e Geologia. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série 5, 2, p. 105-185.

CARDOSO, J. L. (2013) – António Inácio Marques da Costa (1857-1933), Setúbal, Tróia e a Arrábida: percursos de um pioneiro dos estudos arqueológicos regionais em Portugal vistos pela correspondência enviada a José Leite de Vasconcelos. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 15, p. 11-44.

CARDOSO, J. L. (2016/2017) – Correspondência epistolar remetida por eminentes pré-historiadores espanhóis ou que trabalharam essencialmente em Espanha a José Leite de Vasconcelos (1858-1941). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 23, p. 393-458.

CARDOSO, J. L. (2018) – Correspondência remetida por eminentes pré-historiadores europeus a José Leite de Vasconcelos (1853-1941). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras, 24, p. 551-598

CARDOSO, J. L. & COITO, L. C. (2014/2015) – Correspondência de Abel Viana a José Leite de Vasconcelos: do mérito ao reconhecimento. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série V, 4/5, p. 21-83.

CARTAS de Leite de Vasconcelos a António Tomas Pires. Lisboa: Faculdade de Letras de Lisboa, 1964.

CARVALHO, A. & RAPOSO, L., coord. (2015) – *José Leite de Vasconcelos (1858-1941) Peregrino do saber*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia/Imprensa Nacional/Casa da Moeda.

CASTRO, I. (1019) – *O legado de Leite de Vasconcelos na Universidade de Lisboa*. Lisboa: Imprensa Nacional.

COITO, L. C. (1999) – *Epistolário de José Leite de Vasconcelos*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia (Suplemento 1 a *O Arqueólogo Português*).

COITO, L. C.; CARDOSO, J. L. & MARTINS, A. C. (2008) – *José Leite de Vasconcelos - fotobiografia*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia/Editorial Verbo, 319 p.

CORREIA, A. A. Mendes (1943) – *Em face de Deus. Memórias e confissões*. Porto: Fernando Machado & Cª. Lª. Editores.

CORREIA, A. A. Mendes (1958) - Elogio do sábio Prof. Dr. José Leite de Vasconcelos. *Boletim da Academia das Ciências de Lisboa*. Lisboa. 30, p. 295-319.

DANTAS, J. (1941) – Discurso do Presidente Sr. Júlio Dantas. *Sessão de Homenagem ao insigne sábio e académico Prof Dr. José Leite de Vasconcelos*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, p. 6-8 (separata do *Boletim da Academia das Ciências de Lisboa*, 13, Dezembro de 1941, 56 p).

ESTEVES, J. (1949) – O Prof. Doutor José Leite de Vasconcelos e a dermatologia. *Amatus Lusitanus*. Lisboa. 7: 4.

GUERREIRO, M. Viegas (1960) – Notas para uma biografia do Doutor José Leite de Vasconcelos. *José Leite de Vasconcelos. Livro do Centenário (1858-1958)*. Lisboa: Imprensa Nacional, p. 109-137.

HELENO, M. (s/d) – *Algumas palavras sobre Leite de Vasconcelos*. Lisboa: Oficinas gráficas Casa Portuguesa, 18 p.

MURTA, G. (1970) – *Evocações*. Lisboa: Edição do Autor.

RIBEIRO, O. (1942) – Vida e obras de José Leite de Vasconcelos. *Portvcale*. Porto. 15, p. 3-17; 41-62.

VASCONCELLOS, J. Leite de (1882) – *Tradições populares de Portugal*. Porto: Livraria Portuense de Clavel & Cª. – Editores.

VASCONCELOS, J. Leite de (1884) – *Flores mirandesas*. Porto: Livraria Portuense de Clavel & Ca.

VASCONCELLOS, J. Leite de (1885) – *Portugal Pré-Histórico*. Lisboa: David Corazzi, Editor (Biblioteca do Povo e das Escolas, número 106).

VASCONCELLOS, J. Leite de (1914) – Mãi carme poliglótico. *Boletim da segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa*. Lisboa 6, p. 89.

VASCONCELOS, J. Leite de (1900) – *Estudos de Filologia Mirandesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1, 489 p.

VASCONCELOS, J. Leite de (1913) – *Defensão do Museu Etnológico Português contra as arguições que um sr. Deputado lhe fez no Parlamento*. Lisboa: Livraria Clássica Editora.

VASCONCELOS, J. Leite de (1915) – *De Campolide a Melrose. Relação de uma viagem de estudo*

VASCONCELOS, J. Leite de (1923) – *Da Numismática em Portugal*. Lisboa: Universidade de Lisboa (separata do Arquivo da Universidade de Lisboa, vol. 9).

XVI

ANTÓNIO DOS SANTOS ROCHA, ARQUEÓLOGO E PRÉ-HISTORIADOR [1]

O ambiente cultural na Figueira da Foz no final do século XIX encontrava-se em pleno desenvolvimento devido à crescente afirmação de uma economia de lazer, favorecida e proporcionada pelo Fontismo: a franca expansão de uma rede de caminhos de ferro, a par da abertura e melhoria das principais estradas do País, veio facilitar a circulação de pessoas; entre estas, contava-se a burguesia oriunda de muitas povoações do interior, e mesmo da meseta espanhola que, de forma crescente, procurava os centros de lazer emergentes, onde sazonalmente acorria: assim se afirmou a Figueira da Foz como uma das principais estâncias balneares do País e, ao mesmo tempo, sede de uma dinâmica vida social e cultural.

Na Figueira dos finais do século XIX, desenvolveram-se importantes actividades económicas, baseadas no comércio marítimo nacional e internacional. Note-se que, à época, era preponderante a navegação de cabotagem, para transporte de mercadorias e também de pessoas, correspondendo à terceira Associação Comercial do País, em termos de importância económica. Tal ambiente mundano cedo explicou a atracção turística da cidade como pólo de veraneantes que a procuravam, com exigências culturais decorrentes do seu estatuto económico e social.

António dos Santos Rocha, nascido na Figueira a 30 de Abril de 1853 e ali falecido a 28 de Março de 1910 (Fig. 1) desenvolvia localmente a sua actividade profissional como Advogado, com escritório aberto na cidade. Foi Provedor da Misericórdia (1876-1881), Vereador da Câmara Municipal e seu Presidente, em dois mandatos (1878-1880; 1902-1904), reflectindo o seu estatuto ímpar, de prestígio e influência, que possuía junto da população local. Entre outros melhoramentos realizados sob a sua presidência, destacam-se três: o abastecimento de água à cidade (o que estreitou as suas relações com o eminente



Fig. 1 – Medalha de bronze cunhada em memória de António dos Santos Rocha por iniciativa da Câmara Municipal da Figueira da Foz, com a efígie do homenageado e a legenda: DR.SANTOS•ROCHA•ARQVEOLOGO•PRÉHISTORIADOR•JVRISCONSVLTO 1853-1910. No verso, lê-se a seguinte legenda: O MVSEV•MVNICIPAL•AO• SEV•ILUSTRE: FUNDADOR. Arquivo e fotografia de João Luís Cardoso.

[1] CARDOSO, J. L. (2012) – António dos Santos Rocha (30 de Abril de 1853; 28 de Março de 1910) e a exploração arqueológica das grutas da Columbeira (Bombarral). In *Santos Rocha a Arqueologia e a sociedade do seu tempo* (R. Vilaça & S. Pinto, coord.). Figueira da Foz: Casino da Figueira, p. 53-61. Modificado.

geólogo e arqueólogo Joaquim Filipe Nery Delgado); a criação do mercado municipal; e o serviço de incêndios (1902-1904).

O seu gosto pela horticultura e pelos trabalhos agrícolas favoreceu a atracção pelas actividades arqueológicas, ainda muito antes de as iniciar, conforme indica Henrique de Vilhena, seu biógrafo (VILHENA, 1937). O referido autor informa que foi numa dessas ocasiões, "laborando numa terra de jardim" (sem dúvida o da casa materna), "que Santos Rocha notou em porções dela, que mandara vir de outro sítio da Figueira, vestígios de estação humana prèhistorica nesse lugar (...)" (*op. cit.*, p. 51). O acaso favoreceu o destino arqueológico de Santos Rocha, cujo o espírito já se encontrava predisposto, ainda que de forma inconsciente, para abraçar aquela que viria a ser a actividade científica que o tornaria célebre.

Face aos aspectos económicos e sociais que anteriormente se expuseram de forma resumida, compreende-se a lógica da criação, em 1898, por iniciativa de Santos Rocha, de uma sociedade científica na Figueira dedicada aos estudos arqueológicos, integrando alguns dos figueirenses mais ilustrados de então. Logo no Art.º 1.º dos seus estatutos se declara o seguinte:

> "A Sociedade Archeologica da Figueira, com sede na cidade da Figueira da Foz, destina-se, em geral, ao estudo dos diversos ramos das sciencias archeologicas, procurando contribuir para a resolução dos problemas da prehistoria e da historia antiga do occidente da peninsula; e, em especial a auxiliar o desenvolvimento do Museu Municipal da Figueira, onde se acham colligidos numerosos e importantes elementos para estes estudos".

Eram evidentes as preocupações da nóvel sociedade científica pelo enquadramento científico dos resultados das investigações realizadas localmente, para o que seria necessário alargar o espaço da intervenção arqueológica da Sociedade. Tais preocupações explicam a iniciativa de explorar as antiguidades de outras paragens e regiões: avulta, desde logo, a região beirã, onde se exploraram dólmenes, com o objectivo de se obterem elementos de comparação com as explorações efectuadas na área dolménica da Serra da Boa Viagem, objecto de estudos modelares de Santos Rocha publicados em quatro volumes saídos entre 1885 e 1900 (Fig. 2) dos prelos da Imprensa da Universidade de Coimbra sob o título "Antiguidades Prehistoricas do concelho da Figueira" (ROCHA, 1888, 1891, 1895, 1900) e, conforme se declara no título dos mesmos, oferecidas ao Instituto de Coimbra.

Torna-se evidente a influência, na concepção dos estudos que os integram, dos trabalhos sistemáticos que Estácio da Veiga vinha pela mesma época empreendendo no Algarve, cuja publicação, porém, só se iniciou em 1886; por outro lado, é também nítida a influência de algumas das notáveis monografias arqueológicas anteriormente editadas pela


ANTIGUIDADES PREHISTORICAS

CONCELHO DA FIGUEIRA

MEMORIA OFFERECIDA AO INSTITUTO DE COIMBRA

ANTONIO DOS SANTOS ROCHA

PRIMEIRA PARTE

COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1888

Fig. 2 – Capa do primeiro volume, dos quatro editados pela Imprensa da Universidade de Coimbra, das *Antiguidades prehistoricas do concelho de Figueira*, em 1888. Arquivo de João Luís Cardoso.

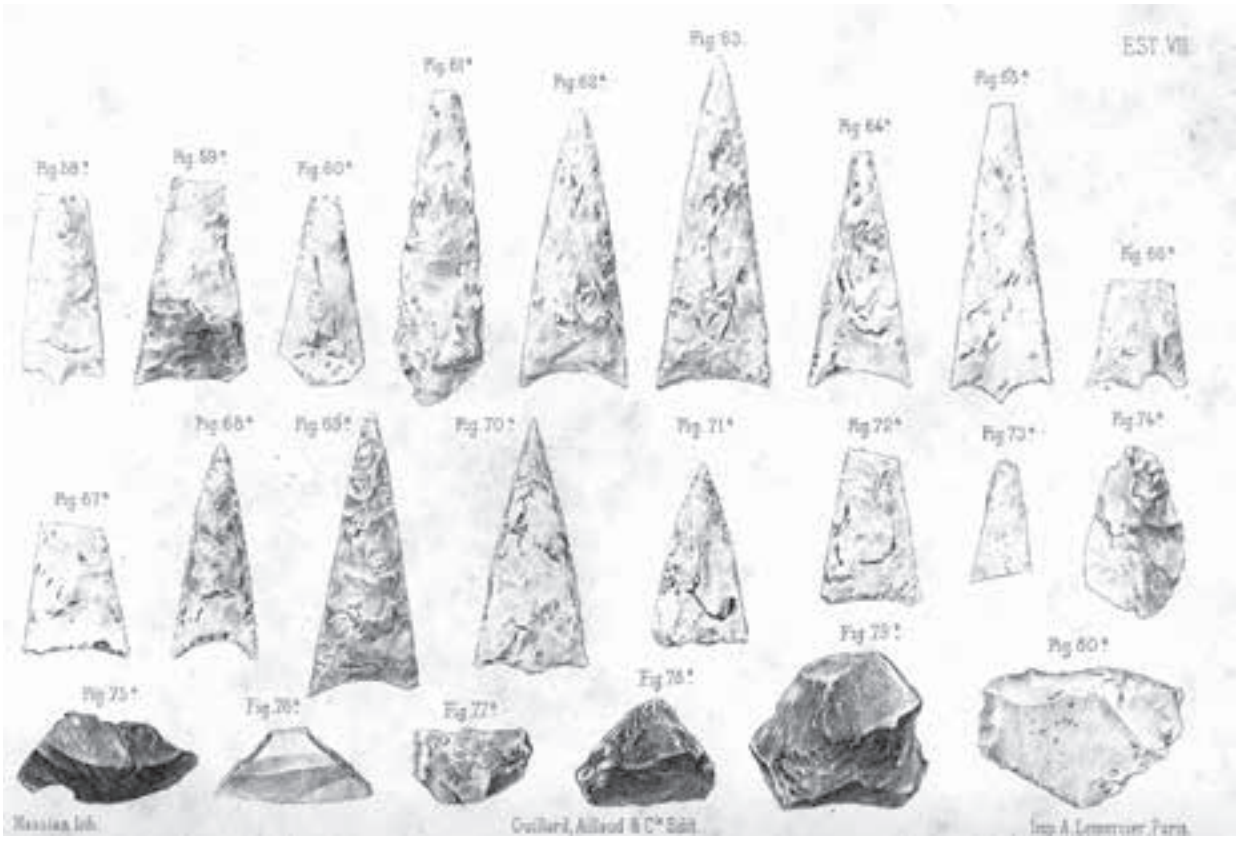


Fig. 3 – Pontas de seta recolhidas no dólmen das Carniçosas, reproduzidas em litografias de grande qualidade, impressas pela casa A. Lemercier, de Paris (ROCHA, 1888). Arquivo de João Luís Cardoso.

2.ª Comissão Geológica de Portugal (DELGADO, 1867; COSTA, 1868; RIBEIRO, 1878, 1880) , nas quais Santos Rocha se inspirou, conforme se conclui das referências que amiúde faz das mesmas no decurso dos seus estudos. Bastariam estes quatro volumes, com trabalhos primordiais para o conhecimento do megalitismo da região figueirense, que foi o primeiro a identificar, a escavar e a publicar através de artigos extensos e exemplarmente ilustrados por litografias impressas em folhas próprias, executadas em Paris (Fig. 3) para colocar Santos Rocha entre os pioneiros dos estudos de Pré-História do nosso país.

O estudo da arqueologia da região algarvia também interessou Santos Rocha, com o intuito de procurar elementos de comparação com os materiais encontrados no povoado da Idade do Ferro de Santa Olaia, cujas influências mediterrâneas, expressas pela tipologia dos materiais arqueológicos tinham sido nele claramente identificadas por Santos Rocha, conforme monografia modelarmente ilustrada, na sequência das anteriormente publicadas, saiu a lume na revista *Portugalia*, notável revista editada no Porto por Rocha Peixoto e Ricardo Severo (ROCHA, 1905/1908). Com efeito, o rigor das escavações ali executadas permitiu a identificação das sucessivas estruturas ali edificadas, registando, pela primeira vez as arquitecturas domésticas de um povoado da I Idade do Ferro do território português. Aliás o cuidado dispensado às escavações ali realizadas encontra-se exemplarmente evidenciado pelas reconstituições executadas dos vasos recolhidos, os quais foram prontamente expostos no Museu da Figueira, criado por sua iniciativa, conforme adiante se dirá (Fig. 4).



Fig. 4 – Postal antigo da sala de Arqueologia Pré-Histórica do Museu fundado por Santos Rocha na Figueira da Foz, organizada por Santos Rocha. Arquivo de João Luís Cardoso.

A estratégia adoptada por Santos Rocha de investigar de forma extensiva e diacrónica todo o património arqueológico do aro figueirense, e não só, impunha-se, tendo presente o caminho aberto por Estácio da Veiga (1828-1891), através da obra genial "Antiguidades Monumentaes do Algarve", de que saíram em vida do próprio quatro volumes, o último dos quais publicado precisamente em 1891 (VEIGA, 1896-1891) havendo por isso lugar a muitas outras descobertas, como de facto veio a verificar-se. As mais importantes delas vieram a ser por ele ulteriormente publicadas, em obra de síntese a que deu o sugestivo título de "Memorias sobre a Antiguidade (ROCHA, 1897) (Fig. 5). Nela, discorre sobe diversas épocas, frdfr as estações e achados neolíticos até aos de época romana e islâmica, passando pelos testemunhos da Idade do Cobre e da Idade do Ferro, respeitantes à região figueirense e ao Algarve, constituindo por si só evidência do notável esforço tanto no terreno como depois, no estudo e publicação dos materiais desenvolvido por Santos Rocha. É interessante registar a terminologia, por ele adoptada nesta obra, de "Idade do Cobre", na época ainda pouco consensual, constituindo pública expressão do apoio à concepção de Estácio da Veiga, que tanta polémica desencadeou entre os participantes do Congresso reunido em Lisboa em 1880, sendo tal designação a da sua última obra, já publicada postumamente, expressivamente intitulada" "Materiaes para o estudo da Idade do Cobre em Portugal" (ROCHA, 1911) (Fig. 6): nela dá a conhecer as sepulturas colectivas de falsa cúpula da necrópole


PALEOETHNOLOGIA E ARCHEOLOGIA HISTORICA

MEMORIAS

SOBRE A

ANTIGUIDADE

POR

ANTONIO DOS SANTOS ROCHA

Advogado, Conservador do Museu Municipal da Figueira, socio correspondente do Instituto de Coimbra, membro da Sociedade Carlos Ribeiro, socio honorario da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes e commendador de S. Thiago

FIGUEIRA
IMPRENSA LUSITANA
1897

Fig. 5 – Folha de rosto da obra de Santos Rocha "Memorias sobre a Antiguidade", impressa na Figueira da Foz em 1897. Arquivo de João Luís Cardoso.


ARCHEOLOGIA PREHISTORICA

MATERIAES

PARA O ESTUDO DA

IDADE DO COBRE

EM

PORTUGAL

POR

Antonio dos Santos Rocha

Fig. 6 – Capa da obra póstuma de Santos Rocha "Materiaes para o estudo da Idade do Cobre em Portugal" impressa na Figueira da Foz em 1911. Arquivo de João Luís Cardoso.

de Monte Velho, Alcalar, que escavou, dando continuidade aos notáveis trabalhos ali efectuados por Estácio da Veiga, bem como três necrópoles já da Idade do Bronze, também por ele exploradas na região de Mexilhoeira Grande, constituídas por sepulturas de cistas (Fig. 7).

Foi, pois, com o intuito de melhor enquadrar as antiguidades pré e proto-históricas da região da Figueira, designadamente os monumentos megalíticos da Serra da Boa Viagem e as estações da Idade do Ferro do aro figueirense, especialmente o notável povoado de Santa Olaia, que Santos Rocha se abalançou à exploração de ocorrências congéneres tanto na Beira, como especialmente no Algarve, por certo atraído pelos notáveis resultados pouco tempo antes publicados por Estácio da Veiga.

O interesse de Santos Rocha e da Sociedade a que presidia estendeu-se também à exploração das grutas da Estremadura, conforme documentam as explorações realizadas nas grutas da Columbeira (Bombarral) promovidas pela Sociedade que detinha o seu nome e publicadas no respectivo Boletim, questão que será retomada adiante.

O fim último seria o engrandecimento dos acervos do Museu, onde tais materiais ainda hoje se conservam. Este, após uma primeira instalação do mesmo na Casa do Paço, entre 1894 e 1899, foi transferido em 1899 para o andar nobre do edifício da Câmara Municipal, então recém-construído, contemplando:

1 – Sala de Arqueologia Pré-Histórica
2 – Sala de Comparação
3 – Sala de Proto-História
4 – Secção de Arqueologia Histórica, incluindo duas sub-secções, "Época Luso-Romana" e "Da Idade Média aos tempos modernos".

Na sua organização entrevêem-se in- fluências diversas, tanto de instituições museológicas nacionais, como estrangeiras, que Santos Rocha bem conhecia. Entre as primeiras, é de destacar a Galeria de Antropologia do Museu da então designada Direcção dos Trabalhos Geológicos de Portugal (1892-1899), instituição dirigida por Joaquim Filipe Nery Delgado (1835-1908), que como já referido, era muito próximo de Santos Rocha, a ponto de ter sido elevado a sócio honorário da Sociedade, tendo presidido à sua Quinta Sessão Plenária, realizada a 28 de Outubro de 1900.

Por outro lado, transparecem as influências que a Sociedade da Figueira – que em 1903 viria a mudar o seu nome, por aclamação, para o nome do próprio Santos Rocha – recebeu da Sociedade Carlos Ribeiro, agremiação portuense onde se destacaram as figuras de Ricardo Severo (Director) (1869-1940) e de Rocha Peixoto (Redactor-em-Chefe) (1866-1909). Nela, a concepção integrada da investigação científica, valorizando a importância da inter-relação efectiva entre as Ciências Naturais, Físicas ou Exactas, e as Ciências Sociais era o seu traço mais marcante.

Não se esqueça que os dois principais responsáveis da Revista *Portugalia* tinham sido anteriormente os principais impulsionadores da *Revista de Ciencias Naturaes e Sociaes*, órgão científico da Sociedade Carlos Ribeiro, de quem Nery Delgado fora próximo colaborador e amigo, sucedendo-lhe à frente da Comissão dos Trabalhos Geológicos, logo após a sua morte, verificada em 1883.

A oportunidade de Santos Rocha estreitar os laços de amizade e de trabalho com Nery Delgado resultou da estada deste último na Figueira, onde desempenhou papel determinante no estudo do abastecimento público de água à cidade. Assim, na qualidade de sócio honorário da Sociedade,

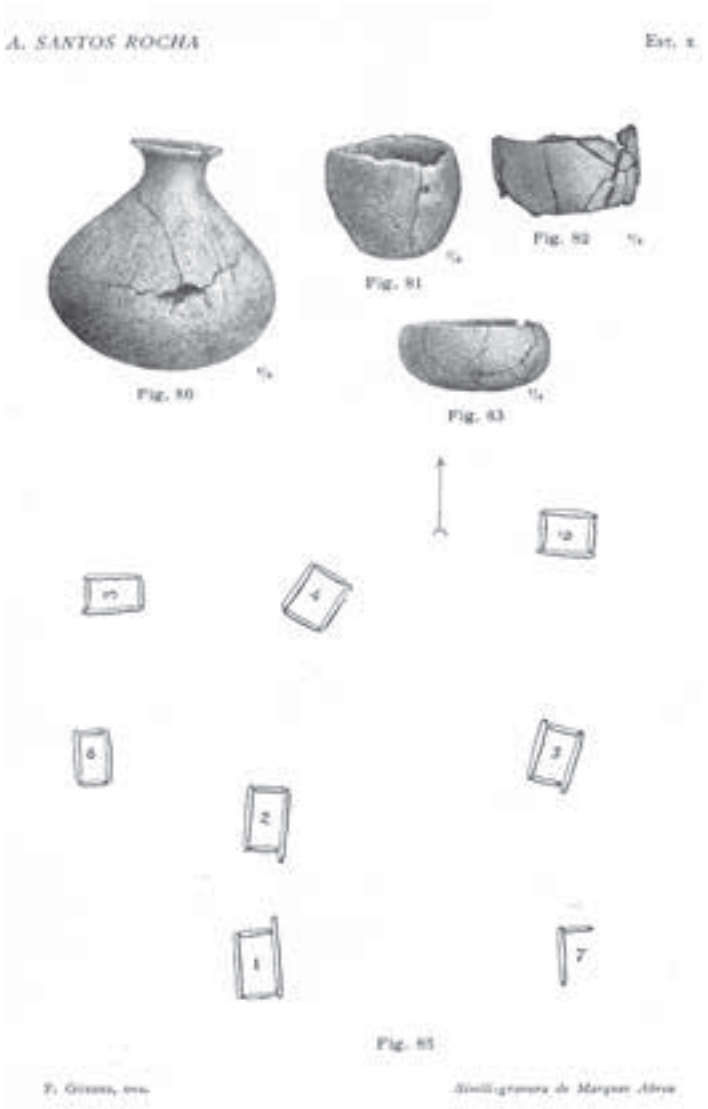


Fig. 7 – Planta da necrópole de cistas da Idade do Bronze de Vidigal (Mexilhoeira Grande) e alguns espólios nela recolhidos, publicados postumamente (ROCHA, 1911).

Nery Delgado contribuiu decerto com ideias para a concepção e o desenvolvimento das actividades da Sociedade e do seu Museu. Prova evidente desses contributos, é a colecção de peças pré-históricas, pertencentes ao Museu da Comissão dos Trabalhos Geológicos, reproduzidas por moldagem, que se encontram inventariadas no Catálogo das Geral das Colecções do Museu, publicado em 1905 (Fig. 8), dadas recentemente a conhecer (BRANDÃO, 2021).

Tendo presente a justa projecção granjeada por Nery Delgado na exploração arqueológica de diversas grutas da Estremadura, é natural que Santos Rocha tivesse sido levado a encetar explorações também neste domínio, por forma a enriquecer o Museu com exemplares característicos de tais contextos, ainda não representados nas colecções.

É disso exemplo as explorações realizadas nas grutas da Columbeira, no concelho do Bombarral (ROCHA, 1907 a). Apenas encontrou vestígios arqueológicos significativos na gruta designada por Lapa do Suão, ulteriormente explorada no século XX por diversas equipas e com resultados bem diferentes dos obtidos pelo pioneiro da Figueira (ROCHA, 1907 b).



Fig. 8 – Capa do Catálogo Geral do Museu Municipal da Figueira da Foz, da autoria de Santos Rocha (ROCHA, 1905). Arquivo de João Luís Cardoso.

Foi esta notável abertura para o estudo integrado dos espólios arqueológicos cuja recolha promoveu activamente em diversas regiões do País, que justificou a sua eleição como Sócio Correspondente da Academia das Ciências de Lisboa, para a Classe de Ciências (então designada por 1.ª Classe) – secção de ciências matemáticas, físicas e naturais, a 20 de fevereiro de 1908, na sequência da apreciação dos trabalhos submetidos realizada na sessão de 19 de dezembro do ano anterior. Muito embora a sua formação de base tivesse sido no domínio das Ciências Sociais, como jurista e advogado, foi sem dúvida na prática arqueológica multidisciplinar que António Santos Rocha se distinguiu e alcançou evidente prestígio, realidade que Nery Delgado, Sócio Efectivo da referida Classe valorizou, encontrando-se na origem da referida proposta. Infelizmente, os falecimentos de Nery Delgado, ocorrido inesperadamente a 3 de agosto de 1908, como, menos de dois anos volvidos, o de Santos Rocha, a 28 de março de 1910, impediram a colaboração que seguramente dedicaria à Academia.

*** *** ***

O Dr. António dos Santos Rocha foi personalidade marcante da vida cultural da Figueira dos finais do século XIX e inícios do século XX. Propenso aos trabalhos de campo, depressa desenvolveu extraordinário interesse pela Arqueologia, a ponto de o levar a prolongadas explorações, tanto no aro da sua terra natal, como em outras regiões do País, o que explica as notáveis descobertas que realizou. O prestígio que lhe advinha

do exercício da advocacia na sua terra natal, somava-se ao facto de pertencer a uma família respeitada da burguesia figueirense; e os cargos públicos que desempenhou, a par do ambiente favorável que então se vivia naquela progressiva cidade comercial, permitiram-lhe concretizar a iniciativa que mais projecção conferiu à sua obra: a criação do Museu, suportado pela existência de uma Sociedade que integrava muitos outros notáveis figueirenses, agregados em torno de Santos Rocha.

Do contacto com diversas personalidades com projecção nacional e internacional, merece destaque o estabelecido com o seu amigo Joaquim Filipe Nery Delgado. Por via de esta e de outras influências, é possível estabelecer paralelo entre a trajectória do arqueólogo da Figueira e a de outros arqueólogos seus contemporâneos que, tal como ele, vivendo fora dos centros urbanos de Lisboa e do Porto, almejaram e conseguiram a fundação de Museus, nas suas terras natais, a partir dos espólios por si reunidos: Francisco Martins Sarmento (1833-1899), em Guimarães, também ele suportado por uma Sociedade que adoptou, igualmente, o seu nome como patrono, desse logo patrocinadora de uma revista, que ainda hoje se publica ininterruptamente; e Francisco Tavares de Proença Júnior (1883-1916), em Castelo Branco, que almejou igualmente a constituição de um Museu, alimentado pelos espólios arqueológicos por si recolhidos, tendo também concretizado a publicação de uma rrvista de Arqueologia, ainda que de vida efémera. Deste modo, o programa de


PORTVGALIA

COMMUNICAÇÕES

SOCIEDADE ARCHEOLOGICA

FIGUEIRA DA FOZ

PORTO

Fig. 9 – Capa das actas da primeira sessão plenária realizada pela Sociedade Arqueológica da Figueira da Foz, fundada em 1898 (a qual viria a adoptar o nome do seu patrono em 1903), publicadas em 1899 na revista "Portugalia", do Porto. Arquivo de João Luís Cardoso.


BOLETIM

DA

SOCIEDADE ARCHEOLOGICA SANTOS ROCHA

N.º 1

QUINTA SESSÃO PLENARIA

SUMMARIO

FIGUEIRA

Fig. 10 – Capa das actas da quinta sessão plenária da já então designada Sociedade Arqueológica Santos Rocha, desde 1903, a primeira que foi impressa de forma autónoma, em 1904, na Figueira da Foz. Arquivo de João Luís Cardoso.

Santos Rocha assentava em diversas frentes de trabalho interrelacionadas e mutuamente complementares (CARDOSO, 2012; VILAÇA & FERREIRA, 2021): a par das escavações, que lhe proporcionavam os espólios arqueológicos, assumia-se o projecto editorial, destinado a assegurar a publicação dos mesmos, consubstanciado pelas monografias de sua autoria, editadas entre 1888 e 1900, e pelo Boletim da Sociedade Arqueologica da Figueira, que lhes deu continuidade, publicado primeiramente sob a forma de separatas da revista *Portugalia*, entre 1899 e 1903 (Fig. 9), e depois, de 1904 a 1909 em Boletim com edição própria, cuja publicação só foi interrompida pelo seu falecimento (Fig. 10). A par destes dois suportes, emergia o terceiro pilar da sua obra, complementar dos anteriores, constituído pelo Museu, e pelo respectivo catálogo, editado em 1905, igualmente de sua autoria (ROCHA, 1905), o qual constitui, porventura, como o mais visível e perene testemunho do legado arqueológico de Santos Rocha, que ostenta presentemente o seu nome, homenagem da cidade que o viu nascer e morrer.

REFERÊNCIAS

CARDOSO, J. L. (2012) – António dos Santos Rocha (30 de abril de 1853; 28 de março de 1910) e a exploração arqueológica das grutas da Columbeira (Bombarral). In VILAÇA, R. & PINTO, S. (coord.), *Santos Rocha a arqueologia e a sociedade do seu tempo*. Figueira da Foz: Câmara Municipal da Figueira da Foz, p. 53-61.

COSTA, F. A. Pereira da (1868) – *Descripção de alguns dolmins ou antas de Portugal*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias de Lisboa.

DELGADO, J. F. Nery (1867) – *Noticia acerca das grutas da Cesareda*. Lisboa: Comissão Geológica de Portugal.

RIBEIRO, C. (1878) – *Noticia de algumas estações e monumentos prehistoricos. Memoria apresentada à Academia Real das Sciencias de Lisboa. I – Notícia da estação humana de Licêa.* Lisboa: Typographia da Academia.

RIBEIRO, C. (1880) – *Noticia de algumas estações e monumentos prehistoricos. Memoria apresentada à Academia Real das Sciencias de Lisboa. II – Monumentos megalithicos das vizinhanças de Bellas*. Lisboa: Typographia da Academia.

ROCHA, A. dos Santos (1888, 1891, 1895, 1900) – *Antiguidaes prehistoricas do concelho da Figueira*. *Memoria oferecida ao Instituto de Coimbra*. Primeira, segunda, terceira e quarta partes. Coimbra: Imprensa da Universidade.

ROCHA, A. dos Santos (1897) – *Memorias sobre a Antiguidade*. Figueira da Foz: Imprensa Lusitana.

ROCHA, A. dos SANTOS (1905) – *O Museu Municipal da Figueira da Foz. Catálogo Geral*. Figueira: Imprensa Lusitana.

ROCHA, A. dos SANTOS (1907 a) – Relatório da gerência 1902-1903. *Boletim da Sociedade Archeologica Santos Rocha*. Figueira. 1 (4), p. 115-117.

ROCHA, A. dos SANTOS (1907 b) – As grutas da Columbeira. *Boletim da Sociedade Archeologica Santos Rocha. Figueira*. 1 (4), p. 118-122.

ROCHA, A. dos SANTOS (1907 c) – Novas explorações na gruta da Lapa do Suão. *Boletim da Sociedade Archeologica Santos Rocha*. Figueira. 1 (5), p. 150-153.

ROCHA, A. dos Santos (1905/1908) – Estações pre-romanas da Idade do Ferro nas vizinhanças da Figueira. *Portugalia*. Porto. 2, p. 301-356.

ROCHA, A. dos Santos (1911) – *Materiaes para o estudo da Idade do Cobre em Portugal*. Figueira da Foz: Imprensa Lusitana de A. Veiga.

VEIGA, S. P. M. Estácio da (1886-1891) – Antiguidades Monumentes do Algarve. Vols. 1-4. Lisboa: Imprensa Nacional,

VILAÇA, R. & FERREIRA, A. M. (2021) – Santos Rocha, arqueólogo de corpo inteiro e, portanto, também protector dos monumentos megalíticos da Figueira da Foz. In FERREIRA, A. M. & VILAÇA, R. (coord.), *Santos Rocha, arqueologia e territórios da Figueira da Foz*. Figueira da Foz/Coimbra: Câmara Municipal da Figueira da Foz/ Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, p. 76-95.

VILHENA, H. de (1937) – *O Dr. António dos Santos Rocha*. Lisboa: edição do Autor.

XVII

FRANCISCO TAVARES DE PROENÇA JÚNIOR (1883-1916) NO QUADRO DA ARQUEOLOGIA PORTUGUESA DO INÍCIO DO SÉCULO XX [1]

1 – PREÂMBULO

A singular figura de Francisco Tavares de Proença Júnior, como arqueólogo, só pode ser cabalmente compreendida desde que inserida no quadro científico da sua época. Nesta curta apresentação, propõe-se a caracterização da realidade portuguesa, com a qual o arqueólogo albicastrense se encontrava familiarizado, no âmbito do objectivo enunciado. Dado que a sua actividade no campo da Arqueologia se desenvolveu em um curto período de oito anos, entre 1903 e 1910, considerou-se necessário, para o devido enquadramento, contemplar um lapso de tempo mais alargado, entre os finais do século XIX e os finais da década de 1920, abordando também as relações estabelecidas com arqueólogos seus contemporâneos que, nalguns casos, contribuíram para a sua formação neste domínio.

2 – A FORMAÇÃO FRANCESA

O ambiente que Tavares de Proença encontrou em França, aquando da sua precoce presença nas reuniões arqueológicas a que compareceu naquele país, foi decisivo na sua formação e afirmação como arqueólogo. Pode dizer-se que foi nesse ambiente que se tornou conhecido e respeitado pelos que, na época, frequentavam os congressos franceses de Arqueologia, antes mesmo de o seu mérito se ter afirmado em Portugal (FABIÃO, 2004).

Por via da fortuna familiar, que lhe proporcionou a realização de diversas viagens de estudo, facilitadas pela sua educação cosmopolita, participou, com comunicação, nos três primeiros Congressos Pré-Históricos de França, onde era o único português presente – daí ter sido considerado como representante do seu País – realizados, respectivamente, em Périgueux (1905), Vannes (1906) e Autun (1907). Nesses e noutros círculos científicos internacionais, estabeleceu contacto pessoal e directo com notáveis arqueólogos; a admiração profunda que o unia a alguns deles, foi ao ponto de, relativamente a Édouard Piette, lhe ter dedicado, em 1906 o opúsculo "Eduardo Piette, algumas palavras a seu respeito" (PROENÇA JÚNIOR, 1906 a) (Fig. 1).

Noutros casos, o seu reconhecimento expressa-se pelas palavras impressas no início de certos estudos: é o caso de Émile Rivière, homenageado no artigo "O Dr. Capitan e a Notice sur deux monuments épigraphiques" (Fig. 2), onde refuta as palavras, abusivamente acrescentadas pelo visado, numa notícia, por aquele publicada,

[1] Trabalho com ligeiras alterações a partir do publicado nas Actas do Congresso Internacional de Arqueologia: cem anos de investigação arqueológica no Interior Centro (Castelo Branco, 2008). Actas (2010). Castelo Branco: Museu Francisco Tavares Proença Júnior, p. 17-45. Modificado.



Fig. 1 – Capa do opúsculo dedicado à memória Eduardo Piette. Arquivo de João Luís Cardoso.

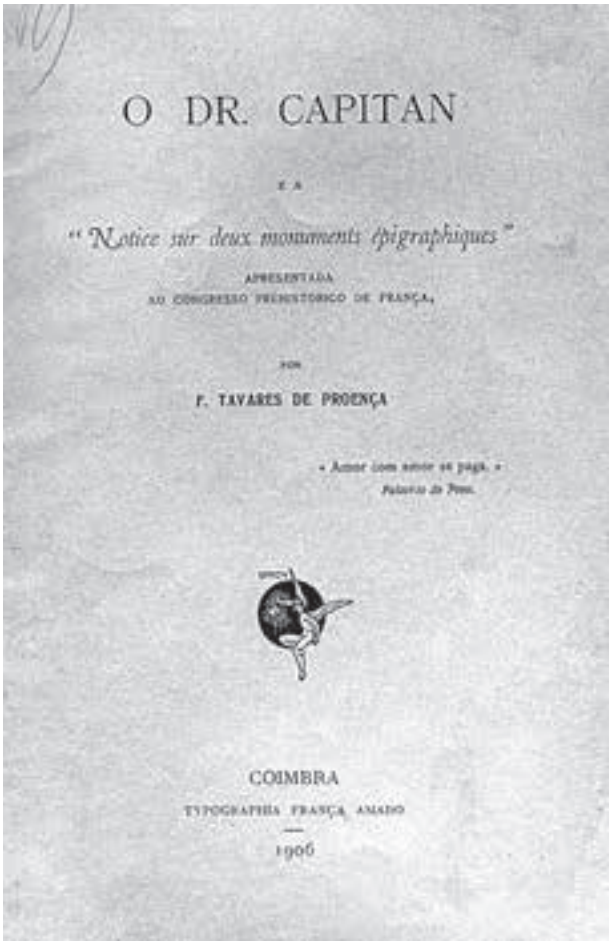


Fig. 2 – Capa do opúsculo de réplica às alegações do Dr. Capitan que exprimiu, dúvidas sobre a autenticidade dos monólitos do Monte de São Martinho (Castelo Branco). Arquivo de João Luís Cardoso.

na "Révue de l'École d'Anthropologie de Paris" (Novembro de 1905), a propósito da descoberta dos dois célebres monólitos do Monte de São Martinho, que hoje se sabe pertencerem ao Bronze Final ou inícios da Idade do Ferro (PROENÇA JÚNIOR, 1906 b), cuja autenticidade fora então questionada, os quais haviam sido apresentados, por Proença Júnior à I Sessão do Congresso Pré-Histórico de França (Périgueux, 1905).

Esta resposta, de assinalável veemência verbal – característica de Tavares de Proença para com todos os seus detractores – invoca, em sua defesa, os nomes de Adrien de Mortillet, Déchelette, Cartailhac, Coutil e Baudoin, entre outros, e evidencia não só o conhecimento dos meandros do meio arqueológico francês mas, também, a actualização dos seus conhecimentos, suportados por um acesso directo às fontes, por si adquiridas, graças ao seu desafogo económico.

O fascínio que deve ter despertado neste português de 23 anos a importância destas reuniões, das quais se sentia fazer parte integrante, as leituras que efectuou das obras e publicações periódicas que, entretanto, iam saindo e, enfim, a admiração, cimentada pelo conhecimento pessoal, que dedicava a alguns dos mais notáveis arqueólogos do tempo, exerceu poderosa influência no seu espírito deslumbrado pela pujança da investigação arqueológica francesa, que contrastava com a realidade portuguesa, servindo de modelo para os trabalhos que, ao mesmo tempo, desenvolvia no seu país.

3 – TRABALHOS REALIZADOS EM PORTUGAL

Antecedente imediato de Tavares de Proença Júnior foi Sebastião Philippes Martins Estácio da Veiga (1828-1891), autor dos quatro volumes da obra-prima, deixada incompleta, "Antiguidades Monumentaes do Algarve. Tempos Prehistoricos", publicados sucessivamente pela Imprensa Nacional em 1886, 1887, 1889 e 1891 (Fig. 3). Esta obra foi, certamente, a inspiradora directa do arqueólogo albicastrense, pela ambição do projecto e a demonstração prática da possibilidade de um homem só o poder concretizar. Escreveu o malogrado arqueólogo algarvio, em folha de papel encontrada no seu Arquivo, conservado no Museu Nacional de Arqueologia: "tenho planeado uma obra em seis volumes, que em breves dias vai ser começada, por não ser possível que tantos e tão variados assumptos pudessem ser subordinados aos estreitos limites de uma simples memoria, e muito menos ainda aos de um relatório" (Fig. 4). Assim, o autor da "Carta Arqueológica do Algarve", conta-se entre os inspiradores directos de Tavares de Proença, que, em 1910, publicou aquela que viria a ser a sua derradeira obra arqueológica, a "Archeologia do Districto de Castello Branco. 1.ª contribuição para o seu estudo" (PROENÇA JÚNIOR, 1910 a) (Fig. 5).


PALEOETHNOLOGIA

ANTIGUIDADES MONUMENTAES DO ALGARVE

TEMPOS PREHISTORICOS

LISBOA

Fig. 3 – Capa do primeiro volume das "Antiguidades Monumentais do Algarve", de S. P M. Estácio da Veiga. Arquivo de João Luís Cardoso

Assumiu tal obra como preliminar, para que as suas pesquisas de campo não permanecessem inéditas por mais tempo, sendo nela evidentes as influências da obra de Estácio da Veiga, como se verifica na própria legenda da carta arqueológica que a acompanha, elaborada para comprovação das "collecções reunidas naquelle Museu" (o de Castelo Branco, do qual era director) (Fig. 6). Tal como Estácio, considerava que as "Antiguidades" eram o complemento natural à sua "Carta Arqueológica do Algarve", e que ambas complementariam o sonhado e efémero Museu Arqueológico do Algarve, de que foi o organizador, que considerava

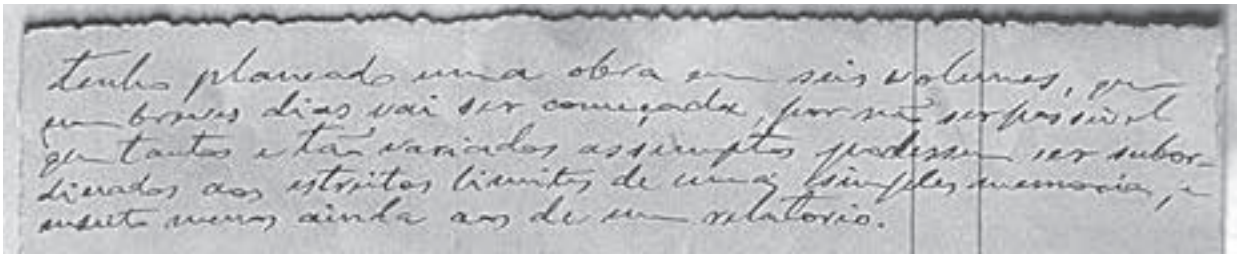

tenho planeado uma obra em seis volumes, que em breves dias vai ser começada, por não ser possível que tantos e tão variados assumptos pudessem ser subordinados aos estreitos limites de uma simples memoria, e muito menos ainda aos de um relatório.

Fig. 4 – Autógrafo inédito de S. P. M. Estácio da Veiga, relativo ao seu projecto de redacção das "Antiguidades Monumentais do Algarve", em seis volumes, dos quais quatro foram publicados em vida do Autor. Arquivo do Museu Nacional de Arqueologia, fotografia de João Luís Cardoso.



Fig. 5 – Capa da última publicação de Tavares de Proença, que sintetiza as suas investigações no domínio da Arqueologia albicastrense. Arquivo de João Luís Cardoso.



Fig. 6 – Pormenor da legenda da carta arqueológica do distrito de Castelo Branco, que denota inspiração na legenda da "Carta Arqueológica do Algarve – Tempos Pré-Históricos", publicada por S. P. M. Estácio da Veiga no volume 1 das "Antiguidades Monumentais do Algarve", em 1886. Arquivo de João Luís Cardoso.

imprescindível à demonstração das antiguidades previamente cartografadas e descritas (CARDOSO, 2007). Também Tavares de Proença deveria entender esta obra como indissociável do próprio Museu que fundara em Castelo Branco e das antiguidades nele expostas. Seguindo os passos de Estácio da Veiga: recolhendo, escavando, cartografando, publicando e, finalmente, musealizando os objectos arqueológicos do seu distrito, foi, contudo, mais feliz do que aquele, pois conseguiu não só organizar, mas, sobretudo, manter aberto, um Museu Municipal de Arqueologia, do qual viria a ser nomeado director, e que lhe sobreviveria até à actualidade. Para tal, terá concorrido, naturalmente, o prestígio, o poder e a influência económica e social da sua família, ao contrário do que se verificou com Estácio, que era um fidalgo de província, com poucos contactos pessoais na Lisboa cosmopolita da década de 1880, sempre indispensáveis à mobilização de boas – vontades, das quais dependem, muitas vezes, o sucesso de certas empresas.

Nesta perspectiva, o êxito alcançado, na sua própria terra, por Tavares de Proença, é comparável ao atingido por António dos Santos Rocha (Fig. 7) na Figueira da Foz, cidade onde nasceu (1853) e morreu (1910). Pertencendo igualmente a influentes famílias da abastada burguesia figueirense, viria a ser ilustre Jurisconsulto e Presidente da Câmara Municipal.

A sua actividade arqueológica na região – notabilizada pela publicação da obra monumental, em quatro volumes, "Antiguidades prehistoricas do concelho da Figueira", oferecida ao Instituto de Coimbra (Coimbra, Imprensa da Universidade, 1888, 1891, 1895, 1900) (Fig. 8) – foi ampliada através da criação de uma sociedade

dedicada às explorações arqueológicas, fundada em 1898: a Sociedade Arqueológica da Figueira da Foz a qual, em 1904, alterou o seu nome para Sociedade Arqueológica Santos Rocha, homenageando assim o seu fundador e principal animador.

Esta Sociedade publicou, em 1899, 1900, 1901 e 1903, na revista "Portvgalia. Materiaes para o estudo do povo português", fundada no Porto em 1899 e dirigida por Rocha Peixoto (1868-1909) (Fig. 9) e Ricardo Severo (1869-1940), as comunicações apresentadas nas suas quatro primeiras sessões anuais, das quais foram tiradas separatas (Fig. 10); mas a redução do volume daquela luxuosa revista, imposta pela contenção de custos, obrigou à edição autónoma das actas das sessões anuais de trabalho realizadas nos anos seguintes. Assim, para tal finalidade, de 1904 a 1909, aquela revista albergou nas suas páginas os sucessivos números do "Boletim da Sociedade Archeologica Santos Rocha" (Fig. 11). Bastaria esta realidade para evidenciar a estreita colaboração e relação de amizade que unia os arqueólogos da Figueira aos do Porto, constituídos como alternativa ao poder hegemónico de Leite de Vasconcelos, exercido em todo o País (Fig. 12).

Tal como o grupo da "Portvgalia", Tavares de Proença conferiu à Etnografia e ao Folclore assinalável importância nos seus estudos: no seu último trabalho arqueológico (PROENÇA JÚNIOR, 1910 a), aquela área constituiu um capítulo próprio; e, tal como Santos Rocha e seus colegas, o âmbito geográfico das suas pesquisas estendeu-se muito para além dos respectivos espaços privilegiados de actuação – respectivamente a Figueira da Foz e Castelo Branco – procurando, noutras regiões do país, por vezes muito afastadas, elementos que viriam a enriquecer as colecções arqueológicas do museu que dirigia.



Fig. 7 – António dos Santos Rocha (1853-1910).

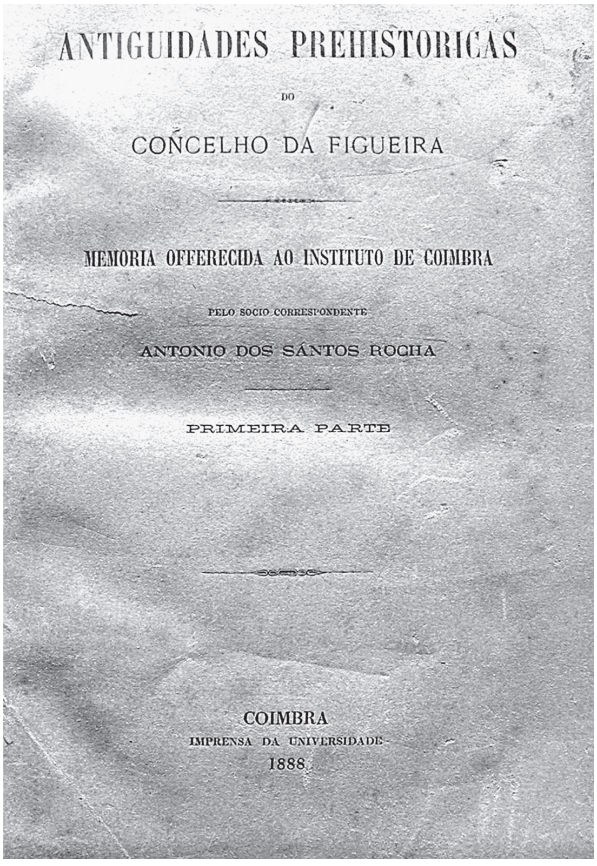


Fig. 8 – Capa do primeiro volume das "Antiguidades prehistoricas do concelho da Figueira", de António dos Santos Rocha. Arquivo de João Luís Cardoso.



Fig. 9 – António Augusto da Rocha Peixoto (1866-1909).

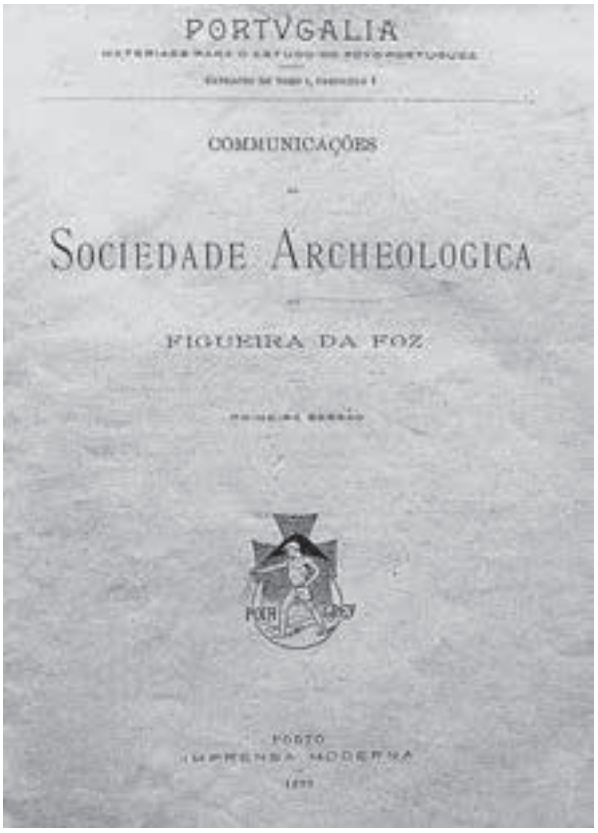


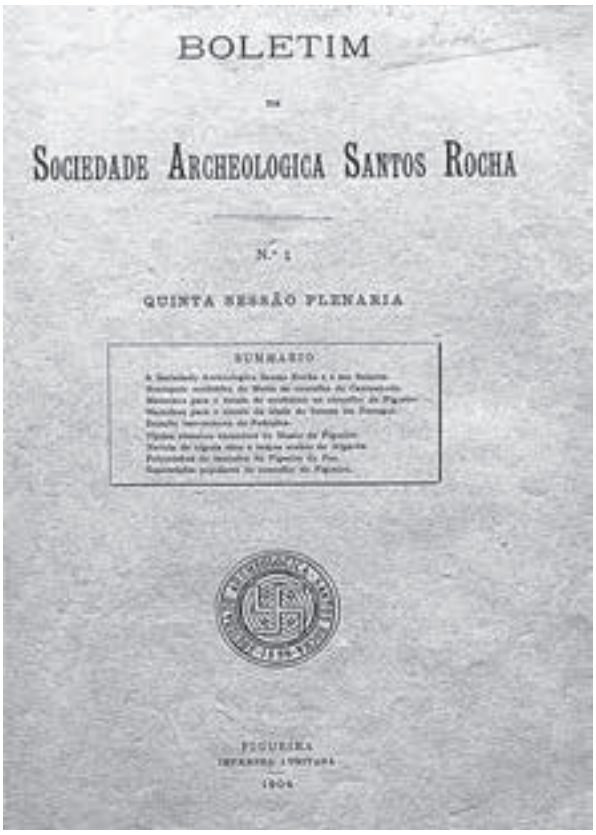
Fig. 10 – Capa do primeiro número das "Comunicações da Sociedade Arqueológica da figueira da Foz", correspondente a separata do Tomo 1 da "Portvgalia" (1899), onde foi inserido. Arquivo de João Luís Cardoso.

A própria designação da revista periódica fundada por Tavares de Proença: "Materiaes para o estudo das antiguidades portuguesas", da qual saíram três números, em 1910, enunciava claramente o âmbito geográfico alargado que se lhe pretendia conferir (Fig. 13). Note-se, a propósito, que o termo "Materiaes" já figurava em subtítulo na designação da "Portvgalia", e viria a constar de um trabalho publicado postumamente em 1911 de Santos Rocha, os "Materiaes para o estudo da Idade do Cobre em Portugal". Contudo, é lícito ver-se, também através deste pormenor, influência francesa, tendo presente o nome do prestigiado periódico francês dirigido por Émile Cartailhac, os "Matériaux pour l'Étude de l'Histoire Primitive et Naturelle de l'Homme", cuja publicação, embora tenha cessado em 1888, deixou profundas influências em todos os cultores da Arqueologia daquela época.

Existe, ainda, um traço que aproxima singularmente Tavares de Proença de Santos Rocha: ambos foram fundadores de Museus Municipais, que ainda hoje perduram, mantendo os nomes dos seus patronos.

De forma mais longínqua, Tavares de Proença recebeu a influência de trabalhos de pioneiros da Arqueologia portuguesa, como o que Francisco Pereira da Costa (1809- 1889) (Fig. 14) dedicou ao estudo das antas portuguesas (COSTA, 1868) (Fig. 15), citado abundantemente aquando da publicação do artigo "Antas do Districto de Portalegre" (PROENÇA JÚNIOR, 1910 b).

Inspirou-se também em Francisco Martins Sarmento (1833-1899) (Fig. 16), que se destacara nas investigações dedicadas aos castros da Idade do Ferro e aos monumentos megalíticos da região minhota, dando origem a trabalhos, que seguramente consultou. Deplorou, a propósito, a falta de interesse manifestada pela


BOLETIM

DA

SOCIEDADE ARCHEOLOGICA SANTOS ROCHA

N.º 1

QUINTA SESSÃO PLENARIA

SUMMARIO

FIGUEIRA

1904

Fig. 11 – Capa do primeiro número do "Boletim da Sociedade Archeológica Santos Rocha" (1904). Arquivo de João Luís Cardoso.


Expedição antropológica à Figueira da Foz em 30 de Novembro de 1898. (De esquerda para a direita: Ricardo Severo, António dos Santos Rocha, Pedro Fernandes Tomás e Fonseca Cardoso). Fotografia que pertence a Rocha Peixoto, por oferta do «engenheiro-chefe» da expedição, Ricardo Severo.

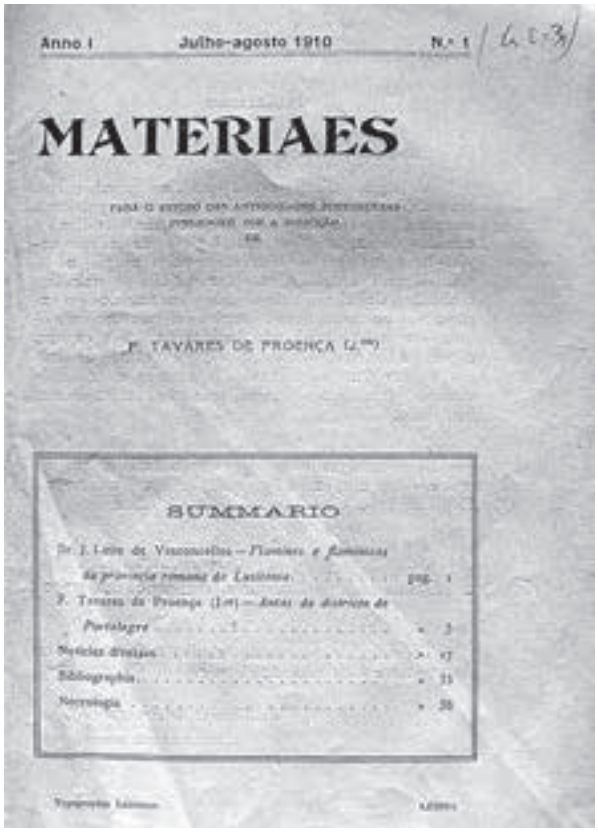
Fig. 12 – Fotografia que evidencia a estreita colaboração entre o "grupo da Portugália", aqui representado por Ricardo Severo, e a Sociedade Arqueológica Santos Rocha, representado pelo próprio e por outros colaboradores.

Direcção da Sociedade Martins Sarmento, ao preferir ocupar as páginas do seu órgão científico – a "Revista de Guimarães" – com os relatórios administrativos, em prejuízo da publicação póstuma das explorações de Martins Sarmento, então em boa parte inéditas, e que tão úteis lhe poderiam ser, no quadro dos seus inventários sobre as antas e os recintos fortificados existentes no território português, tarefa a que meteu ombros.

Martins Sarmento foi também o nome de uma Sociedade científica fundada em Guimarães, por um grupo de admiradores, da qual o próprio foi nomeado sócio honorário, em 1882, prática que, como se viu, teve paralelos na Figueira da Foz e, também, no Porto, com a criação da efémera Sociedade Carlos Ribeiro. Esta, deveu – se à iniciativa dos que viriam depois a ser os animadores da "Portvgalia", sob a égide da qual se editaram, entre 1889 e 1898 os cinco volumes da "Revista de Sciencias Naturaes e Sociaes", modelo do positivismo científico e do ecletismo, cultivado pelos seus colaboradores.

No caso de Martins Sarmento, também os espólios por si recolhidos constituíram o embrião de um Museu, ainda hoje mantido pela referida Sociedade; e, tal como Martins Sarmento, Tavares de Proença aplicou o pecúlio particular nas suas investigações arqueológicas, tendo, igualmente, sido fotógrafo amador entusiasta, interesse que, aliás, era comum a outros abastados proprietários seus contemporâneos. Prova desta realidade foram as fotografias publicadas por Tavares de Proença na sua revista, da anta de São Gens, que explorou (PROENÇA, JÚNIOR, 1910, Fig. 2) (Fig. 17).

Porém, mais do que em qualquer dos arqueólogos já mencionados, foi em J. Leite de Vasconcelos que Tavares de Proença mais se terá inspirado, tomando – o como Mestre, como ele próprio o designa na correspon-


Anno I Julho-agosto 1910 N.º 1

MATERIAES

SUMMARIO

Fig. 13 – Capa do primeiro número da revista "Materiais para o Estudo das Antiguidades Portuguesas". Arquivo de João Luís Cardoso.



Fig. 14 – Francisco Pereira da Costa (1809-1889).

dência. Importa pois, conhecer, ainda que em traços gerais, a actividade daquele que, à época, era já o Director do Museu Etnológico Português (Fig. 18). Leite de Vasconcelos entendia a prática arqueológica executada sob a égide do Museu Etnológico Português, que dirigia, essencialmente sob uma dupla perspectiva:

1 – contributo para o enriquecimento das colecções da instituição, através das múltiplas recolhas e explorações que promovia, apoiava ou pessoalmente executava, por todo o País, constituindo – se o Museu como repositório material da vida das gentes que, desde o passado mais remoto, até à actualidade, habitaram o solo nacional;

2 – demonstração dos fundamentos antropológicos e culturais mais recuados que admitia terem enformado a constituição do povo português, cujo conhecimento e caracterização buscava. Para atingir este objectivo, adoptou abordagem obrigatoriamente transdisciplinar, desde a Etnografia à Linguística, passando, naturalmente, pela Arqueologia e pela Epigrafia, numa aparente dispersão, criticada por alguns, mas que fazia parte integrante de plano ambicioso mas coerente, que se encontrava ainda em plena concretização aquando do seu passamento, depois de uma laboriosa e longa vida, de mais de 80 anos. Leite de Vasconcelos foi, assim, o mais fiel intérprete e seguidor da sua própria divisa, escrita em grego, encimando o seu ex-libris heráldico, testemunho da sua ascendência fidalga: "no estudo consiste o prazer".

J. Leite de Vasconcelos, depois de uma fase de crescente afirmação, em que teve como mestres, no campo da Arqueologia e da Epigrafia, Martins Sarmento e o alemão Emil Hübner, assumiu – se como o mais influente

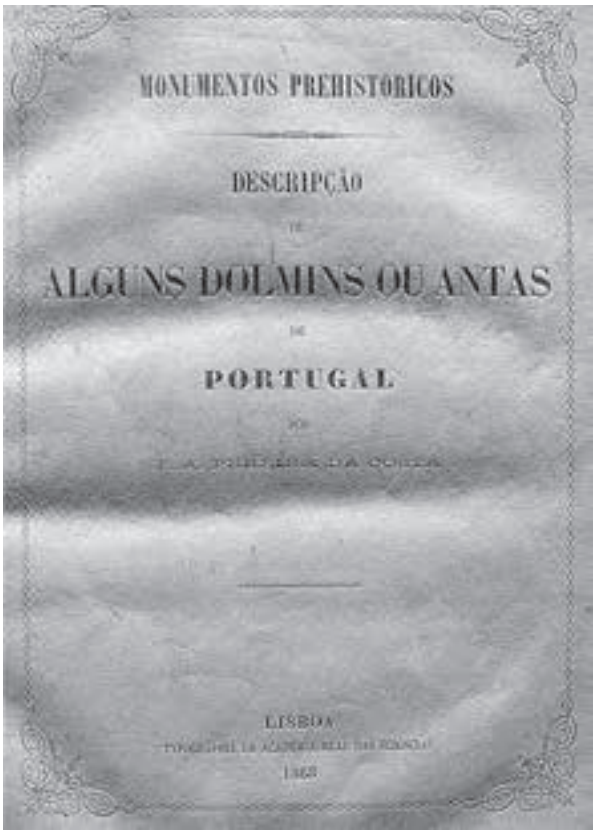


Fig. 15 – Capa da obra de Francisco Pereira da Costa (1868), sobre os monumentos megalíticos de Portugal, onde Tavares de Proença se baseou, aquando da redação do artigo dedicado às antas do distrito de Portalegre, publicado no número 1 dos "Materiais". Arquivo de João Luís Cardoso.



Fig. 16 – Francisco Martins Sarmento (1833-1899).

e produtivo arqueólogo português do seu tempo. O mérito da sua actuação foi devidamente reconhecido pelos poderes públicos, designadamente por Bernardino Machado, que, enquanto ministro das Obras Públicas da Monarquia, que lhe concedeu precioso apoio político, tanto na fundação do Museu (1893), então designado Museu Ehnographico (depois Ethnologico) Portuguez, como em ocasiões ulteriores, já em plena República.

Tendo conseguido que o Museu se afirmasse oficialmente em todo o território nacional, rodeou – se de um pequeno conjunto de funcionários de escol, com destaque para Félix Alves Pereira (1865-1936), Oficial e Conservador do Museu (Fig. 19), com quem Tavares de Proença estabeleceu contacto amigável, a propósito das investigações arqueológicas que aquele procedeu em dólmenes e em restos romanos do aro de Idanha – a – Velha, de onde levou várias inscrições para o Museu Etnológico. Aliás, a publicação do estudo sobre a anta da Urgueira é-lhe dedicado (PROENÇA JÚNIOR, 1909).

A equipa do Museu incluía técnicos com importantes trabalhos de campo no currículo, como Maximiano Apolinário e Bernardo António de Sá, o que não espanta, dada a ligação orgânica do Museu ao Ministério da Obras Públicas, além de fotógrafos e notáveis desenhadores, como Guilherme Gameiro, Saavedra Machado e Francisco Valença. Este corpo técnico especializado, parece ter sido inspirado no modelo da Direcção dos Trabalhos Geológicos, organismo a que, inicialmente, se encontrava adstrito o Museu, então chefiado pelo ilustre geólogo e arqueólogo Joaquim Filipe Nery Delgado (1835- 1908) (Fig. 20). A estrutura de apoio às actividades do Museu era complementada por uma plêiade de colaboradores espalhados por todo o País. Foi a estes que, em grande parte, se deveu o êxito de "O Arqueólogo Português", revista oficial do Museu, cujo



Fig. 17 – Fotografia obtida na anta de S. Gens, Nisa, publicada por Tavares de Proença (PROENÇA JÚNIOR, 1910, Fig. 2).



Fig. 18 – José Leite de Vasconcelos (1858-1941), fotografado em 1908 junto da necrópole paleocristã de Mértola por si explorada, correspondente à época em que conviveu com Tavares de Proença (in CARDOSO, 2006 b, Fig. 6).



Fig. 19 – Félix Alves Pereira (1865-1936), Oficial e Conservador do Museu Etnológico Português, onde foi dedicado colaborador de José Leite de Vasconcelos.



Fig. 20 – Joaquim Filipe Nery Delgado (1835-1908).

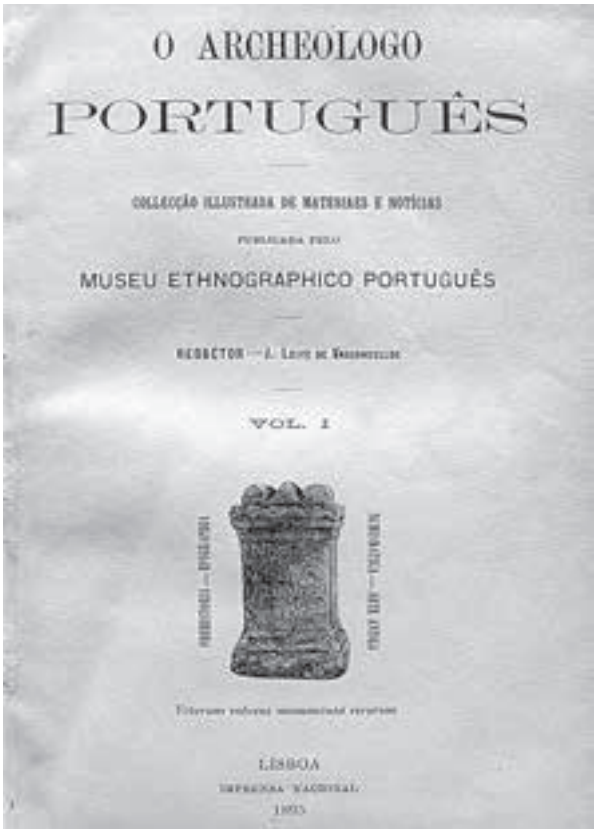


Fig. 21 – Capa do primeiro volume de "O Arqueólogo Português" (1895), órgão científico do Museu Etnológico Português no campo da Arqueologia. Arquivo de João Luís Cardoso.

primeiro volume, saído em 1895 (Fig. 21), se destinava, sobretudo, a dar conhecimento imediato, através de curtas notícias, de tudo quanto se ia descobrindo no País, no campo arqueológico, no seu sentido mais lato. Ao assumir esta estratégia, foi Leite de Vasconcelos criticado por não promover ou realizar trabalhos mais aprofundados, de carácter doutrinário, ou metodológico, das matérias assim tão simplesmente dadas a conhecer. Defendia-se o erudito que não era esse o propósito da revista, sabendo antecipadamente que muitas das notícias, caso não fossem prontamente divulgadas, se perderiam para sempre.

Na sua preocupação de angariar colaboradores, não deixou Leite de Vasconcelos de dar a devida atenção a Tavares de Proença, à semelhança do que praticava com muitos outros correspondentes espalhados pelo País. A contrapartida obtida por estes, no convívio científico assim mantido com o Mestre era, naturalmente, a de terem a possibilidade de publicar os resultados das suas descobertas ou breves investigações na prestigiada revista do Museu e, desta forma, auferirem de uma audiência, tanto nacional como internacional, que só por esta via poderiam, na maioria dos casos, atingir.

Facilmente se percebe o entusiasmo com que Tavares de Proença recebia as atenções com que Leite de Vasconcelos o distinguia e aconselhava, mesmo ainda antes de se conhecerem pessoalmente, como se verifica numa das missivas recebidas do seu proclamado Mestre, entretanto publicada por C. Fabião, que traçou com detalhe e brilho a biografia do arqueólogo albicastrense (FABIÃO, 2004, p. 17, 18).

Neste sentido, não se distinguia Tavares de Proença de muitos dos colaboradores de "O Arqueólogo Português", onde, aliás, publicou dois artigos sobre inscrições romanas do distrito de Castelo Branco, nos volumes 12 (1907) e 15 (1910).

É de assinalar o rigor dos registos de campo evidenciados na escavação da anta da Urgueira (TAVARES PROENÇA, 1909) (Fig. 22), aqui certamente por influência de Leite de Vasconcelos, que sabia, por experiência própria, do que falava, como mostra a documentação das suas escavações dos dólmenes da região de Montemor-o-Novo, tendo registado, embora em singelos esboços, as respectivas estratigrafias (CARREIRA, 1995/1996). Tal foi também a solução encontrada pelo jovem arqueólogo albicastrense, a par da precisão verificada nos esboços topográficos de localização das estações arqueológicas, como bem documenta o registo gráfico das ocorrências por si identificadas em torno do Monte de São Martinho (Fig. 23).

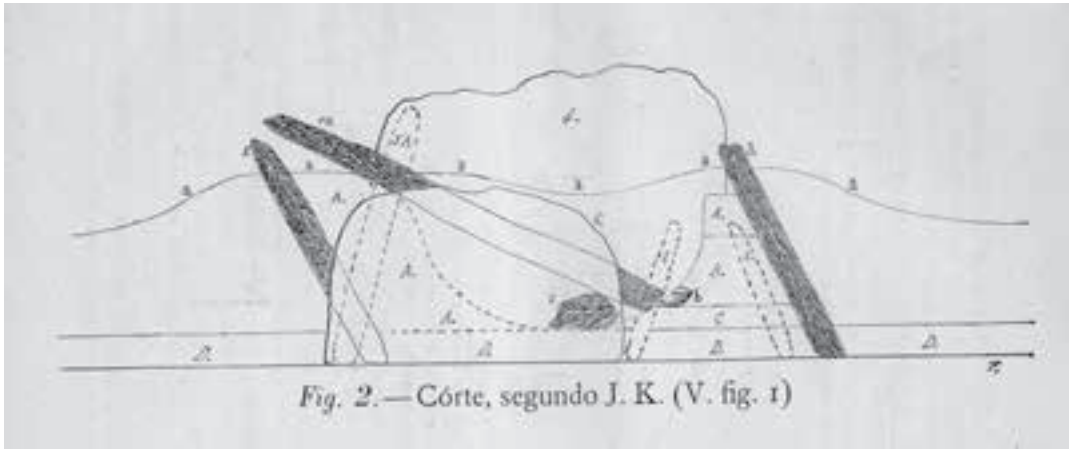


Fig. 22 – Corte estratigráfico realizado na anta da Urgeira PROENÇA JÚNIOR, 1909, Fig. 2).

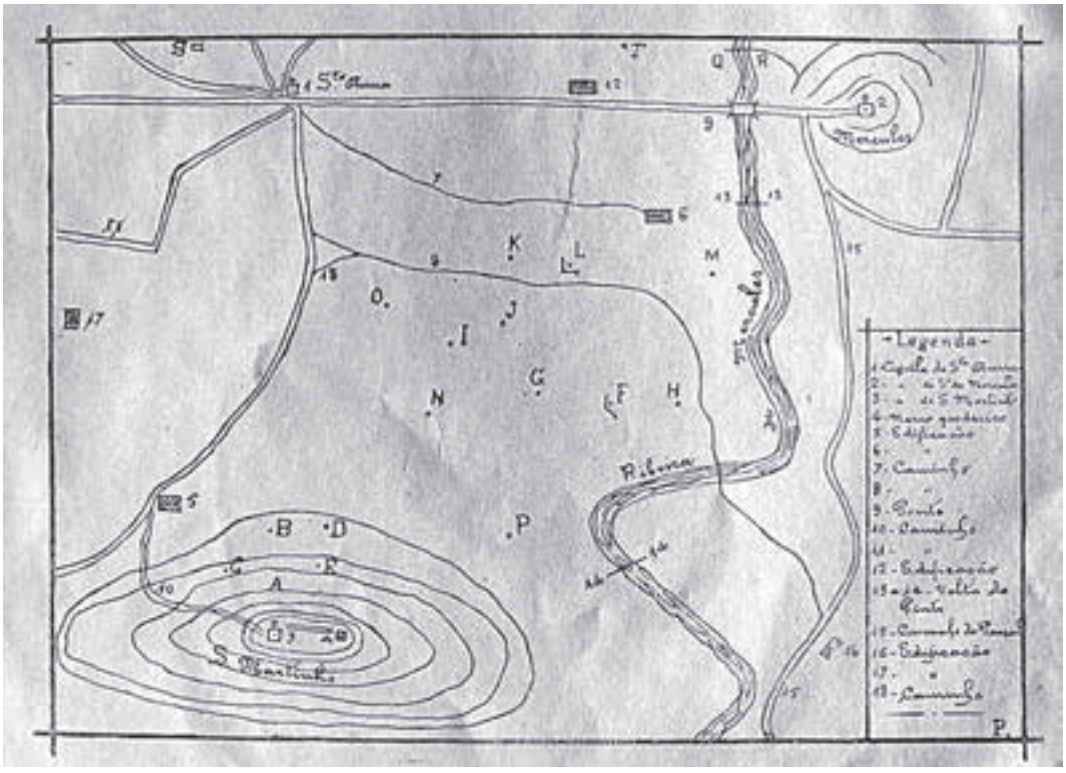


Fig. 23 – Planta topográfica da região do Monte de São Martinho (Castelo Branco), com a indicação de diversas ocorrências arqueológicas identificadas (seg. PROENÇA JÚNIOR, 1903, p. 11).

Por outro lado, Tavares de Proença valorizou o enquadramento geográfico das ocorrências, preocupação evidenciada desde o primeiro (PROENÇA JÚNIOR, 1903) ao último dos seus trabalhos (PROENÇA JÚNIOR, 1910 a), a já mencionada carta arqueológica do distrito de Castelo Branco. Estas preocupações de objectividade e de rigor espelham-se, aliás, na divisa que mandou imprimir na capa desta última publicação: "Facta, non verba". Neste aspecto, acompanhava de perto a metodologia seguida por outros arqueólogos coevos espalhados pelo País. É o caso de Fernando Braga Barreiros, que, em 1920, publicou n' "O Arqueólogo Português" detalhado estudo, acompanhado de numerosas cartas arqueológicas, intitulado "Materiais para a arqueologia do concelho de Montalegre"; das cartas arqueológicas publicadas por Albino Pereira Lopo, oficial do exército, em diversos volumes de "O Arqueólogo Português", de castros transmontanos (cf. VoI. 3 (1897), p. 127-128; 4 (1898), p. 48-49; 5 (1899), p. 16-17; 15 (1910), p. 318; 16 (1911), p. 97); e do estudo de Henrique Botelho, relativo à cartografia das antas do concelho de Alijó, publicado também nas páginas daquela revista em 1898 (p. 180-192).



Fig. 24 – A. I. Marques da Costa (1857-1933), arqueólogo que se distinguiu pelas investigações nas estações pré-históricas, da ldade do Ferro e romanas da região de Setúbal. Arquivo do Museu Nacional de Arqueologia. Fotofrafia de João Luís Cardoso.

Parte dos estudos referidos foram, aliás, consultados por Tavares de Proença, quando, em 1908 publicou o seu "Ensaio de inventário dos castros portugueses", sucedendo ao resumo do tema que, no ano anterior tinha submetido à apreciação internacional (PROENÇA JÚNIOR, 1908 a, 1908 b, 1908 c). Contudo, de entre todos os investigadores que, no seu tempo, se distinguiram nos estudos arqueológicos das respectivas regiões, é com o labor desenvolvido por António Inácio Marques da Costa (1857-1933) (Fig. 24) na região de Setúbal que o desempenho de Tavares de Proença mais se aproxima. Com efeito, aquele oficial do Exército publicou, em "O Arqueólogo Português", voI. 12 (1907), o "Esboço da carta dos arredores de Setúbal indicativo das estações prehistoricas e romanas" (Fig. 25), no âmbito do seu estudo exaustivo, publicado também em sucessivos números de "O Arqueólogo Português".

Porém, Tavares de Proença distinguia-se desta plêiade de colaboradores de Leite de Vasconcelos, a que também pertencia, por uma característica ímpar, que se mencionou logo no início deste estudo: foi conhecido internacionalmente, mesmo antes de, em Portugal, ter os seus créditos firmados como arqueólogo. Nessa medida, não deixa de ser interessante estabelecer paralelismo com outro arqueólogo que despontava para a Arqueologia, quando o ainda jovem albicastrense dela se afastava definitivamente: trata-se de Joaquim Fontes (1892-1960) (Fig. 26) que, ainda aluno finalista do Liceu Camões, viria a descobrir, em 1909, a estação paleolítica de Casal do Monte, às portas de Lisboa (FONTES, 1910). Também Fontes viria a estabelecer com Leite

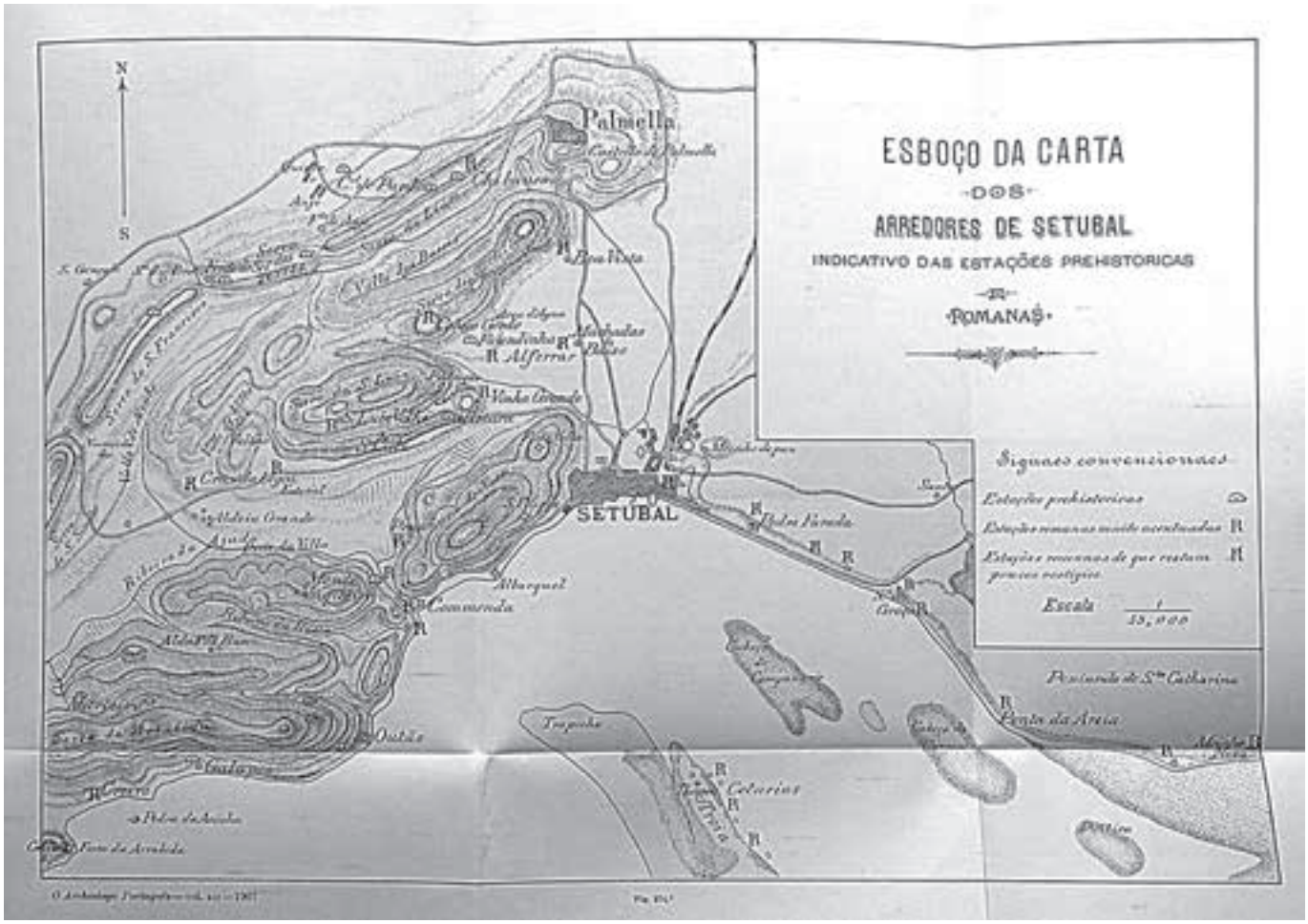


Fig. 25 – Carta arqueológica dos arredores de Setúbal (COSTA, 1907).

de Vasconcelos relações de estreita proximidade, numa altura em que nada o creditava aos olhos do sábio, a não ser o seu entusiasmo, tal como o do albicastrense, como se comprova, em ambos os casos, pela correspondência que trocaram com o Mestre. E, tal como Tavares de Proença, também Fontes, ainda aluno universitário (neste caso, de Medicina), procurou e conseguiu estabelecer relações científicas internacionais de prestígio, propiciadas pela singularíssima razão de, à época, o Paleolítico Inferior e Médio ser ainda praticamente desconhecido em Portugal, despertando, deste modo, justificado interesse qualquer publicação que sobre ele se fizesse, como as diversas apresentadas no estrangeiro pelo ainda então estudante de Medicina (OLIVEIRA, 1993).

No caso de Fontes, os contactos inicialmente estabelecidos a nível internacional efectuaram-se com arqueólogos espanhóis de nomeada, como Eduardo Hernández-Pacheco, Pedro Bosch-Gimpera, Juan Cabré, Hugo Obermaier e o Conde de la Vega del Sella, o primeiro incitando-o a estabelecer um programa de trabalhos conjunto em Espanha e Portugal, o último proporcionando-lhe a ocasião para visitar e escavar diversas grutas das Astúrias, à semelhança do que viria a verificar-se com Eugénio Jalhay (CARDOSO & MELO, 2005; CARDOSO, 2006 a).

Assim, é interessante verificar que, até ao final da década de 1920, tanto Joaquim Fontes, como, depois, Eugénio Jalhay, mantiveram uma real cooperação internacional, totalmente à margem das vias oficiais, como

acontecera com Tavares de Proença uma década e meia antes. Enfim, à semelhança do sucedido com Tavares de Proença, as prometedoras vias abertas por Fontes no quadro da investigação arqueológica nacional acabaram por estiolar, no caso com a contratação do seu protagonista como docente universitário da Faculdade de Medicina de Lisboa, da qual viria a ser Catedrático.

Nos finais da década de 1920, o panorama em Portugal estava, contudo, a alterar – se rapidamente, com a aposentação de Leite de Vasconcelos como Professor de Arqueologia da Faculdade de Letras de Lisboa e o abandono a que foi, por esse motivo, obrigado, do cargo de Director do Museu que fundara (1929). Iniciava-se assim uma nova etapa da Arqueologia portuguesa, que persistiria até à década de 1960, marcada pela emulação entre duas personalidades marcantes: Mendes Correia, oriundo da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, influente investigador e político do seu tempo, e Manuel Heleno, sucessor de Leite de Vasconcelos à frente do Museu Etnológico e na Faculdade de Letras de Lisboa. Mas essa é já uma outra história que virá, a seu tempo, a ser contada.



Fig. 26 – Joaquim Fontes (1892-1960).

AGRADECIMENTOS

À Organização deste encontro, pelo convite endereçado para a apresentação desta comunicação.
A Bernardo Ferreira, pela preparação informática das ilustrações apresentadas.

REFERÊNCIAS

CARDOSO, J. L. (2006 a) – Arqueólogos portugueses nas Astúrias nos inícios do século XX. *Astúrias e Portugal. Relações históricas e culturais. Actas do Colóquio (Lisboa, 5 a 7 de Dezembro de 2005)*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, p. 191-233.

CARDOSO, J. L. (2006 b) – Sebastião Phillipes Martins Estácio da Veiga, José Leite de Vasconcellos e a necrópole do Rossio do Carmo em Mértola. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 24, p. 151-165.

CARDOSO, J. L. (2007) – Estácio da Veiga e a Arqueologia: um percurso científico no Portugal oitocentista. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 14, p. 293-520.

CARDOSO, J. L. & MELO, A. Ávila de (2005) – Correspondência de Joaquim Fontes (1892-1960). Contributos para a história da arqueologia peninsular. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 13, p. 191-321.

CARREIRA, J. R. (1995/ 1996) – Escavações de Leite de Vasconcelos e Júlio César Garcia em dolmens de S. Geraldo, Montemor-o-Novo (1898-1900). *Almansor – revista de cultura*. Montemor-o-Novo. 13, p. 5-60.

COSTA, A. I. Marques da (1907) – Estações prehistoricas dos arredores de Setúbal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 12, p. 206-217.

COSTA, F. A. Pereira da (1868) – *Descripção de alguns dolmins ou antas de Portugal*. Lisboa: Comissão Geológica de Portugal.

FABlÃO, C. (2004) – O arqueólogo Francisco Tavares de Proença Júnior. *Arqueologia: colecções de Francisco Tavares Proença Júnior* (A M. Ferreira, coord.). Lisboa: Instituto Português de Museus, p. 13-27.

FONTES, J. (1910) – Estação paleolítica de Casal do Monte. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 15, p. 93-96.

OLIVEIRA, E. Pires de (1993) – *Bibliografia arqueológica portuguesa (séc. XVI – 1934)*. Lisboa: IPPAR/Departamento de Arqueologia.

PROENÇA, F. Tavares (1903) – *Antiguidades. I – Resultados das explorações feitas nos arredores de Castello Branco em Setembro e Outubro de 1903*. Coimbra: Typographia França Amado, 24 p.

PROENÇA JÚNIOR, F. Tavares de (1906 a) – *Eduardo Piette. Algumas palavras a seu respeito*. Coimbra: Typographia França Amado, 15 p.

PROENÇA JÚNIOR, F. Tavares de (1906 b) – *O Dr. Capitan e a "Notice sur deux monuments épigraphiques" apresentada ao Congresso Préhistorico de França*. Coimbra: Typographia França Amado, 15 p.

PROENÇA JÚNIOR, F. Tavares de (1906 c) – *Essai de classification des dolmens portugais. Notice adressée à la 2e Session du Congrès Préhistorique de France (Vannes, Août, 1906)*. Coimbra: Imprimerie França Amado, 4 p.

PROENÇA JÚNIOR, F. Tavares de (1908 a) – *Les enceites portugaises. Leur classification, leurs types. Notice adressée à la IIIme Réunion du Congrès Préhistorique de France. Autun 1907 (pages 710-711)*. Le Mans: Imprimerie Monnoyer.

PROENÇA JÚNIOR, F. Tavares de (1908 b) – *Essai d'un inventaire des enceites portugaises (Résumé). Notice adressée à la IIIme Réunion du Congrès Préhistorique de France. Autun 1907 (pages 712-713)*. Le Mans: Imprimerie Monnoyer.

PROENÇA JÚNIOR, F. Tavares de (1908 c) – *Ensaio de inventario dos castros portugueses*. Leiria: Typographia Leiriense, 43 p.

PROENÇA JÚNIOR, F. Tavares de (1909) – *Anta da Urgueira (Beira Baixa)*. Leiria: Typographia Leiriense, 18 p.

PROENÇA JÚNIOR, F. Tavares de (1910 a) – *Archeologia do Distrito de Castello Branco (1.ª contribuição para o seu estudo)*. Leiria. Typographia Leiriense, 25 p.

PROENÇA JÚNIOR, F. Tavares de (1910 b) – Antas do districto de Portalegre. *Materiaes para o Estudo das Antiguidades Portuguesas*. Leiria. 1, p. 3-16.

XVIII

ANTÓNIO INÁCIO MARQUES DA COSTA (1857-1933), SETÚBAL, TRÓIA E A ARRÁBIDA: PERCURSOS DE UM PIONEIRO DOS ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS REGIONAIS EM PORTUGAL VISTOS PELA CORRESPONDÊNCIA ENVIADA A JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS [1]

Em finais do século XIX, o desejo da população ilustrada de Setúbal em possuir um Museu dentro da sua cidade era grande, e a Câmara sentia-o claramente. Para dar resposta a tal sentimento, a autarquia criou, a 2 de Outubro de 1897, um espaço museológico no interior da Biblioteca Municipal, a partir do núcleo numismático organizado por Barbuda Cabral (NETO, 2008).

Tratou-se de um pequeno gesto, quase simbólico, claramente insuficiente para satisfazer os espíritos mais empenhados na afirmação cívica e cultural do burgo. Assim, no sentido de conferir maior visibilidade ao referido núcleo, o mesmo é transferido, a 23 de Setembro de 1899, para o edifício dos Paços do Concelho, para ali vir a ocupar uma sala, ao mesmo tempo que se envidam esforços para captar outros núcleos de interesse museológico susceptíveis de aumentar o espaço expositivo. Sabe-se que, entretanto, também a Santa Casa da Misericórdia inaugurou pequena exposição relativa à história de Setúbal, na Sala do Capítulo do Convento de Jesus, acentuando a insistência com que certas figuras públicas de Setúbal clamavam pela criação de um Museu Municipal digno desse nome. Neste, por certo que a Arqueologia não ficaria esquecida, até porque existia tradição na cidade sadina de um movimento cultural e científico com fundamentos no século XVIII. Com efeito, importa atender à presença, do outro lado do estuário, da estação romana de Tróia, cujas referências mais antigas remontam ao século XVI; ali, a construção, por essa época, de uma capela edificada no século XV e dedicada a Nossa Senhora dos Prazeres (COSTA, 1933, p. 13), e a realização de uma romaria anual, mais acentuava a relação daquela língua arenosa repleta de vestígios romanos com a população setubalense.

Os testemunhos encontrados multiplicavam-se, sendo alguns trazidos para Setúbal, desde o século XVI; a importância das ruínas visíveis no século XVIII era evidente, tendo impressionado a Princesa, futura Rainha D. Maria I, que numa viagem fluvial de regresso da Herdade do Pinheiro, pertencente então à Casa do Infantado, ali mandou fazer escavações, tendo os objectos encontrados sido distribuídos por alguns membros da comitiva; um dos objectos mais notáveis então recolhidos foi a coluna coríntia que, segundo suas ordens, foi erigida numa das praças de Setúbal, a qual, depois de ter estado alguns anos enterrada, por dificultar o trânsito, foi removida para outra praça, a actual Praça Marquês de Pombal (COSTA, 1933, p. 20) onde hoje ainda se encontra (Fig. 1).

---

[1] CARDOSO, J. L. (2014) – António Inácio Marques da Costa (1857-1933), Setúbal, Tróia e a Arrábida: percursos de um pioneiro dos estudos arqueológicos regionais em Portugal vistos pela correspondência enviada a José Leite de Vasconcelos. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 15, p. 11-44. Modificado.

São, pois, antigas e directas, as relações da população da então vila de Setúbal com as ruínas que jaziam do outro lado do rio, reforçadas por diversos testemunhos dali extraídos, pois além da coluna mencionada, também por aquela altura se exibia, na frontaria da casa dos Salemas, na actual Praça do Bocage, uma estátua feminina de mármore, mutilada, transferida em 1868 para a Academia Real das Belas Artes, em Lisboa (hoje no Museu Nacional de Arqueologia), à qual já André de Resende se havia referido, atribuída ao século II d. C. (SOUZA, 1990, nº. 154).

Data ainda do século XVIII a publicação de opúsculo de Frei Vicente Salgado (SALGADO, 1784), onde teceu considerações – que hoje se sabe desprovidas de fundamento – sobre uma moeda de bronze achada em Tróia (Fig. 2).

Esta relação estreita entre o presente e um passado considerado de grandeza, o qual proporcionava ainda lucubrações de carácter erudito ou literário, tão ao gosto dos antiquários da época, explica a criação, em Setúbal, da primeira associação científica dedicada exclusivamente à investigação arqueológica: a "Sociedade Archeologica Lusitana", ali fundada por iniciativa de um grupo de residentes, a 9 de Novembro de 1849, cujos estatutos foram publicados no ano seguinte (Fig. 3). A sociedade, apesar de ter tido vida efémera, realizou escavações em Tróia, intermitentemente, desde os finais de 1849 até Outubro de 1856, altura em que foram definitivamente suspensas (CARDOSO, 2018 a).



Fig. 1 – Coluna coríntia reutilizada como pelourinho, trazida de Tróia no século XVIII e actualmente na Praça Marquês de Pombal, em Setúbal (COSTA, 1930/1931, Fig. 35).

O que sucedeu a seguir, já foi relatado em detalhe (CARVALHO, 1896; MACHADO, 1962). Os materiais arqueológicos recolhidos em Tróia, bem como a documentação e livros da Sociedade, na ausência de museu em Setúbal, foram remetidos para a Academia Real de Belas Artes, em Lisboa, pelos quatro sócios que se constituíram em seus fiéis depositários. Naquela Instituição deram entrada, em 1869, parte dos espólios recolhidos, a que se juntou a parte restante, em 1882. Com efeito, Sebastião Maria Pedroso Gamito, recusou-se a entregar os espólios que estavam à sua guarda, o que só viria a verificar-se após a sua morte, pelo seu filho.

Mais tarde, a posse desta colecção foi cobiçada pelo director do então Museu Etnológico Português, José Leite de Vasconcelos que, em 1904, em carta dirigida ao Inspector da Academia, expôs a pretensão de recuperar esses objectos para o Museu que dirigia, a par de outros ali também guardados.

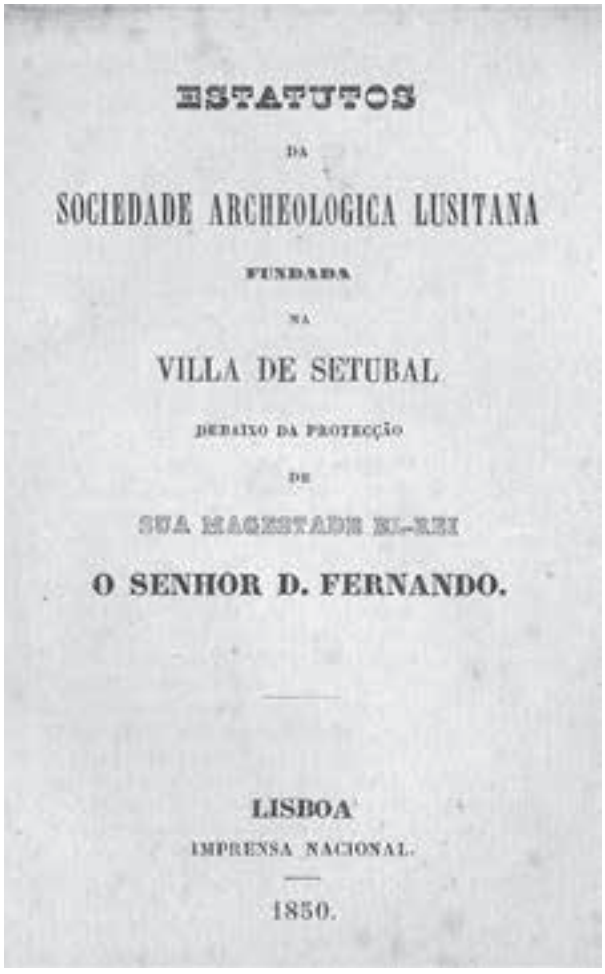
Não podia, naturalmente, a Câmara Municipal de Setúbal deixar de reagir, endereçando sucessivamente a 21 de Janeiro e a 23 de Fevereiro de 1905 requerimentos ao Governo Civil de Lisboa para que o conjunto arqueológico outrora pertencente à referida Sociedade e por esta depositada na Academia Real de Belas Artes



CONJECTURAS
SOBRE
HUMA MEDALHA
DE BRONZE
COM
CARACTERES DESCONHECIDOS,
E
COM OS LATINOS
VETTO,
ACHADA NO LUGAR DA TROYA
DEFRONTE DA VILLA DE SETUVAL
POR
Fr. VICENTE SALGADO,
Prégador Geral da Congregação da Terceira Ordem de S. Francisco de Portugal.

LISBOA:
Na Offic. de Simão Thaddeo Ferreira.
ANNO M. DCC. LXXXIV.
Com Licença da Real Meza Censoria.

Fig. 2 – Rosto da brochura de Fr. Vicente Salgado, sobre uma moeda aparecida em Tróia, publicada em Lisboa em 1784. Arquivo de João Luís Cardoso.



ESTATUTOS
DA
SOCIEDADE ARCHEOLOGICA LUSITANA
FUNDADA
NA
VILLA DE SETUBAL
DEBAIXO DA PROTECÇÃO
DE
SUA MAGESTADE EL-REI
O SENHOR D. FERNANDO.

LISBOA
IMPRENSA NACIONAL.
1850.

Fig. 3 – Rosto dos Estatutos da Sociedade Archeologica Lusitana. Arquivo de João Luís Cardoso.

lhe fosse entregue, com destino ao museu (certamente o precariamente criado na Biblioteca Pública, em 1897), invocando para tal a vontade dos sócios ainda vivos da Sociedade. A questão foi levada ao conhecimento do Director Geral da Instrução Pública que submeteu a dita exposição ao parecer de José Leite de Vasconcelos. Este, como era seu costume, não perdeu tempo. Constituída uma comissão no seio da Academia de Belas Artes, para averiguar os objectos a remeter para o Museu de que era director, da qual ele próprio fazia parte, conseguiu obter a cedência, depois de uma exposição dirigida ao Inspector da Academia, a 26 de Março de 1906, de todos os materiais recolhidos em Tróia. No conjunto incluía-se a escultura marmórea anteriormente referida, além de outra, proveniente de *Olisipo* e de um vaso grego da necrópole da Idade do Ferro de Alcácer do Sal, peças de evidente valor arqueológico que ainda hoje se conservam no Museu Nacional de Arqueologia.

A rápida e eficaz actuação de Leite de Vasconcelos terá por certo criado tensão entre a sua pessoa e as autoridades municipais, que assim se viam privadas de espólios que, nalguns casos, até já tinham estado incorporados em edifícios de Setúbal. Reflexo deste sentimento de perda das elites culturais de Setúbal, que era aliás anterior, foi a representação apresentada em Novembro de 1901 à Câmara Municipal subscrita por Ana de Castro Osório, por sinal prima de Leite de Vasconcelos, e seu marido, o escritor Paulino de Oliveira, bem como

pelos mais ilustres setubalenses. Tal representação, que pugnava pela criação de um Museu no edifício do Corpo Santo, foi publicada, a 1 de Dezembro de 1901, em "O Sul", da qual se transcreve a seguinte passagem:

> "Parece-nos, pois, Senhores que a criação de um museu que seja ensino do passado e incentivo para o futuro, é da mais urgente necessidade n'uma terra que deseja progredir, não somente pelo numero das suas fabricas e enriquecendo as suas industrias e o commercio, como educando os seus filhos e mostrando aos estranhos que a passo e passo se vae engrandecendo materialmente, vae educando a intelligencia, rasgando vasto campo para exercer as aptidões artísticas do povo, que as tem incontestáveis. Nas vossas mãos está hoje entregue a direcção do município, e por isso a vós nos dirigimos para que nos auxilieis com o vosso concurso para a criação de um museu regional que nos antolha ser um dos melhoramentos inadiáveis n'uma cidade da importância da nossa".

É interessante verificar que esta exposição, datada de 24 de Outubro de 1901, foi transcrita na íntegra por José Leite de Vasconcelos, sucedendo a um artigo que publicou em 1903, em "O Arqueólogo Português", órgão do Museu de que era director, intitulado "Projecto de um Museu Archeologico em Setúbal" (VASCONCELOS, 1903). O autor tem desde logo a preocupação de clarificar a sua posição relativamente aos museus locais e, em particular, ao que a população culta de Setúbal vinha reclamando:

> "(...) Comquanto eu pela minha parte me esforce sempre por trazer para Lisboa, para o Museu Ethnologico a meu cargo, todas aquellas antigualhas que encontro perdidas, mal estimadas ou deslocadas pelas províncias, – e dos arredores de Setúbal algumas tenho também trazido –, nem por isso deixo de ser apologista da fundação de museus locais (...). Setúbal, como capital da península da Arrábida, como cidade rodeada de estações archeologicas, entre as quais avulta a de Tróia, que é uma das mais celebres do país, merece bem um Museu Archeologico; e por isso é digna de enthusiastico applauso a ideia da fundação proposta. Se a Ex.ma Camara pudesse adquirir a collecção que pertenceu ao fallecido Almeida Carvalho (...) teria nella um excelente começo de museu".

Importa sublinhar, deste logo, a posição ambivalente de Leite de Vasconcelos: por um lado, assumia-se como defensor da criação de museus locais, naturalmente desde que garantidas as condições mínimas de dignidade e de funcionamento, como era claramente o caso de Setúbal, visto ser apoiado pela Câmara e pelo conjunto das personalidades mais relevantes da época a nível local; por outro, aproveitava, sempre que possível, a oportunidade para engrandecer o seu Museu, concebido como um museu do povo português, e por isso necessariamente feito à custa dos contributos oriundos de todas as partes do território nacional.

Esta intervenção na busca, publicação e obtenção dos testemunhos arqueológicos setubalenses encontra-se logo evidenciada no primeiro número de "O Arqueólogo Português", datado de 1895, onde se debruça sobre uma importante inscrição funerária – a inscrição de *Galla* – encontrada em Tróia e noticiada no jornal setubalense "O Elmano", a 29 de Outubro de 1883, a qual se encontra actualmente conservada no Museu Nacional de Arqueologia. A leitura definitiva da inscrição foi feita com a ajuda de um dos subscritores da Representação de 1901, Manuel Maria Portela, amigo de Leite de Vasconcelos e por este considerado "dedicado investigador das antiguidades de Setúbal" (VASCONCELOS, 1895 a, p. 58). Tal realidade evidencia as boas relações por este mantidas com alguns ilustres da terra. Foram, aliás, essas boas relações que permitiram a Leite de Vasconcelos a exploração daquele importante sepulcro em pleno areal de Tróia, naquele mesmo ano de 1895, levando para o Museu não só o monumento epigráfico propriamente dito, mas também o espólio que lhe estava associado, acompanhado por outros objectos em poder do proprietário de Tróia e por oferta deste (VASCONCELOS, 1895 b, p. 221; VASCONCELOS, 1929, p. 52).

Este episódio é ilustrativo das facilidades de actuação de Leite de Vasconcelos em Setúbal, inclusive na obtenção de importantes testemunhos do seu passado, logo transportados para Lisboa, o que daria acrescida razão de ser à Representação acima mencionada, posterior a este episódio. Por outro lado, importa não desligar a realidade então vivida em Setúbal, no concernente à exploração do seu património arqueológico da observada em povoações próximas, como Alcácer do Sal. Também neste caso, foi o próprio Leite de Vasconcelos que noticiou a criação de um museu arqueológico local, "por iniciativa de pessoas verdadeiramente patrióticas", devidamente apoiadas pela respectiva Câmara Municipal, que, em ofício-circular assinada pelo seu Presidente, de 12 de Dezembro de 1894, convidava todos a contribuir para o engrandecimento do mesmo (VASCONCELOS, 1895 c, p. 46). Foi genuíno o júbilo de Leite de Vasconcelos que, numa carta dirigida a Bernardino Machado, datada de 5 de Novembro daquele ano, declara:

> "Tive hoje carta de Alcácer em que se me diz que a Câmara fundou um museu para recolher as antiguidades de *Salacia*. Convidaram-me para lá ir, o que farei no próximo mês. – A arqueologia vai ganhando terreno. É caso para dizer: *Archeologos fortuna juvat*". (COITO; CARDOSO & MARTINS, 2008, p. 136).

Primeiramente instalado nos próprios Paços do Concelho, foram seus organizadores o P.e Francisco da Mata Galamba e Joaquim Correia Baptista, cujas excelentes relações com Leite de Vasconcelos estão comprovadas pelo artigo publicado a propósito de uma excursão realizada a Alcácer em Dezembro de 1894 (VASCONCELOS, 1895 d, p. 65 e seg.), a convite de Joaquim Correia Baptista, então secretário da Câmara Municipal. Este último, logo no volume seguinte daquela revista, dá conta das descobertas recentes, efectuadas no aro de Alcácer, que vieram engrandecer o Museu (BAPTISTA, 1896). Mas o afã genuíno no engrandecimento do Museu local, não o impediu de obsequiar Leite de Vasconcelos com peças de real importância arqueológica, que vieram enriquecer o museu de Lisboa. É o caso de uma urna cinerária romana, de pedra e com a respectiva tampa, mencionada em carta de J. Correia Baptista de 27 de Fevereiro de 1897, encontrada "perto do olival do Gentil" (trata-se da bem conhecida necrópole do Olival do Senhor dos Mártires), publicada por Leite de Vasconcelos na célebre obra "Religiões da Lusitânia" (VASCONCELOS, 1913, p. 376).

Verifica-se, pois, que, à época, a constituição deste, como de outros museus municipais, não se afigurava incompatível, nem para Leite de Vasconcelos, nem para os promotores daqueles, com o engrandecimento do acervo do grande museu arqueológico nacional, sedeado em Lisboa.

É nesta perspectiva que devem ser abordadas e compreendidas as relações estabelecidas entre J. Leite de Vasconcelos e A. I. Marques da Costa. Com efeito, a colaboração científica prestada por Marques da Costa a Leite de Vasconcelos inicia-se, tal como a de Correia Baptista, no ano de 1896, pela publicação em "O Arqueólogo Português" do contributo, "Antiguidades dos arredores de Setúbal 1. Povoação romana de Alferrar", o primeiro de uma longa série que só viria a terminar muitos anos depois, no número 29 daquela Revista, publicado em 1933, no ano do falecimento do seu Autor.

As relações de Marques da Costa com Leite de Vasconcelos inserem-se, assim, na estratégia, por este delineada, de possuir na província cultores de antiguidades, susceptíveis de serem, ao menos em parte, carreadas para o Museu Etnológico, a troco da concessão de uma merecida projecção científica àqueles que o auxiliassem, proporcionada pela publicação, nas páginas do órgão oficial do Museu, dos resultados das respectivas investigações.

No entanto, ao contrário dos seus colegas de Alcácer do Sal, eles próprios fundadores de um museu arqueológico – pelo que a opção era simplesmente entre o que deveria ficar em Alcácer do Sal e o que poderia ser oferecido ao sábio da capital –o arqueólogo sadino encontrava-se, neste aspecto, confrontado com situação

mais complexa: de um lado, o seu interesse em manter com o fundador do Museu Etnológico cordiais relações de carácter científico, que lhe garantiam tribuna de prestígio nacional e internacional para a publicação dos estudos que desejava prosseguir; do outro, a relação de urbanidade que deveria manter com os seus conterrâneos, empenhados na dignificação do património cultural da cidade, o que passaria, naturalmente pela criação de um Museu local onde estivessem representadas as antiguidades arqueológicas que ele próprio vinha arrancando da terra.

Na resolução deste dilema, Marques da Costa optou por relação preferencial com Leite de Vasconcelos, sem quebra da partilha dos princípios pugnados pelos seus conterrâneos, aliás facilitada pelo seu carácter bondoso, honesto, competente, inteligente e muito ilustrado, conforme se encontra referido nas folhas de informação de serviço do seu processo individual como militar, entre 1880 e 1905 (Arquivo Histórico Militar, Processo Individual de António Inácio Marques da Costa, Cx. 2235).

A conciliação entre as duas alternativas é ilustrada pelo facto de ter subscrito a Representação acima referida, para a constituição de um Museu em Setúbal, datada de Outubro de 1901, numa época em que as suas relações de amizade com Leite de Vasconcelos se encontravam já plenamente consolidadas. Mas esta posição apenas poderia ser aceite, como foi, por parte dos seus conterrâneos, por se encontrar suportada por uma irrepreensível credibilidade pessoal e científica, que jamais foi questionada.

Marques da Costa encontrava-se sem dúvida empenhado na protecção e valorização do Património local. A evidente preocupação com a defesa destes valores, mesmo dos aparentemente mais difíceis de compreender por parte da população em geral, como é o caso do morro onde se implantou o povoado pré-histórico da Rotura, encontra-se comprovada pelo seguinte trecho, a ele respeitante:



Fig. 4 – Foto do povoado pré-histórico da Rotura, observando-se pedreira, ainda em exploração aquando das pesquisas de A. I. Marques da Costa, e por este reproduzida em 1926, no 2º. número da revista "Cetóbriga" (16 de Março de 1926) (Arquivo do Museu Nacioal de Arqueologia, in CARDOSO, 2014).

> "Actualmente a extracção de pedra na collina da Rotura é feita com o auxílio da pólvora, e com tal incremento que dentro em pouco desapparecerão todos os restos da antiga fortificação. Sirva isto de aviso aos futuros investigadores que, por effeito da barbara indiferença a que por todo o pais se vota a tudo o que não é de utilidade physica immediata, podem sofrer a decepção de não encontrarem o menor vestígio d'esta estação prehistorica" (Fig. 4) (COSTA, 1903, p. 50).

Note-se que este texto, tal como outros que, a partir desse ano de 1903, vieram regularmente a lume em "O Arqueólogo Português", foram produzidos quando a questão da existência condigna de um Museu municipal em Setúbal estava no auge, com os esforços da autarquia setubalense em manter na cidade os seus bens culturais e, se possível, acrescentá-los, com a incorporação – como se sabe sem sucesso – dos espólios da "Sociedade Arqueológica Lusitana". Disso nos dão conta as notícias publicadas no jornal local "O Elmano", a 13 de Março e a 6 de Maio de 1903 e a 19 de Julho de 1905; neste último número, lê-se o seguinte, na primeira página:

"(...) podemos também lembrar o município de Alcácer, o qual de importância muito menor do que a do nosso nos sobreleva briosamente com o seu museu, já bastante apreciável pelas collecções numismática, lapidar e de cerâmica romana; na acquisição de cujos exemplares e na organização das suas secções tem lidado insistentemente e com a competência própria da sua illustração o digno secretário da municipalidade sr. Correia Baptista.

Oxalá que a nossa vereação, inspirando-se n'aquelles exemplos, redobre de esforços para dar ao instituto histórico e artístico a que alludimos a importância que elle deve ter na terceira cidade do reino, fazendo d'esse modo desapparecer a falta deprimente que nos apontam os nossos visitantes".

Estes argumentos não terão tido em Marques da Costa suficiente acolhimento, pois que não o vemos envolvido, na prática, na promoção daquele objectivo. Conhecedor profundo dos meandros políticos da cidade e das características pessoais da maioria dos seus conterrâneos, parece não lhes ter dado grande crédito, e com razão: a tão proclamada reforma e engrandecimento do Museu Municipal jamais passou de uma intenção sem consequências práticas, na sua época, apesar de todo o alarido provocado em torno desta matéria.

Os seus esforços privilegiaram, pois, correctamente, a produção de estudos que, pela sua valia, sempre tiveram bom acolhimento nas páginas de "O Arqueólogo Português", conferindo-lhe visibilidade muito superior àquela que lograria, confinado aos recursos existentes em Setúbal. Tal projecção, cimentada por uma efectiva e duradoura relação de amizade estabelecida com Leite de Vasconcelos, explica o facto de a sua notável colecção arqueológica, reunida ao longo de muitos anos de trabalhos e explorações, ter sido doada ao Museu Etnológico, onde deu entrada em1936, três anos depois do falecimento de Marques da Costa (MACHADO, 1965, p. 68), em detrimento da autarquia setubalense, cujo museu só viria a constituir-se muitos anos depois, integrando a colecção arqueológica de Arronches Junqueiro, entretanto guardada, sem honra nem proveito, numa dependência municipal.

António Inácio Marques da Costa, nasceu a 15 de Março de 1857 na freguesia de Pousos, concelho de Leiria, filho de Miguel da Costa e de sua mulher Maria Inácia. Casou em Setúbal, a 19 de Janeiro de 1931, com D. Edviges da Costa Guerreiro, natural de Leiria, contando já 73 anos, vindo a falecer em Setúbal, na casa onde residia, de lesão cardíaca, a 29 de Agosto de 1933, com 76 anos. Sabe-se que teria, pelo menos, dois filhos, mencionados na correspondência com Leite de Vasconcelos adiante transcrita na íntegra.



Fig. 5 – Fotografia de A. I. Marques da Costa, Tenente de Infantaria, pouco antes de se ter iniciado nas actividades arqueológicas que o celebrizaram (Arquivo do Museu Nacioal de Arqueologia, in CARDOSO, 2014).

Do seu processo individual, conservado no Arquivo Histórico Militar (AHM), verifica-se que ingressou como voluntário a 7 de Agosto de 1877 no Batalhão de Caçadores nº. 6, matriculando-se depois na Escola do Exército, em 1879, onde completou o curso da Arma de Infantaria (Fig. 5). Foi promovido a capitão a 26 de Dezembro de 1895, passando à reserva, por motivos de saúde, a 19 de Agosto de 1907, com o posto de Tenente-Coronel, atingindo a reforma, por limite de idade, a 31 de Julho de 1927; continuou, contudo, a desempenhar as funções de Caserneiro Militar de Setúbal, para as quais fora nomeado a 1 de Maio de 1923. Com efeito, residia já em Setúbal desde muito antes, pois a 30 de Setembro de 1899, passou a prestar serviço no Regimento de Infantaria nº. 11 ali estacionado.

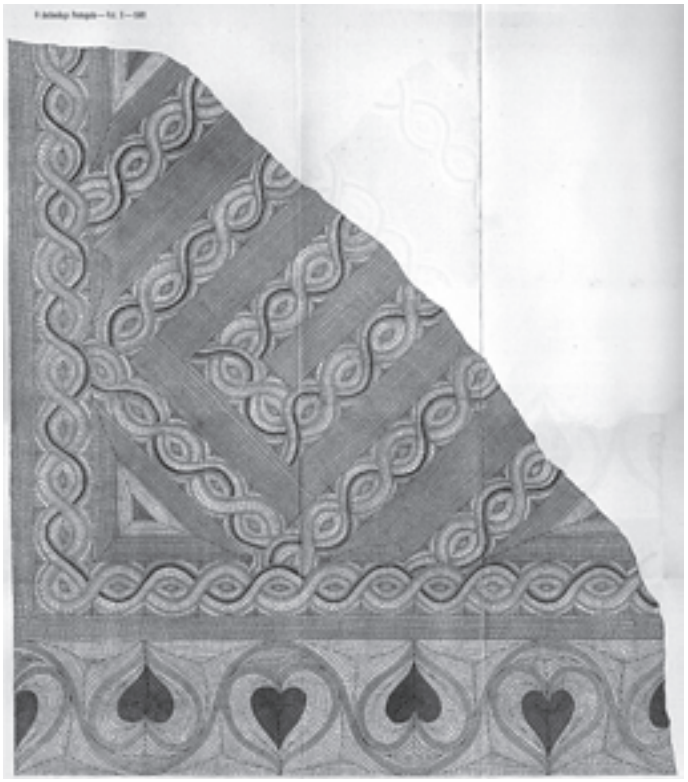


Fig. 6 – Desenho do mosaico romano de Martim Gil, Leiria, publicado em *O Archeologo Português* - Vol. X - 1905 (COSTA, 1905, Fig. 2).

A sua actividade como Professor do Curso de Sargentos de 1886 a 1891, que antecedeu a direcção de Escola Regimental, cargo exercido entre 1896 e 1905 foi continuada, na área civil, como professor de matemática na Escola Popular, ao Largo de Santo António, de onde transitou para o quadro de professores do Liceu Bocage, também em Setúbal. Possuía trato "afável e bonomia de carácter" (Envia, 1947, p. 207), confirmando as informações contidas no seu Processo Individual castrense.

Envolveu-se na vida autárquica, fazendo valer os seus conhecimentos de Administração Militar, sendo administrador interino do concelho de Alcácer do Sal (cf. AHM, Processo Individual) e Presidente da Câmara Municipal de Setúbal, também durante a I República, tendo pedido a demissão por questões de natureza política (ENVIA, 1947, p. 207).

Já interessado pela Arqueologia da região em que nasceu, a ele se deve a importante descoberta, em 1872, do mosaico romano de Martim Gil (Leiria), de onde foi removido um fragmento depositado no Museu da Associação dos Arqueólogos Portugueses. O desenho então efectuado só foi publicado muitos anos depois, pelo próprio, em 1905 (Fig. 6).

Os seus primeiros contributos sobre a arqueologia da região de Setúbal referem-se aos vestígios romanos de Alferrar, publicados em "O Arqueólogo Português" (1896), pequena notícia a que já atrás se fez referência e aos da própria área urbana de Setúbal, publicando em "O Elmano", a 10 de Maio de 1897 "notícia sobre as ossadas na Rua Serpa Pinto" e, a 5 de Junho do mesmo ano, artigo intitulado "Sobre as ossadas na Rua Direita do Troino".

Verifica-se, deste modo, que as relações com Leite de Vasconcelos ascendem, pelo menos, a 1896, como também se comprova pelas datas da correspondência, adiante transcrita. Por outro lado, importa não esquecer as relações familiares que José Leite de Vasconcelos possuía em Setúbal, pois era primo, como se disse anteriormente, de Ana de Castro Osório, personalidade de vulto da vida cultural e económica setubalense. Contudo,

a correspondência enviada por esta última ao então Director do "Museu Ethnológico Português" revela que, não obstante a proximidade de Lisboa, a frequência das visitas a Setúbal não era grande, queixando-se a escritora da pouca assiduidade do primo (COITO; CARDOSO & MARTINS, 2008, p. 20).

Contributo interessante que se deve a Marques da Costa no âmbito do Património citadino é a defesa do monumento geológico conhecido por "Pedra Furada", igualmente amplamente noticiada na imprensa local: a tal propósito se referem notícias publicadas em sucessivos números de "O Elmano", de 25 de Agosto, 1 de Setembro e 8 de Setembro de 1915.

É provável que os seus conhecimentos de Geologia tivessem sido obtidos aquando da frequência da Escola do Exército. Com efeito, tais conhecimentos, evidenciados em vários dos seus estudos, levaram o eminente geólogo Paul Choffat, então o membro mais categorizado da Comissão do Serviço Geológico de Portugal, a convidar Marques da Costa a publicar na prestigiada revista daquela Instituição, um artigo sobre tão peculiar ocorrência. Em tal estudo, o autor discute exemplarmente o modo de formação daquelas estranhas e raras estruturas tubulares de arenito ferruginoso (COSTA, 1916), chamando assim a atenção dos poderes públicos para a preservação deste notável geomonumento, o que felizmente veio a acontecer, mas só no final do século XX.

Com efeito, aquela ocorrência não foi destruída, para o que muito contribuiu o empenho de Marques da Costa, viabilizando a merecida valorização, podendo hoje ser apreciada, mercê dos esforços desenvolvidos pelos que, na cidade, continuaram a velar pela protecção dos testemunhos do passado, mesmo dos que são anteriores à presença do próprio Homem, sendo de inteira justiça referir neste, como em outros processos, a acção decisiva de Carlos Tavares da Silva.

Marques da Costa foi, também, o pioneiro dos estudos de dinâmica litoral da área do estuário do Sado, como bem documenta o contributo sobre a estação romana de Tróia (COSTA, 1923/1924), discutindo, de forma pioneira, para a época, as causas da mudança relativa do nível do mar, determinante para a evolução verificada na linha de costa daquela estreita península arenosa.

Outro aspecto de carácter científico a que se deve aludir, é a preparação no domínio da antropologia física, evidenciada pelo estudo dos restos humanos recolhidos numa pequena cavidade natural existente do lado oriental do povoado pré-histórico da Rotura (COSTA, 1904), logo depois destruída pela progressão da frente da pedreira que então explorava os calcários miocénicos ali aflorantes (Fig. 7).

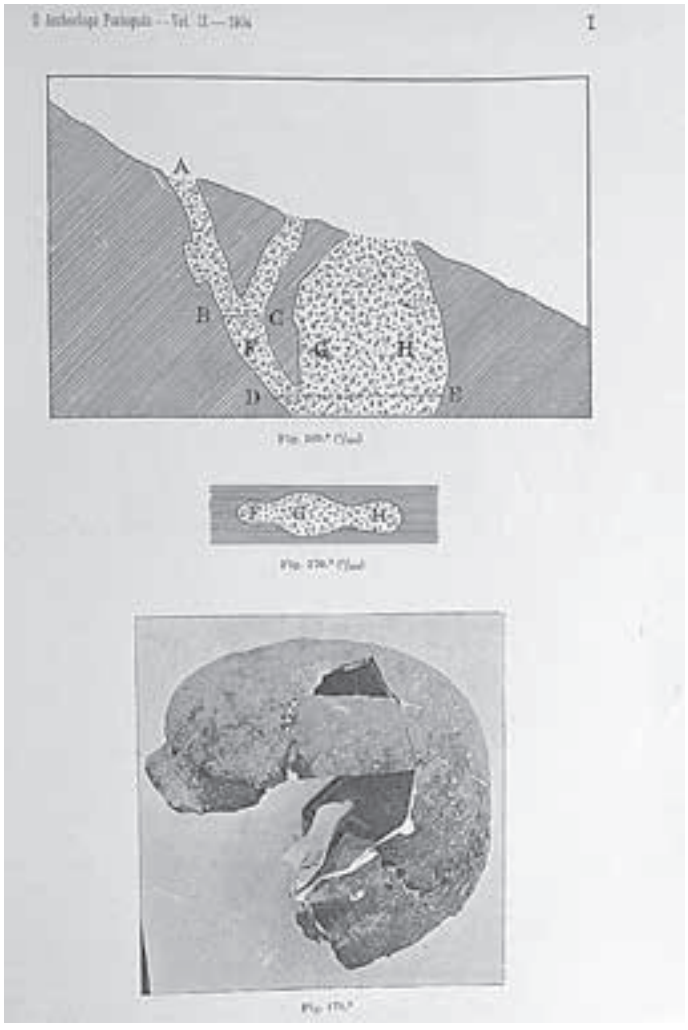


Fig. 7 – Perfil da lapa da Rotura, situada do lado oriental do povoado pré-histórico, e crânio ali exumado e depois estudado por A. I. Marques da Costa (COSTA, 1904, Fig. 169 a 171).

Enfim, a discussão da existência de uma Idade do Cobre, então na ordem do dia, também não lhe foi indiferente, designando-a por "Idade eo-metallica (ou do cobre e bronze primitivos)", a propósito da análise e descrição exaustivas dos objectos recolhidos na Rotura, em Chibanes e nas grutas da Quinta do Anjo, incluindo diversos objectos de ouro (COSTA, 1907, 1908).

Além da exploração do povoado pré-histórico da Rotura, descoberto na década de 1860 pelo pessoal da antiga Comissão Geológica de Portugal, provavelmente pelo próprio Carlos Ribeiro, do qual foram reproduzidas a cores várias peças do seu espólio, em belas litografias destinadas a obra sobre a Pré-História portuguesa, a apresentar à Exposição Universal de Paris, de 1867 a qual, no entanto, jamais viria a ser concluída (CARREIRA & CARDOSO, 1996), deve-se a Marques da Costa, no concernente à Pré-História, a identificação e exploração de importantes estações pré-históricas do aro de Setúbal. Os resultados destas investigações encontram-se reunidos em livro (COSTA, 1910 a) (Fig. 8), que incluiu todos os artigos publicados em "O Arqueólogo Português" entre 1902 e 1910: 7 (1902), p. 275-282; 8 (1903), p. 47-52; 137-148; 266-274; 9 (1904), p. 145-153; 10 (1905), p. 185-193; 11 (1906), p. 40-50; 12 (1907), p. 206-217; 320-338; 13 (1908), p. 270-283; 15 (1910), p. 55-83.


ESTAÇÕES PREHISTORICAS

ARREDORES DE SETUBAL

APONTAMENTOS PARA O SEU ESTUDO

POR

A. I. MARQUES DA COSTA

LISBOA

IMPRENSA NACIONAL

1910

Fig. 8 – Folha de rosto do livro que reuniu as separatas dos artigos publicados em "O Arqueólogo Português" da série "Estações pré-históricas dos arredores de Setúbal", entre 1902 e 1910. Arquivo de João Luís Cardoso.



Fig. 9 – Conjunto de espólios do Período romano-republicano exumados por A. I. Marques da Costa no Castro de Chibanes avultando três ânforas por ele integralmente reconstituídas (COSTA, 1910, Pl. IV).

Ao longo do litoral, identificou e explorou diversas estações pré-históricas, como as da Comenda, do Outão e de Galapos, destacando-se o castro de Chibanes, com ocupações calcolíticas, da Idade do Ferro e romano-republicana, cujos espólios estudou e publicou de forma exemplar, incluindo a reconstituição integral de várias ânforas do período romano-republicano por si ali recuperadas, colocando aquele sítio fortificado entre um dos mais importantes do território português (Fig. 9) (COSTA, 1910 b).

Deve-se também a Marques da Costa a conclusão da escavação das quatro grutas artificiais da Quinta do Anjo, exploradas anteriormente por António Mendes, sob direcção de Carlos Ribeiro, entre 1876 e 1878 (LEISNER; ZBYSZEWSKI & FERREIRA, 1961, p. 8). As investigações a que procedeu, efectuadas em 1906, concentraram-se sobretudo nos corredores e nas zonas vestibulares das estruturas funerárias, que ainda não tinham sido convenientemente escavadas, proporcionando a recolha de materiais muito importantes (COSTA, 1907), que se vieram juntar aos exumados no século XIX, e conduziram, pela primeira vez, ao conhecimento do traçado completo de cada uma das grutas, também por si publicado (Fig. 10), completando deste modo as plantas efectuadas por António Mendes (CRUZ, 1906, Est. II).

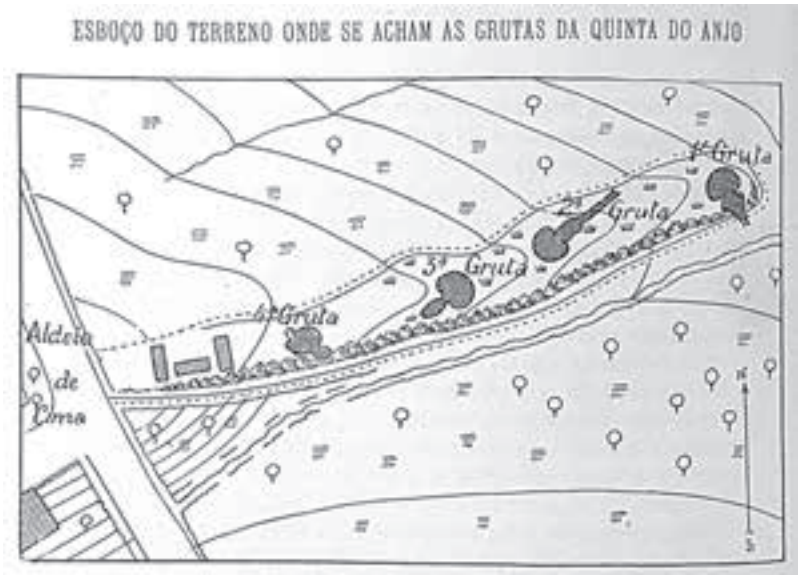


Fig. 10 – Planta de localização do conjunto das grutas do Casal do Pardo, Quinta do Anjo (COSTA, 1907, Fig. 278).

Foi, ainda, naquele ano de 1907 que Marques da Costa publicou o seu "Esboço da carta dos arredores de Setúbal indicativo das estações prehistoricas e romanas", com três símbolos, relativos às estações pré-históricas; estações romanas "muito acentuadas"; e "estações romanas de que restam poucos vestígios", abarcando a parte oriental da Arrábida, desde o Portinho até à península de Santa Catarina, já em pleno estuário do Sado, e da região de Palmela até Tróia (Fig. 11). Trata-se de um notável documento, onde quase todas as estações arqueológicas assinaladas se encontravam inéditas, com excepção, naturalmente, do povoado pré-histórico da Rotura, das grutas da Quinta do Anjo e da estação romana de Tróia.



Fig. 11 – Carta arqueológica dos arredores de Setúbal (COSTA, 1907, Fig. 274).

As prospecções efectuadas muito mais tarde, de forma ocasional ou integrada, vieram, sempre, a confirmar o rigor das localizações ou das observações por si apresentadas. No caso das estações da época romana, avulta a quantidade de sítios por si identificados, mesmo em zonas de coberto vegetal denso, como é o caso das ruínas romanas do Creiro, cuja importância foi confirmada muitos anos depois pelo signatário, ao ter localizado, em 1971, os restos de uma cisterna (Fig. 12), no rebordo de pequena plataforma que, após as escavações dirigidas na década de 1980 por C. Tavares da Silva e colaboradores, se verificou pertencer a complexo fabril de preparados de peixe.

Outra evidência do rigor dos trabalhos de Marques da Costa diz respeito à caracterização do complexo romano da Comenda, integrando uma barragem para a retenção de água doce, a montante, depois conduzida por um canal até uma instalação fabril de preparados piscícolas, localizada na margem esquerda da foz da ribeira da Ajuda (Fig. 13) (COSTA, 1905). Estudo ulterior permitiu confirmar plenamente as observações de Marques da Costa (QUINTELA; CARDOSO & MASCARENHAS, 1986, p. 71).

À estação romana de Tróia dedicou os últimos contributos publicados por si em "O Arqueólogo Português". O título geral que lhes deu: "Estudos sobre algumas estações da época luso-romana nos arredores de Setúbal", prova bem que pretendia prosseguir, depois da



Fig. 12 – Restos de cisterna fotografada pelo autor em 1971, no Creiro (Portinho da Arrábida), em local já assinalado por Marques da Costa e depois explorado pelo MAEDS, na segunda metade da década de 1980, conduzindo à identificação de um complexo fabril de preparados piscícolas. Fotografia e arquivo de João Luís Cardoso.



Fig. 13 – Carta arqueológica do vale inferior da ribeira da Ajuda, com indicação da barragem romana e do aqueduto que dali partia, em direcção às instalações fabris de preparados piscícolas existentes junto à confluência com o Sado (COSTA, 1905, Fig. 181).

publicação das suas investigações em Tróia, com outras estações romanas do aro setubalense. Assim, nos números 26 (1923/1924), p. 314-328; 27 (1925/1926), p. 165-181; e 29 (1930/1931), p. 2-31, apresentam-se sucessivos contributos sobre aquela estação, depois de ter inaugurado este domínio de estudos com artigo publicado muitos anos antes, em 1898, nas páginas da mesma revista. A aludida série de artigos, cujas ilustrações, de alta qualidade, bem evidenciam a importância dos trabalhos ali conduzidos por Marques da Costa (Fig. 14), foi deixada incompleta, pelo falecimento do autor em 1933, ano da publicação do volume 29 de "O Arqueólogo Português", relativo a 1930/1931, o último que contém colaboração sua.

É provável que o esmorecimento da publicação naquela revista dos resultados das suas investigações em Tróia se deva a problemas de saúde, já que, no fim da vida, além da lesão cardíaca que tinha justificado a sua precoce passagem à reserva, com apenas 50 anos, estava muito gordo, aspecto denunciado pela escrita irregular e pouco firme patente nas últimas missivas. Acresce ainda a dificuldade de relacionamento com Manuel Heleno, sucessor de Leite de Vasconcelos à frente do Museu e daquela Revista, como se deduz da correspondência já publicada (CARDOSO, 2014), do que terão resultado dificuldades de publicação nas páginas daquela revista.

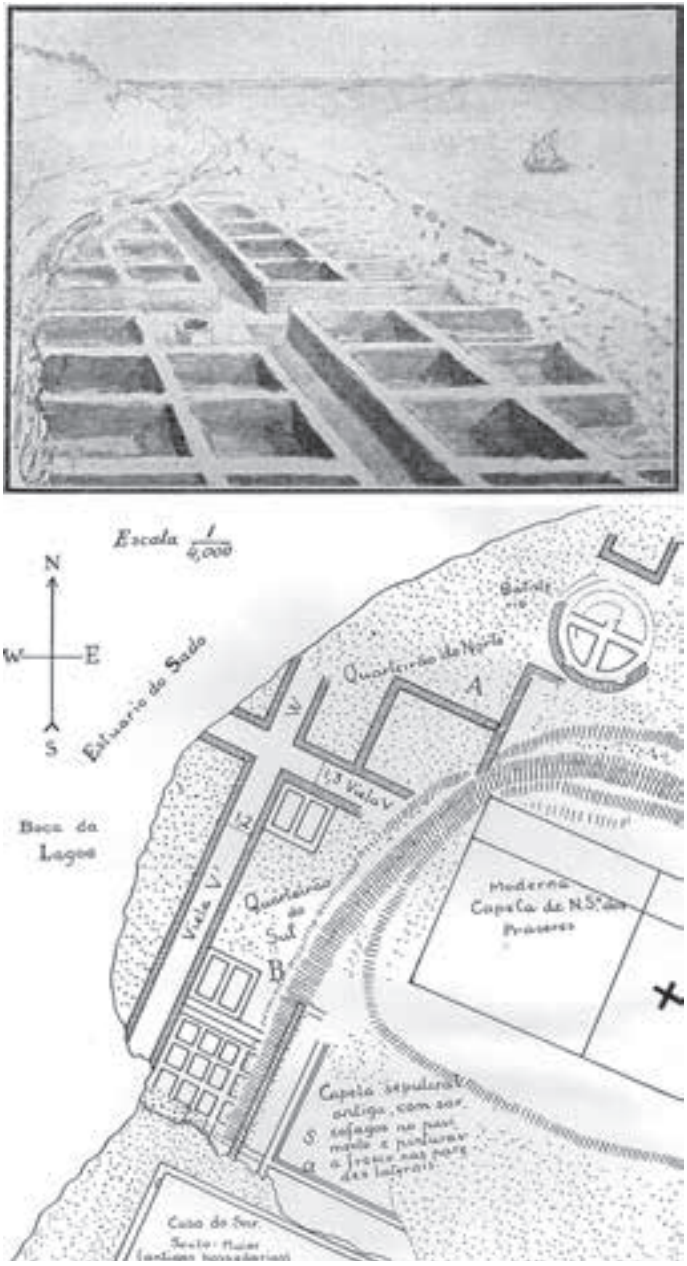


Fig. 14 – Desenho de grupo de cetárias de Tróia (Costa, 1929, Fig. 7) e esboço à vista da planta das ruínas da antiga povoação romana em Tróia junto à Boca da Lagoa (COSTA, 1930/1931, Fig. 22).

Talvez o facto de não lhe ter sido possível concluir a série de artigos dedicados à presença romana em Tróia, que iria ter natural continuidade em outras estações da mesma época do aro setubalense, tenha justificado o facto, aparentemente insólito, de não ter feito qualquer referência à necrópole de S. Sebastião, situada na área urbana da cidade, descoberta ocasionalmente aquando da abertura do túnel ferroviário e por ele explorada nos primórdios do século XX. Com efeito, a primeira referência publicada sobre a mesma remonta apenas a 1964 (SILVA & CABRITA, 1964, p. 8), transcrevendo um excerto de obra inédita de Arronches Junqueiro:

> "quando se abriu o túnel para o Caminho de Ferro, encontraram-se algumas lucernas de barro, que o tenente-coronel Marques da Costa obteve para a sua colecção, onde deverão existir". Como bem assi-

nalou ulteriormente um dos autores do estudo citado, não foram apenas as citadas lucernas, os materiais que Marques da Costa logrou obter. Apontamentos manuscritos do próprio, conservados na Biblioteca Municipal de Setúbal mostram que ali dirigiu explorações arqueológicas de vulto, conducentes à identificação de diversos tipos de sepulturas e à recolha de espólio diversificado, cerâmico e metálico, cujas características indicam época predominantemente tardo-romana (SILVA, 1966, p. 577).

Qualquer que tenha sido a razão de, em vida, Marques da Costa jamais se ter referido a esta estação arqueológica, que comprovava claramente a ocupação romana do solo citadino, antes das descobertas efectuadas pelo seu quase homónimo José Marques da Costa (COSTA, 1960), ela não foi considerada na discussão que apresentou sobre a localização de Cetóbriga, no decurso de sucessivos números da revista quinzenal ilustrada "Cetóbriga", publicada em Setúbal. Com efeito, desde o seu número 2, até ao seu número 5, publicados entre os meses de Março e Maio de 1926, são analisadas as diversas hipóteses, concluindo Marques da Costa que a localização daquela cidade romana no castro de Chibanes, "era não só possível como até provável" (COSTA, 1926, p. 7). Com efeito, aquela estação possuía, como ele próprio demonstrou, uma ocupação dos finais da Idade do Ferro e romano-republicana, condizente com o sufixo "briga", que obrigava a considerar um sítio alto e fortificado. Negligenciou, assim, a hipótese de Cetóbriga ter sido a actual cidade de Setúbal, apesar dos achados de que tinha conhecimento e, até, da existência de uma colina – a colina de Santa Maria – hoje dissimulada pela malha urbana, desconhecendo-se, contudo, até ao momento, quaisquer vestígios de circuito muralhado, o que não significa que este não tivesse existido.

*** *** ***

A correspondência enviada por Marques da Costa a J. Leite de Vasconcelos e conservada no Epistolário do fundador do Museu Etnológico Português, compõe-se de 30 documentos autógrafos, dos quais 29 se encontram datados invariavelmente de Setúbal, entre 19/1/1896 e 14/6/1932.

Desde o início da correspondência se evidencia o desejo de Marques da Costa estabelecer com Leite relações de colaboração científica, oferecendo-se para lhe servir de guia a locais onde localizara vestígios arqueológicos, tanto pré-históricos como proto-históricos ou romanos. Desses aturados trabalhos de campo viria a resultar, como se disse, a sua carta arqueológica das vizinhanças de Setúbal, publicada em 1907 nas páginas de "O Arqueólogo Português". Por exemplo, em 1902, declara ter-lhe já reservado quarto no Hotel Francez *"que me parece nas condições que deseja. Por ora não há mosquitos e muito desejo que venha aqui sentir melhoras do estômago"*, o que revela a eventualidade de estadas mais prolongadas na cidade. O desejo de agradar a Leite, oferecendo-lhe peças arqueológicas de merecimento é, também, uma constante na correspondência. A propósito de um achado arqueológico efectuado em Alcácer do Sal, pelo seu amigo Joaquim Correia Baptista, declarou: *"Se eu fizesse um achado semelhante ficava doido – Só em testamento o deixaria ao Museu Ethnológico, com a condição de me não desejarem a morte"* (carta de 22 de Outubro de 1902). No caso, trata-se de uma inscrição com caracteres da escrita ibero-turdetana, gravada numa pequena placa de xisto incompleta, com furo de suspensão numa das extremidades, publicada por Leite de Vasconcelos (VASCONCELOS, 1914, p. 304; BEIRÃO & GOMES, 1985, Fig. 6).

Em resultado deste procedimento, ilustrado com diversos exemplos ao longo das missivas que enviou a Leite, Marques da Costa teve a oportunidade de publicar os seus estudos e pesquisas nas páginas de "O Arqueólogo Português"; com efeito, quase toda a obra científica de Marques da Costa se encontra inserida naquela revista, com excepção das pequenas notícias publicadas no jornal local "O Elmano" e da série de cinco

artigos em continuidade, publicados em outro periódico setubalense, a revista "Cetóbriga", entre Março e Maio de 1926; nalguns casos, as explorações realizaram-se com a preocupação de salvar os respectivos espólios da destruição; foi o caso, já atrás referido, do povoado pré-histórico da Rotura e, em particular, da pequena cavidade natural existente na escarpa oriental daquela estação, antes que fosse destruída pela progressão da pedreira, então em laboração, conforme o mesmo declara:

> *"Como a rocha andasse em exploração, e por isso tanto a lapa como os objectos archeologicos que continha estivessem em risco eminente de serem destruídos pelos cabouqueiros, apressei-me a mandar extrahir da gruta tudo o que nella havia até a rocha viva, tendo o cuidado de examinar a disposição dos entulhos (…)"* (COSTA, 1903, p. 267-268).

A tais explorações se refere no postal enviado a J. Leite de Vasconcelos a 7 de Novembro de 1902: *"Desejo que venha para aqui, como disse que tencionava fazer, para lhe mostrar alguns objectos que encontrei n'uma gruta sepulchral na Rotura. Tenho esboçada a noticia d'elles para o Archeologo"*.

A propósito das explorações efectuadas no povoado pré-histórico da Rotura, declara, em carta de 24 de Março de 1903, o seguinte:

> *"Tenho achado ultimamente na Rotura 18 pontas de flexa, 3 lanças, 8 placas e muitas raspadeiras tudo de sílex. Também tenho muitos instrumentos de osso e alguns de cobre. Venha para ver tudo"*.

As placas a que alude, são certamente os elementos de tear de formato paralelipipédico, perfurados nos quatro vértices, de que recolheu numerosos exemplares. Estes achados aguçavam, naturalmente, a curiosidade e o interesse de Leite, que se terá tornado visita de Marques da Costa, até pela facilidade de ir e vir no mesmo dia a Setúbal, mas não certamente com a assiduidade que sua prima Ana de Castro Osório desejaria, como já antes se referiu. É curioso verificar que a mobilidade, apesar dos grandes investimentos efectuados desde então, não se reflectiu grandemente nos tempos de deslocação entre Lisboa e Setúbal, desde então verificada. É o que se conclui do seguinte bilhete postal, datado de 12 de Setembro de 1904, que também tem o interesse de indicar a pernoita de Leite não apenas em Setúbal, mas também noutras residências dos arredores, como é o caso do Palácio da Comenda, junto à foz da ribeira da Ajuda:

> *"Quando no domingo cheguei de S. Braz eram 7 / ½ horas da noite e como tinha a certeza de que o meu Am.º ainda não tinha saído de Albarquel, suppuz que ficasse lá a noite julgando que o comboio partia às 8 horas e que não teria tempo de chegar à estação.*
> *Enganei-me. O comboio é as 8 ½ e a D. Ana disse-me que tinha saído de Albarquel às 7 ¾.*
> *Também a D. Ana me disse que voltava cá no domingo. É verdade?"*

Ou seja, demorou apenas 45 minutos a chegar de Albarquel à estação de comboios de Setúbal, por certo em charrete puxada a cavalo, tempo seguramente inferior ao necessário para percorrer a mesma distância num fim de tarde estival dos nossos dias.

Esta D. Ana é, naturalmente, a já referida escritora Ana de Castro Osório.

A missiva de 26 de Julho de 1905 comprova o continuado envio para o Museu de Belém de materiais arqueológicos (ainda que não considerados de primeira importância):

> *"Incluza lhe remetto a guia de 1 caixote contendo louça romana.*
> *São os fragmentos de uma amphora que se pode restaurar e que exhumei do terreno adjacente à capella de N.ª S.ª da Graça situada a 5 kilometros a este de Setúbal na margem N do estuário do Sado."*

Em contrapartida, prosseguia a bom ritmo a publicação de artigos científicos de sua autoria em "O Arqueólogo Português".

A carta de 11 de Janeiro de 1906 revela o tom familiar e de fraternal amizade estabelecido entre ambos, tendo ainda o interesse de mostrar um tratamento familiar e carinhoso para com Leite de Vasconcelos, incompatível com a aura de austeridade e distanciamento característicos deste no trato com seus os colegas académicos, onde o formalismo era, naturalmente, utilizado como defesa, em convivências nem sempre pautadas pela lealdade.

A propósito de uma troca de fotografias para publicação, lê-se o seguinte:

"Mereço pois desculpa? Já não me mette as tampas dentro? Com respeito aos números das photographias, teria vontade de dizer como os meninos "Eu cá não fui; foi o Sr. Dr. Leite que fez essa maldade". Mas como o nosso Leite o que fez foi por bondade, só digo que tudo se harmonizará quando vierem as provas para eu rever."

Por este trecho se pode vislumbrar, também, a bondade e a bonomia do carácter de Marques da Costa, como acima se disse.

A correspondência torna-se, depois, mais escassa, apesar de a publicação da série "Estações prehistoricas dos arredores de Setúbal" prosseguir, com o resultado das escavações efectuadas nas grutas da Quinta do Anjo (Palmela) em 1907, 1908 e 1910 e com o trabalho dedicado às escavações do Castro de Chibanes (também no concelho de Palmela), onde encontrou materiais pré-históricos, da Idade do Ferro e já da época romana-republicana; a tal propósito, em artigo de 1908, diz o seguinte:

"Nas diversas excavações, que ahi mandei fazer, alem dos artefactos, em tudo semelhantes aos encontrados na Rotura e nas grutas da Quinta do Anjo, encontrei grande quantidade de outros de que não achei congeneres nestas estações. Estes objectos na sua maior parte mostram, pela perfeição do seu fabrico e novos estilos de fórma e ornamentação, que foram confeccionados em época posterior à dos encontrados na Rotura e Quinta do Anjo. Alguns d'elles são evidentemente coetaneos da 2ª. idade do ferro; e outros, mais modernos, foram sem duvida fabricados no tempo do domínio romano na península" (Costa, 1908, p. 279).

Tais conclusões foram inteiramente corroboradas pelas escavações que recentemente ali foram efectuadas, dirigidas por C. Tavares da Silva e J. Soares.

Apesar de se ter tornado, a partir dessa altura, escassa a correspondência remetida a Leite, o cordial relacionamento entre ambos manteve-se, como se deduz do teor das missivas, por vezes a propósito da visita de Leite a algumas das estações arqueológicas anteriormente exploradas, como Chibanes (bilhetes-postais de 27 de Novembro de 1912 e de 9 de Fevereiro de 1913). Continua, também, a fornecer-lhe indicações de peças que mereciam ser adquiridas pelo Museu, como é o caso de um prato hispano-árabe de reflexos metálicos, observado em casa particular da vila de Redondo "em serviço da junta de inspecção aos mancebos recenseados para o exército" (bilhete-postal de 9 de Outubro de 1916).

Na correspondência, além de Ana de Castro Osório, raramente são mencionadas outras personalidades. Entre estas, conta-se Luís Chaves (1889-1975), preparador do Museu desde 1912 e depois, Conservador do mesmo a partir de 1916 até à aposentação, em 1957, de quem se afirma amigo, e um certo Campos, provavelmente Manuel Joaquim de Campos (1847-1909), colector-preparador do Museu de 1902 a 1909 (COITO, CARDOSO & MARTINS, 2008).

Aspecto de interesse é, também, o relacionado com a recepção, acusada pelo bilhete-postal de 15 de Novembro de 1913, da conhecida "Defensão do Museu Etnológico Português" folheto nesse mesmo ano publi-

cado em que Leite defende a sua honra, depois de ter sido acusado de irregularidades de gestão, no tempo da monarquia, pelo deputado Eduardo de Almeida, em 1911 e em 1913, em diversas sessões da Câmara dos Deputados, incidente comentado, muito a propósito, em bilhete-postal datado de 15 de Novembro de 1913: "Recebi o seu folheto «Defensão do Museu» o que muito agradeço. Na occasião de o receber soffri d'uma forte nevralgia na região occipital, que me tirou a vontade de ler.

Melhorei e li a Defensão há 2 ou 3 dias. Peço-lhe pois desculpa de não lhe ter agradecido há mais tempo como me cumpria. A accusação de falta de honestidade na administração económica do Museu pareceu-me logo tão absurda e injusta que imediatamente julguei que só esse ponto da accusação devia desvirtuar todos os outros."

Tinha razão Marques da Costa: Leite foi não só ilibado de qualquer irregularidade mas ainda objecto de uma Portaria de Louvor, de 19 de Junho de 1913, cerca de dois anos depois das primeiras acusações.

Sabe-se que Marques da Costa, ao tempo em que se ocupou da publicação das ruínas de Tróia em "O Arqueólogo Português", se interessou pelo problema da localização de Cetóbriga, como mostram os cinco artigos publicados entre 16 Março e 2 Maio de 1926 na revista "Cetóbriga", a que já se fez referência. Tal aspecto é também versado na correspondência. Com efeito, em bilhete-postal de 24 de Junho de 1930, lê-se:

> "*Sei que recebeu os 4 numeros da* "Cetobriga" *por m'os ter agradecido. Se já leu a* "Localização de Cetobriga", *muito desejo que o meu Ex^{o}. Amigo me dissesse uma de duas palavras a respeito da sua impressão. Basta dizer: Aprovo ou Reprovo, se não me quiser deixar passar pela tangente".*

Como já se referiu, o autor admitiu que a localização mais aceitável da antiga cidade romana corresponderia ao castro de Chibanes, sítio alto e fortificado condizente com o sufixo "briga"; mas terá também sido por isso que Leite de Vasconcelos, baseado em parte nos argumentos expostos por Marques da Costa, aventou, anos antes, a possibilidade de aquela se situar na Rotura, no segundo volume das "Religiões da Lusitânia" (Vasconcelos, 1905). A hipótese de Marques da Costa não terá, assim, recolhido a inteira concordância de Leite de Vasconcelos como se depreende do texto do bilhete-postal que lhe foi enviado a 30 de Julho de 1930:

> *"Agradeço a maçada que teve em ler a Cetobriga. Agora já não há remédio. No 2°. artigo ainda lá quis emendar uma coisa mas não me deram tempo e entendi que já não valia a pena".*

Tal oportunidade parece ter surgido no final do quinto e último artigo, quando declara, a propósito da origem da palavra Setúbal derivar de "Cetobriga":

> *"Esta transformação porém segundo a autorisada opinião do Sr. Dr. José Leite de Vasconcelos, não está de acôrdo com as leis da linguística portugueza, as quaes para tal acordo exigiriam que se dissesse e escrevesse Cedóbra e não Setúbal, pela conservação do ó tónico, da inicial C, pela mudança do t entre vogaes em d e pela transformação da terminação "briga" em bra, como em* "Conimbriga" *que se transformou em Coimbra (Vej. J. L. de Vasconcelos in "Archeol. Port." Vol. I pag. 61)".*

Como se disse antes, a derradeira etapa do percurso científico de Marques da Costa reporta-se às investigações efectuadas em Tróia.

O interesse de tais artigos, justificou o pedido de esclarecimento sobre banhos romanos, apresentado por Leite de Vasconcelos e satisfeito na carta de 10 de Junho de 1932, onde Marques da Costa evidencia os conhecimentos que detinha sobre o assunto, assentes na bibliografia que consultou.

Com efeito, embora já em 1898, no vol. 4 de "O Arqueólogo Português" tenha publicado artigo sobre os edifícios ali observados, corroborando segundo ele, os movimentos que teriam provocado a alteração da sua

posição relativa face ao nível das águas do estuário, foi nos volumes 26, 27 e 29, o último dos quais relativo aos anos de 1930/1931, mas somente publicado em 1933, que desenvolveu as suas importantes observações, infelizmente não concluídas, em consequência do seu falecimento, naquele último ano. Esta derradeira etapa pautou-se por algumas dificuldades, a que não será estranho o menor poder interventivo de Leite na organização da revista, que aparecia cada vez mais espaçada e atrasada: note-se o atraso com que o volume 29 se publicou, ainda agravado na publicação do último volume daquela série, o 30.º, que, datado de 1938, só foi de facto publicado em 1956!

Exemplo desta nova realidade é o bilhete-postal de 14 de Maio de 1930, já Leite se encontrava jubilado e afastado da direcção do Museu desde Março de 1929, com o consequente declínio do seu efectivo poder naquela instituição (da qual tinha sido, entretanto, nomeado "Director Honorário", pelo Decreto nº. 16624, de 18 de Março de 1929). Nele, Marques da Costa solicitou o envio do volume 27 da revista, onde tinha publicado mais um artigo da série "Estudos sobre algumas estações da época luso-romana nos arredores de Setúbal", acrescentando "se não puder mandar-me gratuitamente, mande-me diser o seu custo". Tais dificuldades neste caso expressas na obtenção de um simples exemplar da revista ao qual tinha naturalmente direito, resultaram de falta de receptividade do novo Director, o Doutor Manuel Heleno, apesar de serem conterrâneos como comentou em um outro bilhete-postal, de 4 de Junho de 1932, lamentando-se de continuar sem receber os volumes 28 e 29 de "O Arqueólogo Português".

Esta atitude – que não era única nem se dirigia especialmente a Marques da Costa – da parte do Doutor M. Heleno é tanto mais reprovável quanto ser Marques da Costa um dos mais antigos colaboradores da revista, tendo inquestionavelmente contribuído para o seu justo prestígio, logo desde o segundo número publicado, no já então longínquo ano de 1896! Desanimado, declara a Leite de Vasconcelos: "Vou escrever ao Snr. Luís Chaves que conheço e me parece amigo a ver se sou bem sucedido".

Os mal-entendidos persistiram, voltando Marques da Costa a instar com Leite, em carta de 14 de Junho de 1932, para o envio do volume 29 onde tinha publicado mais uma parte do seu estudo sobre Tróia, bem como do volume 28 "que conquanto não traga artigo meu, o Sr. Dor. Vasconcellos assim mesmo mos costuma mandar por sermos antigos amigos". O motivo deste estranho e insólito episódio parece residir em atrasos na impressão do volume 29, onde se encontra publicado um dos estudos sobre Tróia. Com efeito, embora insista veementemente no envio deste volume, o mesmo não lhe podia ser enviado em 1932, uma vez que, segundo se sabe, só foi publicado em 1933 (Ribeiro, 1973), talvez mesmo depois do falecimento do interessado, ocorrido a 28 de Agosto daquele ano. O afastamento do seu amigo Leite de Vasconcelos da direcção do Museu, a ascensão ao lugar de pessoa pouco disponível para escrever, muito menos sobre questões consideradas menores, e, ainda, o estado de debilidade física e talvez psíquica de Marques da Costa, situação vislumbrada não só na sua escrita e caligrafia, como na própria clareza das frases das últimas missivas, explicam o estranho desfecho das suas tão justas quanto óbvias pretensões. Assim, uma situação que lhe poderia ter sido facilmente explicada pelo próprio Manuel Heleno, foi, pelo contrário, agravada e avolumada, envolvendo mesmo o chefe da escola da Imprensa Nacional, onde era executada a composição tipográfica de "O Arqueólogo Português". Foi, pois, de forma algo mesquinha, que se encerrou a correspondência iniciada em 1896 com Leite de Vasconcelos, sobre assunto por certo de pronto resolvido, caso ele dependesse apenas do empenho e da vontade do seu amigo.

Note-se que o costume de Heleno não responder a missivas de pessoas que lhe deviam merecer consideração era, ao que parece, situação frequente. Mesmo com eminentes arqueólogos, como o alemão Adolf Schulten, isso mesmo acontecia, aspecto que era criticado veladamente pelos próprios: transcreve-se, a tal

propósito, um extracto de carta enviada por este a Leite de Vasconcelos a 12 de Dezembro de 1930, em curso de publicação pelo signatário (CARDOSO, 2018 b):

> *"Anime V. a Heleno mandarme foto de la parte del gran mosaico de Alemtejo con las figuras de hombre que pega a mujer. Escribi a Heleno, no contestó. Hasta ahora crei que el no contestar a cartas fuese mas-bien cosa de España! Que Dios le dee toda via muchos anos*
> *s. s. a.*
> *Schulten* (assinatura)*"*

*** *** ***

A terminar este breve apanhado sobre a vida e as obras de Marques da Costa, entre a Arrábida e Tróia, passando por Setúbal, fica-nos a imagem de um investigador metódico, rigoroso, cientificamente actualizado e que encarava a prática arqueológica de uma forma moderna, fazendo uso de diversos contributos de áreas científicas distintas, como a geologia, a antropologia, e a arqueozoologia. Foi um pioneiro nos estudos de Arqueologia Regional em Portugal, desde o metódico reconhecimento do terreno da região em que vivia, passando pela escavação e terminando na publicação definitiva e atempada dos resultados, a que não faltou a componente cartográfica e iconográfica de qualidade, sempre presente nos seus trabalhos, envolvendo por vezes restauros de materiais arqueológicos.

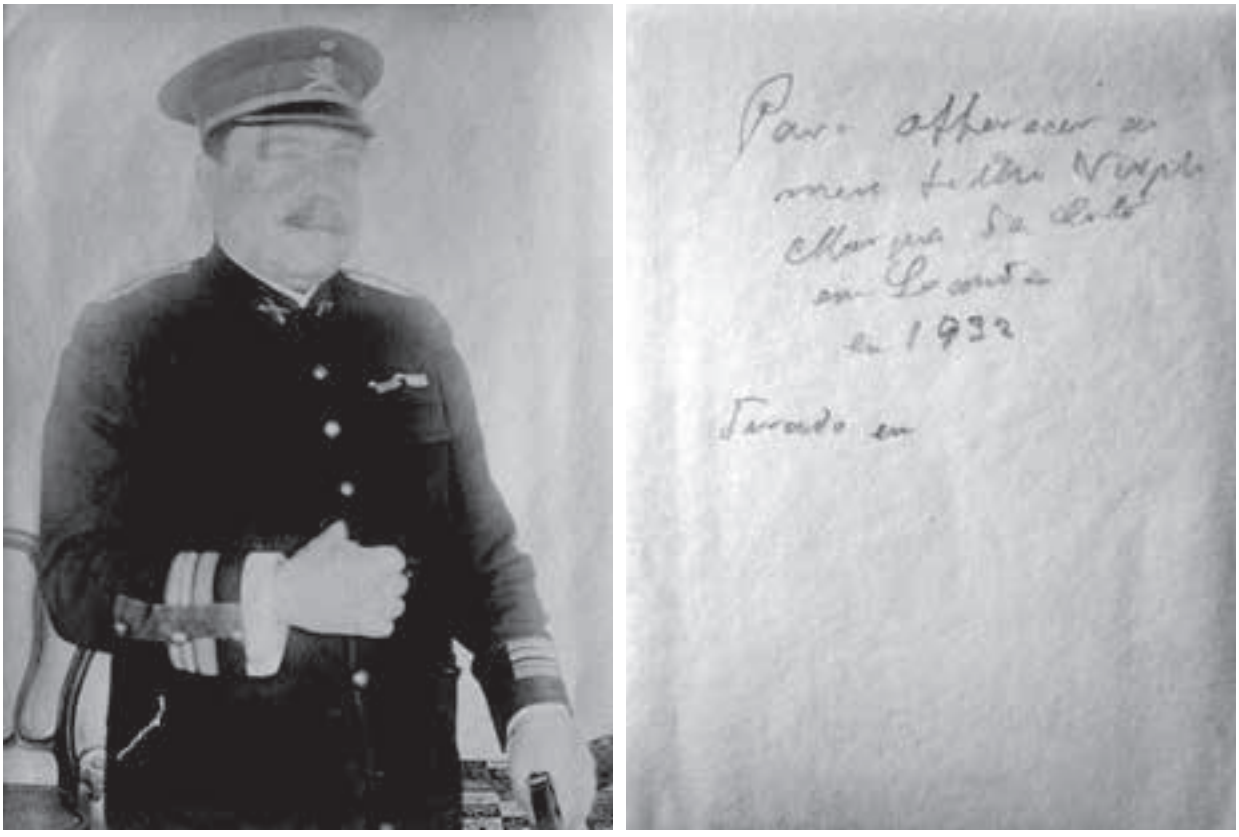


Fig. 15 – Foto de A. I. Marques da Costa, já depois da sua passagem à reserva, possuindo no verso, a lápis, indicação, datada de 1932, de que se destinava a um dos seus filhos. A letra, muito tremida e irregular, evidencia saúde débil, um ano antes do seu passamento (arquivo do Museu Nacional de Arqueologia, in CARDOSO, 2014).

Foi sem dúvida esta última preocupação – a publicação adequada dos resultados – que sabia ser determinante na apreciação do seu trabalho, especialmente pelos vindouros, que o conduziu a privilegiar a relação científica com José Leite de Vasconcelos, que rapidamente conduziu ao estabelecimento de uma inequívoca amizade entre ambos: é essa faceta ética, humana e afectuosa que transparece da sua vida e obra científica. Por isso teria interesse o estudo dos seus manuscritos e inéditos, cuja compra, efectuada pelo Senhor Leonardo Pereira, antecedeu a oferta que o mesmo deles fez à Câmara Municipal de Setúbal, que "os guarda avaramente, na Biblioteca Pública" (ENVIA, 1947, p. 208).

O Homem não desmereceu o Cientista, cujo apego à Família – sua Mulher e seus filhos (Fig. 15) – não era menor que a consideração que lhe votaram grandes arqueólogos do seu tempo: para além de Leite de Vasconcelos, destaca-se Hugo Obermaier, retribuindo as atenções deles recebidas sempre de forma irrepreensível (Fig. 16). As numerosas citações da bibliografia arqueológica internacional da sua época, provam que se encontrava cientificamente actualizado adquirindo os livros que não conseguia por permuta com as suas próprias publicações, como se deduz de algumas obras onde apôs, pelo seu punho, o respectivo preço de compra.



Fig. 16 – Dedicatória de Hugo Obermaier a A. I. Marques da Costa, aposta na monografia "Yacimiento prehistórico de Las Carolinas (Madrid)", publicada em 1917 recebida a 22 de Novembro desse mesmo ano, como consta do respectivo sobrescrito, e minuta de resposta do próprio. Arquivo de João Luís Cardoso.

A. I. Marques da Costa integrou uma pequena plêiade de arqueólogos portugueses dos finais do século XIX/inícios do século XX, que, mais ou menos ligados a Leite de Vasconcelos, como António dos Santos Rocha, Albano Belino, Francisco Tavares de Proença Júnior, Albino Pereira Lopo, Henrique Botelho e poucos mais, se distinguiram no estudo dos testemunhos arqueológicos das regiões em que viveram, deixando obras publicadas que ainda hoje, constituem repositórios preciosos de informação, a começar pela revista em que quase todos colaboraram: "O Arqueólogo Português".

AGRADECIMENTOS

Ao então Director do Museu Nacional de Arqueologia, Dr. Luís Raposo e à responsável pela Biblioteca e Arquivo da Instituição, Drª. Lívia Cristina Coito, respectivamente pela autorização em publicar o conjunto de epistolar recebido por J. Leite de Vasconcelos de A. I. Marques da Costa, e pela cordialidade do acolhimento.

A José Carlos Henrique de Jesus António, pela cuidada transcrição da correspondência ora publicada.

Ao Dr. Carlos Mouro, de Setúbal, pela cedência das cópias de certidões de nascimento, baptismo e óbito de A. I. Marques da Costa, agora publicadas e de outra bibliografia.

À Drª. Isabel Carneiro, pelas informações recolhidas no Processo Individual de António Inácio Marques da Costa, conservado no Arquivo Histórico Militar, no âmbito da disciplina Património Arqueológico, leccionada pelo signatário no Mestrado em Estudos do Património, da Universidade Aberta.

REFERÊNCIAS

AHM (Arquivo Histórico Militar) – Processo Individual de António Inácio Marques da Costa. Caixa 2235. Lisboa.

BAPTISTA, J. Correia (1896) – Salacia. *O Arqueólogo Português*, 2, p. 5-10; 143-144.

BEIRÃO, C. de Melo; GOMES, M. Varela (1985) – Grafitos da Idade do Ferro do centro e sul de Portugal. *III Colóquio sobre Lenguas y Culturas Paleohispanicas (Lisboa, 1980)*. Actas. Universidad de Salamanca, p. 465-499.

CARDOSO, J. L. (2014) – António Inácio Marques da Costa (1857-1933), Setúbal, Tróia e a Arrábida: percursos de um pioneiro dos estudos arqueológicos regionais em Portugal vistos pela correspondência enviada a José Leite de Vasconcelos. *Setúbal Arqueológica.* Setúbal. 15, p. 11-44.

CARDOSO, J. L. (2018 a) – Aspectos das explorações em Tróia da Sociedade Arqueológica Lusitana com base em documentação inédita. *Estudos Arqueológicos de Oeiras***.** Oeiras. 24 (2018), p. 483-502.

CARDOSO, J. L. (2018 b) – Correspondência remetida por eminentes pré-historiadores europeus a José Leite de Vasconcelos (1853-1941). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 24 (2018), p. 551-598

CARREIRA, J. R.; CARDOSO, J. L. (1996) – Um conjunto de litografias arqueológicas inéditas da Comissão Geológica de Portugal. *Comunicações do Instituto Geológico e Mineiro*. Lisboa. 82, p. 145-168.

CARVALHO, J. C. de Almeida (1896) – A Sociedade Archeológica Lusitana: antiguidades extrahídas das ruínas de Tróia e onde é que se acham depositadas. *Boletim da Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses*. Lisboa. Série III, 7, p. 70-75; p. 82-92.

COITO, L. C.; CARDOSO, J. L.; MARTINS, A. C. (2008) – *José Leite de Vasconcelos. Fotobiografia*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia/Editorial Verbo.

COSTA, A. I. Marques da (1903) – Estações pré-históricas dos arredores de Setúbal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 8, p. 47-52; 137-148; 266-274.

COSTA, A. I. Marques da (1905) – Estações pré-históricas dos arredores de Setúbal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 10, p. 185-193.

COSTA, A. I. Marques da (1907) – Estações pré-históricas dos arredores de Setúbal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 12, p. 206-217; 320-338.

COSTA, A. I. Marques da (1908) – Estações pré-históricas dos arredores de Setúbal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 13, p. 270-283.

COSTA, A. I. Marques da (1910 a) – Estações pré-históricas dos arredores de Setúbal. *Apontamentos para o seu estudo*. Lisboa: Imprensa Nacional.

COSTA, A. I. Marques da (1910 b) – Estações pré-históricas dos arredores de Setúbal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 15, p. 55-83.

COSTA, A. I. Marques da (1916) – A Pedra Furada de Setúbal. *Comunicações da Comissão do Serviço Geológico de Portugal*. Lisboa. 11, p. 97-117.

COSTA, A. I. Marques da (1923/1924) – Estudos sobre algumas estações da época luso-romana nos arredores de Setúbal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 26, p. 314-328.

COSTA, A. I. Marques da (1926) – Localização de Cetóbriga. *Cetóbriga*. Setúbal 2 (15 de Março de 1926), p. 5; 3 (2 de Abril de 1926), p. 3; 4 (16 de Abril de 1926), p. 7; 5 (2 de Maio de 1926), p. 7.

COSTA, A. I. Marques da (1930/1931) – Estudos sobre algumas estações da época luso-romana nos arredores de Setúbal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 29, p. 2-31.

COSTA, J. Marques da (1960) – *Novos elementos para a localização de Cetóbriga. Os achados romanos na cidade de Setúbal*. Setúbal: Câmara Municipal de Setúbal.

CRUZ, P. Belchior da (1906) – As grutas de Palmela. *Boletim da Sociedade Arqueológica Santos Rocha*. Figueira da Foz. 1(3), p. 87-98.

ENVIA, M. (1947) – *Coisas de Setúbal. Prosas regionais*. Setúbal: edição do autor.

LEISNER, V.; ZBYSZEWSKI, G.; FERREIRA, O. da Veiga (1961) – *Les grottes artificielles de Casal do Pardo (Palmela) et la Culture du Vase Campaniforme*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal (Memória nº. 8 – Nova Série).

MACHADO, J. L. Saavedra (1965) – *Subsídios para a história do Museu Etnológico Portugês do Dr. Leite de Vasconcelos.* Lisboa: Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos (separata de *O Arqueólogo Português*, Série II, 5).

MACHADO, J. T. Montalvão (1962) – Como surgiu em Portugal a primeira sociedade de arqueologia. *Arqueologia e História*. Lisboa. Série VIII, 9, p. 117-145.

NETO, J. L. P. S. G. (2008) – *A Idade do Ouro Branco. Tese de doutoramento em Arqueologia*. Lisboa: Universidade de Salamanca/Universidade Autónoma de Lisboa, 2 vols., policopiada.

QUINTELA, A. de Carvalho; CARDOSO, J. L.; MASCARENHAS, J. M. (1986) – *Aproveitamentos hidráulicos romanos a sul do Tejo. Contribuição para a sua inventariação e caracterização*. Lisboa: Direcção-Geral dos Recursos e Aproveitamentos Hidráulicos.

RIBEIRO, M. (1973) – *O Arqueólogo Português. Índices dos volumes 1-30 (1895-1938)*. Tomo I. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia.

SALGADO, Fr. Vicente (1784) – *Conjecturas sobre huma medalha de bronze com caracteres desconhecidos, e com os latinos Vetto, achada no lugar da Troya defronte da villa de Setuval*. Lisboa: Na offic. de Simão Thaddeo Ferreira.

SILVA, C. Tavares da; CABRITA, M. G. (1964) – *Estações romanas da região de Setúbal*. Setúbal (separata da revista *Cetóbriga*, nº. 1 e 2).

SILVA, C. Tavares da (1966) – Necrópole luso-romana de S. Sebastião (Setúbal). *Lvcerna*. Porto. 5, p. 572-577 (*Actas do IV Colóquio Portuense de Arqueologia*).

SOUZA, V. de (1990) – *Corpus signorum imperii romani*. Portugal. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

VASCONCELOS, J. Leite de (1895 a) – Ruínas de Tróia (em frente de Setúbal). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 1, p. 54-62.

VASCONCELOS, J. Leite de (1895 b) – Aquisições do Museu Etnográfico Português. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 1, p. 218-222.

VASCONCELOS, J. Leite de (1895 c) – Museu arqueológico de Alcácer do Sal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 1, p. 46-47.

VASCONCELOS, J. Leite de (1895 d) – Excursão arqueológica a Alcácer do Sal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 1, p. 65-92.

VASCONCELOS, J. Leite de (1903) – Projecto de um museu arqueológico em Setúbal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 7, p. 18-22.

VASCONCELOS, J. Leite de (1905) – *Religiões da Lusitânia*. Lisboa: Imprensa Nacional. Volume II.

VASCONCELOS, J. Leite de (1913) – *Religiões da Lusitânia*. Lisboa: Imprensa Nacional. Volume III.

VASCONCELOS, J. Leite de (1914) – Excursão arqueológica à Estremadura Transtagana. *O Arqueólogo Português*, 19, p. 300-312.

VASCONCELOS, J. Leite de (1929) – Sepultura de *Galla*. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 28, p. 52-60.

XIX

MANUEL VIEIRA NATIVIDADE (1860-1918) E A ARQUEOLOGIA DE ALCOBAÇA NO CENTENÁRIO DO SEU NASCIMENTO [1]

1 – O ARQUEÓLOGO, ETNÓGRAFO, HISTORIADOR, AGRICULTOR E EMPRESÁRIO

Manuel Vieira Natividade (Casal do Rei, Alcobaça, 20 de abril de 1860 - Alcobaça, 20 de fevereiro de 1918) (Fig. 1) foi um ilustre alcobacense que, para além da Arqueologia, cultivou outras áreas do conhecimento. Motivado pela proximidade do mosteiro de Alcobaça, fonte inesgotável de inspiração, deixou-se seduzir pela notável história daquele monumento, produzindo obras de vulto; da mesma forma, a úbere terra alcobacense está na origem da sua faceta de produtor agrícola e fruticultor, devendo-se-lhe diversos estudos nesses domínios; como amante dos frutos, das flores e das árvores, e não como simples produtor dos mesmos, homenageou-os em inesperadas obras que bem evidenciam a sua imaginação e sensibilidade, enquanto, de forma mais prosaica, dirigia a instalação de importante fábrica de conservas de frutas e compotas.



Fig. 1 – Manuel Vieira Natividade, fotografado à entrada da gruta do Cabeço da Ministra (segundo NATIVIDADE, 1960).

O sucesso desta empresa é atestado em algumas das missivas dirigidas a José leite de Vasconcelos, que possuem a vinheta daquela importante unidade industrial alcobacense (Fig. 2). Tratava-se da empresa "Natividade & C.ª", fornecedora da Casa Real, dedicada à produção de conserva de frutas, compotas, geleias e marmeladas, cujo prestígio e qualidade era atestado pela Medalha de Prata da Exposição de Paris, de 1900, e do Porto, de 1892, ocupando amplo espaço, entre os n.ºs 13 e 21, no Rocio da vila.

---

[1] CARDOSO, J. L. (2019) – Manuel Vieira Natividade (1860-1918) e a Arqueologia de Alcobaça no centenário do seu nascimento. *Al-Madan*. Almada. Série II, 22, p. 142-154. Modificado.

Diplomado em Farmácia pela Universidade de Coimbra, foi proprietário de uma farmácia existente na vila, inaugurada em 1886, estatuto que lhe permitiu contactar de perto as populações rurais da sua região, as quais, conjuntamente com as que diariamente trabalhavam no complexo agro-alimentar que dirigia, proporcionaram relevante manancial de informação, originando importantes estudos etnográficos.

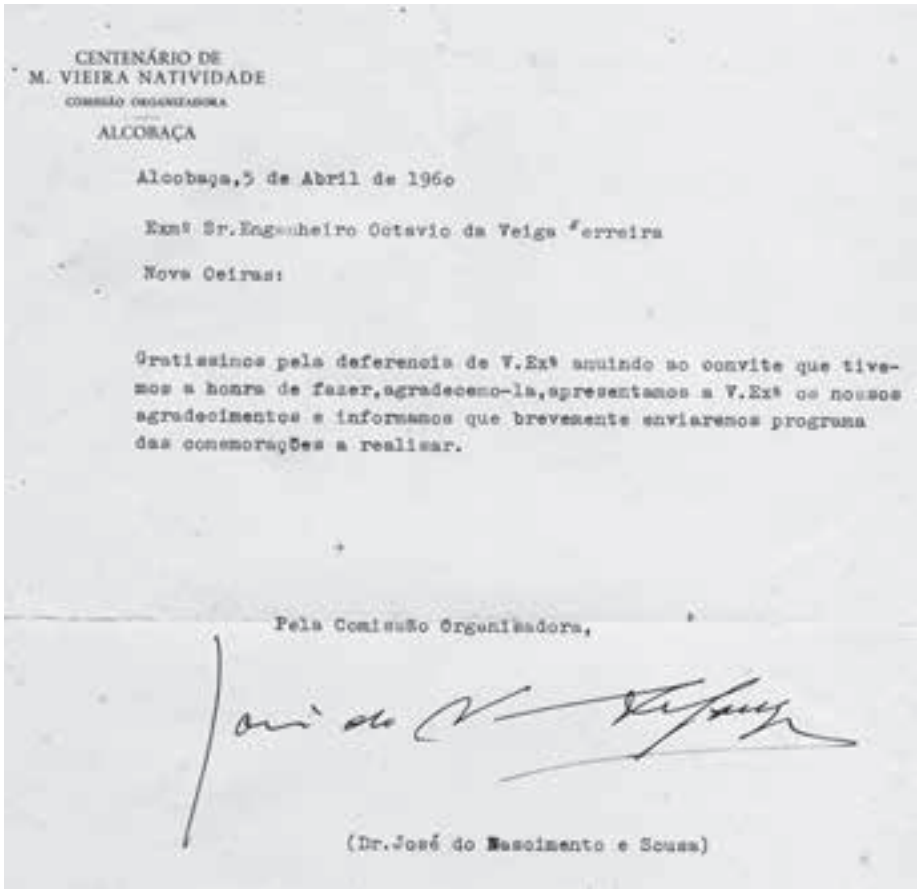
Tratando-se de personalidade de expressão regional e nacional, as homenagens de que já foi alvo, sobretudo por parte dos seus conterrâneos, são compreensíveis e só se estranham por não terem conhecido uma projecção mais alargada, claramente justificada pela obra legada aos vindouros e pelo amor dedicado a Alcobaça e à sua Família. Bastaria ter em consideração a dedicatória da obra relativa às suas explorações arqueológicas, a que deu o título *Grutas de Alcobaça*, que constitui separata do estudo publicado na revista *Portvgalia* (NATIVIDADE, 1901): "*A meus Filhos Este pequeno e despretensioso livro desejaria eu que fosse, no futuro, o prologo de um bom livro onde vós expozesseis as vossas descobertas e documentásseis o vosso amor pelo estudo. // É este o mais ardente desejo de vosso // Pae.*"



Fig. 2 – Vinheta da casa comercial de Manuel Vieira Natividade, reproduzida do bilhete-postal com data do correio de Alcobaça de 20 de Março de 1910, remetido a José Leite de Vasconcelos. Epistolário José Leite de Vasconcelos/Museu Nacional de Arqueologia.

O centenário do seu nascimento, verificado em 1960, foi assinalado em Alcobaça por iniciativa cívica a cargo de uma comissão organizadora que teve no filho ainda vivo, Joaquim Vieira Natividade, ilustre Catedrático do Instituto Superior de Agronomia, o seu mais sólido apoio. Foram então endereçados convites a diversas personalidades (Fig. 3), de que resultaram várias intervenções na sessão pública realizada no Cine-Teatro de Alcobaça, no dia 24 de Abril de 1960, algumas delas depois publicadas. Outras duas iniciativas então concretizadas foram a inauguração de uma exposição arqueológica organizada em Alcobaça, a 4 de Abril daquele mesmo ano (PAÇO, 1967: 89), e a edição de alguns textos inéditos do homenageado, compilados por aquele seu ilustre filho, que comprovadamente esteve à altura das expectativas nele depositadas por seu Pai (NATIVIDADE, 1960).

Por seu turno, o centenário do seu falecimento, ocorrido em 2018, também não passou despercebido, devendo-se a movimento cívico alcobacense a comemoração da efeméride, com a reimpressão da sua obra arqueológica mais conhecida. Com efeito, a memória de Manuel Vieira Natividade continua viva entre todos aqueles que pugnam pela defesa do Património cultural alcobacense, tomando como exemplo inspirador a figura deste pioneiro que, no final do século XIX, estudou de forma integrada o rico acervo cultural da sua região. Disso é prova a monografia editada em 2015, contributo interessante para o conhecimento da vida e das obras de Manuel Vieira Natividade (MARTINHO, 2015), a qual, porém se encontra longe de esgotar a análise da sua contribuição no tocante à Arqueologia. Assim sendo, considerou-se que teria interesse a abordagem de aspectos ainda desconhecidos ou pouco conhecidos da actividade de Manuel Vieira Natividade naquele âmbito, a partir de documentação inédita, por ocasião do centenário do seu passamento, em preito de homenagem à sua memória.



CENTENÁRIO DE
M. VIEIRA NATIVIDADE
COMISSÃO ORGANIZADORA

ALCOBAÇA

Alcobaça, 5 de Abril de 1960

Exmº Sr. Engenheiro Octavio da Veiga Ferreira

Nova Oeiras:

Gratissimos pela deferencia de V.Exª anuindo ao convite que tivemos a honra de fazer, agradecemo-la, apresentamos a V.Exª os nossos agradecimentos e informamos que brevemente enviaremos programa das comemorações a realisar.

Pela Comissão Organisadora,

(Dr. José do Nascimento e Sousa)

Fig. 3 – Convite endereçado a O. da Veiga Ferreira pela Comissão Organizadora das Comemorações do Centenário de M. Vieira Natividade, em 1960. Arquivo João Luís Cardoso/Octávio da Veiga Ferreira.

2 – MANUEL VIEIRA NATIVIDADE, A *SOCIEDADE ARCHEOLOGICA ALCOBACENSE* E JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS

Pretendendo-se aprofundar o conhecimento da acção de Manuel Vieira Natividade no domínio da Arqueologia alcobacense, deu-se prioridade ao estudo de documentação inédita. Neste domínio, e sem prejuízo do acesso e estudo a documentação do acervo epistolográfico do ilustre alcobacense, o qual importa ser devidamente investigado logo que tal seja possível, avultam os *Estatutos da Sociedade Archeologica Alcobacense*, fundada por escritura pública a 8 de Junho de 1889, em Alcobaça. Trata-se de documento que, embora já mencionado na bibliografia (MARTINHO, 2015), se manteve até agora inédito, justificando a sua transcrição na íntegra adiante apresentada.

Por forma a situar tal documento na sua época, considerou-se importante a análise da correspondência remetida pelo arqueólogo alcobacense a José Leite de Vasconcelos, igualmente inédita, a qual se conserva no Arquivo do Museu Nacional de Arqueologia. Assim se procurou colmatar a falta de informação escrita (designadamente correspondência, ou outros quaisquer documentos) susceptível de contribuir para o conhecimento da forma como Manuel Vieira Natividade se relacionou com os conterrâneos do seu tempo, designadamente com aqueles que mais de perto o acompanharam. Conforme informou a Dr.ª Isabel Costeira, que

à data da redacção deste estudo exercia o cargo de Directora do Mosteiro de Alcobaça, onde se conserva a colecção arqueológica e respectiva documentação reunida por Manuel Vieira Natividade, não figura entre o referido espólio qualquer documento relacionado com os subscritores dos *Estatutos da Sociedade Archeologica Alcobacense*, a seguir estudados.

2.1 – Os estatutos da *Sociedade Archeologica Alcobacense*

Trata-se de documento escrito em seis folhas de papel selado e pautado de 30 linhas, ostentando selo branco circundado por moldura oval com as palavras *Imposto do Sello* e em baixo *80 Reis* (Fig. 4).

A decisão de constituir, em Alcobaça, uma Sociedade Arqueológica é reveladora do prestígio granjeado pela actividade no domínio da Arqueologia desenvolvida por Manuel Vieira Natividade entre os conterrâneos do seu tempo, agregados em tertúlia por si animada. Por certo, as peças recuperadas em prospecções e explorações arqueológicas efectuadas em diversas localidades do concelho, no decurso de trabalhos de campo mais ou menos continuados e nos quais alguns dos seus amigos também participaram, terão contribuído para tal situação, a que não é alheia a maneira de ser afectuosa e sociável de Manuel Vieira Natividade. Tal explica a oferta de espólios arqueológicos ocasionalmente encontrados por colaboradores e amigos, cujo nome teve sempre o cuidado de registar e de agradecer (NATIVIDADE, 1901).

Estatutos da Sociedade
Archeologica Alcobacense

Artigo 1.º – *Sociedade Archeologica Alcobacense é o titulo de uma sociedade creada em Alcobaça.*

Fins da Sociedade

Artigo 2.º – *Tem por fim:*
1.º Promover o desenvolvimento dos estudos archeologicos nos coutos de Alcobaça pelos meios ao seu alcance.
2.º Estudar e explorar os depositos prehistoricos e quaesquer monumentos que possam derramar alguma luz na anthropologia e archeologia.
3.º Adquirir pelos meios legais os terrenos e monumentos destinados a exploração e a estudos.
4.º Promover a collecção do que houver de mais notavel nas terras dos coutos em prehistoria, archeologia e geologia.
5.º Tractar da conservação dos monumentos historicos e artisticos, existentes no concelho, por meio da palavra falada ou escripta.
6.º Promover pelos meios de que disponha a creação de um museu Municipal onde sejam depositadas as suas colecções.

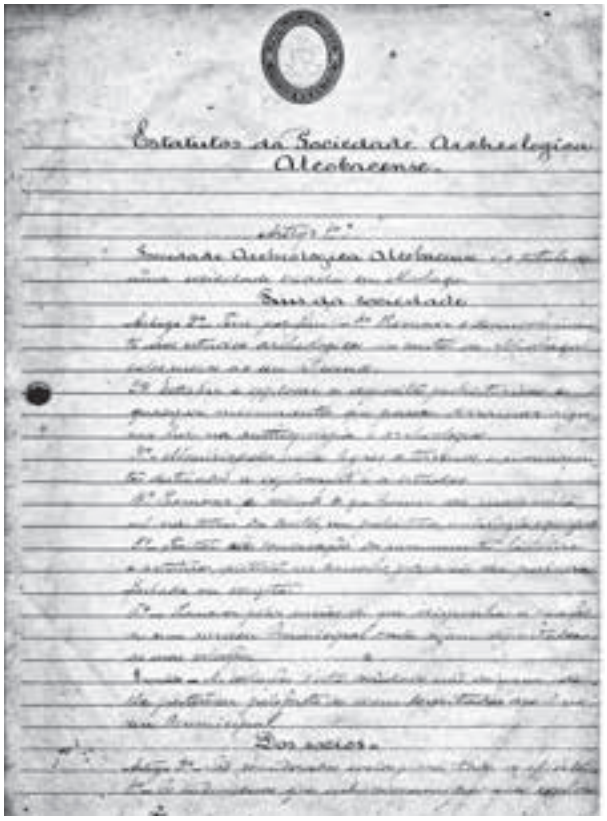


Fig. 4 – Primeira página da minuta conservada dos *Estatutos da Sociedade Archeologica Alcobacense*, datados de 8 de Junho de 1889. Direcção-Geral do Património Cultural, Mosteiro de Alcobaça, Fundo Documental Casa Museu Vieira Natividade, Inventário NAT 0541.

§ unico – As collecções d'esta Sociedade não deixam de lhe pertencer pelo facto de serem depositadas no Museu Municipal.

Dos sócios

***Artigo 3.º** – São considerados socios para todos os efeitos – 1.º – Os individuos que subscreveram para a exploração das habitações prehistoricas do Carvalhal. 2.º – Os que queirão subscrever para este genero de trabalhos. 3.º – Os que pellos seus trabalhos archeologicos a Sociedade julgar seu dever nomear. Estes são os correspondentes.*

Deveres dos socios

***Artigo 4.º** – O socio é obrigado - 1.º – a comparecer nas sessões para que seja convocado. 2.º – deliberar sobre qualquer assumpto que lhe seja proposto n'essas reuniões. 3.º – Prestar o seu concurso ao desenvolvimento da Sociedade. 4.º – Acceitar os cargos para que for eleito pela Assembleia Geral ou pela Direcção. 5.º – Pagar a quota que lhe seja arbitrada no disposto no artigo 18.º, exceptuando o do nº. 3 do artigo 3.º.*

Direitos dos socios

***Artigo 5.º** – A qualquer socio assiste o direito: 1.º – de frequentar as salas do museu, só ou com sua família, e analysar as colecções actualmente pertencentes á sociedade. 2.º – Fazer, mostrar as collecções a qualquer individuo extranho ao Concelho. 3.º – Convocar a assembleia, com annuencia da direcção para apresentar qualquer trabalho ou memoria que tenha relação com os fins da Sociedade.*

Direcção

***Artigo 6.º** – A direcção d'esta sociedade será confiada a quatro membros: Presidente, Secretario, Thesoureiro e Conservador, e as suas deliberações serão tomadas por maioria, e as suas funcções durarão por espaço de um ano.*

***Artigo 7.º** – Compete ao Presidente:*
1.º – Representar a sociedade em todos os seus actos. 2.º – Presidir ás sessões da direcção.
3.º - Assignar os diplomas conferidos aos socios.

***Artigo 8.º** – Compete ao Secretario: Fazer a correspondencia official e assignar os diplomas.*

***Artigo 9.º** – Compete ao Thesoureiro:*
1.º – arrecadar qualquer donativo pecuniario, pagar as contas autorizadas pelo presidente e assignar os diplomas.

***Artigo 10.º** – Compete ao Conservador:*
1.º – Classificar os objectos que formem as collecções do Museu. 2.º – Ter completa a inscripção de cada objecto ou grupo de objectos no livro de registo ou catalogo, com as notas explicativas minuciosa e claramente escriptas e de de [sic] forma que não deixe duvidas, tendo em conta e em primeiro logar as condições do achado ou proveniencia do objecto.
3.º – Conservar escrupulosamente as collecções do Museu. 4.º – Assignar os diplomas.

***Artigo 11.º** – O conservador não poderá recusar-se a mostrar o Museu, nem a dar as explicações pedidas a qualquer individuo n'isso mostre vontade.*

***Artigo 12.º** – O conservador é o único responsavel pelas collecções e objectos expostos no Museu.*

***Artigo 13.º** – O logar de conservador do Museu, ou elle pertença á sociedade, ou seja Municipal, será exercido gratuitamente por um dos membros da sociedade, eleito por ella, e no segundo caso confirmado pela Camara. Em qualquer dos casos vigora o artigo antecedente.*

Assembleia Geral

***Artigo 14.º** – A Assembleia Geral reunirá todas as vezes que fôr convocada pelo seu presidente ou a requerimento de qualquer socio. As suas disposições serão tomadas por maioria.*

***Artigo 15.º** – A mesa da Assembleia Geral será formada por um Presidente e dois Secretarios eleitos annualmente.*
***Artigo 16.º** – Compete á Assembleia Geral approvar o relatorio dos trabalhos annuaes, as contas, proceder a eleições dos corpos gerentes e resolver sobre qualquer assumpto que lhe seja apresentado pela direcção ou por qualquer socio.*

Eleições

***Artigo 17.º** – As eleições para os diversos cargos serão feitas por escrutinio secreto em Assembleia Geral, convocada com antecedência de oito dias.*

Disposições geraes

***Artigo 18.º** – Se as circunstâncias mostrarem a conveniencia de se arbitrar aos socios uma quota qualquer para se praticar a exploração de depositos prehistoricos ou compra de terrenos ou monumentos destinados a exploração ou a estudo, compete á Assembleia geral deliberar sobre tal assumpto.*

***Artigo 19.º** – Qualquer individuo socio ou não socio poderá depositar no Museu qualquer objecto temporariamente, sendo-lhe passado* o respectivo recibo pelo Conservador.

***Artigo 20.º** – Em todos os casos não previstos a estes Estatutos, seguir-se-ha a praxe estabelecida em associações de igual natureza.*

Alcobaça, 8 de Junho de 1889

Assinatura ilegível // António Coelho da Silva // Bartolomeu José Martins // António Leitão ???? // Estevão Rodrigues d'Oliveira // Augusto Pereira d'Araujo Roza // Joaquim de Souza Abreu // Abel Vaz // Gomes Bravo // José Henriques Villa Nova // Manuel Ribeiro ???? // Manuel Francisco Varella // José Ferreira Caiado // Antonio Joaquim Marques ???? // Francisco ???? Ribeiro //

Raphael ???? ???? // Assinatura ilegível //
Manoel José de Souza Oliveira // Manuel
Pereira da Cruz // José Pereira ???? ???? //
José Narcizo da Costa // António Luis ????
Pinto // Bernardino Lopes d'Oliveira //
Francisco Baptista Zagallo // Agostinho ????
Jorge // Joaquim Silvério Raposo //
Olympio da Trindade Jorge //
José Eduardo ???? // Alfredo ???? //
José António d'Almeida

Uma primeira sistematização dos resultados de natureza arqueológica reunidos por Manuel Vieira Natividade antes dos 30 anos de idade foi apresentada no *Roteiro Archeologico dos Coutos de Alcobaça*, opúsculo de 19 páginas publicado logo no ano seguinte ao da constituição da Sociedade (NATIVIDADE, 1890). É interessante verificar que a tipografia onde esta obra foi impressa pertencia a António Coelho da Silva, futuro subscritor dos estatutos da Sociedade.

Por outro lado, a visibilidade internacional que por essa altura conheceu o labor arqueológico do nosso homenageado terá por certo contribuído para o acréscimo de empenho com que a plêiade de burgueses alcobacenses abraçaram esta iniciativa. Com efeito, Joaquim Filipe Nery Delgado, ilustre geólogo e arqueólogo, havia apresentado naquele mesmo ano de 1889, à X Sessão do Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia Pré-Históricas, reunido em Paris, uma síntese das investigações arqueológicas de Manuel Vieira Natividade, que deste modo ganharam grande projecção internacional (DELGADO, 1891), apesar de a comunicação não ter sido acompanhada de ilustrações, realidade que também se verifica na sua publicação ulterior em Portugal (DELGADO, 1900/1901).

Porém, bastaria a divulgação das investigações arqueológicas do ilustre alcobacense ao mais alto nível – as quais já se encontravam concluídas, nos seus traços essenciais, cerca de 1890 – para assegurar o interesse e o empenho por parte dos seus conterrâneos.

Situação comparável verificou-se nos finais do século XIX em outras localidades: é o caso da Figueira da Foz, por via da iniciativa do prestigiado figueirense António dos Santos Rocha, e de Guimarães, em resultado da iniciativa de Francisco Martins Sarmento, membro da elite local, para só citar os dois exemplos mais conhecidos e de maior visibilidade e sucesso.

É de notar, antes de mais, que, apesar de os Estatutos se encontrarem redigidos de forma cuidada, objectiva e concisa, a assinatura de Manuel Vieira Natividade não consta de entre as presentes. No entanto, a existência do documento só se pode explicar como resultado da sua intervenção directa, sugerindo minuta que ainda se não encontrava redigida na sua forma final, cuja aprovação deveria ser feita aquando da realização da primeira Assembleia Geral da Sociedade. Aliás, existem indícios objectivos no sentido de se tratar de texto provisório: o caso mais evidente é a rasura de todo o Art. 11.º, sem que a numeração subsequente do documento tivesse sofrido alteração.

Por outro lado, o documento, embora esteja redigido em três folhas de papel selado, não exibe qualquer sinal ou marca susceptível de confirmar o seu registo notarial, pelo que nunca conheceu, sob a presente forma, valor legal.

Em abono da perspectiva destes Estatutos constituírem apenas um projecto de intenções, mais do que a institucionalização de uma situação amadurecida e já existente, é a menção recorrente à existência de um

Museu, que seria o ponto fulcral da vida da Sociedade e o seu principal património, admitindo-se até que fosse a própria Câmara Municipal de Alcobaça a providenciar a sua instalação, embora a propriedade das colecções fosse mantida pela Sociedade.

Um aspecto que não se encontra contemplado nos Estatutos é o destino a dar aos bens da Sociedade aquando da sua eventual dissolução: tal facto sugere que, no espírito de quem os elaborou, essa situação estaria clara, pois todo o acervo reunido se devia à actividade de Manuel Viera Natividade, a quem foram oferecidos todos os exemplares do acervo que não resultaram das suas próprias colheitas, pelo que efectivamente lhe pertenciam.

Com efeito, o que transparece da leitura dos primeiros artigos dos Estatutos, relativos aos fins da Sociedade, é a formalização de uma realidade que, de facto, já existia na prática, com o reforço da capacidade de intervenção no tocante à aquisição de terrenos, preservação de vestígios e exposição pública dos mesmos, que para tanto não chegavam os recursos económicos do principal animador da Sociedade. Deste modo, com o envolvimento das personalidades mais relevantes da sociedade alcobacense do final do século XIX, seria possível obter os fundos indispensáveis à satisfação daquelas finalidades.

Tal qual o verificado em outros casos já estudados, como o da *Sociedade Archeologica Lusitana*, primeira sociedade arqueológica fundada no nosso País, na cidade de Setúbal, com a finalidade de promover as explorações das ruínas de Tróia (CARDOSO, 2018), verificou-se que o empenho dos conterrâneos de Vieira Natividade não terá sido suficiente para o sustento financeiro da futura Sociedade, não se conhecendo qualquer iniciativa que possa ser-lhe atribuída.

Assim, parece que a falta de disponibilidade financeira para assegurar os gastos efectivos que os próprios objectivos da Sociedade exigiam esteve na origem do seu insucesso.

O escasso número de potenciais associados, conforme transparece das assinaturas apostas ao documento, parece ter contribuído para as dificuldades sentidas desde o primeiro momento, estando por provar o genuíno interesse dos mesmos na existência da Sociedade, desde que a mesma obrigasse a despesas pagas do seu bolso.

Neste aspecto, deve notar-se que, sendo evidentes as necessidades financeiras requeridas para o funcionamento da Sociedade, a existência de quotas apenas se colocou de forma hipotética nos Estatutos, que se limitaram a prever em que condições concretas tal se justificaria (Artigo 18.º).

No tocante à natureza dos subscritores – embora existam dois nomes com assinaturas ilegíveis –, verifica-se que, dos restantes, nenhum corresponde aos amigos mais próximos, dos que ajudaram directamente Vieira Natividade nas prospecções ou escavações arqueológicas então efectuadas, cujos nomes foram por ele próprio registados, em preito de agradecimento (NATIVIDADE, 1901).

Entre todos, Natividade destacou o nome de Raymundo Ferreiro, "*sendo este o mais decidido e enthusiasta companheiro de trabalho, e com certeza um dos mais dedicados directores dos trabalhos de exploração e de reconhecimento*" (NATIVIDADE, 1901, p. 17-18).

Tal ausência dos colaboradores de Vieira Natividade do conjunto dos subscritores do documento em análise – ainda que alguns fossem familiares próximos, como indicam certos apelidos: Dr. José Baptista Zagallo e José Coelho da Silva, entre os colaboradores mais próximos, e Francisco Baptista Zagallo e António Coelho da Silva entre os subscritores dos Estatutos –, mais reforça a ideia de que estas últimas personalidades pouco teriam a ver com as actividades arqueológicas de Vieira Natividade, sendo essencialmente membros da burguesia urbana alcobacense; assim sendo, a razão principal para aderirem a esta iniciativa resultaria mais do prestígio que poderia advir da mesma, do que do interesse genuíno pela investigação arqueológica.

2.2 – A correspondência enviada a José Leite de Vasconcelos

A compreensão da visibilidade e da efectiva importância que a actividade arqueológica de Manuel Vieira Natividade atingiu junto da sociedade alcobacense do seu tempo não pôde ser agora cabalmente aferida, pelas razões acima expostas. No entanto, a correspondência remetida a José Leite de Vasconcelos, abrangendo um assinalável intervalo de tempo, constitui reflexo fiel dessa mesma actividade, dada a diversidade das questões tratadas, fornecendo igualmente interessantes pistas para aferir o desenvolvimento das mesmas e a forma como foram acompanhadas pelos dois correspondentes.

Deste modo, a documentação epistolar agora analisada pela primeira vez revelou-se útil, não só para a caracterização da trajectória científica do nosso homenageado no domínio da Arqueologia no decurso do tempo, mas também para melhor enquadrar os antecedentes imediatos da *Sociedade Archeologica Alcobacense*. Note-se, contudo, que não existe qualquer missiva datada do ano de 1889, a que respeita a redacção dos respectivos Estatutos.

Tem interesse relembrar a forma como decorreu o primeiro encontro entre os dois, descrito por Afonso do Paço (PAÇO, 1962, p. nota 20):

"*Acerca de pedras de raio, seja-nos permitido relatar o primeiro encontro de M. Vieira Natividade com o Dr. J. Leite de Vasconcelos: No seu deambular pelo País, em recolha de antiguidades para o Museu Etnológico, foi um dia José Leite parar a Alcobaça, e perguntou ao velho sacristão e cicerone do Mosteiro – Se sabia de alguém que tivesse pedras de raio. O nosso sacristão puxando pela memória disse: – Só se for ali o Sr. Natividade. – Onde mora esse senhor? – Ali em frente. Ambos atravessaram pressurosos o parque fronteiriço ao Mosteiro, tal era a pressa de Leite de Vasconcelos em recolher novas peças para o seu museu. Chegados à farmácia onde pontificava M. Vieira Natividade, e indicada a pessoa em questão, logo Leite de Vasconcelos inquiriu: – O senhor tem pedras de raio? – Tenho algumas. // E como as arranja? M. Vieira Natividade, um tanto trocista, cofiando a barbinha, disse para o seu interlocutor, também de barbas: – Quando está para trovejar, subo à torre do Mosteiro e reparo onde elas caem. Depois vou lá buscá-las. – Bem, bem, falemos a sério, atalhou o director do Museu de Belém, e os dois homens entenderam-se. M. Vieira Natividade mostrou-lhe a sua colecção, que encantou o visitante. Permaneceram amigos até que mais tarde, Leite de Vasconcelos, manifestou desejo de que todo o rico espólio fosse para o seu museu, chegando mesmo a ameaçar que o viria buscar com a força armada. Então é que trovejou a sério. M. Vieira Natividade – irou-se, e disse tais coisas a Leite, que este caiu desmaiado sobre uma cadeira. Não cortaram relações, mas estas esfriaram muito.*"

O conjunto epistolar é constituído por 34 documentos autógrafos, consultados a partir do arquivo histórico digital acessível através do Serviço de documentação do portal do Museu Nacional de Arqueologia (Fig. 5).

Onze daqueles documentos não se encontram datados; os restantes estão datados pelo próprio, ou com base no carimbo do correio de 1892 (três exemplares); 1894 (outros três); 1895 (um ex.); 1896 (um ex.); 1897 (dois ex.); 1898 (um ex.); 1902 (cinco ex.); 1903 (dois ex.); 1904 (um ex.); 1906 (um ex.); 1908 (um ex.); 1910 (um ex.); 1913 (um ex.); 1914 (um ex.). O ano de 1902 é o que integra o maior número de missivas, facto que resulta de corresponder ao achado e posterior remoção para Lisboa do mosaico romano de Cós.

O principal tema tratado na correspondência de M. Vieira Natividade para J. Leite de Vasconcelos diz respeito à existência de estações arqueológicas na região do concelho de Alcobaça, na perspectiva da sua exploração e recolha de espólios (cartas n.º 1, 2, 6 e 13), tendo em vista, nalguns casos, o estudo e publicação.

Em algumas das suas missivas, evidencia-se a ambição de Manuel Vieira Natividade em organizar colecções de objectos de vários períodos ante-históricos e históricos, principalmente referentes ao Neolítico, Idade



Fig. 5 – Extractos de algumas das missivas autógrafas endereçadas por Manuel Vieira Natividade a José Leite de Vasconcelos. Epistolário de José Leite de Vasconcelos / Museu Nacional de Arqueologia.

do Bronze, Idade do Ferro e Período Romano oriundos do concelho de Alcobaça, na perspectiva da constituição do seu almejado Museu. Avultam as importantes escavações realizadas nas grutas naturais do vale do Carvalhal de Aljubarrota, região que o autor descreve impressivamente do seguinte modo: "*No Carvalhal de Aljubarrota assentou uma riquíssima povoação neolihica; e tão grande que numa facha de terreno de curtíssima extensão foram exploradas vinte grutas, além de outras que estão por explorar, e, com certeza, muitas que estão por descobrir*" (NATIVIDADE, 1901, p. 10).

Na verdade, bastariam os trabalhos ali efectuados e a notável publicação a que deram origem, pela profundidade da análise efectuada e a verdadeira abordagem multidisciplinar adoptada, desde a Botânica à Geologia e à Etnografia, passando pela informação colhida das tradições populares locais, numa perspectiva etnoarqueológica, para situar Manuel Vieira Natividade entre um dos mais esclarecidos e inovadores arqueólogos portugueses dos finais do século XIX e início do século XX.

As diversas referências a objectos arqueológicos, como os de Época Romana que foram por si publicados no único artigo que veio a lume em *O Arqueólogo Português*, logo no seu primeiro número (NATIVIDADE, 1895), constam da carta não datada n.º 15639 e sugerem que outros artigos teria em preparação para publicação nas páginas da mesma revista.

Com efeito, a notícia respeitante à publicação dos objectos obtidos nas grutas do Carvalhal consta da carta n.º 15646, infelizmente não datada:

> "*Recebi a sua carta. Não me parece que o artigo veio completo visto que caberiam alguns desenhos a que nele se referia. // Não sei como agora se há-de dispor para ser completamente comprehendido. // Alem d'isso parte dos desenhos estão na serie de estampas que lhe enviei. Para organizar o relatório das grutas precisava das estampas que foram ultimamente, sem o que nada se pode fazer. Acho que só assim ficará bem. Tenho mais o desenho da conta de quartzo para juntar a esse e vou depois de escripto o relatório enviar-lhe os restos de cerâmica para serem photographados e gravados depois. // O que peço agora é que me envie os desenhos para quanto antes completar o relatório. // Tenho muito que enviar. // O que peço é que não demore os desenhos que enviei – referido, é claro, a arch. preh. (neolit.)*."

Esta missiva foi acompanhada de uma folha de papel lisa onde se encontram desenhados por Vieira Natividade alguns espólios pré-históricos das grutas do Carvalhal que pretendia publicar na referida revista (Fig. 6).

Tem interesse referir que esta estampa é mencionada no bilhete-postal n.º 15648, com carimbo de Lisboa, de 9 de Junho de 1892, nos seguintes termos:

> "*Exceptuando (desenho de uma placa de xisto decorada com triângulos) todas as restantes foram achadas n'uma gruta e conjuntamente alguns objectos de metal (bronze) – A placa que representa coruja ou mocho tem buracos ou impressão coincidindo com os olhos – (desenho esquemático) – 1 orificio // Todas representam aproximadamente 2/3 exceptuando a completa (desenho esquemático) que vai em ½*".

Assim, verifica-se que a iconografia da coruja, muito discutida nos finais do século XX (GIMBUTAS, 1989, p. 54 e seg.; LILLIOS, 2008, p. 124 e seg.), fora já admitida de forma pioneira para a época pelo arqueólogo alcobacense.

No entanto, note-se que a menção à representação da coruja na placa mais conhecida da colecção fora já expressa com anterioridade por Nery DELGADO (1891), pelo que, não existindo formalmente dúvidas sobre a prioridade desta afirmação, permanece contudo a possibilidade de a mesma ter sido primeiramente enunciada pelo arqueólogo alcobacense.

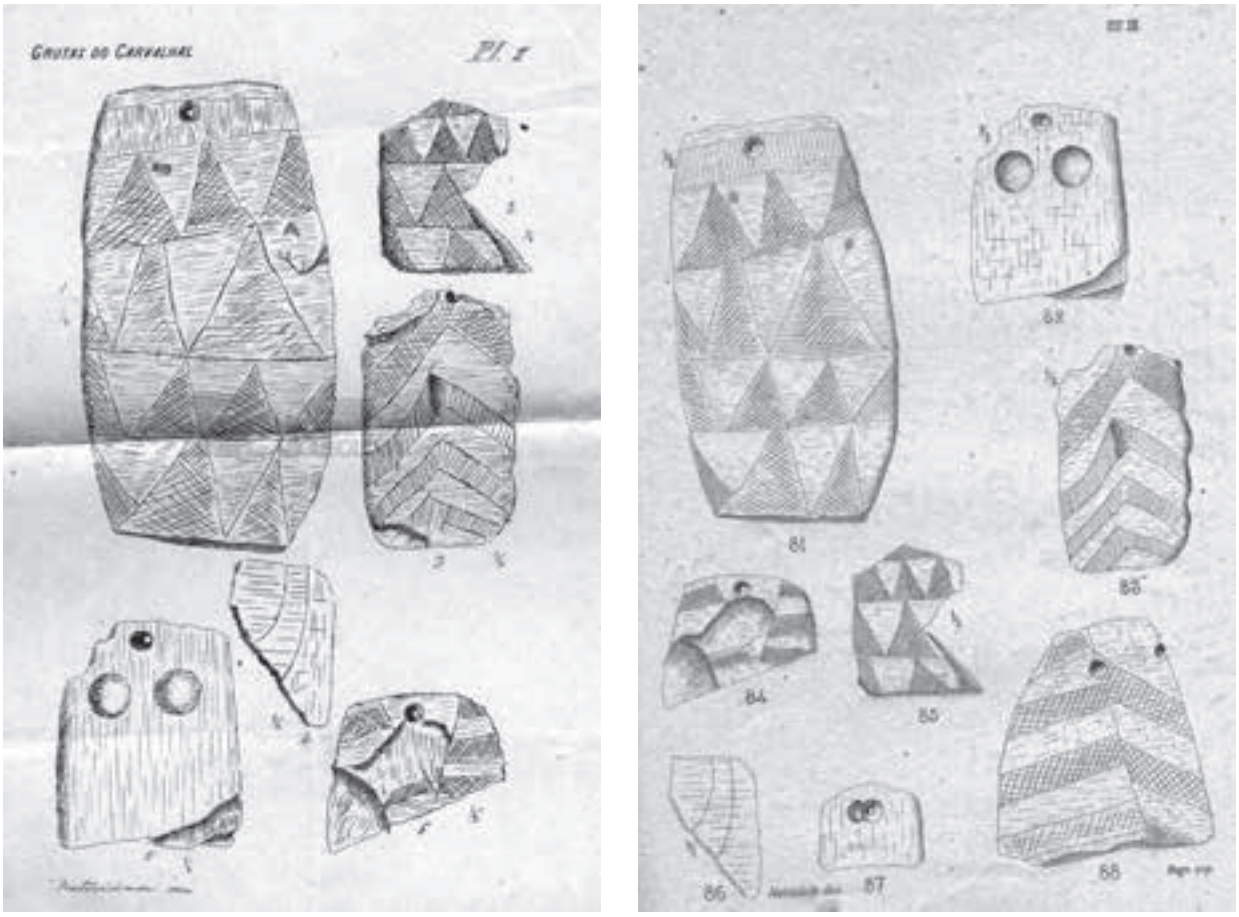


Fig. 6 – Em baixo, à esquerda, desenhos remetidos por Manuel Vieira Natividade a José Leite de Vasconcelos em anexo à carta autógrafa n.º 15646, não datada, destinados a ilustrar artigo que pretendia publicar em *O Arqueólogo Português*. Epistolário de José Leite de Vasconcelos / Museu Nacional de Arqueologia. À direita, gravura reproduzindo algumas das peças anteriores, integrada no artigo publicado na revista *Portvgalia* (NATIVIDADE, 1899-1901).

Em carta não datada n.º 15647, admitia ainda a publicação deste artigo nas páginas de *O Arqueólogo* nos seguintes termos:

"*Brevemente lhe mando o relatório dos meus trabalhos nas grutas p.ª o «Arch». Diga-me se o quer p.ª lá, e nesta hypothese n'elle poderá caber n'um só numero do «Arch»*."

Também na carta manuscrita n.º 15651, datada de 15 de Maio de 1895, declarava, a propósito do estado de andamento do artigo:

"*Escrevi-lhe hontem á pressa, a partir do correio e talvez não fosse tão claro como desejava na m.ª carta. // Dizia eu que brevemente lhe enviaria o relatório sobre os trabalhos de exploração das ref. grutas e pedia-lhe para ver se este podia sahir em um ou dois números do «Arch.» mas estando promptas as gravuras que lhe dizem respeito para que o trabalho saia completo*".

Contudo, tal artigo acabou por não ser publicado em *O Arqueólogo Português*, mas sim na revista *Portvgalia*, com aparato gráfico muito superior, e onde a referida estampa foi publicada, depois de reformatada, incluindo outros objectos.

Esta situação, motivada provavelmente pelo desinteresse de Leite de Vasconcelos em publicar tão extenso artigo nas páginas da revista que dirigia, não terá causado dificuldades no relacionamento entre os dois arqueólogos, como se comprova pela correspondência cordialmente mantida ao longo dos anos.

No entanto, ainda em 1900, na carta não datada n.º 15642, refere-se a outro artigo em vias de ser publicado no volume 5 de *O Arqueólogo Português*, o qual respeitava também a espólios arqueológicos alcobacenses:

> "*Reconsiderando agora no meu trabalho sobre a arch. de Alc. Acho mais correcto para si e para mim não publicar as gravuras que ahi tem senão adicionadas de nota explicativa dos lugares em que foram achados. Para isso talvez fosse conveniente reservar para o numero 5 do Arch. O começo deste trabalho // Abro este com uma nota referindo ás diferentes freguezias do Conc. d'Alcobaça, e portanto ás gravuras e objectos que tem em seu poder. Entretanto vou eu dispondo as coisas para ver se consigo obter a impressão que desejo de alguns exemplares p.ª mim. Brevemente lhe envio a parte que diz respeito a essas gravuras, e bem assim a ordem dos desenhos, e outros para completar a noticia*".

Estranhamente, este artigo, que respeita às antiguidades romanas, e que daria sequência ao por si publicado nas páginas da mesma revista em 1894, não foi assinado por Manuel Vieira Natividade, mas sim por José Leite de Vasconcelos, com a seguinte justificação:

> "*O Sr. Natividade tinha-me prometido enviar-me a descripção circumstanciada de todos estes objectos; mas, como certamente as suas ocupações lhe não tem permitido fazê-lo, e como se torna necessário aproveitar n-O Archeologo as gravuras já feitas, resolvi-me eu a redigir essas curtas notas, o que de antemão communiquei em carta particular ao mesmo Sr.*" (VASCONCELOS, 1900, p. 81).

As gravuras das peças romanas nele reproduzidas foram feitas a partir das fotografias executadas no Museu de Belém dos originais remetidos a Leite de Vasconcelos pelo correio, tendo sido acompanhadas de curtos comentários do director da Revista que lhe foram transmitidos pelo ilustre alcobacense.

Entre as peças então publicadas, destaca-se uma pequena estatueta de bronze da deusa Victoria (Fig. 7), recolhida numa estação situada a poente do vale do Carvalhal, a que Manuel Vieira Natividade deu grande importância, reproduzindo-a em segunda mão, já depois de Leite de Vasconcelos o ter feito, com base em gravura executada a partir de foto (NATIVIDADE, 1901: Est. XXII, n.ºs 228, 229). A mesma foi descrita por Vieira Natividade nos seguintes termos:

> "*O mais precioso objecto achado por este meu benemerito colaborador [José Ferreiro] foi uma estatueta delicadíssima da* Victoria*, a tentadora deusa da mythologia romana*" (NATIVIDADE, 1901, p. 15).



Fig. 7 – Estatueta romana de bronze reproduzindo *Victoria* oferecida a Manuel Vieira Natividade, que a tinha em muita estima. Em cima, segundo NATIVIDADE, 1899-1901, p. Est. 22, n.º 228 e 229; em baixo, segundo VASCONCELOS, 1900, Fig. 5.

Afigura-se pouco aceitável que Leite de Vasconcelos não tenha, pelo menos, associado o nome de Vieira Natividade como co-autor, ou mesmo atribuindo-lhe a autoria única do artigo, dado que todos os elementos publicados se deviam exclusivamente às informações que lhe foram transmitidas pelo arqueólogo de Alcobaça.

Mesmo a razão invocada, de este se ter atrasado no envio dos elementos necessários à sua preparação, parece contrariada pela carta manuscrita n.º 15652, datada de 19 de Março de 1896, quatro anos antes da publicação desta peça por Leite de Vasconcelos, na qual já Vieira Natividade se referia à publicação da estatueta de *Victoria* nos seguintes termos:

> "*Tenho gostado do «Arch», e creio preencher o fim. Pena é que as gravuras não sejam mais numerosas. Tenho esperado a Victoria e não sei porque não tem sahido*".

Assim, a opção tomada por Leite de Vasconcelos, constituindo-se em único autor deste artigo, não parece sequer ter explicação no facto da revista ter como objectivo essencial a publicação imediata de todas as informações importantes; embora tal acção se tenha revelado meritória, salvando informações que de outra forma se perderiam e que no futuro poderiam ser melhor aproveitadas, no presente caso tal preocupação não se aplica, uma vez que o artigo poderia ter sido concluído cerca de quatro anos antes.

Ainda que a avaliação da ética relativa a tal tipo de situações não possa ser aferida pelas práticas da actualidade, no caso presente, a relação desigual estabelecida entre ambos pode explicar esta e outras situações evidenciadas na correspondência, que terão conduzido à crescente desilusão de Natividade no seu correspondente lisboeta, apesar de nunca com ele ter interrompido a correspondência.

Na carta manuscrita n.º 15649, datada de 26 de Novembro de 1902, referindo-se ao copioso conjunto de vasos recolhidos para o Museu pelos colectores-preparadores Carvalhaes e Campos (Almeida Carvalhaes e Manuel Joaquim de Campos) na necrópole romana de Arcos (emendada para Marco, por Leite de Vasconcelos, a lápis azul), toma Vieira Natividade a iniciativa de lhe pedir o espólio de uma dessas sepulturas, no que não foi atendido pelo destinatário do pedido, que apôs a palavra, escrita a azul: "Espera!"

No entanto, no bilhete-postal n.º 15658, com carimbo de Alcobaça de 1 de Novembro do mesmo ano, agradece a oferta, por intermédio de Carvalhaes, de uma lucerna cuja origem não é indicada.

Com a quantidade de informações que Vieira Natividade remetia a Leite de Vasconcelos, consolidou-se o estatuto de informador útil e especializado, disposto e servir os interesses do Director do Museu e a coadjuvá-lo na missão de recolha de antiguidades no aro de Alcobaça, missão que procurava compaginar com o interesse do primeiro em engrandecer o seu próprio Museu. No entanto, as intervenções de campo especializadas de Carvalhaes para a recolha do mosaico da Póvoa de Cós, transportado para Lisboa, foram apoiadas pelo primeiro (ver, por exemplo, carta manuscrita n.º 15663, de 10 de Novembro de 1904). Esta carta tem o interesse de dar indicação da data do final dos trabalhos relacionados com o levantamento do mosaico de Cós e o seu transporte para Lisboa.

Outra das preocupações de Manuel Vieira Natividade era a de tornar a Arqueologia objecto de discussão pública pelos intervenientes mais preparados. Na carta manuscrita n.º 15643, não datada, propõe a iniciativa de organizar reuniões públicas em que participassem os arqueólogos portugueses:

> "*Ocorreu-me uma ideia a propósito da Archeologia Nacional, e que muito pode concorrer para o seu desenvolvimento. Criar-mos em Lisboa reuniões de archeologos, amadores, uma especie de congresso pura e exclusivamente nacional. Que diz? Isto seria um grande estimulo. Pense e se a ideia for aproveitável ponha-a em publico*".

Esta preocupação pela afirmação da Arqueologia na Sociedade do seu tempo é compaginável com o movimento de criação em Alcobaça de uma Sociedade Arqueológica. Com este objectivo prende-se um outro, igual-

mente abordado na correspondência e previsto nos Estatutos da Sociedade: o desejo de organizar um museu regional e uma monografia / catálogo de edição própria sobre as antiguidades do concelho de Alcobaça. Esta intenção não deixa, contudo, de o manter atento à realidade e às limitações de actuação de que dispunha: um dos exemplos mais evidentes corresponde ao posicionamento que teve aquando do levantamento do mosaico de Cós e da sua vinda para Lisboa. Para executar tal tarefa, enviou Leite de Vasconcelos a Alcobaça Almeida Carvalhaes, já acima referido, que efectuou o trabalho em 1902, tendo produzido relatório utilizado muitos anos depois, aquando do estudo detalhado do mosaico (MOITA, 1951: 147, nota 10).

Os desenvolvimentos desta situação são relatados em quatro missivas:

– O bilhete-postal n.º 15659, com carimbo de Alcobaça de 30 de Junho de 1902, refere: "*O mosaico perde-se se pouco tempo se não o manda desenhar*";
– No bilhete-postal n.º 15657, com carimbo de Alcobaça de 1 de Julho de 1902, declara: "*Acho inútil e até perigoso cobrir o mosaico. Os cubos teem-se desagregado extraordinariamente e so pequenos bocados se podem salvar urgente é mandal'o desenhar*";
– Finalmente, na carta n.º 15649, de 26 de Novembro de 1902 declara: "*Está levantado o mosaico pelo que o felicito deveras*", constituindo o epílogo da iniciativa de Leite de Vasconcelos, na qual não se vislumbra, pelo contrário, qualquer acrimónia por parte de Manuel Vieira Natividade, o que se fica certamente a dever à sua índole sociável;
– Na carta n.º 15663, datada de 10 de Setembro de 1904, declara:

"*Meu amigo // Acuso a recepção de um vale do correio na importância de 3750 para completa liquidação da custa do Carvalhaes. // Soube – por acaso – que tinham já transportado o resto dos mosaicos, e soube-o pelo reformado (?) que aqui me procurou um dia. // Creio ter descoberto o local em que appareceu o bello tumulo romano que está no Carmo e das Lapides que foram achadas perto deste, uma das quaes está no mesmo museu. Vou breve fazer um reconhecimento in loco a ver o que dá. // Obtive há pouco um machado de cobre, sobre todos os pontos de vista interessante. Envio deste o contorno ao lado. Se tiver no museu alguma coisa no genero era favor dizer-m'o*".

Pode concluir-se que, apesar de Leite de Vasconcelos continuar a fazer transportar para Lisboa fragmentos do mosaico alcobacense, sem sequer informar o principal interessado em tais descobertas, ainda assim, este não se mostrava desagradado, antes procurando manter a boa convivência científica com quem objectivamente o menorizava.

Importa ter presente a história do mosaico de Cós, ou da Póvoa de Cós, e a sua efectiva importância, aspecto que, contudo, já não se enquadra no presente estudo.

O primeiro a dele dar público conhecimento foi José Leite de Vasconcelos, com base em informação de Manuel Vieira Natividade (recebida do Prior do Valado, Poças Júnior, segundo MOITA, 1951, p. 143), que lha comunicou por telegrama de 24 de Abril de 1902, do seguinte teor: "*Venha já. Mosaico romano risco perder-se. Urgente*" (VASCONCELOS, 1903: 146). Este telegrama motivou a deslocação ao local, no dia 29 do mesmo mês, do Director do Museu de Belém, e, tendo logo reconhecido o seu interesse arqueológico, considerou que deveriam ser tomadas as seguintes medidas:

1) classificação do mosaico como Monumento Nacional;
2) expropriação do terreno respectivo por utilidade pública;
3) construção de um edifício susceptível de proteger o mosaico, indo ao ponto de propor que a chave do mesmo fosse entregue às autoridades paroquiais da localidade. Tudo isto sem sequer conhecer a tota-

lidade da peça musiva, pois a mesma estava ainda em boa parte coberta pela terra, embora na ocasião possa ter sido feito um esboço da parte a descoberto, só publicado em 1951 (MOITA, 1951, Fig. 1) (Fig. 8). Este esboço deve, contudo, pelos pormenores que apresenta, ter sido realizado por Almeida Carvalhaes aquando do restauro da peça, ou no decurso da sua instalação no Museu de Belém.

Claro que nenhuma das medidas propostas por Leite de Vasconcelos teve seguimento, pelo que, dada a im- possibilidade de conservar *in loco* o mosaico, ou da sua conservação em Alcobaça, o que obrigava a mobilização, por parte de Manuel Vieira Natividade, de meios técnicos e logísticos de que não dispunha, por iniciativa de Leite de Vasconcelos, com a manifesta concordância daquele, como acima se verificou, o mosaico foi transportado para o Museu de Belém, tendo a sua extracção sido da responsabilidade dos dois funcionários do Museu já referidos.

Missiva de 1904 de Vieira Natividade confirma que ainda nesse ano existiam fragmentos do mosaico em Alcobaça, aguardando o seu transporte para Lisboa. Tem também interesse verificar que a primeira notícia acerca do mosaico, publicada em 1903, teve continuidade apenas em 1913, quando o mesmo autor reproduziu o seu motivo central, desenhado por Guilherme Gameiro, desenhador do Museu (Fig. 9) (VASCONCELOS, 1913, p. 177). O mosaico encontrava-se então já a salvo no Museu de Belém, depois de frustradas as tentativas anteriores, incluindo a compra do mesmo por parte de Vieira Natividade, dada a soma exorbitante que lhe foi pedida pelo proprietário (MOITA, 1951, p. 144). A referida autora transcreve carta de Vieira Natividade, datada de 2 de Junho de 1902, que não figura hoje entre o espólio digitalizado, alertando para o estado de crescente degradação do mosaico (MOITA, 1951), questão que muito o preocupava, pois volta a insistir a 30 de Junho e a 1 de Julho do mesmo ano, em missivas que foram parcialmente acima transcritas.

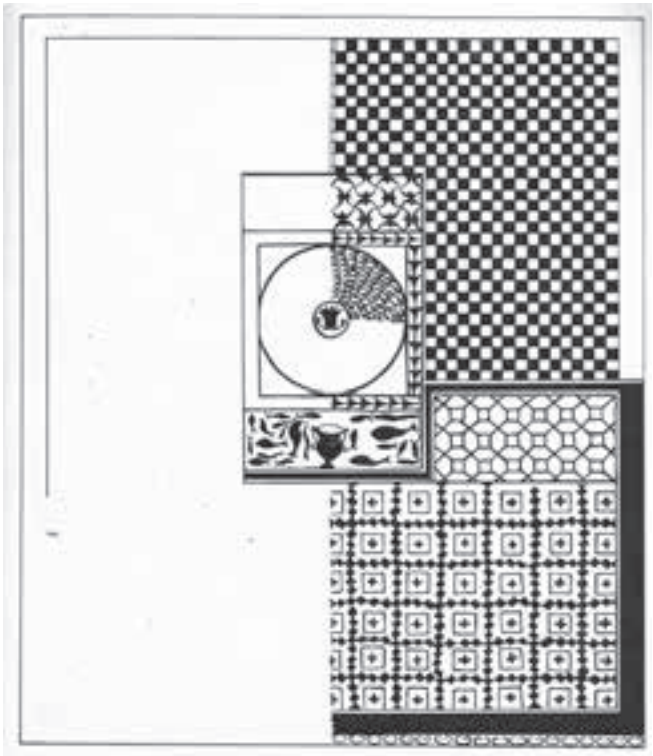


Fig. 8 – Mosaico de Cós, ensaio de reconstituição (segundo MOITA, 1951, Fig. 1).



Fig. 9 – Mosaico de Cós, pormenor do motivo central (segundo VASCONCELOS, 1913, Fig. 72).

3 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a participação na identificação, remoção e protecção do mosaico de Cós, encerrou Manuel Vieira Natividade, em 1902, a actuação no campo da Arqueologia alcobacense, depois de ter elevado o conhecimento da mesma a um alto patamar, com a publicação da sua notável obra dedicada às grutas de Alcobaça, publicada na revista *Portvgalia* (NATIVIDADE, 1899-1901), de que fez separata dedicada a seus filhos (NATIVIDADE, 1901), ilustrada com capa de sua autoria (Fig. 10), depois de a publicação deste mesmo trabalho não ter tido seguimento em *O Arqueólogo Português*.



Fig. 10 – Capa da separata dedicada às grutas de Alcobaça, executada em 1901 a partir do artigo publicado na revista *Portvgalia*, ilustrada por aguarela da autoria de Manuel Vieira Natividade. Arquivo de João Luís Cardoso.

No balanço das actividades desenvolvidas, evidencia-se o empenho do arqueólogo alcobacense em tornar visíveis e úteis à comunidade os resultados das suas investigações no campo da Arqueologia. Assim se compreende a iniciativa gorada da constituição de uma Sociedade Arqueológica em Alcobaça, estreitamente associada à criação de um Museu a ela pertencente mas de natureza municipal, o qual não teve igualmente sucesso até aos dias de hoje. Apesar disso, os Alcobacenses reconheceram o mérito de Manuel Vieira Natividade na defesa dos interesses da sua terra, que ultrapassava, em muito, a vertente arqueológica, tendo erigido à sua Memória belo monumento, na parte mais nobre de Alcobaça (Fig. 11), em cujo pedestal se pode ler:

"*À bela e honrada memoria de Manuel Vieira Natividade pelo que ele serviu e amou Alcobaça consagra este monumento a sua terra*".

Mais palavras seriam inúteis... A sua memória permaneceu de facto viva até aos dias de hoje; Afonso do Paço, que mais tarde trabalhou na casa que fora de Manuel Vieira Natividade, onde o próprio instalara o seu Museu, não deixou de o designar como "Museu Manuel Vieira Natividade". Este ilustre arqueólogo, sob o título *Grutas de Alcobaça. Aditamento*, no que constituía já uma homenagem ao seu antecessor, publicou interessantes novidades sobre alguns dos espólios pré-históricos recuperados por Manuel Vieira Natividade, destacando-se a notícia sobre espólios campaniformes, a apresentação das análises às ligas metálicas das peças pré-históricas da colecção, e a apresentação dos resultados sobre as espécies botânicas nela presentes (PAÇO, 1967). O Estado só tardiamente, através da Secretaria de Estado da Cultura, promoveu a publicação de estudo muito preliminar dos espólios pré-históricos pertencentes ao acervo Natividade, o qual pouco acrescenta ao que já era conhecido (GONÇALVES, 1978). Tal estudo, até à data, não teve o necessário seguimento, apesar de algumas das peças mais relevantes, destacando-se a célebre alabarda da gruta das Redondas, serem recorrentemente estudadas e reproduzidas em trabalhos de diversa natureza.

A preocupação de Vieira Natividade em promover a divulgação da Arqueologia pela Sociedade do seu tempo, além do projecto de criação da Sociedade Arqueológica Alcobacense evidencia-se na proposta por ele apresentada a Leite de Vasconcelos para que se organizassem em Lisboa reuniões exclusivamente a ela dedicadas (carta n.º 15643, acima parcialmente transcrita). A mesma preocupação esteve também presente no seu espírito quando sugeriu ao director do Museu de Belém a constituição de uma secção em *O Arqueólogo Português* destinada à publicação de notícias sobre o manancial arqueológico alcobacense, alvitre que, tal como o anterior, não teve qualquer acolhimento por parte do seu destinatário, como seria de esperar: "*Como Alcobaça é excepcional pregunto se poderia crear-se no jornal secção especial p.ª ella. Espero resposta para mandar texto. Diga se gosta dos desenhos. São fieis, pode ter confiança nelles. Espero resposta*" (bilhete-postal n.º 24588, com data do correio de Alcobaça de 14 de Dezembro de 1894).



Fig. 11 – Efígie de Manuel Vieira Natividade de bronze, colocada na parte superior do monumento erigido em homenagem da sua Memória no centro de Alcobaça. Fotografia de João Luís Cardoso.

Na verdade, o interesse de Natividade dar público conhecimento das suas investigações através de artigos por si publicados na revista *O Arqueólogo Português*, dirigida por Leite de Vasconcelos, conheceu dificuldades, a ponto de ter sido obrigado a encontrar alternativa, sem dúvida mais favorável, pelo menos do ponto de vista gráfico, na revista *Portvgalia* para a publicação da sua obra magistral.

A situação de desigualdade estabelecida entre ambos foi ao ponto de Leite de Vasconcelos ter assumido a autoria exclusiva de artigo no qual se limitou a compilar as fotografias fornecidas por Vieira Natividade, que mandou gravar, a par do texto explicativo que lhe foi também por aquele fornecido, com a justificação de ter esperado sem resultado pelo contributo deste último, quando é certo que tinha já esses elementos há já cerca de quatro anos em sua posse, com se conclui pela confrontação da correspondência.

Sendo assim, pergunta-se qual seria o interesse de Vieira Natividade em manter uma tal situação, por ele sempre assumida em tom amistoso até à última missiva enviada para Lisboa, em 1914.

A contrapartida que Leite de Vasconcelos ofereceria e que teria justificado a manutenção da relação entre ambos, consistia em Vieira Natividade ver assegurada a disponibilidade do seu interlocutor em o esclarecer sempre que necessário.

Com efeito, são frequentes ao longo da correspondência os pedidos de ajuda para o estudo da toponímia da região (carta n.º 15642) e para a leitura de inscrições de Época Romana e Medieval, tendo presente a particular competência do Director do então designado Museu Etnológico Português (cartas n.º 15658, de 1 de Novembro de 1902; bilhetes-postais n.ºs 15660, com carimbo de Alcobaça de 2 de Julho de 1902, e 16661, com carimbo de Alcobaça de 20 de Janeiro de 1903, entre outras missivas), em que aborda aspectos de natureza histórico-etnográfica.

AGRADECIMENTOS

Ao Dr. Filipe Martins, que interveio na obtenção de reprodução do original dos Estatutos da Sociedade Arqueológica Alcobacense, tendo para tal obtido a autorização da Doutora Ana Pagará, directora do Mosteiro de Alcobaça (DGPC), a quem também se agradece; à Dr.ª Isabel Costeira, Técnica Superior da DGPC em funções naquele serviço, pela ajuda providenciada para o efeito, e à Prof.ª Doutora Raquel Vilaça, Catedrática da Universidade de Coimbra, que revelou ao signatário a existência daquele documento, primeiramente acedido por um seu antigo aluno.

Ao Dr. António Carvalho, Director do Museu Nacional de Arqueologia, que autorizou ao signatário o acesso ao conjunto de missivas de Manuel Vieira Natividade conservadas no arquivo epistolográfico de José Leite de Vasconcelos, e à Dr.ª Lívia Cristina Coito, pelos esclarecimentos prestados no âmbito da consulta daquele acervo.

REFERÊNCIAS

CARDOSO, J. L. (2018) – Aspectos das Explorações em Tróia da Sociedade Arqueológica Lusitana com Base em Documentação Inédita. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 24, p. 483-502.

DELGADO, J. F. Nery (1891) – Notice sur les grottes de Carvalhal d'Aljubarrota (Portugal)". In *Congrès International d'Anthropologie et d'Archéologie Préhistoriques*. 10ème Session (Paris, 1899). Paris, p. 565-568.

DELGADO, J. F. Nery (1900-1901) – Notice sur les grottes de Carvalhal d'Aljubarrota (Portugal). *Comunicações da Direcção dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 4, p. 165-168.

GIMBUTAS, M. (1989) – *The language of the Goddess*. London: Thames & Hudson.

GONÇALVES, V. S. (1978) – *A Neolitização e o Megalitismo da Região de Alcobaça*. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura.

LILLIOS, K. T. (2008) – *Heraldry for the dead*. Austin: University of Texas Press.

MARTINHO, A. M. (2015) – *Manuel Vieira Natividade (1860-1918). Do mosteiro aos coutos de Alcobaça. Um périplo pela salvaguarda do Património Cultural*. Lisboa: Sinapsis editores.

MOITA, I. N. (1951) – O Mosaico Luso-Romano da Póvoa de Cós. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série II. 1: 143-149.

NATIVIDADE, M. Vieira (1890) – *Roteiro Archeologico dos Coutos de Alcobaça*. Alcobaça: Typographia A. Coelho da Silva.

NATIVIDADE, M. Vieira (1895) – Alcobaça Archeologica. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 1, p. 104-107.

NATIVIDADE, M. Vieira (1899-1901) – Grutas de Alcobaça. *Portvgalia*. Porto. 1: 433-474.

NATIVIDADE, M. Vieira (1901) – Grutas de Alcobaça. Porto: Imprensa Moderna (*Portvgalia*, extracto do tomo I, fascículo 3).

NATIVIDADE, M. Vieira (1960) – *Mosteiro e coutos de Alcobaça. Alguns capítulos extraídos dos manuscritos inéditos do autor e publicados no centenário do seu nascimento*. Alcobaça: Tipografia Alcobacense.

PAÇO, A. do (1962) – "M. Vieira Natividade e as Raízes de Alcobaça". *Arqueologia e História*. Lisboa. Série VIII. 9: 75-100.

PAÇO, A. do (1967) – Grutas de Alcobaça. Aditamento. *Zephyrvs*. Salamanca. 17, p. 89-99.

VASCONCELOS, J. Leite de (1900) – Alcobaça Archeologica. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 5, p. 79-81.

VASCONCELOS, J. Leite de (1903) – Mosaico Romano de Alcobaça. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 7, p. 146-149.

VASCONCELOS, J. Leite de (1913) – *Religiões da Lusitania*. Lisboa: Imprensa Nacional. Vol. 3.

XX

JOAQUIM FONTES, PRIMÓRDIOS DE UM ARQUEÓLOGO [1]

Nota prévia: em estudo anterior dos "Estudos Arqueológicos de Oeiras" publicou-se a correspondência recebida por Joaquim Fontes de eminentes arqueólogos portugueses e do país vizinho, que bem evidenciam o fulgor da actividade de Joaquim Fontes neste domínio (CARDOSO & MELO, 2005), nos dois países peninsulares, sendo o primeiro português a participar em escavações arqueológicas em Espanha, designadamente nas então dirigidas pelo Conde de la Vega del Sella em grutas das Astúrias (CARDOSO, 2006).

Embora após a conclusão do curso de Medicina, a actividade de Joaquim Fontes tenha minguado no domínio da Arqueologia, por não ter tido possibilidade de abraçar uma carreira neste domínio científico, nem por isso Joaquim Fontes deixou de, empenhadamente, apoiar as iniciativas de outros, designadamente como Presidente da Associação dos Arqueólogos Portugueses, cargo que assumiu entre 1944 e 1960, ano do seu falecimento, sendo expressivas as homenagens que lhe foram depois dedicadas. O presente contributo aborda os primórdios da actividade arqueológica de Joaquim Fontes, quando o jovem finalista do Liceu Camões descobriu por acaso a estação paleolítica do Casal do Monte, iniciando deste modo uma notável relação pessoal e científica com o maior vulto da sua época neste e noutros domínios científicos, José Leite de Vasconcelos.

O contributo que Joaquim Fontes prestou à arqueologia oeirense foi também pioneiro, por via da publicação em 1955 das prospecções que realizou no povoado pré-histórico de Leceia (FONTES, 1955), pelo que se considerou justificada esta breve evocação do arqueólogo, no ano em que se perfaz meio século sobre o seu desaparecimento.

Joaquim Fontes nasceu em Lisboa a 23 de Novembro de1892 e faleceu na mesma cidade a 10 de Setembro de 1960.

Foi Professor Catedrático da Faculdade de Medicina de Lisboa, depois de nela ter ingressado como Segundo Assistente, em 1919. No decurso da sua longa carreira



Fig. 1 – Joaquim Fontes no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas (Sintra), cuja organização promoveu (foto cedida pelo Dr. J. Cardim Ribeiro, responsável pelo referido Museu).

[1] CARDOSO, J. L. (2010/2011) – Joaquim Fontes primórdios de um arqueólogo. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 18, p. 623-630.

médica desenvolveu diversas actividades e colaborações, sendo autor de trabalhos no campo da fisiologia e da obstetrícia, área em que se especializou, publicados em revistas nacionais e internacionais.

Pode dizer-se que a sua grande paixão de juventude pela Arqueologia permaneceu ao longo de toda a sua vida; enquanto Presidente da Câmara Municipal de Sintra, na década de 1950, promoveu o estudo e salvaguarda de monumentos e estações arqueológicas do concelho, do que resultou a realização, em 1957, das Jornadas Arqueológicas de Sintra (Fig. 1), cujas actas foram editadas pelos Serviços Geológicos de Portugal, no âmbito das comemorações do seu primeiro centenário, em 1857. Os motivos para esta, aparentemente, inesperada ligação, sem precedentes, têm de ser procurados na segunda década do século: era o jovem Fontes frequentador assíduo do Museu dos Serviços Geológicos de Portugal, então em franco declínio. Paul Choffat (1849-1919) (Fig. 2), o grande geólogo suíço contratado décadas atrás pelo Governo português para o estudo dos nossos terrenos mesozóicos, já velho e doente, encontrava-se sozinho, apenas acompanhado de um antigo colector de Carlos Ribeiro; lastimando-se da situação criada por má avisada legislação, via naquele jovem cheio de vontade uma possibilidade de garantir a continuação dos trabalhos arqueológicos, que tanto brilho deram à casa, em boa hora encetados por Carlos Ribeiro (1813-1882), Pereira da Costa (1809-1889), Nery Delgado (1835-1908) e poucos mais.

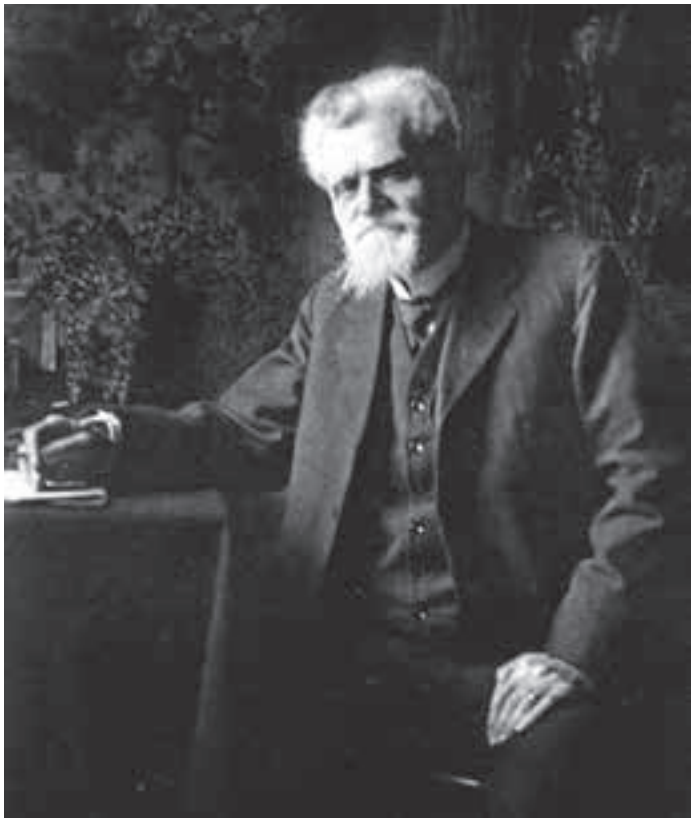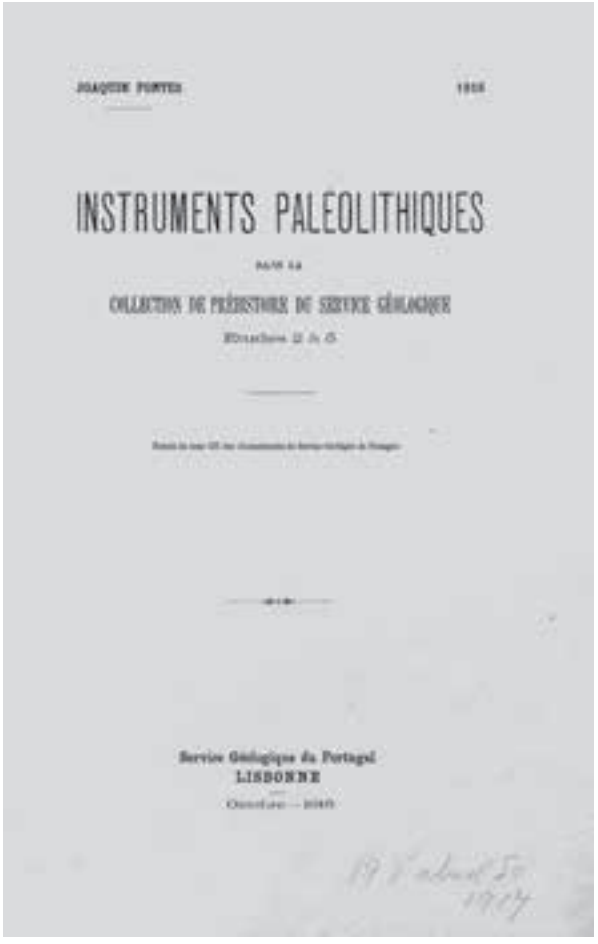


Fig. 2 – Paul Choffat (1849-1919). In CHOFFAT, 1923.

Como disse um grande director daquela centenária Instituição, o Eng. D. António de Castelo Branco, "Entre Joaquim Fontes e Paul Choffat bem cedo se estreitaram laços de amizade; ao primeiro era grato encontrar, entre os mais velhos, quem nele acreditasse e estivesse disposto a ampará-lo; o segundo, perto já do fim da vida, contemplava, com benevolência e simpatia, os progressos do jovem estudante (...). Pouco antes de falecer, ditando as suas últimas disposições, Choffat ofereceu a Joaquim Fontes os seus livros de arqueologia" (CASTELO BRANCO, 1961, p. 180). Assim, ao então aluno de Medicina, a um passo de se licenciar (o que viria a verificar-se em 1917), foi dada a oportunidade de publicar alguns materiais paleolíticos inéditos que faziam parte do acervo daquele Museu, na prestigiada revista científica da Instituição (FONTES, 1915/1916, 1918) (Fig. 3). Foi sem dúvida essa ligação afectiva que também explica a doação aos Serviços Geológicos, muitos anos volvidos, da correspondência mantida com ilustres arqueólogos portugueses e espanhóis e que ali veio a ser identificada, e depois estudada e publicada (CARDOSO & MELO, 2005), configurando um caso único da investigação em Portugal: o estabelecimento de relações científicas efectivas, ainda que efémeras, entre os mais conceituados pré-historiadores que desenvolviam investigações no país vizinho e um jovem estudante português, à margem dos apoios dos organismos

oficiais, a que naturalmente Fontes não poderia ter acesso. Assim, teve a rara oportunidade de participar nas escavações das cavernas asturianas efectuadas pelo Conde de la Vega del Sella (CARDOSO, 2006).

De novo se pode levantar a questão: Porquê esta aceitação internacional, de um (ainda) estudante de medicina? A resposta remete directamente para o cerne deste contributo: Joaquim Fontes era, à época, por via da descoberta da estação paleolítica do Casal do Monte, o português mais indicado para interlocutor dos investigadores que pretendessem obter informações em primeira mão sobre o período mais recuado da história humana no território português, ainda quase desconhecido, ao contrário do verificado além-fronteiras, onde as investigações tinham há muito evidenciado a importância da presença humana paleolítica. Essa realidade tornou Fontes precocemente conhecido no estrangeiro, onde com êxito divulgou as suas investigações no domínio do Paleolítico dos arredores de Lisboa, mercê de diversas comunicações apresentadas a sucessivos congressos internacionais: às sétima e oitava sessão do Congresso Pré-Histórico de França, reunido em Nîmes (FONTES, 1911) e em Angoulême (FONTES, 1913a), apresentou as comunicações: "Contribution à l'étude de la période paléolithique en Portugal" e "Note sur le moustérien en Portugal"; naquele mesmo ano de 1913, apresentou à 14ª. Sessão do Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia Pré-Históricas,


JOAQUIM FONTES 1913

INSTRUMENTS PALÉOLITHIQUES

DANS LA

COLLECTION DE PRÉHISTOIRE DU SERVICE GÉOLOGIQUE

Service Géologique du Portugal
LISBONNE

Fig. 3 – Capa da separata do segundo artigo publicado por Joaquim Fontes nas Comunicações da Comissão do Serviço Geológico de Portugal dedicado às colecções de materiais paleolíticos ali existentes. Arquivo de João Luís Cardoso.


TROIS COUPS-DE-POING

ACHEULÉENS DU PORTUGAL

PAR

Joaquim FONTES (de Lisbonne).

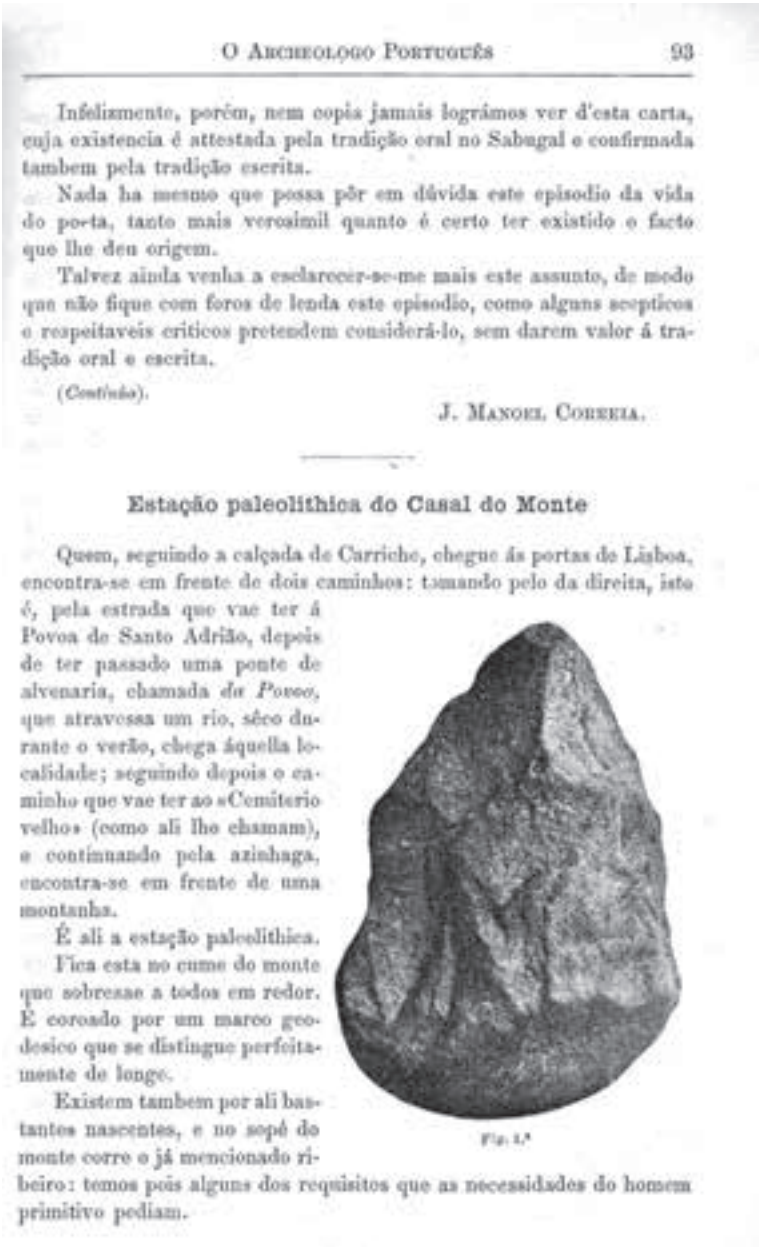
Extrait du Bulletin de la Société Préhistorique Française,
Séance du 25 Juillet 1913.

LE MANS
IMPRIMERIE MONNOYER
1913

Fig. 4 – Capa da separata de um dos artigos publicados no estrangeiro por Joaquim Fontes sobre as indústrias paleolíticas do Casal do Monte. Arquivo de João Luís Cardoso.

reunido em Genebra, o estudo, igualmente baseado em exemplares recolhidos em Casal do Monte, "Sur quelques types inédits de coups de poing du Portugal" (FONTES, 1913b). No ano anterior tinha publicado no *Bulletin Société Préhistorique Française* o estudo "Trois coups-de-poing acheuléens du Portugal" (FONTES, 1912) (Fig. 4), tratando também de exemplares recolhidos no Casal do Monte. Tanto bastou para que, antes de completar os 20 anos, o seu nome fosse tomado como referência internacional na matéria, no respeitante a Portugal, devendo-se-lhe o facto de ter sido o introdutor em Portugal do termo Mustierense, a que atribuiu parte das indústrias líticas do Casal do Monte e de outras estações da mesma época então identificadas nos arredores de Lisboa.

Tudo começou com um passeio ocasional a um local do concelho de Loures chamado Casal do Monte, perto da Póvoa de Santo Adrião, no dia 17 de Outubro de 1909, onde o então estudante finalista do Liceu de Camões, acompanhado de seu irmão, Victor Fontes e de um colega, de apelido Santa Rita (todos eles depois catedráticos da Universidade de Lisboa), viu que abundavam os sílices, dispersos à superfície do terreno basáltico: "Observei com attenção todos os bocados que encontrei, mostrando-os depois tanto ao Sr. Dr. Leite de Vasconcellos como ao Sr. Dr. Alves Pereira. Ambos estes senhores foram da minha opinião, isto é, que os sílices mostravam trabalho humano. Foi assim que descobri a estação" (FONTES, 1910a, p. 94) (Fig. 5). Incitado por J. Leite de Vasconcelos, a descoberta não tardou a ser publicada nas páginas d'*O Arqueólogo Português*, graças ao declarado interesse que o então Director do Museu Etnológico Português lhe atribuiu, e com razão, mantendo-se até hoje como a estação-tipo das ocorrências paleolíticas do Complexo Vulcânico de Lisboa. Versão idêntica do mesmo trabalho foi, ao mesmo tempo, publicada em edição de autor, com nota prévia de António Aurélio da Costa Ferreira, Professor de Ciências Naturais de Joaquim Fontes no Liceu



O Archeologo Português 93

Infelizmente, porém, nem copia jamais lográmos ver d'esta carta, cuja existencia é attestada pela tradição oral no Sabugal e confirmada tambem pela tradição escrita.

Nada ha mesmo que possa pôr em dúvida este episodio da vida do poeta, tanto mais verosimil quanto é certo ter existido o facto que lhe deu origem.

Talvez ainda venha a esclarecer-se-me mais este assunto, de modo que não fique com foros de lenda este episodio, como alguns sceptícos e respeitaveis criticos pretendem considerá-lo, sem darem valor á tradição oral e escrita.

(*Continúa*).

J. Manoel Correia.

Estação paleolithica do Casal do Monte

Quem, seguindo a calçada de Carriche, chegue ás portas de Lisboa, encontra-se em frente de dois caminhos: tomando pelo da direita, isto é, pela estrada que vae ter á Povoa de Santo Adrião, depois de ter passado uma ponte de alvenaria, chamada *do Poço*, que atravessa um rio, sêco durante o verão, chega áquella localidade; seguindo depois o caminho que vae ter ao «Cemiterio velho» (como ali lhe chamam), e continuando pela azinhaga, encontra-se em frente de uma montanha.

É ali a estação paleolithica.

Fica esta no cume do monte que sobresae a todos em redor. É coroado por um marco geodesico que se distingue perfeitamente de longe.

Existem tambem por ali bastantes nascentes, e no sopé do monte corre o já mencionado ribeiro: temos pois alguns dos requisitos que as necessidades do homem primitivo pediam.

Fig. 1.ª

Fig. 5 – Página do primeiro artigo de Joaquim Fontes sobre a estação paleolítica de Casal do Monte, publicado em *O Arqueólogo Português*, 15 (1910), reproduzindo biface de quartzito ali recolhido.

de Camões, resultante do relatório por este último apresentado à Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais (FONTES, 1910b). Enfim, data ainda do ano de 1910 a publicação na revista "Materiais", dirigida por Francisco Tavares de Proença Júnior, de estudo mais desenvolvido, onde, como acima se referiu, pela primeira vez é mencionada em Portugal a "Época musteriana", considerada a "mais largamente representada no Casal do Monte", a par de outras designações de há muito estabelecidas na nomenclatura arqueológica internacional (FONTES, 1910c).

A importância desde logo atribuída à estação está bem patente nas palavras a seguir transcritas de J. Leite de Vasconcelos, proferidas na Assembleia Geral da Associação dos Arqueólogos Portugueses realizada a 17 de Maio de 1910 (SEQUEIRA, 1911, p. 155):

> "Seguidamente o sr. Leite de Vasconcellos, refere-se ao descobrimento feito pelo sr. Joaquim Fontes, que classifica de importantíssimo. Entre nós conhecia-se muito pouco dessa época, limitando-se quasi os descobrimentos de estações paleolithicas, à estação de Cesarêdo (sic). O Museu Ethnologico possue uma série de objectos offerecidos por aquelle estudante e achados no Casal do Monte."

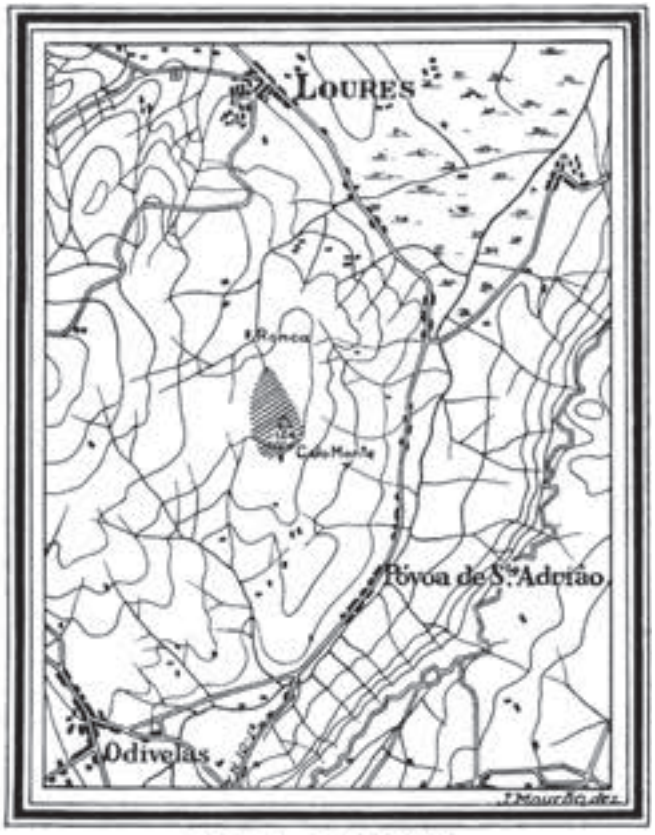


Fig. 1 — La station de Casal do Monte au N.O. de Póvoa de Santo Adrião

Fig. 6 – Delimitação cartográfica da estação paleolítica de Casal do Monte, segundo a distribuição no terreno dos materiais recolhidos (seg. BREUIL & ZBYSZEWSKI,, 1942, Fig. 1).

Com efeito, seguindo o hábito vigente, desde logo foram distribuídos materiais pelos principais museus portugueses, com destaque para o espólio doado, anos depois, ao Museu dos Serviços Geológicos, onde viria muitos anos depois a ser exaustivamente estudado (BREUIL & ZBYSZEWSKI, 1942) (Fig. 6).

Outros conjuntos, de menor monta, foram enviados, além do Museu Etnológico, para os Museus da Casa Pia de Lisboa, de Ciências Naturais de Madrid, e Arqueológico de Tetuão, certamente em relação com uma viagem que efectuou a Marrocos recentemente estudada em pormenor (GONZALBES CRAVIOTO, 2008).

É nesse âmbito que se compreende o conjunto enviado à Academia das Ciências de Lisboa, cujo Museu era então dirigido por Leite de Vasconcelos, com quem Fontes estabeleceu estreita relação, que manteve até ao falecimento do Mestre, ocorrido em 1941, como se comprova pelo tom afectuoso e de íntima amizade que transparece da correspondência trocada entre ambos. E compreende-se que assim fosse, pois foi na verdade Leite de Vasconcelos quem esteve na origem da afirmação da vocação arqueológica do jovem Fontes, que viria a ser médico, embora sem ter chegado a trocar, como aquele, o exercício da profissão pelos encantos da Arqueologia.

Em um postal do Arquivo do LNEG, remetido por Leite a Fontes (Fig. 7), a propósito da estação que agora nos ocupa, lê-se o seguinte:

"Caro amigo

Anda-me a apetecer uma ascensão ao Casal-montês; e então com este lindo sol a provocar-nos, e a fazer-nos reluzir diante de nós as pedras paleolíticas!

Se quiser ir Domingo, mande diser pelo telefone. Eu estaria no Arco do Cego às 9 ½.

Seu am. Ob.

Leite".

O tom familiar comprova a confiança que existia entre ambos, partilhando cumplicidades, interesses e vivências comuns. As idas ao Casal do Monte, onde os instrumentos de sílex translúcido juncavam o solo, de tonalidades cor de mel, avermelhadas, ou ambarinas, conferidas pelas impregnações de óxidos e hidróxidos de ferro do substrato basáltico, despertavam o interesse dos dois amigos, e esteve na origem da oferta, por Joaquim Fontes, ao Museu da Academia das Ciências de Lisboa de uma colecção representativa destes artefactos, anos volvidos sobre a descoberta e publicação da estação. A razão é-nos dada pelo próprio Leite de Vasconcelos, então Director do Museu da Academia, em pequena notícia lida em sessão da assembleia geral de 4 de Março de 1915, publicada no *Boletim da Segunda Classe*, da qual se fez separata (Vasconcelos, 1915) (Fig. 8):

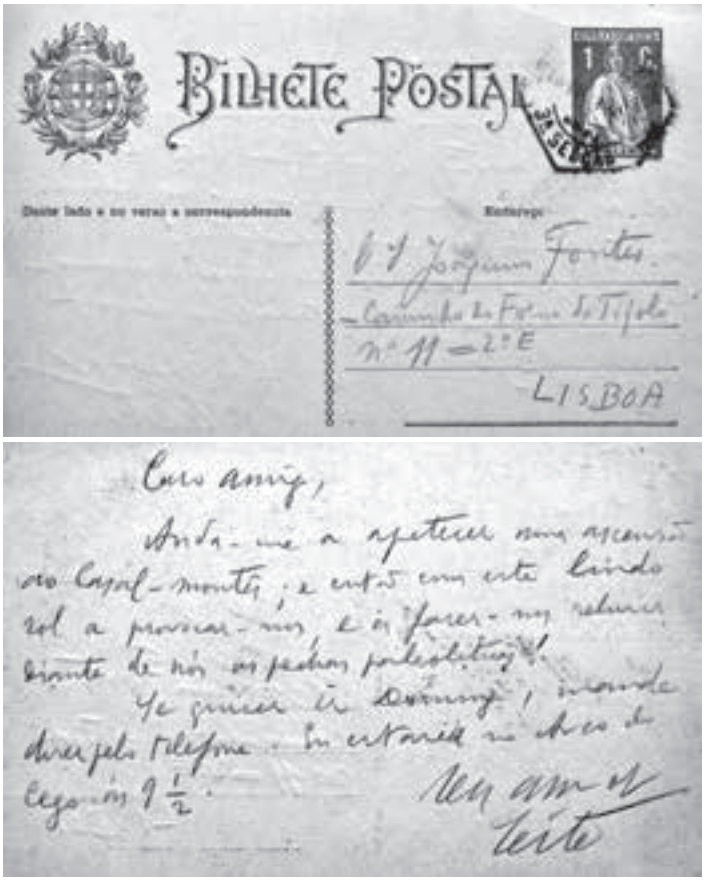


Fig. 7 – Postal remetido por J. Leite de Vasconcelos a Joaquim Fontes, não datado, relativo a uma projectada saída de ambos a Casal do Monte (arquivo do LNEG, fotografia de João Luís Cardoso).

> "Por não existirem no Museu da ACL documentos da Idade da pedra lascada, ao passo que existem alguns de outras idades lusitanicas, da da pedra polida, da do bronze, da do ferro, da romana, pedi ao meu amigo Joaquim Fontes, estudante laureado da Faculdade de Medicina de Lisboa, o qual possue abundante colecção paleolítica, dois ou três objectos d´esta idade, que viessem preencher a lacuna do nosso Museu. O Sr. Fontes foi alem do meu pedido, porque, em vez de dois ou três, entregou-me dezasseis objectos de quartzite e sílex (...)"[2].

[2] Este conjunto lítico foi objecto de uma comunicação do signatário à Academia das Ciências de Lisboa, Classe de Ciências, no dia 29 de Outubro de 2009, em co-autoria com o Prof. Doutor M. Telles Antunes e o Dr. Luís Raposo, intitulada "Espólio arqueológico de Casal do Monte", que aguarda publicação.

São artefactos banais, mas que chegam para evidenciar uma faceta do ilustre Director do Museu da Academia: em vez de, ele próprio, ter sido o ofertante da colecção – o que poderia facilmente concretizar se fosse esse o seu desejo, dadas as inúmeras possibilidades de recolha, aquando das sua recorrentes visitas à estação na companhia de Joaquim Fontes – preferiu que fosse antes o seu descobridor e jovem amigo a fazê-lo, associando deste modo o seu nome ao Museu da Academia, a qual viria, anos mais tarde, a integrar: assim, discretamente, se revelavam também os traços da sua personalidade.


ACADEMIA DAS SCIÊNCIAS DE LISBOA

OBJECTOS PALEOLÍTICOS

DO

CASAL DO MONTE

OFFERECIDOS AO MUSEU
DA ACADEMIA DAS SCIÊNCIAS DE LISBOA

BREVE NOTÍCIA

POR

Dr. J. LEITE DE VASCONCELLOS

COIMBRA

1915

3327
PORTUGAL

Fig. 8 – Capa de separata de J. Leite de Vasconcelos (1915) dedicada ao espólio paleolítico de Casal do Monte oferecido por Joaquim Fontes ao Museu da Academia das Ciências de Lisboa. Biblioteca do LNEG.

AGRADECIMENTOS

Ao Doutor M. Magalhães Ramalho ao tempo Vice-Presidente do Instituto Geológico e Mineiro por ter autorizado a reprodução fotográfica da correspondência recebida por Joaquim Fontes, conservada no Arquivo Histórico daquela Instituição.

Ao Dr. J. Cardim Ribeiro, pela cedência da foto de Joaquim Fontes ora publicada pela primeira vez.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BREUIL, H. & ZBYSZEWSKI, G. (1942) – *Contribution à l´étude des industries paléolithiques du Portugal et de leurs rapports avec la géologie du Quaternaire. Les principaux gisements des deux rives de l´ancien estuaire du Tage*. Vol. 1. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal (Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal, 23).

CARDOSO, J. L. & MELO, A. A. (2005) – Correspondência de Joaquim Fontes (1892-1960). Contributos para a História da Arqueologia Peninsular. **Estudos Arqueológicos de Oeiras**. Oeiras. 13, p. 195-321.

CARDOSO, J. L. (2006) – Arqueólogos portugueses nas Astúrias nos inícios do século XX. Uma contribuição para a História da Arqueologia Peninsular. *Colóquio Astúrias e Portugal. Relações históricas e culturais (Lisboa, 2005)*. Actas: Academia Portuguesa da História, p. 191-233.

CASTELO BRANCO, A. de (1961) – O Professor Joaquim Moreira Fontes e os Serviços Geológicos. *Arqueologia e História*. Lisboa. Série VIII, 10, p. 175-182 (Em Memória do Professor Doutor Joaquim Fontes).

CHOFFAT, P. (1923) – *Esquisse de la carte des régions éruptives au nord du Tage*. Extrait des Mémoires de la Société de Physique et d´Histoire Naturelle de Genève.

FONTES, J. (1910 a) – Estação paleolítica de Casal do Monte. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 15, p. 93-96.

FONTES, J. (1910 b) – *Estação paleolítica de Casal do Monte*. Nota introdutória de A. A. da Costa Ferreira. Lisboa: Tip. do Anuário Comercial, 7 p.

FONTES, J. (1910 c) – Indústrias paleolíticas do Casal do Monte. *Materiais para o Estudo das Antiguidades Portuguesas*. Leiria. 1 (2), 5 p. (separata).

FONTES, J. (1911) – Contribution à l´étude de la période paléolithique en Portugal. *7º. Congrés Préhistorique de France (Nîmes, 1911)*. Actas. Nîmes, p. 137-145.

FONTES, J. (1912) – Trois coup de poing acheuléens du Portugal. *Bulletin de la Société Préhistorique Française*. Le Mans: Imprimerie Monnoyer. Separata, 3 p.

FONTES, J. (1913 a) – Note sur le Moustérien en Portugal. *8º. Congrés Préhistorique de France (Angoulême, 1913)*. Actas. Paris, p. 342-350.

FONTES, J. (1913 b) – Sur quelques types inédits de coups de poing du Portugal. *14º. Congrés International d´Anthropologie et d´Archéologie Préhistoriques (Genebra, 1912)*. Actas. Genebra, 2, p. 351-354.

FONTES, J. (1915/1916) – Station paléolithique de Mealhada. *Comunicações da Comissão do Serviço Geológico de Portugal*. Lisboa. 11, p. 7-15.

FONTES, J. (1918) – Instruments paléolitithiques dans la collection de Préhistoire du Service Géologique. 2 – Instruments paléolithiques des environs de Porto. *Comunicações da Comissão do Serviço Geológico de Portugal*. Lisboa. 12, p. 3-16.

FONTES, J. (1955) – Estação eneolítica de Liceia (Barcarena). *Revista de Guimarães*. Guimarães. 65 (3/4), p. 341-352.

GONZALBES CRAVIOTO, E. (2008) – Notas de historiografia arqueológica: la visita de Joaquim Fontes a Tetuán y Tamuda (Marruecos) en 1923. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 11 (1), p. 285-295.

SEQUEIRA, G. de Matos (1911) – Acta nº. 49. Sessão da Assembleia Geral de 17 de Maio de 1910. *Boletim da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa. Série V, 12 (1), p. 152-158.

VASCONCELOS, J. Leite de (1915) – *Objectos paleolíticos do Casal do Monte oferecidos ao Museu da Academia das Ciências de Lisboa. Breve notícia*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 8 p. (separata do Boletim da Segunda Classe, 8).

XXI

ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES NAS ASTÚRIAS NOS INÍCIOS DO SÉCULO XX [1]

1 – INTRODUÇÃO

No decurso do levantamento da documentação de interesse arqueológico efectuada em colaboração com Ana Ávila de Melo no Arquivo Histórico do extinto Instituto Geológico e Mineiro (IGM), actualmente representado pelo Laboratório Nacional de Energia e Geologia (LNEG), no âmbito de outro trabalho (CARDOSO & MELO, 2001), depararam-se-nos dois maços com a indicação de "Correspondência de Joaquim Fontes". Estes dois maços integram cartas, postais e ofícios recebidos por Joaquim Fontes e dois rascunhos de cartas por ele expedidas, num período que medeia entre 1910 e o final da década de vinte do século passado.

O interesse para a História da Arqueologia Peninsular que revestia a documentação encontrada foi de imediato reconhecido. O espólio abrange um período da nossa História recente sobre o qual a historiografia arqueológica nacional pouco se debruçou: a I República e o início do Estado Novo. Por outro lado, o conjunto documental é quase exclusivamente de natureza científica, correspondendo a cartas e postais trocados entre Joaquim Fontes e arqueólogos portugueses e espanhóis de renome, bem conhecidos de todos quantos entre nós se dedicam à Arqueologia Pré-histórica, como é o caso, entre outros, de José Leite de Vasconcellos, Luís Chaves, Vergílio Correia, Eugénio Jalhay, Eduardo Hernández-Pacheco, Juan Cabré, Pedro Bosch Gimpera, Hugo Obermaier ou o Conde de la Vega del Sella.

A publicação deste precioso epistolário, obtida a autorização da Direcção do ex-Instituto Geológico e Mineiro, na pessoa do Prof. Doutor Miguel Magalhães Ramalho, a quem desde já se agradece o interesse com que acompanhou o decorrer do trabalho, encontra-se em preparação[2]. Atendendo, porém, ao interesse de dar a conhecer, desde já, a parte daquela documentação relacionada com as Astúrias, decidiu-se o signatário à preparação deste contributo, no qual se revelam elementos até ao presente inéditos, de evidente interesse para a historiografia da arqueologia peninsular, seleccionando-se para o efeito a parte da documentação relacionada directa ou indirectamente com a região asturiana.

2 – A DOCUMENTAÇÃO

Na correspondência de Joaquim Fontes, são quatro os arqueólogos cujas referências à região asturiana detêm maior interesse: trata-se dos espanhóis Francisco Hernández-Pacheco, do Conde de la Vega del Sella e Juan Cabré e do português Eugénio Jalhay. Tal realidade espelha a própria composição global do epistolário

---

[1] CARDOSO, J. L. (2006) – Arqueólogos portugueses nas Astúrias nos inícios do Século XX. Colóquio *Astúrias e Portugal Relações históricas e culturais (Lisboa, 2005)*. Actas. Lisboa: Academia Portuguesa da História, p. 191-223. Modificado.

[2] Foi publicado pouco depois (CARDOSO & MELO, 2005).

do arqueólogo português: com efeito, num total de cento e vinte e seis espécies estudadas, apenas quarenta e uma são de portugueses. Esta situação, a todos os títulos invulgar, mas perfeitamente compreensível no que concerne à parte agora estudada e publicada, porque relativa a uma região específica do país vizinho, levantou algumas dificuldades acrescidas, nomeadamente quanto à metodologia e às normas de transcrição a adoptar. Optou-se por uniformizar a transcrição das espécies portuguesas e espanholas seguindo os critérios para transcrição de correspondência de natureza científica, apresentada em artigo recente (CARDOSO & MELO, 2001).

Cumpre agradecer a Ana Ávila de Melo, co-autora com o signatário do trabalho em preparação acima aludido, a compreensão, prontamente expressa, nesta divulgação antecipada de um trabalho comum.

Assim, os documentos são transcritos tal qual foram escritos, pelo que eventuais simplificações, elisões ou erros ortográficos face às normas actualmente vigentes, tanto nas missivas em língua portuguesa, como nas redigidas em castelhano, não serão corrigidos; porém, em alguns casos susceptíveis de causar dúvidas, é acrescentado (sic); as sílabas ou palavras ilegíveis são apresentadas do seguinte modo: (...); são transcritas todas as assinaturas legíveis; são utilizadas as abreviaturas s. l. e/ou s. d. sempre que as cartas e ofícios não tragam menção de local e/ ou data; as dúvidas de transcrição vêm assinaladas com (?); e as frases e palavras legíveis, mas riscadas pelo próprio autor da carta vêm entre ().

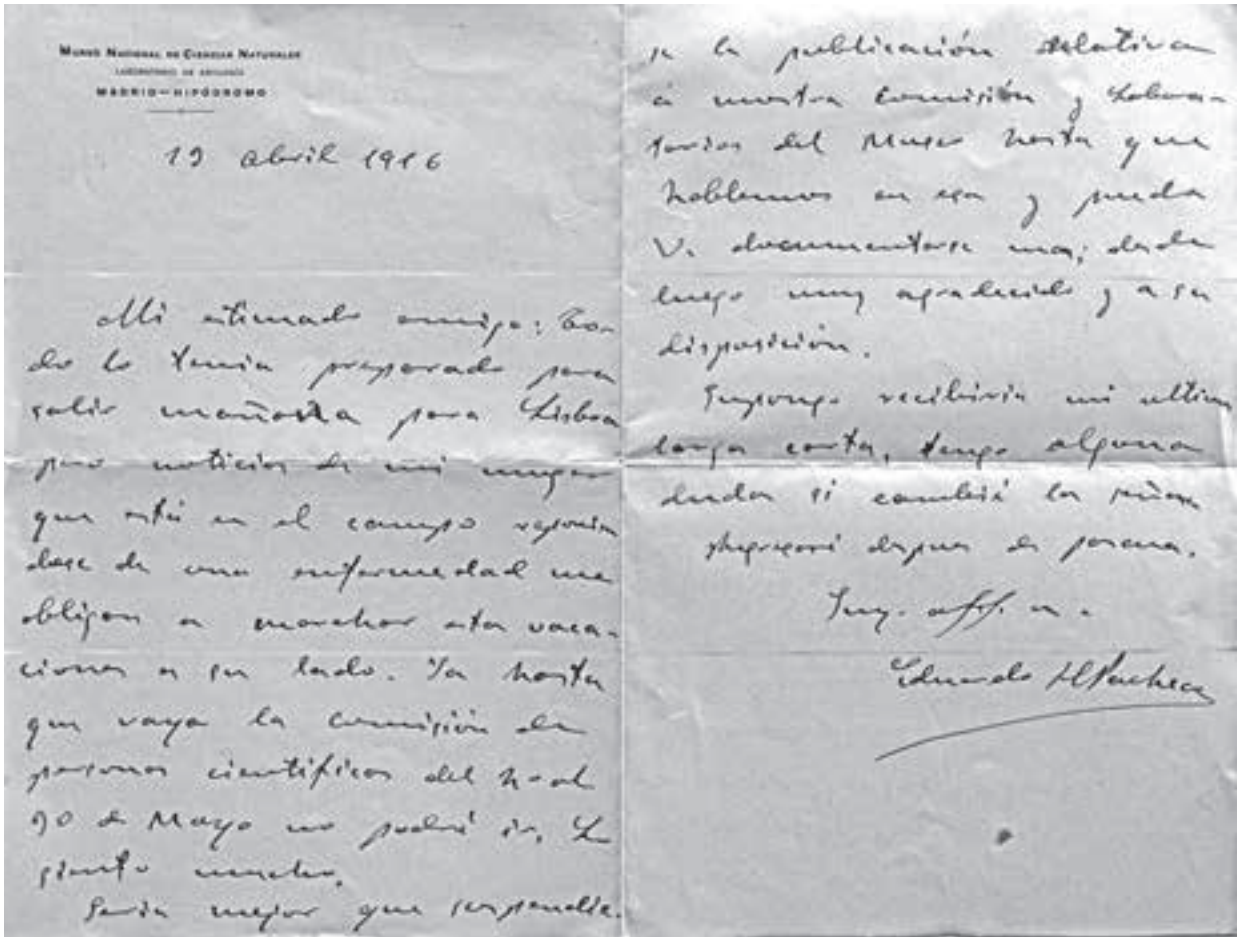


Fig. 1 – Manuscrito autógrafo de E. Hernández-Pacheco para Joaquim Fontes. Documento 2.1.3, de 21 de Março de 1917. Arquivo do LNEG, fotografia de João Luís Cardoso.

Na transcrição mantiveram-se todos as elisões e ligações entre palavras; tal parece-nos preferível, especialmente no que se refere à correspondência estrangeira, até para se aquilatar da forma utilizada por cada correspondente.

Outra questão importa também esclarecer: trata-se do desenvolvimento das abreviaturas. Ao contrário do procedimento generalizado da transcrição do desenvolvimento de abreviaturas em documentos anteriores ao século XIX, não se utilizou agora tal critério, por aquelas serem ainda familiares, isto no que se refere às espécies em língua portuguesa. No caso de cartas e postais em língua castelhana, a prudência desaconselhou, por desconhecimento das fórmulas então usuais, também tal procedimento.

Por outro lado, destinando-se este epistolário a um público especializado – em particular os arqueólogos peninsulares e outros investigadores da cultura, da história e da historiografia arqueológica asturiana e portuguesa – não se afigurou necessário apresentar comentários complementares, de índole bio-bibliográfica, sobre cada um dos autores de missivas que ora se publicam: além de todos serem arqueólogos peninsulares de primeira grandeza, a apresentação deste tipo de informação, no presente contributo, iria aumentar significativamente a sua extensão, tornando-a incomportável face às limitações de paginação existentes.

As anotações e esclarecimentos considerados pertinentes a nomes e assuntos mencionados na documentação, são apresentados em notas de rodapé, de modo a tornar a sua confrontação com o espécime transcrito mais fácil e imediata. Dá-se, deste modo, seguimento ao projecto de publicação da correspondência epistolar de arqueólogos célebres, entretanto prosseguida pelo signatário (CARDOSO, 2004).

2.1 – Correspondência com Eduardo Hernández-Pacheco (Fig. 1)

2. 1. 1 – Carta dactilografada. Papel timbrado

MUSEO DE CIENCIAS NATURALES
DIRECCIÓN
MADRID (HIPÓDROMO)

19 de Enero 1916

Muy Sr. mio y querido compañero:

Dispensa V. mi tardanza en contestar á sus dos cartas, las que he encontrado á mi regreso á Madrid despues de una ausencia que asuntos de familia han retrasado mucho mas de lo que creía.

Su carta me anima mucho á esperar que llegue un acuerdo entre portugueses y españoles respecto á la organización de estudios algo intensivos de prehistoria ibérica. Por lo que han dado de si los descubrimientos de los últimos años se ve que España es un verdadero Museo de Arte prehistórico, pues además de lo publicado por el abate Breuil en Francia y por nosotros desde 1913, tenemos en preparación una grande cantidad de materiales. Ya sabe V. que las cavernas del Norte de España con industrias paleolíticas son tan numerosas que la región es aún mas abundante que la Dordoña. Así es que hay campo para que los prehistoriadores de Portugal hagan en España trabajos en abundancia. Alguno de los elementos jóvenes de que V. me habla, á quienes les gusta el estudio del paleolítico, podría si quiere venir á auxiliar en las excavaciones que aún he de hacer este verano en la interesante caverna con pinturas y grabados magdalenienses de La Peña, en Asturias, cuya monografia preparo. Pudiendoles ofrecer durante su trabajo una gratificación semejante á la de los jóvenes españoles que han realizado trabajos análogos.

Seguramente en Portugal se continuan las estaciones pictóricas como en Extremadura y tenemos el proyecto de explorar por ejemplo la Sierra de San Mamede, que podríamos hacer en colaboración portugueses y españoles[3].

Mucho puede hacerse con la cooperación de prehistoriadores de ambos paises. Como no es facil llegar por carta á un acuerdo lo mejor será hablar y á este efecto es muy posible que les hagamos una visita pronto, bien con motivo de la misión española que se está organizando en la cual podría ir, ó independientemente.

Lo que se acuerde de prehistoria y sobre todo las reuniones científicas, una vez en un pais y otra en otro donde nos conozcamos y tratemos mas íntimamente los geólogos de las dos naciones y en general los naturalistas y especialistas en las demás ciencias, redundará seguramente, en beneficio de ambos paises.

Tuve el placer de que fues V, nombrado Corresponsal de la Soc. Esp. de Historia Natural, su antigua conocida de los tiempos de Macpherson y Calderón mis maestros. Conviene que nos envie sus titulos para insertarlos en la lista de socios, pues yo he puesto lo que sabia unicamente (la Comisión del Servicio geológico y Academia de Ciencias)[4].

Sin otra queda de V. suyo aff. amigo y compañero que le desea feliz año nuevo

Eduardo HPacheco
(assinatura legível)

2.1.2 – Carta. Papel timbrado

MUSEO NACIONAL DE CIENCIAS NATURALES
LABORATORIO DE GEOLOGÍA
MADRID – HIPÓDROMO

8 Abril
~~21 Marzo~~1916

Mi distinguido colega y amigo:

El Sr. Cabré me entrega una carta de V. en la que pide datas para hacer una nota respecto a nuestra comisión.

Como he sido el organizador de ella a la vez que del reciente movimiento respecto a Geología en el Museo puedo darle algunos detalles.

En España se constituyó hace unos cinco o seis años la *Junta para ampliación de estudios e Investigaciones cientificas* la cual despues de muy convatida al principio por elementos politicos de la derecha se afiancó en el pais y tiene asignada en los presupuestos del Estado una cantidad bastante elevada, y Obra con completa autonomia. Al frente de ella están personas de mucho prestigio en la ciencia española, algunos políticos, pero

---

[3] Na serra de S. Mamede, no Alto Alentejo (distrito de Portalegre) são actualmente conhecidos diversos abrigos existentes em cristas quartzíticas do Ordovícico com pinturas esquemáticas pós-paleolíticas. Na época, ainda não tinha sido publicada qualquer estação de arte rupestre desta região, mas eram já conhecidas as publicadas no ano seguinte por Henri Breuil do abrigo de Valdejunco, Esperança (Arronches) (BREUIL, 1917). Como este autor declara (BREUIL, 1933 b, p. 163), as referidas representações artísticas foram dadas a conhecer, ainda que de forma sumária por E. Hernandez-Pacheco, em 1916, ainda no decurso do ano a que pertence a presente missiva.

[4] Joaquim Fontes não pertencia ainda à Academia das Ciências de Lisboa e a alusão à Comissão dos Serviços Geológicos (instituição que, à época, era assim designada, encontrando-se sediada na Rua da Academia das Ciências, o que poderá ter originado a aludida confusão), deve-se ao facto de o jovem arqueólogo ser seu frequentador assíduo, mas apenas na qualidade de colaborador.

de todas las tendencias y partidos. El presidente es el Dr. Cajal, eminente Histologo y el secretario el aluno de ello, es el profesor Castillejo de la Universidad, hombre que conoce muy bien los problemas pedagojicos de la enseñanza superior y que ha estudiado mucho esto en el estrangero (por cierto como varias personas de la Junta amigo de vostro Presidente de la Republica Dr. Bernardino Machado). Una vez afianzada la Junta subvencionó con cierta cantidad al Museo Nacional de Ciencias Naturales para la investigación cientifica y publicación de trabajos. El Profesor Bolivar (miembro de la Junta) se encargó de organizar lo conveniente a Biologia y a mí me comisionaron para que organizase lo relativo a Geologia. En el Museo desde entonces se dán enseñanzas completamente libres de divulgación y se realizan investigaciones de lo cual son muestra las publicaciones de la serie Geológica (por lo que respecta a esta Ciencia). El primer trabajo se publicó a fines de 1912 (Itinerario geológico de Toledo a Urda) y el ultimo del Profesor Obermaier *El Glaciarismo cuaternario de la Sierra de Greda*, acaba de publicarse. Trabaja con nosotros el Profesor Fernandez Navarro de la Universidad de Madrid y los demás son en su mayoría jovenes doctores que despues se reparten por los centros de enseñanza, quedando unidos al laboratorio y al Museo por lazos de comunidad en el trabajo.

La Junta destina una cantidad anual que se reparte en gratificaciones al personal fijo (en proporción modesta pues la mayoria tiene sus puestos en otras partes), pagos de gastos de viajes en excursiones, excavaciones paleontológicas ó prehistóricas... material cientifico, etc. Además suvenciona todos los años con cierta cantidad para la adquisición de libros y revistas y edita además todos los trabajos y memorias que se publican.

Como al organizarse esos trabajos de Geología estaba en España el Profesor Breuil con otras personas del Instituto de paleontología humana de Paris, estudiando las cavernas de la región cantábrica (vease mi discurso de Valladolid pag. 11 a 44) y su proceder no era muy correcto para con los españoles pues aunque hacian figurar en los cubiertos de los trabajos nombres de los españoles que descubrieron las cavernas, como colaboradores, pero sin permitirles la menor intervención en la redacción de la memoria creí que debríamos organizar en España el estudio intensivo de la prehistoria patria. Fora esto me avisté con el Marqués de Cerralbo, persona de gran fortuna, que destinaba todos los años grandes cantidades a excavaciones arqueológicas y prehistóricas, objetos que regalaba a los Museos nacionales, y en el Sr. Cabré / que era a modo de su secretario y dibujante en las cosas de índole arqueológica, / el qual dada la amistad que el marqués tenía con el abate Breuil, le acompañaba / a este en sus correrias por toda España auxiliandose como dibujante y fotografo y por lo tanto con una preparación grande en la copia de las pinturas rupestres pues había realizado ya varias campañas con Mr. Breuil y conocía bien todas estas cuestiones. Además ya estaba en relación con el Conde de la Vega del Sella, que en Asturias (despues de una preparación previa que hizo en el extrangero) se dedicaba a excavaciones de índole prehistóricas en el Norte de España [5].

Con estos elementos iniciales se constituyó la Comisión de Investigaciones paleontologicas y prehistóricas [6], que tiene su domicílio en el Museo de Madrid, y depende de la Junta para ampliación de Estudios. El Marques de Cerralbo aceptó el cargo de Director, cargo en cierto modo honorifico pues sus muchas ocupaciones politicas y su edad no le permiten dedicar toda su actividad a estas cuestiones, pero es un mecenas, en cierto modo, pues ha excavado en grande alguna ciudad ibérica, varias necropólis ibéricas ó prerromanas, y

---

[5] Na verdade, H. Breuil publicou diversas memórias notáveis, sob a égide do Institut de Paléontologie Humaine (Paris), dedicadas a várias cavernas com arte paleolítica da região asturiana. A partir de 1913 a colaboração com J. Cabré foi suspensa, por indicação directa do Príncipe Alberto 1º do Mónaco, que subvencionava as investigações (BREUIL, 1933 a, p. 2, nota 1).

[6] O funcionamento desta Comissão, de carácter quase informal, como se pode depreender deste interessante depoimento, e que foi notável a partir de meados da década de 1910, foi desarticulado com a Guerra Civil, dando-a os seus membros como extinta por essa altura (HERNÁNDEZ-PACHECO, 1959, p. 746, 747).

el yacimiento chelense de Torralba con gran cantidad de elefantes fósiles que tachou chelenses y tiene varias personas encargadas de realizar estes trabajos a su expensas en la provincia de Soria y parte de Guadalajara que es la región que le interesa,

Esta nueva corporación surgió por una sencilla ordén del Gobierno (por pura formula) y depende en absoluto de la Junta para Ampliación de estudios. No tenemos reglamento, pues creemos que estas cosas mas bien atan que favorecen el desarrollo de estas cuestiones y vivimos con una subvención de la Junta para Ampliación de Estudios, en forma que podemos hacer transferencias de las cantidades destinadas a los estudios de Geología a las destinadas a los de Prehistoria y vice-versa.

Actualmente, con ocasión de la guerra trabaja con nosotros el profesor Obermaier, persona, aparte de su gran competencia, muy amable y de excelentes condiciones personales; no sé despues de la guerra si volverá a su puesto del Instituto de Paleontologia humana de Paris, a su país, ó quedará entre nosotros de un modo semejante a como el profesor Choffat está entre vosotros.

El sistema que tiene la Junta es confiar en una persona la cual lleva la responsabilidad de la marcha del centro ó Comisión, designa las personas que han de trabajar, les fija la gratificación por trabajos de campo y acuerda las Memorias que han de publicarse; claro es que entre nosotros esto se hace siempre de acordo con los demás pues todos laboramos por un mismo fin. Esto me permitirá ofrecervos una colaboración para este verano en la cueva de la Peña / (San Roman de Candamo) en Asturias, donde he de hacer una excavación que supongo dure unos 15 dias [7] y otros 4 ó 5 en Rivadesella (Asturias, tambien). La cueva de San Roman contiene pinturas paleoliticas y nos conviene estudiar su yacimiento; si nos haceis el honor de aceptar nos servirá el habermos ayudado para vuestras futuras campañas en Portugal ó en España donde hay mucho que hacer. La subvención seria modesta (pues nuestra norma es hacer las cosas con la mayor economía, defendiendo los intereses del Estado) tendrieis (como los demás) 8 pesetas diarias y viaje de ida y vuelta desde Madrid en 2a clase. San tan iguales los problemas prehistóricos de Portugal y España que conviene [8] . Os ruego no habléis de esto con el *Sr. Cabré* ni persona de esa (salvo el Sr Choffat) hasta que podamos ultimar estas cosas, durante la visita que quiero hacervos.

El retraso en enviarvos esta carta era porque no sabia si podría ir a Portugal, por fin esto se ha resuelto. Una comisión de unas 15 ó 20 personas todo lo más. Pero los de mayor relieve y significación cientifica en España irá (salvo cosa imprevista) desde el 20 de Mayo al 30, epoca aproposito para los profesores y organizaremos ahí algo de intercambio cientifico (puramente cientifico) pues la cuestión de la guerra no permite que se nos unan los de las cámaras de comercio, lo cual es mejor para los asuntos científicos. Io iré además en la semana que viene, saliendo de aquí el viernes inmediato ó el sabado para llegar el domingo de ramos, veré vuestras colecciones y hablaremos de lo que pueda hacerse entre los naturalistas y para la visita de Mayo.

---

7 A esta importante gruta com arte paleolítica dedicou E. Hernández-Pacheco importante estudo monográfico, a 21ª. Memória da Comisión de Investigaciones Paleontológicas y Prehistóricas, publicada em Madrid em 1919. Ver referência às explorações na missiva anterior (Documento 2.1.1).

8 Tem interesse verificar o empenho com que E. Hernández-Pacheco dispensava à cooperação luso-espanhola em matéria de investigações pré-históricas, o qual era correspondido – embora apenas no plano das intenções – por Joaquim Fontes, desprovido de qualquer suporte oficial susceptível de institucionalizar os contactos pretendidos do lado português. Tal desproporção de meios terá justificado o generoso oferecimento de custear as deslocações do português, sendo claro que, para os espanhóis, a deslocação de numeroso grupo a Portugal não oferecia dificuldades.

He enviado a Mr. Choffat un cajon con dos colecciones completas de los Trabajos del Museo y de las Memorias y Notas de la Comisión; ahí haremos el reparto en la forma que convenga,

Mis saludos a los colegas de esa. Suyo aff.

Eduardo HPacheco
(assinatura legivel)

2.1.3 – Carta. Papel timbrado

MUSEO NACIONAL DE CIENCIAS NATURALES
LABORATORIO DE GEOLOGÍA
MADRID – HIPÓDROMO

21 – III – 1917

Mi distinguido amigo y compañero: Efectivamente en la visita que hiso al Museo el Sr. Profesor Celestino da Costa[9] le hablé de los deseos de armonizar y estrechar las relaciones cientificas entre los prehistoriadores de Portugal y los españoles. Es un asunto indudablemente conveniente a unos y a otros pero que sobre el cual no tengo formado aún plan sino la convicción del beneficio mutuo que resultaria de algo que en este se hiciese.

Le hablé tambien de Ia invitación que el año pasado tuve el placerle (sic) de hacerle a V. para que viniese ha colaborar en las excavaciones que estaba haciendo en algunas cavernas de Asturias, y es claro que si V. hubiera podido venir nuestra comisión le hubiera abonado los gastos de viaje desde Madrid y la estancia durante las excavaciones. Hubiera sido una buena ocasión para nosotros que hubieramos tenido su cooperación eficaz, y para V. que hubiera adquirido algunos conocimientos de visu en excavaciones del paleolitico superior, aún poco conocido en Portugal. Cuando hagamos otras excavaciones, si V. puede venir tendremos mucho gusto en que colabore con nosotros en las condiciones anteriormente manifestadas[10].

No crea V. que en España los estudios de Ciencias están en buen estado, sino en comienzo de renacimiento que no sé si se consolidará; todo está aún en organización, sin locales definitivos y sin personal formado por completo. En ciertas investigaciones están Vdes mejor que nosotros.

Mucho placer tendremos en verle a V. en Madrid, como tambien en visitarle a Vdes en Lisboa que el año pasado por varias causas, entre otros por terminar mis excavaciones en Asturias. Hoy mismo salgo a Andalucia con una expedición de alumnos y no regreso hasta mediados del mes. El Sr. Obermaier con un alumno y el dibujante vá a copiar y estudiar unos nuevos yacimientos con pinturas en Valencia y no estará en Madrid hasta Mayo [11].

---

[9] Eminente médico, Professor catedrático da Faculdade de Medicina de Lisboa, onde Joaquim Fontes no ano anterior havia concluído o Curso de Medicina, com distinção e onde ingressaria pouco depois, em 1919, como 2º. Assistente (ALMEIDA, 1973, p. 21). Naturalmente, apesar da sua invulgar craveira científica, não seria a pessoa mais indicada, dada a sua área diversa de interesses, para dinamizar a colaboração entre Espanha e Portugal, no domínio da Arqueologia.

[10] Joaquim Fontes, à semelhança do que havia de suceder com outro português, o Padre Eugénio Jalhay, concretizou a sua deslocação às Astúrias, albergando-se em casa do Conde de la Vega del Sella, na povoação de Nova. Mas foi na Galiza que efectuou importantes investigações, designadamente sobre a estação de Camposancos, publicada ulteriormente (FONTES, 1925).

[11] Trata-se, provavelmente, dos trabalhos que conduziram à publicação da 21ª. Memória da Comisión de Investigaciones Paleontológicas y Prehistóricas, em 1919, feita por H. Obermaier e P. Wernert, "Las pinturas rupestres del barranco de Valltorta (Castellón)".

Ya sabe V. que del 1 al 7 de Mayo es el congreso de Ciencias de Sevilla. ¿ iran muchos portugueses? El proximo hay el proyecto de celebrarlo en Portugal y este año no se hizo a causa de la guerra.

La mejór época para ver en Madrid a las personas en los laboratorios es el otoño pues en primavera y verano se destinan a trabajos de campo.

Suyo aff. amigo s. s.

Eduardo HPacheco
(assinatura legível)

2.1.4 – Carta. Papel e sobrescrito timbrados

MUSEO NACIONAL
DE CIENCIAS NATURALES
MADRID (HIPÓDROMO)

12 Junio 1917

Mi distinguido amigo: He entregado la letra que V. me envió al Secretario de la Asociación Sr. Garcia Merot y ya la ha cobrado, por lo tanto cumplido su encargo.

Al contestarle ahora no encuentro su carta por lo que no sé si olvidaré contestar algo. El Conde de la Vega de Sella marchó hace tiempo y está en su residencia de Nueva (Asturias) a donde puede V. escribirle. Me dice que está entretenido excavando una cueva inmediata a su casa.y que no encontrou nada de particular.

El Sr. Castillejo saliu para Inglaterra para asuntos relacionados con la Junta para Ampliación de Estudios.

No le digo en esta nada de proyectos pues hablaremos en Lisboa. Tengo en la primera quincena de Julio que hacer un viaje a Asturias a asuntos de la Junta de Parques nacionales y hacia al 15 de Julio quisiera salir de Verano a Portugal, por lo cual le agradeceria si crée V. que dadas las circunstancias anormales esto será facil con la familia; hace tiempo estuvieron mis hijos y mi mujer en Sao martinho do Porto en una casa que alquilamos pero aunque el sitio me gusta para la familia pues un bon sitio para excursiones a Lisboa, Coimbra... etc pero si V. pudiera enterarse si hay fondos (?) que no sean casas lo preferia pues permite este sistema mas movilidad. – Creo que en la cosecha (...) se habrá comparado en parte la cuestión de susistencias en Portugal. Sin otra cosa queda de V. suyo aff. amigo

Eduardo HPacheco
(assinatura legível)

2.1.5 – Postal

(26 – IX – 1917 – Madrid)

Querido amigo: Sin prejuicio de enviarle mas detalles puedo adelantarle que aunque tenemos los fondos del año casi agotados he buscado el medio de poder destinar unas 400 pesetas a su viaje de estudio del paleolitico superior de Asturias. Unas 290 pesetas (contando los trayectos portugueses con el cambio a la [...]) custan los viajes y el resto unos 20 dias à 10 pesetas de dietas viene a suponer las 400 pues las dietas tienen un impuesto del 12% – Me dice el conde de la Vega que debe V. ir en la primera quincena de Octubre a causa de las lluvias que comienzan generalmente en la segunda quincena. – Vaya preparando el pasaporte y contesteme si le giro fondos ó los recoge V. en Madrid. – Traigase un documento de la Universidad de Lisboa, o del

consulado español (dá lo mismo) diciendo se ha presentado V. manifestandose al comisionado por la Com de Investigaciones prehistoricas de la Junta para Amrpliación de Estudios a efectuar estudios de prehistoria en España [12]. Suyo aff. a.

EHPacheco
(rubrica legível)

2.1.6 – Carta. Papel timbrado

MUSEO NACIONAL DE CIENCIAS NATURALES
LABORATORIO DE GEOLOGíA
MADRID – HIPÓDROMO

4-X-1917

Sr. D. Joaquim Fontes

Mi querido amigo: No tengo contestación a las postales que le envié por lo que le remito esta carta certificada.

Su viaje de estudio de prehistoria a Asturias me dijo el conde de la Vega del Sella que era mejor en la primera quincena de Octubre que en la segunda a causa de la inseguridad de la epoca de lluvias.

Para estos gastos disponemos en la Comisión de Investigaciones paleontologicas y prehistóricas de unas 400 a 450 pesetas que juzgo suficientes para gastos de viaje y dietas durante los dias que dure el estudio.

Si viene V. puede recuperar esta cantidad en Madrid en el Museo de Ciencias Naturales ó puedo girarle una parte.

Conviene si se ~~dedie~~ decide sea pronto pues el tiempo avanza y si llegan las lluvias no puede hacerse nada, ó que lo deje V. para la primavera.

Si viene ahora tragase un documento del consulado español ó de la Universidad de Lisboa ó Commiçao do Servizio geologico, (a elejir) en que conste que *V. manifiesta que residiente en Lisboa sale comisionado por la Comisión de Investigaciones Paleontologicas y Prehistoricas en viaje de estudio al Norte de la Peninsula* esto es para que sirva de justificante a los gastos de viaje [13].

Suyo aff amigo

Eduardo HPacheco
(assinatura legível)

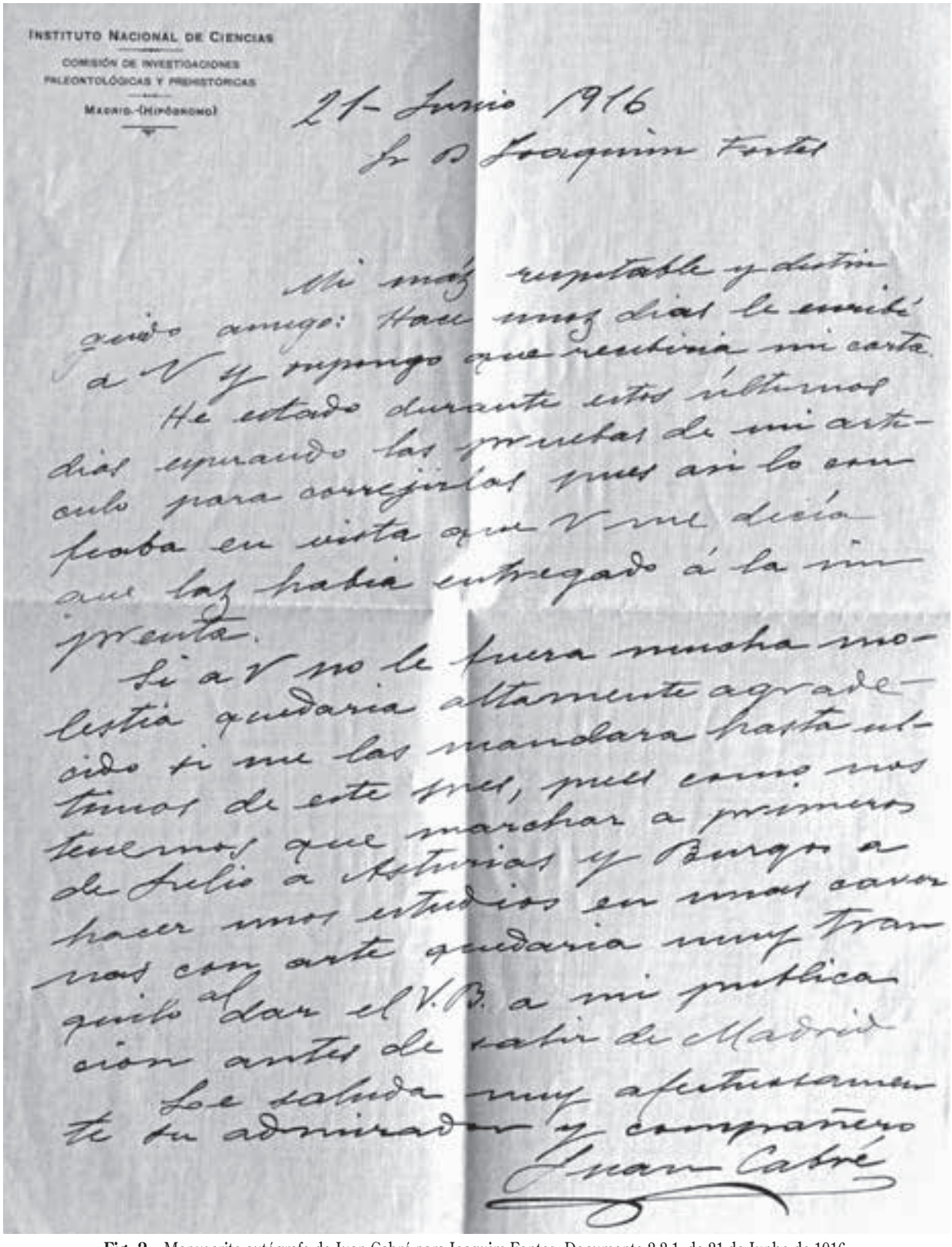
Mis saludos al Sr. Choffat, Pereira [14], &.

---

[12] Existem provas que documentam a realização desta missão às Astúrias, por parte de Joaquim Fontes (ver Nota 15, documento 2.3.2). A dificuldade de circulação e entrega da correspondência deverá ter atrasado a recepção atempada desta missiva, à semelhança da anterior, o que terá motivado o envio de outra carta, desta feita registada (ver 2.1.6), a 4 de Outubro, seguida, a 7 de Outubro de missiva do próprio conde de la Vega del Sella (ver 2.3.1), já no limite temporal da possibilidade de deslocação do arqueólogo português às Astúrias antes do início da época chuvosa.

[13] Salienta-se, uma vez mais, o empenho de E. Hernández-Pacheco em estreitar laços de colaboração com Joaquim Fontes, na qualidade de jovem e promissor arqueólogo português, através da sua viagem de estudo às Astúrias.

[14] Trata-se de Júlio N. Pereira, colaborador de Joaquim Fontes. Não esquecer, por outro lado, a relação quase filial que Joaquim Fontes tinha com Paul Choffat, então quase no fim da vida, e que via no jovem médico uma possibilidade de continuação da investigação no domínio da Arqueologia, que tinha justamente celebrizado, no século anterior, a Comissão do Serviço Geológico, durante décadas servida por Paul


INSTITUTO NACIONAL DE CIENCIAS
COMISIÓN DE INVESTIGACIONES PALEONTOLÓGICAS Y PREHISTÓRICAS
MADRID.-(HIPÓDROMO)

21- Junio 1916

Sr D Joaquim Fontes

Mi muy reputable y distinguido amigo: Hace muy dias le envié á V y supongo que recibiria mi carta.

He estado durante estos últimos dias espurando las pruebas de mi artículo para corregirlas pues así lo creia asi en vista que V me decia que las habia entregado á la imprenta.

Si a V no le fuera mucha molestia quedaria altamente agradecido si me las mandara hasta ultimos de este mes, pues como nos tenemos que marchar a primeros de Julio a Asturias y Burgos a hacer unos estudios en unas cavernas con arte quedaria muy tranquilo al dar el V.B. a mi publicacion antes de salir de Madrid

Le saluda muy afectuosamente su admirador y compañero

Juan Cabré

Fig. 2 – Manuscrito autógrafo de Juan Cabré para Joaquim Fontes. Documento 2.2.1, de 21 de Junho de 1916. Arquivo do LNEG, fotografia de João Luís Cardoso.

2.2 – Correspondência com Juan Cabré (Fig. 2)

2.2.1 – Carta. Papel timbrado

INSTITUTO NACIONAL DE CIENCIAS
COMISIÓN DE INVESTIGACIONES
PALEONTOLÓGICAS Y PREHISTÓRICAS
MADRID (HIPÓDROMO)

21 de Junio 1916

Sr. D. Joaquim Fontes

Mi más respetable y distinguido amigo: Hace unos dias le escribí a V y supongo que recibiria mi carta.

He estado durante estes últimos dias esperando las pruebas de mi articulo para correjirlas pues asi lo confiava en vista que V me dicía que las había entregado á la imprenta [15].

Si a V. no le fuera mucha molestia quedaria altamente agradecido si me las mandara hasta ultimos de este mes, pues como nos tenemos que marchar a primeros de Julio a Asturias y Burgos a hacer unos estudios en unas cavernas con arte quaternaria muy tranquilo [al] dar al V. B. a mi publicacion antes de salir de Madrid.

Le saluda muy afectuosamente su admirador y compañero

Juan Cabré
(assinatura legível)

2.3 – Correspondência com o conde de la Vega del Sella (Fig. 3)

2.3.1 – Carta. Papel com brasão de armas do conde, Sobrescrito com indicação de ter sido expedido a 7 e aberto pela censura, em Lisboa, a 11 de Outubro de 1917

Nueva 7 de Octubre 917
Ex[mo] Sr. D Joaquim Fontes

Mi estimado amigo: com mucho gusto he recibido su carta por la que creo proxima venida à esta

Supongo habrá recibido carta del Sr. Eduardo Pacheco a quien indicaba la conveniencia de que V. antecipara el viaje lo mas posible porque en esta region empiezan ya las lluvias y como los yacimientos estan á la entrada de las cuevas, se hace dificil la manipulacion de tierras

Yo creo que le seria util el hacer personalmente algo de excavacion

En Nueva no necesita V. de hotel pues puede pasar en mi casa

Cuando hagámos las excavaciones, como estas estan à, 7 y 9 kilometros de Nueva podra V. pasar en alguna pequeña fonda cuyo precio no pasará de 5 pesetas

Le ruego me avise su salida con dos o tres dias de anticipación

El itinerario que debe seguir es el siguiente

Choffat com raro brilho e dedicação. Tal relação foi ao ponto de o eminente geólogo ter legado em testamento todos os seus livros de arqueologia a Joaquim Fontes (CASTELO-BRANCO, 1961, p. 180).

[15] Refere-se à pequena monografia publicada em 1916 pela Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais, por iniciativa de Joaquim Fontes, que naquela Sociedade detinha cargo directivo, intitulada “Arte Rupestre Gallego y Portugués”.

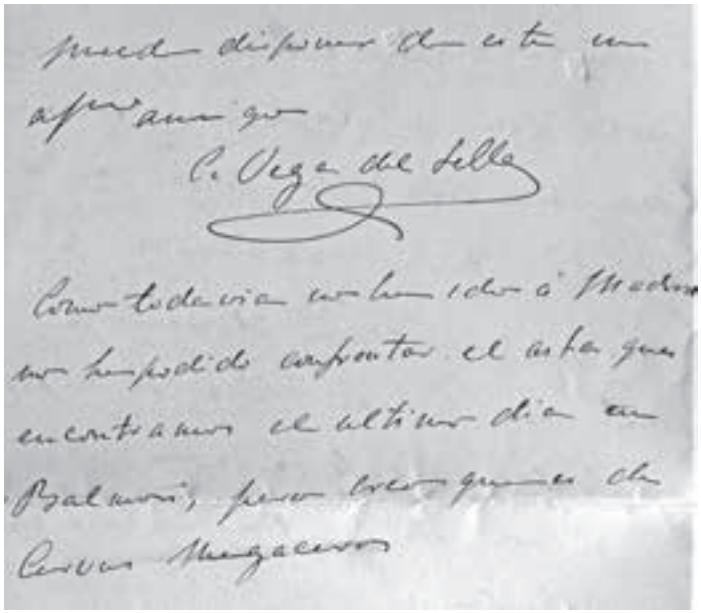


Fig. 3 – Manuscrito autógrafo do conde de la Vega del Sella para Joaquim Fontes. Documento 2.3.2. de 20 de Novembro de 1917. Arquivo do LNEG, fotografia de João Luís Cardoso.

Desde esa á Medina del Campo
De Medina del Campo á Oviedo directo en el tren correo
De Oviedo por los Ferrocarriles Economicos de Asturias à Nueva [16]
Sin mas y esperando tener el gusto de saludarle pronto queda suyo af^m^ amigo

C. Vega del Sella
(assinatura legível)

2.3.2 – Carta. Papel com brasão de armas do conde

Nueva 20 de Nov. 917
Sr D Joaquim Fontes

Mi estimado amigo: à mi regreso de Salamanca me encuentro con su amable carta por la que creo que llegó a su pais sin novedad[17]; yo sigo bien de mi estomago y como de todo

Recibi la revista de Anatomia y Antropologia con sus trabajos sobre tatuagem por los que le doy las mas expresivas gracias[18]

---

[16] A insistência dos arqueólogos espanhóis com a presença de Joaquim Fontes nas Astúrias encontra-se sublinhada nesta missiva, onde o conde de la Vega del Sella fornece todos os pormenores para a realização da viagem; recorde-se que Joaquim Fontes tinha já previamente assegurada a parte financeira, por iniciativa de E. Hernández-Pacheco, ficando agora também garantidos os aspectos logísticos da deslocação.

[17] Trata-se da única passagem na correspondência publicada que comprova a deslocação de Joaquim Fontes às Astúrias, no Outono de 1917, onde, sob a orientação do conde de la Vega del Sella, participou em escavações pré-históricas.

[18] Trabalho publicado por Joaquim Fontes, no qual compara as tatuagens faciais patentes em ídolos calcolíticos e da África Negra (FONTES, 1915). Note-se que, no mesmo ano, Vergílio Correia, funcionário do então "Museu Ethnologico Portuguez" tinha publicado artigo sobre o

Si U. me autoriza para ello reproduciria en la monografia sobre el Dolmen de Cangas de Onis dos de los dibujos de Manijancos no 4 y la cuya vestidura en linea quebrada y triangular corrobora mi teoria del dibujo del dolmen

Tambien le agradezco los datos que me envia acerca de las pinturas dolmenicas de Portugal[19] y cuando vaya a Madrid procuraré estudiarlos

Dentro de poco enviaré à mi prospector hacer un viaje recorrer cuevas en esta region para ver si encuentro nuevos yacimientos y caso que encontraré alguno que mereciese la pena le avisaria para trabajarlo este verano

Toda esta familia me encarga lo salude y yo à mi vez le ruego presente mis respetos al Sr Leite de Vasconcellos a quien tengo vivos deseos de conocer personalmente

Ya sabe que en cualquier ocasion en que me crea util puede disponer de este su af^{mo} amigo

C. Vega del Sella

Como todavia no he ido à Madrid no he podido confrontar el asta que encontramos el ultimo dia en Balmori, pero que creo que es de Cervus Megaceros[20]

2.4 – Correspondência com o Padre Eugénio Jalhay* (Fig. 4)

2.4.1 – Carta. Papel timbrado da Revista Brotéria

REVISTA BROTÉRIA
SÉRIE MENSAL, « Fé – Sciências – Letras»
Enderêço: CAMINHA (PORTUGAL)

1 de Abril (de 1926)

Meu bom Amigo

Acompanho-o na sua dôr pela perda do parente querido que Deus N. Senhor quis chamar a Si. Para os que temos fé, a morte é apenas uma separação momentânea, e pela misericórdia de Deus esperamos ver-nos depois novamente os que com laços de amizade ou parentesco estivemos ligados em vida. Sirva êsse pensa-

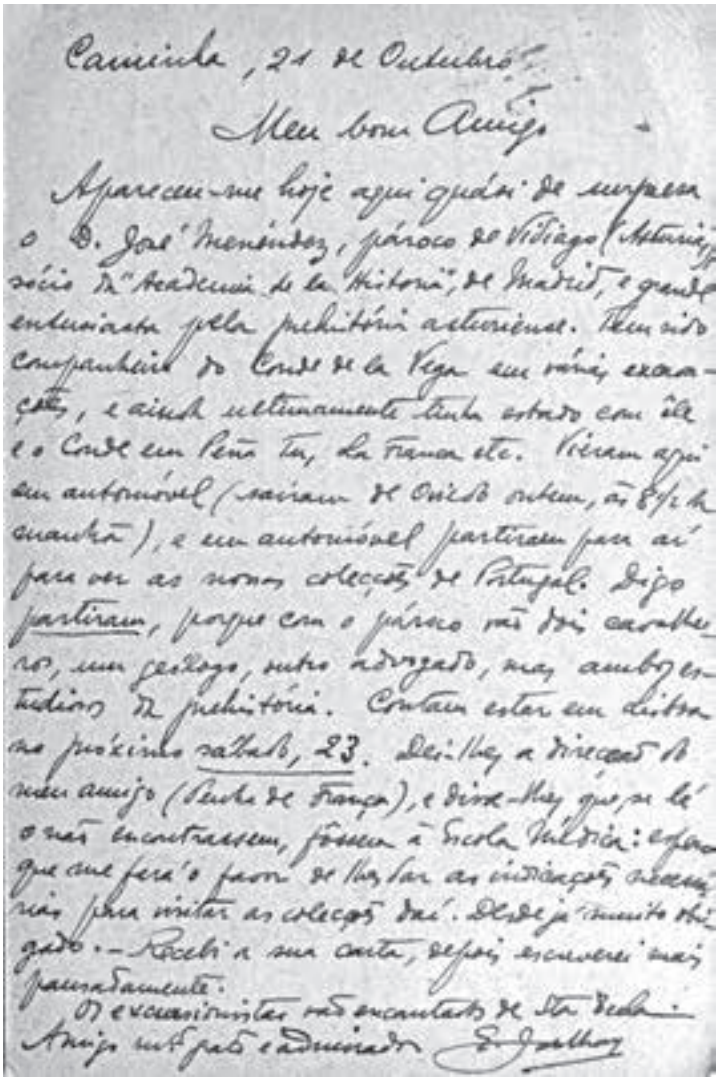
---

mesmo tema, intitulado "Ídolos prehistoricos tatuados". Refira-se que o frio relacionamento entre ambos se encontra bem documentado a partir de 1918, quando Joaquim Fontes refutou as críticas apresentadas por Vergílio Correia à obra de J. Cabré anteriormente citada, publicada em 1916 em Portugal por iniciativa daquele (ver Nota 13).

[19] À época, em Portugal, muito pouco se sabia ainda acerca de pinturas dolménicas. Deve destacar-se, a este propósito, o nome de José Coelho, pelas descobertas por si efectuadas em 1912 em uma das antas de Côta, Viseu, designada de Pedralta. É o próprio que declara ter consultado, a propósito de tais descobertas, Juan Cabré, que lhe respondeu em carta datada de 8 de Novembro de 1916 (COELHO, 1924, p. 10, 11). A prioridade de José Coelho na descoberta da arte megalítica na região de Viseu viria a originar acesa polémica com o Prof. Mendes Corrêa: este último, anos depois, faria partir um dos esteios pintados da anta de Pedralta removendo-o para o Instituto de Antropologia, anexo à Faculdade de Ciências do Porto, onde ainda hoje se encontra, o que provocou a indignação do ilustre viseense (CARDOSO, 1999).

[20] A cueva de Balmori, escavada pelo conde de la Vega del Sena, possui vários níveis do Paleolítico Superior, sendo o último já do Asturiense. A peça em haste de cervídeo mencionada nesta carta poderá corresponder a qualquer dos exemplares reproduzidos na obra dedicada ao Asturiense (VEGA DEL SELLA, 1923, Fig. 12), os quais, pelo seu grande tamanho, sugeriram ao autor pertencerem a bastões paleolíticos executados em hastes de *Cervus canadensis* (op. cit., p. 29), revogando a hipótese apresentada nesta missiva. O mais certo, porém, é corresponderem a veado (*Cervus elaphus*).

* Em nenhum dos Documentos se encontra indicado o ano; a sua leitura permitiu, pelas informações extraídas confrontadas com outros elementos, ultrapassar esta lacuna.



Caminha, 21 de Outubro.

Meu bom Amigo

Apareceu-me hoje aqui quási de surpresa o D. José Menéndez, pároco de Villago (Asturias), sócio da "Academia de la Historia", de Madrid, e grande entusiasta pela prehistória asturiense. Tem sido companheiro do Conde de la Vega em várias excursões, e ainda ultimamente tinha estado com êle e o Conde em Peña Tu, da Franca etc. Vieram aqui em automóvel (saíram de Oviedo ontem, às 8 h. da manhã), e em automóvel partiram para aí para ver as novas colecções de Portugal. Disse partiram, porque com o pároco vão dois cavalheiros, um geólogo, outro advogado, mas ambos estudiosos da prehistória. Contam estar em Lisboa no próximo sabado, 23. Deu-lhes a direcção do meu amigo (Rua de França), e disse-lhes que se lá o não encontrassem, fossem à Escola Politécnica: explicou que me fora o favor de lhes dar as indicações necessárias para visitar as colecções daí. Desde já muito obrigado. — Recebi a sua carta, depois escreverei mais pausadamente.

O excursionistas vão encantados de sua recepção. Amigo muito grato e admirador Eug. Jalhay

Fig. 4 – Manuscrito autógrafo de Eugénio Jalhay para Joaquim Fontes. Documento 2.4.7, de 21 de Outubro, sem indicação de ano. Arquivo do LNEG, fotografia de João Luís Cardoso.

mento, de esperança e consolação, no meio da amargura com que Deus quis provar o meu amigo e sua Ex.ma Esposa.

O cónego de Orense chama-se D. Juan Dominguez Fontela. No envelope basta pôr: "Canónigo de la Catedral, *Orense*", sem rua nem mais nada, porque é conhecidíssimo lá.

A povoação, ou melhor, um dos três bairros da vila de Oya, de que me fala o meu amigo, chama-se Raiña (por corrução, Riña). Por ela passou, segundo a tradição, a nossa *rainha* Santa Isabel a caminho de Santiago: daí o nome. De modo que o verdadeiro nome é *Raiña*, e só alguns do povo é que dizem *Riña*.

Vi, claro está, a crítica que o D. Julio Martinez fêz ao seu trabalho sôbre Camposancos, no *Buttleti* do Bosch Gimpera[21].

---

21 Trata-se de crítica do futuro Professor da Universidade de Madrid Julio Martinez Santa-Olalla e director do Seminario de Historia Primitiva del Hombre, que viria a ter papel de grande importância na arqueologia espanhola do pós-guerra, no exercício das funções de

Contrariou-me deveras, e não esperava uma sensaboria daquelas dum rapaz, que afinal eu iniciei na pré-história, em Burgos. Terá agora uns 20 anos, e é, de facto, um grande talento. Foi discípulo do Obermaier e de Bosch. É contudo bastante precipitado. Escrevi-lhe logo a dizer que tivesse mais cuidado com ajuizar das coisas só pelas figuras, e que o mesmo Obermaier não se tinha pronunciado contra a classificação do meu amigo. Eu estou ainda pelo que me diz na sua carta e pelo que diz Obermaier: há aqui uma sucessão de indústrias, que é preciso desvendar. Tenho encontrado mais *coups-de-poing* e discos do paleolítico inferior, bem diferentes do asturiense. O Conde de la Vega supõe que também haverá azilense! Com a visita do meu amigo e dos dois de Madrid (Obermaier e Conde), tudo se aclarará. Ainda não sei quando será. Até mesmo seria possível que não se realizasse, pois são capazes de levar adiante a reunião do Congresso internacional de Madrid, neste ano, *uma vez que não se realiza a Exposição de Sevilha* (era esta a causa, como sabe, do adiamento do Congresso). De tudo o prevenirei com tempo; mas desde já folgo imenso com a sua vinda. Levá-lo hei (sic) a visitar todas as gravuras descobertas depois da sua última visita. Este ano os nosso amigos (?!) da Sociedad *Pro Monte* farão escavações em Santa Tecla.

Fico muito penhorado pelas palavras amáveis com que se refere à minha próxima ida a Lisboa e pelos atenciosos oferecimentos do meu bom Amigo. Vou de facto para casa de minha família: como o meu amigo tem telefone, combinaremos o local da nossa primeira entrevista. Não lhe posso ainda dizer em que dia será, porque não sei ainda quando estarei livre de uns encargos urgentes que levo. Vou com o grupo de alunos de Lisboa, que vão passar as férias com a família.

Vai também o P. (...) Luisier [22], que está com muita curiosidade de visitar a sua belíssima colecção: mas êle demorar se há apenas alguns dias, e eu espero ficar até 2.ª Feira 25, voltando de novo com os alunos.

Até breve e creia-me sempre seu m^to^. amigo e admirador

E. Jalhay
(assinatura legível)

2.4.2 – Carta. Papel timbrado da Revista Brotéria

REVISTA BROTÉRIA
SÉRIE MENSAL, « Fé – Sciências – Letras»
Enderêço: CAMINHA (PORTUGAL)

27 de Abril (de 1925)

Meu Exmo e bom Amigo

Bemvindas as suas notícias de Paris, depois de um silêncio que eu julgava julgava provir dalguma indelicadeza que eu tivesse cometido para com o meu bom amigo – indelicadeza contudo que não teria sido senão involuntária, confesso-o francamente. Folguei muito em saber pelo Dr. Félix A. Pereira [23] que tinha partido para o

---

"Comisario General de Excavaciones Arqueologicas". A obra em causa defendia a existência de indústrias paleolíticas identificadas em trecho litoral junto à barra do rio Minho, do lado galego, em Camposancos, hipótese rebatida por Santa-Olalla (ver Nota 8).

22 O Padre jesuíta Luisier era um apaixonado pela arqueologia e, enquanto professor no Colégio de Campolide, fora um dos descobridores, conjuntamente com o Padre Bovier-Lapierre das indústrias pré-históricas da serra de Monsanto (Lisboa). Com a expulsão dos Jesuítas de Portugal, depois de implantada a República, fixou-se em outro Colégio que a Ordem possuía em La Guardia, Galiza.

23 Antigo funcionário do então designado "Museu Ethnologico Portuguez" e colaborador dedicado do seu fundador e director, o Dr. José Leite de Vasconcelos. Publicou diversos estudos de carácter arqueológico-histórico sobre o Alto-Minho, nas páginas de O Arqueólogo

estrangeiro, ainda que por outro lado muito senti não o ver em Lisboa quando agora lá passei uns 10 dias. Paris e Londres hão de lhe dar muitos momentos de prazer scientifico, e a nossa pré-história muito há de ganhar com essa visita. Peço o obséquio de me recomendar ao Prof. Breuil, quando estiver com êle.

Apesar de já o ter feito em carta ou postal para sua casa, renovo aqui os meus agradecimentos pelas referências que fez às minhas pesquizas na conferência do Carmo – conferência linda, no dizer do Dr. Leite de V.[24]. Muito pesar tive de não estar ainda em Lisboa nesse momento, mas esse pesar dissipar-se há em parte quando ler a conferência no *Boletim*. V. Ex.ª pede-me que reveja o manuscrito antes de o mandar imprimir. Mas, *por Dios*, (sic) quem sou eu diante de V. Ex.ª para me afoitar a tal? O mais que posso rever com conhecimento de causa é a parte *topográfica*, por conhecer, como V. Ex.ª diz, a região. Mais nada: no resto considero-me com toda a sinceridade um pigmeu com relação ao meu bom amigo e mestre.

Gostará de saber o que pensa o Obermaier sôbre a estação de Camposancos. Mandei-lhe uma caixita com indústria paleolítica, fauna e cerâmica do depósito de conchas. Respondeu-me assim (repeito à letra o francês um pouco bárbaro): "Le contenu du paquet m'a beaucoup surpris. J'ai l'impression qu'il y a à Camposancos, un mélange de plusieurs périodes. Les pierres taillées ont, en partie, un aspect du Paléolithique inférieur; en partie il me semble qu'il s'agit de types de la famille de l'Asturien. Il semble que l'amas de coquilles (à *Patella* et *chus*?) se trouve en voisinage d'un gisement acheuléen, et il se peut qu'il y existe même un mélange direct, qui peut remonter jusqu'à l'époque asturienne. Et la poterie? Est-elle seulement à la surface du « conchero » ou dans son intérieur? – Ce qui est certain c'est qu'il existe à Camposancos un probléme stratigraphique à étudier et à débrouiller, qui est d'une grande importance..... Il se pose ainsi:

1) Existe-t-il une industrie quaternaire dans les graviers du Minho?
2) Quelle est l'industrie exacte, renfermé dans le amas de coquilles?
3) Y a-t-il encore du néolithique en contact avec 2)? »[25].

Como o amigo vê, ainda temos muito que estudar e a região presta-se a isso. O Obermaier convida-me a trabalhar, como já o tinha V. Ex.ª no artigo da Brotéria. A-pesar de me sentir para isso com fôrças ainda muito débeis, vou atrever-me a fazer alguma coisa, depois de umas escavações metódicas que penso fazer.

Cheguei a Lisboa na 5.ª feira santa, 9, à meia noite, no rápido do Porto. O Dr. J. L. de Vasconcellos e o Dr. F. A. Pereira foram duma amabilidade extraordinária para comigo. O primeiro convidou-me um dia a ir jantar a sua casa, onde me mostrou demoradamente a sua rica biblioteca e os célebres verbetes[26]. Além disso esteve uma tarde comigo em Belém, mostrando-me tudo. O segundo acompanhou-me ao Museu da Comissão do Serviço Geológico (onde encontrámos um pre-historiador sueco, creio, Adolfo Roesenberg, em visita de estudo) e à Escola Médica, onde de novo pude ver a sua bela colecção, com licença suposta e subentendida de V. Ex.ª.

Português, entre muitos outros, o que explica as relações de estreita colaboração e de amizade que manteve com Joaquim Fontes, autor da sua nota necrológica, publicada em 1938 no órgão científico da Associação dos Arqueólogos Portugueses, a que ambos pertenciam.

[24] Trata-se da conferência publicada nas páginas do órgão científico da Associação dos Arqueólogos Portuguese, a revista "Arqueologia e História" (FONTES, 1926).

[25] É interessante esta súmula de H. Obermaier, por ser muito clara quanto à problemática em jogo no tocante à idade das indústrias líticas de Camposancos (paleolíticas ou pós-paleolíticas?), bem como às questões prioritárias que deveriam ser cabalmente respondidas, com o apoio imprescindível da geologia estratigráfica.

[26] Alusão aos verbetes onomásticos organizados por J. Leite de Vasconcelos, e que tanto admiravam os seus colaboradores ou simples visitantes, como os irmãos Joaquim e Victor Fontes, nos alvores do seu convívio com o Mestre; um desses episódios foi já relatado (ALMEIDA, 1973, p. 20).

Quando V. Ex.ª voltar a Lisboa, enviarei o pico de La Franca que teve a bondade de me remeter afim (sic) de o comparar com os instrumentos de Camposancos[27].

Os dias correram-me esplêndidos, se não falarmos da *brincadeira* de sábado 18 e domingo 19. Uma das granadas vindas do Parque para o Carmo estalou diante da casa onde me hospedava, à Calçada da Glória, entrando pelo meu quarto sem me pedir licença prévia. Partiram-me os vidros, portas etc. mas deixaram-me a pele ilesa, por ter saído de lá momentos antes. Graças a Deus! Espero que a casa do meu bom Amigo nada tenha sofrido, a-pesar de lá terem colocado perto algumas peças que bombardearam os revoltosos.

A revolução veio-me impedir uma excursão ao Casal do Monte que tínhamos projectado o Dr. Félix A. Pereira e eu, para domingo. Paciência!

Os *clichés* de Oya não teem pressa. Basta que m'os faça chegar às mãos, depois de ter vindo do estrangeiro[28].

Disponha sempre do que se subscreve com muita estima

De V. Ex.ª
Amigo m. grato e admirador

E. Jalhay
(assinatura legível)

P. S. No Porto estive com o Mendes Corrêa. O célebre esteio do dolmen da Beira Alta, com pinturas que fazem lembrar as gravuras dos chapões de lousa, é coisa digna de se ver e estudar [29].

2.4.3 – Carta. Papel timbrado da Revista Brotéria

REVISTA BROTÉRIA
SÉRIE MENSAL, « Fé – Sciências – Letras»
Enderêço: CAMINHA (PORTUGAL)

15 de Julho (de 1925)

Meu bom Amigo

Ando todos os dias com o propósito de lhe escrever e… nada! Dá-se o caso de que tanto o Snr. P. Tavares como o meu colega de redacção P. Marinho estão ausentes, e eu aqui estou sózinho com todo o trabalho da revista e com tôdas as questões e questiunculas que uma ocupação destas traz consigo. Quando me vejo com o trabalho despachado de um dia, chega-me um montão de cartas noutro, a que é preciso responder. E assim andamos. Perdôe-me pois o meu longo silêncio, nascido apenas do pouco tempo disponível. Vou ver se aproveito agora uma aberta, para satisfazer dívidas passadas. Em 1.º logar muito e muito obrigado pela sua última carta: quero ver e desejo sinceramente que sua Exma. Esposa esteja completamente restabelecida do grave incómodo que a obrigou a sofrer uma operação.

---

[27] O pico de La Franca pertencia ao conjunto das peças recolhidas por Joaquim Fontes no litoral asturiano, aquando da sua estada nas escavações do conde de La Veja del Sella, em 1917 (ver nota 40, Documento 2.4.7).

[28] Trata-se de figuras antropomórficas esquemáticas, cuja fotografias, executadas por Eugénio Jalhay, foram por este cedidas a Joaquim Fontes, publicando-as sob a forma de desenho (Fontes, 1926, Fig. 15). Tais representações foram publicadas no mesmo ano do presente trabalho, por Eugénio Jalhay (op. cit., p. 60, nota infrapaginal).

[29] Ver Nota 17.

No princípio de Agosto parto para as Astúrias. Vou assistir às excavações do nosso grande Obermaier na gruta de Altamira, excavações que a esta hora já devem ter começado mas que se prolongarão até 20 do próximo mês. Foi êle que me convidou, e tal convite não era para desprezar. Depois visitaremos com o Conde de la Vega del Sella a gruta del Castillo (Puente Viesgo), e algumas do *Asturiense*, onde poderei notar *in situ* as diferenças que existem entre essa indústria e a de Camposancos, e para as quais já V. Ex.ª me chamou a atenção[30]. Espero estar de volta lá para o dia 20. Vejo que V. Ex.ª também não foi a Coímbra (sic). E a êsse propósito quere saber o que me escreveu Obermaier? Transcrevo-lhe à letra, a-pesar do francês um pouco... alemão: "Avez-vous été à Coimbra? J'y ai renoncé pour ma part, puisque la préhistoire était seulement représentée par des *dilettanti*, et je tache de travailler peu à peu au nettoyage de ce mélange...» E de facto, àparte o trabalho de V. C. sôbre Alcácer, creio que pouco mais se apresentou nesta secção[31].

Já tenho os materiais reunidos para o artiguito sôbre as gravuras de Oya[32] que sairá, segundo penso, no n.º de Julho-Agosto do Boletim de Orense.

O Casto Sampedro, de Pontevedra, andou há pouco com criancices, querendo obstar às explorações que tenciono fazer em Camposancos. Escrevi-lhe uma carta num tom um pouco *grosso*, e o homem amansou. Não gostou nada de que o Snr. Dr. Leite de V. e V. Ex.ª levassem pedras para Portugal! Como se eu agora não pudesse meter ao bolso um pedregulho que encontro num caminho qualquer! Já é vontade de querer conservar, ou melhor, *armazenar* tudo o que encontra[33]!

Li algures que V. Ex.ª fêz uma comunicação à A.A.P. a respeito do *Austrolopithecus africanus*[34]. Suponho que terá visto as novas observações publicadas a êsse respeito por Boule em *La Nature*, depois já do artigo que êste publicara na *Anthropologie*. Também mandei alguma coisita para a tipografia, sôbre o assunto, e que aparecerá no número de Agosto da Brotéria [35].

Peço mais uma vez desculpa de não lhe ter enviado ainda o pico de la Franca: como desejo fotografá-lo com o que aqui achei em La Guardia, e o tempo ainda m'o não permitiu até hoje, cá está à espera no meu quarto. Mandar-lhe hei depois os dois para que V. Ex.ª os veja também e compare. Sempre ao seu dispor.

Um abraço do seu amigo muito dedicado e grato

Eugénio Jalhay
(assinatura legível)

---

[30] Tratava-se de saber se, de facto, tais indústrias eram contemporâneas do Asturiense, ou mais antigas, ainda paleolíticas, como sustentava Joaquim Fontes. Merecem destaque as relações cordiais de trabalho estabelecidas com Hugo Obermaier e o conde de la Vega del Sella, que viabilizaram o contacto directo de Eugénio Jalhay com as mais importantes estações pré-históricas asturianas. Ver Notas 8, 19 e 23.

[31] Refere-se à comunicação de Vergílio Correia "Uma Conferência sobre a necrópole de Álcacer do Sal", publicada em 1925 no volume 7 da revista "Biblos".

[32] Publicado apenas em 1929 (JALHAY, 1929), depois de um primeiro artigo, mais geral, dedicado à arte rupestre do extremo sudoeste da Galiza (JALHAY, 1926). Ver Nota 26.

[33] Conclui-se que, à época, se considerava legítimo e normal a realização de trabalhos arqueológicos em Espanha por arqueólogos portugueses (e vice-versa..), trazendo-se, para Portugal, os resultados dessas explorações, pelo menos no caso materiais líticos de recolha superficial, como era o caso.

[34] O texto desta conferência não chegou a publicar-se.

[35] Eugénio Jalhay publicou, entre 1925 e 1927, diversos artigos com continuidade na Revista Brotéria, sob o título "O que nos diz a sciência sobre a origem do homem", O artigo em causa deverá corresponder ao publicado no número de Agosto de 1925, a pp. 397-404. Mais tarde, em 1931, o autor voltou a actualizar os conhecimentos sobre tal matéria, em artigo publicado na mesma Revista, intitulado "A antiguidade do Homem (Novos elementos para o seu estudo)."

O Sr. Dr. Leite de V. já cá está para cima. Ainda me escreveu há 3 dias do Pêso (Monção). Vou ver se vem aqui passar ao menos umas horas ao Colégio, a-pesar da pressa com que está êste ano. E V. Ex.ª? Não vai ao Gião[36]? Se cá viesse, tínhamos aqui muito que ver... e até lhe fariam bem uns dias passados aqui à beira-mar!

2.4.4 – Postal. "Tarjeta Postal" dos correios espanhóis

Altamira, 5 de Agosto (de 1925)

Meu querido Amigo

É de junto da célebre gruta que lhe envio estas duas linhas.

Cá estou com o Obermaier, assistindo às escavações interessantíssimas que êle está a fazer na gruta. Estamos agora nas camadas do solutrense e magdalenense inferior.

Daqui a dias chegarão o Duque de Alba, o Conde de la Vega del Sella e o Breuil, de Paris.

O pico de La Guardia, de que lhe falei um dia, foi-me aqui classificado pelo Obermaier de *asturiense típico*. Hei de lh'o mostrar também um dia ao meu amigo. O asturiense foi também encontrado agora na Catalunha. Em todo o caso o mesmo Obermaier me confirmou que também há em Camposancos indústria de tipo do paleolítico inferior[37].

Um grande abraço do seu muito amigo e dedicado

E. Jalhay
(assinatura legível)

2.4.5 – Carta. Papel timbrado da Revista Brotéria

REVISTA BROTÉRIA
SÉRIE MENSAL, « Fé – Sciências – Letras»
Enderêço: CAMINHA (PORTUGAL)

18 de Agosto (de 1926)

Meu bom Amigo

Agradeço-lhe muito a sua carta e folgo imenso com a notícia que me dá da sua vinda aqui. Hei de o (sic) cansar com fazer-lhe ver tantas figuras rupestres, como são as que existem por aqui! Infelizmente eu estarei ausente desde 9 de Setembro até ao fim do mês: espera-me em Nueva o Conde de la Vega del Sella, com quem tenho combinadas várias excursões. Mas daqui até ao dia 9, aqui estou às ordens do meu amigo. Ainda lhe não mandei de novo os clichés de Oya (Villadesuso); dá-los hei a V. Ex.ª quando cá vier [38].

---

[36] Refere-se ao célebre santuário rupestre do Gião, no concelho de Arcos de Valdevez, com gravuras esquemáticas, a que Joaquim Fontes viria a dedicar vários estudos. Esta notável estação pré-histórica, já conhecida em 1925, só em 1932 foi publicada por Joaquim Fontes (FONTES, 1932). No entanto, logo a abrir o seu trabalho, o autor declara que fora identificada pelo Padre José Saraiva de Miranda, que, tempos depois, a visitou em companhia de Félix Alves Pereira. O trabalho de Joaquim Fontes só foi, deste modo, possível graças ao acordo obtido com aqueles dois investigadores, como ele próprio declara, realçando bem o clima de concórdia e de mútuo entendimento então existente (ver nota 21, Documento 2.4.2).

[37] Trata-se da polémica atribuição das indústrias de Camposancos Paleolítico, conforme advogou Joaquim Fontes (FONTES, 1925), posição que, aparentemente, contaria com o apoio de H. Obermaier. Ver, no tocante à opinião anteriormente expressa por este último, a Nota 23.

[38] Ver Nota 26.

Do meu trabalhito sôbre as gravuras daqui não sei que lhe diga. Está em *panne* em Orense há mais de 15 dias, tendo já corrigido as 2.as provas[39]. As fotografias não saíram mal.

Eu ando muito atarefado estes dias, visto estar ausente o P.e Tavares, e ter sôbre mim os encargos da revista. O P. Marinho sai daqui em Setembro para não voltar; o P. Luisier foi à Suíça e só voltará para o novo curso. Eu estive no Douro no princípio deste mês; lá encontrei (Tendais – Sinfães) um marco miliário romano num galinheiro (!) e várias outras velharias romanas. Também lá me deram notícia dum penedo "com um pé gravado, um cavalo e uns sinos"; mas estava tão longe e tinha tão pouco tempo, que não pude ir vê-lo.

O Obermaier chega em Outubro, e espero-o aqui.

Desejo-lhe uma boa cura de repouso em Arganil, bem como a sua Exma. Família.

Dê sempre as suas ordens a quem é

de V. Exa
Amigo mto. dedicado e grato
Eugénio Jalhay
(assinatura legível)

2.4.6 – Carta. Papel timbrado da Revista Brotéria

REVISTA BROTÉRIA
SÉRIE MENSAL, « Fé – Sciências – Letras»
Endereço: CAMINHA (PORTUGAL)

3 de Outubro (de1926)

Meu bom Amigo,

Não sei se estará já de volta da sua excursão, e por isso esta vai um pouco á sorte e à ventura... Se ainda se encontra fora de Lisboa, dê um salto à Galiza, que já o posso acompanhar. Com efeito cheguei ante-ontem da minha pelas Astúrias, que me deixará uma óptima sempre lembrança muito grata e saudosa. Passei uma óptima semana em Nueva em casa do Conde (os criados lembravam-se ainda muito bem do frio do meu amigo, que o obrigava a ir aquecer-se ao fogão da cozinha...).

Com êle visitei El Penicial, Cueto de La Mina, La Riera, Balmori, Cangas de Onis, Peña Tu, Vidiago, etc. etc. e voltei por Altamira [40]. Nesta última gruta já instalaram luz eléctrica, e a casa-museu está pronta. Tirei umas fotografias que depois lhe mandarei Excavámos em Balmori (magdalenense pobre), Cueto de La Mina (solutrense esplêndido (sic); em menos de ½ hora tínhamos uma bela colecção de pontas clássicas) e La Franca. Espero que a sua excursão tenha sido igualmente proveitosa: dê-me notícias dela, que me hão de interessar.

O Obermaier está a estas horas de volta para a Europa. Foi passar ainda uns 15 dias ao Brasil, depois de andar pela Argentina. Mando-lhe com esta o meu trabalhito sôbre as gravuras prehistóricas daqui[41]. Não quis

---

[39] Corresponde ao artigo publicado em 1926 sobre as gravuras do extremo sudoeste da Galiza, já atrás mencionado (JALHAY, 1926).

[40] Trata-se das mais notáveis grutas da região asturiana, que Eugénio Jalhay teve o privilégio de visitar (e de escavar!), na companhia dos seus exploradores. Esta é uma informação até ao presente quase desconhecida, e de evidente interesse para a história da cooperação científica no âmbito da arqueologia dos dois países ibéricos (ver Documento 2.4.4).

[41] Ver Nota 37.

abalançar-me a interpretações, porque acho ainda que é bastante cêdo para isso. O *carro* que entre elas verá, tem despertado interesse.

Estou com pressa, porque tenho uma hora de trabalho atrazado.

Amigo m.to dedicado e grato

Eug Jalhay
(Queira voltar, se f. f.)
(assinatura legível)

P. S. Recebi a comunicação da Associação dos Arqueólogos de que tinha sido nomeado sócio titular da mesma. Ou muito me engano, ou o meu amigo entrou nesta *marosca*. Não vejo motivo para tão grande honra; agradeço-lhe contudo os passos que deu para isso. Mais um estímulo para trabalhar neste campo da pre-história!

2.4.7 – Carta

Caminha, 21 de Outubro (de 1926)

Meu bom Amigo

Apareceu-me hoje aqui de surpresa o D. José Menendez, páraco de Vidiago (Asturias), sócio da "academia de la Historia", de Madrid, e grande entusiasta pela prehistória asturiense. Tem sido companheiro do Conde de la Vega em várias excavações, e ainda ultimamente tinha estado com êle e o Conde em Peña Tu, La Franca etc.[42]. Vieram aqui em automóvel (saíram de Oviedo ontem, às 81/2 h manhã), e em automóvel partiram para aí para ver as nossas colecções de Portugal. Digo *partiram*, porque com o páraco vão dois cavalheiros, um geólogo, outro advogado, mas ambos estudiosos de prehistória. Contam estar em Lisboa no próximo *sábado 23*. Dei-lhes a direcção do meu amigo (Penha de França), e disse-lhes que, se lá o não encontrassem, fôssem à Escola Médica: espero que me fará o favor de lhes dar as indicações necessárias para visitar as colecções daí. Desde já muito obrigado. – Recebi a sua carta, depois escreverei mais pausadamente.

Os excursionistas vão encantados de Sta Tecla.

Amigo mto. grato e admirador E. Jalhay

2.4.8 – Cartão de visita com a indicação impressa "P. Eugénio Jalhay Revista Brotéria – Caminha"

Cumprimenta o seu bom Amigo Dr. Joaquim Fontes e tem o gôsto de lhe apresentar o Sr. D. José Menendez, páraco de Vidiago (Asturias), um dos mais entusiastas da prehistória asturiense e companheiro do Conde de La Vega del Sella nas suas excursões por aquelas terras...

Vai com 2 cavalheiros, um dêles geólogo insigne, e outro notário também da mesma região[43].

---

[42] Peña Tu, gruta da região asturiana, célebre pelas suas pinturas parietais, entre os quais o célebre "ídolo", publicado por J. Cabré em 1914, em colaboração com Eduardo Hernández-Pacheco, em Memória da "Comisión de Investigaciones Paleontológicas y Prehistóricas" e, depois,apenas pelo primeiro no seu opúsculo "Arte rupestre Gallego y Portugués (CABRÉ, 1916). De La Franca provém o pico recolhido em 1917 por Joaquim Fontes e por este trazido para Portugal, mencionado por Eugénio Jalhay no Documento 2.4.2.

[43] Cartão de apresentação referido na missiva anterior.

2.4.9 – Carta. Papel timbrado da Revista Brotéria

REVISTA BROTÉRIA
SÉRIE MENSAL, « Fé – Sciências – Letras»
Endereço: CAMINHA (PORTUGAL)

29 de Outubro (de 1925)

Ex.mo Senhor e bom Amigo

Eu é que lhe devo pedir mil desculpas pelo meu prolongado silêncio. Tenho andado a adiar a resposta à última carta de V. Exª., porque lhe queria falar dos meus trabalhos que tencionava publicar sôbre prehistória dêstes arredores. Não os pude ainda preparar. Um dêles era uma nota sôbre o asturiense de La Guardia (estação por mim encontrada mesmo junto a esta vila) e para a qual desejava fotografar o pico que lá achei com o que o meu amigo me emprestou[44]. Queira acreditar que ainda não me sobejou tempo para isso. Como o Conde de la Vega del Sella me vai mandar agora um caixote com indústria e fauna desse período, envio já a V. Ex.ª o pico que teve a bondade de me mostrar. Muito obrigado.

Mas antes de lhe falar de velharias, quero manifestar ao meu amigo os meus sinceros desejos de pronto restabelecimento da sua Ex.ma esposa, sentindo muito os seus incómodos e o que o meu amigo terá também sofrido com isso. Oxalá que a estas horas tudo tenha passado!

Já terá talvez sabido que a gruta de Altamira esteve por um triz para arruinar-se irremediavelmente. Se não fôssem os cuidados da nova *Junta de protección* que tem como presidente honorário o rei e efectivo o duque d'Alba, a estas horas estaria tudo por terra. O meu amigo conhece como o tecto da gruta, principalmente na *sala* de entrada, está formado por camadas de calcário. Pois bem: uma dessas camadas com talvez mais de 1 m de espessura estava já em perigo iminente de cair, arrastando muito provàvelmente consigo toda a parte superior. O Obermaier desconfiou da coisa, pois a tal camada apresentava já uma curva que metia respeito... Mandou vir engenheiros e arquitectos; e foram estes que deram o alarme. Afirmaram que podia ser questão de dias e mesmo horas. Fechou-se a gruta aos visitantes e começaram logo os primeiros trabalhos. Levantaram colunas para sustentar o tecto e cimentaram toda a superficie que cobre a gruta afim de impedir a humidade e a infiltração das chuvas. O Obermaier escreveu-me de lá consternadíssimo já depois da minha saída. O caso não era para menos!

As escavações foram no jazigo da sala de entrada (à esquerda de quem entra). Foi até uma das tais camadas do tecto, destruída há séculos, que deixou intacto êsse *foyer*. O magdalenense estava òptimamente representado em todos os seus principais períodos. O solutrense, magnífico! O que mais me chamou a atenção foram as pontas de loureiro feitas de quartzite duríssima com a mesma perfeição com que faziam as de sílex. A fauna foi a conhecida: *cervus*, *bos priscus*, *equus*, *capra*... e em abundância a *patella* e a *littorina*. Não encontrámos rena. Foram para mim uns 15 dias deliciosos. Passava as noites em Comillas, e às 8 da manhã lá estava já na gruta, à espera do Obermaier que subia de Puente San Miguel pouco mais ou menos a essa hora (ficou êste ano hospe-

[44] O pico achado anteriormente por Eugénio Jalhay na estação de La Guardia, é o referido em missiva anterior (ver documento 2.4.4), tendo sido classificado de asturiense por H. Obermaier. A publicação mencionada sobre o Asturiense de La Guardia veio a lume na Revista Brotéria, em 1928 (JALHAY, 1928). O pico pertencente a Joaquim Fontes, foi o que ele recolheu na estação asturiense de La Franca. Ver Nota 40.

dado em casa da neta de Sautuola)[45]. O Conde veio nos últimos dias e levantou a sua tenda mesmo ao pé da gruta e quis ter a amabilidade de nos oferecer /sempre de jantar a todos, lá em cima, cozinhado pelo óptimo velho que nunca o deixa nestas excursões. Para o ano espero percorrer as Astúrias com êle, pois êste ano o tempo não me chegou nem sequer para ir a La Franca que não estava longe.

Mostrei-lhe o *pico* de La Guardia e concordou em absoluto com o Obermaier de que era asturiense típico[46]. E quere saber o meu amigo o desaguizado que me sucedeu depois? Escrevi de lá ao Fontela, de Orense, dando-lhe a notícia de que havia mais êste período a registar na prehistória de Galiza (êste Fontela é o tal dos adjectivos...). O homenzinho calou-se muito calado e um mês depois escreve-me que já tinha pronto para a imprensa um trabalho seu sôbre o *asturiense* de Santa Tecla, isto é, sôbre um que êle chamava pico encontrado há 3 anos (!) lá em cima e guardado até hoje no museu *Pro Monte*. Isto só na Galiza!

Respondi-lhe que estimaria muito ver o seu trabalho e felicitava-o pela descoberta (!): mas sempre lhe fui dizendo que estranhava muito que o Obermaier não desse por tal pico no museu, quando lá foi depois de encontrado no monte. Não me tornou a escrever, e agora estou à espera do *Boletim* para ver que asturiense é que ele nos apresenta.

O Obermaier riu-se quando lhe contei o caso em carta enviada já daqui, conforme êle me respondeu. Mas disse-me que o culpado tinha sido eu em manifestar a gente dêste estôfo os meus achados. E é verdade. E a propósito: sabe o meu amigo que êles ainda não podem ver com bons olhos o seu excelente trabalho sôbre Camposancos ? Isto de vir aqui um estrangeiro e mais a mais português, e descobrir o que êles nunca viram nem chegariam nunca a ver, foi para êles um choque eléctrico que ainda dura hoje! [47]. Por isso o Casto Sampedro, de Pontevedra, já andou a dar voltas para impedir as minhas explorações, mandando-me avisos indirectos de que talvez poderia ter algum desgôsto se mandasse pedras para Portugal etc. Já antes dêle houve outro, também de Pontevedra, que me mandou pedir descaradamente fotografias das gravuras de Oya! Como vê, cá e lá más fadas há. Em tôda a parte as mesmas criancices[48].

O Obermaier prometeu-me vir aqui para o ano, ou ao menos, antes do Congresso de Madrid.

E as conferências de V. Ex.ª nesta última cidade? Sempre determinou vir cá honrar-nos a nós e a Portugal?

O Colégio tem agora 250 alunos: é um enxamear de rapazes por todos os cantos. Eu além do trabalho de redacção da Brotéria, tenho a achegazinha de 8 aulas por semana. Agora vou ver se trabalho alguma coisa em prehistória, e já não é sem tempo.

Os Ps. Luisier e Tavares recomendam-se muito.

De V. Ex.ª
Amigo muito grato e dedicado
Eugénio Jalhay
(assinatura legível)

---

[45] Marquês Marcelino Sanz de Sautuola, cuja filha, em visita à gruta de Altamira, feita na companhia do Pai, descobriu acidentalmente as célebres pinturas rupestres, publicadas pelo Marquês em 1880, ante o cepticismo generalizado, que só viria a esmorecer depois de identificadas em França ocorrências comparáveis, já nos primórdios do século XX.

[46] Ver Nota 42. Esta classificação faria estender a distribuição geográfica das indústrias asturienses até, pelo menos, à foz do rio Minho.

[47] Recorde-se que Joaquim Fontes tinha publicado em 1925 a estação de Camposancos, que considerou a "primeira estação paleolítica que se conhece na Galiza", afirmação que, naturalmente, desencadeou polémica, mormente entre os investigadores que de há muito desenvolviam estudos no litoral da província. Ver, a este respeito, as Notas 8, 19, 23, 28 e 35.

[48] Ver, a este respeito, o Documento 2.4.3.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, F. de (1973) – Prof Joaquim Fontes. *II Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses (Lisboa, 1972)*. Actas. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, l, p. 19-24.

BREUIL H. (1917) – La roche peinte de Valdejunco à la Esperança, près de Arronches (Portalegre). *Terra Portuguesa*. Lisboa. 13-14, p. 17-26.

BREUIL, H. (1933a) – *Les peintures rupestres schématiques de Ia Péninsule Ibérique. I – Au Nord du Tage*. Lagny-sur-Marne: Imprimerie de Lagny.

BREUIL, H. (1933b) – *Les peintures rupestres schématiques de la Péninsule Ibérique. II – Bassin du Guadiana.* Lagny-sur-Marne Imprimerie de Lagny.

CÁBRÉ, J. (1916) – *Arte rupestre gallego y portugués (Eira dos Mouros e Cachão da Rapa)*. Lisboa: Livraria Ferin (*Memórias da Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais,* 2).

CARDOSO, J. L. (1999) – O Professor Mendes Corrêa e a arqueologia portuguesa. *Al-madan*. Almada. Série II, 8, p. 138-156.

CARDOSO, J. L. (2004) – Correspondência anotada de David Lopes a José Leite de Vasconcelos. *Colectânea de estudos em Homenagem ao Académico de Mérito Professor Dr. José Pedro Machado no seu 90º. Aniversário*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, p. 451-504.

CARDOSO, J. L. & MELO, A. Ávila de (2001) – Correspondência anotada de Carlos Ribeiro e de Nery Delgado: contribuição para a história da Arqueologia em Portugal. *Comunicações do Instituto Geológico e Mineiro*. Lisboa. 88, p. 309-346.

CASTELO-BRANCO, A. de (1961) – O Professor Joaquim Moreira Fontes e os Serviços Geológicos de Portugal. *Arqueologia e História*. Lisboa. Série VIII, 10, p. 177-182.

COELHO, J. (1924) – *Estudos Prèhistóricos II. Policromia megalítica*. Viseu: Tipografia Popular.

FONTES, J. (1915) – Sobre a tatuagem facial em ídolos prehistóricos e gentílicos. *Arquivo de Anatomia e Antropologia*. Lisboa. 3 (2), p. 61-64.

FONTES, J. (1925) – Estação paleolítica de Camposancos (Pontevedra-Espanha). *Brotéria.* Caminha. 1 (l), p. 7-16.

FONTES, J. (1926) – Uma excursão arqueologica à Galiza. Arqueologia e História. Lisboa. 5, p. 25-60,

FONTES, J. (1932) – Sobre algumas figuras rupestres do sanctuario pré-histórico do Gião. *Revista de Arqueologia.* Lisboa. l, p. 75-82.

HERNÁNDEZ-PACHECO, E. (1959) – *Prehistoria del solar hispano. Orígenes del arte pictórico*. Madrid: Real Academia de Ciencias Exactas, Físicas y Naturales (Serie de Ciencias Naturales. Memorias, 20).

JALHAY, E. (1926) – Los grabados rupestres del extremo sudoeste de Galicia. *Boletin de la Comisión Provincial de Monumentos Historicos y Artisticos de Orense.* Orense. 7 (167), p. 373-385.

JALHAY, E. (1928) – A estação asturiense de La Guardia. *Brotéria*. Caminha. 6 (2), p. 75-90.

JALHAY, E. (1929) – Algunos ejemplares de arte rupestre en los alredores de Oya (Pontevedra). *Boletin de la Comisión Provincial de Monumentos Historicos y Artisticos de Orense.* Orense. 8 (184), p. 305-312.

OLIVEIRA, E. Pires de (1993) – *Bibliografia arqueológica portuguesa (séc. XVI-1934)*.Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico – Departamento de Arqueologia.

PAÇO, A. do (1961) – Joaquim Fontes, arqueólogo. *Arqueologia e História*. Lisboa. Série VIII, 10, p. 13-38.

VEGA DEL SELLA, conde de la (1923) – *El Asturiense nueva industria preneolítica*. Madrid: Museo Nacional de Ciencias Naturales (*Comisión de Investigaciones Paleontológicas y Prehistóricas*, Memória 32).

XXII

OLHARES PIONEIROS: A OBRA ARQUEOLÓGICA DE ARISTIDES DE AMORIM GIRÃO [1]

Cumpre-me, antes de mais, declarar o quanto me é grato voltar a Vouzela, e estar hoje convosco, nesta ocasião tão agradável por homenagearmos a memória de um dos mais ilustres filhos deste Concelho e, para mais, com o mote de o evocarmos na perspectiva da sua obra arqueológica. Não podia, pois, deixar de responder pela positiva ao amável convite endereçado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vouzela, a quem desde já muito agradeço, bem como ao meu caro amigo e companheiro de muitos anos das lides arqueológicas, o Doutor António Faustino Carvalho, que o tornou possível. A ambos, o meu muito obrigado pela oportunidade concedida de falar hoje sobre a obra arqueológica de Aristides de Amorim Girão, ainda que só parcialmente, pois deixarei intencionalmente de fora alguns aspectos estranhos à região de Lafões, como é o caso dos campos fortificados romanos objecto de alguns estudos de muito interesse – como sempre – por ele publicados no Boletim de Estudos Geográficos da Universidade de Coimbra, por ele próprio fundado, e hoje quase esquecidos.



Fig. 1 – Retrato a óleo de Aristides de Amorim Girão. FLUC/Fundação Eng. António de Almeida.

***

O Prof. Doutor Aristides de Amorim Girão nasceu em Fataúnços (Vouzela) a 16 de Junho de 1895, vindo a falecer em Coimbra, a 7 de Abril de 1960 (Fig. 1). O seu biógrafo e discípulo, o Prof. J. M. Pereira de Oliveira, na sessão que a Sociedade de Geografia de Lisboa promoveu de Homenagem à sua Memória, em Novembro de 1991, declarou que os desvios da sua formação universitária em Geografia, que seguiu devotadamente até à morte que o surpreendeu, embora já debilitado, em plena laboração, são "dois ou três títulos principais que dedicou a estudos de Arqueologia", afirmação que não se pode subscrever, como se verá.

[1] Conferência de Abertura das Jornadas "Nos 100 anos das Antiguidades Pré-Históricas de Lafões" Homenagem a Aristides de Amorim Girão (Vouzela, 2 e 3 de julho de 2021). Publicada nas respectivas Actas, editadas pela Câmara Municipal de Vouzela em 2023. Modificada.

Contudo, a publicação do seu primeiro trabalho científico, verificada em 1921, é dedicado à Arqueologia (GIRÃO, 1921), e coincidiu com a fase final da preparação da sua tese de doutoramento, de temática histórico-geográfica, intitulada "A bacia do Vouga. Estudo geográfico", apresentada à Universidade de Coimbra no ano seguinte.

Nele se evidencia a importância do trabalho de campo realizado, bem expresso na natureza das observações produzidas, servidas por expressão literária extremamente cuidada, rigorosa sem deixar de ser vernácula, denotando um espírito apaixonado e profundamente motivado por tudo o que fazia. Note-se que esta publicação ocorreu quando apenas tinha 26 anos, sendo pois perfeitamente compreensível tão evidente entusiasmo, que soube conservar pela vida fora, em resultado da imensa curiosidade por tudo o que via, acompanhada pela análise rigorosa do que observava, duas características permanentes das suas obras.

Foi-lhe assim possível entrosar matérias de natureza só aparentemente díspar, do foro geográfico, geológico, etnográfico, linguístico, histórico e sociológico, lembrando José Leite de Vasconcelos, pois, como a este, tudo o interessava, e tudo registava em detalhe. Às suas observações acrescentava a mais valia que era o desenho ou a fotografia, logo presente já nesta sua obra seminal.

Na verdade as "Antiguidades pré-históricas de Lafões", correspondem a obra que abarca territórios três concelhos: Vouzela, S. Pedro do Sul e Oliveira de Frades (Fig. 2). Pelo seu interesse, que mantinha intocado 80 anos depois, foi esta mesma obra reproduzida integralmente em fac-simile, em 2000, em edição conjunta da Câmara Municipal de Vouzela e do Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Coimbra.

Tem interesse registar a explicação avançada para a palavra Lafões (baseado em David Lopes), derivada de palavra árabe designando "os dois irmãos", no caso dois altos fronteiros, ambos com vestígios de ocupação antiga, o


ARISTIDES DE AMORIM GIRÃO

ANTIGUIDADES PRE-HISTÓRICAS

DE

LAFÕES

CONTRIBUIÇÃO PARA O ESTUDO DA ARQUEOLOGIA DE PORTUGAL

COIMBRA

Ao Ex.mo Senhor Dr. Carlos Teixeira,
em recordação de uma passeio por terras de
Alfragueira, com mtos agradecimentos
A. de Amorim Girão
Coimbra, Dez.º 1939

ANTIGUIDADES PRE-HISTÓRICAS

DE

LAFÕES

Fig. 2 – Capa de um exemplar da obra "Antiguidades pré-históricas de Lafões (GIRÃO, 1921), com dedicatória do autor a Carlos Teixeira, à época naturalista da Faculdade de Ciências do Porto, datada de Coimbra de dezembro de 1939. Arquivo de João Luís Cardoso.

monte Lafão e o monte da Senhora do Castelo, bem visíveis na paisagem. Por outro lado, para o autor, Vouzela seria corrupção de um afluente do Vouga, o Vacua dos Romanos, depois Vauga e Vouga, cujo diminutivo, o pequeno Vouga, seria Vaucella, contrariando assim a ideia de palavra composta pelos nomes dos dois rios, o Vouga e o Zela.

Antes de entrar na análise dos vestígios pré-históricos, desenvolve interessantíssimas considerações sobre a ocupação proto-histórica e depois romana e medieval do território de Lafões, que se lêem com gosto, graças à prosa ágil do autor.

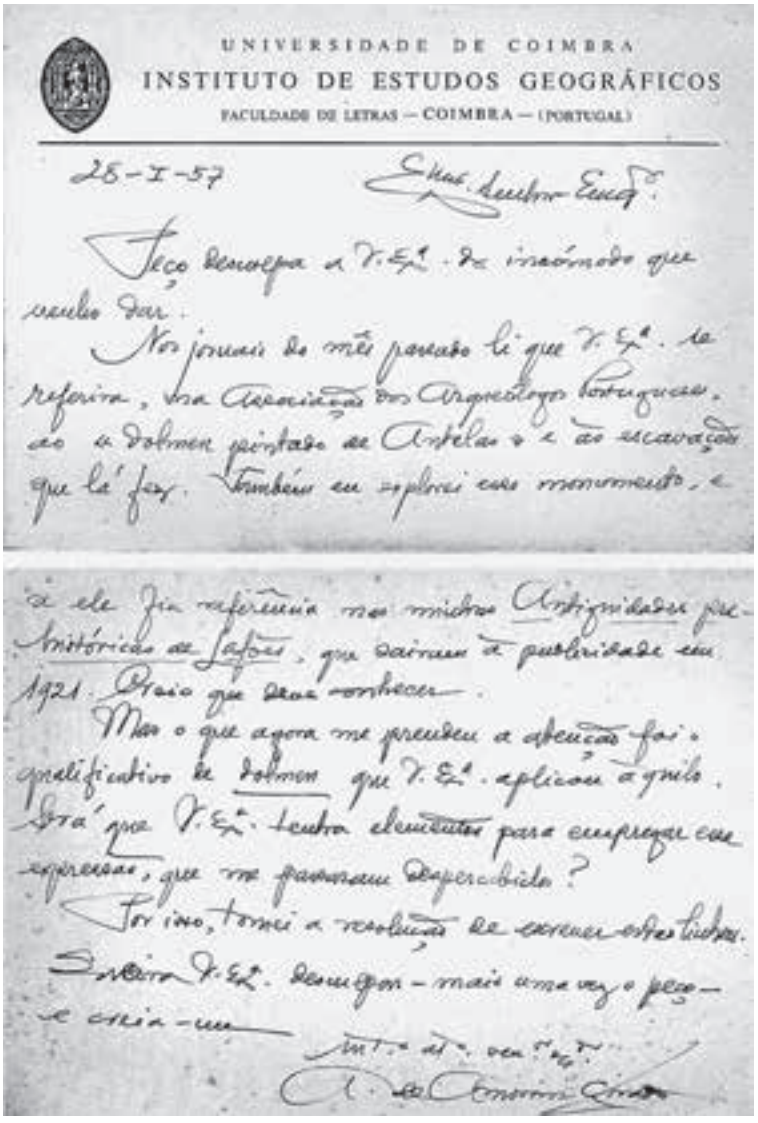
Entre muitas outras informações, destacam-se, no campo arqueológico, as respeitantes a uma inscrição rupestre, dita lusitana, que encontrou num penedo, no local de Corgas Roçadas, entre Corgas e Vermilhas (serra do Caramulo), com o nome PAISICAICVS, que atribuiu a divindade pré-romana, como outras conhecidas na Beira Alta. Prosseguiu, com a análise dos testemunhos de época romana, assinalando a via que, vinda de Vilarigues, passava por Vouzela, ao longo da qual refere três marcos miliários, dois deles servindo de esteios a latada na povoação de Benfeitas, o terceiro por ele identificado casualmente, por se encontrar quase totalmente enterrado, servindo de suporte a uma mesa de pedra então existente no adro da igreja paroquial de Reigoso.

Já da Idade Média, é a lápide de fundação de antiga albergaria existente naquela povoação, datada de 1195, conforme inscrição latina aberta em pedra calcária e por conseguinte estranha à região, a qual fez transportar para Coimbra, onde foi limpa e depois lida pelo Professor António de Vasconcelos, identificando o seu instituidor: o alcaide Cerveira. Coisa notável, a preciosa pedra, depois de estudada, regressou à origem, não sem antes dela se terem feito duas cópias, uma remetida para o Museu Etnológico Português, em Lisboa, então dirigido por Leite de Vasconcelos (o actual Museu Nacional de Arqueologia), outra entregue na Universidade de Coimbra. Numa época em que era fácil e até usual que tais preciosidades fossem subtraídas às regiões de origem, invocando motivos científicos, para nunca mais voltarem, a atitude do jovem Amorim Girão comprova o profundo respeito pelos seus conterrâneos, não os privando de tão importante monumento para a história local, que ficou assim inquestionavelmente valorizada.

A introdução às "Antiguidades pré-históricas de Lafões" revela a capacidade do jovem Amorim Girão, em comunicar, aos seus amigos e colaboradores, circunstanciais companheiros, o seu entusiamo pelos trabalhos e explorações a que meteu ombros: "E entretanto decorria Janeiro de 1917. Estávamos a 12 do mês, na festa de anos do meu querido conterrâneo e amigo Aurélio de Sousa Melo, e essa festa proporcionou-me o acaso feliz de, momentos antes do jantar, na adega, com a primeira denunciação de dois copos de óptimo Falerno [vinho de alta categoria produzido na região de Nápoles], abordar o então professor primário de Ventosa, José Manuel da Silva, que conhecia bem a serra do Caramulo e suas dependências (...). Seguiram-se as excursões e os trabalhos. Logo no dia 18 de Janeiro, uma abundante queda de neve não impedia que eu e os meus dedicados amigos (...) fizéssemos a primeira viagem de reconhecimento à Malhada e ao Ventoso, onde examinámos os primeiros dolmens. Desde logo se projectou a sua exploração, que se não fez esperar (...). Em 24 do referido mês (de Março), fazíamos a exploração de uma das antelas sitas junto da povoação do mesmo nome, que se nos revelou absolutamente intacta, e logo a 28 partíamos para o Caramulo em busca de novos megálitos e com destino a uma ligeira pesquisa no dolmen da Meruje, que no dia seguinte se efectuava." (p. VI, VII).

Assim se iniciam os trabalhos arqueológicos de Amorim Girão na rica região dolménica de Vouzela, então totalmente ignorada, destacando-se desde logo a prioridade que deu à exploração do dólmen de Antelas. Este monumento do concelho de Oliveira de Frades veio a revelar, nas escavações ali realizadas em 1956, o que seria o mais extraordinário monumento dolménico com pinturas rupestres até ao presente conhecido, correspondendo a uma autêntico templo pré-histórico subterrâneo (CARDOSO, 2002, p. 240).

Importa referir que as explorações ali efectuadas em 1917 por Amorim Girão conduziram à identificação das primeiras pinturas no monumento, assim por ele descritas: "as lajes, alisadas na face interna, apresentam uns vivos desenhos em xadrez, a ocre vermelho, estando a tinta perfeitamente conservada, mesmo na parte mais directamente exposta à intempérie" (GIRÃO, 1921, p. 36). Mas ainda bem que na época as explorações não progrediram mais, pois de contrário já nada deveria restar destes notáveis testemunhos. Quarenta anos depois, o mesmo monumento foi objecto de escavação integral por Octávio da Veiga Ferreira, Abel Viana e Luís de Albuquerque e Castro. A tais explorações reagiu Amorim Girão em missiva dirigida a Octávio da Veiga Ferreira datada de 28/1/1957, que se reproduz na íntegra (Fig. 3):


UNIVERSIDADE DE COIMBRA
INSTITUTO DE ESTUDOS GEOGRÁFICOS
FACULDADE DE LETRAS — COIMBRA — (PORTUGAL)

28-I-57

Ex.mo Senhor Engº.

Peço desculpa a V. Exª. do incómodo que venho dar.

Nos jornais do mês passado li que V. Exª. se referira, na Associação dos Arqueólogos Portugueses, ao «dolmen pintado de Antelas» e às escavações que lá fez. Também eu explorei esse monumento, e a ele fiz referência nas minhas Antiguidades pre-históricas de Lafões, que sairam à publicidade em 1921. Creio que deve conhecer. Mas o que agora me prendeu a atenção foi o qualificativo de dolmen que V. Exª. aplicou áquilo. Será que V. Exª. tenha elementos para empregar essa expressão, que me passaram despercebidos?

Por isso, tomei a resolução de escrever estas linhas. Queira V. Exª. desculpar – mais uma vez o peço – e creia-me

Mt.º at.º ven.ºr ob.do

A. de Amorim Girão

Fig. 3 – Missiva de Aristides de Amorim Girão para Octávio da Veiga Ferreira datada de 28 de janeiro de 1957 respeitante ao dólmen de Antelas (in CARDOSO, 2008). Arquivo João Luís Cardoso/Octávio da Veiga Ferreira.

Esta missiva tem o interesse de comprovar que, perto do fim de uma vida de trabalhos quase inteiramente dedicados à Geografia e à sua Universidade, e apesar da fragilidade da sua saúde, o autor mantinha o interesse pelos desenvolvimentos que observava na Arqueologia portuguesa e, em particular, nos espaços

e monumentos que tinha investigado muitos anos antes, embora não possa deixar de causar estranheza a dúvida de Amorim Girão, em 1957, sobre a natureza dolménica do monumento por ele identificado como tal em 1917.

Conhece-se uma fotografia de 1956 da câmara do monumento que deixa ver restos de pinturas ao nível do solo, em situação semelhante à que foi deixada por Amorim Girão em 1917 (Fig. 4); por outro lado, a sua dúvida, hoje em dia para nós insólita, por se tratar obviamente de um dólmen, resulta do facto de, para ele, só os megálitos com corredor deverem ser assim designados; os de câmara fechada ou desprovidos de corredor foram por ele designados de "antelas", e tal facto estava em plena concordância com a realidade por ele observada, conforme desenho que apresenta do monumento, que se manteve com o aspecto de ser de facto desprovido de corredor, realidade claramente registada em planta levantada por Abel Viana em 1956 antes das escavações realizadas nesse mesmo ano (Fig. 5).

Na verdade, depois de escavado, o dólmen evidenciou possuir corredor bem desenvolvido, que antes não se tornava evidente porque, como é sabido, os esteios do corredor serem, frequentemente, mais baixos que os da câmara (Fig. 6).

O notável trabalho realizado por Amorim Girão no capítulo do megalitismo funerário de Lafões foi já objecto de estudo de minha autoria, publicado em 1999 (CARDOSO, 1999). Ali se reproduziu a carta elaborada e publicada por Amorim Girão em 1921, a qual serviu de base para a revisão então elaborada (Fig. 7). As vinte e oito ocorrências arqueológicas nela assinaladas por Amorim Girão, e que serviram de base para a carta publicada em 1998 por Vera Leisner, apoiada nos reconhecimentos de campo efectuados na região por ela e seu marido, Georg Leisner, na década de 1930, distribuem-se pelas duas categorias acima referidas: dólmens com corredor, antelas (monumentos fechados) e mamoas (montículos de aterro, com ou sem estruturas enterradas) evidenciando distribuição não aleatória no terreno.



Fig. 4 – Câmara do dólmen de Antelas, antes das escavações, com pinturas observ´veis no esteio da cabeceira. Arquivo João Luís Cardoso/Octávio da Veiga Ferreira.

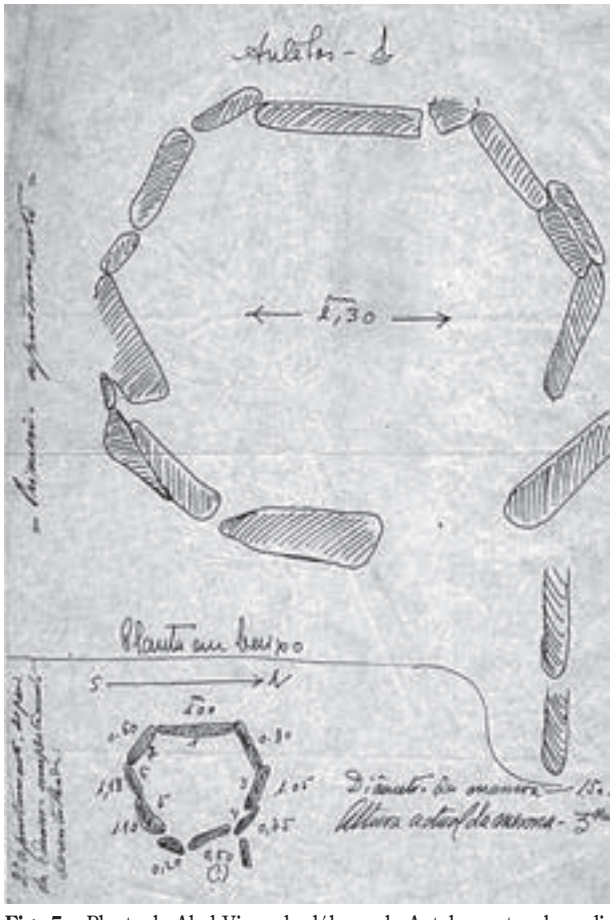


Fig. 5 – Planta de Abel Viana do dólmen de Antelas, antes da realização das escavações em profundidade, evidenciando aparentemente um monumento fechado desprovido de corredor. Arquivo João Luís Cardoso/Octávio da Veiga Ferreira.

De facto, é nítida a agregação de dois a quatro monumentos, constituindo núcleos, embora também ocorram monumentos isolados.

Alguns, do concelho de Vouzela, mereceram destaque: é o caso do dólmen da Casa da Orca da Malhada de Cambarinho cujo desenho à pena foi publicado por Amorim Girão (GIRÃO, 1921, Fig. 7) (Fig. 8). Inicialmente, admitia-se ser este um monumento do tipo galeria coberta, mas, já no final do século XX, essa interpretação evoluiu para se considerar que o que dele restava era apenas o corredor, como referiu Pedro Sobral de Carvalho e colaboradores (CARVALHO, GOMES & COIMBRA, 1993), tendo os esteios da câmara sido completamente removidos, como se evidencia na planta publicada por Vera Leisner (LEISNER, 1998, Tf. 10, mod.).

Os espólios publicados por esta autora, e que em parte tinham já sido objecto de publicação por Amorim Girão (GIRÃO, 1921, Est. 1, n.º 1 e n.º 3), com pontas de seta de sílex de base triangular e lâminas profusamente retocadas (Fig. 9), denunciam a utilização do monumento nos finais do 4.º / inícios do 3.º milénio a.C., acompanhado de dois outros monumentos identificados pelo autor nas imediações próximas e que por isso bem merecem ser investigados de forma integrada. Importante é a presença de um cristal de quartzo de evidente significado simbólico.



Fig. 6 – Vista geral do dólmen de Antelas, no final das escavações, evidenciando tratar-se de monumento com câmara bem diferenciada e corredor longo (arquivo OVF/JLC). Arquivo João Luís Cardoso/Octávio da Veiga Ferreira.

Outro monumento que justifica destaque é a anta do Ventoso ou Cova da Moura, assim nomeada por se encontrar ainda muito enterrada na respectiva mamoa, conhecendo-se dela desenho à pena (GIRÃO, 1921, Fig. 6) e a respectiva planta (LEISNER, 1998, Tf. 10, mod.) (Fig. 10). Amorim Girão descreve-a do seguinte modo: "Este monumento é composto de oito esteios monolíticos de cêrca de 3 m. de altura: dois deles acham-se caídos sobre o solo, e apenas os seis restantes sustentam a pesada laje de cobertura, que mede 2,30 m. de comprimento por 1,70 m. de largura. Estes últimos repousam inclinados uns contra os outros por forma que se sustentam (...)" (GIRÃO, 1921, p. 47). O autor declara nada ter encontrado, mas o bom estado do monumento, a que acresce a indefinição da sua planta, visto a publicada por Vera Leisner não autorizar a existência de corredor, justifica a sua reescavação.

Estes dois monumentos inscre- vem-se na região da serra do Cara- mulo, uma das três considerada na divisão geográfica do território de Lafões, onde se identificaram outros monumentos, como a anta da Lapa de Meruje ou de Vermilhas que classifica como "soberbo exemplar sobretudo pelas dimensões do chapéu, com 3,0 m de comprimento, sustentado por seis esteios com cerca de 3,0 m de altura tendo a mamôa aproximadamente 10 m de raio (Fig. 11).

Nesta tão rica e bela região dolménica, era apenas conhecido, antes do estudo seminal de Amorim Girão um único dólmen, a formosa Pedra de Arca, ou anta do Espírito Santo de Arca (no concelho de Oliveira de Frades) com o seu chapéu ainda milagrosamente intacto, como que a desafiar a força inexorável da gravidade.

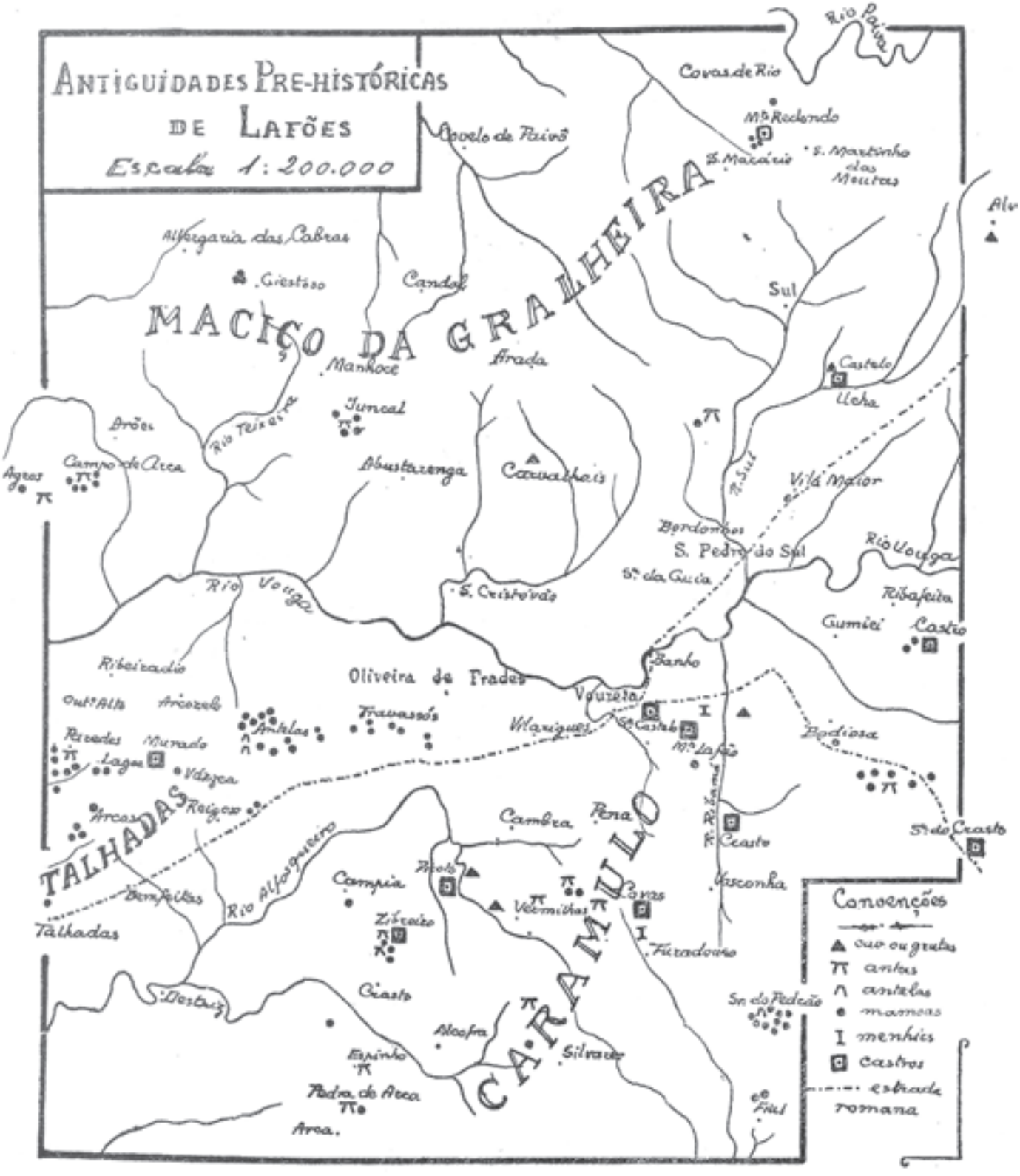


Fig. 7 – Carta dos monumentos arqueológicos da região de Lafões inventariados por A. de Amorim Girão (GIRÃO, 1921).

À região central do território de Lafões o autor reporta, entre outro monumentos, o já referido dólmen de Antelas e, do lado de São Pedro do Sul, também grutas e abrigos sob rocha, que se juntam aos identificados na região do Caramulo, como a Cova do Lobisomem em Cambra e o Poço do Urso em Vermilhas, a que se junta agora a Cafúrnea, a qual tal tem origem antrópica (galeria mineira ?) tal como acontece como as anteriores.

É importante registar que o único testemunho metálico assinalado na monografia é uma ponta de lança de bronze, aparecida não longe de uma destas cavidades da região oriental lafonense, da qual, infelizmente, não apresenta desenho, pelo que se fica lamentavelmente sem saber os indispensáveis detalhes que permitiriam a classificação da mesma.

Enfim, à região do maciço montanhoso da Gralheira reportou Amorim Girão diversas antas importantes e bem conservadas, como a Pedra da Moura do Campo de Arca (Macieira de Cambra) considerado o monumento melhor conservado (op. cit., p. 66) e a notável anta do Coval, entre as povoações de Coval e Agros, do mesmo concelho, igualmente muito bem conservada sob a mamôa, e com a particularidade de possuir longa galeria voltada a NE, quando a tendência dominante é a abertura para o quadrante de SE.



Fig. 3 – Casa da Orca da Malhada de Cambarinho. Desenho artístico da galeria, feito à pena (seg. GIRÃO, 1921, Fig. 7).

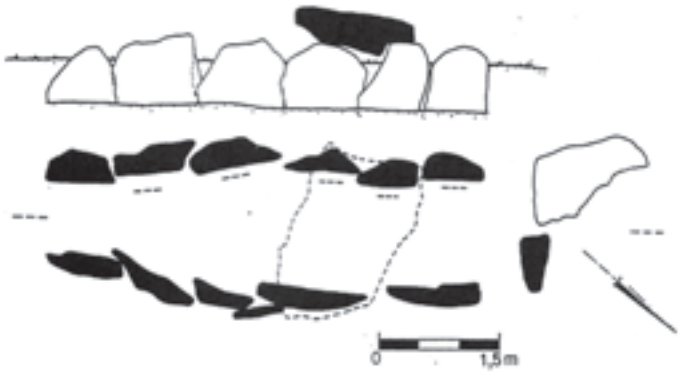


Fig. 4 – Casa da Orca da Malhada de Cambarinho. Planta do corredor do monumento dolménico, a única parte que dele se conservou (seg. LEISNER, 1998, Tf. 10, modificada).

Fig. 8 – Dólmen da Casa da Orca da Malhada de Cambarinho, seg. A. de Amorim Girão e V. Leisner (In CARDOSO, 1999).

A épocas essencialmente mais recentes devem pertencer os testemunhos de sítios habitados, com vestígios de muralhas ou mesmo de habitações, os quais, alcandorados no alto dos montes, envoltos em lendas, e também, de forma mais prosaica, em densa vegetação quase intransponível, foram também registados pelo autor. Alguns bem mereciam levantamento sistemático, podendo, uma minoria que fosse, remontar à época pré-histórica, tal qual o verificado em outras regiões interiores do país, com em Trás-os-Montes e Alto Douro (SANCHES, 1997) ou, mais perto, na região de Fornos de Algodres VALERA, 1997), que sugerem a possibilidade, como já referi há mais de 20 anos "de também um dia virem a ser confirmados no aro vouzelense" (CARDOSO, 1999, p. 201).

Já os dois monumentos megalíticos não funerários identificados por Amorim Girão – os supostos menires de Bicão dos Conqueiros, enorme massa granítica de tendência piramidal e pontiaguda, com cerca de 10 m



Fig. 7 – Casa da Orca da Malhada de Cambarinho. Materiais líticos exumados: 1, 3 e 8 – lâminas e lamelas retocadas ou não, possuindo a última frente de raspadeira; 2 – trapézio; 4 a 6 – pontas de seta; 7 – cristal de quartzo (seg. LEISNER, 1998, Tf. 10, modificado).

Fig. 9 – Materiais arqueológicos exumados no dólmen da Casa da Orca da Malhada de Cambarinho, seg. A. de Amorim Girão (in CARDOSO, 1999).

de altura, situada em Covas , e o monólito de Pedras Altas, em Fataúnços, este com depressões irregulares bem visíveis na figura publicada (GIRÃO, 1921, Fig. 11), supostas fossetes (Fig. 12) são, na verdade, massas naturais, conforme se apurou mais tarde (SILVA & SILVA, 1994) , a última das quais de forma caprichosa, que justificou o arranque pelo actual proprietário, implantando-a no seu jardim... (informação de A. F. Carvalho, de 28/6/2021).

***

Outro domínio abordado por Amorim Girão é o da arte rupestre, identificada pelo autor na serra das Talhadas, que constitui capítulo próprio da obra. Para além de diversos monumentos dolménicos, e sítios muralhados, nas Benfeitas, no local denominado Ferraduras Pintadas, identificou vasta laje insculturada, cujos símbolos genericamente se inscrevem na arte esquemática do noroeste peninsular, incluindo podomorfos (Fig. 13). Note-se que esta foi publicação pioneira m Portugal sobre tal temática, envolvendo o levantamento gráfico integral de um painel insculturado, antecedendo em alguns anos o primeiro estudo dedicado por Joaquim Fontes ao santuário do Gião, em Arcos de Valdevez (FONTES, 1932). Não longe, no sítio denominado Cantinhos (Fig. 14), observou Amorim Girão outra laje ostentando um conjunto constituído por diferentes símbolos, que se inscrevem também no mesmo ciclo de arte esquemática da transição do 3.º para o 2.º milénios a.C., de acordo com a "cronologia curta" defendida por António Martinho Baptista (BAPTISTA, 1983/1984). Estas duas superfícies insculturadas revelam semelhanças com outras ocorrências do norte de Portugal, com destaque para o célebre painel do Cachão da Rapa (Carrazeda de Ansiães), o primeiro a ter sido publicado a nível mundial, em 1734, por Jerónimo Contador de Argote (ARGOTE, 1734), mais tarde reapreciado por Juan Cabré em 1916 (CABRÉ, 1916).

Pode ter sido este antecedente setecentista, do qual entretanto se tinha perdido a localização (depois recuperada, cf. SANTOS JÚNIOR, 1934), que incitou a curiosidade do nosso homenageado por esta linha de investigação, até então quase desconhecida em Portugal, exceptuando o estudo pioneiro de Leite de Vasconcelos, publicado em 1907, sobre as pinturas que encontrou em dólmenes da Beira Alta (VASCONCELOS, 1907). Seja como for, evidencia-se, uma vez mais, a capacidade de Amorim Girão em valorizar domínios de investigação então quase desconhecidos entre nós; logo em 1925 publicou na "Biblos" artigo mais desenvolvido sobre esta

temática, que sem dúvida o fascinou, intitulado "Arte rupestre em Portugal" (GIRÃO, 1925), acrescentando às duas insculturas lafonenses mais ocorrências por si identificadas, desenvolvendo, tanto quanto à cronologia como ao seu significado, considerações que ainda hoje são relevantes.

Quanto à cronologia, considera tais manifestações de época neolítica, associando os petróglifos de Eiras da Seixa às pinturas a ocre do dólmen de Antelas, dada a sua proximidade, relação reforçada pela presença de insculturas em esteios dolménicos, que foi o primeiro a identificar de forma cabal, ilustrando o seu referido estudo de 1925 com as existentes no dólmen de Carvalha do Fial, com todos os monólitos que integram a câmara decorados do lado interno, a que se somam outros, observados em blocos soltos ou ligados ao substrato geológico, a cerca de 100 m, na Gândara do Fial (Tondela).



Fig. 5 – Anta do Ventoso ou Cova da Moura. Planta e alçado do Monumento, ainda quase totalmente enterrado na mamoa (seg. LEISNER, 1998, Tf. 10, modificado).



Fig. 6 – Anta do Ventoso ou Cova da Moura. Desenho artístico da parte visível, feito à pena (seg. GIRÃO, 1921, Fig. 6).

Fig. 10 – Anta do Ventoso ou Cova da Moura, seg. A. de Amorim Girão e V. Leisner (in CARDOSO, 1999).

***

A notável publicação que são as "Antiguidades pré-históricas de Lafões", parece ter saído de um espírito já amadurecido pelos anos, não fosse o entusiasmo contagiante que levou o autor a contrair doença grave, pelos excessos passados na serra, perdidos os companheiros das primeiras explorações, um por ter requerido colocação como professor primário no Minho, o outro por ter de se exilar em 1919, abortada a insurreição monárquica no norte do País. Mas trata-se sempre de um empenho consequente ainda que idealista, ou seja iluminado por ideias superiores, cuja concretização estava acima das suas forças; a tal propósito, declara na introdução das suas "Antiguidades" a p. X/XI: "a Beira Alta tem sido votada (...) ao mais execrável esquecimento (...). E, não obstante isso, é das regiões mais ricas do país em restos monumentais dos tempos pré-históricos (...)".

Evocando Espanha, onde à época eram exemplares as publicações sobre Pré-História consubstanciadas nas célebres Memórias editadas pela "Comisión de Investigaciones Paleontológicas y Prehistóricas", sediada em Madrid no Museo Nacional de Ciencias Naturales, em Portugal, pontificava a ausência da intervenção dos poderes públicos para apoiar as iniciativas dos particulares ou das instituições. É o caso desta, por si empreen-



Fig. 5. *Lapa da Meruje*, anta de Vermilhas.

(*Cliché* de Antero Girão)

Fig. 11 – A Lapa de Meruje, enorme monumento megalítico perto de Vermilhas, seg. A. de Amorim Girão (GIRÃO, 1921, Fig. 5).



Fig. 11. — *Pedras Altas*, menhir de Fataúnços.

(*Cliché* do Autor)



Fig. 10. – *Bicão dos Conqueiros*, menhir de Covas.

(*Cliché* de Antero Girão)

Fig. 12 – Os penedos de Pedras Altas e de Bicão dos Conqueiros, interpretados como menires por A. de Amorim Girão (GIRÃO, 1921, Figs. 10 e 11).



FIG. 1. — Sinais gravados na pedra das *Ferraduras Pintadas*.

Fig. 13 – O petróglifo das Ferraduras Pintadas, Benfeitas, serra das Talhadas (GIRÃO, 1925, Fig. 1).

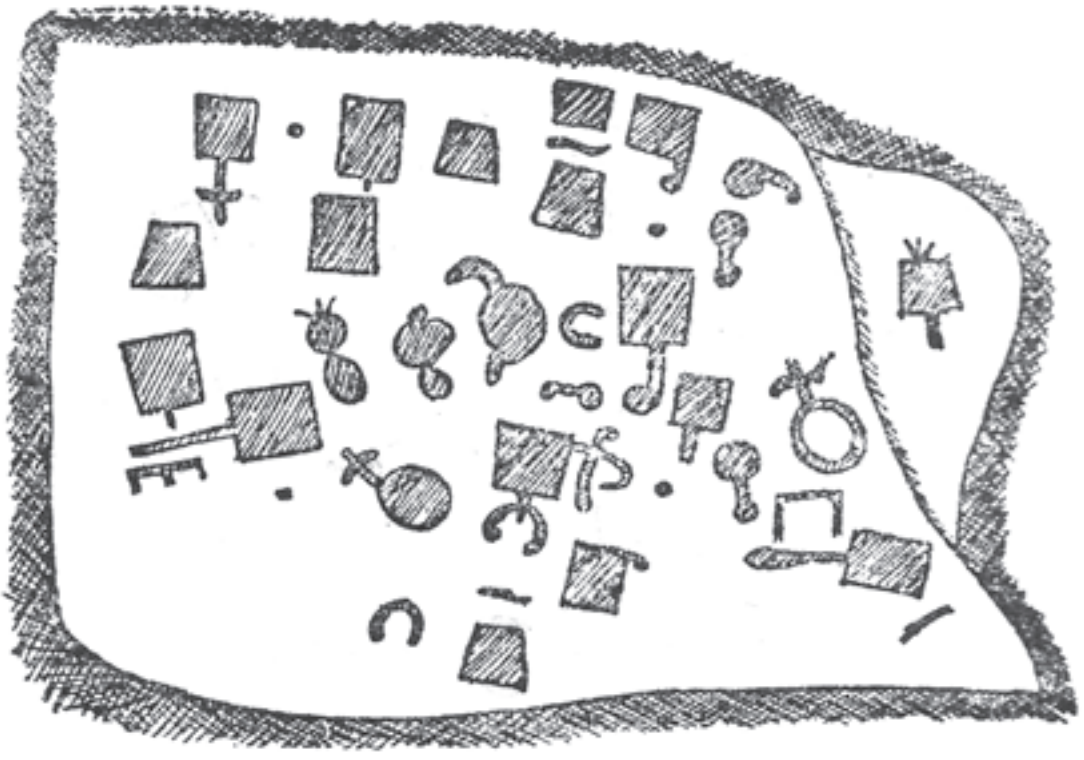


FIG. 2. — Sinais gravados na pedra dos *Cantinhos*.

Fig. 14 – A Pedra dos Cantinhos, petróglifo da serra das Talhadas (GIRÃO, 1925, Fig. 2).

dida em 1917 nas terras de Lafões, cujo objectivo foi, como ele próprio declarou, para que se "perpetue a glória que nos coube em 1880, com a realização em Lisboa do Congresso Internacional de Arqueologia pré-histórica".

E foi este espírito militante, a um tempo idealista e pragmático, servido por forte capacidade de observação e de concrerização que explica a obra monumental do autor, corporizada em extensas monografias de diversa temática geográfica, onde o rigor da observação no campo (Fig. 15) se aliou invariavelmente à valorização do detalhe, a partir do qual assentará sempre a construção subsequente da síntese.

Na verdade, é muito reconfortante verificar, no presente e em Vouzela, a prossecução dos esforços desenvolvidos por Amorim Girão e que este preconizava fossem continuados, pelos seus continuadores que, com esta iniciativa, quiseram homenagear a memória do Mestre que os antecedeu. E ainda bem que assim foi: mais de cem anos de silêncio separam o som das ferramentas manipuladas por Amorim Girão e o produzido pelos seus continuadores de hoje, no território de Vouzela, apesar de ter existido investigação, publicação e divulgação do património arqueológico concelhio, a começar pelos notáveis estudos publicados na década de 1950 por O. da Veiga Ferreira, Abel Viana e Luís de Albuquerque e Castro, até aos tempos muito recentes da publicação da Carta arqueológica do concelho, por Jorge Marques em 1999, a que se seguiu em 2005 um novo contributo do mesmo, aliás já preconizado por quem escreve estas linhas em 1999, apresentando e propondo diversos roteiros arqueológicos susceptíveis de interessar o visitante sobretudo de o fazer voltar.

Desde 2015, e até à presente data, com a constituição de uma equipa pluridisciplinar e a aprovação de um Projecto de Investigação pela DGPC, o trabalho desenvolveu-se em várias frentes, com o exclusivo patrocínio



Fig. 15 – Da esquerda para a direita: António de Medeiros-Gouvêa, Orlando Ribeiro e Aristides de Amorim Girão, numa pausa dos trabalhos na serra do Bussaco, nos inícios da década de 1940. Arquivo Georges Zbyszewski. Reprodução de João Luís Cardoso.

do município de Vouzela. Os resultados obtidos, no respeitante à Pré-História, podem resumir-se em números, fornecidos a meu pedido por António Faustino de Carvalho, o continuador de Amorim Girão nesta tão apetecível quanto por tanto tempo ignorada região arqueológica: destaca-se o aumento do número de mamoas inventariadas (neolíticas e proto-históricas): das 45 até então conhecidas, passou-se para 143 (números de outubro de 2020), em resultado da prospecção de terreno facilitada pelos trágicos incêndios de 2017, que permitiu localizar sítios inéditos, e relocalizar outros, como o dólmen de Seixosa, e perceber ainda que algumas necrópoles neolíticas agregavam mamoas proto-históricas, que até agora se desconheciam.

Ao nível de escavações, a realizada no corredor da soberba anta da Lapa de Meruje desde 2016, permitiu a descoberta de gravuras esquemáticas, a par da exploração do átrio, que era lajeado, o qual foi encerrado na passagem do 4.º para o 3.º milénio a.C., conduzindo à recolha de importantes espólios arqueológicos (geométricos trapezoidais, lâminas, enxó e contas discoides de xisto), materiais compatíveis com a fundação do monumento no Neolítico Médio, i.e., na 1.ª metade do 4.º milénio a.C., tal como outros presentes na região, de que se destaca o de Antelas.

Na Malhada do Cambarinho foi sondado o "afloramento monumentalizado" (nova terminologia, proposta por António Faustino Carvalho), com covinhas, em torno do qual se construiu um "cairn" delimitado por um círculo de monólitos de tipo menir.

No Marco da Mata conheciam-se 3 mamoas neolíticas, uma das quais com esteios acima do topo da mamoa, que lhe dá o nome "marco". Os incêndios mostraram mais 15 mamoas, e talvez 1 "afloramento monumentalizado", muito destruído, e ainda um provável povoado.

A escavação da anta da Lapa de Meruje insere-se na reabilitação e valorização do monumento, cujas soluções finais estão neste momento em análise, respondendo cabalmente ao propósito que o signatário apresentou há precisamente 22 anos, quando publicou a primeira síntese da Pré-História de Vouzela depois da elaborada por Amorim Girão, terminando com uma proposta concreta de actuação, tanto no terreno como no gabinete, tendo em vista precisamente a cartografia sistemática das ocorrências, a escavação das mais significativas, ou as que pelas ameaças imediatas a que estivessem sujeitas fossem consideradas de intervenção prioritária. Enfim, preconizava-se a valorização dos espaços arqueológicos e a edição de publicações, a par da organização de ciclos de conferências ou exposições que eventualmente levassem à constituição de unidade museológica, de características polinucleada, integrada no Museu Municipal, dando assim resposta às necessidades de populações residentes ou não, cada vez melhor preparadas tanto cívica como culturalmente, e por isso mesmo mais exigentes. É-me muito grato verificar que esse plano está agora a ser concretizado da melhor maneira, saudando a Câmara Municipal, na pessoa do seu Presidente, e incentivando-o, se tal fosse preciso, a seguir no caminho já definido, e sobretudo saber esperar pacientemente e com sabedoria, tendo presente que resultados rápidos e espectaculares em Arqueologia não existem.

***

Homem de observação, de descrição e de interpretação, ou seja, de análise objectiva dos factos que no terreno se ofereciam, em primeira mão, ao seu olhar de naturalista, seguidos da indispensável reflexão, antecedendo as conclusões possíveis, Amorim Girão foi um cientista coerente e rigoroso, privilegiando actuação simultânea em diversos domínios indissociáveis entre si, requerendo abordagem hoje designada de "multidisciplinar", que praticou de forma consequente e eficaz.

As observações e conclusões de natureza arqueológica apresentadas na sua obra seminal, claramente inovadoras e originais para a época, pouco envelheceram ! A explicação para tal é simples, e reside no facto de Amorim Girão ter privilegiado, às elocubrações vazias de significado, as observações e descrições de terreno,

que ainda hoje, ao serem lidas, denotam o vigor e o rigor com que foram escritas, numa continuada e inflexível procura, jamais terminada, como se tivessem sido ontem mesmo produzidas !

Assim se explica o segredo de permanecerem fundamentais para todos os que, no presente, estão a dar continuidade à investigação nas temáticas arqueológicas por ele abordadas: está assim explicada a razão de ser deste nosso encontro evocativo, que é também de Homenagem a um notável vouzelense e português.

AGRADECIMENTOS

Para além dos agradecimentos já anteriormente consignados, cumpre agradece ao Doutor João Paulo Zbyszewski, pela cedência da foto (Fig. 15), ora publicada.

REFERÊNCIAS

ARGOTE, J. Contador de (1734) – *Memórias para a História Ecclesiástica do arcebispado de Braga*. Lisboa: Régia Officina Sylviana, vol. 2.

BAPTISTA, A. Martinho (1983/1984) – Arte rupestre do norte de Portugal: uma perspectiva. *Portvgalia*. Porto. Nova Série, 4/5, p. 71-82.

CABRÉ, J. (1916) – *Arte rupestre galego y português (Eira dos Mouros y Cachão da Rapa)*. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Sciências Naturais.

CARDOSO, J. L. (1999) – Monumentos megalíticos do concelho de Vouzela. In *Vouzela Estudos Históricos*. Lisboa: Academia Portuguesa da História.

CARDOSO, J. L. (2002) – *Pré-História de Portugal*. Lisboa: Editorial Verbo.

CARDOSO, J. L. (2008) – Correspondência seleccionada enviada a O. da Veiga Ferreira: cinquenta anos de actividade arqueológica (1946-1995). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 16, p. 383-408 (O. da Veiga Ferreira Homenagem ao Homem, ao Arqueólogo e ao Professor).

CARVALHO, P. Sobral de; GOMES, L. F. C. & COIMBRAA. M. M. (1993) – Casa da Orca da Malhada de Cambarinho (Vouzela, distrito de Viseu). *Estudos Pré-Históricos*. Viseu. 1, p. 97-102.

FONTES, J. (1932) – Sobre algumas figuras rupestres do santuário pré-histórico do Gião. *Revista de Arqueologia*. Lisboa. 1, p. 75-82.

GIRÃO, A. de Amorim (1921) – *Antiguidades préhistòricas de Lafões*. Coimbra: Imprensa da Universidade (Publicações do Museu Mineralógico e Geológico da Universidade de Coimbra, 2).

GIRÃO, A. de Amorim (1925) – Arte rupestre em Portugal (Beira Alta). *Biblos*. Coimbra. 1, p. 81-95.

LEISNER, V. (1998) – *Die Megalithgraber der Iberischen Halbinsel. Der Westen*. Band 1.4. Berlin/New York: Walter de Gruyter.

MARQUES, Jorge Adolfo Meneses (1999) – *Carta Arqueológica do Concelho de Vouzela*. Vouzela: Câmara Municipal de Vouzela.

MARQUES, Jorge Adolfo Meneses (2005) – *Vouzela. Património Arqueológico. Sítios e rotas.* Vouzela: Câmara Municipal de Vouzela.

MARQUES, Jorge Adolfo Meneses (2014) – *Lafões. História e Património*. Viseu: Edições Esgotadas.

SANCHES, M. J. (1997) – *Pré-História recente de Trás-os-Montes e Alto Douro*. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia (2 vols.).

SANTOS JÚNIOR, J. R. (1934) – As pinturas rupestres do Cachão da Rapa. *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*. Porto. 6 (3), p. 185-222.

SILVA, F.A.P.; SILVA, A.M. (1994) – Menires de Alvarenga e da Serra da Freita (Arouca, Aveiro). Breve notícia. *V Jornadas Arqueológicas*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2, p. 109-124.

VALERA, A. C. (1997) – *O castro de Santiago (Fornos de Algodres, Guarda): aspectos da calcolitização da bacia do Alto Mondego*. Lisboa: Associação para o Estudo Arqueológico da bacia do Mondego, EAM (Textos Monográficos, 1).

VASCONCELOS, J. Leite de (1907) – Peintures dans les dolmens de Portugal. *L´Homme Préhistorique*. Paris. 5 (2), p. 33-37.

XXIII

O PROFESSOR MENDES CORRÊA E A ARQUEOLOGIA PORTUGUESA: BREVE SÍNTESE [1]

O Prof. Doutor António Augusto Esteves Mendes Corrêa, de seu nome completo, nasceu no Porto, a 4 de Abril de 1888 e faleceu em Lisboa, a 7 de Janeiro de 1960. Pode dizer-se que o essencial da sua actividade científico-literária abarcou um período de cerca de 50 anos, entre os inícios da década de 1910 e o final da década de 1950 (CARDOSO, 1999; CARDOSO, 2010/2011). Sendo uma das personalidades mais marcantes da Universidade Portuguesa, entendia a investigação em Antropologia de uma forma alargada, tanto no âmbito da Antropologia física do Homem Actual e do Homem Fóssil, quer nos estudos sobre a sua respectiva cultura material, representada pelos testemunhos conservados; daí que o seu nome surja desde cedo relacionado com investigações arqueológicas, por si levadas a cabo ou patrocinadas, a que agregou colaboradores seus, da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, onde exercia o lugar de Professor Catedrático; nos últimos anos da sua actividade científica apoiou, no âmbito de Centro de Estudos de Etnologia Peninsular (fundação do Instituto de Alta Cultura), que dirigia, investigações de múltiplos arqueólogos, tanto do ponto de vista institucional como financeiro, que encontravam na sua figura tutelar firme apoio aos estudos que pretendiam levar a cabo. Tais estudos iam desde trabalhos no terreno, até à publicação dos respectivos resultados; sempre as páginas da revista da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, a que presidiu por longos anos, se encontraram à disposição de todos, a par da revista da Faculdade de Ciências do Porto. Mendes Corrêa entendia o campo científico da Antropologia como reflexo da variedade e diversidade da própria natureza humana. Abarcaria, desta forma, conhecimentos de Biologia, Zoologia, Anatomia, Fisiologia, Bioquímica, Medicina, Psicologia, Sociologia, Arte, História, Arqueologia e Geografia, entre outras áreas científicas



Fig. 1 – Capa do livro "Os povos primitivos da Lusitânia" publicado em 1924, obra de síntese destinada ao grande público. Arquivo de João Luís Cardoso.

[1] CARDOSO, J. L. (2011) – O Professor Mendes Corrêa e a Arqueologia portuguesa: breve síntese. In *Mendes Corrêa (1888-1960) entre a ciência, a docência e a política.* A. C. Martins (coord.). Lisboa: ACD editores, p. 75-82. Modificado.

(MONTEIRO, 1959). A Arqueologia surge, deste modo, no campo complexo da dimensão cultural do Homem, assim se compreendendo os contributos que se lhe ficaram a dever em tal domínio, espelhados em duas das suas obras maiores: "Os Povos Primitivos da Lusitânia", síntese notável onde integra um vasto conjunto de conhecimentos desde a geologia e a geografia, até à paletnologia, ainda hoje de consulta proveitosa, publicada em 1924 (CORRÊA, 1924) (Fig. 1), a que se seguiu, em 1928, o capítulo da História de Portugal dirigida por Damião Peres, "A Lusitânia pré-romana".

Admitia Mendes Corrêa que, para se compreender a Pátria requeria-se, primeiro, o conhecimento de realidades que só a investigação científica poderia desvendar. Segundo Mendes Corrêa, se a Antropologia Física foi susceptível de conduzir à demonstração da natureza mais profunda do povo português – para cuja caracterização, de acordo com os critérios vigentes, ele em muito contribuiu – só a Arqueologia seria capaz de conferir estatuto cultural a tal realidade. Porém, jamais foram determinantes no pensamento de Mendes Corrêa doutrinas favoráveis a um nacionalismo exacerbado tão em voga na Europa do seu tempo.



Fig. 2 – Mendes Corrêa com 30 anos (Processo Individual, Academia das Ciências de Lisboa). Fotografia de João Luís Cardoso.

Pelo contrário, defendeu, quase desde o início da sua brilhante carreira científica, a integração da população portuguesa num bloco que abarcava o Norte de África, encontrando afinidades especiais com os actuais berberes. Em 1919, acabado de ingressar como Sócio Correspondente na Academia das Ciências de Lisboa, perfeitos apenas 30 anos (Fig. 2), admitia que as raízes do povo português mergulhavam no Neolítico, atribuindo-as aos construtores dos dólmenes que eram então invocados por insuspeitos arqueólogos, como Bosch-Gimpera, como uma marca identitária do actual território português (CORRÊA, 1919 a; 1919 b).



Fig. 3 – Mendes Corrêa no apogeu da sua actividade, na década de 1940. Arquivo João Luís Cardoso/ Octávio da Veiga Ferreira.

"O passado não morreu. A ciência arqueológica e as leis da hereditariedade permitem-nos concluir que ele não se extinguiu de todo, que dele flui, no presente e em nós próprios, um esforço incessante de vida, uma energia inextinguível de luminosa continuidade criadora. Os mortos dos dólmenes e das necrópoles, os íncolas das citânias e das vilas, os heróis da Reconquista Cristã e das naus da Descoberta, estão connosco, ressurgem em todas as horas triunfais da Pátria" (CORRÊA, 1938, p. 260). Mendes Corrêa encontrava-se então no auge da sua pujança e vigor, época que coincidiu com importante intervenção na vida pública nacional (Fig. 3).

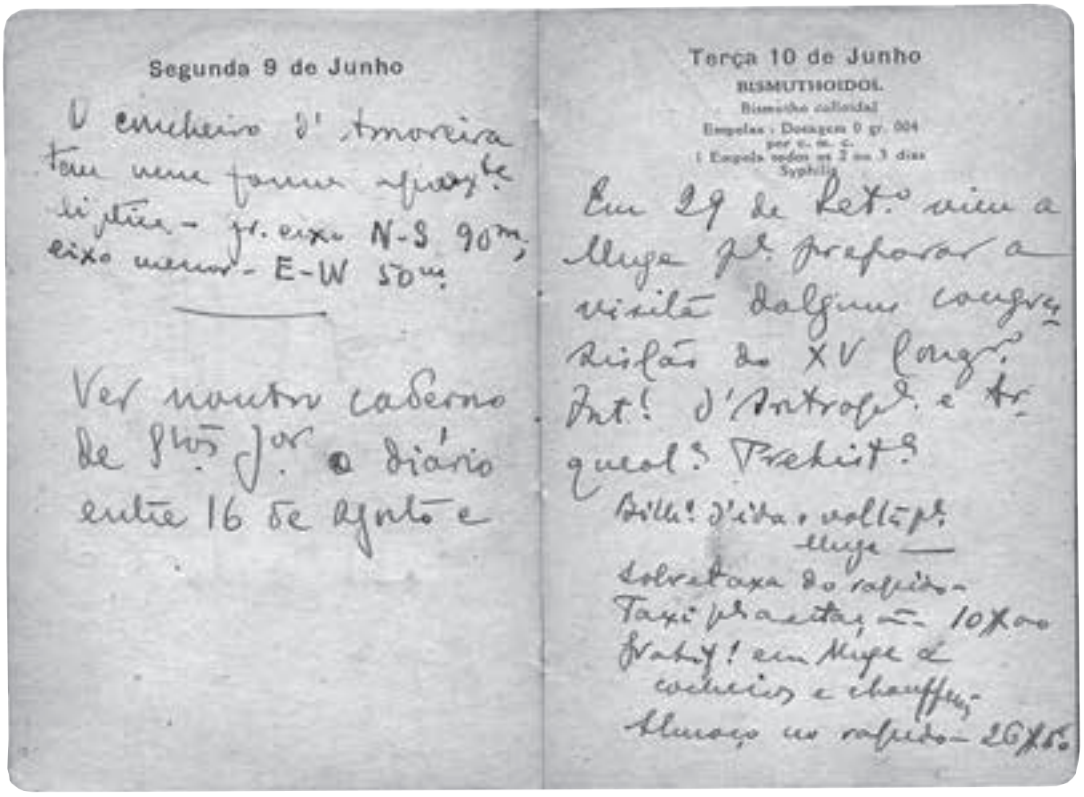
Se as explorações do Homem terciário não foram à medida das suas expectativas iniciais (CORRÊA, 1926; CORRÊA, 1928), já as escavações que empreendeu nos concheiros de Muge foram coroadas de êxito. Elas

correspondem ao culminar das actividades arqueológicas de campo de Mendes Corrêa, vencida a vontade de Manuel Heleno que, também ali, pretendia efectuar escavações "sem ideias preconcebidas". Esta pretensão de Manuel Heleno, manifestada em 1932, já depois de iniciadas as escavações nos concheiros de Muge dirigidas por Mendes Corrêa, foi justificada com o argumento de o Museu Etnológico ainda não possuir materiais ilustrativos dessa época. E a alusão, não inocente, de Manuel Heleno a "ideias preconcebidas" referia-se às afinidades negróides e australóides invocadas por Mendes Corrêa, para os antigos povoadores dos concheiros. Assim, não espanta que M. Heleno pretendesse convidar o antropólogo francês Henri Vallois, forte opositor daquela doutrina, para estudar o material antropológico que recolhesse, no que foi duramente criticado por antropólogos portugueses. O epílogo desta tentativa de Heleno inferiorizar o trabalho de Mendes Corrêa, foi dado pelo próprio Vallois, ao escrever uma carta a Mendes Corrêa, e por este publicada, desdramatizando as divergências entre ambos (cf. Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, 6 (1), p. 55-57).

Graças à sua capacidade de relacionamento nos meios nacional e internacional, Mendes Corrêa conseguiu neutralizar a pretensão de Heleno para assumir a direcção das escavações naqueles míticos lugares da Arqueologia portuguesa. Com efeito, o projecto de Mendes Corrêa encontrava-se suportado, desde há anos, por trabalhos que vinha regularmente publicando: já em 1917, com base nos estudos antropológicos dos materiais exumados no século XIX por Carlos Ribeiro e Paula e Oliveira, tinha negado a descendência da actual população portuguesa do grupo mesolítico dos concheiros de Muge; em 1919, declarava, numa obra seminal publicada em Portugal e em prestigiada revista internacional, ambas já anteriormente citadas (CORRÊA, 1919 a; 1919 b): "Os selvagens de Muge seriam populações pacíficas, sedentárias, miseráveis, vivendo da caça e da pesca, num grande atraso cultural"; incluindo-se "num grupo de raças inferiores, australoides ou proto-etiópicas, de origem equatorial provável, o que concorda com o roteiro da civilização tardenoisense". Esta teoria, que fazia da Península Ibérica local de chegada de populações epipaleolíticas e mesolíticas norte-africanas, tal como era apresentada por grandes pré-historiadores da época, como Obermaier e Bosch-Gimpera, foi mais tarde justamente refutada por Heleno. Este, com base nas escavações que na década de 1930 veio a desenvolver na região de Rio Maior, e em especial no Abrigo Grande das Bocas, admitiu (ainda que abusivamente), a filiação directa das indústrias mesolíticas de Muge nas produções líticas do Paleolítico Superior final da região de Rio Maior, de evidente cunho europeu, as quais, no entanto, à data dos primeiros escritos de Mendes Corrêa, eram ainda desconhecidas. Assim se explica a célebre designação de *Homo afer taganus*, para o íncola de Muge, dado que, segundo Mendes Corrêa, entre as três grandes áreas geográficas onde se reconheceram características rácicas particulares à espécie humana: a Europa, a Ásia e a África, era com as populações deste último continente que as de Muge maiores semelhanças evidenciavam, reportando-se especialmente ao tipo dolicocéfalo, ali largamente dominante. Contudo, não deixou de sublinhar a importância da identificação de raros crânios braquicéfalos nas colecções dos Serviços Geológicos de Portugal (CORRÊA, 1923), os quais, conjuntamente com os crânios mesolíticos da jazida de Ofnet (Baviera), constituíam os exemplares europeus mais antigos então conhecidos. Tratava-se, sem dúvida, de uma justificação para o desejo de vir a realizar em Muge trabalhos de campo, o que foi concretizado logo em 1930.

O primeiro ciclo das escavações ali dirigidas por Mendes Corrêa desenrolou-se no concheiro do Cabeço de Amoreira, que tinha sido apenas objecto de sondagens muito limitadas no Século XIX (CARDOSO & ROLÃO, 1999/2000). Ali se efectuaram as campanhas de 4 a 23 de Agosto de 1930 e de 29 de Setembro a 2 de Outubro do mesmo ano (Fig. 4), de modo aos participantes do XV Congresso de Antropologia e de Arqueologia Pré-Histórica poderem apreciar a estação em curso de exploração, então iniciada (Fig. 5).

No ano seguinte, as escavações efectuaram-se entre 29 de Julho e 21 de Agosto de 1931, depois entre 7 e 28 de Agosto de 1933 e, finalmente, em Agosto e Setembro de 1937; neste último ano, as investigações interes-


Segunda 9 de Junho

O concheiro d' Amoreira tem uma forma aproxte rectangular - fr. eixo N-S 90m, eixo menor - E-W 50m.

Ver nosso caderno de Phots Jor a diário entre 16 de Agosto e

Terça 10 de Junho

BISMUTHOIDOL

Bismutho colloidal

Empolas : Dosagem 0 gr. 004 por c. m. c.

1 Empola todos os 2 ou 3 dias

Syphilis

Em 29 de Set.o vim a Muge pª preparar a visita dalguns congressistas do XV Congr.o Int.l d'Antrop.a e Ar. queol.a Préhist.a

Bill.e d'ida e volta pª Muge —

Sobretaxa do rapido - Taxi pª a estação — 10$00

Frahy! em Muge 4 cocheiros e chauffeur

Almoço no rapido - 26$50

Fig. 4 – Folhas autógrafas do caderno de Mendes Corrêa respeitantes ao início das escavações no concheiro do Cabeço da Amoreira, em 1930. Arquivo João Luís Cardoso/Octávio da Veiga Ferreira.

saram o concheiro do Cabeço da Arruda (CORRÊA, 1951 a). Três cadernos de campo a que se teve acesso, adquiridos aquando da venda da biblioteca de Mendes Corrêa na década de 1960: um de 1930; outro de 1930/1931/1933; e o último de 1937, mostram que, tanto Rui de Serpa Pinto, falecido em 1933, em pleno vigor da sua produção científica, como J. R. dos Santos Júnior, que mais tarde veio a suceder a Mendes Corrêa na cátedra, participaram activamente nestas escavações (Fig. 6).

A comunicação apresentada à XV Sessão do Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia Pré-Históricas, incluía já algumas observações com base no material por si exumado; referindo-se à presença de crânios braquicéfalos, que Vallois anteriormente contestara, declarou: "mantenho até nova ordem os pontos de vista que em diversas ocasiões exprimi e que os novos dados vêm reforçar" (CORRÊA, 1933). Ainda sobre os resultados daquelas campanhas é o trabalho publicado na



Fig. 5 – Visita dos participantes na XV Sessão do Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-Históricas ao concheiro do Cabeço da Amoreira, no dia 1 de outubro de 1930 (N/A, 1931).

Revista da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto em 1934, no qual, além de reiterar as suas ideias de sempre sobre a filogenia das populações dos concheiros de Muge, procurou estabelecer uma sequência para a ocupação dos concheiros, com base na tipologia das produções líticas (CORRÊA, 1934). Assim, a predominância de triângulos no Cabeço da Amoreira e dos trapézios no Cabeço da Arruda, a par da presença de *Natica hebraea*, unicamente presente no Cabeço da Amoreira, actualmente desaparecida do território português, espécie indicadora de águas mais quentes que as actuais, levou-o a considerar este concheiro mais antigo que o do Cabeço da Arruda. Importa porém referir que a presença de este molusco deve ser encarada com muitas reservas, dado não ter voltado a ser referido entre as espécies presentes em Muge. Aquelas conclusões tinham sido, aliás, já apresentadas em 1932 por Rui de Serpa Pinto, a quem estaria destinado, por certo, a parte mais importante da publicação dos resultados, infelizmente prejudicada pela sua morte prematura, a par do envolvimento, a partir dessa data, de Santos Júnior na Etnologia e na Arqueologia das colónias portuguesas.

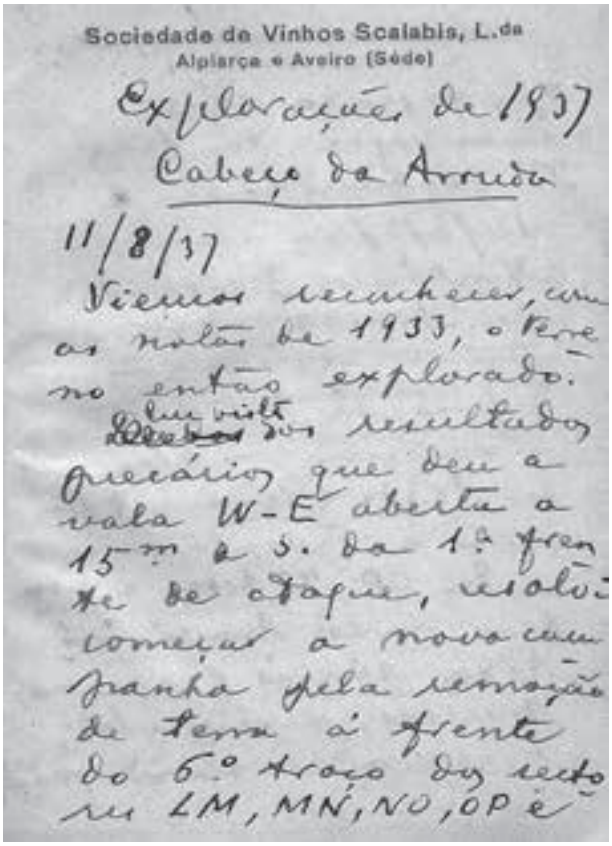

Sociedade de Vinhos Scalabis, L.da
Alpiarça e Aveiro (Séde)
Exploração de 1937
Cabeço da Arruda
11/8/37
Viemos reconhecer, com as notas de 1933, o Cabeço no então explorado. Em vista dos resultados [illegible] que deu a vala W-E aberta a 15m a S. da 1ª frente de ataque, resolvi começar a nova campanha pela remoção de terra à frente do 6º troço do sector LM, MN, NO, OP e

Fig. 6 – Página autógrafa do caderno de Mendes Corrêa respeitante às escavações realizadas em 1937 no concheiro do Cabeço da Arruda, que encerraram o ciclo de escavações nos concheiros de Muge, iniciadas em 1930. Arquivo João Luís Cardoso/Octávio da Veiga Ferreira.

Sob o expressivo título "A propósito do *Homo taganus* Africanos em Portugal", artigo de divulgação publicado em 1936 (CORRÊA, 1936) (Fig. 7), Mendes Corrêa, reafirmava assim sua opinião acerca da presença de populações de origem não europeia nos concheiros de Muge, rejeitando, porém, a relação genética dos portugueses actuais com os negros, antes os incluindo "sem hesitações no bloco dos Europeus em geral", ao mesmo tempo que negava a descendência directa daqueles a partir das populações de Muge. Esta última conclusão encontrar-se-ia apoiada pelo estudo antropológico dos dois conjuntos, embora admitisse que um contributo genético destas, por pequeno que fosse, pudesse estar presente no património dos actuais portugueses (CORRÊA, 1936). Manteve estas e outras conclusões, ainda que sem acrescentar novos dados, já na plena maturidade da vida: disso é exemplo o trabalho publicado em 1941, tinha já 53 anos (CORRÊA, 1941), e depois de fechado o ciclo das escavações de Muge, encerrado em 1937 com a exploração do concheiro do Cabeço da Arruda, o primeiro que, em 1863 fora objecto de escavações arqueológicas sob a égide de Carlos Ribeiro (CARDOSO, 2018).

Dez anos volvidos, (CORRÊA, 1951 a), reafirmou o essencial daquela que, já em 1919, fazia já parte da sua doutrina, depois de ver confirmada a presença de braquicéfalos em Muge por Augusto Ataíde (ATAÍDE, 1940) com base no estudo de um crânio do Cabeço da Arruda, oriundo das escavações realizadas na década de 1930. Tal presença foi também identificada por Denise Ferembach, ao estudar o conjunto recolhido no concheiro de Moita do Sebastião. Ao contrário, as afinidades negróides ou etiópicas, defendidas por Mendes Corrêa décadas atrás, não foram identificadas pela investigadora francesa entre a população daquele concheiro: ao

Homem de Muge foram atribuídos caracteres protomediterrâneos, onde os cromagnóides também ocorrem, correspondentes a indivíduos de menor tamanho e mais gráceis que as formas clássicas do Paleolítico Superior francês; mestiços entre ambos os morfotipos, acompanhados de alguns alpinos, completam o quadro definido (FEREMBACH, 1974, p. 135). Ainda assim, não poderá dizer-se que Mendes Corrêa preferiu morrer abraçado à sua teoria de sempre que, por certo, de há muito já suspeitaria ser errónea: em 1956, antecedendo portanto o estudo de Ferembach, ao estudar 5 crânios da Moita do Sebastião, exumados nas escavações da década de 1950 realizadas por O. da Veiga Ferreira e J. Roche naquele concheiro, que contaram com o decisivo apoio e patrocínio de Mendes Corrêa (Fig. 4) admitiu a possibilidade da população de Muge poder integrar-se na raça mediterrânea actual e, por acréscimo, no seio dos modernos portugueses, sem deixar de salientar a necessidade de continuar a investigar o assunto (CORRÊA, 1956).



Fig. 7 – Capa da separata do artigo publicado em 1936 onde Menes Corrêa divulgava, para um público alargado, a sua teoria da presença de populações de origem africana no Mesolítico de Muge. Arquivo de João Luís Cardoso.

As escavações realizadas na década de 1950 nos concheiros de Muge, só foram possíveis pelo apoio de Mendes Corrêa, através do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular, anexo à Faculdade de Ciências da Universidade do Porto; constituem um bom exemplo do apoio que, na última fase da sua vida, concedeu a muitos arqueólogos que ali encontraram um porto de abrigo para a prossecução dos seus estudos (Fig. 8).

Além de J. Roche e de O. da Veiga Ferreira, quase todos os arqueólogos que despertaram para a Arqueologia em Portugal, na década de 1950, beneficiaram da sua ajuda, tanto financeira como, tão ou mais importante, de carácter institucional: é o caso do Prof. Fernando de Almeida, cujo arranque das escavações na Egitânia se deveu exclusivamente ao patrocínio concedido por aquele Centro, de Abel Viana, que sempre encontrou na figura de Mendes Corrêa protecção e apoio face à postura hostil de Manuel Heleno, de E. da Cunha Serrão e de E. Prescott Vicente, nas suas explorações de Oleias e da Parede, prosseguidas pelo primeiro no concelho de Sesimbra, e de Camarate França, entre outros arqueólogos que, desamparados de tais apoios, pouco ou nada poderiam ter concretizado.

É ainda o caso das explorações na jazida solutrense do Monte da Fainha (Évoramonte), onde se deixou fotografar, em Dezembro de 1955 (Fig. 9), no decurso dos trabalhos empreendidos em colaboração com Camarate França.

Os materiais então exumados conservam-se no Museu da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, mas, estranhamente, não foram incluídos aquando da publicação dos materiais recolhidos por outrem (ROCHE, RIBEIRO & VAULTIER, 1968).

Assim se revelava a alma afectuosa e comunicativa, aliada a uma grande disponibilidade e a um espírito prático, de experiência feito. Como a todos aqueles a quem a *praxis* legitimou o tratamento de Mestre, o seu efectivo poder e influência institucional e política, foram sempre canalizados em prol do bem comum, acompa-

nhando os progressos dos que acolhia no seu Centro com uma notável humildade científica, sem nada pedir em troca, a não ser trabalho sério e honesto. Como ele próprio declarou, em 1951, "um dos traços que considero mais indispensáveis na personalidade do homem de ciência é o acolhimento, o estímulo, o auxílio, a simpatia para com os novos. Eu, que na minha vida, conheci alguns velhos, avarentos do saber e da glória, que ocultavam informações, documentos, livros, aos jovens que os procuravam [...], sinto ufania em, no meu restrito, modesto, campo de acção, ter seguido sempre caminho diverso. A consciência poderia acusar-me de ter estimulado e apoiado, por engano, quem não correspondesse à minha boa vontade. Nunca me acusará de ter intencionalmente fechado o caminho a um jovem" (CORRÊA, 1951 b, p. 80). E é esta posição eminentemente ética que convém sublinhar, pois ela é independente dos tempos e dos regimes, encontrando-se sublimada pelas palavras do nosso homenageado proferidas por um seu discípulo dilecto, o Prof. Carlos Teixeira, em 1962, aquando da tomada de posse, na Academia das Ciências de Lisboa, da cadeira que lhe pertencera:



Fig. 8 – Mendes Corrêa observando a escavação de um esqueleto humano no concheiro da Moita do Sebastião, a 14 de Junho de 1952, realizada por O. da Veiga Ferreira. Arquivo João Luís Cardoso/Octávio da Veiga Ferreira.



Fig. 9 – Mendes Corrêa fotografado aquando das explorações da jazida solutrense de Monte da Fainha (Évoramonte), a 9 de Dezembro de 1955. Arquivo João Luís Cardoso/Octávio da Veiga Ferreira.

> "Um homem vale, acima de tudo, pelos serviços que presta à colectividade. Uma Pátria honra-se pelos serviços que presta à civilização e à Humanidade sem prejuízo e até com afirmação da sua individualidade nacional vinda de fundas raízes. Assim uma pátria dignificada e próspera tem de se manifestar principalmente nas suas instituições de cultura, nos seus organismos de assistência, de higiene, de solidariedade, nas suas normas de justiça social e na sua vontade de concorrer para o progresso e para a felicidade humana" (TEIXEIRA, 1964, p. 19).

REFERÊNCIAS

ATAÍDE, A. (1940) – Novos Esqueletos Humanos dos Concheiros Mesolíticos de Muge. *Memórias e Comunicações apresentadas ao Congresso da Pré e Proto-História de Portugal (Congresso do Mundo Português, I Congresso)*. Lisboa: Comissão Executiva dos Centenários, 1, p. 627-651.

CARDOSO, J. L. (1999) – O Professor Mendes Corrêa e a Arqueologia portuguesa. *Al-Madan*. Almada. Série II, 8, p. 138-156.

CARDOSO, J. L. (2010/2011) – O Professor Mendes Corrêa e a Arqueologia portuguesa. *Anais da Academia Portuguesa da História*. Lisboa. Série III, 2, p. 229-297.

CARDOSO, J. L. (2018) – "Da existência do Homem em épocas remotas no vale do Tejo. Noticia sobre os esqueletos humanos descobertos no Cabeço da Arruda" de F. A. Pereira da Costa. Lisboa: Imprensa Nacional. Transcrição revista, comentada e anotada. In *Obras Pioneiras da Cultura Portuguesa. 2. Primeiros textos de Pré-História, História e Heráldica* (dir. J. E. FRANCO & C. FIOLHAIS). Lisboa: Círculo de Leitores, 2, p. 441-499.

CARDOSO, J. L. & ROLÃO, J. M. (1999/2000) – Prospecções e escavações nos concheiros mesolíticos de Muge e de Magos (Salvaterra de Magos): contribuição para a história dos trabalhos arqueológicos efectuados. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 8, p. 83-240.

CORRÊA, A. A. M. (1919 a) – Origins of the Portuguese. *American Journal of Physical Anthropology*. 2 (2), p. 117-145.

CORRÊA, A. A. M. (1919 b) – *Raça e Nacionalidade*. Porto: Renascença Portuguesa.

CORRÊA, A. A. M. (1923) – Nouvelles observations sur I' "Homo taganus, Nob.". *Révue Anthropologique*. Paris. 33 (11/12), p. 1-9.

CORRÊA, Mendes (1924) – *Os povos primitivos da Lusitânia*. Porto: Casa editor de A. Figueirinhas.

CORRÊA, A. A. M. (1926) – O Homem Terciário em Portugal. *Lusitânia-revista de estudos portugueses*. Lisboa. 3 (9) (separata).

CORRÊA, A. A. M. (1928) – Nouvelles Recherches sur l'Homme Tertiaire en Portugal. *Actas da 3ª Sessão do Instituto Internacional de Antropologia (Amsterdão, 1927)*. Paris: Nourry (separata).

CORRÊA, A. A. M. (1933) – Les Nouvelles Fouilles à Muge (Portugal). *C. R. XV Congrés International d'Anthropologie & d'Archéologie Préhistorique (Paris, 1931)*. Paris: Nourry (separata).

CORRÊA, A. A. M. (1934) – Novos elementos para a cronologia dos concheiros de Muge. *Anais da Faculdade de Ciências do Porto*. Porto. 18 (separata).

CORRÊA, A. A. M. (1936) – A Propósito do *Homo Taganus*. Africanos em Portugal. *Boletim da Junta Geral do Distrito de Santarém* (separata).

CORRÊA, A. A. M. (1938) – Arqueologia e Biologia. *Trabalhos da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa. 4, p. 245-261.

CORRÊA, A. A. M. (1941) – Anthropologie et Préhistoire du Portugal. *Bulletin des Études Portugaises et de l'Institut Français au Portugal*. Coimbra. 8 (1), p. 42-58.

CORRÊA, A. A. M. (1951 a) – Avant-Propos. ln ROCHE, J. *L'Industrie Préhistorique du Cabeço d'Amoreira (Muge)*. Porto: Centro de Estudos de Etnologia Peninsular.

CORRÊA, A. A. M. (1951 b) – Reverendo Pe. Eugénio Jalhay, S. J. *Arqueologia e História*. Lisboa. S. VIII, 5, p. 67-82.

CORRÊA, A. A. M. (1956) – Notice Préliminaire Sur les Squelettes Préhistoriques de Moita de Sebastião (Muge). *Crónica IV Congreso Internacional de Ciências Prehistóricas y Protohistóricas (Madrid, 1954)*. Zaragoza, p. 133-139.

FEREMBACH, D. (1974) – *Le Gisement Mésolithique de Moita do Sebastião, Muge. Portugal. II Anthropologie*. Lisboa. Instituto de Alta Cultura.

MONTEIRO, E. (1959) – Professor A. A. Mendes Corrêa. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia* (vol. de Homenagem ao Prof. Doutor Mendes Corrêa). Porto. 17 (1-4), p. 5-8.

ROCHE, J.; RIBEIRO, L. & VAULTIER, M. (1968) – L'industrie du gisement d' Evoramonte (Alentejo). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série III, 2, p. 7-13.

TEIXEIRA, C. (1964) – Elogio Histórico de A. A. Mendes Corrêa. *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*. Classe de Ciências. Lisboa. 9 p. (separata).

XXIV

O PROFESSOR MENDES CORRÊA (1888-1960) E AS INVESTIGAÇÕES SOBRE O *HOMO AFER TAGANUS* DOS CONCHEIROS MESOLÍTICOS DE MUGE [1]

Nota prévia

A 7 de Janeiro de 1960 falecia em Lisboa o Prof. Doutor António Mendes Corrêa. A publicação do presente texto integra-se, assim, nas comemorações do cinquentenário do seu passamento, tendo sido apresentado oralmente, mas jamais publicado, na sessão promovida no dia 6 de Janeiro de 2011 pela Universidade do Porto numa iniciativa conjunta das suas Faculdades de Ciências e de Letras, pois em ambas o ilustre antropólogo e arqueólogo leccionou. Com a presente publicação, associa-se assim o Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras à Homenagem devida à figura do Mestre e do Investigador insigne a quem o País tanto deve no avanço dos estudos arqueológicos e antropológicos.

O Prof. Doutor António Augusto Esteves Mendes Corrêa (ou Correia, embora gostasse e por isso sempre tivesse usado a grafia antiga), nasceu no Porto, a 4 de Abril de 1888 e faleceu em Lisboa, a 7 de Janeiro de 1960. Pode dizer-se que o essencial da sua actividade científico-literária abarcou um período de cerca de 50 anos, entre os inícios da década de 1910 e o final da década de 1950 (CARDOSO, 1999, 2011). Sendo uma das personalidades mais marcantes da Universidade Portuguesa, entendia a investigação em Antropologia de uma forma alargada, tanto no âmbito da Antropologia física do Homem Actual e do Homem Fóssil, quer aos estudos sobre a sua respectiva cultura material, representada pelos testemunhos conservados; daí que o seu nome surja desde cedo relacionado com investigações arqueológicas, por si levadas a cabo ou patrocinadas, a que agregou colaboradores seus, da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto; nos últimos anos da sua actividade científica apoiou, no âmbito de Centro de Estudos de Etnologia Peninsular (fundação do Instituto de Alta Cultura), que dirigia, investigações de múltiplos arqueólogos, tanto do ponto de vista institucional como financeiro, que encontravam na sua figura tutelar firme apoio aos estudos que pretendiam levar a cabo, desde trabalhos no terreno, até à publicação dos respectivos resultados; sempre as páginas da revista da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, a que presidiu por longos anos, se encontraram à disposição de todos. Mendes Corrêa entendia o campo científico da Antropologia como reflexo da variedade e diversidade da própria natureza humana.

Abarcaria, desta forma, conhecimentos de Biologia, Zoologia, Anatomia, Fisiologia, Bioquímica, Medicina, Psicologia, Sociologia, Arte, História, Arqueologia e Geografia, entre outras áreas científicas (MONTEIRO,

[1] CARDOSO, J. L. (2010/2011) – O Professor Mendes Corrêa (1888-1960) e as investigações sobre o *Homo afer taganus* dos concheiros mesolíticos de Muge. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 18, p. 631-656. Modificado.

1959). A Arqueologia surge, assim no campo complexo da dimensão cultural do Homem, assim se compreendendo os contributos que se lhe ficaram a dever em tal domínio, espelhados em duas das suas obras maiores: "Os Povos Primitivos da Lusitânia", síntese notável onde integra um vasto conjunto de conhecimentos desde a geologia e a geografia, até à paletnologia, ainda hoje de consulta proveitosa, publicada em 1924 (CORRÊA, 1924) (Fig. 1), a que se seguiu, em 1928, o capítulo da História de Portugal dirigida por Damião Peres, "A Lusitânia pré-romana", cuja primeira impressão remonta a 1928.

Admitia Mendes Corrêa que, para se com- preender a Pátria requeria-se, primeiro, o conhecimento de realidades que só a investigação científica poderia desvendar. Segundo Mendes Corrêa, se a Antropologia Física foi susceptível de conduzir à demonstração da natureza mais profunda do povo português – para cuja caracterização, de acordo com os critérios vigentes, ele em muito contribuiu – só a Arqueologia seria capaz de conferir estatuto cultural a tal realidade. Porém, jamais foram determinantes no pensamento de Mendes Corrêa doutrinas favoráveis a um nacionalismo exacerbado tão em voga na Europa do seu tempo. Pelo contrário, defendeu, quase desde o início da sua brilhante carreira científica, a integração da população portuguesa num bloco que abarcava o Norte de África, encontrando afinidades especiais com os actuais berberes (CORRÊA, 1919 a, 1919 b) (Figs. 2 e 3). Dois anos antes, Mendes Corrêa tinha já apresentado ao Congresso de Sevilha da Associação Espanhola para o Progresso das Ciências, no qual, a partir de estudos craniológicos, estabeleceu pela primeira vez a correlação entre as populações dominantemente dolicocéfalas de Muge e o então chamado *Homo aurignacensis* cujas afinidades proto-etiópicas tinham sido postas em relevo por Giuffrida-Ruggeri. Assim, para Mendes Corrêa, eram tropicais as raízes genéticas dos habitantes mesolíticos dos concheiros de Muge, encontrando as suas homólogas "na Argélia, na Tunísia, na Sicília, no Egipto, no Alto Senegal, na India, etc." (CORRÊA, 1917, p. 143, 144) (Fig. 4), e até no continente australiano.

Em 1919, recém-eleito Sócio Correspondente da Academia das Ciências de Lisboa, perfeitos apenas 30 anos (Fig. 5), admitia que as raízes do povo português mergulhavam no Neolítico, mas não chegavam ao Mesolítico,



Fig. 1 – Capa da obra "Os povos primitivos da Lusitânia", publicada em 1924. Arquivo de João Luís Cardoso.

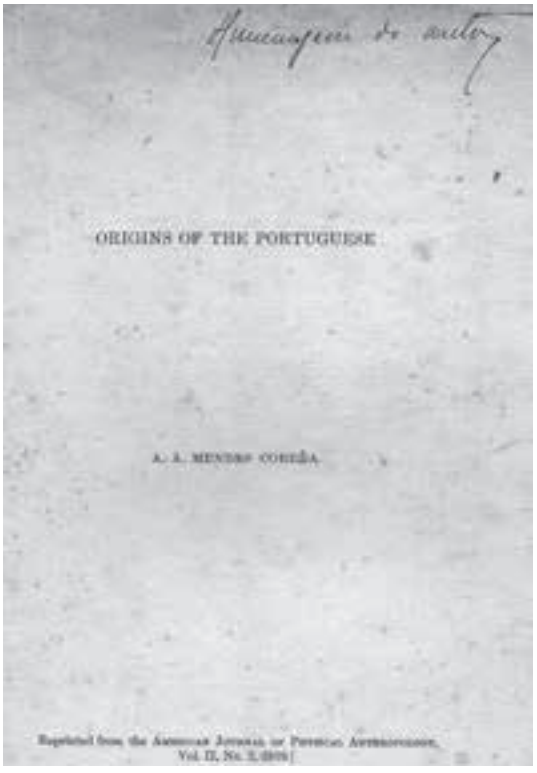


Fig. 2 – Capa da separata do artigo "Origin of the Portuguese", publicado em 1919. Arquivo de João Luís Cardoso.

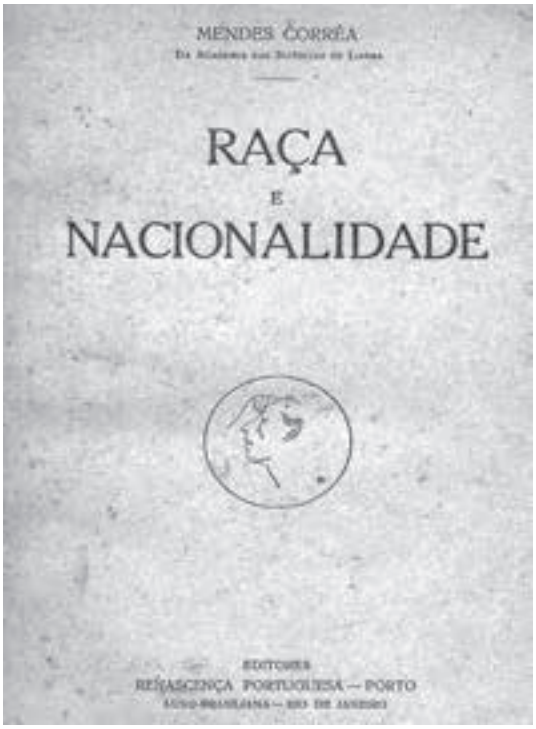


Fig. 3 – Capa do livro "Raça e Nacionalidade", publicado em 1919. Arquivo de João Luís Cardoso.



Fig. 4 – Capa da separata do artigo "Novos subsídios para a Antropologia portuguesa", publicado em 1917. Arquivo de João Luís Cardoso.



Fig. 5 – Mendes Corrêa com 30 anos. Processo Individual, Academia das Ciências de Lisboa. Fotografia de João Luís Cardoso.

conforme verificou aos estudar os espólios osteológicos conservados nos Serviços Geológicos de Portugal, recolhidos nos concheiros de Muge, nas escavações ali efectuadas no último quartel do século XIX (CORRÊA, 1923) (Fig. 6). As mais longínquas populações que considerou como uma das fontes genéticas directas, e mesmo assim só em parte, dos Portugueses actuais, foram as dos construtores dos dólmenes, que eram então invocadas por insuspeitos arqueólogos, como P. Bosch-Gimpera, como uma marca identitária do actual território português. Deste modo, não considerava o contributo dos povos dos concheiros como contribuintes efectivos para o complexo genético de que resultaram os actuais portugueses, aspecto que se encontra bem expresso na seguinte frase:

> "*O passado não morreu. A ciência arqueológica e as leis da hereditariedade permitem-nos concluir que ele não se extinguiu de todo, que dele flui, no presente e em nós próprios, um esforço incessante de vida, uma energia inextinguível de luminosa continuidade criadora. Os mortos dos dólmenes e das necrópoles, os íncolas das citânias e das vilas, os heróis da Reconquista Cristã e das naus da Descoberta, estão connosco, ressurgem em todas as horas triunfais da Pátria*" (CORRÊA, 1938 a, p. 260).

Mendes Corrêa encontrava-se então no auge da sua pujança e vigor, época que coincidiu com importante intervenção política na vida pública nacional.

Se as explorações do Homem terciário não foram à medida das suas expectativas iniciais (CORRÊA, 1926; CORRÊA, 1928), já as escavações que empreendeu nos concheiros de Muge foram coroadas de êxito. Elas correspondem ao culminar das actividades arqueológicas de campo de Mendes Corrêa, vencida a vontade de M. Heleno que, também ali, pretendia efectuar escavações "sem ideias preconcebidas", manifestada em 1932 e inícios de 1933, já depois de iniciadas as do primeiro, com o argumento de o Museu Etnológico ainda não possuir materiais ilustrativos dessa época. A alusão, não inocente, a "ideias preconcebidas" referia-se às afinidades negróides e australóides invocadas por Mendes Corrêa, para os antigos povoadores dos concheiros. Assim, não espanta que M. Heleno pretendesse convidar Henri Vallois, forte opositor daquela doutrina, para estudar o material antropológico que recolhesse, no que foi duramente criticado por antropólogos portugueses. O epílogo desta tentativa de Heleno inferiorizar o trabalho de Mendes Corrêa, foi ditado pelo próprio Vallois, ao escrever uma carta a Mendes Corrêa, por este publicada, desdramatizando as divergências entre ambos (cf. Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, 6 (1), p. 55-57). Graças à sua capacidade de relacionamento tanto nos meios nacional como internacional, Mendes Corrêa conseguiu neutralizar a pretensão de Heleno para assumir a direcção das escavações naqueles míticos lugares da Arqueologia portuguesa. Com efeito, o projecto de Mendes Corrêa encontrava-se suportado, desde há anos, por trabalhos que vinha regularmente publicando: já em 1917, com base nos estudos antropológicos dos materiais exumados no século XIX por Carlos Ribeiro e Paula e Oliveira, tinha negado a descendência da actual população portuguesa do grupo mesolítico dos concheiros de Muge (CORRÊA, 1917); em 1919, declarava, numa obra seminal publicada em Portugal e em prestigiada revista internacional, ambas já anteriormente citadas (CORRÊA, 1919 a; 1919b): "Os selvagens de Muge seriam populações pacíficas, sedentárias, miseráveis, vivendo da caça e da pesca, num grande atraso cultural". Sublinhando conclusão anterior, apresentada no seu artigo de 1917, incluiu-as "num grupo de raças inferiores, australoides ou proto-etiópicas, de origem equatorial provável, o que concorda com o roteiro da civilização tardenoisense". Esta teoria, que fazia a Península Ibérica como local de destino de populações epipaleolíticas e mesolíticas norte-africanas, tal como era apresentada por grandes pré-historiadores da época, como H. Obermaier e P. Bosch-Gimpera, foi mais tarde justamente refutada por M. Heleno. Este, com base nas escavações que na década de 1930 veio a desenvolver na região de Rio Maior, defendeu correctamente a inclusão das indústrias de mesolíticas de Muge no quadro das indústrias europeias da mesma época, com base na defesa, abusiva, da sua filiação nas produções líticas do Paleolítico Superior da região de Rio Maior, de cunho evidentemente europeu, identificadas por M. Heleno no decurso da década de 1930 as quais, porém, à data dos primeiros trabalhos de Mendes Corrêa, eram ainda desconhecidas. Assim

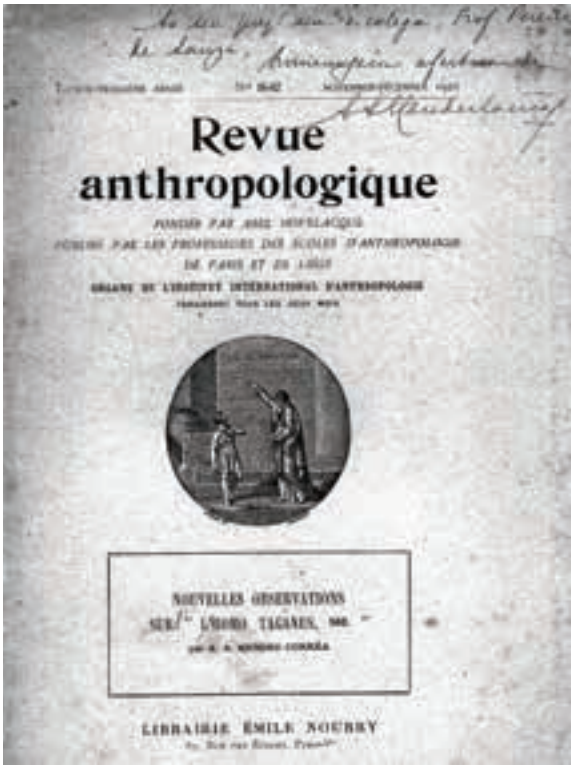

Revue
anthropologique
NOUVELLES OBSERVATIONS
LIBRAIRIE ÉMILE NOURRY

Fig. 6 – Capa da separata do artigo "Nouvelles observations sur l'*Homo taganus*, Nob.", publicado em 1923. Arquivo de João Luís Cardoso.

se explica a célebre designação de *Homo afer taganus*, para o íncola de Muge, dado que, segundo Mendes Corrêa, entre as três grandes áreas geográficas onde se reconheceram características rácicas particulares à espécie humana: a Europa, a Ásia e a África, era com as populações deste continente que as de Muge maiores semelhanças evidenciavam, reportando-se especialmente ao tipo dolicocéfalo, ali largamente dominante. Contudo, não deixou de sublinhar a importância da identificação de raros crânios braquicéfalos nas colecções dos Serviços Geológicos de Portugal (CORRÊA, 1923) (Fig. 6), os quais, conjuntamente com os de Ofnet (Baviera), constituíam os exemplares europeus mais antigos então conhecidos. Tratava-se sem dúvida de um incentivo adicional para o desejo de vir a realizar em Muge trabalhos de campo.

O primeiro ciclo das escavações dirigidas por Mendes Corrêa, com o apoio de dois assistentes da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, J. R. dos Santos Júnior e R. de Serpa Pinto e o financiamento da Junta Nacional de Educação, desenrolou-se no concheiro do Cabeço de Amoreira, que tinha sido apenas objecto de sondagens muito limitadas no Século XIX (CARDOSO & ROLÃO, 1999/2000). Ali se efectuaram campanhas de 4 a 23 de Agosto de 1930 (Fig. 7; Fig. 8) e de 29 de Setembro a 2 de Outubro do mesmo ano (Fig. 9), de modo aos participantes do XV Congresso de Antropologia e de Arqueologia Pré-Histórica poderem apreciar a estação em curso de exploração, o que de facto veio a concretizar-se (Fig. 10).

No ano seguinte, as escavações efectuaram-se entre 29 de Julho e 21 de Agosto de 1931 (Fig. 11; Fig. 12); o terreno, previamente quadriculado, foi escavado de acordo com a malha ortogonal definida por camadas, como se pode verificar dos apontamentos conservados, feitos nocaderno de campo de Mendes Corrêa tanto por Santos Júnior, como por Serpa Pinto (Fig. 13; Fig. 14), tendo-se registado igualmente a respectiva estratigrafia. De acordo com os apontamentos de Serpa Pinto, tanto em 1930 como em 1931 trabalhou-se no concheiro do Cabeço da Amoreira durante 21 dias úteis, encontrando-se escavados, no final de 1932, 450 m² da área ocupada pelo concheiro (Fig. 15; Fig. 16)

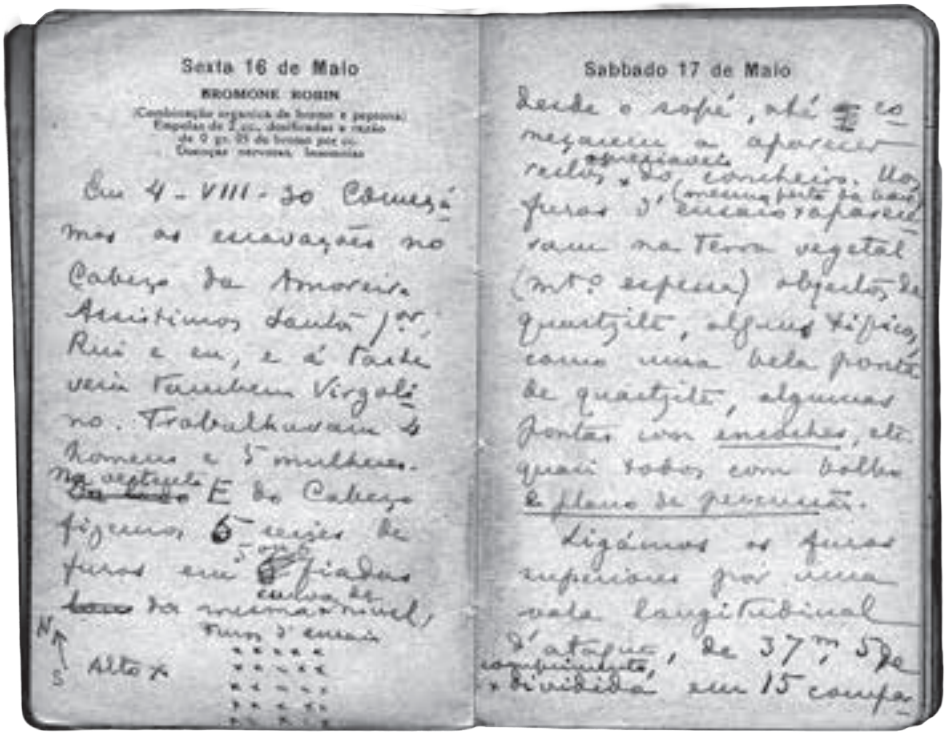
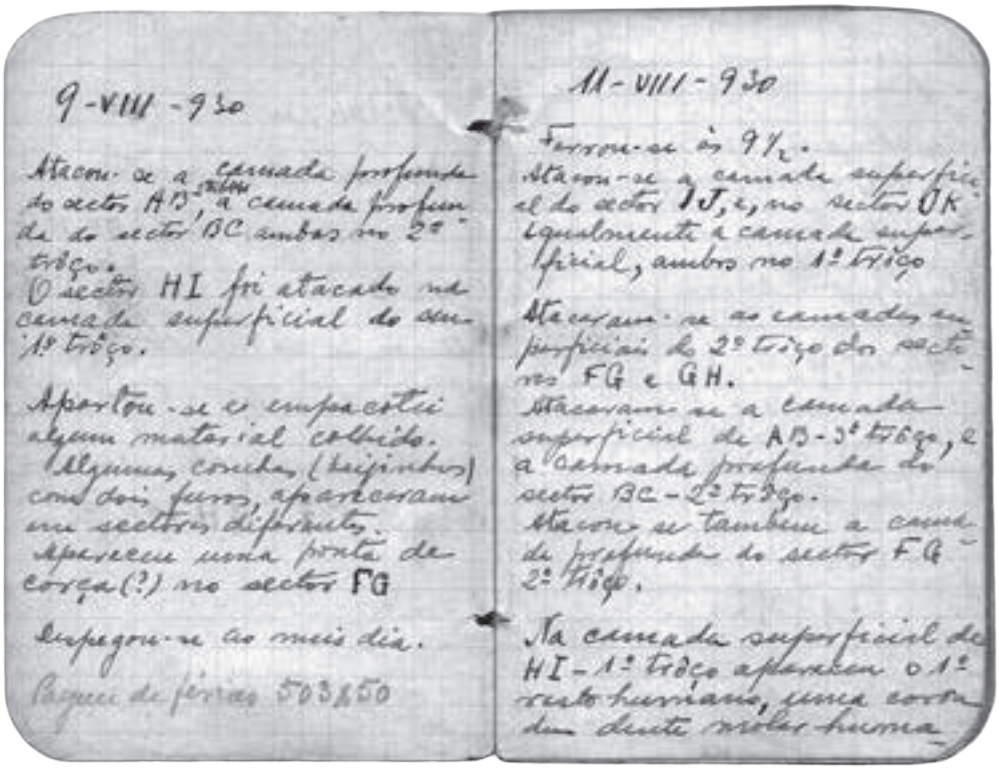


Fig. 7 – Excerto do caderno de campo de Mendes Corrêa, com letra do próprio, relativo à primeira campanha de escavações no concheiro do Cabeço da Amoreira (1930). Arquivo de João Luís Cardoso/Octávio da Veiga Ferreira.



9-VIII-930

Atacou-se a camada profunda do sector AB, 2º troço, a camada profunda do sector BC ambos no 2º troço.
O sector HI foi atacado na camada superficial do seu 1º troço.

Apareceu-se e empacotou algum material colhido.
Algumas conchas (berbigões) com dois furos, apareceram em sectores diferentes.
Apareceu uma ponta de corça(?) no sector FG

Despegou-se ao meio dia.
Pagou de férias 503$50

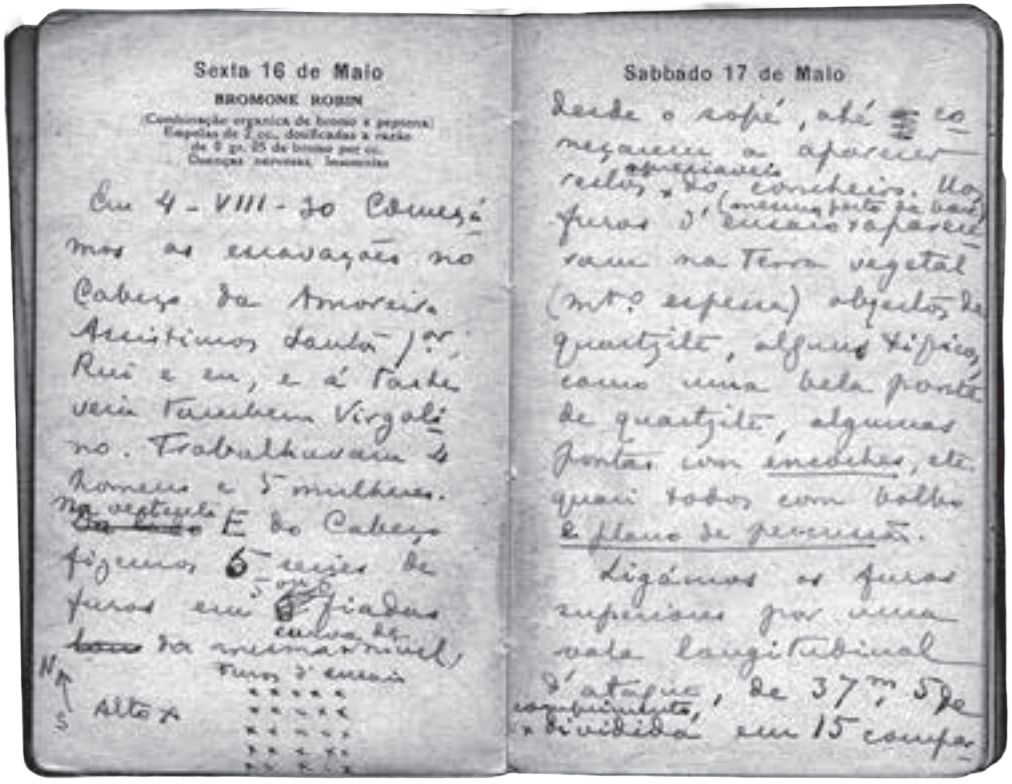
11-VIII-930

Ferrou-se às 9½.
Atacou-se a camada superficial do sector IJ, e, no sector JK igualmente a camada superficial, ambos no 1º troço

Atacaram-se as camadas superficiais do 2º troço dos sectores FG e GH.
Atacaram-se a camada superficial de AB - 3º troço, e a camada profunda do sector BC - 2º troço.
Atacou-se também a camada profunda do sector FG 2º troço.

Na camada superficial de HI - 1º troço apareceu o 1º resto humano, uma coroa de dente molar humano

Fig. 8 – Excerto do caderno de campo de Mendes Corrêa, com letra do seu Assistente J. R. dos Santos Júnior, relativo à primeira campanha de escavações no concheiro do Cabeço da Amoreira (1930). Arquivo de João Luís Cardoso/Octávio da Veiga Ferreira.



Sexta 16 de Maio

BROMONE ROBIN
(Combinação organica de bromo e peptona)
Especialidade de 2 cc., dosificadas á razão de 0 gr. 25 de bromo por cc.
Doenças nervosas. Insomnias

Em 4-VIII-30 Começámos as escavações no Cabeço da Amoreira. Assistimos (ao 1º) Rui e eu, e á tarde veio também Virgolino. Trabalhavam 4 homens e 5 mulheres. Na vertente E do Cabeço fizemos 6 cortes de furos em 5 fiadas cada, na direcção N-S, furos d'encaixe

Alto

Sabbado 17 de Maio

Desde o sopé, até ao começarem a aparecer os primeiros restos do concheiro. Uns furos d'encaixe (mesmo ponto de base) apareceram na Terra vegetal (mto superficial) objectos de quartzite, alguns típicos, como uma bela ponta de quartzite, algumas pontas com encabadouro, etc. quasi todos com bolbo e plano de percussão.

Ligámos os furos superiores por uma vala longitudinal d'ataque, de 37m,5 de comprimento, dividida em 15 compar-

Fig. 9 – Excerto do caderno de campo de Mendes Corrêa, com letra do próprio, relativo aos preparativos da visita que os participantes no XV Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia Pré-Histórica fizeram às escavações no concheiro do Cabeço da Amoreira (1930). Arquivo de João Luís Cardoso/Octávio da Veiga Ferreira.

Os resultados obtidos das duas primeiras campanhas de escavações efectuadas em Muge foram apresentados à XV Sessão do Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia Pré-Histórica, cuja segunda sessão de trabalhos se efectuou em Paris, em Setembro de 1931 (Fig. 16). A comunicação apresentada incluía já algumas observações com base no material por si exumado; referindo-se à presença de crânios braquicéfalos, que Vallois, um ano antes constestara, declarou: "mantenho até nova ordem os pontos de vista que em diversas ocasiões exprimi e que os novos dados vêm reforçar" (CORRÊA, 1933).

Em 1932 não se efectuaram escavações em Muge; em 1933, as escavações, sempre no concheiro do Cabeço da Amoreira, realizaram-se entre 7 e 28 de Agosto; delas se reproduzem três excertos do caderno de campo de Mendes Corrêa, preenchidos por Santos Júnior, reproduzindo diversos esqueletos então postos a descoberto (Fig. 18; Fig. 19; Fig. 20). Sobre os resultados daquelas campanhas é o trabalho de Mendes Corrêa publicado na Revista da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto em 1934 (CORRÊA, 1934) (Fig. 21), dedicado à discussão da cronologia dos concheiros de Muge no qual, além de reiterar as suas ideias de sempre sobre posição, no quadro das populações humanas modernas, das populações dos concheiros de Muge, procurou estabelecer uma sequência para a ocupação dos concheiros, com base na tipologia das produções líticas. Assim, a predominância de triângulos no Cabeço da Amoreira e dos trapézios no Cabeço da Arruda – e a presença, embora vestigial, de *Natica hebraea*, unicamente presente no Cabeço da Amoreira, actualmente desaparecida do território português, indicadora de águas mais quentes que as actuais, levou-o a considerar este concheiro mais antigo que o do Cabeço da Arruda, conclusão que ulteriormente não se confirmou. Tais conclusões tinham sido, aliás, já apresentadas em 1932 por Rui de Serpa Pinto (PINTO, 1932) (Fig. 22), a quem estaria destinado, por certo, a parte mais importante da publicação dos resultados, infelizmente prejudicada pela sua morte prematura, ocorrida a 23 de Março de 1933 – o que o impediu de participar nas escavações realizadas em Muge nesse ano. Por outro lado, o envolvimento a partir dessa data de Santos Júnior – que lhe veio a suceder na cátedra de Antropologia da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto – em investigação da etnologia e da arqueologia das colónias portuguesas, levou a que fosse cada vez mais difícil a Mendes Corrêa assegurar a continuidade dos trabalhos de campo.



Fig. 10 – Foto dos participantes no XV Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia Pré-Histórica na visita que fizeram às escavações no concheiro do Cabeço da Amoreira, a 1 de Outubro de 1930. Mendes Corrêa é o quarto, em segundo plano, a contar da direita, encontrando-se à sua frente Louis Siret e Eugénio Jalhay. J. R. dos Santos Júnior encontra-se agachado, com um barrete de campino (N/A, 1931).



Fig. 11 – Aspecto da escavação de 1931 no concheiro do Cabeço da Amoreira: da esquerda para a direita, J. R. dos Santos Júnior, Mendes Corrêa e Rui de Serpa Pinto (GONÇALVES, 1986, Doc. IIIb).

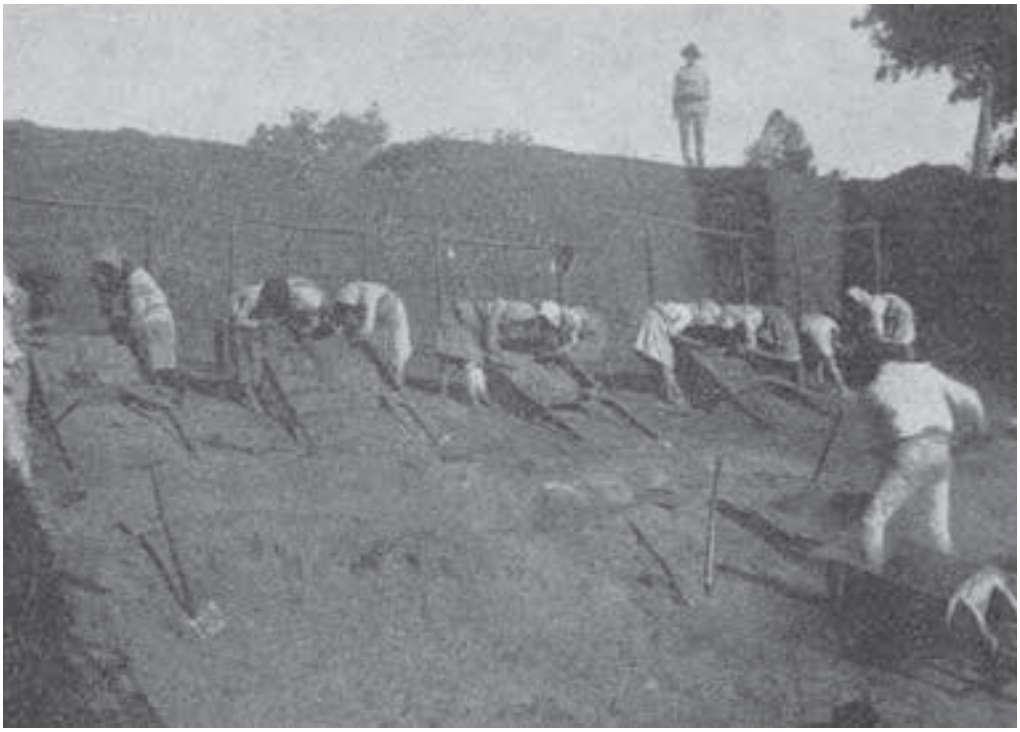


Fig. 12 – Aspecto da escavação de 1931 no concheiro do Cabeço da Amoreira, observando-se bateria de crivos e respectivos manipuladores: as mulheres crivavam as terras, enquanto os homens puxavam com enxadas as terras já crivadas (GONÇALVES, 1986, Doc. IIId).

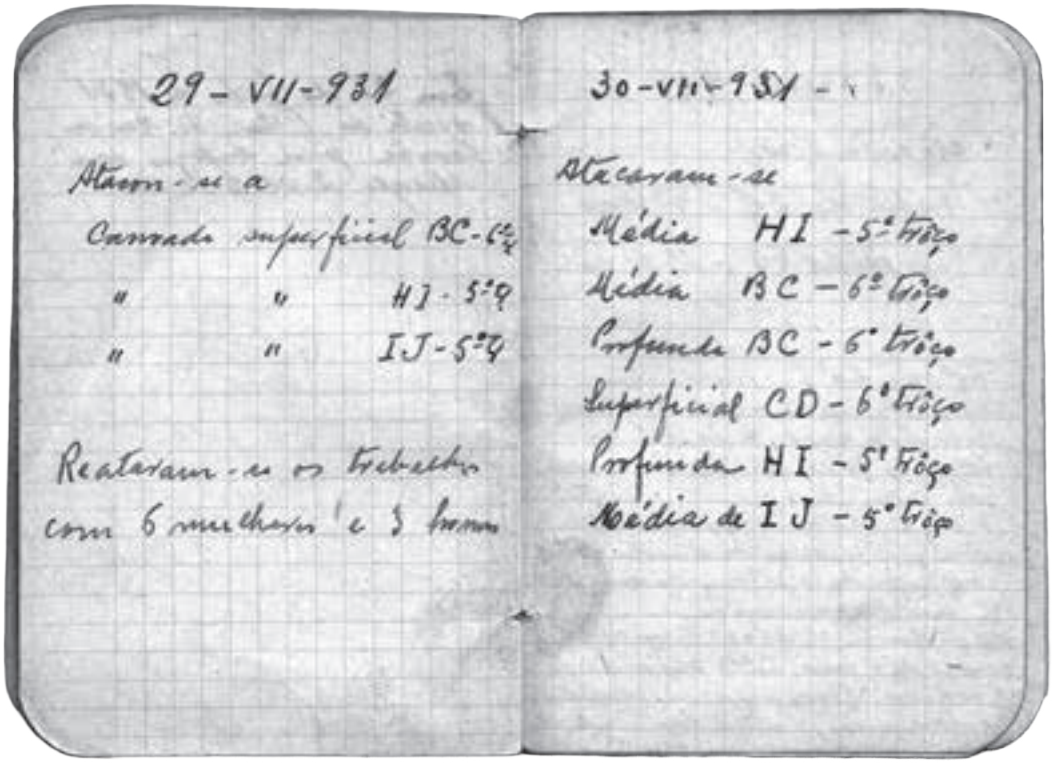


Fig. 13 – Excerto do caderno de campo de Mendes Corrêa, com letra de J. R.dos Santos Júnior, relativo à segunda campanha de escavações no concheiro do Cabeço da Amoreira (1931). Arquivo de João Luís Cardoso/Octávio da Veiga Ferreira.

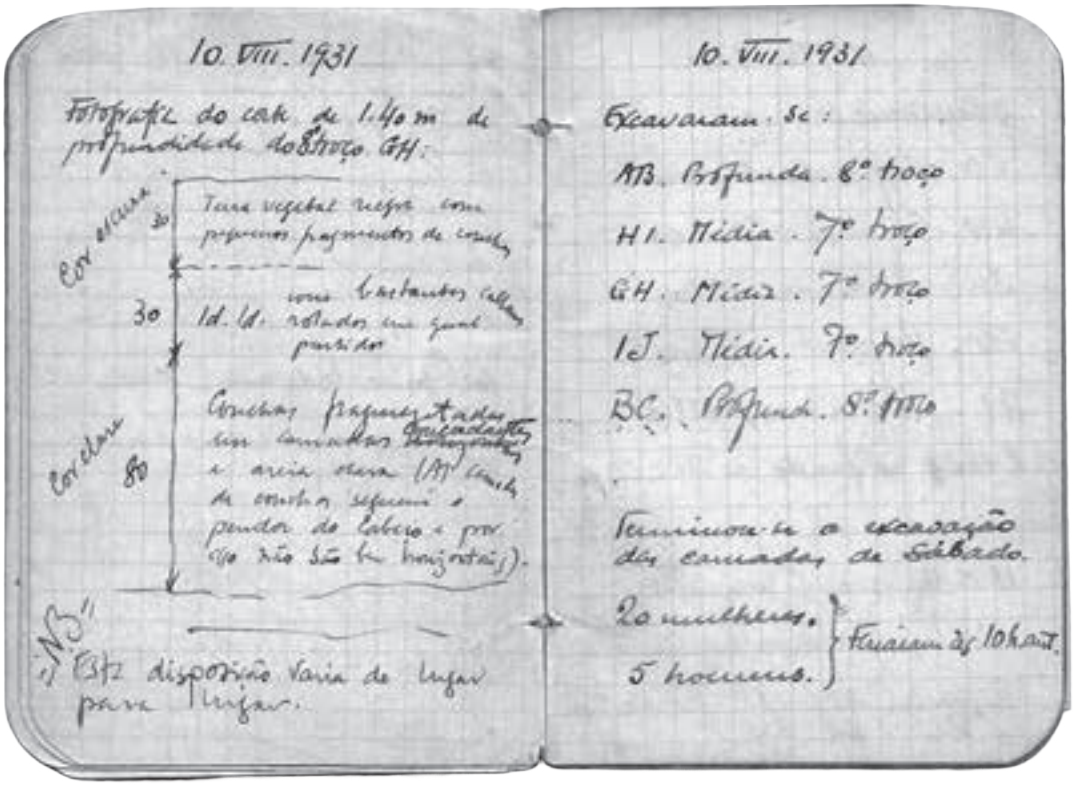


Fig. 14 – Excerto do caderno de campo de Mendes Corrêa, com letra de R. de Serpa Pinto, relativo à segunda campanha de escavações no concheiro do Cabeço da Amoreira (1931). Arquivo de João Luís Cardoso/Octávio da Veiga Ferreira.

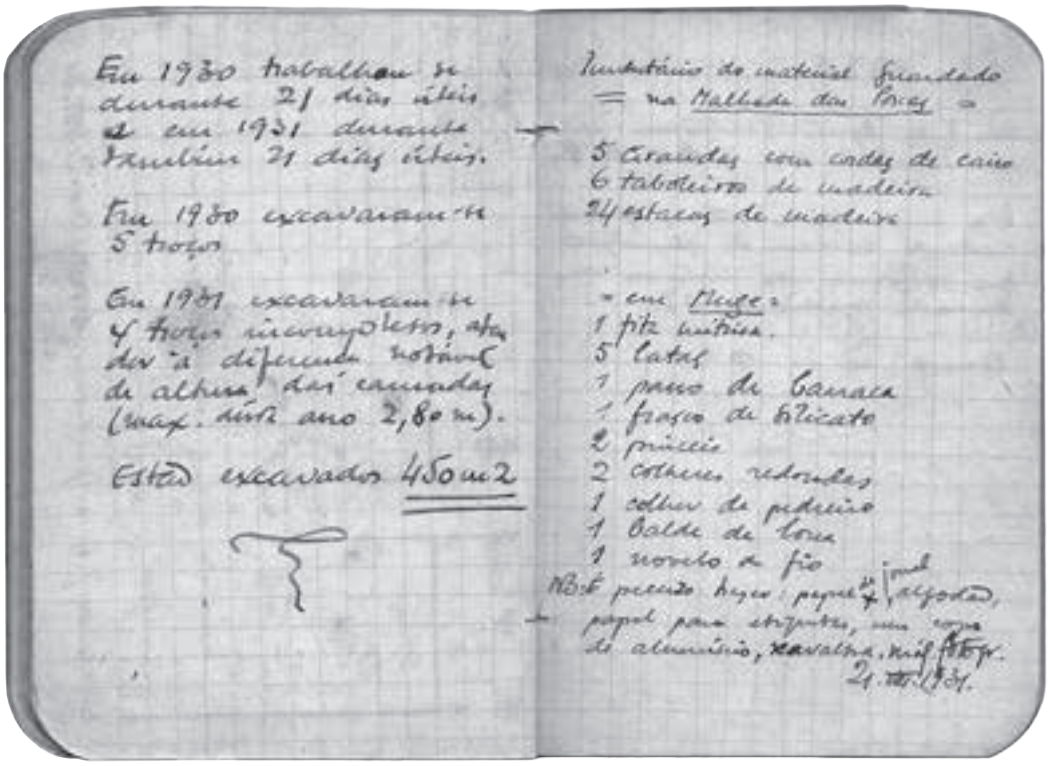


Fig. 15 – Excerto do caderno de campo de Mendes Corrêa, com letra de R. de Serpa Pinto, relativo à segunda campanha de escavações no concheiro do Cabeço da Amoreira (1931). Arquivo de João Luís Cardoso/Octávio da Veiga Ferreira.

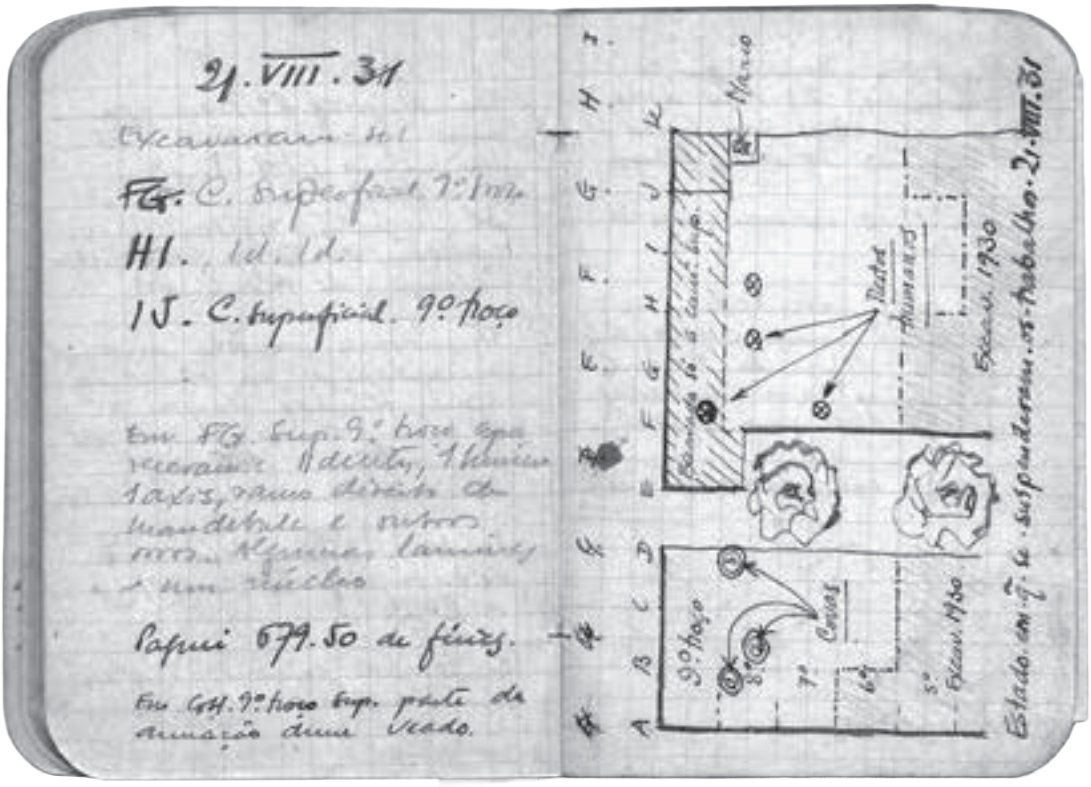


Fig. 16 – Excerto do caderno de campo de Mendes Corrêa, com letra de R. de Serpa Pinto, relativo à campanha de 1931, contendo a planta-esboço da área explorada no concheiro do Cabeço da Amoreira até ao final de Agosto daquele ano, com a indicação do sistema de quadrícula adoptado. Arquivo de João Luís Cardoso/Octávio da Veiga Ferreira.

Em 1936, sob o expressivo título "A propósito do *Homo taganus* Africanos em Portugal", Mendes Corrêa, ao rejeitar a relação genética dos portugueses actuais com os negros, antes os incluindo "sem hesitações no bloco dos Europeus em geral" negava, também, a descendência directa daqueles a partir das populações de Muge, conclusão confirmada pelo estudo antropológicos dos dois conjuntos, embora admitisse que um contributo genético, por pequeno que fosse, pudesse estar presente no património dos actuais portugueses (CORRÊA, 1936) (Fig. 23). Manteve estas e outras conclusões, ainda que sem acrescentar novos dados, já na plena maturidade da vida: disso é exemplo o trabalho publicado em 1941 (CORRÊA, 1941) (Fig. 24), tinha já 53 anos e encontrava-se no auge da sua polifacetada carreira científica (Fig. 25).

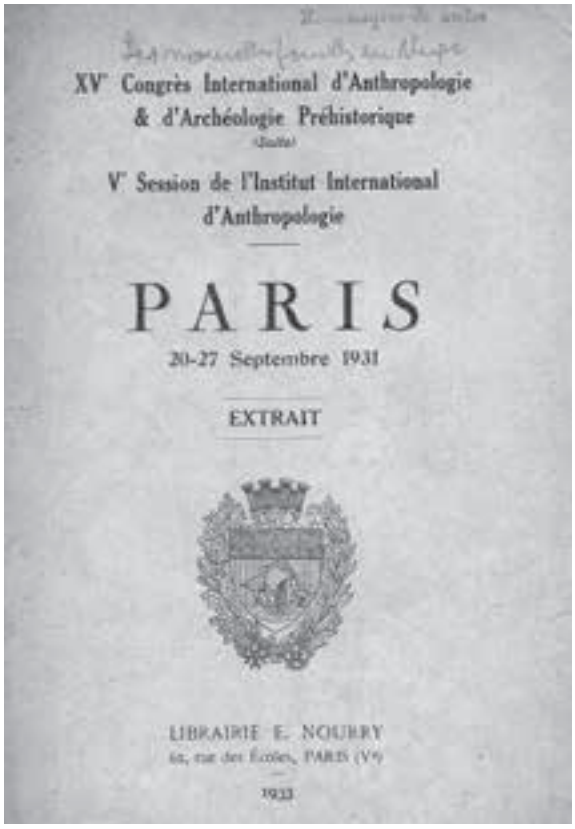

XVe Congrès International d'Anthropologie
& d'Archéologie Préhistorique
Ve Session de l'Institut International d'Anthropologie
PARIS
20-27 Septembre 1931
EXTRAIT
LIBRAIRIE E. NOURRY
1933

Fig. 17 – Capa da separata do artigo "Les nouvelles fouilles à Muge (Portugal)", publicado em 1931. Arquivo de João Luís Cardoso.

As derradeiras escavações dirigidas por Mendes Corrêa nos concheiros de Muge realizaram-se em Agosto e Setembro de 1937; as investigações interessaram então, pela primeira vez, o concheiro do Cabeço da Arruda (Fig. 26 a Fig. 30), de que resultaram novos elementos que vieram a ser utilizados pelo próprio, em apoio das suas teorias: dez anos volvidos (Corrêa, 1951a), reafirmou o essencial do que, já em 1919, fazia já parte da sua doutrina, depois de ver reconfirmada a presença de braquicéfalos em Muge por Augusto Ataíde (ATAÍDE, 1940) com base no estudo de um crânio do Cabeço da Arruda, recuperado nas escavações de 1937. Tal presença foi também identificada por Denise Ferembach (1974), ao estudar o conjunto recolhido no concheiro de Moita do Sebastião. Ao contrário, as afinidades negróides, ou etiópicas tão propaladas décadas atrás, não foram de facto identificadas pela investigadora francesa entre a população daquele concheiro: ao Homem de Muge foi então atribuído caracteres proto-mediterrâneos, onde os cromagnóides também ocorrem, correspondentes a indivíduos de menor tamanho e mais gráceis que as formas clássicas do Paleolítico Superior francês; mestiços entre ambos os morfotipos, acompanhados de alguns alpinos, completam o quadro definido (FEREMBACH, 1974, p. 135). Ainda assim, não poderá dizer-se que Mendes Corrêa preferiu morrer abraçado à teoria antropológica que continuou a defender, ao longo da década de 1940 (Fig. 31 e Fig. 32) mas que, por certo, de há muito já suspeitaria ser errónea: assim, em 1956, antecedendo portanto o estudo de Ferembach, ao estudar 5 crânios da Moita do Sebastião, exumados nas escavações da década de 1950 realizadas por O. da Veiga Ferreira e J. Roche naquele concheiro, admitiu a possibilidade da população de Muge poder integrar-se na raça mediterrânea actual e, por acréscimo, no seio dos modernos portugueses, sem deixar de salientar a necessidade de continuar a investigar o assunto (CORRÊA, 1956).

As escavações realizadas no concheiro da Moita do Sebastião em 1952, 1953 e 1954 (Fig.33; Fig. 34; Fig. 35), em virtude de uma instalação agrícola pertencente à Casa Cadaval ter arrasado aquele concheiro até à camada da base, então explorada integralmente em extensão, só foram possíveis pelo patrocínio financeiro

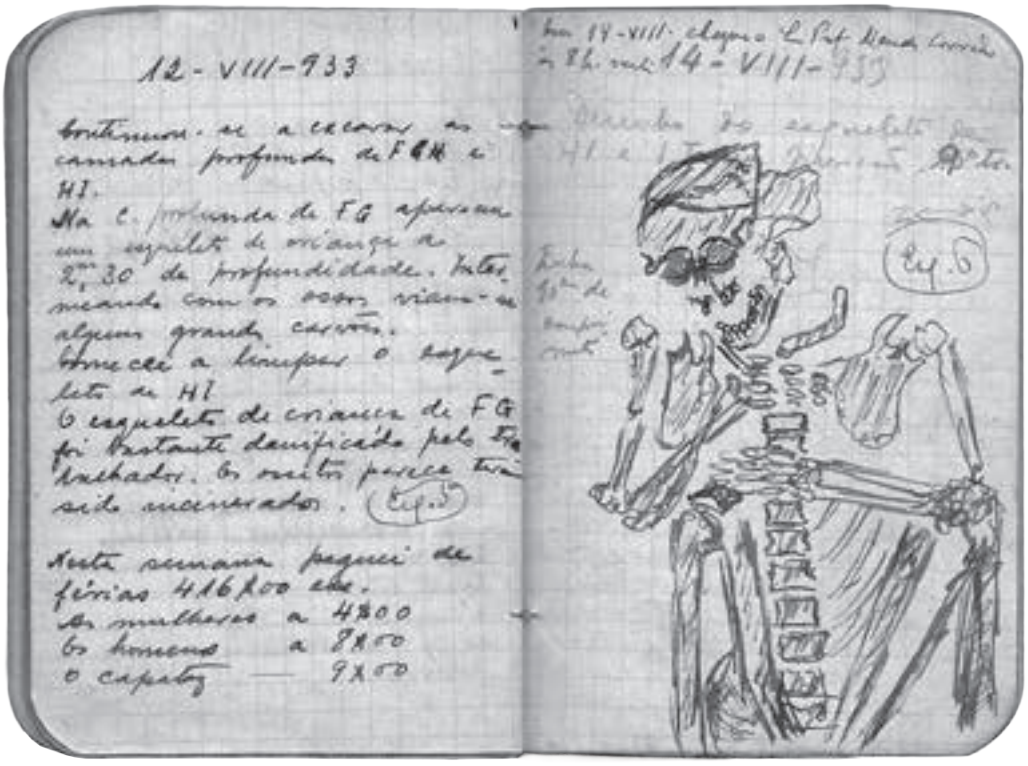


Fig. 18 – Excerto do caderno de campo de Mendes Corrêa, com letra de J. R. dos Santos Júnior relativo à segunda campanha de escavações no concheiro do Cabeço da Amoreira (1931), observando-se esboço da disposição de alguns dos restos humanos encontrados. Arquivo de João Luís Cardoso/Octávio da Veiga Ferreira.

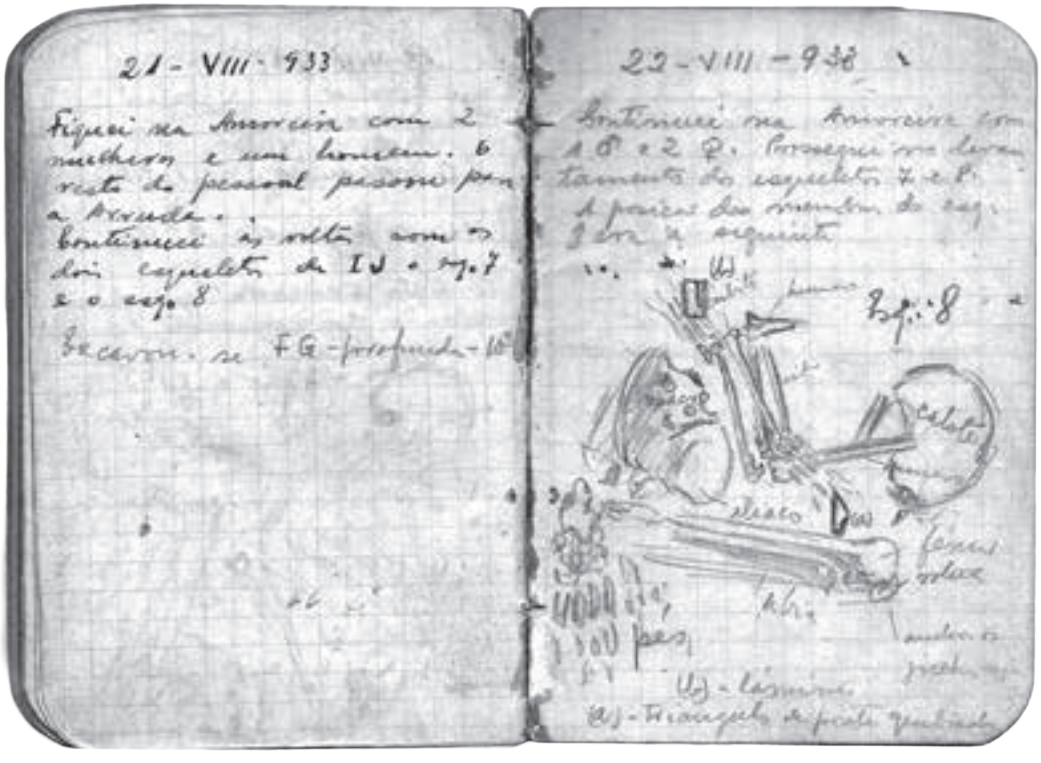


Fig. 19 – Excerto do caderno de campo de Mendes Corrêa, com letra de J. R. dos Santos Júnior relativo à segunda campanha de escavações no concheiro do Cabeço da Amoreira (1931), observando-se esboço da disposição de alguns dos restos humanos encontrados. Arquivo de João Luís Cardoso/Octávio da Veiga Ferreira.

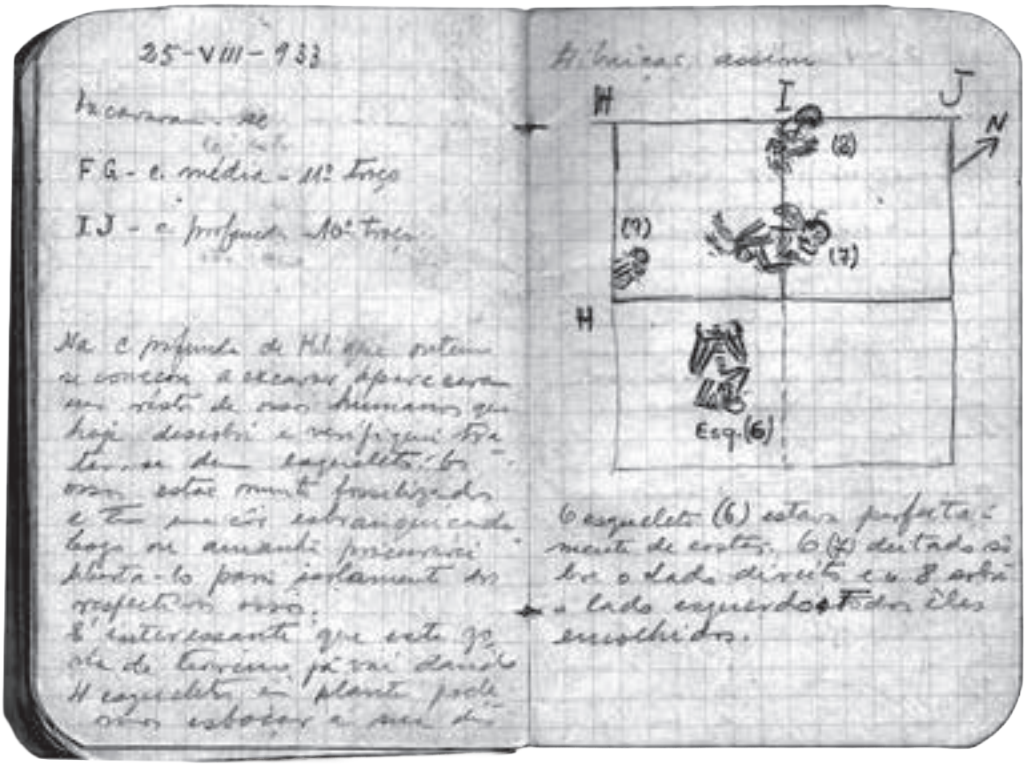


Fig. 20 – Excerto do caderno de campo de Mendes Corrêa, com letra de J. R. dos Santos Júnior relativo à segunda campanha de escavações no concheiro do Cabeço da Amoreira (1931), observando-se esboço da disposição de alguns dos restos humanos encontrados. Arquivo de João Luís Cardoso/Octávio da Veiga Ferreira.

e institucional de Mendes Corrêa, através do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular, anexo à Faculdade de Ciências da Universidade do Porto. Tais escavações constituem um bom exemplo do apoio que Mendes Corrêa concedeu, na última fase da sua vida, a muitos arqueólogos que naquele Centro encontraram um porto de abrigo para a prossecução dos seus estudos.

Além de J. Roche e de O. da Veiga Ferreira, quase todos os arqueólogos que despertaram para a Arqueologia em Portugal, na década de 1950, beneficiaram da sua ajuda, tanto financeira como, tão ou mais importante, de carácter institucional: é o caso do Prof. Fernando de Almeida, cujo arranque das escavações na Egitânia se deveu exclusivamente ao patrocínio concedido por aquele Centro, de Abel Viana, que sempre encontrou na figura de Mendes Corrêa protecção e apoio face à postura hostil de Manuel Heleno, de E. da Cunha Serrão e de E. Prescott Vicente, nas suas explorações de Olelas e da Parede, prosseguidas pelo primeiro no concelho de Sesimbra, e de O. da Veiga Ferreira e de Camarate França, entre outros arqueólogos que, desamparados de tais apoios, pouco poderiam ter concretizado (CARDOSO, 1999, 2011). É ainda o caso das explorações na jazida solutrense do Monte da Fainha (Évoramonte), onde se deixou fotografar, em Dezembro de 1955 (Fig. 36), no decurso dos trabalhos empreendidos em colaboração com Camarate França. Os materiais então exumados podem hoje observar-se no Museu da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto que, estranhamente, não foram incluídos na publicação dos materiais recolhidos em outras ocasiões (ROCHE, RIBEIRO & VAULTIER, 1968).

Assim se revelava a alma afectuosa, comunicativa, aliada a uma grande disponibilidade e a um espírito prático, de experiência feito. Como a todos aqueles a quem a *praxis* legitimou o tratamento de Mestre,

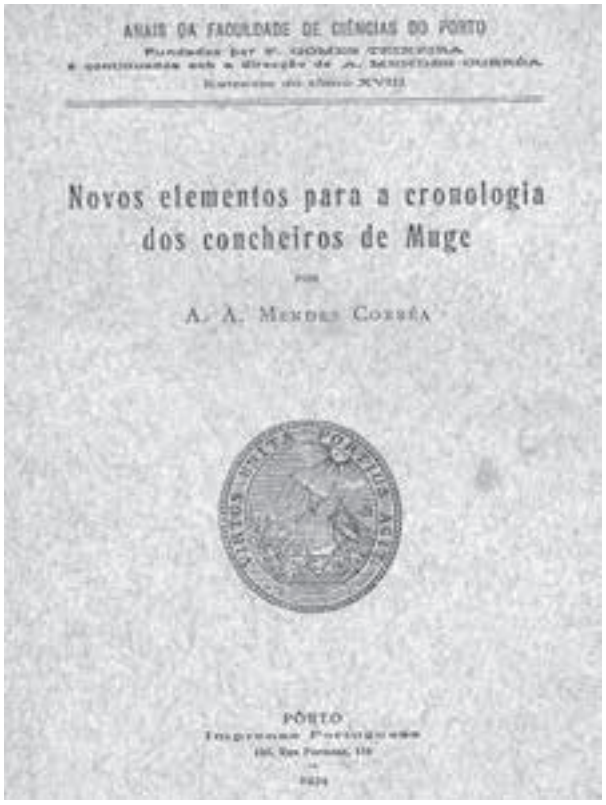


Fig. 21 – Capa da separata do artigo "Novos elementos para a cronologia dos esqueletos de Muge", publicado em 1934. Arquivo de João Luís Cardoso.



Fig. 22 – Capa da separata do artigo "Notas sobre a indústria microlítica do Cabeço da Amoreira (Muge)", da autoria de R. de Serpa Pinto, publicado em 1932. Arquivo de João Luís Cardoso.



Fig. 23 – Capa da separata do artigo "A propósito do *Homo taganus* Africanos em Portugal", publicado em 1936. Arquivo de João Luís Cardoso.



Fig. 24 – Capa da separata do artigo "Anthropologie et Préhistoire du Portugal", publicado em 1941. Arquivo de João Luís Cardoso.



Fig. 25 – Mendes Corrêa no apogeu da sua actividade, na década de1940. Arquivo de João Luís Cardoso / Octávio da Veiga Ferreira.

o seu efectivo poder e influência institucional e política, foram sempre canalizados em prol do bem comum, acompanhando os progressos dos que acolhia no seu Centro com uma notável humildade científica, sem nada pedir em troca, a não ser trabalho sério e honesto. Como ele próprio declarou, em 1951:

> "*um dos traços que considero mais indispensáveis na personalidade do homem de ciência é o acolhimento, o estímulo, o auxílio, a simpatia para com os novos. Eu, que na minha vida, conheci alguns velhos, avarentos do saber e da glória, que ocultavam informações, documentos, livros, aos jovens que os procuravam [...], sinto ufania em, no meu restrito, modesto, campo de acção, ter seguido sempre caminho diverso. A consciência poderia acusar-me de ter estimulado e apoiado, por engano, quem não correspondesse à minha boa vontade. Nunca me acusará de ter intencionalmente fechado o caminho a um jovem*" (CORRÊA, 1951b, p. 80).

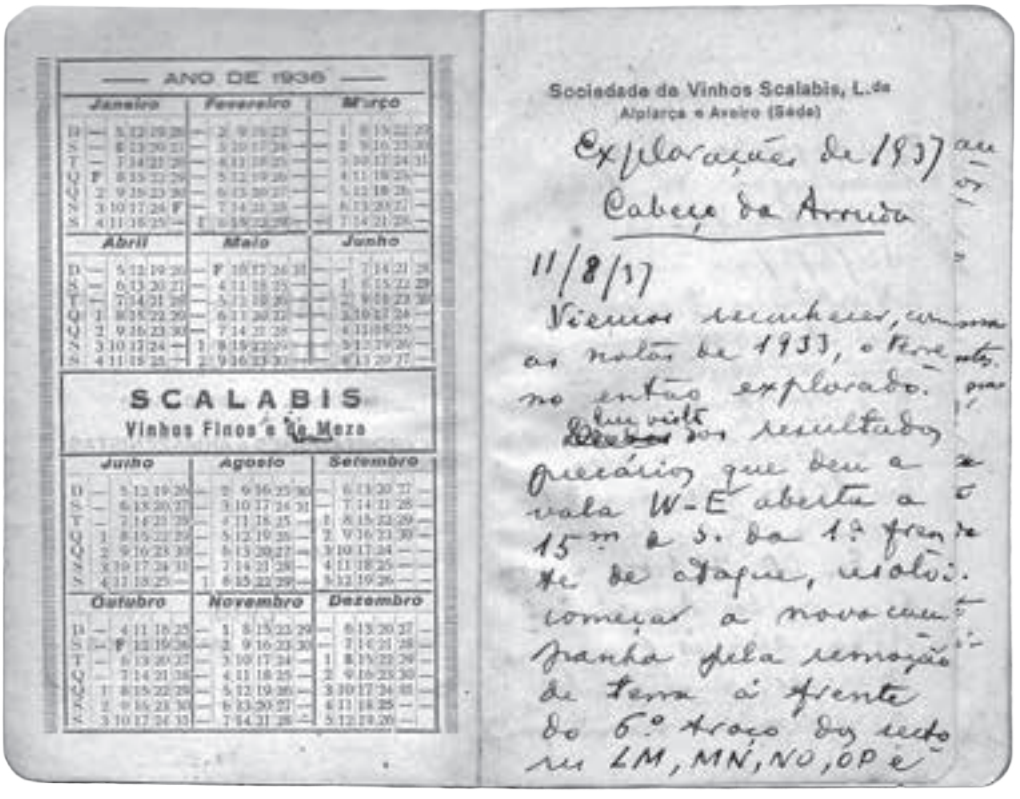


Fig. 26 – Excerto do caderno de campo de Mendes Corrêa, com letra do próprio, relativo ao primeiro dia da primeira e única campanha de escavações realizada no concheiro do Cabeço da Arruda (1937). Arquivo de João Luís Cardoso/Octávio da Veiga Ferreira.

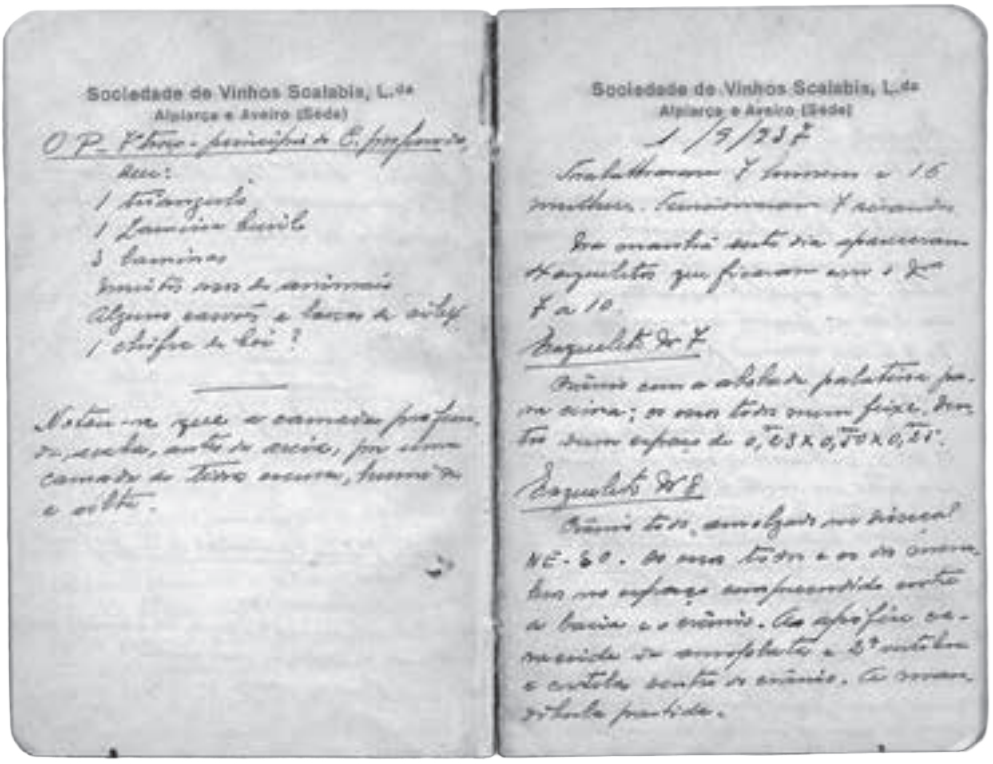


Fig. 27 – Excerto do caderno de campo de Mendes Corrêa, com letra de J. R. dos Santos Júnior, relativo ao último dia da primeira e única campanha de escavações realizada no concheiro do Cabeço da Arruda (1937). Arquivo de João Luís Cardoso / Octávio da Veiga Ferreira.

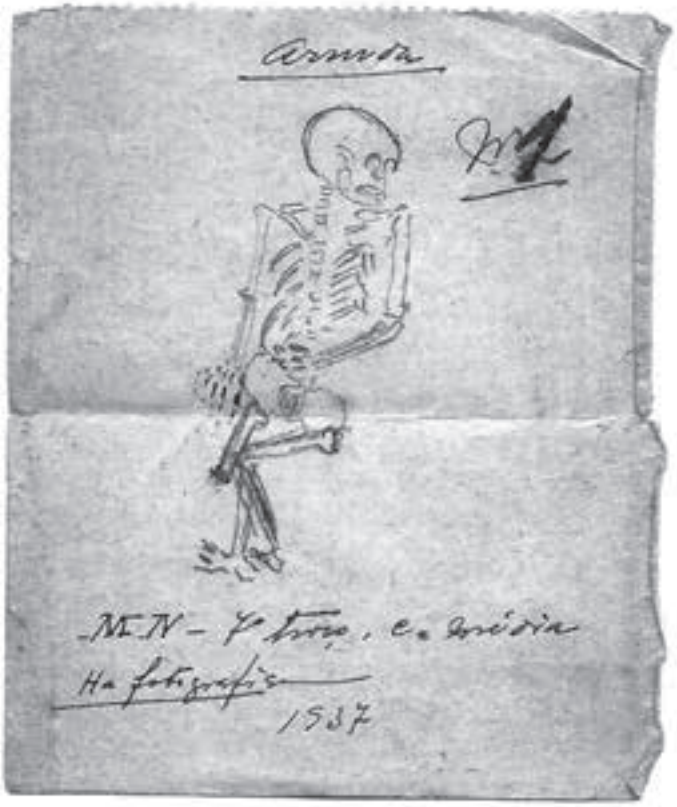


Fig. 28 – Folha solta do caderno de campo de Mendes Corrêa, com letra de J. R. dos Santos Júnior, contendo desenho a carvão de um dos esqueletos postos avista na primeira e única campanha de escavações realizada no concheiro do Cabeço da Arruda (1937). Arquivo de João Luís Cardoso / Octávio da Veiga Ferreira.

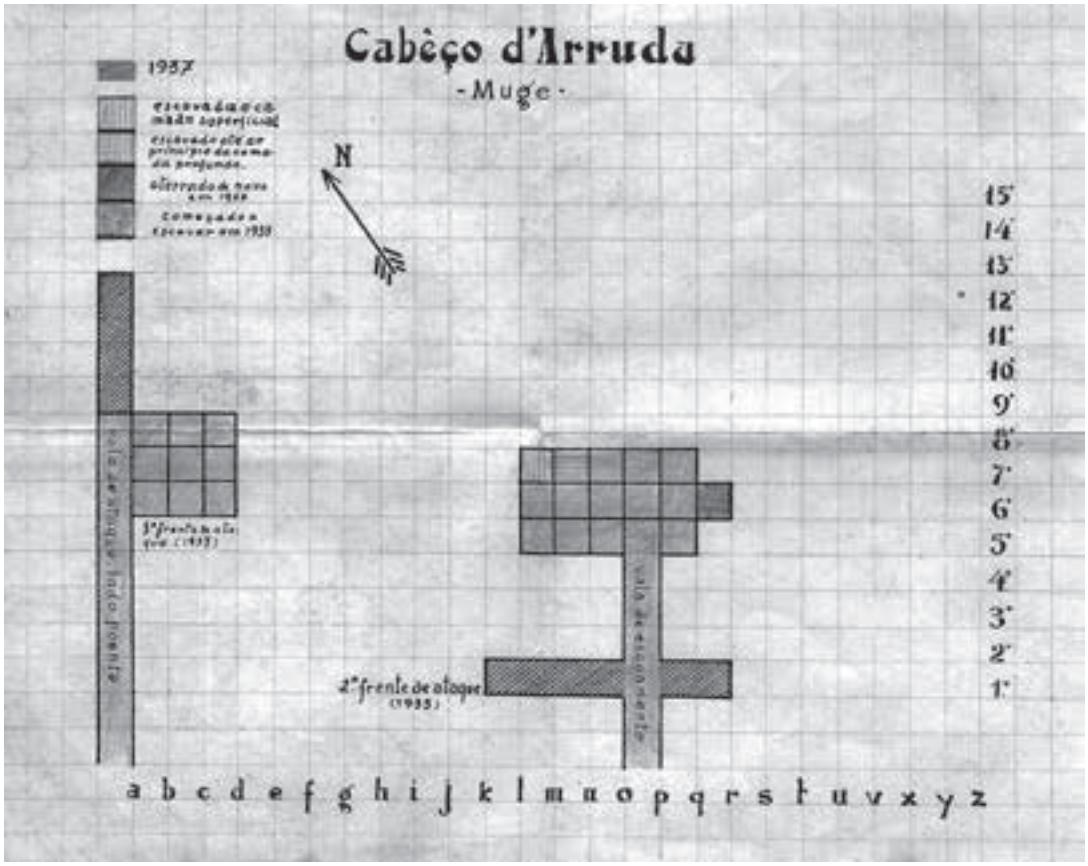


Fig. 29 – Planta geral anexa ao caderno de campo de Mendes Corrêa, da área escavada em 1937 no concheiro do Cabeço da Arruda. Arquivo de João Luís Cardoso / Octávio da Veiga Ferreira.



Fig. 30 – Corte estratigráfico realizado em1965 por O. da Veiga Ferreira e J. Roche no concheiro do Cabeço da Arruda, reavivando o corte efectuado anteriormente por Mendes Corrêa. Arquivo de João Luís Cardoso/Octávio da Veiga Ferreira.



Fig. 31 – Capa da primeira edição do livro *Raízes de Portugal*, publicada em 1938. Arquivo de João Luís Cardoso.



Fig. 32 – Capa da segunda edição do livro *Raízes de Portugal*, publicada em 1944. Arquivo de João Luís Cardoso.



Fig. 33 – Foto das escavações realizadas no concheiro da Moita do Sebastião em 1952, com Mendes Corrêa, à direita, conversando com Jean Roche. Arquivo de João Luís Cardoso / Octávio da Veiga Ferreira.



Fig. 34 – Foto das escavações realizadas no concheiro da Moita do Sebastião em 1952, com Mendes Corrêa de pé, observando O. da Veiga Ferreira na tarefa de extrair um esqueleto. Arquivo de João Luís Cardoso/Octávio da Veiga Ferreira.



Fig. 35 – Visitantes das escavações de 1953 do concheiro da Moita do Sebastião: da esquerda para a direita: J. Roche, Mendes Corrêa, Marquesa de Cadaval, A. do Paço, Pires Soares e H. Vaultier. Arquivo de João Luís Cardoso/Octávio da Veiga Ferreira.



Fig. 36 – Mendes Corrêa aquando das explorações da jazida solutrense de Monte da Fainha (Evoramonte), fotografado a 9 de Dezembro de 1955. Arquivo de João Luís Cardoso/Octávio da Veiga Ferreira.

E é esta posição eminentemente ética que convém sublinhar, pois ela é independente dos tempos e dos regimes, encontrando-se sublimada pelas palavras do nosso homenageado proferidas por um seu discípulo dilecto, o Prof. Carlos Teixeira, em 1962, aquando da tomada de posse, na Academia das Ciências de Lisboa, da cadeira que lhe pertencera (TEIXEIRA, 1964, p. 19):

"*Um homem vale, acima de tudo, pelos serviços que presta à colectividade. Uma Pátria honra-se pelos serviços que presta à civilização e à Humanidade sem prejuízo - e até com afirmação - da sua individualidade nacional vinda de fundas raízes. Assim uma pátria dignificada e próspera tem de se manifestar principalmente nas suas instituições de cultura, nos seus organismos de assistência, de higiene, de solidariedade, nas suas normas de justiça social e na sua vontade de concorrer para o progresso e para a felicidade humana*"

REFERÊNCIAS

ATAÍDE, A. (1940) – Novos esqueletos humanos dos concheiros mesolíticos de Muge. *Congresso do Mundo Português*. Lisboa: Comissão Executiva dos Centenários. 1, p. 627-651.

CARDOSO, J. L. (1999) – O Professor Mendes Corrêa e a Arqueologia portuguesa. *Al-Madan*. Almada. Série II, 8, p. 138-156.

CARDOSO, J. L. (2011) – O Professor Mendes Corrêa e a Arqueologia portuguesa. *Anais da Academia Portuguesa da História*. Série III, 2, p. 229-297.

CARDOSO, J. L.& ROLÃO, J. M. (1999/2000) – Prospecções e escavações nos concheiros mesolíticos de Muge e de Magos (Salvaterra de Magos): contribuição para a história dos trabalhos arqueológicos efectuados. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 8, p. 83-240.

CORRÊA, A. A. Mendes (1917) – Novos subsídios para a Antropologia portuguesa. *Congreso de Sevilla*. Madrid: Asociación Española para el Progreso de las Ciências, p. 141-150.

CORRÊA, A. A. Mendes (1919a) – Origins of the Portuguese. *American Journal of Physical Anthropology*. 2 (2), p. 117-145.

CORRÊA, A. A. Mendes (1919b) – *Raça e Nacionalidade*. Porto: Renascença Portuguesa.

CORRÊA, A. A. Mendes (1923) – Nouvelles observations sur "l´Homo taganus, Nob.". *Révue Anthropologique*. Paris. 33 (11/12), p. 1-9.

CORRÊA, A. A. Mendes (1924) – *Os povos primitivos da Lusitânia*. Porto: Casa editora de A. Figueirinhas.

CORRÊA, A. A. Mendes (1926) – O Homem Terciário em Portugal. *Lusitânia-revista de estudos portugueses*. Lisboa. 3 (9) (separata).

CORRÊA, A. A. Mendes (1928) – Nouvelles Recherches sur l'Homme Tertiaire en Portugal. *Actas da 3ª Sessão do Instituto Internacional de Antropologia (Amsterdão, 1927)*. Paris: Nourry (separata).

CORRÊA, A. A. Mendes (1933) – Les Nouvelles Fouilles à Muge (Portugal). *C. R. XV Congrés International d'Anthropologie & d'Archéologie Préhistorique (Paris, 1931)*. Paris: Nourry (separata).

CORRÊA, A. A. Mendes (1934) – Novos elementos para a cronologia dos concheiros de Muge. *Anais da Faculdade de Ciências do Porto*. Porto.18 (separata).

CORRÊA, A. A. Mendes (1936) – A propósito do "Homo taganus". Africanos em Portugal. *Boletim da Junta Geral de Santarém*. Santarém. 6 (43), p. 37-55.

CORRÊA, A. A. Mendes (1938 a) – Arqueologia e Biologia. *Trabalhos da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa. 4: 245-261.

CORRÊA, A. A. Mendes (1938 b) – *Raízes de Portugal*. Lisboa: Edição de "Ocidente".

CORRÊA, A. A. Mendes (1941) – Anthropologie et Préhistoire du Portugal. *Bulletin des Études Portugaises et de l´Institut Français au Portugal*. Coimbra. 8 (1), p. 42-58.

CORRÊA, A. A. Mendes (1944) – *Raízes de Portugal*. Lisboa: Edição da Revista Ocidente (2.ª edição).

CORRÊA, A. A. Mendes (1951a) – "Avant-Propos". In ROCHE, J. *L'Industrie Préhistorique du Cabeço d'Amoreira (Muge)*. Porto: Centro de Estudos de Etnologia Peninsular.

CORRÊA, A. A. Mendes (1951b) – Reverendo Pe. Eugénio Jalhay, S. J. *Arqueologia e História*. Lisboa. Série VIII, 5, p. 67-82.

CORRÊA, A. A. Mendes (1956) – Notice préliminaire sur les squelettes préhistoriques de Moita de Sebastião (Muge). *Crónica IV Congreso Internacional de Ciências Prehistóricas y Protohistóricas (Madrid, 1954)*. Zaragoza, p. 133-139.

FEREMBACH, D. (1974) – *Le gisement mésolithique de Moita do Sebastião, Muge. Portugal. II Anthropologie*. Lisboa. Instituto de Alta Cultura.

GONÇALVES, A. H. B. (1986) – Inéditos de Rui Serpa Pinto sobre as escavações arqueológicas de Muge. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 26 (1-4), p. 211-229.

MONTEIRO, E. (1959) – Professor A. A. Mendes Corrêa. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia* (vol. de Homenagem ao Prof. Doutor Mendes Corrêa). Porto. 17 (1-4): 5-8.

N/A (1931) – O XV Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia P*ré-Históricas. *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*. Porto. 5 (1), p. 5-35.

PINTO, R. de Serpa (1932) – Notas sobre a indústria microlítica do Cabeço da Amoreira (Muge). *Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências (Lisboa, 1932)*. Actas: Madrid, 5, p. 49-54.

ROCHE, J.; RIBEIRO, L. & VAULTIER, M. (1968) – L´industrie du gisement d´ Evoramonte (Alentejo). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série III, 2, p. 7-13.

TEIXEIRA, C. (1964) – Elogio Histórico de A. A. Mendes Corrêa. *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa. Classe de Ciências*. Lisboa. 9 p (separata).

XXV

A DEFESA DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO EM CONFRONTO NA SEGUNDA DÉCADA DO SÉCULO XX: O CASO DO DÓLMEN DE PEDRALTA (CÔTA, VISEU) [1]

À memória do Eng.º Luís Albuquerque e Castro, arqueólogo esquecido, pioneiro da protecção dos monumentos megalíticos em Portugal.

1 – INNTODUÇÃO

Há já alguns anos, Jorge Raposo endereçou convite ao signatário para que fosse assegurada rubrica anual nesta útil e importante revista de Arqueologia e Património sobre a História da Arqueologia portuguesa. É a esse convite, agora renovado, que procura responder o presente estudo, baseado num caso que agitou e ensombrou as relações entre diversos actores do meio arqueológico nacional durante décadas.

Trata-se da polémica remoção e transporte para o então Instituto de Antropologia anexo à Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, dirigido pelo Prof. A. A. Mendes Corrêa, actualmente incorporado no Museu de História Natural da Faculdade de Ciências, onde hoje ainda se encontram, de dois esteios pintados do dólmen de Pedralta - Côta, Viseu. Tal iniciativa, determinada pela legítima preocupação do ilustre antropólogo e arqueólogo em assegurar a preservação dos referidos testemunhos pictóricos motivou, desde logo e na própria cidade de Viseu, reacções de sinal contrário, igualmente legítimas. Tal movimento foi encabeçado pelo Dr. José Coelho que, nas décadas seguintes, não se cansou de denunciar o que considerou ter sido um atentado ao Património arqueológico da sua terra.

A questão é recorrente, até aos nossos dias: até que ponto se devem conservar *in situ* os testemunhos arqueológicos, por oposição à alternativa da sua remontagem em museu, ou em outro espaço aberto, especialmente daqueles que, afectados por constrangimentos criados pelo Homem ou pela Natureza corram (ou possam correr) o sério risco de desaparecerem?

No que respeita a esta polémica histórica, cujos contornos serão de seguida apresentados, a resposta afigura-se simples, aos olhos de qualquer arqueólogo da actualidade: os ditos monólitos pintados deveriam manter-se no local onde jaziam, criando-se condições para a sua adequada protecção e, se possível, valorização, antecedendo o respectivo usufruto cultural. Mas, na década de 1920, estava-se ainda longe dessa perspectiva. Caso paradigmático, a este respeito, é o do dólmen pintado de Antelas. Explorado em 1956 por Luís de Albuquerque e Castro, O. da Veiga Ferreira e Abel Viana e logo publicado no ano seguinte (CASTRO, FERREIRA & VIANA, 1957), depois de ali terem sido confirmados restos de pinturas (CARDOSO, 2008, Fig. 56), o monumento viria a ser objecto de um estudo de reabilitação, protecção e conservação, da autoria

[1] CARDOSO, J. L. (2012) – A defesa do património arqueológico em confronto na segunda década do século XX: o caso do dólmen de Pedralta (Côta, Viseu). *Al-madan*. Almada. Série II, 17, p. 137-146. Modificado.

dos dois primeiros signatários, apresentado em 1958 ao I Congresso Nacional de Arqueologia, o qual, porém, jamais veio a ser concretizado (CASTRO & FERREIRA, 1959).

Só recentemente o monumento veio a ser objecto de trabalhos de conservação e salvaguarda, dirigidos por Domingos Cruz (CRUZ, 1995).

Embora o interior do monumento e as suas pinturas se encontrem a salvo de vandalismos, não sendo as visitas acompanhadas, a garantia da conservação das pinturas não está completamente salvaguardada.

Por outro lado, importa proceder à monitorização da humidade dentro da câmara dolménica, devido a infiltrações, para obviar o desenvolvimento de líquenes, fungos e outras formações que prejudiquem irremediavelmente as pinturas.

Ainda a propósito da preservação dos monumentos dolménicos portugueses com arte rupestre, tenham-se ainda presentes as palavras, sempre desassombradas, de Veiga Ferreira, Abel Viana e Albuquerque e Castro, escritas em 1957 a propósito das não menos notáveis pinturas do dólmen da Orca dos Juncais, também do distrito de Viseu: "Toca o inacreditável sejam decorridos tantos anos, desde que Leite de Vasconcelos (VASCONCELOS, 1907) explorou a Orca dos juncais, sem que mais ninguém se tenha interessado pela conservação, tanto quanto possível perfeita, de um monumento de tão grande interesse para a Arqueologia, como é, também, este dólmen dos juncais. Pena é que mais ninguém haja estudado, e com maior profundeza, o esteio portador da cena de caça, que actualmente, segundo a regra geral, talvez já esteja destruída, ou de tal forma apagada que tenha perdido todo o interesse científico" (CASTRO, FERREIRA & VIANA, 1957).

A referida "cena de caça" tem sido recorrentemente reproduzida a partir do levantamento publicado em 1934 por Georg Leisner (LEISNER, 1934), por exemplo por E. SHEE TWOHIG (1981, Fig. 45) e na obra póstuma de V. Leisner, sobre o megalitismo funerário do ocidente peninsular (LEISNER, 1998, Tf. 43, C1). Valha, ao menos, a preocupação pela preservação do monumento e das suas pinturas, substancialmente aumentada após o trabalho realizado por E. Shee Twohig, concretizada através de uma intervenção realizada por Domingos Cruz em 1988 e 1989, que culminou com a construção de uma cobertura metálica de protecção do monumento, embora de eficácia e estética discutíveis (CRUZ, 1993).

Menos sorte teve o dólmen de Pedralta, que constitui o cerne do presente trabalho; se a opção de Mendes Corrêa tem antecedentes, já que Leite de Vasconcelos (VASCONCELOS, 1907), aquando do seu estudo pioneiro das pinturas dos dólmenes portugueses da Beira Alta, promoveu o transporte de um fragmento de esteio decorado do dólmen dos Juncais contendo duas representações humanas esquemáticas, pintadas a ocre vermelho, para o Museu Etnológico, em Lisboa, onde ainda hoje se encontram, o monumento não foi objecto de uma recuperação como merecia, à semelhança do entretanto verificado nos seus congéneres regionais, já mencionados.

2 – OS TRABALHOS DE MENDES CORRÊA

Para melhor compreender a opção de Mendes Corrêa, importa enquadrá-la no seu tempo. Era um tempo em que o valor simbólico ou estético do objecto arqueológico se sobrepunha, não raras vezes, ao estritamente científico, como transparece destas palavras[2], carregadas de genuína emoção, proferidas aquando das comemorações, no Porto, do centenário do nascimento de Martins Sarmento:

[2] Palavras proferidas pelo Prof. A. A. Mendes Corrêa, por ocasião da celebração, na Universidade do Porto, do Centenário do nascimento de Martins Sarmento (1933).

"No seu esforço evocador, as ciências do passado fazem meditar na imensa procissão das almas – de almas como as nossas – que têm desfilado sobre o solo que pisamos. Reconstituem dramas como o nosso. O espectáculo das ruínas é uma tremenda lição para os que crêem na perenidade das mais gigantescas realizações materiais. Quantos ideais, quantos sofrimentos, quantos sacrifícios, quantas esperanças, quantas ilusões elas traduzem! A pedra de uma parede desmoronada evoca os seres que atrás dela encontraram refúgio e agasalho, e atrás dela sentiram, pensaram, sonharam, cantaram, sofreram. O caco mais grosseiro é um pedaço da alma do homem que o modelou. O ornato mais singelo é uma aspiração de beleza. o mais modesto objecto votivo é a expressão respeitável de uma emoção religiosa, do anseio profundo do sobrenatural, de uma vida interior que enobrece o homem. Uma epopeia humilde está escrita em todos esses despojos amarelecidos ... Desprezar com um sorriso de ironia essas ruínas sagradas seria o peor dos crimes".

A carga espiritual que o autor conferia a todos esses despojos de um passado longínquo sublimava-se, naturalmente, nas manifestações artísticas dessas comunidades velhas de vários milhares de anos. Não espanta, assim, o interesse por ele dedicado à arte megalítica, como expressão privilegiada dos sentimentos daqueles longínquos habitantes do nosso território.

O primeiro desses contributos reporta-se ao monumento em apreço (CORRÊA, 1924 a) e antecipa-se imediatamente à publicação da sua obra de síntese Os Povos Primitivos da Lusitânia, ocorrida naquele mesmo ano (CORRÊA, 1924 b). Nesta, o autor menciona fugazmente um dos fragmentos de um esteio arrancado do dólmen de Pedralta, que fez transportar para o Porto, que localiza vagamente na serra de Côta, figurando-o (Fig. 1) e descrevendo-o (CORRÊA, 1924 b, 182, 183, Fig. 12):

"*A Fig. 12 representa parte das pinturas num esteio dum dólmen beirão. Essas pinturas ramiformes, análogas a outras de Portugal e Espanha, seriam um grau avançado de estilização da figura humana? Seriam ídolos, representações de antepassados, imagens sagradas de câmaras mortuárias? No momento em que este livro se imprime, tenho conhecimento doutra pintura do mesmo dólmen, que me parece ser uma representação policroma, muito notável, do ídolo eneolítico* [...]".

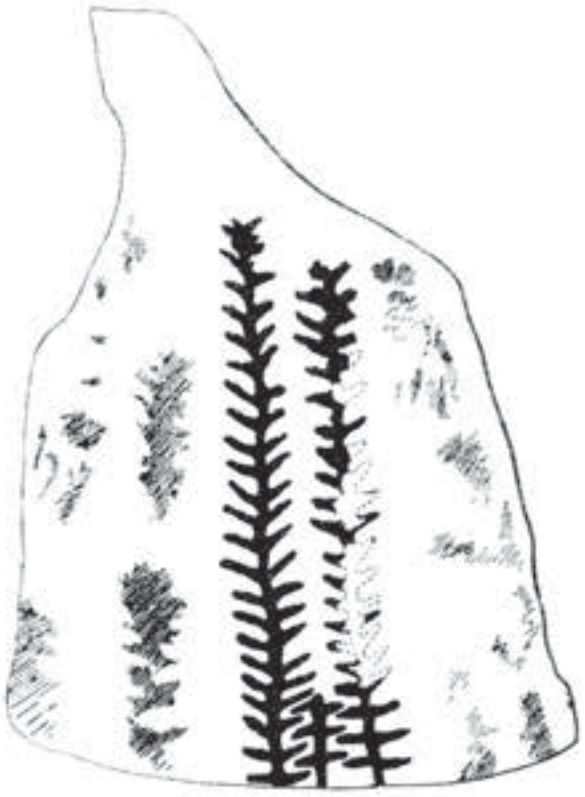


Fig. 1 – Pinturas ramiformes do esteio C1 do dólmen de Pedralta (seg. CORRÊA, 1924 b).

Porém, não se compreende porque é que Mendes Corrêa não assinalou ao mesmo tempo as duas pinturas, pois, como bem sublinha José Coelho, no seu libelo acusatório (COELHO, 1924 [1929], p. 66):

"trata-se da pintura de dois esteios do mesmo dólmen que ficavam ao lado um do outro [...]. Nem mesmo ninguém podia vêr um sem o outro!"

Recorde-se, contudo, que Mendes Corrêa, na primeira visita efectuada ao monumento, como ele próprio declara (CORRÊA, 1924 a), não conseguiu

vislumbrar nenhuma pintura, e que numa visita talvez apressada, em Abril de 1924, tenha apenas identificado aquela que se primeiro publicou, na referida obra, devendo o conhecimento da nova pintura a uma indicação do Padre António de Almeida Côta:

> "*Em fins de Setembro de 1922 […] visitei a O. de Côta (concelho de Viseu) os restos de alguns monumentos dolménicos. Voltei lá em Abril último [de 1924] e encontrei mais alguns desses monumentos […], limitando-me por agora […] a registar a aparição de pinturas esquemáticas e estilizadas em esteios duma outra anta, que, dada a sua má conservação e a necessidade de garantir tais documentos […] vão dar entrada no Museu Antropológico da Universidade do Porto. Da existência de pinturas em Côta me falara em Viseu o Sr. José Coelho. Não sei se se trata das mesmas. A meu pedido o sr. Padre António de Almeida Côta fez mais pesquisas e anuncia-me ter descoberto mais algumas pinturas que as que eu encontrara em Abril*".

Com efeito, a nova pintura megalítica encontra-se apenas reproduzida mais à frente, na p. 365, correspondendo à Est. XXI (Fig. 2), pelo que se conclui que a gravura da mesma foi executada rapidamente, a tempo de ainda poder ser incluída na obra, sem mais comentários quanto às condições de descoberta, face ao que registou anteriormente em nota de pé-de-página 183: "Sobre condições de proveniência vd. minha nota, na Rev. de Estudos Históricos loc. cit." (CORRÊA, 1924 a).

Pode, pois, concluir-se que a figura primeiramente reproduzida (Fig. 1) por Mendes Corrêa no seu livro "Os Povos Primitivos da Lusitânia" foi vista pelo próprio em Abril daquele ano, correspondendo a que foi inserida mais adiante, na mesma publicação, à que o referido eclesiástico identificou mais tarde (Fig. 2). É mesmo muito provável que o autor jamais a tenha visto *in situ*, dado que não houve o necessário acompanhamento, pela sua parte, o que motivou a fractura de um dos esteios, na base, em três pedaços, como ele próprio se justificou, muito mais tarde, a Henri Breuil (CORRÊA, 1933).

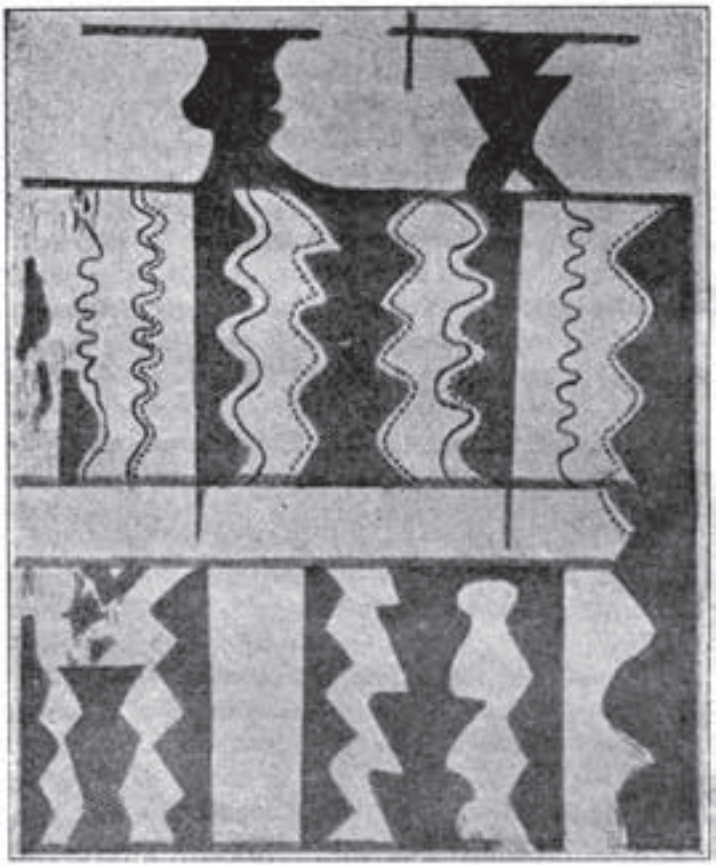


Fig. 2 – Pinturas representando o ídolo almeriense antropomórfico do esteio C2 do dólmen de Pedralta (seg. CORRÊA, 1924 b).

A estas primeiras e rápidas referências à arte megalítica portuguesa, sucede-se o estudo, mais desenvolvido, "As Pinturas do Dólmen de Padrão (Vandoma)" (CORRÊA, 1929). Nele se reproduzem as pinturas observadas nos esteios deste outro monumento megalítico, situado no concelho de Paredes, distrito do Porto, com representações sobretudo a vermelho, de linhas sinuosas, com destaque para um esteio onde constava uma figura humana, também desde logo transportado para o Instituto de Antropologia do Porto.

Enfim, esta área científica da actividade de Mendes Corrêa atinge o seu ponto alto com a comunicação apresentada ao Congresso de Antropologia de

Amesterdão, em 1927. Trata-se de síntese, abarcando, entre outras temáticas, a arte dos dólmenes de Paredes e de Pedralta (Côta, Viseu) (CORRÊA, 1928 a). Aí declara, a p. 170, o seguinte:

"*J'ai visité à plusieurs reprises, depuis 1923 [entrando em contradição com o ano de 1922 (cf. CORRÊA 1924a)], ce mégalithe […]. J'ai successivement constate la présence sur ses parois de peintures ramiformes, d'une représentation remarquable de l'idole énéolithique et de lignes serpentiformes plus ou moins effacées. Je donne cijoint un nouveau dessin de la peinture […] dont la première description a été ajoutée pendant l'impression de mon livre Os Povos Primitivos da Lusitânia, ou j'en ai publié une planche et indique les dimensions. Ces peintures sont en rouge et en noir sépia sur enduit blanc*".

Em nota de pé-de-página, acrescenta:

"La premiere notice de cette idole a été donnée par moi dans l'article «Arte Prehistorica na Beira" (Notícias de Viseu, du 12 octobre 1924)".

Note-se que este periódico viseense, ao publicar o mencionado artigo, tomou o partido de Mendes Corrêa, quanto à questão da ida para o Porto dos esteios pintados de Pedralta, no que foi acompanhado por outro periódico local, o "Jornal da Beira", que, no seu número de 26 de Setembro do mesmo ano, a propósito do movimento de oposição gerado na cidade, tece as seguintes e curiosas observações, visando José Coelho, por alegadamente entre 1912 e 1924 nada ter feito para divulgar a descoberta que então invocava em seu nome:

"[…] *não se compreende que a alguém conhecedor destes assuntos vendo tais estilizações não pensasse em as preservar das intempéries e perigos de toda a ordem e ao mesmo tempo não procurasse valorizá-las perante os meios cultos […] os propósitos hostis com que ele depara e cuja origem não nos ocupamos de acentuar não ficariam bem a Viseu se os perfilhasse pois mostraria um mal entendido bairrismo absolutamente descabido* […]".

Era a oposição local e regional a José Coelho que se manifestava…

O estudo apresentado ao referido congresso internacional foi seguido da síntese inserida no capítulo "Lusitânia Pré-Romana", da História de Portugal dirigida por Damião Peres (CORRÊA, 1928 b).

Em ambos os trabalhos, no de 1928 e no segundo de 1924, o nome de José Coelho é omitido, ao contrário do que se verifica no primeiro de 1924. A explicação é dada pelo próprio, aquando da publicação da carta que enviou a Henri Breuil, por ter decidido abster-se de comentar aquilo que considerou como insultos proferidos por José Coelho, que, entre a saída do primeiro, em Junho de 1924, e a publicação do segundo, em finais de Outubro do mesmo ano, propalou pela comunicação social local, por serem desprovidos de qualquer carácter científico (CORRÊA, 1933). Porém, a posição em que se colocou, embora cómoda, obrigava a justificação, logo que outros arqueólogos fizessem referência aos trabalhos do investigador viseense. Foi o que aconteceu com a resposta dada a Breuil. No primeiro volume do *corpus* das pinturas rupestres esquemáticas da Península Ibérica, publicado em 1933, o eminente pré-historiador francês atribui a José Coelho a descoberta das pinturas dolménicas da Pedralta (Côta), o que obrigou a imediata tomada de posição de Mendes Corrêa. Nela, o autor esclarece Breuil que devia o conhecimento do dólmen em questão às indicações do Padre António d'Almeida Côta, repetindo o que dissera no seu primeiro trabalho de 1924, tendo visto o monumento aquando de um reconhecimento geológico efectuado na região; no entanto, admite que havia trocado impressões com José Coelho sobre a ocorrência de pinturas rupestres na região, sem que tivesse

"*le moindre souvenir qu'il m'aít fourni quelque donnée sur leur emplacement et leur nature*" (CORRÊA 1933, p. 158).

Invocou, ainda, o perigo de destruição dos monólitos para justificar a iniciativa de os transportar para o Porto, explicando que as fracturas que atingiram a zona inferior de um deles resultaram da falta de visibilidade das pinturas naquela parte da rocha, por certo por estar enterrada, apesar das recomendações que transmitiu, o que permite concluir, como acima se disse, que não se encontrava presente no momento da remoção.

Em suma, a sucessão dos acontecimentos relatados apresenta-se do seguinte modo:

1 – em Setembro de 1922, Mendes Corrêa desloca-se à região de Côta, tendo identificado diversos monumentos dolménicos, mas nenhum com pinturas. Nos finais desse mesmo mês, conforme refere José COELHO (1924 [1929], p. 39, 40), ou já no dia 3 de Outubro, como declara mais adiante (op. cit., p. 63), recebeu em sua casa a visita de Mendes Corrêa, acompanhado de José Relvas (seu sogro), tendo-o informado "da existência de pinturas policrómicas em dois esteios dum dos referidos dolmens de Cota". E acrescenta:

"*Tive ocasião de lhe mostrar até uma planta do próprio dólmen bem como os decalques que havia tirado dessas pinturas na ocasião da descoberta* [...]".

Esta afirmação é confirmada na primeira notícia de Mendes Corrêa (CORRÊA, 1924 a), que declara ter-lhe José Coelho falado de pinturas em dólmen de Côta, desconhecendo, contudo, se era o mesmo;

2 – Em Abril de 1924, Mendes Corrêa retornou à região e publicou prontamente, na Revista dos Estudos Históricos, publicada no Porto, no fascículo de Janeiro a Junho de 1924, a existência de uma pintura ramiforme no esteio de uma das antas da região de Côta, declarando que o Padre António de Almeida Côta lhe havia comunicado "ter descoberto mais algumas pinturas que as que eu mesmo encontrara em Abril [...]" (CORRÊA, 1924 a). Refere-se à pintura mais importante deste dólmen, que, não tendo sido objeto de publicação naquele estudo, também se apressou a publicar, a 12 de Outubro de 1924, no jornal Notícias de Viseu, garantindo assim, para ambas, a prioridade científica. Embora seja estranho que, à data da primeira publicação, não conhecesse a pintura mais importante do dólmen de Pedralta, por se encontrar ao lado da que havia primeiramente observado, esta situação não é inverosímil: lembre-se que G. Leisner, depois de ter procedido ao decalque *in situ* do grande esteio de cabeceira deste dólmen (LEISNER, 1934, Tf. 13, n.º 3), partido e abandonado na câmara do monumento, por não ter sido possível removê-lo para o Porto em 1924, onde jazia na década de 1970 (SHEE TWOHIG, 1981), não identificou um último esteio pintado, o qual só viria a ser registado por esta última investigadora;

3 – Ao mesmo tempo que Mendes Corrêa prosseguia com afã a rápida publicação dos dois esteios pintados do dólmen em causa, por forma a garantir a sua prioridade científica, José Coelho concluiu a 20 de Outubro de 1924, no jornal de Viseu "A Voz da Verdade", a publicação do essencial da sua "Policromia Megalítica", depois reunida em folheto, em 1929. A publicação terá antecedido em alguns dias a do livro "Os Povos Primitivos da Lusitânia" (CORRÊA, 1924 b), conforme é declarado pelo próprio (COELHO 1924 [1929], p. 61), cujos primeiros dois ou três exemplares apareceram à venda em Viseu a 29 de Outubro de 1924 (op. cit., p. 64). Desencadeou ainda, no mesmo jornal, uma campanha agressiva contra Mendes Corrêa, através de artigos publicados a 25 de Outubro e 11 de Novembro de 1924, destacando-se o repto publicado a 8 de Novembro de 1924, adiante transcrito;

4 – Mendes Corrêa, depois de garantida a prioridade científica da publicação dos dois esteios pintados do dólmen de Pedralta, apresentou ao "Congresso Internacional de Antropologia", reunido em Amesterdão em 1927, a comunicação "Nouveaux Documents sur l'Art Préhistorique en Portugal" (CORRÊA, 1928 a), onde, tal

como em "Os Povos Primitivos da Lusitânia", já não faz qualquer alusão ao nome de José Coelho, pelas razões acima expostas, o mesmo se verificando na outra síntese publicada nesse mesmo ano (CORRÊA, 1928 b).

No entanto, num gesto de grande probidade, talvez ditado pela consciência, declara, anos depois (CORRÊA, 1933, p 159):

> "*Quoique absolument sûr que la Science me doit exclusivement la connaissance de ces documents, je n'en ai jamais revendiqué la découverte. D'abord, parce que j'ai toujours considéré d'un médiocre intérêt scientifique ces questions de priorité des découvertes. Celles-ci, qui sont des faits, intéressent bien plus que les personnes. Ensuite j'ai acquis au cours des événements la conviction qu'en effet l'auteur des libelles avait vu les peintures avant moi et m'en avait parlé, bien que sans les précisions nécessaires pour l'identification susdite*".

Estas declarações são compatíveis com a informação contida no primeiro trabalho do mesmo autor, onde refere a conversa havida com José Coelho a propósito das pinturas dolménicas da região de Côta.

Com efeito, o desenho das pinturas apresentado por José Coelho no trabalho publicado em 1929 (Fig. 3), apresenta-se datado de 12-13-14 de Agosto de 1912. Mas parece que foi efectuado de memória: o esteio da esquerda exibe um enorme ramiforme, ocupando toda a parte central, quando na verdade o que se observa são vários ramiformes paralelos (Fig. 4), todos de idênticas dimensões. O desenho poderá traduzir, simplesmente, a recordação de uma forma que, de memória, assumiu as proporções que lhe foram dadas pelo intelecto.

3 – A REACÇÃO DE JOSÉ COELHO

A prática adoptada por Mendes Corrêa de fazer transportar os esteios pintados de vários dólmenes supra referidos para o Instituto de Antropologia do Porto se, no caso do de Baltar (Paredes), parece não ter levantado vozes locais de oposição, já no que se refere ao dólmen de Pedralta, Côta, no concelho de Viseu, esteve na origem de grave desentendimento com o investigador viseense José Coelho, por três motivos: primeiro, porque José Coelho considerava ter sido o autor da descoberta, e não Mendes Corrêa, afirmando que foi ele quem lhe deu as indicações necessárias para localizar o dólmen. Segundo, porque criticou a atitude de Mendes Corrêa, que, sem lhe dar conhecimento, providenciou, com o apoio das autoridades locais, o transporte de dois dos esteios pintados daquele monumento para o Porto. E, por último, porque considerou a iniciativa um verdadeiro atentado ao Património arqueológico da sua região, ainda que não se opusesse ao arranque dos esteios para melhor providenciar a sua salvaguarda, mas em instituição que pretendia criar na sua cidade (COELHO, 1924 [1929]).



Fig. 3 – Esboço de dois dos esteios pintados do dólmen de Pedralta (seg. COELHO, 1924 [1929]).

Sendo figura local relevante, embora controversa, na cidade onde residia e onde era professor do Liceu, tendo ali mesmo desempenhado o cargo de Reitor, o seu trabalho em prol do conhecimento do Património

Cultural da sua região foi efectivo e dele resultou um importante acervo, cuja componente arqueológica foi reunida na Casa do Miradouro, em Viseu, sob a égide da Câmara Municipal de Viseu (CORRElA et al., 1979).

Em 1941, fazendo jus à sua frontalidade e empenho na defesa dos valores culturais viseenses, declara, com evidente azedume, na ficha "Pedralta", do seu trabalho sobre a toponímia de Viseu e regiões limítrofes, o seguinte (COELHO 1941, p. 419):

> *"Pedralta, sítio eminente da região planáltica de Cota […]. Há na Pedralta, além de uma antela, uma anta – a Pedralta – com grande mamôa encimada por salientes esteios, que originou o topónimo. / Em dois desses esteios descobri em 1912, as célebres pinturas policromas megalíticas, únicas no género. Infelizmente, esses dois esteios foram vandalicamente esfacelados pelo sábio Mendes Correia para, traiçoeiramente, arrebatar para o Porto os pedaços pintados, tentando também impudentemente apoderar-se da descoberta que fizemos! […] / O leitor poderá ver esta escandalosa apropriação que o seu autor nunca contestou, historiada na minha* Policromia Megalítica (Viseu 1924)."

O estudo referido respeita ao opúsculo já acima citado, datado de 1924 (por corresponder a compilação de notícias vindas a lume no jornal viseense "A Voz da Verdade", concluídas a 20 de Outubro de 1924, acrescidas de outra documentação), mas apenas publicado em 1929. Com rara contundência, José Coelho acusa Mendes Corrêa de falta de honestidade científica, com a agravante de ter privado Viseu de importante documento arqueológico.

Apresenta ainda a descrição dos seus trabalhos e observações no dólmen de Pedralta, propondo a criação de um novo grupo de arte megalítica, a juntar aos três grupos considerados por P. Bosh Gimpera:



Fig. 4 – O esteio C 1do dólmen de Pedralta (seg. LEISNER, 1934).

> "*A estes três grupos de Bosch Gimpera será preciso agora adicionar um quarto: Pintura mais estilizada ainda que a de Peña-Tú – Pinturas dolménicas, policrómicas da Pedralta-Côta (Viseu)*" (COELHO 1924 [1929], p. 34).

Que esta publicação teve vasta divulgação por quem o autor entendia que dela devia tomar conhecimento – tendo em conta a gravidade das afirmações nela contidas para a figura prestigiada de Mendes Corrêa, tanto do ponto de vista moral como científico e até político –, é o que indica os dois exemplares pertença do signatário, com dedicatórias ao então Ministro da Instrução Pública, Carneiro Pacheco, datada de 8 de Outubro de 1937, e ao Director do Museu Etnológico, Manuel Heleno, datada de 31 de Outubro de 1940.

Da violenta polémica assim gerada, dão conta os diversos documentos transcritos no referido opúsculo, entre os quais merece destaque o repto dirigido a Mendes Corrêa, publicado no referido jornal, a 8 de Novembro de 1924, do seguinte teor:

"Ao Sr. Dr. Mendes Correia Acusamos de:

– 1°. Pretender arrebatar a Viseu os preciosos monólitos policromos de Cota com a cumplicidade de certas pessoas em duvidoso destaque no nosso meio.

– 2°. Ter cometido o crime de lesa-arqueologia, não só desbastando mas destruindo os mesmos monólitos, O MAIS PRECIOSO DOS QUAIS FOI PARTIDO EM TRÊS!!!

– 3°. De se ter servido duma confidência minha -por S. Exª. provocada – para pretender roubar-me a prioridade duma descoberta scientifica".

Do sr. Dr. Mendes Correia e só dele esperamos resposta.

Viseu, Dia de Finados, de 1924.

José Coelho"

A resposta, pelas razões aduzidas pelo visado, e acima referidas na missiva por ele dirigida a Breuil (CORRÊA, 1933), jamais foi produzida.

Ainda em 1942, José Coelho referia-se à questão, dando-lhe a importância de um capítulo próprio na segunda parte da sua obra "Património Etnológico da Beira", correspondendo a uma das 12 Teses apresentadas ao "VII Congresso Beirão", reunido em Viseu, e unanimemente aprovadas a 15 de Setembro de 1940 (COELHO, 1942). O exemplar desta publicação oferecido a Manuel Heleno era acompanhado de esclarecedor cartão manuscrito, que se transcreve na íntegra (Fig. 5):

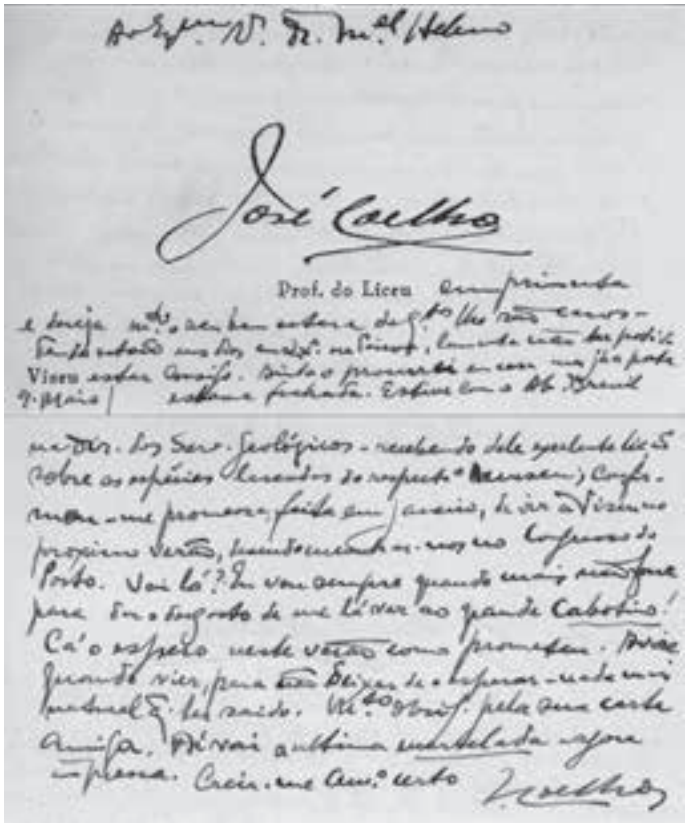


Fig. 5 – Cartão-de-visita autógrafado de José Coelho endereçado a Manuel Heleno, acompanhando a obra de 1942 Património Arqueológico da Beira. Arquivo de João Luís Cardoso.

"Viseu, 9 de Maio / Ao Exm°. Sr. Dr. M.el Heleno / José Coelho / Prof. do Liceu cumprimenta / e deseja / m.to o seu bem estar e de q.tos lhe são caros. / Tendo estado uns dias em Lxª. Na Páscoa, lamenta não ter podido / estar consigo. Ainda o procurei em casa mas já a porta / estava fechada. Estive com o Ab. Breuil / na Dir. dos Serv. Geológicos - recebendo dele excelente lição / sobre as espécies lascadas do respect.° Museu; confir-/ mou-me promessa feita em Janeiro, de ir a Viseu no / próximo Verão, devendo encontrar-nos no Congresso do / Porto. Vai lá? Eu vou sempre quando mais não fosse / para dar o desgosto de me lá ver ao grande cabotino! / […]Aí vai a ultima martelada agora / impressa. / Creia-me amº. certo / J. Coelho".

É significativa a forma cúmplice e familiar usada por José Coelho no seu trato com M. Heleno, conferida pelo combate a um adversário comum (CARDOSO, 1999). Consumando-se o transporte, depois de partidos, de dois dos esteios do dólmen de Pedralta, para o Instituto de Antropologia, no Porto, em 1924, a polémica suscitada foi alimentada nos anos seguintes pela indignação de José Coelho.

No Diário de Notícias de 31 de Janeiro de 1933, Manuel Heleno publicou artigo em que declara:

"*Mendes Correia […] empalmou as descobertas do Professor José Coelho, e não teve com este aquela elementar cortesia, aquela camaradagem científica...*".

José Coelho não se limitou a protestar na imprensa local e no opúsculo publicado em 1929, cuja difusão ele próprio se encarregou de garantir, angariando assim defensores para a sua causa contra Mendes Corrêa: sendo este, à época, o mais poderoso cultor da investigação arqueológica em Portugal, enfrentou-o no seu próprio terreno, o que parece lhe dava muito prazer, como se conclui da leitura do cartão acima transcrito.

É neste quadro que se compreende a comunicação apresentada à primeira Sessão do "XV Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia Pré-Históricas", reunido em Portugal entre 21 e 30 de Setembro 1930, por ocasião da comemoração do cinquentenário da célebre "Sessão de Lisboa" do mesmo Congresso, intitulada "Polychromie Mégalithique dans la Beira Alta", que se publicou nas respectivas actas (COELHO, 1931), constituindo um trabalho bem documentado para a época.

Importa sublinhar que Mendes Corrêa fazia parte da organização do Congresso, já que era o Presidente do Comité do Porto, uma das cidades que, conjuntamente com Coimbra, acolheram os trabalhos. A oportunidade de atacar o seu opositor num fórum internacional de primeira grandeza e em que o seu opositor assumiu participação relevante, foi aproveitada, declarando José Coelho, no capítulo da sua comunicação "Destin des Deux Monolithes Polychromes", o seguinte (p. 365, 366):

"Les précieuses peintures furent cependant mutilées et réduites d'une façon lamentable, lors de la mutilation des pierres d'appui du dolmen. Et si mes dessins, calqués lors de la découverte et des fouilles que je fis, sont incomplets, toujours est-il que, en ce qui concerne les dimensions,l'extension et la disposition des peintures, ils sont tout à foit exacts et les seuls qui existent. L'auteur de la mutilation regrettable publia une gravure incomplète et inexacte d'une partie du mégalithe polychrome. Elle est incomplete parce qu'elle ne reproduit qu'une partie de la peinture, celle d'un bloc de la pierre après la mutilation, tandis que mes dessins représentent l'ensemble des peintures des deux pierres et furent faits in loco. II n'y a pas d'excuse parce que, s'étant abusivement empire des monolithes, il les mit à sa disposition et dans les conditions les plus propices à son étude […]. Pour l'étude attentive de ces peintures, il convient de faire l'examen des blocs (à présent au Musée d'Anthropologie de la Faculté des Sciences de Porto) qu'il reste de la déplorable mutilation".

Esta comunicação despertou, por outro lado, a comunidade científica internacional para a importância dos dólmenes pintados da Beira Alta. Assim, Henri Breuil, citando o trabalho precedente de José Coelho e o de 1924, declara no seu trabalho clássico sobre as pinturas rupestres esquemáticas da península Ibérica, o seguinte (BREUIL, 1933, p. 59,60):

"*L'un des plus remarquables des dolmens peints portugais, ainsi qu'un second l'avoisinant, se trouve dans la Serra de Côta […]. Tous deux ont été découverts par M. J. Coelho en août 1912, à environ trois lieues de Viseu. / Le principal et plus petit monument […] C'était une simple chambre sans galerie mais avec vestiges de tertre. Deux montants latéraux à la grande Pierre du fond, aujourd'hui transportés en morceaux au Musée de Porto, présentent des peintures polychromes […]; une figuration un peu incomplète en a été faite par*

M. J. Coelho, d'après un décalque pris lors de sa découverte; M. Mendes Corrêa, qui a ramené les blocs peints au Musée de Porto, en a donné un relève définitif, du reste conforme au précédent bien que plus complet".

O autor reproduz a preto e branco o desenho do fragmento mais representativo, com base na versão publicada por Mendes Corrêa em 1928.

A apresentação desta comunicação foi comentada por Mendes Corrêa, na missiva a Breuil (CORRÊA 1933), como acima se referiu, onde não deixa de mencionar que os editores do correspondente volume acolheram o contributo do seu opositor de boa-fé.

*** *** ***

Para melhor situar estas observações no terreno, reproduz-se na Fig. 3 o levantamento de José Coelho mencionado por H. Breuil, datado de Agosto de 1912, onde se observam os dois esteios pintados do dólmen de Pedralta, desenhados in situ, correspondentes ao lado esquerdo da câmara, C1 e C2, da planta publicada por E. SHEE TWOHIG (1981, Fig. 41). Os desenhos dos fragmentos destes dois esteios foram depois reproduzidos naquele mesmo ano de 1924 por Mendes Corrêa (Figs. 1 e 2 do presente trabalho).

O registo rigoroso do esteio mais completo do monumento, onde, de forma ingénua, José Coelho via um grande ramiforme (Fig. 3), só foi publicado alguns anos depois por Georg Leisner (LEISNER, 1934), reproduzindo-se na Fig. 4 do presente trabalho.

Quanto ao esteio mais interessante, contendo a representação de ídolo ou ídolos megalíticos, assim atribuídos por José Coelho e, depois, por Mendes Corrêa, designando-o por "ídolo eneolítico?", foi publicado por Georg Leisner (LEISNER, 1934, Tf. 13, 1), depois de o ter decalcado no Porto, tendo sido sucessivamente reproduzido por diversos autores, entre os quais E. Shee Twohig (Fig. 6), sendo a sua versão muito mais



Fig. 6 – O esteio C2 do dólmen de Pedralta (seg. LEISNER, 1934).



Fig. 7 – O esteio C2 do dólmen de Pedralta (seg. CORRÊA, 1928 b).

rigorosa que as três versões distintas, ainda que próximas, anteriormente publicadas por Mendes Corrêa (CORRÊA, 1924 b, Est. XXI; 1928 a, Fig. 7; 1928 b, Fig. extratexto entre p. 136-137). Note-se que esta última versão, impressa a cores na monumental História de Portugal dirigida por Damião Peres (CORRÊA 1928), foi depois amplamente difundida em postal ilustrado (Fig. 7).

Nem José Coelho, nem Mendes Corrêa, notaram que o grande esteio de cabeceira do megálito ostentava também pinturas (C4, da planta publicada por E. Shee), ainda que muito sumidas, aspecto que não passou despercebido a Georg LEISNER (1934, Tf. 13, 3), que, no entanto, não registou as pinturas conservadas num quinto esteio (C5), que só vieram a ser registadas por E. SHEE TWOHIG (1981, Fig. 41).

4 – A FINALIZAR...

As observações anteriores permitem as seguintes conclusões sobre a história desventurada mas significativa deste pequeno megálito beirão:

- o esteio pintado considerado mais importante, correspondente ao C2 da planta de E. Shee, ostenta não um mas sucessivos ídolos antropomórficos, de tipo almeriense, em métopas sobrepostas, dispostas na horizontal (CARDOSO, 2002, Fig. XIX); embora não pareça, por comparação com o esboço apresentado por José Coelho, Mendes Corrêa assevera que o mesmo se encontra completo (CORRÊA 1933, p. 160);
- o esteio mais completo, correspondente ao C1 da referida planta, foi também transportado para o Porto, em quatro fragmentos, três de menores dimensões correspondentes à parte inferior do monólito original e um de grandes dimensões, conservando toda a parte central e superior daquele (SHEE TWOHIG 1981, Fig. 41);
- O esteio de cabeceira (C4) é o maior do monumento e ainda se encontra no terreno; segundo E. (op. cit., p. 152), na tentativa de o transportarem para o Porto, foi partido e jazia, à data das suas observações, na década de 1970, no interior da câmara;
- existe ainda um outro esteio pintado (C5), que só veio a ser identificado por E. Shee, e que, tendo sido por esta autora decalcado (SHEE TWOHIG 1981, Fig. 41), é o único que permanece *in situ*.

O monumento foi, pois, seriamente danificado pela violenta intervenção que sofreu em 1924, de que resultou o arranque de dois esteios, um deles partido em vários pedaços, junto à base. Poder-se-á pensar, contudo, que caso essa iniciativa não se tivesse verificado, talvez não fosse hoje possível apreciar as pinturas dos seus esteios. Contudo, este pressuposto parece ser contrariado pelo facto de, na década de 1970, ter sido possível a E. Shee o decalque *in situ* do último dos esteios pintados, e que ainda se mantinha inédito. E esta situação não é única na região, como se referiu no início deste estudo.

Ainda que motivado por intenções louváveis, a acção de Mendes Corrêa foi nefasta, à imagem da iniciativa perpetrada por J. Leite de Vasconcelos, décadas antes, no dólmen de Juncais. Tando ainda presente que tudo tenha de ser devidamente interpretado e enquadrado na sua época, crê-se que, já então, José Coelho tinha razão, não tanto por apodar o catedrático do Porto de desonesto e oportunista, que a isso o levou a sua revolta e combatividade, mas por acusá-lo de privar a sua região de um documento arqueológico de tamanha importância, sujeito a uma acção que nada o justificava, a não ser o engrandecimento do Museu do Porto.

Na recuperação deste monumento se prestaria também uma homenagem à memória de José Coelho. Dada a acessibilidade do local, a partir da estrada de Viseu / Vila Nova de Paiva, perto da aldeia de Côta, com esta iniciativa proporcionar-se-ia também mais um ponto de visita do que poderia constituir de novo uma das mais

notáveis manifestações de arte megalítica do núcleo beirão. Para tal, importaria proceder à reprodução em granito dos dois esteios conservados no Porto, recolocando-os na posição que originalmente ocupavam e da qual jamais deveriam ter sido removidos.

Era ainda uma singela homenagem da geração presente a este desditoso monumento e às populações que o ergueram e decoraram há cerca de cinco mil anos, sem suspeitarem que, assim, o colocariam no centro de uma das mais agitadas polémicas da Arqueologia portuguesa.

REFERÊNCIAS

BREUIL, H. (1933) – *Les Peintures Rupestres Schématiques de la Péninsule lbérique. 1. Au Nord du Tage*. Lagny-sur-Marne: Imprimerie de Lagny.

CARDOSO, J. L. (1999) – O Professor Mendes Corrêa e a arqueologia portuguesa *Al-madan*. Almada. IIª Série. 8, p. 138-156.

CARDOSO, J. L. (2002) – *Pré-História de Portugal*. Lisboa: Editorial Verbo.

CARDOSO, J. L. (2008) – O. da Veiga Ferreira (1917-1997): sua vida e obra científica. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 16, p.13-123 (Homenagem a Octávio da Veiga Ferreira).

CASTRO, L. de Albuquerque & FERREIRA, O. da Veiga (1959) – Protecção e conservação do dólmen pintado de Antelas. *I Congresso Nacional de Arqueologia (Lisboa, 1958)*. Actas e Memórias. Lisboa: Instituto de Alta Cultura. 1, p. 243-249.

CASTRO, L. de Albuquerque e; FERREIRA, O. da Veiga & VIANA, A. (1957) – O dólmen pintado de Antelas (Oliveira de Frades)". *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 38 (2), p. 325-346.

COELHO, J. (1924 [1929]) – *Policromia megalítica*. Viseu: Tipografia Popular.

COELHO, J. (1931) – Polychromie mégalithique dans la Beira Alta. *XV Congrès lnternational d'Anthropologie et d'Archéologie Préhistorique (Coimbra / Porto, 1930)*. Actas. Paris: Librairie E. Nourry, p. 362-368.

COELHO, J. (1941) – *Memórias de Viseu.* Viseu: edição do autor.

COELHO, J. (1942) – *Património etnológico da Beira. Feixe de 12 téses apresentadas ao VII Congresso Beirão em Viseu e unanimemente aprovadas em sessão de 16 de Setembro de 1940*. Viseu: edição do autor.

CORRÊA, A. A. Mendes (1924 a) – Pinturas e insculturas megalíticas. *Revista de Estudos Históricos.* Porto. 1, p. 65-66.

CORRÊA, A. A. Mendes (1924 b) – *Os Povos primitivos da Lusitânia*. Porto: Casa Editora de A. Figueirinhas.

CORRÉA, A. A. Mendes (1928 a) – Nouveaux documents sur l'Art Préhistorique en Portugal. *Révue Anthropologique*. Paris: Trente huitième année (4-6), p. 169-176.

CORRÉA, A. A. Mendes (1928 b) – A Lusitânia pré-Romana. In PERES, D. (dir.). *História de Portugal*. Barcelos. I, p. 79-214.

CORRÉA, A. A. Mendes (1929) – As pinturas do dólmen do Padrão (Vandoma). *O Arqueólogo Português.* Lisboa. 27, p. 128-136.

CORRÉA, A. A. Mendes (1933) – Les peintures mégalithiques de Côta (Beira Alta). Lettre à Monsieur le Prof. H. Breuil". *Trabalhos da SPAE*. Porto. 6 (2), p. 157-161.

CORREIA, A.; SILVA, C. T. da e VAZ, J. L. I. (1979) – Catálogo da colecção Arqueológica «Dr. José Coelho». *Beira Alta*. Viseu. 38 (3), p. 605-638.

CRUZ, D. J. da (1993) – A Orca dos Juncais (Queiriga, Vila Nova de Paiva, Viseu). *Estudos Pré-históricos*. Viseu. 1, p. 67-81.

CRUZ, D. J. da (1995) – Dólmen de Antelas (Pinheiro de Lafões, Oliveira de Frades, Viseu). Um sepulcro-templo do Neolítico final. *Estudos Pré-históricos*. Viseu. 1, p. 263-264.

LEISNER, G. (1934) – Die Malereien des Dolmen Pedra Coberta. *IPEK*. Berlin. 9, p. 23-44.

LEISNER, V. (1998) – *Die Megalithgrãber der lberischen Halbinsel. Der Westen*. Berlin: Walther de Gruyter (*Madrider Forschungen*, Band I).

SHEE TWOHIG, E. (1981) – *The megalithic art of Western Europe.* Oxford: Clarendon Press.

VASCONCELOS, J. Leite de (1907) – Peintures dans les dolmens de Portugal. *L'Homme Préhistorique*. Paris. 5, pp. 33-37.

XXVI

MANUEL HELENO, ARQUEÓLOGO: NOS 50 ANOS DA SUA ÚLTIMA LIÇÃO [1]

1 – INTRODUÇÃO

Manuel Domingues Heleno Júnior nasceu em Monte Real (Leiria) em 1894, vindo a falecer em Lisboa, em 1970. Ao longo da sua vida profícua, não foram muitos os discípulos que congregou à sua volta, na qualidade de Professor da Faculdade de Letras de Lisboa, sendo de destacar apenas três que, em memória do Mestre, se debruçaram sobre a sua vida e obras, com publicações de sua autoria ou outros contributos: Fernando Castelo-Branco, que nesta Academia traçou em 1988 o Elogio Histórico de Manuel Heleno, merecendo significativa resposta, na condição de recipiendário, por parte de Joaquim Veríssimo Serrão (CASTELO-BRANCO, 1970; 1988; SERRÃO, 1988); João L. Saavedra Machado, na sua "História do Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos" (MACHADO, 1965), e Manuel Farinha dos Santos, a quem tive a honra de suceder na Cadeira n.º 9 que fora sua, que se debruçou igualmente sobre o contributo de Manuel Heleno para a Arqueologia portuguesa no âmbito dos trabalhos desta nossa Academia (SANTOS, 1987).

Em 2013 vieram a lume duas monografias em boa hora publicadas pela Imprensa Nacional/Casa da Moeda e Museu Nacional de Arqueologia, a saber, "Manuel Heleno pioneiro do ensino e da investigação arqueológica em Portugal (1923-1964), cujo editor científico foi o signatário, e que teve como co-autores Luís Raposo, Nuno Bicho e Carlos Fabião, que se ocuparam das diversas facetas da vertente pedagógica e arqueológica do biografado (CARDOSO, ed., 2013) e "Manuel Heleno Fotobiografia", de Alice Borges Gago, Carla Martinho e Luís Raposo, que traça com base iconografia o percurso de Manuel Heleno (GAGO; MARTINHO & RAPOSO, 2013).

Ainda naquele mesmo ano de 2013 o signatário publicou artigo de síntese da documentação utilizada para a monografia que coordenou e editou (CARDOSO, 2013). Deste modo, a personagem que será objecto desta comunicação já não se encontra, como até há bem pouco tempo, envolta em mistério, embora a sua personalidade e as particularidades da sua actuação, ditadas pelas circunstâncias do seu longo exercício à frente do então designado Museu Etnológico Português e como Professor de Arqueologia ainda se não encontrem suficientemente conhecidas.

---

[1] CARDOSO, J. L. (2021) – Manuel Heleno, arqueólogo: nos 50 anos da sua última lição. Anais da Academia Portuguesa da História. Lisboa. Série III, 6 (2), p. 77-100. Modificado.

2 – PERCURSO ACADÉMICO E PROFISSIONAL

O percurso académico e profissional de Manuel Heleno é simples e linear:

Julho de 1923 – Assistente provisório de Arqueologia da Universidade de Lisboa, sob proposta de José Leite de Vasconcelos, em regime de acumulação com o cargo de Conservador do Museu Etnológico e de Professor efectivo do Ensino secundário (Liceu de Passos Manuel, em Lisboa).

Leccionou desde então e até à jubilação, ocorrida em 10 de Novembro de 1964 diversas disciplinas, como Paleografia e Numismática; Arqueologia; Epigrafia; História de Portugal; História dos Descobrimentos e da Colonização Portuguesa. Destas, apenas manteve ao longo dos anos esta última disciplina, a par da de Arqueologia, a que se somou a partir de meados da década de 1950, a de Pré-História.

Julho de 1930 – Contratado Prof. Auxiliar da FLUL, que por inerência lhe conferia a direcção do ME, substituindo assim definitivamente José Leite de Vasconcelos (1858-1941), atingido pelo limite de idade para o exercício de funções públicas.

Julho de 1933 – Prestou provas de doutoramento na Universidade de Lisboa, com a tese "Os escravos em Portugal" de que foi publicado apenas o primeiro volume (HELENO, 1933) (Fig. 1). Trata-se de obra inovadora, interessando temática até então quase desconhecida em Portugal, e que só recentemente conheceu novos desenvolvimentos.



Fig. 1 – Capa do primeiro (e único) dos dois previstos da obra publicada em 1933 "Os escravos em Portugal", que constituiu a tese de doutoramento de Manuel Heleno, apreentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa em julho de 1933.

Julho de 1933 – Provido no lugar de professor catedrático, por decisão unânime do Júri, funções que viria a desempenhar em continuidade até 10 de Novembro de 1964, dia em que se jubilou, apresentando na FLUL a sua última lição (Fig. 2). Esta efeméride justificou a evocação do dia de hoje, feita nesta Academia de que foi Vice-Presidente.

Na ascensão fulgurante de Manuel Heleno na Faculdade de Letras de Lisboa teve influência decisiva José Leite de Vasconcelos, seu discípulo dilecto, no domínio dos estudos arqueológicos e etnográficos, tendo-lhe sucedido à frente do Museu Etnológico Português por aquele fundado e de que fora o primeiro Director, desde 1893.

Entre 1959-1964 (data da jubilação), Manuel Heleno foi Director da Faculdade de Letras, num período particularmente conturbado, coincidindo primeiro com a transferência de instalações do edifício da Academia das Ciências de Lisboa para a Cidade Universitária, e depois com a crise académica de 1962, na qual se envolveram muitos estudantes da sua Faculdade. Sem rejeitar as funções em que estava investido, não se lhe conhece qual-

quer atitude política exceptuando a recusa da pasta da Educação Nacional, para a qual terá sido por duas vezes convidado por Salazar, conforme testemunho de seu filho (HELENO, 2013, p. 14).

Alguns documentos do seu Processo Individual existente na Secretaria da Faculdade de Letras de Lisboa, já publicados (FABIÃO, 2013), testemunham as vicissitudes a que poderiam estar sujeitos os professores que desenvolviam a sua investigação no campo, explicáveis pela existência na altura de um ambiente político instável, especialmente no Alentejo. É o que se conclui pelo ofício que o Director da Faculdade de Letras se viu obrigado a dirigir ao Director da PVDE, a 24 de Dezembro de 1943, que teve resposta a 7 de Janeiro de 1944 (Fig. 3), solicitando informações e não se pronunciando sobre a autorização pretendida.



Fig. 2 – Última lição de Manuel Heleno, proferida a 10 de Novembro de 1964 na Faculdade de Letras de Lisboa. Negativo do Arquivo do Diário de Notícias.



POLÍCIA DE VIGILÂNCIA E DEFESA DO ESTADO

CONFIDENCIAL

N.º 55/944-I

SERVIÇO DA REPÚBLICA

Exmº.Snr.Director da Faculdade de Letras
da Universidade de
LISBOA

FACULDADE DE LETRAS DE LISBOA
REGISTADA
Em 8 de 1 de 1944

152

Afim de poder satisfazer o solicitado em ofício Nº.760 - Lº.5 de 24 de Dezembro findo, rogo a V.Exª. se digne concretisar quais os serviços e locais onde desejam actuar em pesquisas arqueológicas e estudos de ciências geográficas, os professores catedráticos referidos no supra citado ofício de V. Exª.

A Bem da Nação
Lisboa, Serviços de Informação e Ligação, 7 de Janeiro de 1944
PELO DIRECTOR,

ISM/LA.

Fig. 3 – Ofício dirigido pela PVDE ao Director da Faculdade de Letras de Lisboa relativo aos Professores Manuel Heleno e Orlando Ribeiro, datado de 7 de Janeiro de 1944. Secretaria da Faculdade de Letras de Lisboa. Processo Individual de Manuel Heleno (in CARDOSO, ed., 2013, Fig. 36).

3 – O ENSINO DA ARQUEOLOGIA E DA PRÉ-HISTÓRIA NA FLUL

A cuidada preparação das aulas que Manuel Heleno leccionava da Faculdade de Letras de Lisboa, era até 2013 menosprezada ou mesmo vilipendiada por parte de detractores, muitos dos quais não foram seus alunos. A falta de fundamento de essa pretensa realidade ficou definitivamente demonstra pela publicação das fichas lectivas que Manuel Heleno preparava cuidadosamente, as quais, tendo sido adquiridas pelo signatário a um livreiro-alfarrabista de Lisboa em 1998, estiveram na origem dos estudos ulteriormente realizados. Tais fichas foram doadas ao Museu Nacional de Arqueologia, em cerimónia pública ulteriormente ali efectuada. Na verdade, a faceta de professor probo e cuidadoso com a permanente actualização das matérias, constituía realidade desde cedo evidenciada, encontrando-se ilustrada pelo Programa detalhado da disciplina de Arqueologia, elaborado em 1926/1927 (arquivo do Museu Nacional de Arqueologia) o qual foi sendo sucessivamente melhorado e aumentado até finais da década seguinte. Tal programa foi, inclusivamente, publicado pelo próprio, testemunho incontroverso de que levava a sério a tarefa de professor, desde os primórdios da sua carreira (HELENO, 19265/1926).

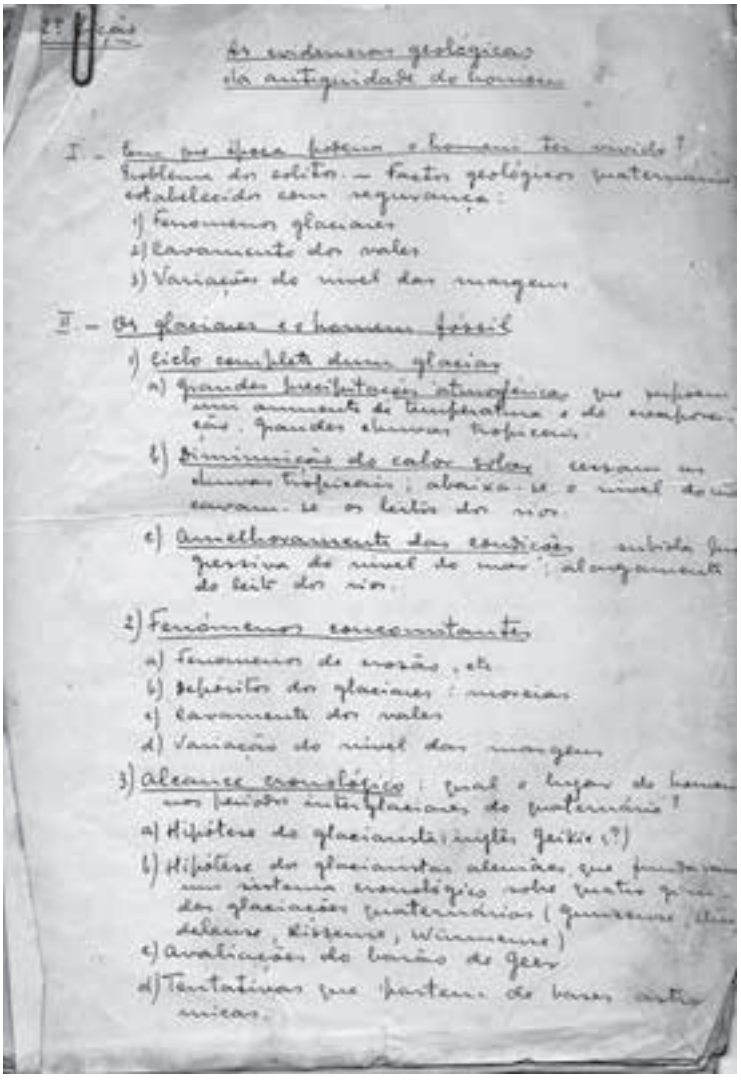


Fig. 4 – Página do manuscrito de Virgínia Rau, respeitante aos apontamentos tirados nas aulas de Henri Breuil leccionadas na Faculdade de Letras de Lisboa no ano lectivo de 1941/1942 no âmbito da disciplina de Pré-História, de que foi professor. Arquivo de João Luís Cardoso.

Para tal, Manuel Heleno recorreu, sempre que possível à colaboração dos melhores pré-historiadores mundiais. No ano lectivo de 1941/1942, o padre Henri Breuil, Membro do Instituto e professor no Colégio de França, acolhido pelo nosso País durante cerca de 17 meses, entre Abril de 1941 a Novembro de 1942, leccionou na Faculdade de Letras de Lisboa, a convite de Manuel Heleno, a disciplina de Pré-História, de que se conhecem apontamentos manuscritos de Virgínia Rau (Fig. 4), então sua aluna. As aulas de Breuil em Lisboa, propiciadas por um ambiente sereno e fecundo, contrastando com o da Europa em guerra, deram origem ao célebre livro editado pela Payot, em Paris, no ano de 1951, "Les Hommes de la Pierre Ancienne" em co-autoria com Raymond Lantier. Verifica-se que Heleno não tinha receio da concorrência, mesmo da melhor, que soube apoiar e promover sem complexos e muito menos de forma mesquinha. É de sua autoria um testemunho sobre

o notável pré-historiador francês, escrito ainda em vida do homenageado, que bem ilustra o sentimento de desinteressada admiração que lhe dedicava (HELENO, 1956 a).

Mais tarde, esteve na origem da contratação do Prof. Scarlat Lambrino, grande latinista, refugiado romeno, para, no período do pós-guerra e até à sua jubilação, ensinar a disciplina de Epigrafia, de que era mestre incontestado. Enfim, a presença de eminentes arqueólogos e Professores universitários de passagem por Lisboa, era aproveitada por Manuel Heleno, que os convidava a proferir conferências na Faculdade de Letras de Lisboa: é o caso do seu amigo e eminente pré-historiador Pedro Bosch-Gimpera, refugiado político do Franquismo na Cidade do México e que depois se recusou a voltar a Espanha enquanto o regime se mantivesse, de quem fez a saudação numa das suas vindas a Lisboa (HELENO, 1962 a).

A actualização das matérias leccionadas na disciplina de Arqueologia evidencia-se também nas fichas elaboradas a partir do ano de 1948/1949 e até 1964, tal como na de Pré-História, a partir de 1953/1954 (Fig. 5), transcritas na íntegra (CARDOSO, ed., 2013) está bem evidenciada em diversos exemplos, de que se assinalam os seguintes:

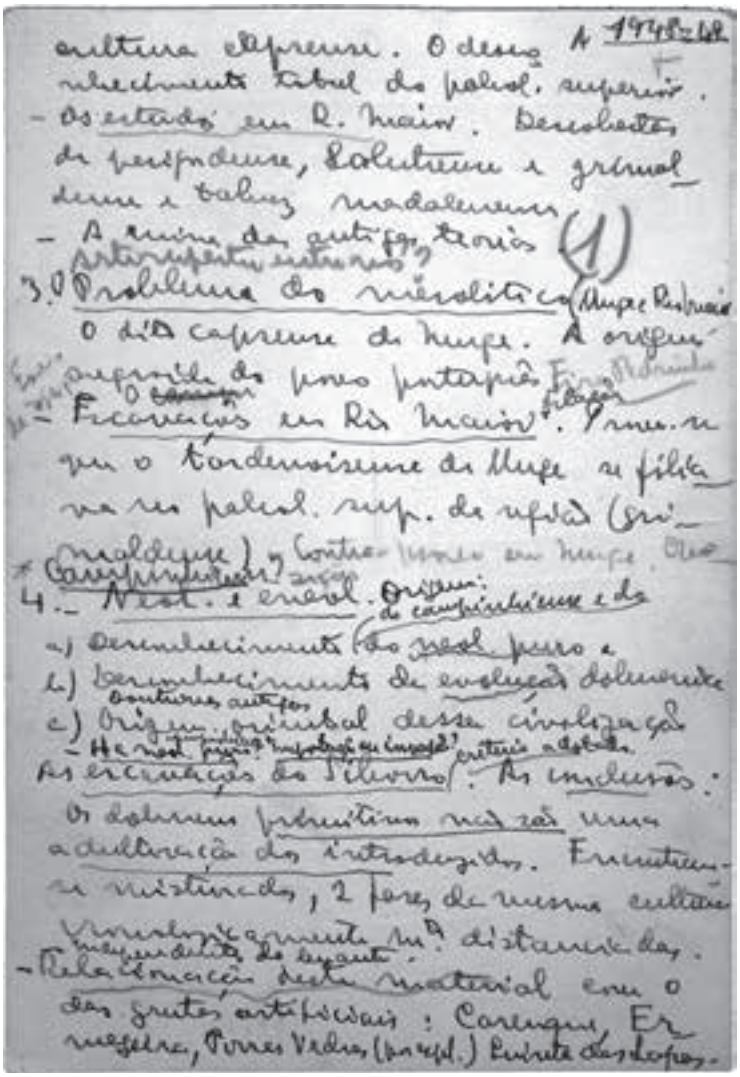


Fig. 5 – Ficha da disciplina de Arqueologia (1948/1949), contendo parcialmente o programa professado, onde apresenta desenvolvidamente os resultados das suas investigações arqueológicas tanto em Rio Maior como no Alentejo. Arquivo Museu Nacional de Arqueologia (oferta de João Luís Cardoso).

1 – As técnicas de prospecção, com recurso aos métodos geoquímicos e geofísicos, então ainda inéditos entre nós, bem como as técnicas de escavação adaptadas caso a caso: "as escavações pré-históricas representam a alta cirurgia das escavações", escreveu em ficha de 1948/1949;

2 – A importância concedida aos novos métodos de datação, como o carbono 14, já mencionado em 1953/1954, menos de cinco anos depois de o método ter sido desenvolvido experimentalmente pelo norte-americano Willard Libby, que lhe valeu o Nobel da Química em 1960;

3 – O uso da fotografia aérea, a que recorreu logo na década de 1930 quando escavou a necrópole visigótica de Silveirona, bem como o recurso sistemático à fotografia de terreno, desde as suas primeiras escavações arqueológicas;

4 – A introdução da arqueologia subaquática, posta em prática pela primeira vez, por sua iniciativa, no estuário do Sado defronte das ruínas romanas de Tróia, nos finais da década de 1950 e no litoral algarvio (Quarteira), por via da colaboração estabelecida com o Centro Português de Actividades Subaquáticas (CPAS);

5 – A importância dada à compreensão dos fenómenos que presidiram à formação dos sítios arqueológicos, bem como os métodos utilizados para a reconstituição paleoambiental dos mesmos (estudos faunísticos, polínicos e sedimentológicos por exemplo), transcendendo em muito o campo dos conhecimentos e até dos interesses imediatos de um estudante de Letras das décadas de 1940 ou 1950 em Portugal e antecedendo as orientações metodológicas introduzidas nos estudos arqueológicos, só efectivadas em Portugal a partir dos inícios da década de 1980. Foi, portanto um precursor esclarecido, cuja teoria e prática se alicerçava no conhecimento que detinha da informação científica actualizada ao mais alto nível.

Logo em 1950/1951, cita na bibliografia a obra seminal de André Leroi-Gourhan, "Les fouilles préhistoriques", publicada naquele mesmo ano de 1950, e que passou a constituir um dos livros básicos do seu ensino, a que procurou atribuir um cunho prático, com aulas no Museu Etnológico e visitas obrigatórias a estações arqueológicas; a tal propósito, diria: "A Arqueologia não é uma ciência livresca, estática, erudita: o seu campo é toda a terra: serras e planícies, desertos e florestas; o seu arquivo a Natureza" (ficha 4 da disciplina de Arqueologia de 1950/1951);

A relevância atribuída às ciências naturais no campo dos estudos arqueológicos, que decorreu, em boa parte, da sua actualização científica, não o impediu de considerar a inclusão dos estudos arqueológicos, mesmo os de natureza ante-histórica, no campo das ciências históricas. Em 1953/1954, numa das fichas da disciplina de Arqueologia questionou essa dicotomia, para ele artificial: "Porquê esta separação da História e da Pré-História ? Falta-nos documentos escritos. Mas falam as pedras. Tudo vai em as compreender".

6 – Enfim, a História da Arqueologia ocupa parte importante das matérias leccionadas, facto que merece destaque pelo seu pioneirismo, mesmo a nível europeu, numa altura em que esta área disciplinar era apenas abordada como preâmbulo a obras de síntese ou de grande fôlego. Congregando saberes de diversa origem, soube apresentar deforma atraente, susceptível de melhor enquadrar a realidade arqueológica portuguesa do seu tempo. E não ignorou a importância da Academia Real da História Portuguesa nessa matéria, referindo os trabalhos de Martinho de Mendonça de Pina e de Proença no tocante às antas, objecto de uma comunicação à Academia do próprio (MENDONÇA, 1933), a par dos contributos do marquês de Abrantes e de Jerónimo Contador de Argote no respeitante ao Período Romano.

4 – PRINCIPAIS CONTRIBUTOS CIENTÍFICOS

A notável síntese de 1956, "Um quarto de século de século de investigação arqueológica" constitui o mais prodigioso repositório de informação alguma vez reunido por um único arqueólogo trabalhando deliberadamente de forma isolada (HELENO, 1956 b). Por ela se pode concluir, com exemplos concretos fornecidos pelo próprio, que em todos os principais períodos da história humana abrangidos no seu tempo pela Arqueologia (A Arqueologia Medieval e de épocas mais recentes não era então valorizada), Manuel Heleno prestou relevantes contributos, por via de intervenções arqueológicas por si realizadas em estações-chave do território português. Assim:

1 – No respeitante ao Paleolítico superior e à sua transição para o Mesolítico, as escavações efectuadas no Abrigo Grande das Bocas, Rio Maior, com evidente valorização da sua estratigrafia (Fig. 6) comprovaram a ausência de influências africanas, na época invocadas por eminentes pré-historiadores, como Mendes Corrêa (e o seu *Homo afer taganus*, dos concheiros mesolítios de Muge), e além fronteiras, por Hugo Obermaier e Pedro Bosch-Gimpera, que admitiam a transposição do estreito de Gibraltar por populações de caçadores-recolectores do final do Plistocénico (Capsense, Aziliense), depois dispersas pela Península Ibérica;



Fig. 6 – Aspecto do Abrigo Grande das Bocas (Rio Maior), aquando das escavações realizadas na década de 1930, sob orientação de M. Heleno, evidenciando-se a sequência estratigráfica por ele considerada contínua entre o Paleolítico Superior final e o Mesolítico, o que deitava por terra a teoria da influência norte-africana no Mesolítico português e peninsular, defendida então por diversos arqueólogos. João Luís Cardoso/Manuel Farinha dos Santos.

2 – No que tocava à então designada Cultura megalítica portuguesa, coube a Manuel Heleno a demonstração da sua antiguidade, considerando como origem possível o centro interior e o norte do território português (no que parece estar certo), correspondendo-lhe os dólmenes de camara poligonal sem corredor com indústrias líticas arcaicas, como os de Carrazeda do Alvão, Vila Pouca de Aguiar, a que se juntaram depois outros, com destaque para o monumento de Antelas, Oliveira de Frades, visitado por si aquando da sua escavação, por uma equipa dos Serviços Geológicos de Portugal, em 1957. Bastava este contributo de Manuel Heleno, bem como a apresentação de elementos concludente para propor a evolução local do megalitismo, com base nas escavações de centenas de dólmenes do Alentejo central e ocidental, efectuadas na década de 1930, para o colocar na galeria dos pré-historiadores europeus de primeiro plano do seu tempo, alguns dos quais nessa altura o visitaram, como Hugo Obermaier, e Georg Leisner, acompanhado de sua esposa, Vera, ainda desconhecida no campo da Arqueologia (Fig. 7). Na verdade, Manuel Heleno estava ciente da importância das suas descobertas sobre o fenómeno megalítico no território alentejano e com a publicitação ao mais alto nível internacional das suas descobertas, pretendia que estas fossem devidamente discutidas e valorizadas, no contexto



Fig. 7 – Manuel Heleno (à dreita) com Hugo Obermaier (à esquerda) e Georg Leisner (de costas), aquando da exploração na década de 1930 das antas alentejanas, na Herdade do Azinhal (Coruche), fotografados por Vera Leisner. Arquivo Leisner/Instituto Arqueológico Alemão/Delegação de Madrid (negativo D-DAI-MAD-LEIV-LEI-03-028).

da Pré-História europeia de que faziam parte integrante (MELO & CARDOSO, 2018).

Com efeito, cruzando tipologias de arquitecturas e de espólios funerários, propôs uma evolução *in loco* para tais monumentos, quando, ainda na década de 1940, eminentes pré-historiadores europeus, como Glyn Daniel, julgavam que os dólmenes do ocidente peninsular eram pobres imitações das sepulturas micénicas do tipo *tholos* da Idade do Bronze (DANIEL, 1941), teoria que a revolução do radiocarbono, pouco depois, veio inviabilizar. Esta conclusão foi na década de 1950 cabalmente comprovada por Georg e Vera Leisner no concelho de Reguengos de Monsaraz, aquando da escavação dos dólmenes de Comenda e de Farisoa, aos quais se encostaram mais tarde dois sepulcros de falsa cúpula, prova de que seriam forçosamente mais modernos do que os megálitos adjacentes (LEISNER & LEISNER, 1951).



Fig. 8 – Dedicatórias de arqueólogos portugueses e estrangeiros a Manuel Heleno, apostas em trabalhos que lhe ofereceram. Arquivo de João Luís Cardoso.

A propósito, importa sublinhar que a presença em Portugal no decurso da II Guerra Mundial deste casal de arqueólogos alemães foi também apoiada por Manuel Heleno, como aliás acontecia com a generalidade dos arqueólogos estrangeiros que visitavam Portugal, sempre numa base de igualdade, jamais de subserviência, como era então frequente. Tal é a realidade que se encontra espelhada nas dedicatórias apostas em muitos dos trabalhos que lhe foram oferecidos (Fig. 8).

3 – No que respeita à Arqueologia Histórica são de referir as escavações realizadas no Cabeço de Vaiamonte, Monforte, bem como as efectuadas na cidade industrial romana de Tróia, Grândola (Fig. 9), que tiveram o seu contraponto no interior do território, com as explorações realizadas na *villa* de Torre de Palma, Monforte (Fig. 10) (HELENO, 1962 b), indispensáveis para o conhecimento da economia, a um tempo mercantil e agrícola, da Lusitânia romana e das relações estabelecidas previamente entre Romanos e indígenas aqui instalados.

4 – Muitas outras intervenções arqueológicas de primeira importância de Manuel Heleno poderiam ser referidas, como as que conduziu nos concheiros mesolíticos do vale do Sado (Fig. 11), por ele explorados em final de carreira, no decurso da segunda metade da década de 1950 e da primeira metade da década seguinte, com o intuito de obter elementos de comparação com os célebres concheiros de Muge, celebrizados inter-

nacionalmente aquando da realização em Lisboa da IX Sessão do Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia Pré-Histórica, em 1880 (CARDOSO, 2019).

5 – Na esteira do seu mestre, José Leite de Vasconcelos, Manuel Heleno considerava que as raízes do povo português remontavam às populações dolménicas, senão mesmo a populações anteriores, como teve oportunidade de declarar em entrevista ao Diário de Notícias aquando da sua jubilação, a 11 de Novembro de 1964, por certo entusiasmando com a então recente descoberta da gruta do Escoural, em Montemor-o-Novo, onde interveio activamente, a par do então Assistente Dr. Manuel Farinha dos Santos, que continua a ser a única gruta do território português com pinturas e gravuras paleolíticas (SANTOS, 1964).



Fig. 9 – Manuel Heleno no decurso das escavações em Tróia, em amena conversa com trabalhador. Anos 50/60. Arquivo João Luís Cardoso/Manuel Farinha dos Santos.



Fig. 10 – "Mosaico das Musas", da *villa* romana de Torre de Palma (Monforte), reproduzido em postal do Museu Nacional de Arqueologia editado na época de Manuel Heleno. Arquivo de João Luís Cardoso.

6 – Enfim, como museólogo, e na qualidade de Director do Museu Etnológico Português, procuro a reorganização das colecções, com a aquisição de novo mobiliário (MACHADO, 1965), preocupando-se também com a defesa e valorização desta institui- ção salvaguardando o seu futuro, devendo-se-lhe a concepção do programa da sua instalação na Cidade Universitária, em instalações construídas de raiz, estudo que publicou já depois da jubilação (HELENO, 1965) e cuja concretização as circunstâncias da época vieram inviabilizar até hoje.

5 – EPÍLOGO

Manuel Heleno foi sem dúvida o mais activo e ecléctico arqueólogo do seu tempo, e de longe o melhor informado de todos eles, por via não só dos trabalhos de campo que realizou, mas também dos conhecimentos adquiridos na bibliografia especializada, por ele amiúde consultada em virtude da preparação das suas lições; tais conhecimentos foram ao longo do tempo potenciados pelo convívio com os arqueólogos mais eminentes que visitavam o Museu por ele dirigido ou a quem apoiava aquando da sua prmenência mais ou neos prolon-

gada entre nós, como foi o caso de Henri Breuil, em 1941/1942.

Apesar da sua intensa vida científica, sempre norteado pela Arqueologia, Manuel Heleno não publicou a obra monumental que deveria ter imposto a si próprio, tal a importância dos dados por ele em primeira mão coligidos e literalmente por si resgatados à terra. Assoberbado por funções oficiais, só tardiamente, depois da jubilação, procurou recuperar o tempo perdido. Os seus alunos foram, por muitos anos, praticamente os únicos destinatários das suas investigações de campo e das conclusões de grande alcance a que ia chegando. Foi pena que não tivesse havido um compilador para registar o muito que transmitiu nas suas lições, excepção feita, no campo do megalitismo, à sua então discípula, e depois Assistente, Dr.ª Irisalva Moita, que acabou por publicar em nome próprio, o resultado das relecções que ouvio do Mestre, conjugadas com as suas próprias observações (MOITA, 1956, 1966), cujos resultados foram generosamente propiciados por quem esteve também na origem da sua publicação. Dificuldades então criadas por terceiros no campo da Arqueologia, talvez temerosos da sombra que Manuel Heleno ainda lhes poderia fazer, mesmo afastado do serviço activo, impediram que concretizasse, ao menos parcialmente, aquele propósito de publicar o seu acervo científico acumulado ao longo de décadas.



Fig. 11 – Vista parcial da escavação realizada em 1960 no concheiro mesolítico de Poças de São Bento (Alcácer do Sal). Arquivo João Luís Cardoso/Manuel Farinha dos Santos.

Mas os resultados das suas escavações e investigações, sobretudo após a compra pelo Estado através do Museu Nacional de Arqueologia, em 1998, dos seus célebres cadernos de campo – que alguns dos seus detractores admitiam mesmo que nunca tivessem existido – passaram, com intensidade, a ser utilizados por muitos jovens mestrandos e doutorandos que, assim, inadvertidamente, se constituíram como os mais consequentes e úteis continuadores de Manuel Heleno.

REFERÊNCIAS

CARDOSO, J. L. (2013) – Manuel Heleno (1894-1970) o arqueólogo e o professor universitário à luz de documentação inédita. *Al-Madan*. Almada. Série III, 18, p. 146.

CARDOSO, J. L. ed. (2013) – *Manuel Heleno pioneiro do ensino e da investigação arqueológica em Portugal (1923-1964)*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia/Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

CARDOSO, J. L. (2019) – A investigação da antiguidade do Homem no Portugal de Oitocentos. *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa. Classe de Ciências*. Lisboa. 46, p. 201-220.

CASTELO-BRANCO, F. (1970) – Subsídios para o Estudo da Actividade Científica do Prof. Manuel Heleno. *Ethnos*. Lisboa. 7, p. 6- 30.

CASTELO-BRANCO, F. (1988) – *Elogio do Prof. Doutor Manuel Heleno*. Lisboa: Academia Portuguesa da História.

DANIEL, G. (1941) – The dual nature of the megalithic colonisation of prehistoric Europe. *Proceedings of the Prehistoric Society*. Cambridge. N. S., 7, p. 1-49.

FABIÃO, C. (2013) – O professor universitário visto através do seu processo individual da Faculdade de Letras de Lisboa. In CARDOSO, J. L., ed., *Manuel Heleno pioneiro do ensino e da investigação arqueológica em Portugal (1923-1964)*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia/Imprensa Nacional-Casa da Moeda, p. 63-71.

GAGO, A. Borges; MARTINHO, C. & RAPOSO, L. (2013) – *Manuel Heleno. Fotobiografia*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.

HELENO, M. (1933) – *Os escravos em Portugal*. Lisboa: Tipografia da Empresa do Anuário Comercial.

HELENO, M. (1956 a) – O Professor Henri Breuil. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. N. S., 3, p. 239-246.

HELENO, M. (1956 b) – Um quarto de século de investigação arqueológica. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. N. S., 3, p. 221 -237.

HELENO, M. (1956 b) – Um quarto de século de investigação arqueológica. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. N. S., 3, p. 221-237.

HELENO, M. (1962 a) – Bosch Gimpera. Saudação proferida pelo Prof. Manuel Heleno no início da Conferência na Faculdade de Letras de Lisboa pronunciada, em 22 Mar. 1961, pelo Prof. Bosch Gimpera. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. N. S., 4, p. 309-311.

HELENO, M. (1962 b) – A *Villa* lusitano-romana de Torre de Palma (Monforte). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. N. S., 4, p. 313- 338.

HELENO, M. (1965) – Programa para a instalação do Museu Etnológico do D. or Leite de Vasconcelos na Cidade Universitária. *Ethnos*. Lisboa. 4, p. 63-74.

HELENO, M. (s/d) – *Algumas palavras sobre Leite de Vasconcelos*. Lisboa : Edição do Autor.

HELENO, M. H. Domingues (2013) – Notas soltas. In GAGO, A. B.; MARTINHO, C. & RAPOSO, L., *Manuel Heleno fotobiografia*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia/Imprensa Nacional-Casa da Moeda, p. 11-15

HELENO, Manuel (1925/1926) – Lição inaugural da cadeira de arqueologia. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 27, p. 183-193.

LEISNER, G. & LEISNER, V. (1951) – Antas do concelho de Reguengos de Monsaraz. Lisboa: Instituto para a Alta Cultura.

LEROI-GOURHAN, A. (1950) – *Les fouilles préhistoriques (techniques et méthodes)*. Paris: Éditions A. et J. Picard et C.ie.

MACHADO, J. L. Saavedra (1965) – Subsídios para a história do Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos. O Arqueólogo Português. Lisboa. Série II, 5, p. 51-448.

MELO, A. Ávila de & CARDOSO, J. L. (2018) – An Englishwoman in the Alentejo: Edith Guest and the Study of Megalithism in Portugal in the 1930s. *The Antiquaries Journal* . London, p. 1-17.

MOITA, I. (1956) – Subsídios para o estudo do eneolítico do Alto Alentejo. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. N. S., 3, p. 135-175.

MOITA, I. (1966) – Características predominantes do grupo dolménico da Beira Alta. *Ethnos*. Lisboa. 5, p. 189-298.

Processo Individual do Professor Manuel Domingues Heleno Júnior. Arquivo da Secção de Pessoal da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

SANTOS, M. Farinha dos (1964) – Vestígios de pinturas rupestres descobertos na gruta do Escoural. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. N. S., 5, p. 5-49.

SANTOS, Manuel Farinha dos (1987) – Os estudos de Pré-História e Arqueologia na Academia Portuguesa da História. *Anais. Cinquentenário da Restauração da Academia*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, p. 313-332.

SERRÃO, J. Veríssimo (1978) – Resposta. In *Elogio Histórico do Prof. Doutor Manuel Heleno*. Lisboa: Academia Portuguesa da História.

XXVII

ABEL VIANA (1896-1964): UMA VIDA DE ARQUEÓLOGO [1]

1 – INTRODUÇÃO

Abel Viana (n. Viana do Castelo, 16 de Fevereiro de 1896, f. Beja, 17 de Fevereiro de 1964) (Fig. 1) foi uma figura ímpar da Arqueologia portuguesa, domínio científico que será o único a ser abordado neste pequeno contributo, preparado por ocasião da celebração do quinquagésimo aniversário do seu falecimento, no dia 27 de Setembro de 2014 na Biblioteca-Museu do Paço Ducal de Vila Viçosa/Fundação da Casa de Bragança, em encontro organizado por esta Instituição em parceria com o Museu Nacional de Arqueologia e do qual uma versão sintética preliminar foi dada a conhecer (CARDOSO, 2015).



Fig. 1 – Abel Viana (1896-1964). Arquivo João Luís Cardoso/Octávio da Veiga Ferreira.

Dotado de um pensamento vigoroso e desassombrado, Abel Viana foi um pioneiro em muitos domínios da investigação arqueológica, pautando a originalidade dos seus contributos com uma forma de escrita rigorosa e objectiva, avesso a falsas manifestações de erudição, por ele identificadas quase sempre em literatos inconsequentes, por falta de preparação prática, que tanto o divertiam como o indignavam. Tal sentimento é revelado na sua correspondência com O. da Veiga Ferreira (CARDOSO, 2001/2002; 2008), precioso repositório de informações de como a Arqueologia era realizada em Portugal entre as décadas de 1940 e 1960.

Seleccionando amigos e colaboradores, incutindo em outros algum temor ou reservas, pelo seu espírito independente e desassombrado, o nome de Abel Viana foi silenciado nas últimas décadas no âmbito do ensino universitário, e relegado para um plano secundário no quadro da Arqueologia portuguesa. Mas, como o tempo é, felizmente, o grande juiz da História e dos Homens, o exemplo de Abel Viana, corporizado na dimensão e valia da sua obra científica, acabou por vingar, tornando-se até objecto de estudos académicos, para além das obras de carácter biográfico que lhe dedicaram amigos, familiares e admiradores. É nesse último grupo que o autor se inclui: não tendo privado com o Homem, é assíduo utilizador da sua obra publicada, e conhece bem

1 CARDOSO, J. L. (2014) – Abel Viana (1896-1964): uma vida de arqueólogo. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 21, p. 475-510. Modificado. Também publicado em: *Abel Viana (1896-1964) Paixão pela Arqueologia*. Caxias (2015): Fundação da Casa de Bragança.

outra documentação, com destaque para as fotos e correspondência remetidas àquele que foi o seu discípulo dilecto e amigo mais próximo, o Doutor O. da Veiga Ferreira. Que este contributo possa, assim, constituir modesta homenagem à memória de um dos mais consequentes, produtivos e empenhados obreiros da nossa Arqueologia.

2 – O DESPERTAR PARA A ARQUEOLOGIA

Abel Viana, nascido em Viana do Castelo em 16 de Fevereiro de 1896, desempenhou entre 1917 e 1931, no início da sua carreira profissional em Portugal, depois de regressar do Brasil onde foi emigrante, o cargo de Professor Primário em diversas escolas minhotas (Fig. 2).

Como Professor do Ensino Primário, teve a oportunidade de contactar populações e explorar territórios (Fig. 3), por via das informações recolhidas, fornecendo-lhe os primeiros elementos para estudos de etnografia e de arqueologia que, a partir de 1929 viria a publicar regularmente até à sua morte, ascendendo então a mais de trezentos títulos, já inventariados em pormenor por seu sobrinho, bem como as publicações que sobre a sua vida e obras lhe dedicaram colegas, amigos ou admiradores, até 1996 (VIANA, 1996). Os primeiros passos no campo da Arqueologia foram acompanhados por J. Leite de Vasconcelos, com quem se correspondeu até ao falecimento deste, em 1941 (CARDOSO & COITO, 2014/2015). Com efeito, o primeiro encontro entre os



Fig. 2 – Abel Viana com uma turma de alunos da instrução primária. Viana do Castelo, ca. 1920 (exposição comemorativa organizada pela Câmara Municipal de Viana do Castelo, patente ao público no castelo de Vila Viçosa em 2014). Reprodução de João Luís Cardoso.

dois data de 1926, quando se cruzaram na estação do caminho de ferro de Seixas, no Alto Minho (VIANA, 1941). Nessa época, Abel Viana era já um estudioso da etnografia minhota, mas encontrava-se ainda apenas vagamente desperto para a Arqueologia.

Como ele próprio referiu, em 1927 o Padre Luisier, jesuíta que então residia no Colégio de La Guardia, na Galiza, recolheu, no litoral adjacente, dois seixos que lhe pareceram picos asturienses, que ofereceu ao Padre Eugénio Jalhay, Jesuíta português então também ali instalado e que logo os publicou (JALHAY, 1928). Tais achados motivaram Abel Viana a, conforme ele próprio declara, iniciar prospecções ao longo da costa a norte de Viana do Castelo e até ao farol de Montedor (VIANA, 1928).



Fig. 3 – Abel Viana no Minho, em alegre confraternização, na década de 1930 1920 (exposição comemorativa organizada pela Câmara Municipal de Viana do Castelo, patente ao público no castelo de Vila Viçosa em 2014). Reprodução de João Luís Cardoso.

Esta iniciativa foi influenciada também pelos resultados das prospecções realizadas por Ruy de Serpa Pinto, malogrado investigador portuense a quem se deve a publicação, em 1928, dos resultados das colheitas por si realizadas em Âncora e Afife (PINTO, 1928). As prospecções de Abel Viana efectuadas naquele mesmo ano, vieram confirmar o efectivo prolongamento para sul de tais indústrias, até à foz do Lima, destacando-se a estação da Areosa, correspondente à sua primeira publicação arqueológica de escopo (VIANA, 1929 a), onde se apresentaram belos desenhos de picos asturienses clássicos (Fig. 4).

Para além da identificação das indústrias de tipo asturiense, que presentemente se crê serem situáveis nos finais do Plistocénico e primórdios dos tempos pós-glaciários (MEIRELES, 1994), Abel Viana, no referido trabalho, dá a conhecer as primeiras indústrias paleolíticas da região minhota, representadas por alguns belos bifaces acheulenses, como os recolhidos em São Gregório, Lanhelas, e em Seixas, locais do concelho de Caminha.

O último artigo resultante dessa linha de investigação foi publicado no volume de homenagem ao conde de la Vega del Sella (VIANA, 1956 a), no qual voltou a apresentar picos da Areosa (Fig. 5). Tal participação justificava-se plenamente, pois o homenageado foi o arqueólogo que procedeu, com base em escavações na costa cantábrica, à identificação do Asturiense, cuja monografia (VEGA DEL SELLA, 1923) muito ajudou Abel Viana na elaboração do seu artigo de 1929.

Naquele e em outros estudos da mesma índole, não deixou de associar a posição das indústrias líticas às respectivas formações geológicas, no caso terraços fluviais ou praias elevadas do litoral, critério só muitos anos depois retomado na mesma região por geógrafos e geólogos de nomeada, como Hermann Lautensach e Carlos Teixeira.

O interesse pelo estudo das indústrias macrolíticas fini e pós-paleolíticas, explicam os trabalhos que continuou a publicar, sozinho ou em co-autoria com o seu amigo e eminente geólogo e arqueólogo Georges Zbyszewski.

Regressava regularmente à sua região natal, o que explica os estudos arqueológicos que ao longo da sua vida lhe dedicou, desde os já referidos contributos sobre Asturiense e paleolítico, até achados de época romana, e tardo-romana/suévica, representada pela necrópole de Beiral, Ponte de Lima, onde se recolheram raras jóias de ouro (VIANA, 1961 a) (Fig. 6).

A arte rupestre foi um dos domínios mais importantes – e também dos então menos conhecidos – a que dedicou relevantes estudos. Entre todos, destaca-se o estudo publicado sobre as insculturas rupestres de Lanhelas, concelho de Caminha, cujo primeiro estudo apareceu logo em 1929 (VIANA, 1929 b). Como o próprio declara, tal publicação não o satisfez, porque a excessiva redução de alguns desenhos fez desaparecer alguns pormenores importantes. Indo residir para Carreço, em 1931, surgiu a oportunidade de ali encontrar outras insculturas rupestres, as quais permitiram a preparação de artigo remetido para publicação na revista *Ethnos* em 1937, na altura em que as mesmas estavam em risco de ser destruídas pela abertura de uma estrada. Assim se chamaria a atenção dos poderes públicos para a situação que a breve trecho iria ser criada. Porém, tal artigo jamais foi publicado, perdendo-se para sempre texto e ilustrações seu conteúdo e, com eles, a própria estação arqueológica, tal como haveria de acontecer com a de Lanhelas, amarga constatação feita pelo próprio muitos anos depois (VIANA, 1960) (Fig. 7).

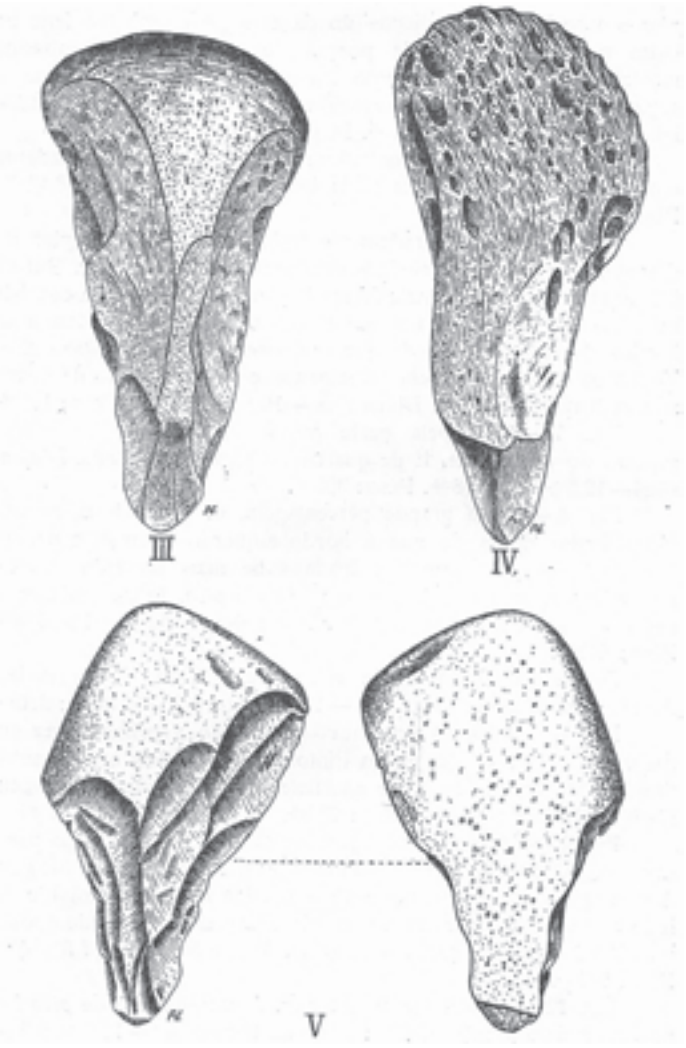


Fig. 4 – Desenhos de picos asturienses da praia da Areosa (seg. VIANA, 1929).

No que respeita às manifestações da Cultura Castreja da sua região natal, destacam-se as intervenções conduzidas na Citânia de Santa Luzia e na cividade de Âncora. Quanto à primeira, os estudos iniciaram-se ainda aquando da sua residência no Minho, só se tendo reiniciado em 1953/1954, com o levantamento topográfico das estruturas arqueológicas postas a descoberto, com o apoio do Instituto de Alta Cultura e a cooperação do seu companheiro Manuel de Sousa Oliveira (VIANA & OLIVEIRA, 1955).

Na cividade de Âncora dirigiu campo internacional de arqueologia, o qual não lhe deixou boas impressões, como ele próprio recorda em saborosa missiva remetida ao seu amigo O. da Veiga Ferreira (CARDOSO, 2001/2002), aproveitando ainda para protestar, com conhecida energia e acutilância, a presença de certos arqueólogos de outras nacionalidades cuja mais-valia para a arqueologia que então se fazia entre nós era escassa (VIANA, 1960/1961 a) (Fig. 8).

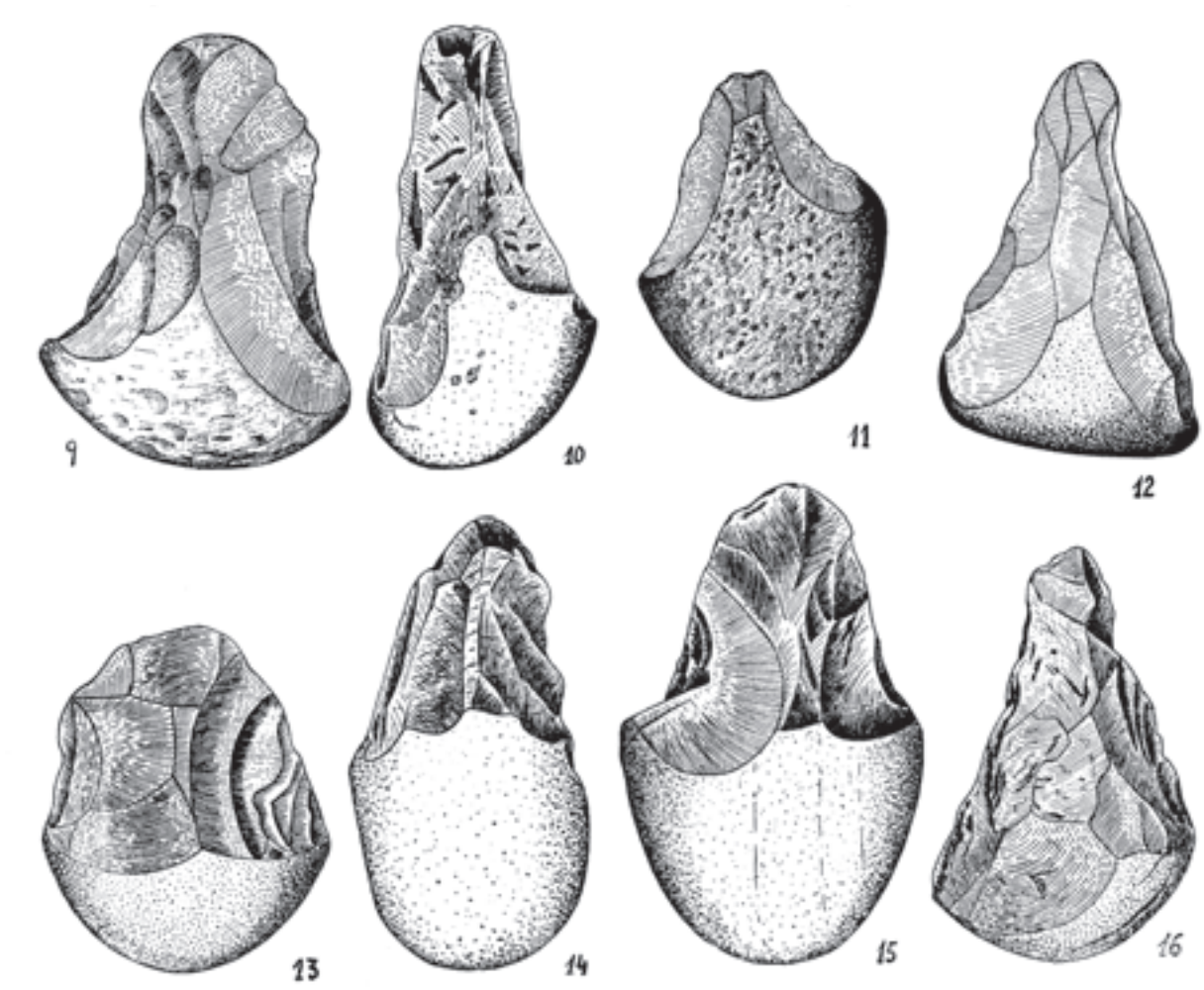


Fig. 5 – Desenhos de picos asturienses da praia da Areosa (seg. VIANA, 1956).

Ainda no decurso da etapa minhota da sua vida de arqueólogo, devem-se-lhe estudos pioneiros sobre cartografia arqueológica em Portugal, neste caso sobre o Minho, dando continuidade aos trabalhos de Martins Sarmento na região (VIANA, 1932) (Fig. 9).

Com efeito, os monumentos identificados pelo ilustre vimaranense foram ao longo do tempo sucessivamente revisitados por Abel Viana, já muito depois de este ter estabelecido definitivamente residência em Beja, dando origem a algumas publicações.

É o caso da gigantesca mamoa de Cova da Moura, no concelho de Viana do Castelo, cuja escavação, feita muitos anos antes da respectiva publicação, proporcionou a recolha de diversas estelas antropomórficas, guardadas no Museu dos ex-Serviços Geológicos de Portugal (VIANA, 1955 a). Tal realidade, extensiva também às ofertas de colecções de indústrias macrolíticas por si recolhidas ao longo do litoral minhoto àquela instituição, pode parecer insólita a quem tanto carinho sempre dispensou à sua terra natal. Contudo, importa situar a decisão no tempo, dada a convicção de que tais materiais seriam muito mais úteis à investigação se estivessem acessíveis em Lisboa, explicando-se a opção pela sua oferta à referida instituição, em detrimento do Museu Etnológico, devido às tensões entretanto criadas com Manuel Heleno.

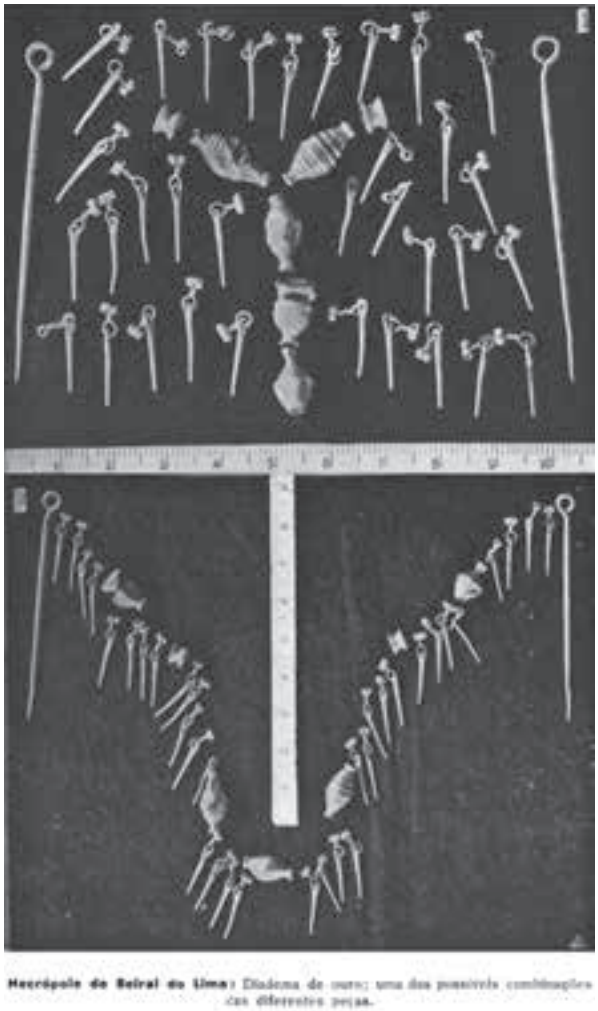


Fig. 6 – Jóias auríferas da necrópole romano-suévica de Beiral (seg. VIANA, 1961 a).



Fig. 7 – Insculturas rupestres de Lanhelas (seg. VIANA, 1960).

Ciente da enormidade de tarefas que a investigação e, sobretudo, a exploração destes monumentos pressupunha, elaborou e publicou uma proposta contemplando os procedimentos de natureza administrativa que poderiam ser adoptados em tal matéria a qual, naturalmente, não teve seguimento (VIANA, 1934/1936). Esta proposta sucedeu, de perto, às tensões criadas entre Manuel Heleno e a maioria dos arqueólogos portugueses, em resultado de diploma que dava a prioridade de intervenção, em qualquer estação do país ao Director do Museu Etnológico. Apesar de esse documento ter sido pouco depois substituído por outro mais conforme (CARDOSO, 2011), a verdade é que as tensões jamais se dissiparam.

As preocupações com a gestão e protecção do rico património arqueológico português acompanharam-no ao longo da sua vida, não deixando de as abordar numa das suas últimas obras, significativamente intitulada "Arqueologia Prática" (VIANA, 1962 a), por oposição à "arqueologia teórica", desligada da prática de terreno e de gabinete, que sempre rejeitou. Ali denunciou corajosamente casos e situações, propondo soluções, as quais, por certo, iriam ter seguimento numa segunda edição da obra, que infelizmente já não teve oportunidade de publicar. Voltar-se-á adiante a este tema.



1 — Aspecto geral da casota n.º 1, depois de escavada.
2 — Entrada da casota n.º 6, no decurso da escavação.

Fig. 8 – Vista das escavações efectuadas na cividade de Âncora (seg. VIANA, 1960/1961 a).



Fig. 9 – Carta arqueológica pré e proto-histórica do concelho de Viana do Castelo (seg. VIANA, 1932).

2 – A ETAPA ALGARVIA

Entre 1933 e 1938 exerceu funções de Inspector e depois de Director do Distrito Escolar de Faro, as quais não lhe deixaram boas recordações, apesar de terem propiciado o encontro com investigadores locais, como José Formosinho, advogado e director do Museu Regional de Lagos, e Mário Lyster Franco, Presidente da Câmara Municipal de Faro. Compulsando as datas das respectivas publicações, verifica-se que estas correspondem à época em que já residia em Beja, facto que não o impediu de continuar a participar activamente em escavações no Algarve. Merecem particular destaque as realizadas na Serra de Monchique (Fig. 10, em cima), conjuntamente com José Formosinho e Octávio da Veiga Ferreira, que conhecera em 1944 (Fig. 10, em

baixo), e que depressa se torna seu amigo e discípulo, tal a afinidade de personalidades, como demonstra a correspondência trocada entre ambos e já publicada (CARDOSO, 1993/1994; 2001/2002; 2008). Veiga Ferreira soube conquistar em Abel Viana uma entranhada dedicação, de expressão quase filial, por aquele em absoluto correspondida.

Tal ciclo de investigações, que decorreu entre a segunda metade da década de 1940 e os primeiros anos da seguinte (Fig. 11) saldou-se na identificação, escavação e publicação de um conjunto notável de necrópoles cuja tipologia dos espólios, a par da arquitectura dos monumentos, as situa entre o Neolítico Médio e o Calcolítico (Fig. 12). Depois de numerosos contributos específicos, alguns deles publicados em Espanha, destaca-se a rápida preparação de uma importante monografia que faz a síntese dos resultados obtidos nos anos



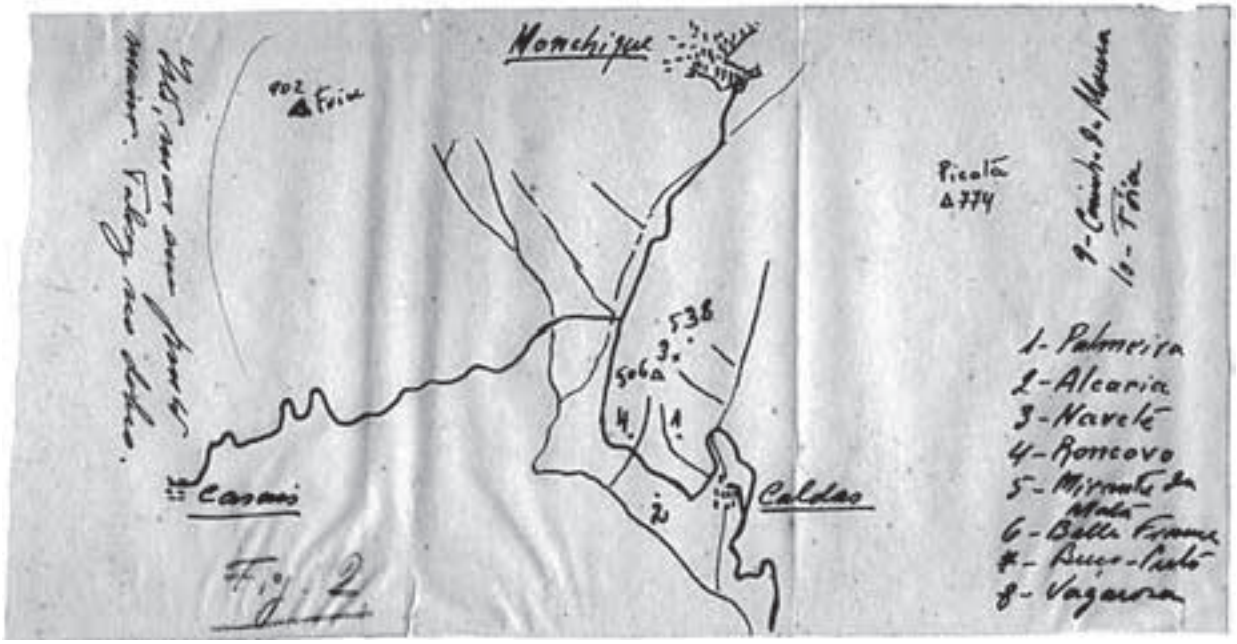


Fig. 10 – Em cima: da esquerda para a direita, José Formosinho, O. da Veiga Ferreira e Abel Viana, numa pausa das escavações de Monchique, em Setembro de 1947; em baixo: localização das necrópoles exploradas na serra de Monchique, primeiramente por José Formosinho e Abel Viana, a que se juntou depois O. da Veiga Ferreira. Arquivo João Luís Cardoso/Octávio da Veiga Ferreira.

de 1946 e de 1947 (FORMOSINHO, FERREIRA & VIANA, 1953/1954), logo seguida de síntese final dos trabalhos ali efectuados entre 1937 e 1949 (VIANA, FERREIRA & FORMOSINHO, 1954). O perfeito entendimento entre os três participantes na empresa, e o empenho, em particular de dois deles (A.V. e O. V. F.), tornou possível, apesar das múltiplas actividades em que estavam envolvidos, a referida publicação, dando continuidade à publicação de notas avulsas. Destas, merece destaque a publicação de fragmento de tecido de linho (Fig. 13, em cima) que envolvia um machado plano de cobre encontrado numa das sepulturas da necrópole de Belle France, bem como a de navalha de barbear da Idade do Bronze achada ocasionalmente e desprovida de contexto, a primeira identificada em Portugal (VIANA, FORMOSINHO & FERREIRA, 1947; 1949), acompanhando a divulgação de espólios mais modernos, de época romana e visigótica, estes últimos provenientes da necrópole de Alcaria (VIANA, FORMOSINHO & FERREIRA, 1948) (Fig. 13, em baixo).



Fig. 11 – Abel Viana no decurso da escavação da necrópole de Buço Preto. Arquivo Georges Zbyszewski.

As escassas intervenções arqueológicas que Abel Viana efectuou enquanto ainda residia em Faro, a antiga Ossonoba romana, centraram-se na própria cidade, tendo sido, por esta via, pioneiro da arqueologia urbana em Portugal, ao escavar a área do largo da Sé, pouco depois da sua chegada à cidade (Fig. 14). Com efeito, logo em novembro de 1933, pôs à vista restos de estruturas romanas, atribuídas depois ao fórum e ao embasamento de um templo romano, em resultado das escavações que ali voltou a realizar em 1939 (VIANA, 1952, Fig. 4, n.º 5) (Fig. 15). Na intervenção de novembro de 1933, foi também ali documentada a presença islâmica (VIANA, 1949), devidamente valorizada na respectiva publicação, com a reprodução de alguns artefactos dessa época (Fig. 16). Este facto é para salientar, numa altura em que a Arqueologia islâmica era ainda quase desconhecida e mesmo menosprezada em Portugal. Com efeito, o pioneiro da arqueologia algarvia, Sebastião P. M. Estácio da Veiga, não tivera tempo, em vida, de publicar os achados que fizera daquela época no Algarve, ainda hoje em boa parte inéditos.

Outra intervenção arqueológica realizada por Abel Viana ainda no decurso da sua estada algarvia foi a da necrópole romana do bairro Letes, também situada na periferia da área urbana antiga daquela cidade, publicada também quando já residia em Beja (VIANA, 1951).

Igualmente de muito interesse é, ainda, a notícia da identificação de um provável cemitério de escravos nas vizinhanças de Loulé, em resultado de intervenção realizada em Março de 1938, integrando centenas de esqueletos, desacompanhados de qualquer espólio, com excepção de dois deles, um com duas argolas de ferro circundando as tíbias, com o peso aproximado de 1500 g, outro possuindo apenas uma de características idênticas (VIANA, 1948). Esta descoberta é do maior interesse, tendo paralelo próximo na necrópole contendo cerca de 150 esqueletos identificada em 2009 na cidade de Lagos, remontando ao século XV. O facto

de Abel Viana ter recolhido um ceitil torna plausível que o conjunto em apreço seja também dessa época. A ser assim, como tudo indica, foi o primeiro achado no seu género, em Portugal, ao contrário do divulgado na maioria das notícias referentes ao cemitério de escravos de Lagos.

Destaca-se ainda, no contexto da arqueologia algarvia, a publicação sistemática de estações paleolíticas algarvias da zona de sotavento, dando continuidade aos trabalhos publicados anteriormente por H. Breuil, M. Vaultier e G. Zbyszewski, com quem publicou artigo subordinado ao mesmo tema. Desses estudos resultou a apresentação da carta de distribuição dos achados (VIANA, 1947) (Fig. 17). Deve-se-lhe também a publicação da célebre sepultura de Ferradeira, em 1948 (Fig. 18), a qual fora identificada em 1945 (FRANCO & VIANA, 1948), e que, muitos anos depois, serviu a H. Schubart para definir o horizonte epicampaniforme homónimo (SCHUBART, 1971), abarcando todo o sul do actual território português, cuja validade se encontra hoje plenamente demonstrada (CARDOSO, 2014).

Às estações de época romana, naturalmente pela sua maior abundância, também muito o ocuparam: é o caso dos contributos sobre a cidade de Balsa e a necrópole romana de Pedras d´El Rei ou a questão da localização da cidade romana de Ossónoba, que originou importante estudo onde, de forma pioneira, se relaciona a localização da cidade com a evolução geográfica do litoral adjacente (VIANA, 1952).

Ao mesmo tempo, reapreciou colecções depositadas no Museu Regional de Lagos, de que resultaram publicações, como é o caso da que estudam os espólios mais relevantes do Museu Regional



Facas, fragmentos de facas e micrólitos da necrópole da Palmeira: Tômulo n.º 1 — 133; Tômulo n.º 2 — 83 a 86, 97 a 101, 107 a 111 e 118 a 122; Tômulo n.º 3 — 129 a 132; Tômulo n.º 6 — 86 e 87; Tômulo n.º 7 — 139 a 143.



Fig. 12 – Em cima: lâminas, lamelas e geométricos da necrópole de Palmeira (seg. FORMOSINHO, VIANA & FERREIRA, 1953/1954); em baixo: Planta da sepultura 7 da necrópole do Buço Preto, com a localização dos espólios, autógrafo de Abel Viana. Arquivo João Luís Cardoso/Octávio da Veiga Ferreira.

de Lagos (VIANA, FORMOSINHO & FERREIRA, 1953 a). Trata-se de contributo de carácter diacrónico, onde se caracterizaram todos os locais algarvios – de Aljezur a Olhão – representados nas colecções do referido Museu, incorporando peças inéditas e nalguns casos de excepcional importância, como é o caso da célebre cabeça do imperador Galieno (Fig. 19), mais tarde detalhadamente estudada por J. M. Bairrão Oleiro. A publicações de índole geral, como esta, juntaram-se outras, de carácter mais temático e circunscrito, de que é exemplo o estudo dedicado a peças conservadas no mesmo Museu e atribuídas ao então designado "Bronze mediterrânico", por influência da periodização de Julio Martínez Santa-Olalla (VIANA; FORMOSINHO & FERREIRA, 1953 b). Neste artigo, merece destaque a apresentação de alguns achados realizados em sepulturas de falsa cúpula identificadas e escavadas por José Formosinho na década de 1930 da notável necrópole calcolítica de Alcalar explorada nos finais do século XIX por Estácio da Veiga (Fig. 20).

Podem ainda mencionar-se alguns contributos de temática mais circunscrita, como é o caso do dedicado ao capacete céltico do Museu Regional de Lagos (VIANA; FORMOSINHO & FERREIRA 1953 c) cuja real importância não carece de ser sublinhada (Fig. 21).

A importância que Abel Viana atribuía aos museus regionais, que, como o de Lagos, conservava notáveis espólios postos à disposição dos especialistas, dos quais ele foi um dos principais estudiosos, os quais se encontravam também acessíveis a todos os interessados pelo rico património arqueológico português, numa fase em que este começava a ser generalizadamente ameaçado, quer pela mecanização da agricultura, quer pela desequilibrada ocupação sazonal do litoral

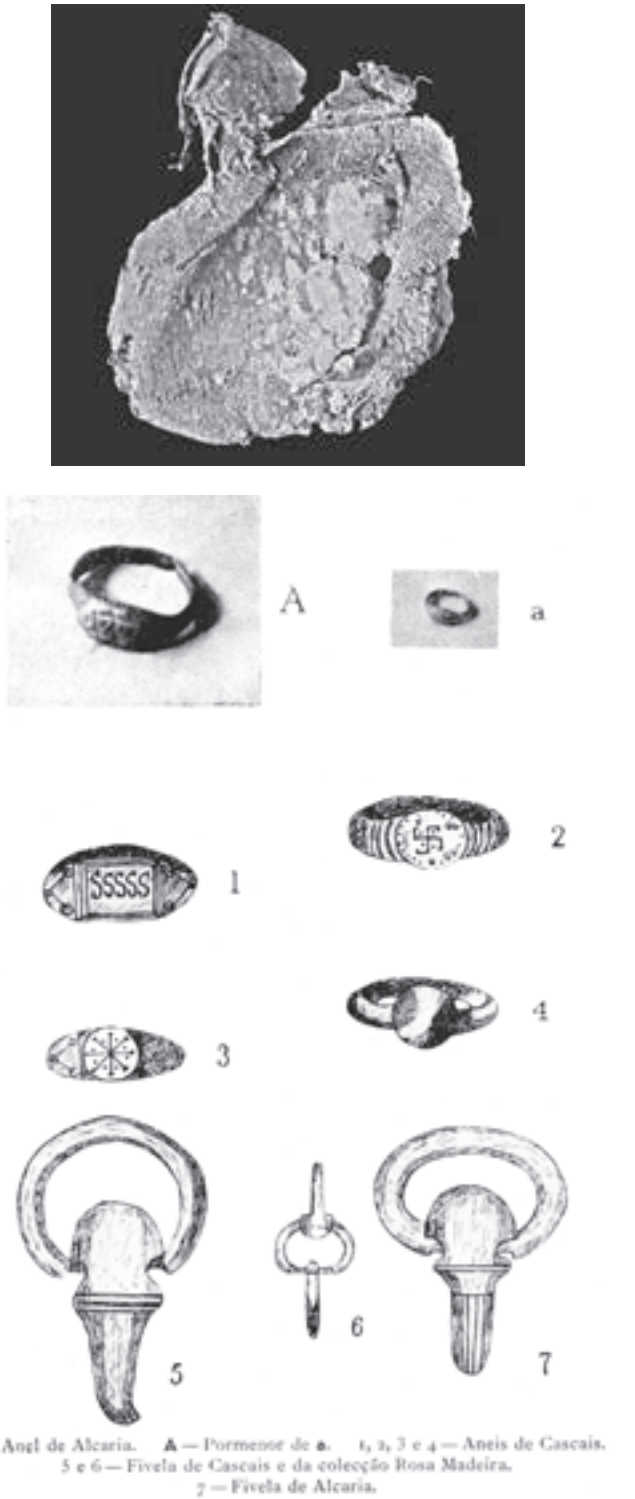


Fig. 13 – Em cima: fragmento de tecido de linho que envolvia machado plano de cobre recolhido na sepultura 1 da necrópole de Belle France (seg. FORMOSINHO, VIANA & FERREIRA, 1953/1954); em baixo: conjunto visigótico da necrópole de Alcaria comparado com outros artefactos da mesma época (seg. VIANA, FORMOSINHO & FERREIRA, 1949).

Ao Veiga Ferreira — um dos dois grandes culpados desta história — com um apertado abraço.

Beja, 28/2/1950. Abel Viana

Restos de Ossónoba, no Largo da Sé, em Faro

Oito dias após a minha chegada a Faro (1), ainda movido pela curiosidade própria do recem-chegado, fui visitar o Largo da Sé, dando-me logo na atenção a grande cópia de alicerces arcaicos que na superfície areenta do Largo significativamente emergiam.

Pouco depois, trocando impressões com o malogrado Dr. Abílio Roseira, foi este de parecer que o abundante estendal de alicerces era vestígio de cemitério árabe.



Fig. 1
Vista parcial do Largo da Sé



Fig. 2
Parte do pavimento do Largo da Sé, vendo-se aflorar à superfície alguns dos alicerces de paredes

Numerosas e atentas continuaram as minhas inspecções ao local, até que, em 20 de Novembro de 1933, sendo Presidente da Câmara de Faro o meu Ex.mo amigo Sr. Dr. Mário Lyster Franco, e de acordo com o Ex.mo Sr. Dr. Justino de Bivar Weinholtz, Director do Museu Arqueológico e Lapidar do Infante D. Henrique, fui autorizado a fazer uma sondagem num ponto fronteiro ao pórtico principal da Sé, onde o pé do transeunte calcava o bocal de um *dolium*. (Fig. 1).

(1) A 29 de Abril de 1933. Recolhidos no Museu Arqueológico de Faro os objectos achados durante a escavação, ali se conservaram inéditos até 1939, assim como inéditos se mantiveram os apontamentos tomados durante esta pequena exploração. Só em 1939, temporàriamente aliviado de serviços de cargo público, me foi possível ordenar os materiais guardados no Museu e redigir a notícia que saiu em «O Algarve», semanário farense (10 artigos, de 23/4 a 25/6), agora reeditados definitivamente.

Nos meses de Março e Abril de 1940 o pavimento do Largo da Sé foi por completo

Fig. 14 – Primeira página da separata do trabalho dedicado aos restos arqueológicos do Largo da Sé, em Faro, com expressiva dedicatória de Abel Viana a O. da Veiga Ferreira, que lhe proporcionou a publicação daquele seu trabalho na *Revista do Sindicato Nacional dos Engenheiros Auxiliares, Agentes Técnicos de Engenharia e Condutores* (seg. VIANA, 1949).



Fig. 1 — *Restos do grande edifício que parece estender-se por baixo da actual Sé de Faro (escavações de 1939).*

(Fots. de M. Lyster Franco)

Fig. 15 – Pormenor do pódio de templo romano existente no Largo da Sé, em Faro (seg. VIANA, 1952).

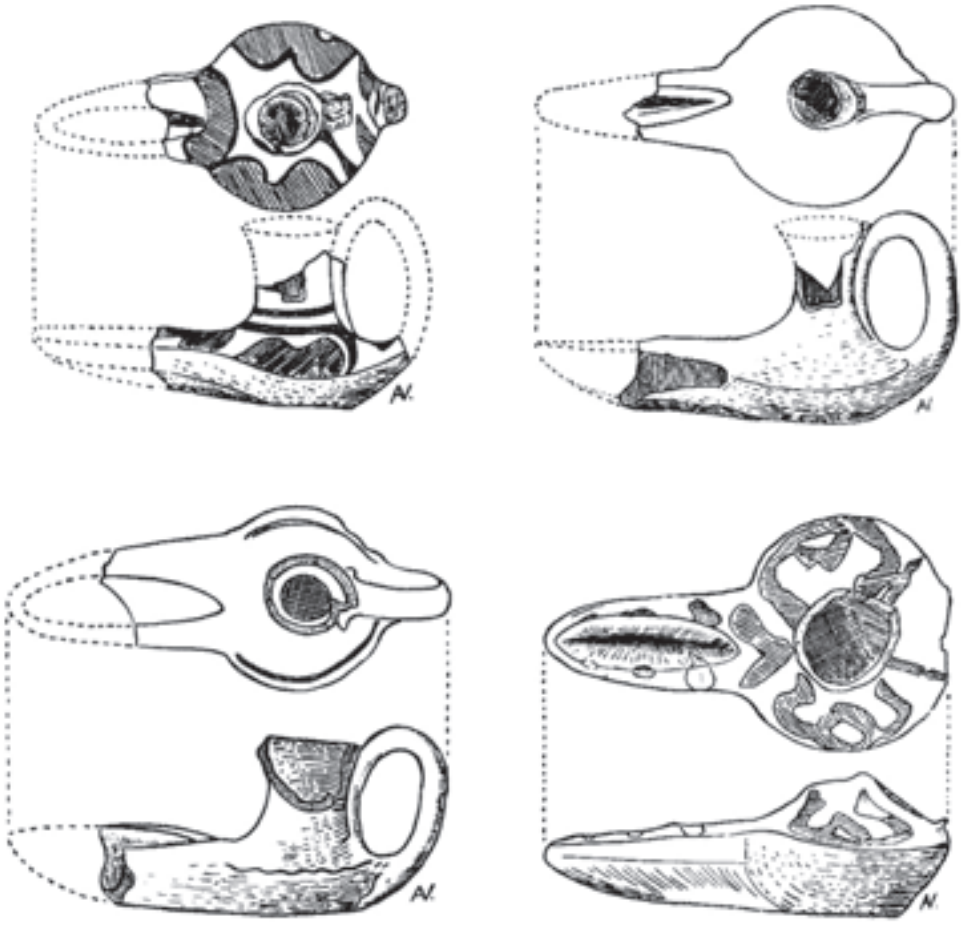


Fig. 16 – Candis arábicos recolhidos nas escavações do Largo da Sé, em Faro (seg. VIANA, 1949).

algarvio, encontra eco nestas suas declarações: "Circunstâncias muito especiais nos permitiram acompanhar de perto a organização e desenvolvimento deste museu. Sabemos dos trabalhos e canseiras, arrelias e diligências, anseios e satisfações desenvolvidos e intensamente vividos por seu fundador e preclaro director, Dr. José Formosinho, com o qual, além da velha e sólida amizade que nos une, temos tido a honra e gosto de cooperar em várias campanhas de investigação arqueológica na zona de Barlavento daquela esplendorosa província, autêntica jóia natural de Portugal e da Europa" (VIANA, 1959 a, p. 13).

3 – A ETAPA ALENTEJANA, OU A SÍNTESE DE UMA VIDA DEDICADA À ARQUEOLOGIA

A sua fixação definitiva na cidade de Beja correspondeu sem dúvida à fase mais profícua da sua actividade científica, acompanhando a plenitude do seu amadurecimento como investigador: depois de um curto período, em 1938, em que assumiu as funções de Director do Distrito Escolar de Setúbal, em 1939 voltou a exercer funções de professor primário, pelas quais já havia sido condecorado com o grau de oficial da Ordem da Instrução Pública pelo Presidente da República em 1933, dada a sua obra em prol do Ensino Primário, acumulando agora com as funções de Adjunto do Distrito Escolar de Beja.

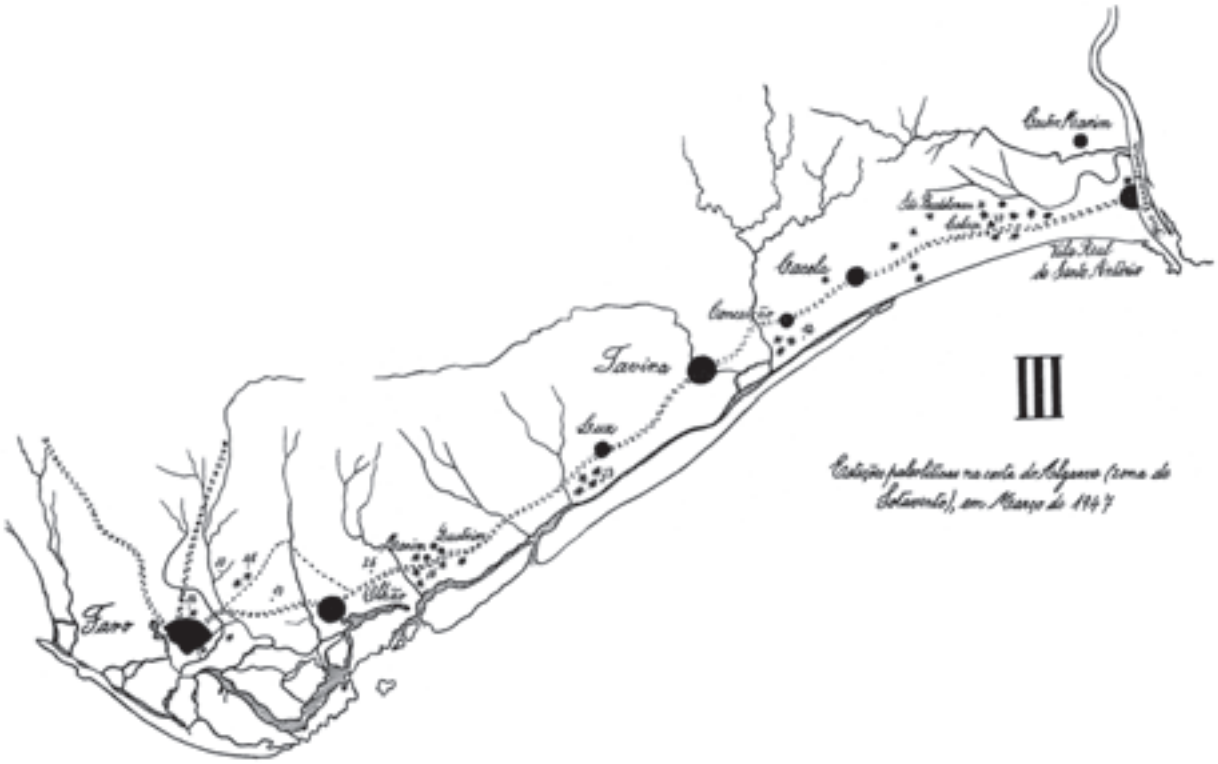
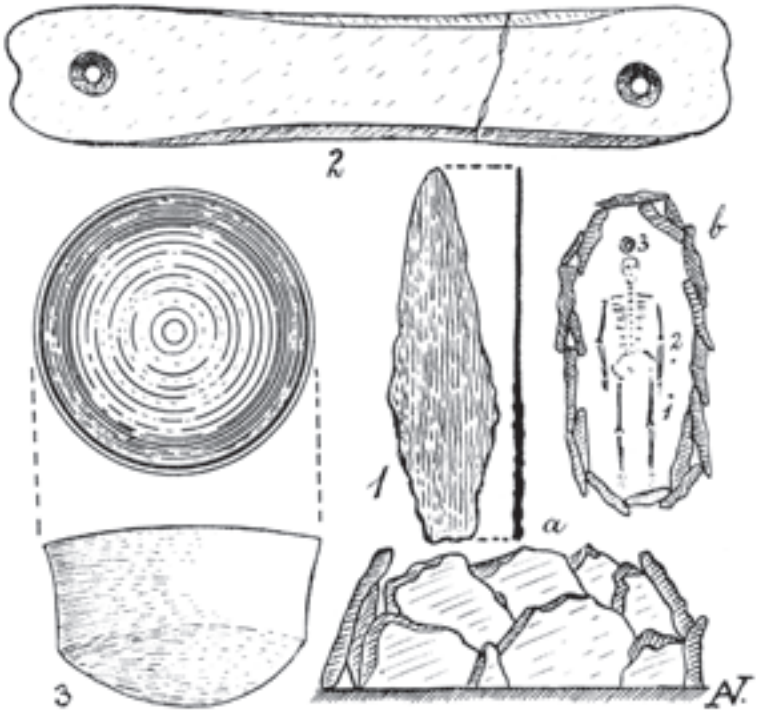


Fig. 17 – Carta da distribuição de estações paleolíticas do sotavento algarvio (seg. VIANA, 1947).



Sepulturas da Ferradeira: a) — corte longitudinal; *b)* — posição do esqueleto e dos objectos que o acompanhavam; *1* — lança de cobre; *2* — braçal de xisto; *3* — urna.

Fig. 18 – Materiais recolhidos na sepultura de Ferradeira e planta da mesma (seg. FRANCO & VIANA, 1948).

A partir de 1 de Janeiro de 1945, e até à data do seu falecimento, em 1964, obteve bolsa do Instituto para a Alta Cultura que lhe permitiu dedicar-se em exclusividade à Arqueologia, liberto das tarefas lectivas e administrativas até então desempenhadas. Tal desafogo explica muito do seu incansável labor, quase totalmente dedicado à Arqueologia, repartido embora por diversas iniciativas de carácter etnográfico, como festas, festivais e concursos, com destaque para as festas da Senhora da Agonia, realizadas na sua cidade natal. Tal situação leva a atribuir a Abel Viana o estatuto de primeiro arqueólogo profissional português depois de Estácio da Veiga que, no século XIX, tinha obtido idêntico estatuto por via da contratualização com o Estado da execução da Carta Arqueológica do Algarve. Não se creia, contudo, que a partir do momento em que passou a ser bolseiro do Estado, Abel Viana tenha usufruído de vida economicamente mais desafogada. Pelo contrário, as suas actividades arqueológicas, desta forma potenciadas, requeriam cada vez maiores disponibilidades financeiras, fosse para custear deslocações e estadas, fosse para assegurar a compra de material de escrita e de desenho. A penúria com que se confrontava, agravada pelo isolamento da sua vida quotidiana em Beja, explicam os frequentes pedidos a O. da Veiga Ferreira para o envio de tais materiais (CARDOSO, 2001/2002; CARDOSO, 2008), indo ao ponto de pedir ajuda para a compra de uma peça para o conserto da sua máquina fotográfica (Fig. 22). A pronta resposta a tais pedidos cimentou ainda mais as relações entre ambos, corporizada pela oferta de fotografia autógrafa (Fig. 23), com expressiva dedicatória.

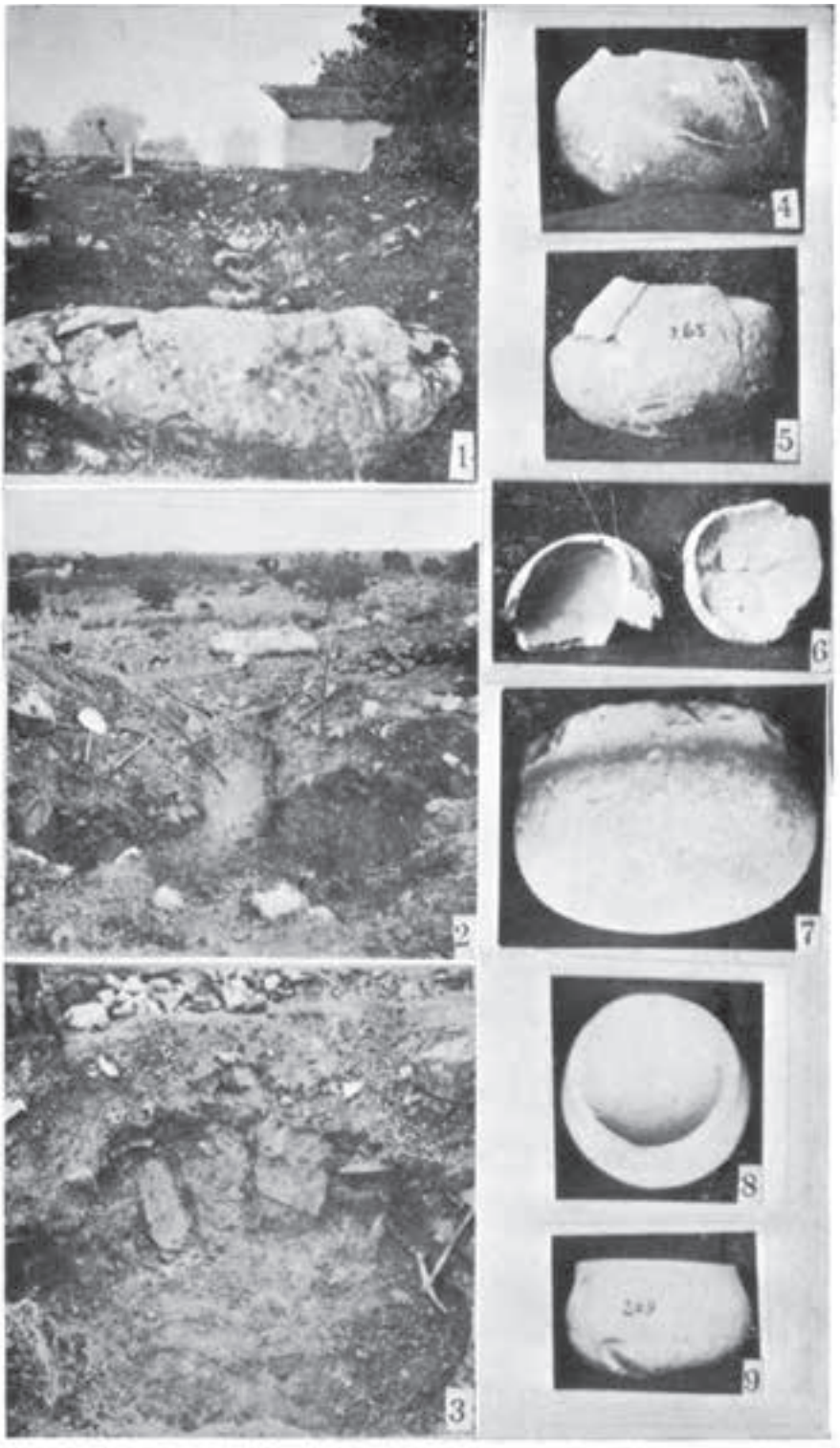


Lám. VIII: 86.—Cabeza de estatua, Galieno (Milreu). 87 y 90.—Vistas parciales de las ruinas romanas de A Abicada. 88 y 89.—Grapas de plomo, una de las cuales aun está unida al fragmento de la vasija (Abicada). Columna latericia de A Abicada, reconstruída en el Museo de Lagos.

Fig. 19 – Alguns dos espólios estudados no Museu Regional de Lagos, com destaque para a notável cabeça do imperador Galieno (seg. VIANA, FORMOSINHO & FERREIRA, 1953).

A regularidade dos trabalhos publicados no "Arquivo de Beja", revista editada pela Câmara Municipal de Beja da qual Abel Viana foi o redactor desde o n.º 1, saído em 1944, até à data do seu passamento, vinte anos depois, evidenciam a constância do empenho, além do seu espírito multifacetado, publicando de forma que quase se diria compulsiva, documentação que abarcava domínios tão diversos quanto a Literatura, a História, a História de Arte, a Arqueologia de diversas épocas, a Etnografia, a Numismática, e a Epigrafia, entre outros.

Seguindo o exemplo do seu Mestre J. Leite de Vasconcelos relativamente à linha editorial de "O Arqueólogo Português", não lhe repugnava publicar informação em bruto, desde que registada de forma rigo-



Alcalar: 1 a 3, aspectos do túmulo n.º 8.—4 a 6, cerâmica.—7 a 9, Graes de pedra.

Fig. 20 – Vista do túmulo 8 da necrópole de Alcalar, explorado por José Formosinho na década de 1930 e materiais dele provenientes (seg. VIANA, FORMOSINHO & FERREIRA, 1953).

rosa, deixando para outros e sobretudo para os vindouros o seu cabal aproveitamento científico. Paradigma desta estratégia são as suas célebres crónicas a que deu o nome "Notas históricas, arqueológicas e etnográficas do Baixo Alentejo", que regularmente publicou no "Arquivo de Beja" ilustradas por fotografias que, para poupar espaço e dinheiro, eram montadas a granel, misturando a reprodução dos objectos a diversas escalas e de temáticas tão heterogéneas quanto diacrónicas.

Assumia sem complexos as suas limitações científicas, ao publicar espólios que requeriam a opinião de especialistas; mas, mesmo assim, publicava-os, na perspectiva de disponibilizar àqueles informação que, cedo ou tarde, lhes poderia ser útil. Assim se explica, por exemplo, a sua incursão no difícil campo da Numismática, ao publicar na revista *Mvsev*, diversos numismas das cunhagens autónomas romanas das cidades hoje situadas no território português, declarando significativamente: "E mais não sei dizer. Reclamando para êstes exemplares, achados recentemente na própria região de Beja, Serpa e Mértola, a observação dos especialistas, suponho fazer algum serviço à numismática nacional" (VIANA, 1943).

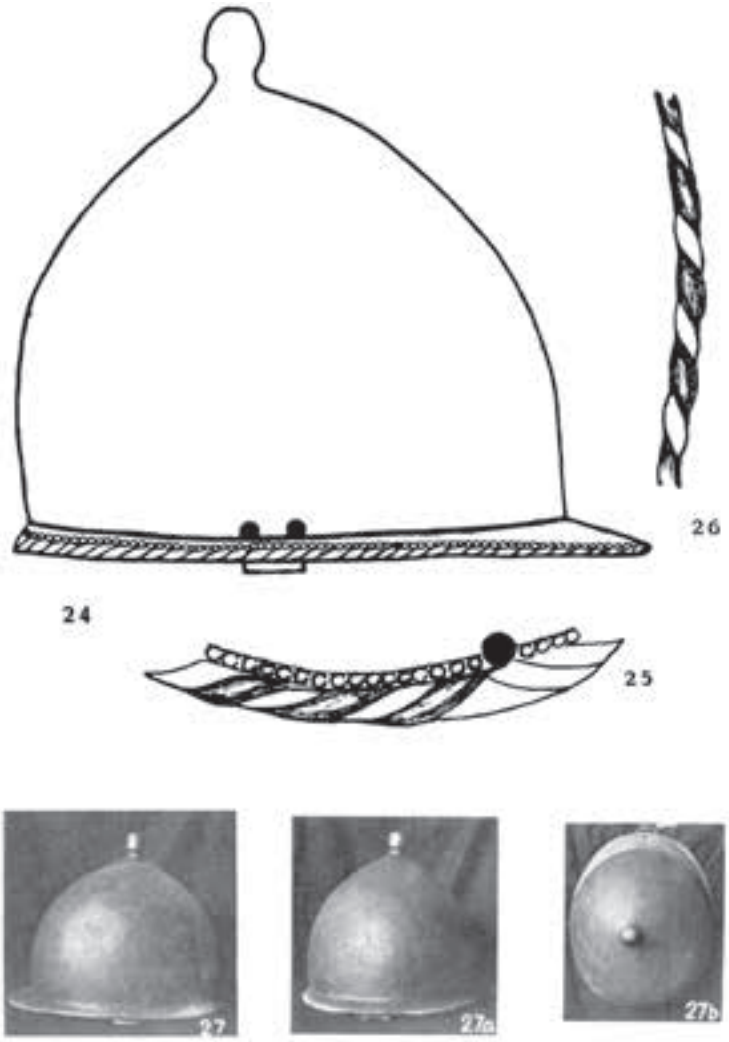


Fig. 24 — Contorno do capacete do Museu de Lagos (Algarve)
Fig. 25 — Pormenor, em tamanho natural, do ornato do bordo da aba
Fig. 26 — Pormenor, em tamanho natural, do ornato do bordo da aba
Fig. 27, 27 a, 27 b — 3 vistas diferentes do capacete do Museu de Lagos

Fig. 21 – O capacete céltico do Museu Regional de Lagos (seg. FORMOSINHO, FERREIRA & VIANA, 1950).

Também a publicação de um conjunto de numismas árabes, na sua larga maioria quirates almorávidas, provenientes de um tesouro de Vale de Açor (Mértola) (VIANA, 1956 b) teve por objectivo essencial dar a conhecer tal achado, bem documentado através de belas fotografias (Fig. 24), deixando para a posterioridade o seu estudo sistemático, que a tanto não chegavam os seus conhecimentos. Assim construiu o mais notável repositório de informações de interesse histórico-arqueológico reunido por uma só pessoa, no território baixo-alentejano.

Claro que nalguns casos a sua perspicácia não foi suficiente para produzir diagnósticos certeiros. Mas tais situações revelam, simplesmente, que os conhecimentos então existentes não eram suficientes para se chegar a bom porto, nada tendo que ver com a capacidade intrínseca do investigador. Um dos exemplos mais interessantes desta realidade foi a publicação da "mamoa" do Marchicão, nas proximidades de Aldeia de

Palheiros, em Ourique (VIANA,1962 b). Tratava-se, de facto, de estruturas habitacionais de planta ortogonal, da Idade do Ferro (Fig. 25), como Caetano Beirão demonstrou cerca de uma década depois (BEIRÃO, 1986).

Se esta opção por publicar notas esparsas, muitas vezes insuficientemente documentadas, pode chocar hoje, num mundo de publicações formatadas, foi precisamente esse procedimento pragmático que permitiu assegurar a salvaguarda pelo registo de muitas ocorrências e espólios cuja existência, de outra forma, se perderia definitivamente. Tais notícias passavam amiúde quase despercebidas, como foi o caso da relativa à identificação da notável estação romano-republicana e que viria depois a constituir fortificação islâmica de época almóada das Mesas dos Castelinhos, Almodôvar (VIANA, FERREIRA & SERRALHEIRO, 1957) sítio transformado, por via dos trabalhos ali desenvolvidos nos últimos 25 anos por uma equipa dirigida por Carlos Fabião e Amílcar Guerra numa das mais notáveis estações arqueológicas do País. Dada a conhecer em 1957, foi apenas a destruição de uma parte significativa do sítio arqueológico, na segunda metade da década de 1980, por um "sonhador de tesouros" que viria a chamar a atenção das entidades oficiais para a estação, tornando ainda mais importante a documentação iconográfica então publicada, quando ainda se encontrava incólume. Caso tivesse sido levado por diante o Projecto relativo à investigação daquela estação arqueológica, em estreita articulação com a exploração do castro de Nossa Senhora da Cola, conforme era intenção Abel Viana em 1957, a destruição de parte significativa da mesma teria sido evitada (Fig. 26).


Beja, 1/4/1958.

Fig. 22 – Postal de 22 de Abril de 1958, solicitando a O. da Veiga Ferreira a compra de uma peça para a sua máquina fotográfica "Leica". Arquivo João Luís Cardoso/ Octávio da Veiga Ferreira.

A par destes estudos esparsos ditados pelas circunstâncias, Abel Viana desenvolveu estudos de fundo, que requereram muitos meses de trabalho de campo e de gabinete. Sob este aspecto, são particularmente interessantes os resultados das prospecções efectuadas no decurso de 1944 no vale do Guadiana em colaboração

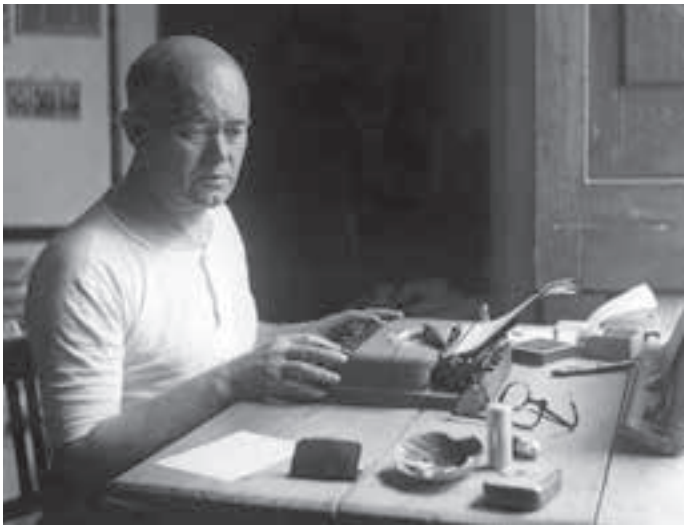


Fig. 23 – Foto de Abel Viana, na sua casa de Beja, oferecida a O. da Veiga Ferreira com esta dedicatória: "Ao Querido Amigo, Octávio da Veiga Ferreira. Pianando os nossos relatórios, com 30º à sombra. Beja, Setembro de 1950. Abel Viana". Arquivo João Luís Cardoso/Octávio da Veiga Ferreira.



Est. X: 118 a 153 — Moedas árabes de Vale de Açor (Mértola).

Fig. 24 – Conjunto de numismas arábicos (na quase totalidade quirates almorávidas) do tesouro de Vale de Açor (Mértola) (seg. VIANA, 1956).

com Mariano Feio e com a participação de Amílcar Patrício, preparando o primeiro dos quais estudo sobre os terraços do Guadiana a jusante do Ardila. Visitaram-se, então, e pela primeira vez se registaram de forma sistemática, os retalhos mais importantes desses depósitos formados pelo antigo curso fluvial, recolhendo-se exaustivamente as indústrias macrolíticas com que se deparavam, tanto à superfície como em cortes estratigráficos naturais. Tal manancial de informação, foi de imediato publicada em diversas revistas, por vezes em artigos de síntese (VIANA, 1945), de trabalhos mais extensos, publicados em números sucessivos do "Arquivo de Beja" (VIANA, 1945/1947) (Fig. 27). Estes trabalhos pioneiros, em que a caracterização geológica dos terrenos quaternários distribuídos ao longo de vasto trecho do importante rio peninsular foi acompanhada da classificação arqueológica dos materiais arqueológicos, terão sido directamente inspirados nos trabalhos realizados poucos antes nos terraços do baixo vale do Tejo por H. Breuil e Georges Zbyszewski (BREUIL & ZBYSZEWSKI, 1942, 1945). Desta forma foi possível evidenciar a extraordinária riqueza do baixo vale do Guadiana em indústrias líticas de diversas épocas, com destaque para as fini e pós-glaciárias de tipo languedocense. Não se esqueça, contudo, que o mesmo princípio já havia sido por si aplicado, ainda que de forma muito limitada (VIANA, 1929 a), aquando do estudo das indústrias paleolíticas recolhidas nos terraços do rio Minho, como atrás se referiu.

Esta missão de estudos, com dois companheiros geógrafos que por certo completaram lacunas na sua formação científica, deve ter dado grande prazer a Abel Viana; com efeito, pela mesma época, aquando da deslocação a Espanha para participar em reunião científica, não deixou de, no caminho, recolher alguns exemplares paleolíticos, depois por

si publicados, declarando, a tal propósito: "Apesar da abundância de tão poderosos atractivos da curiosidade, em todo o percurso por mim efectuado, de Ayamonte a Córdova, por Huelva e Sevilha, e depois, na volta, por Granada, não me passaram despercebidos alguns factos relacionados com um dos géneros de estudos mais da minha predilecção e ao qual me consagro sempre que as circunstâncias o permitam" (VIANA, 1946, p. 61).

A preocupação pela identificação, estudo e conservação dos testemunhos histórico-arqueológicos que, a par e passo, apareciam no manancial que era a região onde vivia e trabalhava, explicam também o seu envolvimento como catalogador dos preciosos espólios do Museu Regional de Beja, instituição com a qual manteve sempre relações difíceis, suspensas em 1950, apesar dos cargos oficiais que detinha localmente: Delegado em Beja da Junta Nacional da Educação (antiguidades, escavações e numismática, artes plásticas, museus e monumentos); Secretário Geral do Centro de Estudos do Baixo Alentejo; e Vogal da Comissão de Arte e Arqueologia da Câmara Municipal de Beja.

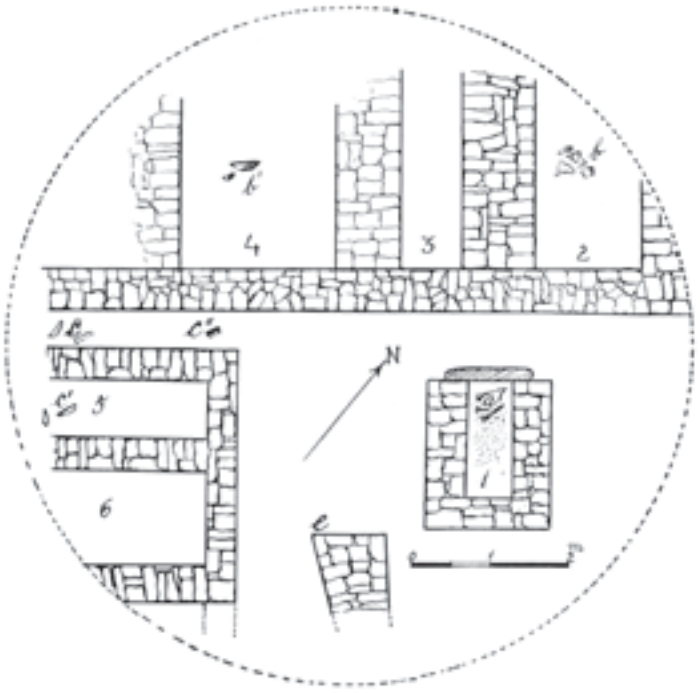
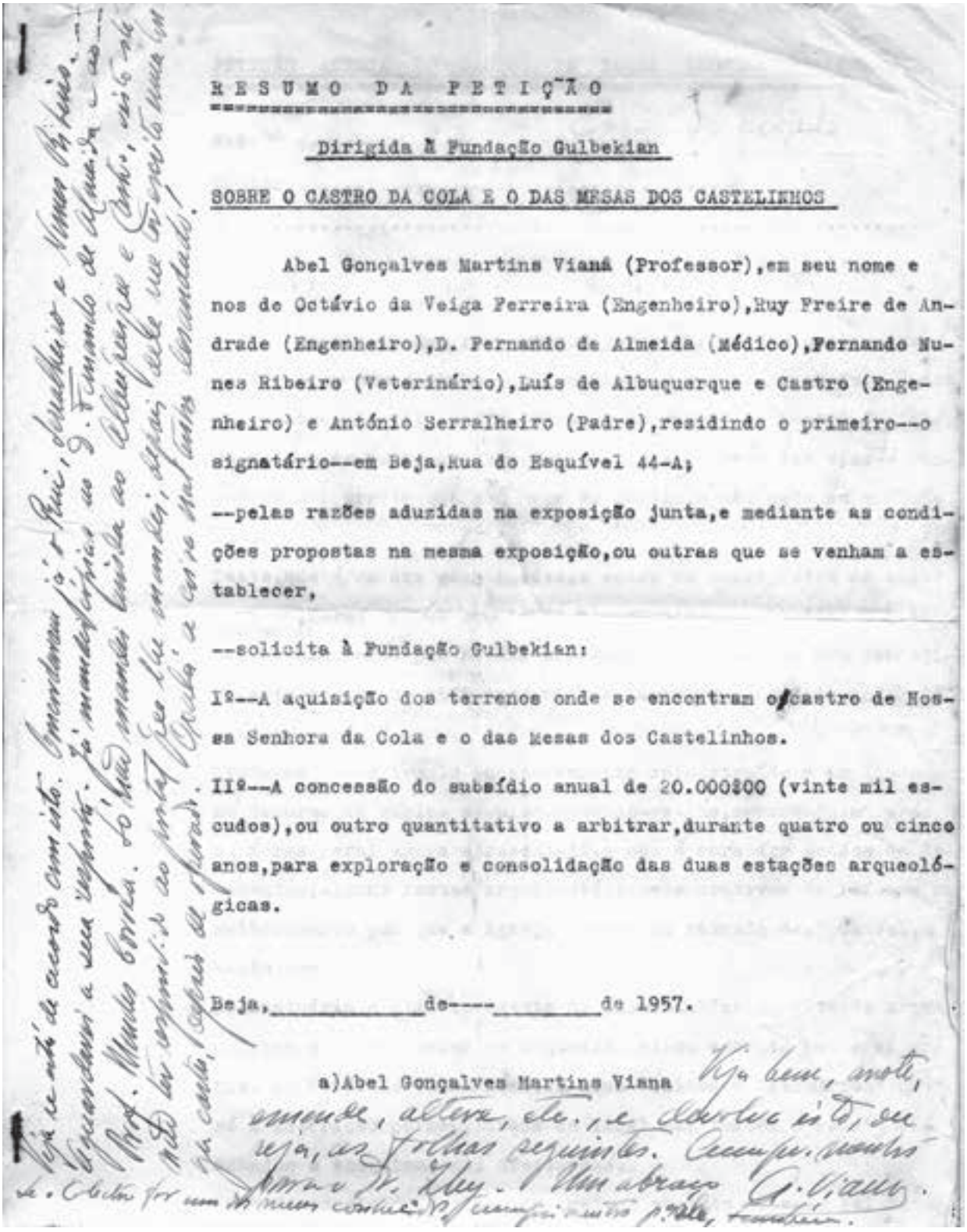


Fig. 25 – Planta da "mamôa" de Marchicão (seg. VIANA, 1962 b).

Na cidade de Beja desempenhou activo papel no registo dos achados arqueológicos que a par e passo se faziam, sempre que se abria um roço para obras no seu casco antigo. Foi assim que ali desenvolveu de novo actividades no campo da Arqueologia urbana, ao identificar o pódio de mais um templo romano, que se somou ao por si identificado muitos anos antes no Largo da Sé, em Faro, e ao salvar importantes elementos arquitectónicos e artísticos que hoje em dia se conservam no respectivo Museu Regional. Num dos vários contributos para a salvaguarda dos vestígios arqueológicos do subsolo da antiga cidade romana, declara: "Durante as obras da rede de esgotos realizadas nesta cidade desde o final de 1955, apareceram vários elementos arquitectónicos da cidade romana, alguns dos quais foram louvàvelmente recolhidos por José Mourão na praça d'armas do Castelo, já que o Museu Regional de Beja, há mais de seis anos sem director nem direcção adequada, continua impossibilitado de agir como cumpria ao desenvolvimento da instituição e à defesa do património arqueológico e artístico da cidade" (VIANA, 1956 b). Esta transcrição ilustra também o ambiente existente entre Abel Viana e os responsáveis pelo Museu de Beja, apesar dos importantes contributos para o estudo das colecções que se lhe ficaram a dever.

Não era só a arqueologia de cidade que lhe interessava: o seu espírito curioso e sempre atento era amiúde desviado para a multiplicidade e diversidade da realidade que se lhe oferecia a par e passo: disso é prova, por exemplo, o interessantíssimo registo de um símio (Fig. 28), por ele identificado numa pintura a fresco sob os azulejos quinhentistas da Sala do Capítulo do Convento da Conceição (VIANA, 1957).

Outras instituições de Beja beneficiaram também da actuação de Abel Viana. É o caso dos códices da Igreja da Misericórdia por si salvos de uma destruição mais do que certa "Transportados para a Biblioteca Municipal



RESUMO DA PETIÇÃO

Dirigida à Fundação Gulbekian

SOBRE O CASTRO DA COLA E O DAS MESAS DOS CASTELINHOS

Abel Gonçalves Martins Viana (Professor),em seu nome e nos de Octávio da Veiga Ferreira (Engenheiro),Ruy Freire de Andrade (Engenheiro),D. Fernando de Almeida (Médico),Fernando Nunes Ribeiro (Veterinário),Luís de Albuquerque e Castro (Engenheiro) e António Serralheiro (Padre),residindo o primeiro--o signatário--em Beja,Rua do Esquível 44-A;

--pelas razões aduzidas na exposição junta,e mediante as condições propostas na mesma exposição,ou outras que se venham a estabelecer,

--solicita à Fundação Gulbekian:

Iº--A aquisição dos terrenos onde se encontram o castro de Nossa Senhora da Cola e o das Mesas dos Castelinhos.

IIº--A concessão do subsídio anual de 20.000$00 (vinte mil escudos),ou outro quantitativo a arbitrar,durante quatro ou cinco anos,para exploração e consolidação das duas estações arqueológicas.

Beja,_____de_____de 1957.

a)Abel Gonçalves Martins Viana

Fig. 26 – Resumo da petição subscrita em 1957 por Abel Viana à Fundação Calouste Gulbenkian para a aquisição dos terrenos de Mesas dos Castelinhos e do castro da Senhora da Cola, tendo em vista o estudo planeado das estações com base em financiamento disponibilizado pela referida Fundação. Arquivo João Luís Cardoso/Octávio da Veiga Ferreira.

de Beja, os códices que, na extinta Igreja da Misericórdia, estavam entrando na última fase do aniquilamento, tomei-os a meu cuidado, limpando-os e ordenando-os eu mesmo. (...)" (VIANA, 1943).

Diversas regiões do País interessaram Abel Viana no decurso da sua última etapa de vida; compaginando os trabalhos que prosseguiu a partir de Beja, onde residia, vêmo-lo sempre disponível para participar em escavações arqueológicas em variadas regiões do País, integrado nas iniciativas de outros arqueólogos seus amigos, especialmente de O. da Veiga Ferreira. Mercê das possibilidades oferecidas pela sua situação profissional, eram frequentes as vindas a Lisboa, desde a década de 1940, aproveitadas para trabalhar com O. da Veiga Ferreira e G. Zbyszewski, das quais resultaram diversas publicações, em alguns casos retomando importantes questões arqueológicas, como o estudo das minas de sílex de Campolide (ZBYSZEWSKI & VIANA, 1947) (Fig. 29), estudadas anteriormente pelo eminente geólogo Paul Choffat, ou o estudo do Paleolítico dos arredores de Beja (VIANA & ZBYSZEWSKI, 1952). Tais sessões de trabalho, nos Serviços Geológicos de Portugal, eram compaginadas com visitas a estações dos arredores de Lisboa, como as antas de Belas (Fig. 30) e o povoado calcolítico fortificado do Zambujal, onde se fez fotografar junto de uma das torres ali postas a descoberto e publicada por Eugénio Jalhay (JALHAY, 1947) (Fig. 31), antes da intervenção ali dirigida por Edward Sangmeister e Hermanfrid Schubart entre 1964 e 1973, sob a égide do Instituto Arqueológico Alemão.



3. — Mapa das estações localizadas no vale do Guadiana.

Fig. 27 – Distribuição das estações paleolíticas do vale do Guadiana (seg. VIANA, 1945).

Mas a mais importante dessas iniciativas arqueológicas fora do Baixo Alentejo a que, nesta etapa da sua actividade arqueológica, Abel Viana meteu ombros, foi a do estudo do megalitismo da bacia do Vouga (Fig. 32), com Veiga Ferreira e Luís de Albuquerque e Castro, destacando-se o estudo e publicação do notável dólmen pintado de Antelas, Oliveira de Frades (FERREIRA, VIANA & CASTRO, 1957), seguramente o mais notável exemplo de arte megalítica existente no território português (Fig. 33).

O estatuto de Abel Viana como arqueólogo foi reforçado quando passou a realizar as suas investigações sob a égide do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular, anexo à Faculdade de Ciências do Porto, dirigido pelo

Prof. António Augusto Mendes Corrêa, centro do qual também foi bolseiro. Tal ligação permitiu-lhe enfrentar certas dificuldades movidas pelo Prof. Manuel Heleno, sobretudo as relacionadas com as importantes necrópoles de incineração da Idade do Ferro da região de Elvas, como as da Herdade da Chaminé, da Cardeira e da Herdade do Padrãozinho 2 (Fig. 34), situadas em terrenos da Fundação da Casa de Bragança, as quais foram identificadas e exploradas em época antecedente por António Dias de Deus e António Luís Agostinho. Com aquele estabeleceu relação, através do então director do Museu de Elvas, Domingos Lavadinho (ROLO, 2014), da qual resultou importantes publicações, só interrompidas pelo falecimento de Dias de Deus em 1955.



Fig. 28 – Símio pintado a fresco, na sala do Capítulo do Convento da Conceição, em Beja, identificado por Abel Viana sob a cobertura azulejar hispano-mourisca ali existente (seg. VIANA, 1957).


ANAIS DA FACULDADE DE CIÊNCIAS DO PORTO

Explorações pré-históricas de sílex, em Campolide

POR

ABEL VIANA e GEORGES ZBYSZEWSKI

PORTO

1948

Fig. 29 – Capa da separata da publicação dedicada às minas pré-históricas de sílex de Campolide (VIANA & ZBYSZEWSKI, 1948). Arquivo João Luís Cardoso.

A importância científica dos espólios ali recuperados não passou despercebida ao então Director do Museu Etnológico, que, por mandato obtido da Junta Nacional da Educação, assumiu a liderança das investigações, retirando a Dias de Deus e a Abel Viana a possibilidade de dar continuidade às mesmas. Contudo, o único estudo por ele publicado, que na verdade constitui o parecer apresentado à referida Junta a 17 de dezembro de 1949 (HELENO, 1951), baseia-se apenas na apresentação dos melhores materiais anteriormente exumados (Fig. 35), sem mais nada ter produzido de sua iniciativa, tanto no terreno, como no gabinete, contrariamente ao que ele próprio se propunha fazer no referido parecer.

É certo que a exploração dessas necrópoles, realizada por aqueles dois amadores locais não se fez nas melhores condições científicas, mesmo considerando os padrões vigentes à época. Mas é igualmente certo que, a não ter sido assim, tudo se perderia, na voragem da introdução da mecanização da agricultura daqueles férteis campos do noroeste alentejano. Abel Viana, embora tivesse assumido apenas o papel de estudioso dos espólios já anteriormente recuperados, não deixou de sentir a injustiça feita por Manuel Heleno a Dias de Deus, assumindo-a como se a si mesmo tivesse sido dirigida. Assim se explica a publicação de pequeno opúsculo de desagravo à memória do amigo desaparecido (VIANA, 1956 c), bem como a lancinante carta endereçada ao Prof. Mendes Corrêa de 13 de dezembro de 1949 a pedir a sua intervenção, já publicada (CARDOSO, 2011). Tal pedido teve resposta imediata, por via do seu então colaborador próximo, O. da Veiga Ferreira a qual, pelo seu interesse, se reproduz (Fig. 36). A ligação institucional ao Centro de Estudos de Etnologia peninsular e a Mendes Corrêa, bem explícita na

missiva em apreço, explica o acolhimento desde logo dispensado a Abel Viana nas páginas dos Trabalhos de Antropologia e Etnologia, onde procedeu de imediato à publicação de um extenso trabalho dedicado à arqueologia elvense (VIANA, 1950), onde se reproduzem alguns dos espólios das necrópoles da Idade do Ferro, com destaque para os da Chaminé.

Tais publicações foram acompanhadas de outras, relativas às necrópoles elvenses de época romana, cujos espólios, na sua maioria, ainda hoje se conservam no Museu-Biblioteca da Casa de Bragança, no castelo de Vila Viçosa, instituído pela Fundação da Casa de Bragança. Ali acorria frequentemente Abel Viana, produzindo belas publicações publicadas pela Fundação (VIANA, 1955 b), a par de outras, como é o caso da colecção de vidros romanos (Fig. 37) (VIANA, 1960/1961 b), depois reestudados por Jorge e Adília Alarcão, no início das suas carreiras científicas. As escavações realizadas por Dias de Deus em diversos dolmenes da região elvense foram também objecto de sucessivos estudos (Fig. 38), conservando-se alguns desses espólios no Museu Arqueológico da Fundação da Casa de Bragança, em Vila Viçosa, à semelhança dos anteriormente referidos, pelo facto de as herdades de onde provêm serem património da Fundação. O estudo de materiais de épocas mais modernas despertaram também o interesse de Abel Viana, resultando publicações dedicadas à época visigótica (DEUS, LOURO & VIANA, 1955), tal como já se havia anteriormente verificado aquando do estudo arqueológico de Monchique (Fig. 39).

Mas já então novos desafios arqueológicos esperavam Abel Viana nos campos do Baixo Alentejo, por via de antigas e



Fig. 30 – Abel Viana, fotografado junto do dólmen da Pedra dos Mouros (Sintra), na década de 1950. Arquivo João Luís Cardoso/Octávio da Veiga Ferreira.



Fig. 31 – Abel Viana, fotografado no povoado pré-histórico do Zambujal (Torres Vedras), na década de 1950. Arquivo João Luís Cardoso/Octávio da Veiga Ferreira.



Fig. 32 – Abel Viana fotografado junto do dólmen da Pedra da Moura (Sever do Vouga), na segunda metade da década de 1950. Arquivo João Luís Cardoso/Octávio da Veiga Ferreira.

de sempre acarinhadas novas colaborações, ainda antes da a conclusão da etapa elvense. A partir de Beja, iniciou-se, em meados da década de 1950, um notável programa de identificação, escavação e publicação das sepulturas calcolíticas de falsa cúpula que se iam paulatinamente identificando na região, até então totalmente desconhecidas. Tais descobertas deveram-se em boa parte à cartografia geológica conduzida na região por O. da Veiga Ferreira com o seu mestre e amigo G. Zbyszewski, a par de contributos de estudiosos locais, como Ruy Freire de Andrade, engenheiro das minas de Aljustrel, e o Padre Serralheiro, pároco de Messejana. Bastaria a participação de Abel Viana neste importante programa de pesquisas, para o colocar em lugar cimeiro da Arqueologia portuguesa. Com efeito, por via das cerca de uma dúzia de sepulturas daquele tipo então identificadas (Figs. 40 e 41), foi demonstrada a continuidade geográfica da sua distribuição entre a Andaluzia, o Algarve e a Estremadura, através das campinas baixo alentejanas, conforme claramente expuseram aquando da publicação da *tholos* do Monte Velho (Ourique) (VIANA, ANDRADE & FERREIRA, 1961) (Fig. 42).

Com efeito, Abel Viana, pela sua insaciável curiosidade, não se configurava como especialista de alguma área científica específica, ou sequer de um conjunto de áreas afins: distinguiu-se, à luz da época em que viveu, num País onde as dificuldades eram muitas e quase sempre de monta para quem metia ombros a uma carreira científica, como interveniente activo e consequente na defesa e estudo do rico património cultural que todos os dias via cada vez mais ameaçado. Mesmo em domínios de intervenção especiali-

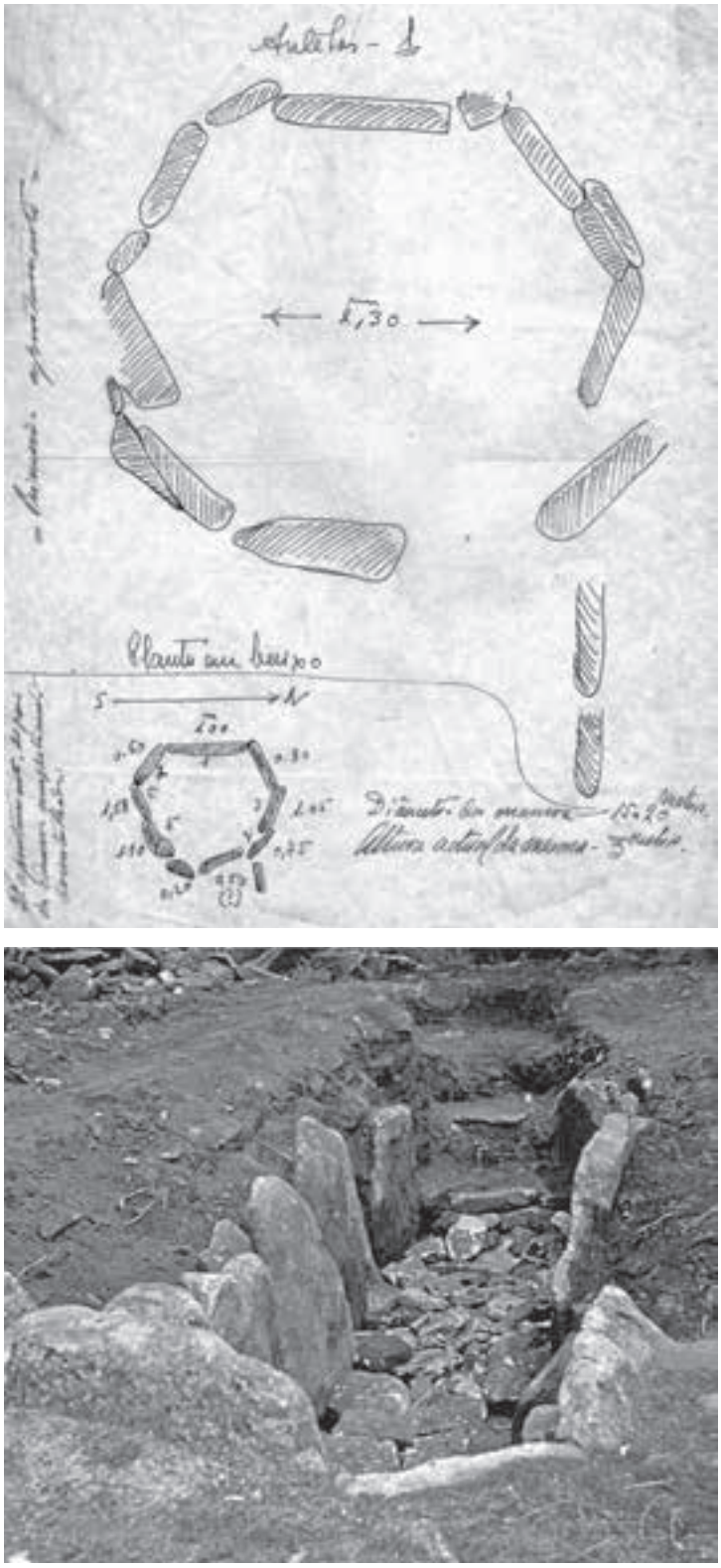
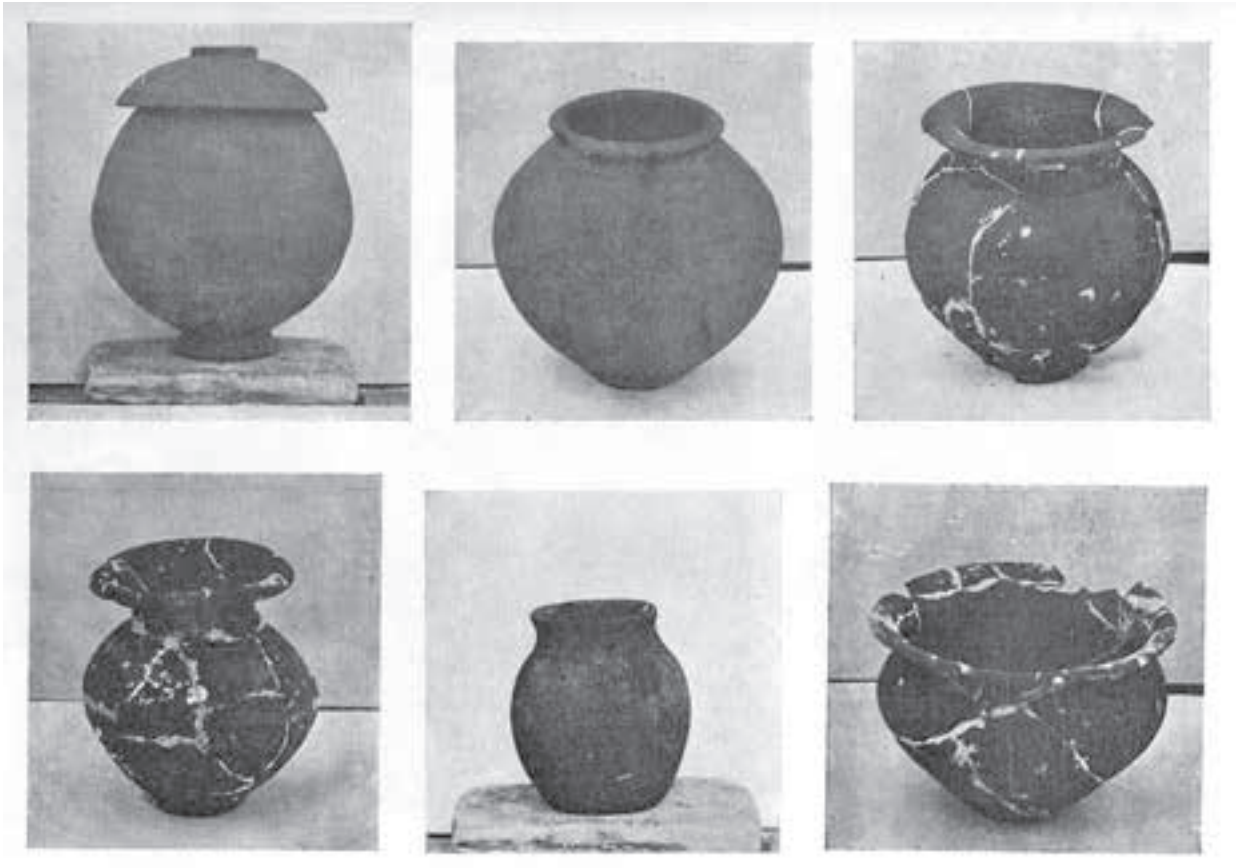


Fig. 33 – Em cima: planta autógrafa de Abel Viana do dólmen de Antelas; em baixo: vista da escavação do mesmo. Arquivo João Luís Cardoso/Octávio da Veiga Ferreira.



Fig. 34 – Em cima: urnas de incineração da Idade do Ferro da necrópole da Herdade da Chaminé (seg. VIANA & DEUS, 1951); em baixo: materiais da mesma necrópole (seg. VIANA & DEUS, 1950).

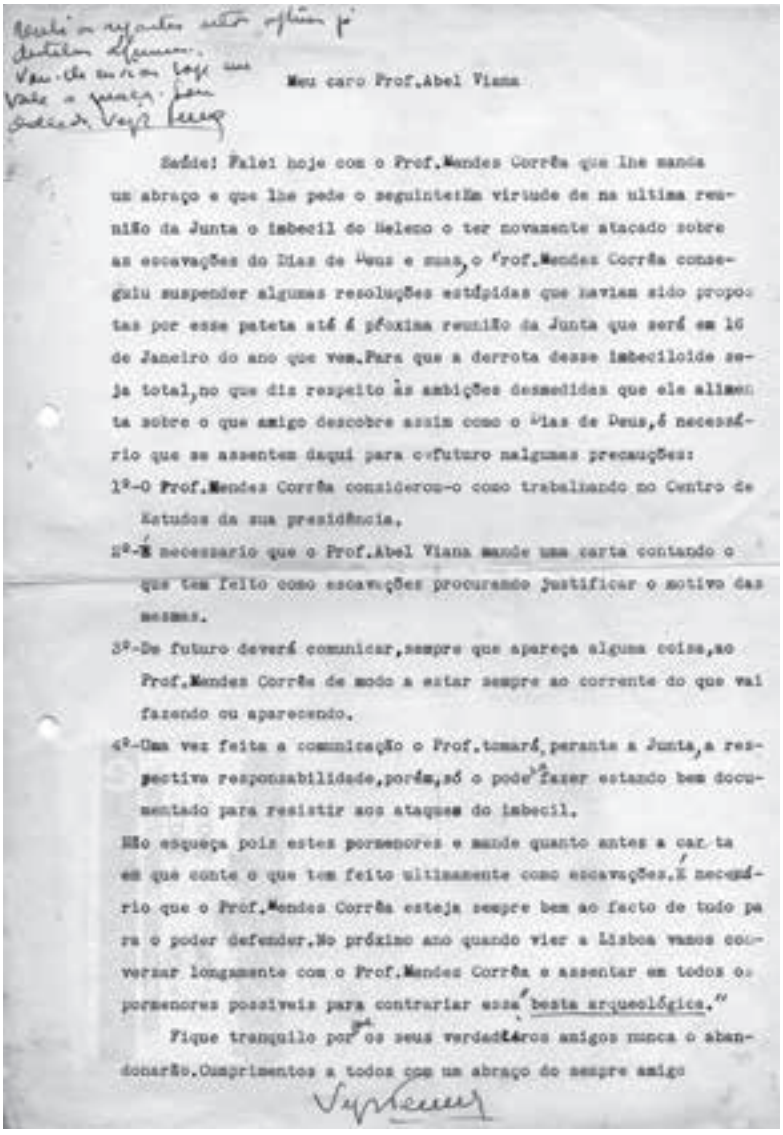


Urnas da Chaminé.

Fig. 35 – Urnas da necrópole da Herdade da Chaminé (seg. HELENO, 1951).

zados, como o da Arqueologia mineira, o nome de Abel Viana encontra-se ligado a notáveis estudos sobre as minerações romanas de Aljustrel, em co-autoria com Veiga Ferreira e Ruy Freire de Andrade (Fig. 43), então engenheiro das referidas minas. No mais importante desses estudos (VIANA, FERREIRA & ANDRADE, 1954) apresentam-se preciosos artefactos então recolhidos no interior das galerias mineiras romanas, em excelente estado de conservação (Fig. 44). A importância dos achados efectuados tanto na área mineira, como nas vizinhanças, como é o caso das escavações realizadas no cemitério romano de Valdoca, justificou a criação de um museu mineiro, cuja iniciativa coube à própria administração das minas (hoje integrado no Museu Municipal de Aljustrel). Nele, a colaboração de Eduardo Arsénio, então funcionário das minas, revelou-se indispensável, ocupando-se da reconstituição dos objectos cerâmicos mais importantes ali recolhidos (Fig. 45).

Em 1959, foram publicados por Abel Viana os primeiros resultados das escavações por si realizadas na necrópole do Bronze do Sudoeste da Atalaia (Ourique). É o próprio que refere as condições do achado e das primeiras investigações naquela ainda hora estação de referência para o Bronze do Sudoeste: "O achado da necrópole de que vamos aqui tratar ocorreu no decurso das investigações efectuadas nos arredores do castro de Nossa Senhora da Cola, estação arqueológica muito importante cuja exploração, graças ao subsídio concedido pela Fundação Calouste Gulbenkian e ao patrocínio do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular, nos está confiada desde 1958." (VIANA, 1959 b, p. 83) (Fig. 46). A escavação foi prosseguida depois do seu falecimento por Hermanfrid Schubart, então jovem arqueólogo alemão no início de carreira, que lhe deu a merecida difusão internacional (SCHUBART, 1964), através de estudo prontamente publicado também em



Meu caro Prof.Abel Viana

Saúde! Falei hoje com o Prof.Mendes Corrêa que lhe manda um abraço e que lhe pede o seguinte:Em virtude de na ultima reunião da Junta o imbecil do Heleno o ter novamente atacado sobre as escavações do Dias de Deus e suas,o Prof.Mendes Corrêa conseguiu suspender algumas resoluções estúpidas que haviam sido propostas por esse pateta até á próxima reunião da Junta que será em 16 de Janeiro do ano que vem.Para que a derrota desse imbeciloide seja total,no que diz respeito às ambições desmedidas que ele alimenta sobre o que amigo descobre assim como o Dias de Deus,é necessário que se assentem daqui para o futuro algumas precauções:

1º-O Prof.Mendes Corrêa considerou-o como trabalhando no Centro de Estudos da sua presidência.

2º-É necessario que o Prof.Abel Viana mande uma carta contando o que tem feito como escavações procurando justificar o motivo das mesmas.

3º-De futuro deverá comunicar,sempre que apareça alguma coisa,ao Prof.Mendes Corrêa de modo a estar sempre ao corrente do que vai fazendo ou aparecendo.

4º-Uma vez feita a comunicação o Prof.tomará perante a Junta,a respectiva responsabilidade,porém,só o pode fazer estando bem documentado para resistir aos ataques do imbecil.

Não esqueça pois estes pormenores e mande quanto antes a carta em que conte o que tem feito ultimamente como escavações.É necessário que o Prof.Mendes Corrêa esteja sempre bem ao facto de todo para o poder defender.No próximo ano quando vier a Lisboa vamos conversar longamente com o Prof.Mendes Corrêa e assentar em todos os pormenores possiveis para contrariar essa "besta arqueológica."

Fique tranquilo por os seus verdadeiros amigos nunca o abandonarão.Cumprimentos a todos com um abraço do sempre amigo

Fig. 36 – Carta de O. da Veiga Ferreira a Abel Viana, não datada (escrita entre 13 e 17 de Dezembro de 1949), relativa ao diferendo criado com Manuel Heleno, decorrente das intervenções nas estações da Idade do Ferro e romanas da região de Elvas. Arquivo João Luís Cardoso/Octávio da Veiga Ferreira.

Português, no ano seguinte, no "Arquivo de Beja". Os esforços inauditos que, sozinho, diariamente tinha de desenvolver, apenas para chegar ao local da escavação, encontram-se expressivamente registados em carta dirigida a Mário Cardozo, de 2 de Julho de 1963, menos de um ano antes de morrer, já com sessenta e sete anos de idade (CARDOSO, 2001/2002, p. 574): *"Trabalhei ali dois anos, fazendo a dupla travessia diária destes cerros e barrancos, debaixo de sol ardente, caminhando como animal, sem pensar, como irracional, atrás dos burros e das ferramentas, totalmente mecanizado. São esforços que jamais se esquecem! (...). E não me venham cá com interditos oficiais! Em sítios destes, Helenos fiscalizadores só poisam sapatos, por engano ou por capricho, uma vez na vida. Isto não são andurriais para manipanços da cátedra nem para pífios académicos; é lugar para HOMENS. Sejam sábios ou não."*

Em 1962, preocupado com a adequada formação prática de jovens que, nas Universidades de Coimbra, Lisboa e Porto aprendiam os primeiros rudimentos da prática arqueológica, editou em Beja livrinho de divul-



Fig. 37 – Lado esquerdo: capa da publicação monográfica de 1955 dedicada aos espólios arqueológicos conservados no Museu Arqueológico do Paço Ducal de Vila Viçosa; lado direito: vidros romanos incluídos na publicação de conjunto de Abel Viana, alguns deles conservados no referido Museu (seg. VIANA, 1960/1961 b).

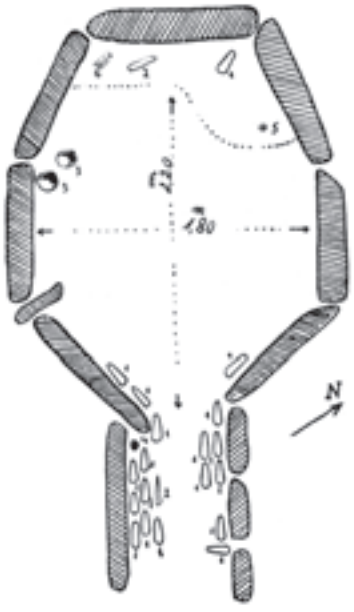


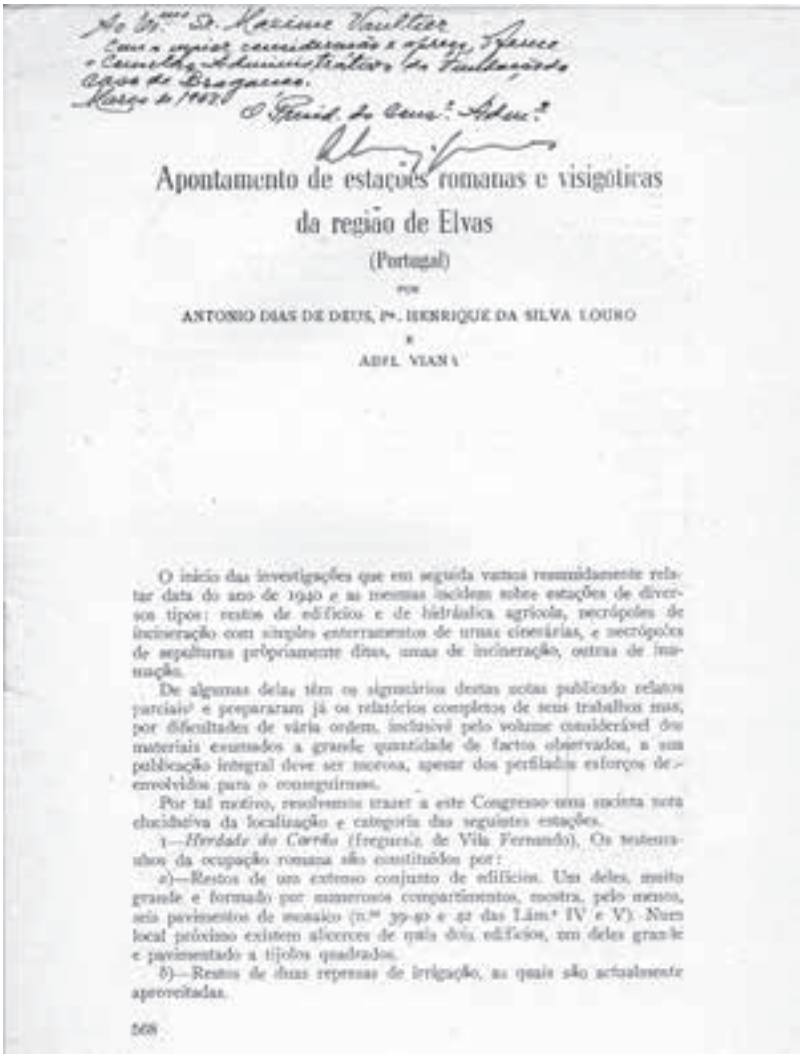
Fig. 10.—Dolmen nº 2 do Texugo: 1, machados; 2, facas de sílex; 3, fragmentos de cerâmica; 4, esferazita da mármore; 5, conta de serpentina (?); 6, micrólito trapezoidal.

Fig. 38 – Planta do dólmen 2 do Texugo, Elvas, com a localização dos achados (seg. DEUS & VIANA, 1953).

gação muito útil àquele fim, a "Arqueologia prática" (VIANA, 1962 a) (Fig. 47). Com efeito, na pagela que então mandou também imprimir para publicidade da obra, refere que se trata de "guia útil para estudantes e amadores", com indicações sobre tratamento de objectos exumados; normas de escavações; indicações bibliográficas; e ainda informações sobre arqueólogos, revistas e museus com colecções de arqueologia.

Desta obra, conforme confidenciou a Veiga Ferreira na última missiva que lhe remeteu, escrita a 11 de Fevereiro de 1964, cinco dias antes de se finar, preparava uma segunda tiragem, mais completa e onde pretendia, num apêndice de 50 a 60 p., apresentar "*mais umas considerazõezinhas acerca da falsa arqueologia, tão entusiasticamente cultivada entre nós e a insistir no que entendo que verdadeira e honestamente se deverá fazer*" (Fig. 48) (CARDOSO, 2001/2002, p. 585). Sempre frontal e polémico, jamais hesitou defender as suas ideias, com as consequentes dificuldades e dissabores.

Esta atitude crítica de Abel Viana no respeitante à organização da actividade arqueológica no seu País e à actuação de muitos dos seus colegas arqueólogos é antiga no seu pensamento e acompanhou toda a sua



Ao Sr.mo D. Maxime Vaultier
Com a mais considerada e afectuosa lembrança
o Conselho Administrativo da Fundação
Casa de Bragança.
Março de 1962
O Presid. do Cons.º Adm.º

Apontamento de estações romanas e visigóticas
da região de Elvas
(Portugal)

POR

ANTONIO DIAS DE DEUS, Pe. HENRIQUE DA SILVA LOURO
E
ABEL VIANA

O início das investigações que em seguida vamos resumidamente relatar data do ano de 1940 e as mesmas incidem sobre estações de diversos tipos: restos de edifícios e de hidráulica agrícola, necrópoles de incineração com simples enterramentos de urnas cinerárias, e necrópoles de sepultura propriamente dita, umas de incineração, outras de inumação.

De algumas delas têm os signatários destas notas publicado relatos parciais[1] e prepararam já os relatórios completos de seus trabalhos mas, por dificuldades de vária ordem, inclusivé pelo volume considerável dos materiais exumados a grande quantidade de factos observados, a sua publicação integral deve ser morosa, apesar dos perfilados esforços despendidos para o conseguirmos.

Por tal motivo, resolvemos trazer a este Congresso uma sucinta nota elucidativa da localização e categoria das seguintes estações.

1—*Herdade do Corvo* (freguesia de Vila Fernando). Os testemunhos da ocupação romana são constituídos por:

a)—Restos de um extenso conjunto de edifícios. Um deles, muito grande e formado por numerosos compartimentos, mostra, pelo menos, seis pavimentos de mosaico (n.os 39-40 e 42 das Lâm.as IV e V). Num local próximo existem alicerces de mais dois edifícios, um deles grande e pavimentado a tijolos quadrados.

b)—Restos de duas represas de irrigação, as quais são actualmente aproveitadas.

568

Fig. 39 – Primeira página de separata publicada pela Fundação da Casa de Bragança, relativa a estações romanas e visigóticas da região de Elvas, com dedicatória assinada pelo então Presidente da Fundação, António Luiz Gomes ao arqueólogo Maxime Vaultier. Arquivo João Luís Cardoso.

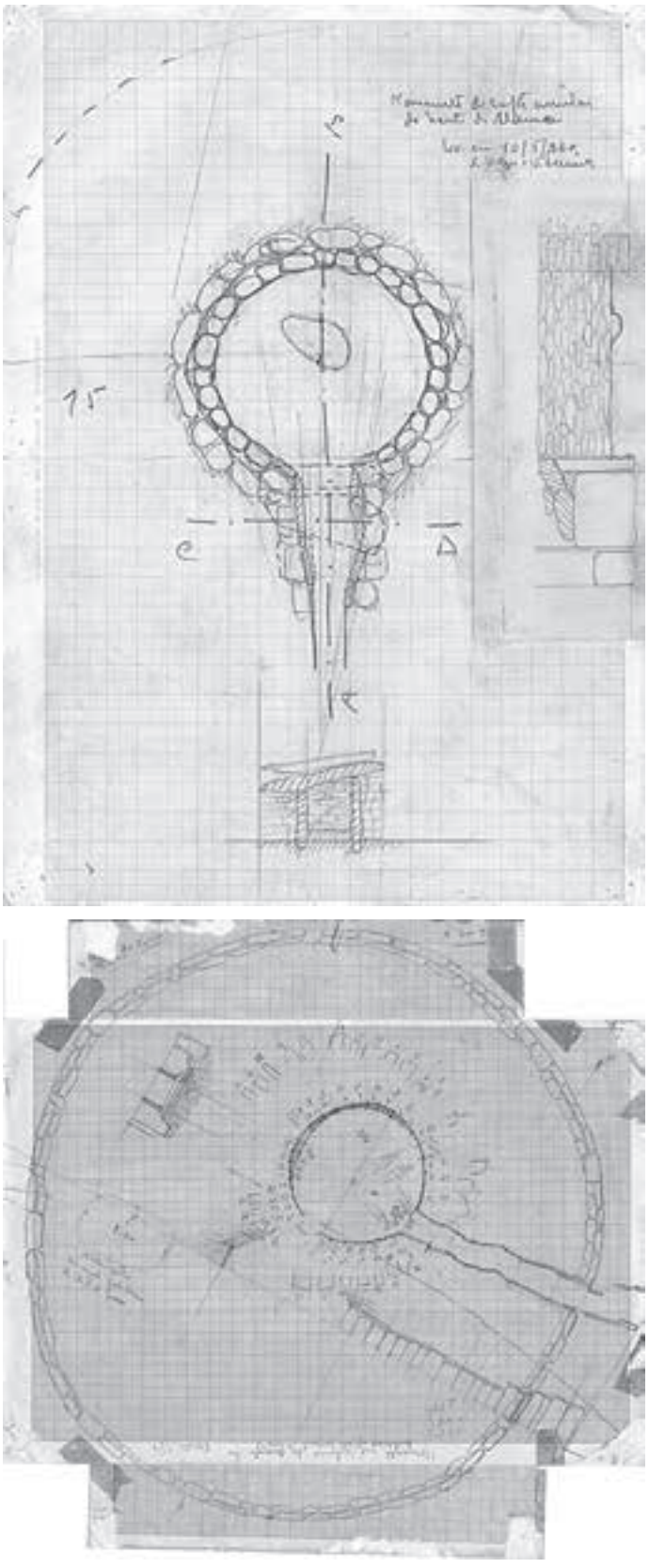


Fig. 40 – Original do levantamento à prancheta planta da *tholos* de Monte do Álamo (em cima) e da *tholos* de A-dos-Tassos (em baixo). Arquivo João Luís Cardoso/Octávio da Veiga Ferreira.

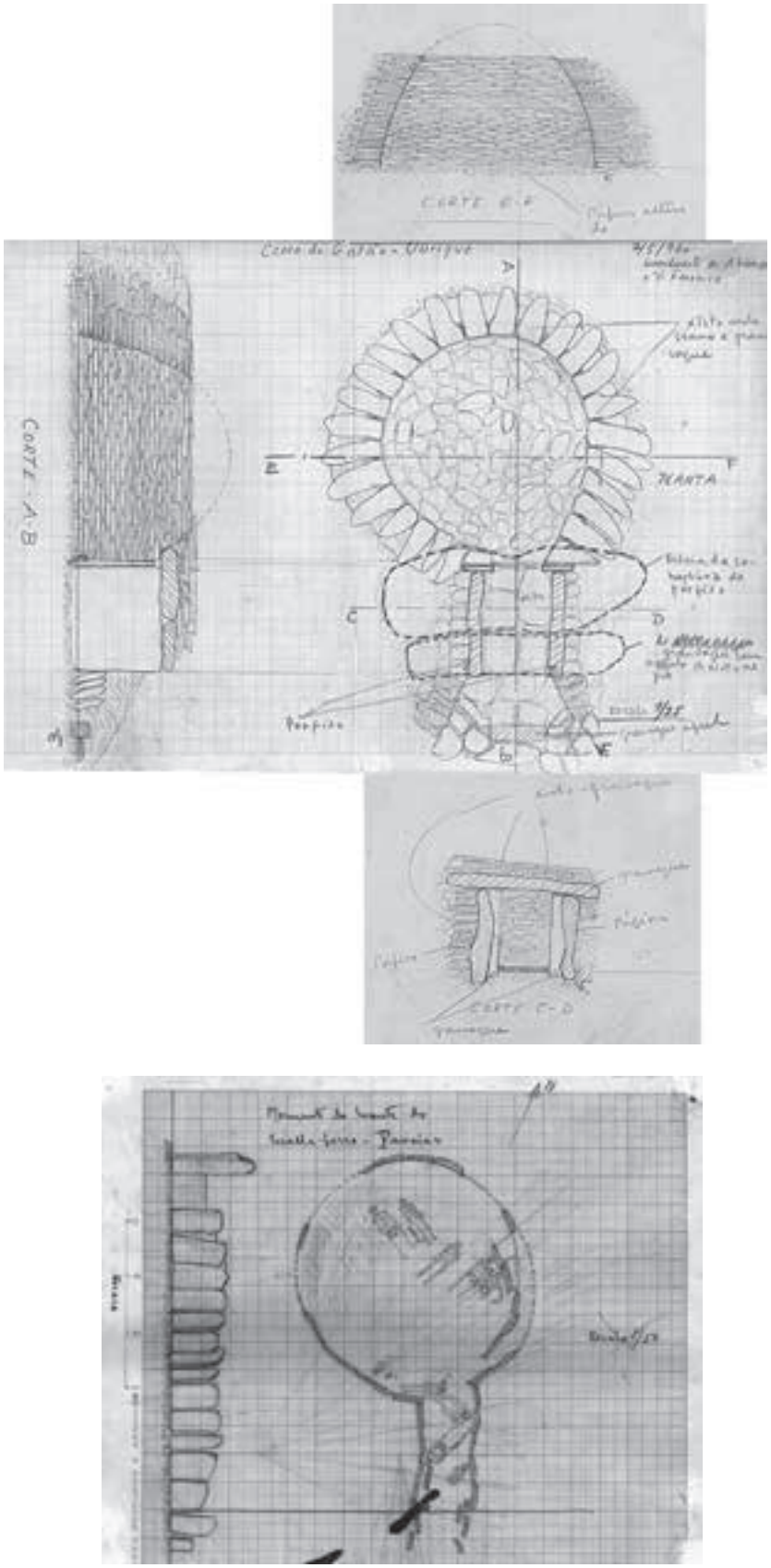


Fig. 41 – Original do levantamento à prancheta da tholos do Cerro do Gatão (em cima) e da *tholos* do Monte do Malha-Ferro (em baixo). Arquivo João Luís Cardoso/Octávio da Veiga Ferreira.

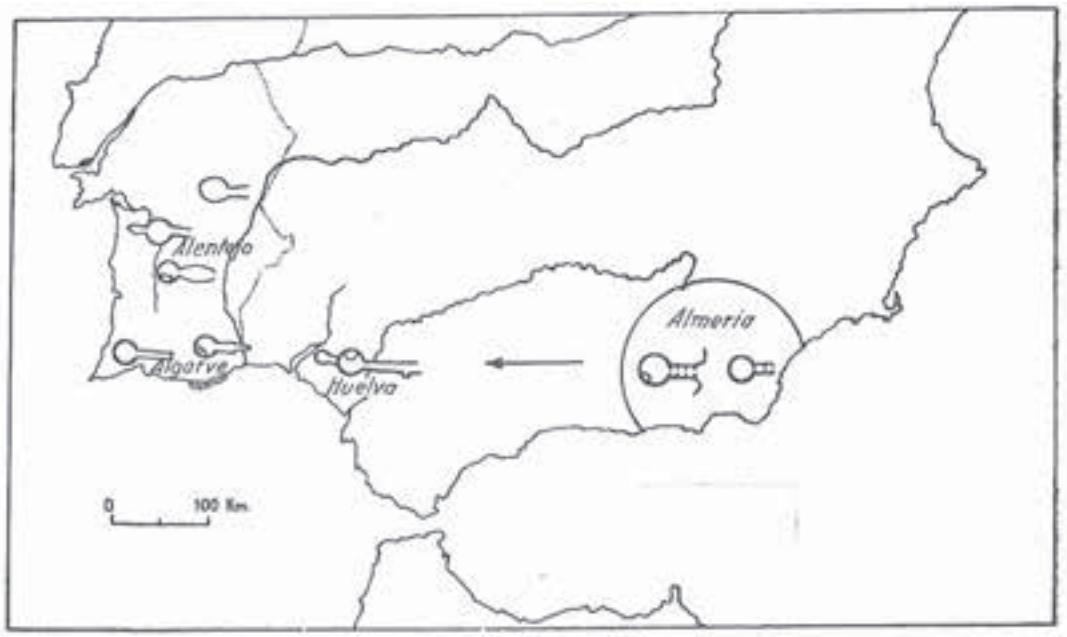


Fig. 42 – Proposta de progressão das sepulturas de falsa cúpula da área do Sudoeste peninsular, para o território português (seg. VIANA, ANDRADE & FERREIRA, 1961).



Fig. 43 – Da esquerda para a direita: Ruy Freire de Andrade; Abel Viana e O. da Veiga Ferreira, nas minas de Aljustrel, na década de 1950. Arquivo João Luís Cardoso/Octávio da Veiga Ferreira.



Fig. 44 – Alcova de esparto recolhida numa das galerias romanas da mina de Aljustrel (seg. VIANA, ANDRADE & FERREIRA, 1954).



Fig. 45 – Da esquerda para a direita: Eduardo Arsénio, O. da Veiga Ferreira e Abel Viana, nas instalações do Museu das minas de Aljustrel, na década de 1950. Arquivo João Luís Cardoso/Octávio da Veiga Ferreira.



Fig. 3 — Planta do monumento n.º 8.

Fig. 46 – Planta parcial da necrópole do Bronze do Sudoeste de Atalaia (seg. VIANA, 1959).



Fig. 47 – Folha de rosto da obra "Algumas noções elementares de Arqueologia Prática", de Abel Viana. Arquivo João Luís Cardoso.

Beja,11/2/1964.

Veiga Amigo:Saúde.Acabo de receber a sua carta de 9.Eu persuadíra-me de que lhe tinha escrito há poucos dias.Estarei enganado ou estará você?Seja como for,aqui estou para conversarmos um pouco,mesmo que de fugida.Ora,desde que vim da Sª da Cola,em 27 de Outubro,não houve mais colagens in situ... Mas o caso é que o material é tanto e tão importante que,apesar de eu nunca ter parado ou afroixado de trabalhar,tenho tudo atrasado,parecendo-me até que nada tenho feito!Chego a sentir desgosto disto!São dias inteiros aqui amarrado à mesa de trabalho,ou lá dentro a tratar do material,e a coisa não anda... Pois,Amigo Veiga,em 14 de Janeiro estive em Vila Viçosa a acompanhar o D. António de Castelo Branco,que foi lá buscar uns quadros do D. Carlos,para uma exposição que a Câmara de Cascais vai realizar.Fui para lá na véspera,tratar da ida dos vidros romanos da Secção Arqueológica do Castelo,para o laboratório de Conimbriga,onde serão tratados e restaurados segundo processos modernos,pelo Dr. Alarcão e mulher,sob as vistas do Oleiro.Ao mesmo tempo,eles farão novo estudo de todo esse importante material,melhorando imenso,evidentemente,o estudo que eu fiz.Como sabe,nestas coisas não faço questão.Desde que os outros façam melhor,e me não macem por eu não ter podido fazer melhor,até fico contente.Depois,a convite do DR. A.Luís Gomes,fiz companhia ao D.António,que de outro modo teria andado por lá aborrecidamente sozinho.Conversamos bastante.Com respeito aos Serviços e atrasos das minhas publicações,despejei o saco...Porque não sai o Paleolítico do Guadiana?Porque não sai o Paleolítico do Minho,o meu?Olha,Veiguinha Amigo,o meu livreco precisa de IIº Volume,e Deus há-de permitir que eu em breve o publique!Ainda me ficou muito por dizer...mas hei-de proclamar tudo isso,custe o que custar,dôa a quem doer.Receio represálias?Ora...bôrra!Que medo posso ter eu agora?Que me aumentem o reumatismo?Não;por aí nada poderiam fazer.Pois,Amigo,estive no Algarve,de visita a meus cunhados e a meu filho Alberto (Faro e Portimão),de 6 a 10 de Janeiro.Vim de lá adoentado,com o frio que apanhei.Em seguida,os dias 13 e 14 em Vila Viçosa puseram-me bastante pior.O frio este ano tem-me feito passar bastante mal.Certo é que me não trato a valer,mas também penso que não devo entrar em tratamentos complicados e dietas rigorosas.Para piorio da situação,criou-se-me um abcesso num dente,de modo que tive de pôr de parte a placa.Tenho estado à espera de que o abcesso desapareça e o dente fique em condições de ser extraído sem me fazer sofrer mais.De modo que,além dos dias e noites mal passados,por causa das dores,ainda a maçada da alimentação,que é tudo em paparradas de batidos no batedor eléctrico.Fico de papo abarrotado e,no fim de contas,com fome...

Fig. 48 – Trecho da última carta endereçada por Abel Viana a O. da Veiga Ferreira, escassos dias antes de falecer, onde refere os trabalhos em curso em Vila Viçosa e a intenção de apresentar um aditamento à sua obra "Arqueologia Prática". Arquivo João Luís Cardoso/Octávio da Veiga Ferreira.

actividade como arqueólogo; a mesma encontra-se claramente expressa em 1959, ao rematar mais uma das suas curtas quanto sempre objectivas e despretensiosas contribuições, só postumamente editada: "Tais são os sinceros votos que ousa formular quem, ao longo de quarenta anos de autodidatismo (ou de amadorismo, que dá na mesma), e apenas auxiliado ao entrar no último quartel da vida, é autor de muitas dezenas de modestas mas bem intencionadas notícias, que totalizam alguns milhares de páginas, sem jamais se permitir o luxo ou pirotécnia das interpretações pretensiosas, obediente àquele prudente juízo de José Leite de Vasconcelos, em carta a Martins Sarmento e a propósito de um bem conhecido arqueólogo português: – "Ele devia limitar-se a descrever e classificar, – porque isto de teoria é o diabo. Pois é. Do que a arqueologia nacional menos precisa é de teorias" (VIANA, 1958, p. 55; VIANA, 1970).



UM NOVO TRABALHO
de ABEL VIANA

Abel Viana, agora mais uma vez em andanças científicas pelo litoral algarvio, na companhia do grande mestre de geologia que é o Dr. Georges Zbyszewski, acaba de publicar um novo trabalho.

Ele mesmo no-lo trouxe com amável dedicatória, em bem apresentada separata desse formidável repositório de conhecimentos humanos que é a revista «Broteria» e nele mais uma vez temos que reconhecer e nos confirma o seu grande saber e o notável esforço por si desenvolvido, como Bolseiro do Instituto para a Alta Cultura, no estudo e na pesquisa de um dos até há pouco menos conhecidos períodos da nossa pre-história regional.

Versa sobre o Paleolítico dos arredores de Beja e da zona sotavento do litoral algarvio e se o paleolítico da nossa província, escapo às investigações de Estácio da Veiga e apenas vagamente tenteado por Carlos Ribeiro em 1878, se podia ter, até 1940, como matéria autenticamente virgem e incógnita ainda por decifrar nos domínios da geologia nacional, temos que considerar Abel Viana, depois de uma notável primeira prospecção naquele ano levada a efeito por Abbé Breuil, Maxime Vaultier e Zbyszewski, como o seu mais valioso, mais operoso e mais completo investigador.

O Algarve fica-lhe assim devendo mais um altíssimo serviço.

Fig. 49 – Notícia de primeira página do jornal "Correio do Sul", de 13 de Novembro de 1947 dando conta de mais uma publicação de Abel Viana. Arquivo João Luís Cardoso/Octávio da Veiga Ferreira.

Tais posições eram tanto mais relevantes, no panorama arqueológico da época, quanto era certo que se tratava de personagem a ter em conta, mercê do prestígio granjeado pelo seu labor diário, de uma dedicação extrema. Disso é prova as abundantes notícias que sobre a actividade ou as opiniões de Abel Viana desde há muito vinham sendo publicadas em jornais regionais como o "Correio do Sul" (Fig. 49) e o "Diário do Alentejo" (Fig. 50). Também os jornais da sua cidade-natal deram carinhoso e desenvolvido acolhimento à actividade arqueológica deste seu ilustre filho, em edição de 29 de Agosto de 1963 (Fig. 51), ainda que as homenagens – e muitas foram (VIANA, 1996) – só tenham chegado depois do seu passamento. Para dar apenas mais alguns exemplos, a 18 de Novembro de 1965, o "Diário do Alentejo" inseria um artigo invocando o exemplo dado por Abel Viana em prol da defesa do rico património histórico-cultural baixo alentejano (Fig. 52). Enfim, muitos anos depois, a 10 de Novembro de 1989, a figura de Abel Viana era invocada por aquele que foi o seu discípulo dilecto, O. da Veiga Ferreira, em artigo publicado no "Aurora do Lima", resultado de homenagem promovida pela Câmara Municipal de Ourique (Fig. 53), concelho onde o homenageado tanto trabalhou, com destaque para aquele que viria a ser o último sítio a cuja escavação meteu ombros, o Castro de Nossa Senhora da Cola.

Ao referido projecto se dedicou quase em exclusividade até ao fim da sua operosa e profícua vida. Iniciadas as escavações em 1958, contando para o efeito com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian, desde logo



Diário do Alentejo

ANO XXVIII — NÚMERO 8560 JORNAL DA TARDE — PORTA-VOZ REGIONALISTA Beja, Terça-feira, 24 de Maio de 1960

Notáveis achados Arqueológicos

No distrito de Beja

Problemas a resolver

20 anos atrás

Crónica Literária

«REDE DE DORMIR»

Estudo do dr. Luís da Câmara Cascudo

«OBRAS DE SHAKESPEARE»

1.º Fascículo

Homenagem a Sua Excelência o Ministro das Obras Públicas

A COMISSÃO

BEJA Dia-a-Dia

VARANDIM DA CIDADE

Fig. 50 – Artigo de Abel Viana publicado na primeira página do jornal "Diário do Alentejo", de 24 de Maio de 1960, apresentando considerações sobre achados arqueológicos. Arquivo João Luís Cardoso/Octávio da Veiga Ferreira.

foi posto a descoberto vasto terreiro, delimitado por muralhas, ocupado por habitações islâmicas, bem documentadas por produções cerâmicas e inscrições (Fig. 54); o local viria depois a ser povoação portuguesa da primeira dinastia, a antiga Marachique, representada em planta perspectivada do século XVIII realizada por D. Frei Manuel do Cenáculo, quando exerceu as funções de bispo de Beja. Contudo, pela heterogeneidade da sua ocupação, pela dificuldade de separação estratigráfica das diferentes fases de ocupação, e sobretudo, porque, nos inícios da década de 1960, ainda não tinha chegado a hora da Arqueologia medieval, nenhum dos arqueólogos amigos de Abel Viana compreenderam, e muito menos apoiaram, esta sua opção, até pela ausência quase absoluta de ocupação pré-histórica, aquela em que verdadeiramente estavam interessados.

Mas, por incrível que pareça, conseguir levar por diante tão difícil e incerta iniciativa, só possível graças à mobilização de avultados meios logísticos e financeiros (pessoal, equipamento, alojamento), proporcionados pelo apoio que obteve da Fundação Calouste Gulbenkian, a cujo patrono dedicou emotivo agradecimento na única publicação dos resultados ali obtidos (VIANA, 1961 b) (Fig. 55):

"Não era este mais que modesto trabalho aquele com que desejaríamos preitear a memória de Calouste Gulbenkian. Não conhecemos pessoalmente o Homem; como tantíssima gente, beneficiamos do Benemérito. Só no resvalar para a velhice começamos a ter alguns auxílios mais efectivos, em nossa actividade de observador e anotador arqueológico. Apenas um, todavia, nos facultou os meios materiais para a realização de



Fig. 51 – Página do jornal "Notícias de Viana", de 29 de Agosto de 1963, inteiramente dedicada a Abel Viana. Arquivo João Luís Cardoso/Octávio da Veiga Ferreira.



Diário do Alentejo

ANO XXXIV — NÚMERO 10245 JORNAL DA TARDE — PORTA-VOZ REGIONALISTA BEJA, Quinta-feira, 18 de Novembro de 1965

É o espírito de Abel Viana que o reclama...

RECORTE

Ensino Primário

A instalação da fábrica de produtos têxteis na Mina de S. Domingos

Notícias de ontem e de hoje

BEJA

UM PUPILO DA CASA

Fig. 52 – Notícia de primeira página do jornal "Diário do Alentejo", de 18 de Novembro de 1965, invocando a necessidade de homenagear a memória de Abel Viana. Arquivo João Luís Cardoso/Octávio da Veiga Ferreira.

uma das mais ambicionadas tarefas de toda a nossa juventude e maturidade da vida. Há que ser grato e não demorar muito em o manifestar publicamente. De certo ponto em diante, o mais cedo é o mais oportuno.
Desta razão de urgência resulta a menor valia das páginas adiante enfeixadas. Também as circunstâncias em que são escritas excluem toda a concisão e secura que são timbre da prosa científica; há nelas, aqui e além, o tom sentimental a que não nos pudemos eximir. Fica explicado o motivo.
A instituição de Calouste Gulbenkian foi, igualmente, um acto do sentimento humano. Parecer-nos-ia monstruoso correspondermos-lhe aqui com a mecânica fria e dura de um mero relatório."

O seu intento de escavar integralmente esta vasta estação arqueológica (Fig. 56), hoje justamente valorizada e musealizada, por estranho que possa parecer, só não foi inteiramente coroado de êxito, porque a morte o surpreendeu em pleno labor.

Para se aquilatarem as dificuldades enfrentadas por Abel Viana naqueles finais da década de 1950 e inícios da seguinte, uma vez mais se recorre à transcrição de outro excerto da carta dirigida a Mário Cardozo, datada de 2 de Julho de 1963, para se entender bem a adversidade das condições de trabalho, suportadas meses a fio, ano após ano, naquele ermo alentejano:

"Neste quarto onde escrevo e onde, fatigado e excitado, Deus permite que compartilhe umas migalhas do sono dos justos, há cobras no telhado, osgas nas paredes, tarântulas pelos buracos, e pela manhã, ao levantar-me, não esqueço de sacudir os sapatos, antes de os calçar. Não vá ter-se metido neles algum dos enormes lacraus que diariamente esmago lá fora" (Fig. 57).



RNAL DE MAIOR EXPANSÃO EM VIANA E SEU DISTRITO — SEXTA-FEIRA, 10 DE NOVEMBRO DE 1989

RORA DO LIMA

DECANO DOS JORNAIS DA PROVÍNCIA
O 2º Jornal mais antigo do Continente
REGISTO Nº 204267

Administrador: AURÉLIO BARBOSA

IRO MINISTRO
ALTO MINHO
rtantes melhoramentos:

l da FORPESCAS
e Viana do Castelo
Social

importante melhoramento com que Viana, a partir de agora, fica dotada, realizou-se a visita à sede do ...

INSTITUTO POLITÉCNICO DE VIANA DO CASTELO

A comitiva Ministerial dirigiu-se para o imponente edifício, conhecido por "Casa do Campo da Penha" ou de Rego Barreto, localizada na, agora, Praça General Barbosa e, anteriormente, Jardim de D. Fernando. Neste grandioso imóvel funcionou, durante muitas dezenas de anos, a Escola Industrial e Comercial Nun'Álvares, que há dois anos deu o seu nome à rua

No átrio aguardavam os ilustres Visitantes todos os elementos da Comissão Instaladora do Instituto, que é presidida pelo Doutor Abílio Lima de Carvalho, diversas entidades oficiais e numerosos convidados.

No amplo prédio, que beneficiou ultimamente de importantes melhoramentos, vai funcionar o

Elogio histórico do Arqueólogo e Etnólogo Professor Abel Viana

Pelo Prof. Doutor O. VEIGA FERREIRA

O saudoso Arqueólogo e Etnólogo vianense, ABEL VIANA, foi agora homenageado, a título póstumo, na cidade de Ourique. À cerimónia assistiram personalidades científicas do País e do estrangeiro e muitos condiscípulos do homenageado.

O elogio histórico de Abel Viana esteve a cargo do Professor Santos Veiga Ferreira, que com ele colaborou e muito aprendeu em estudos e pesquisas por diversas partes do País. É dele o trabalho que a seguir publicamos:

"O Professor Abel Viana, nasceu na Freguesia de Santa Maria Maior, na Cidade de Viana do Castelo, a 16 de

Náutico mas nunca embarcou.

Na estadia no Brasil, o gosto pelas Ciências Naturais do

Fig. 53 – Notícia de primeira página do jornal "Aurora do Lima", de 10 de Novembro de 1989, relativa a homenagem promovida em Ourique a Abel Viana, com intervenção evocativa de O. da Veiga Ferreira. Arquivo João Luís Cardoso/Octávio da Veiga Ferreira.

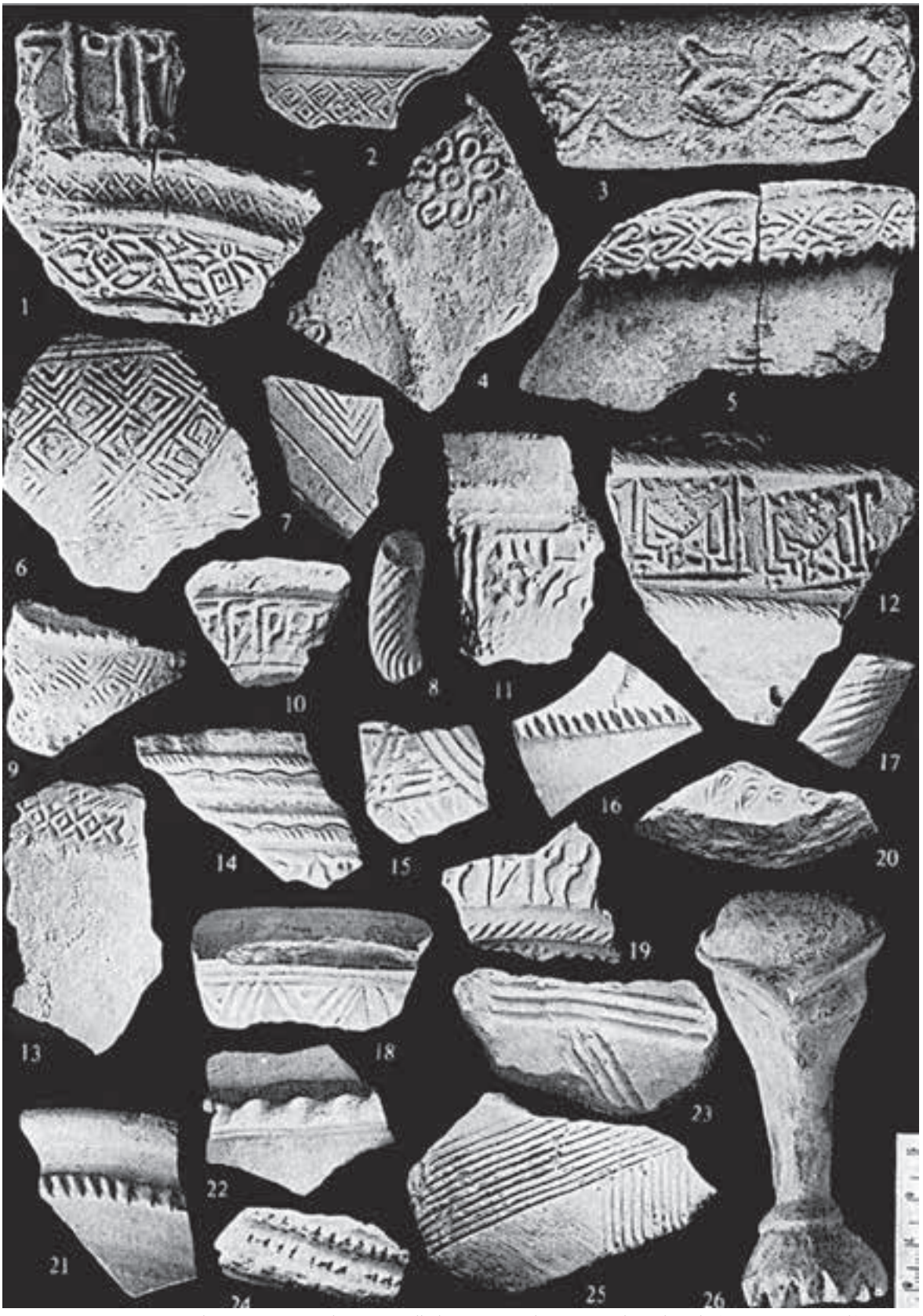


Fig. 54 – Conjunto de cerâmicas muçulmanas recolhidas no castro de Nossa Senhora da Cola (seg. VIANA, 1961 b).



Fig. 55 – Capa da única obra de conjunto elaborada por Abel Viana sobre o castro de Nossa Senhora da Cola, com dedicatória ao arqueólogo Manuel Farinha dos Santos. Arquivo João Luís Cardoso.



Fig. 56 – Escavações no castro de Nossa Senhora da Cola, Ourique, em 1958. Original fotográfico da exposição "*Abel Viana 1896-1964 Paixão pela Arqueologia*. Câmara Municipal de Viana do Castelo. Museu-Biblioteca Fundação da Casa de Bragança. Vila Viçosa, 2014.

Mas não se exagerem demasiado as penas por ele sofridas: como confidenciou ao autor Hermanfrid Schubart, comia-se sempre a contento, incluindo petiscos e bom presunto, ali mesmo produzido; e aquela quietude só aparentemente era forçada, pois ele próprio a procurava e apreciava, sendo-lhe propícia ao estudo, mantendo os amigos informados, por via de aturada correspondência, do progresso dos trabalhos de campo (Figs. 58, 59).

Por outro lado, os longos períodos de escavações que se prolongavam por meses a fio no terreno e que requeriam a dedicação total de Abel Viana, tiveram o reconhecimento oficial, corporizado pela visita do Ministro Arantes e Oliveira e do Secretário de Estado Amaro da Costa (Fig. 60), com consequências positivas para as investigações e também para as populações locais, como a melhoria dos caminhos; enfim, a intimidade estabelecida com aquelas



Fig. 57 – Abel Viana ao trabalho no castro de Nossa Senhora da Cola (in "Notícias de Viana", de 29 de Agosto de 1963).

pobres gentes, que assim passaram a constituir para si uma segunda família (Fig. 61), mais fez sobressair a sua maneira de ser, simples, generosa e afectuosa. Prova disso é outra passagem da já referida última carta remetida a Veiga Ferreira, datada de Beja de 11 de Fevereiro de 1964 (CARDOSO, 2001/2002, p. 584):

> "*A Helena tem mais dois irmãos, uma rapariga e um rapaz, este nascido a 19 de Janeiro; o Manuel Luz tem mais um rapaz, nascido há oito dias. De modo que a Sr.ª Antónia tem, neste momento, cinco netos e cinco netas. E eu lá estou a acompanhar esta evolução…demográfica*".

Esta evidência tem também paralelo na relação íntima estabelecida com a Família de O. da Veiga Ferreira, da qual passou, de alguma forma, a fazer parte integrante: disso é prova o carinhoso tratamento de "Tio Abel", por parte de Veiga Ferreira, que, por sua vez, chamava de "sobrinhas" as suas duas filhas (Fig. 62).

Assim era Abel Viana: a disponibilidade total para se sacrificar em nome de um desígnio mais forte e que certamente nem ele próprio sabia explicar – a sua incondicional dedicação à investigação arqueológica – justifica que hoje, 50 anos volvidos sobre o seu passamento, se saúde a sua memória, o seu exemplo e a sua obra, que fizeram dele um português de excepção.

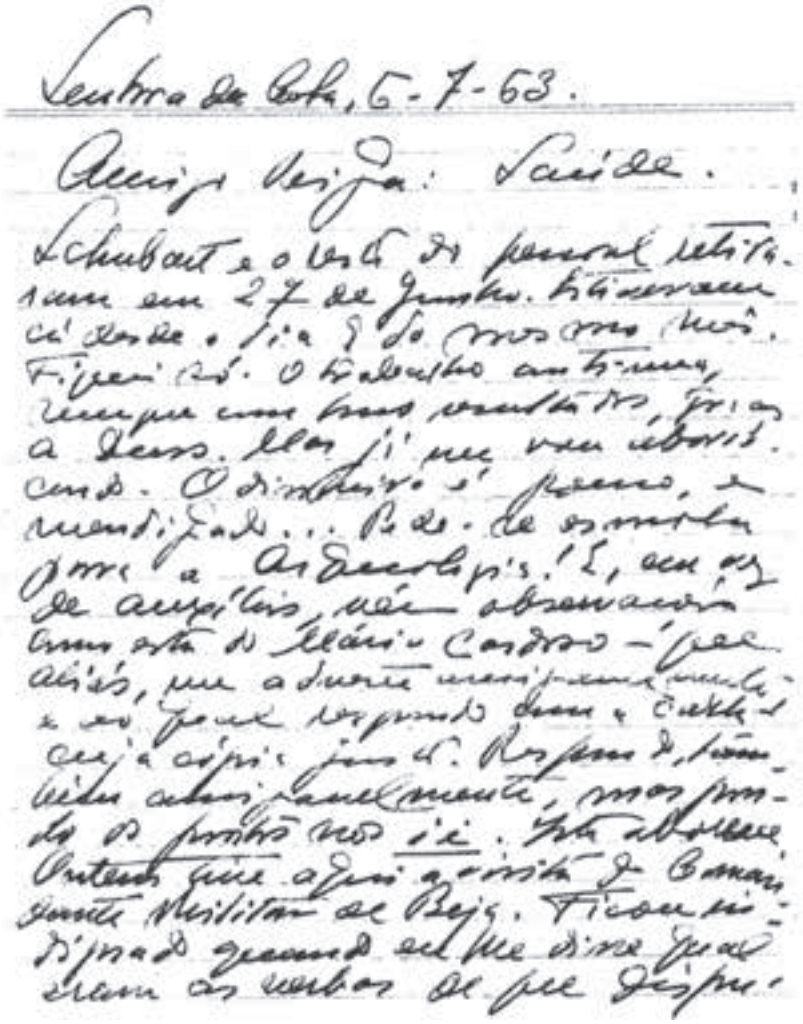


Fig. 58 – Trecho de missiva enviada por Abel Viana a O. da Veiga Ferreira, datada da Senhora da Cola de 6 de Julho de 1963. Arquivo João Luís Cardoso/Octávio da Veiga Ferreira.

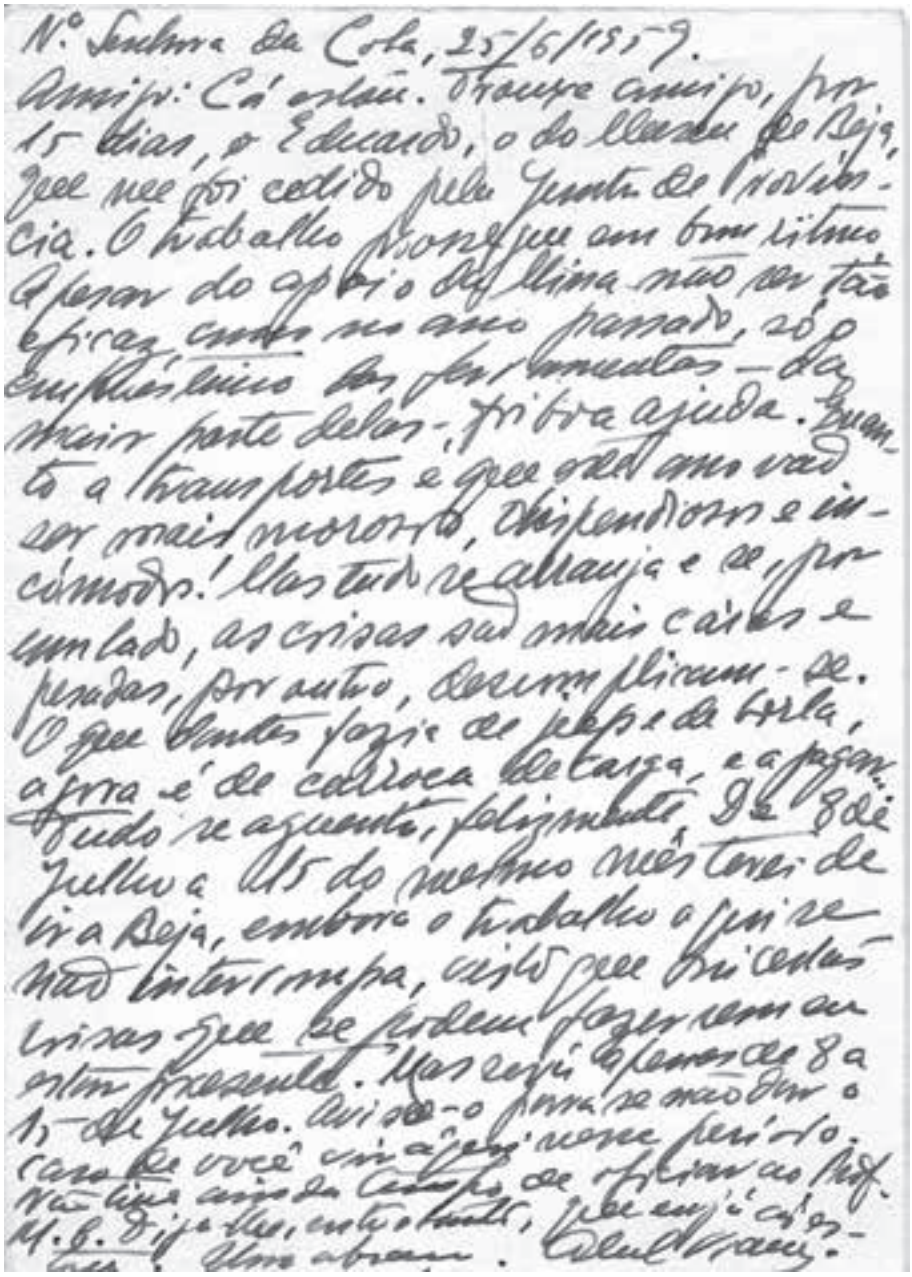


Fig. 59 – Postal remetido por Abel Viana a O. da Veiga Ferreira de Nossa Senhora da Cola a 25 de Junho de 1959. Arquivo João Luís Cardoso/Octávio da Veiga Ferreira.



Fig. 60 – Visita ao castro de Nossa Senhora da Cola do Ministro Arantes e Oliveira e do Secretário de Estado Amaro da Costa, a 19 de Janeiro de 1964. Original fotográfico da exposição "*Abel Viana 1896-1964 Paixão pela Arqueologia*. Câmara Municipal de Viana do Castelo. Museu-Biblioteca Fundação da Casa de Bragança. Vila Viçosa, 2014. Reprodução de João Luís Cardoso.



Fig. 61 – Abel Viana, na Aldeia dos Palheiros/Senhora da Cola, rodeado de jovens locais, em 1962, no decurso das escavações ali realizadas. Original fotográfico da exposição "*Abel Viana 1896-1964 Paixão pela Arqueologia*. Câmara Municipal de Viana do Castelo. Museu-Biblioteca Fundação da Casa de Bragança. Vila Viçosa, 2014. Reprodução de João Luís Cardoso.



Fig. 62 – Abel Viana, na residência de O. da Veiga Ferreira, acompanhado da mulher deste, Maria Luísa e das suas duas filhas, Seomara e Ana Maria, na década de 1950. Arquivo João Luís Cardoso/Octávio da Veiga Ferreira.

REFERÊNCIAS

BEIRÃO, C. (1986) – *Une civilisation protohistorique du sud du Portugal (1er Âge du Fer)*. Paris : De Boccard.

BREUIL, H. & ZBYSZEWSKI, G. (1942) – *Contribution à l´étude des industries paléolithiques du Portugal et de leurs rapports avec la géologie du Quaternaire. Les principaux gisements des deux rives de l´ancien estuaire du Tage*. Lisboa : Serviços Geológicos de Portugal (Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal, 23).

BREUIL, H. & ZBYSZEWSKI, G. (1945) – *Contribution à l´étude des industries paléolithiques du Portugal et de leurs rapports avec la géologie du Quaternaire. Les principaux gisements* des plages quaternaires du litoral d´Estremadura et des terrasses fluviales de la basse vallée du Tage. Lisboa : Serviços Geológicos de Portugal (Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal, 26).

CARDOSO, J. L. (1993/1994) – A Arqueologia portuguesa do pós-guerra vista pela correspondência de O. da Veiga Ferreira a Abel Viana. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 11/12, p. 291-338.

CARDOSO, J. L. (2001/2002) – Correspondência anotada de Abel Viana a O. da Veiga Ferreira (1947-1964). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 10, p. 415-608.

CARDOSO, J. L. (2008) – Correspondência seleccionada enviada a O. da Veiga Ferreira: cinquenta anos de actividade arqueológica (1946-1995). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 16, p. 383-408 (Homenagem a Octávio da Veiga Ferreira).

CARDOSO, J. L. (2011) – O Professor Mendes Corrêa e a Arqueologia portuguesa. *Anais da Academia Portuguesa da História*. Lisboa. Série III, 2, p. 229-297.

CARDOSO, J. L. (2014) – Manifestazioni del vaso campaniforme nel território portoghese. In De MARINIS, R. C., ed. *Le manifestazioni del sacro e l´Età del Rame nella regione alpina e nella pianura padana. Studi in memoria di Angelo Rampinelli Roca*. Brescia: Euroteam (2014), p. 279-319.

CARDOSO, J. L. (2015) – Cinquenta anos depois. Abel Viana e a Arqueologia portuguesa. *Al-Madan*. Almada. Série II, 19, p. 159-168.

CARDOSO, J. L. & COITO, L. C. (2014/1015) – Correspondência de Abel Viana a José Leite de Vasconcelos: do mérito ao reconhecimento. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série V, 4/5, p. 21-83.

CASTRO, L. de Albuquerque e; FERREIRA, O. da Veiga & VIANA, A. (1957) – O dólmen pintado de Antelas (Oliveira de Frades). *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 38 (2), p. 325-346.

DEUS, A. Dias de & VIANA, A. (1953) – Mais três dólmens da região de Elvas (Portugal). *Zephyrus*. Salamanca. 4, p. 227-240.

DEUS, A. Dias de; LOURO, H. da Silva & VIANA, A. (1955) – Apontamento de estações romanas e visigóticas da região de Elvas (Portugal). *3.º Congreso Arqueologico Nacional (Galícia, 1953)*. Crónica. Zaragoza, p. 568-578.

FERREIRA, O. da Veiga; VIANA, A. & CASTRO, L. de Albuquerque e (1957) – O dólmen pintado de Antelas (Oliveira de Frades). *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 38 (2), p. 325-346.

FORMOSINHO, J.; FERREIRA, O. da Veiga & VIANA, A. (1953/1954) – Estudos arqueológicos nas Caldas de Monchique. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 14 (1-4), p. 62-225.

FRANCO, M. Lyster & VIANA, A. (1948) - Cemitério da Idade do Bronze nos arredores de Faro. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 11 (3-4), p. 299-305.

HELENO, M. (1951) – Arqueologia de Elvas. Notícia preliminar. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série II, 1, p. 83-94.

JALHAY, E. (1925) – El Asturiense en Galicia. *Boletin de la Comisión Provincial de Monumentos Historicos y Artisticos de Orense*. Orense, 7 (165), p. 341-352.

JALHAY, E. (1928) – A estação asturiense de La Guardia (Galiza). *Brotéria*. Caminha. 6 (2), p. 75-90.

JALHAY, E. (1947) – O monumento pré-histórico do Casal do Zambujal (Torres Vedras). Contribuição para o estudo da época do Bronze. *Brotéria*. Lisboa. 42 (4), p. 387-393.

MEIRELES, J. (1994) – As indústrias líticas pré-históricas do litoral do Minho (Portugal) e o seu quadro litostratigráfico. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 34 (3/4), p. 17-42.

PINTO, R. de Serpa (1928) – O Asturiense em Portugal. *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*. Porto. 4 (1), p. 5-44.

ROLO, M. (2014) – O contributo de Abel Viana para a arqueologia norte-alentejana. *Abel Viana 1896-1964 Paixão pela Arqueologia*. Catálogo da exposição Museu-Biblioteca Fundação da Casa de Bragança.

SCHUBART, H. (1964) – Grabungen auf dem Bronzezeitlichen Graberfeld von Atalaia in Sudportugal. *Madrider Mitteilungen*. Madrid. 5, p. 11-55.

SCHUBART, H. (1971) – O horizonte de Ferradeira. Sepulturas do Eneolítico final no Sudoeste da Península Ibérica. *Revista de Guimarães*. Guimarães. 81 (3/4), p.189-215.

VEGA DEL SELLA, Conde de la (1923) – *El asturiense nueva industria preneolitica*. Madrid: Museo Nacional de Ciencias Naturales (Comisión de Investigaciones Paleontológicas y Prehistóricas, Memoria 32.

VIANA, A. (1928) – Sabenças e lérias – X – O Asturiense em Portugal – Estações no litoral ao N. de Viana-do-Castelo. *Notícias de Viana*. Viana do Castelo. 1, 41 (22 Set. 1928), p. 2-3.

VIANA, A. (1929 a) – A estação asturiense de Areosa. *Portvcale*. Porto. 2 (7), p. 24-38 e 2 (8), p. 185-212.

VIANA, A. (1929 b) – As Insculturas rupestres de Lanhelas (Caminha, Alto-Minho). *Portucale*. Porto. 2 (10), p. 282-290; 2 (11), p. 350-356.

VIANA, A. (1932) – Carta pré e proto-histórica do distrito de Viana do Castelo. *Anuário do Distrito de Viana do Castelo*. Viana do Castelo. 1 (separata).

VIANA, A. (1934/1936) – Necessidade de uma lei reguladora da exploração arqueológica acauteladora do património arqueológico nacional. *Revista de Arqueologia*. Lisboa. 3, p. 237-246.

VIANA, A. (1941) – Leite de Vasconcelos. *Diário do Alentejo*. Beja. (19.5.1941).

VIANA, A. (1943) – O "Tombo" do hospital de Beja. *Brotéria*. Lisboa. 37 (9), p. 285-302.

VIANA, A. (1943) – Moedas da Lusitânia portuguesa. *Mvsev*. Porto. 2 (5), p. 166-169.

VIANA, A. (1945) – Paleolítico do Baixo Alentejo. Vale do Guadiana. *Brotéria*. 40 (2), p. 192-211.

VIANA, A. (1945/1947) – Paleolítico das margens do Guadiana. *Arquivo de Beja*. Beja. 2 (3-4), p. 356-391; 3 (3-4), p. 364-411; 4 (1-2), p. 115-147.

VIANA, A. (1946) – *Alguns exemplares paleolíticos de Cordoba la Vieja*. "Brotéria". Lisboa. 43:1 (Jul. 1946), p. 57-62.

VIANA, A. (1947) – Paleolítico dos arredores de Beja e do litoral algarvio - zona de Sotavento. *Brotéria*. Lisboa. 45 (7), p. 45-57.

VIANA, A. (1948) – Provável cemitério de escravos, em Loulé. *Ethnos*. Lisboa. 3, p. 1-4.

VIANA, A. (1949) – Restos de Ossónoba, no largo da Sé, em Faro. *Revista do Sindicato Nacional dos Engenheiros Auxiliares, Agentes Técnicos de Engenharia e Condutores*. Lisboa. N.°s 39 a 46 (separata).

VIANA, A. (1950) – Contribuição para a arqueologia dos arredores de Elvas. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 12 (3/4), p. 289-322.

VIANA, A. (1951) – O cemitério luso-romano do Bairro Letes. *Brotéria*. Lisboa. 53 (2/3), p. 145-165.

VIANA, A. (1952) – Ossonoba. O problema da sua localização. *Revista de Gvimarães*. Guimarães. 62 (3/4), p. 259-285.

VIANA, A. (1955 a) – A Cova da Moura. *3.º Congreso Arqueologico Nacional, 3.º, (Galícia, 1953)*. Actas. Zaragoza, p. 481-497.

VIANA, A. (1955 b) – *Notas de arqueologia alto alentejana (materiais do Museu Arqueológico do Paço Ducal de Vila Viçosa)*. Fundação da Casa de Bragança.

VIANA, A. (1956 a) – Asturiense das Astúrias e do litoral minhoto. *Libro Homenage al Conde de La Vega del Sella*. Oviedo: Diputación Provincial de Asturias, p. 185-198.

VIANA, A. (1956 b) – Notas históricas, arqueológicas e etnográficas do Baixo Alentejo. Arquivo de Beja. Beja. 13 (1-4), p. 110-167.

VIANA, A. (1956 c) – *Algumas notas sobre António Dias de Deus e suas pesquisas arqueológicas no concelho de Elvas*. Beja: edição do Autor.

VIANA, A. (1957) – Notas históricas, arqueológicas e etnográficas do Baixo Alentejo. *Arquivo de Beja*. Beja. 14 (1-4), p. 3-57.

VIANA, A. (1958) – *Notas históricas, arqueológicas e etnográficas do Baixo Alentejo*. *Arquivo de Beja*. Beja. 15 (1-4), p. 3-56.

VIANA, A. (1959 a) – Pequenos museus etnográficos. *Mensário das Casas do Povo*. Lisboa. 13, Abr. 1959, p. 13 a 15.

VIANA, A. (1959 b) – Necrópole pré-histórica da Atalaia: Aldeia dos Palheiros Ourique. *Conimbriga*. Coimbra, p. 83-96.

VIANA, A. (1960) – Insculturas rupestres do Alto Minho (Lanhelas e Carreço – Viana do Castelo, Portugal). *Boletin de la Comisión de Monumentos de Orense*. Orense. 20, p. 209-231.

VIANA, A. (1960/1961 a) – Cividade de Âncora. Notícia sobre a actividade do II Campo Internacional de Trabalho Arqueológico, promovido em 1960 pela Associação Académica de Coimbra. *Conimbriga*. Coimbra. 2-3, p. 247-270.

VIANA, A. (1960/1961 b) – Vidros romanos em Portugal – Breves notas. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 18 (1-2), p. 6-42.

VIANA, A. (1961 a) – *Necrópole romano-suévica (?) de Beiral – Ponte de Lima – Viana do Castelo*. Ponte de Lima: Câmara Municipal de Ponte de Lima.

VIANA, A. (1961 b) – Nossa Senhora da Cola. *Arquivo de Beja*. Beja. 17 (1-4). Separata.

VIANA, A. (1962 a) – *Algumas noções elementares de arqueologia prática*. Beja: Edição do Autor.

VIANA, A. (1962 b) – *Mamoa do Marchicão – Aldeia dos Palheiros (Ourique)*. 26.º Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências (Porto, 1962). Actas. Porto: Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, 7.ª Secção, p. 279-288.

VIANA, A. (1970) – Arqueologia, arqueólogos e escavações arqueológicas: monumentos, achados, espólios e museus. *1.º Congresso Nacional de Arqueologia (Lisboa, 1958)*. Actas e Memórias. Lisboa: Instituto de Alta Cultura. 2, p. 319-329.

VIANA, A. M. da Costa (1996) – Biobibliografia de Abel Viana. *Estudos Regionais*. p. 249- 303.

VIANA, A. M. da Costa (1997) – Abel Viana – pinceladas de um auto-retrato. *Estudos Regionais*. p.175-228.

VIANA, A. & DEUS, A. Dias de (1950) – Necropolis celtico-romanas del concejo de Elvas (Portugal). *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 23, p. 229-253.

VIANA, A. & OLIVEIRA, M. S. (1955) – Citânia de Santa Luzia (Viana do Castelo, Portugal). *Zephyrus*. Salamanca. 6, p. 61-88.

VIANA, A. & ZBYSZEWSKI, G. (1948) – Explorações pré-históricas de sílex, em Campolide. *Anais da Faculdade de Ciências do Porto*. Porto. 33 (2), p. 124-128.

VIANA, A. & ZBYSZEWSKI, G. (1952) – Paleolítico dos arredores de Beja. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 33, p. 99-153.

VIANA, A.; ANDRADE, R. Freire de & FERREIRA, O. da Veiga (1961) – O monumento pré-histórico do Monte Velho (Ourique). *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 45, p. 483-492.

VIANA, A.; FERREIRA, O. da Veiga & FORMOSINHO, J. (1949) – Necropolis de las Caldas de Monchique. *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 77, p. 291-312.

VIANA, A.; FERREIRA, O. da Veiga & FORMOSINHO, J. (1954) – Estudos arqueológicos nas Caldas de Monchique. Relance das explorações nas necrópoles da Idade do Bronze, do ano de 1937 ao de 1949. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 15 (1-2), p. 17-54.

VIANA, A.; FERREIRA, O. da Veiga & SERRALHEIRO, A. (1957) – Apontamentos arqueológicos dos concelhos de Aljustrel e Almodôvar. *23.º Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências (Coimbra, 1956)*. Actas. Coimbra: Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, 7.ª Secção, p. 461-470.

VIANA, A.; FORMOSINHO, J. & FERREIRA, O. da Veiga (1947) – Duas raridades arqueológicas. I – Um bocado de tecido pré-histórico. II – Navalha de barbear da Idade do Bronze. *Revista do Sindicato Nacional dos Engenheiros Auxiliares, Agentes Técnicos de Engenharia e Condutores*. Lisboa. 2 (24), p. 313-330.

VIANA, A.; FORMOSINHO, J. & FERREIRA, O. da Veiga (1949) – O conjunto visigótico de Alcaria (Caldas de Monchique). *Revista do Sindicato Nacional dos Engenheiros Auxiliares, Agentes Técnicos de Engenharia e Condutores*. Lisboa. 33 e 34 (separata).

VIANA, A.; FORMOSINHO, J. & FERREIRA, O. da Veiga (1953 a) – De lo prerromano a lo arabe en el Museo Regional de Lagos. *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 26, p. 113-138.

VIANA, A.; FORMOSINHO, J. & FERREIRA, O. da Veiga (1953 b) – Algumas notas sobre o Bronze Mediterrânico do Museu Regional de Lagos. *Zephyrus*. Salamanca. 4, p. 97-117.

VIANA, A.; FORMOSINHO, J. & FERREIRA, O. das Veiga (1953 c) – O capacete céltico do Museu Regional de Lagos (Algarve). *13.º Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências, 13.º, (Lisboa, 1950)*. Actas. Lisboa: Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, 7.ª Secção, p. 393-398.

XXVIII

AFONSO DO PAÇO, EUGÉNIO JALHAY E AS ESCAVAÇÕES DE VILA NOVA DE SÃO PEDRO (1937-1967): OS CONTRIBUTOS CIENTÍFICOS POSSÍVEIS E SUA PROJECÇÃO INTERNACIONAL [1]

NOTAS INTRODUTÓRIAS

Breves biografias de Afonso do Paço e de Eugénio Jalhay, da autoria de João Luís Cardoso, publicadas no site da ex-DGPC.

Afonso do Paço nasceu em Outeiro (Viana do Castelo) em 1895, tendo falecido em Lisboa em 1968 (Fig. 1). Foi como oficial do Exército que assegurou, ao longo da sua vida, o sustento e o de sua Família, tendo-se reformado no posto de Tenente-Coronel. Na Grande Guerra de 1914/1918 participou, como oficial miliciano, na Batalha de La Lys, a 9 de Abril de 1918, integrado no 4.º Grupo de Metralhadoras Pesadas; aprisionado pelos Alemães, regressou a Portugal a 16 de Janeiro de 1919. Da sua heróica acção em campanha falam as condecorações que possuía, com destaque para uma Cruz de Guerra de 2.ª Classe, duas "fourragères" da Cruz de Guerra e a medalha da Victória.



Fig. 1 – Tenente-Coronel Afonso do Paço (1895-1968). Arquivo de João Luís Cardoso / Octávio da Veiga Ferreira.

Tendo ingressado em 1924 na Arma de Administração Militar, ali desempenhou funções ao longo de toda a sua produtiva vida científica, para o que teria concorrido o pouco exigente serviço oficial de que estava incumbido.

Afonso do Paço optou, pois, por uma carreira militar relativamente apagada, em prol da disponibilidade que tal situação lhe facultava para desenvolver estudos na sua área de eleição, a Arqueologia. O início da sua actividade científica centrou-se no estudo das estações paleolíticas e epipaleolíticas do litoral da sua província natal, domínio de estudos que continuou a tratar ao longo dos anos. O convívio com o Padre Eugénio Jalhay, também estudioso daquela temática minhota, permitiu-lhe alargar rapidamente os horizontes da sua investi-

---

[1] CARDOSO, J. L. & RIBEIRO, M. (2013) – Afonso do Paço e as escavações de Vila Nova de São Pedro (1937-1967): os contributos científicos possíveis e sua projecção internacional. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 20, p. 755-770. Modificado.

Conforme se indica na primeira nota infrapaginal do trabalho publicado em 2013, a redacção do mesmo coube ao primeiro signatário, recorrendo a informações coligidas pela segunda signatária sob sua orientação, no âmbito de outro trabalho também por ambos assinado (RIBEIRO & CARDOSO, 2013).

gação. Com ele partilhou a escavação do povoado calcolítico fortificado de Vila Nova de São Pedro, iniciada por ambos em 1937 até ao falecimento de Jalhay, em 1950 e depois prosseguida apenas por Afonso do Paço, até ao ano do seu falecimento, em 1968. Para os jovens arqueólogos do século XXI é difícil sequer imaginar as dificuldades que tiveram de enfrentar, relatadas pelo próprio, com magros apoios, e escasso ou nulo reconhecimento por parte das autoridades oficiais, para quem a investigação daquele morro pré-histórico jamais foi reconhecida como relevante (até hoje). E, no entanto, os extraordinários resultados logo publicitados a nível internacional, fizeram com que acorressem às escavações os mais importantes pré-historiadores da época, reconhecendo-lhe a sua evidente relevância científica.

Com Jalhay estudava e publicava, ao mesmo tempo, entre outras estações pré-históricas, a necrópole de grutas artificiais de Alapraia (Cascais), de que viria a lume em 1941 primorosa monografia dedicada à Gruta II, consolidando as excelentes relações de cooperação mantidas ao longo dos anos com o município cascalense, consubstanciadas em outras publicações. Com diversos companheiros desenvolveu, então, profícua colaboração como é o caso de Octávio da Veiga Ferreira, Georges Zbyszewski, Fausto de Figueiredo, Maria de Lurdes Costa Arthur (uma arqueóloga injustamente esquecida), Maria de Lurdes Bártholo, Edward Sangmeister, João de Lemos, Joaquim Bação Leal, Abel Viana, Leonel Trindade, Hermanfrid Schubart, Hipólito Cabaço, Fernando Nunes Ribeiro, Lyster Franco, José Farrajota, Fernando de Almeida, Maxime Vaultier e Leonel Ribeiro, entre muitos outros.

Com tais colaborações foi-lhe possível meter ombros a trabalhos de campo de assinalável envergadura, como a escavação da *villa* romana de Cardílio (Torres Novas), ou o Castelo da Lousa, outra notável estação romana do concelho de Mourão. Com Leonel Ribeiro e Eugénio Jalhay explorou e publicou o povoado pré-histórico de Montes Claros (Lisboa), bem como as grutas artificiais de São Pedro do Estoril, em 1944, as quais só viriam a ser publicadas, conjuntamente com Vera Leisner, vinte anos depois, mercê das condições oferecidas pela Fundação C. Gulbenkian. Nessa fase das suas investigações evidencia-se o fulgor do arqueólogo, numa actividade multifacetada, desde a cartografia arqueológica – cuja importância foi o primeiro a reconhecer – à publicação de descobertas de excepcional importância, por vezes fortuitas, como é o caso das braceletes de ouro da Idade do Bronze de Atouguia da Baleia, ou a espada de época epicampaniforme de Pinhal dos Melos. Nalguns destes estudos foi concretizada importante de colaboração multidisciplinar, desde as faunas arqueológicas à paleobotânica, passando pela arqueometalurgia, denotando a sua singular capacidade de concretizar a prática Arqueologia numa perspectiva então inovadora. A escavação do campo da batalha de Aljubarrota, em 1959 e 1960 evidencia também a visão polifacetada com que entendia o trabalho arqueológico, neste caso procurando confirmar as fontes históricas sobre o espaço e condições em que decorreu aquela batalha decisiva, objectivo plenamente conseguido.

Entretanto, com Eugénio Jalhay iniciou em 1944 um outro grande projecto, a escavação da Citânia de Sanfins, prosseguido apenas por si, sem desfalecimentos, até ao final dos seus dias, já atingido pela terrível maleita que o viria vitimar, a par de muitos outros trabalhos arqueológicos, num exemplo raro de dedicação e de coragem e, o que é mais, de produtivo labor, através da sua monumental bibliografia, assim se eternizando a importância dos contributos que se lhe ficaram a dever, para benefício dos vindouros.

*** *** ***

Eugénio Jalhay nasceu em Lisboa, em 1891, tendo falecido na mesma cidade, em 1950 (Fig. 2).

A vida de Eugénio Jalhay, sacerdote jesuíta, pautou-se, para além do cumprimento das suas obrigações religiosas (ao falecer repentina e prematuramente, tinha presidido a mais de dez mil missas, a última delas na manhã desse mesmo dia, pela dedicação à Arqueologia, que desde cedo o atraíra.

Com efeito, com apenas 14 anos, ainda noviço da Companhia de Jesus no seminário do Barro (Torres Vedras), acompanhou a exploração da *tholos* do Barro, pelo Padre Bovier-Lapierre e pelo então Conservador do Museu Etnológico Dr. Félix Alves Pereira, deixando-lhe marcas profundas aquela experiência e o conhecimento que então travara com Leite de Vasconcelos. Com a implantação da República, como Jesuíta foi impedido de permanecer em Portugal, vindo a desempenhar funções em colégios que a Ordem possuía fora de Portugal, até que, em 1916, se estabeleceu no Colégio de La Guardia, do lado galego do rio Minho. Ali, a vocação pela Arqueologia fortificou-se, tendo alargado a sua área de investigações ao litoral das Astúrias, altura em que conheceu Hugo Obermaier, o Conde de la Vega del Sella e outros. Assim se explica a publicação, datada de 1925 das peças asturienses que se conservavam na colecção do Colégio de La Guardia, pouco depois de, no mesmo ano, Joaquim Fontes ter dado a conhecer a estação de Camposancos, situada naquele trecho litoral. Este estudo inaugurou uma série de importantes contributos sobre a cronologia e características daquelas indústrias, que vieram a lume nos anos seguintes.



Fig. 2 – Padre Eugénio Jalhay, SJ (1891-1950). (in PAÇO, 1951).

A frequência do Colégio de Oña, em Burgos, onde estudou Teologia, pô-lo em contacto com o "Corpus" das inscrições romanas elaborado por Hübner, ali existente, que potenciaram as suas capacidades para o estudo das epígrafes latinas, área em que se destacou, com publicações de mérito, como a dedicada às inscrições de Cárquere.

Em 1927, de novo em Portugal, inaugura-se um novo ciclo nas suas actividades arqueológicas. Desde logo assume responsabilidades na Associação dos Arqueólogos Portugueses. Foi na revista daquela Associação, conjuntamente com a revista Brotéria, que publicou a larga maioria dos seus trabalhos naquela época, de ampla diversidade temática, mas sempre de assinalável originalidade e servidos por uma escrita cuidada e sugestiva, desde as indústrias paleolíticas à arte rupestre do noroeste peninsular. Naquela associação travou conhecimento com Afonso do Paço em 1928, de que resultou, a breve trecho, uma colaboração frutífera, expressa por numerosos trabalhos publicados em co-autoria. Entre todos, merece destaque o projecto da escavação do povoado calcolítico fortificado de Vila Nova de São Pedro (Azambuja), tendo co-dirigido com Afonso do Paço, 13 das 14 campanhas de escavação anualmente ali realizadas entre 1937 e 1950. A importância, tanto nacional como internacional dos resultados obtidos permanece inalterada até à actualidade. Como sacerdote, não podia Jalhay esquecer as humildes gentes daquele lugarejo dos confins de Lisboa, que nele encontravam o conforto espiritual: como refere Afonso do Paço, "Vila Nova de São Pedro, que durante a semana era uma missão científica, transformava-se ao domingo numa missão de almas".

A escavação das grutas de Alapraia, exploradas entre 1932 e 1935, de que resultaram, também, importantes publicações, resultaram na recolha de espólios arqueológicos de extraordinária importância, expostos em sala de Arqueologia no Museu Condes de Castro Guimarães, em Cascais, na década de 1940 conjuntamente com os espólios recolhidos em outras estações cascalenses, estupidamente encerrada pelo actual executivo camarário depois de décadas ao serviço de extudantes, arqueólogos e simples curiosos.

Ao mesmo tempo que prosseguiam as explorações em Vila Nova de São pedro, outras realidades de extremo interesse chamaram também a sua atenção: o povoado pré-histórico de Montes Claros, com notável ocupação campaniforme, e a citânia de Sanfins em Paços de Ferreira; em ambos os sítios, Jalhay e Paço reali-

zaram importantes escavações, já na segunda metade da década de 1940, depois apenas prosseguidas pelo último. Com efeito, os esforços físicos e intelectuais a que fora obrigado nesses últimos anos da sua vida, repartindo o seu tempo livre entre as exigentes escavações de Vila Nova de São Pedro e de Sanfins, enfraqueceram a sua saúde. Para além das sua obrigações como sacerdote, acresceu ainda as funções que desempenhava como Vogal da Junta Nacional de Educação, desde Dezembro de 1938, as quais se consubstanciaram na avaliação, estudo, publicação e, em muitos casos, classificação, de muitas das ocorrências arqueológicas que fora incumbido de verificar, de natureza e cronologia muito diversas, prestando assim, também por esta via, valiosíssimo serviço ao conhecimento e salvaguarda do nosso Património Arqueológico.

1 – INTRODUÇÃO

Para este volume, dedicado à historiografia da Pré-História portuguesa foi selecionada temática em que tanto Afonso do Paço como Eugénio Jalhay deram o melhor de si próprios e mais se distinguiram, num esforço conjunto de treze anos ininterruptos: a exploração do povoado fortificado calcolítico de Vila Nova de São Pedro (Azambuja), iniciada por ambos em 1937 para só terminar trinta anos depois, em 1967, sob a responsabilidade de Afonso do Paço, após o falecimento de Eugénio Jalhay em 1950.

O presente trabalho corresponde ao desenvolvimento de um contributo já publicado sobre as escavações realizadas no povoado calcolítico fortificado de Vila Nova de São Pedro (Azambuja), que tratou especialmente os aspectos políticos, institucionais, administrativos e logísticos que presidiram às escavações realizadas, no quadro da investigação arqueológica desenvolvida em Portugal entre os finais da década de 1930 e os finais da década de 1960, abarcando, deste modo, a quase totalidade do Estado Novo (RIBEIRO & CARDOSO, 2013).

Importava prosseguir o trabalho encetado com a caracterização dos principais resultados científicos obtidos em tão prolongados trabalhos, que abarcaram trinta ininterruptos anos de escavações, dando a conhecer o efectivo impacto que tais trabalhos tiveram na comunidade científica da época, aquém e além fronteiras. É esse o desígnio de este contributo.

2 – BREVE CARACTERIZAÇÃO DO SÍTIO ARQUEOLÒGICO

O povoado calcolítico fortificado de Vila Nova de São Pedro, também designado como "Castro" de Vila Nova de São Pedro, encontra-se no Nordeste do concelho de Azambuja, a cerca de 55 km de Lisboa, perto da localidade do mesmo nome.

Estrategicamente localizado num outeiro, a cerca de 100 metros de altitude, cuja toponímia local o designa por alto do "Castelo"; nas suas proximidades corre a ribeira de Almoster e algumas outras linhas de água. O istmo ou promontório, assim isolado pelo entalhe das linhas de água mencionadas, constitui plataforma de topografia regular, oferecendo condições naturais de defesa, exceptuando-se o lado por onde ainda hoje se faz o acesso ao sítio arqueológico.

Vila Nova de São Pedro possui um dispositivo defensivo complexo de há muito conhecido, embora as vicissitudes da exploração arqueológica tenham determinado um desconhecimento muito desigual das diversas linhas defensivas que o integram, suas características, cronologia e desenvolvimento. Tais assimetrias no conhecimento da estação arqueológica, devem-se em parte às dificuldades sentidas pelos arqueólogos responsáveis – Afonso do Paço e Eugénio Jalhay – no decurso das escavações, a que ambos devotadamente se dedicaram, tendo ambos perdido a vida (respectivamente em 1950 e em 1968) sem as terem concluído.

Com efeito, as prioridades do Estado Novo em matéria de investigação histórico-arqueológica e de política de recuperação do Património foram invariavelmente canalizadas – especialmente nas duas décadas áureas do regime, correspondentes aos anos 30 e 40 do século XX – para outros domínios cronológicos e temáticos, tais como a etnogénese do Povo Português, relacionada directamente com os Lusitanos e a Cultura Castreja, a par da recuperação sistemática de castelos e templos medievais, que evocavam por um lado a defesa da Independência do Reino, e, por outro, a Cristandade dos Portugueses, sob cuja inspiração se processou a Reconquista e, depois, a dilatação da Fé e do Império. Tal opção política explica as magras verbas alocadas ao longo dos anos às escavações de Vila Nova de São Pedro, apesar de os trabalhos serem promovidos por arqueólogos da confiança do Regime, o sacerdote jesuíta Padre Eugénio Jalhay e o então Capitão Afonso do Paço, que após o falecimento do primeiro assegurou a continuidade dos trabalhos, até ao seu desaparecimento, já como Tenente-Coronel retirado do serviço activo (FERREIRA, 1970).

3 – RESULTADOS OBTIDOS E SUA PROJECÇÃO INTERNACIONAL

Apesar dos magros recursos alocados pelo Estado às escavações anualmente realizadas, já devidamente quantificados e publicados (RIBEIRO & CARDOSO, 2013), os resultados das sucessivas campanhas iam sendo atempadamente publicados, chamando progressivamente a atenção dos poucos investigadores nacionais sediados nas escassas instituições que se dedicavam à investigação arqueológica para a sua importância, sendo por isso rapidamente projectados além-fronteiras, o que explica a vinda de arqueólogos estrangeiros a Portugal, atraídos pela bela fortificação que se ia a pouco e pouco pondo a descoberto, mas sobretudo, pelo ineditismo e diversidade do espólio encontrado e pela riqueza informativa que o mesmo proporcionava para o enquadramento desta sociedade pré-histórica. Com efeito, durante as três décadas consecutivas em que dirigiu as escavações, Afonso do Paço, contou com a visita e colaboração de muitos arqueólogos, nacionais e estrangeiros, bem como com a participação de especialistas de outras áreas científicas, que o auxiliaram no estudo do espólio obtido ao longo das escavações.

Estas presenças permitiram a partilha de experiências e saberes num intercâmbio de ideias e metodologias, que constituíram uma mais valia para o aprofundamento do conhecimento desta estação arqueológica, que de ano para ano se afigurava cada vez mais importante no contexto peninsular e europeu, constituído até então uma novidade absoluta.

Logo em 1939 identificou-se notável ritual de fundação, com o enterramento pelo menos um bovídeo, associado a um grande recipiente cerâmico, cujas características foram cuidadosamente descritas (PAÇO, 1943), mas das quais se não extraiu a devida conclusão, valorizando-se mais o recipiente, pelas suas inusitadas dimensões, do que o todo do qual fazia parte integrante (CARDOSO, 2009).

Em 1942, o Prof. Padre Henri Breuil, que permaneceu em Portugal durante um longo período de tempo, no decurso da 2.ª Guerra Mundial, teve a oportunidade de visitar as escavações, na companhia de Georges Zbyszewski e de classificar numerosos restos de mamíferos delas provenientes, identificando as seguintes espécies: boi, cabra, cavalo, burro, cão, veado, javali, lobo, urso, lince e texugo. Estas informações foram prontamente aproveitadas, vindo a ser mencionadas no relato das escavações de 1939, 1940 e 1941 (PAÇO & JALHAY, 1942), 1942 (PAÇO & JALHAY, 1943), e em publicações ulteriores. Ali se menciona a grande estatura de alguns bovídeos, o que pressupõe a possibilidade de existência de auroque, tal como se verifica em outros povoados calcolíticos estremenhos. Com efeito, tal possibilidade foi expressamente admitida pelo Prof. Xavier da Cunha, ao verificar a presença de ossos e dentes de dimensões invulgares, entre os restos recuperados na

campanha de 1953 (PAÇO, 1958 a, p. 76). Já a presença do burro doméstico (*Equus asinus*) merece ser encarada sob reserva, dado que poderá corresponder a restos de épocas mais recentes, ainda que a presença desta espécie no Calcolítico da Estremadura tenha sido recentemente demonstrada, com base em resto recolhido no povoado de Leceia (CARDOSO et al., 2013).

A partir de 1942, a Estação Agronómica Nacional prestou colaboração científica através do Eng.º agrónomo António R. Pinto da Silva, que determinou as espécies das sementes incarbonizadas entretanto recolhidas, objecto também de pronta publicação por parte de Afonso do Paço (PAÇO & JALHAY, 1942). Este engenheiro continuou, nos anos seguintes, a prestar a sua colaboração científica, vindo os resultados a serem, estranhamente, publicados apenas por Afonso do Paço, ou por este e por as suas colaboradoras de então, limitando-se a transcrever as missivas de Pinto da Silva onde tais determinações lhe eram apresentadas, prática que prosseguiu ao longo dos anos (PAÇO, 1952; PAÇO, 1954; PAÇO, 1958 a; PAÇO & ARTHUR, 1953, 1955).

Em 1944, Maxime Vaultier e o Dr. Georges Zbyszewski voltaram a visitar as escavações (o segundo já tinha acompanhado Breuil em 1942) (PAÇO, 1954, p. 41), tendo regressado em 1946, juntando-se a estes o Prof. Carlos Teixeira, para se proceder a um reconhecimento geológico do castro e imediações.

Em 1945, as escavações receberam a visita de Georg e Vera Leisner, que, conforme declara Afonso do Paço, "compararam VNSP a Los Millares (...), disseram que o cemitério devia ficar para os lados do moinho de vento, em todo o caso nunca a mais de 5 ou 8 minutos de caminho" (PAÇO, 1954, p. 47). Esta informação, por certo inspirada pela realidade verificada em Los Millares (Almeria), não se confirmou, configurando uma das maiores lacunas no conhecimento da estação arqueológica, como um todo, também extensiva a todos os outros povoados calcolíticos estremenhos mais importantes. O casal de arqueólogos alemães voltou em 1949 (PAÇO, 1954, p. 75), tendo então admitido a existência de dois povoados sobrepostos, destruídos por incêndios, sendo o mais moderno já da época argárica, com base essencialmente na recolha de um machado de tipologia característica, o qual, depois de analisado, confirmou tratar-se efectivamente de uma liga de bronze (SOARES, 2005). Voltaram ambos uma terceira vez em 1950, para realizarem algumas sondagens próximo do povoado na tentativa de encontrarem a necrópole, que se mostraram infrutíferas (PAÇO, 1954, p. 79).

Em 1951, o Eng.º Carlos Martins de Oliveira, do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, informou que as análises às ligas metálicas efectuadas às amostras enviadas confirmavam a existência de objectos de bronze. Com efeito, a colaboração com aquele laboratório do Estado havia de revelar-se muito importante, através da participação da Eng.ª Antera Valeriana de Seabra, que se estendeu às observações metalográficas das ligas metálicas em apreço, pela primeira vez efectuadas em Portugal. Uma vez mais, se observa a postura de Afonso do Paço de não conceder colaboração na autoria dos trabalhos em que publicou os resultados obtidos pelos especialistas das diversas áreas a que recorria: publicou-os sozinho (PAÇO, 1954, 1955), ou em co-autoria com quem nada tinha contribuído para eles (PAÇO & ARTHUR, 1956), postura que se afigura reprovável, mesmo tendo em consideração as regras vigentes à época.

As análises de ligas de cobre por espectrografia de Raios X, de artefactos de VNSP foi de novo tratada aquando da realização sistemática, no âmbito do projecto europeu do Laboratório de Stuttgart, tendo as colheitas de materiais sido efectuadas por Edward Sangmeister e por Béatrice Blance (PAÇO, 1964 a, p. 160). Contudo, desta vez a realidade foi outra: os resultados foram primeiramente publicados na Alemanha, sem a participação de A. do Paço, o que se compreende, dado que se tratava de um *corpus* envolvendo o espaço europeu, para o qual contribuíram numerosos arqueólogos, incluindo outros portugueses.

Uma das mais notáveis descobertas efectuadas na campanha de 1952, foi o forno de cozer cerâmica, conforme então se considerou, o qual se encontraria em plena laboração na altura em que foi destruído, ou pelo menos abandonado (PAÇO, 1957). Esta estrutura, adossada a um troço da face interna da muralha

da fortificação central posto à vista naquele ano, possui planta semi-circular e cobertura em falsa cúpula feita de blocos pétreos ligados por sólida argamassa de greda de cor esbranquiçada. Nesse mesmo ano, o Eng.º Agrónomo J. Vieira Natividade, reconheceu através do estudo de amostras, a presença do pinheiro (?) e da cortiça de sobreiro, associada a restos recolhidos aquando da escavação do forno para cozer cerâmicas, mas os resultados foram de novo exclusivamente apresentados por Afonso do Paço, através da simples transcrição da missiva que lhe foi enviada pelo ilustre Professor do Instituto Superior de Agronomia (PAÇO, 1952, p. 19). O mesmo procedimento foi extensivo às colaborações dos Drs. Georges Zbyszewski e O. da Veiga Ferreira, que se ocuparam, no mesmo ano, da identificação dos moluscos marinhos. Ainda em 1952, Afonso do Paço contou com a colaboração da Dr.ª Maria de Lourdes Costa Arthur, que, após o falecimento do Padre E. Jalhay, ocorrido a 30 de Novembro de 1950 partilhou a coordenação dos trabalhos realizados, e a publicação de alguns dos respectivos resultados (Fig. 3). Na verdade, a referida colaboradora interveio em apenas três campanhas de escavações, as de 1951 a 1953, conforme declara A. do Paço (PAÇO, 1957, p. 89, nota 1), as quais envolviam também a crivagem sistemática das terras das escavações, (Fig. 4), e a remoção das mesmas com recurso a um sistema de vagonetas sobre carris (Fig. 5).

Em 1953, foi enviado para o Instituto de Antropologia da Universidade de Coimbra, ao cuidado do Prof. A. Xavier Cunha, um conjunto de fragmentos de ossos e dentes de animais recolhidos na campanha daquele ano. Como de costume, o trabalho foi apenas subscrito por Afonso do Paço, que se limitou a transcrever, como era seu timbre, a carta do referido Professor com a lista de espécies identificadas (PAÇO, 1958 a, p. 75). Nesta lista, importa registar a existência de castor (*Castor fiber*, L.), cujos restos, dado o seu interesse, foram ulteriormente publicados por aquele Professor (CUNHA, 1961). Com efeito, foi a primeira e única vez que se identificou a presença de tal espécie no Holocénico do território português. Nova remessa de restos faunísticos, recuperados na campanha de 1956, foi enviada a Xavier da Cunha, tendo resultado em lista publicada (PAÇO, 1958 a). Com algumas pequenas diferenças, os resultados apresentados por Xavier da Cunha a Afonso do Paço, corroboram os obtidos em 1942 por Henri Breuil.



Fig. 3 – Afonso do Paço, ao centro, com grupo de trabalhadores e trabalhadoras. Ao seu lado direito, encontra-se Maria de Lurdes Costa Arthur. Campanha de escavações de 1952. Foto cedida pelo Museu Sebastião Arenque (Azambuja).



Fig. 4 – Crivagem das terras. De notar a utilização exclusiva de mulheres, tanto na operação de recolha de artefactos (existindo caixas de madeira compartimentadas onde estes eram recolhidos, como no abastecimento da água. Campanha de escavações de 1952. Foto cedida pelo Museu Sebastião Arenque (Azambuja).



Fig. 5 – Sistema de carris/vagonetas. Afonso do Paço é o último do lado direito, observando-se M. L. Costa Arthur por detrás da vagoneta. Note-se a existência do forno para cozer cerâmica, adossado ao paramento interno da fortificação central. Campanha de escavações de 1952. Foto cedida pelo Museu Sebastião Arenque (Azambuja).

Importa salientar que as amostras de madeira incarbonizada recolhidas em 1952 aquando da escavação do que foi então considerado a estrutura de um forno para cozer cerâmicas, foram, logo em 1953, enviadas através da Embaixada dos Estados Unidos da América em Lisboa, para a Universidade de Harvard, ao cuidado do Dr. Bruce Howe, afim de, com a colaboração do Prof. Movius, proceder a análises de Carbono 14 (PAÇO, 1957). Infelizmente, esta iniciativa, não teve o sucesso que merecia, por não ter a datação sido considerada prioritária, tendo a amostra sido devolvida a Lisboa por intermédio do General Humberto Delgado, então Adido Cultural em Washington, acompanhada da determinação de pinheiro (*Pinus* sp.) pelo Prof. de Botânica da Universidade de Harvard, Prof. Barghoorn, Caso tivesse tido êxito, esta datação teria sido a primeira realizada em Portugal pelo método do radiocarbono, escassos anos depois de o método ter sido certificado internacionalmente. Logo no ano seguinte, essa lacuna seria preenchida, pela amostra remetida por Jean Roche e O. da Veiga Ferreira para o laboratório de Saclay, França, recolhida em 1954 no concheiro da Moita do Sebastião (SOARES, 2008).

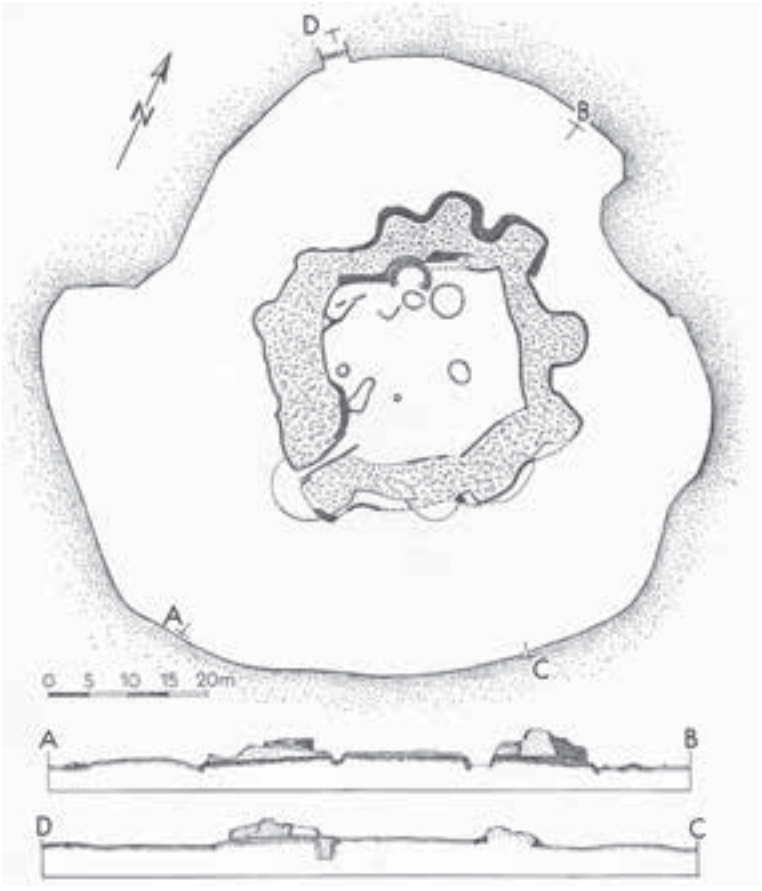


Fig. 6 – Planta e cortes de VNSP, resultantes da participação de Edward Sangmeister na campanha de escavações de 1955 (seg. PAÇO & SANGMEISTER, 1956 a, 1956 b).

Em 1955, com a colaboração de Edward Sangmeister, Prof. da Universidade de Marburg e do Instituto Arqueológico Alemão (Delegação de Madrid), foi elaborada a primeira planta rigorosa da fortificação (Fig. 6), fruto da utilização de metodologias de escavação e de registo mais avançadas, a qual foi de imediato publicada (PAÇO & SANGMEISTER, 1956 a; 1956 b). A vinda de Sangmeister decorreu do interesse suscitado pela comunicação de Afonso do Paço e M. L. Costa Arthur à IV Sessão do Congresso Internacional de Ciências Pré-Históricas e Proto-Históricas, reunido em Zaragoza, em Madrid, em Abril de 1954 (não publicada nas respectivas actas), como Paço declara, em nota introdutória ao trabalho por si publicado em Portugal com Sangmeister (PAÇO & SANGMEISTER, 1956 a).

Com efeito, desde 1951 se tinham identificado estratigrafia e estruturas, as quais continuaram a procurar-se em 1952, designadamente a face exterior da muralha da fortificação interna (PAÇO, 1958 a), ano em que se localizou o já putativo forno para cozer cerâmicas, encostado à parede interna daquela estrutura defensiva, conforme se concluiu mais tarde (PAÇO, 1957) (Fig. 7).

Foi também naquele ano que o sistema de vagonetas sobre carris para evacuação de terras das áreas escavadas mais se desenvolveu, sem prejuízo de já desde 1939 tal sistema se encontrar montado, ao ponto

de ter então atravessado num sector a muralha da fortificação central, sem que disso A. do Paço se tivesse apercebido (PAÇO, 1943, Fig. 10).

Em 1951 verificou-se, pela primeira vez, a existência de correspondência entre os panos de muralha interiores exteriores da fortificação central, representados por cubelo, dos diversos que depois se puseram a descoberto no recinto interno, tendo-se levantado a planta da área escavada, que grosseiramente reproduz o traçado dispositivo defensivo (fortificação central), ainda quase completamente ignorado por Afonso do Paço (PAÇO, 1952, Fig. 2). Conforme declara *a posteriori*, "*O seu encontro abriu uma nova era nas escavações deste castro (...)*" (PAÇO, 1958 a, p. 72), verificando-se a sua acentuada sinuosidade e assinalável espessura (PAÇO & SANGMEISTER, 1956 a, p. 96) (Fig. 8).



Fig. 7 – Planta de VNSP realizada após a campanha de 1951 (seg. PAÇO, 1952).

O principal objectivo da campanha de 1954, era o de prosseguir a identificação do contorno externo daquele recinto, pondo-se a descoberto mais dois cubelos e o que poderia constituir um pequeno lanço da segunda linha defensiva (PAÇO, 1958 a, p. 81 e Fig. 1).

Os resultados obtidos em 1954 prenunciavam claramente os que viriam a ser obtidos na campanha de 1955, tendo então sido levantada, com o contributo decisivo de Sangmeister, a já acima referida planta de todo o dispositivo defensivo representado pela fortificação central, publicada apressadamente e apenas por Paço (PAÇO, 1955) um ano antes do trabalho que elaborou conjuntamente com Sangmeister (PAÇO & SANGMEISTER, 1956 a; 1956 b). Note-se, porém, a forma maniqueísta utilizada por Paço, ao declarar que Sangmeister "assistiu, como convidado, à escavação do castro de VNSP em 1955" (PAÇO & SANGMEISTER, 1956 a, p. 103), menorizando a importância do contributo do arqueólogo alemão naquela campanha, quando na verdade foi a ele que se deveu o principal impulso para a rápida a cabal compreensão da natureza da fortificação central, até então significativamente designada de "Morro Central", por falta de adequada compreensão da sua natureza e significado.

A participação de estrangeiros nas escavações de VNSP torna-se, depois do sucesso da presença de Sangmeister, frequente, coroando a actuação de Afonso do Paço que desde muito cedo procurou, com êxito, dar conhecimento internacional da estação: disso é prova a longa lista de felicitações apresentadas por eminentes arqueólogos europeus, em resposta ao envio dos primeiros trabalhos, publicada logo em 1942



Fig. 8 – Vista parcial de Norte da fortificação interna da VNSP, obtida por Edward Sangmeister, evidenciando-se dois bastiões maciços que a integram. Arquivo de João Luís Cardoso / Octávio da Veiga Ferreira.

(PAÇO & JALHAY, 1942). O sítio, mercê da sua precoce projecção científica internacional, em resultado de uma acertada política de divulgação dos resultados e de apresentação destes em numerosas reuniões científicas, atrai assinalável número de pré-historiadores e de jovens que o procuraram para a realização dos seus primeiros trabalhos científicos.

A esse propósito Afonso do Paço manifesta-se através de uma carta enviada ao Director-geral do Ministério das Obras Públicas considerando que a participação de estrangeiros nas escavações é do maior interesse para o país, alegando que a autorização concedida anteriormente ao Instituto Arqueológico Alemão em Madrid, para a vinda de E. Sangmeister abriu um precedente, havendo outros tantos que manifestaram esse desejo, sobretudo pela semelhança entre Vila Nova de São Pedro e o célebre povoado calcolítico de Los Millares (Almeria), dado a conhecer pelos irmãos Siret nos finais do século XIX.

Nessa missiva, informa da vinda da licenciada Béatrice Blance, da Universidade de Edimburg, que vinha preparar a sua tese de doutoramento sobre Vila Nova de São Pedro e outros povoados semelhantes na Península. Na verdade, a então jovem arqueóloga britânica pretendia desenvolver estudos para o seu doutoramento, defendido em 1960, tendo a estada em Portugal propiciado a redacção de interessantes trabalhos sobre o terceiro milénio a.C. na Península Ibérica, nos quais transparece a ideia dominante da época, a de um difusionismo cultural que, oriundo do Mediterrâneo oriental, teria influenciado de forma determinante a realidade cultural calcolítica do território português. Esta perspectiva, que em muito se deveu às escavações de VNSP (BLANCE, 1957), era partilhada pela generalidade dos pré-historiadores europeus da época, e encontrava-se apoiada ainda em algumas peças recolhidas em VNSP: lembre-se a recolha em 1941, de notável esta-

tueta antropomórfica de osso ou marfim, a qual, tendo sido observada por Breuil, logo na altura da descoberta, lhe lembrou logo as estatuetas orientais de Susa e da Caldeia (PAÇO & JALHAY, 1942). Os mesmos autores invocam também outros paralelos, de origem egípcia, ou as estatuetas pré-micénicas de Amorgos. Com efeito, trata-se de notável exemplar que, a par de outros recolhidos na estação, configuram inquestionável conotação cultural com o Próximo Oriente (GOMES, 2005). Outra peça, igualmente valorizada por este autor na perspectiva aludida, corresponde a uma cabeça de alfinete em forma de ave, que apareceu na campanha de 1946, tendo sido desde logo correctamente considerada como "coisa que destoa do conjunto arqueológico e nos faz pensar em influências do Mediterrâneo oriental" (PAÇO, 1954, p. 52). Aliás, remonta ao já então longínquo ano de 1942 a apresentação de comunicação de E. Jalhay sobre as afinidades observadas entre alguns objectos recolhidos em VNSP e exemplares egípcios pré-dinásticos (JALHAY, 1943), constituindo um contributo inovador no quadro peninsular, depois dos trabalhos seminais de Siret na Andaluzia Oriental (ver, por todos, SIRET, 1913).

Afonso do Paço sublinha ainda que, sendo estes estrangeiros considerados convidados do director das escavações, caberia a este dar-lhes a assistência necessária no local, nomeadamente assumir os custos relativos ao alojamento e alimentação, facto para o qual chama a atenção, pedindo que sejam facultados verbas extras. Conclui-se assim que estas despesas não estavam contempladas nas verbas atribuídas anualmente para a realização dos trabalhos no início de cada ano económico.

No final de 1955, Afonso do Paço envia uma carta à Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, entidade que maioritariamente apoiava financeiramente a realização dos trabalhos (RIBEIRO & CARDOSO, 2013), em que comunica ter recebido por parte da Mocidade Portuguesa um pedido de colaboração nos trabalhos de campo para estudantes nacionais e estrangeiros, a organizar no Verão de 1956. Solicita então a autorização para a organização desses trabalhos, deixando a logística, montagem da operação e escolha dos estudantes a cargo da Mocidade Portuguesa, reservando para si a componente arqueológica, pedindo, orientações. Este pedido obriga a determinadas reflexões por parte da Junta Nacional de Educação (JNE), que designou como relator o Dr. J. M. Bairrão Oleiro. Segundo o interessante parecer por este elaborado, por falta de experiência de organização de campos de trabalho deste género, em Portugal, seria prudente começar com estudantes nacionais. Serviria como "trabalho de campo experimental", apenas com um reduzido número de estudantes, que se ocupariam de tarefas mais delicadas, como levantamentos, desenhos de perfis e secções, lavagem e selecção de materiais, inventariação, colagens e restauros, preparação e execução de cortes estratigráficos, redacção de diários de escavações, etc., evitando desta forma alguns conflitos que pudessem surgir com os demais trabalhadores recrutados, com tarefas já bem definidas. Caso esta experiência obtivesse resultados positivos, então seria de avançar ulteriormente para a participação de estudantes estrangeiros e organizar outros trabalhos de campo no futuro. A falta de meios financeiros e carências reconhecidamente assumidas, deveriam ser dissimuladas dentro do possível, pois, caso a organização deste primeiro campo de trabalho corresse mal na presença de estudantes ou investigadores estrangeiros, mais bem preparados e apetrechados, poderia traduzir-se por certo embaraço colocando não só em cheque os organismos estatais, como a imagem do próprio País.

Tendo presente esta advertência, a organização de campos de trabalho internacionais de Arqueologia ulteriormente realizados em Portugal tiveram o apoio oficial, e saldaram-se por assinalável aceitação, sendo considerados de interesse e proveito por parte da JNE, designadamente para os estudantes de Arqueologia, que teriam assim a oportunidade de desenvolvimento de aptidões, conferindo conhecimentos práticos em complemento dos adquiridos nas Faculdades. Constituiriam, além disso, uma mais valia, pois eram poucas as possibilidades que se ofereciam de participarem activamente em trabalhos de campo, pelo que A. do Paço adoptou

idêntico procedimento pouco depois, aquando da exploração por si conduzida do povoado pré-histórico da Parede, no concelho de Cascais (PAÇO, 1964 b).

Em 1957, por indicação do Prof. Gordon Childe, tomou parte das escavações a arqueóloga Célia Topp, que fora aluna do Instituto de Arqueologia da Universidade de Londres, para o estudo dos alfinetes em forma de "cabeça de papoula", considerados mais um indicador de influências oriundas do Mediterrâneo oriental. É interessante sublinhar a estreita amizade existente entre os dois arqueólogos. Em 1953, Paço dedicou-lhe artigo nesse ano publicado acerca dos perfis dos vasos não decorados, respondendo assim a observação que Childe lhe fizera a tal respeito, provavelmente nas férias do Natal de 1949, quando visitou VNSP (CARVALHO, 1991, p. 275). A admiração que lhe devotava Paço encontra-se expressivamente registada no tratamento por "mestre e amigo" (PAÇO, 1953). Mais tarde, dedicou-lhe a publicação relativa à 20.ª campanha de escavações, com a seguinte dedicatória: "À memória do querido Mestre e Amigo Prof. Gordon Childe, grande admirador de VNSP que a morte vitimou tragicamente, na Austrália, em Outubro de 1957" (PAÇO, 1958 a).

Compreende-se o entusiasmo do eminente pré-historiador anglófono por VNSP, por este sítio se ajustar na perfeição à perspectiva difusionista que desde sempre defendeu, sublinhando-se a proximidade entre estes dois homens, de concepções políticas muito diferentes.

Em 1959, é a vez de estar presente o Dr. H. N. Savory, da Universidade de Oxford e Director do Departamento de Arqueologia do National Museum of Wales (Cardiff) juntamente com Miss Brenda Capstick, da mesma Universidade e do Council for British Archaeology (Londres), considerado, entre outras áreas da arqueologia, especialista em fortificações pré e proto-históricas.

Foi somente com a colaboração de Savory, que se procedeu a um verdadeiro registo estratigráfico do sítio arqueológico, e mesmo assim muito localizado, mediante a realização de um corte completo executado na muralha interna do dispositivo defensivo (fortificação central), apenas publicado de forma exaustiva em 1970 (SAVORY, 1970). Este trabalho foi contudo precedido de observações que, desde 1950, se efectuaram sobre a estratigrafia, pelo reconhecimento da presença de cerâmicas caneladas do Calcolítico Inicial do grupo dos "copos" nas camadas mais baixas e das produções campaniformes nas camadas superiores da sucessão estratigráfica (PAÇO, 1954). Tal observação foi precisada na campanha de escavações de 1956, quando se verificou a existência de uma camada basal, subjacente à muralha da fortificação central, designada por Vila Nova I, contendo fragmentos das referidas produções (Paço, 1958 a; Paço, 1958 b), antecedendo portanto a realização do corte estratigráfico por Savory.

Da mesma forma, haviam-se claramente reconhecido em 1951 "lanços de muralha", que não são mais do que a face interna da muralha da fortificação central, conforme transparece claramente da planta então publicada (Fig. 6) (PAÇO, 1952, Fig. 2). Acontece porém que estas observações essenciais foram publicadas sem que tivesse havido a preocupação de as contextualizar e enquadrar numa sequência estratigráfica geral, que só com Savory foi obtida, afigurando-se como meros aspectos isolados de uma realidade cujo fio condutor escapava por completo a Afonso do Paço. A incapacidade de interpretação global da situação que denodadamente desenterrava, ano após ano, é evidenciada pelo facto de, uma vez identificado o aludido pano de muralha, em 1951, não ter sido capaz de o seguir, através de uma simples escavação em extensão.

O referido corte evidenciava a notória complexidade de ocupações e de fases construtivas que caracterizam este povoado, vindo assim a constituir complemento da planta anteriormente publicada por Paço e Sangmeister.

Se os contributos mais decisivos sobre os progressos do conhecimento científico do sítio se devem a estrangeiros, que ali trabalharam na segunda metade da década de 1950, já a escavação ia nos seus quase vinte anos de existência, tal parece explicar-se pelo facto de os arqueólogos nacionais daquela época, em geral, e em

particular Afonso do Paço, não possuírem a preparação necessária para proceder a um trabalho de escavação e de registo criteriosos, compatíveis com a envergadura do sítio arqueológico em apreço e com a sua interpretação global, que se impunha. Apesar de todo o seu empenho e honestidade científica, Afonso do Paço e os seus escassos colaboradores de terreno, designadamente M. L. Costa Arthur, cuja experiência anterior se desconhece, não possuíam a preparação necessária para meterem ombros a tão exigente tarefa. Não obstante, é assinalável a actualização científica de Afonso do Paço, proporcionada pela sua frequente comparência em reuniões internacionais e pelo convívio e permuta de publicações com arqueólogos estrangeiros, como se conclui das citações a que recorre no âmbito das comparações dos espólios recuperados.

Afonso do Paço, reconhecendo a evidência da superior preparação técnica e científica dos seus colegas estrangeiros que com ele trabalharam em VNSP, sentia-se muito confortável no papel de anfitrião, por forma a valorizar a estação arqueológica a nível internacional e a assegurar a defesa do seu próprio trabalho. Foi sem dúvida opção inteligente e fora da sua época, dado o secretismo então reinante na actividade arqueológica, incentivado e praticado ao mais alto nível (CARDOSO, 1999). Mas essa ajuda no terreno, consubstanciada pela presença de Sangmeister em 1955 e de Savory em 1959 chegou tarde, quando a maioria da estação se encontrava já irremediavelmente escavada, sem registos susceptíveis de perceber os contextos removidos, as sequências, e as estruturas de carácter habitacional irremediavelmente destruídas. Assim, as fundadas reservas do Vogal da Junta Nacional da Educação (JNE) Dr. Bairrão Oleiro, ao apreciar a conveniência da abertura de um campo internacional de Arqueologia em VNSP, corroboram a consciência que as autoridades portuguesas – ou os seus elementos mais lúcidos e informados – tinham da inferior qualidade do trabalho ali realizado, quando comparado com o que de melhor então se fazia além-fronteiras. Vila Nova de São Pedro foi escavada cedo demais, pior, numa época em que já se não poderiam admitir deficiências e lacunas tão gritantes, que deixavam mal impressionados alguns dos visitantes. Um de nós (J.L.C.) teve a oportunidade de registar em 1998 uma dessas opiniões, transmitida por um então jovem pré-historiador inglês, que visitou a estação em 1954, o Dr, Humphrey Case, não obstante os desvelados elogios emitidos por todos os visitantes estrangeiros relativamente ao sítio, de certo influenciados mais pela impressão de coisa nova e então absolutamente única que este lhes causava, do que pela qualidade dos trabalhos que ali presenciaram.

Em 1944, o Prof. Júlio Martínez Santa-Olalla, Professor da Universidade de Madrid e Comisario General de Excavaciones Arqueológicas, visita Vila Nova de São Pedro, na companhia de Afonso do Paço, e do seu colega espanhol, que o acompanhou no decurso de toda a sua visita a Portugal, Bernardo Sáez Martín (Fig. 9).

A extraordinária impressão que este lhe provocou, levou-o a convidar os escavadores para publicarem, em Madrid, um sumário dos resultados das escavações, conforme declarou mais tarde A. do Paço (PAÇO, 1954, p. 31), o que conduziu a importante publicação de síntese (JALHAY & PAÇO, 1945). E, em entrevista concedida ao Correio da Manhã, publicada na edição de 22 de Abril daquele ano, o ilustre Catedrático espanhol sublinha a importância transcendente do sítio para o conhecimento daquela sociedade pré-histórica, para a História da Península e da Europa, e das suas relações com o Egipto, e outras regiões europeias, incitando as autoridades portuguesas a um esforço maior para se concluírem as escavações, tendo em vista a exposição dos espólios recuperados, posição idêntica à que, dez anos volvidos, transmitiu aos participantes no Congresso de Madrid, em 1954, após Afonso do Paço ter ali apresentado a sua comunicação sobre os resultados obtidos nas campanhas de 1952 e de 1953 (PAÇO & SANGMEISTER, 1956 a, p. 97).

A importância do sítio desde cedo despertou interesse nos arqueólogos estrangeiros que o visitavam, aumentado pelo exotismo de alguns dos objectos nele encontrados, o que justificou o já citado trabalho pioneiro de Eugénio Jalhay salientando as afinidades pré-dinásticas egípcias de alguns deles. Por tais motivos, em 1945, o Prof. Júlio Martinez Santa-Ollala, solicitou que fossem exportados alguns objectos encontrados nas esca-

vações para a sua apresentação e divulgação em Madrid. A DGEMN remete um ofício à JNE, enviando o requerimento apresentado por Afonso do Paço ao Conselho Técnico Corporativo do Comércio informando que se pretende exportar para Espanha objectos como: fragmentos cerâmicos, escórias de metal, machados, entre outros, para o qual foi emitido um parecer que define não existir inconveniente mas que deve ser autorizada apenas quando for possível a permuta de objectos. Neste caso específico foi dispensada essa permuta, dadas as ofertas frequentes do Professor a quem se destinam os objectos, sendo apenas necessário, para poderem seguir viagem, um documento do Ministério da Educação Nacional, declarando que os objectos em questão não têm valor arqueológico e que podem ser exportados. Naturalmente, pela legislação actual tal procedimento não seria possível, a menos que se tratasse de uma cedência temporária, que parece não ter sido o caso: mas tudo tem de se compreender e interpretar no quadro de cada época.



Fig. 9 – No caminho para Vila Nova de São Pedro, local visitado a 14 de abril de 1944, providenciando provisões. Da esquerda para a direita: Julio Martínez Santa-Olalla, Bernardo Sáez Martín e Afonso do Paço (Fundo JMSO/Museo de San Isidro, in MEDEROS MARTÍN & CARDOSO, 2022, Fig. 48).

As preocupações anteriormente expressas por aquele Catedrático madrileno, para que fossem rapidamente concluídas as escavações, eram inteiramente partilhadas por Afonso do Paço. Se este não pôde fazer mais, nem melhor, isso se deve, não a negligência, ou falta de empenho, mas a limitações inerentes à sua preparação, e também aos constrangimentos de toda a ordem com que teve sempre de conviver, no decurso das escavações, a começar pelos magros orçamentos que anualmente lhe eram concedidos, cujos respectivos montantes foram sempre por ele publicados.

A esta realidade desfavorável, somavam-se as obrigações profissionais, das quais não era dispensado, que o impediam de prolongar por muito tempo (usualmente apenas duas a três semanas por ano) as suas estadas em VNSP, frequentemente entrecortadas por vindas a Lisboa, impedindo-o de permanecer no terreno tanto tempo como desejaria: a este título, é expressivo o que diz no respeitante à campanha de 1950: "Até ao fim da campanha só pudemos ir a Vila Nova nas sextas-feiras à noite, recolhendo a Lisboa no fim da tarde de Domingo. Praticamente só acompanhámos as escavações durante os sábados, o que não nos permitiu um contacto directo com o decorrer dos trabalhos" (PAÇO, 1954, p. 78).

Está-se, pois, muito longe, da situação de privilégio institucional e financeiro que lhe é atribuída por outrem (LILLIOS, 1996), por má-fé ou simplesmente em resultado do lamentável e absoluto desconhecimento da realidade arqueológica portuguesa do Estado Novo, no que se refere designadamente aos apoios dispensados às investigações em Pré-História então efectuadas.

Apesar da monumentalidade das estruturas defensivas postas a descoberto de forma concludente desde 1955, da importância e quantidade de artefactos recuperados, e da verdadeira aproximação pluridisciplinar que Afonso do Paço adoptou no estudo dos materiais exumados: ossos de animais, macrorrestos vegetais,

ligas metálicas de cobre, moluscos, sedimentos, datação pelo radiocarbono, cartografia geológica, fazendo dele um pioneiro em Portugal no tocante à aproximação metodológica que adoptou, Vila Nova de São Pedro pode considerar-se como uma estação em boa parte perdida para a ciência, por impossibilidade de se poderem confrontar observações que só poderiam ter sido efectuadas no decurso das escavações (e que não existem) com as realizadas nos seus congéneres estremenhos mais próximos pela monumentalidade e importância: Leceia em Oeiras, e Zambujal, em Torres Vedras. Aquando do início das escavações no Zambujal, por uma equipa do Instituto Arqueológico Alemão, em 1964, o Professor Edward Sangmeister, o seu então jovem assistente Hermanfrid Schubart e um grupo de alunos da Universidade de Friburg, visitaram VNSP, como não podia deixar de ser. Também em 1964 a arqueóloga brasileira Drª. Margarida Davina Andreatta, Professora na Faculdade de Filosofia da Universidade de Curitiba, Estado do Pará, que então colaborava nas escavações dos concheiros mesolíticos de Muge (CARDOSO & ROLÃO, 1999/2000), visitou as escavações.

A partir de 1965 as informações disponíveis escasseiam. O último relatório existente a que se teve acesso respeita aos trabalhos realizados em 1967, correspondendo a documento pouco detalhado do que foi efectivamente realizado. Apesar de se preverem de novo trabalhos em 1968, estes jamais se vieram a realizar, em virtude da prolongada doença que atingiu A. do Paço e da qual ele veio a falecer, naquele ano. Seja como for, no decurso da década de 1960, A. do Paço encontrava-se então muito mais interessado no estudo da Cultura castreja, por via da direcção das escavações da Citânia de Sanfins (Paços de Ferreira), que prosseguiam a bom ritmo, bem como no estudo da Arqueologia do Alto Alentejo, o que explicava a sua permanência recorrente na cidade de Évora.

O espólio arqueológico recolhido em VNSP, que resultou de uma das mais longas escavações realizadas em Portugal, ao longo de mais de trinta anos consecutivos, poderia, caso as escavações tivessem sido realizadas com outra metodologia, registando metodicamente os locais de achado específicos, a estratigrafia e a sua relação com a sequência das fases construtivas susceptíveis de serem identificadas globalmente na estação, revestir-se de um interesse científico muito maior, para o conhecimento da génese das sociedades peninsulares da Idade do Cobre e das suas relações com o Mediterrâneo Oriental. Seja como for, também não se poderá perfilhar a rejeição absoluta do seu valor científico, como já alguém sugeriu a propósito do próprio sítio arqueológico, o que corresponderia a posição não-científica, e completamente à margem da realidade evidenciada pelo notável acervo depositado no Museu do Carmo em Lisboa, complementado pelos pequenos núcleos integrados nas exposições permanentes do Museu Sebastião Arenque (Azambuja) e do Museu Municipal Hipólito Cabaço (Alenquer).

4 – EPÍLOGO

O povoado "eneolítico" de VNSP, foi classificado como Monumento Nacional, pelo Decreto-lei n.º 561/71 de 22 de Novembro de 1971, coroando os esforços que Afonso do Paço vinha desenvolvendo desde 1951. Com efeito, este processo de classificação teve início nessa época, quando a Direcção-Geral da Fazenda Pública deu conhecimento à JNE da publicação de um artigo no Diário de Notícias, com o título: "Um povoado arqueológico que chama a atenção do mundo científico", que referia a várias descobertas feitas no "castro" de VNSP, afirmando tratar-se de uma das mais notáveis povoações pré-históricas do País e que seria de considerar a classificação do mesmo. É interessante verificar como a Comunicação Social, sendo bem aproveitada, se pode revelar eficaz, pela sua visibilidade e impacto na opinião pública, provocando iniciativas que de outro modo, não teriam possibilidade de afirmação. Aliás, este aspecto não era indiferente a Afonso do Paço, pois desde

pelo menos 1942 foram publicadas notícias dos trabalhos arqueológicos, em diversos jornais de Lisboa (PAÇO & JALHAY, 1942, nota 1). Porém, a publicação da planta da área de efectivo interesse arqueológico não acompanhou a do diploma, o que torna a aplicação deste no mínimo problemática.

Após longo período de abandono, só interrompido pela benéfica campanha de limpeza e consolidação das estruturas efectuada em 1983, que acompanhou a elaboração de uma nova planta do povoado (OLIVEIRA & FERREIRA, 1990), iniciaram-se novas escavações, em 1985/1986, dirigidas por Victor S. Gonçalves, cujos resultados nunca foram publicados. Desde então, e até à data, passaram mais 27 anos sem se vislumbrar mais nenhuma campanha de escavações ou de consolidação das estruturas arqueológicas postas a descoberto, nem a sua realização num futuro próximo, apesar de existirem ainda muitas questões a que esta estação arqueológica poderia dar resposta, através da escavação de vastas áreas ainda incólumes, sem esquecer a importância patrimonial do sítio arqueológico e o seu notável potencial cultural.

Actualmente, VNSP encontra-se em condições deploráveis, votado ao mais vil e total abandono e à mercê da degradação que o tempo lhe vai impondo.



ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES

FUNDADA EM 1863

LARGO DO CARMO

TEL. 3 04 73 — LISBOA-2 — PORTUGAL

Lisboa, 27 de Janeiro de 1971

N.º 29

Prezado consócio
Doutor Octávio da Veiga Ferreira
Rua 19, N.º 28 - Bairro da Encarnação
LISBOA-5

Comunico a V.Ex.ª que a Direcção desta Associação, em sua sessão de 26/1/1971, resolveu indicar o nome de V.Ex.ª para o prosseguimento dos trabalhos arqueológicos da Vila Nova de S.Pedro, em satisfação dos desejos emitidos pela Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

Com os seus cumprimentos.

O SECRETÁRIO-GERAL

(José Timóteo Montalvão Machado)

Fig. 10 – Ofício endereçado pela Direcção da Associação dos Arqueólogos Portugueses a Octávio da Veiga Ferreira, a 27 de janeiro de 1971, comunicando-lhe que o seu nome fora indicado para dar continuidade às escavações em Vila Nova de São Pedro. Arquivo João Luís Cardoso/Octávio da Veiga Ferreira.

Nota final: os trabalhos de Afonso do Paço e de Eugénio Jalhay em Vila Nova de São Pedro tiveram continuidade em 1983 por iniciativa da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, da qual Octávio da Veiga Ferreira era arqueólogo consultor, mas apenas no âmbito de trabalhos de limpeza e de conservação das estruturas arqueológicas. Por tal motivo, considerou-se importante reproduzir no presente trabalho documento comprovativo de que se pretendia em 1971 dar continuidade às escavações, patrocinadas pela Associação dos Arqueólogos Portugueses (Fig. 10), designando para o efeito Octávio da Veiga Ferreira, conforme era pretendido pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Infelizmente, tais escavações jamais se vieram a realizar, tendo apenas sido retomadas em 2017, após um fugaz episódio ocorrido entre 1985 e 1986, por iniciativa da referida Associação, cinco anos depois de este trabalho ter sido publicado.

AGRADECIMENTOS

Ao Sr. Lúcio Costa, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova de São Pedro.
Ao Dr. José Machado Pereira, do Museu Municipal Sebastião Arenque (Azambuja).
À Dra. Françoise Le Cunff, do Arquivo Histórico do Ministério da Educação.
Ao Drs. Paulo Tremoceiro e Graça Barros, do Arquivo Nacional Torre do Tombo.

REFERÊNCIAS

BLANCE, B. (1957) – Sobre o uso de torreões nas muralhas de recintos fortificados do 3.º milénio a.C. *Revista de Guimarães*. Guimarães. 57 (1/2), p. 169-178.

CARDOSO, J. L. (1999) – O Professor Mendes Corrêa e a Arqueologia portuguesa. *Al-madan*. Almada. Série II, 8, p. 138-156.

CARDOSO, J. L. (2009) – O povoado pré-histórico do Carrascal (Oeiras) e os rituais associados a grandes bovídeos. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 117, p. 357-370.

CARDOSO, J. L. & RIBEIRO, M. (2013) – Afonso do Paço e as escavações de Vila Nova de São Pedro (1937-1967): os contributos científicos possíveis e sua projecção internacional. Estudos Arqueológicos de Oeiras. Oeiras. 20, p. 755-770.

CARDOSO, J. L. & ROLÃO, J. M. (1999/2000) – Prospecções e escavações nos concheiros mesolíticos de Muge e de Magos (Salvaterra de Magos): contribuição para a história dos trabalhos arqueológicos efectuados. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 8, p. 83-240.

CARDOSO, J. L.; VILLSTRUP, J.; EISENMANN, V. & ORLANDO, L. (2013) - First evidence of *Equus asinus* L. in the Chalcolithic disputes the Phoenicians as the first to introduce donkeys into the Iberian Peninsula. *Journal of Archaeological Science*, 40, p. 4483-4490.

CARVALHO, A. (1991) – Arqueólogos e investigação arqueológica em Cascais entre 1940 e 1960. *IV Jornadas Arqueológicas (Lisboa, 1990)*. Actas. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 267-275.

CUNHA, A. Xavier da (1961) – Sobre a ocorrência do Castor (*Castor fiber* L.) na fauna mamológica do Castro eneolítico de Vila Nova de S. Pedro. *Memórias e Estudos do Museu Zoológico da Universidade de Coimbra*. Coimbra. 270 (separata).

FERREIRA, O da Veiga & OLIVEIRA, H. N. (1990) – Algumas obras de restauro e consolidação do castro de Vila Nova de S. Pedro. *Revista Arqueologia*. Lisboa. 1, p. 49-58.

FERREIRA, O. da Veiga (1970) – Tenente-Coronel Manuel Afonso do Paço (1895-1968). *I Jornadas Arqueológicas (Lisboa, 1969)*. Actas. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 1, p. 9-35.

GOMES, M. V. (2005) – O sagrado em Vila Nova de São Pedro. Antigas e novas perspectivas. ARNAUD, J. M. & FERNANDES, C. V. (coord.), *Construindo a Memória. As colecções do Museu Arqueológico do Carmo*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 165-178.

JALHAY, E. (1943) – O castro eneolítico de Vila Nova de São Pedro e as suas relações com o Norte Africano e o Mediterrâneo oriental. *Quarto Congresso da Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências. (Porto, 1942)*. Actas. Porto: Imprensa Portuguesa, 8, p. 107-117.

JALHAY, E. & PAÇO, A. (1945) – El castro de Vila Nova de S. Pedro. *Actas y Memorias de la Sociedad Española de Antropología, Etnografía y Prehistoria*. Madrid. 20, p. 55-141.

LILLIOS, K. T. (1995) – Nationalism and Copper Age research in Portugal during the Salazar regime (1932-1974). *Nationalism, politcs and the practice of archaeology*. Kohl, P. L. e Fawcett, C., edts. London: Cambridge University Press, p. 57-69.

MEDEROS MARTÍN, A. & CARDOSO, J. L. (2022) – Arqueologia em Espanha e Portugal através da correspondência de Julio Martínez Santa-Olalla (1905-1972) de e para arqueólogos portugueses. *Estudos Arqueológicos de Oeiras,* Oeiras. 30, p, 281-408.

PAÇO, A. (1943) – Uma vasilha de barro de grandes dimensões do "castro" de Vila-Nova-de-São-Pedro. *4.º Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências (Porto, 1942)*. Porto: Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências. 8, p. 132-143.

PAÇO, A. (1951) – Padre Eugénio Jalhay. *Arqueologia e História*. Lisboa. Série 8.ª, 5, p. 31-66.

PAÇO, A. (1952) – Castro de Vila Nova de S. Pedro: I – 15ª Campanha de escavações *Brotéria*. Lisboa. 54 (3). Separata.

PAÇO, A. (1953) – Castro de Vila Nova de S. Pedro. III – Perfis de bordos de vasos não ornamentados. *O Instituto*. Coimbra. 115, p. 399-412.

PAÇO, A. (1954) – Castro de Vila Nova de S. Pedro: VI – Campanhas arqueológicas de 1943 a 1950 (n.º 7 a n.º 14). *Arqueologia e História*. Lisboa. Série VIII, 3, p. 31-80.

PAÇO, A. (1955) – Castro de Vila Nova de S. Pedro: VII – considerações sobre o problema da metalurgia. *Zephyrus*. Salamanca. 6, p. 27-40.

PAÇO, A. (1957) – Castro de Vila Nova de S. Pedro. IX – Forno de cozer cerâmica. *Revista de Guimarães*. Guimarães. 67 (1/2), p. 83-94.

PAÇO, A. (1958 a) – Castro de Vila Nova de S. Pedro: X – Campanha de escavações 1956 (Aditamento: campanhas de 1952, 1953 e 1954). *Anais da Academia Portuguesa de História*. Lisboa. Série II, 8, p. 43-91.

PAÇO, A. (1958 b) – Castro de Vila Nova de S. Pedro. XI – Nota sobre un tipo de cerámica del estrato Vila Nova I. *Ampurias*. Barcelona. 21, p. 252-260.

PAÇO, A. (1964 a) – Castro de Vila Nova de S. Pedro. XIV – Vida económica. XV – O problema campaniforme. XVI – Metalurgia e análises espectrográficas. *Anais da Academia Portuguesa de História.* Lisboa. 14, p. 133-165

PAÇO, A. (1964 b) – *Povoado pré-histórico da Parede (Cascais)*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais.

PAÇO, A. & ARTHUR, M. L. C. (1953) – Castro de Vilanova de Dan Pedro. IV – sementes pré-históricas de Linho. *Archivo de Prehistoria Levantina*. Fedsa. 4, p. 151-157.

PAÇO, A. & ARTHUR, M. L. C. (1955) – Castro de Vila Nova de S. Pedro. V – Notas sobre sementes pré-históricas. *I Congreso arqueológico del Marruecos Español (Tetuán, 1953)*. Actas. Tetuan, p. 183-187.

PAÇO, A. & ARTHUR, M. L. C. (1956) – "Castro" de Vila Nova de S. Pedro. *IV Congreso Internacional de Ciências Prehistoricas y Protohistoricas (Madrid, 1954)*. Actas. Zaragoza, p. 535-541.

PAÇO, A. & JALHAY, E. (1939) – A póvoa eneolítica de Vila Nova de S. Pedro: notas sôbre a 1ª e 2ª campanhas – 1937 e 1938. *Brotéria*. Lisboa. 28 (6); 29 (1, 4 e 5). Separata.

PAÇO, A. & JALHAY, E. (1942) – A póvoa eneolítica de Vila Nova de S. Pedro: notas sôbre a 3, 4ª e 5ª campanhas de escavações – 1939, 1940 e 1941. *Brotéria*. Lisboa. 34 (6). Separata.

PAÇO, A. & JALHAY, E. (1943) – A póvoa eneolítica de Vila Nova de S. Pedro: notas sôbre a 6ª campanha – 1942 *Brotéria*. Lisboa. 37 (1). Separata.

PAÇO, A. & SANGMEISTER, E. (1956 a) – Castro de Vila Nova de S. Pedro: VIII – Campanha de escavações 1955 (19ª). *Arqueologia e História*. Lisboa. Série VIII, 7, p. 93-114.

PAÇO, A. & SANGMEISTER, E. (1956 b) – Vila Nova de S. Pedro eine befestigte Siedlung der Kupferzeit in Portugal. *Germania*. 34 (3/4), p. 212-230.

RIBEIRO, M. & CARDOSO, J. L. (2013) – Três décadas de escavações em Vila Nova de São Pedro. (1937-1967). Três décadas de escavações em Vila Nova de São Pedro (1937-1967). *Arqueologia em Portugal. 150 anos.* Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses (2013), p. 39-47.

SAVORY, H. N. (1970) – A section through the innermost rampart at the chalcoliyhic castro of Vila Nova de S. Pedro, Santarém (1959). *I Jornadas Arqueológicas (Lisboa, 1969)*. Actas. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 1, p. 135-148.

SIRET, L. (1913) – *Questions de chronologie et d´ ethnographie ibériques*. Paris: Paul Geuthner.

SOARES, A. M. Monge (2005) – A metalurgia de Vila Nova de São Pedro. Algumas reflexões. ARNAUD, J. M. & FERNANDES, C. V. (coord.), *Construindo a Memória. As colecções do Museu Arqueológico do Carmo*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 179-188.

SOARES, A. M. Monge (2008) – O. da Veiga Ferreira e as primeiras datações de radiocarbono para a arqueologia portuguesa. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 17, p. 377-382.

XXIX

HENRI BREUIL E A ARQUEOLOGIA PORTUGUESA. PRIMÓRDIOS DE UMA LONGA ACTUAÇÃO [1]

1 – INTRODUÇÃO

Henri Breuil (1877-1961) (Fig. 1) apelidado, no seu tempo, "*Le Pape de la Préhistoire*", pelo lugar cimeiro que ocupou na Pré-História europeia da primeira metade do século XX, elevando-a ao mais alto nível académico e universitário, e impondo-a definitivamente como domínio científico autónomo e original, foi já biografado por muitos, incluindo portugueses (RAPOSO, 1993-1994). Talvez a síntese mais feliz da sua obra seja a de Luís Pericot García, que, ainda em vida do mestre, o retratou como aquele que "*Il a connu les pionniers, il a recueilli leur héritage […], il laisse à ses élèves, une science mûre et prête pour le plus grand essor*" (PERICOT GARCÍA, 1957, p. 486).



Fig. 1 – Henri Breuil na gruta de Altamira em 1902, a sotaina constelada de pingos de cera das velas utilizadas na iluminação (in RIPOLL-PERELLÓ, 1964, Lám. I, 2).

Com efeito, poucos arqueólogos conhecem em vida tão generalizado prestígio como Breuil, mercê de uma vida inteiramente dedicada à Pré-História. Em 1936, com 59 anos, foi eleito Membro do Institut de France, pela Académie des Incriptions et Belles-Lettres, tendo tal eleição merecido a cunhagem de uma medalha comemorando tão notável acontecimento (Fig. 2), pois foi o primeiro pré-historiador a alcançar tal distinção.

Neste singelo trabalho, pretende-se contribuir para o conhecimento das condições e particularidades que caracterizaram a primeira fase da longa e profícua contribuição de Henri Breuil para a Arqueologia portuguesa. Para tal, para além de um escrutínio aturado da bibliografia, recorreu-se ao arquivo do Museu Nacional de Arqueologia, onde se conservam as missivas remetidas por Breuil para José Leite de Vasconcelos, bem como, sobretudo, a importante conjunto epistolográfico, até ao presente inédito, que Breuil dirigiu a Vergílio Correia, adquirido pelo signatário a Miguel de Carvalho, livreiro-alfarrabista então estabelecido em Coimbra.

---

[1] CARDOSO, J. L. (2016) – Henri Breuil e a Arqueologia portuguesa. Primórdios de uma longa actuação. *Al-Madan*. Almada. Série II, 20, p. 197-203. Modificado.

2 – OS PRIMEIROS E ACIDENTADOS TRABALHOS DE HENRI BREUIL EM PORTUGAL

Em Junho de 1916, atraído pelas pinturas rupestres no abrigo do Val-de-Junco, situado em crista quartzítica nas vizinhanças da Senhora da Esperança (Arronches), que Eduardo Hernández-Pacheco tinha pouco antes dado a conhecer (CORREIA, 1916 a; CARDOSO, 2012, p. 113), por indicação de Aurélio Cabrera, Henri Breuil acorreu ao local da descoberta, onde foi detido por uma patrulha da Guarda Fiscal de Arronches, sob suspeita de se tratar de um espião (RAPOSO, 1993-1994; CARDOSO, 2009).

Nesse momento aflitivo, Breuil recorreu a Leite de Vasconcelos, que já conhecia, para o ajudar, escrevendo-lhe carta onde se evidencia bem a sua preocupação resultante da situação criada, datada de Arronches de 17 de Junho de 1916 (Fig. 3).

Com efeito, embora se vivesse a Primeira Guerra Mundial, declarando-se Portugal como beligerante exactamente no ano de 1916, e fosse aquela uma região fronteiriça, nada explica, aparentemente, o episódio ocorrido. Segundo as palavras do visado,



Fig. 2 – Anverso da medalha de bronze comemorativa da eleição de Henri Breuil para o Instituto de França, mandada executar pelos seus amigos e admiradores. Exemplar oferecido pelo próprio ao seu colaborador e amigo Georges Zbyszewski (1909-1999), e pelo filho deste, João Paulo Zbyszewski, oferecido ao signatário. Arquivo e fotografia de João Luís Cardoso.

> "*Bien que n'ayant rien fait qu'après autorisation du chef de poste et en présence des douaniers envoyés pour m'accompagner, j'ai été invité à me rendre à Arronches, où le même «cabo» qui m'avait autorisé à dessiner et photographier la roche fit contre moi des déclarations fausses et tendancieuses, déclarant que j'avais pris des photographies de positions stratégiques (une roche de 15 m de long dans un petit vallon sans aucune vue sur la sierra voisine) – l'administrateur n'a pu que télégraphier au gouvernement, et celui-ci à Lisbonne, j'attends depuis 3 jours ici, tandis que toute ma expédition est en Espagne […]*".

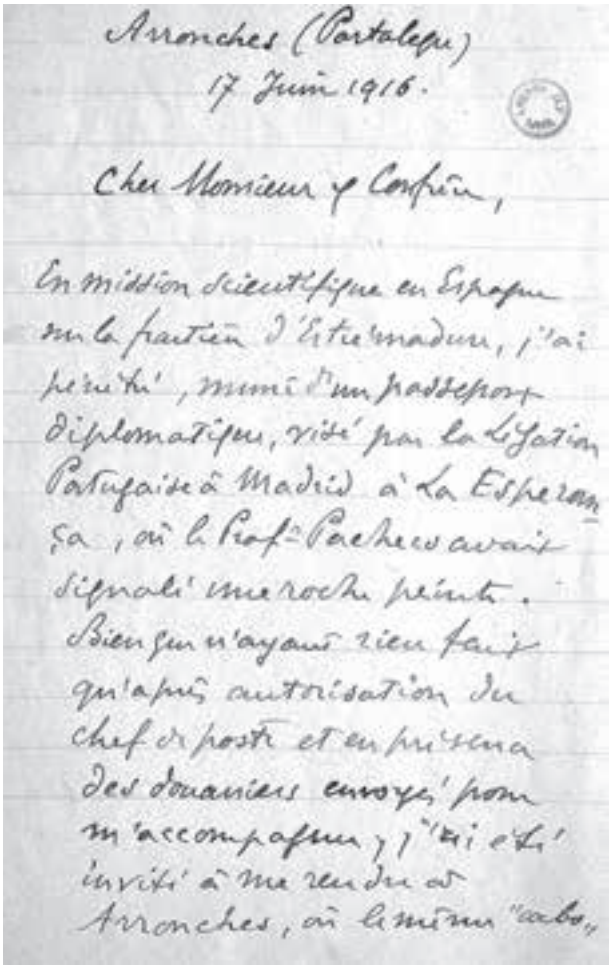
Em resposta, Leite de Vasconcelos apressou-se a enviar-lhe telegrama, datado de 20 de Junho, cujo rascunho se conserva, onde declara: "*Lettre reçue retard. Ministre arrangea tout. Répondez Musée Ethnologique Belém combien longtemps resterez Arronches. Pourrai y aller*". Em nota aposta a esta curta resposta, referiu que tinha escrito ao Comandante da Guarda Fiscal de Arronches, nesse mesmo dia (Fig. 4).

Obrigado a permanecer em Arronches enquanto se resolvia a situação, Breuil não perdeu tempo: estando autorizado a circular pela vila, ao inspeccionar os barreiros e cascalheiras quaternários do terraço fluvial do rio Caia existente à saída da povoação, perto do cemitério, deparou-se, inesperadamente, com uma abundante indústria paleolítica sobre seixos de quartzito, que logo classificou como chelense e acheulense, apresentando, na carta enviada a Leite de Vasconcelos, datada de 4 de Julho de 1916, um esboço de localização dos achados (Fig. 5). A carta termina com um alerta a respeito de Juan Cabré, em P.S., com quem se havia incompatibilizado, depois de ele ter sido um dos seus colaboradores mais próximos no estudo da arte rupestre levantina, financiado pelo Príncipe Alberto I de Mónaco. Com efeito, em nota de rodapé no volume I da sua monumental obra *Les Peintures Rupestres Schématiques de la Péninsule Ibérique*, Breuil declara: "*L'attitude de M. Cabré*

en 1913 n'a permis à notre collaboration de se poursuivre, et elle fut rompue par ordre exprès du prince Albert" (BREUIL, 1933, p. 2, nota 1).

Compreende-se o interesse de Breuil em publicar os materiais paleolíticos de Arronches assim ocasionalmente descobertos, tendo presente a escassez, à época, de testemunhos sobre a presença do homem paleolítico em território português, sobretudo no interior do território. No caso em apreço, a publicação dos achados arrastar-se-á, devido em parte à morosidade dos correios de e para França, tendo em conta o tempo de guerra que se vivia, envolvendo a correcção de provas e a execução de separatas a mais, pedidas por Breuil. Finalmente, o trabalho foi publicado em 1920, em *O Arqueólogo Português* (BREUIL, 1920), depois de uma primeira notícia ter saído em *L'Anthropologie*, logo em 1917 (BREUIL, 1917a), na qual se publicam as peças que Breuil havia levado para França. Procurando fazer uma resenha do que era já conhecido sobre esta temática em Portugal, contactou diversos arqueólogos portugueses (Vergílio Correia e Mesquita de Figueiredo), mas, tendo encontrado inesperadas dificuldades na empresa, desabafou, a Leite de Vasconcelos, a 18 de Janeiro de 1918:

"*Il est vraiment difficile de contenter tout le monde ici bas!*"


Arronches (Portalegre)
17 Juin 1916.

Cher Monsieur et Confrère,

En mission scientifique en Espagne
sur la frontière d'Estremadure, j'ai
pénétré, muni d'un passeport
diplomatique, visé par la Légation
Portugaise à Madrid à La Esperança, où le Prof.r Pacheco avait
signalé une roche peinte.
Bien que n'ayant rien fait
qu'après autorisation du
chef de poste et en présence
des douaniers envoyés pour
m'accompagner, j'ai été
invité à me rendre à
Arronches, où le même "cabo"

Fig. 3 – Carta de Arronches, datada de 17 de junho de 1916, de Henri Breuil a J. Leite de Vasconcelos. Arquivo do Museu Nacional de Arqueologia. Arquivo e fotografia de João Luís Cardoso.

Este desabafo dizia, certamente, respeito a Mesquita de Figueiredo, já então incompatibilizado com Leite de Vasconcelos, depois da crise que teve de enfrentar enquanto Director do Museu Etnológico após a implantação da República.

Data também dessa primeira incursão acidentada a Portugal a descoberta por Henri Breuil de uma estela de quartzito antropomórfica, no caminho para o Val-de-Junco, a chamada "Estela de Arronches", também por si publicada, em 1917, na revista *Terra Portuguesa*, dirigida por Vergílio Correia (BREUIL, 1917 b). Imagina-se facilmente o interesse de Leite de Vasconcelos em recuperar para Portugal essa peça, o que conseguiu anos depois, conservando-se a mesma no Museu Nacional de Arqueologia. Com efeito, a 17 de Março de 1923, a estela de Arronches foi devolvida a Portugal (CARDOSO, 2009). Ainda assim, Breuil recomenda que nela figurasse uma legenda do tipo "Descoberta e oferecida por M. l'Abbé Breuil, em nome do Instituto de Paleontologia Humana de Paris", com base na seguinte justificação, contida na mesma missiva:

"*En effet, son directeur [que era Marcellin Boule], m'a laissé libre d'agir, mais sans vouloir s'en mêler; la pièce a été considérée par lui comme ma propriété personnelle, ne venant pas des fouilles faites par l'IPH*" (Fig. 6).

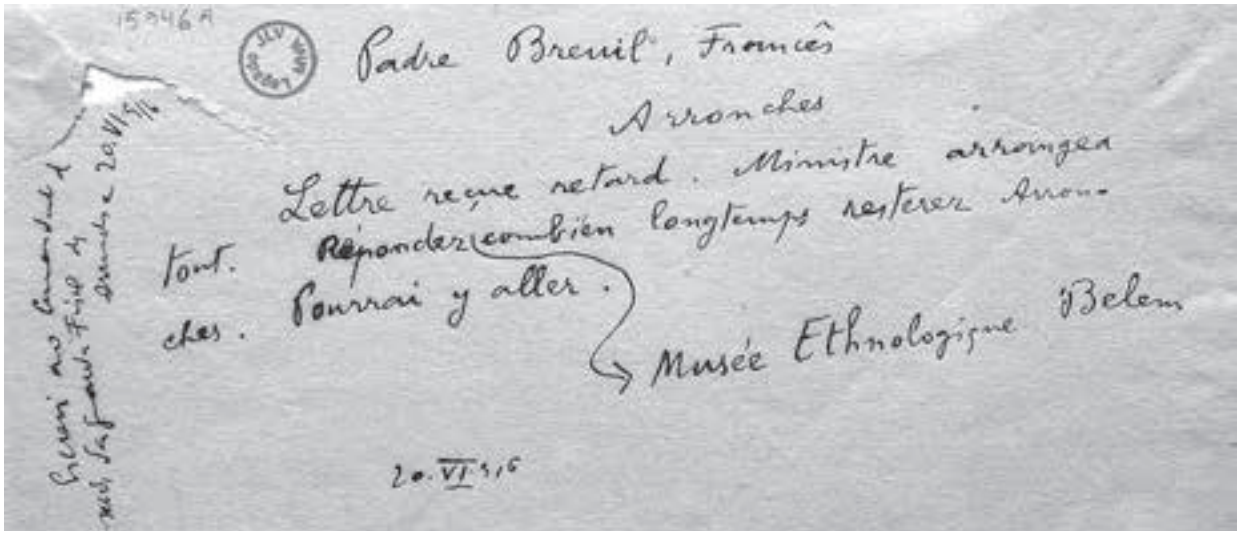


Fig. 4 – Rascunho autógrafo do telegrama enviado por Leite de Vasconcelos a Breuil a 20 de junho de 1916 relativo à intervenção para a libertação de Breuil da prisão de Arronches, sob ordens da Guarda Nacional Republicana. Arquivo do Museu Nacional de Arqueologia. Fotografia de João Luís Cardoso.

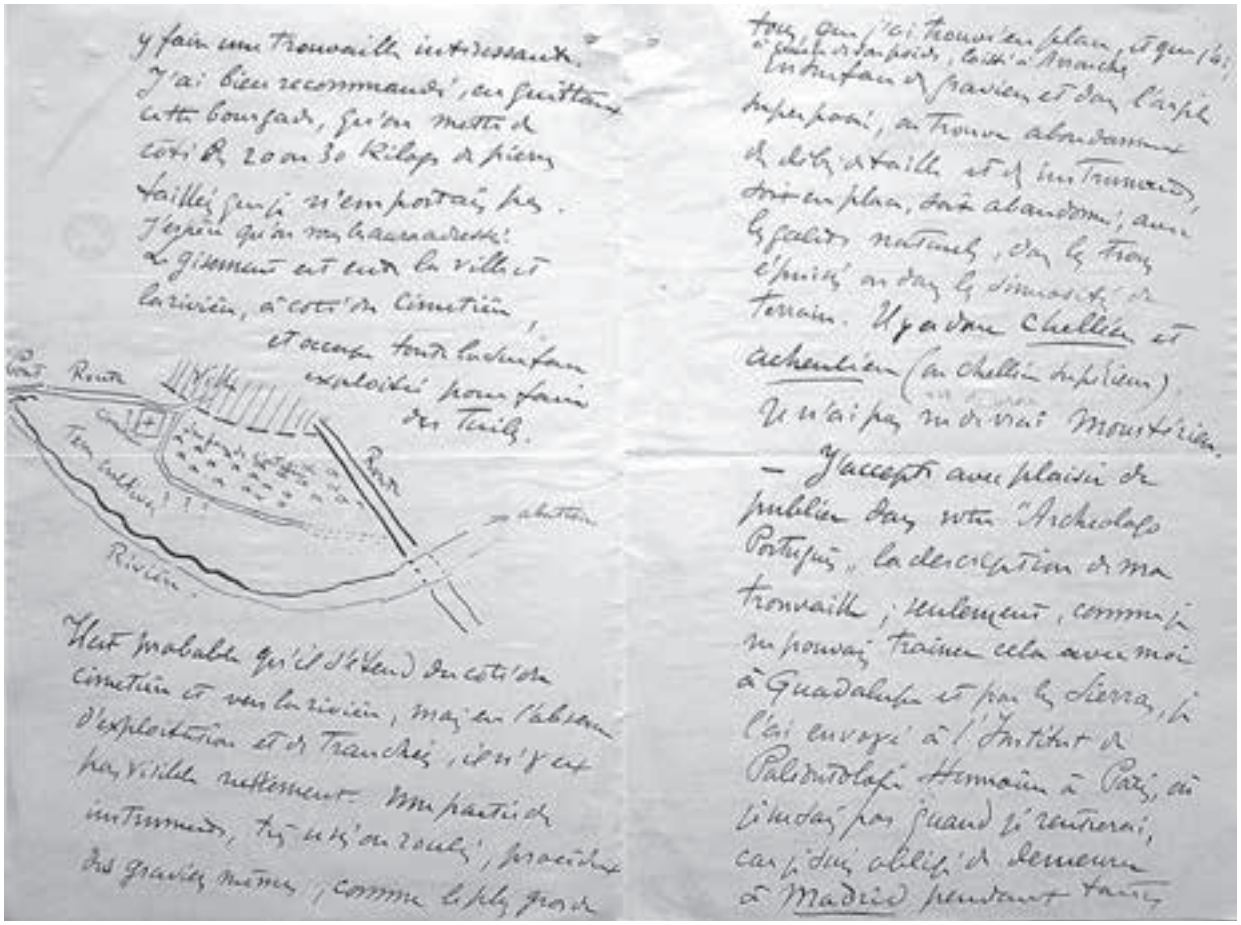


Fig. 5 – Trecho da carta enviada de Madrid por Henri Breuil a José Leite de Vasconcelos, datada de 4 de julho de 1916, depois do seu regresso de Arronches, onde, em esboço, assinala os locais onde recolheu materiais paleolíticos, nas imediações daquela povoação. Arquivo do Museu Nacional de Arqueologia. Fotografia de João Luís Cardoso.

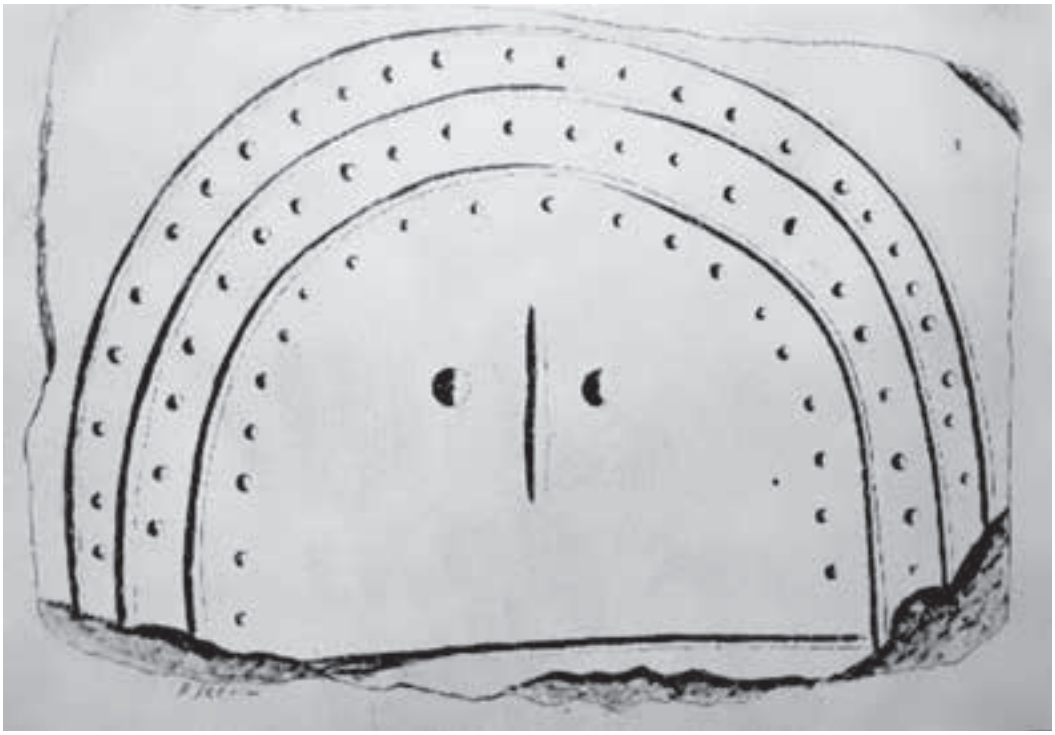


Fig. 6 – Desenho da estela de Arronches, publicada por Henri Breuil (BREUIL, 1918).

3 – A SEGUNDA VINDA DE HENRI BREUIL A PORTUGAL

Após a sua curta e inopinada estada de quatro dias no concelho de Arronches, Breuil regressou a Espanha para prosseguir as suas investigações e a acção em prol da França, que desenvolvia em Madrid, acirrando a sua incompatibilidade política com o Marquês de Cerralbo (MEDEROS-MARTIN e ESCRIBANO COBO, 2011, p. 65), militante da causa Carlista que, além do mais, se assumiu como protector de Juan Cabré.

A curta presença em Portugal de Breuil em Junho de 1916, limitado a Arronches, de onde saiu directamente para Espanha, impediu o estabelecimento de quaisquer relações pessoais com os arqueólogos portugueses, designadamente com aqueles que então se debruçavam sobre o Paleolítico. Seja como for, tomou ulteriormente contacto com as suas publicações, que elenca de forma exaustiva na parte final do artigo publicado em *O Arqueólogo Português* (BREUIL, 1920), redigido em França. Para o efeito, a sua relação centrou-se então em Vergílio Correia, jovem arqueólogo protagonista pouco tempo antes de um conflito com José Leite de Vasconcelos, que determinou a sua saída, em 1916, do Museu Etnológico Português (CARDOSO, 2012), onde desempenhou, entre 31 de agosto de 1912 e 8 de agosto de 1916, o cargo de Conservador (COITO, CARDOSO & MARTINS, 2008).

A principal razão que o levou a privilegiar o contacto com Vergílio Correia, já então Conservador do Museu Nacional de Arte Antiga em lugar de outros arqueólogos portugueses que, ao tempo, também se dedicavam, e até com mais notoriedade, ao estudo das indústrias paleolíticas, como era o caso de Joaquim Fontes, então aluno de Medicina, poderá ter sido o facto de aquele ter publicado, em 1916, pequena notícia da descoberta das pinturas de Val-de-Junco na revista *Terra Portuguesa*, por si dirigida (CORREIA, 1916 a, p. 158), temática que despertava o maior interesse no arqueólogo francês, já então autor de notáveis trabalhos sobre a mesma.

Tal manifestação de interesse pela arte rupestre do território português afigura-se relevante, visto que, até então, a referida temática apenas havia chamado a atenção de J. Leite de Vasconcelos, ao ter publicado em 1907 a síntese dos conhecimentos relativos à arte dolménica na revista *L'Homme Préhistorique* (VASCONCELOS, 1907).

Deste modo, o interesse de Vergílio Correia pela arte pré-histórica, que fazia a ligação entre a Arqueologia e a História da Arte, domínio que ulteriormente desenvolveu na Universidade de Coimbra, esteve na origem da publicação, na mesma revista, e no ano seguinte, do estudo de Henri Breuil sobre a estação de Val-de-Junco, onde integrou também a publicação da estela dita de Arronches, a que acima já se fez referência (BREUIL, 1917 b) (Fig. 7).

Com efeito, aquando do primeiro contacto pessoal de Breuil com os arqueólogos portugueses, em Junho de 1918, altura em que o eminente pré-historiador francês efectuou uma mais demorada visita a Portugal, já as suas relações científicas com Vergílio Correia estavam plenamente consolidadas, explicando-se assim o papel determinante por este então assumido na referida visita.


H. BREUIL

La Roche peinte de Valdejunco
à la Esperança, près Arronches (Portalegre)

Fig. 7 – Capa da separata do trabalho dedicado às pinturas rupestres de Val-de-Junco (BREUIL, 1918). Arquivo e fotografia de João Luís Cardoso.

Embora Breuil tivesse sido recebido por Leite de Vasconcelos no Museu Etnológico, tal visita destinou-se apenas a examinar materiais ali guardados e assumiu, por conseguinte, uma finalidade objectiva, não envolvendo nenhum contacto do foro pessoal. Esta conclusão vê-se reforçada pela ausência de correspondência entre ambos entre 4 de Julho de 1916 e 18 de Janeiro de 1919, registando-se apenas, no início da última daquelas missivas, um agradecimento fugaz pelo acolhimento em Lisboa no mês de Junho do ano anterior, e a manutenção do compromisso, anteriormente assumido, da publicação das suas recolhas de Arronches em *O Arqueólogo Português*, como de facto veio a verificar-se em 1920: "*Bien que je ne vous aie guère donné de mes nouvelles depuis fin Juin, je n'ai oublié ni votre aimable accueil, ni ma promesse de vous adresser un travail sur la station paléolithique d'Arronches*". Assim, pode concluir-se que o conflito então existente entre Leite de Vasconcelos e Vergílio Correia terá estado na origem de um contacto algo distante de Breuil com o primeiro, no decurso da sua estada em Lisboa, em Junho de 1918, tendo presente a sua proximidade com o segundo.

Breuil proferiu em Lisboa duas conferências, nas noites de 11 e de 15 de Junho, na Sociedade de Geografia de Lisboa. A importância concedida àquelas duas intervenções encontra-se evidenciada pelo facto de ambas terem sido secretariadas ao mais alto nível, pelo Almirante Ernesto de Vasconcelos (1852-1930), que então desempenhava o cargo de Secretário-Geral Perpétuo da Sociedade. A presidência da mesa coube ao Dr. Anselmo Braamcamp Freire, historiador e ilustre político monárquico, e depois republicano de destaque, que então desempenhava o cargo de Presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa, cujo discurso de abertura, foi publicado na revista *Terra Portuguesa*, antecedendo a publicação do trabalho "Impressions de

Voyage Paléolithique à Lisbonne" (BREUIL, 1918). Nele, Breuil apresenta uma síntese dos conhecimentos então existentes sobre aquele largo período no território português, incluindo observações sobre os espólios dos concheiros mesolíticos de Muge, conservados no Museu dos Serviços Geológicos, onde identificou fragmentos de zagaias de osso atribuíveis ao Paleolítico Superior, recolhidas por Nery Delgado na gruta da Casa da Moura, que se juntaram aos espólios líticos daquela mesma época, reconhecidos naquela e em diversas outras estações referidas no artigo.

Poder-se-á perguntar por que motivo este importante estudo – que abria largos horizontes de investigação aos arqueólogos portugueses – não foi publicado no prestigiado *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, nem tão-pouco em *O Arqueólogo Português*. As razões prendem-se com o facto de, na recepção e acompanhamento de Breuil em Lisboa, ter Vergílio Correia desempenhado papel determinante. Além do mais, parte significativa dos espólios que ilustram o artigo de Breuil – com excepção dos materiais por si desenhados no Museu dos Serviços Geológicos – resultaram de colheitas de Vergílio Correia, e o próprio artigo é-lhe dirigido, à maneira de uma longa missiva, na qualidade de "*Cher Monsieur et Ami*".

Um cartão timbrado do Instituto de Paleontologia Humana (Paris) remetido a Vergílio Correia, onde Breuil então detinha o posto de Professor, datado de 19 de Agosto de 1918 (Fig. 8), documenta a recepção em Paris das provas do artigo que, escassos meses depois, viria a ser publicado no fascículo de Outubro-Dezembro da revista *Terra Portuguesa*: "*J'ai reçu avec grand plaisir votre lettre et les épreuves, sans trop de retard pour ce temps-ci – je serai content d'avoir les épreuves de mise en page, afin de faire les raccords entre le texte et les figures*". Compreende-se a referência ao atraso, pois a guerra ainda continuava em pleno naquele mês de Agosto de 1918, dificultando a circulação da correspondência, que, para mais, era sujeita a censura.

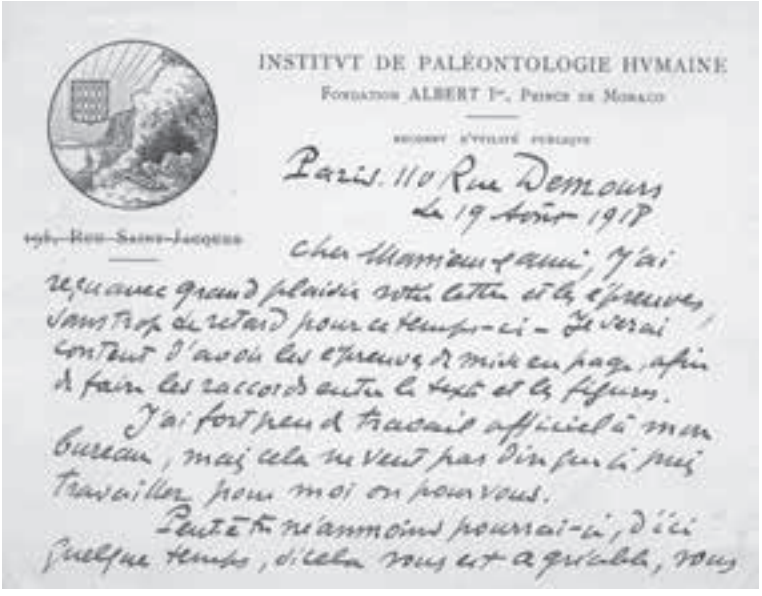

INSTITVT DE PALÉONTOLOGIE HVMAINE
Fondation ALBERT Ier, Prince de Monaco
Paris. 110 Rue Demours
Le 19 Août 1918
Cher Monsieur et ami, J'ai
reçu avec grand plaisir votre lettre et les épreuves
sans trop de retard pour ce temps-ci – Je serai
content d'avoir les épreuves de mise en page, afin
de faire les raccords entre le texte et les figures.
J'ai fort peu de travail officiel à mon
bureau, mais cela ne veut pas dire que je
travaille pour moi ou pour vous.
Peut-être néanmoins pourrai-je, d'ici
quelque temps, dire cela mieux et plus court, vous

Fig. 8 – Cartão com timbre do Instituto de Paleontologia Humana, datado de 19 de Agosto de 1918, de Paris, remetido por Henri Breuil a Vergílio Correia. Arquivo e fotografia de João Luís Cardoso.

O artigo de Breuil teve evidente impacto no limitado meio arqueológico português, até porque os estudos sobre o Paleolítico conheceram ao longo daquela década um impulso decisivo, sobretudo por via dos trabalhos de Joaquim Fontes.

Com efeito, Joaquim Fontes era, à época, depois da sua descoberta da estação do Casal do Monte (Loures), em 1909, logo prontamente publicada em 1910 com o patrocínio empenhado de J. Leite de Vasconcelos (FONTES, 1910), o arqueólogo português mais indicado para interlocutor dos investigadores que pretendessem obter informações em primeira mão sobre o período mais recuado da história humana no território português. Compreende-se esse interesse, visto tal período ser ainda aqui quase desconhecido, ao contrário do verificado além-fronteiras, onde as investigações tinham há muito evidenciado a importância da presença humana paleolítica. Tal realidade tornou Fontes precocemente conhecido no estrangeiro, onde conseguiu, com assinalável êxito, divulgar as suas investigações no domínio do Paleolítico dos arredores de Lisboa, mercê de diversas

comunicações apresentadas a sucessivos congressos internacionais: às sétima e oitava sessão do Congresso Pré-Histórico de França, em Nîmes (FONTES, 1911) e em Angoulême (FONTES, 1913 a), apresentou as comunicações: "Contribution à l'Étude de la Période Paléolithique en Portugal" e "Note Sur le Moustérien en Portugal"; naquele mesmo ano de 1913, apresentou à 14ª. Sessão do Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia Pré-Históricas, reunido em Genebra, o estudo, igualmente baseado em exemplares recolhidos em Casal do Monte, "Sur Quelques Types Inédits de Coups de Poing du Portugal" (FONTES, 1913 b). No ano anterior tinha publicado no *Bulletin de la Société Préhistorique Française* o estudo "Trois Coups-de-Poing Acheuléens du Portugal" (FONTES, 1912), tratando também de exemplares recolhidos no Casal do Monte. Tanto bastou para que, antes de completar os 20 anos, o seu nome fosse tomado como referência internacional na matéria, no respeitante a Portugal. Nos anos seguintes, com o convívio afectuoso que lhe dispensava Paul Choffat, o derradeiro sobrevivente da "época de ouro" dos Serviços Geológicos de Portugal, a ponto de lhe deixar em testamento os seus livros de Arqueologia (CASTELO-BRANCO, 1961), Joaquim Fontes teve a oportunidade de estudar e publicar, no prestigiado órgão científico daquela Instituição, algumas das colecções de materiais paleolíticos outrora recolhidas sob a égide de Carlos Ribeiro e, depois, de Nery Delgado, oriundas da Mealhada e da região do Porto (FONTES, 1915-1916; FONTES, 1918).

Ao contrário do rico currículo científico no domínio do Paleolítico detido por Joaquim Fontes, Vergílio Correia apenas publicara uma única obra a este respeito, em 1912 (CORREIA, 1912 a), já que o seu artigo sobre as "Facas e Raspadores da Estação Paleolítica de Monsanto I" (CORREIA, 1912b), incluiu a análise de exemplares que não se afiguram ser daquela época.

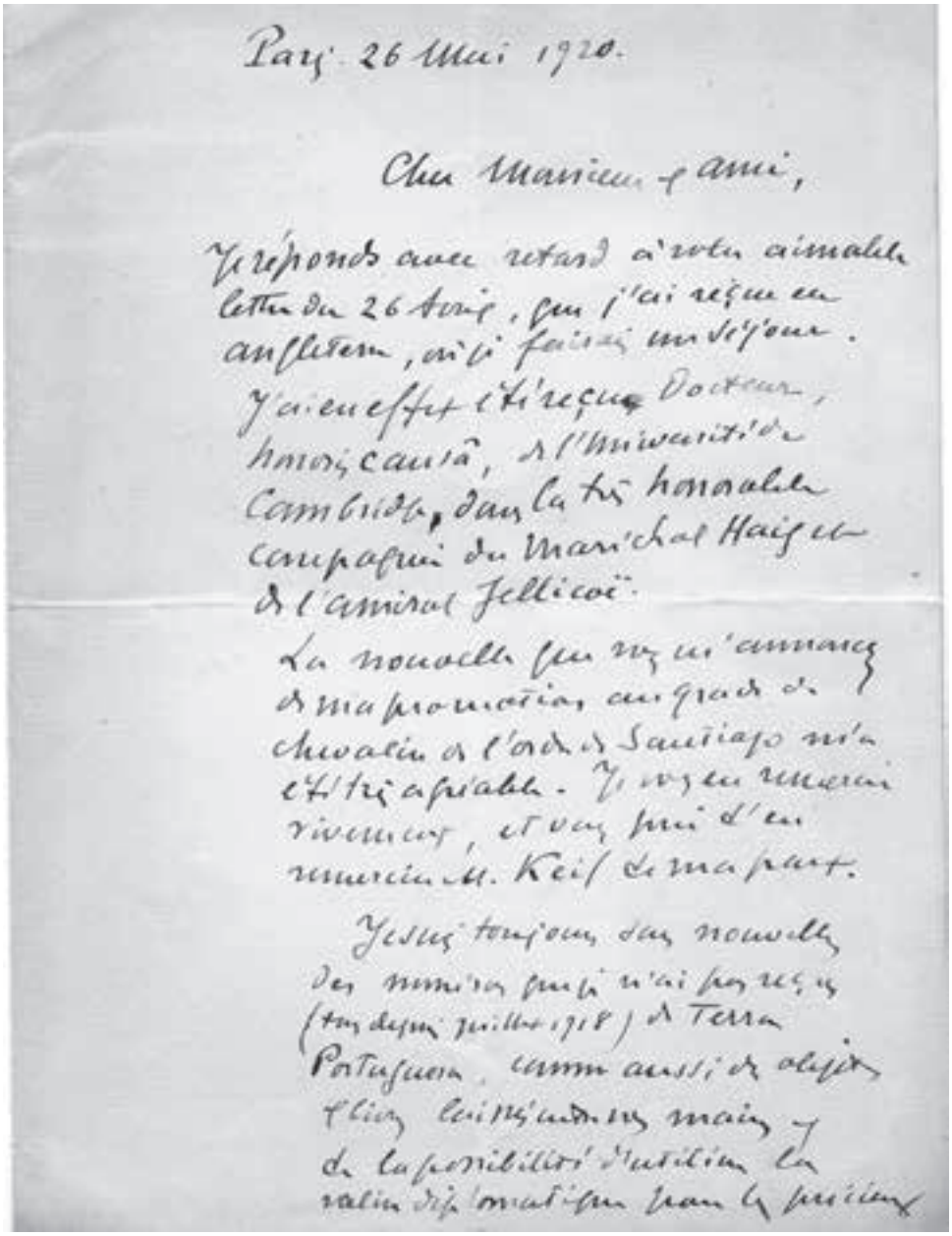
Outras razões explicam o facto de Joaquim Fontes ter ficado totalmente arredado do apertado círculo que acompanhou Breuil na sua visita a Lisboa, em Junho de 1918, visto também ele, se ter incompatibilizado com Vergílio Correia, como ficou claramente evidenciado da publicação das suas cartas para José Leite de Vasconcelos (CARDOSO, 2012). Com efeito, Joaquim Fontes, sendo discípulo e amigo muito próximo do Director do Museu de Belém, tinha tomado partido por este quando o conflito com Vergílio Correia se declarou, o qual será objecto de um futuro estudo, desenvolvendo considerações já publicadas (CARDOSO, 2012).

Para além do referido diferendo, a que Fontes era, no início, totalmente alheio, sobreveio um outro que já lhe dizia directamente respeito, e que decorre, em parte, daquele. A publicação, em 1916, por iniciativa de Joaquim Fontes, de um estudo de Juan Cabré – que, lembremo-nos, se tinha incompatibilizado com Breuil, conforme é declarado pelo próprio em carta enviada a Leite de Vasconcelos acima parcialmente transcrita –, esteve na origem do conflito. Trata-se do opúsculo intitulado "Arte Rupestre Gallego y Português" (CABRÉ AGUILÓ, 1916), no qual o arqueólogo espanhol estuda algumas das manifestações peninsulares de arte rupestre pós-paleolítica, entre as quais as do Cachão da Rapa (Carrazeda de Ansiães), perto do rio Douro, objecto de um estudo aparecido nesse mesmo ano da autoria de Vergílio CORREIA (1916 b). Nele, o artigo de Cabré mereceu-lhe diversos reparos de carácter estritamente ético, prontamente publicados (CORREIA, 1917). Tais reparos deram origem a reacção de Joaquim Fontes, que assim se constituiu em defensor de Cabré (FONTES, 1918), e indirectamente, do próprio Leite de Vasconcelos, não sendo de excluir que esta réplica possa ter sido por ele inspirada, evitando envolver-se directamente na contenda.

Com efeito, Fontes mantinha à época importante correspondência com Juan Cabré, já publicada (CARDOSO e MELO, 2005), explicando a proximidade entre ambos, a tomada da defesa do arqueólogo espanhol. Tendo o auge desta polémica coincidido com a vinda de Breuil a Portugal, facilmente se compreende que era impossível conjugar, em 1918, a presença dos dois arqueólogos desavindos – Fontes e Correira – com a de Breuil.

4 – EPÍLOGO

A última missiva que Breuil dirigiu a Vergílio Correia, datada de Paris, de 26 de maio de 1920 (Fig. 9) faz referência à concessão que lhe fora feita pelo Estado Português, do grau de Cavaleiro da Ordem Militar de Sant'Iago da Espada. Não por acaso ou coincidência, também Vergílio Correia havia sido agraciado, a 3 de Abril do mesmo ano, com o grau de Oficial da referida Ordem. Deste modo, é provável que a outorga a Breuil desta condecoração tenha resultado da intercessão do próprio Vergílio Correia, e seguramente de Alfredo Keil, visto Breuil solicitar, na referida missiva, a Vergílio Correia, que lhe transmitisse também os



Paris 26 Mai 1920.

Cher Monsieur et ami,

Je réponds avec retard à votre aimable lettre du 26 Avril, que j'ai reçue en arrivant, ici faire un séjour. J'ai en effet été reçu Docteur, honoris causâ, à l'Université de Cambridge, dans la très honorable compagnie du Maréchal Haig et de l'amiral Jellicoë.

La nouvelle que vous m'annoncez de ma promotion au grade de Chevalier de l'ordre de Santiago m'a été très agréable. Je vous en remercie vivement, et vous prie d'en remercier M. Keil de ma part.

Je suis toujours sans nouvelles des miens que je n'ai pas revus (très depuis juillet 1918) de Terra Portuguesa, comme aussi de objets [illegible] mais j'ai de la possibilité d'utiliser la valise diplomatique dans le prochain

Fig. 9 – Trecho de carta enviada por Henri Breuil a Vergílio Correia, datada de 26 de maio de 1920, de Paris. Arquivo e fotografia de João Luís Cardoso.

seus agradecimentos. Tratou-se, muito provavelmente, de uma reparação tardia que os seus amigos portugueses lhe pretenderam fazer, pelos transtornos ocorridos no decurso da sua acidentada primeira vinda a Portugal, em Junho de 1916, a que se somou o reconhecimento pelos ulteriores contributos publicados no âmbito do estudo do Paleolítico português. É interessante referir que a condecoração portuguesa foi a primeira distinção que Breuil recebeu na sua longa e profícua vida, conforme consta da lista publicada na obra comemorativa dos seus 80 anos (HENRI-MARTIN, 1957), onde se refere igualmente que fora eleito Sócio Honorário da Sociedade de Geografia de Lisboa em 1918, certamente aquando da apresentação da sua memorável comunicação na sede da hoje centenária agremiação.

Mais tarde, a presença de Breuil em Portugal foi determinante para o lançamento das bases para o estudo sistemático das indústrias paleolíticas das praias levantadas do litoral e dos terraços fluviais quaternários do vale do Tejo, em colaboração com o geólogo Georges Zbyszewski, o qual prosseguiu ininterruptamente, durante 17 meses, entre Junho de 1941 e Novembro de 1942. Mas essa é uma temática de que já me ocupei noutros lugares (CARDOSO, 1997 e 2007) e à qual voltarei oportunamente.

AGRADECIMENTOS

Ao Dr. Luís Raposo, então Director do Museu Nacional de Arqueologia (MNA), por ter autorizado a reprodução das missivas remetidas por Henri Breuil a J. Leite de Vasconcelos, pertencentes ao Arquivo Histórico da Instituição, e à Dr.ª Lívia Cristina Coito, pelo apoio que concedeu à referida tarefa.

REFERÊNCIAS

BREUIL, H. (1917a) – "Glanes Paléolithiques Anciennes dans le Bassin du Guadiana". *L'Anthropologie*. Paris. 28 (1-2): 1-19.

BREUIL, H. (1917b) – "La Roche Peinte de Valdejunco à la Esperança, près de Arronches (Portalegre)". *Terra Portuguesa*. Lisboa. 3 (13-14): 17-27.

BREUIL, H. (1918) – "Impressions de Voyage Paléolithique à Lisbonne". *Terra Portuguesa*. Lisboa. 4 (27-28): 34-39.

BREUIL, H. (1920) – "La Station Paléolithique Ancienne d'Arronches (Portalegre)". *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 24: 47-55.

BREUIL, H. (1933) – *Les Peintures Schématiques de la Péninsule Ibérique. I. Au nord du Tage*. Lagny: Imprimerie de Lagny.

CABRÉ AGUILÓ, J. (1916) – *Arte Rupestre Gallego y Portugués (Eira d'os Mouros y Cachão da Rapa)*. Lisboa: Imprensa da Livraria Ferin (*Memórias Publicadas pela Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais*, 2).

CARDOSO, J. L. (1997) – "Reconhecidos a Georges Zbyszewski (palavras proferidas na sessão inaugural do Encontro)". In *I Encontro de Arqueologia da Costa Sudoeste. Homenagem a Georges Zbyszewski (Sagres, 1991)*. Museu de Arqueologia e Etnografia da Assembleia Distrital de Setúbal, p. 9-16 (*Setúbal Arqueológica*, 11-12).

CARDOSO, J. L. (2007) – *Pré-História de Portugal*. Lisboa: Universidade Aberta.

CARDOSO, J. L. (2009) – José Leite de Vasconcelos, Pré-Historiador: sua projecção internacional. In CARDOSO, J. L. (coord.). *150 Anos do Nascimento do Doutor José Leite de Vasconcelos. Actas da Jornada Evocativa*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, p. 85-180.

CARDOSO, J. L. (2012) – "José Leite de Vasconcelos (1858-1941) e Joaquim Fontes (1892-1960) vistos através da correspondência conservada nos arquivos do Museu Nacional de Arqueologia e do Laboratório Nacional de Energia e Geologia. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série V. 2: 77-187.

CARDOSO, J. L. & MELO, A. A. (2005) – "Correspondência de Joaquim Fontes (1892-1960). Contributos para a História da Arqueologia peninsular". *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 13, p. 195-321.

CASTELO-BRANCO, A. de (1961) – "O Professor Joaquim Moreira Fontes e os Serviços Geológicos de Portugal". *Arqueologia e História*. Lisboa. Série VIII. 10, p. 177-182.

COITO, L. C.; CARDOSO, J. L. e MARTINS, A. C. (2008) – *José Leite de Vasconcelos. Fotobiografia*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia / Editorial Verbo.

CORREIA, V. (1912 a) – O Paleolítico em Portugal. Estado actual do seu estudo. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 17: 55-62.

CORREIA, V. (1912 b) – Facas e raspadores da estação paleolítica de Monsanto I. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 17, p. 275-284.

CORREIA, V. (1916 a) – Pinturas rupestres da Sr.ª da Esperança (Arronches). *Terra Portuguesa*. Lisboa. 1 (5), p. 158.

CORREIA, V. (1916 b) – Arte Préhistorica. Pinturas rupestres descobertas em Portugal no século XVIII. *Terra Portuguesa*. Lisboa. 1 (4): 116-119.

CORREIA, V. (1917) – A propósito da «Arte Rupestre Gallego y Português» do Sr. Juan Cabré Aguiló. *Terra Portuguesa*. Lisboa. 2 (12), p. 186-188.

FONTES, J. (1910) – Estação paleolítica de Casal do Monte. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série I. 15. p. 93-96.

FONTES, J. (1911) – Contribution à l'étude de la Période Paléolithique en Portugal. *7º. Congrés Préhistorique de France (Nîmes, 1911)*. Nîmes, p. 137-145.

FONTES, J. (1912) – Trois coup de poing acheuléens du Portugal. *Bulletin de la Société Préhistorique Française*. Le Mans: Imprimerie Monnoyer. Separata.

FONTES, J. (1913 a) – Note sur le Moustérien en Portugal". In *8º. Congrés Préhistorique de France (Angoulême, 1913)*. Paris, pp. 342-350.

FONTES, J. (1913 b) – Sur quelques types inédits de coups de poing du Portugal". In *14º. Congrés International d'Anthropologie et d'Archéologie Préhistoriques (Genebra, 1912)*. Genebra: Imprimerie Albert Kündig. 2, pp. 351-354.

FONTES, J. (1915-1916) – Station paléolithique de Mealhada". *Comunicações da Comissão do Serviço Geológico de Portugal*. Lisboa. 11: 7-15.

FONTES, J. (1918) – Instruments paléolitithiques dans la collection de préhistoire du Service Géologique. 2. Instruments paléolithiques des environs de Porto. *Comunicações da Comissão do Serviço Geológico de Portugal*. Lisboa. 12: 3-16.

FONTES, J. (1918) – A obra do Sr. Cabré "Arte Rupestre Galego y Portugués" e a crítica do Sr. Virgílio Correia. *Revista de História*. Lisboa. 7: 63-65.

HENRI-MARTIN, G., ed. (1957) – *Hommage à l'Abbé Henri Breuil pour son quatre-vingtième anniversaire*. Macon: Imprimerie Protat Frères.

MEDEROS-MARTÍN, A. & ESCRIBANO COBO, G. (2011) – *Julio Martínez Santa-Olalla, Luis Diego Cuscoy y la Comisaría Provincial de Excavaciones Arqueológicas de Canarias Occidentales (1939-1955)*. Tenerife: Organismo Autónomo de Museos y Centros (*Canarias Arqueológica, monografías*, 5).

PERICOT GARCIA, L. (1957) – Discours prononcé par le Prof. Don Luis Pericot-García, Doyen de la Faculté de Philosophie et de Lettres de l'Université de Barcelone (Espagne). *Bulletin de la Société Préhistorique Française*. Paris. 54: 485-487.

RAPOSO, L. (1993-1994) – Do Somme ao Tejo: a vida e a obra de Henri Breuil e a sua contribuição para a Pré-História portuguesa. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV. 11-12, p. 223-290.

RIPOLL-PERELLÓ, E. (1964) – Vida e obra del Abate Henri Breuil, Padre de la Prehistoria. In RIPOLL-PERELLÓ, E. (ed.). *Miscelánea en Homenage al Abate Henri Breuil (1877-1961)*. Barcelona: Diputación Provincial de Barcelona / Instituto de Prehistoria y Arqueología, pp. 1-69.

VASCONCELOS, J. L. (1907) – Peintures dans les dolmens de Portugal. *L'Homme Préhistorique*. Paris. 5, p. 33-37.

XXX

RECONHECIDOS A GEORGES ZBYSZEWSKI (PALAVRAS PROFERIDAS NA SESSÃO INAUGURAL DO ENCONTRO) [1]

Foi com grande alegria, com uma ponta de apreensão também, que aceitei o honroso convite para pronunciar, hoje, estas palavras de homenagem ao Doutor Georges Zbyszewski.

Alegria, porque teria oportunidade de expressar publicamente o reconhecimento que todos devemos a este ilustre cientista. Apreensão, porque sentia o peso da responsabilidade, tal a prodigiosa obra realizada em diversos domínios por esta personalidade tão ímpar quanto irretratável.

Cumpre-me, em primeiro lugar, agradecer ao meu Amigo Carlos Tavares da Silva a oportunidade desta homenagem, promovida através do Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza. Tal como aconteceu comigo, com cerca de 10 anos de diferença, os seus primeiros passos, nos domínios da Arqueologia, deram-se nos Serviços Geológicos de Portugal. Do convívio com o nosso homenageado e com o Prof. Octávio da Veiga Ferreira – que daqui saúdo com um abraço de muita amizade e consideração – resultaram os nossos primeiros trabalhos científicos.

Naquela bela e grande casa, o Doutor Zbyszewski foi, nas últimas décadas, um verdadeiro Mestre, procurando desinteressadamente, mas de forma consequente, ajudar todos aqueles que dele se abeiravam – e muitos foram sem olhar às qualificações académicas, idade, ou classe social. Muitos eram jovens liceais que, como eu, faltavam às aulas para irem conviver com o Mestre às 2ªs feiras, receber separatas dos últimos trabalhos publicados, rever pela "n ésima" vez aquelas peças meticulosamente arrumadas em "vitrines" quase inacessíveis. Eram verdadeiros momentos de encantamento aqueles, em que, no seu gabinete, o rosto sempre iluminado por um sorriso, o Mestre discorria sobre indústrias paleolíticas, praias quaternárias, terraços fluviais, locais explorados e outros que mereciam exploração, dando preciosas indicações para estudos que, depois, desenvolvi. Momentos únicos, indefiníveis, na vida de qualquer jovem fascinado pelo passado do Homem!

Datam também desses tempos as palestras que aos sábados proferia no Palácio da Rosa, complementadas por saídas de campo aos arredores de Lisboa, e que prolongavam a nossa convivência.

Mais tarde, fui seu aluno na Faculdade de Ciências de Lisboa onde, por serem poucas as pessoas interessadas na Disciplina de Opção da Licenciatura em Geologia que foi convidado a leccionar por proposta de M. Telles Antunes, em 1972, – Geologia do Quaternário – passou a reger, sucessivamente. Hidrogeologia, Estratigrafia e Geohistória e Cartografia Geológica e Fotogeologia Complementar (de que fui seu aluno, respectivamente, em 1977/78 e 1978/79).

Como professor da Universidade de Lisboa, o Doutor Zbyszewski adoptava, tradicionalmente, uma postura formal. Com as aulas cuidadosamente preparadas, dactilografadas página a página, poder-se-ia fazer, no final do curso, autêntico tratado de Estratigrafia!

---

[1] CARDOSO, J. L. (1997) – Reconhecidos a Georges Zbyszewski (palavras proferidas na sessão inaugural). *I Encontro de Arqueologia da Costa Sudoeste Homenagem a Georges Zbyszewski*. Actas. Setúbal: Museu de Arqueologia e Etnografia de Setúbal/Parque Natural do Sudoeste Alentejano, p. 9-16 (*Setúbal Arqueológica*, 11/12). Modificado.

Onde o seu fulgor mais se revelava era no campo. A saída semanal era sempre muito concorrida e nós sentíamos ter, naquele Professor, então um jovem à beira dos 70 anos, um companheiro mais velho, cúmplice nos momentos de descontracção, mas rigoroso na análise dos trabalhos entregues para avaliação. A relação Professor-Aluno por ele estabelecida pareceu-me a ideal e é aquela que eu próprio procuro diariamente atingir. Os ensinamentos que me transmitiu, no campo científico, não ficam atrás do seu enorme exemplo moral, da sua probidade e dedicação à Ciência.

Depois do Curso, as nossas relações estreitaram-se ainda mais, encontrando-se consubstanciadas em cerca de uma dezena de publicações sobre materiais paleolíticos, especialmente da região do "Complexo Basáltico de Lisboa", projecto de estudo que, presentemente, decorre a bom ritmo.

Georges Zbyszewski nasceu em Gatchina (Rússia) a 22 de Outubro de 1909, filho de uma senhora da aristocracia russa e de um oficial polaco, vitimado na 1ª Guerra Mundial. Obrigado a abandonar o seu País, em plena guerra civil, em clima de revoluções, de morte e de terror, conforme o próprio declarou um dia (Zbyszewski, 1984), aos 8 anos, a família instalou-se em Paris, onde fez o Liceu e a Faculdade, já atraído pela Geologia.

Em 1932, acabada a Licenciatura, foi convidado para Assistente do Prof. Jacques Bourcart nos trabalhos práticos, tendo nessa altura conhecido grandes mestres da Escola de Paris.

Um dia, respondendo a uma pergunta do Prof. Bourcart sobre o interesse que teria em iniciar o estudo do Quaternário da costa ocidental da Península Ibérica, responde: "Gostaria muito de estudar o quaternário português. Portugal é o país dos grandes navegadores e das grandes descobertas marítimas dos séculos passados, para as quais sempre mostrei interesse" (Zbyszewski, 1984).

Depois de uma rápida aprendizagem do Português fundamental, sobretudo a pronúncia, facilitada pelo convívio com outros portugueses que, entretanto, conhecera em Paris (Carlos Teixeira, Orlando Ribeiro, Leite Pinto e Vitorino Nemésio), parte para Portugal, em Agosto de 1935.

Já no nosso País, em companhia de A. de Medeiros-Gouvêa e J. Bourcart percorre o Algarve, prosseguindo depois, sozinho, em direcção a Lisboa, fazendo escala em Beja.

Em 1936 teve de cumprir o Serviço Militar em França, na região de Champagne, mas sempre com saudades do vinho verde que provara em Portugal (Bourcart, outro grande apreciador do néctar minhoto, confidenciaria a Carlos Teixeira que este deveria substituir, nas cerimónias oficiais, o "Champagne").

De novo em Portugal, em 1937 e 1938 realiza duas campanhas de seis meses, primeiro no Algarve, depois no litoral do Baixo Alentejo, no vale do Sado e no Ribatejo, a pé e de bicicleta. Datam desse período os primeiros artigos, publicados em França, nos Compte-Rendus da Academia das Ciências de Paris, sobre a Geologia dessas regiões.

Nessa altura, a Geologia era quase desconhecida em Portugal; depois da época áurea, dos fundadores, esta ciência entrou em profundo declínio a partir do início deste século, não obstante os esforços desenvolvidos até à morte por P. Choffat. Carlos Teixeira diria que, então, se poderiam contar pelos dedos de uma mão aqueles que se dedicavam à Geologia, e ainda sobravam dedos! Não admira, pois, que G. Zbyszewski tenha sido quase de imediato convidado por um homem de visão, o Eng. António Vianna, director dos Serviços Geológicos de Portugal, para integrar os Quadros daquela Instituição, o que é concretizado em Janeiro de 1940. A partir dessa data, declara o nosso homenageado: "Começou uma vida nova com mais responsabilidades. Já não era suficiente cantar óperas no campo. Tornou-se necessário compor óperas novas" (Zbyszewski, 1984).

Os Serviços Geológicos não possuíam transportes próprios. Assim, utilizavam-se camionetas da carreira, que implicavam grandes percursos a pé, chegando-se a atingir os 45 km diários. Uma das provas de selecção para os colectores dos Serviços Geológicos consistia, justamente, em duro périplo, dirigido pelo nosso home-

nageado, visando aferir a resistência tisica (e psíquica ...) dos candidatos. Data dessa altura a alcunha maliciosa de "Sátrapa do Sado" (em francês "Satrape sadique" ...) posta pelos seus amigos pelo facto de ter então, como principal área de estudo, a bacia do Sado.

Em 1941 o Prof. Henri Breuil vem a Portugal realizar uma série de conferências em Lisboa, Coimbra e Porto. Uma visita ao Museu dos Serviços Geológicos, seguida de uma outra, ao então Museu do Dr. Leite de Vasconcelos, decepcionaram-no. Os materiais conservados naquelas duas instituições, no que respeitava ao Paleolítico, eram pobres e em geral de mau recorte tipológico. Na altura, já Zbyszewski tinha descoberto as notáveis jazidas do Paleolítico inferior de Alpiarça. Uma visita à jazida da Quinta dos Patudos proporcionou a recolha, num só dia, de mais de 80 bifaces! Breuil ficou entusiasmado. Não desejando regressar a França, ocupada pelos Alemães, foi convidado pelo Prof. Manuel Heleno para reger um curso de Pré-História na Faculdade de Letras de Lisboa, então situada no rés-do-chão do velho edifício da Academia das Ciências. No 2° andar funcionavam, e ainda funcionam, os Serviços Geológicos de Portugal. A vida de Breuil passou a ficar repartida entre uma e outra Instituição, e saídas de campo, com Zbyszewski, de camioneta ou, eventualmente, no carro (movido a gasogénio) posto à disposição pelo compatriota, industrial e entusiasta da Arqueologia, Maxime Vaultier. Desta forma se iniciou o período mais profícuo do estudo em Portugal da Geologia do Quaternário (a cargo de Zbyszewski) e das indústrias paleolíticas correlativas (sob a responsabilidade de Breuil). Definiu-se um programa ambicioso, mas metódico, para o estudo sistemático das praias quaternárias do litoral minhoto e estremenho, prosseguindo depois pelos terraços do vale do Tejo e, finalmente, pelas praias quaternárias do litoral baixo-alentejano e algarvio. A excepcional produtividade científica desta colaboração encontra-se demonstrada pelos numerosos artigos e livros publicados, alguns deles, já depois da partida de Breuil de Portugal, em 1942, após 17 meses de árduo trabalho diário, que de início se previa ser apenas de alguns dias. A forte personalidade de Breuil cativou Zbyszewski. Uma vez, pondo-se



Fig. 1 – 1978. Visita de estudo aos terraços de Alpiarça, no âmbito da disciplina Estratigrafia e Geohistória, do 3° ano da licenciatura em Geologia da Faculdade de Ciências de Lisboa. O Autor é o segundo a contar da direita. Arquivo de João Luís Cardoso.



Fig. 2 – 1942. Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências, realizado no Porto. Fotografia de um grupo de congressistas. Da esquerda para a direita:. João Manuel Cotelo Neiva, Pe. Saraiva de Miranda, Domingos Rosas da Silva, Orlando Ribeiro e Georges Zbyszewski. Arquivo de Georges Zbyszewski. Reprodução de João Luís Cardoso.

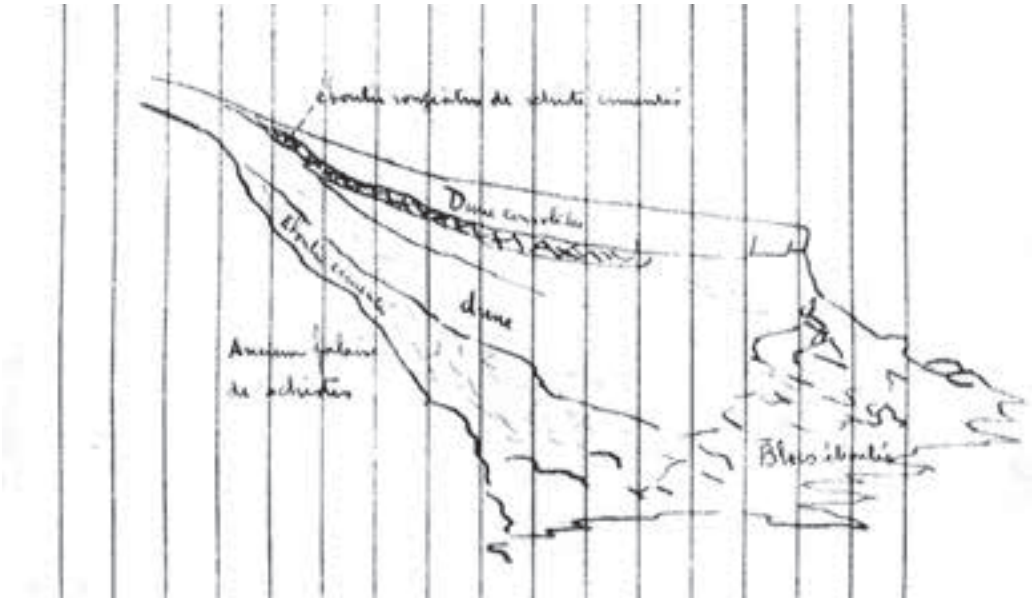


Fig. 3 – 1946. Página do caderno de campo, com o esboço do corte geológico da arriba do Monte da Quebrada, reproduzido no trabalho "Le Quaternaire de Carrapateira", An. da Fac. Ciênc. Porto, Vol. 32, fasc. 3-4, p. 234-242, 1948. Arquivo de Georges Zbyszewski. Fotografia de João Luís Cardoso.

em dúvida a autenticidade de certa peça, aquele, batendo vigorosamente com a robusta bengala na mesa de triagem, exclama: "Je le jure!" ..... e a dúvida ficou por ali. A Breuil agradaria, sobretudo, a segurança transmitida pela alta qualidade do trabalho de Zbyszewski, e a total dádiva que, ontem como hoje, caracteriza a vivência diária do nosso homenageado.

A relação diária entre estes dois homens, de personalidades tão diferentes quanto complementares, marcou-os profundamente. Até à sua morte, em 1961, todos os anos Breuil vinha passar, quando podia, parte do Inverno a Portugal, revendo velhos amigos, revisitando estações, algumas delas já dele conhecidas desde 1917, altura da sua primeira visita a Portugal.

À noite, após o jantar, passeavam longamente pela Av. da Liberdade. As conversas não eram insensíveis ao momento que se vivia, com a França ocupada e as tropas alemãs nos Pirinéus. Nessas deambulações por uma Lisboa às escuras, mas poupada pela guerra, discorriam longamente sobre a liberdade, o papel dos cientistas e da Ciência nas sociedades modernas, as grandes teorias filosóficas e o aparecimento do Homem, o futuro do mundo civilizado (Zbyszewski, 1966). Esse aprofundamento da relação afectiva era cimentado por episódios ou incidentes pitorescos, de que eram protagonistas, no decurso das suas saídas de campo. Uma vez, colhendo materiais paleolíticos num campo lavrado, foram surpreendidos por dois desconhecidos, que passavam de bicicleta. Estes, vendo duas pessoas de aspecto respeitável, guardando febrilmente objectos que retiravam da terra em grandes alforges que tinham ao ombro, trataram também de procurar por conta própria qualquer coisa. Depois, desconfiados por não verem nada de especial, perguntaram se era minério o que recolhiam, ficando completamente aturdidos quando viram que dos alforges saíam, apenas... pedras.

A última etapa da colaboração de Breuil com Zbyszewski consistiu no estudo das praias quaternárias entre Sines e Vila Nova de Milfontes onde, segundo Mesquita de Figueiredo, se encontravam picos asturienses idênticos aos do litoral minhoto. Como declarou G. Zbyszewski (1966), "Breuil estava desejoso de esclarecer este ponto. Assim, deslocámo-nos às jazidas que nos foram indicadas. As pesquisas permitiram localizar novas estações paleolíticas relacionadas com as praias de 15m e de 30m. Breuil atribuiu-as ao

"Languedocense". Diversos picos foram recolhidos, associados a machados de tipo especial ulteriormente descritos como "machados mirenses".

Após a partida de Breuil não mais o Doutor Zbyszewski deixou de se interessar pelo estudo das indústrias paleolíticas, das quais, no que respeita ao Paleolítico inferior e médio tem sido, até ao presente, o principal e mais produtivo investigador. Cercando-se de um grupo de colaboradores, no que pode ser designada "Escola dos Serviços Geológicos", soube prosseguir, com brilho, aquela fase heróica dos estudos do Paleolítico. Já na década de 1980, confirmando resultados obtidos na década anterior foi demonstrada a ocupação do nosso território no Calabriano, ao longo do litoral ocidental, até ao Algarve. Foi sempre um espírito agudo, ajudado por um raciocínio vigoroso e original, eminentemente científico.

O Doutor Zbyszewski, ou mais simplesmente Zby, diminutivo desde cedo adoptado pelos seus amigos portugueses, com dificuldades em pronunciar tantas consoantes de uma só vez, é autor de uma prodigiosa obra científica, abarcando mais de 300 títulos, distribuídos por estudos de Arqueologia, Estratigrafia e Paleontologia (Mamíferos, Répteis, Peixes e Invertebrados), de terrenos mesosóicos e cenozóicos; tifonismo (tema que constituiu a sua dissertação de Doutoramento de Estado em Geologia, na Universidade de Paris, em 1959); geologia regional; formações eruptivas; hidrogeologia; geologia económica; cartografia geológica; trabalhos de divulgação; e trabalhos de índole histórica, sobretudo sobre o seu Mestre, H. Breuil.



Fig. 4 – 1946. Vista parcial do lado setentrional da praia do Fortim de Porto Covo (Pessegueiro), com blocos de duna consolidada tombados na arriba. Fotografia de G. Zbyszewski. Arquivo de Georges Zbyszewski. Reprodução de João Luís Cardoso.



Fig. 5 – 1991. Vista aproximada do mesmo trecho da praia do Fortim de Porto Covo da Fig. 4, na actualidade. Fotografia de C. Tavares da Silva. Reprodução de João Luís Cardoso.

Se olharmos para uma carta geológica de Portugal, ficamos espantados com a enorme contribuição prestada pelo Doutor Zby ao conhecimento geológico do nosso território. Quase todas as cartas geológicas, na escala de 1/50000 da Estremadura, Ribatejo, parte da Beira Litoral, todo o vale do Tejo, grande parte do Alto e do Baixo Alentejo até ao Algarve têm o seu nome, bem como as respectivas notícias explicativas; desta enorme produtividade advém a designação de "Brigada de Choque" para a sua equipa de trabalho; chefiou as sucessivas missões geológicas aos Açores e à Madeira, que relembra sempre com saudade, e de que resultaram a cartografia completa dos dois arquipélagos,

com excepção da ilha de Porto Santo, bem como a redacção das respectivas notícias explicativas, tendo presenciado a erupção dos Capelinhos, em 1959, no decurso da qual correra o boato de que toda a missão geológica tinha desaparecido!

O Governo francês não esqueceu o prestígio que, para a França, advinha do labor deste seu súbdito, agraciando-o com o grau de Cavaleiro da Ordem das Palmas Académicas em 1959 e, dez anos depois, com o grau de Cavaleiro da Ordem Nacional do Mérito de França.

Quando, por limite de idade, após 40 anos de trabalho estrénuo, foi obrigado a aposentar-se, o então Secretário de Estado das Indústrias Extractivas e Transformadoras, Engº Joaquim Ferreira do Amaral, exarou despacho de louvor. Cremos porém, que o Estado Português deve, de há muito, uma condecoração ao Doutor Zbyszewski, forma tradicional de exprimir, publicamente, o reconhecimento por serviços excepcionais. Essa era também a ideia do Prof. Carlos Teixeira, como me declarou, no longínquo Outono de 1979. É, pois, em nome de um grupo de amigos do Doutor Zby e em memória do daquele insigne geólogo, que aqui deixo a proposta, a ser incluída entre as conclusões deste Encontro.



Fig. 6 – 1946. Praia dos Aivados. A duna consolidada, formando consola, sobre a sequência, essencialmente arenítica, de idade plistocénica. Fotografia de G. Zbyszewski. Arquivo de Georges Zbyszewski. Reprodução de João Luís Cardoso.



Fig. 7 – 1946. Níveis detríticos, com indústrias acheulenses a Sul de Vila Nova de Milfontes. Fotografia de G. Zbyszewski. Arquivo de Georges Zbyszewski. Reprodução de João Luís Cardoso.

Se preciso fosse avançar com justificações adicionais, bastaria a lista de publicações que, sozinho ou de colaboração dedicou à costa Sudoeste e áreas limítrofes, tema deste Encontro (Lista em Anexo):

Sobre tectonismo – 1
Sobre rochas ígneas – 1
Sobre Geologia e Paleontologia do Miocénico – 3
Sobre Geologia do Quaternário – 9
Sobre Paleontologia do Quaternário – 1
Sobre Paleolítico e Epipaleolítico – 11
Sobre Neolítico e Calcolítico – 3
Total – 29 publicações



Fig. 8 – Almoço de despedida de Henri Breuil, em 1942 no Hotel Avenida Palace, em Lisboa. Da esquerda para a direita: Henrique de Miranda, Georges Zbyszewski, Eugénio Jalhay, Joaquim Paes de Villas-Boas, Afonso do Paço, Henri Breuil, Jean Olivier, António de Medeiros-Gouvêa, Miss. Boyle, Maxime Vaultier e Alves Costa. Arquivo de Georges Zbyszewski. Reprodução de João Luís Cardoso.

Além dos títulos mencionados, devem referir-se as colaborações na cartografia geológica na escala de 1/50000 – folhas de Vila do Bispo e de Santiago do Cacém e respectivas notícias explicativas – bem como na Carta Geológica de Portugal na escala de 1/200000, Folha 7, onde coordenou a cartografia referente ao Neogénico, tal como o capítulo respectivo da notícia explicativa.

Pode dizer-se, do Mestre hoje homenageado, o que Breuil declarou, um dia, de si próprio (in Zbyszewski, 1966): "O amor sem limites da verdade é uma disposição fundamental do espírito sem a qual nenhuma vida humana, tanto religiosa como científica, é digna desse nome. Tal foi o princípio de que jamais abdiquei, para permanecer um cristão convicto, servindo a Ciência com um entusiasmo que ainda me sustém".

A terminar, agradecendo a V. Exas o estarem hoje aqui, fazendo votos para que, por muitos e muitos anos, o Doutor Zby continue a contar-nos as suas anedotas preferidas, na maioria ingénuas, escritas em misteriosos papelinhos que um dia constituirão "best-seller" mundial, proponho uma grande salva de palmas, à medida da sua dimensão humana, científica e moral!

TRABALHOS DE G. ZBYSZEWSKI RELATIVOS À COSTA SUDOESTE E ÁREAS ADJACENTES

1937 – Gouveia A. M. & Zbyszewski G. – Nouvelles observations sur le Quaternaire du littoral du Portugal meridional entre Sagres et l'embouchure de la rivière de Odesseixe. *C. R. Séances Acad. Sc. de Paris*. T. 204, p. 1207-1209.

1937 – id. – Observations sur le littoral portugais entre l'embouchure de la rivière d'Odesseixe et celle du rio Mira. *C. R. Séances Acad. Sc. de Paris*, T. 204, p. 1435-1437.

1939 – Zbyszewski G. – Observations sur la morphologie et la structure du bas Alentejo et de l'Algarve. *Bull. des Études Portugaises*. Inst. Franç. du Portugal, fasc. 1, 20 p.

1940 – Zbyszewski G. – Contribution à l'étude du littoral quaternaire du Portugal. *Publ. Mus. Lab. Min. Geol. Fac. Ciências*. Porto, Vol. 15, 50 p.

1942 – Zbyszewski G. – Contribution à l'étude des terrains eruptifs du Caps Sines. *Com. Serv. Geol. Portugal*, Vol. 22, 16 p.

1943 – Breuil H., Vaultier M. & Zbyszewski G. – Première prospection paléolithique en Algarve. *Com. 7º Sec. Congr. Luso-Esp. Prog. Ciências*. Porto, 1942, Vol. 12, 17 p.

1943 – Breuil H., Ribeiro O. & Zbyszewski G. – Les plages quaternaires et les industries pré-historiques du littoral de l'Alentejo entre Sines et Vila Nova de Milfontes. *Congr. Luso-Esp. Progr. Ciências*. Porto, 1942, Vol. 8, 19 p.

1943 – Zbyszewski G. – La classification du Paleolithique ancien et la chronologie du Quaternaire au Portugal en 1942. *Bol. Soc. Geol. Portugal*, Vol. 1, fasc. 2-3, 112 p.

1945 – Formosinho J., Vaultier M. & Zbyszewski G. – Nouvelles découvertes paléolithiques en Algarve. *Trab. Soc. Portugal Antrop. Etnol*. Porto, Vol. 10, fasc. 3, 13 p.

1946 – Zbyszewski G. – Note sur l'existence d'algues fossiles dans le Miocène d'Aljezur. *An. Fac. Ciênc. Porto*, Vol. 3l, 5 p.

1946 – Breuil H. & Zbyszewski G. – Contribution à l'étude des industries paléolithiques des plages quaternaires de l'Alentejo littoral. *Com. Serv. Geol. Port*ugal, Vol. 27, p. 269-334.

1948 – Zbyszewski G. – Le Quaternaire de Carrapateira. *An. Fac. Ciênc. Porto*, Vol. 23, fasc. 3-4, p. 234-242.

1948 – id – Miocénico marinho da região de Bensafrim (Algarve). *Bol. Soc. Geol. Port*ugal, Vol. 7, fasc. 1-2, p. 55-65.

1949 – Viana A. & Zbyszewski G. – Contribuição para o estudo do Quaternário do Algarve. *Com. Serv. Geol. Portugal*, Vol. 29, p. 197-250.

1950 – Zbyszewski G. & Berthois L. – Contribuição à l'étude lithologique des formations meubles de la partie Sud-Ouest du Portugal. *Com. Serv. Geol. Portugal* Vol. 31, p. 5-297.

1950 – Zbyszewski G. – Les restes d'Hippopotame et de Cerfs d'Algoz. *Com. Serv. Geol. Portugal* , Vol. 31, p. 413-422.

1954 – Zbyszewski G. – Découverte d'une mandibule de *Palaeoziphius* dans le Miocène de Melides. *Com. Serv. Geol. Portugal*, Vol. 35, p. 51-55.

1958 – Zbyszewski G. – Le Quaternaire du Portugal. *Bol. Soc. Geol. Portugal*, Vol. 13, fasc. 1-2, p. 1-277.

1971 – Zbyszewski G.; Leitão M. & North C. T. – Uma oficina de preparação de machados mirenses no Languedocense de V. N. de Milfontes. *Com. Serv. Geol. Portugal*, Vol. 55, p. 139-173.

1972 – Zbyszewski G.; Veiga Ferreira O. da; Leitão M. & North C. T. – Contribuição para o conhecimento das industrias mirenses de Vila Nova de Milfontes. *O Arqueólogo Português*, Série III, Vol. 6, p. 103-118.

1974 – Zbyszewski G. & Veiga Ferreira O. da – O Paleolítico do litoral do Baixo Alentejo entre a foz do rio Mira e a foz da ribeira de Odesseixe. *Arqueologia e História*, Vol. 5, 15 p.

1974 – Veiga Ferreira O. da; Leitão M.; North C. T.; Reynolds de Sousa, H. & Zbyszewski G. – The megalithic tomb of Pedra Branca (Portugal). Preliminary Report. *Proc. Prehist. Soc*., Vol. 41, p. 167- 178. Londres.

1975 – id – Le monument megalithique de Pedra Branca auprés de Montum (Melides). *Com. Serv. Geol. Portugal*, VoI.54, p. 107- 192.

1977 – Zbyszewski, G. – Três ossos de vertebrados quaternários. *Com. Serv. Geol. Portugal*, Vol. 61, p. 191-194.

1978 – Zbyszewski G.; Veiga Ferreira O. da & Penalva C. – Um acampamento languedocense com industria mirense a Sul de V. N. de Milfontes. A Pedra de D. Rodrigo. *Com. Serv. Geol. Portugal*, Vol. 63, p. 437-448.

1979 – Veiga Ferreira O. da; Penalva C. & Zbyszewski G. – A "Pebble Culture" do litoral entre Laredo das Corchas e a Ponta Ruiva (Algarve). Nota preliminar. *Setúbal Arqueológica*. Vol. V, p. 17-26.

1980 – Zbyszewski G. & Penalva C. – Estação de Medo Tojeiro (Baixo Alentejo). Contribuição para o estudo do "Languedocense" costeiro. *Com. Serv. Geol. Portugal*, Vol. 65, p. 231-237.

1981 – Zbyszewski G. & Penalva C. – Nota prévia sobre a Pebble Culture da praia calabriana de Mirouço (Algarve). *Madrider Mitteilungen*. Vol. 22, p. 11-18.

1981 – Zbyszewski G.; Veiga Ferreira O. da; Leitão M.; North C. T. & Norton J. – Nouvelles donnés sur le Néolithique Ancien de la station à céramique cardiale de Sagres (Algarve). *Com. Serv. Geol. Portugal*, Vol. 67, fasc. 2, p. 301-311.

1986 – Zbyszewski G. & Penalva C. – A estação mirense de Foz dos Ouriços (Almograve, Baixo Alentejo). *Trab. de Arqueol. do Sul*. Serviço Regional de Arqueologia do Sul/Évora- IPPC, Vol. 1, p. 17-27.

CARTOGRAFIA GEOLÓGICA

1979 – Carta Geológica de Portugal na escala de 1/50000. Notícia explicativa da folha 51-B (Vila do Bispo). Serviços Geológicos de Portugal, Lisboa, 118 p. Em colaboração com R. Roche, M. M. Ramalho, G. Manupella e A. V. Pinto Coelho.

1984 – Carta Geológica de Portugal na escala de 1/200000. Notícia explicativa da folha 7. Serviços Geológicos de Portugal, Lisboa, 77 p. Em colaboração com A. S. Andrade *et allii*.

REFERÊNCIAS

RIBEIRO, O. (1984) – Les recherches de Georges Zbyszewski sur l'apparition de l'Homme, à la lumière de la philosophie naturelle. *Vol. d'Hommage au géologue Georges Zbyszewski*, Éditions Recherche sur les Civilisations, Paris, p. 55-72.

TEIXEIRA, C. (1979) – Georges Zbyszewski. O Homem e o Cientista, *Com. Serv. Geol. Portugal*. Lisboa. 65, p. 3-27.

TEIXEIRA, C. (1984) – Palavras do Professor Carlos Teixeira. *Vol. d'Hommage au géologue Georges Zbyszewski*. Paris: Éditions Recherche sur les Civilisations, p. 45-48.

ZBYSZEWSKI, G. (1961) – L'Abbé H. Breuil et sa contribution à l'étude de la préhistoire portugaise, *Com. Serv. Geol. Portugal*. Lisboa. 46, p. 41-51.

ZBYSZEWSKI, G. (1966) – Adieu l'Abbé Breuil! *In Memoriam* do Abade Henri Breuil. *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*. Lisboa. Série 3, 10 (2), p. 361-373.

ZBYSZEWSKI, G. (1984) – Palavras do homenageado. *Vol. d'Hommage au géologue Georges Zbyszewski*. Paris: Éditions Recherche sur les Civilisations, p. 48-54.

XXXI

GEORGES ZBYSZEWSKI (1909-1999) [1]

Georges Zbyszewski nasceu em Gatchina, cidade nas vizinhanças de São Petersburgo, a 22 de Outubro de 1909, vindo a falecer em Lisboa, em 1 de Março de 1999. A sua infância, passou-a na proximidade da requintada corte russa: era afilhado da grã-duquesa Olga, irmã do Czar Nicolau II, de quem sua mãe, a Condessa Maria Zbyszewska, era Dama de Companhia. Seu pai, Coronel no regimento dos Couraceiros da Guarda Imperial havia falecido em combate em 1916, na frente alemã, perto de Vilnius, hoje capital da Lituânia, quando ele tinha 7 anos de idade. Apercebendo-se da inexorável realidade do desfecho da sangrenta guerra civil russa, sua mãe decidiu-se, em 1919, a abandonar a pátria, levando consigo os seus dois filhos, Vladimir de 17 anos e Georges, então com 10 anos.

O destino desta família foi a França, terra de acolhimento para muitos refugiados e onde viviam alguns parentes. Georges Zbyszewski completou o ensino liceal em França como "filho da nação" dadas as dificuldades económicas que sua mãe enfrentava, distinguindo-se desde logo nos estudos. Mais tarde, prosseguiu os seus estudos na Universidade de Paris – Sorbonne, onde frequentou simultaneamente os cursos de Agronomia e de Geologia, tendo optado por concluir a licenciatura em Geologia, o que fez com 19 valores. O seu mestre, Prof. Jacques Bourcart convidou-o para seu assistente na cadeira de Geologia Dinâmica. Em 1935, questionado por este Professor sobre a área onde mais gostaria de desenvolver trabalhos de campo tendo em vista a preparação do Doutoramento em Geologia do Quaternário, sendo-lhe colocada a hipótese de escolha entre o litoral atlântico marroquino e o litoral português, decidiu, peremptoriamente, optar pela segunda hipótese, atraído pelas descobertas geográficas e científicas feitas pelos navegadores portugueses, como ele próprio declarou (ZBYSZEWSKI, 1984): "Gostaria muito de estudar o Quaternário português. Portugal é o País dos grandes navegadores e das grandes descobertas

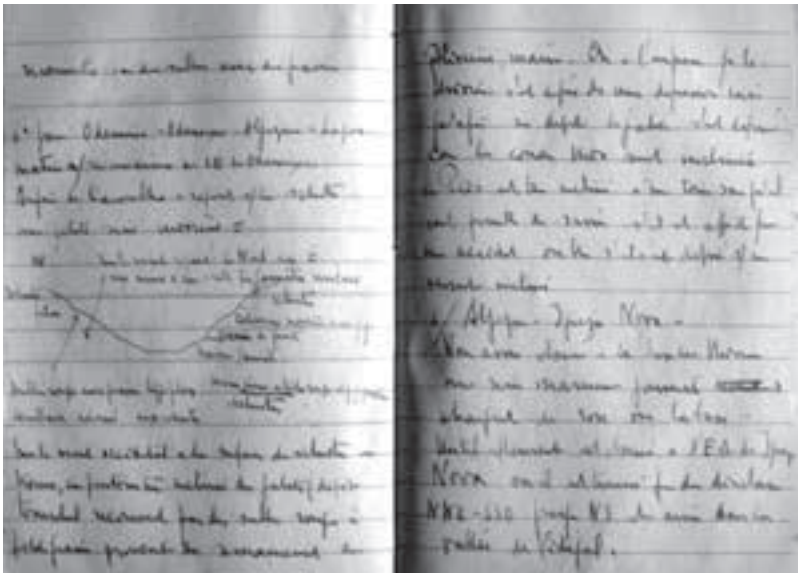
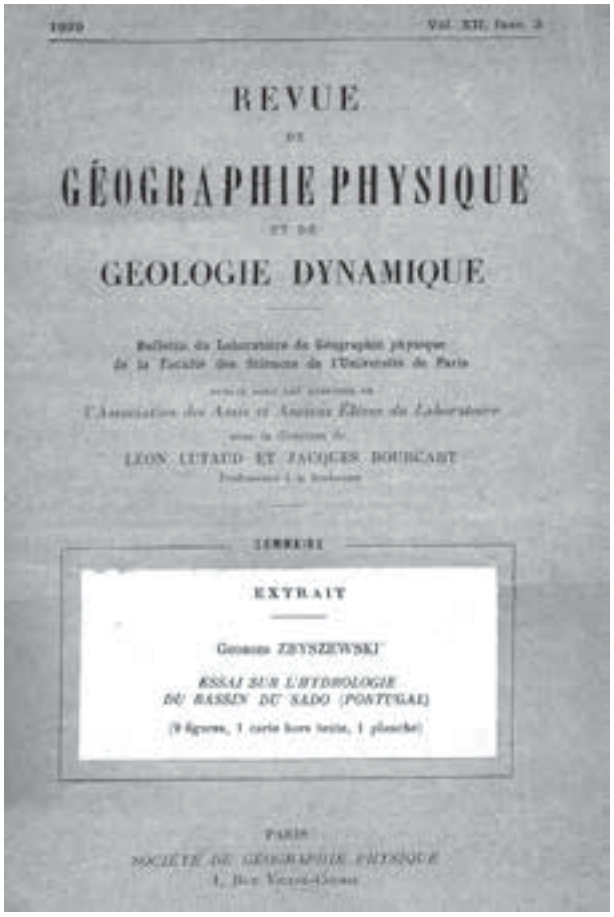


Fig. 1 – Páginas do caderno de campo respeitantes a observações geológicas do litoral do Algarve ocidental (região de Aljezur). 1936. Arquivo Georges Zbyszewski. Fotografia de João Luís Cardoso.

[1] CARDOSO, J. L. (1999/2000) – Georges Zbyszewski (1909-1999). Estudos Arqueológicos de Oeiras. Oeiras. 8, p. 9-20. Modificado.

marítimas dos séculos passados pelas quais sempre mostrei interesse. Depois de uma rápida aprendizagem da língua, facilitada pelo convívio com Portugueses que, entretanto, conhecera em Paris (Carlos Teixeira, Orlando Ribeiro, Leite Pinto e Vitorino Nemésio), partiu para Portugal, em Agosto de 1935. Nesse ano, percorreu parte do litoral algarvio e baixo-alentejano em companhia de A. de Medeiros-Gouvêa, prosseguindo depois, em direcção a Lisboa, a pé e de bicicleta os reconhecimentos de campo, fazendo escala em Beja, tarefa que prosseguiu nos anos seguintes (Fig. 1). Em 1936, teve de cumprir o serviço militar em França, na região de Champagne, mas sempre com saudades do vinho verde que provara em Portugal (Bourcart, outro apreciador do néctar minhoto, confidenciaria a Carlos Teixeira que este deveria substituir, nas cerimónias oficiais o ... "champagne").

De novo em Portugal, em 1937 e 1938, realizou duas campanhas de seis meses, primeiro no Algarve e no litoral do Baixo Alentejo, regiões já conhecidas, depois no vale do Sado e no Ribatejo. Datam dessa época os primeiros artigos sobre os terrenos quaternários dessas regiões, publicados nos C-R. da Academia das Ciências de Paris e também na revista de Geografia Física e Geologia Dinâmica, publicada em Paris (ZBYSZEWSKI, 1939) (Fig. 2). O evidente impulso que tais trabalhos constituíam para o relançamento dos estudos geológicos no nosso País não passou despercebido a um homem de visão, o Eng. António Vianna, então director dos Serviços Geológicos de Portugal, convidando-o a ingressar na referida Instituição, o que é concretizado em Janeiro de 1940.


1939 Vol. XII, Fasc. 3

REVUE

DE

GÉOGRAPHIE PHYSIQUE

ET DE

GEOLOGIE DYNAMIQUE

Bulletin du Laboratoire de Géographie physique de la Faculté des Sciences de l'Université de Paris

publié avec la collaboration de

l'Association des Amis et Anciens Élèves du Laboratoire

sous la Direction de

LEON LUTAUD ET JACQUES BOURCART

Professeur à la Sorbonne

TOME XII

EXTRAIT

Georges ZBYSZEWSKI

ESSAI SUR L'HYDROLOGIE DU BASSIN DU SADO (PORTUGAL)

(9 figures, 1 carte hors texte, 1 planche)

PARIS

SOCIÉTÉ DE GÉOGRAPHIE PHYSIQUE

1, Rue Victor-Cousin

Fig. 2 – Capa da separata do trabalho publicado em 1939 sobre a hidrologia da bacia do Sado, na revista do Laboratório de Geografis Físida e de Geologia Dinâmica da Faculdade de Ciências da Universidade de Paris, um dos primeiros publicados sobre temática portuguesa por Georges Zbyszewski, ainda como Assistente daquela Universidade. Arquivo e fotografia de João Luís Cardoso.

A partir dessa data, é o próprio que declara: "Começou uma vida nova, com mais responsabilidades. Já não era suficiente cantar óperas no campo. Tomou-se necessário compor óperas novas" (ZBYSZEWSKI, 1984). A área de estudo estendeu-se, de imediato, ao vale inferior do Tejo onde, mercê dos trabalhos pioneiros de Carlos Ribeiro, eram de há muito conhecidos importantes e vastos depósitos quaternários, sobretudo ao longo da sua margem esquerda. No preâmbulo do belo trabalho que publicou sobre os terraços de Alpiarça, ainda hoje modelo para este tipo de estudos de geologia regional, escreveu (ZBYSZEWSKI, 1946): "Quando, em 1940, começámos o estudo dos terraços do Tejo, experimentávamos o sentimento do explorador que entra pela primeira vez num terreno virgem, que não fora ainda percorrido por nenhum outro homem". E o sentimento do dever cumprido, associado ao orgulho intelectual que tinha em proclamá-lo espelha-se, no mesmo trabalho, pelas seguintes palavras: "No momento actual, o impulso está dado. O trabalho de equipa que sempre preconizámos organiza-se graças à colaboração de

geógrafos, geólogos, paleobotânicos e pré-historiadores. Assim, pensamos que, num futuro próximo, Portugal poderá alinhar-se, também, ao lado dos Países que mais contribuíram para o estudo e o conhecimento dos tempos quaternários". Era já a via da estreita colaboração pluridisciplinar que, ulteriormente, se veio a generalizar nos estudos do Quaternário, para a qual Georges Zbyszewski teve o mérito de ser o primeiro a dela tomar plena consciência, vindo a adoptá-la em centenas de trabalhos de que foi co-autor, sem nunca querer valer-se da posição destacada, por si granjeada, no campo científico.

Naquele tempo, os Serviços Geológicos não possuíam transportes próprios. Assim, utilizavam-se camionetes de carreira, que obrigavam a grandes percursos a pé, chegando-se a atingir os 45 km diários. Uma das provas de selecção para os candidatos a colectores, dirigida por G. Zbyszewski, por muitos anos o único geólogo dos Serviços Geológicos, consistia, com efeito, em duro périplo pedonal, visando aferir a resistência física (e psíquica...) dos candidatos: data dessa altura a alcunha, não inocente, de "Satrape Sadique", posta pelos seus colegas Orlando Ribeiro, Carlos Teixeira e Mariano Feio, que com Zbyszewski falavam fluentemente em Francês - eles próprios com alcunhas semelhantes – por, naquela época, se dedicar ao estudo dos depósitos neogénicos do vale do Sado. Para se ter uma ideia das dificuldades de circulação então verificadas no País, basta dizer que as amostras de rochas recolhidas no decurso do reconhecimento geológico do litoral alentejano, de 1942, foram expedidas para Lisboa por ... barco, a partir do então importante porto de Vila Nova de Milfontes, porque então os caminhos terrestres, ou não existiam, ou ainda eram mais morosos que a via marítima.

Foi neste ambiente eriçado de dificuldades, mas por isso mesmo exaltante para todos os apaixonados pelos trabalhos científicos, sobretudo quando realizados no campo, como era o caso de G. Zbyszewski, que chegou a Portugal, em meados de 1941, sob a justificação de fazer uma série curta de conferências na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em Coimbra e no Porto, o eminente pré-historiador francês Henri Breuil.

Não desejando regressar à França ocupada, organizou-se solução de compromisso, passando Breuil a leccionar a disciplina de Pré-História na referida Faculdade, ocupando o resto do tempo em investigações arqueológicas, de campo e de gabinete, em estreita colaboração com Zbyszewski. Dessa colaboração ininterrupta, de cerca de dezassete meses (até à partida de Breuil para a África do Sul, em Novembro de 1942), nos fala o notável trabalho publicado em dois volumes (BREUIL & ZBYSZEWSKI, 1942, 1945), onde se lançaram os fundamentos para o estudo programado de todos os depósitos quaternários do território português, e onde a componente arqueológica se entrosa de forma harmoniosa e solidária com a geológica, constituindo edifício sólido que, infelizmente, não foi entretanto continuado com devia.

Já antes da chegada de Breuil a Portugal, Zbyszewski tinha descoberto as notáveis estações paleolíticas da região de Alpiarça, como o Vale do Forno ou a Barreira do Tojal: uma primeira visita a esses locais, proporcionou, a ambos, a recolha de mais de 80 bifaces... o que entusiasmou Breuil e constituiu motivo acrescido para aqui permanecer por tanto tempo. A este, agradar-lhe-ia, sobretudo, a alta qualidade do trabalho de Zbyszewski e a total entrega às suas tarefas, mesmo quando estas extravasavam largamente as suas obrigações estritas, diariamente reafirmada até à exaustão. Alojados na pensão Astória, na Rua Braamcamp, as suas conversas à noite, após o jantar, pela Av. da Liberdade abaixo, até à Pastelaria Suíça no Rossio, então convertida em "Sala de Visitas" de quem demandava Lisboa, não eram insensíveis ao momento que se vivia, com a França, pátria de ambos, ocupada pelas tropas alemãs. Nessas deambulações por uma Lisboa às escuras, mas poupada pela guerra, discorriam longamente sobre o sentido da própria Liberdade, o papel dos cientistas e da Ciência nas sociedades modernas, o aparecimento do Homem e o futuro do mundo civilizado (ZBYSZEWSKI, 1966).

Henri Breuil e G. Zbyszewski partilhavam uma religiosidade que os fazia ver a ciência por um mesmo prisma. G. Zbyszewski, ortodoxo de formação, convertera-se ao catolicismo com a sua vinda para Portugal.

Questionado sobre esta opção respondera "Como em Portugal não era fácil encontrar uma igreja ortodoxa, optei por frequentar a igreja católica. Somos todos filhos do mesmo Deus".

Outra faceta muito pouco conhecida de G. Zbyszewski, dada a sua modéstia, e que constitui a sua única incursão no mundo da política, foi a criação durante a guerra, em conjunto com dois outros franceses residentes em Portugal, o industrial Maxime Vaultier, seu grande amigo e também um aficionado da pré-história e o Sr. Gorlier, mais tarde cônsul da França em Portugal, do núcleo de franceses livres em Lisboa. Esta adesão, valeu a G. Zbyszewski a perda da nacionalidade francesa, retirada pelo Governo de Vichy e mais tarde devolvida após a vitória dos aliados.

Zbyszewski soube retribuir à França, quando esta necessitou, a hospitalidade que aquela lhe oferecera na infância.

Após o fim da guerra, Zbyszewski continuou o seu labor científico, alheio aos riscos que correra, enquanto outros eram condecorados.

Optimista por natureza (Fig. 3) e duma bondade por todos reconhecida, Zbyszewski foi sempre leal, objectivo e consistente na defesa das suas ideias científicas e nas discussões acaloradas em que participou, por vezes na companhia de Breuil, mas jamais deixou transparecer qualquer animosidade para com aqueles com quem privou. Com os eminentes cientistas já referidos, por montes e vales, de Norte a Sul do País, cimentou uma bela amizade de décadas que os ligou a todos e que se evidencia nas parcerias científicas que desenvolveu e publicou.

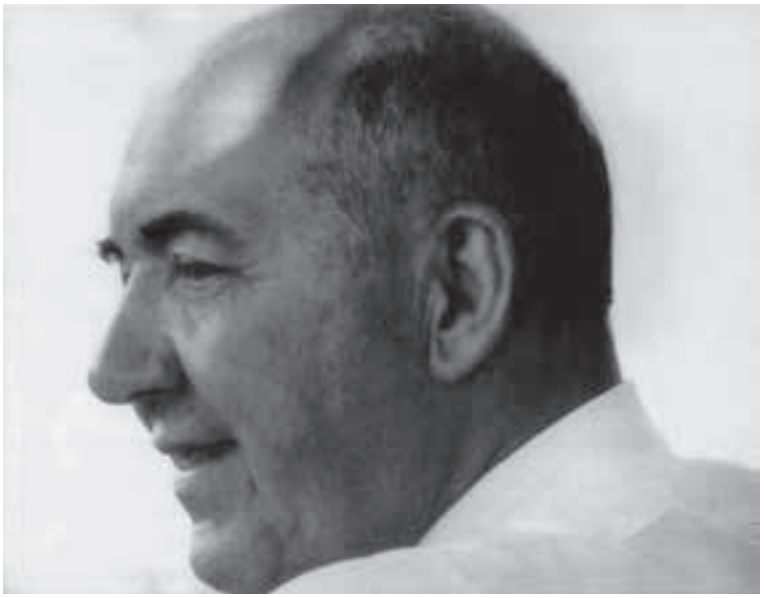


Fig. 3 – Fotografia de Georges Zbyszewski, de H. Reynolds de Souza, comunicada por M. Leitão.

Era um tempo glorioso, de trabalho duro, mas que se fazia "andando e cantando" (ZBYSZEWSKI, 1984).

Após a partida de Breuil de Portugal, não mais o Doutor Zbyszewski deixou de se interessar pelo estudo das indústrias paleolíticas, em estreita articulação com os estudos de Geologia do Quaternário que empreendeu, muitas vezes no âmbito dos levantamentos da Carta Geológica de Portugal na escala de 1/50 000, de que estava incumbido. No respeitante a publicações relativas ao Paleolítico Inferior e ao Paleolítico Médio, foi, de longe, até ao presente, o seu mais operoso investigador, cercando-se para tal de um grupo de colaboradores onde se destacou o seu companheiro de trabalho, ao longo de quatro décadas, o Doutor O. da Veiga Ferreira. Assim se deu corpo efectivo à por outros designada "Escola" dos Serviços Geológicos que prosseguiu, nas décadas seguintes, o renascimento da actividade arqueológica naquela mais que centenária instituição. Nos trabalhos de síntese sobre o Quaternário português, publicados sucessivamente (ZBYSZEWSKI, 1943, 1957), ainda hoje referências incontornáveis, especialmente o último, para qualquer estudo de âmbito mais localizado que se pretenda elaborar, transparece essa abordagem, estribada simultaneamente na Geologia e na Arqueologia, mais desenvolvida, por vezes, na vertente geológica – caso da notícia explicativa da Carta Geológica do Quaternário de Portugal na escala de 1/1 000 000, publicada em 1971 – ou privilegiando, noutros casos, a componente

arqueológica – de que são exemplo as sucessivas sínteses publicadas sobre o Paleolítico português. Logo em 1942, pouco depois da partida de Breuil para a África do Sul, onde permeneceu até depois do final da guerra, evidencia-se o labor multidisciplinar de Georges Zbyszewski: em 1942, a sua participação em colaboração com os mais importantes pré-historiadores portugueses do seu tempo saldou-se na publicação de diversos trabalhos, entre os quais o publicado no 4.º Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências, reunido no Porto (Fig. 4). Data também dessa época a publicação dos resultados das escavações obtidas nas grutas do Almonda e da Bugalheira (Torres Novas), em que participou com Afonso do Paço e Maxime Vaultier (Fig. 5).



Fig. 4 – Fotografia de grupo de participantes no 4.º Congresso da Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, reunido no Porto em 1942. Da esquerda para a direita: Prof. Doutor João Manuel Cotelo Neiva, Pe. Saraiva de Miranda, Prof. Doutor Rosas da Silva, Prof. Doutor Orlando Ribeiro e Dr. Georges Zbyszewski. Arquivo de Georges Zbyszewski. Reprodução de João Luís Cardoso.



Fig. 5 – Georges Zbyszewski, ao centro, durante uma pausa nos trabalhos de escavação da Lapa da Bugalheira (Torres Vedras), em 1941. Arquivo de Georges Zbyszewski. Reprodução de João Luís Cardoso.

Por via do ingresso nos Serviços Geológicos de Portugal do Doutor O. da Veiga Ferreira, em 1950, abria-se para Georges Zbyszewski uma nova frente de colaboração com aquele que viria a ser ilustre arqueólogo, em vertentes muito variadas, desde a sua participação no estudo dos espólios recuperados nos concheiros mesolíticos de Muge, por via do reinício das escavações no concheiro da Moita do Sebastião, em 1952 (Fig. 6), seguida por muitas outras participações, ao longo daquela década. Citam-se, entre outras, as escavações conjuntas no povoado calcolítico da Penha Verde (Sintra) (Fig. 7), cujos primeiros resultados foram comunicado logo no ano seguinte às Jornadas Arqueológicas reunidas em Sintra, por iniciativa conjunta da Câmara Municipal de Sintra e dos Serviços Geológicos de Portugal, que reuniu alguns dos mais notórios arqueólogos peninsulares (Fig. 8).

Evidenciava-se assim o seu interesse por outros domínios da Pté-História para além do seu natural gosto pelo estudo das indústrias do Paleolítico Inferior e Médio, que manteve ao longo da sua vida, dando mesmo

origem a grande número de publicações, em co-autoria com uma equipa constituída no início da década de 1970, animada por O. da Veiga Ferreira e da qual faziam também parte Manuel Leitão, Thomas North, J. Norton, H. Reynolds de Souza, C. Penalva e outros. Assim se publicaram numerosas estações paleolíticas do vale do Tejo e seus afluentes da margem direita; do vale do Caia e do Guadiana; e do litoral baixo alentejano; e se exploraram notáveis monumentos megalíticos, como os dólmens das Pedras Altas (Sintra) e de Pedra Branca (Melides) e a *tholos* de Tituaria (Mafra), para além de síntese sobre menires e cromeleques existentes em território português, datada de 1977. No domínio da exploração de grutas naturais sepulcrais pré-históricas, são de salientar os trabalhos executados na gruta do Correio Mor (Loures) e na gruta de Verdelha dos Ruivos, dando continuidade aos realizados nas grutas do Maciço Calcário estremenho anteriormente referidas.

Em 1955 casou-se com Senhora portuguesa e no ano seguinte era pai de dois gémeos, o João Paulo e a Teresa, o que constituiu a sua definitiva adesão e fixação no país que o havia acolhido.

Em 1957, por ocasião da erupção do vulcão dos Capelinhos, estimulado pela ocasião única de presenciar o nascimento de uma nova ilha, avançou temerariamente, acompanhado de O. da Veiga Ferreira, e, sendo surpreendidos por uma projecção de cinzas, vendo-se impossibilitados de regressar, encetaram uma arriscada descida por uma falésia sobre o mar, escapando de uma morte certa. Entretanto, haviam sido dados como desaparecidos, tendo-se presumido a sua morte. A notícia chegou rapidamente a Lisboa, e dava conta da catástrofe que teria atingido toda a missão geológica. Algumas horas depois G. Zbyszewski e O. da Veiga Ferreira reapareciam exaustos, mas incólumes, para grande espanto e alívio dos presentes...



Fig. 6 – Georges Zbyszewski no decurso das escavações realizadas em 1952 no concheiro mesolítico da Moita do Sebastião, Muge. Arquivo de João Luís Cardoso / Octávio da Veiga Ferreira. Reprodução de João Luís Cardoso.



Fig. 7 – Georges Zbyszewski (à direita) e O. da Veiga Ferreira no decurso da primeira campanha de escavações no povoado calcolítico da Penha Verde (Sintra). Arquivo de João Luís Cardoso / Octávio da Veiga Ferreira. Reprodução de João Luís Cardoso.

A realização do seu Doutoramento de Estado, razão que havia estado na origem de presença de Zbyszewski em Portugal não foi esquecida, apesar de se encontrar assoberbado de tarefas oficiais, situação agravada pela já referida realidade de ser o único geólogo da Instituição a que, por força das atribuições legais, se encontrava confiada a realização de vasta gama de estudos geológicos.

Em 1958, apresentou à Faculdade de Ciências da Universidade de Paris, a sua dissertação dedicada ao estudo do vale tifónico das Caldas da Rainha, região que, então, era objecto de levantamentos geológicos por si dirigidos, tendo obtido a classificação de dezanove valores. Entretanto, e por força das circunstâncias aludidas, ocupou-se, para além da Arqueologia Pré-Histórica e da Geologia do Quaternário, de estudos que abarcaram grande multiplicidade temática, ascendendo, no total a quase quatrocentos títulos científicos, inventariados pelo seu Amigo de sempre, Carlos Teixeira (TEIXEIRA, 1979).



Fig. 8 – Da esquerda para a direita: Georges Zbyszewski, O. da Veiga Ferreira e L. Pericot García, em acalorada conversa no decurso das Jornadas Arqueológicas de Sintra, em 1957, promovidas pela Câmara Municipal de Sintra em colaboração com os Serviços Geológicos de Portugal. Arquivo de Georges Zbyszewski. Reprodução de João Luís Cardoso.

Merece destaque, sobretudo, a sua acção no reconhecimento geológico do País: às sucessivas brigadas por si chefiadas se deve a cartografia geológica, na escala de 1/50 000, de quase toda a faixa estremenha, da Arrábida ao Mondego, de boa parte do Ribatejo e dos terrenos terciários do Alto e do Baixo Alentejo, bem como do Algarve. Durante quase vinte anos chefiou as sucessivas missões geológicas aos arquipélagos dos Açores e da Madeira, de que resultou a cartografia geológica da quase totalidade das ilhas e a vivência de episódios pitorescos ou inesquecíveis, que contava com evidente prazer, acompanhados de comentários que revelavam a bonomia do seu carácter (Fig. 9).

O prestígio que advinha para a França, do labor em Portugal de este seu súbdito, não foi ignorado: em 1959 recebeu a Ordem das Palmas Académicas, vindo a ser-lhe conferido, dez anos mais tarde, a Ordem Nacional do Mérito. Infelizmente, o Estado Português não se mostrou sensível, como devia, a atribuir-lhe distinção semelhante, apesar do empenho do signatário, que para o efeito reuniu os elementos necessários, por si entregues em 1998 na Presidência da República, sem qualquer efeito, tanto antes como depois do seu falecimento...

Após a obrigação de, por limite de idade, verificado ao perfazer 70 anos, em Outubro de 1979, ter abrandado os trabalhos de campo, não sem antes ter sido alvo de um louvor publicado em Diário da República pelo Ministro Joaquim Ferreira do Amaral – continuando embora como colaborador oficial dos Serviços Geológicos de Portugal – o Doutor G. Zbyszewski dedicou-se, ainda com maior empenho, aos estudos de materiais arqueológicos conservados em colecções diversas. Em tais estudos, na quase totalidade dos quais colaborei como co-autor, salientam-se aspectos que consolidaram as técnicas analíticas aprendidas com Henri



Fig. 9 – A brigada encarregue do levantamento geológico do arquipélago dos Açores, fotografada em 1960 na ilha do Pico. Georges Zbyszewski é o primeiro do lado esquerdo, seguido de O. da Veiga Ferreira. Arquivo de João Luís Cardoso / Octávio da Veiga Ferreira. Reprodução de João Luís Cardoso.

Breuil, embora se introduzissem melhorias ao nível da abordagem metodológica, incluindo a discussão da validade de conceitos de há muito arreigados, sendo por vezes aplicados pelo próprio Zbyszewski de forma algo indiscriminada e rotineira. Algumas dessas preocupações, que devem ser entendidas no sentido de aperfeiçoar aspectos que, do ponto de vista teórico e metodológico, são ainda hoje válidos, encontram-se evidenciadas no estudo publicado sobre as indústrias paleolíticas de Samouco (ZBYSZEWSK1 & CARDOSO, 1978 a), depois de uma cuidadosa caracterização das condições geológicas ali existentes, para o que tivemos de obter autorização do Comando da base Aérea 6, onde tais terrenos se situavam (Fig. 10).

Mais modernamente, a nossa colaboração científica prosseguiu, no trabalho de revisão das indústrias paleolíticas do Complexo Basáltico de Lisboa (CARDOSO, ZBYSZEWSKI & ANDRÉ, 1992), o mais extenso trabalho de temática paleolítica, publicado depois do clássico contributo de Breuil e Zbyszewski, de 1942 e 1945. Este trabalho, decorreu em grande parte em instalações do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras/Câmara Municipal de Oeiras, então no edifício dos Serviços Técnicos, em Paço de Arcos. Já octogenário, ali acorria pontualmente, às sextas feiras, o Doutor Zbyszewski, que deste modo recolhia elementos que, depois, ao longo da semana seguinte, trabalhava e meticulosamente organizava, antes de revisão final, feita em conjunto, em que colaborou a Dr.ª Maria da Conceição André. Estas tarefas decorreram durante cerca de três anos sempre com a mesma cadência, como um corredor de fundo em plena corrida.

A extraordinária dedicação à Ciência e à Arqueologia, uma vez mais confirmada pela inestimável contribuição científica que o concelho de Oeiras lhe ficou devedor, corporizada, como habitualmente, não apenas em ideias ou projectos, mas em obra publicada, a única actividade intelectual consequente e perene, justificou a Câmara Municipal de Oeiras outorgar-lhe, por unanimidade, a sua mais alta distinção, em 7 de Junho de 1995: a Medalha de Mérito Municipal – Grau Ouro.



Fig. 10 – Georges Zbyszewski (à direita) e João Luís Cardoso, no decurso do reconhecimento geológico da estação paleolítica de Samouco, em 1977. Foto de Eduardo Miranda. Arquivo de João Luís Cardoso.

O MEU TESTEMUNHO

Conheci o Doutor Georges Zbyszewski em Novembro de 1972, era eu então aluno do Curso Livre de Iniciação à Arqueologia, leccionado no Centro Piloto de Arqueologia do Secretariado para a Juventude do Ministério da Educação Nacional, que funcionava no Palácio da Rosa, em Lisboa. O Mestre regia o primeiro módulo do referido curso, relativo ao Paleolítico e ao Mesolítico, onde muitos jovens apaixonados pela Arqueologia aprenderam os rudimentos daquela que viria a ser, mais tarde, a sua actividade de todos os dias, onde os conhecimentos teóricos, apresentados de forma pausada e contida, eram depois enriquecidos com visitas de estudo no terreno, que era onde o Doutor Zbyszewski mais gostava de actuar (Fig. 11). Ali, o seu entusiasmo revelava-se em pleno.



Fig. 11 – Georges Zbyszewski, em 1973, no decurso de uma visita guiada do Centro Piloto de Arqueologia , na duna consolidada de Magoito. Arquivo de João Luís Cardoso.

Desde logo procurei prolongar esses momentos do seu convívio, com visitas aos Serviços Geológicos aos sábados de manhã e, sobretudo, às segundas-feiras à tarde, no seu gabinete dos Serviços Geológicos, faltando, deste modo, às aulas, no Liceu Normal de Pedro Nunes, situado próximo, aonde regressava, reconfortado pela atenção concedida que os meus quinze ou dezasseis anos julgavam impossível por parte de um respeitável cientista então já com mais de sessenta. Regressava ufano, enriquecido pela oferta das últimas separatas dos trabalhos por si publicados e com a certeza, cada vez mais arreigada, que o meu caminho iria passar por procurar seguir os trilhos do Mestre.

Naquela grande e bela casa, os Doutores Zbyszewski e O. da Veiga Ferreira completavam-se, afirmando-se ambos como inspiradores benévolos, procurando, desinteressadamente, mas de forma atenta e amigável, ajudar todos aqueles – e muitos foram – que deles se abeiravam, sem olhar às qualificações académicas, idade ou classe social, constituindo para muitos dos que tiveram esse privilégio, verdadeiros momentos de encantamento: eram os momentos em que nos recebiam nos seus desarrumados gabinetes, com o Tejo por pano de fundo.

Mais tarde, fui seu aluno na Faculdade de Ciências de Lisboa, nas disciplinas de Estratigrafia e Geohistória (1977/78) e de Cartografia Geológica e Fotogeologia Complementar (1978/79); entretanto, o nosso convívio tinha-se sedimentado, corporizando-se já pela existência de diversos trabalhos publicados em comum: no final de 1975, o Doutor Zbyszewski, talvez achando-me já capaz de colaborar com ele em um trabalho científico, acabado de perfazer 19 anos, disse-me: "há umas peças paleolíticas nas vitrinas do nosso Museu, em tempos recolhidas por Carlos Ribeiro na região de Mafra, que ainda não foram estudadas; se quiser, podemos fazer um estudo em comum". Facilmente se imagina o entusiasmo com que meti mãos à obra, de que resultou artigo publicado em 1978 (ZBYSZEWSKI & CARDOSO, 1978b). Neste mesmo ano, surgiu outra oportunidade: o estudo dos materiais paleolíticos recolhidos por António Gonzalez no perímetro da Base Aérea nº. 6 (Montijo), a que anteriormente se fez referência, então depositados nas antigas instalações do Centro Cultural Roque Gameiro, na Amadora. Durante vários meses, ali comparecemos, todos os sábados à tarde, depois de uma viagem de combóio, com retorno a Lisboa, muitas vezes já noite dentro. Estes longos momentos de convívio, repetidos ao longo dos anos em múltiplos lugares, incluindo sua casa, permitiram-me conhecer, ainda que fugazmente, as convicções mais profundas e o íntimo da personalidade do Doutor Zbyszewski, para além da sua habitual polidez e boa disposição: personalidade inesperadamente rica, que discreto véu dissuadia a quem nela pretendesse entrar sem convite.

Inspirando-me em sugestiva imagem traçada por Jean Roche do seu Mestre H. Breuil (ROCHE, 1966), a vida de Georges Zbyszewski pode assemelhar-se às sucessivas descobertas dos esplendores de quem percorra um parque magnífico: um jardim à francesa, com a sua ordenação fria e racional, os canteiros floridos dispostos segundo urna harmonia cuidadosamente estudada; um jardim inglês, de curvas imprevistas, onde a liberdade se conjuga com a fantasia, onde cada desvio revela uma surpresa; e, no mais recôndito centro do parque, um pequeno bosque fechado, impenetrável, no meio do qual o olhar distingue algumas belas flores, fugidiamente iluminadas pelo Sol. O primeiro, é a obra científica do Doutor Zbyszewski, com grandes orientações que guiaram toda a sua vida, corporizada pela sua característica letra, miúda e meticulosamente alinhada. O segundo, é a sua própria personalidade, cheia de humor e fantasia, que o acompanhou até ao seu último alento: a face mais evidente desta realidade, expressava-se pelas numerosas anedotas, que gostosamente contava a todos, na sua maioria ingénuas, cuidadosamente guardadas em pequenas folhas de papel a par, numa outra dimensão, pelo gosto pela pintura, corporizado em composições em estilo "naif" cheias de cor e expressividade. Enfim, o pequeno bosque no centro do parque, é o jardim secreto da sua alma, só entrevisto por poucos, em situações particulares e apenas por breves instantes, que a mais não permitia o seu pudor e temperamento. Definitivamente proibidos de nele entrar, perdidas as delícias dos recantos frescos do jardim inglês, é com o jardim à francesa que temos, infelizmente, doravante de nos contentar, procurando estudar em pormenor e com aproveitamento as flores perenes que o integram, correspondentes à sua obra científica. Nesta perspectiva, o Dr. Zby sobrevive, não apenas no enorme legado, mas ainda naqueles que, diariamente, procuram estar à altura do seu exemplo ético e moral!

Nota final – a produção bibliográfica de Georges Zbyszewski ulterior à elencada em Carlos Teixeira (TEIXEIRA, 1983) encontra-se publicada pelo autor (CARDOSO, 1999/2000).

REFERÊNCIAS

BREUIL, H. & ZBYSZEWSKI, G. (1942, 1945) – Contribution à l'étude des industries paléolithiques du Portugal et de leurs rapports avec la géologie du Quatemaire. 1 (1942) – Les principaux gisements des deux rives de l'ancien estuaire du Tage. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 23, 374 p. 2 (1945) – Les principaux gisements des plages quatemaires du littoral d'Estremadura et des terrasses fluviales de la basse vallée du Tage. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 26, 662 p.

CARDOSO, J. L. (1997) – Reconhecidos a Georges Zbyszewski. *Actas do I Encontro de Arqueologia da Costa Sudoeste. Homenagem a Georges Zbyszewski* (Vila do Bispo, 1991) *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 11/12, p. 9-16.

CARDOSO, J. L. (1999/2000) – Georges Zbyszewski (1909-1999). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 8, p. 9-20.

CARDOSO, J. L.; ZBYSZEWSKI, G. & ANDRÉ, M. C. (1992) – O Paleolítico do Complexo Basáltico de Lisboa. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 3, 645 p.

CARVALHO, G. Soares de & CARDOSO, J. L. (1999) – O quaternarista Georges Zbyszewski. *Estudos do Quaternário*. Braga. 2, p. 3-6.

RAPOSO, L. (1993) – Ser pioneiro no Portugal dos anos 40. *Diário de Notícias*, 12 de Agosto, Suplemento Cultura.

RIBEIRO, O. (1984) – Les recherches de Georges Zbyszewski sur l'apparition de l'Homme, à la lumière de la philosophie naturelle. *Vol. d'Hommage au Géologue Georges Zbyszewski*. Paris: Éditions Recherche sur les Civilisations, p. 55-72.

ROCHE, J. (1966) – Souvenir de l'Abbé Breuil. ln Memoriam do Abade Henri Breuil. *Revista da Faculdade de Letras*. Lisboa. Série III, 10 (2), p. 287-302.

TEIXEIRA, C. (1979) – Georges Zbyszewski. O Homem e o Cientista. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 65, p. 3-27.

TEIXEIRA, C. (1984) – Palavras do Professor Carlos Teixeira. *Vol. d'Hommage au Géologue Georges Zbyszewski*. Paris: Éditions Recherche sur les Civilisations, p. 45-48.

ZBYSZEWSKI, G. (1939) – Essai sur l′ Hydrologie du bassin du Sado (Portugal). *Révue de Géographie Physique et de Géologia Dynamique*. Paris. 11 (3), p. 286-292.

ZBYSZEWSKI, G. (1943) – La classification du Paléolithique ancien et la chronologie du Quaternaire du Portugal en 1942. *Boletim da Sociedade Geológica de Portugal*. Porto. 2 (2/3), p. 3-111.

ZBYSZEWSKI, G. (1946) – Étude géologique de la région d'Alpiarça. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 27, p. 145-267.

ZBYSZEWSKI, G. (1957) – Le Quaternaire du Portugal. *Boletim da Sociedade Geológica de Portugal*. Lisboa. 13 (1/2), 277 p.

ZBYSZEWSKI, G. (1961) – L'Abbé H. Breuil et sa contribution à l'étude de la Préhistoire portugaise. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa, 46, p. 41-51.

ZBYSZEWSKI, G. (1966) – Adieu l'Abbé Breuil! *In Memoriam do Abade Henri Breuil. Revista da Faculdade de Letras*. Lisboa. Série III, 10 (2), p. 361-373.

ZBYSZEWSKI, G. (1984) – Palavras do homenageado. *Vol. d'Hommage au Géologue Georges Zbyszewski*. Paris: Éditions Recherche sur les Civilisations: 48-54.

ZBYSZEWSKI, G. & CARDOSO, J. L. (1978a) - As indústrias paleolíticas de Samouco e sua posição dentro do conjunto quaternário do Baixo Tejo. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 63, p. 547-609.

ZBYSZEWSKI, G. & CARDOSO, J. L. (1978b) - Achados antigos de Paleolítico na região de Mafra. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 63, p. 611-629.

XXXII

O. DA VEIGA FERREIRA (1917-1997): SUA VIDA E OBRA CIENTÍFICA [1]

O Doutor O. da Veiga Ferreira nasceu em Lisboa a 28 de Março de 1917, tendo falecido nesta cidade a 14 de Abril de 1997.

Mais velho de seis irmãos, seu Pai morreu tinha ele vinte anos, depois de ter sido afastado da carreira militar, por envolvimento na revolta monárquica de 1919, tendo participado na ocupação da serra de Monsanto, em Lisboa. Cedo obrigado a ganhar a vida, matriculou-se no então Instituto Industrial de Lisboa. Entretanto, distinguiu-se como desportista, tendo praticado hóquei em patins, pugilismo, futebol (Sporting Club de Portugal, Académica de Coimbra, Académica de Santarém e União de Lisboa) e "rugby", de que foi internacional, pelo Belenenses e pela equipa do Instituto Industrial. Antes do ingresso no Instituto Industrial, cumpriu o serviço militar no posto de sargento, por ter-se relaxado na apresentação atempada às autoridades, em Tancos e no Algarve, desempenhando depois funções de oficial radiotelegrafista da Marinha Mercante. A emotiva ligação ao mar, que manteria até ao fim da vida, teria sido muito mais forte caso não tivesse sido impedido de enveredar pela marinha de guerra, por familiares monárquicos que consideravam esse ramo das forças armadas dominado por republicanos.

Obtido o diploma de Engenheiro Técnico de Minas, em 1941, casou, nesse mesmo ano, com Maria Luísa Fernandes Bastos, de quem viria a ter duas Filhas, Seomara, nascida em 1942 e Ana Maria, em 1945.

O seu primeiro emprego, concluído o curso, foi na Comissão Reguladora do Comércio dos Metais (1941), transitando em 1944 para a Direcção-Geral de Minas e Serviços Geológicos e, em 1950, para uma das suas subdirecções-gerais, os Serviços Geológicos de Portugal, de onde se aposentou em 1987. Foi nessa grande e bela casa, de tradições centenárias, que veio a desenvolver notável actividade, que, justamente, o transformou numa das figuras de referência incontornável da Arqueologia nacional e peninsular (Fig. 1).

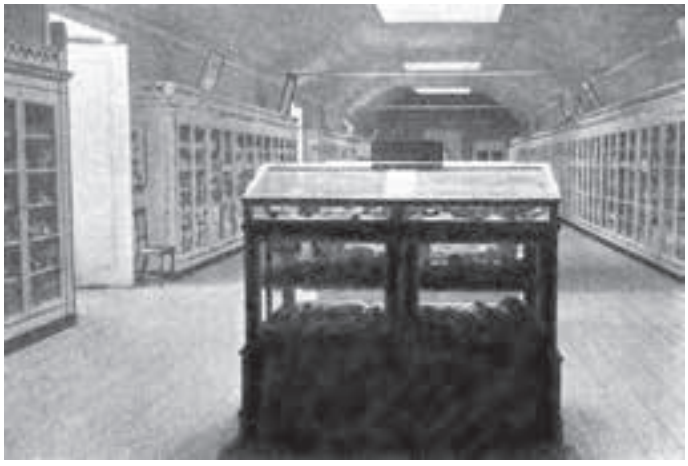


Fig. 1 – Aspecto geral da sala de Arqueologia dos Serviços Geológicos de Portugal, na altura em que Octávio da Veiga Ferreira começou a frequentar a Instituição, na década de 1940 (in CARDOSO, 2008).

Como técnico de Geologia e Minas, foi chamado a colaborar em prolongados estudos e trabalhos de campo, com destaque para os de cartografia geológica, no decurso dos quais teve oportunidade de desenvolver

[1] CARDOSO, J. L. (2008) – O. da Veiga Ferreira (1917-1997): sua vida e obra científica. *Homenagem a Octávio da Veiga Ferreira*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, p. 13-123 (*Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 16). Modificado.

os seus dotes de observação e de satisfazer a sua insaciável curiosidade científica. Neste aspecto, assumem particular importância as sucessivas campanhas de cartografia geológica das ilhas açoreanas, integralmente levantadas ao longo de esforçados trabalhos, em companhia de Georges Zbyszewski e dos colectores António Rodrigues e Leonel Rodrigues. Destas missões guardou saborosas recordações, mais ou menos dramáticas ou caricatas – como aquela em que constou em Lisboa, ter toda a missão geológica desaparecido, engolida pela erupção dos Capelinhos – história que recordava com prazer (Fig. 2).

A intensa actividade de campo proporcionou-lhe a descoberta de importantes estações e monumentos arqueológicos, que, depois, na medida das possibilidades que as chefias lhe concediam, procurou explorar, recorrendo, ao longo dos anos, a diversificada colaboração para tal efeito. Neste contexto, encontrou particular apoio e interesse por parte do seu antigo Director e Amigo pessoal, o Eng. António de Castello Branco, o que lhe permitiu desenvolver, com relativa liberdade, tais actividadades. Estas eram também acarinhadas, na medida do possível, pelo seu imediato superior hierárquico, o Doutor Georges Zbyszewski (1909-1999), eminente geólogo e, ele próprio, arqueólogo pioneiro, em Portugal, do estudo sistemático das indústrias paleolíticas existentes nos terraços fluviais e nas praias antigas do litoral português, iniciado com Henri Breuil, em 1941. Com Octávio da Veiga Ferreira, Zbyszewski viria a estabelecer uma relação de profunda amizade, de mais de cinquenta anos, que só a morte interrompeu (Fig. 3).



Fig. 2 – O. da Veiga Ferreira, à esquerda, e G. Zbyszewski, à direita, tendo como pano de fundo a bela paisagem vulcânica de uma das ilhas dos Açores, em um momento de descontracção dos trabalhos de levantamento geológico do arquipélago. Segunda metade da década de 1950/inícios da década de 1960. Arquivo de João Luís Cardoso / Octávio da Veiga Ferreira.

As suas qualidades vieram ao de cima e, ainda antes da sua entrada para os Serviços Geológicos, dispunha já de um brilhante currículo como arqueólogo, que depois veio a ser muito potenciado pela sua formação e experiência profissionais, as quais lhe permitiram o tratamento interdisciplinar de questões de índole arqueológica, quando tal prática era quase desconhecida em Portugal. Foi, neste sentido, um precursor, sendo natural continuador da brilhante investigação desenvolvida nas últimas décadas do século XIX pelos geólogos da então Commissão Geológica: Carlos Ribeiro, Pereira da Costa e Nery Delgado.



Fig. 3 – O. da Veiga Ferreira, dando a direita a Georges Zbyszewski, no povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras), em Dezembro de 1994. Arquivo e fotografia de João Luís Cardoso.

Assim se explicam os trabalhos sobre as faunas ictiológica, carcinológica e malacológica do concheiro de Moita do Sebastião, Muge apresentado em 1954 ao IV Congresso Internacional de Ciências Pré-Históricas e Proto-Históricas, reunido em Zaragoza; sobre a petrografia de artefactos de pedra polida; sobre a mineralogia de objectos de adorno pré-históricos e, sobretudo, sobre a paleometalurgia, vindo a desenvolver a hipótese do arsénio contido em artefactos da Idade do Cobre ser consequência da sua presença natural nos minérios originais e não da sua adição intencional.

À natural curiosidade e gosto pela investigação, aliava uma notável capacidade de trabalho e resistência física.

Calcorreava montes e vales, sofrendo molhas e canseiras sem fim, mas encontrava-se sempre entusiasmado para redigir as suas últimas descobertas, como se fossem as primeiras, servido por uma memória prodigiosa que jamais esquecia um local por onde tivesse passado no decurso das suas caminhadas. No seio dos livros e dos amigos, procurava as ideias que enformavam as descobertas que continuamente ia fazendo, as quais prontamente punha à disposição de todos: não se considerava um literato, muito menos um especulador teórico. Em linguagem simples e directa, expunha claramente as suas concepções, não se furtando às críticas. Claro que errou nalguns casos; mas só não erra quem não se abalança ao trabalho honesto, especialmente em áreas que eram então ainda tão mal conhecidas em Portugal, ou mesmo completamente desconhecidas. Foi um desbravador de caminhos, na sempre reafirmada preocupação de encontrar vias novas de investigação. Assim se compreende a sua obra publicada, de mais de quatrocentos títulos, abarcando, além da Paleontologia, da Geologia Estratigráfica e da Cartografia Geológica, todas as épocas e materiais da Pré-História, da Proto-História, do Período Romano, da mineração, da joalharia antiga, da numismática ibero-romana, romana e visigoda, para já não falar dos seus trabalhos de divulgação arqueológica e de investigação historiográfica, expressos pela publicação anotada de epístolas de eminentes arqueólogos e geólogos.

As suas publicações de carácter paleontológico (peixes do Cretácico, moluscos, vertebrados e caranguejos do Miocénico e do Plistocénico) redigidas apenas por si ou em co-autoria, ascendem a 32 títulos, assim distribuídos:

Vertebrados do Jurássico: 3; Vertebrados do Cretácico (Peixes): 1; Vertebrados do Miocénico: 2; Vertebrados do Plistocénico: 4; Pectinídeos do Miocénico: 6; Equinídeos do Miocénico: 2; Crustáceos do Miocénico: 6; Moluscos do Holocénico: 1; Miscelânea: 4. Este acervo bastaria para lhe outorgar um lugar de pleno direito como investigador nesta área, o que, na realidade, nunca aconteceu (ver contributo de Miguel Telles Antunes, neste volume, sobre esta matéria): com efeito, foi impedido de ascender, nos Serviços Geológicos, por mesquinhas limitações burocráticas, à carreira de Técnico Superior da Função Pública, nem mesmo depois de obtido o doutoramento em Ciências Naturais outorgado pela Universidade de Paris (Doctorat d´Université), em 1965, o qual, obviamente, lhe abriu as portas da docência universitária, tão carecida, nos anos 70, de bons professores, como era o caso, inquestionavelmente, de Octávio da Veiga Ferreira (ver contributo de Carlos Fabião, neste volume).

A heterogeneidade dos temas tratados evidencia, por um lado, o próprio estado do conhecimento científico da época, onde a investigação especializada ainda não se tinha definitivamente imposto; mas, muito mais do que isso, ilustra a incansável actividade de Veiga Ferreira e o interesse do seu intelecto, permanentemente desperto para o estudo consequente de variados temas científicos, cujo conhecimento, mutuamente enriquecedor, fazia dele uma personalidade científica de excepção, no acanhado panorama científico português da época, no domínio das Geociências. Alguns destes trabalhos ressentem-se, é verdade, de dificuldades inultrapassáveis, especialmente no domínio de consulta de bibliografia actualizada, não disponível em Portugal: Veiga Ferreira jamais beneficiou de estadas no Estrangeiro, em instituições especializadas, no âmbito da realização

de tais estudos, feitos deste modo em condições adversas, requerendo, esforço e vontade acrescidos. Porém, mesmo com as aludidas limitações, tais estudos encontram-se ao nível do que de melhor então se realizava, como é o caso dos dedicados aos Pectinídeos miocénicos, que ainda hoje são de consulta indispensável por parte de quem se ocupe deste tema (constituiu a sua tese complementar de Doutoramento). Outros, como o relativo às pegadas de Dinossauros do Jurássico do cabo Mondego, afiguram-se de evidente pioneirismo para a época, antecedendo os modernos estudos dedicados a esta temática, entretanto muito popularizada; a colaboração com ilustres paleontólogos, como A. de Lapparent, G. Zbyszewski, Abbé Mouterde e M. Telles Antunes, entre outros, demonstra o prestígio grangeado por Veiga Ferreira em tais domínios, ainda que marginais, da sua actividade científica.

Aos estudos dedicados à Paleontologia somam-se, ainda no âmbito das Geociências, os relativos às erupções vulcânicas dos Capelinhos, bem como a temas da Geologia Estratigráfica, com especial destaque para a colaboração nos levantamentos geológicos à escala de 1/50 000, actuação claramente evidenciada nas cerca de quarenta cartas geológicas em cuja publicação participou, bem como na redacção das respectivas Notícias Explicativas, onde se encarregou, além do capítulo relativo à Arqueologia, da parte relativa ao Cenozóico, geralmente em co-autoria com G. Zbyszewski ou outros colegas. Tão intensa actividade no terreno ficou expressivamente registada, pelo epíteto de "Brigada de Choque", relativo à brigada em que estava integrado, chefiada por G. Zbyszewski, com especial destaque para os irmãos António e Leonel Rodrigues e P. Carreira de Deus, tendo em consideração a sua inusitada produtividade. Com efeito, calcorreou e cartografou boa parte do território português, especialmente o Centro e o Sul do País, toda a orla litoral, de Peniche ao Algarve, o vale do Tejo, bem como quase todo o vale do Sado, o Alto e o Baixo Alentejo e o Algarve, além de todas as ilhas atlânticas, com excepção da pequena ilha de Porto Santo, de tal forma que quase todas as regiões lhe eram familiares, do ponto de vista arqueológico e geológico, mercê dos muitos anos de trabalhos de campo.

Avesso a quaisquer benesses e honrarias, não desprezava o prestígio que lhe adveio de trabalho científico esforçado, sério e persistente, que ninguém se atreveu jamais a questionar: o seu único e mais valioso capital foi, com efeito, o seu trabalho, acumulado ao longo de décadas e os Amigos e admiradores que granjeou. As discriminações políticas, durante o regime salazarista e os prejuízos que, no plano pessoal, as suas posições desassombradas, de uma impulsividade telúrica, valeram-lhe, em contrapartida a possibilidade de manter intacta a sua independência de julgamento, tanto dos homens como das instituições. Liberto de interesses que amesquinhavam outros, viveu totalmente entregue à Ciência que o fascinava, sacrificando a saúde, a Família e até o bem-estar material: tendo subscrito, em 1945, as listas do Movimento de Unidade Democrática – MUD, nunca disso fez alarde, mesmo quando, na altura própria, de tal se poderia ter valido. E, no entanto, sofreu na pele a discriminação provocada por essa atitude, com o congelamento das promoções, durante dezasseis anos, situação só ultrapassada pela intervenção directa do então Director-Geral de Minas e Serviços Geológicos, o Eng. Luiz de Castro e Solla. Foi um Homem de carácter simples e generoso, características apenas reservadas aos espíritos superiores.

O seu primeiro contacto com a Arqueologia teve-o em Carenque, onde o Prof. Manuel Heleno efectuava escavações na importante e recém-descoberta necrópole pré-histórica ali existente, em 1932. Porém, foi em 1945 quando, em Monchique, entregue à prospecção e captação de águas subterrâneas, conheceu o Dr. José Formosinho, director do Museu de Lagos, que ali vinha procedendo a escavações, que o seu interesse ficou definitivamente desperto para esta área científica. Assim, a sua primeira publicação datada de 1946, é dedicada à exploração da sepultura megalítica do Buço Preto, apenas por si assinada (Fig. 4). De imediato, entrou em contacto com aquele que, depois, orientaria (e disciplinaria) os seus passos: Abel Viana, arqueólogo já então plenamente firmado no meio científico ibérico. Os três prosseguem, nos anos seguintes, a explo-



Fig. 4 – O. da Veiga Ferreira na primeira escavação que efectuou, no conjunto sepulcral do Buço Preto, Monchique, em 1946. Arquivo de João Luís Cardoso / Octávio da Veiga Ferreira.



Fig. 5 – Da esquerda para a direita: José Formosinho, O. da Veiga Ferreira e A. Viana, fotografados aquando da realização das explorações arqueológicas em Monchique, em Setembro de 1947. Arquivo de João Luís Cardoso / Octávio da Veiga Ferreira.

ração dos diversos núcleos da notável necrópole pré-histórica de Monchique: Esgravatadoiro, Eira Cavada e Mirante da Mata, caracterizando a arquitectura e espólios funerários daquela expressão particular do megalitismo regional, desde o Neolítico até ao pleno Calcolítico, tendo tais trabalhos realizados na serra algarvia de Monchique ficado registados em fotografias que bem denunciam o prazer com que foram realizados (Fig. 5, Fig. 6). A última monografia de conjunto que lhe dedicaram, já na década de 1950, cuidadosamente ilustrada é, ainda hoje, de consulta obrigatória; a importância destas investigações foi, aliás, devidamente sublinhada no presente volume, pelo contributo de Carlos Tavares da Silva. Esta exploração potenciou outras, de assinalável diacronia, que levou a cabo, sozinho ou de colaboração com os seus dois amigos, algumas conservadas inéditas (Fig. 7), outras conduzindo a publicações relevantes, entre as quais se contam os primeiros artigos publicados internacionalmente, como é o caso do intitulado "De lo Prerromano a lo Árabe en el Museo Regional de Lagos", saído em 1953.

Desde então, o seu interesse pela Pré-História consolidou-se. Passou a colaborar regularmente com Georges Zbyszewski, que conheceu quando frequentou o curso de pré-história ministrado em 1941 por H. Breuil, na Faculdade de Letras de Lisboa, em prospecções arqueológicas nos arredores da capital; por intermédio deste, tornou-se amigo de Camarate França, com quem passou também a trabalhar regularmente:

destaca-se o importante estudo sobre o monumento calcolítico de Samarra, Sintra (1958) e, mais tarde, as escavações na gruta das Salemas, Loures (1959 e 1960) e na gruta Nova da Columbeira, Bombarral (1962). O conhecimento estabelecido no início da década de 1950 com o Prof. A. A. Mendes Corrêa, então Presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa, de quem haveria de ser secretário pessoal, possibilitou-lhe a obtenção de bolsas do Instituto de Alta Cultura, através do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular, por aquele dirigido. Foi-lhe, deste modo, possível, prosseguir de forma mais consequente, a sua investigação, nesta fase ainda preferencialmente ligada ao Algarve.



Fig. 6 – O. da Veiga Ferreira fotografado em Setembro de 1947 nas Caldas de Monchique. Arquivo de João Luís Cardoso / Octávio da Veiga Ferreira.

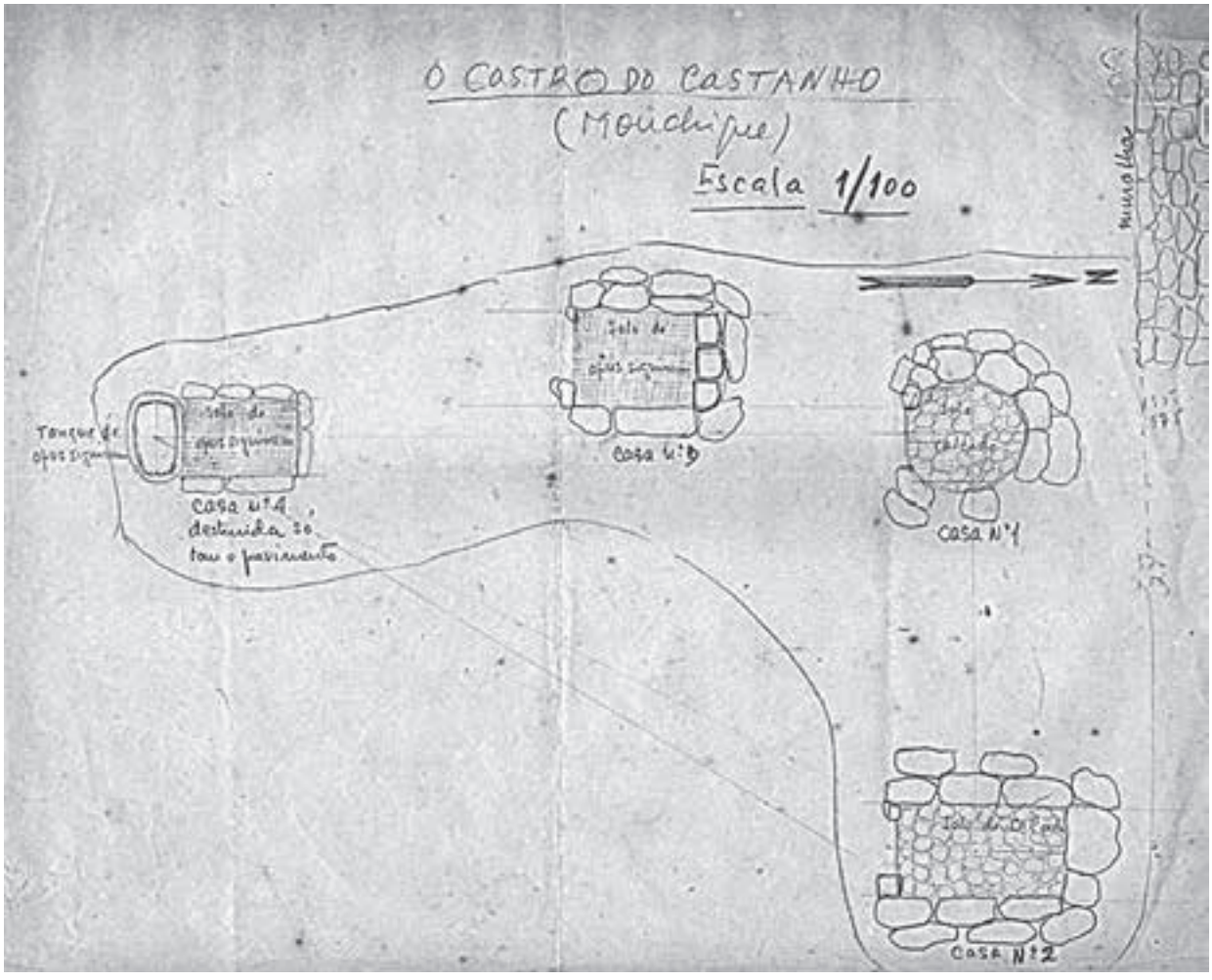


Fig. 7 – Desenho de O. da Veiga Ferreira das construções atribuíveis à época romana, por si identificadas no Castro do Castanho (Monchique). Arquivo de João Luís Cardoso / Octávio da Veiga Ferreira.

Com efeito, a ligação àquele Centro de Estudos e a Mendes Corrêa, ao longo dos anos 50, viria a ser profundamente marcada, na actividade de O. da Veiga Ferreira, pelas notáveis explorações nos concheiros de Muge (Figs. 8 a 11), cujas escavações foram reiniciadas por Jean Roche, então "Attaché au Centre National de la Recherche Scientifi" que depois de ter publicado, em 1951, os materiais do concheiro do Cabeço da Amoreira recolhidos por Mendes Corrêa e seus colaboradores (Rui de Serpa Pinto e J. R. dos Santos Júnior), na década de 1930 e conservados na Faculdade de Ciências do Porto, onde aquele eminente antropólogo era Professor Catedrático. A causa imediata do reinício dos trabalhos foi a destruição parcial do concheiro da Moita do Sebastião, já anteriormente explorado em 1880, por iniciativa de Carlos Ribeiro, e, depois, em 1884 e em 1885, sob direcção de Francisco de Paula e Oliveira. Ali virá Veiga Ferreira trabalhar arduamente, em 1952, 1953 e 1954. A exploração foi acompanhada da recolha de carvões, também por si efectuada, que deram origem à primeira datação pelo método do radiocarbono de uma estação arqueológica portuguesa, publicada em artigo apenas assinado por Jean Roche, em 1957. Este facto viria a tornar-se sintomático de uma relação desigual, prosseguida nas explorações por ambos conduzidas ulteriormente em outros dois concheiros da ribeira de Muge, Cabeço da Amoreira (1962, 1963, 1964 e 1966), e Cabeço da Arruda (1964, 1965) em que a O. da Veiga Ferreira, apesar de se responsabilizar pela condução efectiva dos trabalhos de campo, incluindo o registo arqueológico – realidade bem evidenciada pelos seus Cadernos de Campo, dados a conhecer pelo signatário – tinha um papel modesto na publicação dos resultados, jamais aparecendo como co-autor em publicações apresentadas fora de Portugal e, mesmo nas publicadas em revistas nacionais, sempre em posição secundária.

Em 1947, numa viagem de comboio, no regresso das escavações que vinha desenvolvendo em Monchique, conheceu Georg e Vera Leisner. Com ambos iniciou então uma frutuosa colaboração,



Fig. 8 – Concheiro da Moita do Sebastião: pormenor do levantamento topográfico, a cargo de O. da Veiga Ferreira, realizado na 1.º campanha de escavações (1952). Arquivo de João Luís Cardoso / Octávio da Veiga Ferreira.



Fig. 9 – Concheiro da Moita do Sebastião: limpeza dos cortes, a cargo de O. da Veiga Ferreira, no decurso da 1ª. campanha de escavações (1952). Arquivo de João Luís Cardoso / Octávio da Veiga Ferreira.

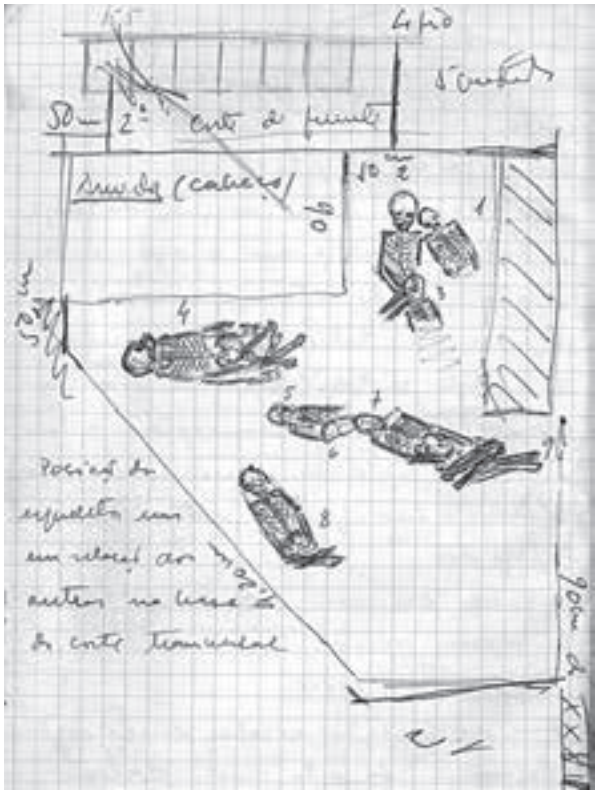


Fig. 10 – Página do caderno de campo de O. da Veiga Ferreira, contendo o esboço dos esqueletos encontrados na base do concheiro do Cabeço da Arruda (9/11/1964). Arquivo de João Luís Cardoso / Octávio da Veiga Ferreira.

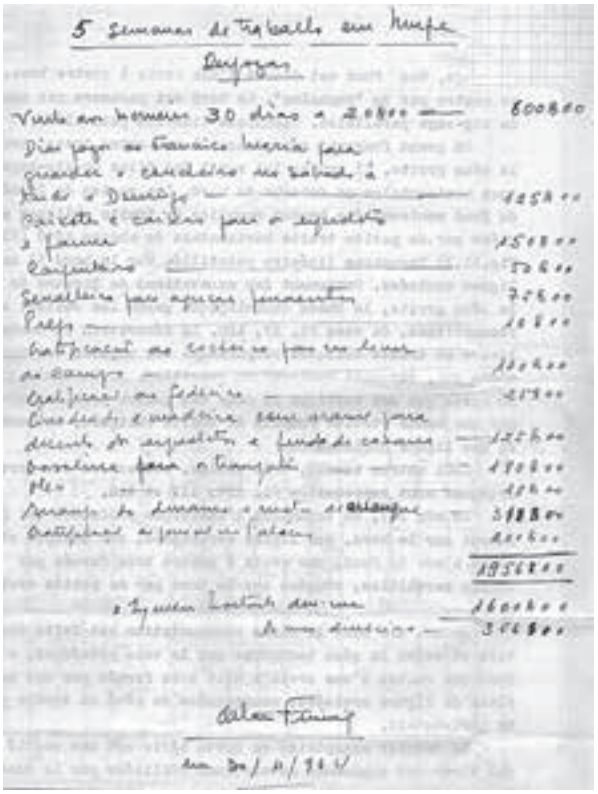


Fig. 11 – Folha do pagamentos efectuados por O. da Veiga Ferreira no âmbito da realização da campanha de escavações realizada entre 2/11 e 19/11/1964 no concheiro do Cabeço da Arruda. Arquivo de João Luís Cardoso / Octávio da Veiga Ferreira.

expressa por importantes escavações que fizeram em conjunto. No campo, esta colaboração iniciou-se em 1953, com diversas intervenções em monumentos megalíticos da região de Montargil, por si encontrados anos antes. Tal colaboração prosseguiu depois da morte de Georg Leisner, apenas com Vera Leisner, com a publicação de diversos dólmenes da região de Odivelas, dos quais se guardavam os espólios arqueológicos (então adquiridos pelos Serviços Geológicos de Portugal), que deram origem a diversas publicações, a primeira das quais apresentada ao I Congresso Nacional de Arqueologia, reunido em Lisboa em Dezembro de 1958, altura em que também apresentou importante trabalho de síntese, dedicado aos monumentos megalíticos da região de Lisboa. A empatia estabelecida com Vera Leisner, esteve na origem de outras colaborações, da maior importância, que prosseguiram na década de 1960, em colaboração com Georges Zbyszewski.

Os trabalhos da equipa assim constituída iniciaram-se pela publicação dos notáveis espólios das grutas artificiais da Quinta do Anjo, Palmela, reunindo-se, pela primeira vez, em bela Memória dos Serviços Geológicos, publicada em 1961, os materiais existentes nos Serviços Geológicos e no então designado Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos.

Os trabalhos prosseguiram, com as escavações do dólmen de Casaínhos, Loures, explorado no início de 1961, igualmente publicado, em outra importante Memória dos Serviços Geológicos, vinda a lume em 1969, conjuntamente com a notável sepultura da Praia das Maçãs, Sintra, também por eles explorada no final daquele ano. Seguiu-se a publicação dos espólios de outros monumentos megalíticos portugueses, destacando-se, em 1963, a publicação das primeiras datas de radiocarbono com aqueles relacionadas, objecto de análise neste volume, em artigo da autoria de A. M. Monge Soares.

Em 1950 conheceu Leonel Trindade, Director do Museu Regional de Torres Vedras, o qual tinha já realizado, desde a década de 1930, extensas prospecções arqueológicas na região, de que resultou a identificação de monumentos e a recolha de abundantes espólios, que careciam de estudo e publicação. Essa frutífera colaboração, que se prolongou por mais de vinte anos, deu origem a importantes estudos sobre necrópoles pré-históricas (Cabeço da Arruda, Cova da Moura, Serra da Vila) ou à publicação de peças notáveis, destacando-se o estudo do *oinochoe* do Museu local, publicado em 1965.

É na década de 1950 que a sua produção científica atinge a plenitude. Iniciado no estudo dos sepulcros megalíticos em Monchique, com Abel Viana e J. Formosinho, consolidou a sua formação nos monumentos de Montargil, pela mão dos Leisner, em 1953. Entretanto, em 1952, por via de descobertas efectuadas por um seu colega, António Rodrigues Cavaco, na região de Santiago do Cacém/Lousal (Fig. 12), dando assim início à

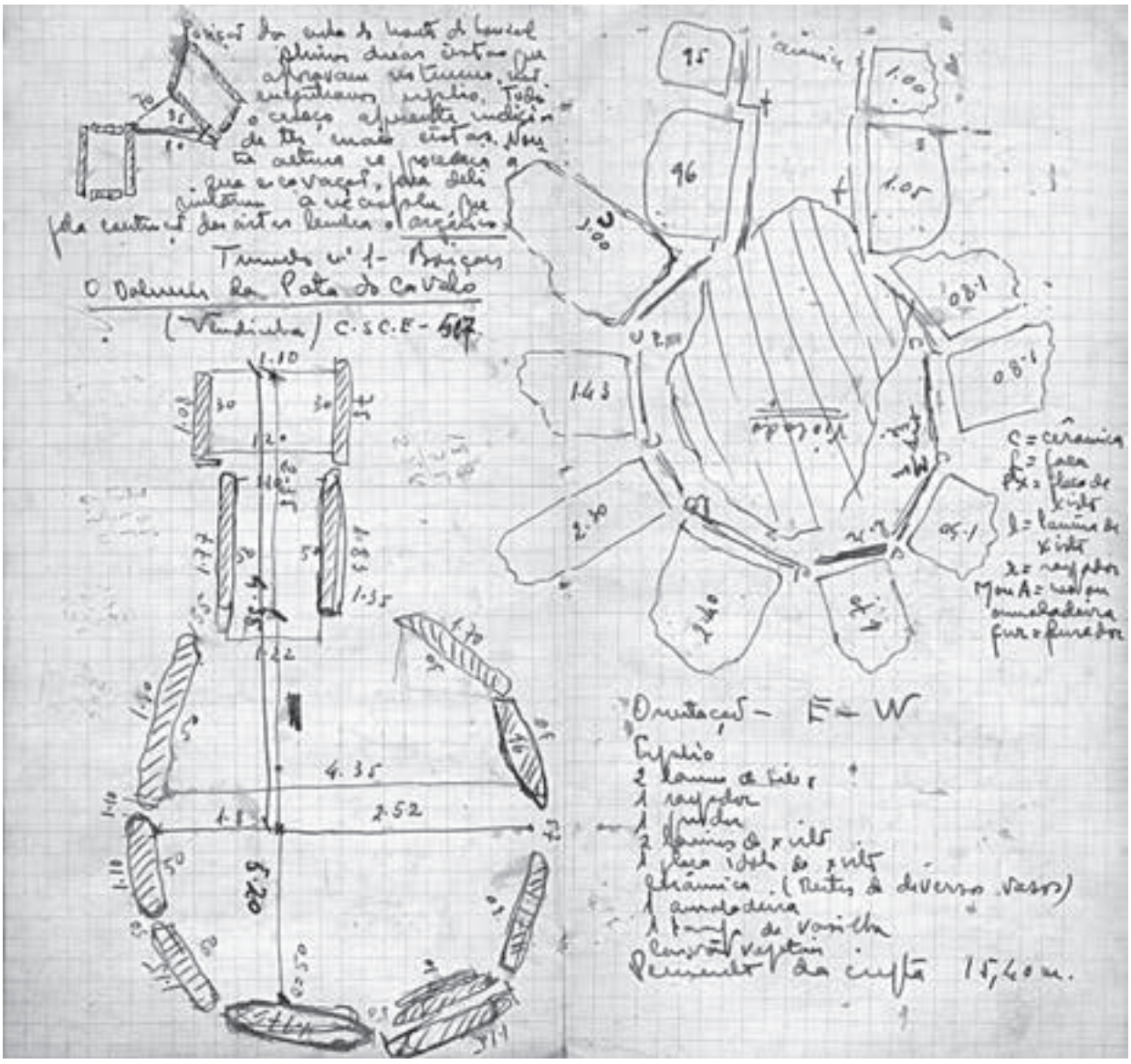


Fig. 12 – Página do caderno de campo de O. da Veiga Ferreira, de 14/5/1952, com o esboço da planta do dólmen da Pata do Cavalo, Santiago do Cacém (Lousal), explorado por O. da Veiga Ferreira e António Rodrigues Cavaco e por estes publicado. Arquivo de João Luís Cardoso / Octávio da Veiga Ferreira.

investigação e publicação de um notável conjunto de monumentos do Baixo Alentejo, estendidos ulteriormente à região de Aljustrel / Castro Verde / Ourique / Almodôvar, graças à colaboração com Abel Viana e com Ruy Freire de Andrade, engenheiro das minas de Aljustrel. Assim, ao longo da segunda metade daquela década e inícios da seguinte, produziram-se contributos fundamentais para a Arqueologia portuguesa no domínio do megalitismo, conforme C. Tavares da Silva tão bem evidenciou no contributo publicado neste volume. Em 1957, no dólmen do Cerro das Antas, identificou-se um conjunto funerário de incineração da Idade do Ferro, assente na camada coeva da construção do megálito, cuja escavação forneceu também três braceletes de ouro do Bronze Final, oferecidos ao Museu dos ex-Serviços Geológicos de Portugal, onde actualmente se encontram. No ano seguinte, exploraram-se diversos monumentos dolménicos, alguns deles particularmente interessantes, como o de Montenegro (Panóias, Ourique), e os primeiros *tholoi* do Baixo Alentejo, como o de Malha Ferro e Monte Velho (Fig. 13), seguidos por outros, como Monte do Álamo (Fig. 14), Cerro do Gatão (Fig. 15, 16, 17), e Monte do Outeiro (Fig. 18), o qual forneceu notável recipiente ritual (Fig. 19).

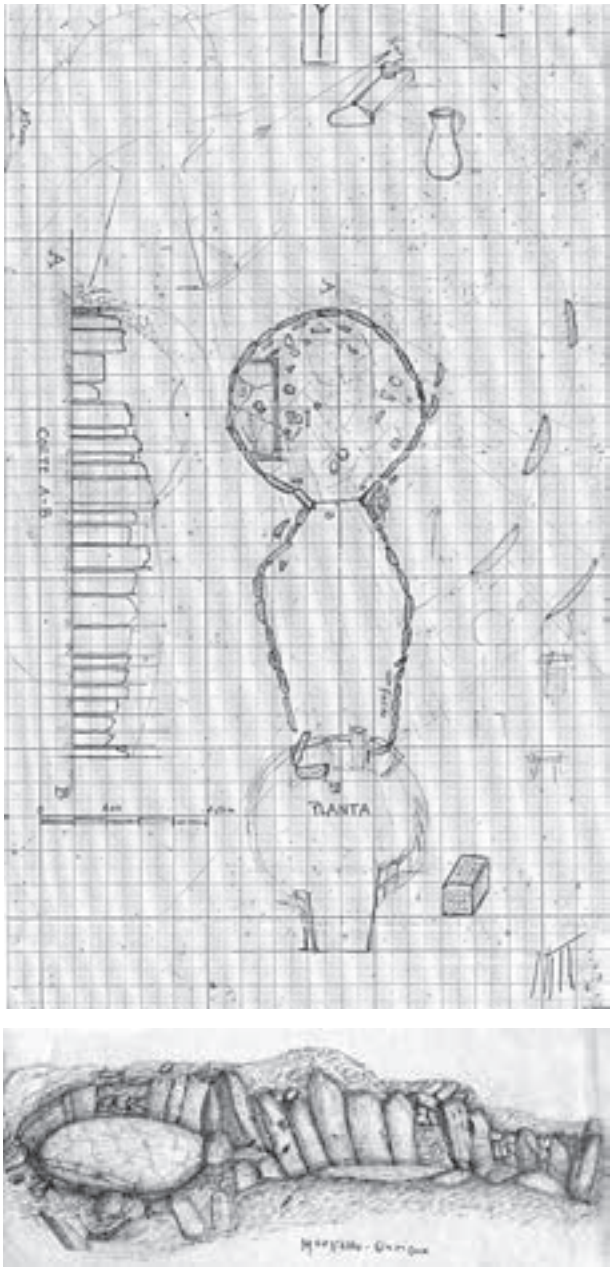


Fig. 13 – Original da planta e corte do *tholos* de Monte Velho, com a localização do espólio ali encontrado, realizada por O. da Veiga Ferreira e perspectiva do mesmo monumento então delineada. Arquivo de João Luís Cardoso / Octávio da Veiga Ferreira.

A realização do I Congresso Nacional de Arqueologia, em Lisboa, em Dezembro de 1958, foi a oportunidade para se apresentar a primeira síntese sobre as explorações até então realizadas (Fig. 20). Esta série de descobertas, é encerrada com a publicação do *tholos* do Escoural, já no Alto Alentejo, que publicou muitos anos depois com Manuel Farinha dos Santos, em 1970, constituindo, ainda hoje, o limite setentrional, no interior alentejano, de tal tipo de monumentos, denotando o seu carácter marcadamente meridional e associado às primeiras sociedades metalúrgicas do Sudoeste peninsular, cujos primeiros vestígios, no início de década de 1880, Estácio da Veiga teve a primazia de identificar e dar a conhecer. Cabe, a propósito, relembrar que o apelido "da Veiga", que usava, não fazia parte dos seus apelidos oficiais, tendo-o adoptado, em homenagem ao ilustre arqueólogo algarvio, de que se considerava parente longínquo.

Se, na década de 1950, foi no domínio do megalitismo que a colaboração estabelecida com Abel Viana e Rui Freire de Andrade teve maior notoriedade, pela projecção de trabalhos publicados, importa sublinhar a

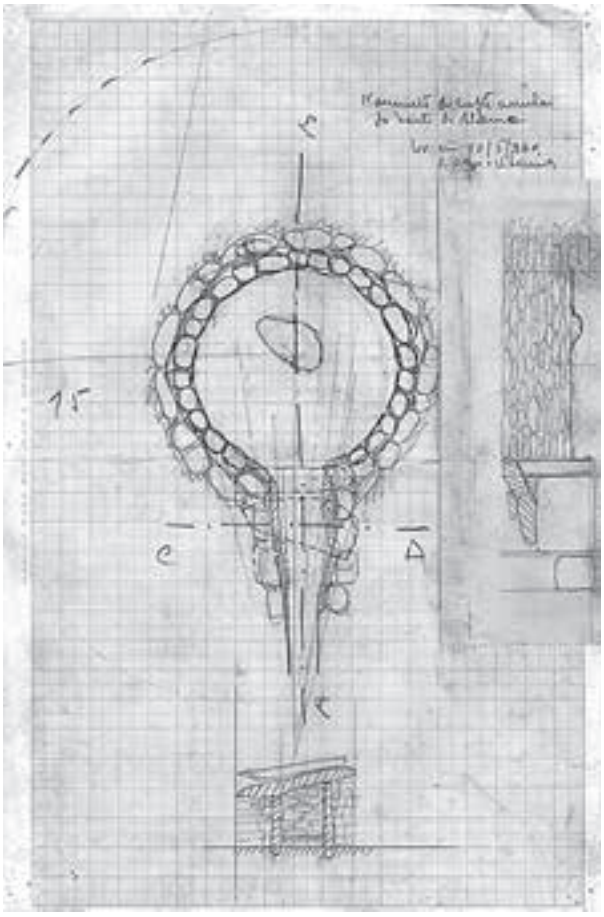


Fig. 14 – Original da planta do *tholos* de Monte do Álamo, datada de 10/5/1960. Arquivo de João Luís Cardoso / Octávio da Veiga Ferreira.



Fig. 15 – Octávio da Veiga Ferreira no decurso da exploração da câmara do *tholos* do Cerro do Gatão (Ourique), em Maio de 1960, evidenciando-se a curvatura da abóbada em falsa cúpula. Arquivo de João Luís Cardoso / Octávio da Veiga Ferreira.

importância de outras investigações, como as respeitante às explorações romanas das minas de Aljustrel e a outras ocorrências romanas e medievais da região (Figs. 21, 22). Encontrava-se permanentemente desperto para o registo de vestígios arqueológicos no seu caderno de campo, quaisquer que fossem, como se comprova, entre muitos outros exemplos, pelos do dia 22 de Fevereiro de 1955: lápide romana de Messejana, estelas medievais cristãs, moedas portuguesas, e recipientes cerâmicos diversos, entre os quais uma taça campaniense das Mesas do Castelinho, que logo viria a publicar, com os seus amigos, em 1956, no Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências.

No final da década de 1950, com o início das explorações sistemáticas do sítio fortificado islâmico e medieval português da Senhora da Cola (Ourique), a que Abel Viana iria dedicar afincadamente os últimos anos de vida (faleceu em 1964), convencido que, sob as camadas arqueológicas mais modernas se encontrariam testemunhos de um importante lugar de povoamento pré- e proto-histórico, o que não se viria a confirmar, como já então bem sabia Veiga Ferreira, este nem por isso deixou de prestar auxílio àquele a quem tratava por "Mestre", tanto nas primeiras fases daqueles trabalhos (Fig. 23), como em outros entretanto encetados, por via das prolongadas vilegiaturas de Abel Viana naquele descampado alentejano. Foi o caso da exploração da necrópole do Bronze do Sudoeste de Atalaia, cuja exploração se deveu a Abel Viana, depois continuada por Hermanfrid Schubart, como este elucida no contributo de sua autoria publicado neste volume (Fig. 24).

Nesta década, diversifica-se a colaboração com outros arqueólogos de méritos há muito firmados: com Afonso do Paço – de quem era grande amigo, encarregando-se, mais tarde, do seu elogio académico, por ocasião da realização das I Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses, em 1969 – publicou em 1957, estudo dedicado aos achados da Herdade da Fontalva, no Alto Alentejo.

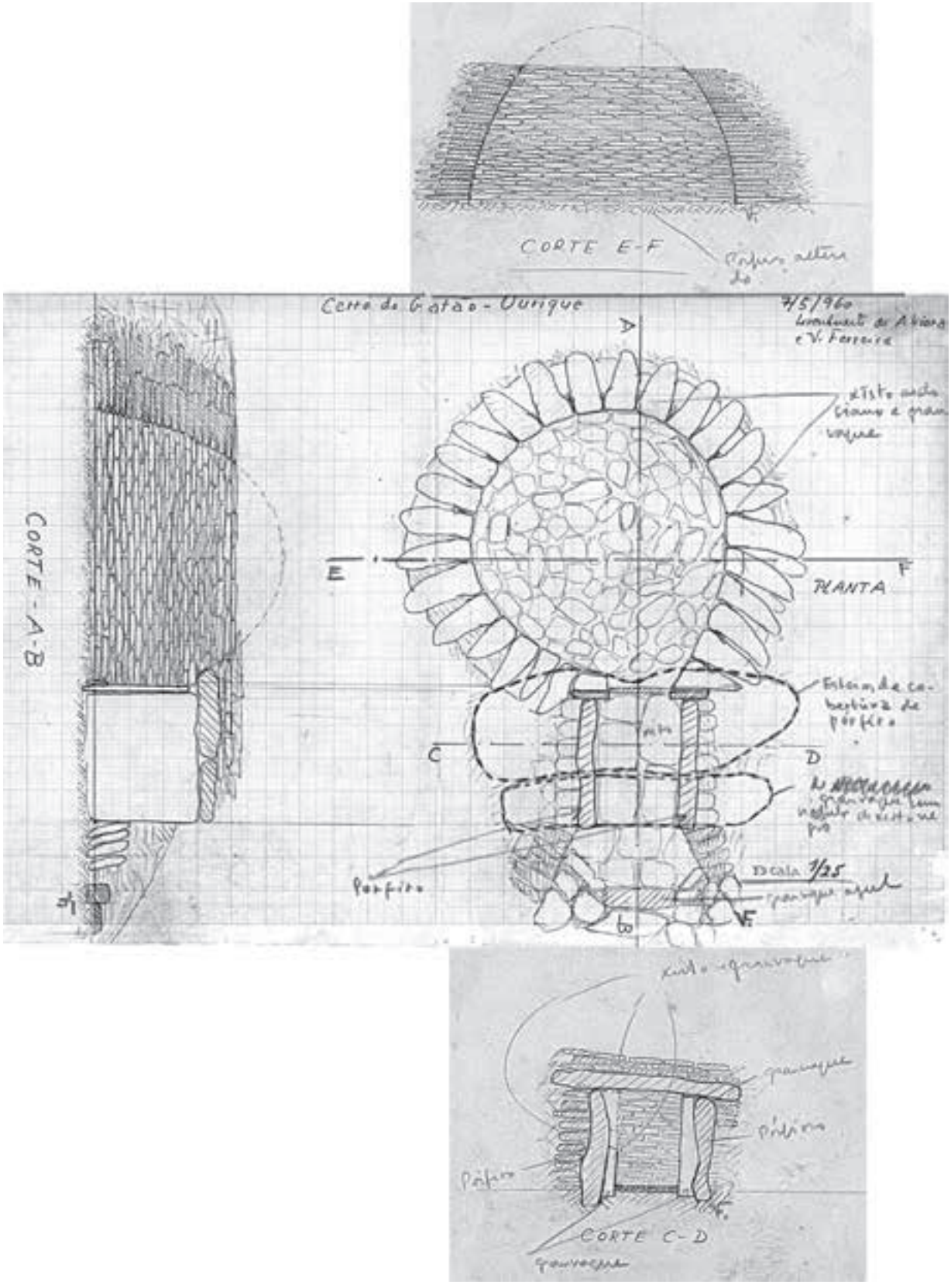


Fig. 16 – Original da planta e cortes do *tholos* do Cerro do Gatão, datada de 7/5/1960, realizada por O. da Veiga Ferreira e Abel Viana. Arquivo de João Luís Cardoso / Octávio da Veiga Ferreira.



Fig. 17 – Pormenor do corredor do *tholos* do Cerro do Gatão, conservando a lage de cobertura, observando-se a câmara, em segundo plano. Arquivo de João Luís Cardoso / Octávio da Veiga Ferreira.

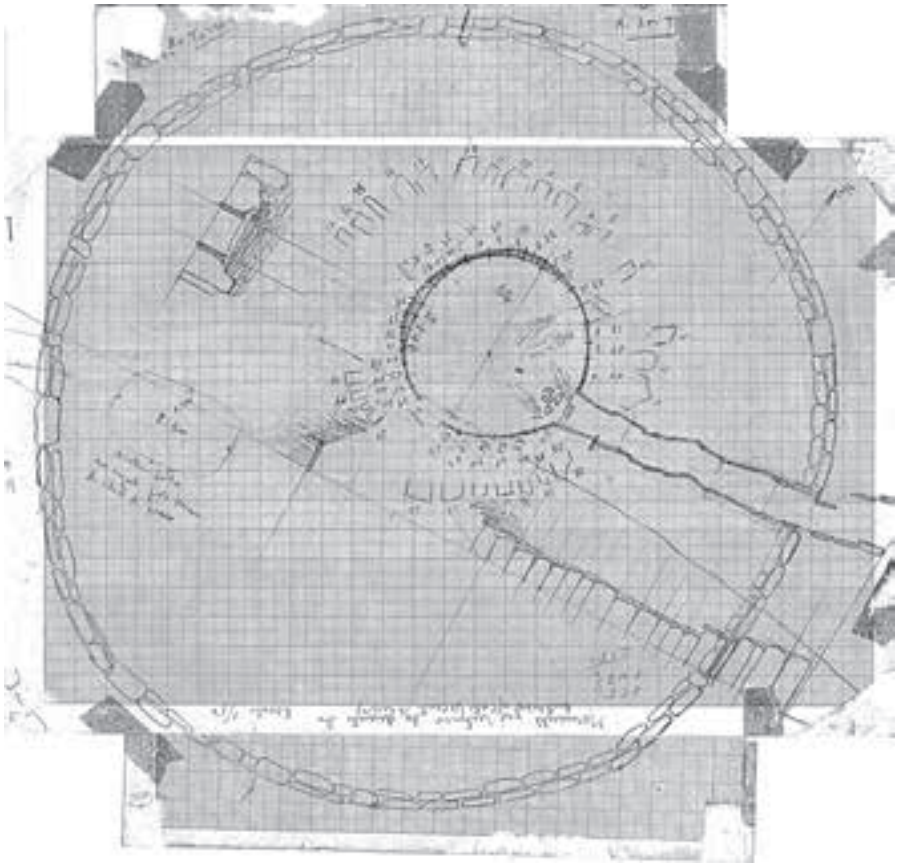


Fig. 18 – Original da planta do *tholos* do Monte do Outeiro (A-dos-Tassos), realizada por O. da Veiga Ferreira. Arquivo de João Luís Cardoso / Octávio da Veiga Ferreira.



Fig. 19 – Vaso ritual, com representação simbólica, recolhido no *tholos* do Monte do Outeiro. Museu Geológico (Lisboa). Arquivo de João Luís Cardoso / Octávio da Veiga Ferreira.



Fig. 20 – O. da Veiga Ferreira na apresentação de uma das comunicações ao I Congresso Nacional de Arqueologia (Lisboa, Dezembro de 1958). Da esquerda para a direita, vêem-se o Tenente-Coronel Afonso do Paço, o Dr. J. M. Bairrão Oleiro e o Dr. M. Farinha dos Santos. Arquivo de João Luís Cardoso / Octávio da Veiga Ferreira.



Fig. 21 – Da esquerda para a direita: Eduardo Arsénio, Octávio da Veiga Ferreira e Abel Viana, no Museu arqueológico das Minas de Aljustrel, observando-se, nas prateleiras, algumas das peças restauradas pelo primeiro. Arquivo de João Luís Cardoso / Octávio da Veiga Ferreira.

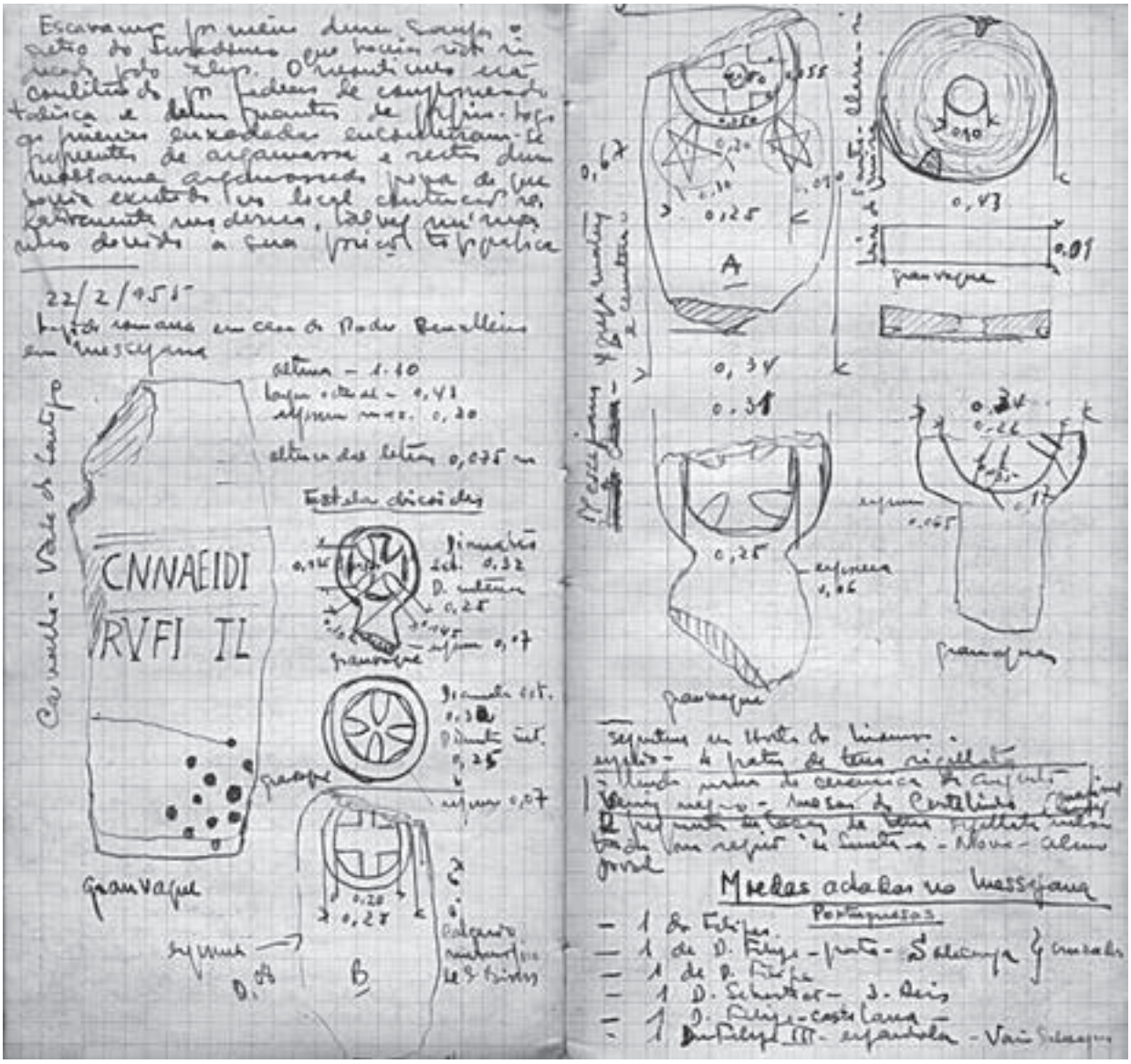


Fig. 22 – Duas páginas do caderno de campo de O. da Veiga Ferreira, de 22/5/1955, relativas a descobertas arqueológicas romanas e medievais de Messejana. Verifica-se que O. da Veiga Ferreira se encontrava desperto para quaisquer ocorrências de carácter arqueológico, que cuidadosamente registava, mesmo que não se incluíssem na sua área principal de interesses. Arquivo de João Luís Cardoso / Octávio da Veiga Ferreira.

Entretanto, iniciou, com Fernando de Almeida, em meados da década de 1950, o primeiro projecto de arqueologia urbana realizado em Portugal, destinado a fazer renascer do esquecimento a antiga cidade romano-visigótica de *Egitania*, actual Idanha-a-Velha. A continuidade de tais trabalhos, que se prolongaram anualmente por mais de quinze anos, constituíram marco singular na prática arqueológica então vigente, pela diferença evidente de propósitos, constituindo, ainda hoje, raro exemplo de trabalhos arqueológicos de grande envergadura, dos quais resultou, não apenas o conhecimento da antiga urbe, mas, também, de todo o território envolvente. A respectiva carta arqueológica, publicada em 1978 por Veiga Ferreira, muitos anos depois da conclusão dos trabalhos de campo, bem pode ser considerada exemplo pioneiro de tal tipo de estudos e publicações em Portugal.

Importa referir que o início deste ambicioso projecto não teria sido possível sem o apoio financeiro concedido a Fernando de Almeida pelo Centro de Estudos de Etnologia Peninsular, sob a direcção de Mendes Corrêa. A integração na equipa de Veiga Ferreira – que se revelou fundamental, para o bom andamento dos trabalhos de campo, dadas as frequentes ausências das escavações de Fernando de Almeida, conforme se verifica pela leitura dos cadernos de campo do nosso homenageado – era justificada formalmente, junto do Director dos Serviços Geológicos, por Fernando de Almeida, através de trabalhos de cartografia geológica na região, já que jamais foi reconhecida oficialmente, pela direcção dos Serviços, a verdadeira natureza da colaboração prestada por Veiga Ferreira.



Fig. 23 – Partida para uma visita de reconhecimento ao Castro de Nossa Senhora da Cola, em 8/7/1956. Ao centro, de casaco preto, R. Freire de Andrade; ao seu lado direito, O. da Veiga Ferreira. Em pé, segurando o teodolito, o Padre A. Serralheiro, pároco de Messejana. Foto de Abel Viana, publicada em 1961, na monografia que dedicou àquela estação arqueológica.

Através destas estadas, entre finais do Verão e inícios do Outono de cada ano, manifestou-se, uma vez mais, em Veiga Ferreira, o espírito eclético e de observador atento de tudo o que pudesse possuir interesse arqueológico. O seu caderno de campo é bem o exemplo desta realidade, registando, a 25 de Setembro de 1955, a par da planta do castro da Covilhã Velha, que visitou, uma ara votiva romana de Monsanto, ou sepulturas medievais de diversos tipos (Fig. 25), ou, ainda (em 1968), o castro do Castelo dos Mouros, em apressado mas expressivo esboço registado no seu caderno de campo (Fig. 26).

Desperto para o megalitismo da região, praticamente por estudar desde os parcos trabalhos pioneiros de Francisco Tavares de Proença Júnior e de Félix Alves Pereira, logo em 1958 apresentou, com Fernando de Almeida, ao I Congresso Nacional de Arqueologia uma comunicação sobre este tema, prosseguida, depois, por novas explorações (Fig. 27). Estre estas, merece destaque a realizada no dólmen da Granja de S. Pedro, perto de Idanha-a-Velha, na última campanha de escavações em que participou na Idanha, em Setembro de 1969 (Figs. 28, 29).

Apesar das privações locais a que voluntariamente se submetia – muitas vezes, para ter de comer, recorria à caça, que gostava de praticar – era sempre com prazer que retornava à sua Idanha, acompanhado nalguns anos de sua mulher Maria Luísa e de sua filha Seomara, não só pelo confessado fascínio que sentia pelo lugar, como pelas amizades simples que ali estabeleceu, como declara no seu caderno de campo, no início das campanhas de 1962 e de 1964. Despido, como sempre, de preconceitos, que lhe repugnavam, liberto de formalismos, que detestava, entre as humildes gentes beirãs sentia-se entre amigos, e "em casa".

No meio de tantas e tão diversificadas informações arqueológicas, que procurava sempre registar, para, depois, explorar e publicar (refiram-se, ainda, os estudos dedicados a indústrias languedocenses e sobre arte rupestre, sempre em co-autoria com Fernando de Almeida, embora a redacção fosse exclusivamente sua. Era, no entanto, a escavação e a recuperação da cidade romano-visigótica da *Egitania* que lhe ocupava a maior parte do tempo.



Fig. 24 – Página do caderno de campo de 19 e 20/12/1959, contendo esboço de uma sepultura e de um conjunto de sepulturas da necrópole do Bronze do Sudoeste de Atalaia (Ourique) próximo do Castro de Nossa Senhora da Cola, então em curso de exploração por Abel Viana. Arquivo de João Luís Cardoso / Octávio da Veiga Ferreira.

Seria ele a descobrir e escavar os restos do baptistério paleo-cristão (Fig. 30), bem como a registar, em primeira mão, no seu caderno de campo, importantes epígrafes, postas a descoberto pelas escavações ou simplesmente identificadas como materiais de construção entre as edificações modernas (Figs. 31, 32). Descobertas, que, lealmente, depositava nas mãos de Fernando de Almeida, com quem jamais discutiu a primazia que sempre lhe cabia na autoria das respectivas publicações via de regra feitas em co-autoria.

Na procura incessante de novas temáticas e áreas de trabalho, por via da amizade estabelecida com Luís de Albuquerque e Castro, tal como ele Engenheiro-Técnico de Minas e funcionário da Direcção-Geral de Minas e Serviços Geológicos, embora colocado no Serviço de Fomento Mineiro, com sede no Porto, ocupou-se, nos inícios da segunda metade da década de 1950, de importantes investigações no megalitismo da bacia do Vouga, a que desde logo associou Abel Viana. O resultado mais notável dessa investigação foi a identificação e publicação da arte megalítica patente em diversos desses monumentos, como o dólmen de Chão Redondo 2 (Fig. 33) e, sobretudo, o dólmen 1 de Antelas, no concelho de Oliveira de Frades (Figs. 34 a 37), onde, tanto os

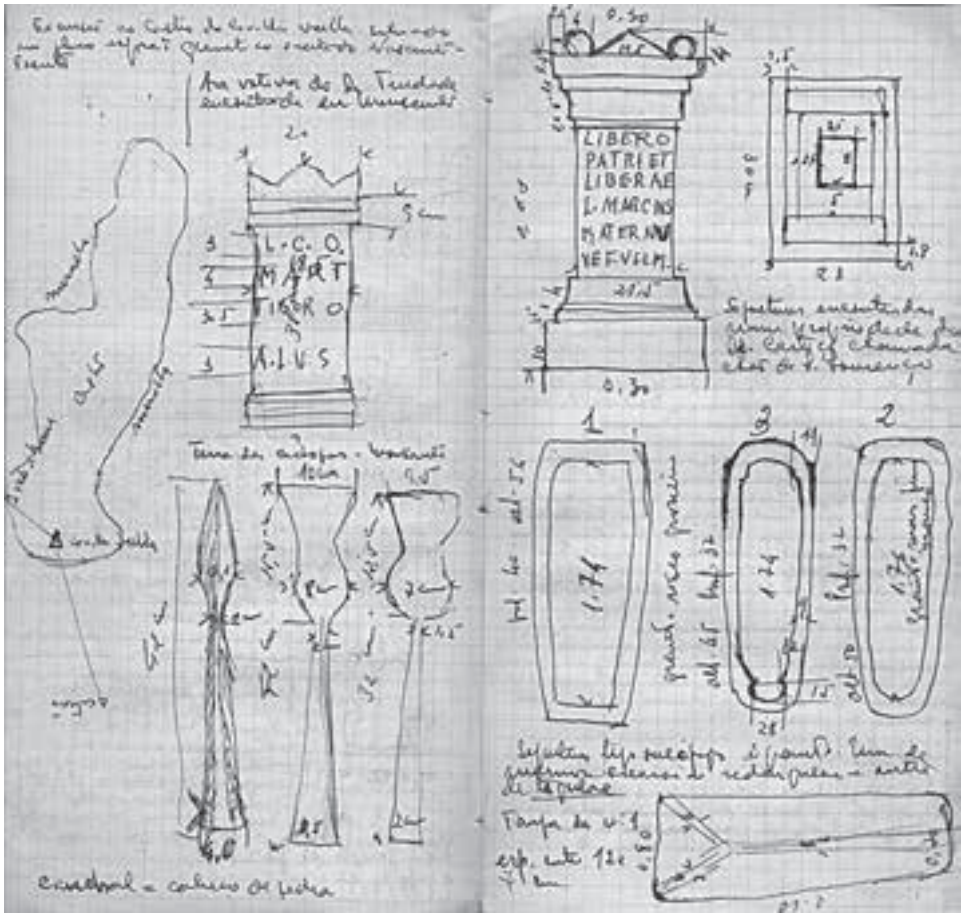


Fig. 25 – Duas páginas do caderno de campo de O. da Veiga Ferreira, de 25/9/1955, onde registou diversos achados arqueológicos, observados no decurso da primeira campanha de escavações em Idanha-a-Velha. Arquivo de João Luís Cardoso / Octávio da Veiga Ferreira.

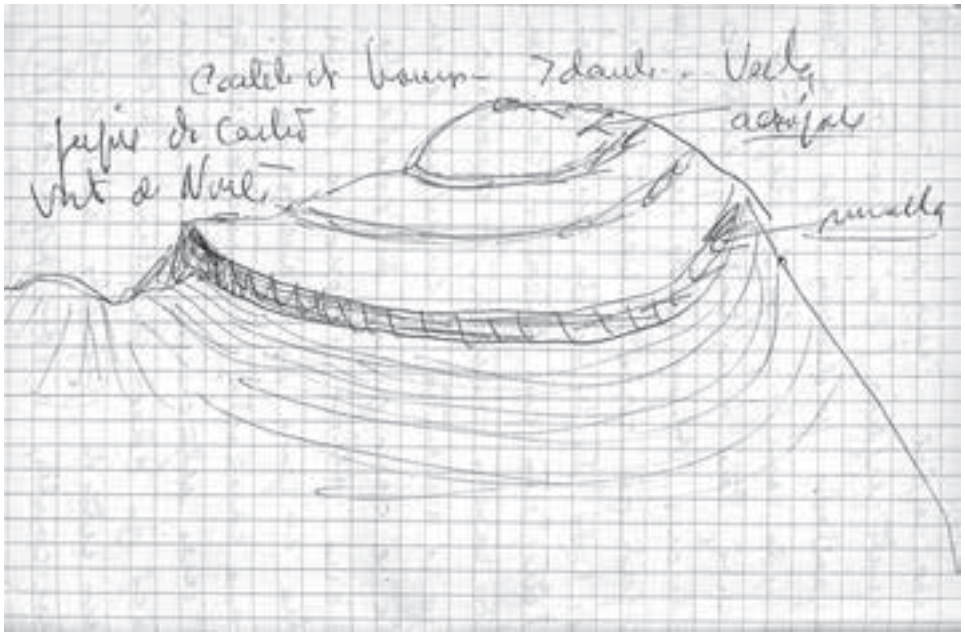


Fig. 26 – Esboço de O. da Veiga Ferreira, realizado numa página do seu caderno de campo, do castro do Castelo dos Mouros, aquando da campanha de escavações em Idanha-a-Velha realizada em 1968. Arquivo de João Luís Cardoso / Octávio da Veiga Ferreira.

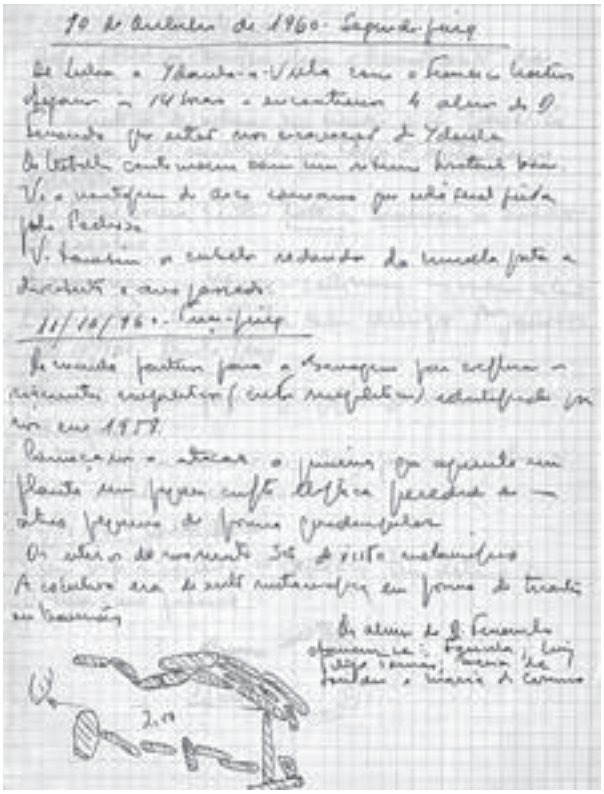


Fig. 27 – Página do caderno de campo de O. da Veiga Ferreira, de 10 e 11/10/1960, relativa à exploração de monumento megalítico perto da Barragem Marechal Carmona (Castelo Branco) com o esboço da planta do mesmo. Arquivo de João Luís Cardoso / Octávio da Veiga Ferreira.

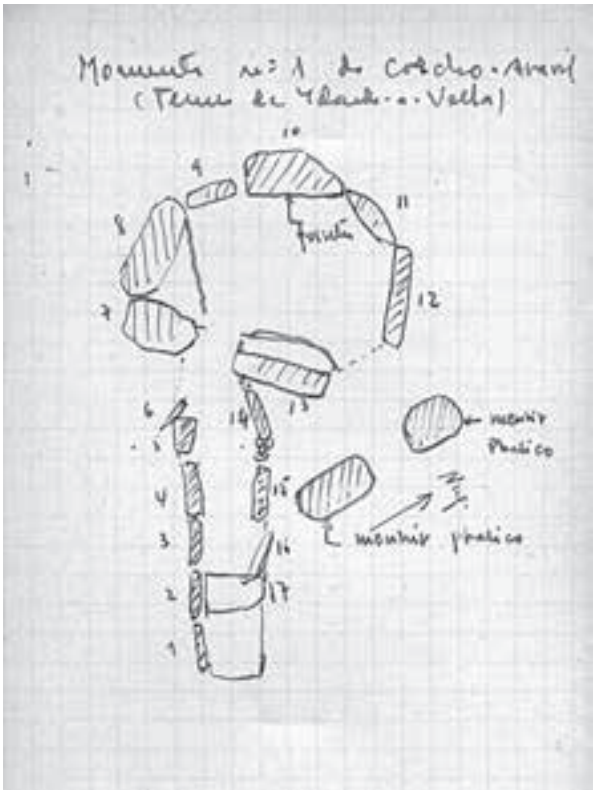


Fig. 28 – Página do caderno de campo de O. da Veiga Ferreira, com o esboço da planta do dólmen da Granja de S. Pedro, Idanha-a-Velha, que veio a publicar ulteriormente com Fernando de Almeida, em 1971. Este monumento notabiliza-se pela existência de dois menires adjacentes, conforme é indicado no presente esboço. Arquivo de João Luís Cardoso / Octávio da Veiga Ferreira.

esteios da câmara como do corredor, exibiam pinturas esquemáticas a vermelho e negro, com destaque para o esteio da cabeceira. Cientes da fragilidade das pinturas postas a descoberto, desde logo foi elaborado um plano de protecção do monumento, apresentado ao I Congresso Nacional de Arqueologia, com Luís de Albuquerque e Castro. Trata-se de trabalho pioneiro para a época e que bem ilustra o cuidado que julgava dever ser dispensado à protecção e valorização (e não apenas à investigação) do nosso rico património arqueológico, preocupação excepcional ainda nos dias de hoje.

Foram, aliás, tais preocupações, que explicam o cargo de arqueólogo-consultor da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (1973/1978), no âmbito do qual orientou trabalhos de restauro e de recuperação na estação romana de Milreu, em Estoi (Algarve) e, já depois do 25 de Abril, na citânia de Santa Luzia (Viana do Castelo) e no povoado fortificado calcolítico de Vila Nova de São Pedro (Azambuja).

Por via da notável descoberta de Antelas, a arte pré-histórica passou também a fazer parte dos seus interesses. Aproveitando a experiência acumulada com Albuquerque e Castro, com ele publicou, na viragem da década, as pinturas rupestres esquemáticas dos Louções, abrigos situados na mesma crista quartzítica onde se abre o abrigo de Vale de Junco (Esperança), estudado em 1917 por Henri Breuil. Aliás, o convívio com este eminente pré-historiador, que desde o início do século se distinguira pelos seus notáveis estudos de arte rupestre paleolítica e pós-paleolítica peninsular, ter-lhe-ia, anteriormente, já despertado o interesse pela matéria: no regresso de uma visita em sua companhia a Évoramonte, ao local onde se recolhera um notável conjunto de folhas solutrenses, já em sua casa, quis Breuil distinguir O. da Veiga Ferreira com um autógrafo,

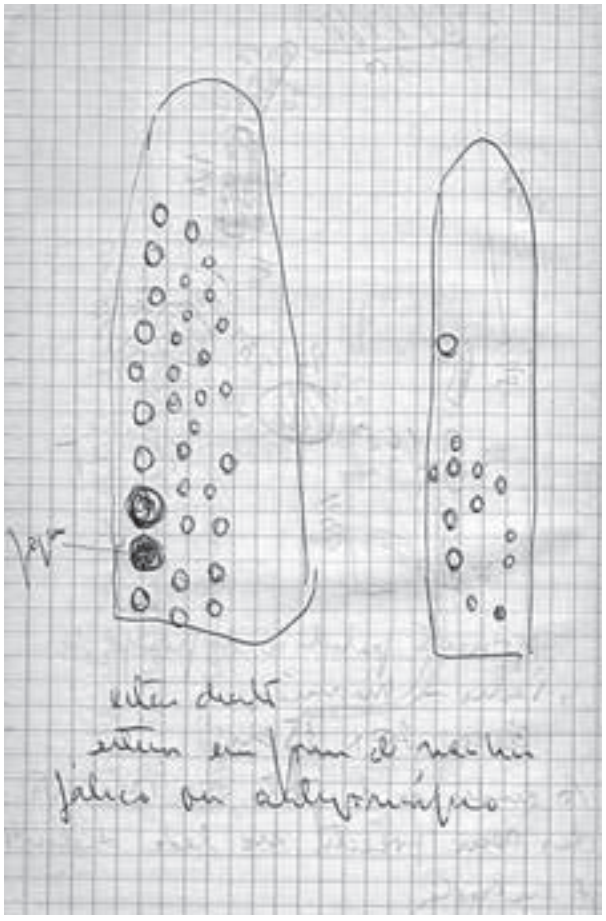


Fig. 29 – Página do caderno de campo de O. da Veiga Ferreira, com o esboço de um dos menires encontrados junto do dólmen da Granja de S. Pedro, ostentando alinhamentos de "fossettes". A mesma temática foi encontrada no menir fálico do Lavajo (concelho de Alcoutim), publicado pelo signatário em co-autoria com A. Gradim. Arquivo de João Luís Cardoso / Octávio da Veiga Ferreira.

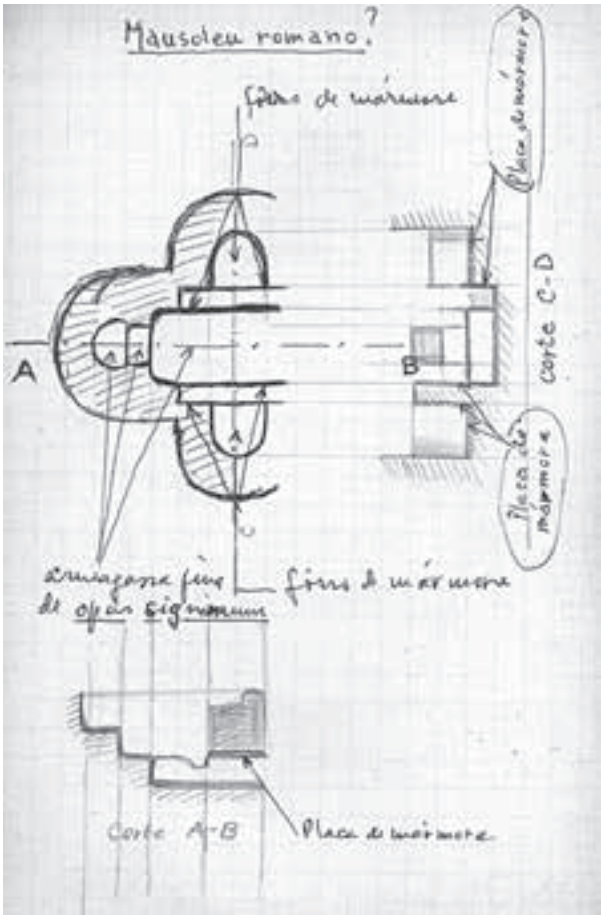


Fig. 30 – Página do caderno de campo de O. da Veiga Ferreira, relativa à campanha de 1962 em Idanha-a-Velha, com o esboço do baptistério paleocristão por si identificado e explorado (5/10/1962), depois publicado por D. Fernando de Almeida, em 1965. Arquivo de João Luís Cardoso / Octávio da Veiga Ferreira.

no seu caderno de campo, onde representou, magistralmente, movimentada cena de caça (Fig. 38), que Veiga Ferreira reproduziu, em 1965, no volume de homenagem editado em memória do sábio francês, pela Faculdade de Letras de Lisboa.

À referida publicação, seguiu-se estudo de síntese sobre o que então se conhecia em Portugal sobre arte rupestre (1962).

Mais tarde, sem nunca guardar silêncio das suas ideias, mesmo sabendo-as polémicas e contra as da maioria instalada, teve a frontalidade de se pronunciar, sempre por escrito quando com estas não concordava; foi o caso do complexo de arte rupestre do vale do Tejo, em Fratel (1973), que considerava, sem razão, obra de pastores. Diga-se, em abono da verdade, que não era peremptório a tal respeito, admitindo como autênticas algumas gravuras que possuíam patina, o que não acontecia com as restantes, que, no seu entender, por se encontrarem directamente sujeitas à erosão hídrica produzida pelas cheias, não poderiam ser antigas, mas antes resultado de cópias, feitas por pastores, utilizando para o efeito as cavilhas ("tirefonds") das travessas do caminho de ferro da linha da Beira Baixa, que passa junto do local, ao longo da margem direita do Tejo. Não sendo verdadeira a conclusão, há, no entanto, que reconhecer a lógica do raciocínio, sobretudo na ausência de paralelos arqueológicos então conhecidos.



Fig. 31 – A amizade estabelecida entre Fernando de Almeida e O. da Veiga Ferreira evidencia-se nesta brincadeira, em que, tendo sido este último fotografado a avivar a giz uma inscrição romana, logo motivou uma "carta anónima" enviada à sua Mulher, atribuída a "M. H.", iniciais de Manuel Heleno, por quem ambos, não nutriam especial simpatia. Arquivo de João Luís Cardoso / Octávio da Veiga Ferreira.



Fig. 32 – Página do caderno de campo de O. da Veiga Ferreira (11/10/1969), relativa à descoberta de uma lápide mencionando os *Igaeditani*. Este exemplo, entre muitos outros, mostra que, de facto, era ele quem estava quase sempre nas escavações, embora estas fossem oficialmente dirigidas por Fernando de Almeida. Arquivo de João Luís Cardoso / Octávio da Veiga Ferreira.

Mais tarde (1977), com outros colaboradores, publicou as insculturas rupestres de Mora (Alto Alentejo) e da Citânia de Santa Luzia, Viana do Castelo (1981).

A escassez de meios e de disponibilidade pessoal em encetar escavações extensas e demoradas, requerendo recursos financeiros avultados e, sobretudo, a constituição de equipas numerosas, explica a escassez de trabalhos sobre povoados pré-históricos no seu currículo. Na verdade, à época, apenas constituía excepção a este panorama desolador, o célebre povoado fortificado calcolítico de Vila Nova de São Pedro (Azambuja), longamente escavado por E. Jalhay e Afonso do Paço, e apenas por este último, após o falecimento do seu companheiro. Ainda assim, realizou, com Georges Zbyszewski, duas campanhas de escavações, em 1957 e em 1958, no povoado fortificado calcolítico da Penha Verde (Sintra), com o apoio da Câmara Municipal de Sintra, presidida pelo arqueólogo, catedrático da Faculdade de Medicina de Lisboa, e seu grande amigo, o Prof. Doutor Joaquim Fontes. Mas, do sítio arqueológico, escavou-se apenas uma pequena parte, não obstante



Fig. 33 – Dólmen de Chão Redondo n.º 2, Talhadas do Vouga, explorado por L. de Albuquerque e Castro em inícios de 1957, e por este publicado em parceria com O. da Veiga Ferreira. Note as insculturas presentes no esteio de cabeceira, de assinalável semelhança com as de monumentos congéneres irlandeses. Arquivo de João Luís Cardoso / Octávio da Veiga Ferreira.



Fig. 34 – O dólmen pintado de Antelas, antes das explorações efectuadas em 1956. Observam-se, no esteio de cabeceira, as primeiras pinturas ali identificadas, que viriam a celebrizar o monumento. Arquivo de João Luís Cardoso / Octávio da Veiga Ferreira.



Fig. 35 – O dólmen pintado de Antelas, depois das escavações realizadas em 1956. Arquivo de João Luís Cardoso / Octávio da Veiga Ferreira.



Fig. 36 – Levantamento, à escala natural, das pinturas descobertas no esteio da cabeceira do dólmen de Antelas, realizado no decurso das escavações, em 1956. À direita, a filha do Dr. Alberto Souto. Arquivo de João Luís Cardoso / Octávio da Veiga Ferreira.



Fig. 37 – Fotografia tirada no interior do dólmen de Antelas, no final dos trabalhos. Da esquerda para a direita, a filha do Dr. Alberto Souto, L. de Albuquerque e Castro, O. da Veiga Ferreira e Alberto Souto, investigador pioneiro da arte pré-histórica em Portugal. Arquivo de João Luís Cardoso / Octávio da Veiga Ferreira.

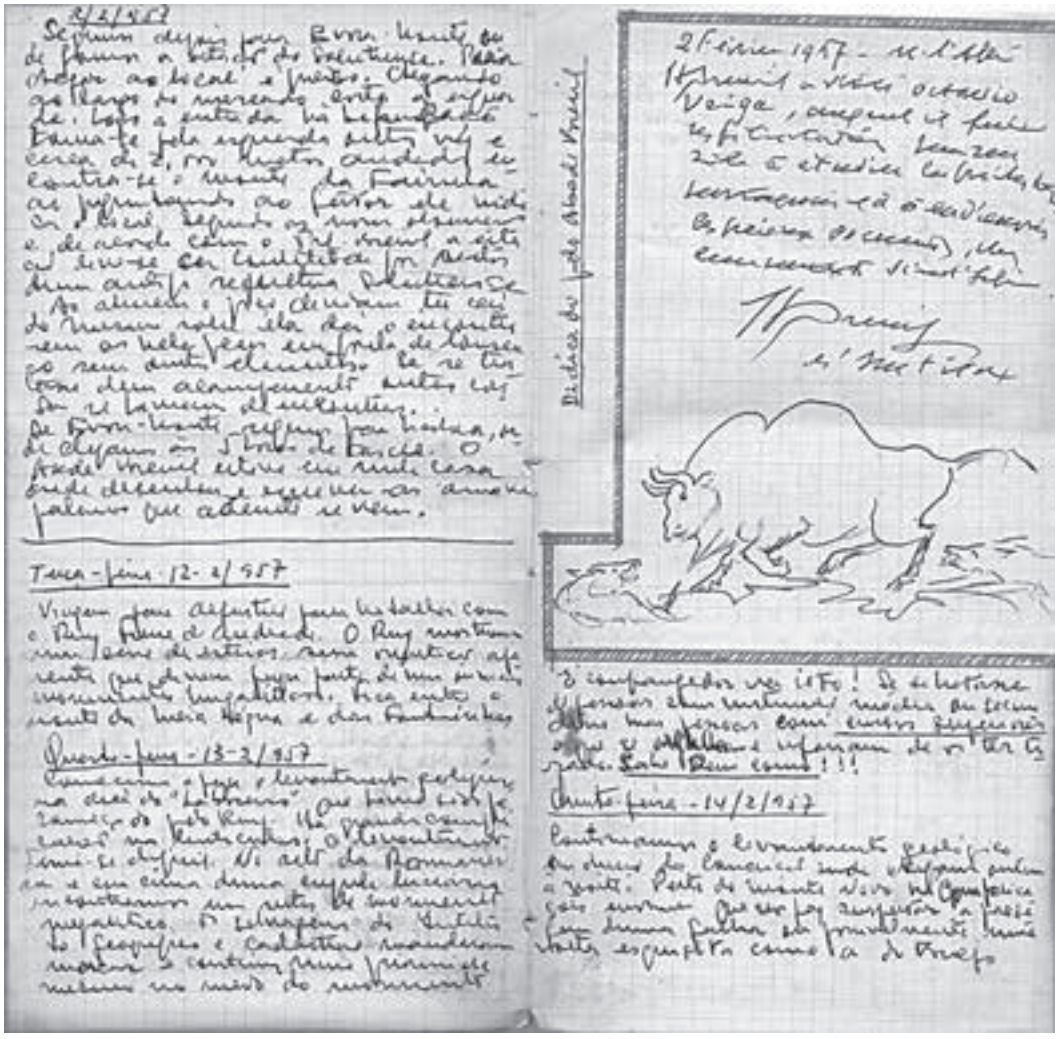


Fig. 38 – Cena de caça do Paleolítico Superior, desenhada no caderno de campo de O. da Veiga Ferreira por Henri Breuil, em 2/2/1957, no regresso de uma saída a Evoramonte para identificação do local de recolha de um célebre conjunto de folhas solutrenses, realizado na mesma altura. Arquivo de João Luís Cardoso / Octávio da Veiga Ferreira.

o evidente interesse dos resultados obtidos. Eram mais consentâneas com os recursos e possibilidades que lhe eram concedidas as intervenções em estações de extensão limitada, como monumentos megalíticos ou pequenas grutas. Foi o caso a gruta da Ponte da Lage (Oeiras), explorada em 1958, conjuntamente com Jean Roche e Maxime Vaultier, depois da intervenção ali efectuada sob a égide de Carlos Ribeiro, em 1879. Destes trabalhos, resultou a identificação de uma inumação à entrada da gruta, ainda intacta, acompanhada do respectivo mobiliário votivo. Esta foi a primeira exploração arqueológica de Veiga Ferreira numa gruta; em breve, iria ter oportunidade de desenvolver, noutras, intervenções muito mais importantes.

Em 1959, no decurso do levantamento da folha de Loures, despertou-lhe interesse uma estreita e comprida gruta, aberta nos calcários duros do Cenomaniano superior, resultante do alargamento de diáclase. Trata-se da gruta das Salemas (Fig. 39), cuja exploração minuciosa, efectuada com Camarate França, permitiu o reconhecimento de diversos níveis do Paleolítico Superior (Fig. 40), contendo indústrias líticas, essencialmente solutrenses, além de raras pontas ósseas (zagaias), uma delas afeiçoada em osso peniano de urso (Fig. 41). Era a primeira vez que tal acontecia em Portugal, dando origem a diversas publicações, prontamente dadas à estampa, em co-autoria com outros companheiros, como Jean Roche e Georges Zbyszewski. O interesse desta



Fig. 39 – Vista da entrada da gruta das Salemas, correspondente ao alargamento de diáclase vertical nos calcários do Cenomaniano superior (Formação de Bica) na época da sua exploração arqueológica, em Novembro de 1959. Arquivo de João Luís Cardoso / Octávio da Veiga Ferreira.

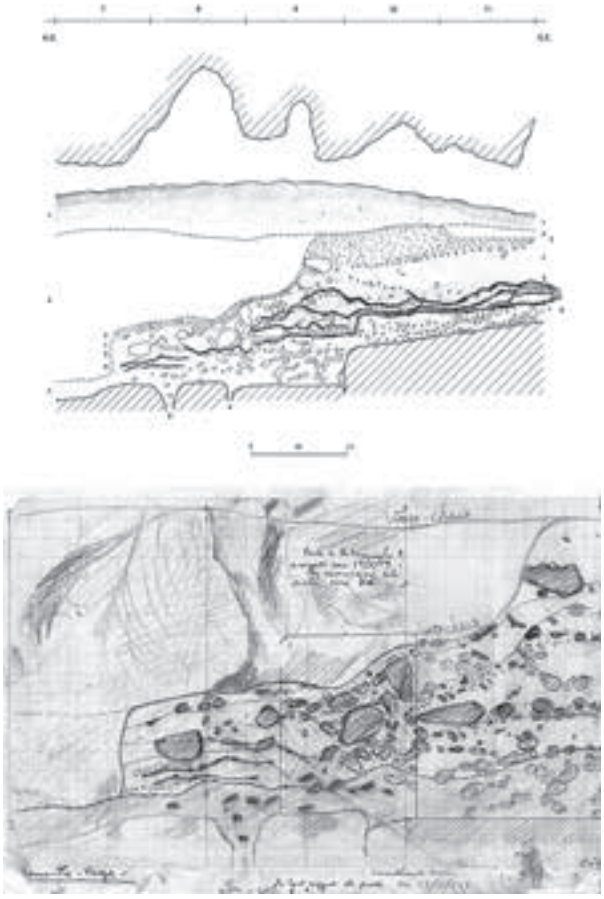


Fig. 40 – Corte estratigráfico registado na gruta das Salemas, conforme foi publicado (em cima) e desenho original de parte do mesmo (em baixo), da autoria de J. Camarate França e O. da Veiga Ferreira. Arquivo de João Luís Cardoso / Octávio da Veiga Ferreira.

descoberta – uma das mais importantes estações do Paleolítico Superior até hoje exploradas em Portugal, constituindo, provavelmente, abrigo logístico de grupos de caçadores que exploravam os relevos calcários dominantes da região – motivou Veiga Ferreira a apresentar, em 1962, a primeira síntese sobre o Solutrense em Portugal, onde publicou materiais que, até então, tinham passado despercebidos, misturados nas colecções com espólios mais modernos. Foi o caso da belíssima ponta solutrense das grutas do Poço Velho (Cascais), então por si identificada, nas colecções conservadas no Museu dos Serviços Geológicos de Portugal.

Três anos depois da exploração das Salemas, um tiro de pedreira pôs a descoberto uma gruta, até então desconhecida: trata-se da Gruta Nova da Columbeira, Bombarral (Fig. 42).

As escavações que ali dirigiu, logo depois da descoberta, de novo com Camarate França, iniciaram-se a 20 de Agosto de 1962 (Fig. 43), com o apoio de um grupo local de arqueologia, constituído por Jorge de Almeida Monteiro, Vasco Cortes, Joaquim Maurício e Antero Furtado, e evidenciaram notável sequência ocupacional mustierense (Fig. 44), com abundantes indústrias líticas, representadas por vários milhares de artefactos, faunas e um dente decidual de neandertal, o primeiro que se descobriu em território português, publicado em 1965 por Denise Ferembach. As datas de radiocarbono que ulteriormente foram obtidas no laboratório de Saclay, constituíram o primeiro indício de modernidade para os últimos Neandertais ibéricos, concussão que tem vindo a ser complementada e precisada por via de outras datações, entretanto obtidas em diversas grutas

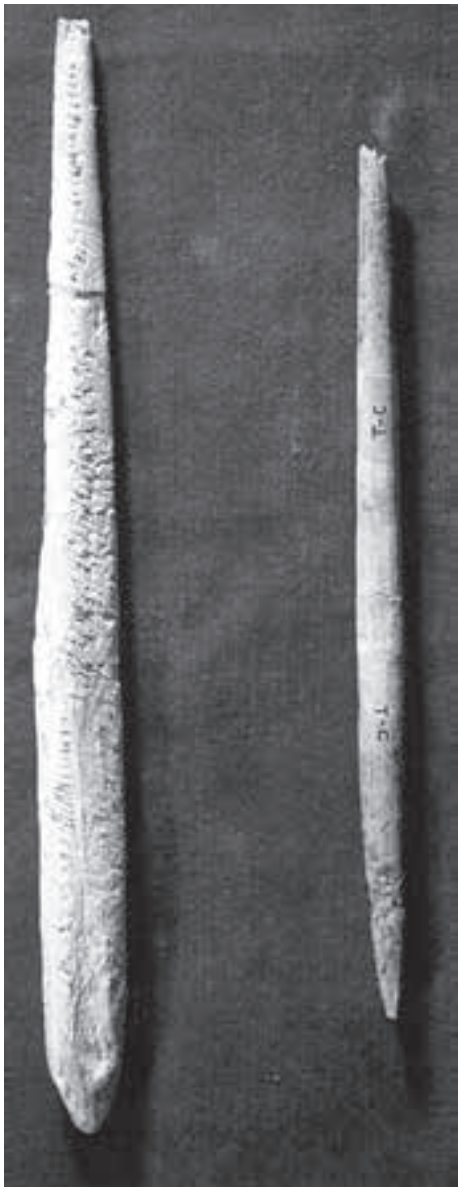


Fig. 41 – Duas zagaias de osso, provenientes dos níveis do Paleolítico Superior da gruta das Salemas, recolhidas no decurso das escavações ali realizadas por J. Camarate França e O. da Veiga Ferreira, a da esquerda executada em osso peniano de urso, com o comprimento de 17,8 cm. Arquivo de João Luís Cardoso / Octávio da Veiga Ferreira.



Fig. 42 – Vista da entrada da Gruta Nova da Columbeira, obtida no decurso das escavações, onde se montou dispositivo para a crivagem das terras saídas da escavação. Arquivo de João Luís Cardoso / Octávio da Veiga Ferreira.



Fig. 43 – Vista do interior da Gruta Nova da Columbeira, no decurso das escavações ali efectuadas em 1962. Arquivo de João Luís Cardoso / Octávio da Veiga Ferreira.

do sul peninsular. Da Columbeira, viria a publicar artigo intitulado "O mais importante nível de ocupação do caçador neandertal da Gruta Nova da Columbeira", inserido no volume de homenagem ao seu Mestre e companheiro de sempre, e também seu compadre, pois que era padrinho dos seus dois filhos, o Doutor Georges Zbiyszewski.

Os notáveis resultados obtidos nas grutas de Salemas e da Columbeira, chegariam para colocar Veiga Ferreira entre um dos arqueólogos mais importantes no âmbito dos estudos paleolíticos em Portugal.

Mais tarde, na Lapa da Rainha, Vimeiro (1968), com Jean Roche e Manuel Farinha dos Santos (Fig. 45), voltou a identificar uma ocupação do Paleolítico Superior, alternando o homem, como na Gruta Nova da Columbeira, a frequência da gruta com carnívoros, cuja presença se encontrava evidenciada através de um nível particularmente rico em coprólitos de hiena.

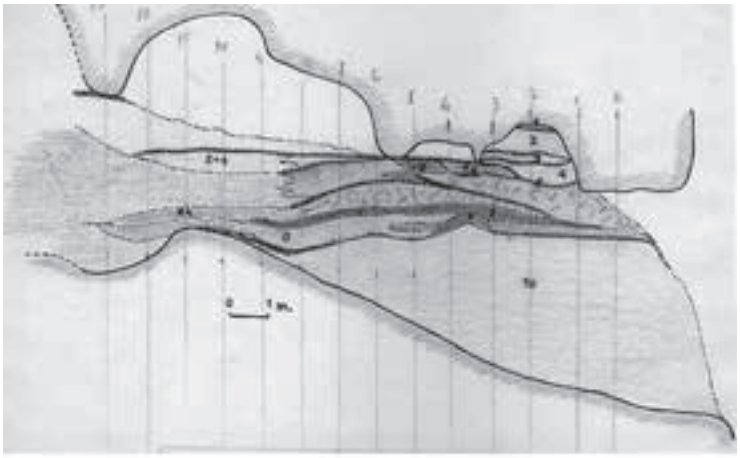
Em 1963, torna-se membro do Instituto Arqueológico Alemão (Fig. 46), em resultado da importante e, como sempre, desinteressada colaboração prestada a Georg e Vera Leisner, sucedida pela que, entretanto, viera a estabelecer com outro eminente arqueólogo alemão, então ainda no início da carreira, Hermanfrid Schubart. Acentuava-se, então, o seu gosto pelo estudo do Calcolítico e, em particular, pelo campaniforme, que doravante constituirá um dos temas recorrentes da sua actividade, mas que já desde 1954 o interessava, ano em que publicou o primeiro trabalho de síntese sobre o tema.

O assinalável volume de informação acumulada permitiu-lhe, com efeito, elaborar um estudo de fôlego de natureza monográfica, que apresentará em 1965, na Universidade de Paris, para a obtenção do grau de "Docteur de l'Université de Paris" com a tese intitulada "La Culture do Vase Campaniforme au Portugal", a qual veio a constituir importante Memória dos Serviços Geológicos de Portugal publicada em 1966.

Importa sublinhar que este título académico, hoje em dia extinto, representava uma distinção, da parte da Universidade que o outorgava, homenageando quem, por trabalhos científicos, se havia destacado, sem prejuízo da obrigatoriedade de submissão de dois trabalhos originais a um Júri, os quais eram discutidos em acto público solene. A segunda tese versou sobre os Pectinídeos miocénicos de Portugal, reunindo muita informação entretanto por si publicada.

No caso de Veiga Ferreira, a possibilidade da inscrição deste tema, na Universidade de Paris, resultou da sua colaboração institucional, sempre impecável, mesmo muito para além daquilo a que estava obrigado, que dispensou a Jean Roche, no âmbito da investigação dos concheiros mesolíticos de Muge, o qual, por esta via, se destacou justamente no meio científico internacional.

Com efeito, importa sublinhar que, em resultado dos trabalhos ali conduzidos desde o século XIX, Muge constitui um dos três mais notáveis conjuntos mesolíticos europeus, com os seus mais de trezentos indivíduos inumados. Esta oportunidade de valorização foi propiciada por outro acontecimento: em 1961, vem a Portugal o eminente paleontólogo francês Jean Piveteau, interessado na observação dos depósitos miocénicos do baixo Tejo. Guiado por Georges Zbyszewski e por Veiga Ferreira, rapidamente terá reconhecido neste as suas ímpares qualidades pessoais, de observação, e de investigação. Obtido o patro-



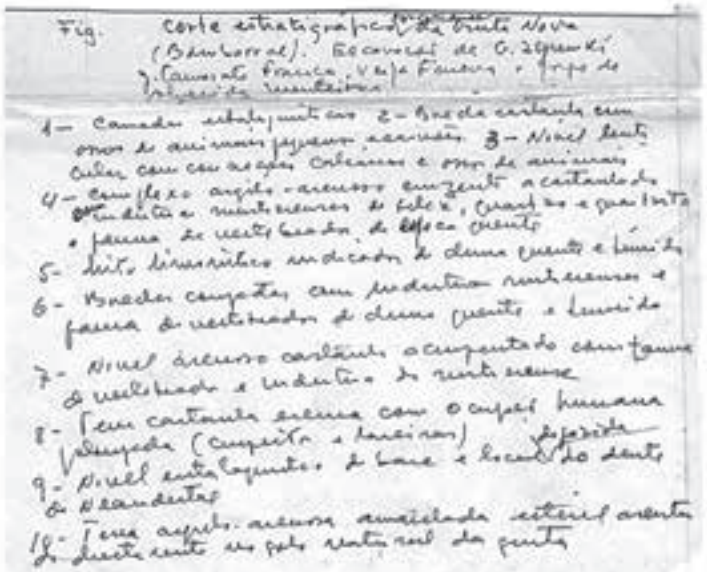


Fig. 44 – Corte estratigráfico dos depósitos do Mustierense identificados na Gruta Nova da Columbeira e respectiva descrição, realizada por O. da Veiga Ferreira. Arquivo de João Luís Cardoso / Octávio da Veiga Ferreira.



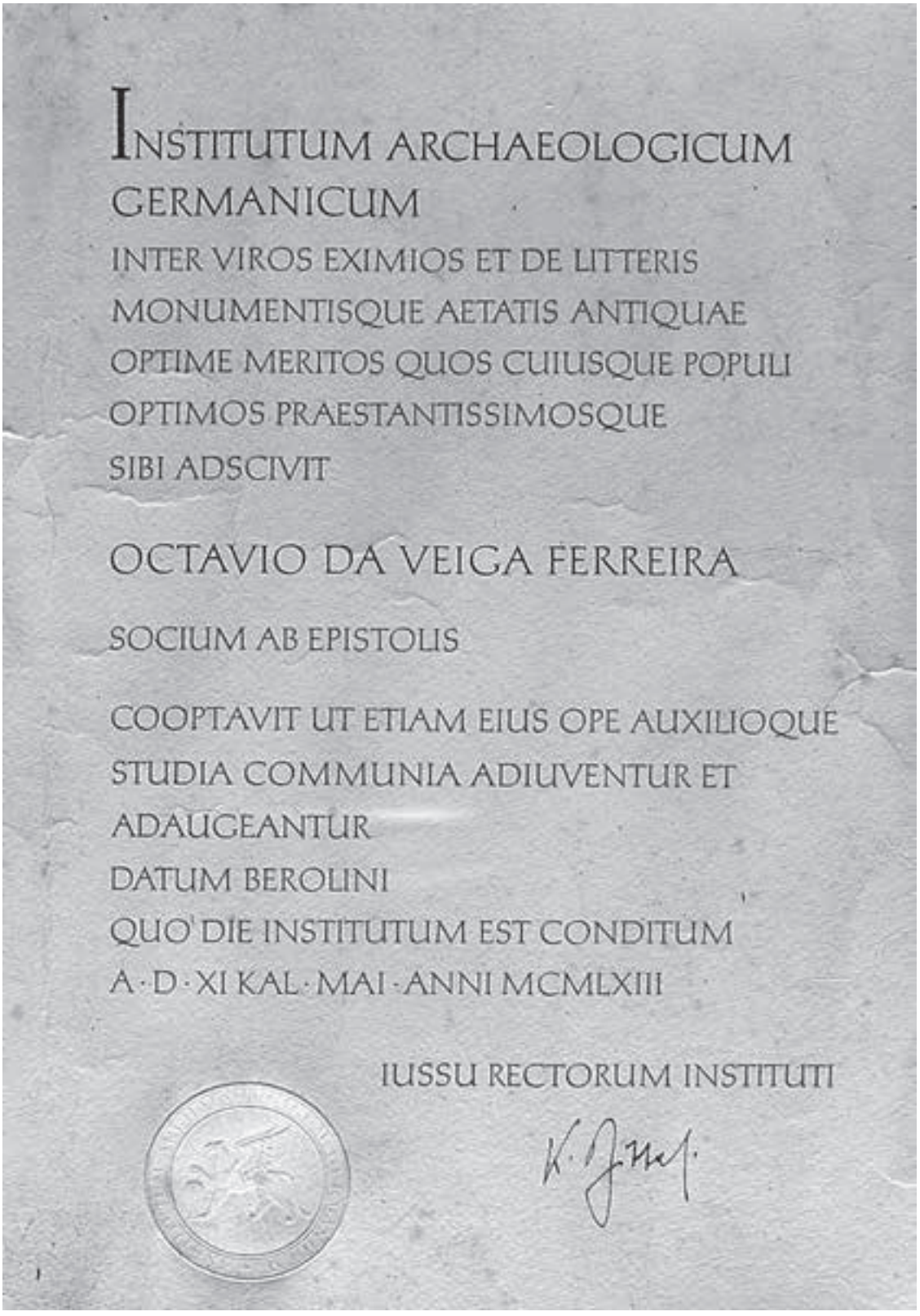
Fig. 45 – Vista parcial das escavações realizadas na Lapa da Rainha, Vimeiro, em 1968, observando-se, de boné, O. da Veiga Ferreira e, diante dele, desmontando o depósito plistocénico, M. Farinha dos Santos. Arquivo de João Luís Cardoso / Octávio da Veiga Ferreira.

cínio de Jean Roche para a concessão de uma bolsa por parte do Governo Francês, Piveteau aceita constituir-se como seu "patron de thèse", em 1964. Neste ano e no próximo, participou em escavações na gruta do Placard, Charente, dirigidas por Jean Roche (Fig. 47), analisou materiais arqueológicos de diversos Museus da capital francesa, com interesse comparativo com espólios portugueses (Fig. 48), e visitou as mais notáveis grutas francesas com arte parietal paleolítica, como Pech-Merle, Les Combarelles, Font-de-Gaume, deslocando-se numa roulotte e aproveitando as férias não gozadas nos anos antecedentes. Importa, com efeito, sublinhar, que, em nenhum momento, foi concedido, por parte dos Serviços Geológicos, quaisquer facilidades a Veiga Ferreira, no âmbito da sua valorização científica: nada ficou a dever à Instituição, a que prestou, ao contrário, tantos e tão relevantes serviços!

A 11 de Maio de 1965, doutorou-se perante júri constituído pelos Professores J. Piveteau, G. Lucas, Genet-Varcin e J. Roche, apresentando cuidado *corpus* sobre as ocorrências de estações e materiais campaniformes então conhecidos em Portugal, que mantém, como se disse, grande interesse documental (Figs. 49, 50).

Veiga Ferreira, mercê do esforço pessoal que desenvolveu, viu reconhecido internacionalmente o seu mérito, situação que lhe permitiu o desenvolvimento de contactos pessoais com muitos eminentes pré-historiadores, por si sempre cordialmente acolhidos no Museu dos Serviços Geológicos de Portugal, como se encontra abundantemente comprovado pela sua correspondência, publicada na segunda parte deste volume. A fidelidade das suas amizades e a gratidão para com aqueles que, um dia, o tinham ajudado, encontra-se, aliás, espelhada nas memórias necrológicas que dedicou a Joaquim Fontes (1971), que em 1948 o propôs para a Associação dos Arqueólogos Portugueses, Abel Viana (1964), Afonso do Paço (1968 e 1970) e Maxime Vaultier (1970). O seu antigo Mestre A. Mendes Corrêa, a quem deveu apoios financeiros para realizar diversos trabalhos, acolhendo-o como investigador no Centro de Estudos de Etnologia Peninsular do Instituto de Alta Cultura, não foi também esquecido.

A ele dedica a sua tese de doutoramento quando já nada, a não ser a sua consciência, o obrigava a fazê-lo.


INSTITUTUM ARCHAEOLOGICUM
GERMANICUM
INTER VIROS EXIMIOS ET DE LITTERIS
MONUMENTISQUE AETATIS ANTIQUAE
OPTIME MERITOS QUOS CUIUSQUE POPULI
OPTIMOS PRAESTANTISSIMOSQUE
SIBI ADSCIVIT

OCTAVIO DA VEIGA FERREIRA

SOCIUM AB EPISTOLIS

COOPTAVIT UT ETIAM EIUS OPE AUXILIOQUE
STUDIA COMMUNIA ADIUVENTUR ET
ADAUGEANTUR
DATUM BEROLINI
QUO DIE INSTITUTUM EST CONDITUM
A·D·XI KAL·MAI·ANNI MCMLXIII

IUSSU RECTORUM INSTITUTI

Fig. 46 – Diploma de Membro Correspondente do Instituto Arqueológico Alemão de Octávio da Veiga Ferreira. Arquivo de João Luís Cardoso / Octávio da Veiga Ferreira.



Fig. 47 – Materiais mustierenses recolhidos por O. da Veiga Ferreira na gruta do Placard, Charente. Fotografias de João Luís Cardoso. Arquivo de João Luís Cardoso / Octávio da Veiga Ferreira.

A ligação a Oeiras, vila onde viveu entre a década de 1950 e 1962, habitando moradia da Rua José Diogo da Silva, manifestou-se por comunicação apresentada ao XXVI Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências, reunido em Junho de 1962, em co-autoria com a sua filha Seomara, intitulada "Algumas notas histórico-arqueológicas sobre Oeiras", onde se revêm algumas descobertas arqueológicas e se dão a conhecer outras, entre as quais a cabeça de mármore sacaróide hoje reaproveitada numa fonte decorativa do jardim municipal.

Nos Serviços Geológicos, que considerava a sua segunda casa, a substituição do Eng. António de Castello Branco, no início da década de 1960, que reconhecia em Veiga Ferreira ímpares qualidades de trabalho, foi sentida como a perda de um protector ao labor arqueológico que ali vinha desenvolvendo. Prova da amizade que o unia ao seu antigo Director, foi a colaboração científica, que com ele manteve. Assim, aquando do exer-

cício cargo de Vice-Presidente da Câmara Municipal de Cascais, na viragem da década de 1960, Veiga Ferreira foi por este convidado a intervir na exploração da villa romana da Areia, onde pôs a descoberto importantes estruturas arqueológicas, de cuja recuperação depois se encarregou, publicando, com o seu antigo chefe, em 1971, os resultados alcançados (Fig. 51). Desta realidade, nos dão José d'Encarnação e Guilherme Cardoso, neste volume, interessantes testemunhos.

Assim, no seu local de trabalho, apenas interessaria, doravante, desenvolver trabalhos sobre o Paleolítico, por ser a temática mais directamente ligada à Geologia do Quaternário. Tais directivas, que nunca passaram a escrito, poderiam ter resultado, com efeito, de pressões externas sobre o novo chefe. Com efeito, o substituto do Eng. António de Castello Branco viria a ser o Eng. Fernando Moitinho de Almeida, que, ao contrário daquele, jamais viria a ser designado como Director da Instituição, mas apenas como seu Engenheiro-Chefe. Uma situação de fraqueza, que lhe conferia alguma limitação de poderes. Nada que impedisse, porém, os desígnios de Veiga Ferreira, que continuou a trabalhar afincadamente.

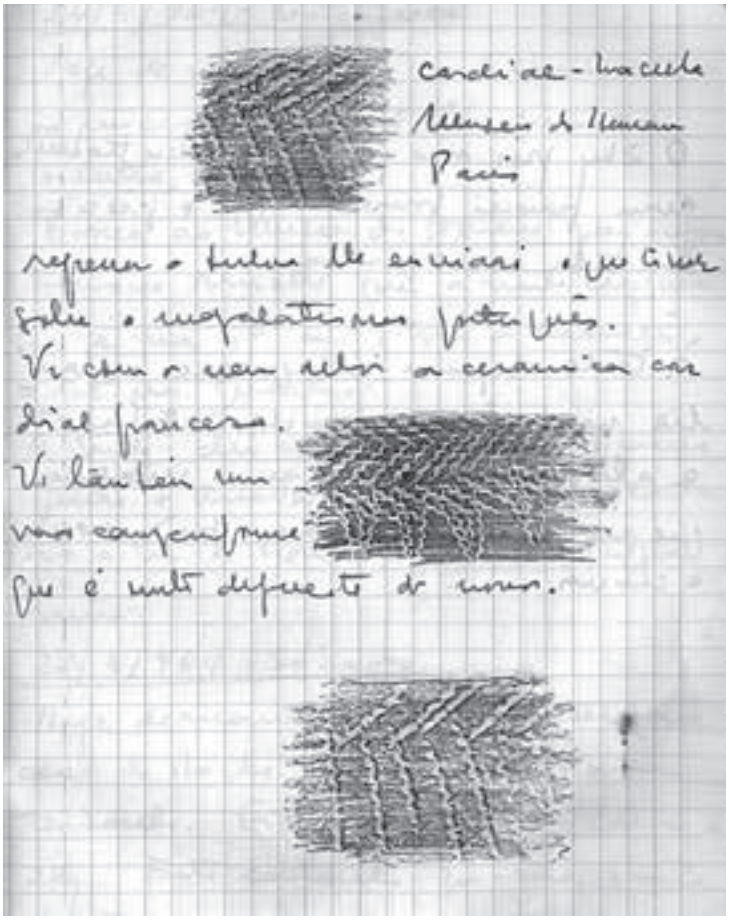


Fig. 48 – Página do caderno de campo de O. da Veiga Ferreira, com decalques de vasos com decoração cardial, observados em Paris, no Musée de l 'Homme, de interesse comparativo com exemplares portugueses. Arquivo de João Luís Cardoso / Octávio da Veiga Ferreira.

A prática de escavação de grutas, consolidada em França, sob a orientação de Jean Roche, na gruta do Placard, depois da exploração das Salemas e da Gruta Nova da Columbeira, prosseguiu ao longo da segunda metade da década de 1960. Com elementos que haviam participado na escavação da Gruta Nova da Columbeira, pertencentes ao Museu do Bombarral, orientou explorações e, depois, a publicação dos materiais da gruta das Pulgas, e da Lapa do Suão, utilizadas como necrópoles. A exploração de grutas naturais, utilizadas como necrópoles no decurso do Neolítico e do Calcolítico, teve a sua expressão mais importante nas intervenções realizadas em 1966 e 1967 na Lapa do Bugio (Azóia, Sesimbra) (Figs. 52, 53), em companhia do seu amigo Rafael Monteiro, onde recuperaram materiais notáveis, como a célebre placa de xisto com representação do ídolo antropomórfico almeriense na sua parte central (Fig. 54). No final da escavação, a gruta mostrava ter sido aproveitada para a instalação de uma extensa necrópole, encontrando-se as deposições funerárias, em decúbito dorsal ou lateral, separadas por pequenas lajes.

Data também desta época o registo apressado, no seu caderno de campo, do dispositivo defensivo observado à superfície do terreno no povoado calcolítico de Outeiro Redondo (Sesimbra), identificado pouco antes por Gustavo Marques, que, contudo, não menciona as referidas estruturas na curta nota por si publicada em


UNIVERSITÉ DE PARIS

NOUS, Doyen & Professeurs de la Faculté des Sciences

Vu l'article 13 du décret du 21 juillet 1897,

Vu la délibération, en date du 28 mars 1898, du Conseil de l'Université de Paris & l'arrêté ministériel du 1er avril 1898 approuvant cette délibération,

Après avoir constaté que Monsieur Ferreira Octavio né à Lisbonne (Portugal) le 28 mars 1913 a rempli toutes les conditions exigées par les règlements, l'avons admis à présenter & soutenir une thèse sur

La schiste du massif carbonifère du Portugal

Et, attendu qu'il a subi cette épreuve avec succès, l'avons déclaré digne du titre de Docteur de l'Université de Paris.

Paris, le 17 Mai 1913

Le Doyen,

Les Membres du Jury,

NOUS, Président du Conseil de l'Université de Paris, vu la déclaration ci-dessus, conférons à Mr Ferreira Octavio le titre de Docteur de l'Université de Paris & lui délivrons le présent diplôme.

Paris, en Sorbonne, le 5 MAI 1913

Fig. 49 – Diploma de "Docteur de l Université de Paris" de Octávio da Veiga Ferreira.
Arquivo de João Luís Cardoso / Octávio da Veiga Ferreira.

1967. Foi, pois, Veiga Ferreira o primeiro a ter dado conta e a registar as mesmas, ainda que através de apressado esboço, recentemente confirmado, nos seus traços gerais, pelas escavações ali conduzidas pelo signatário entre 2005 e 2007 e, depois, entre 2013 e 2016.

Com H. Schubart, V. Leisner, A. do Paço e L. Trindade publicou, em 1964, o primeiro estudo monográfico sobre o célebre povoado fortificado calcolítico do Zambujal, viabilizando, deste modo, o sucesso do pedido de autorização solicitado nesse mesmo ano pelo Instituto Arqueológico Alemão para a realização de escavações, conforme elucida Hermanfrid Schubart, no artigo que publica neste volume. Esta e outras colaborações, já anteriormente prestadas a G. e V. Leisner, justificaram a sua nomeação como Membro Correspondente do Instituto Arqueológico Alemão, a 11 de Maio de 1963. Com este eminente arqueólogo alemão e J. de Almeida Monteiro apresentou, em 1969, notícia preliminar sobre o promissor povoado calcolítico fortificado da Columbeira, identificado por Leite de Vasconcelos, o qual só não foi então alvo de escavações mais aprofundadas, como depois viria a acontecer, na década de 1990, por iniciativa de J. L. M. Gonçalves, por, entretanto, se terem tornado prioritárias, para o Instituto Arqueológico Alemão, as investigações no Zambujal, as quais, sob direcção de E. Sangmeister e H. Schubart, se estenderam entre 1964 e 1973.



THÈSES

PRÉSENTÉES À LA

FACULTÉ DES SCIENCES DE L'UNIVERSITÉ DE PARIS

POUR OBTENIR

Le Titre de Docteur d'Université

PAR

OCTÁVIO FERREIRA

1re THÈSE — LA CULTURE DU VASE CAMPANIFORME AU PORTUGAL

2e THÈSE — PROPOSITIONS DONNÉES PAR LA FACULTÉ — LES PICTOGRAPHES RUPESTRES DU PORTUGAL MÉRIDIONAL

Soutenues le 11 Mai 1965 devant la Commission d'examen

M. J. PIVETEAU Président

M. G. LUCAS
Mme. GENET-VARCIN
M. J. ROCHE
Examinateurs

LISBONNE
1966

Fig. 50 – Capa da tese de "Doctorat de l Université de Paris" defendida na Sorbonne, em 11 de Maio de 1965, por Octávio da Veiga Ferreira. Arquivo de João Luís Cardoso / Octávio da Veiga Ferreira.



Fig. 51 – O. da Veiga Ferreira, fotografado no decurso das escavações das ruínas romanas de Areia, Cascais, em 1971. Arquivo de João Luís Cardoso / Octávio da Veiga Ferreira.



Fig. 52 – O. da Veiga Ferreira, fotografado em tronco nú, com Rafael Monteiro, à sua esquerda, e outros colaboradores, no decurso das escavações da Lapa do Bugio (Sesimbra). Arquivo de João Luís Cardoso / Octávio da Veiga Ferreira.

Com o seu Amigo Vítor Guerra, Director do Museu da Figueira da Foz, publicou o inventário dos monumentos megalíticos daquela região (1968/70), a que se sucedeu o inventário das estações da Idade do Ferro dos arredores da Figueira da Foz, apresentado ao II Congresso Nacional de Arqueologia, reunido em Coimbra em 1970.

No final da década de 1960 estabeleceu, para além dos já mencionados, profícua relação com outros arqueólogos estrangeiros de renome, expressa, como sempre, através de trabalhos publicados em co-autoria. Com Jean Guilaine deu à estampa, em 1970, o primeiro estudo de síntese sobre o Neolítico Antigo do território português, na sequência de uma comunicação sobre os vasos decorados em "falsa folha de acácia", apresentada no ano anterior, e da descoberta e apresentação preliminar do notável conjunto cerâmico do Neolítico Antigo de Cabranosa, Sagres, nesse mesmo ano de 1970, já incluída no célebre artigo dedicado ao Neolítico Antigo do território português, nesse mesmo ano publicado em colaboração com Jean Guilaine.

Com Ignacio Barandiarán, que também não quis deixar de apresentar nesta ocasião, uma evocação pessoal, publicou, em 1971, outro estudo inovador, até pelas dúvidas que persistiam então sobre a autenticidade de indústrias ósseas do Paleolítico Médio. Assim, o trabalho acerca dos ossos trabalhados do Paleolítico Inferior e Médio das estações portuguesas merece ser justamente destacado a nível internacional.



Fig. 53 – Minuta da planta da necrópole pré-histórica explorada na Lapa do Bugio, no final da primeira campanha de escavações, em Junho de 1966, levantada por O. da Veiga Ferreira, com a colaboração de Rafael Monteiro. Arquivo de João Luís Cardoso / Octávio da Veiga Ferreira.

No início da década de 1970 retomou a colaboração com arqueólogos alemães, procedendo a trabalhos de campo, com K. Spindler, então colocado em Mainz, em Pai Mogo (Lourinhã), onde escavaram, em Outubro de 1971, notável *tholos* calcolítico, primorosamente publicado, em Português, em 1973. Note-se que o artigo em Alemão, vindo a lume em 1972, apenas se encontra assinado por K. Spindler e G. Gallay, corporizando uma relação desigual, também verificada noutros casos, com os seus colegas portugueses, ainda que mitigada pela associação dos seus nomes nas publicações nacionais.

Com o referido arqueólogo alemão, explorou primorosamente, em finais de 1972, o célebre monumento funerário da Roça do Casal do Meio (Sesimbra) (Fig. 55), onde identificam duas tumulações masculinas do Bronze Final. Tão estranha se afigura esta construção, sem paralelo no quadro do Bronze Final peninsular, que é legítima a dúvida de ser estrutura dessa época, evocando as últimas *tholoi* micénicas. Em alternativa, é legítima a hipótese de corresponder a reutilização de monumento calcolítico, dos diversos do mesmo tipo existentes na região, do qual, contudo nenhum espólio se conservou, a qual, se nos afigura mais provável. Ainda

com Konrad Spindler procedeu à publicação de materiais inéditos, guardados nos Serviços Geológicos desde o século XIX, oriundos da gruta do Carvalhal de Turquel, de que se salienta notável vaso cerâmico representando suídeo, dado a conhecer por Émile Cartailhac em 1886. O último trabalho que partilhou com este arqueólogo, foi a escavação de pequeno dólmen primitivo, situado perto de Cabeção, Mora, publicado em 1981. Data dessa época a foto onde Konrad Spindler aparece ao lado de Georges Zbyszewski e de O. da Veiga Ferreira, junto à anta-capela situada no centro da povoação de Pavia (Fig. 56).

A sua curiosidade, sempre desperta, proporciona-lhe, no decurso dos levantamentos geológicos, descobertas inesperadas e, por vezes, de grande relevância. Foi o caso da identificação, conjuntamente com Georges Zbyszewski, dos fornos romanos da Herdade do Pinheiro (Grândola) (Fig. 57), que foram objecto de uma nota publicada em 1971, por ambos, com Fernando de Almeida (o qual, segundo declarou um dia G. Zbyszewski ao signatário, nada mais acrescentou à minuta do artigo que lhe foi entregue que o seu próprio nome, por si colocado à frente dos que realmente o redigiram...). Esta estação veio, depois, a ser objecto de prolongadas explorações, pela Missão Arqueológica Franco-Portuguesa, dirigida por Françoise Mayet e C. Tavares da Silva, em 1998, que deram origem a importante monografia, publicada em 1998.

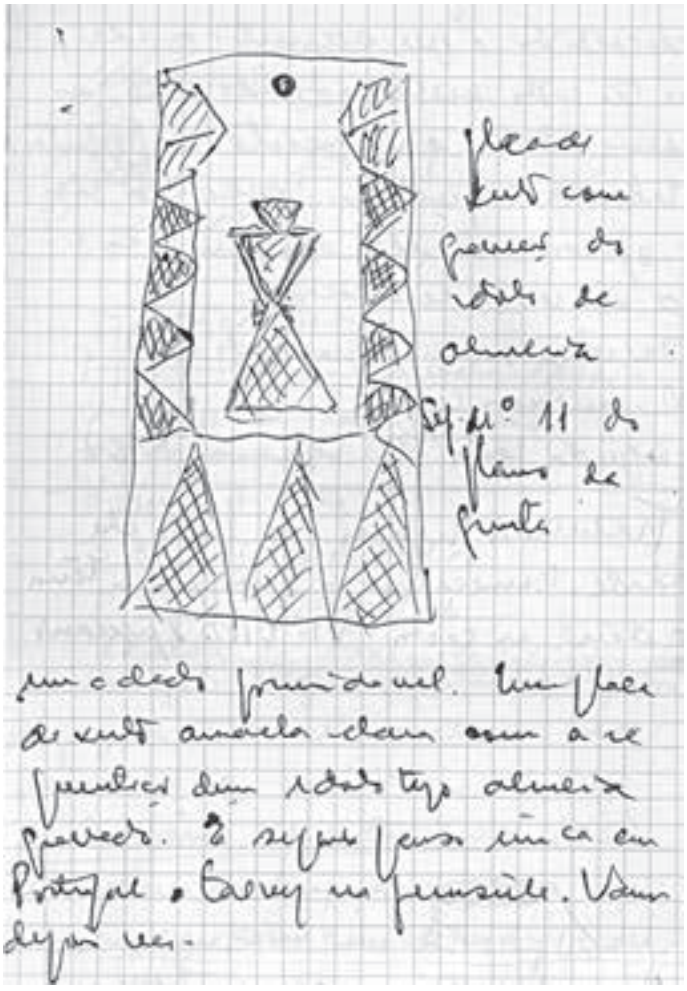


Fig. 54 – Esboço realizado por O. da Veiga Ferreira, no seu caderno de campo, da notável placa de xisto com a representação antropomórfica do ídolo almeriense, recolhida no decurso da segunda campanha de escavações na Lapa do Bugio, realizada em Setembro de 1967. Arquivo de João Luís Cardoso / Octávio da Veiga Ferreira.

Nos inícios da década de 1970, Veiga Ferreira sofreu alguns dissabores, resultantes da degradação das relações mantidas com Fernando de Almeida, com as inevitáveis consequências daí resultantes. Tal situação foi agravada pela sua maneira impulsiva de ser, a par da sua total e generosa entrega à arqueologia, que nunca ninguém ousou jamais contestar: as suas pesquisas foram sempre feitas por pura paixão, jamais de forma fria ou calculista, pois nem a sua carreira, nem os proventos dela apurados, dependiam dos trabalhos que publicasse neste campo. Os motivos desta separação, nunca esclarecidos em detalhe, mas que creio conhecer nas suas razões mais profundas, por correspondência trocada na época entre ambos, conduziu, em 1973, de forma inglória e sem brilho, ao fim da colaboração leal e exemplar que, por mais de quinze anos, Veiga Ferreira prestou a Fernando de Almeida, tanto na Idanha, em trabalhos de campo e em numerosos artigos que publicaram em co-autoria, como no Museu Nacional de Arqueologia, onde Veiga Ferreira desempenhava gratuitamente, desde 1967, o lugar de conservador-adjunto, imediatamente após início do mandato de Fernando de

Almeida à frente da Instituição (Fig. 58), ou ainda, na Associação dos Arqueólogos Portugueses, em que ocupava o cargo de Vice-Presidente, quando a presidência da mesma era assegurada por Fernando de Almeida (Fig. 59).

Entretanto, o apelo da Arqueologia sobrepôs-se no seu espírito ao desgosto sofrido: ultrapassado rapidamente este, que, para muitos, seria definitivo, soube criar condições para a afirmação, em Lisboa, de uma outra equipa, por si liderada, a qual, para além de G. Zbyszewski, era constituída por profissionais liberais como M. Leitão (médico-cirurgião do Instituto Português de Oncologia), C. T. North (engenheiro da multinacional Ford), J. Norton (economista) e, mais tarde, por C. Penalva e pelo autor destas linhas, ainda estudante do ensino secundário.

Inicia-se, então, a última etapa da vida científica de Veiga Ferreira, não menos produtiva, animada e recheada de bons momentos de convívio, tal como as anteriores, dos quais se guardam gratas recordações.



Fig. 55 – Vista do monumento funerário pré-histórico da Roça do Casal do Meio, Sesimbra, no final das escavações, em Dezembro de 1972. Arquivo de João Luís Cardoso / Octávio da Veiga Ferreira.



Fig. 56 – O. da Veiga Ferreira, Konrad Spindler e Georges Zbyszewski fotografados junto da anta-capela de S. Dionísio, Pavia. À esquerda, o Sr. Serrano, motorista da brigada de campo dos Serviços Geológicos de Portugal. Arquivo de João Luís Cardoso / Octávio da Veiga Ferreira.

Cedo se iniciaram os trabalhos de campo por parte da equipa assim constituída, primeiro de prospecção, de que resultaram numerosos estudos sobre materiais paleolítcos dos vales do Tejo e do Guadiana, bem como a identificação de diversos sítios epipaleolíticos no litoral do Baixo Alentejo, que proporcionaram a recolha de largos milhares de peças, destacando-se, entre todos, uma oficina de preparação de machados mirenses, descoberta a norte de Vila Nova de Milfontes (1971). Na verdade, trata-se de uma importante ocupação sazonal ao longo do litoral, onde, a par de diversas actividades domésticas, eram confeccionados os inúmeros artefactos, nelas utilizadas, com destaque para o tipo designado por "machado mirense", definido por H. Breuil e G. Zbyszewski, na década de 1940, a partir dos primeiros exemplares, recolhidos no litoral adjacente à foz do rio Mira.

Logo a seguir, em Novembro de 1972, executou, quase sozinho, apenas acompanhado do motorista da sua brigada de campo, Manuel Martins, visto a colaboração dos restantes membros da equipa só se verificar ao fim de semana, a escavação do dólmen de Montum (Melides), por si identificado, o qual corria sérios riscos de conservação, em resultado da lavra dos terrenos, realizada mesmo dentro do monumento, e da abertura de um caminho que cortava a mamôa do mesmo. Prova dos cuidados dispensados à escavação e ao registo, é a planta

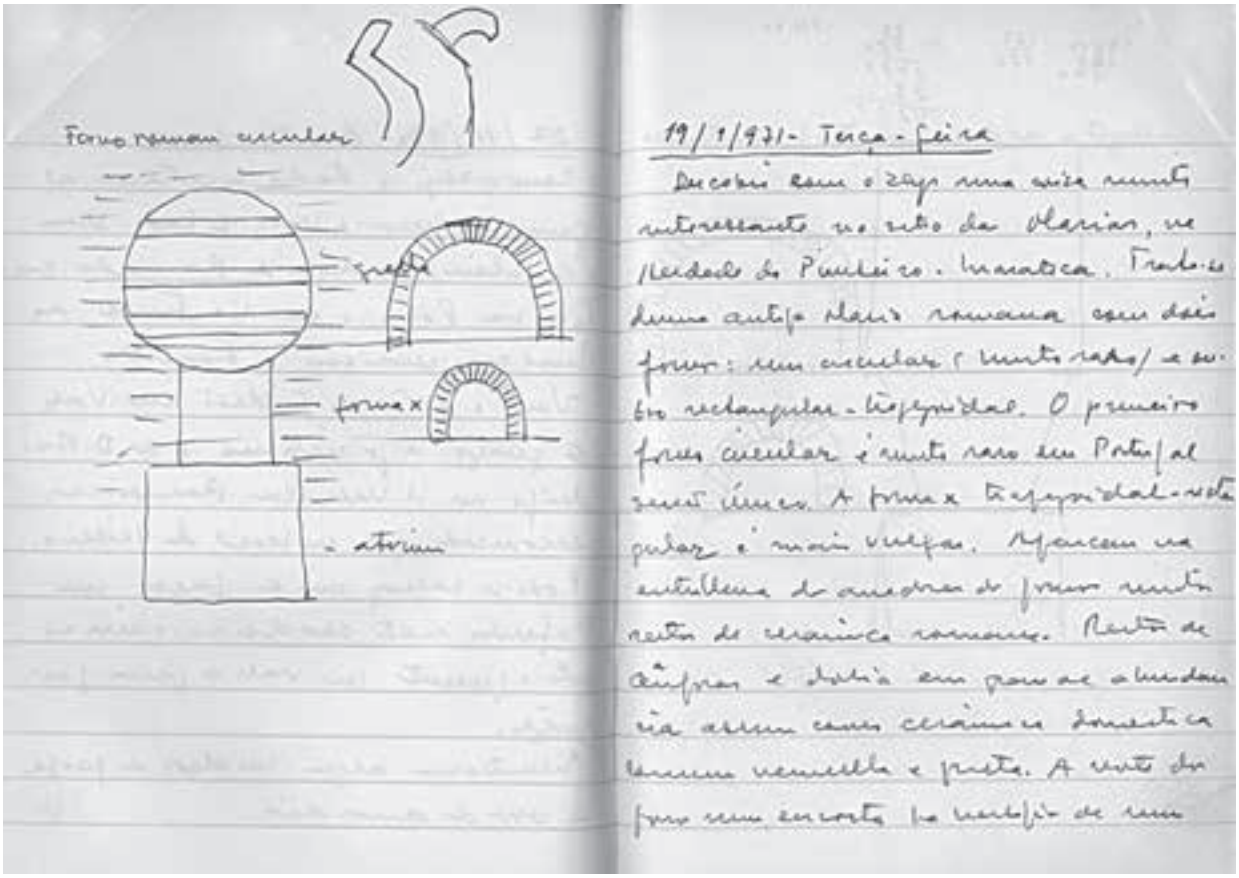


Fig. 57 – Duas páginas do caderno de campo de O. da Veiga Ferreira, de 19/1/1971, relativas á descoberta dos fornos romanos da Herdade do Pinheiro, Grândola, ulteriormente publicados em co-autoria com Fernando de Almeida e Georges Zbyszewski. Arquivo de João Luís Cardoso /Octávio da Veiga Ferreira.

por si elaborada, tendo o cuidado de localizar todo o espólio recolhido no seu interior (Fig. 60). A acusação de que foi alvo por parte de alguns dos participantes no II Colóquio Arqueológico de Setúbal, em Novembro de 1975, face à dispersão do espólio observado nas terras em torno do mesmo, de ter sido a escavação mal conduzida, altura em que o signatário foi o único dos presentes que se insurgiu contra tal processo de intenções, não tinha, pois, fundamento. Com efeito, tanto o interior como o exterior do monumento, depois de escavado, continuou, nos anos seguintes, a sofrer a acção destruidora das lavouras mecânicas, em especial o que restava da mamoa (que não foi escavada, como era usual na época), explicando-se, deste modo, a dispersão do material arqueológico observada à superfície na altura da visita aludida. Um facto facilmente explicável, que serviu de pretexto para, mais uma vez, se procurar atingir a figura científica do arqueólogo, numa altura em que este não se podia defender, até por não ter participado no referido Colóquio. Uma das novidades desta escavação, prontamente publicada nesse mesmo ano de 1975, foi a identificação de duas sepulturas campaniformes de inumação individuais, na câmara dolménica, as quais forneceram um notável conjunto artefactual, inserível numa fase já avançada daquelas produções (Fig. 61).

Ainda em 1972, e com a mesma equipa, explorou a câmara megalítica do Monte Serves (Vila Franca de Xira) (Fig. 62), ainda conservando parte da mamôa, a qual forneceu apenas restos de um indivíduo, desacompanhado de espólio. Trata-se, de monumento de tipo raro na região, só publicado em 2005, com a participação do signatário, antecedendo a re-escavação do monumento, em 2013, na companhia do saudoso amigo Rui Boaventura (Fig. 63).

A 16 de Março de 1973, dirigiu a mesma equipa na escavação do grande dólmen das Pedras Altas, também chamado de Pedras da Granja (Sintra), o qual deu origem a publicação vinda a lume em 1977 (Fig. 64).

Em 1974, efectuou-se a exploração do que restava da gruta natural do Correio-Mor (Loures), seccionada longitudinalmente pela lavra de uma pedreira, onde se vieram a encontrar importantes testemunhos de ocupação, desde o Neolítico Antigo à Idade do Ferro, merecendo destaque um altar calcolítico, constituído por um conjunto diversificado de ídolos de calcário, cuja posição foi reconstituído, em trabalho publicado em 1995.

No final do ano de 1975, explorou-se a gruta natural sepulcral do Lugar do Canto (Alcanena), onde se identificou uma necrópole do Neolítico Médio, cuja planta, posição dos despojos humanos e oferendas funerárias foram cuidadosamente registadas. A importância desta descoberta – tratava-se da primeira vez que esta etapa cultural era cabalmente caracterizada em Portugal, depois da publicação, em 1951, do dólmen 1 do Poço da Gateira (Reguengos de Monsaraz), por Georg e Vera Leisner – justificou a reapreciação da totalidade do espólio, apresentada neste volume, pelo signatário e António Faustino de Carvalho.

A intensa actividade de campo que caracterizou a última fase da actividade científica de O. da Veiga Ferreira prosseguiu, em companhia da mesma equipa, nos anos subsequentes.

Assim, em 1976, a lavra de uma outra pedreira, em Verdelha dos Ruivos (Vila Franca de Xira), pôs a descoberto uma pequena gruta natural, seccionada pela frente da exploração (Fig. 65). De novo se impôs a rápida realização de uma exploração de emergência, a qual evidenciou situação até então desconhecida: a exclusiva utilização funerária de uma gruta no período campaniforme, cujas sucessivas fases de utilização foram cuidadosamente registadas, incluindo o espólio peças auríferas, objecto de uma publicação própria, na prestigiada revista *Zephyrvs*, em 1981. Nessa mesma altura, foi possível identificar, em outro sector da mesma pedreira, um silo pré-histórico escavado nas margas do substrato geológico, forrado interiormente de pequenas lages e com abundantes sementes incarbonizadas de cevada, *Hordeum vulgare*, o qual foi também objecto de publicação na revista *Madrider Mitteilungen*.



Fig. 58 – Octávio da Veiga Ferreira orientando uma visita ao Museu Nacional de Arqueologia, provavelmente em 1969, no âmbito das I Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses. Em segundo plano, observa-se Fernando de Almeida, então Director do referido Museu e Presidente daquela Associação. Arquivo de João Luís Cardoso / Octávio da Veiga Ferreira.



Fig. 59 – Octávio da Veiga Ferreira, intervindo em sessão da Associação dos Arqueólogos Portugueses, presidida pelo Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, General França Borges, tendo a seu lado o Presidente da Associação, Fernando de Almeida, nos finais da década de 1960. Arquivo de João Luís Cardoso / Octávio da Veiga Ferreira.

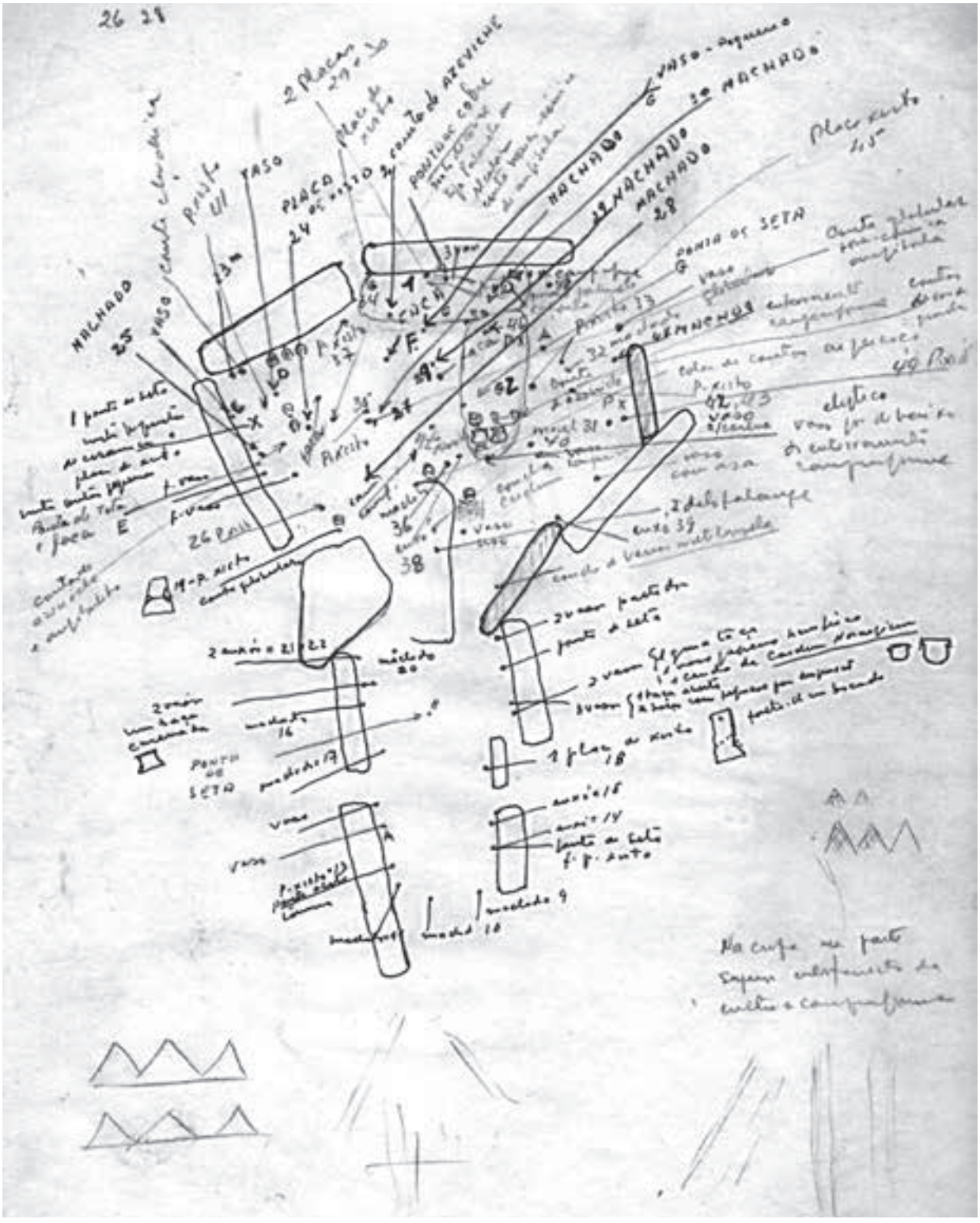


Fig. 60 – Minuta da planta do dólmen de Pedra Branca, Montum, Santiago do Cacém, explorado por O. da Veiga Ferreira e colaboradores, em Novembro de 1972, com a localização do espólio exumado. A qualidade deste registo desmente as acusações de que foi alvo, na sua ausência, por parte de alguns dos participantes no II Colóquio Arqueológico de Setúbal (Novembro de 1975). Arquivo de João Luís Cardoso / Octávio da Veiga Ferreira.



Fig. 61 – Vaso campaniforme recolhido no dólmen de Pedra Branca, Montum, Santiago do Cacém, depois de restaurado pela equipa de O. da Veiga Ferreira. Arquivo de João Luís Cardoso / Octávio da Veiga Ferreira.

Tal realidade ilustra a importância científica que Veiga Ferreira continuava a deter no estrangeiro, apesar da campanha daqueles que, em Portugal, por essa altura, procuraram denegrir a sua obra, bem como a prioridade que continuava a dar aos trabalhos de campo, tanto às prospecções como às escavações arqueológicas (Figs. 66, 67).

No final do ano de 1976, uma deslocação à região de Sagres, permitiu fixar os limites aproximados da já referida estação do Neolítico Antigo de Cabranosa, escavando-se uma estrutura de combustão, associada a restos de conchas cuja datação pelo radiocarbono, publicada entretanto pelo signatário, em trabalho conjunto com António Faustino de Carvalho e José Norton, permitiu situar a estação nos inícios da segunda metade do VI milénio a.C.

Este resultado foi decisivo para a revisão do primeiro modelo de neolitização do território português, apresentado por João Zilhão, que postulava a presença de populações de origem mediterrânea, directamente chegadas, por via marítima, à região do maciço calcário estremenho, onde se localiza a gruta do Caldeirão, por si estudada. A importância científica da estação da Cabranosa, é reforçada pelo notável conjunto de vasos que foi possível reconstituir, alguns deles com decoração cardial (Fig. 68).

A última escavação arqueológica dirigida por Veiga Ferreira efectuou-se em 1978, no *tholos* da Tituaria (Mafra) com uma equipa que, além dos colaboradores habituais, integrou também Pedro Fialho de Sousa e José Medeiros, este último residente naquela localidade (Fig. 69), com a colaboração ocasional de Georges Zbyszewski, Carlos Penalva e do autor destas linhas. A qualidade do trabalho de escavação permitiu pôr a descoberto e registar, no interior da câmara do monumento, a distribuição dos materiais arqueológicos ali depositados como oferendas, com destaque para importante conjunto de artefactos de calcário.

Os testemunhos das mais antigas presenças humanas no território português despertaram-lhe vivo interesse; ao tema dedica diversos estudos, com destaque para o relativo à estação pré-acheulense de Seixosa, em co-autoria, publicado em 1984. Já perto do fim da vida, a questão continuava presente no seu espírito,

aproveitando saídas com o signatário para visitar locais já seus conhecidos e enriquecer a informação disponível sobre esta controversa temática, que, por isso mesmo, lhe aguçava a curiosidade.

Este último período da sua actividade, tão intenso como os anteriores, evidenciado pela existência de alguns estudos que não chegou a publicar, coincidiu com o reconhecimento e aproveitamento pleno das suas capacidades ímpares de comunicador e divulgador, aliando, à experiência de décadas, uma prodigiosa memória.

Assim se explica o êxito de obra de síntese, com várias edições, feita de colaboração com Manuel Leitão "Portugal Pré-histórico: seu enquadramento no Mediterrâneo", publicada em 1981, ilustrada por numerosa documentação até então inédita. A forma desinteressada com que meteu ombros à sua preparação, de que o signatário foi testemunha, em alguns serões passados na sua casa do Bairro da Encarnação, com Manuel Leitão, evidencia-se na introdução dos próprios Autores: "Se o nosso livro aproveitar a alguém, e muito em especial à juventude, isto nos compensará de todas as horas de reflexão e estudo que, com toda a honestidade, dedicámos a esta nova publicação em língua portuguesa". O esforço frutificou: ele aproveitou, não a um, mas a muitos apaixonados ou simples interessados em alargar os seus conhecimentos pelo nosso passado mais longínquo, bem como a milhares de alunos universitários, que então tomavam o primeiro contacto com aquela realidade, ali encontrando informação organizada,

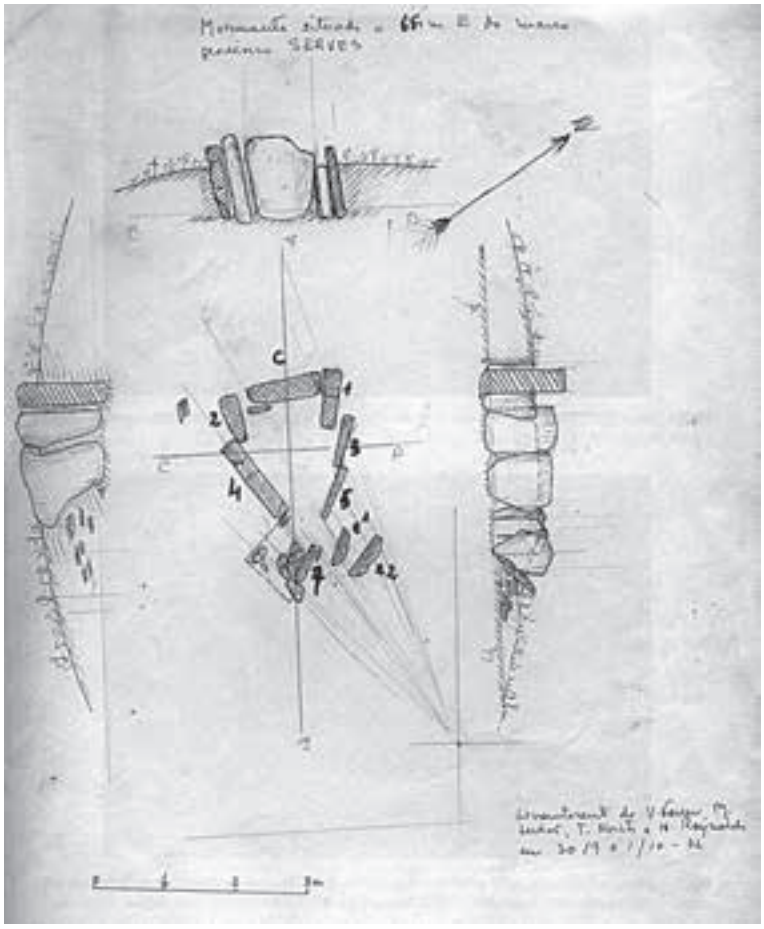


Fig. 62 – Planta e alçados do monumento megalítico do Monte Serves (Vila Franca de Xira), escavado em 1972 sob direcção de O. da Veiga Ferreira. Arquivo de João Luís Cardoso / Octávio da Veiga Ferreira.



Fig. 63 – Monumento megalítico de Monte Serves (Vila Franca de Xira) no decurso da reescavação realizada em 2013 por uma equipa dirigida por Rui Boaventura, precocemente desaparecido.



Fig. 64 – Monumento megalítico de Pedras Altas, ou Pedras da Granja, Sintra, explorado por O. da Veiga Ferreira e colaboradores, em Março de 1973. Arquivo de João Luís Cardoso / Octávio da Veiga Ferreira.



Fig. 65 – Exploração, em 1976, da pequena gruta de Verdelha dos Ruivos, Vila Franca de Xira, posta a descoberto pela exploração de uma pedreira, sob orientação de O. da Veiga Ferreira. Arquivo de João Luís Cardoso / Octávio da Veiga Ferreira.



Fig. 66 – Materiais pessoais de trabalho, no campo e no gabinete, de O. da Veiga Ferreira. Arquivo de João Luís Cardoso / Octávio da Veiga Ferreira.



Fig. 67 – O. da Veiga Ferreira, fotografado no decurso da escavação do monumento megalítico de Monte Serves (Vila Franca de Xira), em 1972, quando realizava a respectiva planta, reproduzida na Fig. 62 deste trabalho. Arquivo de João Luís Cardoso / Octávio da Veiga Ferreira.



Fig. 68 – Vaso do Neolítico Antigo com decoração cardial da estação de Cabranosa, Vila do Bispo, explorada sob orientação de O. da Veiga Ferreira, em 1976. Arquivo de João Luís Cardoso / Octávio da Veiga Ferreira.



Fig. 69 – Em primeiro plano, da esquerda para a direita: Pedro Fialho de Sousa, José Medeiros, Manuel Leitão, O. da Veiga Ferreira, José Norton e Christopher T. North, autores da escavação da *tholos* de Tituaria, Mafra, em 1978, acompanhados por colaboradores ocasionais dos trabalhos em curso, em segundo plano: Carlos Penalva, o signatário e Georges Zbyszewski. Arquivo de João Luís Cardoso / Octávio da Veiga Ferreira.

claramente exposta e de forma acessível, sem barroquismos espúrios que tanto repugnavam ao Mestre, indo ao encontro das necessidades concretas de quem ensaiava ainda os primeiros passos, de cujas dificuldades tinha claramente a percepção.

Com efeito, a capacidade de transmissão de conhecimentos no domínio da Arqueologia, para a qual estava naturalmente preparado, foi despertada pela convivência, na Idanha, com sucessivos grupos de estudantes de Arqueologia da Faculdade de Letras de Lisboa que ali estagiaram, sob sua orientação. Mais tarde, nos inícios da década de 1970, sob a égide do Secretariado para a Juventude do Ministério da Educação Nacional, criou-se o Centro Piloto de Arqueologia; entusiasmado, imediatamente respondeu pela afirmativa ao convite que lhe foi endereçado por António e Salete Salvado, sabendo que só através da educação e formação de todos – e em particular dos jovens – se poderia travar o processo acelerado de destruição do rico património arqueológico português. Tal realidade encontra-se sublinhada por Salete Salvado, no depoimento que se publica no presente volume.

Assim, aos sábados à tarde, eram muito os que acorriam às suas palestras sobre Arqueologia e Pré-História, integradas em dois cursos livres: o de "Introdução à Arqueologia", com duração de um ano lectivo, seguido do de "Especialização em Pré-história" com igual duração. Ali obtiveram os mais interessados – entre os quais o autor destas linhas, nos anos lectivos de 1972/73 e de 1973/74 – uma formação credível e consequente nos domínios em causa, essencialmente prática, valorizada com numerosas saídas de campo, contando-se entre os participantes muitos alunos universitários, designadamente da Faculdade de Letras de Lisboa, que assim colmatavam as lacunas da sua formação académica (Fig. 70).



Fig. 70 – O. da Veiga Ferreira leccionando, em Novembro de 1972, uma aula do curso de Iniciação à Arqueologia, do Centro Piloto de Arqueologia; o signatário é o primeiro, do lado esquerdo da foto. Arquivo de João Luís Cardoso.

A docência e discência, assim livremente assumidas, confirmou a vocação inquestionável de Veiga Ferreira como transmissor, em palavras simples mas sugestivas, do fascínio da investigação arqueológica, contada sempre na primeira pessoa, tal era a riqueza da sua bagagem pessoal e o "saber de experiência feito".

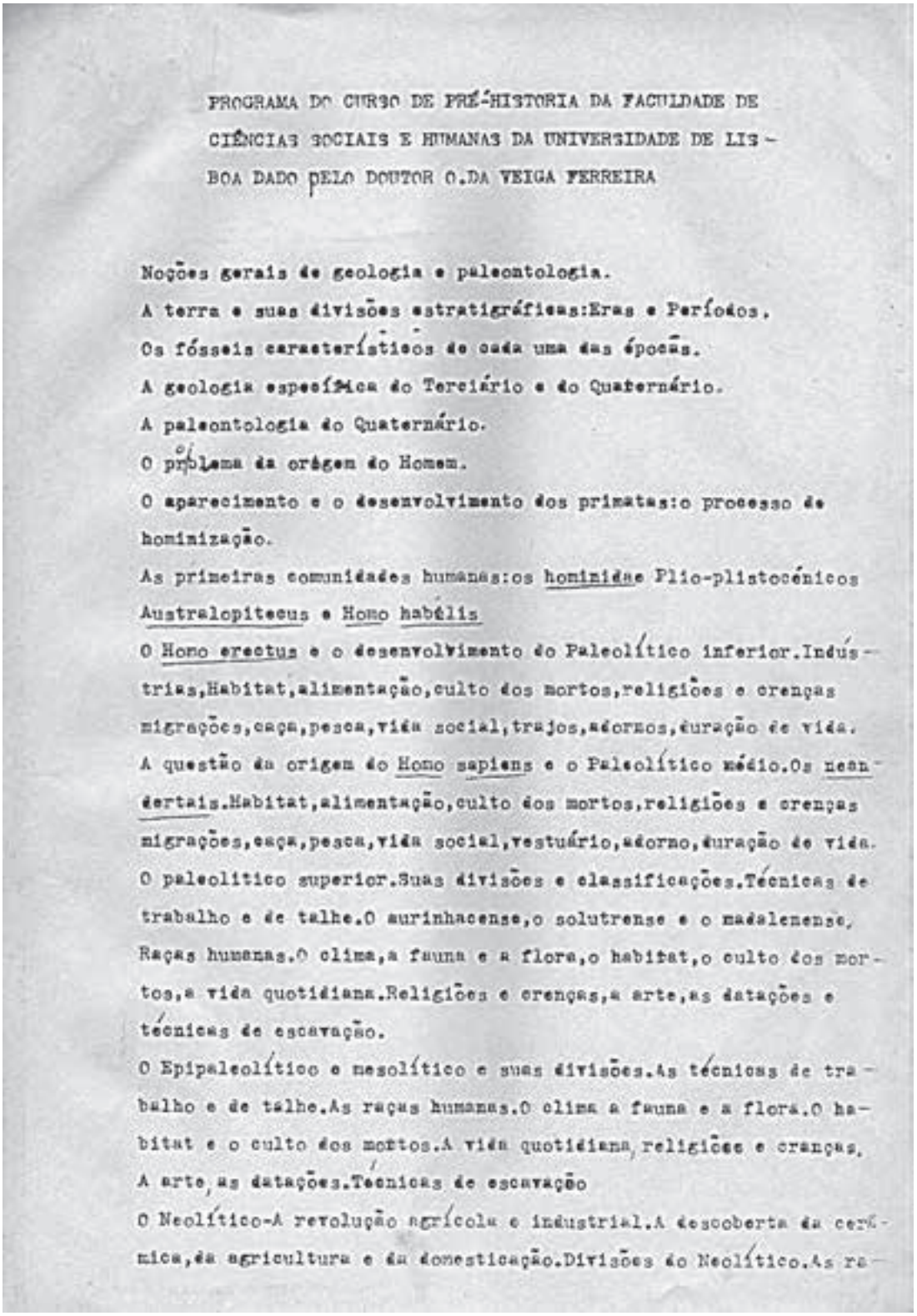
O sucesso justificou a sua contratação, em 1977, como Assistente Convidado para leccionar, na recém-criada Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, a convite do Prof. Doutor A. H. de Oliveira Marques, a disciplina de Pré-História, do curso de História, colaboração que manteve até ao ano da jubilação, em 1987, já como Professor Catedrático Convidado, lugar que ocupava desde 1985, igualmente por proposta apresentada por aquele ilustre historiador (Fig. 71).

Com efeito, o que atraía os alunos a acorrerem às aulas do Mestre (ver depoimento, neste volume, de Carlos Fabião e de António Carvalho) era a forma despojada e despretenciosa, mas apoiada num enorme conhecimento das matérias, feito pelas suas próprias mãos, literalmente, em trabalhos de campo, que considerava indispensáveis à formação superior em Arqueologia (Fig. 72).

Como bem sublinhou Carlos Fabião, seu antigo aluno, a simplicidade da exposição de conceitos, que desde sempre adoptou para com os seus alunos, jovens recém-entrados na Universidade, não deverá ser confundida com incapacidade de exposição de ideias complexas, ou de falta de actualização dos seus conhecimentos.

A comprovar as ímpares qualidades de comunicador de conhecimento, a sua última lição, proferida no final do segundo semestre do ano lectivo de 1986/1987 no anfiteatro da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa teve "casa cheia" (Fig. 73).

Porém, a notável empatia assim naturalmente estabelecida com as mais diversas audiências, foi sentida muito antes, por aqueles que o procuravam naquela que foi por outros designada "Escola dos Serviços Geológicos" onde, às segundas-feiras e sábados de manhã, muitos deram os primeiros passos no campo daquela que viria a ser a sua actividade de todos os dias: sem excepção, ali eram recebidos de maneira acolhedora e despida de quaisquer formalidades, no que era também acompanhado pelo seu Mestre e Amigo, Georges Zbyszewski.



PROGRAMA DO CURSO DE PRÉ-HISTORIA DA FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA DADO PELO DOUTOR O.DA VEIGA FERREIRA

Noções gerais de geologia e paleontologia.
A terra e suas divisões estratigráficas:Eras e Períodos.
Os fósseis característicos de cada uma das épocas.
A geologia específica do Terciário e do Quaternário.
A paleontologia do Quaternário.
O problema da origem do Homem.
O aparecimento e o desenvolvimento dos primatas:o processo de hominização.
As primeiras comunidades humanas:os hominidae Plio-plistocénicos Australopitecus e Homo habélis
O Homo erectus e o desenvolvimento do Paleolítico inferior.Indústrias,Habitat,alimentação,culto dos mortos,religiões e crenças migrações,caça,pesca,vida social,trajos,adornos,duração de vida.
A questão da origem do Homo sapiens e o Paleolítico médio.Os neandertais.Habitat,alimentação,culto dos mortos,religiões e crenças migrações,caça,pesca,vida social,vestuário,adorno,duração de vida.
O paleolitico superior.Suas divisões e classificações.Técnicas de trabalho e de talhe.O aurinhacense,o solutrense e o madalenense,
Raças humanas.O clima,a fauna e a flora,o habitat,o culto dos mortos,a vida quotidiana.Religiões e crenças,a arte,as datações e técnicas de escavação.
O Epipaleolítico e mesolítico e suas divisões.As técnicas de trabalho e de talhe.As raças humanas.O clima a fauna e a flora.O habitat e o culto dos mortos.A vida quotidiana,religiões e crenças,
A arte,as datações.Técnicas de escavação
O Neolítico-A revolução agrícola e industrial.A descoberta da cerâmica,da agricultura e da domesticação.Divisões do Neolítico.As ra-

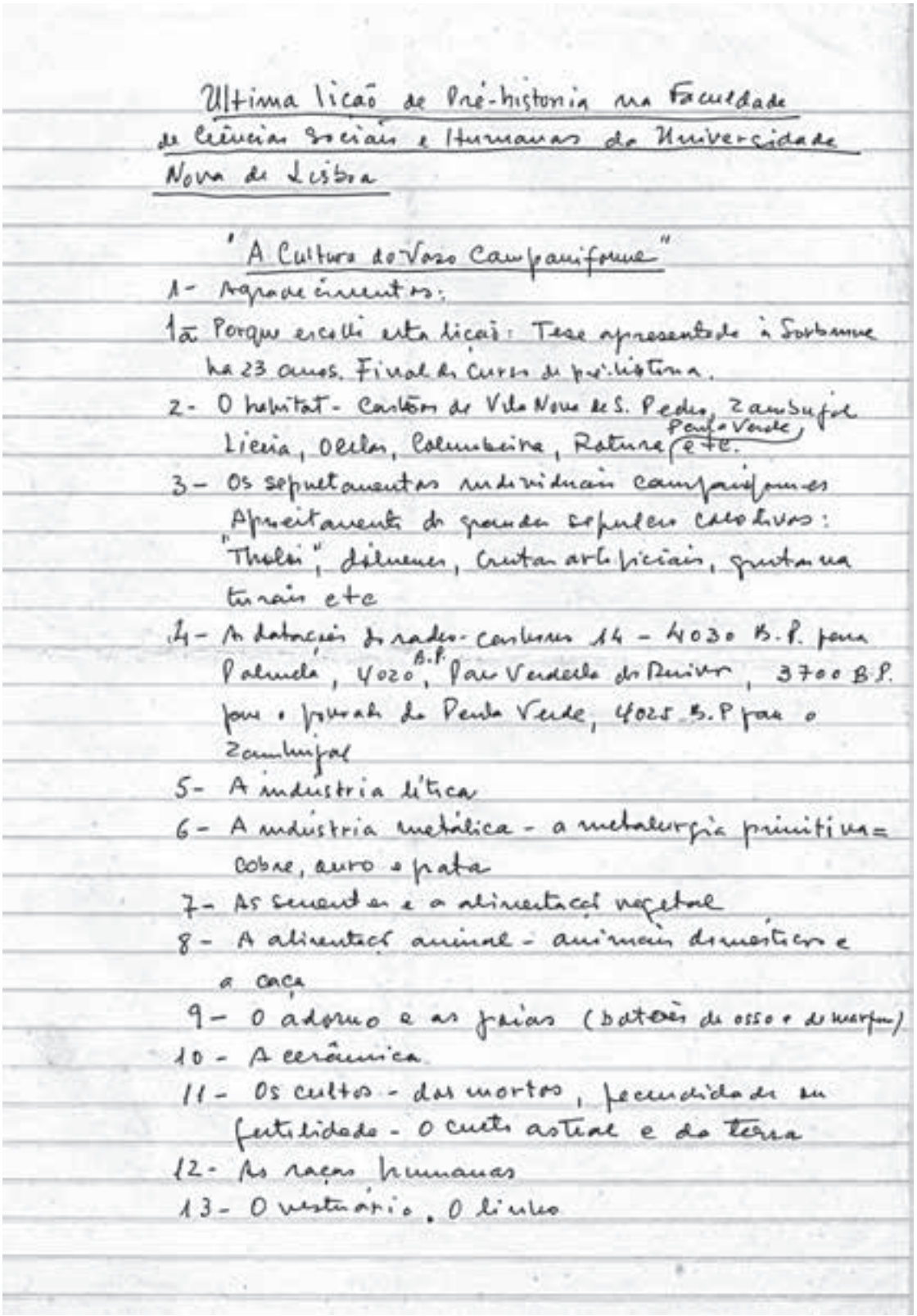
Fig. 71 – Primeira página do Programa da disciplina de Pré-história da Licenciatura em história, leccionada por O. da Veiga Ferreira na Faculdade de Ciências Sociais e humanas da Universidade Nova de Lisboa entre 1977/1978 e 1986/1987. Arquivo de João Luís Cardoso / Octávio da Veiga Ferreira.



Fig. 72 – O. da Veiga Ferreira fotografado em Março de 1986 no Museu dos Serviços Geológicos de Portugal, no decurso de uma aula prática da disciplina de Pré-história da Licenciatura em história da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Do lado esquerdo, a então aluna Catarina Viegas, actualmente Professora de Arqueologia da Faculdade de Letras de Lisboa. Arquivo de João Luís Cardoso / Octávio da Veiga Ferreira.

Em 1963, prefaciando a primeira publicação produzida por C. Tavares da Silva, que guiou nos seus primeiros passos arqueológicos, dedicada á fauna malacológica do povoado pré-histórico da Rotura (Setúbal), escreveu: "É assim que entendo que se devem estimular os novos e nunca com práticas derrotistas ou risos de mofa, como tantas vezes tenho observado. Antes pelo contrário, deve-se ajudar e encorajar os novos, venham donde vierem e tenham as habilitações que tiverem. Só assim, ajudando e estimulando, se conseguirá uma plêiade de investigadores e cientistas sérios e capazes de levar por diante a grande tarefa que nos espera ...". Esta acção pedagógica, feita com entusiasmo militante, suportada por um profundo conhecimento de estações e materiais, constituía aliciante incentivo para os jovens, especialmente para os que foram seu alunos na Universidade Nova de Lisboa, cujas aulas teóricas, amenizava com as aulas práticas dadas no Museu dos Serviços Geológicos de Portugal, nos meandros das centenas de milhar de peças conservadas nas suas inúmeras vitrines, armários e expositores, que conhecia como como mais ninguém. Mas era no campo que se sentia melhor, na companhia dos seus alunos, sempre entusiasmado e tomando a dianteira, numa passada que poucos conseguiam acompanhar.

Mais tarde, já depois de aposentado, continuou a comparecer assiduamente na Associação de Estudos Arqueológicos e Etnológicos (ex-Centro Piloto de Arqueologia), bem como na então designada Universidade Internacional da Terceira Idade, onde, no âmbito dos seus cursos, efectuava frequentes visitas de campo, sempre muito concorridas.



Última lição de Pré-história na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

"A Cultura do Vaso Campaniforme"

1- Agradecimentos:

1a Porque escolhi esta lição: Tese apresentada à Sorbonne há 23 anos. Final do Curso de pré-história.

2- O habitat - Cantões de Vila Nova de S. Pedro, Zambujal Leceia, Oeiras, Columbeira, Ratura (Penha Verde) etc.

3- Os sepulcros individuais campaniformes Aproveitamento de grandes sepulcros colectivos: "Tholoi", dólmenes, grutas artificiais, gruta natural etc

4- As datações de rádio-carbono 14 - 4030 B.P. para Palmela, 4020 B.P. para Vendelo do Ruivo, 3700 B.P. para a gruta de Penha Verde, 4025 B.P para o Zambujal

5- A indústria lítica

6- A indústria metálica - a metalurgia primitiva = cobre, ouro e prata

7- As sementes e a alimentação vegetal

8- A alimentação animal - animais domésticos e a caça

9- O adorno e as jóias (botões de osso e de marfim)

10- A cerâmica

11- Os cultos - dos mortos, fecundidade ou fertilidade - o culto astral e da terra

12- As raças humanas

13- O vestuário. O linho

Fig. 73 – Sumário da última lição proferida em 1987 na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Arquivo de João Luís Cardoso / Octávio da Veiga Ferreira.



Fig. 74 – Visita ao Concheiro do Cabeço da Amoreira (Muge) em 1987. Da esquerda para a direita: O. da Veiga Ferreira, J. L. Cardoso, M. Telles Antunes e G. Zbyszewski. Fotografia de João Pais. Arquivo de João Luís Cardoso / Octávio da Veiga Ferreira.



Fig. 75 – O. da Veiga Ferreira e Georges Zbyszewski, com o signatário, no decurso das escavações efectuadas em Agosto de 1986 no povoado pré-histórico de Leceia. Fotografia de Guilherme Cardoso. Arquivo de João Luís Cardoso / Octávio da Veiga Ferreira.



Fig. 76 – Conjunto de distintivos de reuniões científicas, nacionais e estrangeiras, em que O. da Veiga Ferreira participou. Fotografia de João Luís Cardoso.

Importa sublinhar que, nesta última etapa da sua vida, tornou-se também colaborador do Centro de Estratigrafia e Paleobiologia da Universidade Nova de Lisboa, por convite do seu amigo Miguel Telles Antunes (ver evocação adiante publicada neste volume); neste âmbito, procedeu, em colaboração, ao reconhecimento de diversas estações pré-históricas, umas de há muito conhecidas (Fig. 74), outras inéditas, sempre com a generosidade que o caracterizada. Este apoio sempre empenhado quanto desinteressado às investigações de terreno que os que lhe sucederam pretendiam continuar a desenvolver foi testemunhado pessoalmente pelo signatário, que, findas as campanhas anuais de escavações realizadas todos os anos no povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras), recebia o Mestre, acompanhado de Georges Zbyszewski para discutir os resultados obtidos (Fig. 75).

Foi, porém, a televisão que o tornou conhecido do País inteiro. Ficaram célebres os doze programas da série "Do Paleolítico ao Romano", apresentada na Radiotelevisão Portuguesa em 1982 e 1983, e sucessivamente repetida. Ali denunciou, corajosamente, os atentados ao Património Arqueológico, a que assistia diariamente, indignado e comovido, sempre com a frontalidade de todos bem conhecida. Tão grande desassombro era legitimado por quem detinha conhecimento directo dos problemas, evidência reconhecida oficialmente ao convidarem-no para docente do curso de especialização realizado em 1977 pelo Instituto Português do Património Cultural, pouco tempo depois da criação deste Instituto.

Assim se revelavam os pormenores da sua índole: de uma franqueza por vezes rude, ficou, na memória dos que dele se abeiraram, a figura de um Homem livre, disposto a sacrificar-se pelas suas convicções, procurando

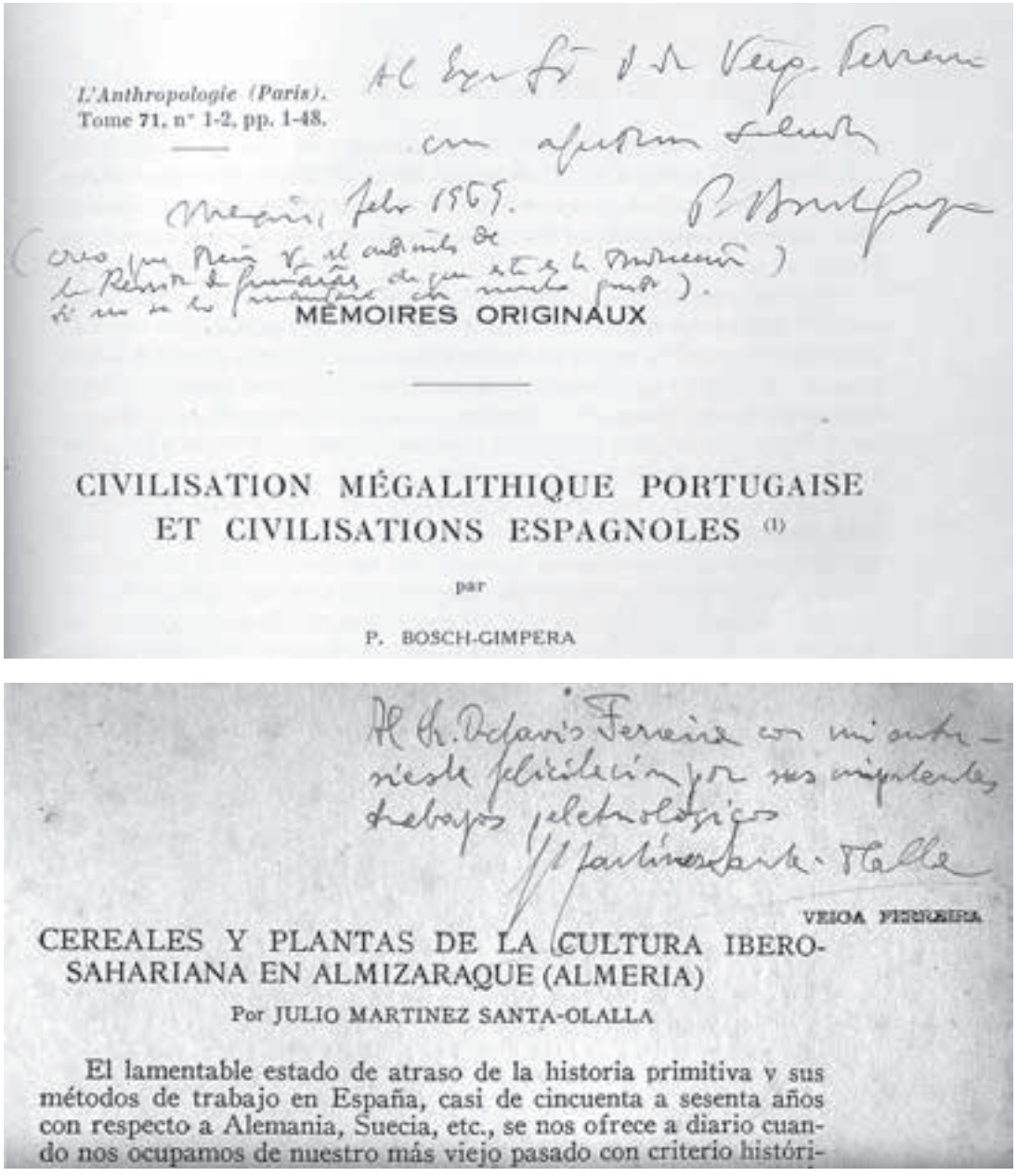


Fig. 77 – O Eng. B. Sanchez Bueno, com O. da Veiga Ferreira, no seu local de trabalho, uma acanhada cave por ele mandada abrir no subsolo da sua moradia no Bairro da Encarnação, em Lisboa. Arquivo de João Luís Cardoso / Octávio da Veiga Ferreira.

acima de tudo a verdade científica, desprezando outros interesses e conveniências. Jamais esteve próximo dos sucessivos Poderes: tudo o que conseguiu, deveu-se ao prestígio granjeado pelo seu trabalho. Por isso, as homenagens que lhe foram prestadas em vida ou depois da morte, tiveram sempre origem nos seus discípulos mais próximos, que viam no Mestre um exemplo, tanto no plano moral como no profissional. Manteve junto de si, até ao fim, um pequeno conjunto de discípulos, sem esquecer alguns velhos amigos – alguns deles partilhando consigo muitas recordações, como dos congressos em que participou (Fig. 76) – como o Eng. B. Sanchez Bueno (Fig. 77).

É mesmo com alguns dos arqueólogos com quem teve polémicas, como o Dr. Eduardo de Cunha Serrão, lhe reconheceram qualidades, manifestando-lhe afecto, para além da consideração expressa que lhe dedicaram emimentes arqueólogos como P. Bosch-Gimpera (Fig. 78).

No ano da sua jubilação académica, muitos dos seus colegas na Universidade, em conjunto com amigos e admiradores mais próximos, quiseram contribuir para um volume de homenagem, prontamente publicado (Fig. 79). Mais tarde, a Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, efectuou um Congresso que lhe foi dedicado, onde acorreram largas dezenas de participantes, que não quiseram de manifestar o apreço devido ao Mestre (Fig. 80). Por outro lado, algumas das muitas Autarquias onde a sua acção, sempre desinteressada, em prol do conhecimento das terras e do seu património, se destacou, não deixaram de o homenagear em vida, ou já postumamente. Assim, a Câmara Municipal de Rio Maior, erigiu, no jardim municipal, um monumento, simbolizando um cromeleque com menir central, ostentando uma placa com o seu busto (Fig. 81)



L'Anthropologie (Paris).
Tome 71, n° 1-2, pp. 1-48.

MÉMOIRES ORIGINAUX

CIVILISATION MÉGALITHIQUE PORTUGAISE
ET CIVILISATIONS ESPAGNOLES (1)

par

P. BOSCH-GIMPERA

CEREALES Y PLANTAS DE LA CULTURA IBERO-SAHARIANA EN ALMIZARAQUE (ALMERIA)

Por JULIO MARTINEZ SANTA-OLALLA

El lamentable estado de atraso de la historia primitiva y sus métodos de trabajo en España, casi de cincuenta a sesenta años con respecto a Alemania, Suecia, etc., se nos ofrece a diario cuando nos ocupamos de nuestro más viejo pasado con criterio histórí-

Fig. 78 – Dedicatórias dos eminentes arqueólogos espanhóis Pedro Bosch Gimpera (em cima) e Julio Martínez Santa-Olalla (em baixo) apostas em separatas oferecidas a O. da Veiga Ferreira. Arquivo de João Luís Cardoso.

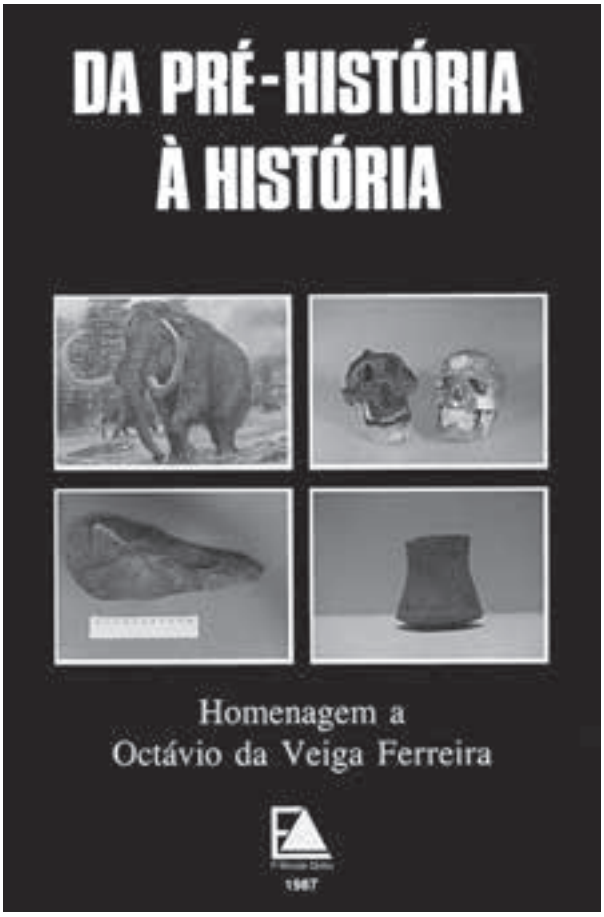


Fig. 79 – Capa do volume de homenagem a O. da Veiga Ferreira, publicado em 1987 pela Editorial Delta. Arquivo de João Luís Cardoso.


UNIVERSIDADE LUSÓFONA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIAS

I CONGRESSO SOBRE
A EVOLUÇÃO DO HOMEM E DAS MENTALIDADES
Homenagem a O. da Veiga Ferreira
Lisboa, 15, 16, 17 e 18 de Dezembro de 1995

Diploma

Certifica-se, para efeitos curriculares, que
Prof. Doutor João Luís Cardoso
participou nas Sessões Científicas deste CONGRESSO
apresentando o trabalho

O Reitor

O Administrador

Fig. 80 – Diploma de participação do signatário no "I Congresso sobre a Evolução do homem e das Mentalidades – homenagem a O. da Veiga Ferreira", realizado em Lisboa, em Dezembro de 1995, na Universidade Lusófona de humanidades e Tecnologias. Arquivo de João Luís Cardoso.



Fig. 81 – O. da Veiga Ferreira fotografado pelo signatário no jardim de Rio Maior, junto ao pequeno monumento que ali se erigiu em sua homenagem, no Inverno de 1996. Fotografia de João Luís Cardoso.



Fig. 82 – Medalha de Mérito Municipal outorgada em 1992 a O. da Veiga Ferreira pela Câmara Municipal de Cascais.



Fig. 83 – Medalha de Ouro de Mérito Municipal e respectivo Diploma, outorgada a título póstumo a O. da Veiga Ferreira pela Câmara Municipal de Oeiras, em 1997.

e a Câmara Municipal de Cascais, em reconhecimento pelas investigações arqueológicas por si realizadas na área concelhia, outorgou-lhe a Medalha de Mérito Municipal, em 1992 (Fig. 82). A título póstumo, a Câmara Municipal de Oeiras, atribuiu-lhe também, alto galardão – a Medalha de Ouro de Mérito Municipal – menos de dois meses volvidos sobre o seu passamento, em reconhecimento pelo labor desenvolvido em prol do património arqueológico oeirense (Fig. 83). Também a Universidade Autónoma de Lisboa lhe prestou homenagem póstuma, atribuindo-lhe, em 1998, a Medalha da Universidade (Fig. 84). Enfim, a Câmara Municipal de Lisboa, decidiu atribuir, em 1999, o seu nome a uma artéria da cidade (Fig. 85).

A terminar, importa referir que foram os superiores princípios, atrás referidos, que cultivou toda a sua vida, de ajuda desinteressada ao próximo, através das possibilidades que estavam ao seu alcance, pondo prodigamente o seu saber à disposição de todos, independentemente das suas convicções, estatuto, ou origem, que explica a sua entrada para o Grande Oriente Lusitano, como nos é relatado por Salete Salvado. Ainda que tendo dessa Agremiação apenas um conhecimento profano, o autor destas linhas, pôde, contudo, apreciar o desinteresse com que Veiga Ferreira assumiu esta faceta pouco conhecida da sua vida, a par do amor que dedicou à sua Família de sangue, a sua Mulher, a Senhora D. Maria Luísa, bem como suas filhas, Ana Maria e Seomara, tendo sempre presente o exemplo dos seus dois Mestres, primeiro de Abel Viana, que o orientou nos primeiros passos dados na Arqueologia, na década de 1940, acarinhando e disciplinando a vigorosa vocação que então despontava, depois de Georges Zbyszewski, que o acompanhou até ao fim. Como devedores a Veiga Ferreira, Mestre Querido, foram também esses os superiores princípios que estiveram na origem dos que quiseram participar neste público e perene preito de Homenagem a um Homem simples e bom, que é também uma sentida evocação, já repleta de saudade.

Nota: a bibliografia completa de Octávio da Veiga Ferreira consta do final do presente artigo, na sua versão original.



Fig. 84 – Medalha da Universidade Autónoma de Lisboa, de Homenagem à Memória de O. da Veiga Ferreira, a 5/12/1998.



Fig. 85 – Capa da brochura dedicada a O. da Veiga Ferreira pela Comissão Municipal de Toponímia da Câmara Municipal de Lisboa, editada aquando da inauguração de uma rua com o seu nome. Arquivo de João Luís Cardoso.

BIBLIOGRAFIA EVOCATIVA DA VIDA E OBRAS DE OCTÁVIO DA VEIGA FERREIRA

ANTUNES, M. Telles (1999) – Veiga Ferreira e a Paleontologia em Portugal. *Ciências da Terra (UNL)*. Lisboa. 13, pp. 157-167.

CARDOSO, J. L. (1997) – *In Memoriam*. O. da Veiga Ferreira. Estudos Arqueológicos de Oeiras. Oeiras. 7, p. 5-6.

CARDOSO, J. L. (1997) – O. da Veiga Ferreira. *Al-Madan*, Almada, Série II, 6, pp. 174-175.

CARDOSO, J. L. (1997) – *In Memoriam* O. da Veiga Ferreira (1917-1997). *Comunicações do Instituto Geológico e Mineiro*. Lisboa, 83, pp. 153-170. Contém a bibliografia de O. da Veiga Ferreira.

CARDOSO, J. L. (1997) – Octávio da Veiga Ferreira (1917-1997). *Trabajos de Prehistoria*. Madrid, 54 (2), pp. 5-11.

CARDOSO, J. L. (1998) – *In Memoriam*. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 16, pp. 7-11.

LEITÃO, M. (1987) – Professor Octávio da Veiga Ferreira and the Prehistory of Portugal. *Da Pré-História à História. Homenagem a Octávio da Veiga Ferreira.* Lisboa: *Editorial Delta*, pp.\43-49.

XXXIII

UMA COLABORAÇÃO DE AFECTOS. VERA LEISNER (1885-1972) E O. DA VEIGA FERREIRA (1917-1997)[1]

Nota prévia: este texto corresponde à apresentação oral realizada no dia 4 de Fevereiro de 2016 na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, no âmbito do encontro "O Arquivo Leisner e os Arquivos Históricos da Arqueologia Portuguesa", promovido pela DGPC.
Manteve-se a forma original, dispensando-se citações bibliográficas, substituídas pela referenciação das obras ao longo do texto. A utilização de quaisquer das imagens que ilustram este artigo fica sujeita a prévia autorização do Autor, exceptuando naturalmente as assinaladas como pertencentes a outros Arquivos.

O Doutor O. da Veiga Ferreira (1917-1997) foi um dos meus Mestres, cuja apresentação é dispensável, pois houve a oportunidade de, em 2008, se editar um grosso volume dos *Estudos Arqueológicos de Oeiras* de homenagem à sua Memória (Fig. 1).



Fig. 1 – O. da Veiga Ferreira fotografado no decurso da escavação do dólmen de Monte Serves (Vila Franca de Xira), em 1972. Arquivo de João Luís Cardoso / Octávio da Veiga Ferreira.

Dotado de uma personalidade franca e directa, poderia surpreender pela frontalidade no primeiro contacto, mas o tempo encarregou -se, para quem teve o privilégio do seu convívio, de confirmar a bondade do seu carácter e a simplicidade do trato, sempre disposto a ajudar quem dele se abeirava, sem distinção de classe social, idade, ou formação académica. Foi essa realidade que pude testemunhar, quando, em 1972, no mesmo ano em que falecia em Hamburgo Vera Leisner (1885-1972), perfeitos os quinze anos de idade, comecei a frequentar com mais assiduidade os Serviços Geológicos de Portugal, onde me tornei discípulo de Veiga Ferreira e de Georges Zbyszewski, tendo ali encontrado porto de abrigo seguro para realizar as minhas primeiras incursões pelo mar ignoto da Arqueologia (Fig. 2). Tal situação manteve-se pelos anos fora, até à última visita que ambos fizemos àquela Instituição, em Fevereiro de 1997, pouco mais de

[1] CARDOSO, J. L: (2021) – Uma colaboração de afectos. Vera Leisner (1885-1972) e O. da Veiga Ferreira (1917-1997). In SOUSA, A. C.; BRAGANÇA, F.; TORQUATO, F. & KUNST, M. (edts.). Georg e Vera Leisner e o estudo do Megalitismo no Ocidente da Península Ibérica. Lisboa: Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, p. 561-581. (*Estudos & Memórias*, 14). Modificado.

um mês antes do seu passamento. Ao contrário de outros, nunca o tratei por Mestre, mas não tenho dúvidas de que fui para ele o seu mais próximo discípulo: foi com ele que publiquei o meu primeiro trabalho científico, tinha 19 anos, e também foi ele que se responsabilizou superiormente pela minha primeira escavação arqueológica; e foi ainda comigo que ele publicou o seu derradeiro trabalho, no ano do seu passamento.

Cinquenta anos antes, em 1947, numa viagem de comboio, no regresso das escavações das necrópoles neolí-



Fig. 2 – O. da Veiga Ferreira (no centro), com G. Zbyszewski (à esquerda) e com o autor (à direita), em Leceia, em Agosto de 1986. Arquivo de João Luís Cardoso.

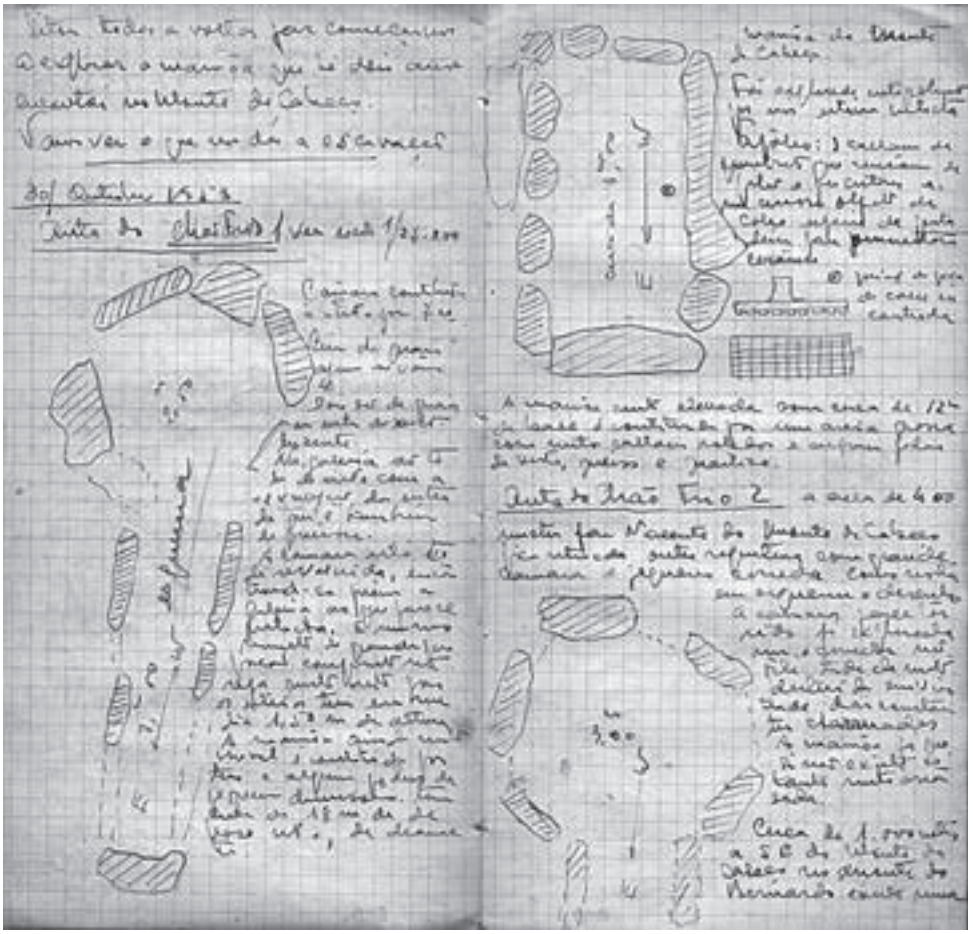


Fig. 3 – Duas páginas do caderno de campo de O. da Veiga Ferreira, de 30 de Outubro de 1953, relativas à escavação das antas 1 e 2 de Chão Frio e do Monte do Cabeço (Montargil), realizadas em colaboração com Georg e Vera Leisner. Arquivo de João Luís Cardoso/Octávio da Veiga Ferreira.

ticas e calcolíticas de Monchique, O. da Veiga Ferreira (que não gostava do nome de «Octávio»), conhecia Georg e Vera Leisner. Prontamente, com ambos iniciou frutuosa colaboração, expressa por importantes escavações que fizeram em conjunto. No campo, esta colaboração teve o seu ponto de partida em Outubro de 1953, com a realização de diversas intervenções em monumentos megalíticos da região de Montargil: a anta do Monte do Cabeço, implantada no topo de grande *tumulus*, identificado por O. da Veiga Ferreira em 1951, acompanhada da exploração das antas do Chão Frio, situadas nas vizinhanças (Fig. 3), a primeira das quais foi publicada por Georg e Vera Leisner, em 1956, no primeiro volume da sua monumental obra «Os túmulos megalíticos do Ocidente da Península Ibérica».

A excelente colaboração prestada aos dois arqueólogos alemães encontra-se espelhada pela pose amigável e descontraída de foto então tirada (Fig. 4). E o empréstimo de um crivo, indispensável às escavações então realizadas, foi devidamente agradecido ao Eng. António de Castelo -Branco, Director dos Serviços Geológicos, cabendo registar a estreita sintonia existente entre Georg e sua mulher, sua colaboradora dedicada, cabendo-lhe redigir o texto do agradecimento, mas reservando ao marido a sua assinatura.

A amizade ia crescendo entre o português e o casal alemão. Assim, em 1954, aquando da realização em Madrid do IV Congresso de Ciências Pré-Históricas e Proto-Históricas, Vera Leisner escreve-lhe postal (Fig. 5), datado de 13 de Abril de 1954, informando-o de que não poderia estar presente, por motivos de saúde, e declarando-lhe que ele iria «brilhantemente representar Portugal», através da sua comunicação sobre a necrópole do Cabeço da Arruda, Torres Vedras, como de facto aconteceu. Pedia-lhe também para apresentar a justificação da sua ausência aos arqueólogos espanhóis, entre os quais os seus amigos Alberto del Castillo, Santa-Olalla e Pericot, o que comprova a confiança que nele já então depositava.



Fig. 4 – O. da Veiga Ferreira e Georg Leisner, fotografados na grande mamoa da anta do Monte do Cabeço (Montargil). Arquivo Leisner/DGPC. D-DAI-LX-AL-F-05667.

Em 1956 foi publicado em Berlim o primeiro volume de «Os túmulos megalíticos da Península Ibérica» dedicado aos monumentos situados na parte ocidental do território peninsular. O. da Veiga Ferreira foi homenageado com a oferta de um exemplar, acompanhado de expressiva dedicatória subscrita pelo casal, sendo de destacar que foi das últimas vezes que Georg Leisner após a sua assinatura, dado que viria a falecer em 1957 (Fig. 6).

A colaboração entre O. da Veiga Ferreira e Vera Leisner prosseguiu de forma mais intensa depois da morte de Georg Leisner, ocorrida em 1957. De uma família católica com longínquas raízes espanholas, o sentimento provocado pela perda do marido revela-se em singela dedicatória que quis apor a trabalho por ele publicado muitos anos antes, em 1934, relativo ao dólmen galego de Pedra Coberta: «Uma lembrança de meu marido oferecida ao nosso amigo Octávio da Veiga Ferreira por Vera Leisner».

Logo no ano seguinte publicaram os dólmenes da região de Odivelas, cujos espólios se guardavam, como ainda hoje no Museu dos Serviços Geológicos, os quais tinham sido pouco tempo antes adquiridos à família do explorador dos monumentos, Francisco Ribeiro (Fig. 7), por intermédio de O. da Veiga Ferreira.

Em boa hora tal aconteceu visto que, aquando da inspecção de terreno efectuada nos dias 7 e 11 de Junho de 1958, apenas foi possível identificar um esteio do monumento 3 de Trigache (Fig. 8), conforme o estado de destruição da generalidade destes monumentos, registada no Caderno de Campo de O. da Veiga Ferreira relativo ao dia 11 de Junho de 1958 (Fig. 9) tendo todos os outros sido entretanto destruídos pela lavra das pedreiras que



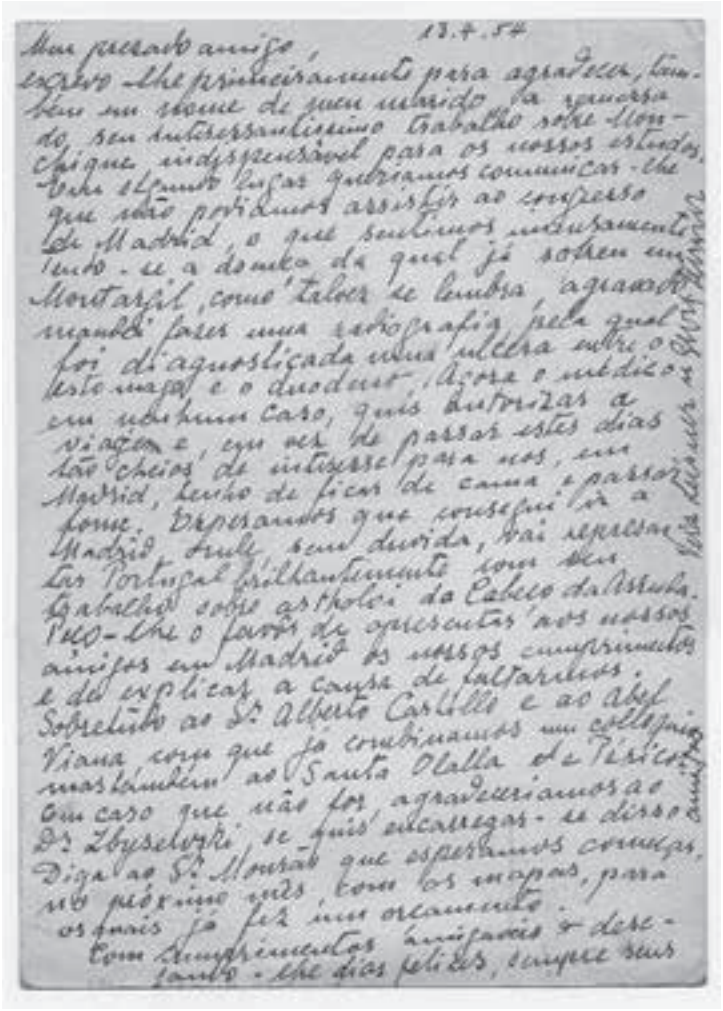


Fig. 5 – Postal autógrafo de Vera Leisner a O. da Veiga Ferreira, a propósito da realização em Madrid do IV Congreso Internacional de Ciencias Prehistoricas y Protohistoricas, datado de 13 de Abril de 1954. Arquivo de João Luís Cardoso/ Octávio da Veiga Ferreira.



grassavam desde a época em que Francisco Ribeiro os explorou, como se pode ver pelos escombros das pedreiras dispersos por todo o lado (Figs. 10 e 11).

Os estudos realizados por Vera Leisner e Veiga Ferreira deram prontamente origem a diversas publicações, a primeira das quais foi apresentada ao I Congresso Nacional de Arqueologia, reunido em Lisboa em Dezembro de 1958; conserva-se o original dactilografado por Vera Leisner com emendas de Veiga Ferreira e dela própria (Fig. 12), reproduzindo-se também a capa da respectiva separata (Fig. 13).

Em 1961, nova contribuição, mais desenvolvida, sobre o mesmo conjunto de monumentos, foi publicada nas Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal (Fig. 16) contendo as plantas dos monumentos passadas a limpo por Veiga Ferreira, por certo com base nos elementos deixados por Francisco Ribeiro, já que na altura

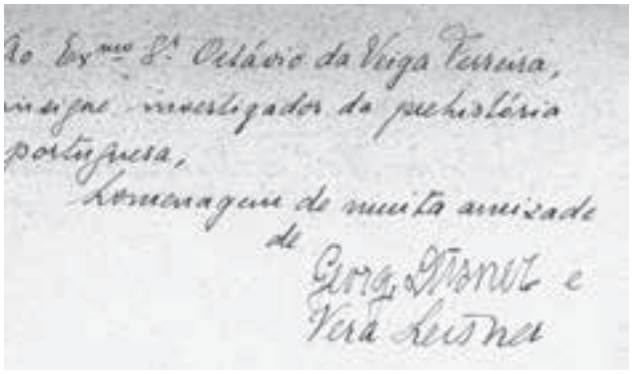


Fig. 6 – Capa da obra *As sepulturas megalíticas da Península Ibérica*, correspondente ao primeiro dos quatro volumes dedicados aos monumentos situados na faixa ocidental do território peninsular, com expressiva dedicatória autógrafa de Georg e Vera Leisner a O. da Veiga Ferreira que colaborou na escavação, em 1953, de dólmenes da região de Montargil publicados no presente volume. Arquivo de João Luís Cardoso.



Fig. 7 – Carlos Ribeiro (que nada tem a ver com o seu homónimo do século XIX) junto aos esteios do dólmen das Pedras Grandes ou das Batalhas, perto de Caneças (Loures). Arquivo de João Luís Cardoso/ Octávio da Veiga Ferreira.

quase todos os monumentos tinham sido, como se disse, completamente destruídos, exceptuando-se o dólmen 3 de Trigache, cuja planta foi levantada por O. da Veiga Ferreira (Fig. 8).

A franca amizade estabelecida com Vera Leisner, já plenamente cimentada nos finais da década de 1950, encontra-se expressa por dedicatórias bem elucidativas, como a aposta na separata do estudo dedicado ao célebre conjunto megalítico de El Guadalperal, publicado no primeiro volume dos «Madrider Mitteilungen» por Georg e Vera Leisner (Fig. 14), e esteve na origem de colaborações da maior importância desenvolvidas logo no início da década de 1960, algumas delas em colaboração com Georges Zbyszewski, que mantinha de há muito relação cordial com os Leisner: disso é prova a dedicatória autógrafa aposta ao estudo dedicado às antas das herdades da Casa de Bragança, onde se publicou o conhecido enterramento secundário campaniforme identificado na anta da Herdade das Casas do Canal, Estremoz, em 1955 (Fig. 15).

Os trabalhos desenvolvidos na década de 1960 coincidem com a plenitude de uma relação pessoal e, ao mesmo tempo, científica, estabelecida com Vera Leisner, depois do falecimento de Georg, ocorrido em Estugarda, a 20 de Setembro de 1957.

Iniciaram -se pela publicação dos notáveis espólios das grutas artificiais da Quinta do Anjo, Palmela, reunindo-se, pela primeira vez, em bela Memória dos Serviços Geológicos, publicada em 1961, os materiais existentes nos Serviços Geológicos e no então designado Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos, da autoria de Vera Leisner, Georges Zbyszewski e O. da Veiga Ferreira. A publicação, embora esteja datada de 1961, só foi impressa no ano seguinte, como se conclui de duas missivas remetidas de Berkeley,



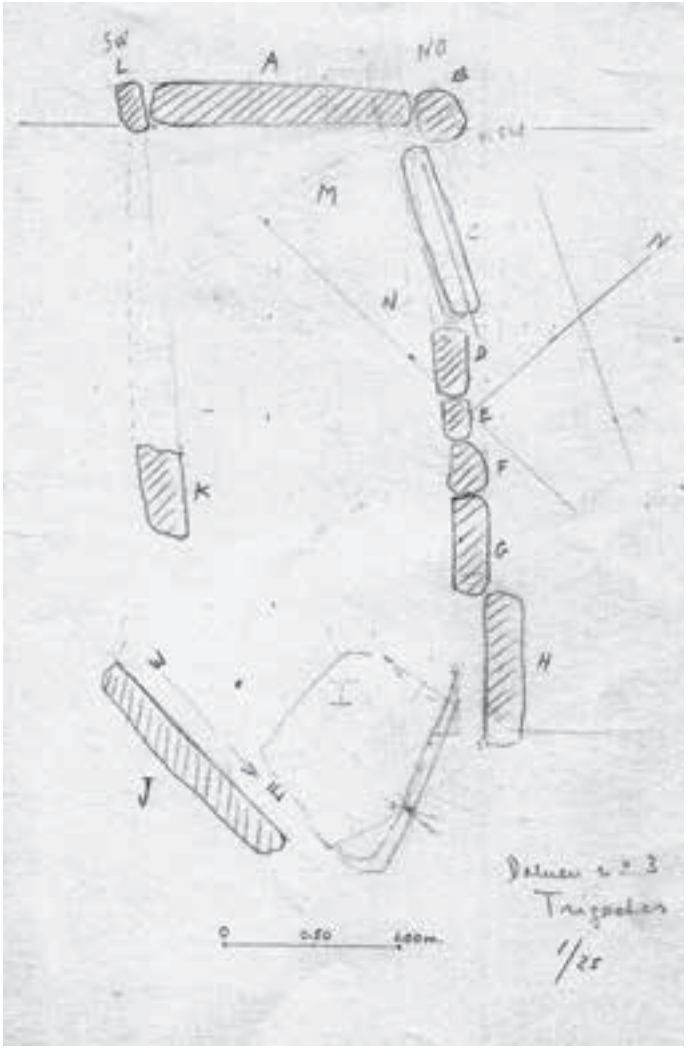


Fig. 8 – Monumento n.º 3 de Trigache (Odivelas): planta e foto (Arquivo de João Luís Cardoso/Octávio da Veiga Ferreira).

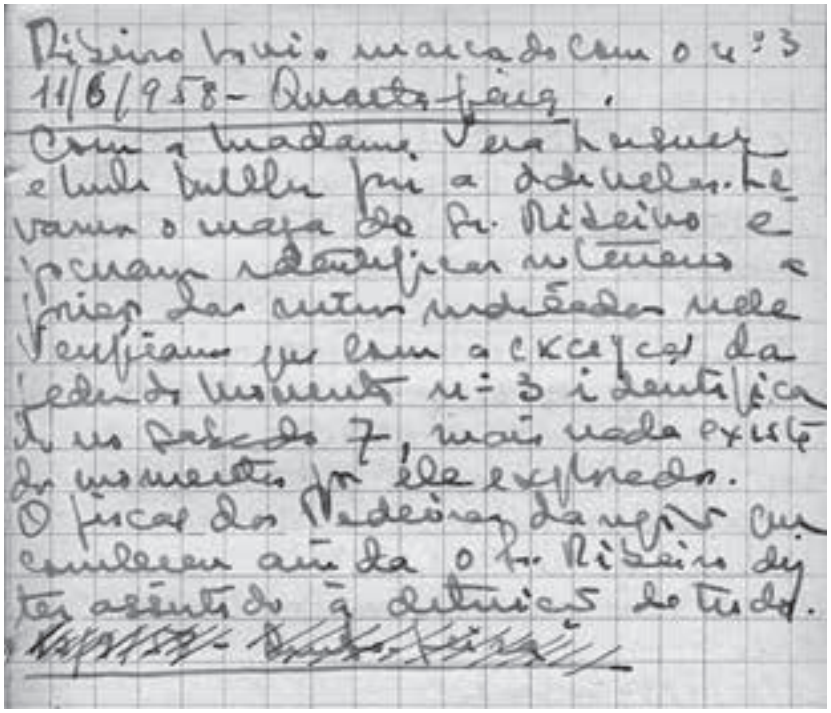


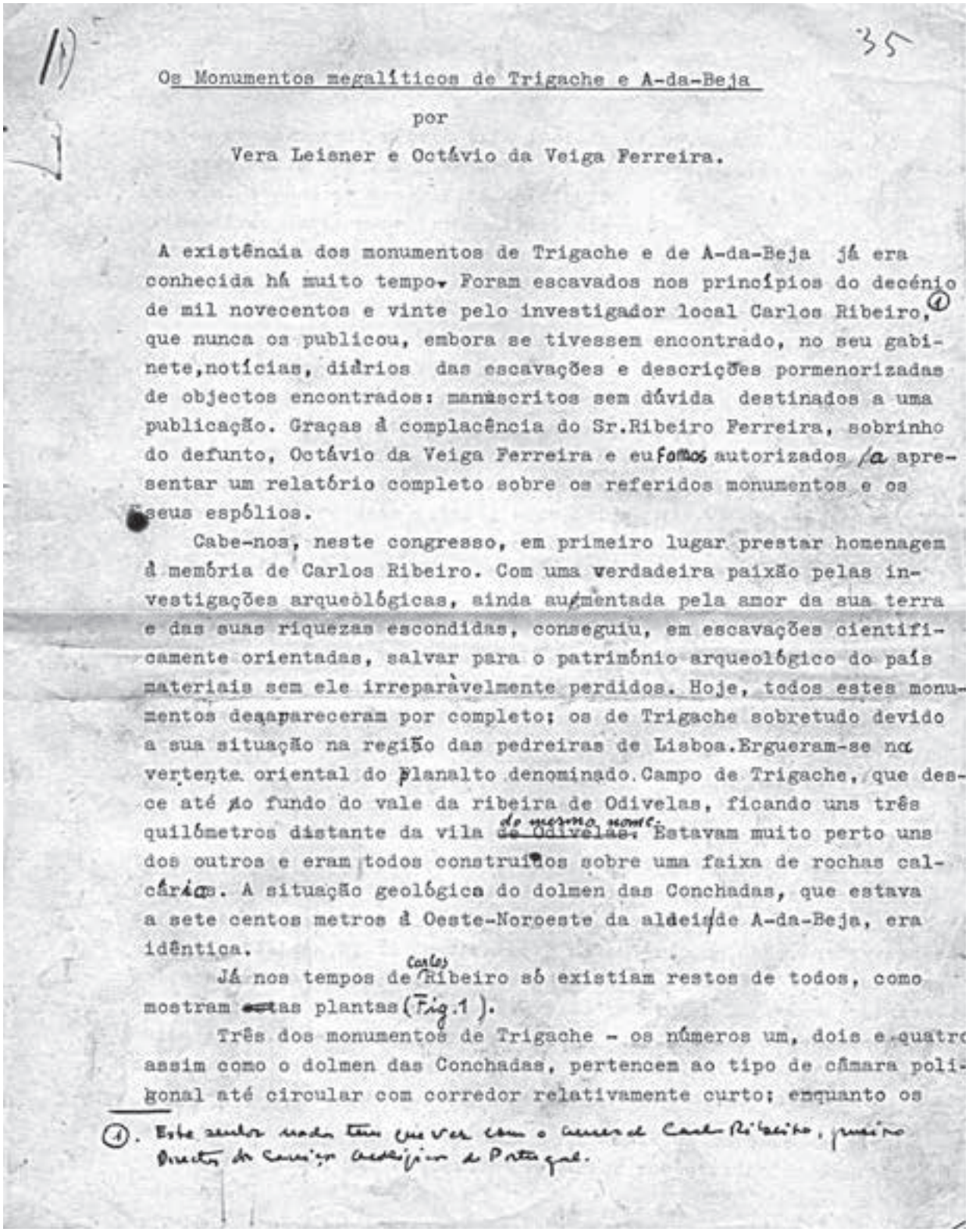
Fig. 9 – Folha do Caderno de Campo de O. da Veiga Ferreira datada de 11 de Junho de 1958, relativa a reconhecimento efectuado aos monumentos de Trigache e A-da-Beja (Odivelas) em companhia de Vera Leisner. Arquivo de João Luís Cardoso/Octávio da Veiga Ferreira. Primeira página da separata do artigo sobre esses monumentos apresentado ao I Congresso Nacional de Arqueologia reunido em Lisboa em Dezembro de 1958. Arquivo de João Luís Cardoso / Octávio da Veiga Ferreira.



Fig. 10 – Um dos monumentos de Trigache (Odivelas), evidenciando-se os amontoados de detritos resultantes da exploração de pedreiras. Arquivo de João Luís Cardoso/Octávio da Veiga Ferreira.



Fig. 11 – Outro dos monumentos de Trigache (Odivelas), cercado de detritos resultantes da exploração de pedreiras. Arquivo de João Luís Cardoso/Octávio da Veiga Ferreira.



Os Monumentos megalíticos de Trigache e A-da-Beja

por

Vera Leisner e Octávio da Veiga Ferreira.

A existência dos monumentos de Trigache e de A-da-Beja já era conhecida há muito tempo. Foram escavados nos princípios do decénio de mil novecentos e vinte pelo investigador local Carlos Ribeiro, (1) que nunca os publicou, embora se tivessem encontrado, no seu gabinete, notícias, diários das escavações e descrições pormenorizadas de objectos encontrados: manuscritos sem dúvida destinados a uma publicação. Graças à complacência do Sr. Ribeiro Ferreira, sobrinho do defunto, Octávio da Veiga Ferreira e eu fomos autorizados a apresentar um relatório completo sobre os referidos monumentos e os seus espólios.

Cabe-nos, neste congresso, em primeiro lugar prestar homenagem à memória de Carlos Ribeiro. Com uma verdadeira paixão pelas investigações arqueológicas, ainda aumentada pelo amor da sua terra e das suas riquezas escondidas, conseguiu, em escavações cientificamente orientadas, salvar para o património arqueológico do país materiais sem ele irreparàvelmente perdidos. Hoje, todos estes monumentos desapareceram por completo; os de Trigache sobretudo devido a sua situação na região das pedreiras de Lisboa. Ergueram-se na vertente oriental do planalto denominado Campo de Trigache, que desce até ao fundo do vale da ribeira de Odivelas, ficando uns três quilómetros distante da vila de Odivelas, do mesmo nome. Estavam muito perto uns dos outros e eram todos construídos sobre uma faixa de rochas calcárias. A situação geológica do dolmen das Conchadas, que estava a sete centos metros à Oeste-Noroeste da aldeia de A-da-Beja, era idêntica.

Já nos tempos de Carlos Ribeiro só existiam restos de todos, como mostram as plantas (Fig. 1).

Três dos monumentos de Trigache - os números um, dois e quatro assim como o dolmen das Conchadas, pertencem ao tipo de câmara poligonal até circular com corredor relativamente curto; enquanto os

(1). Este senhor nada tem que ver com o Coronel Carlos Ribeiro, primeiro Director da Comissão Geológica de Portugal.

Fig. 12 – Primeira página do original dactilografado por Vera Leisner e por ela mesmo e por O. da Veiga Ferreira corrigido, da comunicação sobre os monumentos megalíticos de Trigache e A-da-Beja, por ambos apresentada ao I Congresso Nacional de Arqueologia, reunido em Lisboa em Dezembro de 1958, e ulteriormente publicada nas respectivas actas. Arquivo de João Luís Cardoso/Octávio da Veiga Ferreira.

Califórnia, por Vera Leisner, a 13 e a 23 de Junho de 1962 (Fig. 16), pedindo a introdução de pequenas correcções nas provas, antecedida de outra, a 13 de Junho e igualmente escrita de Berkeley em que declara «Já tenho saudades de Lisboa e dos nossos trabalhos», referindo -se sem dúvida às escavações do dólmen de Casainhos e do monumento da Praia das Maçãs, realizadas no ano anterior.

De facto, foram as escavações do dólmen de Casainhos, explorado em Fevereiro de 1961 (Figs. 17 e 18), com a colaboração de Camarate França que permitiram consolidar a empatia já existente. A Vera Leisner, agradava-lhe certamente o espírito jovial, leal e trabalhador de Veiga Ferreira, mas jamais subserviente, que, por seu turno, se sentia sobejamente recompensado de todos os trabalhos prestados, ao ter como amiga e colaboradora próxima senhora de tanto prestígio e saber.

Importa referir que o dólmen de Casainhos, não obstante estar classificado Monumento Nacional desde 1977 e dele se conservarem cinco dos seus


VERA LEISNER
OCTÁVIO DA VEIGA FERREIRA

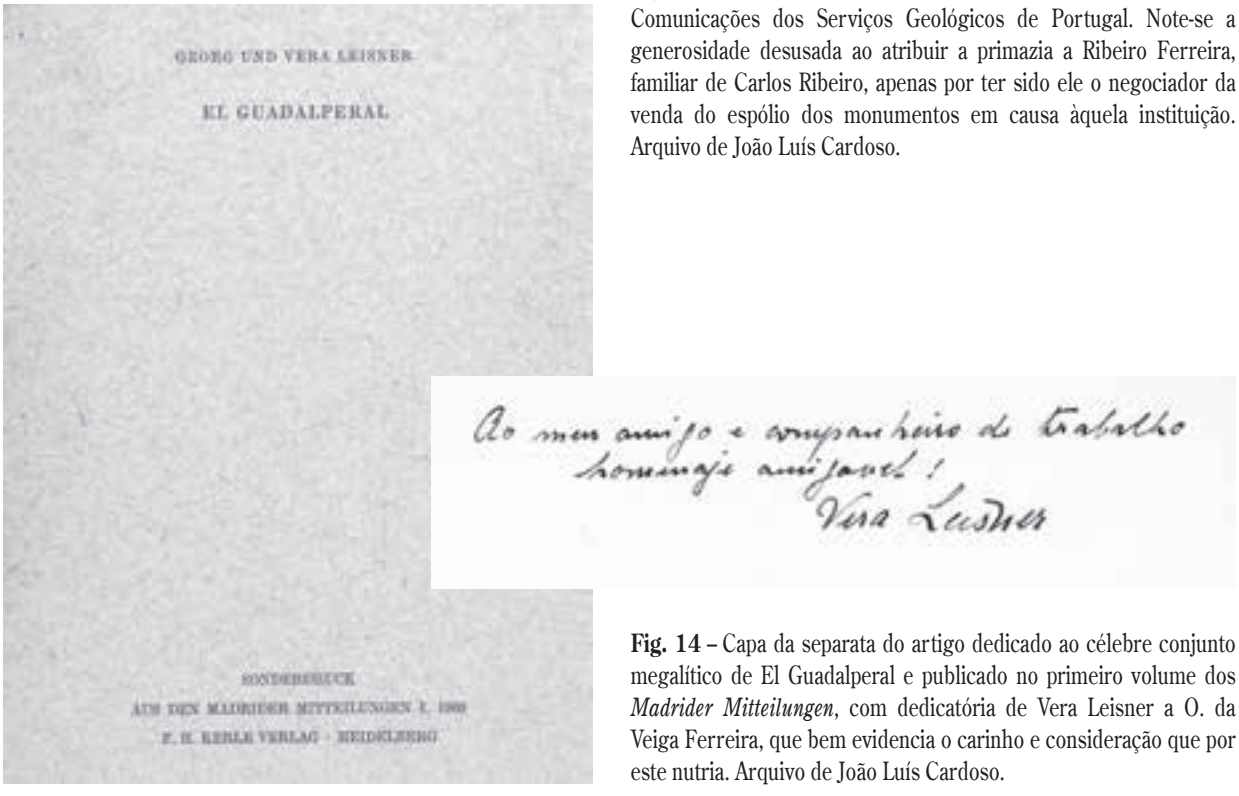
OS MONUMENTOS MEGALÍTICOS
DE TRIGACHE E A-DA-BEJA

I CONGRESSO NACIONAL
DE ARQUEOLOGIA

(SEPARATA DO I VOL. DAS
ACTAS E MEMÓRIAS)

LISBOA
MCMLIX

Fig. 13 – Capa da separata do artigo publicado em 1961 nas Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal. Note-se a generosidade desusada ao atribuir a primazia a Ribeiro Ferreira, familiar de Carlos Ribeiro, apenas por ter sido ele o negociador da venda do espólio dos monumentos em causa àquela instituição. Arquivo de João Luís Cardoso.


GEORG UND VERA LEISNER

EL GUADALPERAL

SONDERDRUCK
AUS DEN MADRIDER MITTEILUNGEN I, 1960
F. H. KERLE VERLAG · HEIDELBERG

Ao meu amigo e companheiro de trabalho
homenagem amigavel!
Vera Leisner

Fig. 14 – Capa da separata do artigo dedicado ao célebre conjunto megalítico de El Guadalperal e publicado no primeiro volume dos *Madrider Mitteilungen*, com dedicatória de Vera Leisner a O. da Veiga Ferreira, que bem evidencia o carinho e consideração que por este nutria. Arquivo de João Luís Cardoso.

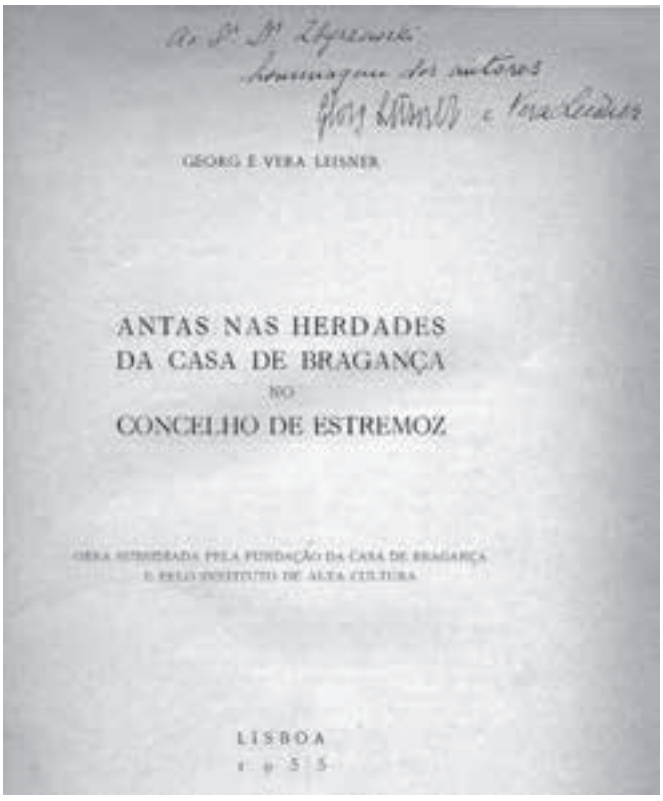
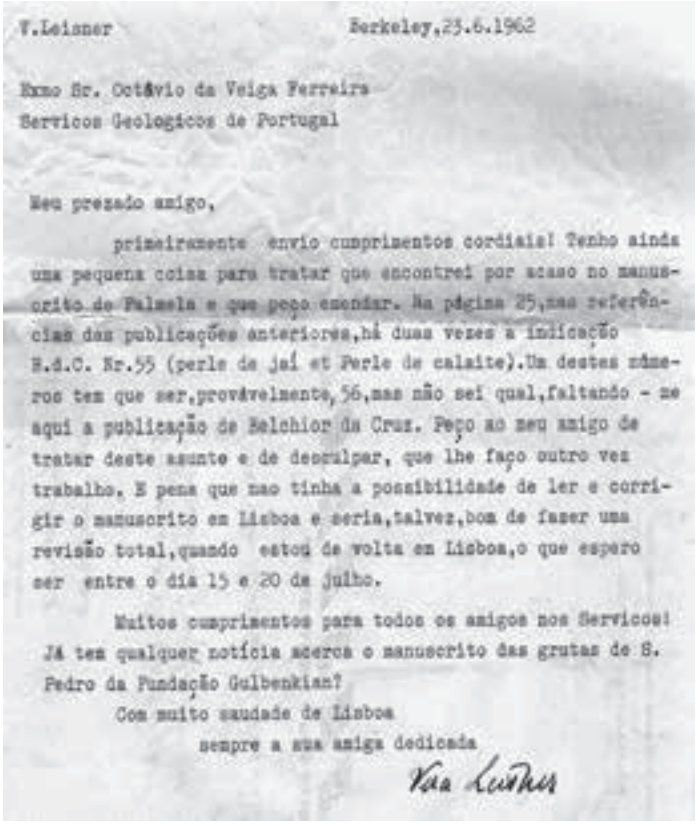


Fig. 15 – Capa da obra relativa aos monumentos megalíticos da Casa de Bragança, publicada em 1955, com dedicatória de Georg e Vera Leisner a Georges Zbyszewski. Arquivo de João Luís Cardoso.





V.Leisner Berkeley,23.6.1962

Exmo Sr. Octávio da Veiga Ferreira
Servicos Geologicos de Portugal

Meu prezado amigo,

primeiramente envio cumprimentos cordiais! Tenho ainda uma pequena coisa para tratar que encontrei por acaso no manuscrito de Palmela e que peço emendar. Na página 25,nas referências das publicações anteriores,há duas vezes a indicação B.d.C. Nr.55 (perle de jaí et Perle de calaite).Um destes números tem que ser,provàvelmente,56,mas não sei qual,faltando - me aqui a publicação de Belchior da Cruz. Peço ao meu amigo de tratar deste asunto e de desculpar, que lhe faço outro vez trabalho. É pena que nao tinha a possibilidade de ler e corrigir o manuscrito em Lisboa e seria,talvez,bom de fazer uma revisão total,quando estou de volta em Lisboa,o que espero ser entre o dia 15 e 20 de julho.

Muitos cumprimentos para todos os amigos nos Servicos! Já tem qualquer notícia acerca o manuscrito das grutas de S. Pedro da Fundação Gulbenkian?

Com muito saudade de Lisboa

sempre a sua amiga dedicada

Vera Leisner

Fig. 16 – Missiva remetidas de Berkeley, Califórnia, a 23 de Junho de 1962 por Vera Leisner a O. da Veiga Ferreira, onde menciona correcções a introduzir nas provas da monografia dedicada às grutas da Quinta do Anjo (Palmela), editada nas *Memórias dos Serviços Geológicos de Portugal* com data de 1961. Arquivo de João Luís Cardoso/Octávio da Veiga Ferreira.

esteios na altura da escavação (Fig. 19), se encontra na actualidade muito mais incompleto e em evidente risco de ruína (Fig. 20), prova de que não basta classificar, para garantir a salvaguarda dos monumentos, mesmo os de maior valia patrimonial e científica.

Vem a propósito referir que outro notável megálito da região de Lisboa, igualmente classificado com tal categoria desde 1910, o dólmen da Pedra dos Mouros, Sintra, onde Vera Leisner e Veiga Ferreira pretendiam retomar escavações, com a exploração do corredor do monumento conforme carta remetida por Vera Leisner de Estugarda, de 19 de Maio de 1961 – que Rui Boaventura e o signatário tinham intenção de um dia realizar – tem sofrido sucessivas delapidações desde 1945, a última das quais, há poucos anos, consistiu no desmoronamento do único grande esteio que ainda se encontrava de pé (Fig. 21). E o mais grave não é ter isto acontecido – pois as causas naturais são muitas vezes imprevisíveis, como terá sido o caso – é nada ter sido feito desde então, pelas entidades competentes, corporizando um verdadeiro crime de lesa-património.

Na referida missiva autógrafa enviada de Estugarda (Fig. 22), Vera Leisner, para além de referir o adiamento da intenção de escavar o corredor do dólmen da Pedra dos Mouros, por cousa de uma fractura do braço que a obrigou a ficar mais tempo na Alemanha do inicialmente previsto, reitera, uma vez mais, as saudades de Portugal e a colaboração científica com Veiga Ferreira, declarando em PS: "Já tenho muitas saudades de Portugal e da nossa colaboração científica."

Cedo teriam oportunidade de a reatar com a escavação do monumento da Praia das Maçãs!



Fig. 17 – Página do Caderno de Campo de O. da Veiga Ferreira relativo às escavações do dólmen de Casainhos (Loures), observando-se a localização dos espólios arqueológicos no interior do monumento. Ao lado, foi desenhado esboço das gravuras patentes num belo ídolo calcário, correspondentes a representação facial, conservado no museu dos antigos Serviços Geológicos de Portugal. Arquivo de João Luís Cardoso/Octávio da Veiga Ferreira.

Com efeito, os resultados obtidos em Casainhos animaram Vera Leisner e Veiga Ferreira a escavar, ainda naquele ano de 1961, outro notável sepulcro pré-histórico dos arredores de Lisboa: o monumento da Praia das Maçãs, conhecido desde 1927.



Fig. 18 – Foto tirada no decurso das escavações do dólmen de Casainhos (Loures), em Fevereiro de 1961. Observa-se Vera Leisner, tendo à sua direita Camarate França e, atrás, O. da Veiga Ferreira e provavelmente Leonel Ribeiro. (Arquivo Leisner/DGPC). D-DAI-LX-AL-F-10016.

Os trabalhos de campo decorreram entre 9 de Novembro e 21 de Dezembro de 1961, num total de 20 dias úteis. A 9 de Novembro, Veiga Ferreira registou no seu caderno de campo o início das escavações e a possível identificação da cripta ocidental (Fig. 23), verificando-se que esta conservava espólios ainda *in-situ*, entre os quais três placas de xisto e várias pontas de seta.

A câmara principal do monumento, cuja estratigrafia foi devidamente registada (Fig. 25) possuía a parede forrada por pequenas lajetas calcárias colocadas horizontalmente (Fig. 26), comunicava originalmente com o exterior através de um longo corredor parcialmente lajeado (Fig. 27), o qual só muito mais tarde veio a ser completamente posto a descoberto por João Ludgero Marques Gonçalves (Fig. 28).

A escavação do monumento da Praia das Maçãs tornou ainda mais evidentes, aos olhos de Vera Leisner, as qualidades pessoais e humanas de Veiga Ferreira, e reforçou, se possível, o afecto que esta lhe dedicava, expressivamente registado em fotografia de ambos, obtida na câmara ocidental do monumento (Fig. 29).

Entretanto, foram explorados outros monumentos dolménicos da região de Lisboa, como o enorme dólmen do Alto da Toupeira, perto da povoação de Lousa (Fig. 30), o qual se encontrava totalmente esvaziado de qualquer espólio arqueológico.

Vera Leisner foi bolseira do Instituto de Alta Cultura nas décadas de 1950 e de 1960, referindo-se, nos relatórios anualmente apresentados, conservados no seu Arquivo à guarda actualmente da DGPC, às colaborações que ia desenvolvendo com os arqueólogos portugueses; assim, no relatório relativo ao ano de 1958, menciona o trabalho realizado nesse ano sobre os megálitos de Trigache e A-da-Beja, bem como os trabalhos preparató-



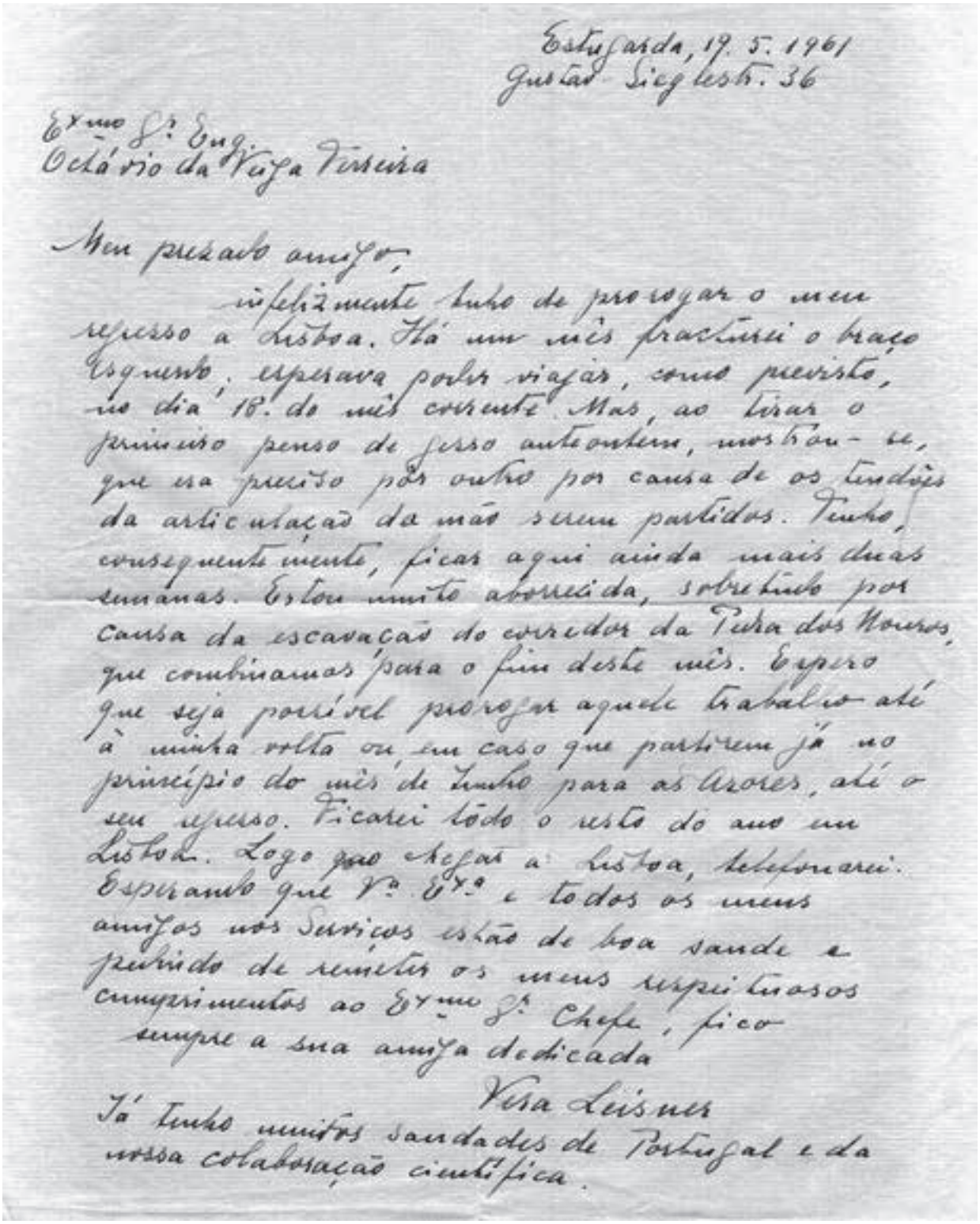
Fig. 19 – José Camarate França junto ao dólmen de Casainhos, depois das escavações nele efectuadas, em Fevereiro de 1961. Arquivo de João Luís Cardoso/Octávio da Veiga Ferreira.



Fig. 20 – Vista do dólmen de Casainhos na actualidade, o qual, apesar de ter sido classificado Monumento Nacional continuou a sofrer delapidações, desde 1961, ano em que foi explorado. Fotografia de António González.



Fig. 21 – Vista do grande dólmen da Pedra dos Mouros, conservando ainda dois dos seus grandes esteios de pé, fotografado em 1933 por G. e V. Leisner. Actualmente, apesar de estar classificado como Monumento Nacional, todos eles estão por terra, o que evidencia bem o estado de abandono a que chegou o património arqueológico, mesmo o de mais alto estatuto, nos arredores de Lisboa, neste caso no concelho de Sintra. (Arquivo Leisner/DGPC).



Estugarda, 19. 5. 1961
Gustav Siegle str. 36

Exmo Sr. Eng.
Octávio da Veiga Ferreira

Meu prezado amigo,

infelizmente tenho de prorogar o meu regresso a Lisboa. Há um mês fracturei o braço esquerdo, esperava poder viajar, como previsto, no dia 18. do mês corrente. Mas, ao tirar o primeiro penso de gesso anteontem, mostrou-se, que era preciso pôr outro por causa de os tendões da articulação da mão serem partidos. Tenho, consequentemente, ficar aqui ainda mais duas semanas. Estou muito aborrecida, sobretudo por causa da escavação do corredor da Pedra dos Mouros, que combinamos para o fim deste mês. Espero que seja possível prorogar aquele trabalho até à minha volta ou, em caso que partirem já no princípio do mês de Junho para as Azores, até o seu regresso. Ficarei todo o resto do ano em Lisboa. Logo que chegar a Lisboa, telefonarei. Esperando que V.a Ex.a e todos os meus amigos nos Serviços estão de boa saude e pedindo de remeter os meus respeitosos cumprimentos ao Ex.mo Sr. Chefe, fico sempre a sua amiga dedicada

Vera Leisner

Já tenho muitas saudades de Portugal e da nossa colaboração científica.

Fig. 22 – Carta autógrafa de Vera Leisner, remetida a O. da Veiga Ferreira de Estugarda, a 19 de Maio de 1961. Lamenta o facto de já não ser possível efectuar a intervenção no corredor da anta da Pedra dos Mouros, declarando no final da missiva: "Já tenho muitas saudades de Portugal e da nossa colaboração científica", expressiva do apreço que detinha pelo nosso País, e em particular por O. da Veiga Ferreira. Arquivo de João Luís Cardoso/Octávio da Veiga Ferreira.

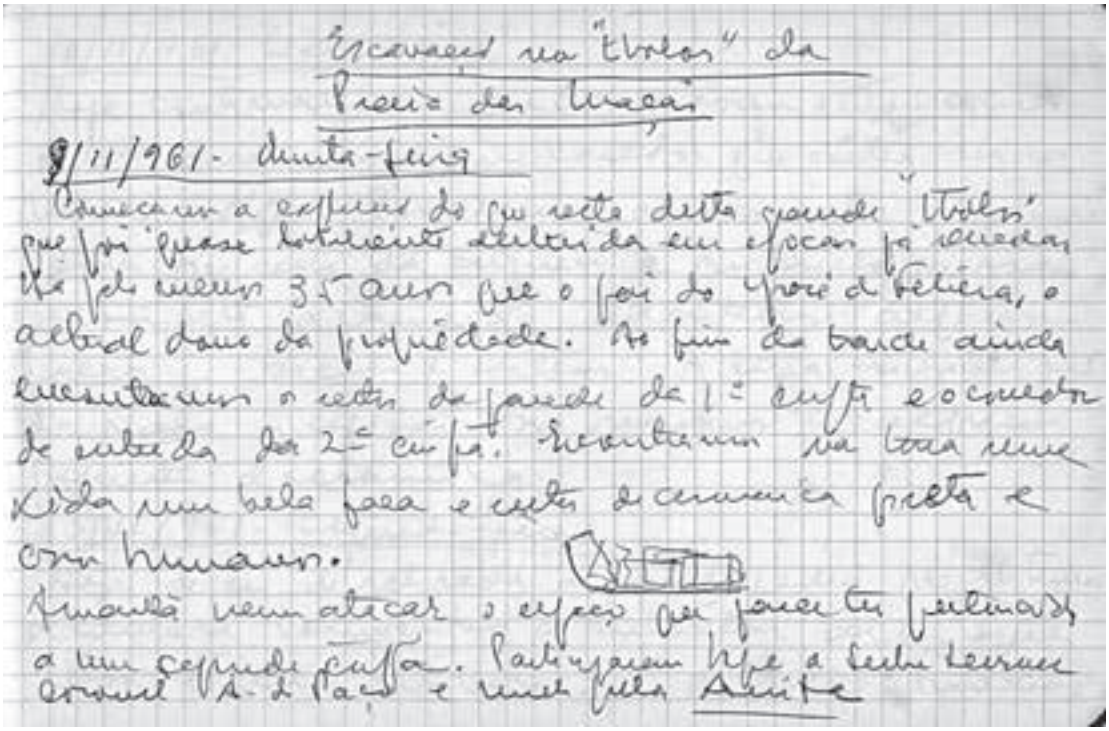


Fig. 23 – Página do Caderno de Campo de O. da Veiga Ferreira datada de 9 de Novembro de 1961, relativa ao início da escavação do monumento da Praia das Maçãs (Sintra). Arquivo de João Luís Cardoso/Octávio da Veiga Ferreira.

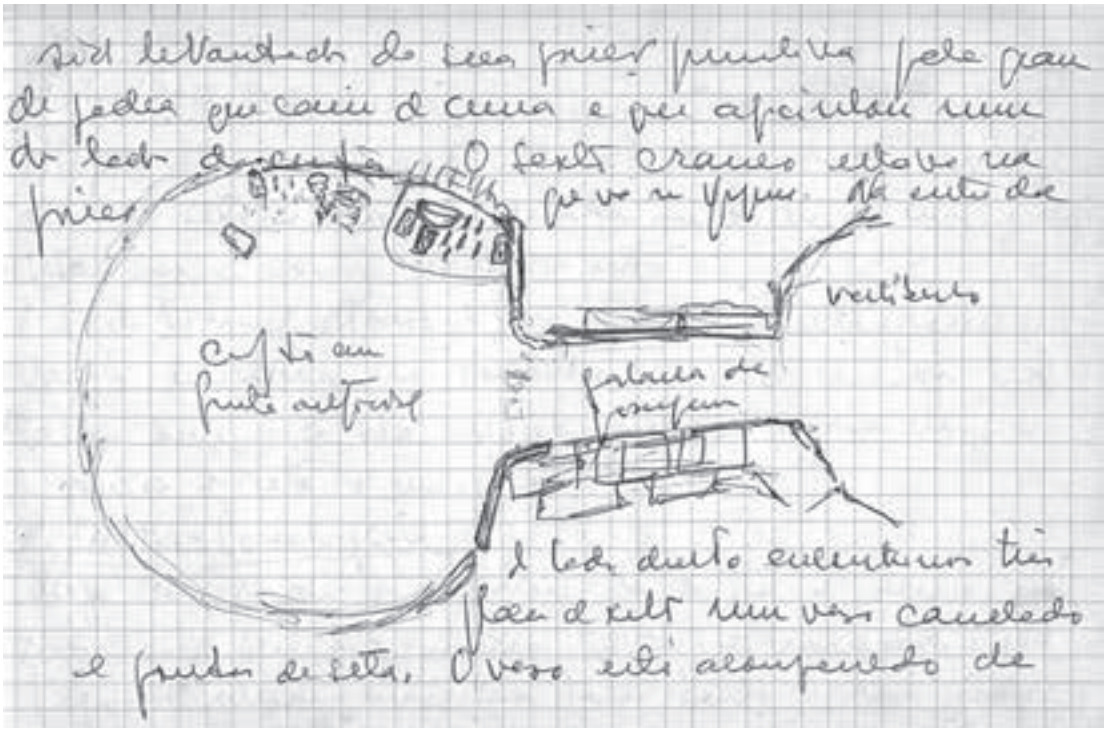


Fig. 24 – Página do Caderno de Campo de O. da Veiga Ferreira, relativa à exploração, em Novembro/Dezembro de 1961, da câmara ocidental, escavada na rocha, do monumento da Praia das Maçãs, na verdade uma gruta artificial complexa, do Neolítico Final, com transformações arquitectónicas introduzidas no Calcolítico. Arquivo de João Luís Cardoso/Octávio da Veiga Ferreira.

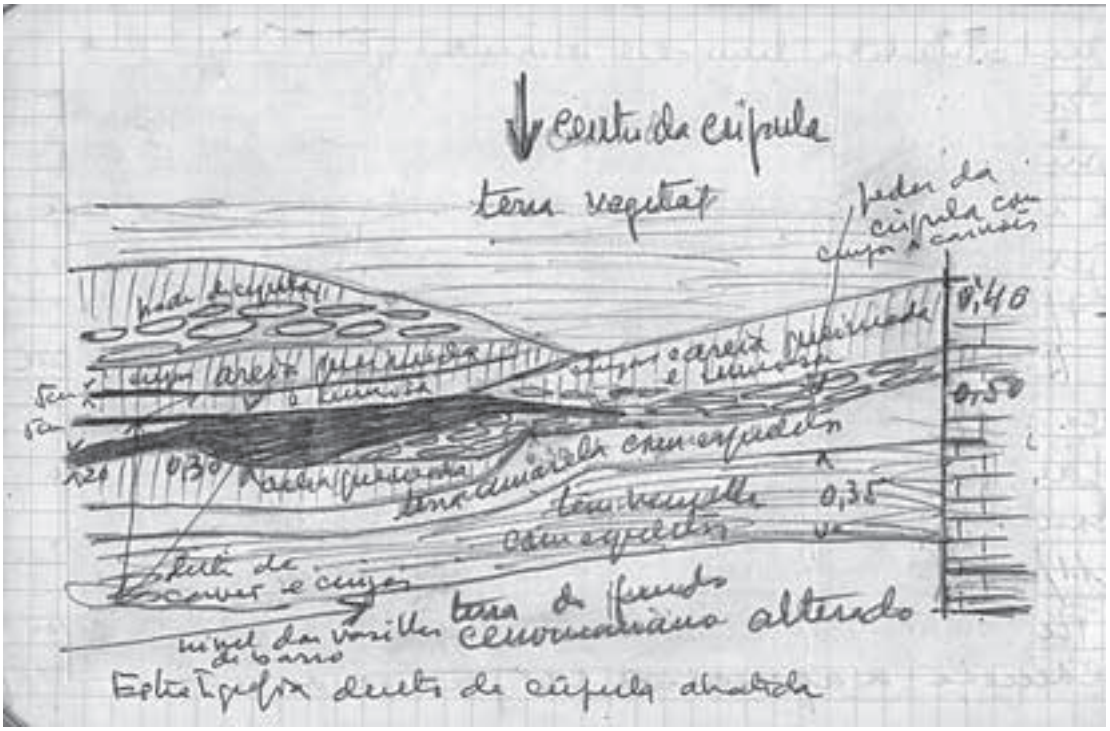


Fig. 25 – Registo estratigráfico do enchimento da câmara principal do monumento da Praia das Maçãs, efectuado no decurso das escavações em Novembro/Dezembro de 1961. Arquivo de João Luís Cardoso/Octávio da Veiga Ferreira.



Fig. 26 – Vista parcial da câmara principal do monumento da praia das Maçãs, obtida no final das escavações de 1961, observando-se a parede forrada de pequenas lajes dispostas horizontalmente, à maneira de algumas *tholoi* calcolíticas, bem como a passagem para a câmara ocidental, totalmente escavada na rocha. Arquivo de João Luís Cardoso/Octávio da Veiga Ferreira.

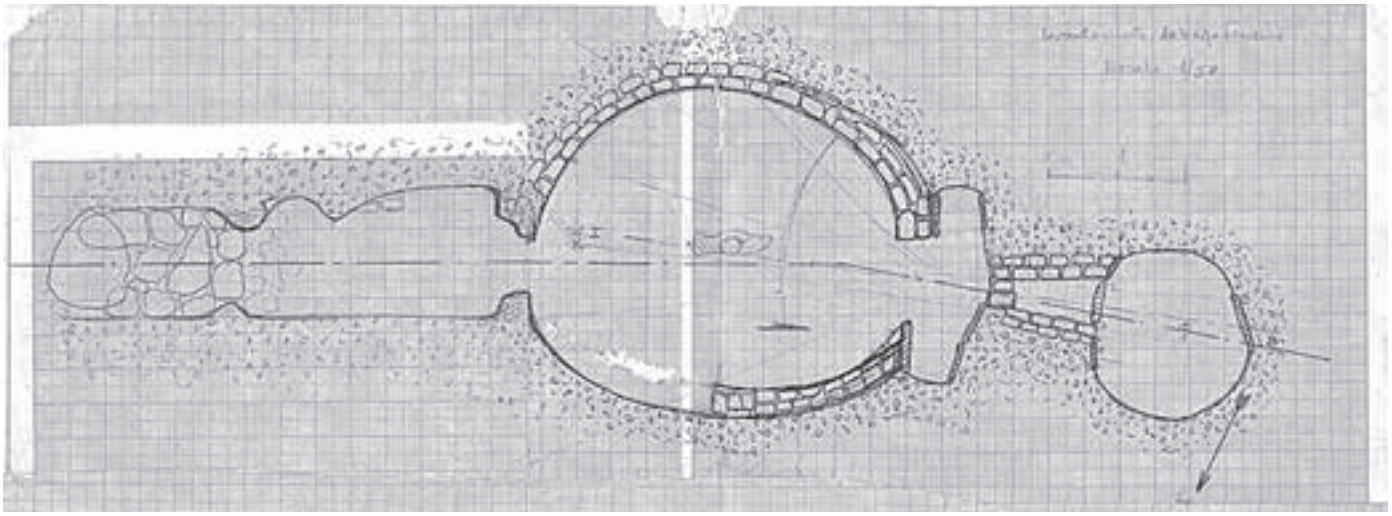


Fig. 27 – Original, em papel milimétrico do levantamento topográfico do monumento da Praia das Maçãs, observando-se o importante desenvolvimento do corredor, parcialmente lajeado. Arquivo de João Luís Cardoso/Octávio da Veiga Ferreira.



Fig. 28 – Vista geral do monumento da Praia das Maçãs, escavado de novo em 1979 por João Ludgero Marques Gonçalves, que concluiu a escavação do corredor. Fotografia de J. L. M. Gonçalves. Arquivo de João Luís Cardoso / Octávio da Veiga Ferreira.



Fig. 29 – Vera Leisner e O. da Veiga Ferreira na câmara ocidental, escavada na rocha do monumento da Praia das Maçãs, explorado em Novembro/Dezembro de 1961. Evidencia-se claramente a grande amizade existente entre ambos. Arquivo de João Luís Cardoso/Octávio da Veiga Ferreira.

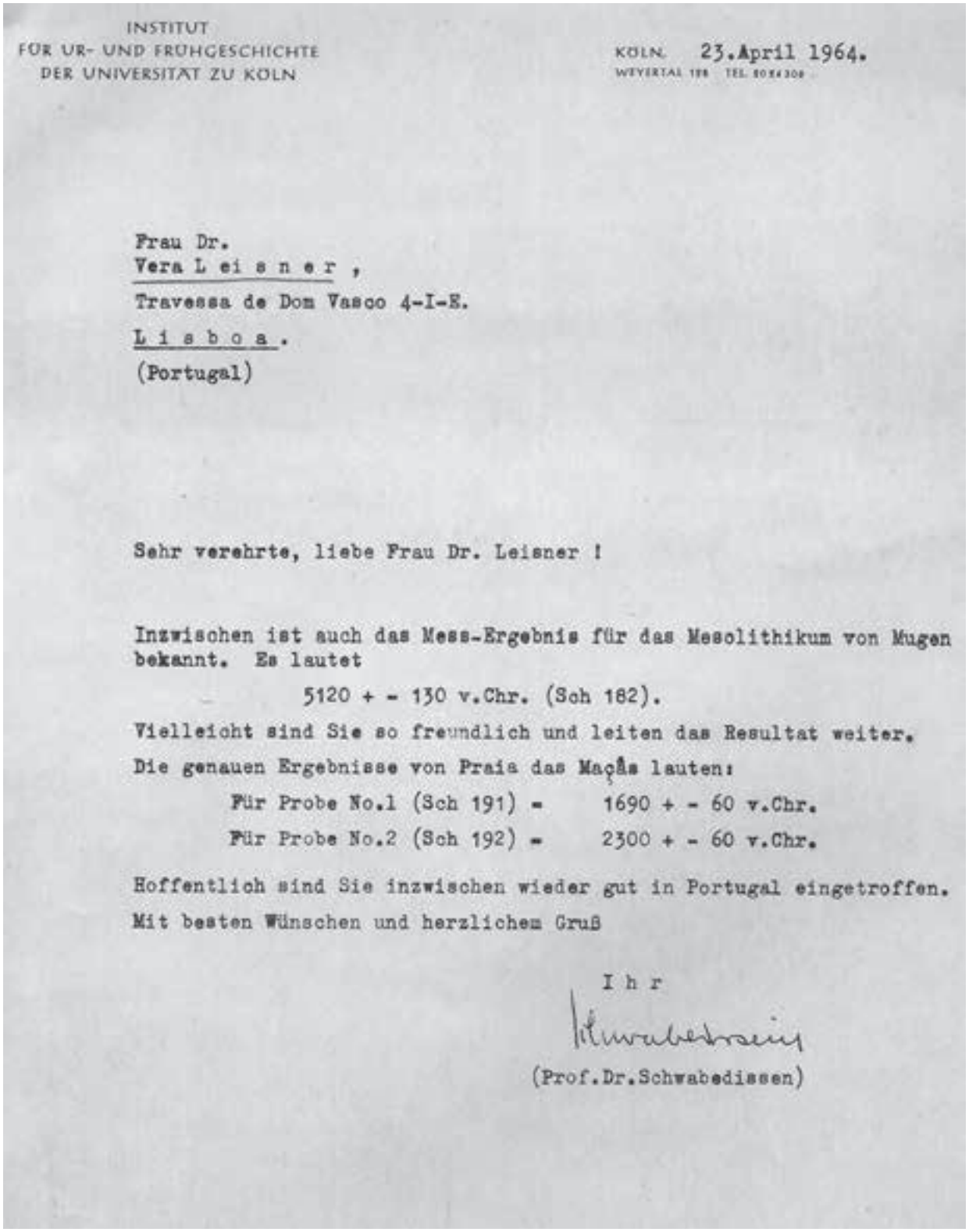


Fig. 30 – Vera Leisner fotografada na câmara do grande monumento dolménico do Alto da Toupeira (Loures). Arquivo de João Luís Cardoso/Octávio da Veiga Ferreira.

rios da redacção da monografia das grutas de Palmela, que previa concluir no ano seguinte, a qual, no relatório de 1962, é registada já como publicação. Em 1963, conforme é por ela indicado ao Instituto de Alta Cultura, pretendia redigir a monografia sobre os monumentos de Praia das Maçãs e de Casainhos, publicada em francês em 1969 por ela própria com a colaboração de Georges Zbyszewski e O. da Veiga Ferreira em Memória dos Serviços Geológicos de Portugal, tal qual o observado com a publicação das grutas da Quinta do Anjo, atrás referidas. Ambas as referidas monografias foram incluídas no notável volume dedicado aos megálitos funerários do ocidente peninsular, publicado em 1965, em Berlim, pela editora Walter de Gruyter, o primeiro daquela série em que assumiu a plena autoria. Ao mesmo tempo, continuava a redacção do volume 4 da referida série, o qual só veio a ser publicado postumamente, em 1998, devido ao empenho de Philine Kalb.

Os apoios continuados concedidos pelo Estado português à sua actividade, foram sempre reconhecidos pela própria. Talvez a mais significativa expressão dessa realidade tenha sido o seu desejo de que as primeiras datas absolutas de radiocarbono para o megalitismo português, obtidas por seu intermédio no laboratório do Prof. Schwabedissen, da Universidade de Colónia (Fig. 31) fossem publicadas em revista portuguesa, como declara em carta de 30 de Abril de 1963 ao Coronel Mário Cardozo, Director da Revista de Guimarães.

De facto, no vol. 73 daquela revista, referente ao ano de 1963, foram publicadas as análises até então obtidas, sobre amostras de carvões, uma da câmara ocidental do monumento da Praia das Maçãs, e outra da câmara principal, a par da análise relativa à *tholos* de A-dos-Tassos, escavada por O. da Veiga Ferreira, cujos resultados são discutidos à luz da doutrina da época.



INSTITUT
FÜR UR- UND FRÜHGESCHICHTE
DER UNIVERSITÄT ZU KÖLN

KÖLN, 23. April 1964.
WEYERTAL 125 TEL. 80 84 308

Frau Dr.
Vera L ei s n e r ,
Travessa de Dom Vasco 4-I-E.
L i s b o a .
(Portugal)

Sehr verehrte, liebe Frau Dr. Leisner !

Inzwischen ist auch das Mess-Ergebnis für das Mesolithikum von Mugen bekannt. Es lautet

5120 + - 130 v.Chr. (Sch 182).

Vielleicht sind Sie so freundlich und leiten das Resultat weiter.

Die genauen Ergebnisse von Praia das Maçãs lauten:

Für Probe No.1 (Sch 191) - 1690 + - 60 v.Chr.
Für Probe No.2 (Sch 192) - 2300 + - 60 v.Chr.

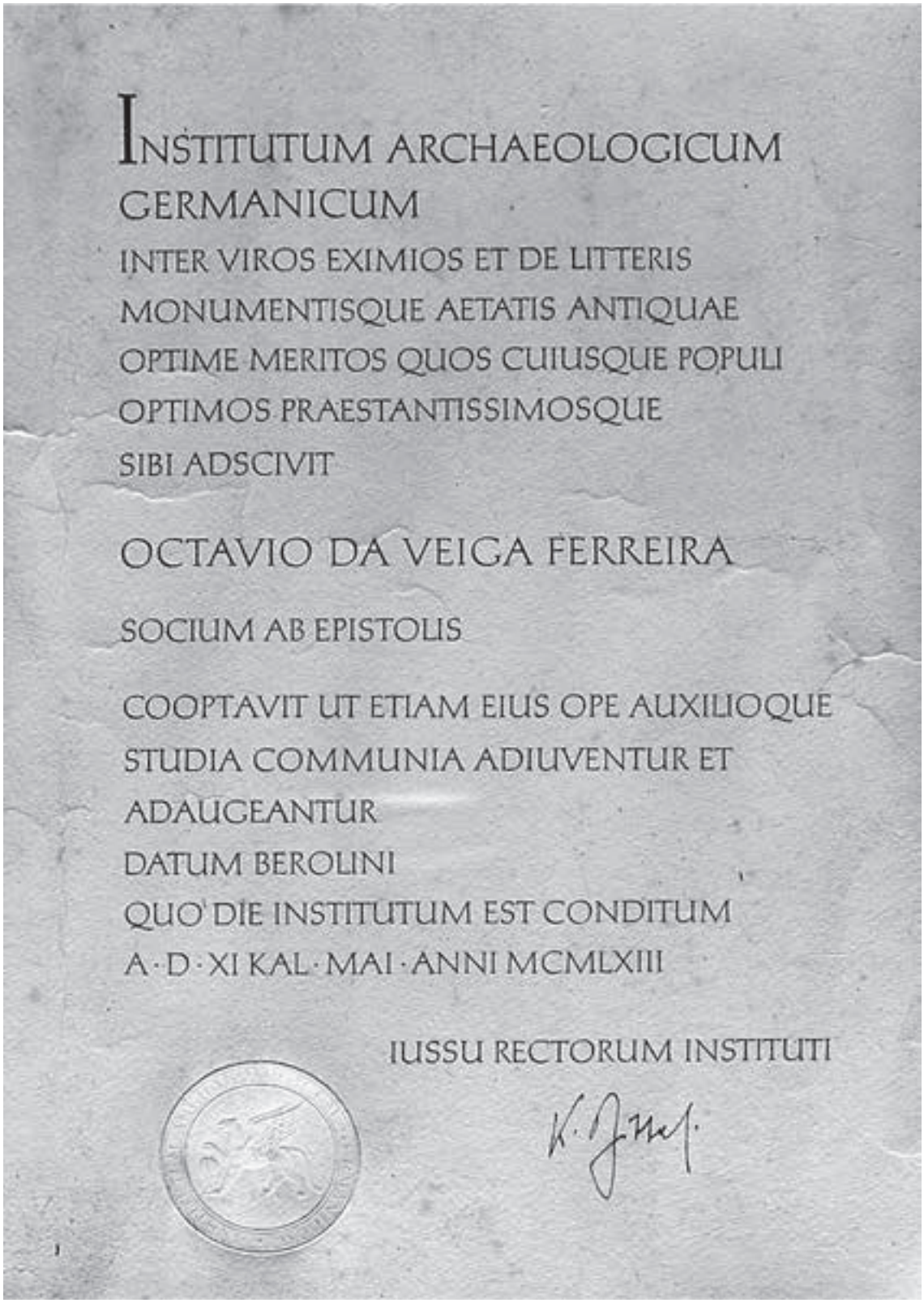
Hoffentlich sind Sie inzwischen wieder gut in Portugal eingetroffen.

Mit besten Wünschen und herzlichem Gruß

I h r

(Prof.Dr.Schwabedissen)

Fig. 31 – Carta do Prof. Schwabedissen, diretor do Instituto de Pré-História da Universidade de Colónia, onde ele instalou um Laboratório de radiocarbono a partir de 1960, de 23 de Abril de 1964, comunicando a Vera Leisner os primeiros resultados sobre a cronologia absoluta do monumento da Praia das Maçãs. Arquivo de João Luís Cardoso/Octávio da Veiga Ferreira.


INSTITUTUM ARCHAEOLOGICUM
GERMANICUM
INTER VIROS EXIMIOS ET DE LITTERIS
MONUMENTISQUE AETATIS ANTIQUAE
OPTIME MERITOS QUOS CUIUSQUE POPULI
OPTIMOS PRAESTANTISSIMOSQUE
SIBI ADSCIVIT

OCTAVIO DA VEIGA FERREIRA

SOCIUM AB EPISTOLIS

COOPTAVIT UT ETIAM EIUS OPE AUXILIOQUE
STUDIA COMMUNIA ADIUVENTUR ET
ADAUGEANTUR
DATUM BEROLINI
QUO DIE INSTITUTUM EST CONDITUM
A·D·XI KAL·MAI·ANNI MCMLXIII

IUSSU RECTORUM INSTITUTI

Fig. 32 – Diploma de Membro Correspondente do Instituto Arqueológico Alemão, de O. da Veiga Ferreira, datado de 11 de Maio de 1963. Arquivo de João Luís Cardoso/Octávio da Veiga Ferreira.

Tais trabalhos e publicações, para além de outros que prosseguia de forma independente, ou com outros amigos, explicam a eleição de O. da Veiga Ferreira como Membro Correspondente do Instituto Arqueológico Alemão em Maio de 1963 (Fig. 32). O reconhecimento da colaboração prestada a Vera Leisner deve ter pesado na decisão, a par das boas perspectivas de colaboração com outros arqueólogos alemães como Edward Sangmeister e Hermanfrid Schubart e Konrad Spindler, como de facto veio a acontecer.

A publicação detalhada dos resultados das escavações do dolmen de Casainhos e do monumento da Praia das Maçãs constituem Memória dos Serviços Geológicos de Portugal, publicada em 1969, esclarecidas as dúvidas suscitadas pela alternativa de a mesma poder vir a ser publicada em "O Arqueólogo Português", como é referido na carta de 6 de Fevereiro de 1967.

Na verdade, era objectivo do novo Director do Museu Nacional de Arqueologia, o Doutor Fernando de Almeida, reactivar a publicação daquela prestigiada revista, e, tendo sido Veiga Ferreira nomeado Conservador das colecções a título gracioso, admite-se que aquela possibilidade tenha sido seriamente considerada, pelas evidentes mais-valias que ao Museu conferia. A tal possibilidade se refere carta autógrafa de Vera Leisner, dirigida de Madrid a 6 de Fevereiro de 1967 a O. da Veiga Ferreira, abordando o destino a dar à monografia dedicada aos monumentos de Praia das Maçãs e de Casainhos, que acabou por ser publicada em bela memória dos Serviços Geológicos de Portugal, em 1969.

Teve-se, talvez, presente, na opção tomada, o facto de, em 1961, os Serviços Geológicos terem custeado a execução de alguns desenhos dos espólios do dólmen de Casainhos, no montante de 1100$00, com base no orçamento do desenhador Arno Eichler datado de 23 de Setembro de 1961

Em boa hora tal opção foi tomada, graças ao bom acolhimento sempre dispensado pelo então Director, o Eng. António de Castelo Branco à Arqueologia, não levantando quaisquer obstáculos ao pagamento daquela verba, confirmado por Carta autógrafa de Vera Leisner dirigida ao Director dos Serviços Geológicos de Portugal datada de 25 de Setembro de 1961.

Na verdade, a mancha tipográfica de "O Arqueólogo Português" não favorecia a adequada publicação de plantas, fotos e desenhos de materiais, mesmo que se procedesse à reorganização das estampas, alternativa que é considerada na missiva acima referida.

A publicação desta memória em 1969 – a última das publicadas sobre Arqueologia pela então já centenária Instituição que era os Serviços Geológicos de Portugal – encerrou com chave de ouro a brilhante colaboração que, desde a década de 1940, Georg e Vera Leisner, e depois, apenas Vera Leisner, mantiveram com diversos arqueólogos portugueses, dos quais, sem sombra de dúvida, O. da Veiga Ferreira foi o seu mais próximo e dilecto colaborador: daí o título desta singela apresentação, também ela feita de afectos, em homenagem à memória de ambos.

AGRADECIMENTOS

A Ana Catarina Sousa e Filipa Bragança, pelo convite endereçado a participar nesta obra colectiva, resultante de um colóquio organizado em 2016 na Faculdade de letras da Universidade de Lisboa e pela disponibilização das imagens da correspondência de O. da Veiga Ferreira para Vera Leisner existentes no Arquivo Leisner da ex-DGPC.

Ao malogrado e saudoso Amigo Rui Boaventura, por ter disponibilizado diversas imagens do referido Arquivo, por ele obtidas, destinadas a um trabalho que ambos tínhamos em preparação.

XXXIV

A LAPA DO BUGIO (SESIMBRA): HISTÓRIA DAS ESCAVAÇÕES REALIZADAS [1]

1 – LOCALIZAÇÃO

A Lapa do Bugio é uma cavidade natural situada no rebordo sul da plataforma de abrasão marinha basculada que termina no Cabo Espichei, dominando o litoral meridional da Península de Setúbal, existente na escarpa de calcários jurássicos que margina a referida plataforma. As suas coordenadas são as seguintes (Fig. 1):

Latitude: 38º25'56.05"N
Longitude: 9º10'12.9"W



Fig. 1 – Localização da Lapa do Bugio na Carta Militar de Portugal e na Península Ibérica na escala de 1/25000, folha 464.

[1] CARDOSO, J. L. (2022) – A Lapa do Bugio (Sesimbra): história das escavações realizadas. *Akra Barbarion*. Sesimbra. 6, p. 15-53. Modificado.

2 – IDENTIFICAÇÃO E PRIMEIROS TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS – 1957

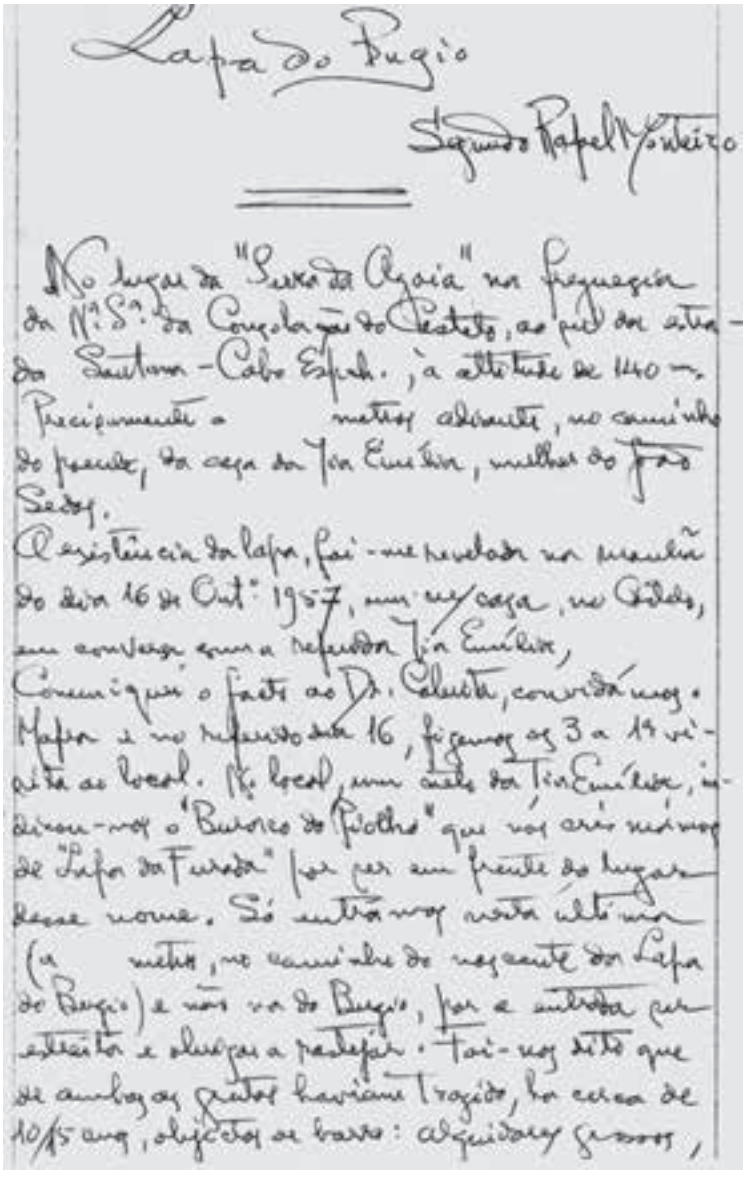
Com base nos apontamentos autógrafos de Eduardo da Cunha Serrão, feitos a partir das informações por ele recolhidas directamente de Rafael Monteiro (Fig. 2), conclui-se que foi este último investigador local da história de Sesimbra que reconheceu o interesse arqueológico da gruta, no dia 16 de Outubro de 1957.

No dia referido, acompanhado de populares residentes no lugar da Serra da Azóia, Rafael Monteiro procedeu a um reconhecimento ao local da gruta, tendo recolhido informações de dali serem provenientes cerâmicas grosseiras, colhidas há 10/15 anos, o que situa tais iniciativas cerca de 1945/1950; na altura, teve conhecimento de outras grutas situadas muito próximo, uma das quais designou como Lapa da Furada, a qual foi ulteriormente escavada em 1992 e em 1993 pelo signatário, encontrando-se os principais resultados já publicados (CARDOSO, 1993; CARDOSO & CUNHA, 1995; CARDOSO, 1997).

Na Lapa do Bugio não foi possível entrar, devido à passagem ser estreita e obrigar a rastejar.

No dia 18 de Outubro de 1957, Rafael Monteiro procedeu a nova visita à Lapa do Bugio com diversos companheiros. Os espólios cerâmicos e líticos então recolhidos, acompanhados de alguns restos humanos, vieram confirmar o interesse arqueológico da cavidade, cuja entrada se encontrava de há muito obstruída com blocos, denotando a ausência de perturbações recentes, o que seria explicado pelos receios existentes na população local em entrar em grutas. Neste mesmo dia Rafael Monteiro contactou por telefone o Dr. Eduardo da Cunha Serrão, informando-o do interesse da necrópole, que por certo merecia exploração.

Com base nos apontamentos conservados, a primeira intervenção arqueológica na gruta realizou-se logo no dia 21 de Outubro, prosseguindo as explorações nos dias seguintes, já que Eduardo da Cunha Serrão visitou apenas a gruta pela primeira vez a 25 de Outubro. No decurso desses dias, Rafael Monteiro procedeu ao rebaixamento de uma


Lapa do Bugio

Segundo Rafael Monteiro

Fig. 2 – Primeira página dos apontamentos de Eduardo da Cunha Serrão a partir das informações prestadas por Rafael Monteiro sobre a identificação e primeiras investigações arqueológicas na Lapa do Bugio, em Outubro de 1957. Fotocópia cedida ao signatário pelo Senhor João Pinhal (Câmara Municipal de Sesimbra).

área de planta rectangular situada no centro da gruta (Fig. 3), registando-se as coordenadas dos achados mais importantes, igualmente registados em esboços suficientemente explícitos, a ponto de permitirem a identificação efectiva dos objectos, graças aos dotes artísticos de E. da Cunha Serrão, que os desenhou (Fig. 4 e Fig. 5).

As terras da escavação foram removidas para o exterior, onde se peneiraram, o que proporcionou a recolha de mais objectos, com a ajuda de um habitante local, o Sabino, o qual, quando jovem, encontrou no interior da gruta dois vasos sobre uma rocha, que rapidamente partiu, tendo–os deixado no local.

Esta primeira campanha de escavações prosseguiu intermitentemente pelos dias restantes do mês de Outubro e pelo mês de Novembro, com o alargamento da intervenção em uma outra área no interior da gruta, designada por "Zona B" (Fig. 6), ao mesmo tempo que as recolhas prosseguiam com o registo das coordenadas e da profundidade respectiva dos achados, identificando-se duas camadas, a primeira, designada por Camada A, até os 30 cm a segunda, entre os 30 e os 50 cm de profundidade, designada por Camada B.



Fig. 3 – Esboço feito à vista do interior da Lapa do Bugio por Eduardo da Cunha Serrão, realizado aquando das primeiras investigações arqueológicas na Lapa do Bugio em Outubro de 1957. Fotocópia cedida ao signatário pelo Senhor João Pinhal (Câmara Municipal de Sesimbra).

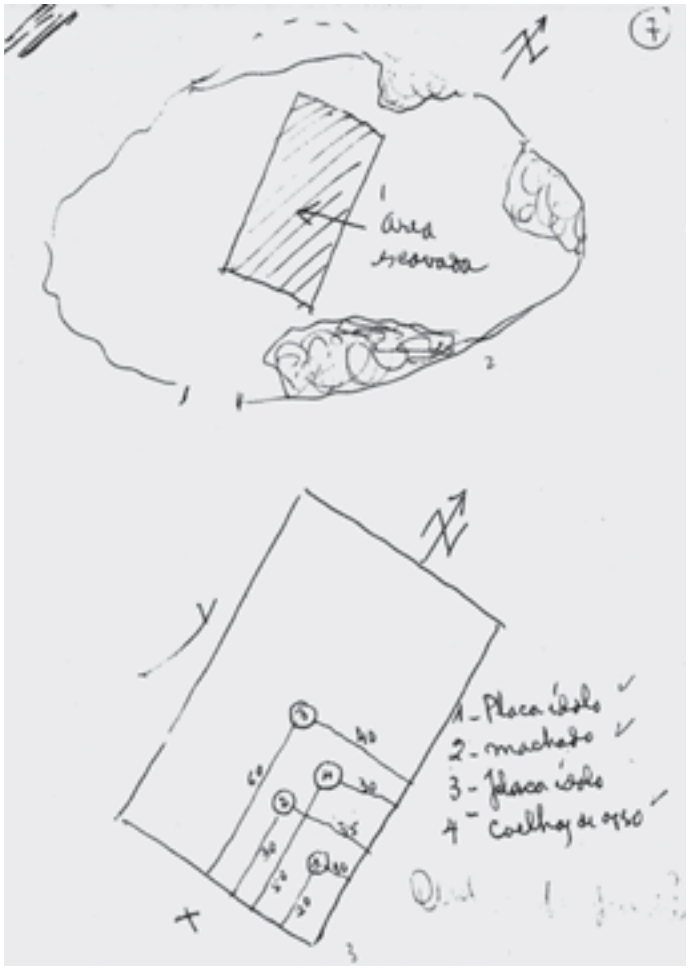


Fig. 4 – Esboço feito à mão por Eduardo da Cunha Serrão, com base nas informações de Rafael Monteiro, da localização da primeira área escavada na Lapa do Bugio (Zona A) e posicionamento de algumas das principais peças nela recolhidas, em Outubro de 1957. Fotocópia cedida ao signatário pelo Senhor João Pinhal (Câmara Municipal de Sesimbra).

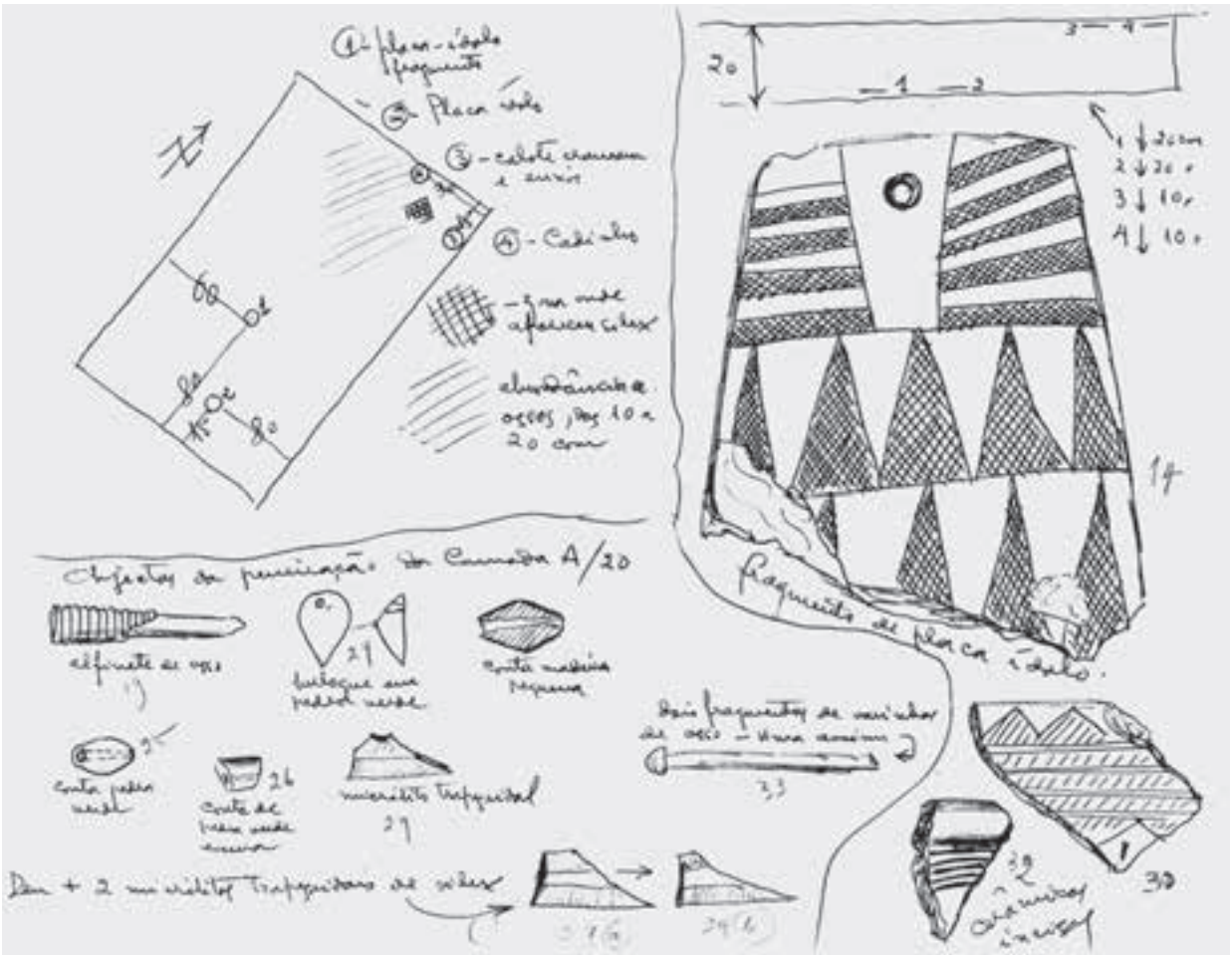


Fig. 5 – Esboço feito à mão por Eduardo da Cunha Serrão, com base nas informações de Rafael Monteiro, da localização, na primeira área escavada na Lapa do Bugio (Zona A) de algumas das principais peças nela recolhidas, em Outubro de 1957. Fotocópia cedida ao signatário pelo Senhor João Pinhal (Câmara Municipal de Sesimbra).

Em Novembro, existem esparsos registos, alguns datados dos dias 19, 25 e 29 de Novembro, tendo prosseguido a escavação na Zona B e em duas novas zonas, designadas por Zona C (Fig. 7) e Zona D, de localização indefinida, associadas a sepultura (S. III), definida por conjunto de artefactos, dispostos em espaço aparentemente circunscrito.

A descrição da metodologia adoptada nesta primeira campanha de escavações, bem como as áreas escavadas no interior da gruta, a estratigrafia observada e os espólios antropológicos e arqueológicos recolhidos foram objecto de comunicação ao 1.° Congresso Nacional de Arqueologia, reunido em Lisboa, em Dezembro de 1958, ou seja, pouco mais de um ano volvido da intervenção de campo realizada. O nome da gruta foi então alterado para o de "Estação Isabel", em "particular homenagem" de um dos autores da mesma (Rafael Monteiro) (MONTEIRO & SERRÃO, 1959, p. 407).

As principais conclusões então obtidas foram as seguintes:

1 – observação da disposição dos despojos tumulares junto às paredes da gruta e na zona central; uma tumulação era bem visível na zona central da Zona B, sob lages;

2 – foram identificadas duas outras tumulações nas camadas inferiores da Zona A;

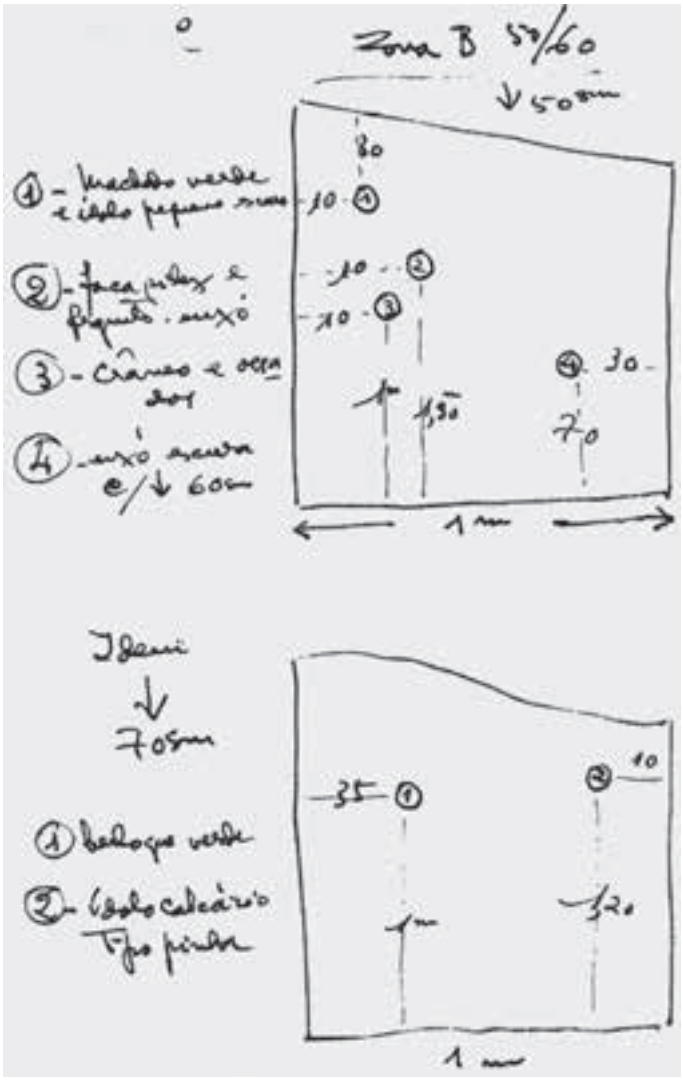


Fig. 6 – Esboço feito à mão por Eduardo da Cunha Serrão, com base nas informações de Rafael Monteiro, da localização na segunda área escavada na Lapa do Bugio (Zona B) de algumas das principais peças nela recolhidas, em Outubro de 1957. Destaca–se a referência ao célebre ídolo de calcário "Tipo Pinha", estudado e publicado mais tarde pelo signatário (CARDOSO, 1992, Est. 47, n.º 4). Fotocópia cedida ao signatário pelo Senhor João Pinhal (Câmara Municipal de Sesimbra).

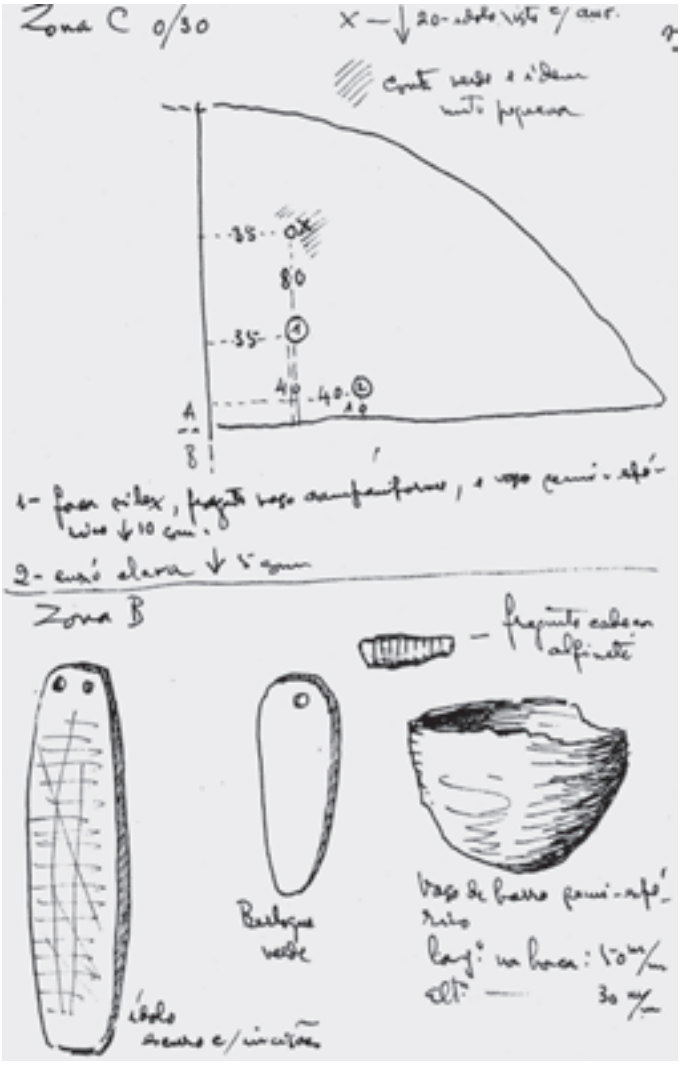


Fig. 7 – Em cima: esboço feito à mão por Eduardo da Cunha Serrão, com base nas informações de Rafael Monteiro, da terceira área escavada na Lapa do Bugio (Zona C), adjacente às duas anteriores mas de localização incerta no interior da gruta e posicionamento de algumas das principais peças nela recolhidas, entre os 0 e 30 cm de profundidade. Em baixo: esboços de alguns artefactos recolhidos na Zona B. Fotocópia cedida ao signatário pelo Senhor João Pinhal (Câmara Municipal de Sesimbra).

3 – no total, registaram-se 3 tumulações, cujas dimensões não ultrapassavam 0,50 por 0,40 m, afastando deste modo a possibilidade de serem inumações de esqueletos completos e muito menos em posição de decúbito dorsal, como depois se veio a verificar nos trabalhos ulteriormente efectuados;

4 – a maioria dos artefactos encontrava-se em redor e sob os restos humanos;

5 – nos locais onde se observaram agrupamentos de ídolos de calcário escasseavam ou faltavam em absoluto as placas de xisto; com efeito, todos os objectos de calcário provêm da Zona B, enquanto as placas de xisto se concentravam na Zona A;

6 – tal evidência conduziu à conclusão de se estar perante inumações de populações distintas em locais diferentes da gruta;

7 – no respeitante aos ossos humanos foram referidos indícios de desmembramento e do retalhamento dos corpos com evidências de os ossos terem sido serrados (op. cit., p. 421);

8 – aquela conclusão seria tanto mais importante quanto é certo não se terem observado remeximentos importantes (op. cit., p. 425), pelo que são de afastar quaisquer "violações destruidoras" (op. cit., p. 427);

9 – relativamente à presença de produções cerâmicas campaniformes, os autores observaram o seguinte (op. cit. p. 428): "Poucas vezes uma estação, onde abundam restos de tal cerâmica e elementos diversos da cultura respectiva, que facilmente se podem relacionar com os restos humanos a que correspondem, poderá proporcionar dados antropológicos tão dignos de confiança, especialmente porque não mostram indícios de inumações feitas em épocas posteriores."

Estas judiciosas conclusões foram revistas pelo signatário, há já 30 anos (CARDOSO, 1992), face ao progresso geral dos conhecimentos quanto ao fenómeno campaniforme na região, por um lado, e, por outro, tendo presentes as próprias vicissitudes das escavações e as limitações que foram evidenciadas pela análise critica dos resultados publicados pelos dois autores, agora confrontados com as próprias notas de escavação então produzidas, estudadas pela primeira vez.

Com efeito, a área escavada em 1957, foi subdividida nas duas zonas acima referidas, a Zona A e a Zona B, conforme foi publicada pelos autores no seu trabalho de 1958 (Fig. 8), correspondendo a Zona A à primeira a ser escavada. Mas o registo publicado pelos autores difere dos esboços que acompanham o relato dos trabalhos de campo. Assim, embora o contorno geral da cavidade conforme foi publicada seja semelhante aos esboços existentes, já a implantação e extensão das duas zonas escavadas é diferente. Com efeito, a área de contorno rectangular, com base nos registos de campo, possui a largura de 1 metro e o comprimento de 3 metros. Porém, a sua largura, com base na figura publicada

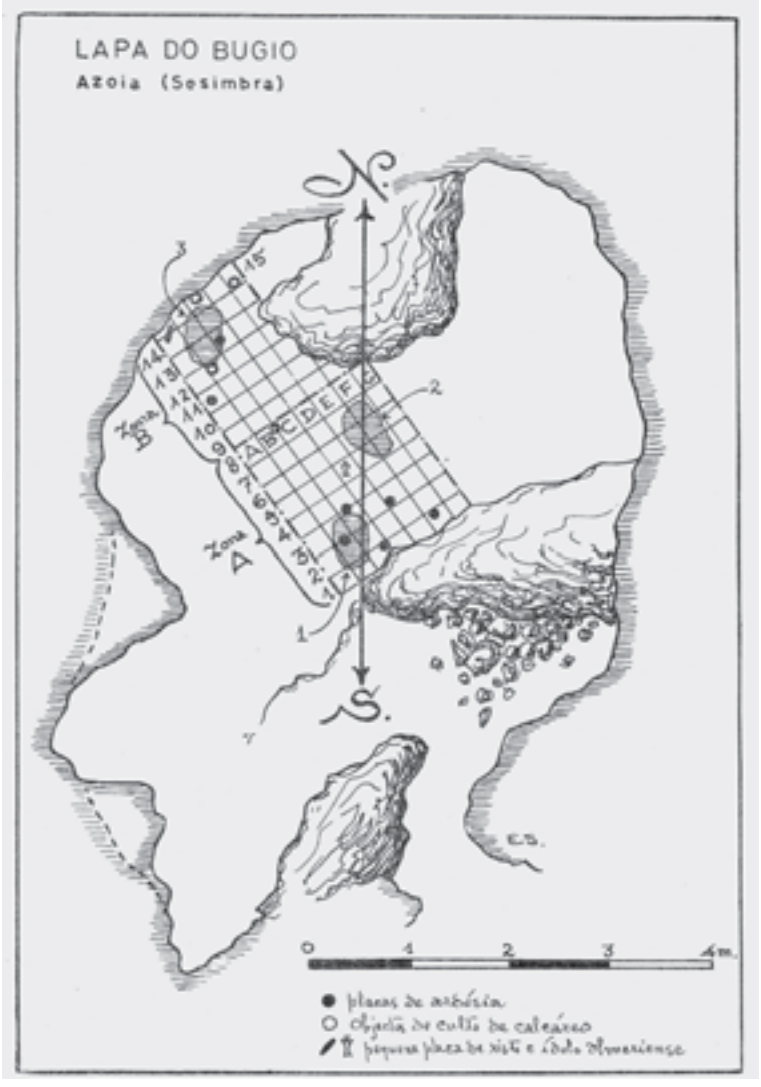


Fig. 8 – Planta publicada em 1958 da Lapa do Bugio, (assinada por Eduardo da Cunha Serrão) assinalando-se as Zonas A e B, mas omitindo-se as outras, com a imposição de um sistema ortogonal de referenciação, totalmente idealizado, que não foi seguido nas escavações (MONTEIRO & SERRÃO, 1958, Fig. 2), indicando-se a localização das peças consideradas mais importantes de xisto e de calcário.

(Fig. 8), é de 1,60 m, o que não se compreende pois não há nenhuma alusão nos apontamentos ao alargamento lateral da área escavada. Também no que respeita ao seu comprimento, a diferença entre os valores obtidos: 2,90 m no esboço, contra 3,20 na planta publicada, só pode explicar-se pela abertura de uma terceira área, conforme se encontra registado nos apontamentos da escavação, a Zona C ou Zona D, ou ambas, de localização incerta no terreno.

Outras discrepâncias, estas de natureza metodológica, foram evidenciadas pelo confronto entre a documentação inédita a que agora se teve acesso e a que foi publicada.

A principal diferença reside no facto de os esboços agora dados a conhecer não possuírem qualquer compatibilidade com o sistema de referenciação apresentado na planta publicada. Pelo contrário: o registo dos espólios recuperados mais importantes foi efectuado segundo sistemas de coordenadas diferentes conforme se tratava da Zona A ou da Zona B, tomando até como referência da origem das coordenadas pontos distintos, dentro das mesmas áreas escavadas, conforme se pode concluir pela confrontação dos diferentes esboços conhecidos a acima reproduzidos (ver Figs. 4 a 7).

Assim, enquanto que, no dia 21 de Outubro de 1957 o esboço então realizado demonstra que a localização dos achados foi feita com base nas medidas em centímetros a partir do lado este do rectângulo (abcissas), já no respeitante ao esboço realizado no dia 23 de Outubro as abcissas foram consideradas a partir das medidas tomadas a partir do lado oeste do rectângulo em apreço. Tal situação revela que, em cada área aberta de novo, se adaptava um sistema de coordenadas próprio, comprovando a ausência de um critério único no registo. Face ao exposto, conclui-se que a Fig. 2 da publicação de 1958 (actual Fig. 8) apresenta uma quadricula única que abrange a totalidade da área escavada, a qual nunca existiu no terreno, sem prejuízo de ter havido uma genuína preocupação do registo rigoroso dos achados que nela se vêm indicados. Esta realidade pode resultar simplesmente de o mentor da metodologia da escavação, Eduardo da Cunha Serrão, só ter visitado a mesma no dia 25 de Outubro de 1957, quando os referidos registos, como se viu, correspondem a datas anteriores. É, deste modo, evidente, que as indicações, mais ou menos explícitas, dadas por telefone a Rafael Monteiro, para que este procedesse ao registo tridimensional dos principais achados tenham sido por este seguidas à letra assumindo que cada área teria o seu próprio sistema de referenciação.

A ausência de um critério único e credível evidenciado nos sistemas de referenciação cartesiana utilizados no registo dos achados efectuados no decurso da primeira campanha de escavações teve equivalente, pela mesma altura, no modo de registo das escavações dirigidas por Eduardo da Cunha Serrão na Lapa do Fumo, situada próximo. Conforme foi recentemente demonstrado pelo signatário (CARDOSO, 2021), a heterogeneidade de critérios observados ao longo dos anos na escavação daquela notável estação arqueológica impediu a obtenção de uma informação coerente, segura e global, susceptível de ser utilizada, prejudicando o conhecimento científico daquela estação arqueológica, não obstante o aparente cuidado dispensado ao registo gráfico então realizado. No caso da Lapa do Bugio, tal realidade não impediu, contudo, que fosse conhecida, ainda que de forma aproximada a posição no terreno dos principais artefactos recolhidos em 1957.

Na verdade, o rigor seguido na escavação de 1957 encontrava-se à partida prejudicado pelo facto de o desenho da cavidade ter sido feito à mão (CARDOSO, 1992) por Eduardo da Cunha Serrão, conforme na ocasião foi presenciado por Rafael Monteiro. E, naturalmente, os dotes de exímio desenhador que aquele possuía, não foram suficientes para atingir o rigor exigido por um registo desta natureza. Só anos depois, quando O. da Veiga Ferreira procedeu ao levantamento topográfico da gruta, se evidenciaram tais discrepâncias.

A relação estabelecida entre Rafael Monteiro e Eduardo da Cunha Serrão degradou-se no decurso das escavações realizadas em 1957, ao ponto de a fase final destas já não ter sido por este acompanhada, por razões

por ele consideradas como "lastimáveis" (SERRÃO, 1967, p. 114). É o próprio que adianta, naquele mesmo artigo, que tais motivos resultaram de divergência entre três dos elementos da equipa, entre os quais Rafael Monteiro, e ele próprio, "relativamente à forma legal de conduzir a escavação" (op. cit. p. 108).

Admite-se que Cunha Serrão pretendesse que as escavações fossem legalizadas através de uma autorização formal concedida pela Junta Nacional da Educação, o que pressupunha a orientação por personalidade reconhecida como arqueólogo, que só ele se considerava em condições de cumprir. Com efeito, a sua actuação arqueológica em Sesimbra, iniciada em 1956, era apoiada pelo Centro de Estudos de Etnologia Peninsular, sediado na Faculdade de Ciências do Porto e dirigido pelo Prof. A. A. Mendes Corrêa. Sabe-se que tais divergências teriam sido entretanto sanadas porque, em 1958, nova campanha de escavações se realizou na gruta. Mas pelas parcas informações dadas igualmente por Cunha Serrão, a mesma "Não teve prosseguimento porque, pela segunda vez, a equipa se desagregou (...)" (SERRÃO, 1967, p. 114).

A referida campanha de escavações, realizada em alguns dias do mês de Dezembro de 1958 foi seguramente inspirada pela apresentação pública dos resultados obtidos nas escavações de 1957 ao 1.º Congresso Nacional de Arqueologia, realizado em Lisboa entre os dias 15 e 20 de Dezembro daquele mesmo ano de 1958. Não existem dúvidas de que a mesma foi motivada pela importância arqueológica dos resultados apresentados. Colaboraram nestas escavações diversos estudantes universitários, entre os quais Miguel Magalhães Ramalho, que viria mais tarde a ser geólogo dos Serviços Geológicos de Portugal e futuro responsável pelo Museu Geológico da instituição que lhe sucedeu, o LNEG.

Logo depois, em Novembro de 1961 e, mais tarde, em meados de Outubro de 1962, em resultado do interesse suscitado pelos espólios antropológicos anteriormente recolhidos, foram realizadas outras explorações, também sem a autorização da tutela, nas quais já não participou Cunha Serrão, cujo objectivos se centraram na recolha de mais espólios antropológicos; as mesmas foram realizadas por outros elementos do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular, respectivamente J. R. dos Santos Júnior, em 1961 (ISIDORO, 1964, p. 227) e Agostinho Farinha Isidoro, em 1962, que seguramente conduziram a destruições parciais ou totais de mais sepulturas,

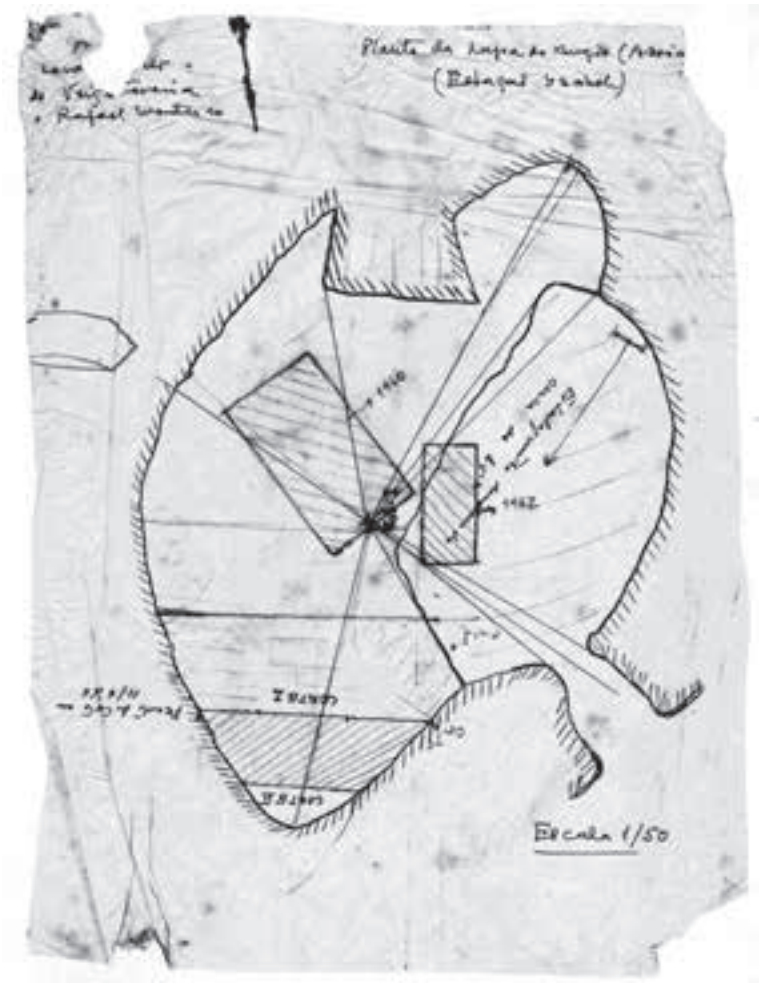


Fig. 9 – Contorno do interior da Lapa do Bugio, em papel vegetal, correspondendo ao primeiro levantamento à prancheta realizado, com a implantação das áreas escavadas até 1960, e em 1962 por Agostinho Farinha Isidoro. Arquivo de João Luís Cardoso / Octávio da Veiga Ferreira.

ainda incólumes. A intervenção de 1962 encontra-se registada em planta inédita, correspondente a um rectângulo adjacente à área escavada até 1960 (Fig. 9).

A estas destruições, somaram-se as produzidas pelos alunos de uma escola secundária de Lisboa, apelidada por Agostinho Isidoro de "escavacação" (ISIDORO, 1963), que bem poderia aplicar às intervenções que ele próprio e Santos Júnior produziram. Os materiais antropológicos recolhidos em 1961 e 1962, somados aos obtidos em Julho de 1964, de novo por Agostinho Farinha Isidoro, em uma nova campanha de depredações, foram levados para o Instituto de Antropologia da Faculdade de Ciências do Porto, dando origem a diversas publicações (ISIDORO, 1963; 1964; 1967/1968), encontrando-se presentemente em estudo no âmbito do doutoramento de Raquel Granja inscrito na Universidade de Coimbra (informação da própria de Fevereiro de 2022).

Era esta a situação em que a gruta se encontrava em 1964 quando uma nova perspectiva se desenhou e que viria, enfim a obviar à progressiva destruição da notável necrópole, até dela nada restar. Com efeito, logo na abertura do artigo publicado em 1971, pela equipa que realizou as campanhas de escavações de 1966 e de 1967, a seguir descritas, se declara:

> "*A gruta quando da nossa chegada apresentava um aspecto miserável e caótico. Os materiais dali retirados, a esmo, são, todavia, da mais alta importância para o estudo da cultura do vaso campaniforme em Portugal. Existem já alguns trabalhos publicados que se referem aos materiais provenientes destas depredações*" (MONTEIRO, ZBYSZEWSKI & FERREIRA, 1971, p. 107, 108).

3 – NOVAS ESCAVAÇÕES, EXCELENTES RESULTADOS – 1966 E 1967

3.1 – A primeira campanha de escavações (Abril a Setembro de 1966)

A importância da gruta, que se mantinha elevada apesar das depredações efectuadas atrás referidas, em 1961 e sobretudo em 1962 e 1964, e o interesse, que permaneceu intacto, da parte de Rafael Monteiro, pela prossecução dos trabalhos, explica a intenção de retomar as escavações na Lapa do Bugio, mas suportadas por objectivos mais estruturados e em equipa mais sólida, estável permanente.

Tal oportunidade surgiu na sequência do estabelecimento de relações entre Rafael Monteiro e O. da Veiga Ferreira quando este último, integrado numa brigada dos Serviços Geológicos de Portugal, chefiada por Georges Zbyszewski, procedia ao levantamento da folha de Setúbal, da Carta Geológica de Portugal à escala de 1/50 000, publicada naquele mesmo ano de 1965. A cartografia geológica integrava então o registo de sítios de natureza arqueológica, especialmente os pré-históricos e, entre estes, a Lapa do Bugio, pelo que a ideia de retomar as escavações na gruta fazia todo o sentido. Na verdade, entre as atribuições oficiais daqueles Serviços constava a intervenção em estudos de Arqueologia Pré-Histórica, encontrando-se por tal motivo representados na 2.ª Subsecção da 6.ª Secção da Junta Nacional da Educação, através do seu director, na época o Eng. Fernando Moitinho de Almeida. Deste modo, a iniciativa de realização de intervenções arqueológicas em estações pré-históricas por parte dos técnicos dos Serviços Geológicos de Portugal dependia unicamente de uma informação escrita à Junta Nacional de Educação, comunicada por quem ali representasse os Serviços Geológicos.

Estavam assim reunidas as condições legais para a realização da intervenção, mas faltavam ainda os apoios que pudessem suportar as despesas provocadas pela estada da equipa no terreno. Deste modo, foi solicitado por O. da Veiga Ferreira, a título particular, como arqueólogo, o apoio financeiro da Fundação Calouste Gulbenkian, sabendo-se da disponibilidade da benemérita fundação para apoiar tais tipos de trabalhos.

O pedido de subsídio, subscrito, como as subsequentes missivas trocadas com a Fundação, por O. da Veiga Ferreira, e datado de 12 de Janeiro de 1965, teve resposta a 29 do mesmo mês, do seguinte teor, da parte do Presidente da Fundação, José de Azeredo Perdigão (Fig. 10):

Carta dactilografada, com chancela da "Fundação Calouste Gulbenkian / Presidência / Lisboa", com a indicação de nº 0402, datada de 28-01-1965

Lisboa, 28 de Janeiro de 1965
Exmo. Senhor Engenheiro,
Acuso a recepção da carta de V. Exa., de 12 do corrente mês.
Relativamente ao assunto constante da mesma, informo V. Exa. de que este foi enviado ao nosso Serviço de Belas-Artes, para estudo e informação.
Apresento a V. Exa. os meus melhores cumprimentos.
O Presidente
José de Azeredo Perdigão (assinatura)

Embora esta missiva não fosse decisiva no respeitante ao subsídio solicitado, o simples facto de ter havido uma resposta ao pedido efectuado, situação que seria pouco frequente à época, fossem serviços públicos ou instituições privadas como esta, justificou a forma reconhecida e calorosa com que O. da Veiga Ferreira lhe respondeu (Fig. 11):

Carta dactilografada (minuta), sem chancela, não datada (anexa a carta com chancela da Fundação Calouste Gulbenkian)

Exº Senhor
Doutor Azeredo Perdigão
Ilustre Presidente da Fundação
Calouste Gulbenkian
Exº. Senhor
Venho agradecer comovido a atenção que mereceu a Vª. Exª. o pedido que lhe dirigi para a obtenção de fundos a fim de poder executar escavações arqueológicas em antiguidades pré-históricas.
Confesso que outra coisa não podia esperar de Vª. Exª. sempre atento ao desenvolvimento da cultura portuguesa seja qual for o sector.
Aproveito a ocasião para apresentar a Vª. Exª. os meus respeitosos cumprimentos e de aceitar os últimos modestos estudos de arqueologia.
Bem Haja


Fundação Calouste Gulbenkian
Presidência
Lisboa

Nº 0402

Lisboa, 28 de Janeiro de 1965

Exmo. Senhor Engenheiro,

Acuso a recepção da carta de V. Exa., de 12 do corrente mês.

Relativamente ao assunto constante da mesma, informo V. Exa. de que este foi enviado ao nosso Serviço de Belas-Artes, para estudo e informação.

Apresento a V. Exa. os meus melhores cumprimentos.

O Presidente

[illegible]

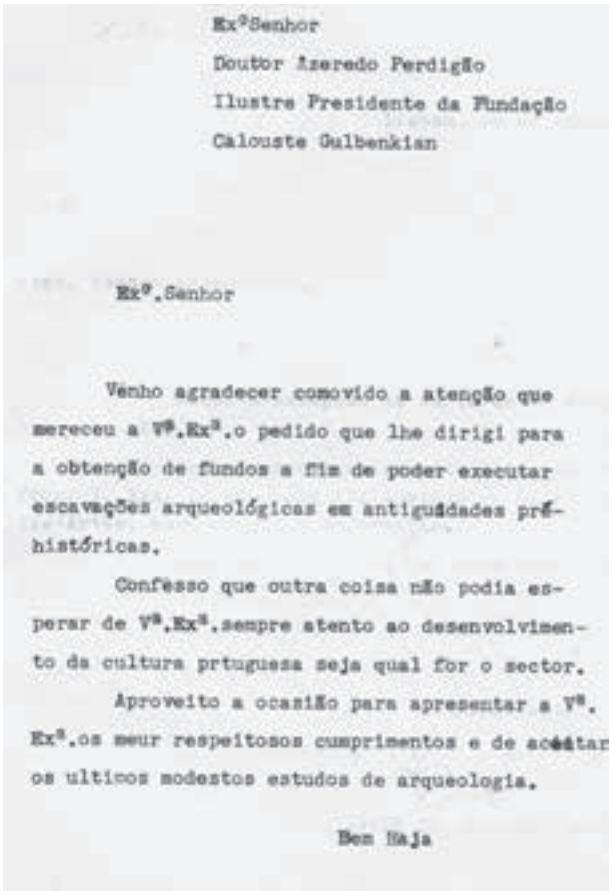
Exmo. Senhor
Engenheiro Octávio Reinaldo Santos Ferreira
Rua 19 - Bairro da Encarnação, nº 29
LISBOA

Fig. 10 – Ofício de José de Azeredo Perdigão, Presidente da Fundação Calouste Gulbenkian dirigido a O. da Veiga Ferreira, de 20 de Janeiro de 1965 relativo a subsídio concedido para a realização da 1.ª campanha de escavações na Lapa do Bugio. Arquivo de João Luís Cardoso / Octávio da Veiga Ferreira.

O processo teve continuidade pois, no final do ano de 1965, a 9 de Dezembro, foi dirigido novo ofício a O. da Veiga Ferreira, assinado por Artur Nobre de Gusmão, Director do Serviço de Belas-Artes

da Fundação, informando-o da atribuição de um subsídio no montante de 20 000$00. Este ofício foi seguido de um outro, assinado pelo mesmo responsável, acompanhado do respectivo cheque, datado de 13 de Janeiro de 1966, acusado por O. da Veiga Ferreira em carta datada de 30 de Janeiro de 1966, na qual reitera o agradecimento pelo apoio concedido.

Reuniam-se assim as condições para a realização dos trabalhos na Lapa do Bugio previstos para o ano de 1966, conforme se pode ler no Relatório final elaborado por O. da Veiga Ferreira e datado de 3 de Dezembro de 1966:



Exmº Senhor
Doutor Azeredo Perdigão
Ilustre Presidente da Fundação
Calouste Gulbenkian

Exmº. Senhor

Venho agradecer comovido a atenção que mereceu a Vª.Exª.o pedido que lhe dirigi para a obtenção de fundos a fim de poder executar escavações arqueológicas em antigualdades pré-históricas.

Confesso que outra coisa não podia esperar de Vª.Exª.sempre atento ao desenvolvimento da cultura prtuguesa seja qual for o sector.

Aproveito a ocasião para apresentar a Vª. Exª.os meur respeitosos cumprimentos e de aceitar os ultimos modestos estudos de arqueologia.

Bem Haja

Fig. 11 – Minuta da resposta de O. da Veiga Ferreira, agradecendo o Ofício de 20 de Janeiro de 1965 do Presidente da Fundação Calouste Gulbenkian acerca da concessão de subsídio para a realização da 1.ª campanha de escavações na Lapa do Bugio. Arquivo de João Luís Cardoso / Octávio da Veiga Ferreira.

> "*Em 9 de Abril de 1966 comecei os primeiros trabalhos na Lapa do Bugio com o Rafael Monteiro que por pouco ia sendo espoliado da sua descoberta pelo Sr. Cunha Serrão. A questão foi levantada na Junta Nacional de Escavações (sic) e ficou assente que a Lapa do Bugio seria explorada pelo signatário do presente relatório, pelo Doutor Georges Zbyszewski, com a colaboração, como é óbvio, de Rafael Monteiro seu descobridor e sério arqueólogo e leal companheiro de trabalho.*
>
> *Assim comecei nesta data pelo estudo do material já retirado e que se encontra no Museu do Castelo.*
>
> *Durante vários dias desloquei–me a Sesimbra onde trabalhei com Rafael Monteiro. Ao mesmo tempo desloquei-me várias vezes à gruta para me inteirar dos trabalhos ali a executar. Em primeiro lugar impunha-se fechar a gruta com uma porta que já existia mas arruinada, e por uma fechadura trabalho esse que já foi executado.*
>
> *Em 8 de Junho de 1966 começaram então os preparativos para uma exploração metódica do que restava depois das lamentáveis destruições da grande cripta mortuária aproveitada numa gruta natural.*"

As condições em que os trabalhos se realizaram não se encontram descritas, mas pelo elenco das despesas que acompanhou o envio à Fundação do respectivo relatório facilmente se verifica que os fundos disponibilizados foram geridos com parcimónia:

> "*Começamos os trabalhos em Abril e com as intermitências condicionadas pela nossa vida profissional fomos fazendo as pesquisas até Setembro do ano de 1966.*
>
> *Em Abril trabalhamos nos dias 9 e 10, 16 e 17, 23 e 24 e 30 e 31. Em Maio nos dias 14 e 15, 21 e 22, 28 e 29. Em Junho de 8 a 20 e 25 e 26. Em Julho 2 e 3 e 9, 10 e 11 e finalmente em Setembro nos dias 2, 3, 4 e 5.*
>
> *Empregamos 6 homens por dia no total dos trabalhos na gruta. Com horas a mais e jornas a média por cada homem foi de 65$00, pois a jorna na região varia de época para época. No total dos 38 dias de trabalho nesta campanha dispendemos a importância de 14.820$00.*

Além desta verba gasta, a mais substancial como é logico, dispendemos 2.040$00 em materiais comprados que necessitamos para os trabalhos ou em consequência deles. Os transportes que utilizamos, quase sempre em transporte particular, cifraram-se em 1511$80.

As despesas de alimentação e estadia orçaram em 1236$20.

Em resumo temos no quadro seguinte a despesa da escavação:

38 dias de trabalho com 6 homens e à média de 65$00	14.820$
Materiais comprados	2.040$
Transportes	1511$
Alimentação e estadia	1.236$
Total	19. 608$
Verba entregue	20.000$
Saldo em meu poder	392$

No total, conclui-se que a campanha se desenrolou por 38 dias úteis de trabalho, espaçados entre Abril e Setembro de 1966, com o emprego de seis homens no trabalho de escavação, pagos à média de 65$00 por dia.

Os resultados obtidos foram muito animadores, estando detalhadamente apresentados no relatório. Destacam-se os seguintes:

1 – observou–se o afeiçoamento da entrada da gruta natural em átrio, como se observa em outros monumentos funerários da mesma época, como nas grutas naturais da Estremadura, especialmente evidente do lado esquerdo da entrada, com a construção de uma parede de grossos blocos e uma parte da mamoa que fechava e protegia a entrada da câmara, tendo esta sido regularizada, assemelhando-se à das grutas artificiais como as de Carenque, Alapraia ou Palmela (Fig. 12);

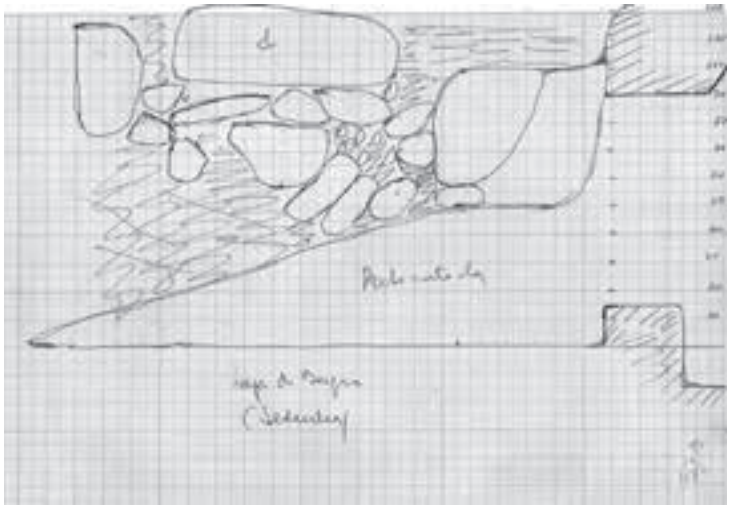


Fig. 12 – Original do levantamento da entrada da Lapa do Bugio registando o aludido afeiçoamento da entrada, por corte dos calcários jurássicos, associado à construção de uma parede de revestimento constituída por grossos blocos à semelhança do observado nas grutas artificiais, realizado por O. da Veiga Ferreira no decurso da 1.ª campanha de escavações (1966). Arquivo de João Luís Cardoso / Octávio da Veiga Ferreira.

2 – a sequência estratigráfica completa que originalmente correspondia ao preenchimento da cavidade foi ocasionalmente preservada pelas intervenções anteriores no canto esquerdo da câmara funerária, cuja leitura, muito simples, evidenciava a existência de uma única camada arqueológica, correspondente ao nível de enterramentos, tendo sido identificada uma sepultura individual escavada no substrato geológico, correspondente a depósito estéril argiloso ("terra rossa"), assente nos calcários compactos jurássicos.

3 – foram identificadas seis sepulturas, rigorosamente registadas na planta que acompanhou o Relatório (Fig. 13), no qual se destacam os seguintes aspectos relativamente apenas a três delas:

"*a primeira (n.º 1) apresentava–se intacta porque o canto onde jazia não havia sido remexido. Tem pouco mais de 1,50 m de comprimento por cerca de 1 m de largura máxima. Foi, na maior parte, escavada na "terra rossa" da base, pelo menos no lado direito, e do esquerdo aproveitou o chão da gruta que aqui é inclinado para o eixo da sepultura. O chão foi regularizado com lajes de calcário de forma a poder assentar–se o corpo. Dos lados foi feita (sic) paredes com lajes de cutelo. Todo o conjunto era tapado com delgadas lajes de calcário cobertas por sua vez com um amontoado de calhaus posto a esmo. No sitio da cabeça fizeram uma espécie de caixa para esta. O corpo estava de costas com as pernas fletidas para o lado esquerdo. A sepultura n.º 6 tinha dois corpos lado a lado. A sepultura n.º 2 tinha um corpo no lado da cabeceira e outro aos pés, isto é, dois enterramentos na mesma sepultura um para a cabeceira, outro para os pés*".

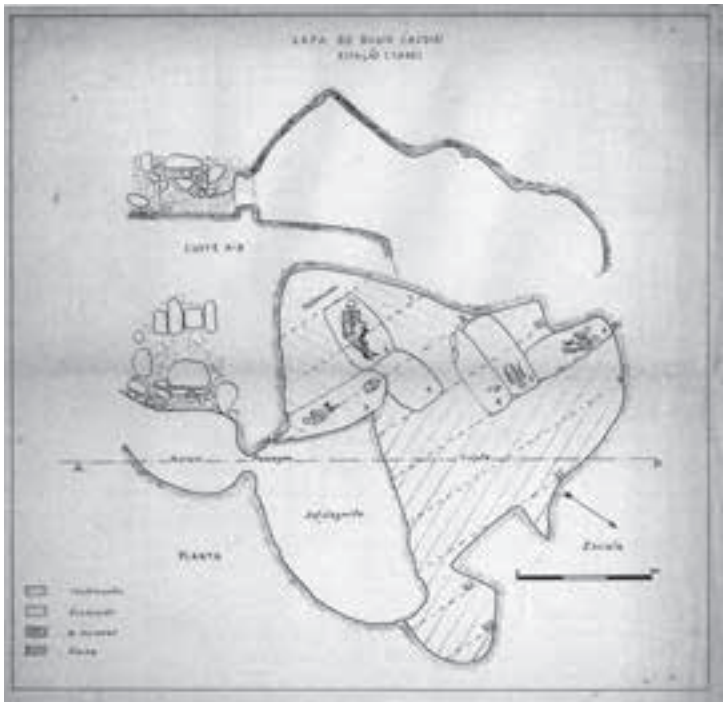


Fig. 13 – Planta do interior da Lapa do Bugio, com a indicação das seis sepulturas escavadas em 1966, até agora inédita, que acompanhou o Relatório das escavações remetido para a Fundação Calouste Gulbenkian. Arquivo de João Luís Cardoso / Octávio da Veiga Ferreira.

4 – no tocante aos espólios arqueológicos recolhidos, o autor do Relatório descreveu detalhadamente os espólios associados a cada uma das seis sepulturas escavadas, conforme foi ulteriormente publicado, no estudo de 1971 (MONTEIRO, ZBYSZEWSKI & FERREIRA, 1971), pelo que se afigura dispensável reproduzir a lista então apresentada, também publicada na monografia da autoria do signatário (CARDOSO, 1992). É de destacar a observação, desde logo apresentada, relativamente à riqueza e diversidade dos espólios arqueológicos, valorizando alguns artefactos recolhidos, pela sua raridade, beleza ou importância cultual, destacando a existência, por ser matéria prima quase desconhecida para a época, de um "ídolo de gola" de marfim. A presença de recipientes cerâmicos campaniformes foi igualmente valorizada, o que levou a atribuir abusivamente, como hoje se sabe, a totalidade da constituição da necrópole a tais populações. Não obstante, é muito interessante salientar que tal atribuição se lhe afigurou "desconcertante", conforme é por si claramente declarado, ao discutir o conteúdo da sepultura n.º 1, a única considerada fechada e intacta: "com a taça "tipo Palmela" e a taça carenada lisa encontramos um machado de secção eliptica com picotagem, contas discoides, contas de *Nerina fluviatilis*, quase todos os tipos de pontas de seta conhecidos. Isto vem destruir tudo o que se havia escrito sobre os tipos de machado e sua cronologia. O mesmo se dá para as pontas de seta o que vem provar que nunca se poderá fazer uma cronologia à "priori" pela tipologia".

Na verdade, sabemo-lo hoje, os espólios campaniformes correspondem a intrusões de natureza funerária mais modernas, que se juntaram às oferendas do Neolítico Final associadas às sepulturas identificadas, ou pelo

menos à maior parte delas. A presença do machado de tipo arcaico é compatível com a referida cronologia, conforme se demonstrou no povoado pré-histórico de Leceia, onde ocorrem em contextos estratigrafados do Neolítico Final (CARDOSO, 2004, 2020). Tais produções ocorrem mesmo em contextos plenamente calcolíticos, como é o caso do povoado do Outeiro Redondo, situado perto de Sesimbra, podendo corresponder a recolhas por parte dos habitantes do povoado em monumentos mais antigos da região (CARDOSO, 2021). Enfim, no tocante à tipologia das pontas de seta, estava parcialmente certo, ainda que seja notória a associação a contextos do Neolítico Final de pontas pedunculadas ou de base recta ou triangular, que desaparecem de contextos calcolíticos, como o signatário demonstrou claramente nos dois povoados acima referidos, onde procedeu a extensas escavações, anualmente realizadas, entre 1983 e 2016.

3.2 – A segunda campanha de escavações (Setembro a Dezembro de 1967)

Face aos importantes resultados obtidos, o autor do relatório apresentou, no final do mesmo, solicitação para que a Fundação Calouste Gulbenkian, através de concessão de novo subsídio, possibilitasse a conclusão dos trabalhos de campo no ano seguinte (1967).

Tem interesse verificar que, do subsídio de 20 000$00 concedido pela Fundação em 1996 sobraram 392$00. Tal situação foi abordada num ofício da Fundação datado de 26 de Janeiro de 1967, em resposta ao que acompanhava o envio do Relatório de 1966, nos seguintes termos:

Carta com chancela da "Fundação Calouste Gulbenkian / Serviço de Belas-Artes / Lisboa-1", com a indicação de "AG/ME/HF." e "REFª. Nº. 227/BA/67", datada de 26-01-1967.

Lisboa, 26 de Janeiro de 1967
Exmº. Senhor Doutor,

Acuso a recepção da carta de V. Exª., entrada neste Serviço em 19 do corrente, à qual prestei a minha melhor atenção.

Agradeço todas as informações que pela mesma carta V. Exª. teve a gentileza de nos facultar e, na posse de esses elementos, oportunamente submeteremos a solicitação de V. Exª., para a realização de uma última campanha na estação da Lapa do Bugio (Azoia), à decisão do Conselho de Administração.

Quanto ao saldo que V. Exª. nos assinalou ter-se verificado na aplicação do subsídio do ano passado, devo informar que, de acordo com os princípios por que nos regemos, V. Exª. poderá devolver-nos essa importância ou solicitar ao Conselho de Administração que autorize a sua aplicação, com proposta devidamente fundamentada, em próxima campanha de trabalhos, que porventura tencione levar a efeito no mesmo local.

Apresento a V. Exª. os meus atenciosos cumprimentos.
SERVIÇO DE BELAS-ARTES
O Director
Artur Nobre de Gusmão (assinatura)

Deste modo, ficava em aberto a possibilidade de concessão de novo subsídio para a realização de segunda e última campanha de escavações ainda em 1967, conforme era desejo dos autores, aceites os esclarecimentos solicitados pela Fundação, aludidos no ofício acima transcrito. E que esclarecimentos foram esses?

O Ofício datado de 30 de Dezembro de 1966 assinado pelo Prof. Artur Nobre de Gusmão, Director do Serviço de Belas-Artes da Fundação é claro, pois limita-se a solicitar informações acerca do montante do subsídio pretendido, não fazendo quaisquer outras considerações acerca do Relatório e dos demais elementos enviados (presume-se que correspondiam aos comprovativos das despesas realizadas).

Assim, a resposta de O. da Veiga Ferreira, de que se possui minuta autógrafa, datada de 17 de Janeiro de 1967, esclarece "que para a conclusão dos trabalhos na Lapa do Bugio seria necessária a mesma verba atribuída no ano de 1966 ou seja de 20 000$00" (Fig. 14).

A resposta por parte da Fundação foi positiva, através da concessão de um subsídio no montante de 15 000$00, decisão comunicada por ofício de 4 de Agosto de 1967, assinado pelo Director-Adjunto do Serviço de Belas-Artes, o Dr. António Manuel Gonçalves.

Reuniam-se assim as condições para dar continuidade, em 1967, aos trabalhos arqueológicos encetados em 1966 e que tão bons resultados proporcionaram, salvando esta importante necrópole de uma destruição mais do que anunciada.

Termina o referido Ofício, solicitando o envio do relatório respeitante aos trabalhos efectuados e "os documentos das despesas efectuadas com o referido subsídio".

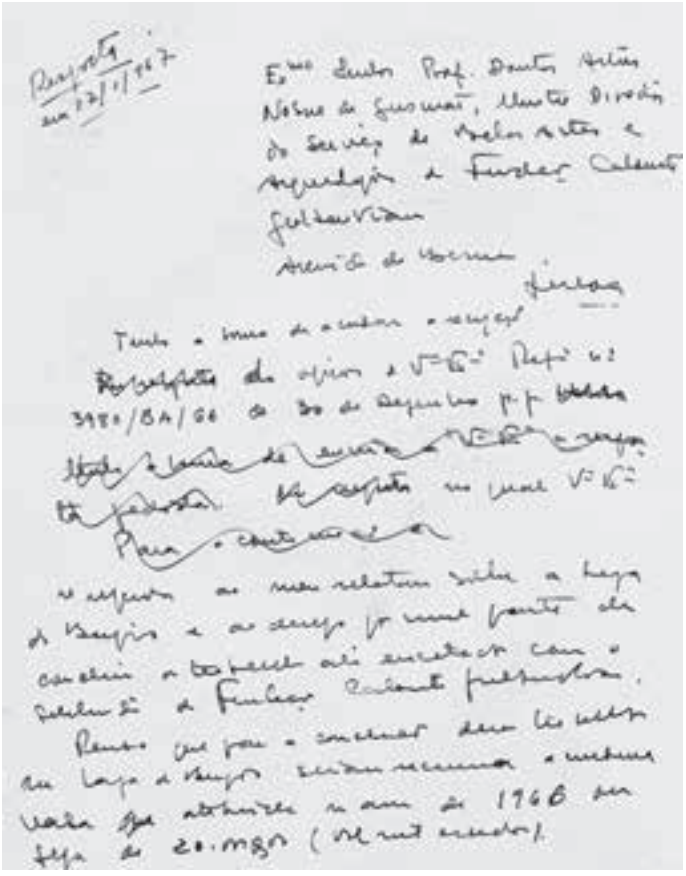


Fig. 14 – Minuta autógrafa de O. da Veiga Ferreira do Ofício dirigido a 17 de Janeiro de 1967 ao Director do Serviço de Belas-Artes da Fundação Calouste Gulbenkian, em resposta a anterior pedido de esclarecimento por parte deste sobre a realização da 2.ª campanha na Lapa do Bugio, que se pretendia realizar naquele ano. Arquivo de João Luís Cardoso / Octávio da Veiga Ferreira.

Os resultados obtidos em 1967, na campanha que se iniciou no mês de Setembro, logo que confirmada a concessão do subsídio por parte da Fundação, e que só terminou em Janeiro de 1968, conforme consta do Relatório das despesas apresentado a 10 de Junho de 1968 e que acompanhou o Relatório geral dos trabalhos realizados justificam plenamente o apoio financeiro concedido. Os mesmos podem sumarizar-se do seguinte modo:

1 – individualização das sepulturas n.ºs 7, 8, 9 e 10 conforme constam da planta então levantada, que completa a do ano anterior (Fig. 15):

"*Todas elas tem no maximo um metro e cincoenta de comprimento por cerca de de um metro de largura maxima na base. Algumas são escavadas na terra rossa da camada d do corte e outras tinham em volta algumas pedras para o seu isolamento. Quase todas deveriam ter sido tapadas com delgadas lajes mas as destruições provocadas (...) anteriormente prejudicaram uma caracterização completa do conjunto;*"

2 – identificação de um depósito secundário constituído por ossos humanos, designado ossário; segundo declara o autor do Relatório,

"*Entre as sepulturas 8, 9 e 10 e contra a rocha que inclina para Norte, revestido a toda a volta por grossas pedras, encontramos um verdadeiro amontoado de ossos humanos e materiais que a principio julgamos tratar-se de mais um produto do vandalismo anterior, porém escavado com o máximo cuidado e verificando*

tudo com calma e reflexão chegamos à conclusão que se tratava dum verdadeiro ossário ou depósito de ossos humanos proveniente de enterramentos antigos. Justamente no fim deste depósito e em posição ritual encontramos a placa de xisto, que só por si, recompensa as despesas e canseiras desta exploração. Adeante se darão pormenores sobre ela de um artigo que já foi publicado na Revista de Guimarães". Esta notável placa será adiante discutida.

3 – reconhecimento de um depósito votivo, que O. da Veiga Ferreira designou de "esconderijo ou tesouro", situado numa fenda da rocha perto da sepultura n.º 1, escavada em 1966. O mesmo foi assim descrito no Relatório:

"*Já no fim da campanha procedemos à chamada limpeza do depósito e então qual não foi o nosso espanto, quando numa fenda entre dois blocos caídos do teto da gruta começaram a surgir materiais riquíssimos em especial de tipo votivo. Esvaziada a fenda com muito cuidado e anotando a posição das peças arqueológicas chegámos à conclusão que deveria tratar–se dum esconderijo ou tesouro armazenado com um fim inatingível*



Fig. 15 – Minuta da planta definitiva da Lapa do Bugio, da autoria de O. da Veiga Ferreira, após a realização da 2.ª campanha de escavações, em 1967. Arquivo de João Luís Cardoso / Octávio da Veiga Ferreira.

mas talvez ritual? Em primeiro lugar a partir do fundo da fenda havia os machados e enxós postos uns sobre os outros em posição cuidada. Depois as facas de silex, os artefactos de osso para adorno, os objectos votivos e religiosos e por fim, no topo, um lindissimo vaso cerâmico de paredes muito finas.
Não pode pois deixar dúvidas a ninguém da intenção deste depósito arqueológico".

4 – melhoria da caracterização da estratigrafia através da realização de um perfil longitudinal da cavidade, que só então foi possível realizar, conforme corte então elaborado (ver Fig. 13).

5 – O Relatório apresenta depois o inventário de materiais arqueológicos que foi possível associar a cada uma das sepulturas, bem como os recolhidos na limpeza da gruta findos os trabalhos de escavação nela realizados, cuja abundância bem evidencia a falta de cuidado dos trabalhos anteriormente efectuados, especialmente os dos anos de 1961, 1962 e 1964. Dado que esta listagem foi pouco depois publicada pelos autores que intervieram nas escavações (MONTEIRO, ZBYSZEWSKI & FERREIRA, 1971), bem como ulteriormente, com base na análise dos espólios conservados, pelo signatário, aquando do estudo exaustivo dos mesmos (CARDOSO, 1992), remetem-se para tais publicações os mais interessados. Com efeito, este Relatório, conjuntamente com o anterior, serviram de base àquela publicação, que transcreve quase na íntegra não só o referido inventário, mas também as considerações acerca das duas novidades identificadas, o "esconderijo" e o ossário, que são duas ocorrências verdadeiramente importantes no quadro da arqueologia funerária pré-histórica do território português. Assim, em relação ao "esconderijo" ou "tesouro", todo ele constituído por materiais da mesma época dos enterramentos, importa destacar o seu carácter votivo, pela forma como as oferendas se encontravam nele cuidadosamente depositadas, constituindo um dos exemplos mais interessantes até agora registados, associando o depósito de artefactos de pedra polida, seguidos das lâminas de sílex e dos outros artefactos, culminando com a colocação de um pequeno vaso, que foi recolhido intacto (Fig. 16, em cima).

Quanto ao ossário, é lícito aceitar-se a interpretação do autor do Relatório de o mesmo corresponder a um depósito constituído pela acumulação dos despojos funerários de sepulturas mais antigas, eventualmente removidas dos seus locais de origem para a instalação de novos sepulcros.



Fig. 16 – Materiais recolhidos na campanha de escavações de 1967. Em cima: vaso encontrado no topo de acumulação ritual de objectos designado por O. da Veiga Ferreira como "esconderijo" ou "tesouro". Em baixo: placa de xisto verde-acinzentado com a representação do ídolo almeriense dentro de cartela de contorno antropomórfico encontrada em posição ritual, na base do ossário então identificado (cf. CARDOSO, 1992, Fig. 20, n.º 31 e Fig. 19, n.º 2).

O artigo de 1971 descreve com minúcia a estruturação do depósito, o qual se encontrava contido "num recinto pequeno e fundo, revestido em toda a volta por grossas pedras", onde jazia, na base e em posição ritual, a já referida placa (Fig. 16 em baixo) (op. cit. p. 109).

A importância desta peça, a qual, como se declara no Relatório, "*só por si recompensa de despesas e canseiras esta exploração*", apresenta-se talhada e polida numa placa de uma rocha xistosa de coloração cinzento-esverdeada, com palhetas de mica, muito distinta das tradicionais placas de xisto de cor anegrada, foi desde logo sublinhada. O Relatório é claro a tal respeito, aliás redigido já depois de a mesma ter sido publicada, em artigo próprio na Revista de Guimarães (MONTEIRO, ZBYSZEWSKI & FERREIRA, 1967). A razão para tal importância resulta de a placa ostentar, dentro de uma cartela moldurada, possuindo, ela própria, o contorno de uma placa com cabeça recortada, a representação do ídolo almeriense, conforme se declara no Relatório: "a descoberta do ídolo de Almeria gravado numa placa de xisto de tipo português traz o elo de ligação entre a cultura da placa de xisto do Alto Alentejo e o (ídolo) de Almeria", concluindo: "Como se sabe, o chamado "ídolo almeriense" é aquele que maiores afinidades tem com os ídolos de tipo oriental, opinião esta a reforçar outras provas da existência já de relações, nessas épocas, entre a Península Ibérica e o Mediterrâneo oriental".

Com efeito, esta placa tem equivalente em outras, que, embora de forma mais discreta mas ainda assim explícita, exibem tal associação. É o caso da placa recolhida na Lapa do Bugio em 1957 (MONTEIRO & SERRÃO, 1958, Fig. 3, n.º 1), possuindo a representação de quatro ídolos almerienses dispostos em friso horizontal no corpo da placa (GONÇALVES, 1970) (Fig. 17). A estes dois exemplares, outros mais se pode-

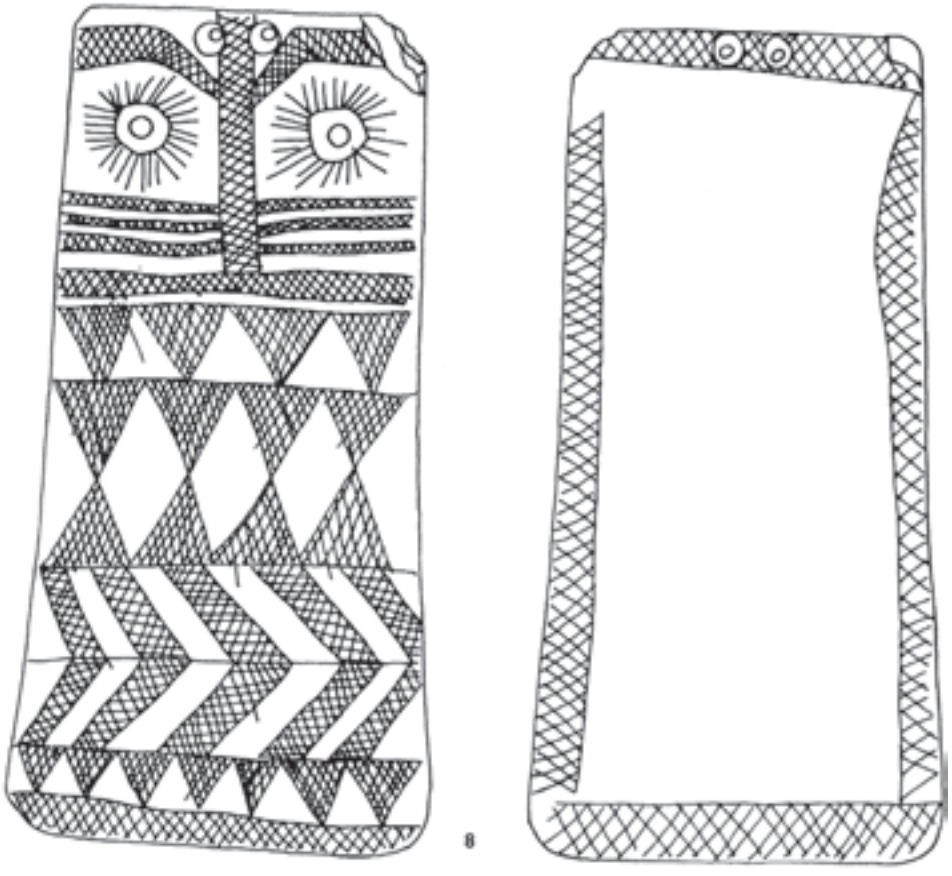


Fig. 17 – Placa de xisto recuperada em 1957, ostentando num friso horizontal a representação de 4 ídolos almerienses (CARDOSO, 1992, Fig. 46, n.º 8).

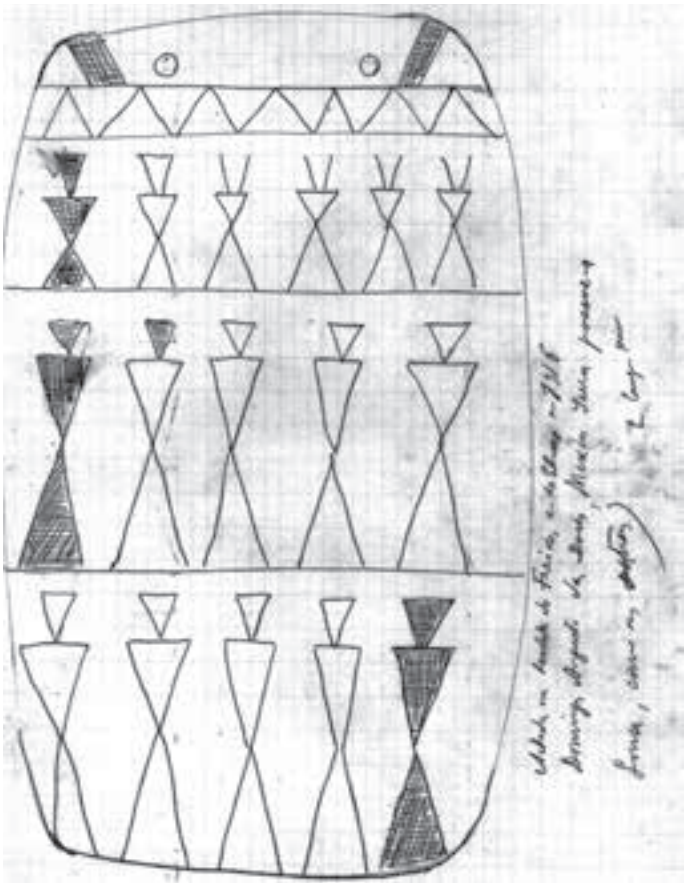


Fig. 18 – Placa de xisto desenhada em 1916 por J. Leite de Vasconcelos, proveniente da Herdade do Freixo, cerca de Elvas, provavelmente de uma anta, não lhe tendo passado despercebidos as composições de ídolos almerienses nela presentes (COITO, CARDOSO & MARTINS, 2008, p. 154).

riam acrescentar, em que as composições de triângulos preenchidos interiormente configuram os contornos de ídolos almerienses. Avulta o exemplar desenhado em 1916 por José Leite de Vasconcelos proveniente da Herdade do Freixo, cerca de Elvas, não lhe tendo passado despercebidas as composições integrando igualmente bandas de ídolos almerienses (COITO, CARDOSO & MARTINS, 2008, p. 154) (Fig. 18). Trata-se, pois, de um grupo raro de exemplares que conjuga diferentes tradições culturais, a associada ao megalitismo alentejano, corporizada pelo próprio suporte escolhido, e a associada à cultura neolítica do Sudoeste, correspondente à presença dos ídolos almerienses, ali comuns sob a forma de objectos de contorno recortado, de pedra ou osso, também presentes em sepulcros colectivos alentejanos e estremenhos, incluindo a Lapa do Bugio (CARDOSO, 1992, Fig. 46, n.º 6).

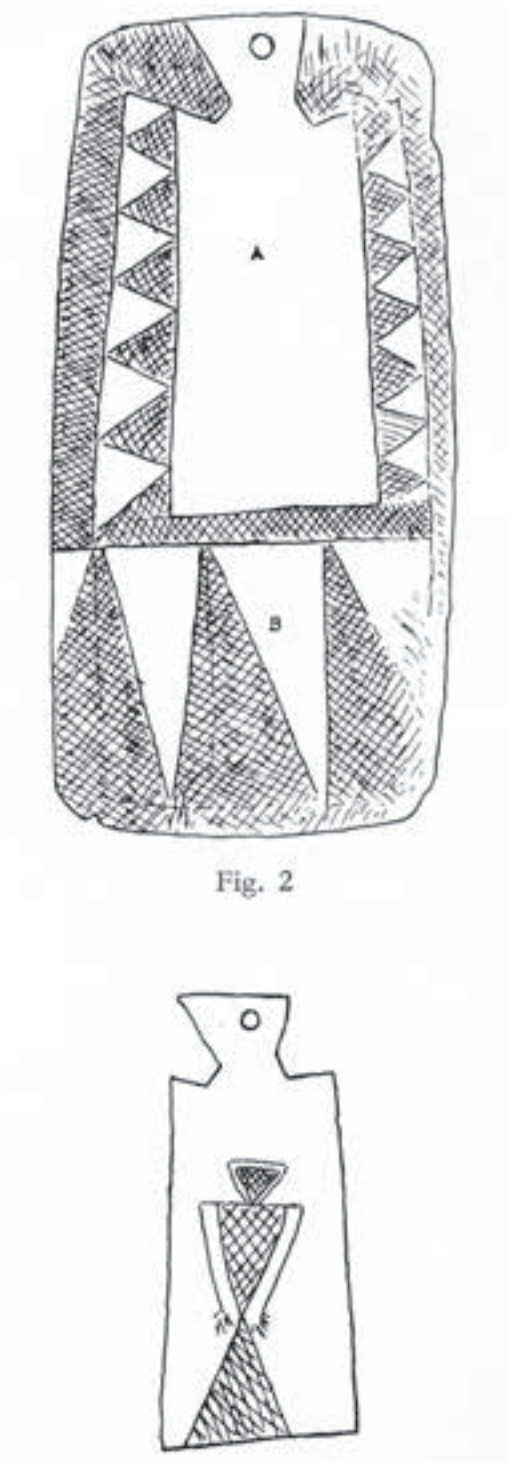
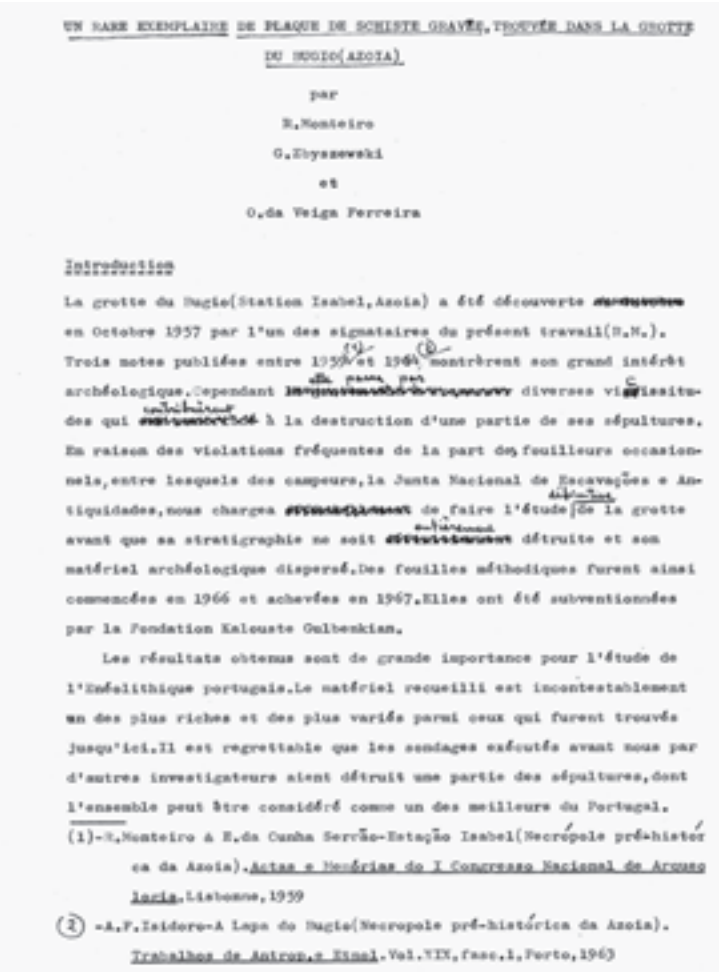


Fig. 19 – Desenho da placa de xisto recolhida na Lapa do Bugio com a representação do ídolo almeriense inscrito numa cartela, também ela de contorno antropomórfico, intencionalmente destacada para melhor se evidenciar a sua apresentação (MONTEIRO, ZBYSZEWSKI & FERREIRA, 1967, Figs. 2 e 3).

Tem interesse conhecer os pormenores que acompanharam a publicação desta placa excepcional em 1967 na "Revista de Guimarães". O original dactilografado é distinto do texto publicado, o que se explica pela intervenção do Director da publicação, o Coronel Mário Cardozo, conforme missiva datada de 11 de Dezembro de 1967 a O. da Veiga Ferreira, acompanhada das respectivas provas do artigo:

> "*Se o cotejar com o seu original, vai achá-lo bastante alterado, não na sua essência de tudo quanto descreve e afirma sobre a placa de xisto da Lapa do Bugio, mas simplesmente na redacção e na sintaxe (...). Permiti-me dar-lhe por isso outra redacção, acompanhada dos desenhos esquemáticos para melhor compreensão do leitor. Espero que não se zangará com este meu atrevimento, que aliás só me deu trabalho e perda de tempo para outros trabalhos.*"



UN RARE EXEMPLAIRE DE PLAQUE DE SCHISTE GRAVÉE, TROUVÉE DANS LA GROTTE DU BUGIO(AZOIA)

par

R.Monteiro

G.Zbyszewski

et

O.da Veiga Ferreira

Introduction

La grotte du Bugio(Station Isabel,Azoia) a été découverte en Octobre 1957 par l'un des signataires du présent travail(R.M.). Trois notes publiées entre 1959 et 1964 montrèrent son grand intérêt archéologique. Cependant diverses vicissitudes qui ont conduit à la destruction d'une partie de ses sépultures. En raison des violations fréquentes de la part des fouilleurs occasionnels, entre lesquels des campeurs, la Junta Nacional de Escavações e Antiquidades, nous chargea de faire l'étude de la grotte avant que sa stratigraphie ne soit détruite et son matériel archéologique dispersé. Des fouilles méthodiques furent ainsi commencées en 1966 et achevées en 1967. Elles ont été subventionnées par la Fondation Kalouste Gulbenkian.

Les résultats obtenus sont de grande importance pour l'étude de l'Enéolithique portugais. Le matériel recueilli est incontestablement un des plus riches et des plus variés parmi ceux qui furent trouvés jusqu'ici. Il est regrettable que les sondages exécutés avant nous par d'autres investigateurs aient détruit une partie des sépultures, dont l'ensemble peut être considéré comme un des meilleurs du Portugal.

(1)-R.Monteiro & E.da Cunha Serrão-Estação Isabel(Necrópole pré-histórica da Azoia). Actas e Memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia. Lisbonne, 1959

(2) -A.F.Isidoro-A Lapa do Bugio(Necropole pré-histórica da Azoia). Trabalhos de Antrop.e Etnol. Vol.XIX, fasc.1, Porto, 1963

Fig. 20 – Primeira página da versão em Francês do artigo dedicado à placa com a representação do ídolo almeriense recolhida na Lapa do Bugio, da autoria de Georges Zbyszewski e com correcções autógrafas do próprio, ao que se sabe jamais publicada. Arquivo de João Luís Cardoso / Octávio da Veiga Ferreira.

Com efeito, o artigo publicado difere, logo no título, do original previamente remetido, o qual era: "Uma placa de xisto de grande raridade encontrada na Lapa do Bugio (Azóia)", tendo passado a ser: "Uma notável placa de xisto encontrada na Lapa do Bugio (Azóia)". No artigo, reproduz-se desenho da placa, do qual se destacou o conteúdo da cartela central, reproduzida à parte, para melhor evidenciar a complexidade da composição iconográfica da peça (Fig. 19).

Deste artigo conhece-se ainda uma versão dactilografada por Georges Zbyszewski, com correcções autógrafas (Fig. 20), que, ao que se sabe, não chegou a publicar-se, mas que reforça a importância conferida a esta peça notável a qual, por intervenção do signatário, autor da monografia sobre a totalidade dos espólios recuperados na Lapa do Bugio entre 1957 e 1967 (CARDOSO, 1992), foi depositada, conjuntamente com os espólios das intervenções de 1966 e 1967, por O. da Veiga Ferreira, no Museu de Arqueologia e Etnografia de Setúbal (Associação de Municípios da Região de Setúbal), onde presentemente se encontra, a par dos restantes espólios inventariados em 1992 (CARDOSO, 1992).

Deste modo, foi da melhor forma que terminaram as escavações conduzidas em 1966 e em 1967 na Lapa do Bugio, cujos resultados foram detalhadamente registados em relatórios da autoria de O. da Veiga Ferreira, respectivamente datados de 3 de Dezembro de 1966 (Fig. 21; Fig. 22) e de 10 de Junho de 1968 (Fig. 23).

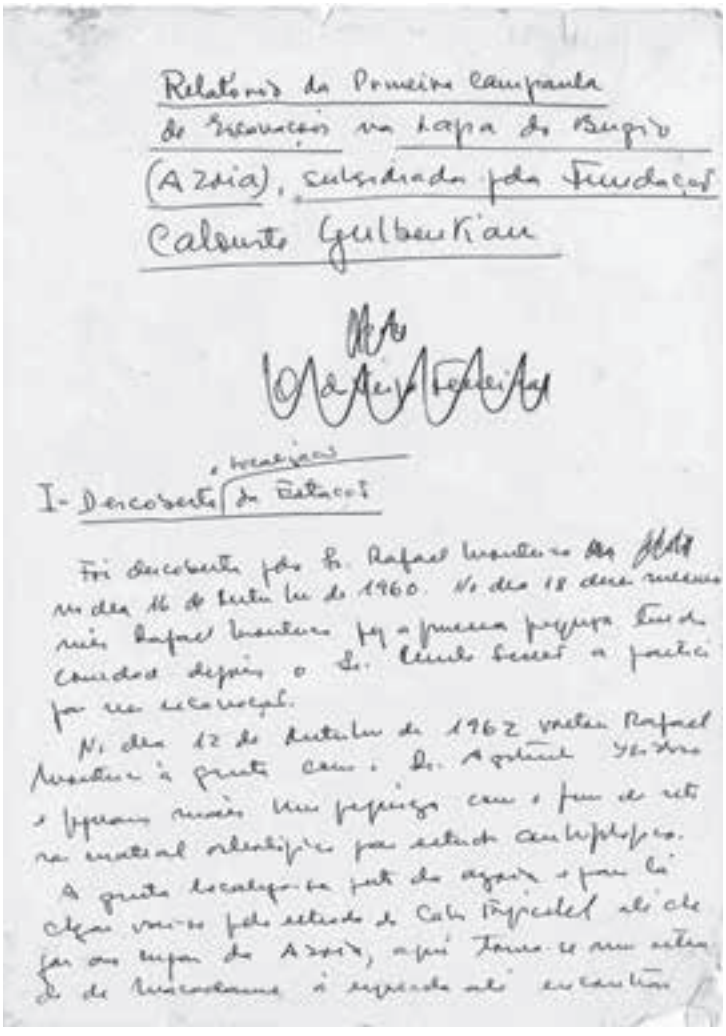
Apesar das limitações impostas pela realidade em que se encontrava a necrópole antes do início dos trabalhos de 1966, os trabalhos conduzidos por O. da Veiga Ferreira com o contributo do sempre presente Rafael Monteiro (Fig. 24), contribuíram decisivamente para a salvaguarda dos espólios ainda ali conservados, através da sua recuperação, registo e publicação, a par da caracterização da própria estação arqueológica e do modo como a mesma se constituiu, conferindo–lhe uma importância ímpar no mundo funerário das primeiras sociedades camponesas do Ocidente peninsular.

4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Lapa do Bugio conheceu, através das diversas intervenções nela realizadas, uma história recheada de ocorrências nefastas e positivas, em parte explicadas pela sua fácil acessibilidade e natural interesse que despertava, pela riqueza dos seus espólios arqueológicos e antropológicos.

Reconhecido por Rafael Monteiro o seu interesse científico no dia 16 de Outubro de 1957, logo se gizou um primeiro programa de investigações arqueológicas, com Eduardo da Cunha Serrão. As escavações, iniciadas ainda nesse mesmo mês de Outubro, e mesmo antes que este arqueólogo comparecesse no local, prosseguiram pelo menos até finais de Novembro, mas já sem a participação de Cunha Serrão, por desentendimentos quanto à forma de proceder para a oficialização dos trabalhos. Sanados tais desentendimentos, nova campanha de escavações, de curta duração, se realizou em Dezembro de 1958, por certo relacionada com a apresentação ao 1.º Congresso Nacional de Arqueologia, reunido naquele mesmo mês de Dezembro em Lisboa, a qual contou a participação de diversos estudantes universitários. Mas novamente a colaboração entre ambos se desfez.

Em Novembro de 1961, curta estada de J. R. dos Santos Júnior com o fito de recolher material osteológico e, em Outubro de 1962, outra intervenção mais prolongada de Agostinho Farinha Isidoro, com o mesmo propósito, provocaram danos irrecuperáveis nos depósitos arqueológicos ainda intactos do interior

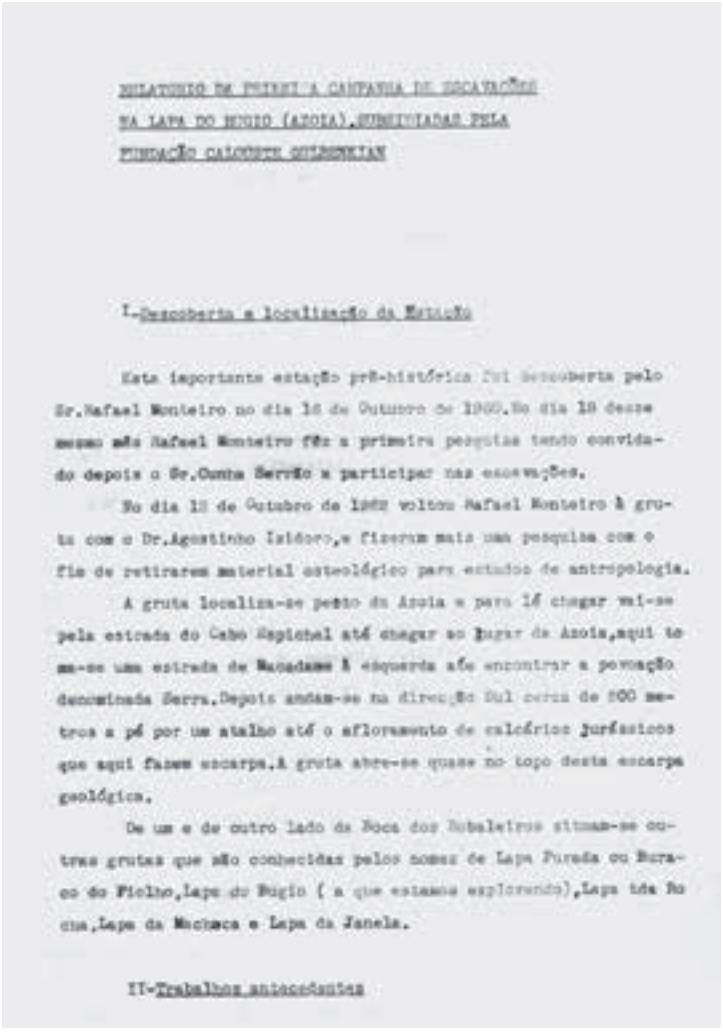

Relatório da Primeira Campanha
de Escavações na Lapa do Bugio
(Azoia), subsidiada pela Fundação
Calouste Gulbenkian

I- Descoberta da Estação

Fig. 21 – Minuta autógrafa de O. da Veiga Ferreira da primeira página do Relatório da 1.ª campanha de escavações realizada na Lapa do Bugio, datado de 3 de Dezembro de 1966, enviado à Fundação Calouste Gulbenkian. Arquivo de João Luís Cardoso / Octávio da Veiga Ferreira.

da gruta, agravados, na mesma altura, por uma iniciativa semelhante da parte de estudantes de um Liceu de Lisboa, a que se sucedeu, em Julho de 1964, e de novo por iniciativa de Agostinho Farinha Isidoro, e com o mesmo objectivo, nova depredação da gruta.

Deste modo, há que separar claramente as características da primeira intervenção, em que participou Eduardo da Cunha Serrão, das restantes. Na verdade, deve reconhecer–se que naquela, ao contrário do que se verificou nas seguintes, houve a preocupação de aplicar princípios metodológicos que, genericamente, ninguém pode pôr em causa. No entanto, tais cuidados foram desacompanhados de regras igualmente básicas, como o estabelecimento de um sistema de referenciação uniforme, cuja ausência é agravada, no caso, pela falta de um levantamento topográfico prévio da gruta, indispensável à implantação rigorosa das áreas escavadas, substituído por um simples desenho à vista da mesma. Ainda que as fragilidades metodológicas se afigurem hoje evidentes, há que situar a intervenção de 1957 na época em que foi realizada, para se concluir que a intenção de realizar um trabalho rigoroso e metodologicamente válido, dentro das limitações vigentes, a que acresce a pouca ou nenhuma prática arqueológica dos restantes participantes nos trabalhos, com excepção do próprio Cunha Serrão, é indiscutível.



RELATORIO DA PRIMEIRA CAMPANHA DE ESCAVAÇÕES
NA LAPA DO BUGIO (AZOIA), SUBSIDIADAS PELA
FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN

I-Descoberta e localização da Estação

Esta importante estação pré-histórica foi descoberta pelo Sr.Rafael Monteiro no dia 16 de Outubro de 1960.No dia 18 desse mesmo mês Rafael Monteiro fêz a primeira pesquisa tendo convidado depois o Sr.Cunha Serrão a participar nas escavações.

No dia 15 de Outubro de 1962 voltou Rafael Monteiro à gruta com o Dr.Agostinho Isidoro,e fizeram mais uma pesquisa com o fim de retirarem material osteológico para estudos de antropologia.

A gruta localiza-se perto da Azoia e para lá chegar vai-se pela estrada do Cabo Espichel até chegar ao Lugar da Azoia,aqui toma-se uma estrada de Macadame à esquerda até encontrar a povoação denominada Serra.Depois andam-se na direcção Sul cerca de 500 metros a pé por um atalho até o afloramento de calcários jurássicos que aqui fazem escarpa.A gruta abre-se quase no topo desta escarpa geológica.

De um e de outro lado da Boca dos Rabaleiros situam-se outras grutas que são conhecidas pelos nomes de Lapa Furada ou Buraco do Fichu,Lapa do Bugio (a que estamos explorando),Lapa da Roca,Lapa da Machaca e Lapa da Janela.

II-Trabalhos anteriores

Fig. 22 – Primeira página dactilografada do Relatório da 1.ª campanha de escavações realizada na Lapa do Bugio, datado de 3 de Dezembro de 1966, enviado à Fundação Calouste Gulbenkian. Arquivo de João Luís Cardoso / Octávio da Veiga Ferreira.

Situação muito distinta é a das intervenções de 1961, 1962 e 1964, realizadas sem o devido suporte legal e movidas unicamente pelo objectivo de obter espólios antropológicos do interior da gruta que, a terem prosseguido, levariam inexoravelmente à destruição completa da necrópole.

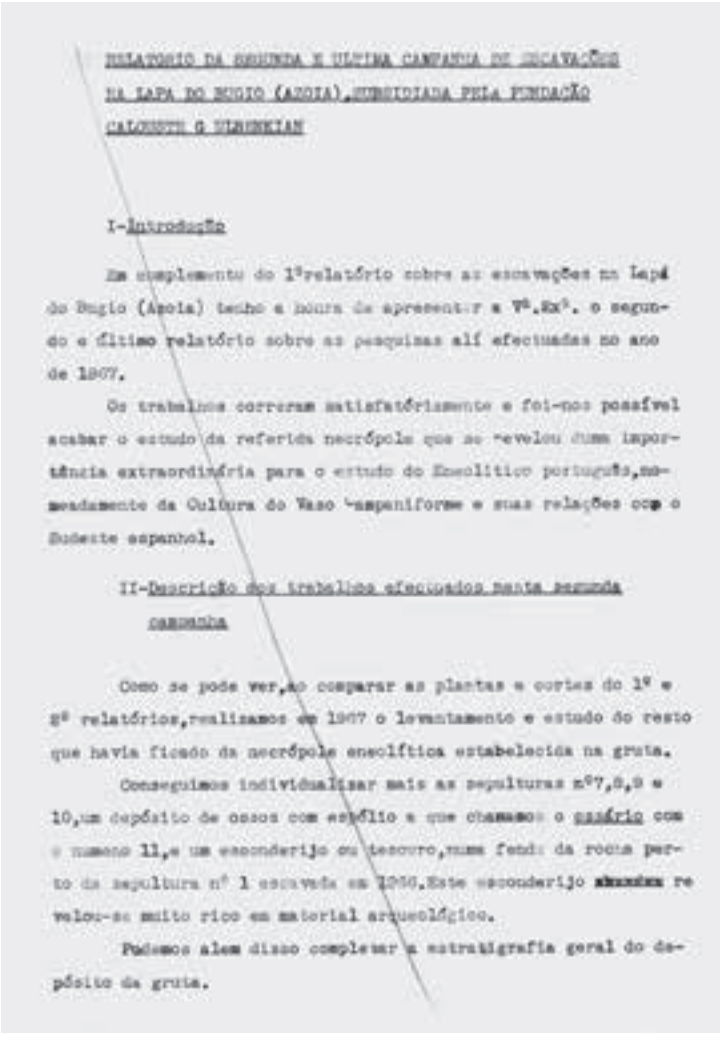
Era esta a situação em que a gruta se encontrava até ao estabelecimento de um programa de trabalhos, elaborado em 1964 e 1965 por O. da Veiga Ferreira e Rafael Monteiro, com o objectivo de proceder à escavação arqueológica da necrópole, de forma faseada e total. Juntava–se assim o responsável pela identificação da jazida a um arqueólogo tecnicamente experiente e especialmente preparado para a escavação desta necrópole, atendendo à experiência acumulada na escavação dos concheiros de Muge em continuidade, desde 1952, até à data da realização desta intervenção, onde teve a oportunidade, até agora única em Portugal, de escavar dezenas de sepulturas com a qualidade evidenciada pelos resultados que foram sendo sucessiva-

mente publicados (CARDOSO & ROLÃO, 1999/2000). Acresce que o seu nome se encontrava institucionalmente associado aos Serviços Geológicos de Portugal, contando também com o apoio científico de Georges Zbyszewski, o que resolvia eventuais dificuldades na obtenção da necessária autorização administrativa para a realização dos trabalhos.

Contudo, para as escavações poderem realizar–se, importava, para além de algum apoio logístico daquela instituição, o que de facto veio a verificar–se em termos de transportes e deslocações, dispor de suporte financeiro, por escasso que fosse. Foi assim que, seguindo a prática de outros arqueólogos seus contemporâneos, como Fernando de Almeida, para as escavações na Egitânia (Idanha–a–Velha), ou Abel Viana, para o castro de Nossa Senhora da Cola (Ourique), O. da Veiga Ferreira solicitou à Fundação Calouste Gulbenkian o apoio financeiro indispensável. Não deixa de ser interessante, a este propósito, verificar que em ambos os Relatórios apresentados se destaca o agradecimento a Fernando de Almeida, que então dirigia o projecto da Carta Arqueológica de Portugal da iniciativa daquela Fundação, e com quem Veiga Ferreira tinha então excelentes relações pessoais.

Obtido o financiamento necessário, e depois de terem sido estudados os espólios recolhidos anteriormente e conservados no Museu Arqueológico de Sesimbra, dependente da respectiva autarquia, foram iniciadas as escavações, que decorreram entre os meses de Abril e de Setembro de 1966, depois de se ter levantado pela primeira vez, com rigor, a topografia da gruta. Foi assim possível proceder à implantação rigorosa das seis sepulturas identificadas, nas quais as posições dos inumados foram reconstituídas com base nos restos humanos que ainda jaziam no terreno, registando-se ainda a estratigrafia, e a associação dos espólios com cada uma daquelas estruturas.

No ano seguinte, beneficiando de novo apoio financeiro da mesma Fundação, os trabalhos realizaram-se entre Setembro e Dezembro, tendo sido ainda possível identificar mais quatro sepulturas de inumação individuais, totalizando dez. A cada uma delas, associaram-se importantes espólios funerários, aumentando assim o conjunto recolhido no ano anterior. De sublinhar a aparente facilidade com que O. da Veiga Ferreira recuperou as informações primitivamente ocupadas pelos corpos dos inumados, e a forma simples mas expres-



RELATORIO DA SEGUNDA E ULTIMA CAMPANHA DE ESCAVAÇÕES NA LAPA DO BUGIO (AZOIA), SUBSIDIADA PELA FUNDAÇÃO CALOUSTE G ULBENKIAN

I-Introdução

Em complemento do 1º relatório sobre as escavações na Lapa do Bugio (Azoia) tenho a honra de apresentar a V/ Exª. o segundo e último relatório sobre as pesquisas alí efectuadas no ano de 1967.

Os trabalhos correram satisfatóriamente e foi-nos possível acabar o estudo da referida necrópole que se revelou duma importância extraordinária para o estudo do Eneolítico português, nomeadamente da Cultura do Vaso Campaniforme e suas relações com o Sudeste espanhol.

II-Descrição dos trabalhos efectuados nesta segunda campanha

Como se pode ver, ao comparar as plantas e cortes do 1º e 2º relatórios, realizamos em 1967 o levantamento e estudo do resto que havia ficado da necrópole eneolítica estabelecida na gruta.

Conseguimos individualizar mais as sepulturas nºs 7, 8, 9 e 10, um depósito de ossos com espólio a que chamamos o ossário com o número 11, e um esconderijo ou tesouro, numa fenda da rocha perto da sepultura nº 1 escavada em 1966. Este esconderijo abundou revelou-se muito rico em material arqueológico.

Podemos além disso completar a estratigrafia geral do depósito da gruta.

Fig. 23 – Primeira página dactilografada do Relatório da 2.ª e última campanha de escavações realizada na Lapa do Bugio, datado de 10 de Junho de 1968, enviado à Fundação Calouste Gulbenkian. Arquivo de João Luís Cardoso / Octávio da Veiga Ferreira.



Fig. 24 – Foto tirada no decurso das escavações em 1966 ou 1967, observando-se, da esquerda para a direita, dois colaboradores não identificados, Rafael Monteiro e O. da Veiga Ferreira. Arquivo de João Luís Cardoso / Octávio da Veiga Ferreira.

siva e rigorosa como os desenhou na planta geral a esferográfica, devido à prática acumulada nas escavações dos concheiros de Muge.

De especial importância foi a identificação, na campanha de 1967, de um ossário, constituído por acumulação de ossos humanos encostados a um sector inclinado da parede da gruta e delimitados por um murete de pedras, contendo na base uma placa de xisto características únicas, com a representação gravada, na sua parte central, de um ídolo almeriense. Próximo, e no mesmo ano, identificou-se um deposito votivo, aproveitando uma fenda no chão da gruta formada entre dois blocos caídos do tecto. Escavada até o fundo, identificou-se uma acumulação organizada de baixo para cima por deposição arrumada de artefactos de pedra polida, sobrepostos por lâminas, e no topo por conjunto de peças mais diversificado, sendo encimado por um vaso globular, ainda intacto. Estas duas ocorrências bastariam para conferir à Lapa do Bugio, a par do conjunto das sepulturas individuais que ainda foi possível identificar e escavar adequadamente, um lugar ímpar no conjunto das grutas funerárias neolíticas e calcolíticas do território português.

Em suma: a Lapa do Bugio, que se encontrava intacta até à realização das primeiras investigações realizadas em 1957, seguindo metodologia científica cuja prática ainda não estava completamente compreendida por parte dos seus utilizadores, quanto aos seus objetivos e limitações, conheceu logo a seguir um período verdadeiramente negro, correspondente aos anos de 1961 a 1964 que, a ter prosseguido, conduziria inexoravelmente à destruição total da necrópole. Felizmente que a partir de 1965 foi possível conduzir os trabalhos de forma cuidada e verdadeiramente científica, permitindo a recuperação da informação ainda conservada

no terreno, com o registo das características das deposições funerárias e as suas relações com os respectivos espólios arqueológicos, fazendo corresponder a esta necrópole uma das mais importantes das comunidades que, no Neolítico Final, e no decurso do Calcolítico, enterraram os seus mortos no alto daquela escarpa rochosa, numa paisagem de verdadeiro "fim do mundo".

REFERÊNCIAS

CARDOSO, J. L. (1992) - A lapa do Bugio. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 9-10, p. 89-225.

CARDOSO, J. L. (1993) – Primeira campanha de escavações realizada na Lapa da Furada (Sesimbra). *Sesimbra Cultural*. Sesimbra. 3, p. 15-17.

CARDOSO, J. L. (1997) – A cronologia absoluta do depósito arqueológico da Lapa da Furada – Azóia, Sesimbra: seu significado e incidências rituais e culturais. *Sesimbra Cultural.* Sesimbra. 6, p. 10-15.

CARDOSO, J. L. (2004) – Polished stone artefacts at the prehistoric settlement of Leceia (Oeiras). *Madrider Mitteilungen*. Mainz. 45, p. 1-32.

CARDOSO, J. L. (2020) – Os artefactos de pedra polida do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras, Portugal). In R. VILAÇA & R. S. AGUIAR, ed. *(I)mobilidades na Pré-História. Pessoas, recursos, objectos, sítios e territórios.* Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, p. 91-133.

CARDOSO, J. L. (2021) – A ocupação do Neolítico Médio da Lapa do Fumo (Sesimbra) e a sua cronologia absoluta. *Akra Barbarion*. Sesimbra. 5, p. 15-34.

CARDOSO, J. L. (2021) – The fortified chalcolithic settlement of Outeiro Redondo (Sesimbra, Portugal). An account of the excavations conducted between 2005 and 2016. *Madrider Mitteilungen*. Verlag Schnell & Steiner GmBH. 62, p. 35-99.

CARDOSO, J. L. (1992) –A lapa do Bugio. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 9/10: 89-225.

CARDOSO, J. L. & CUNHA, A. Santinho (1995) – *A Lapa da Furada (Sesimbra). Resultados das escavações arqueológicas realizadas em Setembro de 1992 e 1994*. Sesimbra: Câmara Municipal de Sesimbra.

COITO, L. C.; CARDOSO, J. L. & MARTINS, A C. (2008) – *José Leite de Vasconcelos – fotobiografia*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia/Editorial Verbo.

GONÇALVES, V. S. (1970) – Sobre o Neolítico na Península de Setúbal. II – A propósito de duas placas de xisto, da Lapa do Bugio. *I Jornadas Arqueológicas (Lisboa, 1969)*. Actas. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. 1, p. 413-421.

ISIDORO, A F. (1963) – A Lapa do Bugio (necrópole pré-histórica da Azóia). *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 19 (2), p. 178-186.

ISIDORO, A F. (1964) – Estudo do espólio antropológico da gruta neo-eneolítica do Bugio (Sesimbra). *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 19 (3/4), p. 221–284.

ISIDORO, A F. (1967/1968) – Espólio arqueológico da gruta do Bugio. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 20 (3/4), p. 347-355.

MONTEIRO, R. & SERRÃO, E. Cunha (1959) – Estação Isabel (necrópole pré-histórica da Azoia). *I Congresso Nacional de Arqueologia (Lisboa, 1958)*. Actas. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1, p. 407-429.

MONTEIRO, R.; ZBYSZEWSKI, G. & FERREIRA, O. da Veiga (1967) – Uma notável placa de xisto encontrada na Lapa do Bugio (Azoia). *Revista de Guimarães*. Guimarães. 77 (3/4), p. 3-8.

MONTEIRO, R.; ZBYSZEWSKI, G. & FERREIRA, O. da Veiga (1971) – Nota preliminar sobre a lapa pré-histórica do Bugio (Azoia – Sesimbra). *II Congresso Nacional de Arqueologia (Coimbra, 1970)*. Actas. Lisboa: Ministério da Educação Nacional/Junta Nacional da Educação. 1, p. 107-120.

SERRÃO, E. Cunha (1967) – As grutas de Sesimbra. II – Duas grutas da região de Sesimbra contendo materiais arqueológicos atribuíveis à cultura do vaso campaniforme, vistas pelo arqueólogo Octávio da Veiga Ferreira. *Boletim do Centro de Estudos do Museu Arqueológico de Sesimbra*. Sesimbra, 1, p. 106-109; 113-122.

XXXV

MANUEL FARINHA DOS SANTOS (1923-2001) [1]



Fig. 1 – Manuel Farinha dos Santos (1923-2001). Foto de João Luís Cardoso.

Manuel Farinha dos Santos nasceu a 24 de Agosto de 1923 na freguesia da Penha de França, da cidade de Lisboa, vindo a falecer nesta mesma freguesia a 29 de Setembro de 2001 (Fig. 1). Depois de desistir de ingressar no Instituto Superior Técnico, a que se candidatara por influência de sua mãe, "que o queria engenheiro", matriculou-se no curso de Ciências Histórico-Filosóficas, da Faculdade de Letras de Lisboa, em 1942, com 19 anos. Ao mesmo tempo, tirara, como aluno voluntário, os cursos de Árabe e de Sânscrito, na então chamada Escola Superior Colonial, convivia com poetas e artistas, actuava no grupo coral do Clube da Estefânia, e embrenhava-se no estudo das principais religiões, dos seus livros sagrados e rituais, numa actividade imensa e polifacetada, condizente com a sua sede de aprender, fascinado pela natureza humana e os seus mistérios.

Ao serviço do Ministério do Ultramar partiu para o Oriente, em Agosto de 1954; cumprida a missão oficial, regressou, em Outubro de 1956, enriquecido pelos contactos com outras gentes e a visita a antiquíssimas ruínas esquecidas de velhas civilizações, que lhe despertaram a paixão pela Arqueologia. Já com 34 anos, decidiu concluir a licenciatura, como aluno voluntário, escolhendo como tema da dissertação final, então obrigatória, um assunto de índole arqueológica. Para tal, esperou, um dia, o Professor Manuel Heleno, à saída de uma aula, informando-o do seu projecto. Apesar da hesitação deste, perante aluno que então via pela primeira vez, e do seu feitio difícil, distante e severo, no dia seguinte já estava instalado na Biblioteca do Museu por aquele dirigido, o actualmente designado Museu Nacional de Arqueologia, a consultar livros e, coisa rara, com autorização para examinar vitrinas com espólios inéditos, na galeria dos "reservados". Ao fim de alguns dias inteiramente dedicados à consulta de livros e à observação de materiais, propôs a Manuel Heleno um estudo sobre as peças de *terra sigilatta* pertencentes às colecções da Instituição e provenientes das escavações em Tróia, defronte a Setúbal, que então vinham ali a ser dirigidas por Manuel Heleno.

O Professor, que amiúde o observava de soslaio, quando atravessava a Biblioteca para entrar no seu gabinete, aceitou tal temática convidando-o para almoçar num restaurante de Belém, com um sorriso que ainda desconhecia naquele semblante, habitualmente reservado.

Concluída a dissertação de Licenciatura, em Julho de 1958 (Fig. 2), Manuel Farinha dos Santos foi convidado por Manuel Heleno para segundo assistente da Faculdade de Letras de Lisboa, no ano lectivo de

---

[1] CARDOSO, J. L. (2001) - Manuel Farinha dos Santos (1923-2001). O Arqueólogo Português. Lisboa. Série IV, 19, p. 8-11. Modificado.

1959/1960. Iniciou-se, então, nova etapa da sua vida. Ciente de que o ensino da Arqueologia requeria uma forte e exigente componente prática, mandou fazer uma grande mesa circular, com tampo rotativo, para as aulas práticas da disciplina de Pré-História; essa mesa existirá ainda, no Museu Nacional de Arqueologia, então organismo anexo à Faculdade de Letras, onde tais aulas tinham lugar.

Durante o seu percurso como docente universitário, realizou no Museu Nacional de Arte Antiga o Curso de Conservadores de Museus, Palácios e Monumentos Nacionais; a classificação obtida, de dezoito valores, valeu-lhe ser nomeado depois Professor daquele Curso e, em 1968, do Panteão Nacional, cargo de que foi afastado em 1975, para ser nele reintegrado, em 1982, mas não ressarcido de todos os desgostos sofridos.

Entretanto, o então designado Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, sob a direcção do Prof. Fernando de Almeida, continuou a beneficiar do trabalho dedicado de Manuel Farinha dos Santos, que nele assumiu as funções de conservador a título gratuito, tendo então a oportunidade de estudar, sozinho ou de colaboração, materiais das escavações de Manuel Heleno e das suas próprias recolhas, com destaque para os concheiros do vale do Sado.

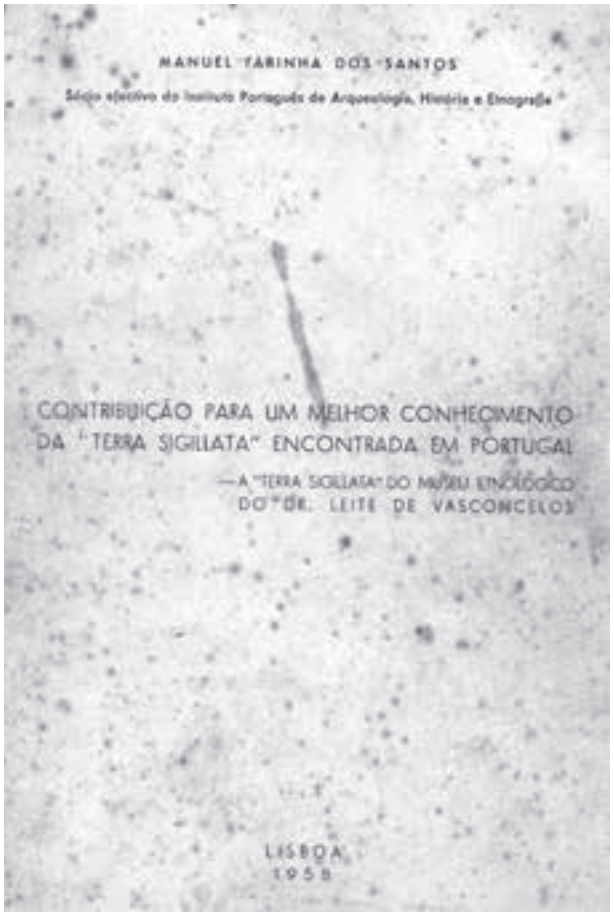


Fig. 2 – Capa da tese de licenciatura em História. Arquivo de João Luís Cardoso.

Com o surto de desenvolvimento tecnológico e industrial que o País conheceu nos inícios da década de 1970, a sua visão dos acontecimentos, servida por espírito sempre atento, manifestou-se de forma inovadora e, como sempre, com resultados práticos: refiro-me à criação do Grupo de Trabalhos de Arqueologia do Gabinete da Área de Sines, em Junho de 1972. É supérfluo sublinhar o alcance desta iniciativa. Hoje, quando a chamada "Arqueologia de salvamento", ou "empresarial" e os estudos de impacte ambiental, incluindo a componente arqueológica, estão na ordem do dia, não será de mais salientar este esforço pioneiro, e sem precedentes, cuja valia se encontra demonstrada pelos numerosos trabalhos publicados no âmbito da sua vigência, por si e pelos seus valiosos colaboradores, os Drs. Carlos Tavares da Silva e Joaquina Soares.

Mas o projecto a que Manuel Farinha dos Santos ficou para sempre afectivamente ligado foi ao da gruta do Escoural, investigada sob sua direcção, entre 1963 e 1968, sob a égide do Museu Nacional de Arqueologia. É com contida emoção que o próprio descreve, em 1964, as circunstâncias da descoberta por si efectuada da arte pré-histórica na gruta, seis meses volvidos sobre os primeiros trabalhos na necrópole neolítica ali existente e depois de numerosos arqueólogos terem visitado o local:, descrita pelo próprio em 1964 nas páginas de *O Arqueólogo Português*: "Ao salpicar um conjunto de traços sumidos, de interpretação duvidosa e já observados muitas vezes, apareceu, com toda a nitidez, uma espantosa figura híbrida e itifálica, como que a anunciar, por recursos de magia, uma arte paleolítica que durante cerca de seis meses se recusara a mostrar-se...".

Os contributos de Manuel Farinha dos Santos, para além das áreas científicas que cultivou – cerca de cento e cinquenta títulos sobre diversos temas e períodos, como Arte Rupestre, Mesolítico (concheiros), Megalitismo, Neolítico (povoados e grutas sepulcrais), Calcolítico, Idade do Bronze (necrópoles do Bronze do Sudoeste), Idade do Ferro, Período Romano e Numismática, entre outros – deixaram ainda legado nas centenas de alunos que o ouviram, tanto nas aulas, como no campo, e, sobretudo, nas escavações arqueológicas que promoveu ou orientou. Prova do método e do rigor que transmitiu aos seus alunos, são as palavras que se lêem na parte final da sua dissertação de Licenciatura, que procurou seguir, ao longo de toda a sua carreira de investigador e de formador de futuros arqueólogos, missão que continuou mais tarde, na Universidade Livre e, desde 1986 e até à morte, como professor catedrático convidado, na Universidade Autónoma de Lisboa, de que foi também fundador:

"O solo encerra preciosos testemunhos no seu seio. Para os compreender é preciso saber escavar, camada por camada, esse registo rigoroso da Natureza. Constatei experimentalmente essa necessidade de usar técnicas apropriadas nas pesquisas arqueológicas, quando no Verão de 1957 participei, como principiante, na campanha de Tróia. Aprendi nesses trabalhos de campo que se deve anotar todos os pormenores, conjugar a imaginação do poeta com a minúcia do relojoeiro, utilizar largamente a fotografia, o desenho e o metro e ... não ter pressa."

Impulsionador de importantes iniciativas científicas, tanto na Associação dos Arqueólogos Portugueses, como na Academia Portuguesa da História (onde lhe sucedi como Académico de Número na Cadeira n.º 9), que dedicada e desinteressadamente serviu, não esquecia, contudo, a responsabilidade que os arqueólogos detinham para com as gerações pré-universitárias, ou, mais simplesmente, para com o público em geral: prova disso é o seu livro "Pré-História de Portugal", publicado em 1972, despertador de inúmeras vocações e da consciência da população em geral, confrontada em muitos casos pela primeira vez, com os impressionantes testemunhos do portentoso passado pré-histórico do território português.

A terminar esta curta evocação do arqueólogo e do pedagogo que, com rara intuição se debruçou sobre o futuro da Arqueologia em Portugal, transcreve-se excerto de comunicação publicada nas actas do I Colóquio Portuense de Arqueologia, realizado no Porto e em Guimarães em junho de 1961, tendo as respectivas actas sido publicadas no ano seguinte. Com efeito, as ideias ali expostas podem ser ainda subscritas na sua generalidade, na actualidade: assim, ao mesmo tempo que se congratulava com a então recente criação da disciplina de Pré-História na Faculdade de Letras de Lisboa (da qual foi responsável), antevendo o desabrochar de vocações, pugnava pela criação de centros de investigação ligados a Universidades ou a outros estabelecimentos centrais que, "Distribuídos ao longo do País, se forem dotados de pessoal especializado e meios necessários, podem ser a vanguarda das actividades pré-históricas em todo o território nacional", desígnio que, embora de forma mitigada, só veio a concretizar-se muito mais tarde.

Quanto à prática científica da Arqueologia, é igualmente de destacar a sua posição pioneira: "Temos de acabar, de uma vez para sempre, com o trabalho individual em Pré-História. A pesquisa deve ser feita por grupos de especialistas, preparados nas diversas técnicas (...). Sem esta actividade colectiva, não vale a pena proceder a trabalhos de campo". E, a concluir, declarava: "Se os problemas esboçados não forem vistos de frente, com decisão reformadora, é mais útil à Ciência deixar as antiguidades adormecidas, no seu sono muitas vezes milenar e esperar, com certa melancolia, que se criem melhores condições à pré-história portuguesa …". Palavras que hoje, mais do que nunca, se afiguram actuais.

BIBLIOGRAFIA

CARDOSO, João Luís ((2001) – *In Memoriam* Manuel Farinha dos Santos (1923-2001). *O Arqueólogo Português.* Lisboa. Série IV, 19, p. 8-11.

CARDOSO, João Luís (2013) – *Elogio do Professor Manuel Farinha dos Santos (1923-2001)*. Lisboa: Academia Portuguesa da História.

XXXVI

JOSÉ PIRES GONÇALVES: UM MÉDICO NO "PARAÍSO MEGALÍTICO"* DE REGUENGOS DE MONSARAZ [1]

1 – ANTES DE JOSÉ PIRES GONÇALVES: A IMPORTÂNCIA DO MEGALITISMO FUNERÁRIO DO TERRITÓRIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Georg e Vera Leisner foram os arqueólogos que, no decurso da primeira metade do século XX, mais contribuíram para o conhecimento do megalitismo alentejano. Remonta à década de 1930 os primórdios das investigações dos dois arqueólogos alemães. Os antecedentes imediatos do seu trabalho no concelho de Reguengos de Monsaraz têm de procurar-se na Andaluzia, de que resultou a publicação, em 1943 da obra "*Die Megalithgraber der Iberischen Halbinsel. Der Suden*", que pressupunha a continuação para Oeste das suas investigações. A sua primeira publicação sobre o megalitismo português remonta a 1940, tendo sido dedicada ao dólmen de falsa cúpula de Vale de Rodrigo, no vizinho concelho de Évora (LEISNER, 1940).

Os trabalhos de reconhecimento de campo de monumentos megalíticos realizados a partir de 1943 no concelho de Reguengos, resultou na célebre monografia editada em português em 1951 (LEISNER & LEISNER, 1951), na qual se apresenta a cartografia arqueológica das antas de Reguengos de Monsaraz, cujo início de escavação criteriosa e sistemática remonta a 1946. Dos 135 dólmenes actualmente identificados no concelho de Reguengos, apenas dois não tinham sido já referenciados pelos referidos arqueólogos alemães, o que prova bem a qualidade das suas prospecções (Fig. 1), as quais só foram retomadas cerca de 40 anos depois, no âmbito dos trabalhos realizados de minimização dos impactos arqueológicos do projecto do Alqueva, devendo-se a sua referenciação a Carlos Tavares da Silva (GONÇALVES, 2013).

Georg e Vera Leisner só escavaram as antas que consideraram mais promissoras, com base no seu estado de conservação, até porque as suas dotações orçamentais eram insignificantes, mesmo para a época, obrigando-os, por razões logísticas, a alojarem-se nos "montes" cedidos pelos proprietários, vivendo semanas a fio no campo, sujeitos às condições alimentares e sanitárias de qualquer pobre camponês assalariado desse tempo; no total, em 2000 (ano das últimas escavações em dólmenes do concelho de Reguengos), apenas 46 dólmenes se encontravam explorados, o que evidencia bem que a grande maioria deles permanece por escavar, sem contar com aqueles que entretanto foram destruídos.

---

* A expressão ""Paraíso megalítico de Monsaraz" foi a escolhida por José Pires Gonçalves para título de um dos seus trabalhos, apresentado em Mérida em 1974 (GONÇALVES, 1976), fazendo jus à sua capacidade de se entusiasmar e de transmir, através da palavra escrita, toda a beleza das suas descobertas.

[1] CARDOSO, J. L. (2025) – José Pires Gonçalves: um médico no "paraíso megalítico" de Reguengos de Monsaraz. *Al-madan online*, 2.ª Série, N.º 28 (1), p. 97-106. Modificado.



Fig. 1 – Distribuição geográfica dos monumentos dolménicos do concelho de Reguengos de Monsaraz realizada por G. e V. Leisner (seg. LEISNER & LEISNER,, 1951).

As conclusões mais importantes do estudo de 1951 podem resumir-se aos seguintes aspectos:

– a admissibilidade da evolução local do fenómeno megalítico, indo ao encontro da posição de Manuel Heleno para a região de Montemor-Ciborro, com base na correlação entre as sequências arquitectónicas e os respectivos espólios funerários; assim, a etapa mais antiga do megalitismo estaria representada por monumentos fechados, ou de corredor simples, com apenas um esteio de cada lado, e câmaras poligonais, dos quais o mais importante representante é a anta 1 do Poço da Gateira, o único monumento encontrado intacto, com um conjunto de vasos alinhados no seu interior, machados e enxós, lâminas não retocadas e micrólitos, destacando-se a ausência de pontas de seta e de placas de xisto, que só aparecem ulteriormente, no Neolítico Final. Deste modo este monumento representaria os últimos estádios do Neolítico Médio regional, cuja cronologia ocuparia parte da primeira e da segunda metade do 4.º milénio a.C.;
– a negação de influências orientais, que à época constituíam a teoria dominante para explicar a própria existência das antas, consideradas toscas imitações dos sepulcros micénicos (DANIEL, 1941); com efeito, coube aos Leisner demonstrarem cabalmente a independência entre a construção de dólmenes e de sepulturas de falsa cúpula, de origens culturais distintas, comprovada pelas evidências recolhidas nos dólmenes da Comenda e da Farisoa, aos quais se associaram duas sepulturas de falsa cúpula, mais modernas. Tal demonstração veio, aliás, comprovar plenamente as afirmações que no mesmo sentido tinham sido já apresentadas por Estácio da Veiga, muitos anos antes, a propósito das suas escavações na necrópole de Alcalar (VEIGA, 1889,1891).

  A construção de *tholoi*, de que as duas referidas foram as primeiras ocorrências registadas na região de Reguengos, são construções caracteristicamente calcolíticas, associando-se às primeiras sociedades metalúrgicas, relacionadas com a presença e exploração de mineralizações de cobre no Alto Alentejo (VIANA & FERREIRA, 1956);
– a distribuição dispersa das antas, sem revelar nenhuma concentração evidente, susceptível de corresponder a uma verdadeira necrópole; de facto, os monumentos distribuem-se perto das linhas de água, e ainda em pequenos outeiros, ou encostas suaves. Esta realidade foi ulteriormente confirmada por Victor S. Gonçalves, que notou que a visibilidade de e para os monumentos não constituía aspecto determinante para a escolha do local da sua implantação (GONÇALVES, 2013).

A investigação do megalitismo funerário no concelho de Reguengos, depois da fase brilhante corporizada pelos Leisner, foi prosseguida por Henrique Leonor Pina, mais de uma década depois. Do trabalho individual por ele desenvolvido resultou a escavação de vários monumentos dolménicos previamente identificados pelo casal alemão. Estão neste caso as antas da Herdade do Duque (PINA, 1961) e da Azinheira (PINA, 1963). No entanto, os resultados obtidos nada acrescentaram ao que já se sabia do megalitismo da região. A actuação deste indivíduo teve aliás um nefasto desfecho, com a destruição, através de escavação selvagem, de um dos dólmenes mais importantes e grandiosos da Península Ibérica, a Anta Grande do Zambujeiro, no concelho de Évora, que, encontrando-se intacta no terreno, com o seu *tumulus* integralmente conservado, depois da destruição a que foi sujeita por Henrique Leonor Pina, passou a ser um monumento esventrado e em estado iminente de colapso, sem que ao longo das últimas décadas e até ao presente, a situação se tenha alterado, para opróbio dos sucessivos poderes oficiais com responsabilidades na matéria.

No decurso das duas décadas seguintes não se voltaria a escavar uma anta no concelho de Reguengos, voltando-se as atenções para a descoberta das espectaculares manifestações do megalitismo não funerário, representadas por menires e cromeleques, até então totalmente desconhecidos, em resultado dos Leisner

terem focalizado exclusivamente a sua atenção na identificação de antas. Com efeito, seria difícil não terem tomado conhecimento de pelo menos alguns dos menires ou cromeleques reguenguenses, que só décadas depois foram devidamente reconhecidos como tal, dada a monumentalidade dos mesmos e a proximidade das antas que exploraram e publicaram, conforme sublinha José Pires Gonçalves logo num dos seus primeiros trabalhos dedicados ao tema. Tal evidência levou a designá-los por "sepulcrólogos", por não terem registado nas páginas da sua importante monografia de 1951 "a mais leve referência" a tais monumentos (GONÇALVES, 1970, p. 153).

Tenha-se presente a insuspeita apreciação de Victor S. Gonçalves proferida na sessão póstuma de homenagem ao arqueólogo que hoje celebramos, realizada sob a égide da Sociedade Portuguesa de Autores em 1988 em Reguengos, na casa que foi do seu amigo António Gião: "Se quisesse escolher três acontecimentos que marcassem nos últimos vinte anos mudanças de perspectiva na Pré-história de Portugal, não hesitaria em colocar entre eles a descoberta dos menires de Reguengos de Monsaraz." Mais à frente, acrescentou: "Pires Gonçalves viveu em Reguengos de Monsaraz quando em qualquer cidade seria bem-vindo o seu exercício da medicina. Dessa escolha fez parte toda a sua investigação histórica e arqueológica. Entender os menires de Reguengos de Monsaraz e projectá-losà escala europeia foi para ele não uma recompensa nem uma busca de fama e proveito mas um acto natural da sua maneira de viver a terra alentejana." (GONÇALVES, 1988). Justas e certeiras palavras, que se espera virem a ser demonstradas no que a seguir se dirá.

2 – JOSÉ PIRES GONÇALVES E A DEMONSTRAÇÃO DA EXCEPCIONAL IMPORTÂNCIA DO MEGALITISMO NÃO FUNERÁRIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ: MENIRES ISOLADOS E CROMELEQUES

2.1 – Notas biográficas

José Pires Gonçalves nasceu circunstancialmente em Torre de Coelheiros, Concelho de Évora, a 1 de novembro de 1908 e faleceu em Reguengos de Monsaraz a 4 de fevereiro de 1984 (Fig. 2). Obtida a formação em Medicina pela Faculdade de Medicina de Lisboa, em 1933, e quando podia seguir uma carreira bem mais aliciante do ponto de vista remuneratório e de oportunidades profissionais num grande centro urbano, como Lisboa, optou por regressar ao seu Alentejo natal, tendo desempenhado, até morrer, o seu múnus de médico de Clínica Geral, em Reguengos de Monsaraz, ao longo de quase cinquenta anos ininterruptos, já que foi iniciado no longínquo ano de 1938.

De tal forma assumiu essa tarefa que pode dizer-se que o apoio dispensado à população do concelho foi de tal forma profundo e ao mesmo tempo diversificado nas diversas vertentes da Medicina, especialmente naquelas que mais afligiam as populações locais, no domínio das doenças infecciosas e de acidentes de trabalho com máquinas agrícolas, que o concelho atingiu a invejável posição de ser um dos que possuía maior grau de assistência médica disponibilizada às parturientes, conforme se pode comprovar pelo Anuário Estatístico de 1974. E isto, devido apenas e exclusivamente à sua acção verdadeiramente militante e guiada por um ideal de serviço público, posto ao serviço de todos, sem excepção, também na qualidade de Director Clínico do Hospital de Reguengos de Monsaraz.

Na verdade, os ideais que mobilizavam o Dr. José Pires Gonçalves desde a juventude (foi militante do MUD a que aderiu em 1947, o que lhe valeu sérias dificuldades no exercício da sua profissão no quadro da Função Pública durante alguns anos. Na verdade estes ideais de ajuda e de serviço ao próximo em regime de

total entrega, incluindo sacrifícios pessoais, foram os mesmos e que continuou corajosamente a defender logo depois do 25 de Abril, quando os ânimos estavam extremados no seu Alentejo, tendo sido, de novo, prejudicado, agora pelo poder recém-instituído.

Tais foram também os princípios de serviço para com os seus conterrâneos que o fizeram enveredar decisivamente pelo estudos de cariz histórico, de que foi cultor produtivo e consequente, mobilizando para eles toda a sua conhecida energia e dedicação.

Como médico, ajudava os seus conterrâneos a suportar os males do corpo e também os da alma; como historiador, valorizava a terra que amava e que a todos pertencia, fazendo com que, por via dos estudos a ela dedicados, pudesse ser conhecida e dignificada tanto no País como além-fronteiras. Para o efeito, e ainda como estudante de Medicina em Lisboa, tornou-se frequentador da Torre do Tombo, acedendo a documentos importantes sobre a história da sua terra, postos à sua disposição pelo então Director, de quem se tornou grande amigo, o Dr. João Martins da Silva Marques, também ele alentejano e vizinho, nascido na vila de Redondo, onde vinha amiúde (informação de R. Mataloto, 15/9/2024). É assim que se explicam os seus numerosos e valiosos trabalhos sobre a História e o Património Artístico de Monsaraz, região de que muito pouco então se sabia, afirmando-se como respeitado historiador local. Entre todas, destaca-se a obra *Monsaraz e o seu termo*, publicada pela Junta Distrital de Évora em 2 partes, respectivamente em 1961 e 1963 (GONÇALVES, 1961, 1963); as investigações realizadas para este trabalho seminal não mais abrandaram ao longo dos anos, dedicando, não por acaso, a Monsaraz a sua primeira comunicação feita na Academia Portuguesa da História, poucos meses volvidos da sua eleição, a qual foi anos depois publicada (GONÇALVES, 1979 a).



Fig. 2 – José Pires Gonçalves (1908-1984).
Processo Individual da Academia Portuguesa da História.

Com efeito, ao longo da década de 1960, publicou sobre Monsaraz outros valiosos trabalhos monográficos, que evidenciam o cuidado da sua investigação de campo, pautada sempre pela confrontação, quando possível com as fontes documentais, que o tornaram o maior conhecedor do passado daquela vila alentejana e territórios adjacentes. É o caso dos estudos, todos felizmente publicados, sobre o notável fresco dos Paços da Audiência de Monsaraz, o relativo à "cuba" de Monsaraz, outro sobre a ermida românica de Santa Catarina, o respeitante à igreja velha de Santo António dos Reguengos, e, enfim, o dedicado à "defesa" e solar do Esporão, entre outros, cuja enumeração se afasta dos propósitos deste contributo, centrado na componente arqueológica do labor do nosso homenageado.

O estudo destes monumentos foi, naturalmente, acompanhado da abordagem das respectivas conjunturas económicas e políticas de cada época, a par das personalidades medievais mais marcantes que se movimentaram no território de Monsaraz, fascinado especialmente pela figura notável de Geraldo *Sempavor*, o conquis-

tador de Monsaraz em 1167, objecto de uma comunicação na Academia Portuguesa da História em 1977, depois publicada (GONÇALVES, 1979 b). Ali valorizou os testemunhos fornecidos pelos cronistas árabes, revelados por obras que então eram pouco utilizadas na historiografia portuguesa, depois de David Lopes, que infelizmente não conheceu sucessor à altura no domínio da análise histórica.

Este trabalho revela toda a pujança do investigador pautado pela inovação metodológica, liberto de preconceitos e de "escolas", típicas dos meios universitários da sua época, que já vinha sendo anteriormente confirmada, através do estudo respeitante à presença árabe pela toponímia ainda hoje conservada na região, numa época em que os estudos da herança árabe eram pouco valorizados entre nós (GONÇALVES, 1966).

Ciente da importância de estudar a realidade histórica dos dois lados da fronteira, artificialmente criada ao longo do grande rio, cuja importância foi salientada numa outra notável comunicação apresentada à Academia Portuguesa da História (GONÇALVES, 1981), rapidamente estabeleceu e manteve contactos duradouros com investigadores espanhóis, passando a ser presença assídua ao longo das décadas de 1960 e de 1970, sempre com comunicações sobre temáticas regionais apresentadas aos sucessivos *Congresos de Estudios Extremeños*, inicialmente sobre temáticas históricas, mais tarde sobre temáticas sobretudo pré-históricas. Todas elas são reveladoras do fascínio que lhe despertou tanto a realidade histórica, como que a antecedeu, expressa pela a arte rupestre e os monumentos megalíticos (menires e cromeleques) a ela associados.

A valia do seu esforço, que integrava de forma natural e consequente contribuições sobre temas históricos e patrimoniais, por um lado, e do campo da Pré-História, por outro, depois da confirmação da importância das respectivas manifestações, que começaram a ser por ele estudadas e publicadas a partir de 1968, mereceram o reconhecimento por parte de diversas associações científicas, que confirmaram a valia do seu trabalho: foi académico correspondente da Academia Portuguesa da História (desde 1976) e sócio da Associação dos Arqueólogos Portugueses (desde 1968), entre outras instituições, como o Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia e, no Estrangeiro, a Associação Brasileira de Etnografia e Folclore e, em Itália, o Centro Camuno di Studi Prehistorichi, por via da ligação estabelecida com Emmanuel Anati, grande impulsionador do estudo da arte rupestre pré-histórica transalpina.

Importa sublinhar que a sua condição de homem radicado na província nunca foi impeditiva de se manter informado, adquirindo recorrentemente através das livrarias de Lisboa as obras estrangeiras especializadas de que necessitava para o prosseguimento dos seus estudos no remanso da sua casa de Reguengos. Constituindo uma importante biblioteca, recheada de obras que encomendava tanto em Lisboa, como no estrangeiro, sobre as temáticas especializadas a que se dedicou, e que não se encontravam disponíveis entre nós.

Importa ter presente que esta notável actividade cultural nunca distraiu o Dr. José Pires Gonçalves de servir os seus concidadãos e os interesses da sua terra, tanto como médico, como no exercício de outras funções de natureza pública ou comunitária. Pelo contrário: Via-a como uma forma de serviço em prol do interesse comum. É assim que também se compreendem diversos cargos por si exercidos, como o de Presidente da Junta de Turismo da Região de Monsaraz, e de Presidente do Grupo dos Amigos de Monsaraz. É assim que se compreendem, também, a par dos exigentes estudos científicos já referidos, a intensa actividade como publicista, expressa por muitos e valiosos artigos publicados na imprensa local e regional e nacional, de Lisboa, de Évora e de Reguengos de Monsaraz, a começar logo em 1942 pela polémica nas páginas do diário *Notícias de Évora* com Túlio Espanca, a propósito da História de Monsaraz e do importante retábulo quinhentista *Descida da Cruz*, existente na igreja da Santa Casa da Misericórdia de Monsaraz, e que havia sido removido para restauro, em Lisboa, sem o conhecimento das autoridades locais. Foi o próprio Túlio Espanca que relembrou este episódio aquando da homenagem prestada à memória do Dr. José Pires Gonçalves em Reguengos de Monsaraz a 27 de fevereiro de 1988 (ESPANCA, 1988). Assim se revelou, desde sempre, a personalidade

franca e frontal do nosso homenageado, susceptível de produzir admiração, pelo vigor cristalino dos princípios defendidos, fossem eles quais fossem, mesmo entre os seus opositores, como foi o caso, ou mesquinho despeito, como infelizmente se verificou noutros, próprios da natureza humana. Foi agraciado postumamente com a Medalha de Benemérito da Santa Casa da Misericórdia de Reguengos de Monsaraz, em 2000.

No inverno de 1975, com apenas 18 anos, desloquei-me a Reguengos de Monsaraz, com dois companheiros que, como eu, tinham frequentado as aulas de Pré-História dos Professores O. da Veiga Ferreira e G. Zbyszewski no Palácio da Rosa, em Lisboa, onde então estava instalado o Centro Piloto de Arqueologia. Sem qualquer tipo de recomendação ou de aviso prévio, procurámos o Dr. José Pires Gonçalves, tendo sido por ele recebidos de imediato, em sua casa, com a confiança que se dispensaria a velhos amigos. Nessa única oportunidade que tive de falar com ele, sem que tivéssemos quaisquer predicados a nosso favor, simples adolescentes privados de aulas, substituídas nesse ano pelo Serviço Cívico Estudantil, fomos conduzidos num encantamento aos mistérios das enigmáticas pedras que, à distância de milénios, falavam de cultos de fertilidade de que foram protagonistas, a par das mensagens nelas gravadas por símbolos que o fascinavam, e de era o interprete privilegiado, falando com tanto entusiasmo, como se fosse no dia da descoberta. Era assim o Dr. José Pires Gonçalves, que assim permanece na minha memória, homem que acreditava no seu semelhante, fosse ele quem fosse, a quem procurava transmitir, sempre, o calor da vida que animava todos os seus passos.

2.2 – José Pires Gonçalves: menires, cromeleques e muita ânsia de saber

O interesse de José Pires Gonçalves pela Arqueologia resultou, antes de mais da sua curiosidade e ânsia de saber sobre matéria que, até aos seus cerca de 40 anos de vida, lhe tinha passado despercebida. A oportunidade de contribuir, também desta forma. para a projecção nacional e internacional da sua terra, prestando assim mais um serviço aos seus conterrâneos surgiu com a presença de Georg e Vera Leisner em Reguengos, para continuar o seu monumental estudo sobre o megalitismo ibérico.

Os cadernos de campo de Georg Leisner respeitantes sobretudo a 1944 e 1945 registam a importância incontornável dessa colaboração, na indicação objectiva da localização de monumentos, por vezes recorrendo a esquissos desenhados a lápis em folhas de papel, na falta da base cartográfica adequada para o efeito que ainda não existia na altura, bem como no acompanhamento ao terreno nos reconhecimentos então realizados, antecedendo a realização das escavações nos mais promissores, feitas a partir de 1946 com o apoio financeiro do Instituto da Alta Cultura (indicações verbais de Rui Mataloto, prestadas em Setembro de 2024). Esta colaboração, pela importância incontornável que revestiu para o êxito do trabalho realizado, não foi até agora devidamente valorizada nos estudos dedicados à actividade de Georg e Vera Leisner em Portugal, nem tão-pouco os mesmos a assinalam, como deviam, limitando-se a registar o nome de José Pires Gonçalves, em último lugar, no elenco das personalidades oficiais, ou dos simples proprietários de montes onde pernoitavam (LEISNER & LEISNER, 1951, p. 8), quando foi essencialmente a ele que ficaram a dever os contactos que tornaram os trabalhos de campo possíveis, mitigando as dificuldades – que foram muitas – encontradas ao longo da sua realização.

Após a conclusão dos trabalhos de Georg e Vera Leisner em Reguengos, não mais José Pires Gonçalves deixou de se interessar pela Pré-história da sua terra. Seguindo os passos de Henrique Leonor Pina, a quem se deve a identificação do megalitismo não funerário alentejano, na sequência da localização, em 1964, do célebre cromeleque dos Almendres, no concelho de Évora, que abriu novas perspectivas para a Arqueologia portuguesa, também o concelho de Reguengos veio a revelar, pouco depois, o seu extraordinário legado no tocante ao megalitismo não funerário, por via da actuação do nosso homenageado, o qual não tardou a dar a conhecer à comunidade arqueológica logo em 1970 (GONÇALVES, 1970). Neste seu primeiro trabalho sobre os menires e cromeleques do concelho de Reguengos de Monsaraz, indica, no entanto, que cabe ao escritor

e ensaísta alentejano Mário Saa a prioridade da primeira identificação de um menir no concelho, cerca de 1964/1965, quando procurava marcos miliários romanos para redacção da sua obra "*As grandes vias da Lusitânia*", e logo um dos mais notáveis: trata-se do menir fálico do Outeiro, situado entre as aldeias do Outeiro e da Barrada, com 5,60 m de comprimento e o peso de cerca de 8 toneladas, o qual foi, por iniciativa de Pires Gonçalves, colocado em posição vertical (Fig. 3), com o apoio da Junta Distrital de Évora e do Grupo de Amigos de Monsaraz, a 23 de agosto de 1969 (GONÇALVES, 1970, p. 162; GONÇALVES, 1975, p. 16). Localmente este monólito era conhecido pelo sugestivo nome de "Penedo Comprido" situando-se cerca de 2 km a Norte da Anta Grande do Olival da Pega, que deveria ter bastado, só por si, para despertar as atenções, mesmo do mais distraído prospector. A sua evidente importância científica e patrimonial justificou estas palavras do nosso homenageado, que mantêm a plena actualidade, meio século depois de terem sido escritas: "Os planos de acesso e protecção estão, há muito tempo, devidamente elaborados... e arquivados. Só falta a intervenção do Estado para a sua realização!" (GONÇALVES, 1975, p. 16). O espanto provocado por este monumento público, os primeiros construídos pela Humanidade nesta finisterra da Europa, não deixou indiferente Miguel Torga, que lhe dedica um belíssimo poema ("Diário, XVI, p. 190, respeitante a 1990-1993):



Fig. 3 – Menir fálico do Outeiro aquando do seu erguimento do solo (Arquivo M. Farinha dos Santos/J. L. Cardoso).

Menir
Salve, falo sagrado,
Erecto na planura
Ajoelhada!
Quente e alada
Tesura
De granito,
Que, da terra emprenhada,
Emprenhas o infinito.

Pouco depois, em 1966, chegou ao seu conhecimento a existência do monólito da Belhoa ou Abelhoa, incompleto, com o comprimento actual de 2,75 m em resultado da mutilação que sofreu para a obtenção de

pedra, estimando-se que deveria ter atingido originalmente nunca menos de 4,0 m, tendo por si sido desde logo identificado como monumento pré-histórico. Ao providenciar o seu reerguimento, em 1970, com a ajuda do mestre canteiro Francisco Mendes, verificou-se que a face que se encontrava que se encontrava voltada para a terra evidenciava um notável programa iconográfico, que lhe motivou entusiasmadas palavras, em diversos estudos dedicados a esta notável arte megalítica acabada de descobrir, e que imediatamente se publicaram (Fig. 4) (GONÇALVES, 1972, p. 497; SANTOS, 1972; GONÇALVES, 1976).

Outro notável monumento dado a conhecer pelo Dr. José Pires Gonçalves foi o cromeleque da Herdade do Xarez, que incluiria originalmente pelo menos 55 menires, possuindo um grande menir fálico com mais de 4 m de altura e o peso aproximado de 7 toneladas implantado originalmente no centro do recinto, muito embora boa parte dos menires estivesse deslocada pela maquinaria agrícola das suas posições originais, aquando da identificação, encontrando-se caoticamente amontoada naquilo que o nosso homenageado designou por dois "ninhos", que então foram devidamente fotografados (Fig. 5). Tais fotografias, que foram pelo próprio publicadas, não deixam quaisquer dúvidas. Na verdade, este importante conjunto megalítico, já no estado de completa destruição em que se encontrava, chegou ao conhecimento de Pires Gonçalves, nos finais de 1969, através do lavrador José Cruz e do Eng. Leonel Franco (GONÇALVES, 1970, p. 160).



Fig. 4 – Menir insculturado de Belhôa ou Bulhôa (Arquivo M. Farinha dos Santos/J. L. Cardoso).

Os indícios então observados no terreno levaram-no a considerar que o recinto megalítico tivesse uma planta quadrangular, o que constituiria caso único no território português. Porém, tratava-se de uma primeira impressão, que importava fosse confirmada através de escavação arqueológica, como é, muito justamente, declarado pelo próprio. Mas foi necessário aguardar décadas pela desejada escavação, realizada apenas em 1998 no âmbito dos trabalhos arqueológicos de minimização de impactes resultantes da construção da barragem do Alqueva, a qual, aliás, não conduziu a resultados concludentes a tal respeito, apesar do que então escreveu o responsável pelos referidos trabalhos (GOMES, 2000, 2002, 2003); e, na verdade, a conclusão não poderá ser outra, pois dos 55 menires que então foram inventariados como pertencentes ao cromeleque, apenas 14, como reconheceu o citado autor, não teriam sido objecto de recolocação no terreno no decurso da intervenção de Pires Gonçalves de reconfiguração do monumento no terreno. Para o efeito, contou com a inestimável colaboração de um residente em Reguengos, o Senhor Humberto Ramalho, que levantou a planta



Fig. 5 – Conjunto de menires amontoados após a despedrega dos terrenos pertencentes ao recinto megalítico do Xarez. Ao longe, em último plano, divisa-se Monsaraz (arquivo M. Farinha dos Santos/J. L. Cardoso).

do conjunto assim reconstituído, dando-lhe sugestivamente um contorno quadrangular, no centro do qual se encontraria o grande menir fálico insculturado. Tal menir foi único cuja fundação, constituída por estrutura de sustentação de vários blocos líticos, foi encontra devidamente identificada e fotografada, o que fundamenta as reservas acima expressas quanto à posição original no terreno dos restantes e, consequentemente, da planta executada com a sua pretensa localização (Fig. 6).

Elemento determinante para a apreciação desta questão, é o testemunho directo do então proprietário da Herdade do Xarez, o Prof. Doutor Raul Miguel Rosado Fernandes que, em carta dirigida ao Jornal *Público*, publicada a 18 de Agosto de 2004, já depois de realizadas as escavações, em 1998, e publicados os resultados em 2000 e 2002, que puseram a descoberto toda a extensão do substrato geológico sobre o qual se colocaram os menires, mas sem identificar a fundação de qualquer deles, declara:

> "*Foi um amigo meu eng. Leonel Franco que, quando ali caçava, identificou vários menires, completamente dispersos pela despedrega que eu tinha mandado fazer. Decidimos, eu e o dr. Pires (José Pires Gonçalves), mandar os meus tractores erigir os 43 menires encontrados, em quadrado, e não em círculo, porque era mais fácil para as lavouras (…). Estavam todos próximos uns dos outros e o maior tem uma base que foi identificada e sobre a qual foi levantado. De resto nada mais se sabe, a menos que se invente*".

O mesmo catedrático da Univer- sidade de Lisboa, em artigo publicado no volume de Homenagem a Mário de Albuquerque, reitera a mesma informação (FERNANDES, 2009), sob o sugestivo título "*O mistério das pedras do Xarez*".

Tal posição foi depois decisivamente reforçada por Victor S. Gon- çalves, que, referindo-se ao recinto do Xarez, o caracteriza como "*fabricação da anedota megalítica*" (GONÇALVES, 2013, p. 13), depois de, já em

1999 se ter referido à planta proposta para o monumento como um "absurdo" (GONÇALVES, 1999, p. 58). Com efeito, face ao peso decisivo dos elementos disponíveis, não existem motivos para defesa da hipótese tão acarinhada por Pires Gonçalves, e depois adoptada por Varela Gomes aquando da reposição do conjunto no local onde presentemente se encontra, na sequência do enchimento da barragem do Alqueva.



Fig. 6 – Estrutura de fundação do grande menir do Xarez (seg. GONÇALVES, 1972).

Já com o seu trabalho seminal de 1970 no prelo, e apenas em nota final do mesmo, José Pires Gonçalves anunciou a identificação de um novo conjunto de menires na herdade dos Perdigões, cerca de 2 km a Norte de Reguengos de Monsaraz, possuindo um deles, fracturado e jazendo por terra, mais de 4 m de altura.

***

A actividade de Pires Gonçalves ganhou grande visibilidade e prestígio depois da sua comunicação de 25 de fevereiro de 1970 na Associação dos Arqueólogos Portugueses, de que resultou o artigo já referido, de 1970, para o que contou decisivamente, como o próprio declara, o incentivo de Manuel Farinha dos Santos, então Presidente da Secção de pré-História da dita Associação. Assim se explica a visita dos participantes do II Congresso Nacional de Arqueologia, reunido em Coimbra entre 24 de Setembro e 1 de outubro de 1970, que consolidou o reconhecimento pela comunidade científica do núcleo de menires e cromeleques de Reguengos de Monsaraz, que rapidamente conheceu fama internacional: logo em 1972 é publicada a arte rupestre patente em alguns dos menires, então inventariados e pormenorizadamente descritos, em artigo publicado em Paris nos Arquivos da Fundação Calouste Gulbenkian (GONÇALVES, 1972), no mesmo ano em que sai a lume o livro "Pré-história de Portugal, de grande tiragem, onde é dado conhecimento da importância das descobertas, ilustrado com magníficas fotografias a cores (SANTOS, 1972). O reforço de este reconhecimento teve continuidade na comunicação apresentada às II Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses, em Outubro de 1972, não publicada, logo seguida da comunicação, sobre o tema da arte megalítica, apresentada ao 5.º Congreso de Estudios Extremeños, reunido em Mérida, em 1974 (GONÇALVES, 1976).

Importa referir que este esforço de publicação atempada dos resultados que iam sendo obtidos no terreno, foi acompanhado pela compilação dos mesmos através do estudo de conjunto intitulado "*Roteiro de alguns megálitos da região de Évora*" (GONÇALVES, 1975). Ali se encontram assinalados todos monumentos megalíticos do aro de Reguengos susceptíveis de poderem ser visitados, tratando-se pois de um roteiro para ser utilizado pelo público em geral, indicando-se, para tal, os caminhos de acesso mais adequados em cada caso, num esforço de divulgação notável e pioneiro. Não foi seguramente estranho a tal esforço o facto do autor desempenhar então o cargo de Presidente da Comissão de Turismo de Reguengos de Monsaraz, cargo para o qual foi indigitado em 1973.

No que ao concelho de Reguengos de Monsaraz diz respeito, inventariou as seguintes ocorrências dignas de visita, em cuja identificado esteve directamente envolvido ou das quais foi mesmo o responsável:

– o cromeleque da Capela, que referiu ser constituído por 4 menires fracturados (n.º 19 do inventário);
– o conjunto de sete menires na Herdade dos Perdigões por ele registados, dispondo-se numa estreita faixa com cerca de 250 m de comprimento, na direcção SW-NE, a cerca de 2 km de Reguengos, a que se juntou um outro menir, a cerca de 300 m a NE dos já referidos, avultando o menir maior, com cerca de 4 m comprimento, de forma fálica, e o peso de cerca de 8 toneladas (GONÇALVES, 1975, p. 14) (n.º 20 do inventário);
– o cromeleque do Monte da Ribeira, junto à ribeira do Álamo, identificado em 1967 pelo Dr. Quintino Lopes. Trata-se de um conjunto de pelo menos 16 menires, caídos e deslocados, que não ultrapassam 2 m de comprimento, dispersos por uma área de cerca de 30 m de diâmetro no alto de uma colina, a cerca de 2 km de Reguengos, perto da estrada que vai para Monsaraz (n.º 21 do inventário);
– o menir fálico do Outeiro, já anteriormente descrito (n.º 24 do inventário);
– o menir da Bulhoa, Belhoa, ou Abelhoa, já anteriormente descrito, que tanto entusiasmo mereceu, com fundada razão, a Pires Gonçalves quando se verificou a notável composição gravada que possuía na face que até então tinha parmanecido oculta na terra (n.º 25 do inventário);
– o cromeleque da herdade do Xarez, já anteriormente caracterizado, que integrava pequeno menir fálico, o qual, em 1975 aguardava transferência para o Museu Regional de Évora a eu se soma um outro conjunto localizado a cerca de 300 m a Norte do anterior, constituído por "*10 pequenos menires de granito, todos gravados na base* (...)" (GONÇALVES, 1975, p. 19) (n.ºs 27, 28 e 29 do inventário);
– o menir das Vidigueiras, situado na herdade homónima, a apenas cerca de 100 m do dólmen dado previamente a conhecer (LEISNER & LEISNER, 1951, n.º 125). Possui cerca de 3 m de comprimento e apresenta-se insculturado (n.º 30 do inventário). Foi objecto de comunicação, não publicada, intitulada "Menires de Reguengos de Monsaraz", apresentada às II Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses, realizadas em Lisboa em Outubro de 1972, como acima se referiu;
– o cromeleque da Farisoa, identificado por Pires Gonçalves (SANTOS, 1972, p. 65), na herdade da Farisoa, constituído por menires tombados formando recinto circular (n.º 31 do inventário).

Importa referir que estas informações foram incontornáveis para os estudos que, a partir da década de 1980 voltaram a ser retomados em Reguengos de Monsaraz especialmente por Victor S. Gonçalves e por Mário Varela Gomes, os quais foram já objecto de detalhado estudo historiográfico do signatário (CARDOSO, 2014).

3 – E OS VIVOS, ONDE ESTAVAM? OS CONTRIBUTOS DE JOSÉ PIRES GONÇALVES

Só tardiamente, por razões compreensíveis, resultantes da monumentalidade dos dólmenes, contrapondo-se à total falta de visibilidade da larga maioria dos sítios habitados, estes últimos foram objecto de identificação na região de Reguengos. Como era de esperar foram os locais altos, evidenciados na paisagem, os primeiros a ser mencionados na bibliografia. É o caso da publicação de Afonso do Paço e de José Pires Gonçalves dedicada ao Castelo Velho do Degebe (PAÇO & GONÇALVES, 1962), na sequência dos trabalhos iniciados pelo primeiro dos citados arqueólogos no Castelo do Giraldo (Évora), onde identificou uma ocupação



Fig. 7 – Rocha com podomorfos da Herdade da Capela (arquivo M. Farinha dos Santos/J. L. Cardoso).

calcolítica. Porém, aqui, em vez de uma presença pré-histórica, os escassos reconhecimentos então realizados vieram evidenciar épocas mais modernas, já da Proto-História e até da época romana.

Apesar dos numerosos testemunhos isolados da presença humana pré-histórica de carácter residencial observados no terreno – atente-se à presença de elementos de moagem, que a par e passo apareciam – os mesmos foram apenas mencionados circunstancialmente de passagem em diversos trabalhos de José Pires Gonçalves, como os identificaos na Herdade da Arraieira ou Arraiana, objecto de uma singela notícia publicada em 1978.

Maior interesse possui outro testemunho do povoamento pré-histórico de Reguengos de Monsaraz pela sua evidente raridade: trata-se de uma rocha possuindo inúmeros podomorfos insculturados, identificada na Herdade da Capela, a qual foi, dentro do enquadramento então existente, considerar um polidor rupestre, utilizado para o fabrico de instrumentos de pedra polida, publicado por Farinha dos Santos e Pires Gonçalves (SANTOS & GONÇALVES, 1979) (Fig. 7). Esta rocha, de assinalável interesse, independentemente do seu significado ou funções, foi apresentada no *XV Congreso Nacional de Arqueologia,* realizado em Espanha, na cidade de Lugo, em 1977, o que reforça o pendor internacional da investigação desenvolvida por José Pires Gonçalves, também no domínio da pré-história, confirmada pela comunicação apresentada no ano anterior no IX Congresso da União Internacional de Ciências Pré-históricas e Proto-históricas, reunido em Nice, não publicada, igualmente em parceria com Manuel Farinha dos Santos que foi, na verdade, o grande companheiro e colega de José Pires Gonçalves no campo da investigação pré-histórica de Reguengos.

Foi necessário esperar até ao primeiro levantamento arqueológico do Alqueva realizado entre 1984 e 1985, para se conhecerem os primeiros povoados pré-históricos da região de Reguengos, publicados em 1992 (SOARES & SILVA, 1992). Os estudos sobre o povoamento pré-histórico da região em apreço prosseguiram,

no início do novo século, graças ao impulso produzido por Victor S. Gonçalves e colaboradores, de que resultaram importantes contributos publicados e a realização de dois colóquios, ambos realizados em Monsaraz com o apoio do município, com os desafiadores motes: "Muitas antas, pouca gente ?", logo seguido, pouco tempo volvido, do segundo: "Muita gente, poucas antas ?", tendo os principais resultados desta notável actividade de campo e de gabinete sido já historiados pelo signatário (CARDOSO, 2014).

4 – CONCLUINDO...

Os resultados arqueológicos obtidos por José Pires Gonçalves no concelho de Reguengos de Monsaraz, tiveram continuidade, conhecendo nas últimas três décadas notável impulso devido à construção da barragem do Alqueva e aos trabalhos arqueológicos dela decorrentes, pela sua magnitude, diversidade e importância científica.

Porque, afinal, como Victor S. Gonçalves reconheceu, na qualidade, por certo, do mais consequente continuador dos estudos pioneiros do nosso homenageado, trata-se de "Uma longa história de gentes, boas terras, símbolos e caminhos..." (GONÇALVES, 1996, p. 93). Importa, pois, a este respeito, como em relação a qualquer outra realidade de natureza científica, ter sempre presentes os antecedentes, exemplarmente corporizados pelo trabalho militante, esforçado, consequente e sobretudo desinteressado de José Pires Gonçalves no conhecimento da Pré-História do seu concelho, a que entranhadamente e sem condições se dedicou de corpo e alma ao longo da sua vida, partilhada entre muitas actividades, sempre realizadas em prol e ao serviço da comunidade a que pertencia. Assim será sempre lembrada a sua Memória, no quadragésimo ano do seu passamento.

AGRADECIMENTOS

À Academia Portuguesa da História, na pessoa da sua Presidente, Prof.ª Doutora Manuela Mendonça e do Sr. Luís Silva, a possibilidade de consulta e utilizar as informações do Processo Académico do Dr. José Pires Gonçalves, ali conservado.

Ao Dr. Rui Mataloto, pelas informações que permitiram precisar melhor alguns pormenores do texto, sendo certo que a responsabilidade pelo mesmo cabe exclusivamente ao signatário.

REFERÊNCIAS

CARDOSO, J. L. (2014) – Nos 50 anos da identificação do megalitismo não funerário alentejano. O povoamento da região de Reguengos de Monsaraz nos IV e III milénios a.C. *Al-Madan online*. Almada. Série II, 19 (2), p. 70-83.

DANIEL, G. (1941) – The dual nature of the megalithic colonisation of prehistoric Europe. *Proceedings of the Prehistoric Society*. Cambridge. N. S., 7, p. 1-49.

FERNANDES, R. M. Rosado (2004) – Conjunto megalítico do Xerez que pode ser falso. *Público*, 18 de Agosto, p. 46.

ESPANCA, T. (1988) – Homenagem à memória do Dr. Pires Gonçalves. Intervenção proferida no dia 27 de fevereiro de 1988. Palavra. Mensário de Reguengos, 13 de março de 1988. Reguengos de Monsaraz. 250, p. 11.

FERNANDES, R. M. Rosado (2009) – O mistério do cromeleque do Xerez. In *Estudos em memória do Professor Mário de Albuquerque*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa/Instituto Histórico Infante Dom Henrique, p. 987-993.

GOMES, M. V. (2000) – Cromeleque do Xarez. A ordenação do caos. *Memorias d´Odiana*. Beja. 2, p. 17-190.

GOMES, M. V. (2002) – De Monsaraz e o seu Termo ao Cromeleque do Xarez. Lisboa: Fundação Convento da Orada.

GOMES, M. V. (2003) – *Cromeleque dos Almendres – um monumento sócio-religioso neolítico*. Relatório de capacidade científica. Lisboa: Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Nova de Lisboa.

GONÇALVES, J. Pires (1966) – *Valor da prospecção toponímica no levantamento histórico de uma região portuguesa do Guadiana incluída no reino mouro de Badajoz.* Badajoz: Diputación provincial de Badajoz.

GONÇALVES, J. Pires (1970) – Menires de Monsaraz. *Arqueologia e História*. Lisboa. Série IX, 2, p. 151-175.

GONÇALVES, J. Pires (1972) – Arte rupestre de Monsaraz. *Arquivos do Centro Cultural Português da Fundação Calouste Gulbenkian*. Paris. 5, p. 489-502.

GONÇALVES, J. Pires (1975) – Roteiro de alguns megálitos da região de Évora. *A Cidade de Évora*. Évora. 58, 23 p. (separata).

GONÇALVES, J. Pires (1976) – Novos menires gravados no paraíso megalítico de Monsaraz. *V Congreso de Estudios Extremeños (Badajoz, 1976)*. Actas, p. 43-48.

GONÇALVES, J. P. (1979 a) – Monsaraz na Reconquista. *Anais da Academia Portuguesa da História*. Lisboa. 25, II Série, p. 9-44 (Comunicação em 05-11-1976).

GONÇALVES, J. P. (1979 b) – Alguns aspectos das campanhas de Geraldo Sem Pavor na região do Guadiana. *Anais da Academia Portuguesa da História*. Lisboa. 26 (1), II Série, p. 67-102 (Comunicação em 04-11-1977).

GONÇALVES, J. P. (1981) – Arrábidas de Mértola e Jerumenha. *Anais da Academia Portuguesa da História*. Lisboa. 27, II Série, p. 19 a 40 (Comunicação em 15-12-1978.

GONÇALVES, V. S. (1996) – Pastores, agricultores e metalurgistas em Reguengos de Monsaraz. *Ophiussa*. Lisboa. 0, p. 77-96.

GONÇALVES, V. S. (1988) – Homenagem à memória do Dr. Pires Gonçalves. Intervenção proferida no dia 27 de fevereiro de 1988. Palavra. Mensário de Reguengos, 13 de março de 1988. Reguengos de Monsaraz. 250, p. 12.

GONÇALVES, V. S. (1999) – *Reguengos de Monsaraz territórios megalíticos*. Lisboa: Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz.

GONÇALVES, V. S. (2013) – *No limite oriental do grupo megalítico de Reguengos de Monsaraz*. Évora: EDIA/ DRCALEN (Memórias d´Odiana, 2.ª Série, 4).

LEISNER, G. (1940) – O dolmen de falsa cúpula de Vale de Rodrigo. *Biblos*. Coimbra. 20, p. 23-52.

LEISNER, G. & LEISNER, V. (1951) – *Antas do concelho de Reguengos de Monsaraz*. Lisboa: Instituto para a Alta Cultura.

PAÇO, A. do & GONÇALVES, J. P. (1962) – Castelo Velho do Degebe (Reguengos de Monsaraz). 1 – Reconhecimento preliminar. *26.º Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências (Porto, 1962)*. Actas. Secção VII. História e Arqueologia. Porto: Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, p. 347-351.

PINA, H. L. (1961) – A anta da Herdade do Duque. *Revista de Guimarães*. Guimarães. 71 (1/2), p. 13-26.

PINA, H. L. (1963) – A anta da Azinheira (Reguengos de Monsaraz). *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 19 (1), p. 25-46.

SANTOS, M. Farinha dos (1972) – *Pré-História de Portugal*. Lisboa: Editorial Verbo.

SANTOS, M. Farinha dos & GONÇALVES, J. Pires (1979) – O polidor rupestre num. 1 da Herdade da Capela. *XV Congreso Nacional de Arqueologia (Lugo, 1977)*. Actas. Zaragoza, p. 375-384.

SOARES, J. & SILVA, C. Tavares da (1992) – Para o conhecimento dos povoados do megalitismo de Reguengos. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 9/10, p. 37-88.

VEIGA, S. P. M. Estácio da (1889,1891) – *Antiguidades Monumentaes do Algarve. Tempos prehistoricos*. Lisboa: Imprensa Nacional, vols. 3 e 4.

VIANA, A. & FERREIRA, O. da Veiga (1956) – L´importance du cuivre péninsulaire dans les Ages du Bronze. *IV Congreso Internacional de Ciências Prehistoricas y Protohistoricas (Madrid, 1954)*. Actas. Zaragoza, p. 521-533.

XXXVII

PARA A HISTÓRIA DAS INVESTIGAÇÕES PRÉ-HISTÓRICAS EM CASCAIS: UM BREVE ENSAIO, LEMBRANDO JOÃO CABRAL [1]



João Cabral na intervenção arqueológica realizada no Convento da Piedade, em Cascais, actual Centro Cultural de Cascais. Foto cedida por Guilherme Cardoso.

No âmbito da Homenagem que a Associação Cultural de Cascais presta ao Dr. João Cabral, Amigo prematuramente falecido, foi considerada oportuna e útil a elaboração deste contributo destinado a caracterizar os aspectos mais relevantes da investigação pré-histórica realizada em Cascais, à qual o nosso Homenageado dispensou toda a sua dedicação e competência.

1 – NOS ALVORES DOS ESTUDOS PRÉ-HISTÓRICOS CASCALENSES

A História da Arqueologia Pré-Histórica no concelho de Cascais remonta ao tempo de Carlos Ribeiro e às pioneiras escavações que mandou realizar nas grutas do Poço Velho, dentro da área urbana da vila de Cascais, e na gruta de Porto Covo, na ribeira das Vinhas, as quais antecederam imediatamente a realização da célebre IX Sessão do Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia Pré-Históricas realizado em Lisboa em Setembro de 1880.

Na verdade, aquelas intervenções tiveram como principal finalidade, a par de outras que então se realizaram em muitas grutas da região estremenha, a recolha de materiais arqueológicos e antropológicos susceptíveis de serem observados pelos congressistas. A doença impediu Carlos Ribeiro de produzir a necessária monografia destes materiais, limitando-se as actas daquela célebre reunião científica a descrever a excursão efectuada a Cascais, incluindo a visita às grutas efectuada pelos congressistas, acompanhada pela planta das mesmas (COMPTE-RENDU, 1884), facilitada pelo facto de as mesmas se encontrarem dentro da área urbana da vila (Fig. 1).

[1] CARDOSO, J. L. (1019) – Para a História das investigações pré-históricas em Cascais: um breve ensaio, lembrando João Cabral. Coord. ENCARNAÇÃO, J. d', *Dos Patrimónios de Cascais. Homenagem a João Cabral.* Cascais: Associação Cultural de Cascais, p. 49-83. Modificado.

Outra personalidade da Comissão dos Trabalhos Geológicos seguiu, a curto trecho, o caminho iniciado por Carlos Ribeiro. Francisco de Paula e Oliveira, em publicação póstuma infelizmente incompleta, debruçou-se sobre as manifestações arqueológicas de que teve conhecimento, embora a parte mais importante do seu trabalho respeite às necrópoles tardo-romanas e visigóticas por ele próprio exploradas (OLIVEIRA, 1889). Merece referência a primeira observação sobre a única das grutas artificiais de Alapraia então visível, que encontrou já completamente vazia, e que passou a ser designada por Gruta I, que passou a ser local de visita obrigatória (Fig. 2).



Fig. 1 – Entrada das grutas do Poço Velho, tal como se encontrava em 1941, antes dos arranjos urbanísticos então efectuados, com a construção do jardim público do centro da vila. Foto Eng. A. de Castello-Branco. Arquivo João Luís Cardoso/Octávio da Veiga Ferreira.

Ainda dentro deste primeiro ciclo de pesquisas se integra a descoberta fortuita de uma estação de ar livre do Neolítico Final e do Calcolítico, por Félix Alves Pereira, aquando da preparação do espaço adjacente às antigas termas do Estoril, por si frequentadas (PEREIRA, 1916 a, p. 210, 211). A notícia da descoberta desta estação pré-histórica, também publicada nas páginas do "Diário de Notícias" e, logo no volume do mesmo ano de "O Arqueólogo Português" (PEREIRA, 1916 b), foi descrita de forma colorida e sugestiva, algo displicente, tendo presente os leitores a que em primeira mão se destinava, não podendo ser lida numa perspectiva estritamente arqueológica, que foi a adoptada por Carlos Fabião (FABIÃO, 1987): "Foi assim que, no passado verão, quando eu esperava, em clara manhã de Agosto, a hora de abrir o balneário do Estoril e vagueava curioso pelos desaterros, que se estavam fazendo a pouca distância, comecei de ver pelo solo, ora uma lasca de sílex talhado, ora um caco de primitiva cerâmica e de pensar, consequentemente, que talvez uma boa estrêla me tivesse guiado os passos a algum local de origens preistóricas (...)". Na verdade, como adiante esclarece, os artefactos recolhidos foram por ele logo classificados em duas épocas: a neolítica, a que pertencem os abundantes furadores, de vários tipos, que constituem um dos artefactos mais característicos desta estação, ulteriormente estudados por diversos investigadores (PAÇO & VAULTIER, 1943 a; GONÇALVES & SOUSA, 2010); e a calcolítica, representada por fragmentos de taças Palmela, das quais reproduziu um exemplar.

Com base na iconografia apresentada na publicação de 2010, e contrariamente à opinião dos seus autores, que apenas admitem a ocupação do sítio no Calcolítico, confirma-se a existência, como admitiu de forma pioneira Félix Alves Pereira, de pelo menos duas ocupações distintas, sendo a mais antiga neolítica, seguida de outra, ou outras, já no Calcolítico: o Neolítico Final encontra-se representado pelo menos por um fragmento dos característicos bordos denteados; e o Calcolítico Pleno/Final está documentado produções cerâmicas finas, como algumas taças em calote com decoração canelada (encontrando-se completamente ausentes os copos típicos do Calcolítico Inicial), a par de grandes recipientes de armazenamento com decorações coevas dos típicos padrões folha de acácia", associados ou não a produções campaniformes incisas, como o fragmento apresentado por Félix Alves Pereira.

Os furadores, muito comuns e diversificados, poderão inscrever-se, à falta de indicações estratigráficas, tanto no Neolítico Final como no Calcolítico, conforme indicam os estudos tipológicos dos seus homólogos de Leceia (CARDOSO & MARTINS, 2013), o mesmo se verificando para as lâminas foliáceas elipsoidais, cuja emergência, no Neolítico Final foi claramente comprovada naquela estação, com base nos resultados apresentados no citado trabalho.

Em conclusão, a estação pré-histórica do Estoril teria conhecido uma primeira fase de ocupação no Neolítico Final e uma segunda fase, em que coexistiram (ou poderiam coexistir, dado se desconhecerem as condições estratigráficas das indústrias) produções cerâmicas tradicionalmente reportadas ao Calcolítico Pleno da Estremadura, conjuntamente com produções campaniformes incisas.



Fig. 2 – Entrada da Gruta I de Alapraia, com Henri Breuil (1.º do lado direito) e Eugénio Jalhay (2.º do lado esquerdo). Arquivo João Luís Cardoso/Octávio da Veiga Ferreira.

Com efeito, encontra-se hoje claramente demonstrado que, na Estremadura, as produções campaniformes foram coevas de produções locais, não campaniformes, pelo que deixou de fazer sentido as designações de Calcolítico Pleno e de Calcolítico Final, respectivamente aplicadas ao grupo "folha de acácia/crucífera", e às produções campaniformes. Umas e outras podem ocorrer separada ou conjuntamente no intervalo de tempo que mais convenientemente se deverá designar por Calcolítico Pleno/Final, entre cerca de 2700 e 2200/2000 cal BC nas estações da região do estuário do Tejo (CARDOSO, 2014, 2014/2015, 2017), reservando-se a designação de Calcolítico Inicial, como até agora, para o período imediatamente anterior à eclosão das produções campaniformes, representado pelos conjuntos estremenhos caracterizados pela presença de copos canelados (CARDOSO, 1997, 2000, 2010).

2 – A CONSOLIDAÇÃO DAS INVESTIGAÇÕES (1932-1968)

As primeiras explorações arqueológicas realizadas nas estações pré-históricas do concelho de Cascais, representadas pelas intervenções nas grutas do Poço Velho e de Porto Covo proporcionaram importantes espólios. Os obtidos nas grutas do Poço Velho só em 1941 foram objecto de estudo detalhado e muito bem documentado (PAÇO, 1941), inserindo-se a respectiva publicação na longa e profícua actividade deste arqueólogo em Cascais (Fig. 3), desenvolvida conjuntamente com o Padre jesuíta Eugénio Jalhay, até ao falecimento deste, em 1950.

Neste âmbito, merece destaque o importante programa de pesquisas por ambos levado à prática, com a escavação parcial da necrópole de grutas artificiais de Alapraia, das quais uma já era conhecida, como se disse, desde 1889 (a chamada Gruta I), embora já no século XIX houvesse conhecimento de outras, de forma imprecisa (VASCONCELOS, 1898).

Em 1932, a abertura de um caminho no interior da povoação de Alapraia, então uma pobre aldeia rural, colocou a descoberto uma nova gruta, cujo enchimento forneceu na primeira inspecção realizada diversos espólios pré-históricos e restos humanos. Com as escavações, pouco depois iniciadas, verificou-se que a abertura do referido caminho tinha seccionado obliquamente o corredor da gruta, que passou a ser designada por Gruta II.

As escavações desenvolveram-se em 1932, 1934 e 1935 (Fig. 4). Os resultados foram publicados de forma resumida logo no final dos trabalhos (PAÇO & JALHAY, 1935) e, em 1941, em edição monumental da Academia Portuguesa da História, no âmbito das "Comemorações dos Centenários". É de destacar o apuro desta publicação, tanto na organização da parte escrita, como nas ilustrações, especialmente evidente qualidade dos desenhos das taças Palmela profusamente decoradas e inserindo, pela primeira vez numa publicação de índole arqueológica portuguesa, reproduções a cores, neste caso perfeitamente justificadas (JALHAY & PAÇO, 1941).



Fig. 3 – O então Capitão Afonso do Paço (1895-1968). Arquivo João Luís Cardoso/Octávio da Veiga Ferreira.

As explorações foram apoiadas pela Junta de Educação Nacional e pela Câmara Municipal de Cascais e o impacto que, a nível internacional, tiveram tais descobertas, explica a visita que em 16 de Abril de 1944 o ilustre arqueólogo espanhol J. M. Santa-Olalla ali realizou (Fig. 5). Com efeito, o livro de honra da Junta de Turismo de Cascais, regista as suas impressões, a 16 de Abril daquele mesmo ano (CARVALHO, 1989).

A estratégia de acolher em Cascais arqueólogos estrangeiros de nomeada, de que merece justo destaque V. Gordon Childe, no Natal de 1949, entre outros ilustres arqueólogos estrangeiros devidamente identificados no citado estudo de António Carvalho tinha todo o sentido, porque era uma forma de projectar internacionalmente e conferir prestígio às actividades culturais então desenvolvidas de forma concertada e programada, devidamente integradas na promoção turística da região.

É importante verificar que, nesta estratégia promocional além-fronteiras, a Arqueologia detinha evidente importância, na óptica da Junta de Turismo de Cascais, sendo devidamente apoiada tanto por esta como pelo Município.

No panorama político da época, os decisores que estavam à frente das Instituições detinham capacidade efectiva de promover as iniciativas que, no seu entender, melhor contribuíssem para os objectivos pretendidos. Neste aspecto, cumpre salientar o nome do Eng. Augusto Abreu Nunes, Presidente da Junta de Turismo de Cascais, ulteriormente designada por Junta de Turismo da Costa do Sol. Foi a sua genuína sensibilidade pela Arqueologia que possibilitou a realização das iniciativas que neste âmbito celebrizaram o concelho de Cascais, tomando parte em algumas delas ou mesmo assumindo o seu protagonismo.

Em 1949 apresentou ao I Congreso Nacional de Arqueología, reunido em Almería, os resultados sumários das novas escavações efectuadas em 1945 nas grutas do Poço Velho, publicando os mais importantes materiais arqueológicos exumados, logo nesse mesmo ano de 1949 em edição da Junta de Turismo de Cascais, contendo as comunicações que ao concelho diziam respeito (NUNES, 1949) acompanhadas de uma detalhada crónica daquela reunião. As respectivas actas só foram publicadas no ano seguinte, nelas se incluindo de novo a comunicação de Abreu Nunes (NUNES, 1950).

Os materiais exumados em 1945 nas grutas do Poço Velho foram detalhadamente publicados ulteriormente (PAÇO, BÁRTHOLO & BRANDÃO, 1959), já depois de terem dado entrada na Sala de Arqueologia do Museu Condes de Castro Guimarães.

As preocupações de divulgação do rico património arqueológico de Cascais, exemplarmente manifestadas pelo Eng. Abreu Nunes, encontram-se documentadas em folheto de divulgação editado pela Junta de Turismo de Cascais, dando conta dos resultados das escavações realizadas em Alapraia, com larga difusão. A primeira edição deste folheto (JTC, 1943), refere-se à necrópole de Alapraia e nele se publicam algumas das peças mais notáveis ali recolhidas, como uma lúnula de calcário, que originou interessante artigo de A. do Paço sobre o culto lunar no decurso do Calcolítico na região em causa (PAÇO, 1955, aditamento) ou o par de sandálias votivas de calcário (JALHAY & PAÇO, 1941) (Fig. 6), para além de alguns recipientes campaniformes notáveis como o vaso marítimo tantas vezes reproduzido (Fig. 7), ou uma belíssima taça Palmela, objecto de um estudo específico, cujo restauro foi patrocinado pela Junta de Turismo de Cascais (PAÇO, 1943/1944).



Fig. 4 – A Gruta IV de Alapraia, antes de ter sido demolido o casal adjacente à mesma. Da esquerda para a direita: Eng. Augusto Abreu Nunes; Afonso do Paço e Eugénio Jalhay (na publicação de onde esta foto foi extraída, confunde-se o Eng. Abreu Nunes com o arqueólogo Georg Leisner. In CARVALHO, 2011, dir.).



Fig. 5 – Gruta IV de Alapraia. J. M. Santa-Olalla atravessado a estreita passagem entre o corredor e a câmara, a 16 de Abril de 1944 (foto cedida por José d´Encarnação).

Os materiais recolhidos nas escavações da Gruta II de Alapraia, depois de uma indefinição em que foi considerada a possibilidade de serem depositados num Museu de Lisboa, acabaram por integrar as colecções do Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães. Com efeito, em Abril de 1942 foi inaugurada a Sala de Arqueologia, com os espólios da Gruta II de Alapraia (BEAUMONT, 1971) entregues pela Junta de Turismo de Cascais, a que se juntaram ulteriormente outros conjuntos, igualmente importantes, das escavações realizadas nas Grutas III e IV.

A Gruta III, de cuja existência havia indícios desde 1935, foi escavada em 1942; constituía, na opinião dos escavadores, "o mais belo monumento de toda a necrópole" (PAÇO, 1955, p. 55), mas encontrava-se parcialmente debaixo de uma casa térrea. A escavação evidenciou, como ficou então devidamente registado, um

enchimento ocupando a totalidade da gruta, de cima a baixo constituído por entulhos medievais/modernos, avultando apenas a recolha de um cilindro de calcário pré-histórico de assinaláveis dimensões.

A Gruta IV, "encontrada casualmente em Março de 1943, quando se procedia à abertura de uma vala para a instalação de tubagens de água, foi explorada nesse mesmo ano" (PAÇO, 1955, p. 29), a qual proporcionou a identificação de um monumento em bom estado de conservação e com abundantes e importantes espólios arqueológicos, denotando sucessivas reutilizações funerárias pré-históricas da cavidade, que na actualidade ocupa o largo da povoação de Alapraia, depois de demolida a casa adjacente (ver Fig. 4).

A estratégia de divulgar internacionalmente os resultados obtidos está presente em artigo de síntese publicado em Espanha, a que A. do Paço associou Fausto de Figueiredo (FIGUEIREDO & PAÇO, 1946). Esta situação é curiosa, pois seria normal que o co-autor fosse Eugénio Jalhay, que havia colaborado nas escavações. A sua substituição pelo banqueiro cascalense que, anteriormente, havia assinado já com A.do Paço o "Esboço arqueológico do concelho de Cascais" (PAÇO & FIGUEIREDO, 1943), bem como a primeira notícia sobre a estação romana de Areia, dita dos "Casais Velhos" (FIGUEIREDO & PAÇO, 1949, 1950) explica-se talvez pelos apoios que Fausto de Figueiredo (1911-1971) – não confundir com o empresário do mesmo nome, que se notabilizou na mesma época na região cascalense (1880-1950) – concedeu à actividade arqueológica então desenvolvida por A. do Paço. Foi, pois, um gesto essencialmente de reconhecimento de A. do Paço, o de conferir a Fausto de Figueiredo posição semelhante à do Eng. Abreu Nunes na co-autoria das publicações que então vinha elaborando sobre Cascais.

*** *** ***

No dia 25 de Abril de 1941 Leonel Ribeiro identificou, num trecho da escarpa sobre o mar, em S. Pedro do Estoril, os primeiros indícios das que

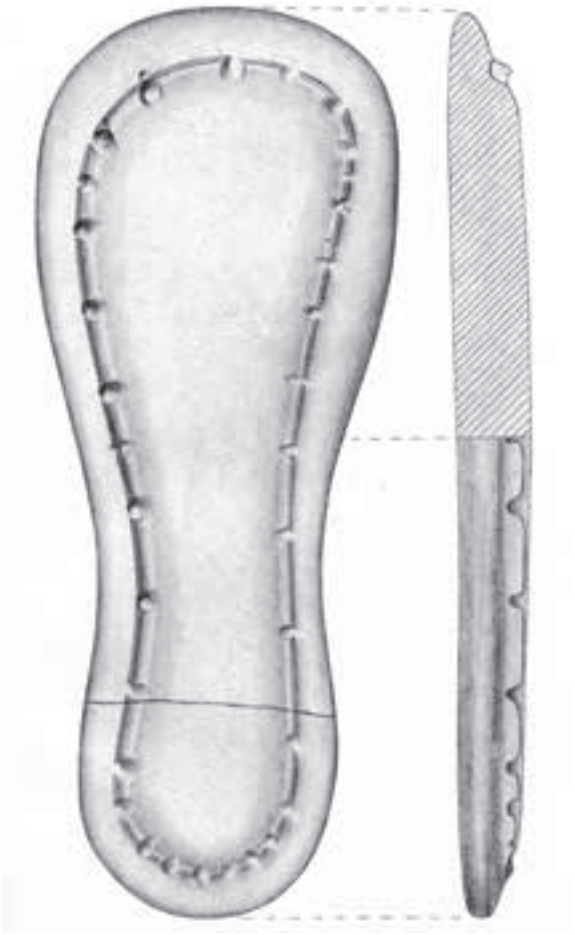


Fig. 6 – Uma das duas sandálias votivas de calcário, da Gruta II de Alapraia (seg. Jalhay & PAÇO, 1941, Fig. 20, mod.).



Fig. 7 – Vaso campaniforme marítimo da Gruta II de Alapraia. Arquivo João Luís Cardoso/Octávio da Veiga Ferreira.

viriam a ser ulteriormente descritas como duas grutas artificiais, contíguas, das quais só se conservaram as respectivas câmaras (LEISNER, PAÇO & RIBEIRO, 1964).

As escavações, desde logo iniciadas, decorreram até 1 de Agosto de 1941 (Fig. 8) e contaram exclusivamente com o apoio da Junta de Turismo de Cascais, tendo os espólios que se viessem a recolher sido desde logo destinados ao Museu Condes de Castro Guimarães, uma vez que já ali existia Sala de Arqueologia patente ao público. Os trabalhos revelaram-se de importância comparável aos que, na mesma altura, estavam a ser efectuados em Alapraia, mas não conheceram a mesma sorte, pois tiveram de esperar até 1964 para serem condignamente publicados, na memória acima citada. Esta foi editada pelos autores, com o patrocínio da Fundação Calouste Gulbenkian, seguindo o mesmo modelo gráfico, de grande qualidade, das Memórias dos Serviços Geológicos de Portugal, associando à autoria do trabalho Vera Leisner (1885-1972), que pouco antes havia sido co-autora de uma dessas Memórias, a dedicada às grutas artificiais de Casal do Pardo, Quinta do Anjo, Palmela (LEISNER, ZBYSZEWSKI & FERREIRA, 1961).



Fig. 8 – Escavações das Grutas de São Pedro do Estoril, em 1941 (foto cedida por José d´Encarnação).



Fig. 9 – Espólios campaniformes recuperados nas Grutas de São Pedro do Estoril em 1941 e restaurados pela Junta de Turismo de Cascais (JTC, 1946, foto cedida por José d´Encarnação).

É provável que o atraso na publicação desta memória se deva essencialmente aos próprios autores, pois, em caso contrário, seria provável que os resultados conhecessem publicação de qualidade idêntica à memória dedicada à da Gruta II, com tiragem especial financiada pela Junta de Turismo de Cascais (JTC), a partir do volume onde originalmente foi inserida (JALHAY & PAÇO, 1941). Seja como for, logo em 1946, por iniciativa do Eng. Abreu Nunes (1891-1966) se editou a 2.ª edição do folheto divulgação "Curiosidades arqueológicas do concelho de Cascais", anteriormente dedicado exclusivamente a Alapraia, e que passou a integrar outro capítulo dedicado a esta necrópole (JTC, 1946). Nele se inclui ampla documentação gráfica das peças mais importantes, cujo restauro foi entretanto patrocinado pela Junta de Turismo de Cascais (Fig. 9). Estranhamente, esta notícia não se apresenta assinada, pois a primeira publicação que se refere às grutas artificiais em apreço deve-se a uma comunicação que Leonel Ribeiro apresentou em 1950 e da qual foi apenas publicado o respectivo resumo (RIBEIRO, 1951).



Fig. 10 – Stuart Pigott, fotografado de sua Mulher nas grutas de São Pedro do Estoril, acompanhado de Afonso do Paço. Arquivo João Luís Cardoso/ Octávio da Veiga Ferreira.

A preocupação de Afonso do Paço de se efectuarem estudos pluridisciplinares dos espólios arqueológicos obtidos nas escavações de que foi responsável, explica o artigo em co-autoria que assinou com Joaquim Bação Leal sobre os dentes isolados recolhidos em São Pedro do Estoril (LEAL & PAÇO, 1962). A antropologia das populações pré-históricas cascalenses só voltaria a ser objecto de estudo muitos anos depois, com o estudo dos espólios das grutas do Poço Velho (ANTUNES-FERREIRA, 2005).

Tal como se verificou com as grutas artificiais de Alapraia, também as grutas artificiais de São Pedrodo Estoril entraram no circuito de visita organizado para os ilustres arqueólogos estrangeiros que acorriama Cascais. Assim se explica a presença do arqueólogo inglês Stuart Pigott (1910-1996), Professor de Arqueologia Pré-Histórica na Universidade de Edimburgo, ali foi fotografado, conjuntamente com sua Mulher e A. do Paço, em Maio de 1947 (Fig. 10). Nesse mesmo ano, o ilustre arqueólogo viria a publicar na "Revista de Guimarães" interessante artigo dedicado ao estudo das relações pré-históricas entre Portugal e a Ilhas Britânicas.

Na verdade, a pequena Sala de Arqueologia aberta ao público em 1942 no Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães aquando da visita inaugural que ali efectuou o Presidente da República, no dia 5 de Abril de 1942 (Fig. 11), à qual, muito justamente foi dado o nome de Eugénio Jalhay e Afonso do Paço (Fig. 12), serviu adequadamente aos fins de divulgação cultural que estiveram na sua origem, e que foram acompanhados, na vertente editorial, e sempre por iniciativa da Junta de Turismo da Costa do Sol, com a edição de um novo folheto destinado ao grande público, intitulado "Arqueologia da Costa do Sol" (PAÇO, 1957), corporizando uma política coerente e bem articulada neste domínio entre a autarquia e a Junta de Turismo.



Fig. 11 – Inauguração da Sala de Arqueologia no Museu Condes de Castro Guimarães, pelo Presidente da República, General Óscar Carmona a 5 de Abril de 1942. Da esquerda para a direita, podem identificar-se Dr. Mário de Figueiredo (Ministro da Educação), Dr. Manuel Lopes de Almeida (Sub-secretário da Educação), Dr. António José Branquinho da Fonseca, General Amílcar Mota chefe da Casa Militar do Presidente e Reverendo Eugénio Jalhay, no uso da palavra. "O Século". Arquivo de Fotografia de Lisboa – CPF / MC. Cota: SEC/AG/01-83/0497Q (foto cedida por João Miguel Henriques, por intermédio de José d´Encarnação).

O sucesso desta política nas camadas escolares da população concelhia resultou no aumento da sua afluência ao Museu. A propósito dos trabalhos escolares produzidos pelos alunos no âmbito dessas visitas, são de registar as palavas da então conservadora do Museu: "uma nota curiosa que apontarei dessas visitas é a predominância com que aparecem as vitrines e as peças de arqueologia que muito os impressionam (...)" (BEAUMONT, 1971, p. 34).

Com efeito, a qualidade dos espólios expostos, a par do acréscimo de visitantes, justificou a organização de uma nova sala na cave do edifício, desaterrada e remodelada, já na década de 1960. O programa de reinstalação deveu-se a O. da Veiga Ferreira, com a ajuda do desenhador dos Serviços Geológicos José Mourão (BEAUMONT, 1971, p. 33) e resultou num espaço acolhedor, mais amplo que o anterior, com uma janela debruçada sobre a bela enseada de Santa Marta (Fig. 13).

A reorganização desta sala e a publicação de três monografias de carácter arqueológico, de grande sobriedade mas assinalável qualidade gráfica, editadas em 1964 no âmbito das comemorações do VI Centenário da vila de Cascais, constituem ponto alto da arqueologia cascalense.

No curto ensaio "A Cultura do vaso campaniforme no concelho de Cascais" (FERREIRA, 1964), O. da Veiga Ferreira, que viria a defender no ano seguinte a sua tese de doutoramento na Sorbonne sobre a mesma temática, estendida ao território português (FERREIRA, 1966), apresenta diversas considerações que importa serem lembradas. Talvez a mais interessante e premonitória seja a que reporta ao Egipto pré-dinástico as influências culturais que explicam a existência do par de sandálias votivas de calcário de Alapraia, aliás com um paralelo peninsular de osso, recolhido em Almizaraque (Almería). A possibilidade de terem existido tais contactos, ainda que de forma indirecta, tem vindo a ser recentemente fortalecida por novos argumentos, como é o caso da demonstração da existência, desde o 3.º milénio a.C., no povoado pré-histórico de Leceia, de burro doméstico, de origem próximo-oriental (CARDOSO et al., 2013), ou da presença, na mesma época, em Los Millares (Almería), de artefactos em marfim de elefante asiático (SCHUHMACHER, 2012). Esta realidade, que até época recente não tinha sido possível demonstrar devido à falta de provas directas, veio a ser reforçada pela ocorrência, em necrópole colectiva campaniforme de Torres Novas de artefacto cuja análise indicou ter sido manufacturado em marfim de hipopótamo (CARVALHO, 2018). Deve, assim, sublinhar-se a perspectiva de Veiga Ferreira que, embora com informação limitada, já há mais de 50 anos chamara a atenção para a existência de tais contactos, rejeitados até época recente por pré-historiadores portugueses; e, não obstante, mesmo antes de Veiga Ferreira outros investigadores, em Portugal, tinham chamado explicitamente a atenção para tais contactos com o antigo Egipto, uns de forma inconsistente (VAULTIER, 1953), outros de forma mais credível (JALHAY, 1943).



Fig. 12 – Vista parcial da primeira Sala de Arqueologia do Museu Condes de Castro Guimarães, inaugurada a 5 de Abril de 1942. (in FONSECA, 1943).



Fig. 13 – Vista parcial da segunda sala de Arqueologia do Museu Condes de Castro Guimarães, organizada na década de 1960 por O. da Veiga Ferreira. Arquivo Municipal de Cascais.

Outra publicação, vinda a lume por ocasião das comemorações dos 600 anos da vila de Cascais é da autoria de Afonso do Paço, e intitula-se "Cascais há 4000 anos" (PAÇO, 1964 a). Esta obra fez a síntese possível da história das comunidades pré-históricas então identificadas no território cascalense.

As excepcionais produções campaniformes já conhecidas de Alapraia e de São Pedro do Estoril, a par de outras peças notáveis como o par de sandálias votivas recolhidas em Alapraia, juntaram-se às taças campaniformes de pé alto (*fruitstands*) publicadas nesse mesmo ano de 1964 na monografia dedicada a São Pedro do Estoril, tendo o Autor admitindo a presença no território de Cascais, de duas populações pré-históricas cronológica e culturalmente bem diferenciadas. Tal realidade seria corporizada pelas comunidades portadoras das cerâmicas campaniformes de há muito conhecidas, que se teriam sucedido às comunidades neolíticas já vislumbradas em 1916 por Félix Alves Pereira na estação do Estoril mas só agora plenamente demonstradas, com base nos resultados obtidos por A. do Paço e colaboradores na escavação do povoado de encosta da Parede.

*** *** ***

O importante povoado pré-histórico da Parede, situado no perímetro urbano daquela povoação, encontrava-se infelizmente já muito destruído aquando da sua identificação; no entanto, merece particular atenção dada a sua importância científica. A ele dedicou A. do Paço monografia publicada aquando das comemorações dos 600 anos da vila de Cascais (PAÇO, 1964 b), completando-se assim a trilogia de monografias arqueológicas nesse ano patrocinadas pela autarquia. O reconhecimento do interesse arqueológico do local foi feito a 16 de Setembro de 1953 por Eduardo Prescott Vicente e Eduardo da Cunha Serrão (1906-1991). O sítio encontrava-se já cortado pela abertura de arruamentos relacionados com a expansão urbana da Parede; mas foi precisamente a existência desses taludes de escavação recentes que permitiu identificar sequência arqueológica com a recolha dos primeiros materiais, realidade que o signatário teve a oportunidade de confirmar em 1973.

No Verão de 1955 os achadores do sítio convidaram A. do Paço a visitar a estação e, uma vez reunidos os apoios necessários, disponibilizados pela Câmara Municipal de Cascais e pelo Centro de Estudos de Etnologia Peninsular, dirigido por A. A. Mendes Corrêa, efectuou-se o que se designou uma "trincheira de reconhecimento", que conduziu à confirmação do interesse arqueológico do sítio, cuja área se destinava à construção de uma escola do 1.º Ciclo.

No conjunto do espólio recolhido, logo se evidenciou a importância dos bordos denteados, que corporizariam uma presença humana anterior à das produções campaniformes, também presentes no local, ainda que não tenha ficado registada graficamente a posição estratigráfica destes dois conjuntos, assinalando-se apenas a existência de duas camadas arqueológicas intactas (PAÇO, SERRÃO & VICENTE, 1957).

A colaboração entre os três arqueólogos, face aos promissores resultados alcançados na sondagem de 1955, teve continuidade em 1956. Nos meses de Outubro e Novembro daquele ano, escavou-se assinalável área da estação arqueológica a partir de um dos lados da sondagem efectuada em 1955, segundo o método da quadrícula. Pode, assim concluir-se que esse método não foi introduzido modernamente na Arqueologia portuguesa por Cunha Serrão, como frequentemente se refere, mas sim por uma equipa dirigida por A. do Paço, uma vez que foi ele o primeiro signatário do trabalho apresentado em 1956 onde se publicam os resultados obtidos em 1955 e 1956 (PAÇO, SERRÃO & VICENTE, 1957) e o responsável oficial pelos trabalhos de campo.

Porém, esta parceria foi bruscamente interrompida porque, conforme declarou E. da Cunha Serrão muitos anos volvidos, contra a sua vontade e a de Prescott Vicente "a instalação em Parede (1957) de um campo internacional de trabalhos arqueológicos (...) perturbou o ritmo da metodologia pré-estabelecida e consequente eficiência da colaboração entre os três arqueólogos" (SERRÃO, 1983, p. 119).

Esta afirmação não merece crédito; tendo presentes os resultados publicados ulteriormente apenas por A. do Paço, verifica-se que a metodologia da escavação, seguindo a quadrícula pré-definida em 1956 foi por ele rigorosamente continuada (Fig. 14). Por outro lado, os planos e cortes da escavação então publicados (PAÇO, 1964 b) revelam trabalho de qualidade, tendo participado vários estudantes de arqueologia depois arqueó-

logos de nomeada, como Béatrice Blance, integrados no 1.º Campo Internacional da Mocidade Portuguesa. Mas a verdadeira razão da desinteligência de Cunha Serrão com Afonso do Paço não residiu no facto de tal campo ser da Mocidade Portuguesa, mas sim porque, com a confirmação de a responsabilidade dos trabalhos ter sido oficialmente atribuída a Afonso do Paço, o papel Cunha Serrão ficava menorizado.

Deste modo, as incompatibilidades invocadas por Cunha Serrão com Afonso do Paço dever-se-ão reportar exclusivamente às suas dificuldades em estabelecer colaboração partilhada com outros arqueólogos, desde que não fosse ele a assumir o protagonismo, como aliás se veio ulteriormente a verificar com as desinteligências surgidas com o próprio Prescott Vicente e com os escassos colegas que com ele circunstancialmente colaboraram, como o Arq. Gustavo Marques. Tal característica não invalida, e até confirma, o seu genuíno empenho como formador de alguns estudantes de arqueologia que dele se abeiraram na década seguinte.

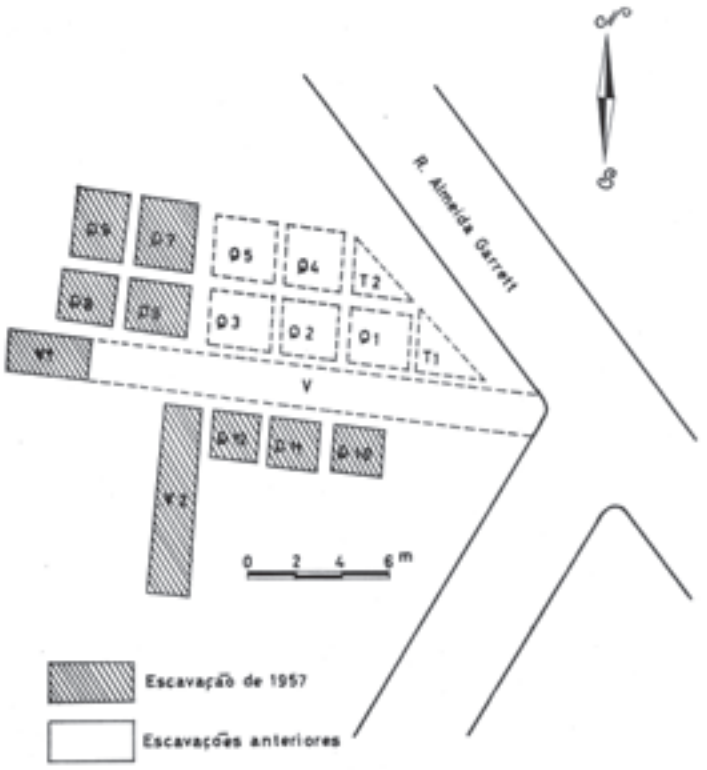


Fig. 14 – Planta das áreas escavadas no povoado pré-histórico da Parede entre 1955 e 1957. Note-se a manutenção da quadrícula previamente definida na campanha de 1957, já depois de E. da Cunha Serrão e E. Prescott Vicente terem abandonado a equipa (seg. PAÇO, 1964 b, Fig. 2).

Esta situação explica a extemporânea publicação de que Cunha Serrão foi co-autor em 1958, a qual se limita a dar notícia da identificação da estação arqueológica (VICENTE & SERRÃO, 1958), quando já três campanhas de escavação haviam decorrido e já depois de publicado o resultado das duas primeiras, em trabalho de que fora co-autor.

Os principais resultados das escavações de 1957, as últimas efectuadas na Parede, foram publicados por A. do Paço na monografia dedicada ao sítio em 1964. Foi então comprovada e existência de uma primeira ocupação a que deu o nome de PAREDE I, corporizada por camada intacta na base da sequência estratigráfica, caracterizada pela presença de vasos de bordo denteado (Fig. 15) e de recipientes lisos carenados, coberta por outra camada com materiais campaniformes, designada por PAREDE II.

Apenas a camada basal se apresentava bem definida, contrastando com a camada mais moderna, que evidenciava revolvimentos modernos devidos aos trabalhos agrícolas.

A. do Paço assinalou que tais remeximentos atingiam a parte superior da camada mais antiga, o que provocou misturas entre os espólios respectivos, que impediam a destrinça quanto à sua origem primária, a não ser pela tipologia (PAÇO, 1964 b).

Face ao exposto, dificilmente se compreende outra iniciativa de E. da Cunha Serrão, tomada muitos anos volvidos e baseado apenas nos seus apontamentos de 1955 e de 1956 que, note-se, deram origem ao artigo de que foi co-autor em 1957. Em 1983 decidiu reinterpretar com base em tais apontamentos a estra-

tigrafia da estação, introduzindo na sequência de ocupação do povoado uma fase intermédia entre as duas referidas, caracterizada pela presença de copos canelados (SERRÃO, 1983), atribuindo-a ao Calcolítico Inicial. Em apoio dessa suposta ocupação intermédia reproduz alguns exemplares (op. cit., Fig. 18), que se vieram juntar aos escassíssimos exemplares publicados por A. do Paço (PAÇO, 1964, Fig. 18, n.º 18, 20 e 24), os quais, pela escassez e falta de segurança estratigráfica, devem provir da camada remexida assente na do Neolítico Final.

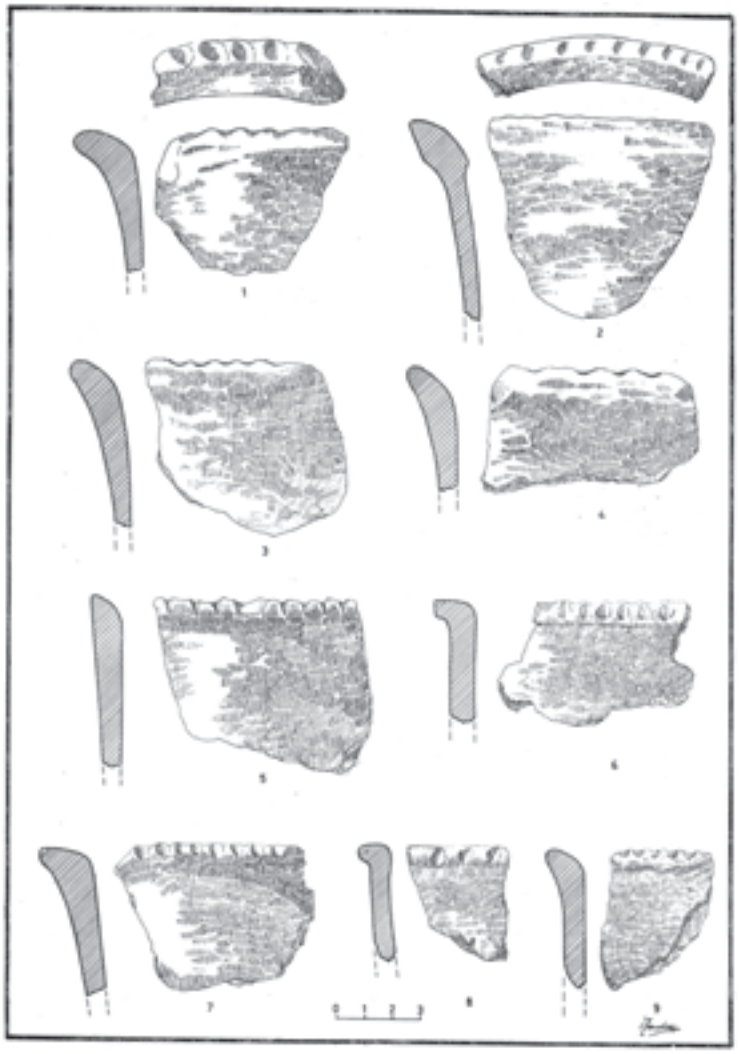


Fig. 15 – Bordos denteados do Neolítico Final recolhidos no povoado pré-histórico da Parede (seg. PAÇO, 1964 b, Fig. 16).

A explicação para esta "camada fantasma" parece residir na época em que Cunha Serrão redigiu o respectivo trabalho. Com efeito, nos finais da década de 1970 o autor estava empenhado, como outros seus colegas, na periodização do Neolítico e do Calcolítico da Estremadura (SERRÃO, 1979), na qual as cerâmicas caneladas detinham evidente importância, ao terem então sido devidamente valorizadas, e bem, como representativas da fase inicial do Calcolítico da Estremadura: era a "Importkeramic" de certos autores alemães, como Schubart e Sangmeister, considerada como evidência da presença de pretensos colonizadores oriundos do Mediterrâneo oriental.

Tratou-se, pois, de acrescentar "novos" e "prestigiantes" elementos de observação na estratigrafia da Parede condizentes com os então observados noutras estações da região, como o Alto do Dafundo (GONÇALVES & SERRÃO, 1978) com o objectivo de suplantar as observações de Afonso do Paço, que pecariam por incompletas.

No entanto, caso tais observações fossem efectivamente reais, não se compreende que Cunha Serrão as não tivesse publicado logo no artigo de 1957, do qual foi co-autor.

A alternativa corresponderia à ocultação de elementos científicos ao responsável pelas escavações, procedimento eticamente inaceitável, para mais por parte de um dos auto-apregoados paladinos da ética arqueológica (SERRÃO, 1978).

A datação pelo radiocarbono de dois artefactos de osso (GONÇALVES, 2005, p. 70) cuja data indica o Calcolítico Inicial significa apenas, tal como os escassíssimos fragmentos de cerâmicas caneladas identifi-

cados, uma efectiva presença no local no Calcolítico Inicial mas, como se desconhece o respectivo contexto estratigráfico, tais resultados nada acrescentam ao já conhecido.

Dada a implantação do povoado numa encosta de pendor suave, é possível até que estes espólios provenham, por gravidade, de locais adjacentes.

Deste modo, e até nova ordem, as observações estratigráficas publicadas por Afonso do Paço em 1964 são as correctas, as quais, aliás, se encontram em sintonia com as apresentadas em 1957, em co-autoria Cunha Serrão.

Importa ainda referir que Cunha Serrão, na sua publicação de 1983, sintomaticamente, não associou Prescott Vicente, seu companheiro na descoberta da estação e nas duas campanhas arqueológicas em que ambos participaram, por entretanto também com ele incompatibilizado (CARDOSO, 2005, p. 145), confirmando anteriores observações a propósito da sua forma de relacionamento com os colegas.

Em síntese, a "invenção no papel", muitos anos depois, de uma ocupação isolada no povoado da Parede do Calcolítico Inicial, teve dois objectivos por parte de Cunha Serrão: i) descredibilizar o trabalho de Afonso do Paço, procurando evidenciar as suas insuficiências como arqueólogo de campo; ii) mostrar que na Parede a sequência canónica do Calcolítico estremenho estaria também representada; com efeito, por via dos trabalhos efectuados pela mesma altura em Vila Nova de São Pedro, foi possível demonstrar que o estrato basal era acacterizado precisamente por aquelas produções cerâmicas, ali arqueologicamente isoladas pela primeira vez pelo próprio Afonso do Paço (PAÇO, 1959).

O principal resultado obtido nas escavações efectuadas no povoado pré-histórico da Parede foi a identificação estratigraficamente isolada da ocupação designada por Afonso do Paço como PAREDE I, que corresponde a camada intacta da base da sequência ali definida, caracterizada pela presença de bordos denteados e recipientes lisos carenados, que corporiza o Neolítico Final regional.

O conjunto dos materiais cerâmicos pertencentes a esta fase crono-cultural foi ulteriormente objecto de estudo exaustivo, com base nos espólios conservados nas reservas arqueológicas do Museu Condes de Castro Guimarães e no Museu da Associação dos Arqueólogos Portugueses (POMBAL, 2006).

A mesma associação voltou a observar-se em Leceia onde são igualmente os elementos característicos da camada basal ali observada, onde foi possível datá-la com precisão no último quartel do IV milénio a.C./ primórdios do milénio seguinte (CARDOSO, 1997, 2000, 2010). Idêntica ocupação foi caracterizada em Vale de Lobos (Sintra), tendo-se obtido duas datações de radiocarbono coerentes que se integram neste mesmo intervalo de tempo (VALENTE, 2006, p. 77).

Deste modo, os dados até ao presente acumulados sobre o registo tipológico e cronológico do Neolítico Final da península de Lisboa, escassos mas absolutamente coerentes, corroboram a legitimidade da tese de K. Spindler ao ter definido em 1976, de forma essencialmente arqueográfica, à falta de indicações estratigráficas então indisponíveis, exceptuando o povoado da Parede – o único sítio até então cabalmente caracterizado – expressivamente designado por "Neolithische Parede-Gruppe" (SPINDLER, 1976). Tal perspectiva, que o empo viria a dar razão, continua estranhamente a ser rejeitada por alguns arqueólogos que entretanto passaram por Cascais, pois todos os elementos já então apontavam para a validade da proposta de Spindler. Não por acaso, o referido arqueólogo alemão, dois anos volvidos, viria a integrar os espólios do povoado de Vale de Lobos conservados no Museu dos Serviços Geológicos de Portugal (SPINDLER, 1978), no conjunto de sítios da península de Lisboa representado pelo povoado da Parede, conferindo assim ao conceito sustentabilidade acrescida.

A segunda fase das investigações arqueológicas realizadas no domínio da Pré-História recente no concelho de Cascais poderia terminar, à guisa de epílogo, com a confirmação da legitimidade do "Grupo da Parede", de

K. Spindler, não fosse o caso de existir ainda uma estação a que importa dedicar algumas linhas: a gruta de Porto Covo.

Trata-se de necrópole neolítica e calcolítica referida no início deste estudo, cujos espólios se podem observar no Museu Geológico do LNEG (Lisboa) a qual foi explorada em 1879 por indicação de Carlos Ribeiro (CARDOSO, 1993, p. 96), tendo então sido esvaziada na sua quase totalidade. Ao depósito inferior, de época plistocénica, cuja fauna foi publicada pelo signatário (CARDOSO, 1993), sucedia-se outro depósito com espólios neolíticos e calcolíticos (PAÇO & VAULTIER, 1943 b).

Desde logo, a ausência de pontas de seta sugeria cronologia anterior ao Neolítico Final, época em que tais artefactos surgem nos espólios da região. Deste modo, ainda que não se dispusesse de datações de radiocarbono, optou o signatário pela designação, mais abrangente, de "Neolítico recente" (CARDOSO, 1993, p. 96), embora diferenciada da designação de "Neolítico Final", considerada mais moderna. Tal realidade foi entretanto confirmada, através de diversas datações de radiocarbono (GONÇALVES, 2008 a).

A instalação ulterior de uma sepultura ou de pequena necrópole campaniforme nesta gruta está documentada por um conjunto cerâmico exclusivamente liso, destacando-se uma taça de pé alto, como as de São Pedro do Estoril, e um vaso campaniforme liso. A taça, no trabalho inicialmente dedicado ao conjunto, surge como se de dois recipientes se tratasse (PAÇO & VAULTIER, 1943, Fig. 4, n.ºs 11 e 12), passando despercebidas, as fracturas exibidas pelo menos por um dos fragmentos, evidentes na foto publicada (op. cit, Fig. 4, n.º 12) e que indicavam o prolongamento da parede do vaso. A situação só foi resolvida em Junho de 1951, depois da observação da peça, conservada nas colecções dos então designados Serviços Geológicos de Portugal pelo então jovem arqueólogo John Evans, que sugeriu tratar-se de um única peça, como as de São Pedro do Estoril, por ele vistas pouco tempo antes, tendo a reconstituição ficado a cargo de G. Zbyszewski (PAÇO & VAULTIER, 1956).

Epílogo desta fase de estudos – seguramente a que mais resultados conduziu no faseamento tripartido que se adoptou para a caracterização da Pré-História de Cascais – foi a publicação, em 1971, da bibliografia arqueológica pré e proto-histórica relativa a Cascais (PAÇO, 1971), trabalho póstumo e que mereceu ao então Vice-Presidente da Câmara Municipal de Cascais, Eng. António de Castello-Branco as seguintes palavras, no prólogo ao contributo do ilustre arqueólogo:

> "*Cascais não pode deixar de manifestar gratidão e de prestar homenagem, a quem tanto deve, pelas pesquisas, estudos e publicações sobre a arqueologia Cascalense. A Bibliografia que se publica, é a sua última dádiva à terra porque tinha tanta afeição e onde tem a sua última morada*".

Palavras merecidas para quem, tão desligado de interesses materiais, foi trabalhador incansável em prol da arqueologia de Cascais.

3 – A ARQUEOLOGIA PRÉ-HISTÓRICA CASCALENSE DESDE 1975: DE GUILHERME CARDOSO, JOSÉ D'ENCARNAÇÃO E JOÃO CABRAL A UM PRESENTE COM FUTURO INCERTO

Na década de 1970 e em parte da seguinte, o concelho de Cascais assistiu a um desenvolvimento urbanístico quase sempre desregrado. Foi a época da explosão dos bairros clandestinos, cuja construção desacompanhada de critérios de planeamento e de fiscalização, prejudicou a cabal defesa do património arqueológico, que era destruído paulatinamente antes mesmo de ser conhecido. Ainda assim, realizaram-se

escavações promovidas por Guilherme Cardoso e José d´Encarnação que procuraram, com o seu trabalho isolado, mas pertinaz e permanente, salvar da destruição o que fosse ainda possível, do rico património arqueológico cascalense. Algumas intervenções isoladas por eles então levadas a cabo, somaram-se a outras, sempre desacompanhadas de quaisquer apoios oficiais. Foi o caso da escavação da estação paleolítica de Cabecinho (S. Domingos de Rana) realizada em 1982 e dirigida pelo signatário, onde se aplicou, pela primeira vez em Portugal, a análise da distribuição dos materiais líticos identificados à superfície, por aplicação de uma quadrícula pré-estabelecida, tendo em vista a identificação de áreas de maior concentração de materiais que justificassem ulterior escavação. Com efeito, a escavação logo realizada (Fig. 16), evidenciou interessante ocupação do Paleolítico Médio, com pequenos bifaces amigdalóides sobre seixos de quartzito de tradição acheulense (Fig. 17), assente num depósito detrítico residual calabriano, constituído por seixos rolados, alguns deles trabalhados, conservado nas depressões do lapiás calcário (Cardoso, 1982). Foi a primeira vez que se escavou uma estação paleolítica no território cascalense, juntando-se aos resultados das prospecções realizadas na década de 1940 ao longo do litoral por Henri Breuil e Georges Zbyszewski (Breuil & Zbyszewski, 1945), e aos escassos espólios solutrenses recolhidos nas grutas do Poço Velho no século XIX, os quais só foram identificados como tal aquando da primeira síntese realizada sobre o Solutrense no território português (Ferreira, 1962).

A criação de um Gabinete de Arqueologia na Câmara Municipal de Cascais em 1988, impulsionada pelos assinaláveis resultados arqueológicos que vinham sendo obtidos, teve uma consequência imediata, que foi a integração a tempo inteiro do malogrado João Cabral nos quadros da autarquia. Assim se colmataram as evidentes fragilidades existentes, que impediam actuação oficial atempada, permanente e consistente, adaptada caso a caso.

Com efeito, a importância dos contributos devidos a João Cabral era de há muito reconhecida, desde que, em 1977, iniciou colaboração com Guilherme Cardoso e José d´Encarnação nas sondagens realizadas na estação romana do Alto do Cidreira, que logo tiveram continuidade através de outras participações em escavações arqueológicas, como a da *villa* romana de Freiria, a partir de 1985.

Tais iniciativas conheceram evidente incremento a partir do momento em que João Cabral assumiu as funções de arqueólogo na Câmara Municipal de Cascais, tendo, logo no próprio ano de criação do Gabinete, participado nas escavações da necrópole muçulmana do Arneiro (Alcabideche), a que se seguiram muitas outras.

Tão diversificada actividade revestiu, sobretudo, a forma de intervenções de emergência em contextos urbanos, sempre em colaboração com Guilherme Cardoso, com José d´Encarnação ou com ambos, prolongando-se até aos inícios do novo milénio. Interessaram períodos cronológicos muito distintos, embora nenhuma tenha respeitado época pré-histórica, a não ser a sua colaboração nas escavações do casal saloio adjacente às grutas de Alapraia, integrada na intervenção arqueológica coordenada por Victor S. Gonçalves entre 2005 e 2008. O principal objectivo desta iniciativa financiada pela autarquia, no âmbito da valorização museológica do espaço em causa, era o de realizar a escavação do espaço envolvente das grutas e, especialmente, a escavação da Gruta III, situada sob uma casa térrea, a qual veio então a ser adquirida e demolida pela municipalidade. Os resultados obtidos foram modestos: o espaço envolvente das grutas forneceu apenas escassos artefactos pré-históricos isolados, desprovidos de contexto; e o mesmo se verificou com a escavação da gruta III. Com efeito, esta gruta, como já se sabia desde o tempo em que Afonso do Paço a escavou na parte que lhe era então acessível (PAÇO, 1955)., encontrava-se completamente entulhada com materiais heterogéneos que ao longo de sucessivas épocas para ali foram despejados. Tais informações, não podiam deixar de ser, como foram, plenamente confirmadas pela escavação dirigida por V. S. Gonçalves, pois apenas se recolheram alguns mate-



Fig. 16 – Visita de O. da Veiga Ferreira (à esquerda, em primeiro plano) de Georges Zbyszewski, (em segundo plano, ao centro) às escavações da estação paleolítica de Cabecinho (São Domingos de Rana) em Agosto de 1982, encontrando-se o autor entre ambos. Fotografia de Guilherme Cardoso.

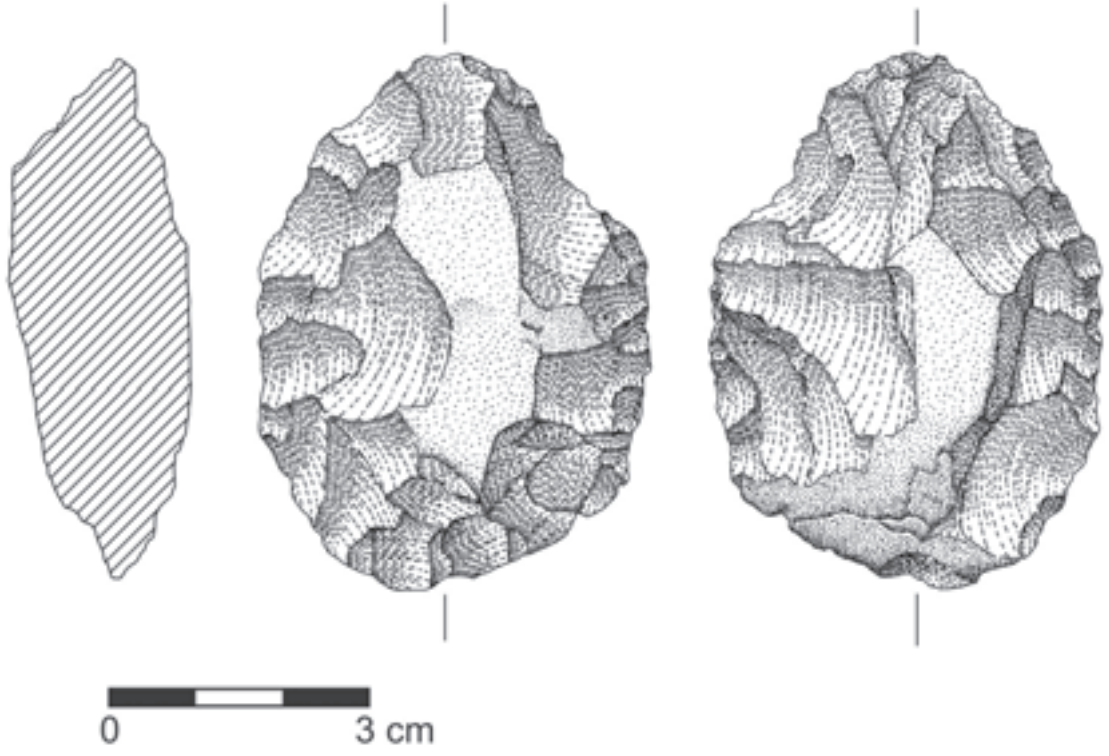


Fig. 17 – Estação paleolítica de Cabecinho (São Domingos de Rana). Pequeno biface mustierense sobre sixo rolado de quartzito Recolhido nas escavações. Desenho de B. L. Ferreira.

riais pré-históricos descontextualizados, a par de uma presença de medieval interpretada como "silo islâmico" no corredor da gruta e de uma área de entulhos a montante do mesmo (GONÇALVES, s/d, p. 7).

Ainda assim, o assinalável investimento financeiro efectuado pela Câmara poderia ficar justificado, caso a musealização do espaço arqueológico, que tão importante se afigurava a João Cabral, se tivesse efectuado, pois para tal estavam já reunidas todas as condições necessárias.

Mas não foi isso que aconteceu. O notável espaço arqueológico representado pelas quatro grutas artificiais, que desde a década de 1930 tão intensamente era procurado por visitantes nacionais e estrangeiros, constituindo um ex-libris incontornável do património cultural cascalense acabou por tornar-se inacessível aos visitantes, com o entulhamento pela municipalidade da Gruta III e da Gruta IV, a mais emblemática de todas, situada no largo da povoação. Apenas ficou acessível a Gruta I, a qual permanece nas mesmas condições em que foi identificada como monumento pré-histórico por Francisco de Paula e Oliveira no século XIX!

Esta realidade ilustra, em todo o caso, a falta de uma política coerente para a defesa e valorização do património arqueológico cascalense, por parte da primeira entidade que deveria pugnar e tomar a iniciativa, no caso através da concretização de um plano de valorização do complexo arqueológico que nunca passou do papel.

Em tempo de balanço, as escavações realizadas em Alapraia no âmbito da projectada "valorização do sítio" conduziram a uma situação pior da existente antes daquelas terem tido lugar. Talvez se a proposta apresentada em 1992 pelo Dr. João Cabral, enquanto responsável do Gabinete de Arqueologia relativa à valorização do espaço em causa tivesse sido então levada a cabo o desfecho fosse diferente.

O empenho e competência de João Cabral, sempre demonstradas enquanto responsável do Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Cascais foram confirmados pessoalmente pelo signatário em Outubro de 2003, aquando da realização de trabalhos arqueológicos preventivos na encosta do Cabeço do Mouro, chaminé basáltica onde se situou povoado do Bronze Final, no âmbito do processo de licenciamento daquele espaço para construção (CARDOSO, 2006).

Com efeito, João Cabral conseguiu impor o princípio da obrigatoriedade do licenciamento dos projectos urbanísticos, especialmente os situados em áreas mais sensíveis, serem previamente objecto de intervenções arqueológicas de carácter preventivo, para além das intervenções arqueológicas urbanas nos cascos históricos das povoações mais antigas do concelho, nas quais tão intensamente participou.

Em resultado daquela disposição municipal que a João Cabral se deve, foi nesta época que, mercê de intervenções arqueológicas realizadas no âmbito da mitigação de impactes no património arqueológico resultado de construções urbanas, se escavaram novos e interessantes sítios pré-históricos, de que se destacam, para além do Cabeço do Mouro, o sítio provavelmente de época magdalenense da Quinta da Bicuda (CARVALHO, 1996, 2016), e o de Abrizes, onde as escavações dirigidas por Guilherme Cardoso conduziram à identificação de uma cabana elipsoidal da Idade do Bronze.

Para tanto, dispunha já a Câmara de um instrumento de gestão essencial, que era a Carta Arqueológica do município. A primeira versão deste documento, publicada pela própria autarquia em 1943 (PAÇO & FIGUEIREDO, 1943) veio a ser sucessivamente enriquecida, quer por documentação impressa (CARDOSO & ENCARNAÇÃO, 1984), que por relatórios remetidos por Guilherme Cardoso e José d´Encarnação ao então IPPC dando conta do progresso dos conhecimentos obtidos por via das investigações que continuavam a realizar no concelho de Cascais. Da compilação de toda esta informação, resultou a publicação, pela autarquia, da segunda carta arqueológica do concelho de Cascais em 1991 (CARDOSO, 1991).

A intervenção de João Cabral à frente do Gabinete de Arqueologia cascalense ultrapassou largamente a vertente arqueológica propriamente dita, pois desde cedo o seu interesse e sensibilidade o motivaram para estudos integrados, articulando o património arqueológico ao património arquitectónico e ao histórico-etnográfico, exigindo aproximações metodológicas de âmbito mais vasto e nalguns casos pioneiro, de que resultaram livros e publicações de mérito.

Sublinha-se, a tal respeito, a importância dos três volumes de "Um olhar sobre Cascais através do seu Património", editados em Cascais em 1990 (vol. 1) e 1993 (vols. 2 e 3), resultantes de exposição por si coordenada em parceria com Guilherme Cardoso, em 1989, organizada em quatro núcleos distintos: mundo rural; arte sacra e fontes documentais; património cultural; e Descobrimentos.

Dos trabalhos assim desenvolvidos re- sultaram, no campo de estudos que neste trabalho se aborda, contributos de primeira importância para a Arqueologia nacional.

Entre todos, avulta a escavação da camada pré-histórica da encosta onde depois se implantou a *villa* romana da Freiria (Fig. 18). Ali se identificou povoado aberto, de época campaniforme, com estruturas domésticas diversas (cabanas e lareiras) (Fig. 19), onde se recolheram centenas de fragmentos decorados daquela época, acompanhados por variado instrumental de pedra polida e de pedra lascada, elementos metálicos e objectos de adorno e de carácter simbólico (Fig. 20), constituindo conjunto que bem evidencia a importância excepcional deste sítio campaniforme a nível peninsular (CARDOSO, CARDOSO & ENCARNAÇÃO, 2013). As datações absolutas obtidas permitiram outrossim o enquadramento deste povoado aberto no contexto regional, justi-



Fig. 18 – Vista geral da encosta de Freiria, onde anteriormente à *villa* romana, se implantou povoado campaniforme (seg. CARDOSO, CARDOSO & ENCARNAÇÃO, 2013, Fig. 2, mod.).



Fig. 19 – Freiria. Estruturas habitacionais campaniformes, observando-se em primeiro plano uma estrutura de combustão (seg. CARDOSO, CARDOSO & ENCARNAÇÃO, 2013, Fig. 4).

ficando publicação internacional de síntese dedicada aos aspectos económicos e sociais do campaniforme do estuário do Tejo (Fig. 21) largamente citada além-fronteiras (CARDOSO, 2014).

Aos resultados obtidos em novas intervenções arqueológicas como a da Freiria, promovida pela Associação Cultural de Cascais, somaram-se algumas monografias sobre estações de há muito conhecidas e já objecto de anteriores publicações editadas pela Câmara, onde António Carvalho, em- penhado, dinâmico e competente Director do Departamento de Cultura da Câmara Municipal de Cascais teve um papel incontornável. Para além da organização de importantes reuniões internacionais no domínio da Pré-História, a última das quais realizada em 2005, cujas actas constituem referência incontornável, em publicação assegurada pela autarquia e coordenada por Victor S. Gonçalves, regista-se o apoio então providenciado às diversas intervenções arqueológicas então realizadas ou em curso. Enfim, as diversas monografias sobre várias estações pré-históricas concelhias, como as dedicadas às grutas de Porto Covo (GONÇALVES, 2008 a) e às do Poço Velho (GONÇALVES, 2008 b), entre outras publicações coordenadas pelo mesmo autor, de aparato gráfico deslumbrante, marcam um ponto alto no estudo, valorização e divulgação da Arqueologia Pré-Histórica cascalense.

Em suma, pode dizer-se que a última fase da história da Arqueologia pré-histórica cascalense foi caracterizada, de início, pelo trabalho incansável de Guilherme Cardoso em todas as épocas, e também de José d´Encarnação, mais centrado na epigrafia romana e na investigação dos sítios desta época. Ambos, actuando com poucos meios mas munidos de uma grande convicção naquilo que faziam, conseguiram provar a importância da criação de um Gabinete de Arqueologia municipal, a que João Cabral se dedicou com empenho, enquanto teve forças para tal.

Seguiu-se um período intermédio, no qual a Arqueologia obteve destacada visibilidade, recuperando o tempo perdido, tendo à frente dos destinos da Autar-quia António Capucho e como Director do Departamento de Cultura António Carvalho.

Nos últimos anos, porém, avolu- mam-se os sinais preocupantes e contraditórios: por um lado, inaugurou-se (em 2018) o espaço arqueológico da *villa* romana de Freiria, conferindo dignidade a um notável património que vinha a ser vandalizado pelos homens e delapidado pelos elementos naturais; mas, por outro lado, desapareceu a sala de Arqueologia Pré-Histórica organizada já no século XXI no piso térreo do Museu Condes de Castro Guimarães, que substituiu a existente desde a década de 1960 a qual, por sua vez, veio a suceder à que já existia no mesmo edifício desde 1942. Tal sala, independentemente do local ocupado naquele imóvel,

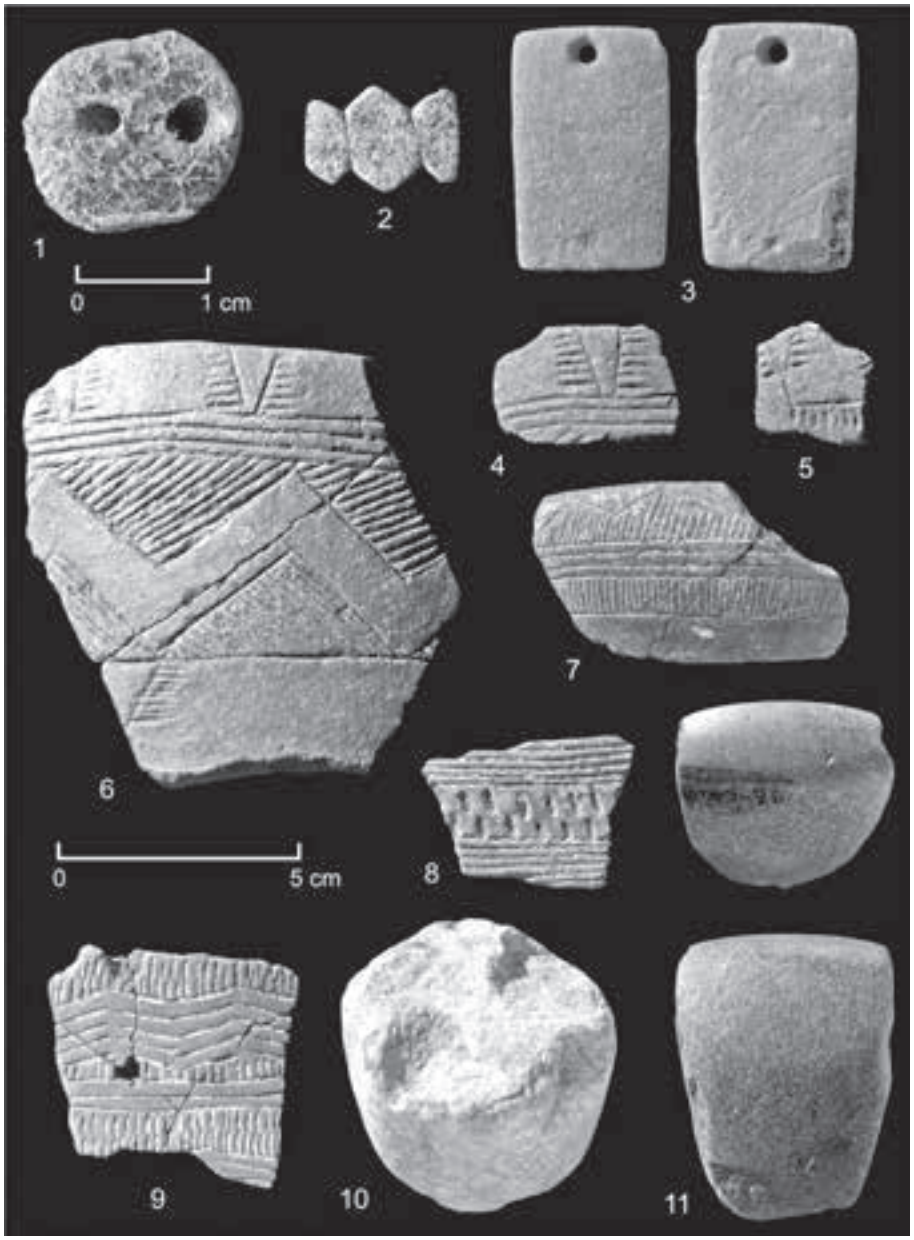


Fig. 20 – Espólios recolhidos nos contextos pertencentes ao povoado campaniforme aberto de Freiria (seg. CARDOSO, CARDOSO & ENCARNAÇÃO, 2013, Fig. 7).

cumpria um inegável e importantíssimo papel pedagógico e cultural foi, já na vigência do actual Presidente da Câmara, destinada a outro uso, tendo todos os materiais arqueológicos ali expostos sido subtraídos da vista do público. Lamentável decisão, que privou os visitantes que propositadamente acorriam a Cascais desde 1942, para já não falar dos alunos dos vários graus de ensino, de observarem peças pré-históricas únicas da Arqueologia portuguesa.

4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

As três fases que se consideraram no domínio do estudo, valorização e divulgação da arqueologia pré-histórica cascalense reflectem a própria evolução histórico-social do concelho e da sua integração na realidade nacional desde o último quartel do século XIX. Assim, a primeira fase, a dos pioneiros, teve como objectivo essencial a recolha de informação que desde logo foi usada tanto na investigação como na divulgação científica. São exemplo as explorações realizadas nas grutas do Poço Velho e de Porto Covo por ordem de Carlos Ribeiro, destinadas essencialmente à recolha de espólios a serem expostos aquando da realização da célebre IX Sessão do Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-Históricas em Lisboa, em Setembro de 1880. As actas desta reunião dão conta da visita a Cascais e às grutas do Poço Velho dos congressistas, publicando-se então a planta das mesmas. Tais espólios ainda hoje se podem admirar no Museu Geológico, em Lisboa, figurando Carlos Ribeiro como reconhecida figura pioneira da Arqueologia cascalense, cujo nome ficou registado na toponímia, por pequeno arruamento, perto da entrada da gruta principal do Poço Velho. Mas tal arruamento, ainda que modesto, não poderia ter lugar senão ali, por razões óbvias…



Fig. 21 – Cronologia absoluta de algumas estações campaniformes da baixa Península de Lisboa (seg. CARDOSO, 2014).



Fig. 22 – Octávio da Veiga Ferreira preparando um dos programas televisivos que o celebrizaram junto do grande público "Do Paleolítico ao Romano", em 1982, na Sala de Arqueologia do Museu dos Condes de Castro Guimarães (seg. CARDOSO, 2008, Fig. 118). Arquivo João Luís Cardoso / Octávio da Veiga Ferreira.

Mais tarde, nos artigos publicados no jornal "Diário de Notícias", e logo depois em "O Arqueólogo Português", Félix Alves Pereira dá conta do achado fortuito da estação pré-histórica do Estoril, num tom próprio do veraneante termalista por ele assumido, não obstante o evidente interesse da estação pré-histórica por ele claramente reconhecido.

A segunda fase é dominada por Eugénio Jalhay e Afonso do Paço e, depois do falecimento do primeiro, apenas por Afonso do Paço. Nesta fase, exploraram-se as gutas de Alapraia e de São Pedro do Estoril, cujos resultados lhes conferiram justa celebridade internacional. Foi então plenamente conseguido o entrosamento entre a vertente científica e a vertente de divulgação e valorização do Património arqueológico, como evidenciam os resultados publicados. Para tal, concorreram decisivamente os apoios recebidos da Câmara Municipal de Cascais e, sobretudo, da Junta de Turismo de Cascais, depois designada Junta de Turismo da Costa do Sol, por via do empenho do seu Presidente, o Eng. Augusto de Abreu Nunes, que chegou mesmo a editar, a expensas da Junta que dirigia, os programas completos dos III e IV Congressos Arqueológicos do Sudeste Espanhol, reunidos em Múrcia em Maio de 1947 (N/A, 1947) e em Elche em Maio de 1948 (N/A, 1948), nos quais participou. O mesmo se verificou com o I Congreso Nacional de Arqueología e V Congreso Arqueológico do Sudeste Espanhol, reunido em Almería em Abril de 1949, contendo também as duas comunicações relativas a Cascais nele apresentadas, entre as quais a dedicada aos novos achados realizados nas grutas do Poço Velho (N/A, 1949).

É de referir também, como patrocinador e apoiante das investigações arqueológicas nessa mesma época realizadas em Cascais, Fausto de Figueiredo; com Afonso do Paço, subscreveu a primeira carta arqueológica concelhia. Pode dizer-se que, com o labor deste pequeno grupo de arqueólogos, a que se juntou Leonel Ribeiro na década de 1940 e, na década de 1960, O. da Veiga Ferreira, com o apoio do Eng. António de Castello-Branco. Importa registar a importância das facilidades que este antigo director dos Serviços Geológicos de Portugal deu à Arqueologia cascalense, depois de aposentado daquelas funções, quando assumiu as de Vice-Presidente do município. Nessa qualidade, deve-se-lhe a iniciativa de propor a construção de casas-abrigos junto às grutas do Poço Velho e, sobretudo, o patrocínio da série de publicações comemorativas do IV Centenário da vila de Cascais, onde a Arqueologia se encontra representada por duas publicações monográficas, ainda hoje relevantes (PAÇO, 1964 a, b; FERREIRA, 1964), como se conclui da sua já anterior menção.

Com A. do Paço, falecido em 1968, a arqueologia pré-histórica cascalense atingiu o seu ponto de maior prestígio e visibilidade, tanto nacional como internacionalmente. Compreende-se, pois, a legitimidade da existência de um arruamento na vila, ainda que o mesmo não devesse ser tão mesquinho: trata-se de pequena artéria sem saída, no Alto da Pampilheira, que serviria a escola secundária, encerrada em 1994 (ENCARNAÇÃO, 2011, p. 111). Já mais pródiga foi a homenagem que em Alapraia se consagrou a Eugénio Jalhay e a Afonso do Paço, ambos representados na toponímia adjacente às grutas, apesar do estado que as mesmas hoje apresentam.

A terceira fase corresponde ao último quartel do século XX e prolonga-se até à actualidade, sendo caracterizada por avanços e retrocessos, particularmente evidentes nos últimos anos.

Pelo seu trabalho, de início solitário, quotidiano e militante em defesa do património arqueológico de Cascais, Guilherme Cardoso e José d´Encarnação lograram vencer dificuldades e obstáculos. Desse esforço desacompanhado resultou, em 1988, a criação do Gabinete de Arqueologia do município, onde assumiu papel de destaque João Cabral. Foi assim possível, pela primeira vez, encarar de forma sistemática e articulada a gestão do rico acervo arqueológico do concelho, definindo regras e prioridades de actuação. Produziram-se publicações de tomo, organizaram-se reuniões internacionais dedicadas à Arqueologia pré-histórica de assinalável impacto científico, desfizeram-se e refizeram-se, animados de espírito construtivo, exposições de arqueologia; mas tal esforço, que se afigurava promissor, não teve a necessária continuidade. Já com o actual Presidente à frente da autarquia, aguarda-se a concretização de projectos verdadeiramente estruturantes no domínio da valorização do Património Arqueológico. Entre todos, destaca-se a requalificação e musealização das grutas de Alapraia, que se impunha depois das escavações ali efectuadas: em resposta, entulharam-se as grutas mais belas e melhor conservadas do conjunto… Também não se concretizou a musealização das grutas do Poço Velho, cujo sucesso estaria à partida garantido pela sua localização no centro da vila e pela existência de uma notável informação seguramente bem acolhida junto do grande público. E inexplicavelmente encerrou-se a Sala de Arqueologia pré-Histórica patente desde 1942 no Museu Condes de Castro Guimarães.

Claro que existirão sempre justificações para o que não foi feito, na certeza de que se vai sempre a tempo, quando o objectivo é melhorar o que existe, e a verdade é que tal é possível a curto prazo, assim haja vontade política. Mais difícil é explicar o que foram decisões mal avisadas, ainda que se esteja sempre a tempo de as reverter.

Na verdade, nestes últimos anos desprezou-se o capital de prestígio acumulado em décadas de serviço prestado por uma plêiade de arqueólogos que desinteressadamente votaram o melhor dos seus esforços à investigação e defesa do património pré-histórico de Cascais. O quadro presente é carregado, e a resposta à questão que se impõe: "que futuro para a Pré-História cascalense ?" não é clara. Esperemos que outros tempos venham, para honra e prestígio da Pré-História de Cascais.

AGRADECIMENTOS

A José d´Encarnação e Guilherme Cardoso pelas informações e imagens cedidas.

REFERÊNCIAS

ANTUNES-FERREIRA, N. (2005) – *Paleobiologia de grupos populacionais do Neolítco Final/Calcolítico do Poço Velho (Cascais)*. Lisboa: Insituto Portugês de Arqueologia (Trabalhos de Arqueologia, 40).

BEAUMONT, M. A. (1971) – Pequena história do Museu de Cascais. *Boletim do Museu-Biblioteca do Conde de Castro Guimarães*. Cascais. 2, p. 17-36.

BREUIL, H. & ZBYSZEWSKI, G. (1945) – *Contribution à l´ étude des industries paléolithiques du Portugal et de leurs rapports avec la géologie du Quaternaire. 2 – Les principaux gisements des plages quaternaires du littoral d´Estremadura et des terrasses fluviales de la basse vallée du Tage.* Lisboa, Serviços Geológicos de Portugal (Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal. Lisboa, 25).

CARDOSO, G. (1991) – *Carta arqueológica do concelho de Cascais*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais.

CARDOSO, J. L. (1982) – A jazida paleolítica de Cabecinho (Freguesia de São Domingos de Rana, Concelho de Cascais). *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*. Lisboa. Série III, 88 (1), p. 225-236.

CARDOSO, J. L. & MARTINS, F. (2013) – O povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras): estudo dos utensílios de pedra lascada. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 20, 2013, p. 357-524.

CARDOSO, J. L. (1993) – *Contribuição para o conhecimento dos grandes mamíferos do Plistocénico Superior de Portugal*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras.

CARDOSO, J. L. (1997) – *O povoado de Leceia, sentinela do Tejo no terceiro milénio antes de Cristo*. Lisboa/Oeiras. Museu Nacional de Arqueologia, Câmara Municipal de Oeiras.

CARDOSO, J. L. (2000) – The fortified site of Leceia (Oeiras) in the context of the Chalcolithic in Portuguese Estremadura. *Oxford Journal of Archaeology*. Oxford. 19 (1), p. 37-55.

CARDOSO, J. L. (2005) – Investigação arqueológica na Sociedade de Geografia de Lisboa. A actividade da Secção de Arqueologia (décadas de 1950 a 1990). *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa.* Lisboa. 123, p. 129-147.

CARDOSO, J. L. (2006) – A estação do Bronze Final do Cabeço do Mouro (Cascais): resultados das escavações realizadas. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 9 (1), p. 21-46.

CARDOSO, J. L. (2008) – O. da Veiga Ferreira (1917-1997): sua vida e obra científica. *Homenagem a Octávio da Veiga Ferreira. Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 16, p. 13-123.

CARDOSO, J. L. (2010) – Povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras): evolução arquitectónica do sistema defensivo e das técnicas construtivas correlativas. *Transformação e Mudança no centro e sul de Portugal: o 4.º e o 3.º milénios a.n.e. Colóquio Internacional (Cascais, 2005)*. Actas (2010). Cascais: Câmara Municipal de Cascais, p. 43-63.

CARDOSO, J. L. (2014) – Absolute chronology of the Beaker phenomenon North of the Tagus estuary: demographic and social implications. *Trabajos de Prehistoria.* Madrid.71 (1) (2014), p. 56-75.

CARDOSO, J. L. (2014/2015) – The Bell-beaker complex in Portugal: an overview. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série V, 4/5, p. 269-302.

CARDOSO, J. L. (2017) – O povoamento campaniforme em torno do estuário do Tejo: cronologia, economia e sociedade. In GONÇALVES, V. S. (ed.), *Sinos e taças junto ao Oceano e mais longe. Aspectos da presença campaniforme na Península Ibérica*. Lisboa: Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, p. 126-141.

CARDOSO, G. & ENCARNAÇÃO, J. d´ (1984) – Subsídios para a carta arqueológica do concelho de Cascais. *Arquivo de Cascais*. Cascais. 5, p. 23-30.

CARDOSO, J. L.; CARDOSO, G. & ENCARNAÇÃO, J. d´ (2013) – O campaniforme de Freiria (Cascais). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 20, p. 525-588.

CARDOSO, J. L.; VILSTRUP, J.; EISENMANN, V. & ORLANDO, L. (2013) – First evidence of *Equus asinus* L. in the Chalcolithic disputes the Phoenicians as the first to introduce donkeys into the Iberian Peninsula. *Journal of Archaeological Science*, 40, p. 4483-4490.

CARVALHO, A. (1989) – Para a história da arqueologia em Portugal. O livro dos visitantes da Junta de Turismo de Cascais. *Arquivo de Cascais*. Cascais. 8, p. 75-150.

CARVALHO, A. (2011, dir.) – *Instantes arqueológicos. Arqueólogos e Arqueologia em Cascais entre 1940 e 1960.* Cascais: Câmara Municipal de Cascais.

CARVALHO, António Faustino (1996) – O sítio pré-histórico da Quinta da Bicuda (Torre, Cascais). *Arquivo de Cascais*. Cascais. 12, p. 117–126.

CARVALHO, António Faustino (1996) – Notícia das escavações arqueológicas realizadas em 1999 no sítio pré-histórico da Quinta da Bicuda (Torre, Cascais). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 19, p. 5–9.

CARVALHO, A. F. (2018) – O hipogeu Convento do Carmo (Torres Vedras) e a tese de O. da Veiga Ferreira sobre o campaniforme da Estremadura. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 24, p. 367-374.

COMPTE-RENDU (1886) – Excursion a Cascaes et Cintra. Congrès International d´Anthropologie et d´Archéologie Préhistoriques. *Compte-Rendu de la neuvième Session (Lisbonne,1880)*. Lisbonne: Typographie de l´Académie Royale des Sciences, p. 73-78.

ENCARNAÇÃO, J. d´(2011) – *Cascais paisagem com pessoas dentro*. Cascais: Associação Cultural de Cascais.

FABIÃO, C. (1987) – 100 anos de investigação arqueológica no concelho de Cascais. *Arquivo de Cascais*. Cascais. 6, p. 41-58.

FERREIRA, O. da Veiga (1962) – O Solutrense em Portugal. *XXVI Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências (Porto, 1962)*. Porto: Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências. 7, p. 229-234.

FERREIRA, O. da Veiga (1964) – *A Cultura do Vaso Campaniforme no concelho de Cascais*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais.

FERREIRA, O. da Veiga (1966) – *La Culture du Vase Campaniforme au Portugal*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal (Memória n.º 12. Nova Série).

FIGUEIREDO, F. J. A. de & PAÇO, A. do (1946) – Novos aspectos da necrópole de Alapraia. *Las Ciencias*. Madrid. 11 (1), p. 139-147.

FIGUEIREDO, Fausto J. A. & PAÇO, A. do (1949) – Vestígios romanos dos Casais Velhos (Areia – Cascais – Portugal). In N/A, *I Congresso Nacional de Arqueologia / V Congresso Arqueológico do sudeste espanhol. (Almeria, 1949)*. Lisboa: Junta de Turismo de Cascais.

FIGUEIREDO, Fausto J. A. & PAÇO, A. do (1950) – Vestígios romanos dos Casais Velhos (Areia – Cascais – Portugal). *I Congresso Nacional de Arqueologia / V Congresso Arqueológico do sudeste espanhol. (Almeria, 1949)*. Cronica. Cartagena: Papelería Española, p. 306-312.

FONSECA, A. J. Branquinho da (1943) – Relatório. *Boletim do Museu-Biblioteca Conde de Castro Guimarães*. Cascais. 1, p. 82-105.

GONÇALVES, V. S. (2005) – *Cascais há 5000 anos*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais.

GONÇALVES, V. S. (2008 a) – *A utilização pré-histórica da gruta de Poro Covo (Cascais)*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais.

GONÇALVES, V. S. (2008 b) – *As ocupações pré-históricas das furnas do Poço Velho (Cascais)*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais.

GONÇALVES, V. S. (s/d) – *Cascais, terceiro milénio antes da nossa era*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais.

GONÇALVES, J. L. M. & SERRÃO, E. da Cunha (1978) – O povoado do Calcolítico Inicial do Alto do Dafundo Linda-a-Velha. *Actas das III Jornadas Arqueológicas (Lisboa, 1977)*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 1, p. 75-85.

GONÇALVES, V. S. & SOUSA, A. C. (2010) – O povoado calcolítico do Estoril, os seus furadores de sílex e os seus tempos. *Transformação e Mudança no centro e sul de Portugal: o 4.º e o 3.º milénios a.n.e. Colóquio Internacional (Cascais, 2005)*. Actas (2010). Cascais: Câmara Municipal de Cascais, p. 155-222.

JALHAY, E. & PAÇO, A. do (1941) – A gruta II da necrópole de Alapraia. *Anais*. Lisboa. 4, p. 107-140.

JALHAY, E. (1943) – O castro eneolítico de Vila Nova de São Pedro e as suas relações com o Norte Africano e o Mediterrâneo oriental. *IV Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências (Porto, 1942)*. Porto: Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, 7.ª secção, p. 107-117.

LEAL, J. Bação & PAÇO, A. do (1962) – Observação de alguns dentes isolados pertencentes ao Museu Castro Guimarães, encontrados nas grutas sepulcrais do Bronze I, de São Pedro do Estoril. *XXVI Congresso*

Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências (Porto, 1962). Porto: Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências. Secção VII, p. 301-312.

LEISNER, V.; PAÇO, A. do & RIBEIRO, L. (1964) – *Grutas artificiais de São Pedro do Estoril*. Lisboa: Edição dos Autores.

LEISNER, V.; ZBYSZEWSKI, G. & FERREIRA, O. da Veiga (1961) – *Les grottes artificielles de Casal do Pardo (Palmela) et la Culture du Vase Campaniforme au Portugal*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal (Memória n.º 8. Nova Série).

N/A (1943) – *Alapraia*. Lisboa: Junta de Turismo de Cascais.

N/A (1946) – *Alapraia e S. Pedro*. Lisboa: Junta de Turismo de Cascais.

N/A (1947) – *III Congresso Arqueológico do Sudeste Espanhol (Murcia, Maio de 1947)*. Lisboa: Junta de Turismo de Cascais.

N/A (1948) – *IV Congresso Arqueológico do Sudeste Espanhol (Elche, Maio de 1948)*. Lisboa: Junta de Turismo de Cascais.

N/A (1949) – *I Congresso Nacional de Arqueologia V Congresso Arqueológico do Sudeste Espanhol (Almeria, Abril de 1949)*. Lisboa: Junta de Turismo de Cascais.

NUNES, Abreu (1949) – Las grutas de Cascais y los nuevos hallazgos. In N/A, *I Congresso Nacional de Arqueologia / V Congresso Arqueológico do sudeste espanhol. (Almeria, 1949)*. Lisboa: Junta de Turismo de Cascais.

NUNES, Abreu (1950) – Las grutas de Cascais y los nuevos hallazgos. *I Congresso Nacional de Arqueologia / V Congresso Arqueológico do sudeste espanhol. (Almeria, 1949)*. Cronica. Cartagena: Papelería Española, p. 85-88.

OLIVEIRA, F. de Paula e (1889) – Antiquités préhistoriques et romaines des environs de Cascaes. *Comunicações da Comissão dos Trabalhos Geológicos de Portugal.* Lisboa. 2, p. 82-108.

PAÇO, A. do & JALHAY, E. (1935) – As grutas de Alapraia. *Brotéria*. Lisboa. 21 (2), p. 108-129.

PAÇO, A. do & VAULTIER, M. (1943 a) – Estação eneolítica do Estoril. *IV Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências (Porto, 1942)*. Porto: Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências. 7.ª Secção, p. 118-129.

PAÇO, A. do & VAULTIER, M. (1943 b) – A gruta de Porto-Covo. *IV Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências (Porto, 1942)*. Porto: Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências. 7.ª Secção, p. 95-103.

PAÇO, A. do & VAULTIER, M. (1956) – La coupe de la grotte de Porto Covo (Prés de Cascais-Portugal). *IV Congreso Internacional de Ciencias Prehistóricas y Protohistóricas (Madrid, 1954)*. Actas. Zaragoza: Librería General, p. 561-565.

PAÇO, A. do (1941) – As grutas do Poço Velho ou de Cascais. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal.* Lisboa. 22, p. 45-84.

PAÇO, A. do (1943/1944) – Nota acerca de uma taça de barro da Gruta II de Alapraia. *Boletín de la Comisión de Monumentos de Orense.* Orense. 14, 9 p. (separata).

PAÇO, A. do (1955) – Necrópole de Alapraia. *Anais*. Lisboa. II Série, 6, p. 27-140.

PAÇO, A. do (1957) – *Arqueologia da Costa do Sol*. Estoril: Junta de Turismo da Costa do Sol.

PAÇO, A. do (1959) – Castro de Vila Nova de S. Pedro XI. – Nota sobre un tipo de cerâmica del estrato Vila Nova I. *Ampurias*. Barcelona21, p. 252-260.

PAÇO, A. do (1964 a) – *Cascais há 4000 anos*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais.

PAÇO, A. do (1964 b) – *Povoado pré-histórico da Parede (Cascais)*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais.

PAÇO, A. do (1971) – Subsídios para uma bibliografia pré e proto-histórica do concelho de Cascais. *Boletim do Museu-Biblioteca do Conde de Castro Guimarães.* Cascais. 2, p. 39-67.

PAÇO; A. do & FIGUEIREDO, F. J. A. de (1943) – Esbôço arqueológico do concelho de Cascais. *Boletim do Museu-Biblioteca do Conde de Castro Guimarães*. Cascais. 1, p. 9-27.

PAÇO, A. do; SERRÃO, E. da Cunha & VICENTE, E. Prescott (1957) – Estação eneolítica de Parede (Cascais). Reconhecimento de 1955. *XXIII Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências (Coimbra, 1956)*. Coimbra: Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências. 7.ª Secção, p. 411-429.

PAÇO, A. do; BÁRTHOLO, M. L. & BRANDÃO, A. (1959) – Novos achados arqueológicos das grutas de Cascais. *I Congresso Nacional de Arqueologia (Lisboa, 1958)*. Lisboa. Actas: Instituto de Alta Cultura, 1, p. 147-159.

LEAL, J. Bação & PAÇO, A. do (1962) – Observação de alguns dentes isolados pertencentes ao Museu Castro Guimarães, encontrados nas grutas sepulcrais do Bronze I, de São Pedro do Estoril – Cascais. Actas XXVI Congresso Luso-Espanhol para o Prigresso das Ciências (Porto, 1962). 7. Porto, p. 301-312.

PEREIRA, F. A. (1916 a) – Antiquitus. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 21, p. 195-229.

PEREIRA, F. A. (1916 b) – Antiquitus. Estação prehistórica do Estoril. *Diário de Notícias*. Lisboa. 18 de Janeiro, p. 2; 3 de Março, p. 3; 2 de Abril, p. 4; 14 de Junho, p. 2.

POMBAL, S. (2006) – *O conjunto de cerâmicas com bordos "denteados" do povoado da Parede (Cascais)*. Dissertação de Mestrado em Pré-História e Arqueologia. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

RIBEIRO, L. (1951) – A utilização e o fim catastrófico das câmaras sepulcrais ou grutas artificiais de S. Pedro do Estoril. *XIII Congresso da Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências (Lisboa, 1950)*. Porto: Imprensa Portuguesa. 8, p. 547.

SCHUHMACHER, T. X. (2012) – *Elfenbeinstudien Faszikel 2: Chalcolithische und Frühbronzezeitliche Elfenbeinobjekte auf der Ibrischen Halbinsel.* Darmstadt/Mainz: Verlag Philipp von Zabern (Iberia Archaeologica Band 16, Faszikel 2).

SERRÃO, E. da Cunha (1978) – A propósito da ética profissional. *III Jornadas Arqueológicas (Lisboa, 1977)*. Actas. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 1, p. 11.

SERRÃO, E. da Cunha (1979) – Sobre a periodização do Neolítico e Calcolítico do território português. *1.ª Mesa-Redonda sobre o Neolítico e o Calcolítico em Portugal (Porto, 1978)*. Actas. Porto: GEAP, p. 147-182.

SERRÃO, E. da Cunha (1983) – A estação pré-histórica de Parede. Documentos inéditos sobre estratigrafia e estruturas (Campanha de 1956). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 1, p. 119-148.

SPINDLER, K. (1976) – Die neolitische Parede-Gruppe in Mittelportugal. *Madrider Mitteilungen*. Heidelberg. 17, p. 21-75.

SPINDLER, K. (1978) – Eine siedlung des Parede-typus von Vale de Lobos in Porugal. *Madrider Mitteilungen*. Heidelberg. 19, p. 11-22.

VALENTE, A. (2006) – *Cerâmicas com bordos denteados no povoado de Vale de Lobos (Sintra)*. Dissertação de Mestrado em Pré-História e Arqueologia. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

VASCONCELOS, J. Leite de (1898) – *Grutas prehistoricas do Poço Velho em Cascais*. Lisboa: Câmara Municipal de Cascais.

VAULTIER, M. (1943) – Influência egípcia no Bronze Mediterrâneo. *XIII Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências (Lisboa, 1950)*. Lisboa: Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, 7.ª secção, p. 695-702.

VICENTE, E. Prescott & SERRÃO, E. da Cunha (1958) – Estação eneolítica de Parede. Notícia do seu achado. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto 16 (1-4), p. 5-24.

POSFÁCIO

Apresentando um livro de História e de histórias de Ciência e cientistas

> *"Resta dizer que a noção de pré-história é uma das mais ridículas que se pode imaginar. O homem que estuda a época da expansão de certa cerâmica neolítica faz história, exactamente como o homem que executa o mapa da distribuição dos postes telefónicos em 1948, no Extremo-Oriente. Um e outro, no mesmo espírito e com os mesmos fins, dedicam-se a estudar as manifestações do génio inventivo da humanidade, diferentes na idade, no rendimento, se se quiser: mas decerto não no engenho."*
>
> Lucien Febvre, *Caminhando para uma outra história* [1949],
> In: *Combates pela História,* II, Lisboa: Editorial Presença, 1977, p. 215.

A citação de Lucien Febvre justifica-se porque um observador menos avisado ao ver a palavra Pré-História no título deste volume pode pensar que se trata de obra dedicada a questões exóticas, distantes, demasiado específicas, que nada têm a ver com as pessoas do século XXI, a menos que se interessem verdadeiramente por História e de que nada do que respeita ao génio e engenho humano lhes seja indiferente. Mas não, este não é um livro de Pré-História, desse tema se ocupou João Luís Cardoso em muitas outras ocasiões e publicações, mas aqui o assunto é outro, bem diferente.

O conceito de Pré-História, ridículo que seja, constitui uma das grandes aquisições culturais do século XIX no Ocidente. Explico-me: até então, prevalecia na nossa cultura o paradigma criacionista bíblico. Aquilo que hoje os cristãos têm por perfeitamente assumido, que os textos bíblicos se devem entender sobretudo em moldes alegóricos e simbólicos, a erudição europeia via-os no passado como um discurso literal desde as origens. Nessa perspectiva, o mundo, os seres vivos, os humanos tinham resultado de um acto de criação Divina, realizado em seis dias. Assim sendo, a história ancestral estava toda ela devidamente explicada, contada, documentada, não havia lugar para uma "pré" História obscura e não descrita.

Foi a investigação dos naturalistas formados na cultura filosófica iluminista que ergueu um novo paradigma, definitivamente. Primeiro, reconhecendo que a idade da Terra, do nosso planeta, não cabia na cronologia estabelecida pela hermenêutica das genealogias bíblicas, depois, definindo que eram mais antigas as espécies animais e vegetais, tendo resultado de uma "*descendência com modificações*", para usar as palavras do

naturalista Charles Darwin, finalmente, estendendo este conceito ao género humano. Assim, nós humanos, deixámos de ser a criatura eleita, feita à imagem e semelhança de Deus, para nos tornarmos em mais um mamífero, o "macaco nu", para usar a designação do antropólogo Desmond Morris, em título de um célebre livro publicado em 1967, quase cem anos depois do *Descent of Man*, de Charles Darwin (1871). Nada que o pai da taxonomia, o sueco Carl Von Linee não tivesse já reconhecido anteriormente quando definiu o *Homo sapiens*, dentro do reino animal, na sua obra, *Systema Naturae*, de 1752, também ela já secular aquando da publicação do livro do naturalista britânico. Como os humanos, também as ideias têm a sua genealogia.

Se invoco estes exemplos é sobretudo para sublinhar que há, de facto, uma história na criação, evolução e consolidação destes conceitos hoje perfeitamente adquiridos, uma prodigiosa transformação a que os eruditos e naturalistas portugueses não foram imunes como se poderá perceber nas páginas deste volume.

Para essa extraordinária geração dos meados do século XIX, a percepção do mundo transformou-se profundamente durante a sua vida e pela sua acção concreta. Pelas memórias publicadas de Charles Darwin conhecemos bem os dilemas éticos, morais e religiosos que as suas observações e conclusões lhe criaram. A emergência do novo paradigma evolucionista foi amplamente partilhada pelos naturalistas de oitocentos, homens que tinham uma abordagem a que hoje chamamos "enciclopédica", bem diferente dos campos afunilados de especialização em que tantas vezes a ciência actual se acantona. Charles Lyell, por exemplo, era um estudioso da terra – um geólogo, lhe chamaríamos hoje – mas foi também o autor de *Geological Evidences of Antiquity of Man*, dado à estampa em 1863, antes de Darwin ter aplicado ao género humano as suas observações do *On the Origin of Species* (publicado em 1859) somente mais tarde estendida à questão humana no *Descent of Man*, de 1871, em boa parte pelas já mencionadas angústias. É esta cultura transdisciplinar, como hoje lhe chamaríamos, filosófica, como se chamou, que está na origem da designação de *Philosophy Doctor* (PhD) para o grau académico de Doutor, prevalecente no mundo anglo-saxónico, independentemente da área específica do saber em que se desenvolve.

Mas, ao lado desta questão maior, sobre as origens do planeta, das espécies e do ser humano, havia uma outra realidade, perturbadora, difícil de entender e explicar, a presença de coisas estranhas que escapavam à taxonomia tradicional construída e acrescentada pelos naturalistas. Eram as *ceraunias*, assim designadas desde a Antiguidade Clássica, uma categoria bizarra onde cabiam artefactos pré-históricos e fósseis, como bem explicou João Luís Cardoso, em colaboração com Maria Isabel Rebelo Gonçalves (que se encarregou de tradução do texto latino), na criteriosa análise dessa obra clássica que é a *Metallotheca Vaticana*, de Mercati, publicada em outro volume de *Estudos Arqueológicos de Oeiras* (n.º 26), uma temática retomada na presente colectânea de estudos.

De alguma maneira, o círculo fechou-se, quando estes estranhos objectos ainda de difícil explicação foram correctamente identificados e separados: para um lado os fósseis, para o outro os artefactos de produção humana. Quando a historiografia do século XX, redefiniu o conceito de "fonte histórica", tradicionalmente atribuída somente aos documentos escritos, independentemente do suporte, ou aos textos literários, alargando o conceito a todas as realizações materiais dos seres humanos, deixou de fazer sentido essa ideia de uma descontinuidade temporal entre Pré-História e História, uma vez que História seria tudo o que ao género humano diz respeito - daqui nasce a crítica de Lucien Febvre acima apresentada. Contudo, a inércia prevaleceu e a noção de Pré-História, arduamente adquirida, persiste inscrita nas nossas categorias analíticas, apesar de ser só uma e contínua a História da Humanidade.

Tudo isto para dizer e sublinhar que este é um livro de História, não propriamente de Pré-História em sentido estrito. Reúne um conjunto diversificado de abordagens às ideias que ao longo do tempo se foram construindo em torno dessa nova noção aplicada à História dos humanos antes da emergência das formas de

escrita, da "*domesticação do pensamento selvagem*", para usar a feliz expressão do antropólogo Jack Goody. Nesse sentido, o presente volume é uma coletânea de textos que agruparíamos sob a designação de História da Ciência, com as suas "histórias", na medida em que João Luís Cardoso tanto se ocupa de grandes temas e dos debates em torno dos mesmos, como desce a estudos de caso ou a percursos particulares de alguns dos protagonistas das investigações pré-históricas em Portugal (como o título claramente indica): História da Ciência e histórias de cientistas, pois.

Um dos aspectos que podemos apreciar nesta colectânea de estudos, anteriormente publicados, mas agora "retocados", pois o autor não deixa de investigar, reflectir e questionar as suas fontes, revendo ideias e pontos de vista, são os modos como, a diferentes ritmos, os conceitos acima enunciados foram sendo adquiridos pelos eruditos portugueses e marcaram a investigação que entre nós se fez, uma ideia importante, visto demasiadas vezes supormos que a condição periférica de Portugal nos manteve à margem das grandes aquisições científicas.

Nesta colecção de estudos, João Luís Cardoso mergulha no vasto campo das produções científicas portuguesas relacionadas com esses tempos antigos, anteriores ao da produção de documentos escritos, desde tempos em que nem sequer se adquirira ainda a noção de Pré-História até aos nossos dias, os quatrocentos anos inscritos no título. Por isso se trata, de facto, de um volume de História da Ciência ou de História Cultural de Portugal. A reunião destes textos, publicados ao longo de cerca de vinte anos, com dois casos um pouco mais antigos, permite-nos aceder em um único volume a artigos que estão dispersos em diferentes publicações e, lidos em sequência, permite-nos também aceder ao processo de inquirição que orientou e orienta o autor nas distintas abordagens em busca das grandes linhas e tendências das pesquisas pré-históricas, com os seus questionários próprios, sem esquecer que todo o conhecimento é produto do engenho humano, com agentes envolvidos, sendo por isso pertinente ensaiar abordagens biográficas a alguns deles.

Em suma, um volume rico e variado que o leitor certamente apreciará.

Carlos Fabião
Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa